



ANAIS

IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH RN

SABERES HISTÓRICOS E CONTEMPORANEIDADES

**MOSSORÓ 2020
ISBN: 978-65-88660-91-1**

EXPEDIENTE



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Wellington Vieira Mendes

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Encontro Estadual de História (9.: 2020: Mossoró, RN).

Anais [recurso eletrônico] / IX Encontro Estadual de História ANPUH RN: saberes históricos e contemporaneidades / Aryana Costa, Maria Clara Barbalho de Mendonça, Maria Rita de Melo Costa (Organizadores) – Mossoró, RN: EDUERN, 2020. 750p.; PDF

ISBN: 978-65-88660-91-1 (E-book)

1. História. 2. Saberes históricos. 3. Contemporaneidades. I. Costa, Aryana. II. Mendonça, Maria Clara Barbalho de. III. Costa, Maria Rita de Melo. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Título.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

ARYANA COSTA
MARIA CLARA BARBALHO DE MENDONÇA
MARIA RITA DE MELO COSTA
(Organizadoras)

ANAIS

IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN

SABERES HISTÓRICOS E CONTEMPORANEIDADES

MOSSORÓ

2021

SUMÁRIO

Adelânia Gouveia Lima	09
<i>“Mole que só Lexandre”: a biografia de um sujeito, de 1899 a 1986.</i>	
Adísio Genu de Freitas Júnior	18
<i>O Brasil Império e o Código Criminal</i>	
Alaíde Matias Ribeiro	30
<i>A construção espacial do norte da África no Império Romano (sécs. I A.E.C. - I E.C.): refletindo sobre uma proposta de análise da geografia de Estrabão.</i>	
Aldenise Regina Lira da Silva	42
<i>Identificando e desnaturalizando o machismo no cotidiano: relato de experiência docente.</i>	
Alesy Soares Oliveira	55
<i>Sobre o Congresso Internacional de História da América (1922): relações e conexões do ambiente intelectual e a construção do campo historiográfico.</i>	
Allyson Iquesac Santos de Brito	67
<i>Sertanejos e Sertões nordestinos contemporâneos no Polígono da Maconha.</i>	
Álvaro Luis Lins de Paiva e João Ricardo de Araújo Capistrano	82
<i>Natal e suas anacronias: a tentativa de construção de uma cidade moderna no discurso da elite natalense (1900-1930).</i>	
Ana Beatriz Vargem Pinheiro	94
<i>Mérito e hereditariedade: conflitos entre nobreza no Portugal setecentista.</i>	
Ana Lunara da Silva Morais	100
<i>A família Rego Barros: uma centúria na provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, Brasil (1675-1770).</i>	
Andressa Freitas dos Santos	116
<i>Entre o medo e a retrotopia: a construção identitária da Nova Inglaterra por meio do conto The Street de H. P. Lovecraft (1920).</i>	
Antônio Carlos Cabral de Medeiros, Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento e Luiz Alberício de Araújo Neto	126
<i>Nas mãos do Tio Sam: as continuidades e rupturas da participação estadunidense nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil.</i>	
Antonio Matheus Bezerra Costa, Diego Higor Fernandes Silva e Mirela Albuquerque de Lima	141
<i>Da ponte para cá: a experiência do PIBID/História na construção do conhecimento histórico na periferia da Zona Norte de Natal/RN.</i>	
Arthur Ebert Dantas dos Santos	154
<i>Entre a taipa e a carnaúba: o descaso estatal para com os moradores da "velha" São Rafael/RN.</i>	
Brena da Silva Dantas	164
<i>Cartas, memórias e representações dos sertões do Seridó.</i>	
Carlos Augusto Soares Bezerra	175
<i>Concessões e demarcações nos sertões do Maranhão Setecentista (1721-1750): a formação dos espaços agrários no Vale do Itapecuru.</i>	

Carmen Alveal	189
<i>A grande devassa de terras na Capitania do Piauí: sesmarias, conflitos e controle régio no sertão (1753-1762).</i>	
Carolini Pereira Santana	202
<i>O 1º Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História: os problemas e possibilidades de uma nova disciplina.</i>	
Clara Araújo	213
Ingridh Leite	
Jeronimo e Soraya Geronazzo	
<i>Super-heroínas e super-sexualizadas: representações femininas e embates nos quadrinhos norte-americanos de super-heróis.</i>	
Claudionor Almir Soares Damasceno	227
<i>Guerras híbridas na América Latina: a disputa pela hegemonia do espaço geopolítico.</i>	
Cleyton Tavares da Silveira Silva	239
<i>Territórios antigos, identidades modernas: um ensaio sobre o território e identidade cultural para os antigos helenos.</i>	
Clivia da Silveira Nobre	254
<i>Ensino, pesquisa, extensão: formação profissional em História sob o olhar discente.</i>	
Douglas André Gonçalves Cavalheiro	268
<i>A bússola historiográfica: a topologia de Hayden White sobre as narrativas históricas.</i>	
Eduardo K. de Medeiros	283
<i>Uma análise da escrita biográfica na historiografia potiguar a partir de Manoel Dantas, José Augusto e Oswaldo Lamartine.</i>	
Elionenai de Souza Ferreira	298
<i>“Ao lado da maçonaria está Deus”: O Mossoroense e sua inserção nos embates da questão religiosa (1872-1875).</i>	
Ericlis Dantas de Oliveira e Paula Rejane Fernandes	311
<i>Entre a perda e a salvaguarda: pioneirismo de Assú/RN a partir da obra de Celso da Silveira.</i>	
Evily Lima Menezes	323
<i>Os “Lucas Romanos” do Recife: religião e vegetarianismo em ambiente urbano, sob a ótica dos periódicos (1902-11).</i>	
Fernanda de Farias Sousa	337
<i>História e memórias da Festa de Reis em Cabaceiras (1930-1960): os festejos como espaço de resistência e sociabilidade da cultura afro-brasileira.</i>	
Franciely de Lucena Medeiros	350
<i>Entre risos e ideias: como os memes demonstram as formas de se perceber os sertões na contemporaneidade.</i>	
Francisco Netto	360
Didier Guedes Albuquerque Junior e Francisco Firmino Sales	
<i>O sertão contracultural: a emergência do rock'n'roll cajeirense.</i>	
Francisco Isaac D. de Oliveira	374
<i>“Os primeiros ensaios para progressos futuros”: construção de aldeamentos indígenas e instrução dos</i>	

naturais (São Paulo, 1798-1800).

Francisca Rafaela Mirlys da Silva	389
<i>Condição social da mulher: espaços de sociabilidades femininas na Comarca de São José de Mipibu (1850-1889).</i>	
Genilson de Azevedo Farias e Janaina Porto Sobreira	403
<i>Magdalena Antunes na alçada da escrita periódica de Ceará-Mirim-RN.</i>	
Geovanna Alice Coelho e Carlos Eduardo Martins Torcato	417
<i>Criminalizar ou regulamentar? O debate público sobre a ayahuasca no Norte do Brasil, nas décadas de 1980-1990.</i>	
Gerlane do Nascimento Mendes	429
<i>Movimento de Educação de Base - MEB: um estudo historiográfico das suas concepções de espaço escolar.</i>	
Gilson Bezerra Gomes Neto	442
<i>Processo de expansão territorial nos sertões do Piauí entre os séculos XVII e XVIII.</i>	
Iara Cristina Soares Silva e Leonardo Cândido Rolim	453
<i>O Senado da Câmara e as dinâmicas sociais nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte: Vila de Portalegre (1771-1794).</i>	
Iriudsana Maria Januário da Costa, Giovana Alves Monteiro e Sabrina Querem Apuque Lima Gomes De Oliveira	466
<i>O ENEM e as relações étnico-raciais: uma análise de conteúdo das habilidades e competências do exame de 1998 A 2019.</i>	
Isabela da Silva Ferreira	478
<i>A produção do conhecimento na formação do profissional de História: contribuições a partir das experiências no curso de graduação em História.</i>	
Isabela Lemos Coelho Ribeiro	491
<i>Escrita de si e memórias em torno de Teófilo Braga.</i>	
Janaina Porto Sobreira e Genilson de Azevedo Farias	502
<i>Elas começam a falar... A História Oral e as narrativas de mulheres militantes em Natal [1978 – 1989].</i>	
João do Carmo Dantas Filho	515
<i>História da África e da cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História do 6º ano (2005 a 2014).</i>	
João Guilherme Santos de Araújo Lopes	523
<i>Paisagem e passado sob uma visão reacionária: breve análise sobre a ressignificação Vikerniana na musicalidade black metal norueguesa (décadas de 1990-2000).</i>	
João Paulo de Lima Silva	536
<i>O progresso e os alimentos: uma aliança totalmente sertaneja.</i>	
José Luiz Xavier Filho	552
<i>Ensino de História e combate ao racismo na sala de aula: história e culturas afro-brasileiras no livro didático.</i>	
Juciene Raquel de Lima Siqueira e Juciene Batista Félix Andrade	565
<i>Educação de base: a ação educativa do MEB e da Rádio Rural de Caicó no Seridó potiguar (1970-1980).</i>	
Karine Maria Lima Lopes	578
<i>A modernização da cidade de Natal nas páginas da pequena imprensa: um estudo sobre as transformações</i>	

urbanas e suas ambivalências (1905-1930).

Lara Raquel de Souza e Maia	592
<i>Os Mutantes: entendendo a contracultura a partir do disco "A divina comédia dos Mutantes ou Ando Meio Desligado" (1970) no contexto da Ditadura Militar,</i>	
Larisse Santos Bernardo	602
<i>Dinarte Mariz: vida, trajetória e seu desenvolvimento na carreira política (1954 – 1958).</i>	
Luciano Fábio Dantas Capistrano	613
<i>Quinta da História: da rua a rede social.</i>	
Luzinete Barbosa da Silva	625
<i>Coco de roda e ensino de História: a formação da identidade umbuzeirense.</i>	
Magno Francisco de Jesus Santos	636
<i>“Uma matta escura e espessa”: Felisbelo Freire e a escrita da História territorial do Brasil (1906).</i>	
Maiara Brenda Rodrigues de Brito	645
<i>Nova São Rafael: a representação jornalística da modernidade no sertão potiguar (1980 e 1985).</i>	
Maria Alda Jana Dantas de Medeiros	657
<i>Um sertão mais profundo: os silêncios sobre o feminino na historiografia clássica do Seridó-RN.</i>	
Mary Campelo de Oliveira	675
<i>A construção de um milagreiro no imaginário do povo caicoense: Carlindo Dantas e o mito fundador.</i>	
Mateus Araújo Brilhante	686
<i>O rei e os conflitos: administração e jurisdição da Bahia do século XVII ao XVIII.</i>	
Matheus Barbosa Santos	694
<i>Neste mesmo chão, outros sujeitos: processo de territorialização da data de terra do Tororó, sertões da Capitania Rio Grande, Ribeira do Acauã, século XVIII.</i>	
Matheus Felipe Araujo Souza	705
<i>Lei 10.639/03: um elo antirracista entre o Atlântico.</i>	
Max Rodolfo Roque da Silva	716
<i>Levantar a voz e protestar: as lutas dos professores do ensino oficial de Pernambuco no contexto da abertura política.</i>	
Monielle Medeiros Mariz	728
<i>Nossos sertões, nosso sertão seridoense e a construção do Açude Sabugi (1958 – 1970).</i>	
Natália Raiane de Paiva Araújo	738
<i>Os sertões naturais sobre as lentes de Oswaldo Lamartine de Faria (1940-1980).</i>	
Otávio Henrique Gomes do Nascimento	754
<i>O papel das mercês e honras na nobilitação dos perfis nas conquistas militares na Capitania do Rio Grande, séculos XVII-XVIII.</i>	
Pedro Luiz Câmara Dantas	763
<i>Das sandálias do pescador ao trono do imperador: o espaço sagrado da Igreja Palmariana a partir de seus rituais solenes.</i>	
Pedro Sampaio de Azevedo	779
<i>A inserção da educação sexual em Cuba e o Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX).</i>	

Ramona Lindsey Rodrigues Mendonça e Francisco Fabiano de Freitas Mendes.....	793
<i>Entre Habitus, Campo e Poder Smbólico: a construção dos conceitos de beleza e feiura no Anuário das Senhoras (1934-1958).</i>	
Renan Vinícius Alves Ramalho.....	808
<i>A estroenga girou - o mangubeat e o transnacional no debate cultural de Recife na década de 1990.</i>	
Roberta Ketllen Souza Duarte.....	819
<i>Os primeiros passos para a escrita da História do Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o concurso de 1840.</i>	
Ruan Kleberson Pereira da Silva.....	835
<i>Realeza Neoassíria: diálogos entre arte, arquitetura, religião e política.</i>	
Rusiane da Silva Torres.....	847
<i>História e cultura africana e afro-brasileira na formação de professores/as: um estudo do curso de licenciatura em História da UERN – Campus Central.</i>	
Rute Raabe Nunes Xavier, Nayara Regina Gondim Soares e Soraya Geronazzo Araújo.....	856
<i>Resistência e poder: protagonismo e liderança feminina indígena no Nordeste.</i>	
Sura Souza Carmo.....	870
<i>O enaltecimento da velha capital: a ação de intelectuais baianos na concepção de uma “ideia de Bahia” entre as décadas de 1920 e 1950.</i>	
Talita Alves da Cruz.....	883
<i>A viagem a Punt no Templo de Deir El-Bahari como um projeto memorial.</i>	
Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima.....	895
<i>Liberdade, substantivo feminino: a sociedade Ave Libertas e as mulheres abolicionistas do Recife (1884-1888).</i>	
Thaise Gabriella de A. Rodrigues.....	904
<i>Loucura e cidade: uma análise histórico-social das instituições manicomiais de Natal/RN (1940-1959).</i>	
Tuylla Rayane T. da Cunha.....	915
<i>O sertão potiguar sob a ótica do jornal A Ordem (1942-1943).</i>	
Tyego Franklim da Silva.....	926
<i>Trajetórias e participação nas Guerras dos Palmares e Guerras dos Bárbaros no processo territorialização das capitanias do Norte (1654-1709).</i>	
Vágner Hugo Calazans Silva.....	938
<i>A instauração da Diocese de Nazareth e o episcopado de Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela (1919-1946).</i>	

“MOLE QUE SÓ LEXANDRE”: A BIOGRAFIA DE UM SUJEITO, DE 1899 a 1986.Adelânia Gouveia Lima¹

Temos como pretensão neste trabalho analisar os diferentes processos de representações sobre Alexandre Agostinho de Oliveira entendendo-as enquanto construções históricas.

O viés que nos permitirá em uma mesma tessitura interagir com cangaço e memória será o estudo das representações

As representações vão revelar o que cada grupo ou pessoa quer para si em detrimento aos demais. Assim Chartier (1990 p.18) coloca a representação como tão importante como as fontes econômicas e sociais. Assim, “acaba-se com o mito de que a história cultural afasta-se da realidade e a história econômica reconstrói a sociedade tal como ela é”.

O real vai além dos dados e gráficos econômicos a representação revela o não dito e que muitas vezes diz mais do que os números e registros oficiais explicitados.

As representações coletivas mais elevadas, para Chartier, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos, tanto a dos outros como a sua. Uma representação coletiva remete não para o processo psicológico, sejam singulares, mas para as próprias divisões do mundo social.

Assim deturbada a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata (1990, p.22).

Sendo assim, o autor propõe um conceito de representação mais particular e historicamente mais determinado, isso apontaria uma maior variabilidade e pluralidade de (in) compreensões das representações do mundo social e natural propostas nas imagens e nos textos.

A história de Alexandre vai ampliar desde a visão que se tem de cangaço e cangaceiro indo até o processo onde se fabricam tais representações

Facó (1991, p.17) relaciona cangaço à questão de fundo político, uma vez que para ele as condições internas do Nordeste eram fortemente marcadas pelo latifúndio, herança da colonização que mantém o trabalhador rural excluído do campo ou em condições marginais,

¹ Mestranda do PPGH/UFCG. Endereço de e-mail: adelaniasb@gmail.com.

chegando a afirmar que “foi ainda o monopólio da terra que nos reduziu ao mais lamentável atraso cultural, com o isolamento, ou melhor, o encarceramento em massa das populações rurais...” Assim, cangaço foi uma forma encontrada por aqueles homens e mulheres se contraporem a essa ordem que os esmagava e oprimia.

Segundo Frederico Pernambuco de Melo o que desencadeou o cangaço foi fruto da soma de um elemento natural e de uma estrutura em que não havia presença de autoridade pública:

A ocorrência desta forma de banditismo experimentou o seu apogeu em períodos de desorganização social. Em nossa região, os grandes surtos estiveram ligados quase sempre ao fenômeno da seca e as agitações políticas. (MELO, Apud EMILIANO, 2002 p.40).

Assim, o homem se vê acuado reagindo de uma forma violenta, como se não houvesse outra opção para sobreviver, estando “fadado” a ser aquilo que o meio pôs para si, sem escolhas, sem possibilidades. Visão fatalista da vida humana.

Para Bezerra Maciel o cangaço originou-se no processo de colonização, quando os cangaceiros defendiam as terras de latifundiários.

Os primeiros grupos armados, formados por indivíduos de raças heterogêneas, de que se tem notícia no Nordeste, foram formados pelos colonizadores para protegerem seus proprietários contra ataques dos índios arredios e famintos (...) e protegerem as vilas e cidades mais especificamente os seus reservatórios d’água... (MACIEL, Apud EMILIANO, 2002 p.37/38).

Então o que aconteceu é bem ilustrado pelo ditado popular “o feitiço virou contra o feiticeiro,” os que antes defendiam agora atacam.

Mundo em que só imperava o absolutismo do grande fazendeiro, mandão e político, promovido naturalmente a “coronel” teúdo e manteúdo pela força dos cabras – os cangaceiros mansos e pelo reforço de prestígio político – a política. Essa última, aliás, o único sinal de governo naquelas brenhas (MACIEL, Apud EMILIANO, p.45/46).

Assim, o que causou o cangaço, para Maciel foi uma grande desestruturação marcada por atraso, abandono, isolamento e coronelismo.

Para Bismark Martins de Oliveira o cangaço é o resultado não da ausência do poder instituído, na verdade o Estado estava do lado dos mais fortes.

O sentimento sertanejo vê naquela forma de luta armada, uma maneira de externar seu sofrimento e sua inconformidade com os abusos e arbitrariedades cometidas pelos coronéis e chefes políticos. O cangaço surge então como forma ideal de resposta para os potentados e suas leis que oprimiam e matavam. (OLIVEIRA, Apud EMILIANO, p.24).

Como o estado não cumpria seu papel de regimentar a sociedade para garantir os direitos sociais os cangaceiros se opunham a este.

Albuquerque Jr., analisa o olhar que os tradicionalistas e os intelectuais de esquerda lançam sobre o cangaço:

O mesmo cangaceiro que era visto pelos tradicionalistas como justiceiro dos pobres com homens integrados a uma sociedade burguesa, torrar-se-á, no discurso e obras artísticas de intelectuais ligados à esquerda, um testemunho da capacidade de revolta das camadas populares e símbolo da injustiça da sociedade burguesa, ou na prova da falta de consciência política dos dominados, uma rebeldia primitiva mal orientada individualista e anárquica. (ALBUQUERQUE Jr., Apud EMILIANO, p.17).

Esse discurso é marcado por diferentes perspectivas ou linhas teóricas com essa análise do autor percebemos como os olhares são influenciados por nossos pares.

Enquanto muitos tem a ideia de chefes de cangaços analfabetos, flagelados, marginalizados, o chefe do “bando” ao qual Alexandre pertenceu era um homem letrado e que estava oficialmente do lado do Estado era o meritíssimo juiz Augusto St^a Cruz denominado “Guerreiro Togado”.

Quando muitos cangaceiros foram perseguidos e mortos pela polícia, chamados macacos, e terminaram suas vidas fugindo destes, Alexandre ao deixar o cangaço serviu ao exército no Rio de Janeiro e, ao retornar a Serra Branca tornou-se soldado.

Cangaceiro para muitos eram “cabras machos”, valentes e viris que empunham respeito, contra pondo essa visão o nosso objeto de estudo, Alexandre é até hoje motivo de muitas risadas por ter fama de azarado fazendo surgir, inclusive uma expressão muito usada pelos mais velhos para designar alguém sem sorte “mole que só lexandre”.

Para entendermos as representações do cangaceiro “mole que só Lexandre” o estudo de memória torna-se fundamental. Através da análise dos meios e modos utilizados por ela percebemos como esta operação resulta no que está representado para um indivíduo ou uma comunidade A necessidade de ativar ou de materializar o que existe em estado oral ou mesmo o que foi abafado por processos políticos se constitui em um desafio motivado pela memória da comunidade, que não quer deixar morrer determinadas experiências. (MEIHY, 2005, p. 29)

A memória enunciada pela oralidade permite que indivíduos como “Alexandre cangaceiro” tenham suas representações discutidas, e oferece aos que não tiveram suas histórias registradas, a possibilidade de significar suas vidas

Segundo Halbwachs (1990) a memória tem uma função tão importante de representação que não percebemos que através dela, pessoas e grupos, naturalmente repetem ou projetam as conveniências sociais que na verdade são construções:

É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência passam despercebidas. Da mesma maneira, e talvez com mais razão ainda, quando no ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivos que se cruzam em nós se reproduzem um desses estados complexos, onde queremos ver um acontecimento único que não existirá a não ser para nós. (1990, p. 47)

Sobre as influências sociais podemos lembrar o conceito que se tem de cangaceiro: homens viris, fortes e destemidos e que não se enquadraram no cangaceiro “mole que só lexandre”

Para Michel Pollak (1992, p.201), o grande desafio trazido na memória, exposta pela oralidade, é saber como interpretá-la. O autor coloca algumas informações que são verdadeiros desafios para entender a memória enquanto lugar de representação, pois enquanto se diz que memória é algo dinâmico e mutável, ao mesmo tempo “devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”.

Alexandre Agostinho Oliveira existiu, mas cada representação dele de cangaceiro ou azarado se deve a dinâmica ou as imutabilidades que cada memória realizou sobre ele.

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvessem elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças (POLLAK, 1990., p.202)

Para esta questão de dinâmica e imutabilidade, Pollak propõe o estudo dos elementos que compõe a memória: acontecimentos, personagens e lugares “conhecidos direto ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos”. (1990, p. 202).

Com estes três elementos: acontecimentos, personagens e lugares, Pollak (1990, p. 204) quer chamar a atenção para a questão de identidade, não como algo que meramente ilustraria um grupo, mas algo que resulta de disputa por representação de um indivíduo dentro de um grupo ou um grupo sobre outro: “Constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas, que acontecimentos, vão ser gravados na memória de um povo.”

Pollak (1990, p. 206) tratará também de responder as críticas de que a história oral é apenas capaz de produzir representações e não reconstituição do real: “A rigor sem assumir o

ponto de vista do positivismo ingênuo, podemos considerar que a própria história das representações seria a história de reconstrução cronológica deste ou daquele período”.

Ou seja, Pollak (1990) dá a história uma nova função que não é a já desacreditada de compor o “real”, mas a de analisar todo o processo que resultou naquilo que chamamos de “real”, que são nossas representações feitas na memória através de um processo construtor em que se selecionou, excluiu, acrescentou, projetou e se adequou conforme a vontade de um indivíduo ou um grupo.

Ecléa Bosi (2004, p.46) estuda memória através da análise das pesquisas de Bérghson e Halbwachs. O primeiro opõe, segundo Bosi, percepção do atual versus lembrança, mas para a autora “na realidade não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”.

No estudo de Bérghson, segundo Bosi, ele trabalha com dois conceitos de memória: pura e complexa.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é, não raro conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e, move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho. (2004, p. 48).

Considerando esses dois conceitos de Bérghson uma das memórias é totalmente incapável, pois elas são aquelas partes que foram excluídas por não estarem à altura das conveniências sociais e que certamente provocaria a desintegração de uma pessoa em um grupo ou a do próprio grupo.

É nessas relações imagéticas de mantemos com os sonhos anseios, vontades e mutações, que reside à importância das representações, pois o que “realmente importante é não ser a memória apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação e significação”. (BOSSI, 2004, p.33.)

Contudo, as representações que fazem de Alexandre não surgiram do nada, tem sua essência em alguma experiência vivida “O vivido remete a ação, a concretude, as experiências do indivíduo ou grupo. A prática constitui o substrato da memória, esta por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes de experiência”. (AMADO, 1995, p.51).

O que é diferente é o trabalho que a memória faz com os vestígios deixados, onde ela tanto pode selecionar, excluir, incluir e mudar em uma representação que se assemelhe com o

acontecido, bem como, transformar em algo bem distante da experiência, isso vai depender da representação que cada indivíduo ou grupo achar que lhe convém.

Toda discussão sobre memória como indício para construção de uma representação, e de toda a diversidade e complexidade destas é bem ilustrada com os relatos colhidos nas entrevistas sobre o cangaceiro Alexandre.

Contudo, algo se faz necessário após as entrevistas sobre Alexandre. Revelá-lo não apenas de forma estereotipada envolto pelo “estigma de azarado”, “valente”, “mole” entre outros. As falas sobre Alexandre nos são muito preciosas, pois há o Alexandre “humanizado” que teve família, que esteve no cangaço, que “serviu a pátria”, foi soldado e que trabalhava.

O único documento oficial encontrado sobre Alexandre foi a sua ficha de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Branca. Nela consta seu nome completo: Alexandre Agostinho de Oliveira. O ano de seu nascimento é 1899, tendo como pais Agostinho Bernardo de Oliveira e Maria Bezerra de Oliveira, seus irmãos assinaram o último sobrenome Silva, mas seu pai não tem esse nome. Para tanto, talvez Alexandre tenha sido o único dos filhos a precisar de documentos, pois esteve no exército e na polícia, sendo registrado mais cedo e, assim, usou o sobrenome correto, sendo essa prática comumente usada antigamente.

Alexandre, porém, tinha uma parentela extensa, pois seu pai teve duas famílias, pois enviuvou da primeira família, eram seus irmãos: José Agostinho, Francisco Agostinho, Benevenuto Agostinho, Augusta Agostinho, Idalina Agostinho, Sabina Agostinho, Josefa Agostinho, Inácia Agostinho, Severina Agostinho (Bibi), Francisca Agostinho.

Ainda no primeiro casamento teve uma filha bastarda chamada Constância. Da segunda família nasceram Cícero Agostinho e Judite Agostinho.

Segundo relatos de seu amigo Bartolomeu Ferreira, ele nasceu na fazenda Cacimba Nova no distrito de Santa Luzia de Serra Branca.

A história de Alexandre é correntemente lembrada a partir do fato que o fez tornar-se cangaceiro. Foi um crime contra outro sujeito de nome Zé Piancó. Mas, o que leva um menino de dezessete anos a tornar-se bandido? Será que Alexandre ainda tinha sua mãe? Como teria sua vida na ausência dela? Uma vida “rude” no campo sem a presença materna? Tendo seu pai casado outra vez, como teria sido sua convivência com a madrasta? Tais perguntas não foram possíveis de se esclarecer, mesmo sendo elas bastante instigadas.

Sobre o crime, segundo Sr. Bartolomeu Ferreira que foi escrivão e comissário da polícia, o fato do crime teria sido mais ou menos assim:

Ele morava nas Capoeiras/Jericó, ele veio numa noite de festa (...) tinha uma bodega (...) vendia muitas coisas: bebidas, tinha pães também, aí disse:

_ Eu quero um cruzado de pão?

Com seu Bitu-pão feito de farinha de trigo importada e banha de porco era coisa muito boa.²

E prossegue dizendo:

Aí tinha um tal de Zé Piancó (...) uma lapa de “nego” (...) era o “acalenta menino” daqui, o criminoso, aí quando ele pediu um cruzado de pão, aí o negão Piancó disse:

_ Bota uma bicada de cana pra mim, duas em dois copos.

Aí chegou disse a Alexandre:

_ Você vai beber? (...)

_ Eu não bebo, que isso eu sou menino de dezessete anos (...) não bebo.

_ Bebe!

Por que um menino que demonstra consciência em saber o que é certo e errado, enfrenta o “acalente menino” sem medo? A resposta está na personalidade de Alexandre definida pelo seu amigo, “seu Basto”: “Ele era homem de respeito, (...) ele respeitava demais, agora não bulisse com ele não, que ele não abria, não abria de jeito nenhum”³.

Somando-se a essa personalidade, a frase que, segundo seu Antonio Mamede, Zé Piancó disse foi: “Eu vou lhe sangrar aqui fora na calçada para não melar o cimento”⁴. Podemos entender que talvez tenha sido essa ofensa a gota d’água para Alexandre cometer esse crime: “Ai ele pegou Alexandre pela abertura e ficou com ele levantado (...), Alexandre dou-lhe três punhaladas na barriga dele, grande”.

Assim, Alexandre embora revidasse as ofensas de forma tão desafiadora, era um menino comum, que gostava de guloseimas e que se vestia de forma matuta, como descreve o senhor “Basto”: “Aí ele chegou com uma blusinha de mescla azul, tinha botão em todo canto (...) ele me contou tudo, Alexandre, e uma calça de “boca de saxofone”.

Depois do crime Alexandre passou a ser fugitivo da polícia, pois alguém o advertira para o fato de que a polícia vinha à sua procura. Tal fuga foi narrada em detalhes pelo mesmo senhor Basto:

Alexandre correu (...) uns soldados que tinham chamado Manoel Ferreira e Isidoro deram uns tiros (...) ele correu foi pra lá pra Jericó, lá ele almiziou-se numa serra passou dezessete dias, (...) comendo milho seco nos roçados e bebendo água numa bebida de animais.

² Entrevista concedida a autora pelo senhor Bartolomeu Ferreira, em setembro de 2007.

³ Entrevista concedida a autora em setembro de 2007.

Após a fuga parece que Alexandre se envolve com o cangaço. Porém, há várias versões para o motivo de Alexandre ter entrado no cangaço, sendo uma contada por Heleno Ronaldo de Sousa: “Invadiram-se a casa do pai de Alexandre, que ao procurar justiça não teve êxito, assim ele entrou no banho de Major Santa Cruz”.⁵

Um outro motivo é apontado por seu Augusto de Sousa para justificar a entrada de Alexandre ao grupo do Guerreiro Torgado, sendo esta motivada por uma briga de partilha por causa de terra, justificativa essa que parece plausível, pois à época havia dois grupos políticos que disputavam o poder local: os Gaudêncio e os Brito.

Alexandre Agostinho de Oliveira é minha pesquisa de dissertação que por conta da pandemia foi interrompida temporariamente pela impossibilidade da realização das entrevistas com idosos, no decorrer da pesquisa também sentimos a necessidade de discutirmos o que vem a ser uma biografia, o que tem sido desafiador e significativo toda o debate epistemológico em torno do que comumente sugerem enquanto o retorno do sujeito a partir dos desafios que sempre são postos para as ciências humanas.

A partir do diálogo com Pierre Bourdieu e sua Ilusão biográfica, Jacques Le Goff e a biografia de São Luís com seus estudos medievais e Franco Ferrarotti com A autonomia do método biográfico partindo do início dessa discussão que podemos localizar nas últimas décadas do século XX e analisando em que as obras escritas por esses mesmos autores indicam em termo de mudanças heurísticas e hermenêuticas o que, ainda estou em processo de leitura para construção do texto.

Referências

- AMADO, Janaina. O grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **IN: Revista História**. São Paulo, ed. UNESP, vol. 14, 1995, p. 125-136;
- BOM MEIHY, José Carlos Sabe. **Manual da História Oral**. São Paulo, ed. Loyola, 2005;
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, Cia das Letras, 1994
- BURKE, Peter. **Variedade de história cultural**. Tradução Aldo Porto, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2000;

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990;

EMILIANO, Antônio Lisboa. **Nos rastros da memória de Lampião**. TAO, 2002/2;

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.

FILHO, Pedro Nunes. **Guerreiro Togado**. Recife, ed. UFPE;

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, vértice 1990;

HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003;

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, p.200 a 212;

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro, São Paulo 1997.

O BRASIL IMPÉRIO E O CÓDIGO CRIMINAL

Adísio Genú De Freitas Junior¹

1 INTRODUÇÃO

No século XIX o Brasil foi marcado pela necessidade da implantação de uma normatização jurídica pátria com o objetivo de estabelecer o poder e controlar a sociedade sob a égide da Constituição de 1824. O Código Criminal de 1830 foi construído com fortes influências iluministas e liberais.

De um lado a elite buscando a preservação do seu status e do outro a existência de lutas pelo fim da escravidão. Foi nesse cenário que o Código Criminal foi alicerçado. Embates jurídicos duríssimos foram travados entre os escravocratas e os abolicionistas.

No período objeto do presente trabalho, o cenário mundial era de preocupação na normatização de uma legislação capaz de absorver as rupturas oriundas das consequências do fim do Antigo Regime e a necessidade de preencher as lacunas normativas com as novas formas de controle social com embasamentos iluministas por parte do Estado.

Em diversos países como na França e Prússia foram utilizadas legislações com o objetivo de se efetuar amortizações dos humores de parcelas revoltosas da população como também para controlar a sociedade e gerenciar a nova ordem estabelecida, principalmente através do Direito Penal.

A Inglaterra, como locomotiva do comércio internacional, fomentava o ideário do fim do comércio de escravos objetivando o incremento das relações comerciais e o aumentada demanda do mercado consumidor para seus produtos.

Os ingleses também pressionaram os Estados que tivessem interesse em participar da engrenagem econômica da época para que efetivassem a extinção do tráfico de escravos, sendo o Brasil um desses países.

Neste contexto, o Brasil ainda era um dos pouco países desenvolvidos que ainda não tinha abolido por completo a escravidão. Eis aí o grande desafio, pois o Brasil tinha que, ao mesmo tempo, ceder a pressão da Inglaterra para abolir a escravidão sem, contudo, promover

¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Endereço de e-mail: adisiogenuf@gmail.com

um caos econômico, social e jurídico provocado por uma eventual ruptura das relações de propriedade existentes entre os senhores e seus escravos.

Essa conjuntura não foi muito simples, pois a elite desejava manter os privilégios, mas sem perder a força da mão de obra escrava, estava se formando assim o liberalismo jurídico pátrio.

Nesta esteira Adorno (2019, p. 38) demonstra que:

Assim, para as elites proprietárias rurais, a agenda liberal significou progresso, liberdade, modernização e civilização, não obstante implicasse paradoxalmente a proposição de um projeto político de âmbito nacional que mantinha a propriedade escrava, não tinha pretensões democratizantes, não revelava intenção de transformar o país numa república nem sequer se baseava na premissa da igualdade jurídica, política e social.

A Europa irradiava os novos horizontes de como os Estados deveriam agir para que conseguissem assegurar uma legislação reguladora da sociedade e que, ao mesmo tempo, buscava atender às novas demandas econômicas.

Desta forma, o Brasil se viu condicionado em se organizar enquanto Estado (Brasil Império). Iniciou-se assim no Brasil uma normatização legal principalmente no campo do direito criminal.

O Brasil só conseguiria participar da conjuntura econômica internacional se aplicasse os ideários iluministas em uma codificação que fosse realmente eficiente nesse intento e a opção, como em outros países, foi a implantação de uma codificação penal e processual penal.

2 A INFLUÊNCIA DOS IDEÁRIOS ILUMINISTAS NO DIREITO BRASILEIRO

A Revolução Francesa com seus ideários iluministas influenciou a mudança de como o Estado deveria se colocar perante a sociedade com o fim do absolutismo. Os novos ares não se restringiram às questões sociais e políticas.

Vários pensadores, filósofos e juristas inspirados na liberdade, igualdade e fraternidade ditaram as novas formas de enxergar e dirigir a sociedade. Toda essa onda influenciou diversos países. O Brasil, mesmo em outro continente, não ficaria às margens dos novos ideários.

A ressonância no âmbito jurídico é tamanha que o nosso primeiro Código Criminal positivado é conhecido como um código iluminista. Para o iluminismo o que deve reger a

sociedade é a prescrição da lei e não os subjetivismos dos jurisconsultos do Antigo Regime. Ficando assim a sociedade sob a égide do império da Lei.

A importância de se ter um código positivado era a de evitar as situações de pluralismo jurídico em decisões antagônicas para um mesmo fato, o que desembocava sempre em uma insegurança jurídica para os cidadãos.

Neste sentido Brighente (2019, p. 32) demonstra que:

O movimento iluminista, tendência intelectual que tinha como fundamento a crença na força emancipadora da razão, surgia da vontade de transcender os particularismos, baseando-se para tanto na unidade da natureza humana, expressa no indivíduo, o titular de direitos universais. No campo jurídico, portanto, a visão iluminista não se cansará de criticar o que entendia como um sistema caótico, um acúmulo de costumes e interpretações contraditórias dos juristas; instaurará o Estado como único protagonista da nova ordem jurídica transformando-o num “meticuloso controlador”, “controle do espaço sócio-político”, mas também e principalmente do espaço jurídico.

O iluminismo foi de extrema importância para o engajamento político, jurídico e econômico do Brasil com a Europa. Com a aplicação de um regramento jurídico único o governo tinha mais poder de persuasão e intimidação da população.

O objetivo estava na possibilidade, com a implantação do código único, de não deixar mais lacunas nas interpretações dos atos ilícitos.

Inserido no direito pátrio os ideários iluministas, o Código Criminal foi ferramenta extremamente importante na condução da pavimentação do abolicionismo, mesmo com seus tímidos avanços. Não por acaso foi a primeira normatização codificada do país após o advento da Constituição de 1824.

Braz Florentino (SOUZA, 2003, p. 17) ensina:

Com relação ao Código Criminal do Império, sancionado somente aos 16 de dezembro de 1830, cumpre destacar que a própria Constituição Imperial determinou, em seu artigo 179, §18, a urgente organização de “um Código Criminal, fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade”. Os movimentos de índoles liberais existentes à época fomentaram a revisão de diversos conceitos pretéritos, de modo a impor a aceitabilidade de outras concepções vigentes naquele período histórico. Aliás, a própria Constituição de 1824 já havia determinado, também no seu artigo 179, o princípio da igualdade de todos perante a lei, a irretroatividade da lei penal, assim como avedação do repasse da pena do delinquente para outra pessoa.

A influência iluminista de uma codificação una em detrimento dos inúmeros entendimentos judiciais de conduta não só colaborou do ponto de vista do Estado na vigilância e punição da população como também normatizou a possibilidade do recurso aos insatisfeitos com as decisões em primeira instância.

O recurso à instância superior estava garantido em uma norma legal. Dal Ri Júnior e Castro (2008, p. 263), ensinam sobre a influência do iluminismo no direito criminal:

Nos escritos dos autores iluministas despontava com relativa importância a chamada questão penal como um capítulo dentro da construção teórica do Estado moderno.

Existiu a preocupação em garantir direitos às pessoas. Ou seja, o legislador também se preocupou em proteger os jurisdicionados do próprio Estado-Juiz, a busca não era só punir.

Já no artigo 1º do referido Código existe o dispositivo de não incriminação aos crimes ocorridos antes da edição do texto unificado. É o princípio jurídico da não retroatividade do direito criminal. Braz Florentino, ensina:

Sendo a lei uma regra com a qual devemos conformar as nossas ações, e não podendo alguém ser razoavelmente obrigado a cumprir um preceito que, por não existir, não pode ser conhecido, está claro que é da essência da lei não reger senão as ações futuras, e que a retroação é justamente reputada como subversiva da essência mesma da lei (SOUZA, 2003, p. 37).

A complexidade da realidade social no século XIX, sobretudo com a existência da escravidão e da existência dos movimentos libertários somado aos desejos do Estado no desenvolvimento econômico no cenário internacional exigia uma codificação que tomasse as rédeas de uma sociedade inquieta.

Sobre este assunto, Mello (1978, p. 16) leciona que:

Os brasileiros sabiam, e também os portugueses que ficaram com o Brasil, e também Pedro I, que a lei mais urgente para um Estado recém-fundado, não é a Constituição: É a lei Penal. Primeiro o Estado incipiente tem que combater a desordem e o crime; que reduzir à impotência os cidadãos truculentos e os malfeitores: que estabelecer e firmar a tranquilidade pública. Só depois pode ordenar e limpar casa, organizar e moralizar as funções públicas, eleger funcionários zelosos e competentes, criar e cultivar a moral do cidadão.

Países como a França, Prússia e Espanha valeram-se dos mesmos instrumentais legais após a ruptura com o Antigo Regime, com o mesmo intento, para organizar as instituições.

O aparato Estatal utilizou-se primeiramente do âmbito criminal sob o manto jurídico de uma codificação infraconstitucional.

Dessa forma, foi o direito criminal, antes do direito civil, que direcionou os primeiros ajustes de condutas sociais, principalmente no intento de acalmar os ânimos sociais com o advento da nova conjuntura que o Iluminismo defendia.

Inúmeros debates foram necessários para a construção do projeto do Código Criminal. Os debates realizados no âmbito do poder legislativo e também pelos proferidos pelos juristas resultaram em um inédito e elogiado código criminal unificado.

Apenas para ilustrar, o código criminal foi dividido em 04 partes principais: I) Dos crimes e das penas, II) Dos crimes públicos, III) Dos crimes particulares e IV) Dos crimes policiais.

Destaque-se que o código criminal atribuiu ao escravizado o instituto de ser sujeito de direitos, ou seja, nivelando-o ao patamar do, por exemplo, senhor de engenho. Sendo assim existiu um tipo legal que, de forma até então inédita, atribuiu direitos aos escravizados. Ou seja, a tutela estatal.

O Código Penal de 1830 (BRASIL, 1830), em seu art. 60 prescrevia que: *Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o juiz designar.*

O referido artigo veio posteriormente a ser revogado pela Lei 3.310, de 1886.

Os ideais liberais já insculpidos na Constituição de 1824 foram fontes de inspiração para a construção da norma criminal e processual criminal no Brasil Império. José Reinaldo de Lima Lopes ensina:

O ideário e os dispositivos liberais contidos na constituição precisavam ser postos em prática, o que deu origem às primeiras reformas do processo criminal, o qual precisou ser criado praticamente do zero, e da organização judiciária na qual se devia incorporar a combinação de juiz letrado profissional com juiz popular membro do júri. Os legisladores da época, cujas ideias transparecem nos debates parlamentares, tinham uma percepção aguda de que o essencial eram os novos tribunais penais e suas respectivas formas de processo, e o quanto as instituições herdadas das Ordenações contrariavam a Carta de 1824. Além disso, depositavam nela grandes expectativas políticas, conscientes de quanto ela subvertia ou poderia subverter práticas herdadas do regime anterior. (LOPES, 2017. pg 126.).

3 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DE COIMBRA NA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO CRIMINAL

Nos séculos XVIII e XIX existiam redes de comunicações modernas para a época e faziam com que os ideários iluministas chegassem ao Brasil. O fervor nacional, com as

influências de teóricos europeus e a chegada das novidades foram condições de elevada importância para a abertura dos debates políticos e jurídicos que sacudiram o século XIX.

Os principais juristas que atuaram no país no século XIX tiveram formação na Escola de Coimbra, já repleta dos ideários iluministas. O fruto desse contato com a cultura europeia colaborou com a implantação dos cursos jurídicos no Brasil. Laura Fagundes, ensina:

De certa forma, as duas escolas foram ao longo de quase todo o império, herdeiras da filosofia da Universidade de Coimbra onde formaram a elite metropolitana e os grandes articuladores da independência brasileira. Ao mesmo tempo em que representaram um importante papel no processo de afirmação do Brasil como país independente, tornando-se redutos formadores de burocracia (FAGUNDES, 1995).

Com condições de investir nos estudos jurídicos em Portugal a elite brasileira atravessa o atlântico para estudar na Escola de Coimbra. Em 1772 a referida escola passou por uma grande transformação em sua estrutura e na grade de ensino.

Até mesmo essas transformações foram frutos de inspiração na estruturação e implantação das duas primeiras escolas jurídicas do país. Uma na capital paulista e outra em Olinda que depois foi para Recife.

O jurista português Pascoal José de Mello Freire teve forte influência na construção do pensamento jurídico pátrio. Ensina Gizlene:

Temos, aliás, vários indícios de que a formulação do código inspirou-se no projeto de Pascoal José de Mello Freire, professor de muitos juristas brasileiros. A autoria do código brasileiro é coletiva, sendo uma obra legislativa conjunta, embora tenha sido atribuída em grande parte a Bernardo Pereira de Vasconcelos, autor do projeto que embasou a Assembléia que o reescreveu e sancionou. Tanto o código quanto toda a arquitetura institucional jurídica do Estado emergente era a imagem da classe que o empreendeu, através de seu segmento político letrado (Neder, 2000. Pg. 135.)

É importante mencionar a importância da reforma que a Escola de Coimbra foi submetida pelo governo português. Nesse âmbito a figura do português Luis Antônio Verney desponta como fundamental. Neder leciona:

Para ele, o método correto e moderno de estudo devia levar em conta a conexão entre as disciplinas: a história foi considerada como básica para o entendimento do estudante, e ele a designava como História Civil, principalmente a romana, tendo em vista a formação do jurista, e história da igreja, para um teólogo. A criação da cadeira de História do Direito Pátrio, sob a reforma pombalina, refletiu essa orientação, articulando uma proposta que vai da História Civil Romana, com inspiração filosófica no materialismo aristotélico, para a História de Portugal. (Neder, 2000. Pg. 120).

Interessante foi a importância dada à disciplina da História principalmente na formação dos juristas. Essa grande reforma ocorrida no ensino coimbrês respingou nas faculdades de direito pátrias.

Sobre a efetiva influência jurídica portuguesa no Brasil Império, ensina José Murilo de Carvalho:

O ponto importante a guardar de toda a análise é que a síndrome educação superior/educação jurídica/educação em Coimbra deu à elite política da primeira metade do século aquela homogeneidade ideológica e de treinamento que apontamos como necessária para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava. (Carvalho, 2020. Pg. 84).

Dessa forma, era dada a pedra de toque de todo o arcabouço jurídico pátrio com fortíssima influência dos ideários portugueses já durante a Reforma Pombalina.

É importante realçar que toda essa influência teve uma enorme ramificação de profissionais bacharéis. Esses bacharéis tornaram-se magistrados, advogados e jornalistas. Preencheram os mais importantes postos da máquina pública.

Todo o aparato Estatal do Brasil Império estava preenchido pela elite. Grande parte influenciados pelos ideais vindos de Portugal, mais especificamente de Coimbra.

No que pertence ao Código Criminal pátrio não foi diferente, também teve influência da escola do direito criminal portuguesa.

4 JOSÉ BONIFÁCIO E A OBRA “REPRESENTAÇÕES”

José Bonifácio no seu requerimento chamado: Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura, escrita em Paris no ano de 1825, mais precisamente em 04 de outubro do referido ano em muito contribui para enriquecer os debates em sede do poder legislativo na causa abolicionista (SILVA, 1825).

O referido texto trata de sugestões de dispositivos legais, além de um prefácio inicial, em forma de arrazoado, cujo referido autor conclama a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil para refletir, ponderar, analisar e legislar sobre a situação desumana que o escravo era submetido, além de propor a inserção de normas legais com o intuito de solucionar, sob seu ponto de vista, a problemática da escravidão e que o Brasil deixasse de ser na época o único país do mundo com a escravatura ainda vigente.

Sobre Bonifácio, Brighente (2019, p. 70) leciona que:

Não era diverso o que se acha na “Representação” escrita por José Bonifácio

de Andrada e Silva que lembrava o risco representado pelos nossos “inimigos domésticos que nada tem a perder, antes tudo a ganhar de alguma revolução como a de São Domingos” e que vinha referida também no trabalho mais tardio de Silva Lisboa como “a catástrofe da Rainha das Antilhas”.

Para Bonifácio, a permanência da escravidão seria um entrave na inclusão do Brasil na roda do capitalismo, haja vista a crescente necessidade de um mercado consumidor e a exigência do cenário mundial do fim da escravidão, tanto que, ao propor seu trabalho, se manifestou com as seguintes palavras: “[...] *este assumpto faz o objeto da actual Representação. Nella me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravidão* [...]” (SILVA, 1825, p. 5).

Utilizando-se do seu prestígio na época, em virtude do cargo de deputado e com forte influência na elite dominante, propôs formas de efetivar a abolição da escravidão. Sabedor que era que sozinho, jamais iria efetivar seus desejos abolicionistas.

Para ele, era imprescindível que o parlamento absorvesse suas aspirações, caso assim não fosse, os escravocratas sairiam vitoriosos e o regime capitalista, que se mostrava promissor para o Brasil, com ampla aceitação nas nações europeias, centro da economia mundial da época, demoraria a vigorar no país.

O fervor no Brasil da época na eclosão de movimentos sociais, as influências de teóricos europeus foram condições únicas para a abertura dos debates antiescravistas.

5 A ESCRAVATURA NO BRASIL IMPÉRIO E OS DEBATES JURÍDICOS

O Instituto dos Advogados Brasileiros fundado em 07 de setembro de 1843, com solenidade ocorrida no Colégio Pedro II e tendo como seu primeiro presidente Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, foi uma casa que testemunhou grandes debates jurídicos. Debates esses que enrobusteceram as propostas para produção de leis abolicionistas (FAGUNDES, 1995).

Os jurisconsultos estavam sempre preocupados em não propor nada que fosse causa de uma ruptura brusca com o direito vigente, principalmente a fim de evitar prejuízos financeiros dos escravocratas.

Na obra Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de História: 1843-1993 (FAGUNDES, 1995, p. 89-90), estão elencadas algumas medidas propostas pelo Instituto para casos em que favoreceriam o fim da escravidão, tais como:

[...] Que a escrava que criasse bem cinco filhos seus até os sete anos fosse recompensada com a liberdade; Que a escrava que criasse com dedicação um filho do senhor fosse obrigatoriamente libertada por esse filho, no caso de herdá-la; Que a lei decretasse livre a terça parte mais produtiva dos escravos de um proprietário que não tivesse descendentes ou ascendentes diretos; Que não fosse considerada escrava a mulher que tivesse filho do senhor, o mesmo acontecendo com o fruto desta união.

No mesmo livro consta um rol de proposições que visavam proteger os escravos no tocante aos maus tratos efetivados pelos seus senhores. Como por exemplo:

Que um magistrado fosse incumbido de conhecer as queixas dos escravos; Que o escravo maltratado fosse vendido a outro senhor, não podendo retornar ao primeiro; Que a legislação desse cabo dos grandes castigos aplicado aos escravos por pequenas falhas; Que fosse instituído um curador-geral dos escravos em cada município ou freguesia, para proteger e apoiar suas queixas; Que fosse criado um pecúlio do escravo como garantia por bons serviços, o qual receberia com assistência de um curador; Que a lei previsse a educação religiosa e moral dos escravos através da catequese dada pelos padres (FAGUNDES, 1995, p. 90).

Essas inúmeras proposições foram frutos dos casos concretos que chegavam para os advogados militarem. Importante frisar que os advogados atuavam tanto nas defesas dos ricos escravocratas como advogando pelos escravos.

Nessa dualidade de linhas de defesa era construído o fundamento e a hermenêutica jurídica que colaboraram não só com a construção da jurisprudência na interpretação do Código Criminal como também com os debates das leis abolicionistas que sucederam o referido Código.

[...] como notáveis da burocracia jurídica de um Estado escravista, os integrantes do IAB fizeram de tudo para adequar suas interpretações favoráveis à liberdade, nas questões levantadas e discutidas internamente, a posições jurídicas que respeitassem igualmente os direitos de propriedade, a fim de não provocarem a desordem e a intranquilidade social da nação (PENA, 2005, p. 28).

Vale destacar que os maiores valores defendidos pelos jurisconsultos não eram sempre os valores da liberdade e da dignidade do escravo. Acontecia de um mesmo advogado atuar na defesa dos senhores de engenho como também advogar pela defesa de uma escrava. Tudo dependia da “pauta do dia” e dos objetivos pessoais de alguns jurisconsultos.

Essa dualidade de posicionamento poderia ser motivada quando um advogado visando alcançar algum posto político como de deputado, por exemplo, prestava seus serviços para um escrivão influente para angariar mais votos para ser eleito.

De outro lado, os seus trabalhos poderiam se voltar na defesa de um escravo em uma condição desumana. As mudanças de entendimentos de acordo com o contexto político foram demonstradas por Pena (2005, p. 364):

Porém, uma coisa é certa: os dispositivos romanos, como as ordenações e leis extravagantes portuguesas como, aliás qualquer dispositivo legal em geral do Brasil Império, foram escolhidos e manipulados pelos juristas de acordo com seus objetivos jurídicos-políticos previamente traçados.

Muitas vezes essas posturas ambíguas ocasionavam mal estar nesses profissionais. Conflitos pessoais e vexames públicos chegaram a abalar a saúde mental de vários juristas.:

Como Teixeira de Freitas não havia ficado de todo “alienado”, os biógrafos-psiátricos optaram, em seu diagnóstico, pelo delírio. Entre os sintomas, citados na época, estavam o seu isolamento; o ter sido acometido por uma espécie de “monomania religiosa”, que o levou a produzir sucessivos ensaios de teologia jurídica (PENA, 2005, p. 121).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O iluminismo, os ideais liberais, a Escola de Direito de Coimbra e o Instituto dos Advogados Brasileiros foram fatores preponderantes na construção de um inédito Código Criminal pátrio.

Na construção de um Estado nacional todo o aparato estatal foi construído para se afastar do Poder de Portugal e efetivar o Brasil como um país independente com identidade próprio e com soberania na forma de governar.

As influências vindas do continente europeu, os ideais liberais que moldaram a estrutura da máquina pública com o preenchimento dos principais cargos apenas pela elite foram fatores que não só moldaram a construção do código, mas também a garantia de sua efetividade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

BABO, Isabel; SILVA, Célia. Redes sociais e mobilizações públicas: O movimento de “15 de Setembro”. In: **CIAIQ2016 – 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, Porto, v. 3, p. 182-192, 2016.

BRASIL. **Código Criminal Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

BRAZ, Fabiana Schondorfer; CONTI, Paulo Fillipy de Souza. D. José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho: Um bispo ilustrado em Pernambuco. **Revista Tempo Histórico**, Recife, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistatempohistorico/article/view/2438/0>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **A condição jurídica criminal do escravo no Império do Brasil**: um estudo a partir de Castro, província do Paraná (1850-1888). 2019. 508f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/62347>. Acesso em: 18 set. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COSTA, Vivian Chieregati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência**. 2013. 316f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI:10.11606/D.31.2013.tde-04112013-164930. Acesso em: 18 set. 2020.

DAL RI JÚNIOR, Arno; CASTRO, Alexander de. Iluminismo e absolutismo no modelo jurídico-penal de Cesare Beccaria. Sequência: **Estudos Jurídicos e Políticos**, Santa Catarina, v. 29, n. 57, p. 261-284, dez., 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2008v29n57p261>. Acesso em: 18 set. 2020.

FAGUNDES, Laura. **Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de história, 1843-1993**. Rio de Janeiro: IAB/Destaque, 1995.

MELLO, Lydio Machado Bandeira de. Um código brasileiro que deve ser sempre estudado: O Código Criminal de 1830. **Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 19, p. 11, 1978. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/rvufmg19&div=4&id=&page=>. Acesso em: 18 set. 2020.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **História da justiça e do processo no Brasil do século XIX**. Curitiba: Juruá, 2017.

NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil Sobre a Escravatura**. Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825. 40p

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Lições de direito criminal**. Brasília: Senado Federal, 2003.

A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DO NORTE DA ÁFRICA NO IMPÉRIO ROMANO (SÉCS. I A.E.C. – I E.C.): REFLETINDO SOBRE UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA DE ESTRABÃO

Alaide Matias Ribeiro¹

O espaço que hoje denominamos de África do Norte era configurado na Antiguidade por quatro territórios, são eles: o Egito, a Núbia, a Etiópia e a Líbia. Todavia, é válido considerar que quando se pensa em um Mundo Antigo ainda é comum haver o que Peregrine Horden e Nicholas Purcell enunciaram como um “deslumbramento por uma Atenas Clássica, uma Roma Imperial, uma Constantinopla metropolitana” (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 5). O que nos indica que a obliteração de espaços por vezes naturalizados na historiografia clássica apenas como provinciais ou periféricos em relação aos centros de poder como Roma, na Península Itálica e Atenas, na Hélade Continental, foi um marco na historiografia tradicional do século XIX a qual se baseava, em grande medida, nos testemunhos escritos oriundos desses centros. Quando levamos esse quadro para a África, percebemos que o espaço de maior destaque é o Egito, território ao qual é atribuído um conhecimento memorável devido à sua longevidade desde a Antiguidade, quando já era reconhecido por Hecateu de Mileto como uma dádiva do Nilo (HERÓDOTO, *Histórias*, III) ou como o grande exportador de grãos de Roma.

Esse território de posicionamento geográfico singular, conector de continentes, foi apresentado na historiografia como pertencente mais ao Oriente Próximo do que à própria África, portanto, mais asiático que líbico. Mas, desde a década de 1980 - vide a publicação das obras com considerações “polêmicas” do arqueólogo Cheick Anta Diop e do historiador Martin Bernal - essa perspectiva conhecida como des-africanização é questionada (SAGREDO, 2017). No entanto, pensar na constituição de uma África do Norte antiga caracterizada por uma população estritamente negra é uma questão complexa, tendo em vista os processos de contatos estabelecidos entre os diferentes povos mediterrânicos, especialmente, os de origens grega e fenícia. De fato, pensar na existência desse espaço e as etnias ali presentes de forma articulada é complicada. Afinal, inicialmente deveríamos nos

¹ Mestranda em História (PPGH-UFRN). Endereço de e-mail: alaid Ribeiro@ufrn.edu.br.

perguntar, podemos falar em termos de uma África antiga? Como os próprios antigos, sejam eles os autóctones ou estrangeiros, nomeavam, percebiam e se relacionavam com e nesse espaço?

Podemos afirmar que essa percepção política e geográfica de deslocamento do Egito, apesar de poder ser identificada já na Antiguidade, foi fomentada pelo que Edward Said (1990) denominou como Orientalismo, que ao ter sido instituído como disciplina científica ao longo do século XIX, construiu um paradigma de mundo dicotômico em que um Oriente foi construído como uma entidade geográfica e culturalmente oposta ao Ocidente. Nesse movimento, o processo de “descoberta” do Egito contemporâneo e antigo foi incentivado pelas administrações coloniais francesa e inglesa, que criaram no território instituições próprias para tal objetivo. No entanto, além do Egito faraônico, ptolomaico e romano, alguns espaços ao longo do Norte da África ganham destaque, especialmente, em razão de terem sido o cenário de eventos históricos de impacto relatados em textos greco-romanos ou pela presença de vestígios arqueológicos monumentais, sejam esses derivados das atividades dos povos da região ou dos povos outros que vieram a exercer controle e influência sobre aqueles.

Cartago, por exemplo, cidade de origem fenícia situada no território atualmente pertencente à Tunísia, ficou conhecida na história romana do século I A.E.C. (TITO LÍVIO, *Ab Urb Condita*, XI – XXX) por ser a potência inimiga de Roma durante as Guerras Púnicas (sécs. III-II A.E.C.). Já a Núbia antiga, que ocupava uma região que hoje integra o território do Sudão e uma parte do sul do Egito, é conhecida por sua arquitetura funerária monumental semelhante à egípcia. Mas, quando adentramos o interior desse Norte da África antiga que fazia fronteira com o deserto do Saara ao sul, com o mar Mediterrâneo ao norte, à oeste com Atlântico e à leste com o mar Vermelho, tem-se um contexto reduzido de evidências materiais monumentais que não edificadas por fenícios ou romanos. De forma que a maior parte das informações sobre esses espaços e dos povos descendentes dos proto-berberes que o habitavam antes e durante os contatos com outros povos mediterrânicos derivam de testemunhos escritos por sujeitos que não faziam parte daquele contexto, personagens que não estavam, portanto, em contato direto, cotidiano, com esses espaços.

São os viajantes, historiadores, geógrafos e administradores provinciais que produziram narrativas que traduziam o Outro, construindo o que François Hartog (1999) denominou de uma retórica da alteridade, um discurso que fala mais do seu produtor e de sua carga cultural do que o objeto ou sujeito do relato. Não obstante serem registros produzidos por olhares estrangeiros é válido considerar a proficuidade desses materiais como fontes que

possibilitam tanto a visualização de outras realidades, mesmo que mediatizadas a partir do imaginário e ideologia daqueles que empreenderam tais escritos. Destarte, um espaço que é elaborado textualmente por agentes originados de locais e culturas diferentes, destaca-se um discurso escrito em grego produzido nos primeiros anos do Império Romano, durante o principado de Otávio Augusto intitulado *Geografia* de Estrabão (64 A.E.C. – 20 E.C.). Este sujeito pretendia que sua obra fosse uma abordagem geral do mundo habitado e conhecido à época (DUECK, 2005, p.1), apresentando ao seu público - o homem político e um público que denominou de “médio” - um relato macrocósmico. E, para isso, o historiador, geógrafo e filósofo originário da cidade de Amásia, na região do Ponto Euxino, noroeste da atual Turquia, empreendeu uma descrição do orbe habitado em 17 livros, em que cada livro corresponde a uma corografia, uma descrição de uma região ou área geográfica específica.

O último livro da *Geografia* contém a descrição do que denomino de Norte da África antiga. No entanto, é preciso considerar que as referências aos territórios que a configuravam não estão restritas ao Livro XVII, sendo percebida desde os primeiros livros da obra em que Estrabão faz a *epanorthosis* ou crítica às fontes (ROSEMAN, 2005, p. 30), enunciando o objetivo da geografia, discutindo os princípios geográficos correntes por meio da discussão de outros geógrafos e da correção de suas ideias e apresentando o panorama geral dos continentes do orbe habitado, a saber: Europa, Ásia e Líbia. Inicialmente, para discutir essa dimensão espacial que é construída por Estrabão, optei por utilizar o conceito de espaço pragmático apresentada pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1983). Em sua discussão sobre espaço e lugar a partir da perspectiva experiencial humana, ou seja, de como as pessoas, considerando as suas culturas e biologias particulares, compreendem o mundo e atribuem significado ao meio ambiente, enfatiza dois tipos de espaços: o espaço mítico e o espaço arquitetônico. Esse último é definido como o espaço que é edificado pelo homem, é um meio ambiente construído que, além de construir, dá significado e sentido à determinada realidade. Já o espaço mítico faz referência ao campo do que não é percebido. É o desconhecido que envolve o conhecido empiricamente, é aquilo que cerca o espaço conhecido, o espaço que segundo Yi-Fu Tuan (1983, p. 112) é concebido pragmática e cientificamente.

Todavia, considerar o Norte da África construído por Estrabão em seu discurso geográfico como um espaço pragmático, um espaço que é conhecido porque concebido de forma pragmática, no sentido de que é um espaço de utilidade e relacionado às atividades desenvolvidas cotidianamente aí, principalmente, no que concerne ao aspecto econômico, parece restringir nossa análise à uma única dimensão. De fato, podemos argumentar que esse

espaço também foi concebido cientificamente ou, contextualizando à época da produção do discurso, foi construído por meio de uma série de operações racionais que envolveu pesquisa teórica e de campo. Estrabão, como geógrafo, orientava-se segundo uma perspectiva da geografia como atividade filosófica que pode ser utilizada

por una parte en lo que concierne a los asuntos políticos y a las prácticas de gobierno, por otra en lo que concierne al conocimiento de los cuerpos o fenómenos celestes y al de lo que hay en tierra y mar, animales, plantas, frutos y todo lo que en cada lugar es posible ver. (Estrabón, *Geografia*, I. 1. 1)

De acordo com Roseman (2005, p. 30-31), o amasiano considerava que as conclusões geográficas deveriam ser consoantes com os princípios gerais aceitos da filosofia natural conhecidas na tradição geográfica já estabelecida. Além dessa ligação com a filosofia, é preciso considerar que o geógrafo é concebido por Estrabão como o sujeito responsável por “describir las peculiaridades toponímicas suelen atenerse tanto a los cuerpos y fenómenos celestes como a la geometría, exponiendo formas y dimensiones, distancias y climata, calores y fríos, y, en una palabra, el carácter de la atmósfera ambiente.” (Estrabón, *Geografia*, I. 1. 13). E esses focos que deveriam chamar a atenção de um geógrafo se faz presente em sua *Geografia*. Observem, por exemplo, a seguinte seção em que Estrabão apresenta o panorama geral de um dos territórios que configuravam o Norte da África na antiguidade, a saber, a Líbia:

Depois da Ásia está a Líbia, contígua ao Egito e a Etiópia; o litoral que dá ao Nosso Mar² é praticamente reto desde Alexandria até as Colunas³, exceto as Sirtes e, em todo caso, alguma entrada moderada de um golfo e a saliência dos cabos que o formam; sobre a costa oceânica desde a Etiópia, é preciso considera-la como se fosse paralela à anterior até determinado lugar, e a continuação, desde o sul, se juntam em um cabo pronunciado que sobressai ligeiramente por fora das Colunas e forma uma espécie de trapézio. A Líbia é parecida à uma pele de pantera, como tem demonstrado outros e como Pisão, que precisamente foi governador do país, nos contou, pois está pontilhada de aldeias cercadas por uma terra sem água e deserta; os egípcios chamam a essas aldeias oásis. Com essas características a Líbia tem algumas outras diferenças que a dividem em três partes: de fato, o litoral do Nosso Mar é em sua maior parte rico e especialmente a Cirenaica e a zona do Cárquedon até os aurúsios e as Colunas de Hércules, a costa oceânica está pobremente povoada e a zona central, que produz o silfo, está povoado de forma miserável, deserta em sua maioria, rochosa e arenosa. O mesmo ocorre com o território, que em linha reta com esse, se estende através da

² Mar Mediterrâneo.

³ Colunas de Hércules, atual Estreito de Gibraltar.

Etiópia, Troglodítica, Arábia e a Gedrósia dos Ictiófagos. A maioria dos povos que habitam a Líbia são desconhecidos, porque em sua maior parte não foi investigada por expedições militares nem por estrangeiros e são poucos os habitantes locais que vem ao nosso país desde tão longe e o que contam não é fiável nem completo. De toda a maneira isto é o que se conta: aos que estão situados mais ao Sul os chamam etíopes e aos que estão por debaixo deles em sua maioria são garamantes, farúsios e nigritas, e todavia por debaixo destes os getulos, aos que estão situados próximos do mar ou em seu litoral no Egito, marmáridas até a Cirenaica, e mais além deste e das Sirtes, psiles, nasamons, alguns getulos e depois asbitas e bizacios até o Cárquedon. O país do Cárquedon é grande. Junto a esse estão os nômades: aos mais conhecidos deles os chamam a uns masilios e a outros maseasilos; em último lugar estão os marúsios. Todo o território desde o Cárquedon até as Colunas é rico, mas cheio de animais selvagens, o mesmo que todo o interior. Não é inverossímil que alguns deles tenham sido chamados nômades porque antigamente não podiam lavrar a terra pela abundância de feras selvagens; mas os contemporâneos, que tem uma perícia superior na caça – no que ajudam os romanos com sua dedicação aos combates de feras -eles se tornaram ilustres em ambos os campos, nas feras e na agricultura. (Estrabón, *Geografia*, II. 5. 33)

Pode-se perceber que nessa apresentação da dimensão, forma e a descrição da atmosfera ambiente, Estrabão anuncia um certo modelo de descrição. Além disso, é possível identificar alguns aspectos ideológicos do geógrafo: o que considera como fontes confiáveis, do porquê da titulação de alguns povos como nômades e os contatos entre os povos autóctones e os romanos. Assim, creio ser pertinente refletir sobre os elementos apresentados como relevantes na produção de uma geografia. E, tomando-os como referência, quais outros conceitos espaciais poderiam ser aplicados para a discussão do Norte da África construída por Estrabão? Que categorias poderiam ser utilizadas na compreensão mais abrangente dessa terceira parte do mundo habitado na Antiguidade? Como conceber os outros espaços como os territórios e as cidades dentro desse espaço maior que é o Norte da África? Enfim, como propor ou aplicar uma categoria espacial que seja coerente ao discurso investigado?

De acordo com Daniela Dueck (2003, p. 8-9) Estrabão fora educado segundo uma tradição helenística, viajando para centros intelectuais e tendo como mestres professores de gramática, retórica e filosofia como Aristodemo de Nisa, Xenarco de Seleucia e Tirano de Amiso. A produção geográfica à época é caracterizada como não apresentando contornos bem definidos entre as áreas de História e Geografia, o que nos leva a refletir sobre um dos aspectos a considerar no discurso geográfico: a presença de eventos históricos que são acionados quando da descrição dos territórios anteriormente citados. O discurso, além de expressar em seu conteúdo uma série de estratégias e marcas de enunciação que denunciam os elementos apresentados como definidores e caracterizadores desse espaço norte africano, dos

territórios que o constituíam e dos povos que o habitavam, é orientado segundo a filosofia da Stoa. A qual enuncia uma nova concepção de cosmo a partir de uma leitura dogmática da natureza, sendo essa uma entidade cujos princípios submetem todos os homens. De acordo com Rachel Gazolla, “para a Stoa o que a natureza determina é o que somos. E agimos como somos. Segui-la será, portanto, a suprema *areté*.” (GAZOLLA, 1999, p. 39) grifo da autora. É uma nova perspectiva teórica integradora e ética por excelência que considera o individual em relação ao político.

Considerar esses aspectos presentes no discursivo, para além do conteúdo textual apresentado por Estrabão, nos direciona à reflexão da *Geografia* de forma mais ampliada dentro do seu próprio contexto do Imperialismo romano. Ao discutir em termos de imperialismo e não de romanização, sendo essa uma categoria que é dotada de uma carga incisiva sobre os processos de contato dos romanos com os demais povos ao longo do Mediterrâneo, muitas vezes expressando um processo de aculturação que atualmente não mais sustenta, pretendemos ampliar a visão tanto da conjuntura maior como dos territórios localizados no Norte da África. Para o arqueólogo e historiador David Mattingly, o “Imperialismo deve ser visto como um processo dinâmico e em transformação.” (MATTINGLY, 2011, p. 6). Dessa forma, mais do que apresentarmos uma definição herdeira de um determinado modo de pensamento colonial do século XIX - ainda que não negando a estreita relação entre o surgimento do termo e sua atribuição à experiência da antiga Roma -, tentaremos discutir a fonte tendo em vista a dinamicidade de significados possibilitada pelo termo do qual o imperialismo é derivado, *imperium*, de acordo com os recortes temporais específicos que vão da República até o Império Tardio.

Como a obra, o autor e o constructo espacial enunciado pelo discurso investigado pertencem a um período específico da história romana, o principado de Augusto, aproximamo-nos dos argumentos propostos por Peter Edwell (2013, p. 51) de que *imperium* no período imperial expressava tanto o poder dos magistrados e do *princeps* como o poder do povo Romano e os territórios controlados por Roma. Como mencionado anteriormente, essa designação que delega poder de comando aos sujeitos já existia no contexto da República romana, todavia, é no modelo que se segue que vêm a ter seu significado ampliado pelo surgimento dos imperadores. O Império romano será, então, percebido como um tipo padrão singular, como “um movimento através do tempo histórico, não um conjunto imóvel de instituições.” (WOOLF, 2017, p. 17). É nesse movimento complexo que visualizamos o processo dinâmico de fluxos e relações. Compreendemos, portanto, o Império e o

Imperialismo em uma estreita relação, a qual nos indica uma perspectiva de um mundo romano que está continuamente em vias de integração e desintegração. É um mundo de poderes, em transformação, de configuração e de limitação caracterizado pela longa duração e pela composição variada de territórios e culturas.

Estrabão, sujeito de posicionamento singular nesse quadro, é aquele que produz uma sistematização do mundo habitado e conhecido no qual o Império Romano tem um papel de destaque, pois é apresentado como um organizador de parte desse orbe, em especial, nos continentes Europa e Ásia (vide Estrabón, *Geografía*, XVII. 3. 25). O Imperialismo como processo coloca em xeque o encontro entre sociedades e povos e o Norte da África, espaço composto pelos territórios Egito, Líbia e Etiópia, e em que transitavam grupos nômades e reinos independentes (MAHJOUBI, 2010) é mais um espaço que compõe o mundo habitado à época e que entra em contato com esse mundo romano. Todavia, considerando o processo de constituição da hegemonia romana e de suas esferas de influência sobre algumas áreas do Mediterrâneo ao longo da República (WOOLF, 2017, p. 68) e do Império, esse espaço foi posteriormente dividido em províncias: o Egito, uma província imperial, a África Proconsular, a África Nova, a Numídia e as duas Mauritânias como províncias senatoriais. E, apesar dessa divisão política comunicar o nível de relevância desses espaços para a administração do *princeps*, - vide as províncias imperiais cujo acesso de sujeitos de poder como magistrados só era possível mediante a permissão do imperador - aparentemente, nos diz pouca coisa sobre as mesmas. Pois afinal, o que caracterizavam esses territórios para além de seu estatuto político aos olhos de Roma? Quais os aspectos que os definem geograficamente e historicamente? E também, considerando o período de vivência, habitação e peregrinação de Estrabão ao longo desses territórios, como avaliar a presença ou a ausência dessas categorias no discurso geográfico?

O relato que inclui aspectos de uma geografia que é tanto física como humana, ou seja, que articula aspectos como relevo, hidrografia, clima, fauna, flora, cultura e história, e que permite visualizar um quadro geral dos espaços e das sociedades é uma oportunidade profícua e viável para refletir como Estrabão, utilizando-se de determinados elementos e uma estratégia discursiva construiu um Norte da África. Além disso, partindo da ideia de que a ambição enciclopédica de Estrabão, conforme enuncia François Hartog (2004) ou a perspectiva universalista da *Geografia* indicaria uma reescrita do Mundo Romano, segundo o argumento desenvolvido por Katherine Clarke (1999), podemos questionar a perspectiva corrente que considera a obra-autor (DUECK, 2000) como uma apologia ao Império Romano

e, mais especificamente, à administração de Augusto sobre esse orbe habitado. Dessa forma, podemos questionar: é possível verificar, partindo da análise da *Geografia*, esses vínculos políticos? O que podemos pensar das afirmações do autor sobre seus contatos pessoais e diretos com sujeitos de poder romano como o segundo prefeito do Egito, Élio Galo, e o procônsul da África e da Síria, Cneu Calpúrnio Pisão (Estrabón, *Geografía*, II. 5. 33)? É possível considerar que Estrabão, para além do espaço de poder constituído pelo campo da geografia, pode ter ocupado outros espaços de poder junto à Roma?

Ainda pensando numa abordagem mais ampliada, considerando o discurso geográfico caracterizado pelo seu caráter etnográfico e construtor de um espaço norte africano, que no imaginário da época constituía uma das três partes do mundo habitado, circundadas pelo Oceano primordial, podemos argumentar que essa construção espacial dialogava com toda uma tradição cultural, uma memória formativa (ASSMANN, 2011, p. 17) que tentava responder a uma questão do seu tempo: como estava disposto e organizado o orbe habitado ou o mundo habitado e conhecido. Mas, é válido questionar se, considerando a descrição dos territórios constituintes do Norte da África dentro do esquema geral que Estrabão constrói desse mundo, em que medida podemos perceber esses espaços em articulação ou integrados? Vale ressaltar que, além do papel desse conhecimento pregresso que chegou até Estrabão, derivado das descrições corográficas de geógrafos gregos, helenísticos e, em menor parte, romanos, consideramos a importância da inspeção pessoal ou “autópsia” (DUECK; POTHECARY, 2005), realizada pelo Amasiano em regiões como o Egito. Pois, partindo da ideia de que o geógrafo experienciou determinados trajetos e estabeleceu contatos diretos com toda a atmosfera dos territórios descritos, como perceber essas experiências e suas influências na própria escrita do discurso, ou seja, na construção do espaço?

A *Geografia* é um discurso em que a descrição dos povos que habitam os territórios se destaca. No caso do Livro XVII se destacam os egípcios, os líbios e os etíopes como constituindo os principais grupos humanos existentes, o que não oblitera outros que se fazem, mesmo que em menor medida, presentes no texto, como os núbios e os grupos nômades e que transitam no interior e litoral desse Norte da África antiga. Sendo a dimensão humana da geografia dedicada à descrição dos povos, seus costumes, seus constructos, suas semelhanças e diferenças, consideramos pertinente a mobilização da categoria identidade. Nos estudos sobre a Antiguidade falar de identidade não é uma novidade e o Mundo Romano surge como um espaço bastante profícuo para a discussão, já que essa sociedade, desde seus mitos de

origem até às hipóteses sobre seu declínio ressaltam a multiplicidade de gentes. No contexto que vai do final da República (s. III e II A.E.C.) ao Império, quando há a expansão e manutenção do poder e de certos valores romanos sobre territórios que apesar de periféricos a Roma estavam integrados pelo Mediterrâneo, percebe-se a variedade de povos que entram em contato. Cada um desses povos, com uma cultura, um sistema de referências que lhes era próprio, percebiam-se como tais, identificando-se diante dos Outros, reconhecendo-se pela diferença, exercendo sua alteridade. No entanto, quando levamos essa questão no esteio da análise do Livro XVII, verificamos que as identidades presentes devem ser analisadas com cuidado por serem mediadas pelo olhar de Estrabão. Afinal, devemos ter em mente que os egípcios, os etíopes e os líbios apresentados no discurso são os egípcios, etíopes e líbios para/de Estrabão.

Recorrendo à David Mattingly e sua aplicação da categoria “identidades discrepantes”, expressão que é derivada da ideia de experiências discrepantes postulada por Edward Said (2011), podemos começar a tentar nos aproximar da questão identitária em Estrabão. Afinal, sendo um grego da Ásia Menor que vivencia no contexto do Império Romano e elabora uma descrição dos povos existentes no orbe habitado, podemos argumentar que o próprio Estrabão já aparece como um sujeito de identidade complexa. Mas, como perceber os indícios que informam as diferentes identidades descritas no relato geográfico? Essas identidades discrepantes devem ser consideradas como estritamente relacionadas aos territórios? No caso, é possível argumentar que os egípcios, os etíopes e os líbios enunciados por Estrabão estão estritamente ligados ao espaço geográfico? São totalizantes ou apresentam outras categorias identitárias? Quais as relações entre essas identidades? Quais os papéis que encenam na narrativa? Quais outros conceitos ou abordagens poderiam auxiliar na compreensão dessa miríade de gentes enunciados pelo geógrafo?

Como um discurso materializado por uma linguagem, essa sendo uma expressão de um determinado sistema simbólico - a língua grega -, a *Geografia* de Estrabão pode ser considerada como uma “estrutura estruturante”, um instrumento de conhecimento e comunicação que propõe uma determinada ordem (BOURDIEU, 1992, p. 9). Dessa forma, ao considerarmos a *Geografia* e, especialmente, o Livro XVII como uma estrutura composta de uma lógica interna, que constrói um determinado objeto – um Norte da África - e que estabelece um consenso sobre o espaço para os seus pares da Antiguidade, sejam geógrafos, filósofos ou o público referido anteriormente, podemos afirmar que a obra estrutura um conhecimento. É válido ressaltar que, como discurso geográfico do gênero etnográfico, a

Geografia pode ser compreendida como um instrumento de saber-poder (FOUCAULT, 1979), integrando elementos característicos como medição, inquérito e exame dos espaços “percorridos” pelo olhar e caminhar de Estrabão entre os séculos I A.E.C. e I E.C. É importante destacar que essa perspectiva, que denota a relação entre conhecimento e poder é de relevância já que uma das utilidades da ciência geográfica é, justamente, o fornecimento e registro de informações sobre determinados espaços, lugares e territórios, os quais podem ser utilizados, nas palavras do geógrafo amasiano, “la geografía se dirige en su mayor parte al ámbito y a las necesidades del gobierno. Pero es que también la mayor parte de la filosofía ética y política gira en torno al ámbito del gobierno” (Estrabón, *Geografía*, I. 1. 18).

Por fim, compreendendo a *Geografia* como um discurso, um código linguístico em suporte escrito que, por ser formatada como livro, destina-se à comunicação de um determinado grupo, pois, conforme as próprias palavras de Estrabão: “En una palabra, es preciso que este escrito sea de interés general y que sea igualmente de utilidad para el hombre culto y para el público medio, como lo es mi obra histórica.” (Estrabón, *Geografía*, I. 1. 22)⁴, consideramos válida a aplicação da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, tendo como subsidiária desta, a técnica da análise categorial. Essa técnica “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2011, p. 201). Isso significa que a análise da fonte deve ser realizada a partir de três etapas: a pré-análise (uma leitura flutuante, semelhante à análise histórica), a exploração do material (utilizando a técnica do mapeamento temático) e o tratamento dos resultados do mapeamento por meio de uma interpretação crítica. Por ora, consideramos que com a realização desses procedimentos analíticos é possível realizar uma investigação mais acurada do Livro XVII, o que auxiliará na compreensão de como o geógrafo construiu, discursivamente, esse espaço que denominamos Norte da África. No entanto, ainda é válido questionar quanto à proficuidade desse método considerando as singularidades da obra. Afinal, é possível empreender uma análise de conteúdo eficaz apenas considerando o Livro XVII da *Geografia*?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴ Estrabão, antes da *Geografia*, produziu uma obra de caráter histórico intitulada *História*. No entanto, essa obra que dava sequência à *História* de Políbio não sobreviveu, restando apenas alguns fragmentos esparsos e as indicações de sua existência.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNAL, Martin. **Black Athena**. The Afroasiatic roots of classical civilization. Vol. I. London: New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CLARKE, Katherine. **Between Geography and History**. Hellenistic Constructions of the Roman World. New York: Oxford University Press, 1999.

DUECK, Daniela. **Strabo of Amasia**. A Greek Man of Letters in Augustan Rome. London; New York: Routledge, 2000.

DUECK, Daniela. LINDSAY, Hugh; POTHECARY, Sarah. **Strabo's Cultural Geography**. The making of a Kolossourgia. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

EDWELL, Peter M. Definitions of Roman Imperialism. In: HOYOS, Dexter (Ed.). **A Companion to Roman Imperialism**. Leiden: Brill, 2013.

ESTRABÓN. **Geografía**. Tomo 1. Libros I e II. Trad. J. L. García Ramón; J. García Blanco. Madrid: Biblioteca Clásica Gredos, 1991.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAZOLLA, Rachel. **O ofício do filósofo estoico**. O duplo registro do discurso da Stoa. São Paulo: Loyola, 1999.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HERÓDOTO. **História**. Trad. J. Brito Broca. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea**. A Study of Mediterranean History. Oxford, UK: Blackwell, 2000.

MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. Parte I. O período romano. In: MOKHTAR, G. (Org.). **História geral da África**. Vol. II. África antiga. UNESCO, 2010, p. 501-544.

MATTINGLY, David J. **Imperialism, power, and identity**. Experiencing the Roman Empire. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ROSEMAN, Christina Horst. Reflections of philosophy: Strabo and geographical sources. In: DUECK, Daniele; LIDNSAY, Hugh; POTHECARY, Sarah (Ed.). **Strabo's Cultural Geography**. The Making of a Kolossourgia. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 27-41.

SAGREDO, Raísa Barbosa Wentelemn. **Raça e etnicidade**: questões e debates em torno da (des) africanização do Egito antigo. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2017. Versão eletrônica.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

STRABON. **Géographie**. Tome XV. Livre XVII. 2^a partie. L'Áfrique, de l'Atlantique au Golfe de Soloum. Paris: Les Belles Lettres, 2014.

TITO LÍVIO. **História de Roma**. Ab Urb Conditas. Vol. 2 e 3. Trad. Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989.

WOOLF, Greg. **Roma**. A história de um império. São Paulo: Cultrix, 2017.

IDENTIFICANDO E DESNATURALIZANDO O MACHISMO NO COTIDIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Aldenise Regina Lira da Silva¹

Introdução

O campo de história da mulher vem nos oferecendo inúmeras possibilidades de objetos e abordagens, desde que se consolidou na década de 1980, a partir da ação de historiadoras feministas que denunciaram o caráter patriarcal da historiografia. Superando o estereótipo de lugar secundário da mulher no tempo histórico, hoje é possível conhecer o poder de ação de mulheres em diferentes temporalidades, suas ações individuais nas ciências, na filosofia, na política, como rainhas, generais, ou organizadas coletivamente em revoltas, greves, movimentos políticos armados ou não, alistadas em exércitos oficiais ou à margem da lei. O avanço da historiografia que trata da mulher não nos permite dúvidas sobre seu caráter de sujeito histórico.

Todo o progresso desse recente campo historiográfico ultrapassou os muros dos ambientes acadêmicos, chegando às escolas brasileiras de Nível Básico, ainda que muito timidamente, por intermédio de algumas seções presentes em grande parte das coleções de livros didáticos de História, que tratam da condição feminina (subalterna ou proeminente) em diferentes contextos históricos e da participação da mulher em eventos como a Revolução Francesa, a Segunda Guerra Mundial, o movimento sufragista ou as guerras de resistência pela independência do colônias, e também as continuidades e rupturas das desigualdades de gêneros em relação à propriedade e ao poder no modo de produção capitalista, dentre outros.

A figura feminina é incorporada como sujeito no conhecimento histórico escolar brasileiro – embora seja ainda um tema muito negligenciado – em um contexto de lutas feministas que ganham as ruas e a internet, formas de resistência que confirmam a permanência dos milenares preconceitos patriarcais no cotidiano atual, de altos índices de violência sexual e feminicídio no Brasil, além da carência de direitos reprodutivos.

¹ Mestre em História – UFRN. Endereço de e-mail: aldeniseregina@yahoo.com.br.

O texto em tela pretende apresentar uma proposta de ensino para a introdução da temática da história da mulher, realizada no ano de 2019, com uma turma de oitavo ano, na Escola Municipal Professor Amadeu Araújo, localizada no Bairro de Lagoa Azul (Natal-RN). Não se pretendeu aprofundar o tema, mas descrever a realização de uma aula introdutória de quatro horários, que pode ser entendida não como a reflexão sobre a dimensão temporal do problema do machismo em si, mas como um convite, um chamado à necessidade de se realizar essa reflexão, a começar pelo tempo presente.

Diante da carência dessa temática no cotidiano da escola, instituição que, ao lado da família, da igreja e do Estado, contribui historicamente para a manutenção da estrutura de dominação masculina (BOURDIEU, 2019, p. 63, 64), apresentava-se o desafio de introduzi-la de modo eficiente, levando-se em conta aspectos da realidade escolar, por mim observada, que é parte da realidade social num sentido mais amplo, refletindo valores da sociedade que coexiste além da escola, os quais agem sobre ela. Percebi a existência discursos machistas no próprio ambiente escolar. Esses discursos, no geral, sutis, manifestavam-se em piadas, gracejos e opiniões naturalizantes sobre os papéis sociais feminino e masculino, bem como na defesa, por parte de alguns estudantes, de padrões de comportamento diferenciados com base no sexo, e a crítica ao distanciamento desses padrões, na contramão dos recentes estudos de gênero, que assinalam o papel da cultura na definição dessas atribuições, como resume Roque Laraia:

A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra. (2002, p. 19)

Devido à urgente necessidade de se lançar um olhar reflexivo sobre o cotidiano, incluindo-se aí o cotidiano escolar, com suas relações sociais, seus valores compartilhados, e no sentido de promover identificação, sensibilização e engajamento com os estudos de gênero por parte dos estudantes, optamos por introduzir a temática da história da mulher tendo o tempo presente como referência, a partir do recorte “Violência contra a mulher”, buscando fundamentar o reconhecimento do tema e, dessa forma, preparar para posteriores discussões mais aprofundadas sobre o caráter temporal do problema. O presente é privilegiado enquanto temporalidade do objeto de estudo para análises introdutórias, pois torna possível partir de experiências concretas às vivências dos estudantes no sentido de desenvolverem a consciência de sujeitos históricos de seu tempo, sendo eles parte integrante do problema e de sua solução

(no tema aqui proposto), como vítimas ou familiares de vítima da violência contra a mulher, como agentes sutis ou inconscientes de reprodução do machismo, e/ou protagonistas das mudanças necessárias para se superar a violência de gênero. Como suporte teórico para esse olhar sobre o tempo presente, fizeram-se necessárias contribuições interdisciplinares da sociologia e da antropologia.

Assim, o objetivo a que aspiramos foi facilitar nos estudantes o desenvolvimento das habilidades de identificar e de desnaturalizar o machismo que perpassa nosso cotidiano, constituinte da violência física contra a mulher (mais facilmente perceptível), e também da violência simbólica (usualmente mais camuflada). Ou seja, nosso objetivo foi indicar caminhos para a ampliação do senso crítico dos estudantes a respeito do machismo, através da análise da lógica de poder presente na linguagem e a quem ela favorece, de modo que os próprios se tornassem capazes não apenas de perceberem esses discursos, mas de desconstruírem a naturalidade com que costumam se revelar no cotidiano.

A metodologia da proposta de ensino foi chamada de oficina devido a seu caráter de trabalho coletivo, sendo composta por aula expositiva dialogada e pelo momento “Mãos à obra”. O primeiro momento foi caracterizado por análise de discursos presentes cotidiano dos estudantes contendo elementos misóginos, como propaganda em vídeos e imagens, ditos populares, e músicas de estilos que fazem parte dos gostos coletivos da turma, buscando compreender um aspecto importante da história do tempo presente, envolvendo a mídia, a publicidade, a produção musical, que podem assumir papéis de agentes de reprodução ou de mudança da cultura patriarcal. O momento “Mãos à obra” foi composto por atividade coletiva de análise de discursos semelhantes aos do momento anterior da aula, além de produção de material publicitário sobre a violência contra a mulher, e apresentação de minisseminários sobre personalidades femininas na história, em conformidade com a Competência 4 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2017, p. 9)

Nesse sentido, a oficina foi conduzida a partir das seguintes perguntas-chaves: Qual a participação da propaganda, da cultura de massa e da cultura popular na disseminação de estereótipos machistas sobre a mulher? De que maneira isso repercute sobre as variadas

práticas de violência contra a mulher? Como é possível promover mudanças nesse campo da interação humana?

Violência e desnaturalização foram os principais conceitos discutidos durante a oficina. Com eles, objetivamos disponibilizar um breve acervo de palavras compreensíveis a estudantes de Nível Fundamental, permitindo expandir seu poder de identificar e nomear, na complexa operação de interpretar o fenômeno sociocultural da violência contra a mulher, como expressão da relação desigual de poder entre gêneros.

A violência contra a mulher foi discutida na complexidade de suas formas: física e sexual, mais facilmente compreendidas pelo público em geral, mas também suas formas psicológica, que consiste no abuso emocional, e sobretudo simbólica, esta última, uma forma de violência “suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas”, como nos informa Pierre Bourdieu, que é assinalada pela emissão de discursos socialmente reproduzidos, que promovem a difusão de estereótipos inferiorizantes, padrões que definem privilégios ou desvantagens, ao impor e naturalizar a falta de equivalência entre os sujeitos envolvidos, sendo fundamental para a manutenção da *dominação masculina* (2019, p. 12). A violência simbólica contribui para uma visão autodepreciativa entre as mulheres, pois “o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista do dominante” (2019, p. 192), e dessa forma, o “poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados” (2019, p. 72), ou seja, se exerce com a colaboração inconsciente das próprias mulheres.

O conceito de *desnaturalização* foi o eixo norteador desta proposta de ensino, pois se faz necessário compreender o machismo como uma construção histórico-cultural, não natural ou determinada biologicamente, portanto passível de transformação, dado o caráter dinâmico do tempo histórico, dotado de mudanças e permanências, que se dão, em grande medida sob a ação humana. Essa forma de análise convida os estudantes a olharem além da superfície dos dados, do senso comum, a perceberem o caráter estrutural no que possui aparência de caráter isolado, trazendo provocações sobre o problema, suscitando incômodos e estranhamentodiante da realidade (SILVA, 2014), visando a propor intervenção consciente para transformação da mesma.

Com isso, pretendeu-se que os estudantes refinassem a consciência acerca da violência contra a mulher, nas formas física/sexual, aprendendo a desconstruir seu caráter socialmente naturalizado e inevitável, e passando a associá-las à violência simbólica contida

em discursos que, ao circularem no cotidiano, autorizam socialmente atitudes e posturas preconceituosas e/ou violentas.

Faz-se importante destacar que este recorte temático centrado no tempo presente guarda em si limitações no tocante à dimensão temporal do problema do machismo, pois nessa oficina de introdução à temática de gênero não foram discutidas as raízes do patriarcado, suas estruturas sociais e econômicas, com suas manifestações na condição do ser mulher ou ser homem em diferentes momentos da história (ENGELS, 1984; ALBUQUERQUE JR., 2013). A oficina desenvolve mais indagações que respostas propriamente ditas, sendo desenvolvida como um ponto de partida para o tema, um convite à reflexão e à ação sobre o presente, buscando consolidar uma base de dados e conceitos, útil a posteriores discussões acerca da história da mulher durante o decurso do ano letivo, com o objetivo de promover a aprendizagem de maneira mais significativa e solução coletiva de problemas, a partir da vivência e discussão de temas relativos ao cotidiano, que fazem partedo repertório de conhecimentos prévios dos próprios estudantes, em conformidade com as Competências 2 e 9 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Competência 2: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 9, 10)

Identificando e desnaturalizando o machismo em sala de aula

As falas do cotidiano escolar foram o ponto de partida para o desenvolvimento da proposta de ensino. O tema geral da violência estava longe de ser estranho aos estudantes da escola localizada na periferia da cidade, muitos dos quais com histórias de vida por ela marcadas. Violência, senão diretamente vivida, assistida em noticiários policiais, que no campo da violência de gênero, dissemina a ideia de crime passionai, forma de naturalização que minimiza o impacto dos casos, culpabilizando as vítimas. Violência esta que se reproduz no espaço escolar, sobretudo na forma simbólica. Assim, foi percebida a necessidade de categorizar as diversas formas de violência contra a mulher, salientando suas especificidades.

Para desenvolver a oficina, escolhi como método de introdução do conteúdo a aula expositiva dialogada, com a apresentação de *slides* contendo textos, imagens e vídeos para discussão coletiva do conteúdo, observando a importância dos elementos visuais para o público de Nível Fundamental. Inicialmente, foram apresentados dados estatísticos (Figura 1), provenientes do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acerca de violência física e sexual contra mulheres e crianças, e feminicídio, dando destaque ao aspecto domiciliar/familiar da maioria desses casos. O estudo das estatísticas proporcionou aos estudantes um olhar panorâmico e quantitativo, capaz de ampliar sua percepção para além da perspectiva do senso comum sobre o tema.



Fig. 1: Slide exibido durante a oficina, abordando estatísticas da violência sexual no Brasil. Acervo da autora.

Cada dado foi debatido com os estudantes na intenção de levá-los a compartilhar conhecimentos prévios e experiências pessoais ou da comunidade. Foram realizados questionamentos que visavam a desenvolver o sentimento de empatia pelas vítimas dessas formas de violência. Em seguida, apresentamos breves conceituações de machismo através de tirinhas e charges, tendo em vista a necessidade de uma linguagem acessível, na introdução da temática no referido nível de ensino.

A partir daí, foram expostos em cada *slide* discursos cotidianos propriamente ditos (Figura 2), como forma de exemplificação, para aprofundamento do processo de aprendizagem. Foi apresentado e discutido o machismo contido em frases cotidianas que expõem uma pré-concepção acerca do papel social da mulher, em propagandas de produtos de

limpeza, de automóveis e de bebidas alcoólicas; em trechos de músicas populares, consumidas pelo público da escola, com o objetivo de interpretar a violência simbólica presente nas mais variadas formas de discriminação da mulher, na objetificação do corpo feminino, e cultura do estupro.

Nesse momento, o objetivo era o refinamento da percepção e interpretação desses discursos, a fim de levar os estudantes a inferir seus significados, preconceitos, e também formas de apologia à violência física e sexual contra a mulher, evidentes ou implícitos nos textos, imagens, trechos de músicas; bem como a perceber de que forma o processo de naturalização atua na sociedade através da repetição de padrões. Recorrendo a vídeos curtos, foram exibidas situações cotidianas, nas quais o machismo se manifestava nas relações familiares, laborais, na interação de mulheres com homens desconhecidos ou de seu círculo social, ou ainda no cotidiano da cidade e de suas estruturas físicas, que, como o fraldário restrito aos banheiros públicos femininos, seguem naturalizando a função feminina de servir e cuidar, gratuita e permanentemente, valendo-se do caráter silencioso e “não produtivo” do trabalho doméstico, atribuído à mulher.



Fig. 2: Slides exibidos durante a oficina. Acervo da autora.

Foram debatidos ditos populares, como “Mulher no volante, perigo constante” e “Homem não chora”, sendo o primeiro, uma afirmação que impõe a perspectiva inferiorizante das habilidades técnica e intelectual da mulher; e o segundo, uma expressão da negação do direito à sensibilidade afetiva por parte do homem, naturalizando o caráter sensível atribuído ao feminino, formas generalizadas de um preconceito que termina por modular a construção das personalidades de gênero num contexto patriarcal, especialmente em se tratando de

estudantes na fase da adolescência. Também foram abordadas a expressão “Mulherzinha!” (Fig. 2), que funciona como xingamento, qualificando o feminino como inferior; e o anúncio bastante comum “Mulher não paga” (Fig. 2), assim como trechos de músicas que, ao considerarem o dinheiro e o automóvel itens essencialmente masculinos, servindo supostamente à conquista de parceiras sexuais, naturalizam a dependência econômica feminina, e o papel masculino de ser provedor.

Ainda abordando o essencialismo construído a respeito das funções sociais das identidades de gênero, foi discutida a naturalização do estereótipo da mulher como objeto sexual na música, nos programas de auditório e na propaganda, – principalmente de bebidas alcoólicas, mas também de veículos e itens de vestuário masculino e feminino. “Por que essa sexualização recai apenas sobre o feminino?” foi a questão norteadora desse momento da aula. Através de versos de músicas, fotografia e peças publicitárias (algumas recentes, outras datando de décadas), discutimos a permanência desses discursos e suas recorrentes atualizações, citando exemplos como as novas formas de submissão feminina, dissimuladas em refrões de músicas cantadas sobretudo por homens, que induzem a mulher a obedecer a comandos verbais por meio de movimentos corporais específicos.

A música foi um dos principais recursos utilizados na aula, devido às variadas manifestações do machismo, não apenas de maneira velada, mas também na naturalização explícita do relacionamento abusivo, da violência física contra a mulher, do incentivo ao estupro de corpos vulneráveis (ao dormir ou estar sob efeito de álcool), ou diante do não- consentimento consciente, incluindo, a sexualização do corpo infantil feminino; músicas que sexualizam, entretanto, simultaneamente vigiam e punem a liberdade sexual feminina; outras que estimulam a rivalidade feminina, antigo instrumento patriarcal de desencorajamento à associação e colaboração entre mulheres. Ao lermos e discutirmos esses trechos de músicas, os estudantes eram convidados a perceber a relação de poder presente na superfície ou interstícios dos discursos.

Após esse exercício de análise de discursos carregados de machismo, realizei uma breve exposição das conquistas autônomas das mulheres na atualidade, dado este que contraria e desessencializa seus estereótipos, evidenciando sua capacidade intelectual, manifesta na ocupação das mais diversas profissões, tanto técnicas e do campo político, quanto envolvendo a produção científica, intelectual e artística, o que foi complementado coma proposta de pesquisa e miniseminário sobre personalidades femininas na história, nas

peessoas de Nísia Floresta, Amelia Earhart, Dandara, Malala e as cientistas Khaterine Johnson, Dorothy Vaugan e Mary Jackson.

Para finalizar a etapa expositiva dialogada, foi realizada uma operação de conexão entre a violência simbólica cotidiana e a paulatina produção da violência física, sexual e do feminicídio, que ocorrem por meio da autorização cotidiana, dada pela violência simbólica, ao reproduzir o estereótipo da mulher enquanto objeto de posse e, portanto, submissa à vontade masculina, inclusive no seu direito à vida ou à morte. O ponto de partida para essa discussão foi a questão “Será que a violência física e sexual contra a mulher tem algo a ver com toda essa violência simbólica que ela sofre diariamente?”. Com isso, a etapa expositiva dialogada foi concluída, dando lugar ao momento protagonizado pelos estudantes.

Mãos à obra: Protagonismo juvenil

O momento “Mãos à obra” foi iniciado pelo trabalho de análise e exposição coletiva. Divididos em grupos, os estudantes examinaram, debateram e apresentaram oralmente à turma o resultado da análise de peças publicitárias e de trechos de músicas que não haviam sido analisados durante a aula expositiva dialogada. Nesse momento, o critério avaliado foi a habilidade de identificação do machismo presente nos materiais disponibilizados.

Durante essa etapa do processo, realizou-se um debate, apoiado nas indagações “É possível acabar com o machismo? O que podemos fazer para acabar com o machismo em nosso cotidiano?”, que visavam a incentivar os estudantes à atitude de intervenção solidária na realidade, com o uso da empatia e da criatividade, levando-os, dessa forma, a exercitarem sua condição de sujeitos históricos, capazes de agir sobre sua própria realidade, a fim de transformá-la.

As propostas de intervenção solidária na realidade vivida, foram, a princípio, a produção de material publicitário contra o machismo, e sobre grandes personalidades femininas na história (figura 3), mediante pesquisa e apresentação, visando a facilitar a incorporação do vocabulário aprendido na forma escrita, como também nas falas cotidianas. Os estudantes criaram cartazes sobre as personalidades femininas, além de outros com frases de efeito contra as diversas formas de violência contra a mulher. O produto da aprendizagem foi divulgado na mostra de cultura da Escola, ocorrida em novembro de 2019 (Figura 3). O critério avaliado nessa etapa do processo foi a coerência ao tema proposto, somada à habilidade de comunicação oral e escrita ao público, utilizando-se linguagem compreensível a todos os níveis de ensino da Escola.



Fig. 3: Produção de material publicitário e resultado da pesquisa “Mulheres na história”, exibido em mostra de cultura, aberta a todo o público da Escola. Acervo da autora.

No tocante à produção de material publicitário, foi possível observar empenho e criatividade no trabalho de criar mensagens contra o machismo, atestando que foi desenvolvida a habilidade de agir, como sujeitos históricos, sobre a realidade da violência física e simbólica contra a mulher, buscando informar, sensibilizar e convencer o público.

Esse exercício de desnaturalização do machismo movimentou afetos e memórias, especialmente das estudantes, que lembraram situações cotidianas de violência machista simbólica e/ou física vivenciadas por elas e por suas mães. Demonstrando total protagonismo, a partir do envolvimento e emoção que as discussões lhes provocaram, um grupo de meninas teve a iniciativa de produzir e dirigir uma peça teatral sobre violência doméstica e feminicídio, inspirada em outras peças teatrais de mesma temática, disponíveis na Internet, em situações pelas quais passaram mulheres de suas famílias, bem como no poema “Hoje eu recebi flores”, de autoria desconhecida. Para complementar, criaram também uma coreografia

para a canção “Dona de mim” interpretada pela cantora Iza, e de autoria de Arthur Marques (figura 4). A mensagem que a linguagem cênica e a dança buscavam transmitir à plateia do auditório da Escola era o estímulo à denúncia precoce da violência doméstica, tendo em vista evitar o risco de feminicídio; além da autoestima como elemento necessário ao encorajamento da mulher que sofre violência.



Fig. 4: Imagens da peça teatral e da coreografia apresentadas no auditório da Escola, durante a mostra de cultura de 2019. Acervo da autora.

Os resultados foram imensamente proveitosos, indo além do esperado. Em meio às divergências de opiniões e polêmicas acaloradas, foi possível perceber o desenrolar de um processo de amadurecimento dos estudantes em relação à temática da violência contra a mulher, e dos preconceitos e limitações históricos culturalmente impostos à mesma, que passaram a ser mais fortemente percebidos ao serem nomeados e debatidos em sala de aula. A participação dos estudantes na exposição oral e nas atividades artísticas demonstrou que as complexas formas de violência contra a mulher foram compreendidas como aspectos culturais, portanto modificáveis sob ação humana. Assim, houve um aumento da perspicácia na interpretação dos sentidos implícitos dos discursos. Todo esse processo coletivo de ensino- aprendizagem permitiu concluir que as habilidades de identificação e desnaturalização do machismo foram desenvolvidas, tiveram progresso, e desejo profundamente que possam ter lançado sementes a longo prazo.

Considerações finais

Durante o desenvolvimento dessa proposta de ensino, a sala de aula mostrou-se um espaço de excelência para as práticas reflexivas de desnaturalização do machismo, sendo o olhar sobre a temporalidade do presente uma forma eficaz de introduzir a temática da mulher

enquanto sujeito histórico, ainda pouco comum nos currículos escolares, atraindo a atenção, sensibilizando, envolvendo e engajando, ao promover uma aprendizagem significativa, sendo os estudantes amplificadores da discussão e protagonistas da mudança a partir da reflexão em seus ambientes de convívio, como família e círculos de amizade.

Segundo Bourdieu, só é possível romper o ciclo de reprodução da violência simbólica pelas próprias vítimas, que agem em cumplicidade com o discurso misógino, mediante uma “transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (2019, p. 75). A proposta de ensino aqui apresentada buscou, em todas as suas etapas, contribuir para a ruptura no tocante às referidas tendências, oferecendo indícios sobre a relação entre violência simbólica e as outras formas de violência contra a mulher, e incentivo ao questionamento da discriminação simbólica das mulheres, com base na exposição das contradições e fragilidades da perspectiva determinista dos comportamentos de gênero, superada há décadas por estudos sociológicos, antropológicos e históricos, embora profundamente persistente nos discursos cotidianos de instituições e agentes individuais, necessitando, portanto, ser constantemente revisitada.

É possível discutir na escola o machismo como construção histórico-cultural, desmontando-o, expondo suas entranhas, de modo a disponibilizar bases teórico-práticas para a construção de uma sociedade que supere as desigualdades, em particular, as de gênero, aplicando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática, pluralista e solidária.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., Durval. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 15 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FOUCAULT. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PINSKY, Carla. PEDRO, Joana. *Igualdade e Especificidade*. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo. Contexto Ed. p.265-309, 2003.

QUETEL, Claude. *As mulheres na Guerra. 1939-1945*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

SILVA, Manuella. *Cidadania e desnaturalização: sentidos atribuídos ao ensino de sociologia na educação básica*. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 44-61, dezembro. 2014. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 jan., 2021.

SILVA, Tânia. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Revista Politeia - História E Sociedade. v. 8, n. 1, p. 223-231, agosto, 2010. Recuperado de <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>>.

SOBRE O CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA (1922): RELAÇÕES E CONEXÕES DO AMBIENTE INTELECTUAL E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

Alesy Soares Oliveira¹

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem como objetivo a investigação de alguns aspectos a respeito do evento "I Congresso internacional de História da América" ocorrido em 1922, tal qual o ano de sua feitura, possui muitos possíveis pontos de partida para entender a construção do campo intelectual do Brasil, sendo mais específico na historiografia, é possível demarcar algumas novidades de análise para a época, sendo encontradas nas subseções de História e em outras discussões maiores paralelas ao evento, no qual carrega consigo aspectos pioneiros na suas temáticas e ainda mais, uma motivação que supera uma determinação inicial incumbida as propostas intelectuais desse período, uma superação da ideia de trabalho ligado somente a um projeto político.

Por mais que os diversos trabalhos intelectuais ligados ao instituto, em especial IHGB, tenham surgido sobre o bojo do Estado, classificar esses trabalhos apenas por essa sinasaria omitir uma série de narrativas, avanços e disputas sobre o campo que estava sendo formado. As noções sobre qual caminho esse projeto de nação deveria embarcar, foi um território de disputas e concessões. A intensa briga de narrativas irá permear toda a trajetória dos intelectuais no decorrer do século XX.

Algumas dessas noções podem ser analisadas quando colocamos o ano em questão (1922) sobre uma lupa e observamos uma série de disputas em torno da narrativa do centenário de independência assim como as proposições de ideias pan-americanista que seriam sustentadas e alimentadas anos depois. O que pode ser percebido pela aproximação das relações com países das américas e até mesmo europeus. Os congressos serviram como caracterização do plano político e da materialização de projetos ligados a essa perspectiva ainda em construção. O artigo busca apontar possibilidades de análises sobre como as

¹ Graduado - UFRN. Endereço de e-mail: alesysoares@hotmail.com.

instituições estavam presentes no congresso, os produtos gerados a partir dessa simbiose, suas mudanças e permanências em relação ao estado e o campo intelectual.

Sendo assim, estabelecendo um diálogo com autores novos para a temática que analisam diferentes pontos desse recorte de intelectuais, tendo em mente as noções que buscam destacar as narrativas presentes no “I Congresso de História Geral da América”. As perspectivas teóricas serão supridas por outros autores caros ao tema, e já bem discutidos quando se trata de IHGB. Parte do que está estabelecido neste artigo provém de um recorte de pesquisa inicial sobre o tema sugerido, os avanços e possibilidades para possíveis mudanças ou determinações de fontes poderão ocorrer após um amadurecimento das análises.

2 SOBRE O CONGRESSO DE 1922

A decisão do IHGB de convocar um Congresso de História da América dava continuidade ao “programa de trabalho inaugurado por Rio Branco, quando esteve à frente da Casa da Memória Nacional”. Podendo ser relacionada à preocupação com a problemática americana. Entre os dias 08 a 15 de setembro de 1922 no seio do IHGB, contou com a presença de vários ilustres personagens do campo político-cultural da época, tais como: o Dr. Epitácio Pessoa, membro do IHGB, presidente solene do Congresso e presidente do Brasil na época e entre outras figuras ilustres de vários países do continente americano. Entre os dias 9a 14 de setembro, realizaram-se as seções e subseções previstas no Congresso, além de visitas ao Jardim Botânico e ao Museu Nacional no dia 10 de setembro. No dia 12, foram visitados o Senado Nacional, a Câmara dos Deputados e a Biblioteca Nacional. No dia 13, o Supremo Tribunal Federal e a Escola Nacional de Belas Artes (GUIMARÃES, 2005).

A reunião em questão pode ser entendida em diversos prismas de análises diferentes, identificando o caráter pan-americanista e como ele foi incluído no plano político republicano que percebia uma necessidade de diferenciação com seu passado monarquista, algumas pista de como se portaria os agentes pensantes desse congresso podem ser localizadas na tese “I Congresso Internacional de História da América: intelectuais, historiografia e diplomacia cultural no Rio de Janeiro em 1922” de Lúcio Nascimento que pontua :

Os itens do Regulamento escrito por Ramiz Galvão, Max Fleiuss e o 1º Tenente Carlos da Silveira Carneiro, respectivamente o presidente, o secretário e o subsecretário da Comissão executiva, mostram o alinhamento do IHGB com as práticas de diplomacia cultural previstas pelo Itamaraty. Não bastava apenas trazer os representantes dos países do continente americano, mas de toda nação que tivesse participado do processo de colonização do Novo Mundo. O próprio texto escrito pela comissão se relaciona com o caráter pragmático que o Barão do Rio Branco tinha nas relações exteriores: voltar-

se para a América, sem voltar as costas para a Europa (NASCIMENTO, 2019. P 68).

Nascimento (2019) também aponta um outro dado a ser considerado que consiste na lista dos convidados que participaram da comissão executiva. Contando com a presença de um representante da Pan American Union. Sendo essa questão creditada ao fato dela ser uma das instituições financiadoras do Congresso organizado pelo IHGB em 1922. Tal convite pode demonstrar que a relação e aproximação com Washington era algo previsto pelo Itamaraty. Embora houvesse algumas discordâncias entre os representantes do Brasil nos EUA, se observa nas querelas ocorridas anos antes entre o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, como defensores de tal prática, e Manoel de Oliveira Lima, como um opositor, demonstrando uma heterogeneidade na construção das ideias debatidas nesse centro cultural.

Os trabalhos feitos nesse períodos não devem ser compreendidos somente por uma esfera política, busca-se aqui ilustrar como uma estrutura intelectual pós-monarquista se organizou os passos de uma república nascente e como certos movimentos da época influenciaram as discussões presentes no congresso, podendo assim sustentar a ideia de uma formação dos campos dos estudos pioneiros na historiografia, continuada de uma política estatal no IHGB nos moldes republicanos pincelada pelos diversos discursos, mas que deram os alguns passos na historiografia sustentando um pluralismo de ideias. Essas características estão ligadas ao entendimento que se faz dessas experiências obtidas na primeira república, a certa preparação que ocorre para discussões pan-americanistas, ideais de territórios e o sentidopatriótico por exemplo, são apenas um início de ideias que seriam reformuladas ou mesmo ganham mais forças com o passar do tempo frentes as movimentações abruptas da característica da primeira república.

Com isso, algumas redes de intelectuais estavam sendo formadas, com a participação de Ricardo Levene como membro da comissão da Argentina no Congresso, tendo participado das sessões preparatórias e do evento em si, pode-se estabelecer uma tentativa de reforços de laços com a Argentina, que em momentos posteriores seriam novamente unidos em outros termos nesse projeto político (NASCIMENTO, 2019). Também podendo se relacionar a criação no Uruguai da *Junta de Historia y Numismática Nacional*, em 1926, que possibilitou a renovação dos contatos entre os intelectuais e as instituições desse país com os seus congêneres brasileiros, na medida em que esta se apresentava paralelamente ao Instituto *Historico y Geografico del Uruguay (IHGU)*, mas colocando-se, enquanto uma instituição, mais dinâmica e capaz de incorporar a nova intelectualidade, ainda que esse caráter renovadore antielitista não se verificasse sempre em suas práticas e que sua existência fosse decididamente amparada pelo Estado. (ZUBILLAGA, 2002 apud PEIXOTO, 2016)

3 SUBSEÇÕES DO EVENTO E SUAS LIGAÇÕES COM O CAMPO INTELECTUAL

Pode-se estabelecer algumas pontes com o que foi discutido dentro do congresso de 1922 e suas reverberações posteriores, que embora necessitem de mais esclarecimento por conta das fontes e da forma de como influenciam em certos aspectos as dinâmicas de estado e de campo intelectual, podem servir para entender as primeiras relações do estado e suas práticas a partir das noções intelectuais estabelecidas nas discussões do IHGB. A interação construída com os países vizinhos da bacia do prata, possivelmente gerou alguns frutos, esse surgimento do Pan-americanismo como temática central fez com que os intelectuais buscassem insumos para legitimar a guinada do olhar sobre os países vizinhos e mais além, a nova roupagem do Brasil enquanto país sul-americano. A construção da ação revisora foi feita em conjunto com o Uruguai e Argentina, que tinham a intenção de modificar trechos nos livros didáticos que poderiam ser “ofensivos” a lógica das nações da América do Sul, tal proposta defendida por Enrique Rogberg Bálparda, que deveriam ser abordadas nos três países (Brasil, Uruguai e Argentina). No Brasil, isto seria transubstanciado por Rodrigo Octávio, na tese Tratado de Paz com as Províncias Unidas do Prata – 1824, a qual foi apresentada ao Segundo Congresso de História Nacional em 1931 junto com o pedido de aprovação da proposição de Bálparda, logrando êxito nas duas proposições. (PEIXOTO, 2016). Assim entende Peixoto em diálogo com a obra de Margarida Oliveira e Itamar Freitas presente na revista “Territórios e Fronteiras (2013)”:

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), constituída em 1938 e consolidada em 1944 é considerada a predecessora do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e se entende que a CNLD incorporou as atribuições da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia, reunida no ano de 1936, para atender às prescrições do Convênio firmado entre o Brasil e a Argentina em 10 de outubro de 1933 (OLIVEIRA; FREITAS 2013, p. 8-10)

Podemos perceber o ressurgimento do pan-americanismo nas discussões de um outro congresso posterior, alguns dos personagens encontrados em relação com as discussões voltam aparecer e estabelecer conexões entre as instituições e os pensamentos que seriam legitimados a partir das propostas sugeridas. Entender como essas relações se davam por intermédio do estado, é essencial para compreender as características que permanecem ou se vão, em certa medida, na relação criada com a disciplina História e sua função.

Em diálogo a isso, pode-se computar ao congresso a formulação de parâmetros para a escrita de uma História Geral da América, demonstrando que havia o interesse de se criar laços

de identidade a partir do passado comum dos Estados do continente americano a partir do diálogo feito com obras citadas. Dessa forma, os países envolvidos nessa discussão possibilitaram a construção de relações que gerou “frutos e ecos” que necessitam cada vez mais de análises pautadas na lógica de estudos da primeira república e da construção do campo historiográfico nacional. Algumas das teses levantadas se ligam ao que se esperava do campo intelectual sustentado por esse plano político nascente.

Da relação com Estado também levava alguns historiadores a advogarem que a História, enquanto disciplina ensinável em ambiente escolar, poderia ser utilizada dentro do contexto da pedagogia cívica e do patriotismo, pontua Nascimento (2018), pensarmos que era do presente que se olhava para o passado, e ele poderia fornecer subsídios para alterar a realidade presente e futura. O historiador deveria conhecer os procedimentos da pesquisa e produção do saber histórico, fosse para a atuação nas agremiações e congressos da área, fosse para produzir conhecimento escolar, com isso tais narrativas vão aparecer materializadas na conferência na comissão revisora do livro por exemplo, que coloca História e Geografia em uma área de destaque, com uma função de natureza essencial para o estabelecimento do projeto de nação.

A respeito dos debates no seio do IHGB, congressos e afins, podemos perceber algumas divergências nos discursos que poderiam ter olhares diferentes em um momento ou simplesmente mudarem a exemplo da adesão ao pan-americanismo, com isso conseguimos atentar como a instituição se estruturava enquanto lugar social de produção do conhecimento histórico durante a Primeira República, dada às relações do ofício do historiador e seu lugar de produção, tais relações tendem a apontar uma heterogeneidade nas posições dos membros do IHGB em conflito com noções construídas no período imperial como aponta Lúcia Guimarães, inclusive em diálogo direto com Manoel Salgado, na mudança de perspectiva do projeto de construção da memória nacional do instituto, nos trechos:

De qualquer modo, a decisão de convocar o primeiro Congresso Internacional de História da América dava continuidade ao programa de trabalho inaugurado por Rio Branco. Mormente no que se refere à preocupação com a problemática americana. Por outro lado, a iniciativa também aponta para a superação de alguns aspectos da Memória Nacional, forjada no âmbito do próprio instituto nos anos oitocentos, que privilegiava aherança europeia nos fundamentos definidores da identidade do império, em contraposição à barbárie das repúblicas vizinhas do novo mundo, como bem evidenciou o professor Manoel Luís Salgado Guimarães. (GUIMARÃES, 2007, p. 154)

Analisando as subseções podemos destacar uma valorização maior da história política e militar, mas também da relação do território e cultura, o que não minava outras perspectivas historiográficas, o campo de estudo da História angariava novos passos e experiências de tal

gênero podem ser colocadas em análise para refletir sobre a construção do conhecimento antes da criação das universidades, como cada campo de estudo pensava suas primeiras ideias no Brasil. Vejamos como essa questão é abordada tendo em mente as subseções do congresso:

Quadro 1 – Subseções do I Congresso Internacional de História da América

1ª - História Geral; 2ª - História das Explorações Geográficas; 3ª - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; 4ª - História Constitucional e Administrativa; 5ª - História Parlamentar;	6ª - História Econômica; 7ª - História Militar; 8ª - História Diplomática; 9ª - História Literária e das Artes.

Fonte: IHGB, 1925, p. 16 e 17.

Quadro 2 – Sessões do I Congresso Internacional de História da América

1ª – História Geral da América. 2ª – História dos Estados Unidos da América do Norte. 3ª – História do México. 4ª – História da Guatemala. 5ª – História de Honduras. 6ª – História de S. Salvador. 7ª – História da Nicarágua. 8ª – História de Costa Rica. 9ª – História do Panamá. 10ª – História da Colômbia. 11ª – História da Venezuela. 12ª – História do Equador. 13ª – História do Peru. 14ª – História da Bolívia. 15ª – História do Brasil.	16ª – História do Paraguai. 17ª – História do Chile. 18ª – História da República Argentina. 19ª – História do Uruguai. 20ª – História de Cuba. 21ª – História da República Dominicana. 22ª – História do Haiti. 23ª – História do Domínio do Canadá. 24ª – História da Guayana Inglesa. 25ª – História da Guayana Holandesa. 26ª – História da Guayana Francesa. 27ª – História das Colônias insulares inglesas da América e de Honduras Britânica. 28ª – História das Colônias insulares francesas na América. 29ª - História das Colônias insulares holandesas na América. 30ª - História das Colônias insulares dinamarquesas na América.

Fonte: IHGB, 1925, p. 16

Ao examinar os quadros 1 e 2 referentes ao congresso presentes na revista do IHGB (1925), Nascimento (2018) percebe que a forma como o objetivo do Congresso foi formulada, traz questões relevantes para se pensar a posição do IHGB nos primeiros anos do século XX. Quando se define que o evento deveria favorecer a “aproximação intelectual de todos os países do continente, a reunião de elementos e a elaboração de acordos para ser escrita” a História da América, demonstra-se que o IHGB estava alinhado à diplomacia promovida pelo Itamaraty, e dele com as propostas pan-americanas, uma vez que nos Congressos Pan-americanos é possível observar que a questão da aproximação intelectual estava em pauta. Com isso o autor determina que como parte da política cultural para as relações internacionais pensada pelo Barão do Rio Branco, cabia ao Instituto Histórico fornecer os subsídios científicos que pudessem ser utilizados para a justificação de práticas políticas, tal como ocorria com a Revista Americana.

Também é importante ressaltar o caráter diplomático que o evento denota, a participação de diversos países tentando dialogar com temáticas das mais variadas, faz parte de uma rede de intelectuais que se estrutura a partir de uma lógica representatividade coletiva por meio dos entendimentos de Roger Chartier (2002), que enfatiza as lutas por representação, sendo ela inseparável da prática: a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social do indivíduo. A natureza dessas questões pode ser associada com o pan-americanismo, quando colocamos as abordagens encontradas na tese de Gabriela Correa da Silva (2019) intitulada “Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)” que tentar elucidar questões sobre a problemática da trajetória da constituição do pan-americanismo enquanto problema historiográfico no IHGB durante a Primeira República, o texto da autora aborda o pan-americanismo e as representações da história do Brasil desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no decorrer as dinâmicas pan-americanistas e entendimentos de posições diplomáticas frente a representações do Brasil aparecem para pontuar surgimento dessas questões.

Os debates ocorridos nesses centros podem ser vistos como uma relação entre campo intelectual e campo político, que se concretiza no meio diplomático, umas das formas de observar essas estruturas é analisar as instituições e ações construídas em paralelo a essas medidas. Um exemplo é quando Silva (2019) cita que em 1930 foi publicado na França, fruto de conferências realizadas desde os anos 1920 no Brasil, o estudo intitulado *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la Politique Internationale*, de autoria de Rodrigo Octávio. Este texto seria traduzido e publicado na Revista do IHGB no ano de 1941. Silva vai

declara que:

A tese central do autor é de que Alexandre de Gusmão foi um precursor do monroísmo, no sentido de evitar a intervenção europeia na América. Para comprová-la, o autor menciona o 231 artigo 21 do Tratado de Madri, o qual previa que em caso de conflito entre as coroas espanhola e portuguesa, não haveria envolvimento das colônias americanas. (SILVA, 2019. Pág. 230- 231)

Podemos estabelecer também algumas figuras importantes, Rodrigo Octávio é um dos nomes que aparecem de forma recorrente quando estudamos relações diplomáticas e pan-americanismo, sendo relacionado a criação da citada Comissão Revisora (1933), os convênios de 1933 e o aparecimento da figura de Alexandre de Gusmão como catalisador dessa guinada de eixo temático. A retomada desses símbolos permitem o entendimento de como configurações de espaço e práticas do governo da época, tidas como comuns, se formaram, sendo interpretados em um sentido de espaço específico com intenção, há ainda os exemplos dos caminhos com qual a análise da figura Rodrigo Octávio é pertinente, que segundo Renato Amado Peixoto, é possível reconstituir boa parte de suas discussões e de seus antecedentes por meio das Atas das suas reuniões e dos documentos preparatórios guardados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) (PEIXOTO 2016).

4 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ESTUDO DOS ESPAÇOS

Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007) credita grande esforço pioneiro aos historiadores do início do século XX, dessa forma pontua que os congressos que foram feitos com a intenção de buscar um “Anteprojeto de bases para a elaboração de História da América” também podemos entender como práticas de vanguarda na historiografia brasileira, no decorrer do seu texto é apresentado uma série de semelhanças com obras lançadas 30 anos depois. Sendo precisa a posição de Manoel Salgado (2011) quando se refere ao IHGB como protagonista da construção do projeto nacional e suas reformulações diante das mudanças do Império a República.

Tais autores são essenciais para entender as principais resoluções do eixo temático que se colocava no trilho da Cultura e no campo político também privilegiava as noções geográficas de exploração assim como arqueologia e etnografia, para discussão do espaço a segunda sessão do primeiro congresso de história nacional titular da história das explorações geográficas preocupou-se na análise da formação territorial nacional partindo dos limites do tratado de Tordesilhas, assim como sucessiva ações que contribuíram para a expansão do espaço geográfico da América portuguesa. O tema espaço seria cada vez mais requisitado com passar

do tempo, é observável que a medida que os congressos caminhavam as sessões comuns garantiam um espaço para história geral do Brasil e história das explorações geográficas (OLIVEIRA, 2020).

As possibilidades de pesquisa nesse campo de estudo são das mais fortuitas, a valorização desse recorte temporal, Ângela Alonso (2009) busca estabelecer uma importância especial do IHGB como palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história, sendo valiosos os aumentos dos estudos sobre a instituição no período republicano, principalmente em seu primeiro período. Alonso aponta que a Primeira República se constitui em um momento estratégico para a conformação de uma escrita da história do Brasil. Dessa forma, em um sentido amplo, a problemática da pesquisa pretende colaborar para a compreensão da conformação da escrita da história nacional durante o período inicial da República, apontando para outros possíveis caminhos percorridos pela escrita da história do Brasil. Através disso, tal pesquisa pode contribuir para pensar as necessidades e possibilidades de reconfiguração do discurso histórico na Primeira República. O espaço é somente uma das possibilidades de pesquisa desse frutífero recorte temporal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as características do seu campo de estudo faz com que as análises que se situam entre as instituições e o estado sejam descortinadas do pensamento básico a respeito da relação direta e causal desses dois espectros. Quando colocamos outras ferramentas de análise em relação, podemos entender que o teor de um discurso político depende das lutas simbólicas pelo poder simbólico que ocorrem entre os agentes do campo político. Nessas lutas, os discursos políticos são produzidos conforme as necessidades internas e conforme as necessidades externas do campo político. Assim, o caráter de verdade ou a legitimidade de um discurso político dependem não necessariamente de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, portanto, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo (BOURDIEU, 1989).

Aqui estão dispostos os apontamentos iniciais de futuras pesquisas, que irão colorir este pequeno, mas crescente campo de estudo. Concluindo, a referida “História Geral da América” que fora pensada pelo IHGB em 1922, nunca chegou a ser escrita, como afirma Nascimento, pois apesar da UNESCO ter encampado o projeto, ele apenas foi cumprido parcialmente na edição da História da América Latina. A segunda edição do Congresso Internacional de História da América foi realizada em Buenos Aires no ano de 1937, dentro de

outra lógica de cooperação internacional, os cursos de História criados no Brasil nos anos 1930 traziam em sua grade a cadeira de história da América, o que não pode ser demonstrado como consequência direta do I Congresso Internacional de História da América realizado em setembro de 1922. (NASCIMENTO, 2018).

Há ainda uma série de apontamentos não abordados, os congressos e os outros produtos do IHGB, seja direta ou indiretamente, necessitam de mais posicionamentos quanto às suas conquistas e permanências na historiografia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **“Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na Primeira Década Republicana.”** Novos Estudos, CEBRAP, 85, novembro de 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Deifel, 1989.

GUIMARÃES, L. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).** Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, L. **Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos países do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922).** Topoi, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 192-212, jan.-jun. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

IHGB. Revista do IHGB – Tomo Especial: **Congresso Internacional de História da América (1922).** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925, Vol. 1.

JÚNIOR, José Lúcio Nascimento. **Congresso Internacional de História da América (1922): Redes de intelectuais e disciplinarização do conhecimento histórico**. Revista Maracanan, n. 21, p. 192-200, 2019.

NASCIMENTO JR, José Lúcio. **I Congresso Internacional de História da América: intelectuais, historiografia e diplomacia cultural no Rio de Janeiro em 1922**. 2018. 153 f. (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2018.

OLIVEIRA, Alesy Soares. **Formatando o Brasil: experiências pioneiras do IHGB no estudo dos espaços no início do século XX**. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 6., 2020, Fortaleza. **Anais [...]**. Sobral: Sertão Cult, 2020.v. 3, p. 15-449.

OLIVEIRA, Margarida M. D.; FREITAS, Itamar. **Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012)**. Territórios e Fronteiras, v. 6, p. 6-24, 2013.

PEIXOTO, Renato Amado. **Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata**. HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, p. 59-78, 2016.

SILVA, Gabriela Correa da. **Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)**. 2019. 306 f. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SERTANEJOS E SERTÕES NORDESTINOS CONTEMPORÂNEOS NO POLÍGONO DA MACONHA.

Allyson Iquesac Santos de Brito¹

Sertões nordestinos: história e contemporaneidade.

Os sertões nordestinos brasileiros são espacialidades que abarcam questões culturais, religiosas, políticas, geográficas, sociais, entre outras, climáticas, tão singulares quanto outra espacialidade em qualquer lugar do mundo. Contudo, os sertões nordestinos foram formados por muito tempo, pela perspectiva discursiva da historiografia e literatura brasileira, como locais que, mesmo abarcando questões singulares, as discussões giravam em torno da seca, da fome, da miséria e das grandes famílias com seus poderios políticos e econômicos.

Entretanto, estas perspectivas, a partir do século XX, passaram a ser reelaboradas e atualizadas no Brasil através de movimentações e informações culturais, com o que conhecemos por contracultura. Nos anos 1960, durante a Ditadura Militar, para reforçar a relação militarista entre Estado e sociedade, tivemos ideólogos com a frase “segurança e desenvolvimento”, trazendo “uma versão atualizada do ‘ordem e progresso’ do início republicano”. (REIS, 2001, p. 182). Para melhor compreensão, informamos que em 1970, os sertões passaram por processos de urbanização ao percebermos que, em sua maioria, a população vivia nas cidades e não mais nos âmbitos rurais – os quais detinham de péssimas condições de vida trabalhistas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016).

Atentando para as movimentações culturais, merece ser destacado as estradas de rodagem construídas na temporalidade supracitada, abrindo espaço para “a construção de uma rede de comunicação, com a transmissão por satélite e a modernização da telefonia” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 5). Desse modo, facilitando o contato com outras regiões de forma rápida e imediata.

No âmbito espacial, podemos compreender os sertões com uma certa distância do poder público e projetos modernizadores. Assim, estes aspectos integram a espacialidade fazendo oposição a outros conceitos, tais como os de incorporação, civilização e progresso.

¹ Graduado em História, CERES-UFRN. Endereço de e-mail: allysonkesac@hotmail.com.

No meio cultural, devemos perceber os antecedentes socioculturais que exprimem “‘poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos’, construídos ao longo da sua experiência histórica”: (NEVES, 2003, p. 157). Como a pretensão deste estudo não é a análise das músicas sertanejas, deixamos as indicações a seguir para que possa ser percebido, em suas letras, o poder do discurso: Assim, temos nos anos de 1970, nomes da música brasileira, o Geraldo Azevedo, Alceu Valença e Zé Ramalho, e em 1990, Chico Science e Nação Zumbi, Lenine, entre outros, Zeca Baleiro.

Dessa maneira, introduzimos o conceito de sertões contemporâneos, utilizado por Albuquerque Júnior (2014) ao analisar que, confrontar o olhar tradicional sobre o sertão, é o ato de observar criticamente o discurso proposto, a fim de discutir a quem este discurso dá poder e autonomia – tais elementos se destacam em “privilégios econômicos, políticos e sociais e repordadas relações e hierarquias sociais, dentro e fora do espaço nomeado sertão”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 43).

Trataremos de construir uma história que vise a espacialidade sertaneja por meio da crise “dos padrões tradicionais de sociabilidade que possibilitaram a emergência de um novo olhar em relação ao espaço, uma nova sensibilidade social em relação à Nação”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 52). Partindo dessa perspectiva do contemporâneo, do presente, reconhecemos o espaço e a temporalidade do sertão nordestino pernambucano (a partir do discurso jornalístico do Diário de Pernambuco em 1996) como plural, abarcador de multiplicidade de realidades, de diferenças e diversidades, e não, um espaço homogêneo, o qual não sofre mudanças sociais, políticas, econômicas, jurídicas, culturais e históricas através da coleta e análise das fontes jornalísticas supracitadas.

A Análise do Discurso como método.

Ao utilizarmos um método de orientação francesa, acabamos por nos debruçar comos estudos de Michel Foucault (2006) sobre a análise do discurso, a própria compreensão de discurso e seu poder. Dessa forma, a principal preocupação deve ser compreender as relações de poder – “neste caso, vistas como forças determinantes, mas como relações de lutas e resistências”. (FERNANDES, 2012, p. 11). Qual a importância da análise do discurso para a História? Trata-se de “reintroduzir explicitamente nesse campo a problemática da língua em sua relação com a história”. (FERNANDES, 2012, p. 14-15).

Estudar os aspectos históricos e sociais envolvidos nos discursos, dá o entendimento que há a existência de sujeitos que produzem, que são afetados e resistem: Dessa forma,

acabam por fazer “parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas”. (FERNANDES, 2012, p. 37-38).

O saber discursivo, o já-dito, é considerado pré-construído, assim é definido o **interdiscurso**. Todos os sentidos construídos através de um saber discursivo, têm efeito sobre o discurso. Logo, o discurso é histórico, e está imerso em um contexto sociológico e ideológico. Já o **intradiscurso**, é aquilo que está sendo dito, em condições dadas. Para além dos dizeres passados, há também, o que está sendo posto no momento. (ORLANDI, 2007).

O sertão proibicionista.

Também precisamos discutir o conceito de proibicionismo - entendido por Henrique Carneiro (2018) como um discurso narcofóbico, ou seja, a construção de táticas e estratégias discursivas sob o viés da proibição do acesso, uso e comércio das drogas, seja pela perspectiva medicinal, recreativa e/ou experimental. Entende-se que existe “a formação e consolidação dessa infraestrutura jurídica que dominou o mundo a partir da ideia de ortopedia moral: do centro à periferia”. (CARNEIRO, 2018, p. 09).

Para complementar a discussão, nos debruçamos nos meios modernos das navegações marítimas ao Brasil, para apontar o que ficou conhecido como o “complexo da ganja” – denominado por Courthwright no que se refere a disseminação da *cannabis* (maconha) pela Índia, Irã, reinos mulçumanos e parte da África. O território que conhecemos atualmente como Brasil, adentra ao complexo por via dos africanos escravizados pelos europeus, que os transportavam em navios negreiros para servirem de mão-de-obra escravocrata no Novo Mundo. Desse modo, os africanos traziam consigo, sementes de maconha e as plantavam entre as plantações de cana-de-açúcar, as quais trabalhavam. Assim, o uso da maconha difunde-se entre mestiços e indígenas ao mesmo passo que é associado à pobreza, ao atraso, e principalmente, a inferioridade racial. (MARTINS TORCATO, 2013).

Adentrando ao século XX, como o século definidor de um proibicionismo que atenta não somente para o contato de sujeitos com as drogas, mas também, que confronta de forma bélica, repressiva e autoritária tanto usuários quanto os comerciantes (taxados posteriormente de traficantes). Pouco menos de trinta anos após a abolição da escravidão no Brasil, em 1915, a maconha estava associada como uma vingança dos negros (africanos) sobre os brancos civilizados: Uma evidência do racismo estrutural em que o século XX estava inserido, e que ainda no século XXI, não está dissolvido. Em 1930, o terreno para a proibição da maconha

tornava-se fértil ao passo que em 1936, tivemos a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), subordinado ao Ministério das Relações Exteriores. (BRANDÃO, 2014).

Por fim, destacamos que as necessidades econômicas levam inúmeros agricultores a se envolverem com o cultivo desta planta, notadamente em áreas marcadas pela baixa umidade e por poucas chuvas mal distribuídas ao longo do ano, ou seja, este cultivo representa uma alternativa real de manutenção financeira para quem vive no sertão nordestino. (BRANDÃO, 2014, p. 05).

O Polígono da Maconha nos sertões do Nordeste.

Partindo das ideias supracitadas, desenvolveremos uma análise dos discursos jornalísticos do Diário de Pernambuco sobre o Polígono da Maconha no ano de 1996. O Diário de Pernambuco foi fundado como folha de anúncios diários a 7 de novembro de 1825, em Recife. Atualmente, é o mais antigo jornal em circulação na América Latina.²

No ano de 1994, o Diário de Pernambuco passou a ser propriedade do Condomínio Associados. Nesta ocasião, o Diário de Pernambuco iniciou as obras do seu novo parque gráfico, localizado na zona norte de Recife. Em 1998, dispunha de novas máquinas informatizadas e produção em larga escala, contando com cerca de 320 funcionários, entre jornalistas e técnicos gráficos.³

As informações sobre o jornal analisado são necessárias para que possamos compreender que o discurso tem sentidos, é político e trabalha com a memória, sendo esta última, dupla: a “memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”. (ORLANDI, 2007, p. 10). “Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. (ORLANDI, 2007, p. 17).

Ao debater os termos dessas noções sobre a construção, perpetuação e esquecimento dos discursos, buscamos agora estruturar por meio da Análise do Discurso, as matérias do referido jornal que discorrem sobre o sertão pernambucano – especificamente, sobre uma região conhecida como Polígono da Maconha, a qual abarca cidades no interior do estado.

² Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco> > Acesso em: 06/10/2020.

³ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco> > Acesso em: 06/10/2020.

Ressalte-se não haver consenso sobre a definição das cidades que fazem parte do Polígono da Maconha. Relatório, assinado pela Corregedora-Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Maristela de Oliveira Simonin, e por Gustavo Augusto R. de Lima, presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, informa que o Polígono é formado pelos seguintes municípios: Floresta, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu, Petrolândia, Itacuruba e Carnaubeira da Penha. (OLIVEIRA; ZAVERUCHA; RODRIGUES, 1997).

As fontes aqui utilizadas estão sob domínio do acervo da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital – “criada em 2006, a BNDigital tem como objetivos principais preservar a memória cultural e proporcionar o amplo acesso às informações contidas em seu acervo”⁴. Assim, pesquisadas pelo formato online, estão disponíveis para acesso. Em específico, procuramos estabelecer uma localidade, a qual escolhemos o estado de Pernambuco, por meio das seguintes palavras-chave: “Polígono da Maconha”. Logo, fomos direcionados para um outro acervo de 1996 com apenas 4 matérias, as quais, diretamente faziam referência às palavras-chave.

Antes de iniciarmos as análises, fazemos referência ao rio São Francisco, o qual participa, e dá também as condições necessárias para a produção de maconha em meio a caatinga no sertão pernambucano.

Convidamos os leitores para lerem e relerem as matérias jornalísticas e participarem das nossas análises abaixo.

O acervo é nomeado como: “Diário de Pernambuco (PE) – 1990 a 1996”. A primeira notícia a ser tratada é da edição de número 00041 (1), ocorrência 01 do ano de 1996⁵, com o título: **Conselho de Entorpecentes quer impedir o tráfico no Carnaval.**

A notícia segue tratando de que, o CONEN, Conselho Estadual de Entorpecentes, oficializou medidas preventivas e repressivas em conjunto com 12 conselheiros do órgão, a polícia militar, civil e federal em uma reunião a fim de impedir o tráfico no carnaval do ano em questão, como o título da notícia sugere.

O documento oficial, segundo o jornal, consumado na reunião, acerta responsabilidades àqueles que forem coniventes com o consumidor e/ou traficantes de drogas. Assim, também informa que, reunindo forças com a Segurança Pública, haverá cobrança por

⁴ Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/acervos/bndigital>> Acesso em: 06/10/2020.

⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93491?pesq=poligono%20da%20maconha> Acesso em: 06/10/2020.

parte do Conselho em fiscalização rigorosa pela suspensão do porte de armas, e na venda de bebidas alcóolicas a menores de idade.

Dessa forma, dentro da legalidade, encontra-se brechas, perigos, controle e descontrole em que o Estado já não consegue assegurar a segurança àqueles que deveria proteger. Assim, existe a venda de bebidas alcóolicas às crianças, atentando para o fato de que, há vendas ilegais mesmo que as bebidas alcóolicas sejam legais e passem por uma fiscalização (neste caso, falha). Como também, há a compra e venda legal/ilegal de armas pelos motivos supracitados.

Continuando a notícia, temos a informação de outros órgãos que participaram da reunião prévia ao carnaval de Pernambuco, como representantes do Ministério Público, do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil, e conselheiros das secretarias de Ação Social, Saúde, Educação e Justiça.

Como medidas efetivas para que o carnaval de Pernambuco permanecesse seguro e sem drogas, o superintendente da Polícia Federal, na pessoa de Wilson Salles Damázio, mobilizou cerca de 100 homens para iniciar “barricadas no ‘Polígono da Maconha’ (sertão do São Francisco), nas rodovias e no Aeroporto Internacional de Guararapes contra o tráfico de maconha, cocaína, lança-perfume, e outras drogas”.

Observa-se, então, a tamanha preocupação e mobilização dos órgãos públicos em relação ao consumo, a venda e ao tráfico de drogas. Nos ateremos ainda mais às informações últimas sobre a criação de barricadas no sertão nordestino para interceptar o tráfico de drogas entre o sertão e o Aeroporto Internacional de Guararapes, percurso que consumiria cerca de 10h de viagem aos traficantes, caso fossem ou saíssem de Cabrobró, uma das cidades mais distante que compõe o Polígono da Maconha, e não por Floresta, entre outras, Belém do São Francisco.

Compreendemos que o Polígono da Maconha é uma região que abarca mais de dez municípios do Pernambuco como pontos estratégicos econômicos, rodoviários (para o tráfico de drogas entre cidades e estados), e, agricultores, por haver municípios às margens do rio São Francisco – o qual fornece as condições climáticas favoráveis ao plantio de maconha.

Tendo feito tais considerações sobre a localização e as condições para o surgimento de uma região que abarca práticas ilegais em tamanha dimensão, acentuamos o papel do Estado e da legislação vigente perante às práticas criminais que continuaram a acontecer: as medidas tomadas pelos governos estaduais e federal sobre a política de drogas no Brasil recai sob medidas paliativas, tentativas preventivas de que as drogas não ultrapassem as fronteiras

imaginárias entre municípios, sem haver uma política efetiva de controle legal e com menos risco à saúde e à vida de seus cidadãos, sejam estes civis ou militares.

Dessa forma, atentamos mais uma vez que, mesmo dentro da legalidade com fiscalização, mas sem repressão policial, sem a necessidade de mortes e uma guerra às bebidas alcóolicas, a venda ilegal a menores de idade permaneceu – e percebemos isso intrinsecamente quando há uma necessidade e preocupação de um órgão estadual especializado em combate aos entorpecentes, reforçar em conjunto com a Segurança Pública, a fiscalização nos estabelecimentos de vendas.

Partimos para a segunda análise, na edição 00043 (1) do mesmo acervo supracitado, na ocorrência 02, do dia 12 de fevereiro de 1996⁶. Com a seguinte chamada, a notícia se desdobra: “Porte de armas no Estado fica suspenso até o fim do carnaval”. Há também uma imagem em conjunto com a matéria, de um homem com uma arma de fogo na mão, e ao seu lado, uma lista das cidades pernambucanas em que o porte de armas está suspenso.

No início, temos as informações de que desde o começo do mês, a polícia civil estadual suspendeu o porte de armas, e ao 12º dia do mês, a polícia federal somou forças à corporação fazendo também a suspensão, mas, até a quarta-feira de cinzas (último dia de carnaval). Segundo o delegado federal Wilson Damázio, a medida é necessária para adequar ação entre os agentes de ambas polícias.

A consequência por estar portando armas de fogo, é de poder ser encaminhado para o presídio. Tais medidas visam manter a tranquilidade aos foliões durante o carnaval. Para isso, a polícia entende que deve estar em todos os pontos com maior concentração de foliões. Outra ação policial é reforçada em que “todos os foliões serão rigorosamente vistoriados” por um policiamento “ostensivo e preventivo” à procura não só de armas de fogo, mas também de drogas e fogos – assim afirma o tenente-coronel, assessor de comunicação da polícia militar, o Antônio Neto.

Dentro dessas afirmações, buscamos instigar nossas percepções sobre a situação diante da fala do tenente-coronel militar sobre a vistoria rigorosa em todos os foliões: pela perspectiva histórica, social, econômica e étnica, é difícil acreditar que todos os carnavalescos foram vistoriados, e mais, que foram tratados da mesma forma.

⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93652?pesq=poligono%20da%20maconha>
Acesso em 06/10/2020.

Não devemos pensar os sertões nordestinos isolados e presos dentro de uma determinada temporalidade e geografia que não perpassam semelhantes situações sociais que um município do litoral ou de capitais ao sul e sudeste do país com grande giro capital, pois, os sertões também são contemporâneos. Não pretendemos negar a historicidade e as tradições dos sertanejos e dos sertões nordestinos, mas atentar para as questões contemporâneas que nesses indivíduos e espaços surgem e permanecem. Ao mesmo tempo que os discursos constituídos como aprendizados pré-definidos surgem, eles se renovam, podem ser esquecidos, e também podem ser (re)construídos.

Como exemplo, propomos observar a citação a seguir para enfatizar o que foi dito acima sobre os sertões e suas questões contemporâneas: “Além disso, está proibida, por tempo indeterminado, a expedição de porte ou renovação para pessoas que residam ou trabalhem nos municípios da Mata Sul, do Agreste Meridional e do ‘Polígono da Maconha’”, a menos para aqueles que são profissionais da segurança.

Uma das primeiras questões que devemos dialogar, é com a ideia de que os sertões são espaços que não há controle, ou seja, espaços de “descontrole”: local em que os “cabra macho”, os donos das terras, os fazendeiros, os coronéis, são os donos do poder, eles que mandam. Contudo, a partir desta matéria é perceptível que há um controle governamental sobre estes espaços por meio de operações em conjunto entre as polícias estaduais e federais. Há um mínimo de consenso entre as corporações e punições para desobediências.

Partindo desses pressupostos de “descontrole” por meio do proibicionismo, acrescentamos que o próprio jornal cita uma área composta por mais de dez municípios, listando-os não somente um por um, mas também os referindo como “Polígono da Maconha”. Está citado. É evidente a existência de um conjunto de cidades que compõem atividades ilegais como plantar, consumir e vender maconha. Mesmo que haja operações policiais de queima do estoque, de destruição das plantações, de legislação repressiva ao uso e a venda, o controle policial, prisional e legislativo não conseguem controlar esta área reconhecida publicamente – sendo ela, só mais uma em todo o vasto território brasileiro.

Assim, pondo mais uma vez em questão a noção do controle institucional sob a população, finalizamos a notícia com a descrição de um pedido de reforço do superintendente da PF para fiscalizar as determinações feitas à população através do chefe da Delegacia de Ordem Política e Social do DPF.

Na edição de número 00044 (1) da ocorrência 03, em 13 de fevereiro de 1996, encontra-se matérias que tratam da polícia⁷. Entre essas, está a manchete em negrito de uma ponta a outra no jornal: “Federais destroem 700kg de maconha”. Logo abaixo, têm-se duas fileiras que contam a história por trás da manchete; uma foto da plantação durante a operação também pode ser visualizada abaixo com a seguinte legenda: “Os policiais federais já destruíram cinco plantações de maconha na Fazenda Algodões, no Sertão”.

De primeiro momento, observamos uma falha na matéria ao ter duas informações sobre o número de plantações destruídas: enquanto uma pequena informação antes do início do texto, que atenta para quatro plantações, mas na legenda da foto supracitada, indicam cinco. Logo, trabalharemos com a dúvida entre quatro a cinco plantações, todas na Fazenda Algodões, na cidade de Carnaubeira da Penha, no Polígono da Maconha.

Os 2.200 pés de maconha foram arrancados e queimados. Todos estavam prontos para colheita. Caso tivessem sido processados, teriam chegado a pelo menos 700kg. Os proprietários da terra e seus “exploradores”, identificados assim pelo jornal, o qual também aborda a questão de vazamento sobre a operação: “os traficantes foram informados da ação dos policiais e escaparam”.

A última informação citada diretamente da matéria sobre a fuga dos traficantes, podemos compreender um processo de falha nas corporações policiais, de provável corrupção dos policiais em parceria com os traficantes – não seria surpresa se isso acontecesse tendo em vista que acontece nos dias atuais, pelo que conhecemos por “milícia”, e o lucro nas vendas da maconha demonstrarem ser rentáveis.

Noticia-se também que os agricultores, estes trabalhadores necessários para manter a plantação, com a chegada da polícia, eles “abandonam mantimentos, redes, ferramentas e até as roupas”. Já os traficantes, segundo a Polícia Federal, “estão diretamente envolvidos com os assaltantes de ônibus, de carga e carros-forte”. Confirma também que existem indícios. Contudo, pela falta de materiais, não podemos confirmar se há ou não envolvimento, ou se é mais uma maneira de incriminar os traficantes que fugiram.

Sobre a possibilidade de incriminar pessoas ligadas ao plantio e ao tráfico de maconha, a polícia estaria praticando o que atualmente está definido por Carneiro (2018), como proibicionismo, ou seja, um discurso narcofóbico – que não há intuito de observar a

⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93671?pesq=poligono%20da%20maconha> acesso em: 06/10/2020.

questão das drogas a não ser pela proibição. Assim, restaurando e perpetuando a fobia (falta de tolerância e/ou medo exagerado).

O discurso analisado pela metodologia foucaultiana, segundo Fernandes (2012), se estabelece como reflexo da existência de sujeitos, então, o mesmo acabar por ser

parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas, e consiste uma prática discursiva. (p. 37-38).

O que também nos chama a atenção para além da rentabilidade econômica no que diz respeito a produção de maconha, a venda e ao trabalho com essa prática que permanecia ilegal, é a taxa de desemprego: segundo o IBGE⁸, de dezembro de 1995 a janeiro de 1996, a taxa de desemprego subiu de 4,44% para 5,26% em seis regiões metropolitanas, uma delas, Recife está incluída. Com taxa média anual de desemprego de janeiro de 1995 a janeiro de 1996, houve um aumento no indicador de 19% levando em consideração as mesmas regiões citadas.

Sendo mais de 2.000 pés de maconha, e pela falta de informação sobre a genética das plantas, podemos acrescentar que existem dois tipos de maconha entre uma diversidade de propriedades: Algumas delas são as plantas “machos” que em sua colheita, oferecem utilidades para a produção de cânhamo, e naturalmente, a polonização; enquanto as plantas “fêmeas”, tem uma tendência a alto teor de THC e CBD (o primeiro refere-se às propriedades psicoativas, e o segundo, às terapêuticas, entre outros, tratamentos de epilepsia); assim como, produzem flores. Ambas constituem um processo de plantação, germinação e colheita que custa o tempo de cinco meses ou mais para o consumo.

A ocupação dos sertões nordestinos também se deu por pés de maconha: em uma só fazenda em Carnaubeira da Penha, distante a pelo menos 70km de Belém do São Francisco (cidade mais próxima às margens do rio São Francisco), milhares de pés de maconha foram encontrados prontos para colheita em um terreno seco, de vegetação caatinga e clima semiárido.

Acrescentamos estas informações, pois, elas indicam que o solo que compõem a vegetação da caatinga, e um clima que pouco chove, é favorável para a plantação de maconha. Dessa forma, podemos desmistificar o sertão como lugar realmente seco, sem vida em sua vegetação e terreno, e, acima de tudo, sem prosperidade.

⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pme_1996_jan.pdf> acesso em: 06/10/2020.

Por fim, para tratar da nossa última análise, utilizamos da matéria de 25 de fevereiro de 1996, na edição 00056 da ocorrência 04⁹, que informa: “Prevenção diminui índices de violência”. A prevenção citada envolve as autoridades policiais que tomaram medidas para tranquilizar o carnaval de Recife por meio do desarmamento. O editor da polícia, Márcio Maia, é o autor da notícia que contém três colunas e uma foto (abaixo) da direção da Polícia Civil sentada à mesa com armas de fogo e munições apreendidas; logo atrás, encontram-se alguns policiais, e 12 pessoas presas, reconhecidas pela legenda como formadores de quadrilhas.

Também se divulga que além de tranquilidade, houveram números baixos de homicídios e agressões no carnaval de Recife e Olinda. O secretário de Segurança Pública, na pessoa de Antonio Moraes, exalta a importância do desarmamento: “Na realidade, o desarmamento começou no ano passado e a firmeza do governador Miguel Arraes na manutenção das apreensões foi fundamental para a diminuição da violência”.

Continuando com a fala, o secretário afirma que por muito tempo, essa tentativa de desarmamento foi criticada por políticos do interior do estado pernambucano, que viam a polícia retirar de seus eleitores e cabos eleitorais, suas armas como revólver e espingardas. Atentamos para este fato por compreendermos que em determinado período da história dos sertões, é possível perceber por meio da historiografia e conhecimento popular, que os sertões também foram espaços de coronéis, fazendeiros, proprietários de terras e do próprio Lampião, Maria Bonita e seu bando “carregados até os dentes” de armas e munições para proteger seus familiares e suas terras. Contudo, Antonio Moraes, afirma que “felizmente, esta reação terminou e, agora, vivemos uma situação inversa, pois recebemos diariamente pedidos para realizar blitz”.

Acreditamos que a situação tenha chegado a ser inversa através da legislação brasileira que colocou em poder do Executivo, o exercício de fiscalizar o controle de armas nopaís. Citamos duas legislações que faz referência ao que foi apresentado, como o decreto nº 55.649, de 28 de janeiro de 1965, e a lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995 – esta última, atribui ao Ministério do Exército, em seu artigo 8, o intuito de fiscalizar produtos controlados pelo decreto supracitado (os quais consistem na fabricação, recuperação, manutenção, manuseio, importação, armazenamento, comércio, entre outros, tráfego de armas e munições).

⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/94124?pesq=poligono%20da%20maconha> acesso em: 06/10/2020.

Ora, todo esse aparato bélico por parte de proprietários de terras e coronéis, durante um determinado período da história brasileira, são características da Primeira República. Compreendamos que ao ressaltarmos a Primeira República e sua relação com os sertões e sertanejos nordestinos, assim como, as armas e munições, também fazemos referência aos discursos que consumam relações de poder, pois,

“o tipo popular do sertão nordestino, por ser inculto, teria costumes e psicologia muito particulares, marcado pela profundidade de caráter de homens rústicos com uma reserva de virilidade, macheza, bravura, capacidade de luta, de enfrentamento, de energia para as batalhas que o espaço regional parecia carecer.”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 189).

Em 1965, já havíamos adentrado na Ditadura Militar, e em 1996, vivíamos os frutos da redemocratização. São momentos históricos diferentes, e, portanto, com mudanças drásticas singulares para cada período no meio social brasileiro – não podendo ser resumidos ou simplificados em apenas mudanças de caráter legislativo.

Dando continuidade à matéria, temos a informação dada pelo tenente-coronel da Polícia Militar, Antonio Neto, que no ano de 1995, foram apreendidas cerca de 15 mil armas (todas dentro da ilegalidade). As barreiras policiais feitas nas rodovias também são fatores dominantes para as apreensões de armas e drogas. Esta continuação da matéria revela o que colocamos acima sobre o discurso, em que tanto pode haver permanência, quanto deslocamentos do homem e de sua realidade, pois, mesmo com a campanha de desarmamento e a fiscalização desde 1995 pela União, foram apreendidos no carnaval de 1996, 73 revólvers, 53 armas brancas, 11 quilos de maconha, 45 lança-perfumes, e 163 tubos de “loló”.

Para além da percepção do poder do discurso, podemos acrescentar que o fato de haver armas e substâncias ilícitas, as pessoas infringiam a legislação e adentravam à ilegalidade mesmo sabendo que estavam sendo vigiadas e poderiam ser punidas. Tais ações também demonstram que haviam pessoas aptas a venderem e a consumirem as substâncias, cada uma com seus motivos particulares.

Compreender estes motivos significa ter a percepção sobre o Estado que permanece e permeia o discurso proibicionista, ou seja, narcofóbico: Assim, o Estado envolvido pelo poder, “ignora os indivíduos, pois deve voltar-se para os interesses da totalidade, ou, ao menos de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos”. (FERNANDES, 2012, p. 53).

Tendo o poder diversas vertentes, compreende-se que estão vinculadas ao biopoder, “o poder sobre a vida, e também sobre o corpo, quer seja por meio de formas de dominação, ou de técnicas e cuidados de si, ou pela governabilidade”. (FERNANDES, 2012, p. 52).

Partindo destes pressupostos, devemos chamar atenção para a declaração do Assessor de Imprensa da Polícia Federal, Joaquim de Souza Netto: Com o trabalho preventivo, a Polícia Federal em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, conseguiram “impedir a entrada de entorpecentes e lança-perfumes da Argentina”. Nos interessa destacar o local de fala do policial federal, como agente do Estado, e trabalhando na capital do estado nordestino pernambucano, Recife. Assim, conseguimos analisar os discursos em contraponto às representações sobre o Nordeste quando há a percepção desta região como isolada, mal desenvolvida, sem progresso, com pessoas vivendo sem água e comida, ou seja, na miséria. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Somente através da declaração do policial federal, temos aparato para compreender a dimensão do tráfico internacional e nacional de drogas que vem da Argentina para o solo pernambucano. Acrescentamos também, para finalizar a matéria e nossa análise, que o policial conclui com mais uma declaração sobre o Polígono da Maconha, reafirmando a dimensão e a complexidade das atividades ilegais envolvendo drogas ilícitas: “Infelizmente, a Polícia Federal não dispõe das condições materiais, financeiras e de pessoal para que realizemos um trabalho mais intenso, inclusive no Polígono da Maconha, onde se concentram os plantios da erva no Estado”.

Para tanto, concluímos que as fontes fazem parte de um pequeno período entre 10 de fevereiro de 1996, a 25 de fevereiro do mesmo ano, dias que antecedem e sucedem o carnaval. Foram através de quatro matérias jornalísticas que conseguimos identificar características singulares de uma espacialidade referentes ao meio social, jurídico, político, entre outros, de caráter representativo: todos explicados no decorrer deste estudo. Toda a construção historiográfica só foi possível por pensarmos e escrevermos através da História Nova.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; RAGO, Margareth. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”**– uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Distante e/ou do instante**: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “**Vede sertão, verdes sertões**: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas”. *Fênix – Revista de Estudos Culturais*, Uberlândia 13 (2016): 1 – 27.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Ciclos e atenção à maconha no Brasil**. *Revista da Biologia*, v. 13, n. 1, 2014.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo** / Henrique Carneiro. – São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2018.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005.

CONSELHO DE ENTORPECENTES QUER IMPEDIR O TRÁFICO NO CARNAVAL. Biblioteca Nacional, 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93491?pesq=poligono%20da%20maconha> acesso em: 07/10/2020.

FEDERAIS DESTROEM 700KG DE MACONHA. Biblioteca Nacional, 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93671?pesq=poligono%20da%20maconha> acesso em: 07/10/2020.

FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência e espiritualidade / Edward Macrae, Wagner Coutinho Alves (Orgs.); [apresentação, Luis Mott]. – Salvador: EDUFBA, 2016.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; CONSELHEIRO, Antônio. **Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade.** Jovens em Tempo Real. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MARTINS TORCATO, Carlos Eduardo. **O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil.** Saúde e Transformação Social / Health e Social Change, vol. 4, n. 2, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. In: **POLITEIA: História e Sociologia, Vitória da Conquista**, v. 3, n. 1. 2003.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

PORTE DE ARMAS NO ESTADO FICA SUSPENSO ATÉ O FIM DO CARNAVAL.

Biblioteca Nacional, 1996. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/93652?pesq=poligono%20da%20maconha>
 acesso em: 07/10/2020.

PREVENÇÃO DIMINUI ÍNDICES DE VIOLÊNCIA. Biblioteca Nacional, 1996.

Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/029033_17/94124?pesq=poligono%20da%20maconha>
 acesso em: 07/10/2020.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis – 4ª ed.**
 – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NATAL E SUAS ANACRONIAS: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE MODERNA NO DISCURSO DA ELITE NATALENSE (1900-1930)

Álvaro Luis Lins de Paiva¹

João Ricardo de Araújo Capistrano²

1. INTRODUÇÃO

Câmara Cascudo (1898-1986) foi um dos intelectuais mais importantes do Rio Grande do Norte em termos de influência. Cascudo foi conhecido nacionalmente por seu trabalho como folclorista, mas no Rio Grande do Norte suas obras na área da História são de grande relevância, sendo necessário conhecê-las para entender as questões da historiografia local. Suas obras e atuação política se inserem num importante contexto da história da cidade de Natal, que acabou por causar uma monumentalização intelectual de Cascudo na cidade (SALLES NETO, 2009).

No começo do século XX, a cidade de Natal estava passando por diversas transformações que visavam sua modernização. Arrais (2017) argumenta que “entre 1924 e 1930 esses investimentos assumiram um ritmo mais acelerado e, com o Plano Geral de Sistematização, uma organização coordenada” e que

Os sinais modernos espalhados pela cidade dos anos 20 foi suficiente para fortalecer entre os grupos dominantes e os intelectuais locais a convicção de que a cidade efetivamente estava rompendo a inércia que no início do século os republicanos atribuíam ao regime monárquico. (SALES NETO, 2009, 17).

Ele prossegue, argumentando que esse desejo por uma cidade mais moderna gerava questões relacionadas às transformações que estavam acontecendo na cidade e um apego ao passado da mesma. Diante disso,

Tudo indica que essa convivência entre o progresso (que se realizaria no futuro) e a tradição (refugiada no passado) se dá menos entre o grupo dos “modernizadores” contra o grupo dos “tradicionalistas”, do que no interior de cada indivíduo, no plano do pensamento e da sensibilidade, tomando a forma de uma ambiguidade [...]. Assim, os modernizadores da cidade de

¹ Graduando de licenciatura em história pela UFRN. Endereço de e-mail: alvaro15@ufrn.edu.br.

² Graduando de licenciatura em história pela UFRN. Endereço de e-mail: joaoricardo_capistrano@outlook.com.br.

Natal foram também estudiosos devotados ao passado da capital e do Rio Grande do Norte. (ARRAIS, 2017, p. 12-13).

É bastante notório o legado patrimonial deixado por esses grupos. Um breve passeio pelo chamado centro da cidade de Natal é suficiente para perceber diversas referências a “heróis” republicanos. Isso é notório na toponímia, nos monumentos e até no estilo arquitetônico (em geral, bem característico desse período, mostrando que muitas das construções que hoje em dia marcam a paisagem natalense foram erguidas nessa época).

Nesse contexto, Cascudo havia começado há relativo pouco tempo sua atividade intelectual. Seu primeiro artigo fora publicado no jornal *A Imprensa*, cujo dono era seu pai, em 1918 e seu primeiro livro, com o título “Alma Patrícia”, em 1921 (ARRAIS, 2017). Assim, compartilhava de tal ambiguidade, entre defender a modernização ao passo que demonstra um profundo apego à tradição.

Tendo em vista tais questões da construção do patrimônio histórico natalense e da importância de Cascudo na historiografia local (assim como a relação dele com os intelectuais que estiveram a frente desse já referido projeto modernizador), iremos discutir sobre como determinado discurso acerca do passado natalense foi expresso em alguns de seus monumentos e como isso aparece nas páginas de seu excepcional pensador.

2. CRESCIMENTO DA CIDADE E LEGADO REPUBLICANO

A modernização de Natal sempre foi objeto de estudos de importantes intelectuais, exemplo disso é o próprio Câmara Cascudo, já citado no decorrer desse texto. As transformações de Natal sempre foram presentes, nessa província a modernidade e a modernização sempre foram influências para mudanças radicais. O patrimônio, por exemplo, é de constante mudança, assim como a cidade por inteiro.

A construção da memória de Natal é uma constante luta política, essa memória é construída de acordo com os grupos que tomam o poder na cidade, a cada período que algum grupo tem o poder político nas mãos, há na verdade, uma vontade de uma construção de uma memória particular daquele grupo. As constantes transformações e mutações dessa cidade fazem parte e estão extremamente ligadas à sua sociedade e ao manejo político.

As constantes mudanças e apatias em períodos na cidade se dão intermitentemente. Como exemplo das efervescências dos períodos de mudança temos a Segunda Guerra Mundial, que trouxe para Natal toda a modernização possível, crescimento de população,

processo de industrialização e mudanças nos espaços de sociabilidade, além de trazer para a cidade, importância política, tornando-se ponta de entrada do novo, da mudança no Brasil.

O novo, a novidade, a mudança, a transformação sempre fizeram parte do gosto da elite política natalense, a destruição do velho e a fomentação de novas ideias, de novas estruturas e de novas identidades é um fato que marca essa elite que sempre quis cravar sua história na memória de Natal. Buscou cravar de todas as formas, inclusive nas ruas da cidade. Os grupos com poder mobilizaram-se de forma ferrenha na organização de uma memória que fosse subjetivada e se perpetuasse na memória da população natalense, segundo Raimundo Arrais, doutor em História Social e grande estudioso de Natal:

[...] o grupo que controlou o poder no estado do Rio Grande do Norte mobilizou a lei para inscrever no espaço público da capital do estado seus valores, suas projeções de mundo, sua memória. Essa foi uma maneira de os republicanos se apoderarem da cidade. Para tanto, empregou-se a estratégia que no final das contas se destinava a fazer a cidade falar, como se ela, a cidade, assumindo a aparência de uma coletividade compacta, homogênea, uma entidade genérica, como se encarnasse o grupo político que a comandava. Desse modo, a “cidade” homenageia, a “cidade” recorda - essas são algumas das modulações retóricas impressas em bustos, placas comemorativas consagradas à celebração dos grupos locais, fazendo com que a história do grupo dominante apareça como a “história da cidade”, obscurecendo o fato de que dentro das figuras de mármore plantadas nas suas praças e avenidas, é a voz do grupo dirigente que fala. (ARRAIS, 2017, p.19).

Diante disso, é visto que o fato de Natal transformar-se tanto, e uma série de reformas físicas e de eventos culturais acontecerem se dá pela maneira e pelo desejo de como o grupo político quer ver a cidade e cravar seu nome. O uso da memória é constante para os grupos políticos que dominam a cidade, eles constroem e destroem simultaneamente. Isso acontece pela memória ser a vida cotidiana e que está aberta a possibilidades, a memória é sempre dominada pelos vivos e pelos grupos de poder, está sempre aberta a mudanças pelos afetos do presente, a memória é sempre uma volta da narrativa do passado a partir de afetos do presente, por isso o perigo dela, pois está suscetível à deformação, a manipulação, a revitalizações, é por isso que a memória é usada como instrumento, como meio de atingir objetivos.

O patrimônio e a cidade de Natal são constituídos pela vontade de indivíduos que sempre tiveram o poder nas mãos, a idealização de Natal como cidade foi construída no início do século XX, por homens, em sua maioria brancos, ricos e que pertenciam a aristocracias e oligarquias que mudaram, que se ressignificaram para se manterem no poder. Durante a

construção de Natal os dirigentes buscavam, constantemente espaços que pudessem cravar suas ideias e marcas de suas influências na capital potiguar. Por isso, a formação de novos bairros foi de grande importância para que se pudesse potencializar o crescimento da cidade, mas também importante pois se tornaram lugares de memória. Ainda citando o historiador Raimundo Arrais:

No conjunto do espaço urbano, a ação da intendência sobre a Cidade Nova se distingue dos demais bairros, porque na Cidade Nova não havia toponímia a ser substituída. Era preciso empregar nomes para identificar o chão virgem, virgem do ponto de vista da ação municipalidade, e não dos usos, não da produção do valor de uso, esclareça-se. Diferentemente dos bairros antigos, situados em áreas em que a mancha de ocupação se adensou ao longo de três séculos, o chão onde seria situado o novo bairro era, no pensamento dos intendentes e dos grupos dirigentes locais, uma página em branco na qual eles iriam escrever seus sinais de propriedade, seu desejo de ordem, suas mensagens, suas aspirações. (ARRAIS, 2017, p.28)

Neste caso é visto que a construção da cidade de Natal é a supressão da história, da memória de outros grupos em prol da construção da memória, do desejo de uma elite política e de grupos ricos que comandavam a forma que a cidade se organizaria, as ruas enquanto patrimônio, são na verdade patrimônio de um grupo, que diz a sociedade e ao mundo como Natal é, que usa os patrimônios, as ruas para dizer como Natal foi construída e qual a roupagem que a cidade se veste. A cidade passa a ter um rosto da elite, que por meio das forças do estado e por meio das instituições crava na cidade uma *rostidade*, uma característica que essa elite deseja. Por isso, podemos até colocar que o governo e suas instituições se aproximam muito mais da ideia de Gilberto Freyre do que de Sérgio Buarque de Holanda, a família, o familismo que Freyre coloca como necessário para construção do estado brasileiro, estão extremamente presentes na formação da cidade de Natal, onde os desejos e memórias das famílias e grupos políticos se sobrepõem às necessidades sociais e à organização burocrática do estado.

A capital do estado do Rio Grande do Norte é permeada pelos lugares de memória a qual o historiador Pierre Nora tanto fala, segundo Nora

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...] valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções [...] são marcos e testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993, p. 12-13).

Por princípio Natal é um lugar de memória, por sempre valorizar as mudanças, o novo, é também por princípio um lugar de memória, uma vez que essa memória não é criada

espontaneamente, mas a partir de um desejo de grupos que estão no poder de criarem arquivos, de criarem memórias de um poder que exerce poder sobre grupos sociais, sobre estruturas estatais, sobre organizações e sobre o próprio indivíduo. Toda essa tentativa de criação de uma memória de Natal se dá pela necessidade de criar-se uma unidade territorial, criar-se uma homogeneidade.

3. CASCUDO E A CIDADE DO NATAL

Câmara Cascudo produziu sua obra diretamente articulada com o lugar de onde foi escrita, é atribuído como o anunciante da história da cidade de Natal, a cidade é o espaço de sua narrativa, e ao mesmo tempo, de seu objeto de estudo. Seus escritos e seus atos lhe associam a um recorte oficial, intelectual e popular da cidade de Natal.

A fase de sua consagração foi quando ele escreveu a *História da Cidade do Natal*, livro que fora encomendado pelo próprio prefeito. Essa obra surge a partir de uma lacuna que o próprio Cascudo apontou em relação aos estudos sobre a história local. Em 25 de dezembro de 1948, Cascudo recebe o título de historiador da cidade de Natal, concedido pelo prefeito Sylvio Piza Pedroza, reconhecendo-o como intérprete da cidade. As ligações entre Cascudo e Sylvio Pedroza é bem evidente na obra, e Pedroza

recebe as credenciais de filho da terra e, bebendo no saber genealógico, vê reconstruídos os vínculos que o ligam a uma linhagem familiar de patriarcas e fundadores da ordem republicana no Rio Grande do Norte. A *História da Cidade do Natal* deixa no seu leitor a sensação que Sylvio Pedroza simplesmente continuava a história da cidade de Natal, dando-lhe novo ímpeto. Natal, agora um canteiro de obras, ia sendo movimentado por um homem enraizado nas tradições mais puras do Rio Grande do Norte. (ARRAIS, 2017)

Dessa forma, fica clara a relação desse “status” de Cascudo não apenas por seus trabalhos intelectuais, mas por suas ligações políticas. A construção da imagem dele como esse grande intelectual potiguar, assim como apontamos que ocorre com o patrimônio, fez parte de um projeto político. Seu estabelecimento e até institucionalização enquanto historiador da cidade, sem dúvidas não se deu a parte de suas relações com o poder local. Com isso, não visamos de forma alguma depreciar o peso das obras deixadas por Cascudo ao longo de sua trajetória intelectual, mas apenas não naturalizar ele ter alcançado tudo o que alcançou como se fosse meramente por seus trabalhos. É importante que consigamos notar suas articulações e a forma que ele estava inserido na elite da cidade (política e intelectual),

para que possamos entender mais de sua obra e do projeto de Rio Grande do Norte que é expresso nas suas páginas.

Como já mencionado, com um breve passeio pelo centro da cidade, é possível notar o legado patrimonial deixado, marcado por referências republicanas, principalmente marcada pelo nome de Câmara Cascudo e suas memórias. Na toponímia urbana, rua (na Ribeira), avenida (na Cidade Alta), fachadas: casa (que se tornou um patrimônio da cidade, e continua recebendo visitas, assim como, se recebia quando Cascudo ainda vivia), restaurante, o Cascudo Bistrô (um dos restaurantes mais premiados da cidade), instituições, livraria, biblioteca Pública Câmara Cascudo, museu Memorial Câmara Cascudo, mantido pelo Governo Estadual, escola Estadual Luiz da Câmara Cascudo (Travessa dos Potiguares, no bairro de Candelária) e até em monumentos, feito de bronze, localizado em pleno centro, de frente de seu memorial, erguido em 1987.

Assim, podemos constatar que Cascudo é a maior referência intelectual da cidade, um centro histórico que alude a marca de sua existência, tornando-o quase uma personalidade viva. Independente de denominações, críticas, não se pode negar que o intelectual é nome mais valoroso no âmbito local e sua relevância no âmbito nacional e internacional, rendendo um conjunto de obras de pesquisa, análise e interpretação da realidade brasileira de elevado grau de densidade cultural.

4. O PARQUE FERROVIÁRIO DA ESPLANDA SILVA JARDIM: SEUS USOS E SIGNIFICAÇÕES

Natal, no início do século XX, passou por um intenso processo de modernização – idealizado pela Intendência Municipal e pelas elites locais. A mudança mais latente, decorrente desse processo, pode ser materializada na ampliação do espaço urbano da cidade, com a construção, em 1901, do bairro de Cidade Nova – espaço que hoje compreende os bairros de Tirol e Petrópolis – constituindo, assim, o terceiro bairro oficial da capital norte-rio-grandense (FERNANDES, 2017), como foi explanado anteriormente. Entretanto, o processo de transformação da cidade não se resume apenas a construção de Cidade Nova. Identifica-se, nesse período, a construção de teatros, praças, cafés, bistrôs e avenidas, em vários espaços da cidade. Pretendia-se, dessa forma, construir uma cidade moderna, afinada com o imaginário de civilização europeu difundido a partir da Segunda Revolução Industrial –Belle Époque. Natal, nesse momento, não poderia ter ruas estreitas e arquitetura colonial,

almejava-se a transformação da cidade em um grande centro urbano, nos moldes de Paris e Rio de Janeiro.

O ser moderno no Brasil ligava-se ao desejo de se afastar do passado colonial, escravocrata, que pouco se relacionava com os novos ideais de civilidade que se difundiram a partir da Europa. Portanto, muitas vezes, o que realmente importava era o parecer moderno. O distanciamento dos costumes provincianos também fazia parte dessa negativa do passado, afinal, os valores de modernidade adotados pelas elites locais eram essencialmente urbanos. (MARINHO, 2008, p. 56).

Sendo assim, como afirma a historiadora Marcia Maria Fonseca Marinho, em seu *Natal também civiliza-se*, o projeto de modernização da cidade estava imbuído de uma mentalidade de negação do passado, especificamente, do passado colonial. Nesse contexto, houve o alargamento de vias, aterramento de regiões pantanosas - o espaço que hoje é a Praça Augusto Severo no bairro da Ribeira, por exemplo, correspondia a um braço do Rio Potengi e foi aterrado dentre desse contexto de sanitização da cidade - construção de praças, linhas de férreas, dentre outros.

Além disso, Natal enfrentava um grande problema de isolamento geográfico devido à região ser cercada por dunas e cortada pelo Rio Potengi. Dentro desse contexto, destaca-se a construção do Pátio Ferroviário da Esplanada Silva Jardim, entre 1909 e 1920, sendo parte de uma série de medidas tomadas pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) (RODRIGUES, 2011). No entanto, diferentemente da transformação urbana que a cidade enfrentou no mesmo período, a construção desse parque ferroviário foi palco de intensas disputas entre o governo federal e os poderes locais, como elucida o historiador Wagner do Nascimento Rodrigues (2011), em seu *Tensões e conflitos na instalação de um Pátio Ferroviário na Esplanada Silva Jardim*: “As perspectivas do governo federal e dos engenheiros que fizeram parte do processo foram frustradas por instituições e pequenos poderes locais”.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (EFCRGN), inaugurada em 1906, que ligava as cidades de Natal e Ceará-mirim, já havia atingido seu ápice de tráfego em 1909, necessitando, dessa forma, de uma reforma em sua estrutura. Para o funcionamento ideal da Estrada de Ferro, tendo em vista a demanda, via-se imperativo a construção de um pátio com depósitos e oficinas, que fosse integrado à estrutura da estrada.

Em 1909, a EFCRGN já tinha avançado bastante, e seu tráfego já exigia um equipamento específico para guarda e manutenção do material rondante.

Nesse ano a cidade de Ceará-Mirim é escolhida para receber um parque com depósitos e oficinas destinados a esse fim. (RODRIGUES, 2011, p. 2).

Ceará-mirim, como discorre Rodrigues, foi escolhida para receber o empreendimento de expansão da estrutura ferroviária, visto que, naquele período, Natal não tinha a mesma importância econômica para o estado, inclusive, questionando-se repetidas vezes ao longo da história a sua condição de capital. Contudo, após o início das obras, terraplanagem do terreno, o empreendimento é interrompido para a escolha de outro local, com a seguinte justificativa:

Reconhecida a deficiência das oficinas existentes, não só para a parte em tráfego como para o prolongamento, foi escolhido o local para as novas oficinas na cidade de Ceará-Mirim e autorizado o serviço do movimento de terras para a esplanada. Mais tarde, porém, foi esse local aproveitado para um depósito de carros que já se acha com as paredes prontas, e marcado novo local para oficinas, em Natal, à margem direita do rio Potengi, onde já foi iniciada a construção. (BRASIL, 1910, p. 114. apud. RODRIGUES, 2011, p. 3).

A incoerência na justificativa adotada para a mudança do local é evidente. A construção de um complexo ferroviário a margem do Rio Potengi, em uma região periodicamente alagada, encareceria o custo do empreendimento de forma exponencial, tendo em vista que a terraplanagem do terreno em Ceará-mirim apresentava um custo ligeiramente inferior. Sendo assim, é possível inferir que “esse equipamento tenha sido transferido para Natal pelas mesmas razões que fizeram a EFCRGN partir da capital e não de outra cidade” Rodrigues (2011).

A política de beneficiar Natal, que contava com o apoio de (sic) algumas das principais lideranças estaduais, entre elas o governador Alberto Maranhão, objetivava reforçar a sua posição de centralidade na hierarquia urbana, além de contribuir ao alcance ideal de “cidade moderna” almejado pelas elites, através de melhoramentos urbanos e da implantação de equipamentos que privilegiassem os fluxos comerciais pela cidade. O parque ferroviário, que seria implantado na Esplanada Silva Jardim, era um desses importantes equipamentos ao desenvolvimento da capital. (MEDEIROS, 2011, p. 72).

Como elucida o pesquisador Gabriel Medeiros (2011), em seu *Caminhos que estruturam a cidade: Redes técnicas de transporte e a conformação intra-urbana de Natal (1881-1937)*, a mudança do local que seria implantado o empreendimento passa pelo desejo da elite local de transformação de Natal em uma cidade moderna, assim como, reforçar sua imponência política por meio da centralidade urbana. Por conseguinte, transferido o local do empreendimento para Natal, os problemas não cessaram. A construção de um complexo ferroviário as margens do rio, cresceria a especulação imobiliária sobre os terrenos

circunvizinhos. A Intendência Municipal foi o primeiro obstáculo para a consolidação do complexo, tendo em vista o problemático histórico fundiário do terreno.

Em 1914, Angelo Roselli pede a paralisação das obras da esplanada, sob alegação que estariam usando seu terreno, reivindicando indenizações do poder público. Em 12 de março de 1915 o Juiz Federal manda paralisar as obras do parque, atrasando o seu andamento em mais de 4 anos. (RODRIGUES, 2011, p. 6).

Em 1911, três anos antes da paralisação, a concessão do terreno da Esplanada Silva Jardim havia sido dada pela Intendência Municipal ao coronel Angelo Roselli, presidente da associação de comércio que, como elucida Rodrigues (2011) “era amigo do Intendente Municipal Joaquim Manoel Teixeira de Moura, cuja filha havia se casado com o filho do comerciante em 1908”, além de ser uma figura ativa no partido republicano. Dessa forma, portanto, evidencia-se o conflito de interesses existente entre o poder local e o governo federal, nesse caso em particular com a confusão entre o público e o privado. “A concessão dada a Angelo Roselli era uma tentativa de atuação da Intendência Municipal de Natal nos rumos da cidade e também de agraciamento de indivíduos ligados ao poder local” Rodrigues (2011).

Dentro desse contexto de disputas territoriais, a margem do conflito, encontravam-se outros personagens sociais: os denominados “indesejáveis”. Circunvizinho as obras do parque ferroviário, desde 1893, por meio de uma concessão da Comissão de Melhoramentos dos Portos, achatavam-se no terreno alagadiço choupanas e casas de taipa, construídas pela população mais pobre da capital. A comissão concedeu a ocupação objetivando a preservação da vegetação plantada para fixar as dunas - a fim de conter soterramentos no canal de acesso ao porto (RODRIGUES, 2011). Sendo assim, antes do início das obras do parque ferroviário, o espaço era entendido como um lugar dos “indesejáveis” da cidade, tendo esse interesse imobiliário sido despertado a partir da construção do parque ferroviário da Esplanada Silva Jardim. Portanto, a concessão dos terrenos a Angelo Roselli, significava a retirada dessas moradias de um lugar que passava a ser um ponto estratégico do escoamento de mercadorias e conexão da capital com o resto do estado.

Por conseguinte, os moradores do terreno, em conjunto com a imprensa, mobilizaram um protesto contra o aforamento concedido a Angelo Roselli, que possibilitou à fixação de casas no local, assim como, a retomada em definitivo das obras do parque ferroviário. Ademais, vale ressaltar, que o período correspondente à construção do empreendimento foi marcado por secas intensas no interior do estado. A capital, nesse mesmo período, recebeu

entorno de 15 mil retirantes, aumentando em 150% sua população, tendo em vista que a cidade no início do século XX tinha apenas 10 mil habitantes. Daqueles retirantes, os que não seguiram para o norte do país, engrossaram as fileiras de operários da obra do complexo ferroviário da Esplanada Silva Jardim.

Em 1917, após o retorno ininterrupto das obras, o complexo ferroviário da Esplanada Silva Jardim já estava praticamente concluído, ostentando oficinas metálicas, rotunda para as máquinas, ponte de atracação, almoxarifado, reservatório para água e depósito de carros (MEDEIROS, 2011). No entanto, mesmo com todo o complexo constituído, não foi possível sua integração com o tráfego pleno da EFCRGN, tendo em vista que a única ligação era através de uma concessão de trilhos da Great Western por meio de um acordo com custo muito elevado. Existiu a tentativa de estabelecer rotas paralelas para conectar a EFCRGN com o parque ferroviário da Esplanada Silva Jardim, contudo, o interesse da área pelo poder local inviabilizou a construção do muro de arrimo que ligaria ambos.

Seu parque ferroviário, construído para receber o tráfego das duas linhas, tornou-se um local de sociabilidades apenas dos trabalhadores e moradores do local, compostos em grande parte pelos antigos retirantes fixados nas dunas pela Comissão de Melhoramentos dos Portos. Realidade muito distante da narrativa mítica associada às grandes estações terminais: verdadeiras portas da cidade onde se estabeleciam fronteiras e se encenavam civilidades. (RODRIGUES, 2011, p. 28).

Como afirma o pesquisador Wagner Rodrigues, o parque ferroviário não atingiu as expectativas dimensionadas a partir de sua construção, visto que não foi possível o exercício pleno das funções para o qual estava destinado. Revelando, dessa forma, as contradições na formação da cidade moderna imaginada pela elite local, que se preocupava em primeiro parecer moderno, em detrimento de realmente pôr em prática essa suposta realidade moderna. Entretanto, sua estrutura não foi inutilizada, com a apropriação de outros agentes sociais – nesse caso em específico os retirantes que achataram casebres em seu entorno – sejam os moradores da região ou, avançando na cronologia, funcionários burocráticos da ferrovia e, posteriormente o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra Seca) (RODRIGUES 2011).

BIBLIOGRAFIA

ARRAIS, Raimundo. **Luís da Câmara Cascudo, historiador da cidade do Natal**. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2017.

ARRAIS, Raimundo (org.). **A terra. Os homens e os sonhos: A cidade de Natal no início do século XX**. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017. 225 p. ISBN 978-85-68519-34-9.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4. ed. Natal, (rn): Edufrn, 2010.

FERNANDES, Gabriela. Entre Cidade Nova e a Cidade das Lágrimas. In: ARRAIS, Raimundo (Org.). **A terra, os homens e os sonhos: A cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017. Cap. 2.

MARINHO, Marcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esportiva Belle Époque Natalense (1900-1930)**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. **Caminhos que estruturam a cidade: Redes técnicas de transporte e a conformação intra-urbana de Natal (1881-1937)**. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12370>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. Tensões e conflitos na instalação de um Pátio Ferroviário na Esplanada Silva Jardim, Natal/RN (1909-1920). **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 3, n. 3, p.1-30, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635129/2944>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. **Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: A construção da hegemonia de Natal através das vias de comunicação (1820-1920)**. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Cap. 2. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12408>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luis Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009

MÉRITO E HEREDITARIEDADE: CONFLITOS ENTRE NOBREZAS NO PORTUGAL SETECENTISTA.

Ana Beatriz Vargem Pinheiro¹

Este presente artigo é um resultado das pesquisas para o trabalho de conclusão de curso, ainda em andamento, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Barreto de Souza, que conta o apoio do CNPq. Nesse sentido, o objetivo aqui proposto, como o próprio título destaca, é dialogar com dois perfis de nobrezas no intuito de alcançar seus embates políticos e sociais ao longo do século XVIII juntamente ao tratado intitulado “Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal”, de Luís da Silva Pereira Oliveira, escrito no início do século posterior. Trata-se, então, de dois tipos de nobreza: a hereditária, daqueles que já nascem nobres, também chamada de “nobreza de sangue” e a política (ou civil), que são aqueles que vão se tornar nobres ao longo da vida por meio do mérito, conhecida também por “nobreza de serviços”.

I. Primeiros arranjos:

Antes de dialogar com a fonte propriamente, seria importante realizar duas breves considerações. A primeira delas é que, neste estudo, se compreende a categoria de nobreza de forma próxima ao que define Ronald Raminelli, enquanto uma distinção dada pela Coroa e não apenas como significado de elite. Essa distinção se faz necessária uma vez que aqui na América portuguesa se tinha as noções de “nobreza da terra”, que ajudava a compor a elite colonial mesmo quando muitos não tinham os respaldos jurídicos da Coroa. Portanto, aqui, nobreza é entendida como uma concessão validada pela monarquia. (RAMINELLI, 2013, p.86).

A segunda consideração é sobre a ideia de mérito que no Antigo Regime tem uma lógica muito própria, um pouco distinta da que se conhece hoje. A nobreza civil se destacava pelo mérito, ou seja, prestava-se algum serviço à Coroa e se recebia, em troca, alguma mercê, título ou hábito. Isso significa dizer que se alcançava uma outra categoria, a de nobre, através

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Endereço de e-mail: biavargem@hotmail.com.

do esforço. Entretanto, essa noção de merecimento é bastante diferente da ideia que o século XIX em diante vai passar a conceber. (STUMPF, 2016, p.116). Roberta Stumpf explica que as “qualidades herdadas dos seus antecedentes”, “as qualidades adquiridas em trajetória familiar” ou as “qualidades individuais”, todas elas são formas de mérito. (STUMPF, 2016, p.116).

Dessa forma, “qualidades herdadas dos antepassados” diz respeito a nobreza hereditária ou natural, ou seja, nascer numa família de destaque, em uma grande casa aristocrática, era entendido como um tipo de mérito. Sobre as “qualidades adquiridas em trajetória familiar”, estas tratam da questão da linhagem. Quando alguém adquiria um título ou um cargo pela nobreza civil, a historiografia não sabe ao certo ainda em que geração, mas em algum momento essa posição poderia ser passada a frente, por isso a ideia de adquiri-la durante a trajetória de determinada família (RAMINELLI, 2015, p.29). E, sobre as “qualidades individuais”, que a historiografia chama por mérito individual, é quando o indivíduo, por ele mesmo, alcança o benefício do serviço prestado.

Outra situação que poderia ser considerada uma questão de mérito, à muito contragosto dos contemporâneos lusitanos, é a compra de determinado título ou cargo, prática que ficou conhecida como venalidade. Essa é uma questão que ultrapassa um pouco essa pesquisa e que tem na historiografia luso-brasileira uma discussão longa. Entretanto, explicando de maneira simplificada porque a venalidade pode ser considerada uma forma de mérito, é no sentido de que a pessoa ter condições financeiras, passar pelos critérios de limpeza de sangue e defeito mecânico, assegurar que é capaz de manter aquela posição que está adquirindo e, finalmente, obter essa distinção, é um tipo de merecimento.

II. A disputa entre as nobrezas:

Dessa forma, feita as considerações, pode-se agora pensar o conflito entre essas duas nobrezas, que não é apenas característico do final do Antigo Regime, mas muito anterior à ele. O que ocorreu, no entanto, foi um inchamento dessa nobreza política no século XVIII, principalmente a partir do reinado de D. José I, com as políticas do Marquês de Pombal. Isso resultou no descontentamento da nobreza hereditária que se sentia desprestigiada nas suas distinções, que esta acreditava ser dada ainda antes do nascimento. É sempre válido ressaltar que se tratava de uma sociedade de estamentos com restrita flexibilidade para mobilidade social e que tinha uma forma de vida baseada no “ver e ser visto”.

Quando a nobreza civil começou, então, a ocupar cargos, possuir títulos e habitar ambientes antes reservados a estes de qualidades naturais, dadas pelo Criador, começou a se gerar bastante insatisfação entre esses nobres naturais e a monarquia. O que acontecia era que existiam diversas formas de servir a Coroa e adentrar a nobreza política, e isso fica evidente na fonte escolhida para esta apresentação. O tratado, mencionado anteriormente, está dividido em três partes e um apêndice. Entretanto, é a primeira parte que aqui é mais relevante. Nesta, está contida as formas de nobrezas (natural e civil) e maneiras de ingressá-las. Durante o Antigo Regime português foi bastante comum a escrita de tratados como estes, onde os autores procuravam discutir e sintetizar as discussões que estavam em pauta.

Em uma pequena síntese, no primeiro capítulo o autor discute uma das noções de origem da nobreza. No segundo, os tipos de nobreza. No terceiro, a nobreza natural, isto é, a hereditária e, nos capítulos seguintes, as diversas maneiras possíveis de se ingressar na nobreza civil. O capítulo que requer nossa maior atenção é o oitavo, no qual o autor trata da inserção nessa nobreza política através das ciências. Assim, muitas eram as formas de se adentrar a nobreza, sendo as mais comuns pelo meio militar e pelas letras. Por isso, muitos homens iam lutar no ultramar com a promessa de se tornarem cavaleiros das Ordens Militares, por exemplo. Já, no outro caso, tratava-se dos homens de letras, que serviam ao Estado através das ciências e de seus valores utilitários e pragmáticos, e é justamente esse ponto que interessa a este estudo (SILVA, 2006, p.111).

Pensando a conjuntura lusitana nos reinados de D. José I e D. Maria I, pode-se dizer que uma das principais propostas era buscar a modernização do país, visto as novidades que vigoravam na Europa, ao mesmo tempo, procurava-se manter a legitimidade do regime monárquico português. Tendo em mente alguns eventos, como a perda de território da Inglaterra em 1776, ou seja, a Independência dos EUA, e os ecos do Iluminismo na França e dentro do próprio Império português com a Inconfidência Mineira, foi incentivado uma maior abertura ao âmbito das ciências, uma vez que essa passava a ser assimilada enquanto o progresso (SILVA, 2006, p.111).

Dessa forma, o que se presenciou, principalmente no reinado de D. José I, foi um certo afastamento da nobreza hereditária frente à essas ocupações e espaços em detrimento dos intelectuais e letrados, em uma “[...] integração entre o *saber* e o *fazer*, tão característica das Luzes [...]” (NOVAIS, 1994, p.107). Percebeu-se, então, que não bastava mais possuir a qualidade do “poder” desatrelado de um “saber”.

O Estado carecia de homens dotados de um espírito racionalista e pragmático, os quais soubessem dialogar com as concepções e planejamento dessas políticas e que, ao mesmo tempo, tivessem habilidade e comprometimento com os interesses da Coroa, no sentido de viabilizar suas execuções práticas (SILVA, 2006, 118).

O resultado foram esses intelectuais e letrados passando a compor a nobreza política. O que parte da nobreza hereditária considerou uma transgressão dos costumes e do próprio direito natural, outros conseguiam perceber justificativas para essa modificação de status, como o tratadista aqui em questão. Em seu capítulo oitavo, intitulado “da nobreza civil proveniente das ciências e dos graus acadêmicos”, logo no começo, Oliveira escreveu:

Eis aqui porque a ciência frequentemente é representada com uma tocha, símbolo fiel de alumiar o mundo, como efetivamente o alumia governando as cidades, polindo os costumes, transmitindo à posteridade as memórias das facções ilustres e instruindo os homens a cumprir os seus deveres (OLIVEIRA, 1806, p.67).

Em seguida, o autor acrescenta que o Espírito Santo, falando por Salomão aos príncipes, disse para que estes amassem a sabedoria, porque ela é melhor que as armas (OLIVEIRA, 1806, p.68). E, então, completa:

Supliquemos, pois, com Davi ao Todo Poderoso que nos conceda o precioso dom da ciência e, por meio dela, teremos a dita de passar de humildes à classe de poderosos, de pobres ao estado de ricos, de plebeus a nobres, e de vassalos inúteis a ser membros prestadios ao Estado. Oh, mil vezes feliz o homem sábio! (OLIVEIRA, 1806, p.68).

Nesse momento, o contemporâneo demonstra que os intelectuais conseguiam alcançar a nobreza civil, fazendo, logo depois, uma ressalva. Oliveira diz:

Uma declaração, contudo, tenho que fazer neste lugar, e vem a ser que nem toda a ciência nobilita. A mesma razão de Estado que sugeriu a invenção da nobreza não graduou as ciências com igual estimação, honrou somente aquelas que julgou serem mais úteis e necessárias para a conservação e aumento da República (OLIVEIRA, 1806, p.68-9).

Em seguida, o tratadista nomeia quais seriam as ciências – a Teologia, o Direito Canônico e Civil, a Medicina, a Filosofia e a Matemática – explicando também que não adianta tê-las sem as “[...] cartas testemunháveis do seu aproveitamento alçadas em consequência do exame feito em estudo geral [...]” (OLIVEIRA, 1806, p.69). O que o tratadista está afirmando, portanto, é que sem os títulos de doutor, licenciado ou bacharel, a faculdade em si pode não bastar para alçar a categoria desejada.

Por conseguinte, Luiz da Silva Pereira Oliveira passa a tratar desses três tipos de “diferentes espécies”. Sobre os doutores, o autor fala que estes estão em equivalência com

fidalgos e cavalheiros, principalmente na questão dos privilégios (OLIVEIRA, 1806, p.70). Então, ele exprime que:

O novo Estatuto da Universidade de Coimbra declara expressamente que, pelo grau de doutor, adquirem os candidatos dignidade, autoridade e honra. O anel, que o mesmo Estatuto manda meter-lhes no dedo, quando são promovidos ao grau, é um sinal de honra e distinção [...] (OLIVEIRA, 1806, p.70-1).

Para mais, o tratadista complementa dizendo que “gozam, além disto, os doutores de muitos outros privilégios, entre os quais é o ficarem sendo nobres” (OLIVEIRA, 1806, p.72). Sobre os licenciados, o autor diz que, apesar de muitas vezes o grau ter sido dada a pessoas que não mereciam, a situação em Portugal havia mudado e, agora, somente o recebia homens que davam provas de suas habilidades (OLIVEIRA, 1806, p.74). E, sobre os bacharéis, Oliveira declara “[...] também são nervos do corpo da Nobreza” (OLIVEIRA, 1806, p.75).

III. Conclusão:

Para concluir, pela perspectiva dos pertencentes à nobreza natural em relação à adesão desses homens de letras, é possível finalizar com a fala do Marquês de Alorna, um nobre eminente da nobreza hereditária em Portugal, que é emblemática desse conflito nobiliárquico:

Esta quantidade de tarifas, em muito poucos anos, reduzem os três milhões de habitantes, a três milhões de nobres. Neste caso, a maior distinção que pode haver é não ser nobre; e o meio de a conseguir é não servindo ao Estado de modo algum. Parecerá isto um paradoxo, mas a experiência já vai mostrando que o não é [...] (ANRJ, código 807, vol. 05 apud POMBO, 2013, p.76).

Esse trecho demonstra, claramente, o ressentimento da nobreza hereditária com a Coroa a respeito das concessões de títulos e honras. O final do Antigo Regime debateu, com muito mais veemência, sobre onde deveria se alocar a velha nobreza, quais as suas funções frente as novas demandas e o papel que esta vinha desempenhando nos últimos anos. Uma boa parte dos tratados lusitanos se propuseram a pensar esses novos rearranjos nobiliárquicos. Esse foi o caso do tratado de Luiz da Silva Pereira Oliveira, que, em seu oitavo capítulo se dispôs a assumir uma postura favorável à nobreza política que provinha dos meios acadêmicos, dos homens de letras e intelectuais de formação, mas que, em nem toda parte do tratado, manteve a mesma posição.

Assim, o autor, por vezes, defendia os privilégios da nobreza natural e sua legitimidade e, em outros momentos, se articulava a favor da nova nobreza que se estabelecia. É importante ter em mente que essa disputa percorreu todo o Antigo Regime e que, por mais relevante que tenha sido a inserção da nobreza política para dentro do segundo estamento, esses “homens sem qualidades” não disfrutaram dos mesmos privilégios e posições que a nobreza natural, nem conseguiram substituí-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices. “Memória sobre o governo”, código 807, vol.05, apud POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 395f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Na nova oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

BIBLIOGRAFIA:

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. *Mérito, venalidade y corrupción en España y América, siglos XVII y XVIII*. Valencia: Albatros, 2016.

NOVAIS, Fernando A. “O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº.7, mar., 1994.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista. *Revista de História*, Niterói, n.169, p.83-110, 2013.

_____. *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SILVA, Ana Rosa Clotet da. *Inventando a nação: Intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

A FAMÍLIA REGO BARROS: UMA CENTÚRIA NA PROVEDORIA DA FAZENDA REAL DE PERNAMBUCO, BRASIL (1675-1770)

Ana Lunara da Silva Morais¹

A família Rego Barros assentou-se em Pernambuco no final do século XVI. Nessa capitania, lutaram na Restauração contra os holandeses, atuaram ativamente na produção do açúcar, principal atividade econômica desenvolvida no Estado do Brasil, e passaram a integrar a nobreza da terra. Essa família angariou alto *status* social por meio da contínua associação entre diferentes mercês régias, como exercício de postos militares e ofícios administrativos, e da atuação em instituições prestigiosas locais, como a Santa Casa de Misericórdia. Os membros da família Rego Barros destacaram-se pela compra do ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, o qual exerceram ao longo de uma centúria. Dessa forma, será apresentado como a compra, sucessão e exercício do ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco foi importante para a perpetuação social e econômica da família.

A compra e sucessão do ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco pela família Rego Barros

As provedorias da Fazenda Real foram criadas com a instalação das capitanias donatárias na América portuguesa em 1534, e foram suas primeiras repartições tributárias (MIRANDA, STUMPF, 2018, p. 335-337; BARBOSA, 2017, p. 41-42). A maioria dos ofícios da Fazenda eram temporários, e, segundo Roberta Stumpf (2014), pouquíssimas vezes os serventuários foram agraciados com a propriedade do cargo, ou seja, com o direito de exercer o ofício de forma vitalícia e tendencialmente hereditária.

Destarte, como a venalidade dos ofícios não era uma prática comum no império português, diferentemente do que ocorria na Espanha e em seus domínios, era necessário quando ocorria a compra, que esta fosse realizada por pessoas qualificadas (STUMPF, 2012, p. 285-288). Assim, em 1675, o Conselho Ultramarino, a fim de angariar fundos para o socorro do Reino de Angola, avaliou a venda da propriedade do ofício de provedor da

¹ Doutoranda pela Universidade de Évora (PIUDHist – CIDEHUS). Endereço de e-mail: lunara_ana@hotmail.com.

Fazenda Real de Pernambuco, para os quais concorreram João do Rego Barros e João Dias da Costa.² Esse último, como relataram os conselheiros, na realidade almejava a propriedade do ofício da provedoria do Rio de Janeiro. Contudo, pelo fato de esse ofício já ter sido atribuído a Tomé de Souza Correia – membro da família que monopolizou, juntamente com sua clientela, esse, entre outros ofícios, na segunda metade do seiscentos –, solicitava o de Pernambuco (FRAGOSO, 2007, p. 84-86). A disponibilidade para a compra do ofício e para o deslocamento do Rio de Janeiro para Pernambuco evidenciam desde já o profundo interesse que os indivíduos tinham no exercício desse ofício.

Para infortúnio de João Dias da Costa, foi agraciado com o ofício da provedoria de Pernambuco, o seu concorrente, João do Rego Barros, mesmo este tendo oferecido dez mil cruzados (4:000\$000 réis) em detrimento dos 12 mil cruzados (4:800\$000 réis) oferecidos por ele. João do Rego Barros levou vantagem na avaliação por ser fidalgo da Casa Real, e por contar com uma longa lista de postos militares: soldado, alferes e capitão de infantaria nas guerras contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, e capitão-mor da capitania da Paraíba.³ João Dias da Costa, por ser o segundo classificado, recebeu a propriedade do ofício de escrivão da Fazenda Real da Bahia, um ano depois, em 1676, mediante o pagamento de 9 mil cruzados (3:600\$000 réis).⁴

No entanto, embora o Conselho priorizasse a qualidade dos compradores, não deixavam de atentar para o valor do donativo oferecido pelos interessados na compra do ofício. Sobre esse aspecto, cabe sublinhar que, o Conselho Ultramarino, embora tenha escolhido João do Rego Barros, por sua qualidade social, para conceder a propriedade do ofício da provedoria, achou injusta a oferta deste de apenas 10 mil cruzados (4:000\$000 réis). Isto porque, anteriormente, em 1665, aquele mesmo ofício havia sido vendido a João Batista Pereira pelo valor de 12 mil cruzados (4:800\$000 réis) – como o concorrente de João do Rego Barros havia oferecido.⁵ Para além, alegaram que o ofício, por acumular o ofício de juiz da Alfândega e por receber mais de 350\$000 réis de ordenado, além de emolumentos e propinas,

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Papeis Avulsos (PA), PE, Cx. 11, D. 1023. 1675, janeiro, 14, Lisboa.

³ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DH), 1930 20(9), p. 455-458 (1662); 1934, 28(11), p. 9-12 (1675).

⁴ AHU, PA, PE, Cx. 11, D. 1023. 1675, janeiro, 14, Lisboa. DH, 1934, 26(4), p. 103-107 (1676).

⁵ AHU, PA, PE, Cx. 8, D. 782. 1665, novembro, 21, Olinda. AHU, PA, PE, Cx. 11, D. 1023. 1675, janeiro, 14, Lisboa.

valia muito mais. Afirmaram, ainda nesse sentido, que o governador de Pernambuco, anos antes, havia avaliado o dito ofício em 32 mil cruzados (12:800\$000 réis).⁶

Pela argumentação do Conselho, João do Rego Barros, possivelmente, foi obrigado a pagar, para receber a mercê, 12 mil cruzados (4:800\$000 réis), pelo que fez em duas parcelas, cada uma de 2:400\$000 réis, pagas em 13 de fevereiro e em 17 de julho de 1675 ao tesoureiro-mor Bento Teixeira Feio.⁷

A compra do ofício, sem dúvida, deve ser percebida como uma tentativa de ascensão social e financeira da família. Em menos de 14 anos de exercício do ofício da provedoria da Fazenda Real a família Rego Barros, por meio do ordenado, teve o valor da compra do dito ofício, 4:800\$000 réis, restituído. Ademais, como se explanará adiante, o ofício proporcionou avultados “bônus”, além do desvio de rendas, sendo o valor da compra do ofício restituído, possivelmente, em poucos anos. O recebimento dessa renda pode ser compreendido como uma forma de se resguardarem das flutuações e imprevisibilidades da economia açucareira, atividade exercida pela família em Pernambuco desde a segunda metade do século XVI.

Sobre o aspecto social, cabe lembrar que este ramo da família descendia da união de Francisco do Rego Barros com a parda Arcângela da Silveira. Além da “mulatice”, por meio de outros casamentos da família, notadamente com os Pais Barretos, descendentes diretos da conhecida família cristã-nova Sá da Maia, adquiriram ainda a “pecha” da cristã-novice. Por tais motivos, a família teve seus membros aceitos no Santo Ofício somente a partir de 1773, com a abolição dos critérios de limpeza de sangue (WADSWORTH, 2002, p. 141-149). Dessa maneira, a compra do ofício da provedoria deve ser compreendida como estratégia bem-sucedida da família, pois o ofício continuou na posse desta por sucessivas gerações até a extinção do ofício, como demonstra a figura: As sucessivas gerações dos Rego Barros provedores da Fazenda Real de Pernambuco (1675-1770).

João do Rego Barros comprou o ofício em 1675,⁸ quando se encontrava no reino. Devido à sua ausência na capitania de Pernambuco, o seu irmão, Luiz do Rego Barros, assumiu a propriedade do ofício provisoriamente até seu falecimento em 1676.⁹ Devido a morte de Luiz, assumiu o filho do proprietário do ofício, Francisco do Rego Barros, também

⁶ AHU, PA, PE, Cx. 11, D. 1023. 1675, janeiro, 14, Lisboa.

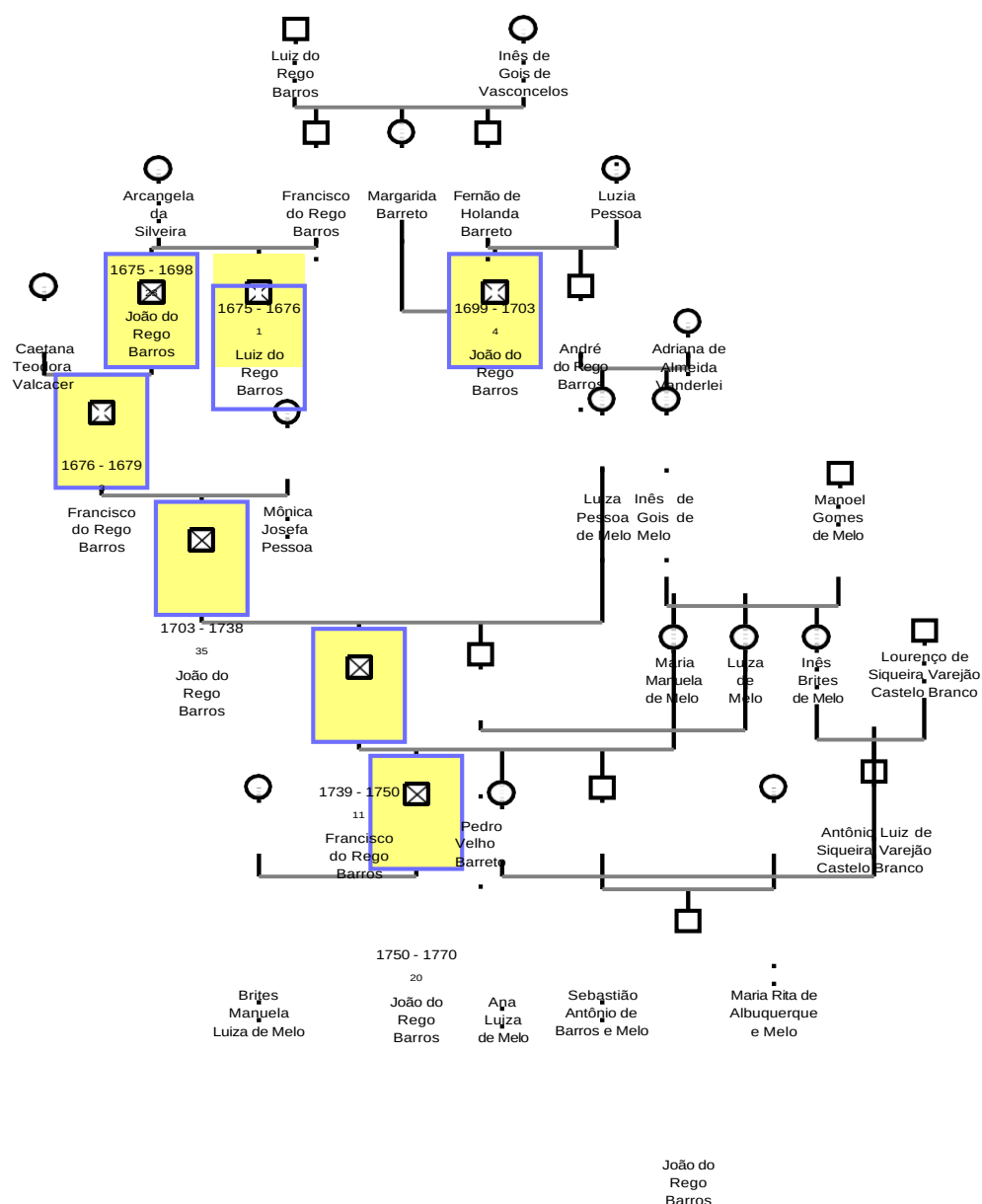
⁷ AHU, PA, PE, Cx. 11, D. 1023. 1675, janeiro, 14, Lisboa.

⁸ DH, 1934, 28(11), p. 9-12 (1675).

⁹ AHU, PA, PE, Cx. 11, doc. 1036. 1675, agosto, 12, Lisboa. AHU, PA, PE, Cx. 11, doc. 1057. 1676, maio, 23, Lisboa.

provisoriamente.¹⁰ O primeiro proprietário do ofício, João do Rego Barros, parece ter assumido suas funções somente em 1680,¹¹ as quais exerceu até o ano da sua morte, 1698, quando foi substituído interinamente pelo ouvidor geral Inácio de Moraes Sarmento.¹²

Figura 01: As sucessivas gerações dos Rego Barros provedores da Fazenda Real de Pernambuco (1675-1770):



Legenda:

○ - Mulher

□ - Homem

- Exerceu o ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Fontes: MORAIS, 2021.

¹⁰ DH, 1934, 26(3), p. 135-138 (1676).

¹¹ DH, 1934, 27(2), p. 374-377 (1680).

¹² AHU, PA, PE, Cx. 18, doc. 1763. 1698, novembro, 28, Lisboa. DH, 1942, 58(2), p. 15-17 (1698).

Com a morte de João, o herdeiro indicado foi o seu neto homônimo – isto porque ele somente possuía um filho legítimo, Francisco do Rego Barros, o qual como apontamos, ocupou provisoriamente o ofício do pai por alguns anos, que possivelmente faleceu antes de seu pai. O neto, homônimo do avô, possuía 22 anos, e devido à sua menor idade, foi impedido de assumir o posto. Por tal motivo, seu tio, também chamado João do Rego Barros, filho de André do Rego Barros, assumiu temporariamente o cargo (GODOY, 2002 FONSECA, 1935, Vol.2, p. 207). O herdeiro proprietário do ofício ocupou o serviço a partir de 1703, e assim o fez até ao ano de 1738.¹³

Desde o ano de 1734 o segundo proprietário do ofício de provedor, João do Rego Barros, solicitou que seu filho, Francisco do Rego Barros assumisse o posto.¹⁴ O filho do provedor assumiu a função entre 1738-9 e ocupou-o até o ano de 1750, quando foi afastado do ofício por denúncia de corrupção, como logo se verá (COSTA, 1983, Vol. 1, p. 366).¹⁵ Sucedeu ainda a este Francisco de Rego Barros um filho seu, João do Rego Barros, o último provedor da Fazenda, o qual exerceu o ofício provisoriamente no lugar de seu pai entre 1751 e 1753, e, posteriormente, enquanto proprietário entre 1755 até 1770, quando a provedoria, em um contexto de maior fiscalidade e centralidade do poder régio acerca das finanças, foi extinta para o estabelecimento de uma Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real da Repartição da Capitania de Pernambuco (SILVA, 2011, p. 12). Com a criação da Junta, verificou-se uma série de mudanças na fiscalidade para evitar o prejuízo da Coroa: estabelecimento da sede em nova localidade; exigência de um novo tipo de relatório, entre outros aspectos. Entretanto, a ocupação do ofício de provedor da Junta, e ainda de juiz de feitos da Fazenda não teve nada de inovação: tais postos foram exercidos pelo último provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros (SILVA, 2014, p. 76-77).¹⁶

Foi dessa maneira que sete membros da família Rego Barros, por cinco gerações, assumiram o ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, sendo três provisoriamente, por quase uma centúria: entre 1675 e 1770. Destes sete provedores, observa-se que seis casaram, sendo três deles uniões endogâmicas, ou seja, consanguíneas. Dos

¹³ AHU, PA, PE, Cx. 18, doc. 1763. 1698, novembro, 28, Lisboa. AHU, PA, PE, Cx. 46, doc. 4136. 1734, março, 24, Recife. AHU, PA, PE, Cx. 52, doc. 4544. 1738, abril, 16, Recife. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): RGM, Mercês de D. Pedro II, liv. 10, fl.295v [1703].

¹⁴ AHU, PA, PE, Cx. 46, doc. 4136. 1734, março, 24, Recife. AHU, PA, PE, Cx. 48, doc. 4309. 1735, abril, 30, Lisboa.

¹⁵ AHU, PA, PE, Cx. 53, doc. 4661. Ant. 1739, abril, 26.

¹⁶ AHU, PA, PE, cx. 121. doc. 9225 Ant. 1775, novembro, 23.

casamentos deste ramo dos provedores, percebeu-se ainda que o irmão do penúltimo provedor da família, Pedro Velho Barreto, e ainda a irmã do último provedor, todos, estabeleceram casamentos endogâmicos. Tal prática visava a permanência da propriedade do ofício no seio familiar, fato que evidencia a importância da provedoria para sua reprodução social.

Esta família, ao deter tal ofício, maximizou o seu capital financeiro e social, e consequentemente a sua rede social devido às possibilidades de intervirem no setor financeiro e administrativo da capitania de Pernambuco. O exercício da provedoria os tornavam responsáveis por supervisionar todos os interesses da Fazenda: examinar escrituras de receitas e despesas dos conselhos, realizar a cobrança, tomo e arrendamento das rendas reais, fiscalizar os almoxarifados e ainda julgar em primeira instância os assuntos da Fazenda. Além disso, deveriam gerir capelas, confrarias, hospitais, e heranças de órfãos, cativos e ausentes (SUBTIL, 2002, p. 163). Cabe recordar que os Rego Barros, por ao menos nove vezes, entre 1630 e 1727, foram eleitos para a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, concatenando assim, as principais instituições financeiras da capitania.

O emolumento anual do ofício da provedoria da Fazenda Real variou ao longo do tempo. Em meados do século XVIII era 325\$000 réis anuais (INFORMAÇÃO, 1749, p. 468). Ademais, os provedores, assim como os outros funcionários da Fazenda envolvidos na arrematação dos contratos recebiam uma espécie de “bônus” da Fazenda Real pela prestação de seus serviços à Coroa. Por esse meio, apenas entre os anos de 1752 a 1755, o cargo de provedor da Fazenda acumulou o valor de 816\$480 réis, o que demonstra as vantagens do exercício de tal ofício (SILVA, 2014, p. 91-92).

As funções que os Rego Barros exerceram na Fazenda Real não se limitaram ao ofício da provedoria. Durante toda a existência da provedoria da Fazenda de Pernambuco, os provedores também foram juizes e provedores da Alfândega. Por essa característica, Pernambuco, bem como a capitania da Paraíba, foram exceções na América portuguesa, pois nas demais provedorias, os provedores acumularam o ofício de juiz da Alfândega apenas até 1704 (OLIVEIRA, 2016, p. 47). Além dessas duas funções, o primeiro provedor João do Rego Barros, parece ter exercido ainda o ofício de juiz de causas do mar, como consta em seu pedido de restituição do dito ofício.¹⁷ Na primeira década do setecentos, acumulou ainda a função de vedor-geral da gente da guerra de Pernambuco.¹⁸ O acúmulo da maioria das funções parece ter permanecido, pois em 1749, o então provedor da Fazenda Real de

¹⁷ AHU, PA, PE, Cx. 11, doc. 1062. 1676, outubro, 19, Lisboa.

¹⁸ AHU, PA, PE, Cx. 25, doc. 2258. Post. 1712, julho, 1.

Pernambuco, Francisco do Rego Barros, constava como juiz da Alfândega, vedor-geral e ainda administrador geral do Donativo real (INFORMAÇÃO, 1749, p. 468-9). Por vezes, atuaram ainda como procuradores da Fazenda de Pernambuco.¹⁹

A preocupação da transmissão do ofício aos filhos não ocorreu somente por meio da herança da propriedade do ofício. Durante o exercício da provedoria, os Rego Barros tentaram dividir suas funções de forma que seus filhos ficassem com parte do ofício. Exemplo disso foi quando João do Rego Barros solicitou, em 1724, sem sucesso, a separação dos ofícios de provedor da Fazenda Real e provedor da Alfândega, dos quais era proprietário, para nomear um de seus filhos.²⁰ Os membros da família também buscaram ocupar outros cargos da Fazenda, mesmo sem propriedade do ofício. Consta que, em 1749, o filho homônimo do então provedor, Francisco do Rego Barros, exerceu o ofício de escrivão das execuções da Fazenda Real e de porteiro dela, com pagamento de 100\$000 réis anuais (INFORMAÇÃO, 1749, p. 469). A nomeação do ofício de porteiro da Fazenda era feita pelo próprio Provedor, incumbência que lhe cabia desde o Regimento dos Provedores da Fazenda Del Rei Nosso Senhor nas terras do Brasil (1548) (SILVA, 2014, p. 52). Assim, o provedor da Fazenda teria indicado o próprio filho para o exercício do ofício.

Casos semelhantes de famílias que buscaram monopolizar a Fazenda também foram verificados em Pernambuco, como a propriedade do ofício de escrivão da Fazenda Real, por meio da família Vasconcelos desde a década de 1660 (DANTAS, 2014, p. 235). Na capitania da Paraíba, a família Quaresma Dourado assumiu a propriedade do ofício de provedor da Fazenda daquela capitania em 1682 e permaneceram na função até o ano de 1734, quando o cargo passou a ser provido por nomeação régia, na forma de consultas do Conselho Ultramarino. Outra família daquela localidade, os Bandeira de Melo, do mesmo modo, conseguiram manter-se no ofício de escrivão da Fazenda, por meio da propriedade do ofício, entre 1656 e 1798, quando a instituição foi extinta na capitania (MENEZES, 2012, p. 86).

A tentativa de controle deste ofício também foi verificada no Rio de Janeiro e na Bahia. Na primeira capitania, a família Mariz, durante a segunda metade do século XVI, por meio de três integrantes, exerceu o cargo da provedoria. Esta família, contraiu casamentos com indivíduos que também exerceram ofícios na Fazenda e Alfândega, possivelmente visando o monopólio de ambas (FRAGOSO, 2007, p. 51-53). Ainda na capitania do Rio de

¹⁹ DH, 1952, 98(6), p. 211 (1712).

²⁰ AHU, PA, PE, Cx. 30, doc. 2740 [ant. 1724, junho, 8]. AHU, PA, PE, Cx. 36, doc. 3251. [ant. 1727, julho, 10].

Janeiro, a propriedade do ofício da provedoria foi concedida à família Correia na década de 1640. Os membros dessa família, bem como de sua clientela, todos potentados locais, passaram a intercalar o ofício ao longo de toda a segunda metade do século XVII (FRAGOSO, 2007, p. 84-86). Na Bahia, a família Pegado e Serpa monopolizou o ofício de provedor-geral de Salvador na primeira metade do setecentos (MIRANDA, STUMPF, 2018, p. 339). É sabido ainda que a propriedade do ofício de outras provedorias, como a da capitania de São Vicente, foi concedida como mercê. Nessa última, Ângela Serqueira, viúva do antigo provedor, o qual foi assassinado por quezílias decorrentes do exercício do ofício, teve parecer favorável do rei, em 1667, para a doação da propriedade do ofício ao seu filho, ainda de menor idade, Miguel Correia.²¹ A viúva conseguiu ainda o direito de nomear alguém para servir no ofício até que seu filho atingisse a maior idade e assumisse a propriedade do ofício.²²

No entanto, é curioso como nenhuma dessas famílias, independentemente de terem propriedade do ofício ou não, tiveram o mesmo sucesso dos Rego Barros, os quais exerceram a propriedade do principal ofício da Fazenda Real de Pernambuco, a provedoria, e mais vários outros ofícios, por um século. Por cinco gerações, os Rego Barros puderam, por meio dos ofícios supracitados, articular interesses da família e de seus agregados por vias matrimoniais e de amizade. Mediaram empréstimos aos governadores e à Câmara de Olinda, o que decerto lhes favoreciam boas alianças, sobretudo com esta última, com a qual possuíam estreitas relações por esta ser um núcleo de poder da nobreza da terra.²³ Poderiam ainda ajudar ou prejudicar indivíduos em processos de arrematação de dízimos, e ainda nos processos de avaliação de montante de dívida e consequentemente se bens rurais seriam postos em penhora ou não.

Os Rego Barros, possivelmente, estabeleceram relações até mesmo com o vice-rei da Índia, Conde de Sandomil. Esse último foi proprietário de muitas casas na vila do Recife na primeira metade do século XVIII, incluindo o edifício arrendado pela Alfândega. A historiadora Luanna Oliveira (2016, p. 180-181), que estudou o funcionamento da Alfândega de Pernambuco, tem como hipótese que os Regos Barros, provedores da Fazenda Real e juizes da Alfândega, estabeleceram um acordo com o dito conde para sonegarem o pagamento de determinadas dízimas, “conservando-se assim uma ‘amizade’ bem lucrativa”.

²¹ DH, 1933 (23) 6, p. 44-45 (1667).

²² DH, 1933 (23) 6, p. 46-47 (1667).

²³ AHU, PA, PE, Cx. 24, doc. 2183. 1710, dezembro, 17, Lisboa. AHU, PA, PE, Cx. 25, doc. 2263.1712, julho, 10, Recife.

Os descaminhos da Fazenda Real de Pernambuco

Os Regos Barros possuíam muitos bens nas Capitanias do Norte, incluindo salinas e engenhos de cana-de-açúcar, sendo corriqueiro que tivessem que regular por meio de seu ofício temas econômicos do próprio interesse da família e de seus agregados, como por exemplo a produção e comércio do sal e do açúcar, além da arrematação dos dízimos e diversos contratos (COSTA, 1983, Vol. 2, p. 524; Vol. 3, p. fls 315-318).²⁴ Desse modo, no contexto de interesses pessoais conflitantes com a administração da Fazenda, surgiram denúncias acerca de descaminhos e desobediência cometidas pelos Rego Barros. Em 1678, o superintendente das fortificações de Pernambuco, João Fernandes Vieira, reclamou de desobediência às ordens régias por parte dos dois primeiros provedores da Fazenda, entre outras queixas.²⁵

As queixas mais graves sobre as atuações dos provedores dessa família surgiram no segundo quartel do setecentos,²⁶ as quais se complicaram em meados do século, quando as irregularidades, descaminhos e inadimplências da provedoria da Fazenda da capitania de Pernambuco tornou essa instituição devedora de 253:902\$250 réis. Parte da dívida dizia respeito a contratos régios cujos valores não foram pagos por seus arrematadores e ainda de dívidas dos próprios oficiais da Fazenda, como se explicará a seguir (SILVA, 2014, p. 98-99, 103).

Mediante o prejuízo da Fazenda, o governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha, avisou ao Conselho sobre os descaminhos da Fazenda, sendo suspeitos, principalmente, antigos almoxarifes. Um deles era Antônio Torres Bandeira (1741-1746), o qual, após ocupar o ofício, passou a fazer gastos tão excessivos que chamou a atenção de todos os indivíduos da localidade, pois, segundo o governador, todos sabiam que “seus bens não eram nenhum antes desse emprego [...] que pudessem suprir a magnificência com que tratava a sua pessoa, e a generosidade com que servia os seus amigos fazendo-lhes empréstimos de dinheiro e dando-lhes uma mesa quase cotidiana [...]” (COELHO, 2009, p. 143). Para a apuração das denúncias, o juiz de fora Antônio Teixeira da Mata, realizou, em agosto de 1750, uma devassa sobre os descaminhos da provedoria por parte dos almoxarifes Antônio Torres Bandeira e ainda de seu antecessor, Antônio Batista Coelho (1735-1738), e

²⁴ AHU, PA, PE, Cx. 13, doc. 1308. 1684, agosto, 24, Recife. AHU, PA, PE, Cx. 31, doc. 2827. 1725, julho, 1, Recife. AHU, PA, PE, Cx. 32, doc. 2903. 1725, agosto, 12, Recife. AHU, PA, PE, Cx. 34, doc. 3129. 1726, setembro, 4, Recife.

²⁵ AHU, PA, PE, Cx. 11, doc. 1121. 1678, julho, 2, Pernambuco.

²⁶ AHU, PA, PE, Cx. 31, doc. 2807. 1725, março, 24, Lisboa.

ainda por parte do provedor Francisco do Rego Barros. O juiz de fora afastou o provedor de seu ofício mediante a incerteza de seu envolvimento. No entanto, assumiu provisoriamente o ofício, o filho do provedor, João do Rego Barros, o qual, segundo o juiz de fora, o substituiu “com muita honra e aprovação daquele povo”, além de “préstimo e inteligência”.²⁷

Entretanto, no decorrer do ano de 1751, mesmo em meio a alegações elogiosas à família Rego Barros, a devassa de Teixeira da Mata concluiu que Francisco do Rego Barros cometeu procedimento ilícito ao se apropriar por “empréstimo” de 50\$000 réis do almoxarife, o qual havia tirado o dinheiro da Fazenda. Teixeira da Mata apontou que o Conselho deveria realizar uma devassa mais aprofundada acerca dos rendimentos e despesas da Fazenda Real de Pernambuco de anos anteriores, e que o Procurador da Fazenda deveria avaliar, uma vez atestados os descaminhos e complacências de Francisco do Rego Barros com os almoxarifes, se ele e seus herdeiros deveriam perder a propriedade do ofício.²⁸

Ao que parece, tanto o juiz de fora como os parentes e clientela dos Rego Barros, buscaram aliviar as queixas dos descaminhos do provedor. O tratamento elogioso do juiz de fora certamente dizia respeito a uma importante afinidade do mesmo com o provedor afastado: inimigos do bispo Luiz de Santa Tereza. Segundo os relatos do Cônego da Sé de Olinda, Veríssimo Rodriguez Rangel, sobre as desavenças ocorridas entre o referido juiz de fora e o bispo, entre 1749 e 1751, afirmou que o filho e o irmão do provedor aliciaram várias testemunhas para que “abonassem” as culpas do provedor em seus testemunhos (COELHO, 2009, p. 146-147).

A historiadora Maria Filomena Coelho (2009, p. 147), que analisou o início da querela, aponta que era interessante para a Coroa manter os Rego Barros na propriedade do ofício, pois acreditava-se no interesse do filho do provedor corrupto em limpar a honra do pai. Para além, retirar a propriedade da família não seria uma boa saída para a Coroa, uma vez que se arriscaria a nunca mais recuperar os rendimentos desviados.

Entretanto, em 1753, os conselheiros André Freire Henriques e Rafael Pires Pardiniho acordaram em afastar momentaneamente o filho do provedor do exercício do ofício da provedoria para que o novo juiz de fora, João Rodrigues Colaço, realizasse uma nova devassa.²⁹ Colaço verificou que o desvio das rendas da Fazenda por parte de seus oficiais era praticado desde pelo menos de 1738 (SILVA, 2014, p. 105-107). Todos os oficiais da

²⁷ DH, 1951, 91(9), p. 94-95 (1750).

²⁸ DH, 1951, 91(9), p. 153-155 (14 de agosto de 1753).

²⁹ DH, 1951, 91(9), p. 153-155 (14 de agosto 1753). DH, 1951, 91(9), p. 188-192 (1754).

provedoria foram acusados de corrupção e desvio de rendas, embora em níveis desiguais.³⁰ Francisco do Rego Barros teria sido o oficial que menos se apropriou das rendas reais (20:000\$000 réis), enquanto que três almoxarifes – Mariano de Almeida Gouvêa (1738-1741), Antônio Torres Bandeira (1741-1746), e Roque Antunes Correia (1748-1754) – embolsaram respectivamente as seguintes quantias: 48:724\$026 réis, 137:950\$905 réis, e 346:391\$706 réis (SILVA, 2014, p. 104). Os três almoxarifes, pelo alto valor das quantias desviadas, foram condenados a reembolsar a Fazenda Real.

O provedor acusado já havia falecido no momento dessa segunda devassa. Contudo, manteve-se a discussão se a propriedade do ofício da provedoria deveria continuar na posse do herdeiro do provedor cuja corrupção foi verificada. A favor de João do Rego Barros estava o juiz dos feitos da Coroa e Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Simão da Fonseca Serqueira. Segundo ele, não haveria relação entre as ações do pai e do filho, para além de que João teria repudiado as ações de seu pai. Dessa maneira, para ele, a punição de João seria “repugnante”. Foi desse modo que D. José I acatou a solicitação do provedor da Fazenda Real afastado para retomar seu ofício após a devassa (SILVA, 2014, p. 106).

Atenta-se ainda que, embora Francisco Rego Barros tenha sido indicado como um dos menos envolvidos nos descaminhos da Fazenda, não se acredita que assim fosse na prática. Como afirmou o juiz de fora da primeira devassa, os almoxarifes desviavam rendas da Fazenda, principalmente, para emprestar a outros, incluindo o próprio provedor. Acredita-se que tal “empréstimo” ao provedor tinha dupla função: dividir as rendas desviadas da Fazenda; e ainda isentar o proprietário do ofício das culpas para que ele e seus herdeiros continuassem de posse do ofício e prosseguindo o esquema ilícito.

Ainda nesse sentido, cabe destacar que o último almoxarife da Fazenda Real condenado, Roque Antunes Correia, era proprietário do ofício desde ao menos o terceiro quartel do século XVII.³¹ Ele, por intermédio de seu casamento com uma descendente dos Tenórios, e dos casamentos de suas filhas com membros das famílias Carneiro da Cunha e Carvalho, tinha estreitas relações com a nobreza da terra de Pernambuco (FONSECA, 1953, Vol.1, p. 202, 435). Assim, atenta-se que os descaminhos da Fazenda Real, possivelmente, beneficiavam muitas outras famílias do grupo para além das diretamente vinculadas a essa

³⁰ Entre os séculos XVI e XVIII, na Península Ibérica, a ideia de corrupção era bem fundamentada na tradição política e moral. Ao contrário do que argumentam muitos historiadores, observa-se que a indistinção entre público e privado não tornavam aceitáveis práticas que hoje, salvo alguns anacronismos, poderíamos considerar espúrias e ilegais (ROMEIRO, 2017, p. 19-91).

³¹ DH, 1934 (27) 1, p. 306-308 (1675).

instituição. Certifica ainda essa hipótese o fato de o mesmo esquema entre almoxarife e provedor da Fazenda Real ter continuado após a resolução do caso, como denunciou o juiz dos feitos da Coroa, José de Carvalho Mustenz, ao rei D. José I, em 1759 (FONSECA, 1935, Vol.1, p. 202, 435).

Os sucessivos casos de corrupção, entretanto, não passaram despercebidos ao marquês de Pombal. Em 1774, ele ordenou o sequestro dos bens dos herdeiros dos dois últimos provedores da Fazenda Real de Pernambuco, João e Francisco do Rego Barros, alegando que deveriam pagar pelos erros de ofício cometido por seus ancestrais.³²

Segundo Clarissa Silva (2014), historiadora que analisou a devassa da década de 1750, a impunidade dos Rego Barros acerca dos descaminhos da Fazenda, ao menos até a década de 1770, demonstra a influência dessa família no âmbito local e central do império português. Corrobora essa afirmação o fato de os Rego Barros terem não apenas continuado na posse da propriedade do ofício da provedoria da Fazenda até a extinção do mesmo em 1770, mas também na continuidade de exercício de ofícios na Junta que substituiu a provedoria. Na Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real da Repartição da Capitania de Pernambuco, João do Rego Barros assumiu os ofícios de provedor e juiz dos feitos da Fazenda, o que evidencia que o monopólio do exercício da provedoria da Fazenda por uma centúria, viabilizou que a família continuasse diretamente envolvida na administração régia sobre os rendimentos da capitania.

Considerações finais

A família Rego Barros teve uma atuação particular por meio da propriedade do ofício da provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, a qual compraram em 1675 e o exerceram por cinco gerações ao longo de uma centúria. Esse relevante ofício foi crucial para a continuidade dessa família, bem como de sua clientela. O monopólio desse ofício viabilizou que os Rego Barros estivessem, durante um século, diretamente envolvidos na administração régia sobre os rendimentos da capitania, por vezes desviando recursos.

Essa mesma família atuou ainda em outra relevante instituição financeira da capitania, a Santa Casa de Misericórdia de Olinda. Esse tipo de instituição, a qual concedia crédito, empréstimo mediante juros, era mais conhecida pela caridade, o que também colaborava para promover a boa imagem cristã de seus irmãos.

³² AHU, PA, PE, Cx. 117, doc. 8973. Ant. 1774, outubro, 21. AHU, PA, PE, Cx. 117, doc. 8974. 1774, outubro, 21, Recife.

Referências

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

COELHO, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar*. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séculos XVIII). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009.

COSTA, Francisco Augusto da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983, 11 Vols.

DANTAS, Aledson Manoel Silva. Meu ofício, moeda e sustento: propriedade de Ofícios na capitania de Pernambuco no período *post-bellum*. *Revista Historien* (Petrolina), ano 5, nº 10, 2014.

DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1928-2012. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>. Acessado em setembro de 2017.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 33-120.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, XLVII, 1925 [1935]. Vol.1.

_____. Nobiliarquia Pernambucana. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, XLVIII, 1926 [1935]. Vol.2.

GODOY, José Eduardo Pimentel. *As Alfândegas de Pernambuco*. Brasília: ESAF, 2002. p. 24.

INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco (1749). In: ABNRJ. Rio de Janeiro: Oficinas das Artes da BNRJ, 1908. Vol. XXVIII. p. 117-496.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*. Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1674-1755). João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

MIRANDA, Susana Münch; STUMPF, Roberta. O governo da Fazenda no império português. In: XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (Orgs.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII)*. Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Em busca da perpetuação*. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitanias do Norte, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História). Évora: Universidade de Évora (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), 2021.

OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. *A Alfândega de Pernambuco*: História, Conflitos e Tributação no Porto do Recife (1711-1738). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016.

SILVA, Clarissa Costa Carvalho e. *Nos Labirintos da Governança*. A Administração Fazendária na Capitania de Pernambuco (1755-1777). Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Daniele Ferreira da. *Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Os provimentos de ofícios a questão da propriedade no Antigo Regime português. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 612-634. Jul./dez. 2014.

_____. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta G.; CHATURVEDULA, Nandini. *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas*: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII). Lisboa: CHAM, 2012.

SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Vol. IV: HESPAÑA, António M. (Coord.) O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Lexicultural, 2002. v. 8.

WADSWORTH, James. *Agents of Orthodoxy*: inquisitional power and prestige in colonial Pernambuco, Brazil. Tese (Doutorado em História): University of Arizona, 2002.

ENTRE O MEDO E A RETROTOPIA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA NOVA INGLATERRA POR MEIO DO CONTO THE STREET DE H.P. LOVECRAFT (1920)

Andressa Freitas dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Howard Phillips Lovecraft (1890 – 1937) é consagrado como um dos maiores mestres da literatura de horror. Trazendo em sua obra monstros e criaturas que fogem à compreensão humana, o autor também apresenta em sua escrita a problemática da construção identitária. Seu trabalho, apesar de ter sido rejeitado pela crítica literária *mainstream*, foi intensamente discutido entre intelectuais que debatiam literatura fantástica por meio de cartas no início do século XX. Após sua morte, o reconhecimento a respeito de sua obra foi ampliado devido à contribuição de August Derleth, responsável por compilar a obra de Lovecraft em vários volumes. Nesse momento ocorreu a consolidação do subgênero conhecido como *Lovecraftian Horror*, ressaltando o elemento do *Cosmicismo*, que pode ser definido como uma indiferença ou niilismo cósmico.

Essa abordagem filosófica, baseada numa estética do horror, defende a incompatibilidade da racionalidade humana em compreender a dimensão espacial do universo, representado por deidades amorais. A relação de contraste ocorre devido à ação humana ser insignificante e a inteligência ser insuficiente para entender a grandeza incomensurável do cosmos. Essa filosofia expressada por uma linguagem alegórica camufla as concepções políticas de Lovecraft: a degeneração de *fin-de-siècle* e o sentimento de crise civilizacional sobre a identidade anglo-americana. A narrativa fantástica de estética metafórica revela as concepções de mundo deste autor, tais como o niilismo e o pessimismo, em voga desde o final do século XIX até o início do XX.

Ao percebermos esses elementos em sua escrita o presente trabalho tem como objetivo compreender como o autor elabora um imaginário histórico que personifica a noção identitária estadunidense através de um de seus contos, *The Street* (1920), traduzido no Brasil como *A Rua*. Defendendo uma concepção de história particular, o autor monta sua narrativa histórica influenciado pelo contexto da época, fortemente marcado por greves que eram noticiadas com histeria pela imprensa estadunidense.

¹ Mestranda em História – UFRN. Endereço de e-mail: andressafreitas@gmail.com.

Conhecido como *red scare*, esse sentimento de neurose associado a um possível levante comunista é posteriormente analisado pelo historiador norte-americano Robert K. Murray que constata que esse estado mental era um lugar-comum dentro da sociedade estadunidense. Através dos conceitos de espaço, lugar e paisagem de Yi-Fu Tuan (1983; 2005) é possível perceber como os indivíduos se apropriam e criam espaços a partir da experiência. O conceito de retrotopia, empregado por Zygmunt Bauman também é empregado no sentido de compreender como o autor é capaz de criar um passado idealizado da Nova Inglaterra.

Contexto de escrita

O ano de escrita do conto *The Street* foi bastante peculiar por abarcar uma série de conflitos étnico-raciais que ocorreram nos Estados Unidos. Em 1919, o breve sentimento de antigermanismo gerado pela I Guerra Mundial (1914 – 1918) foi eclipsado pelo Primeiro Surto do Perigo Vermelho (1917 – 1920) desencadeado pelos acontecimentos da Revolução Russa (1917 – 1923). Esses eventos culminaram com as tensões raciais conhecidas como o Verão Vermelho de 1919 nos Estados Unidos, que é conhecido como o período em que ocorreram conflitos raciais entre negros e supremacistas brancos em várias cidades dos Estados Unidos. Esse acontecimento foi amplamente documentado pela imprensa, que junto com o governo, temia a influência socialista e comunista dentro do movimento pelos direitos civis dos negros após a Revolução Bolchevique de 1917.

Os eventos narrados no conto tem inspiração diretamente relacionada à greve policial ocorrida na cidade de Boston em setembro de 1919, Lovecraft deixa isso claro em uma carta que os episódios relatados no conto têm relação direta com a *Boston Police Strike* (greve policial de Boston). Essa greve foi notoriamente explorada pelos jornais da época como um símbolo do golpe comunista que arruinaria os Estados Unidos. Antes disso, outras revoltas já vinham ganhando amplitude na imprensa nacional como a *Seattle General Strike*, ocorrida na cidade de Seattle no mês de fevereiro de 1919. Em Boston, a principal reivindicação dos policiais que aderiram à greve foi a diminuição das longas horas de serviço prestado, melhoradas condições de salário e de trabalho. Diante disso, a principal questão que move este trabalho é tentar entender como o contexto da época, marcado por uma suposta Ameaça Vermelha, transforma as maneiras de perceber os espaços em que os sujeitos estão inseridos, e nesse sentido compreender como isso se efetua na narrativa do conto *The Street* de Lovecraft.

Conforme o estudo do historiador Robert Murray em seu livro *Red Scare* (1955), a ameaça vermelha, faz menção ao período em que se desenvolveu nos Estados Unidos um forte sentimento anticomunista. Os jornais, o próprio governo, bem como os cidadãos possuíam forte aversão ao comunismo, o que quase beirava um comportamento histérico. Murray abarcará nesse recorte a questão de como eventos como a greve policial de Boston irá agravar a histeria dos cidadãos que passaram a externar uma certa paranoia de um suposto ataque comunista nos Estados Unidos. Além desses acontecimentos que geraram tal histeria, apresença de imigrantes, principalmente os que eram provenientes do leste europeu, acentuaram a paranoia dos estadunidenses. Comumente os historiadores norte-americanos dividem esse período em duas fases. O primeiro *red scare* entre 1917 e 1920, e um segundo que vai de 1947 até 1957. Lovecraft é contemporâneo a esses acontecimentos, e estará inserido no contexto da primeira onda de histeria da ameaça vermelha, e vai basear sua narrativa de construção do espaço dos Estados Unidos a partir desses eventos.

O conto *The Street* foi originalmente escrito no final de dezembro de 1919, e publicado no jornal *Wolverine* em dezembro de 1920, nele tentamos analisamos como o autor percebe o seu próprio espaço. Nesse escrito, evidencia-se o teor xenófobo e racista ao construir um imaginário do espaço histórico da Nova Inglaterra como origem da identidade cultural estadunidense. Atualmente, o conto é pouco conhecido entre os leitores de Lovecraft, mas ele é uma preciosa fonte histórica para avaliar a exposição panorâmica narrada pelo autor sobre episódios sucedidos em Boston (Massachussets). Dentre os eventos narrados pode-se destacar: a chegada e o estabelecimento dos peregrinos; as guerras com os nativos daquela região; o florescimento das artes e do estudo, propiciado pelo aparecimento da primeira universidade; a industrialização; a Guerra Civil Americana; a chegada dos imigrantes; a Grande Guerra e no final a revolução.

A história narrada em *The Street* compõe uma alegoria literária. A Rua é a metáfora sobre o espaço originário dos Estados Unidos: a região da Nova Inglaterra. Por meio do conto, Lovecraft trafega pelos episódios da região expondo uma temporalidade cíclica, abordando-a como local da gênese e decadência da nação estadunidense. A história é contada por um narrador onisciente intruso que após questionar o leitor sobre a possível existência de alma em lugares e nas coisas, decide apresentar a história de uma Rua. Apesar de não separar o enredo em tópicos, a estrutura pode ser subdivida em quatro momentos históricos, - século XVII, XVIII, XIX e XX -, em que o narrador apresenta as mudanças nos usos de diferentes

utensílios e vestuário dos habitantes da Rua como marcadores de transformações temporais, sem nunca mencionar diretamente aos eventos históricos por eles vivenciados.

A alegoria é construída pelo narrador do conto da Rua integrando episódios selecionados da história dos Estados Unidos, sem denomina-los pelos nomes usuais, formando uma lógica de interpretação baseada na circularidade espaço-temporal, tendo como objetivo responder a problemática inserida no conto, e, simultaneamente também representar uma resposta para as angústias de Lovecraft e seus leitores que buscavam encontrar as causas para a crise de identidade estadunidense. Conforme a separação de temporalidades realizada pelo autor, decidimos explicitar brevemente cada uma dessas épocas representadas na escrita de Lovecraft.

As representações temporais no conto *The Street* (1920)

O século XVII é o momento em que o autor narra a chegada dos peregrinos que vieram da Inglaterra e se estabeleceram na Nova Inglaterra. Ao longo da narrativa, o autor sempre faz questão de exaltar a Inglaterra como a pátria mãe, de onde vieram os peregrinos que transformaram o território estadunidense com as artes, o conhecimento, e a instituição do primeiro centro de ensino superior, a Universidade de Harvard em 1636. O autor indica que esse período é um momento em que se reinava a paz nesse lugar, sempre destacando que homens de grande virtude se estabeleceram com suas famílias, e de certa forma, transformaram esse espaço em lugar levando noções de civilidade para o Novo Mundo.

No segundo momento correspondente ao século XVIII, o autor narra as transformações físicas ocorridas nesse espaço em que os peregrinos ocuparam. As vilas se transformaram em casas de tijolos; a antiga bandeira com o símbolo da Grã-Bretanha é substituída pela bandeira com as estrelas e listras, uma clara alusão que o narrador faz ao episódio da Revolução Americana (1775 – 1783). Apesar de tantas mudanças dentro dessa temporalidade descrita no conto, sua estratégia discursiva é de buscar apresentar sempre o lugar da Rua no Século XVIII como parte da mesma identidade originária, apontando que mesmo com a mudança de bandeiras e com a Revolução Americana não houve nenhum distanciamento da essência da Rua, pois a paisagem originária do século anterior não foi alterada em nenhum aspecto.

O século XIX é um momento que para o narrador representou grandes mudanças na dinâmica dessa rua. As transformações tecnológicas trouxeram novos habitantes que se contrapunham ao espírito da Rua, o narrador descreve que os antigos habitantes não estavam

mais presentes, o espírito da Rua desaparecia, conforme o autor indica, diante de outros tipos de sotaques e feições diferentes das que habitavam esse lugar. O narrador descreve que a alteração étnica dos imigrantes transformou a paisagem dessa rua, e ao que tudo indica o narrador está preocupado em descrever como esse processo de deterioração do espaço está relacionado com a questão da imigração.

No século XX intensifica-se a aversão aos imigrantes, que chegam aos Estados Unidos principalmente por conta da Revolução Russa e da Primeira Guerra Mundial. As novas feições são as principais características de mudança na Rua, que marcam o fim de uma era idealizada pelo autor, e passa a ser uma paisagem do medo. Esses personagens que simbolizam a figura do imigrante são responsáveis, conforme o autor indica, por tramar uma grande conspiração que arruinaria a Terra do Oeste, ou seja, em outras palavras Lovecraft se referia a um suposto avanço do comunismo, trazido pelos imigrantes do leste europeu que, na visão do autor, desintegraria os Estados Unidos.

A narrativa como construção do lugar

A cartografia é uma técnica escrita e simbólica de representar os fenômenos espaciais por meio de uma dimensão plana. A carta cartográfica deve representar estruturas naturais e delimitações artificiais como os topônimos criados pela cultura, porém algumas áreas são ampliadas em suas proporções ou podem ter suas formas deformadas chegando próximo ao desaparecimento por serem incorporadas em outras localidades. Mesmo que as proporções e as formas de representações espaciais sejam quantificadas por meio de grandezas matemáticas, as atribuições desses valores são estabelecidas por princípios ideológicos subjetivos advindos de distintas naturezas de experiência cognitiva.

Por meio dessa abordagem sobre a cartografia é possível reaproximar as definições geográficas da espacialidade com a historicidade temporal. No caso, a geografia humanística de Yi-Fu Tuan elaborou essa relação como resultado metodológico. Para Tuan (2013), o espaço é uma abstração criada pela racionalidade, sendo possível concebê-lo apenas com a vivência em lugares. O lugar é uma pausa no movimento, trata-se de uma estrutura estática e delimitada, na qual se implica um valor teleológico que lhe implique um significado de sua existência. Essa construção do lugar é realizada por uma perspectiva da experiência sensorial.

A geografia humanística, como a que Tuan (2013) apresenta, possibilitou outras formas de interpretar os espaços, desprovida do arcabouço da racionalidade matemática. Uma dessas formas de analisar o espaço incluiu a literatura como o seu objeto de análise,

suscitando o surgimento da Geocrítica. Esse método possui como fundamento perscrutar o espaço geográfico das obras literárias e a partir dessa análise compreender os espaços reais e fictícios e de como a literatura interage com o mundo, estando implícito nessa forma de raciocínio que nossas relações de lidar com o mundo são literárias.

O desenvolvimento dos Estudos Culturais, ocorridos na década de 1960, proporcionou o surgimento do que se convencionou a chamar de “virada espacial”, movimento que atribuiu importância significativa aos estudos quantitativos da história, cartografia e literatura. Dentro desse contexto a Geocrítica se desenvolve como método de análise literária que tem como principal objeto o estudo dos espaços na literatura. Bertrand Westphal é considerado o fundador do método geocrítico, apesar de não ser o primeiro a utilizar a leitura dos espaços na literatura como elemento de análise. Westphal (2011) apresenta a noção que, de certa maneira, toda a escrita manifesta uma forma de cartografia. Até mesmo o mapa mais realista não consegue captar a realidade do espaço em si, mas, assim como a literatura, partilham um complexo emaranhado de relações imaginárias. Além disso, o autor também trabalha com a lógica da modernidade e pós-modernidade e como elas impactaram diretamente nas formas sobre como nós compreendemos o espaço, antes visto como uma categoria inflexível e invariável, e mais recentemente percebido como uma prática mais complexa e heterogênea.

A geocrítica tornou-se popularizada no mundo anglófono a partir de sua continuidade nos escritos de Robert Tally, professor da Universidade do Texas. Em *Spatiality* (2013), Tally se utiliza do termo cartografias literárias. Conforme Peter Turchi (2004), mencionado por Tally (2013), o escritor tem uma dupla função: ao mesmo tempo em que se preocupa e escreve sua narrativa, ele também é um cartógrafo, pois o escritor se apoia em processos de produção que vão delinear seu trabalho. A seleção e a omissão são categorias que estão presentes em ambas as atividades. Tanto o escritor, quanto o cartógrafo selecionam elementos para incluir em seus escritos ou mapas. Os trabalhos de literatura estão intrinsecamente conectados aos seus lugares de referência. A narrativa e o lugar estão intrinsecamente ligados nesse tipo de produção. (TUAN, apud TALLY, 2013) Dessa forma, podemos constatar que esses dois elementos estão interligados ao analisarmos as imbricações presentes em *The Street* (1919). Lovecraft constrói uma cartografia literária de sua região mediada por seus afetos, trazendo para essa formulação sua própria experimentação de mundo, e sua forma particular de enxergar a sua região.

Neste trabalho é mobilizado principalmente os conceitos de *lugar* e *paisagem* do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983; 2005); cartografia literária de Tally (2013) e *retrotopia* de Bauman (2017). No que diz respeito ao processo de construção de um lugar, Tuan (1983) destaca que as pessoas atribuem significado aos lugares mediante a experiência, a qual é múltipla, isto é, ela pode se dar de diferentes formas, seja ela direta, indireta ou apenas conceitual. Sobre essa experiência do conhecimento, Tuan (1983) nos fornece o seguinte exemplo.

A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos. Conhecemos nossa casa intimamente; podemos apenas conhecer algo sobre o nosso país se ele é muito grande. Um antigo habitante da cidade de Minneapolis conhece a cidade, um chofer de táxi aprende a andar por ela, um geógrafo estuda Minneapolis e a conhece conceitualmente. Essas são três formas de experienciar. Uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo com o conceitual. Pode articular ideias, mas tem dificuldade de expressar o que conhece pelos sentidos do tato, paladar, olfato, audição e até pela visão. (TUAN, 1983, pág. 14 – 15)

Ao tomar como objeto de análise o conto *The Street* (1920) de Lovecraft, observamos que a narrativa está relacionada como a vivência do autor na Nova Inglaterra e sua própria experiência, que se deu tanto de forma direta como conceitual, esses significados específicos conferem ao autor representações específicas que desencadeiam na construção desse lugar.

Em paralelo com a vivência do autor podemos supor que a aversão e o medo aos personagens e novos acontecimentos externados no conto *The Street* (1920) representam uma visão de constituição de mundo construída por Lovecraft. As paisagens mentais construídas pelo autor dialogam diretamente com a idealização de uma identidade e de um lugar e com o sentimento de medo que ameaça toda essa tradição. Tuan (2005) em sua obra *Paisagens do Medo* informa que na geografia, a paisagem é um conceito que evoca diversos significados. Na geografia humanística, a paisagem tem profunda relação com o indivíduo, conforme o autor aponta.

O que são paisagens do medo? São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos. (TUAN, pág. 12, 1979)

Portanto, as “paisagens do medo” estão vinculadas a estados psicológicos, assim como ao meio ambiente real (TUAN, 1979). As paisagens mentais dos lugares em que Lovecraft habita, ou seja, a Nova Inglaterra, são representadas na obra do autor e reproduz sua perspectiva do mundo moderno, um lugar que, na visão do autor, deteriora-se cada vez mais com a presença do Outro.

Lovecraft busca na história do passado estadunidense um sentido de identidade. O presente por ele apresentado representa o perigo iminente da *Ameaça Vermelha*, que provoca uma ruptura com a sua concepção da suposta essência do espaço estadunidense. As mudanças no tempo e no espaço ocorrem, conforme o autor, com a chegada dos imigrantes e o aumento da população não-brancos nas cidades da Nova Inglaterra. A idealização e o medo são dois pontos de contraste na obra de Lovecraft.

A idealização por um passado, calcado em uma visão daquilo que foi perdido, é também abordada por Zygmunt Bauman, em seu livro *Retrotopia* (2017) ao retratar sobre o referido conceito. A retrotopia está relacionada a uma inversão de valores, cada vez mais comum na modernidade, em que se costuma atribuir ao passado o progresso, enquanto que o presente está fadado à decadência. Bauman (2017) aponta para o fenômeno do retorno ao passado na tentativa de demonstrar o processo de fabricação de territórios em que são depositadas as esperanças que já não cabem mais nas perspectivas da vida futura. A retrotopia, que é derivada da noção de utopia de Thomas Moore, corresponde a uma negação da ideia de progresso e busca na nostalgia do passado suplantar as necessidades do futuro. Observamos que em Lovecraft a busca por esses espaços idealizados do passado imprimem em sua narrativa a busca de um senso de identidade que corresponde ao lugar em que viveu, e que, segundo ele, foi corrompido na modernidade após a inserção de imigrantes e negros nos centros urbanos estadunidenses.

Através das considerações da professora Svetlana Boym, Bauman (2017) conclui que a nostalgia funciona como um “mecanismo de defesa” ao mundo fragmentado que vem se montando desde o século XX. A busca por uma memória coletiva acaba sendo frustrada pela realidade de um mundo fragmentado, em que a nostalgia é um indicativo de perigo para a revivescência de determinados símbolos que impõem visões tendenciosas e conspiradoras. Conforme Bauman (2017):

Esse “mecanismo de defesa” consiste essencialmente na “promessa de reconstruir o lar ideal que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico em prol do

vínculo afetivo”. E adverte: “O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o lar verdadeiro com o lar imaginário.” Finalmente, Svetlana Boym dá uma indicação de onde procurar (e com toda a probabilidade encontrar) tais perigos: na versão “restauradora” da nostalgia – característica das “revivificações nacionais e nacionalistas do mundo todo, as quais se empenham na fabricação de mitos antimodernos de história, por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais e, ocasionalmente, com teorias intercambiáveis da conspiração” (BAUMAN, 2017, pág. 9).

O medo da identidade ultrajada, da ameaça iminente da destruição da Nova Inglaterra por imigrantes formam na literatura de Lovecraft uma representação das ânsias e o horror que Lovecraft atribui à modernidade. A sua insatisfação com o presente gera o processo de busca pela imaginação de retrotopias, e da transformação do lugar em uma paisagem do medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e análise do conto *The Street* (1919) é possível observar que na perspectiva de Lovecraft emoldurava-se uma espécie de conspiração comunista promovida principalmente por imigrantes e negros que estaria prestes a ocorrer, e que possuía como objetivo principal a destruição do lugar símbolo de afeto do autor, a Nova Inglaterra. A formulação de paisagens do medo - concebidas como uma geografia do horror no conto analisado - nos permite perceber como o cenário montado dialoga com suas convicções pessoais, e que isso é concebido não apenas pelo autor, como também refletem construções pertencentes às coletividades da sociedade estadunidense que mantinham ideais intolerantes.

A noção da verdadeira tradição estadunidense está vinculada a um período em que se predominava o domínio inglês no território dos Estados Unidos. Para Lovecraft, a perda da conexão e do ideário de *saxonidade*, que é sutilmente evocado neste conto e em sua correspondência pessoal, é um dos medos que o autor externa, principalmente quando o fator imigração entra em cena. No imaginário pessoal do autor, o *Outro* é uma ameaça iminente que coloca em risco a sua pátria. De forma metafórica, as deteriorações do cenário urbano no conto *The Street* (1919) de Lovecraft representam esse fenômeno.

A partir da compreensão do que nos é fornecido no conto, é possível observar os elementos constitutivos dos lugares afetivos do autor presentes nas narrativas, bem como perceber os tipos de visões que são atribuídas a esses espaços. Lovecraft sempre se utiliza do artifício de remontar ao passado no intuito de idealizá-lo, e formar um espaço idílico em que as gerações passadas puderam desfrutar da verdadeira essência do espírito do lugar. O

presente é visto com hostilidade. Para o autor não existe mais a aura gloriosa de antigamente, ela feneceu conforme a chegada de agentes externos ao seu país, os imigrantes.

Portanto, é possível constatar que a escrita de Lovecraft está contextualizada em meio as suas experiências pessoais, essas bases forneceram elementos para que se criassem as suas próprias representações e se delineasse uma geografia intrínseca a ela. Nessa visão todo o mundo representado em sua literatura é uma representação mimética, que não necessariamente imita o mundo real, mas o tem como referência primária. Nesse caso, a sua vivência na Nova Inglaterra é o que fabrica todas as suas construções literárias. Essas construções dão indícios do tipo de mentalidade da época e da forma como se enxerga o *Outro*, além de permitir a análise de como um estadunidense observa o seu próprio lugar e os valores a ele atribuídos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. trad. Renato Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DANIELS, Roger. **American Immigration: a student companion**. New York: Oxford University Press, 2001.

LOVECRAFT, H.P. **The Fiction: complete and unabridged**. New York: Barnes and Noble, 2008.

MURRAY, Robert. **Red Scare: a study in national hysteria 1919 – 1920**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1955.

TALLY, Robert. **Spatiality**. New York: Routledge, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Paisagem do Medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Antônio Carlos Cabral de Medeiros¹

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento²

Luiz Alberício de Araújo Neto³

Introdução

Os pressupostos defendidos por Atilio A. Boron no seu texto intitulado “A questão do Imperialismo” são cruciais para este trabalho, pois afirma-se a necessidade de os pesquisadores latino-americanos resgatarem o conceito de Imperialismo, principalmente em uma conjuntura marcada pela submissão de seus países aos ditames das potências estrangeiras. Sendo imperialismo, portanto, a subjugação de países capitalistas periféricos pelas potências estrangeiras. Tendo isso em vista, esse artigo tem como objetivo contribuir para a retomada do estudo dessa terminologia, a qual demonstra-se como essencial para compreensão da América Latina, através do estudo das continuidades e rupturas da participação americana em dois eventos históricos brasileiros, o Golpe de 1964 e o Neogolpe de 2016. Busca-se, assim, refletir se, apesar das diferenças existentes entre esses dois fatos históricos, é possível tecer proximidades entre a participação dos Estados Unidos nos dois.

Para dar continuidade, é preciso discutir alguns aspectos pertinentes acerca dos conceitos utilizados no trabalho. Os eventos tratados são denominados golpes já que, por definição, Golpe de Estado seria “a tomada de poder e a consequente queda do governante, a partir de uma brusca e violenta ruptura institucional” (MONTEIRO, 2018, p.63). Contudo, ainda segundo Monteiro, o evento de 2016 seria um tipo de Golpe de Estado um pouco divergente dos clássicos, os quais perderam sua eficiência no atual contexto histórico, e

¹ Graduando em História – UFRN. Endereço de e-mail: antoniocarloscabral@ufrn.edu.br.

² Graduanda em História – UFRN. Endereço de e-mail: biancagisele6@ufrn.edu.br.

³ Graduando em História – UFRN. Endereço de e-mail: araujobinho@ufrn.edu.br

passou a ser conhecido como Neogolpe. Esse evento se faz compreensível à luz da contribuição dos termos Guerra Híbrida⁴ e lawfare, sendo esta última concebida como:

o uso indevido do direito para se alcançar um fim no âmbito político. Trata-se de uma prática fraudulenta e perversa que leva o direito a ser utilizado como um mecanismo de exclusão de alguém do universo da cidadania e de sua transformação em um inimigo a ser caçado e deslegitimado (RODRIGUES, 2018, p. 83).

Por fim, antes de aprofundar na temática deste trabalho, vale ainda apontar que esse escrito foi feito mediante a uma pesquisa documental no qual pode ser dividida em quatro grupos: textos acadêmicos, fontes jornalísticas, fontes documentais e fonte audiovisual, os quais serão abordados no decorrer do texto.

O Golpe de 1964 no Brasil

Para se entender como ocorreu a participação estadunidense no Golpe de 1964 é preciso ter em vista, primeiramente, a ideologia estadunidense que permitia suas ações imperialistas na América Latina, bem como a conjuntura na qual os países estavam inseridos naquele momento. De acordo com Hector Bruit, desde a formulação da Doutrina Monroe em 1823, é propagado o ideário de que o continente latino-americano pertencia aos norte-americanos. Esse fato contribuiu para a legitimação de um conjunto de interferências na política interna nas nações latino-americanas, por parte dos estadunidenses (BRUIT, 1986).

Além disso, vale explicitar, que no período da Guerra Fria, marcado pela rivalidade e disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia mundial, as práticas imperialistas americanas se aprofundaram. Na América Latina, isso já se mostrava nítido no final da década de 1940 quando foram criados o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Essas duas medidas ofereciam um maior controle americano na região, visto que:

Com a assinatura do TIAR, os países do continente americano se comprometeram a auxiliar uns aos outros em caso de invasão externa ao continente. Isso dava uma maior margem legal para os EUA intervirem nos seus vizinhos. (...) Em 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Com isso, seria possível que as questões relativas ao continente americano deixassem de ser tratadas exclusivamente na Organização das Nações Unidas (ONU), que contava com a participação dos países socialistas, e passassem a ser tratadas preferencialmente nos fóruns da

⁴ Termo criado pelo analista político Andrew Korybko se refere a um novo modelo de guerra indireta, usado para entender a nova tática político-militar adotada pelos Estados Unidos para substituir governos não alinhados à sua política no pós-Guerra Fria.

OEA, consolidando de vez a supremacia estadunidense. Realmente, dessa forma, a América Latina se transformava no quintal dos Estados Unidos (DOMINGOS, 2016, p. 3-4).

Durante os anos 1960, esse conflito bipolar se aprofunda e ganha novas particularidades no continente latino-americano. Pode-se destacar, a eclosão de movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas protagonizados pelos países definidos como Terceiro Mundo, a vitória da Revolução Cubana em 1959 e sua guinada socialista nos anos seguintes. Esse último acontecimento, em especial, influenciou ainda mais a tentativa de controle dos EUA sobre outros países da América, já que Cuba estava se libertando das influências norte-americanas e se aproximando da URSS.

Diante do cenário conturbado da Guerra Fria, João Goulart assumiu a presidência do Brasil, em 1961. Sua posse não foi feita de forma tranquila, a começar pelas circunstâncias que levaram a ela. Em um curto período de tempo houve a renúncia de Quadros, a posse da presidência por Mazzili, a decisão de tornar o país uma república parlamentar, e o empossamento de Goulart (que era, anteriormente, vice-presidente). Só em 1962, um plebiscito põe de volta o presidencialismo e dá oportunidade de Jango iniciar, de fato, seus projetos para o país. Ele tinha intenção de aplicar o Plano Trienal, na busca de combater a inflação e retomar o crescimento econômico, bem como, pretendia implementar as Reformas de Base, as quais visavam reduzir o quadro de desigualdade social e, a partir disso, garantir o desenvolvimento do país.

A trajetória do governo Goulart não agradava a todos os setores. Suas medidas descontentavam grupos mais conservadores do Brasil, bem como ia de encontro aos interesses dos EUA de assegurar sua influência ideológica e econômica no país, tomando como exemplo a Política Externa Independente e a Lei 4.131/1962, também conhecida como “Lei da remessa de lucros”, a qual estipulava restrições quanto a aplicação do capital estrangeiro e a remessa de valores para fora do país. Em discurso na sede da ONU, no ano de 1962, Goulart chegou a afirmar, a respeito de investimento estrangeiro, que as companhias estrangeiras não poderiam obter lucros excessivos que as enriqueçam depressa às custas do empobrecimento do país. Assim, entende-se melhor qual era a situação política da época que levou, em 1964, o governo dos Estados Unidos a alinhar-se com as forças interessadas na deposição de João Goulart.

Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelos EUA foi o lançamento, ainda em 1961 do programa Aliança para o Progresso. Sob o véu de ajuda convencional, o programa, ao enviar capital externo para países da América progredirem e combaterem a miséria existente no continente, tratava-se mais de uma forma de tentar manter o controle

sobre esses países, ainda mais por ter perdido seu domínio em Cuba há apenas pouco tempo. A Carta desse programa estabeleceu que:

os países em desenvolvimento seriam ajudados com um capital externo de pelo menos 20 bilhões de dólares, principalmente de dinheiro público, durante um período de dez anos e, que os países menos desenvolvidos teriam prioridade nessa assistência. A carta estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento econômico a longo prazo, para medidas de ação imediata e a curto prazo, e para a assistência externa dos Estados Unidos em apoio aos programas nacionais de desenvolvimento (PARKER, 1977, p. 17).

No Brasil, a maior e mais populosa nação da América Latina, o sucesso do programa e da influência norte-americana deveriam ser mantidos a todo custo. Assim, foi enviado para o Brasil um personagem de extrema importância para a história nacional daquele momento, Lincoln Gordon, o embaixador americano no Brasil. Ele teria sido a “figura central das articulações do apoio governamental dos Estados Unidos à conspiração militar” (LARA, 2016, p.3) e atuou para que o país não se tornasse “hostil” aos interesses norte-americanos. No documentário “O dia que durou 21 anos”, de 2013 dirigido por Camilo Tavares, têm-se, inclusive, uma conversa entre o presidente Kennedy e Gordon, no qual o embaixador afirma que o “fundamental é organizar as forças políticas e militares para reduzir o seu poder [de Goulart] e num caso extremo afastá-lo”.

Iniciou-se, no país, uma verdadeira campanha de desestabilização do governo de Goulart, com intuito de reduzir o seu poder. Uma das formas de desestabilizar foi o financiamento ilegal de opositores, investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O arquivo público de Pernambuco disponibilizou a documentação, composta de mais de 15 volumes, da investigação da atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sobre o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, Fico comenta:

O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy (2014, p. 77).

Essas mesmas organizações ainda revelam o papel da mídia, a qual sob pretexto de ameaça comunista, criava as condições para uma crise política anterior ao golpe. Foram produzidos conteúdos, evidenciados no documentário “O dia que durou 21 anos”, para fazer com que as pessoas aceitassem o golpe. Em outras palavras, a intenção era manipular a

opinião pública, o que se mostrou eficiente, haja vista que muitos civis apoiaram o golpe, a exemplo das manifestações da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”.

A campanha de desestabilização, segundo Fico, evoluiu para um possível golpe no final de 1963, quando o governo norte-americano se preocupou com como iria se portar diante da possibilidade de afastar Goulart da Presidência do Brasil. Dessa forma, foram elaboradas pelos americanos linhas de ação estratégica para cenários possíveis, chamadas de Plano de Contingência e previu também a Operação Brother Sam, uma força-tarefa naval que apoiaria os golpistas em caso de conflitos. Alguns dos documentos que comprovaram a operação foram divulgados ainda em 1976 pelo Jornal do Brasil. Fico também comenta a participação de José Pinheiro de Ulhoa Cintra na operação, homem de confiança de Castelo Branco. O golpe acabou sendo rápido e não foi preciso que a operação “Brother Sam” continuasse, pois não houve confronto armado. No entanto, ela expressou a disposição intervencionista, no sentido militar, dos EUA sob o Brasil.

O golpe iniciou em 31 de março de 1964 com as tropas comandadas por Mourão Filho se deslocando de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o governo. Jango foi para Brasília e de lá, para o Rio Grande do Sul, sem autorizar uma resistência para enfrentar os golpistas. O Congresso, por sua vez, declarou a vaga a Presidência da República, enquanto João Goulart ainda se encontrava em território Brasileiro, e empossou Ranieri Mazzilli na madrugada do dia 2 de abril. Posteriormente, Jango partiu para o Uruguai.

Ainda na noite do dia 2, os Estados Unidos reconheceram o novo governo, preocupados em demonstrar que o acontecimento da derrubada do presidente Goulart foi um ato legal, um “açodamento que renderia críticas internas e da comunidade internacional” (FICO, 2008, p.109).

O Neogolpe de 2016 no Brasil

Antes de aprofundar na interferência americana no Neogolpe de 2016, deve-se ter em vista como aconteceram os eventos do golpe propriamente dito, sendo fundamental, primeiramente, reafirmar o entendimento de que o conceito de Golpe de Estado passou por alterações de significados no decorrer do tempo. Desse modo, deve-se compreender que os Golpes de Estado não se dão da mesma maneira do passado. Assimilado tal fato, pode-se definir que o que aconteceu em 2016 foi um Golpe de Estado de novo tipo, denominado por

Leonardo Valente Monteiro como Neogolpe, marcado pela ausência da utilização de forças armadas e pela existência de uma aparente legalidade. Para compreendermos o Neogolpe no Brasil é necessário olharmos para a geopolítica internacional da época. É importante compreender que a crise agravou ainda mais o acirramento das disputas pela hegemonia global, em uma espécie de nova guerra fria, entre o bloco da OTAN, liderado por Estados Unidos e União Europeia, e do BRICS, tendo à frente do bloco China, Índia e Rússia.

Essa disputa além de econômica também é ideológica, pois o grupo ocidental representa a permanência das políticas neoliberais, ao passo que o grupo oriental apresenta-se como alternativa a tais práticas. É em meio a esse contexto de disputas que houve dois eventos importantes: a crise imobiliária dos EUA e a queda dos preços do petróleo. Ainda em 2008, aconteceu a “crise dos subprimes”, que foi resultado das práticas financeiras de especulação imobiliária dos Estados Unidos, responsáveis por sobrepujar a riqueza real de bens, levando à criação de uma bolha especulativa que estourou, provocando a quebra de bancos, falência de empresas e afetando muitos países, já que a maior parte da economia global está vinculada a este setor financeiro (MOTA, 2013). Além disso, o bloco da OTAN, a partir da Primavera Árabe, conseguiu abalar os governos de países que dificultavam o controle da região maior produtora de petróleo e assim botando em prática, junto a alguns países árabes, a queda dos preços do petróleo. Esse “dumping” afetou a economia russa, grande produtora de gás natural, fazendo cair o seu crescimento econômico, e também afetou economia do Irã, já que metade de suas receitas vem do ramo petrolífero (vale lembrar que a China vinha se aproximando do Teerã, logo também foi prejudicada). Assim, percebe-se que a queda dos preços influenciou na queda do crescimento econômico da China e Rússia, além das economias alinhadas a esses países, e é aí que entra a América Latina.

Na década de 1990 começaram a se formar os movimentos que dariam início aos governos progressistas na América Latina, e embora todos tivessem uma orientação socialista eles divergiam muito entre si. O Brasil caminhava até 2002 seguindo uma agenda neoliberal, ou seja, exclusivista, mas a partir de 2003, com a ascensão de Lula e do PT, o Brasil passou a ter mais políticas inclusivas, de maior divisão das benesses produzidas, que gerou um aumento na igualdade e a ampliação de direitos. Esse bloco progressista manteve-se relativamente independente, flertando tanto com a OTAN como também com a China e a Rússia, dessa forma, estes governos representavam uma ameaça à hegemonia americana sobre o continente. Além desse fator, a interferência americana acontece para perpetuar a corrupção e pobreza nos países em que se interessa, pois em épocas de crise é necessário garantir a

espoliação direta dos recursos naturais e das massas. Portanto, é mais fácil fazer isso em países não soberanos, onde os recursos possam ser escoados para países como os Estados Unidos.

Compreendido o contexto político da época faz-se necessário conhecer quais foram os agentes do golpe de 2016. Entre eles está a elite econômica nacional e sua aliança com a elite econômica internacional. Essa aliança surge para manter o projeto exclusivo semelhante ao projeto anterior ao governo Lula, beneficiando a elite nacional, e mantendo a principal liderança econômica latino-americana subalterna na divisão mundial do trabalho. Segundo Nobre (2018, p. 60) “A dominação dos EUA sobre a América Latina só é possível mediante o aval da elite econômica brasileira que – diferentemente da elite econômica de países do centro do sistema capitalista – não possui projeto de nação”.

Para entender a participação americana no golpe de 2016, é preciso entender também quais eram os objetivos americanos na América Latina, e especificamente no Brasil. Desde o período Lula (2003-2010) o Brasil tinha praticado uma série de medidas protecionistas com relação à exploração do petróleo, como a necessidade de uma cota mínima de equipamentos nacionais para a extração. Em 2006 a Petrobrás anunciou a descoberta de óleo na camada do pré-sal, e já em setembro de 2008 ela começou a exploração. Porém, em abril de 2008 os Estados Unidos colocaram em operação a Quarta Frota, destinada a operar no Atlântico Sul, uma aparente coincidência, mas que foi desmentida por Edward Snowden ao anunciar que os Estados Unidos espionavam a Petrobrás, notícia divulgada pelo site G1 em 2013. Em 2010, Lula instituiu o sistema de partilha para a exploração do petróleo sub-sal, que possibilitava à Petrobras 30% da exploração no mínimo em qualquer operação no pré-sal, e ainda com o poder de veto.

Este sistema de partilha permaneceu durante o governo Dilma, que venceu as eleições de 2010. Em maio de 2013, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, chega ao Brasil para, entre suas pautas, aumentar a participação americana na partilha do pré-sal, porém a decisão do governo de Dilma foi de manter o sistema como estava. Poucos meses depois da visita de Biden, surgem manifestações em São Paulo referentes ao aumento da passagem de ônibus, com entre cinco mil a 20 mil manifestantes. Com pouco tempo, e de maneira aparentemente espontânea, estas manifestações se espalham para outras capitais e adotam outras reivindicações, como o discurso anti-petista, já contando com centenas de milhares de manifestantes. Vale destacar que as manifestações podem parecer espontâneas, mas como destaca Visentini (2014, p.140): “pode-se pensar que se trata de uma forma

espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação (...) [não obstante sejam] resultado de uma vasta planificação” (apud SOUZA, 2018, p.44). Retomaremos depois o debate sobre o papel dos EUA nas manifestações. Mas, vale lembrar que a Petrobrás surgiu como uma empresa que garantiria a soberania nacional da exploração do combustível sobre empresas estrangeiras, portanto, o petróleo é um item estratégico para a soberania nacional. Extrair o óleo do pré-sal não seria fácil, e seria inviável extrair a elevados preços para que fosse vendido barato, então é essencial para o imperialismo manter a baixa dos preços de combustível. Vale lembrar também que após o golpe o governo de Michel Temer desfez todas as iniciativas feitas pelos governos Lula e Dilma na regulamentação da exploração do pré-sal, que pretendia ser um projeto de soberania energética, com vários royalties destinados para a educação pública, dessa forma:

a mudança de regime foi indispensável para colocar no poder um grupo que permitiria que as corporações petroleiras pudessem ter acesso aos combustíveis fósseis brasileiros como lhes conviesse, ou seja, submeteu o Estado brasileiro aos interesses daquelas empresas (SOUZA, 2018, p. 46).

Ao se analisar criticamente os governos de Lula e Dilma, temos que admitir que eles foram muito importantes para dar continuidade aos projetos inclusivos, mas o governo do PT falhou em construir uma nova narrativa hegemônica, acomodando interesses das elites industrial e financeira. A estratégia do PT era de melhorar as condições materiais da sociedade, mas sem confrontar os valores históricos que fundamentam os fatores políticos e econômicos dominantes. Até 2013, as elites econômicas tinham um acordo político com o governo federal, e que lhe rendiam bons lucros, mas elas viram a oportunidade de romperem a aliança e buscarem um meio mais seguro de garantir suas rendas em meio ao cenário incerto das crises capitalistas. Para elas, seria melhor que o governo adotasse uma agenda exclusiva, portanto, se aliaram às elites estrangeiras para a derrubada do governo Dilma. Não é à toa que as manifestações que deram início aos movimentos que buscavam a derrubada de Dilma foram articuladas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (NOBRE, 2013, p. 64). Mas para isso é também necessário uma fundamentação ideológica que unisse o povo para lutar contra seus próprios direitos. É aí que entra a mídia nacional, especialista em desinformação e em manipular fatos. Várias narrativas entraram em ação para desinformar, tornando menos desejável um projeto de governo de diminuição das desigualdades sociais. O discurso que se configurou foi o de que a corrupção impregnava todo o Estado, e que todos os problemas sociais decorriam disso, que acabou criminalizando a política, os políticos e o PT, deslegitimando as políticas públicas sociais. Dessa forma, o discurso anticorrupção ganha

uma carga de destruição e diminuição do Estado, como também de suas políticas de busca por hegemonia.

O processo do golpe de Dilma se assemelha muito com outros como os da Primavera Árabe de 2011, que surgiram defendendo liberdades democráticas e com movimentos supostamente espontâneos e sem liderança, que buscavam a destituição dos regimes políticos da Tunísia, Líbia, Egito e Síria. Revelou-se depois a participação dos EUA nestas manifestações, e que a verdadeira intenção de sua participação não estava relacionada à derrubada de regimes autoritários, mas devido aos regimes daqueles países não estarem alinhados aos EUA e utilizarem de seu petróleo para defenderem sua economia, como também para participarem ativamente na economia mundial. Os golpes na América Latina começaram em 2009 com a deposição do presidente de Honduras, depois o do Paraguai em 2012, seguido de Dilma em 2016, e mais recentemente houve o golpe da Bolívia de Evo Morales em 2019. O golpe de 2016 se assemelha a vários acontecimentos contemporâneos, denominados de revoluções coloridas, explicitados melhor por Souza:

As revoluções coloridas são o componente civil da guerra híbrida que os EUA vêm fazendo para tentar dar sobrevida à sua hegemonia, que entrou em decisivo declínio em 2001 com a implementação do Projeto para um Novo Século Americano. Elas viabilizam a mudança de regime por meio de operações psicológicas materializadas em um conjunto de táticas e métodos de luta não violenta e são aplicadas em Estados não alinhados aos Estados Unidos (2018, p. 48).

Dessa maneira, as revoluções coloridas mantêm um padrão, que consistem em três características, “o processo, os objetivos e o envolvimento de atores estrangeiros.” (SOUZA, 2018, p.48). O processo é constituindo no apoio à formação de grupos articulados que defendam a democracia liberal, buscando incitar manifestações aparentemente espontâneas para erodir o governo atual, tendo como objetivos o neoliberalismo e alinhamento aos EUA, e com o incentivo de agências governamentais dos EUA e de ONGs ligadas a essas agências (SOUZA, 2018).

[...] pode-se dizer que as manifestações contra o aumento real de vintecentavos funcionaram como o acontecimento que deu início a uma revolução colorida, liberando a energia acumulada pelas operações psicológicas promovidas por think tanks e ONGs como o Instituto Milênio, Instituto Liberal, Instituto Misses Brasil, Atlas Network, Estudantes Pela Liberdade, todos com estreita relação com lideranças, partidos e políticos que tiveram destacado papel no golpe de 2016 (SOUZA, 2018, p. 45)

Um ideário minimamente marxista nos países da América é perigoso para a hegemonia capitalista. Dessa forma, os Estados Unidos financiavam oposições ideológicas através de *think tanks*, intelectuais e mídia para que se criasse um ideário neoliberal. Mesmo que, com exceção da Venezuela, os governos progressistas fossem, em certa medida, subservientes ao liberalismo, adotando inclusive práticas de austeridade, seria necessário para os estadunidenses derrotar o bolivarianismo ideologicamente. Várias associações e pessoas ligadas ao financiamento de ONGs ou ao governo dos Estados Unidos atuaram de alguma forma a promover a revolução colorida, tais como movimentos políticos de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Estudantes Pela Liberdade (EPL), que eram apoiados economicamente e com treinamento pela *Atlas Network*, ONG financiada pela USAID (acrônimo em inglês para Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e por empresas americanas (KANAAAN, 2018).

Ainda destacamos a atuação do juiz Sérgio Moro, um dos vários juízes que receberam treinamento dos EUA, sendo responsável pela operação lava-jato e aplicação do *lawfare* contra o PT (KANAAAN, 2018; SOUZA, 2018). Como bem explica no vídeo intitulado “acbrazil lessons” (2018), de modo a não deixar dúvidas do envolvimento dos EUA com a Lava-Jato, o Procurador-Geral Assistente em Exercício pelo Departamento de Justiça dos EUA – Divisão Criminal, Sr. Kenneth Blanco, os procuradores dos EUA e do Brasil tem uma estreita “confiança”, compartilhando dados e utilizando-se de meios extraoficiais e não registrados em seu combate à corrupção em vários países, sendo responsáveis também pela perseguição a Lula. O Projeto Pontes, financiado pela embaixada americana, tinha como objetivo treinar juízes para a aplicação da lei no Brasil, sendo o juiz Sérgio Moro um dos que participaram do treinamento. A lei sendo usada como arma política de maneira antidemocrática foi decisiva para a diminuição da popularidade do PT, e como consequência corriqueira na histórica de usos e abusos de vias antidemocráticas e golpistas, a ascensão do fascismo no Brasil. Como prova do apoio dos Estados Unidos às práticas de *lawfare*, Moro foi homenageado pela Universidade de Notre Dame, revista Time e Câmara de Comércio Brasil- Estados Unidos (SOUZA, 2010). Para corroborar mais ainda com as provas, Moro foi indicado e assumiu como Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018 de clara ideologia fascista e que não esconde seu apoio aos Estados Unidos. As consequências políticas foram drásticas não apenas para a esquerda no Brasil, mas também para a democracia, “O golpe impôs uma série de medidas neoliberais, agenda que havia sido refutada pelas urnas” (SOUZA, 2018, p. 47), ou seja:

por meio do golpe, viabilizou-se a acumulação por espoliação e assim o rebaixamento da qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira custeará tanto o aumento da margem de lucro dos capitalistas brasileiros quanto ajudará a reduzir a pressão social dentro dos Estados onde estão as sedes das corporações transnacionais que podem agora se aproveitar da abertura dessa fronteira de acumulação (SOUZA, 2018, p. 47).

Para se entender o retrocesso em políticas progressistas no período pós-golpe, basta analisarmos o relatório da OXFAN Brasil, uma ONG destinada a combater a desigualdade, que demonstra em seu relatório de 2018, intitulado “País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras”, que as políticas liberais reacionárias começaram a surtir efeitos gerando mais desigualdades. Este relatório revela que pela primeira vez em 23 anos houve recuo na equiparação de renda entre homens e mulheres, afirma que o IBGE calcula que os rendimentos mensais do 1% mais rico são de 36,6 vezes a mais que os dos 50% mais pobres, e demonstra que pela primeira vez em 15 anos a renda dos 40% mais pobres foi desfavorável em comparação a renda média total. A geopolítica internacional também foi afetada pelo golpe. O grupo contra hegemônico do BRICS, ao qual o Brasil pertence, possui agora um membro que apoia a hegemonia estadunidense, caráter que continua presente com a agenda neoliberal. E países que eram historicamente parceiros do Brasil, devido também a questões ideológicas e pautas progressistas, tais como Venezuela e Uruguai, agora possuem divergências.

Nas palavras do próprio Korybko, autor e formulador do conceito de guerra híbrida, os EUA, através da Lava-Jato e instituições americanas, financiam políticas golpistas, e o Brasil virou alvo dos EUA bem antes da descoberta do pré-sal, mas desde quando Lula foi eleito (LUCENA; LUCENA, 2018). É importante entender as práticas de atuação estadunidense nas manifestações de 2013, golpe e lawfare, para que se possam destacar os objetivos estrangeiros e de grupos reacionários que levaram a medidas antidemocráticas e a um governo com uma agenda neoliberal. O golpe fez com que o Brasil também se apresentasse como defensor da atual hegemonia e configurou as políticas e formas de se fazer e pensar as guerras híbridas.

Da mesma maneira que no passado, em que foram reproduzidos golpes militares na América Latina para impedir agendas políticas de integração econômica e inclusão, agora ocorrem novamente uma série de golpes no continente, mas com uma metodologia diferente, utilizando-se não mais das tradicionais quarteladas, mas de *fake news*, *lawfare* e mídia nacional. Para afetar a hegemonia, garantindo à elite nacional o lucro e aos agentes externos o Brasil como vassalo, era necessário que os recursos públicos fossem desmantelados e

espoliados. As manifestações de 2013, que começaram com reivindicações bem gerais, de caráter progressista e sem lideranças específicas, logo começaram a adotar exigências influenciadas pela classe média, historicamente desvinculada à luta por justiça, tornando-se manifestações anticorrupção, e a partir de então, manifestações contra um partido só, o Partido dos Trabalhadores, a quem foi imposta a culpa de toda a corrupção, tanto a institucional quanto a privada. O cenário estava propício para a elite nacional, a elite estrangeira e os agentes estadunidenses aplicarem a guerra híbrida.

Considerações finais

Este trabalho pretende contribuir para a retomada do termo “Imperialismo” no estudo sobre a América Latina, em especial no debate sobre a participação dos Estados Unidos na política brasileira. Com base nisso, os conceitos abordados, como Golpe de Estado, Neogolpe e Guerras Híbridas, são essenciais para entender estes eventos históricos que procurou-se refletir. Ademais, com a conjuntura atual caracterizada pela ascensão de grupos autoritários e conservadores, entender os golpes é fundamental para se entender também como evitá-los, ou seja, conhecer as causas e consequências destes acontecimentos é relevante para entendermos também como se aplicam as Guerras Híbridas e buscarmos formas de reagir. Assim, buscou-se fazer uma comparação entre a influência norte-americana nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil.

Dessa forma, foi identificado que em 1964 ocorreu um Golpe de caráter militar, na qual houve a destituição o presidente João Goulart, marcado por uma campanha de desestabilização e conspiração por parte dos EUA, primeiro com financiamento de opositores e produção midiática, depois com o Plano de Contingência e Operação Brother Sam. Já o neogolpe de 2016 foi causado por uma guerra híbrida, com práticas de lawfare, destituindo a presidente Dilma Rousseff. Em ambos os golpes existiam discursos de defesa da democracia, mas de sentidos diferentes, tal que em 1964 o discurso era anticomunista e em 2016, com o fim da guerra fria, passou a ser o de anticorrupção.

No entanto, embora houvesse diferenças, é possível observar algumas semelhanças entre a participação estadunidense nos dois eventos. Entre as semelhanças podemos ressaltar a aliança de grupos brasileiros com agentes externos, o financiamento de instituições com intuito de desestabilizar um governo com interesses que contrariavam, mesmo que não totalmente, os anseios norte-americanos, sendo elas o IPES e o IBAD em 1964, e o MBL e EPL em 2016 via *Atlas Network*. Houve também o papel da mídia como manipuladora de

opiniões e apoio de parte da população. Vale lembrar, que em ambos havia a preocupação em manter aparente legalidade. E nos dois eventos foram impostos no poder governos submissos aos americanos, numa tentativa dos EUA de manter a influência no país.

Bibliografia

ACBRAZIL lessons. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal f35mm filmes/fotos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbPLM5onjLk&feature=youtu.be>. Acesso em: 14 out. 2020

ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BORÓN, Atílio. A questão do imperialismo. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, 459-483.

BRUIT, Héctor Hernán. *O imperialismo*. Atual, 1986.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Golpe de 64 e a Guerra Fria: Origens e Antecedentes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos...* Santa Cruz do Sul: Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1470405560_ARQUIVO_TextoAnpuhUNISC2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

FICO, Carlos. João Goulart e a “Operação Brother Sam”. In: _____. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. 2, p. 67-113.

GLOBO Comunicação e Participações S.A. Entenda o caso de Edward Snowden que revelou espionagem dos EUA. *G1*. São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/19Rj2g6>. Acesso em: 14 out. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (Pernambuco). **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**: IBAD e IPES. Recife, 2016. Disponível em:

<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do tio Sam: o projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 18., 2018, Niterói. *Anais eletrônicos...*Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: [https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAA N,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAA%5BN,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf). Acesso em: 14 out. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LARA, José Victor de. A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA REGIONAL DA ANPUH-PR, 15., 2016, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. Agentes externos provocaram uma "guerra híbrida" no Brasil, diz escritor. **Brasil de Fato**, [S. l.], p. 1-8, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor/>. Acesso em: 14 out. 2020.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/11747>. Acesso em: 13 out. 2020.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Capitalismo Contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1(1), p. 51-64, 2013.

NOBRE, Carlos Eduardo. Ensaio sobre a geopolítica do golpe político-institucional brasileiro de 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 54-93, 2018.

O dia que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012. DVD, (77 min), NTSC-VHS, son., cor., leg.

OXFAM BRASIL. País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras. In: OXFAM BRASIL. **OXFAM Brasil**. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/?_ga=2.150539060.360556330.1598662224-817472247.1597337262. Acesso em: 14 out. 2020.

PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100004>.

RODRIGUES, E. B. Estado pós-democrático, lawfare e a decisão do TRF-4 contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: PRONER, C. et al. (org.). **Comentários a um acórdão anunciado**: o processo Lula no TRF4. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 79-84

SÁ CORREA, Marcos. 1964: visto, anotado e comentado pela casa branca. **Jornal do Brasil Especial**, Rio de Janeiro, p. 1-6, 19 dez. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=1964%20visto%20,%20anotado%20e%20comentado%20pela%20casa%20branca&pagfis=153055. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, Mateus Menezes de. Revoluções Coloridas e o Golpe no Brasil em 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 16-53, 2018. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/1519/1396>. Acesso em: 13 out. 2020.

DA PONTE PARA CÁ: A EXPERIÊNCIA DO PIBID/HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA PERIFERIA DA ZONA NORTE DE NATAL/RN

Antonio Matheus Bezerra Costa

Diego Higor Fernandes Silva

Mirela Albuquerque de Lima

Introdução

O presente trabalho possui o intuito de mostrar o processo da idealização, produção e aplicação do material intitulado “Da ponte para cá: processo de ocupação e urbanização da Zona Norte de Natal/RN” produzido na Escola Estadual Zila Mamede. A presente escola é da rede pública estadual do Estado do Rio Grande do Norte, da cidade de Natal, está situada na Zona Norte da capital, no bairro de Pajuçara, localizada numa região periférica da cidade. A pesquisa e aplicação do material produzido foi feita por bolsistas do PIBID/HISTÓRIA- UFRN (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e supervisionada pelo professor Daniel. As turmas nas quais esse material foi aplicado foram turmas duas turmas do 1º ano do Ensino Médio da escola.

Desenvolvimento

A iniciativa da pesquisa e realização do material partiu da amostragem do relatório que é produzido sazonalmente na escola para entender as necessidades e o perfil dos alunos da escola, a partir desse relatório foi identificado a necessidade da realização de um trabalho que expusesse a História da Zona Norte de Natal, essa conclusão foi tomada a partir da percepção que todos os alunos residentes das turmas eram residentes da Zona norte e a maioria desses desconheciam a História do local onde moravam.

Foi a partir deste diagnóstico de que os discentes da escola tinham a necessidade de conhecer o local onde moravam que se amparou a pesquisa e aplicação desse material, Além disso, a Zona Norte de Natal é a maior Zona Administrativa da cidade, atualmente a sua

população ultrapassa os 300 mil habitantes, entretanto, quando analisamos a historiografia sobre a cidade do Natal, percebemos que há uma ínfima produção a respeito dessa região, pouco se sabe sobre o seu processo de ocupação. Foi a partir deste dos pontos, a ausência da história da zona norte em documentos que contavam a história da capital e a necessidade dos alunos de conhecer o local onde viviam.

A história local se apresenta como indissociável do processo formativo do cidadão. Ela se torna necessária para elucidar questões relativas a uma série de espaços e situações que fazem parte do cotidiano dos indivíduos em questão, tais como a sua escola, a sua casa, o seu espaço de lazer. Começando a analisar criticamente a sua realidade circundante, o discente tem muito mais possibilidades de assimilar os conteúdos trabalhados e, assim, desenvolver individualmente as suas aptidões enquanto cidadão de uma democracia.

Outro fator que contribuiu para a escolha desse conteúdo se deu a partir da tarefa ensejada pelo PIBID de História - UFRN/Natal de obedecer e cumprir as legislações responsáveis por nortear e direcionar a prática docente. Segundo o Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte:

A proposta de ensino de História para o Ensino Médio considera importante criar condições a fim de os estudantes refletirem criticamente sobre a realidade circundante e as experiências humanas. [...] Na perspectiva pedagógica, a proposta é criar situações para que os jovens desenvolvam sua autonomia intelectual, seu pensamento crítico, suas formas de expressão e comunicação e a construção de seus argumentos individuais. [...] A proposta aqui delineada dialoga com a BNCC de Ciências Humanas e Sociais na medida em que valoriza a história local e do cotidiano, propõe o trabalho didático com documentos históricos expressos em diferentes linguagens e inclui, entre os conteúdos, a aprendizagem de procedimentos e atitudes.¹

Dessa forma, percebe-se uma relevância em nosso material de trabalhar esse conteúdo da história local. Se objetivamos a formação cidadã, foco principal do ensino básico, que tem como implicações o fomento da criticidade e autonomia dos discente, como nós, profissionais de história, poderíamos negligenciar a história da maior zona administrativa de Natal, responsável por abrigar a maior parte da população da cidade e palco da maioria das relações sociais vivenciadas pelos alunos da Zila Mamede?

Na perspectiva de um ensino da história voltado à adequar e aproveitar os conteúdos programáticos do ensino básico para o desenvolvimento das competências, isto é, as potencialidades dos futuros cidadãos e atuais discentes, Luís Alberto Marques salienta a

¹ RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação e Cultura. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte, (p. 394-396). 2018.

necessidade da disciplina histórica de cumprir sua função social e individual, abordando história local da comunidade em questão, de inserir a juventude nas suas próprias heranças culturais, fomentando suas reflexões críticas acerca da sua realidade circundante:

A didática (sic) da disciplina deve provocar a reflexão histórica por parte do aluno para o sensibilizar para um conjunto de valores éticos, cívicos e políticos. Está reservado à História o papel de abrir caminho para o aluno desenvolver o seu processo de construção pessoal, que desague numa consciência histórica que exercite a sua cidadania na defesa de um património que também lhe pertence e que espera dele a capacidade de o conhecer-proteger-valorizar-divulgar e difundir. (ALVES, p.70)

Foi observado, também, a insistência da predominância de uma ideia de História demasiadamente eurocêntrica, pautada na narração dos grandes feitos individuais de sujeitos históricos através de um aprendizado apreendido como uma memorização mecânica de fatos e datas no imaginário dos alunos - o que favorece para um distanciamento e desinteresse dos discentes com a disciplina, já que suas realidades não são contempladas no que é aprendido sobre História². Na tentativa de desconstruir esse ideal e aproximar a História do nosso público-alvo, ensejamos a elaboração e aplicação de um material didático responsável por tecer uma narrativa crítica do processo histórico que culminou no que hoje conhecemos como Zona Norte de Natal.

O próprio nome do material “Da Ponte Para Cá – ocupação e processo de urbanização da Zona Norte de Natal” é uma demonstração clara dessa tentativa de observar a história desta zona administrativa de uma maneira crítica. O título do trabalho faz alusão a música “Da Ponte Pra Cá” da banda Racionais MC, conhecido grupo de rap da periferia de São Paulo. A música se debruça em expor a realidade social dura dos espaços marginalizados da metrópole, que são separados por uma ponte das demais partes privilegiadas da cidade. Semelhante ao cenário denunciado na canção do grupo de Rap, a Zona Norte de Natal se constitui como um espaço marginalizado da dinâmica sócio-espacial da cidade, cuja ocupação é iniciada com a construção da Ponte de Igapó.

Figura 1: Capa do Material elaborado para ser trabalhado com os alunos

² Isto foi notado nas primeiras aulas ministradas, nas quais perguntamos o que os alunos entendiam por história. Os relatos tiveram, em sua maior parte, menção a Roma ou Grécia Antiga.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
ESCOLA ESTADUAL ZILA MAMEDE
ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Da ponte pra cá: ocupação e processo de urbanização da Zona Norte de Natal/RN

Alunxs: _____

Fonte: elaboração própria (2019).

Quando foi realizada a pesquisa para subsidiar a elaboração do material, tivemos um empecilho. Não havia uma história da Zona Norte na maior parte dos documentos que se propõem a contar uma história de Natal. Os poucos que encontramos eram demasiadamente superficiais, delegando ao espaço uma história meramente factual e pouco crítica. Algo a ser evitado em nosso trabalho, visto que, conforme supracitado, objetivamos o cumprimento das legislações que regem o ensino brasileiro, e estas visam a formação de um cidadão crítico. E isso acabou por ser mais um fator que influenciou na nossa opção de trabalhar esses conteúdos.

Acabamos por encontrar um refúgio na produção acadêmica contemporânea, que se esforça a desconstruir essas estruturas que legitimam as desigualdades que buscamos denunciar. Uma dissertação de mestrado em geografia intitulada “Outra Leitura do ‘Outro

Lado’: o espaço da Zona Norte em questão.” foi uma de nossas maiores referências para a elaboração do trabalho, justamente por ir além de uma série de narração de fatos e questionar as implicações do processo de urbanização e ocupação da Zona Norte. Além disso, o Laboratório de Imagens da UFRN foi de extrema importância, pois lá encontramos uma série de documentos, como reportagens antigas de jornais, que foram utilizados no material.

Outro trabalho a nos subsidiar foi a dissertação de mestrado da Prof. Tamara Fernandes “Pesquisa e Ensino na História Escolar: O contexto urbano da Escola Estadual Terezinha Paulino em Natal”, responsável por articular a história e a realidade circundante da escola com a construção do conhecimento histórico dos discentes, habitantes da Zona Norte. Outro trabalho de ponta da comunidade acadêmica.

Em suma, uma série de fatores contribuíram para a nossa escolha de dedicar um bimestre inteiro em discussões e reflexões sobre a história da maior zona administrativa de Natal. Buscamos, a todo momento, dialogar nossos empreendimentos com a necessidade de nossos alunos, o que, por tabela, nos fez direcionar a prática docente às legislações e documentos oficiais que regem o ensino de história.

Como parte do subprojeto do PIBID de História - UFRN/Natal, um dos objetivos do material é ensinar história como se faz história, dessa forma, o material didático foi elaborado pensando nas problemáticas que são recorrentes na vida dos estudantes e moradores dessa área da cidade, referindo-se, por exemplo, a: expansão imobiliária na Zona Norte; quais demandas fizeram ocorrer a expansão urbana responsável pela construção desse espaço como conhecemos hoje; quais foram as consequências dessa expansão para a população que ocupava e ocupa essa área e, por fim, investigar em outros períodos a existência de problemas recorrentes na atualidade, como a falta de infraestrutura e de serviços básicos, problemas relativos à locomoção urbana e aos transportes. Trabalhando essas problemáticas, objetivamos orientar o nosso trabalho baseado nas legislações que regem o ensino básico, a exemplo do Art. 35 da LDB:

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Neste sentido, procuramos fazer uma seleção de documentos que dialogassem ao máximo com o presente. Com isso, houve a divisão do material em quatro partes. A primeira trata-se da localização geográfica, abordada no trabalho na tentativa de preencher-se as lacunas relacionadas à dificuldade de localização geográfica dos discentes. Nesse recorte temático, foram selecionados mapas das zonas administrativas de Natal e dos bairros da Zona Norte.

Nesta parte, os alunos foram apresentados a parte geográfica da cidade de natal e da zona norte da cidade, foi neste momento da aplicação do material que foi reafirmado a necessidade do conteúdo quando tivemos exemplos de alunos que acreditavam que a cidade de Mossoró e Natal eram cidades vizinhas (vale ressaltar, que as cidades são separadas por mais de 280 km de distância). Essa visão de alguns dos alunos nos ajudou a entender que os alunos necessitavam saber a história e onde moravam. Essa noção é amparada na necessidade dos alunos se reconhecerem no local onde moram e como sujeitos históricos deste local.

Figura 2: Início da primeira parte do material aplicado em sala de aula.

1ª Parte: Onde estamos?

Obviamente, se formos perguntados sobre o nosso local de moradia, teremos alguma resposta em mente, sobre a rua, bairro, cidade etc. Porém nem sempre estamos acostumados a ver os mapas e analisá-los.

Vamos iniciar as nossas análises nos localizando geograficamente. Sabemos em que cidade vivemos, qual bairro, mas sabemos identificar essas localidades em um mapa? As próximas atividades serão pensadas para refletir sobre o nosso local, partindo disso mais a frente faremos discussões mais aprofundadas sobre essa localidade. Começaremos então observando o mapa abaixo. Você sabe o que ele representa? Você conhece os limites dos territórios? Quais são as cidades vizinhas? Você consegue identificar a área em que você reside e em que a escola está? Aponte no mapa!



fonte:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Natal_\(Rio_Grande_do_Norte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Natal_(Rio_Grande_do_Norte))

Fonte: Material didático, intitulado “Da ponte para cá: A Experiência do Pibid/História na construção do conhecimento histórico na periferia da zona norte de Natal/RN”.

Na segunda parte, visamos construir uma narrativa crítica sobre o processo de urbanização da Zona Norte de Natal, e a relação entre a industrialização e a expansão urbana da cidade, bem como sobre os moradores que vieram atraídos por esse processo. A terceira parte foi dividida em dois temas: transporte e mobilidade, sendo esses os recortes temáticos que propomos para nossa análise neste trabalho. A quarta, e última, parte foi consolidada em uma tentativa de mesclar a experiência dos discentes e a análise dos documentos, com uma fonte oral. Nessa parte do trabalho, os alunos deveriam entrevistar um habitante antigo da Zona Norte e fazer uma série de perguntas relativas aos problemas enfrentados no passado e como ele percebe as diferenças ao longo do tempo.

Figura 3: Início da segunda parte do material aplicado em sala de aula.

2ª PARTE: OCUPAÇÃO, URBANIZAÇÃO E HISTÓRIA DA ZONA NORTE

Agora que você consegue se localizar geograficamente na Zona Norte e no bairro do Pajuçara, partiremos para a segunda parte do nosso caderno. Como vimos na parte anterior deste caderno, a Zona Norte de Natal é a maior Zona Administrativa da cidade, tanto em extensão territorial quanto em número populacional. Nesta parte, iremos estudar um pouco mais sobre a Zona Norte, principalmente sobre a ocupação do seu território e sobre a história dessa região.

Para iniciar esta sessão, precisamos que vocês escrevam abaixo o que vocês conhecem sobre a história da Zona Norte. Quem ocupou essa área? Você sabe quando ela começou a ser ocupada? Conversem com os colegas e apontem quais são os principais problemas enfrentados por sua população? Será que esses problemas sempre existiram? Como você acha que deveria ser viver na Zona Norte no início da sua ocupação? Em sua opinião, como a Zona Norte é vista por outras áreas da cidade?

Fonte: Material didático, intitulado “Da ponte para cá: A Experiência do Pibid/História na construção do conhecimento histórico na periferia da zona norte de Natal/RN”.

Esta narrativa foi construída através do uso de diversas fontes, que variaram desde de textos acadêmicos a notícias de jornais antigos. Objetivamos, a partir da leitura e análise dessas fontes, levantar discussões acerca dos problemas que são enfrentados diariamente pela população desta zona administrativa, e partir da constatação deles em outras épocas, pretendemos historicizá-los. Além disso, foram utilizados fontes como letras musicais como o

exemplo da cantora e compositora Khrystal nascida em Natal, no ano de 1981. No trecho a seguir:

Figura 4: Música utilizada como fonte a ser analisada no material aplicado

A cantora e compositora Khrystal nasceu em Natal no ano de 1981 e é uma das vozes mais marcantes da cidade. Com uma carreira consolidada, turnês nacional, européia, e ganhadora de diversos prêmios, Khrystal é moradora da Zona Norte da cidade. Em 2012 ela lançou a música "Zona Norte, Zona Sul". Após ouvir a música, vamos analisar a letra.

Fonte 14

Quero tomar banho de rio
Quero tomar banho de mar
Quero saúde e respeito para o povo em todo lugar
Quero ir da Zona Norte à Zona Sul
Quero atravessar a ponte e me sentir num só lugar
Quero tomar banho de rio
Quero tomar banho de mar
Quero saúde e respeito para o povo em todo lugar
Quero ir da Zona Norte à Zona Sul
Quero atravessar a ponte e me sentir num só lugar
Quero tomar banho de rio
Quero tomar banho de mar
Quero saúde e respeito para o povo em todo lugar
Quero ir da Zona Norte à Zona Sul
Quero atravessar a ponte e me sentir num só lugar
Pajuçara, Igapó
Potengi e o meu Gramoré
Do Lado que eu quero morar
Se vive na base da fé
Santa Catarina abençoa
Panatis e Santarém
E a Itapetinga nos leva
Às Fronteiras da Nova Natal
Não tape o sol com a peneira
Maquiando o cartão postal

Me olhe dentro do meu olho

Me trate de igual pra igual

De que lado mora o seu preconceito?

Atravesse a ponte que eu vou lhe mostrar

E de que lado mora o seu preconceito?

Atravesse a ponte que eu vou

De que lado mora o seu preconceito?

Atravesse a ponte que eu vou lhe mostrar

E de que lado mora o seu preconceito?

Atravesse a ponte que eu vou lhe mostrar

(repete a primeira parte)

Salve à galera da Avenida Pompéia
Por onde passo bem cedo toda semana
Para pedir bênção à minha Mãe, Dona Maria
E agora quero estender meu alô
Pra rapaziada Fajuçara, Cidade Praia
Parque dos Coqueiros, galera de Santa Rita
Alvorada, Vale Dourado, Parque das Dunas
Brasil Novo, Vila Verde
Alô alô Gramorezinho
São Gonçalo do Amarante, Planalto
Toda a rapaziada do Sarney
Golandim, Sopapo, Alto da Torre, África
De que lado mora o seu preconceito?
De que lado mora? De que lado mora?
De que lado mora o seu preconceito?

Fonte: Música da cantora Khrystal, trecho utilizado em sala.

A terceira parte foi dividida em dois temas: transporte e mobilidade, sendo esses os recortes temáticos que propomos para nossa análise neste trabalho. Nesta parte, houve a divisão das turmas em que os materiais estavam sendo aplicados em duas partes, metade ficando responsável por questões referentes à questão do transporte e a outra metade a mobilidade.

Nesta parte, a aplicação foi dada em pequenos grupos subdivididos dentro de cada tema (transporte e mobilidade), em que o trabalho de orientação ficou a cargo dos bolsistas do PIBID (o PIBID História-Natal trabalha num sistema de duplas em que cada dupla, na atual numa sala de aula determinada pelo professor-supervisor), onde em cada sala um ficou responsável pelo assunto transporte e o outro locomoção. Esta divisão seguiu por todo o terceiro bimestre de aula.

Figura 5: Início da terceira parte do material aplicado em sala de aula

3ª PARTE: RECORTES TEMÁTICOS (TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA)

Chegamos na última parte do nosso material, a partir de agora dividiremos os grupos iniciais em dois: Um trabalhará com fontes relacionadas aos transportes na Zona Norte e outro que irá se encarregar de estudar sobre locomoção. Portanto as fontes que veremos a seguir estarão relacionadas a esses temas, esperamos que esteja sendo proveitoso até aqui, e que estudar o nosso local seja sempre prazeroso como foi montar esse caderno.

3.1: TRANSPORTES PÚBLICOS NA ZONA NORTE DE NATAL

Certamente você já precisou sair da Zona Norte, seja para estudar, trabalhar, visitar alguém, ou mesmo apenas para lazer. Quem mora na Zona Norte, entende bem quais são as dificuldades ou os benefícios de se usar o transporte público na cidade de Natal. Agora que você estudou um pouco sobre a história da ocupação da Zona Norte, teremos como tema nesta parte do caderno: transportes. Você já se perguntou se os problemas do passado são os mesmos de hoje em dia? Como fizemos na parte anterior, antes de prosseguir com as nossas análises, vamos registrar quais são as nossas impressões, enquanto usuário desse serviço e como morador da Zona Norte, sobre o transporte público que atende essa área da cidade. Como são as condições desses transportes?

- a) Você utiliza ou conhece alguém, que utiliza constantemente esses transportes públicos no dia a dia?*
- b) Quais os problemas enfrentados atualmente em relação aos transportes públicos?*
- c) As condições desse serviço mudaram com o tempo? Para melhor ou para pior?*
- d) Qual a importância dos ônibus para o trabalhador que depende desse serviço para chegar ao seu local de trabalho?*
- e) Quais podem ser as consequências da negligência do poder público com esses transportes, para quem não possui outros meios de locomoção?*
- f) Os problemas enfrentados pela população, principalmente pela classe trabalhadora, em relação aos transportes públicos, tem relação com a negligência do poder público em relação a população da Zona Norte?*

Fonte: Material didático, intitulado “Da ponte para cá: A Experiência do Pibid/História na construção do conhecimento histórico na periferia da zona norte de Natal/RN”.

A quarta, e última, parte foi consolidada em uma tentativa de mesclar a experiência dos discentes e a análise dos documentos, com uma fonte oral. Nessa parte do trabalho, os alunos deveriam entrevistar um habitante antigo da Zona Norte e fazer uma série de perguntas relativas aos problemas enfrentados no passado e como ele percebe as diferenças ao longo do tempo. Nesta parte, os alunos tinham que procurar pessoas que morassem na Zona norte da cidade por pelo menos 20 anos, a partir da busca e de um roteiro disponibilizados aos alunos eram deveriam produzir uma entrevista com uma série de perguntas na qual o entrevistado deveria contar um pouco da sua História e ao mesmo tempo relatar o processo de mudança que houve na zona norte da capital durante o tempo que ele mora na região.

Figura 6: Última parte de aplicação do material trabalhado em sala de aula

4ª PARTE: A vivência como fonte para a história da zona norte

Você observou que utilizamos fontes diversas para subsidiar o nosso trabalho. Mapas, trechos de jornais, artigos acadêmicos e dissertações de mestrado são exemplos desses materiais que contribuíram para elucidar nossa compreensão sobre a história da Zona Norte. Todavia, sabe-se que existe uma grande diversidade de vestígios desse passado que podem enriquecer e agregar o nosso material. Para enriquecer a nossa experiência de investigação sobre o passado da Zona Norte podemos contar com vestígios provenientes de pessoas que, de fato, viveram e experimentaram esse passado que estudamos. A partir disso, entreviste um habitante da Zona Norte que resida no local há muito tempo (neste caso, no mínimo 20 anos de vivência na Zona Norte, porém, quanto mais tempo melhor, pois no nosso material vimos desde a década de 1970). Abaixo trazemos para vocês um roteiro de entrevista para ser utilizado. As orientações serão dadas em sala de aula e, obviamente, vocês podem sugerir mudanças quando acharem necessário.

- a. Nome?
- b. Profissão?
- c. Idade?
- d. Há quanto tempo mora na Zona Norte?
- e. O que lhe levou a migrar para essa região?
- f. Como era viver na Zona Norte quando você chegou?
- g. Como é viver na Zona Norte atualmente?
- h. Você sai da Zona Norte com frequência? Quais suas principais atividades fora da Zona Norte?
- i. Você encontrou problemas relacionados à infraestrutura?
- j. Quando você chegou na Zona Norte, como era se locomover dentro da região?
- k. Como era sair da Zona Norte e ir para outros pontos da cidade?
- l. Você percebe mudanças atualmente, se comparada com a época que você chegou?
- m. Como era o acesso a transportes públicos na Zona Norte? Como são atualmente?
- n. Em sua opinião, o que poderia melhorar em relação aos transportes públicos?
- o. Quais são os principais problemas que você enfrenta relacionados a mobilidade na Zona Norte? Como você acha que eles poderiam ser solucionados?
- p. Como era o acesso a serviços públicos antigamente? E atualmente, você percebe mudanças?
- q. Como você percebe que a Zona Norte é vista por outras Zonas da cidade?

Fonte: Material didático, intitulado “Da ponte para cá: A Experiência do Pibid/História na construção do conhecimento histórico na periferia da zona norte de Natal/RN”.

Durante a aplicação do material, foi interessante perceber o quanto à medida que os alunos se familiarizavam com a História daquele local, muitos não conheciam sobre a mesma e isso os faziam desenvolver muitos questionamentos e levantamentos, sendo um fator de relevância para o desenrolar de todas as partes, visto que era proposto muito mais que a apresentação do conteúdo mas que esses buscassem analisar as fontes para realizarem as atividades práticas cobradas.

Uma situação que chamou atenção do professor e dos bolsistas de forma particular ocorreu quando uma aluna do 1º ano “B” levou para a sala de aula um livro que tratava sobre

a História de Natal, mas no mesmo não continha nada que fizesse referência a Zona Norte, como se essa não fosse parte da mesma e não tivesse sua participação na formação de Natal.

Todo o trabalho que foi desenvolvido junto aos alunos, por meio das discussões e análises das fontes, houve sua culminância na Semana da Cidadania de 2019 que ocorreu nos dias 19 e 20 do dito ano, em sua terceira edição, visto que é um evento realizado anualmente na Escola Estadual Zila Mamede desde o ano de 2017. Dessa forma, os alunos das turmas as quais o material foi aplicado puderam, a partir de tudo o que foi estudado e trabalhado em sala de aula, apresentar aos alunos das demais classes a História da Zona Norte, a partir das narrativas que esses escolheram por desenvolver na última parte do trabalho.

Considerações finais

Após concluída a Semana da Cidadania, percebemos que nossos objetivos foram atingidos. Percebemos uma compreensão, por parte dos discentes, da história da Zona Norte. Não obstante ao aprendizado de fatos históricos, observamos um desenvolvimento crítico dos alunos ao entrarem em contato com o processo histórico que foi responsável pela construção da maior zona administrativa da cidade do Natal. Concluimos que nosso trabalho foi de extrema valia e coerente com as legislações que norteiam o ensino de história a nível local e nacional.

Referências:

ALVES, Luís Alberto. **A História local como estratégia para o ensino da História.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 1996. BRASIL.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação e Cultura. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte, (p. 394-396). 2018.

ENTRE A TAIPA E A CARNAÚBA: O DESCASO ESTATAL PARA COM OS MORADORES DA “VELHA” SÃO RAFAEL/RN

Arthur Ebert Dantas dos Santos¹

1. Introdução

A representação que grande parte da sociedade brasileira tem sobre a região Nordeste é a de um lugar inóspito, onde sua população tem de sobreviver convivendo, e lutando, contra a fome e os flagelos da seca. Durval Muniz em sua obra *A Feira dos Mitos* irá afirmar que “esta região foi pensada articulando dois temas fundamentais: por um lado, o tema das secas periódicas, que legitimaria este recorte regional a partir da ideia de que teria uma natureza particular, [...]” (JÚNIOR, 2013, p.22). É fato que considerável território nordestino, junto com sua população, sofreu com a falta de água, e todas as consequências que essa ausência traz ao homem do campo, como a fome e a falta de produtividade material. Tudo isso somado ao fato de que faltavam políticas públicas, efetivas, que combatessem a seca, ou que dessem a assistência necessária para a sobrevivência dessas populações que viviam, principalmente, da agricultura.

Localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente no Vale do Açu, a cidade de São Rafael parecia ser um ponto fora da curva nesse meio flagelado e seco. Sendo uma cidade ribeirinha, construída no beijo do Rio Piranhas-Açu, sua população vivia principalmente da agricultura, artesanato e da mineração, assim, não se fazia necessária tanta preocupação em relação à falta d’água. Entretanto, o Governo Federal, sendo representado pelo DNOCS², teria planos diferentes para aquela região onde se estava a cidade de São Rafael. Com a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, toda a cidade seria inundada, o que resultaria na submersão das áreas de cultivo, de mineração e de moradia, levando, aproximadamente, sete mil e quatrocentas pessoas a terem de se mudar para outro lugar, sem renda e sem emprego, levando consigo apenas as diversas promessas de ganharem uma nova casa, ou indenizações, na nova cidade de São Rafael, garantida pelo DNOCS.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História - UERN. Endereço de e-mail: arthur.ebert40@gmail.com

² DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Ao entrar em contato com esses fatos, através da análise de notícias do Diário de Natal, importante jornal da capital do estado, surgiram inúmeras perguntas, que provavelmente também foram proferidas pelos habitantes da antiga São Rafael: O DNOCS realmente cumprirá as promessas de fornecer moradias aos habitantes desapropriados? O DNOCS pagará as indenizações relativas aos terrenos submersos? Todos os moradores ganharão uma nova moradia? Sendo assim, o presente trabalho terá como objetivo identificar e problematizar as promessas contidas no discurso utilizado pelos políticos, com o objetivo desubverter o interesse social da população de São Rafael, além de analisar o surgimento de grupos considerados como “Sem-Terra”, em decorrência do descumprimento das promessas feitas, não deixando de problematizar as consequências estruturais e naturais, de curto e longo prazo, causadas pelo descumprimento das promessas.

2. O Projeto Baixo-Açu

A insegurança vivida pela população do Vale do Açu desde o início da década de setenta do século XX foi levada ao extremo quando em 1975 é baixado o decreto Nº 76.076, o qual autorizava a execução da primeira de três etapas do Projeto Baixo-Açu, iniciando-se assim a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Até então sendo considerada como o maior reservatório hídrico do Nordeste, a barragem comportaria aproximados 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, trazendo assim fartura e o desenvolvimento econômico pregado pelo governo federal em seus discursos referentes às construções executadas em muitos de seus projetos. Como afirma o pesquisador Francisco das Chagas, o Projeto Baixo-Açu, assim como o projeto de Brumadinho, “faziam parte da antiga política das águas e visavam “acabar com o atraso” do Nordeste por meio do armazenamento de água.” (SOUZA, 2010, p.59).

O desenvolvimento oferecido pelo governo federal parecia bastante tentador para determinada população do Rio Grande do Norte, pois o mesmo significava não passar sede, não ver seus rebanhos morrerem, não mais depender das escassas chuvas de inverno, entre outras situações comuns no dia a dia do morador de um ambiente semiárido como seria o interior do sertão, onde a cidade de São Rafael se encontrava. Porém, como pode se ver na seguinte matéria do Diário de Natal, a população de São Rafael não se encontrava contente com o desenvolvimento trazido pelo Projeto Baixo-Açu:

Figura 1 - Matéria do Diário de Natal (1982)



Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1982, ed.01420(1), p.1)

Com a instalação da barragem a população de pelo menos quatro cidades seriam afetadas, sendo estas as cidades de Assú, Ipanguaçu, Jucurutu e São Rafael, esta última sendo completamente submersa. Daí pode-se ter um pequeno entendimento sobre os motivos que levariam à população de São Rafael a negarem o “avanço” oferecido pelo Governo Federal. Para um povo que retirava sua renda da agricultura, do artesanato e até mesmo da mineração, vinda da rica região em que viviam, ver sua cidade de origem e suas formas de renda sendo engolidos por um “oceano em pleno sertão” não seria algo fácil. Toda essa experiência, baseada em sensibilidades, é retratada pela música de Arleno Farias, cantor e compositor natural de São Rafael, “Atlântida do Sertão”: “Uns choraram outros riram pois não tiveram opção de trocar suas origens em busca de evolução Não foi um dilúvio do divino foi um projeto da nação.” (ARLENO FARIAS, 1998). Como o compositor expressou em um trecho de sua música, houve pessoas que riram e outras que choraram ao ter de se despedir de sua moradia. Faz-se importante, também, ressaltar a utilização da palavra evolução, talvez se referindo ao desenvolvimento vendido para aquela população.

Com o início das obras no ano de 1979, começam-se os preparativos para a desapropriação dos terrenos na antiga São Rafael, por parte de seus proprietários e moradores. Todo aquele que comprovasse possuir terreno na antiga São Rafael, poderia optar por uma nova moradia na nova São Rafael, ou então por uma indenização, que segundo o DNOCS seria equivalente ao terreno, assim como podemos observar nas seguintes notícias do Diáriode Natal:

Figura 2 - Notícia do Diário de Natal (1982)

mília. O morador proprietário na atual São Rafael recebe gratuitamente terreno e habitação na nova cidade e os atuais locatários poderão ser enquadrados num programa do BNH, observando-se sua renda familiar.

Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1982, ed.01564(1), p.5)

Figura 3 - Notícia do Diário de Natal (1982)

Comirga está indenizando moradores de São Rafael

A Comissão Especial Executiva dos Projetos de Irrigação (Comirga), está convocando os proprietários da área urbana do município de São Rafael para que se dirijam a partir do dia 10 de janeiro próximo, ao escritório do DNOCS, naquela cidade, a fim de receberem as indenizações pela desapropriação de seus respectivos imóveis.

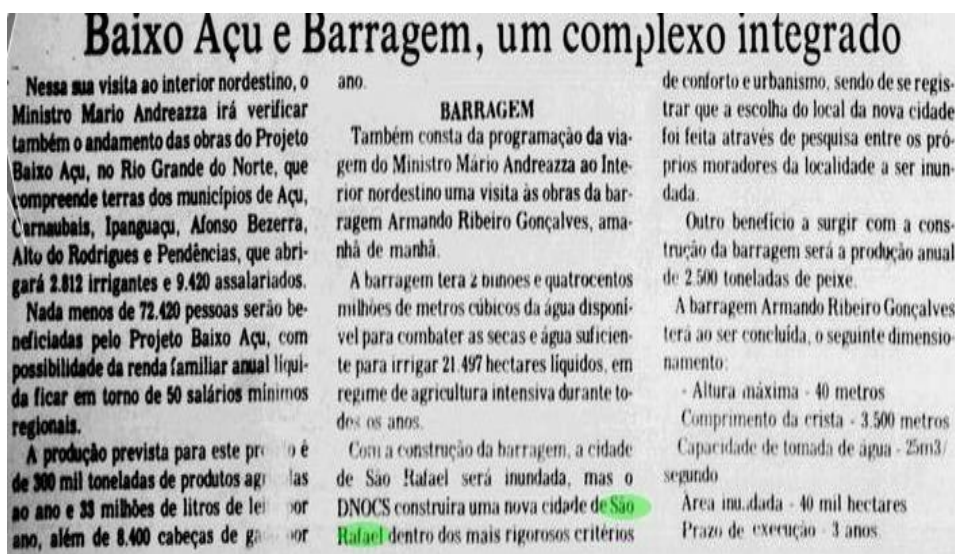
Serão beneficiados proprietários que mesmo não morando na cidade possuam um ou mesmo mais imóveis. A população, de modo geral, não será beneficiada uma vez que receberá, por reposição, uma residência, na nova São Rafael.

Segundo informou ontem o titular da Comirga, engenheiro Clóvis Gonçalves, as desapropriações estão calculadas em torno de Cr\$350 milhões. Serão exigidos dos proprietários os seguintes documentos: título de propriedade de terra ou de casa; certidão de registro de título de propriedade no cartório de imóvel competente; certidão do cartório de imóveis e hipotecas, e do distribuidor do Foro, de que o imóvel está livre e desembaraçado; certidão de quitação com os impostos federais, estaduais e municipais, inclusive imposto de renda; documento de identidade e certidão de casamento, se o proprietário for casado.

Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1982, ed.01653(1), p.5)

Sendo uma forma de tornar o projeto mais atrativo ao público afetado pela construção da barragem, o DNOCS prometia de novas moradias até a oportunidade de continuar tendo os mesmos vizinhos na nova cidade que, também segundo a estatal, seria construída nos mais rigorosos critérios, como podemos ver na seguinte notícia:

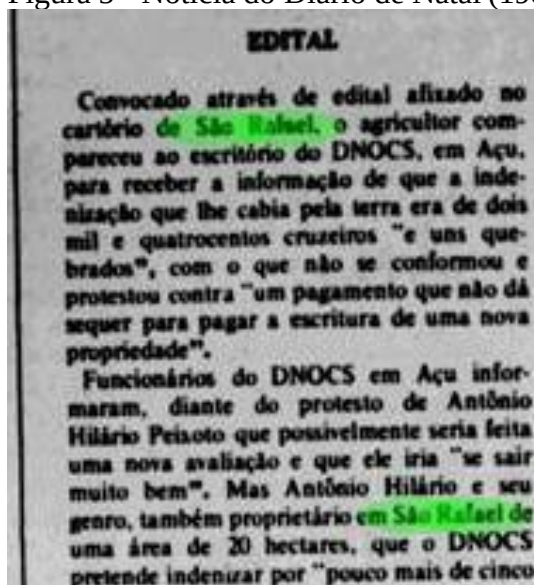
Figura 4 - Notícia do Diário de Natal (1980)



Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1980, ed.10942(1), p.2)

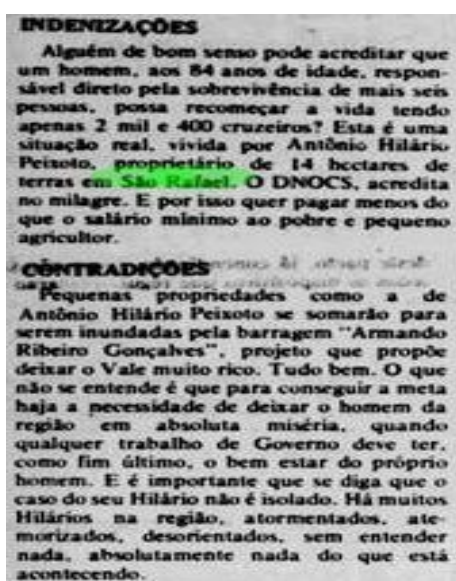
Entretanto, o que parecia ser uma alternativa para amenizar as perdas dos moradores da antiga cidade se tornou uma dor de cabeça para muitos que acreditaram nas promessas e no discurso subversivo utilizado pelos agentes públicos e políticos que estavam envolvidos no andamento do projeto. Partindo das indenizações, percebe-se que os moradores as consideravam como pífias, não equivalendo ao preço real dos terrenos desapropriados e, por muitas vezes, insuficientes para dar início a uma nova vida em uma nova cidade. Como se pode constatar nas seguintes notícias que narram a situação de um antigo morador:

Figura 5 - Notícia do Diário de Natal (1980)



Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1980, ed.10985(1), p.2)

Figura 6 - Notícia do Diário de Natal (1980)



Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1980, ed.10986(1), p.2)

Não se limitando apenas ao problema com as indenizações, o ponto chave das promessas feitas pelo DNOCS, as novas e gratuitas moradias foram entregues cheias de problemas estruturais, forçando, até mesmo, os moradores a buscar recursos nos prédios, ainda de pé e não submersos, da antiga cidade. Situação relatada na seguinte notícia do Diário de Natal:

Figura 7 - Notícia do Diário de Natal (1984)



Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1984, ed.00078(1), p.5)

Ao analisar as matérias e notícias aqui apresentadas, percebe-se o verdadeiro descaso e descumprimento das promessas que tanto o governo federal quanto o DNOCS tiveram para com a população de São Rafael, sendo esta apenas uma das, pelo menos, quatro cidades

afetadas pela construção da barragem. Grande parte dos moradores da antiga cidade receberam, ou pelo menos deveriam ter recebido, a indenização ou a nova moradia, garantidos a todos aqueles que fossem residentes da, agora submersa, cidade de São Rafael. Entretanto, ao analisar algumas notícias do ano de 1984, um ano após a inauguração da barragem, percebe-se a existência de um caso onde a família de Maria Cândida Pinheiros não recebeu a casa e ainda realiza graves acusações de suborno contra as assistentes sociais que, segundo esta, teriam “dado” as casas para famílias estranhas ao município. Além disso, na mesma notícia, também é denunciada pelo até então prefeito do município de São Rafael, Daniel Januário de Farias, a situação de outras oitenta famílias que seguiam sem moradia. Segue a notícia do Diário de Natal:

Figura 8 - Notícia do Diário de Natal (1984)

Este é o caso de Maria Cândida Pinheiros que mesmo com a expectativa da proximidade das águas, ainda espera que o Dnocs cumpra com a promessa. Ela acusou a existência de subornos entre as assistentes sociais do Departamento, que teriam dado casas a famílias estranhas ao município, preterindo as carentes que não tinham dinheiro para pagar o que chamou de “gratificação”.

Ontem, ela ameaçava invadir uma das três últimas casas ainda desocupadas, enquanto o prefeito do município, Daniel Januário de Farias (PDS), temia pela sorte de mais 80 famílias, ainda sem casas, e que estão residindo na casa de parentes, graças a um mandado de segurança impetrado pelo advogado Pio Marinheiro Filho, em nome de seu pai Pio Marinheiro de Souza, derrotado nas últimas eleições à Prefeitura do município, também pelo PDS.

Fonte: (DIÁRIO DE NATAL, 1984, ed.00077(1), p. 5)

De acordo com o censo do IBGE³, em 1981 uma família tinha em média 4,3 pessoas, significando assim que, aproximadamente, 344 pessoas estavam sem casas próprias, até a data da publicação da última notícia aqui apresentada. Levando em consideração que durante a construção e povoação da nova cidade de São Rafael, a população era de, aproximadamente, sete mil e quatrocentas pessoas, então 4,6 por cento da população total estaria em condições de abandono por parte do poder público, formando assim um grupo de pessoas sem-terra.

3. Metodologia

³ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A metodologia empregada para a produção deste trabalho foi a busca por notícias em jornais, neste caso o Diário de Natal, que estavam em circulação na época do processo de anúncio e construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, além da leitura da historiografia que trabalha com temáticas parecidas com a desta produção, como foi o caso da tese do pesquisador Francisco das Chagas Silva Souza. Através da pesquisa na Hemeroteca, utilizando a busca de palavras-chave, foi possível encontrar matérias e notícias pertinentes a esta problemática, assim, expandindo os conhecimentos sobre este assunto e esclarecendo algumas dúvidas sobre o processo relatado e problematizado aqui.

Por se tratar de um tema sensível, de grande repercussão e que, por muitas vezes, foi considerado como capital político para um grande número de políticos, tanto a nível estadual quanto federal, foi complicado de assegurar que o periódico utilizado não estaria agindo de forma parcial para minimizar os danos causados pelo Projeto Baixo-Açu, pois como afirma a Tania Regina: “Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.” (DE LUCA, 2008, ed.2, p.140).

4. Considerações Finais

Neste trabalho analisamos as promessas feitas pela empresa estatal DNOCS acerca da execução do Projeto Baixo-Açu e de que forma o descumprimento destas acarretaram na vida da população da cidade de São Rafael, ocasionando assim no surgimento de um grupo de pessoas sem-terra nos arredores do município. Atualmente, passados mais de três décadas desde a inauguração da barragem, a cidade de São Rafael não despontou em direção ao desenvolvimento econômico prometido pelo Governo Federal. A cidade, assim como outras cidades de pequeno porte do interior do Rio Grande do Norte, carece de investimentos e melhorias em diversas áreas como saúde, educação, infraestrutura, etc. Não dispondo de fábricas ou empresas que ofereçam um número razoável de empregos, a cidade de São Rafael vê, a cada ano que se passa, os seus filhos tendo de se mudarem para outras cidades em busca de sustento, visto que a grande parte dos empregos oferecidos na cidade são oferecidos pela prefeitura, precisando-se assim aliar-se a um dos grupos políticos que controlam o executivo. De acordo com dados do IBGE, o percentual de receitas oriundas de fontes externas em 2015 era de 95,9%, significando que a cidade não arrecada nem 5% de sua renda total. Outro dado importante a ser ressaltado é o de pessoal ocupado, sendo as pessoas que desempenham alguma atividade considerada como emprego pelo IBGE. Em 2018, apenas 536 pessoas

estavam empregadas no município, consistindo em aproximadamente 6,5% de toda a população.

Sendo assim, outras inúmeras perguntas surgiram com a finalização desta pesquisa, como: Onde está o desenvolvimento econômico propagandeado e oferecido pelo Governo Federal, DNOCS, antes da construção da barragem? Onde está a grande produção de empregos aliados ao aumento da exploração de pescados? O DNOCS realmente se preocupou com uma boa transição dos moradores para a nova cidade? Todos aqueles que tinham odireito de receber a indenização referente à desapropriação de terreno receberam? Muito provavelmente esses questionamentos ainda vivem na mente de parte da população da nova cidade que tiveram de se arranjar no seu novo lar, lutando com o descompromisso, a falta de renda e de empregos.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 - 1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

BAIXO Açú e Barragem, um complexo integrado. **Diário de Natal**, 23 de Janeiro de 1980. Disponível em:<
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=338>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

BARRAGEM chega ao milhão. Vale teme. **Diário de Natal**, 24 de Abril de 1984. Disponível em:<
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=14250>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

COMIRGA está indenizando moradores de São Rafael. **Diário de Natal**, 30 de Dezembro de 1982. Disponível em:<
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=9994>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

FARIAS, Arleno. **Atlântida do Sertão**. São Rafael: 1998.

FIGUEIREDO não inaugura Barragem do Açú este ano. **Diário de Natal**, Natal, 18 de Agosto de 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=8704>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

IBGE. Censo Demográfico, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-rafael/panorama>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2021.

INDENIZAÇÕES. **Diário de Natal**, 28 de Março de 1980. Negócios&Finanças. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=1116>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

INDENIZAÇÕES no Vale são esbulhos. **Diário de Natal**, 27 de Março de 1980. Edital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=1100>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

POVO pede fim da barragem maldita. **Diário de Natal**, Natal, 16 de Janeiro de 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=6790>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

SÃO RAFAEL vive sérios problemas sem recursos. **Diário de Natal**, 25 de Abril de 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=14266>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **ESCAFANDRISTAS DO TEMPO**: Narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2010.

CARTAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DOS SERTÕES DO SERIDÓ

Brena da Silva Dantas¹

Introdução

Escrever é uma prática exercida por muitos, hoje muito mais que antes, quando poucos tinham a oportunidade de aprender e exercer tal ato. Possui várias faces, desde a escrita obrigatória, para registrar algum fato, dado, acordo, contrato. Até a escrita prazerosa, livre e vista com pouco valor histórico décadas atrás, o que veio a mudar como escreve Lilia Schwarcz — em sua apresentação ao livro de Marc Bloch (2001) — com o surgimento da *Escola dos Annales* e a renovação na historiografia. Surgindo primeiramente como revista com Bloch e Febvre como editores, marca o início de uma “Nova História”, nova escrita, novos olhares e atenção a sujeitos e espaços antes omissos da historiografia dita tradicional.

Porém, esse desejo de registrar e deixar impressões sobre o mundo que nos cerca é um sentimento que existe e se manifesta desde os primórdios da humanidade e até da invenção da própria escrita, por egípcios, gregos, romanos e diversos outros povos. É uma prática “mítica” como escreve Michel de Certeau reorganizada a partir da “ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história” (CERTEAU, 1994, p. 224).

A escrita e a História andam lado a lado, sendo que tais fontes escritas são históricas, sejam elas documentos ditos oficiais como registros de casamentos, nascimento, certidões de óbito, inventários ou não oficiais como poemas, cartas, romances, cordéis, histórias em quadrinhos, entre outros tipos que são feitos e dão conta de fragmentos de determinados episódios da história, com espaço, tempo, personagens e narrativas a serem analisados.

Desses modelos variados de escrita existe um bem característico e difundido, a literatura. Esta se particulariza por ser um discurso que tem interesses próprios aos discursos literários e atende às necessidades dos sujeitos que a escrevem e leem. Relacioná-la com a História torna-se importante para entender de diferentes ângulos fatos que se conectam historicamente, como escreve Nicolau Sevcenko “[...] tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais” (SEVCENKO, 2003, p. 28). Em relação aos discursos interessados, compartilhamos o pensamento de Eni Orlandi (2015):

¹ Mestranda em História dos Sertões – UFRN. Endereço de e-mail: brenadantas_@hotmail.com.

Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos [...] Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2015, p. 9).

Os discursos da imprensa, da literatura, das crônicas e de todos os modos de linguagem e comunicação influenciam no modo de pensar das pessoas, são produzidos a partir do imaginário, das experiências e acontecimentos vividos ou relatados. Sendo então — cada um com suas especificidades — maneiras singulares de ver e expressar o mundo, seja através de uma notícia, uma manchete, um anúncio, de um romance, conto, crônica, peça de teatro, entre outros tipos, que narram histórias vividas ou fictícias, contadas em um determinado período, com intenções específicas de quem os produz.

Em especial o jornal para essa pesquisa, que foi o veículo de circulação e divulgação de cartas, é também um meio de comunicação muito consumido pela sociedade, antes mais em sua versão impressa e hoje em dia de diversas maneiras está presente virtualmente na vida das pessoas.

Além destes, existe outro tipo de escrita bem característico, a epistolografia, palavra não tão comum e utilizada diariamente, mas que seria a arte ou prática de escrever cartas. Como escreve Gastaud e Costa “a escrita epistolar é um dos processos de afirmação das práticas da cultura escrita” (COSTA; GASTAUD, 2017, p. 13) e acrescenta:

Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares. É preciso compreender a escrita epistolar como uma rara oportunidade de transitar pela história de diferentes territórios da intimidade, por relações de amor e amizade, por experiências singulares de sociabilidade (COSTA; GASTAUD, 2017, p. 13).

Pensando nesses tipos de fontes é que esse artigo se debruça, buscando compreender algumas singularidades dos gêneros — jornalístico, literário e epistolar —, as sensibilidades, informações e representações acerca dos sertões do Seridó que encontraremos nelas.

Construção e Fundamentação

O presente artigo objetiva-se em um breve esboço sobre algumas cartas que foram publicadas nesses dois livros *Cartas dos sertões do Seridó* (2000) e *Outras cartas dos sertões do Seridó* (2004) que surgiram a partir do envio de cartas que o médico e memorialista Paulo

Bezerra (1933-2017) remetia ao jornalista Woden Madruga. Os livros reúnem inúmeras cartas de Bezerra, que escreve como os próprios títulos lembram sobre a região do Seridó, seu povo, costumes, religiosidade, espaços, linguagem, vestimentas, entre outras características presentes nas narrativas das cartas.

Tendo nos deparado com diversos escritores e memorialistas do Seridó, a exemplo de Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros Filho, Moacyr Cirne, entre outros. O escritor Paulo Bezerra salta aos olhos por sua inusitada escrita através das cartas, onde narra o cotidiano e acontecimentos sobre essa região e os que habitam, no período aproximado de 1985 a 2012. Períodos em que esse hábito de escrever cartas estava deixando de ser algo costumeiro, e com as novas tecnologias, cada vez mais foi sendo substituído por outras maneiras de comunicação, principalmente na virada para o século XXI.

Porém há uma ressalva quanto a escrita das cartas, pois não se apresentam no estilo pessoal e informal característicos desse meio de comunicação, mas tem os traços de uma narrativa que sabiamente chegaria a outros públicos através do jornal, Bezerra aparentemente as escreve para serem publicadas.

Iremos considerar a construção dessas cartas como a autora Lucimar Bezerra Dantas da Silva (2012) traz em sua tese a concepção do termo carta-crônica, como um gênero discursivo, afirmando que o modelo de cartas-crônicas seria uma tradição discursiva no jornalismo potiguar, se caracterizando “pela narrativa de histórias passadas evocadas pela memória” (SILVA, 2012, p. 6). Trazendo diversos autores em sua pesquisa, Silva se debruça também na escrita de Paulo Bezerra e escreve “[...] desde 1985, até os dias atuais, Paulo Bezerra vem publicando cartas-crônicas na Tribuna do Norte” (SILVA, 2012, p. 102). Nos trazendo ainda que:

É importante mencionar que as cartas de Paulo Bezerra são publicadas na coluna “Jornal de WM”, assinada pelo jornalista Woden Madruga. Woden integra a equipe de jornalismo da Tribuna do Norte desde 1956 e sua coluna diária surgiu em 1964, como um espaço para falar sobre cultura local, divulgar literatura, analisar e criticar problemas locais, comentar sobre política, denunciar os problemas de Natal e do Estado e especialmente publicar as cartas, os bilhetes e, nos últimos anos os e-mails que recebe (SILVA, 2012, p. 124).

Além de ser surpreendente, percebe-se também um saudosismo, daqueles que apreciam velhos costumes, sua simplicidade, espera, que as cartas proporcionam a quem escreve e a quem recebe. Uma rememoração desses hábitos, desses sentimentos, deixando registrado também fatos e acontecimentos da história de um povo e de uma região.

A escrita, seja ela literária ou não, passa por mudanças ao longo do tempo, assim como tudo ao nosso redor se transforma. As abordagens da História vêm também sendo modificadas ao longo dos anos, principalmente em finais do século XX e início do XXI, onde novos personagens, lugares e sujeitos da história, antes negligenciados, silenciados e “apagados” dos discursos, agora tomam lugares de protagonistas das novas histórias e narrativas sociais do passado. A literatura é um dos locais em que esses sujeitos aparecem a partir da relação entre História e Literatura, vemos como Valdeci Rezende Borges (2010) escreve:

[...] a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico (BORGES, 2010, p. 10).

As fontes têm a característica de serem cartas escritas no estilo jornalístico, sendo em seguida transformadas em livros e podem ser encontradas na Biblioteca Central Zila Mamede do Campus Central da UFRN, na cidade de Natal/RN, também na cidade de Caicó/RN na Biblioteca Municipal Olegário Valle e um exemplar de *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* na Biblioteca Pública Amaro Cavalcanti no município de Jardim de Piranhas/RN.

A análise do discurso será a metodologia aplicada para se compreender as representações e memórias que Paulo Bezerra faz em suas obras *Cartas dos Sertões do Seridó* (2000) e *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004) acerca dos sertões seridoenses, do povo sertanejo, seus costumes e também a maneira que o memorialista escreve suas obras, as cartas. Refletindo acerca dessa estrutura com a autora e professora Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2015, p. 15).

Essa metodologia nos permite e se faz necessário conhecer um pouco além da história que está escrita, é preciso observar nas entrelinhas do texto e tentar perceber detalhes que falam. A autora escreve que o discurso é uma mediação entre o homem e a realidade

vivida e mais ainda “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e continuidade quanto o deslocamento e transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2015, p. 15).

E como fundamentação teórica serão trabalhados principalmente os conceitos de representação e memória, a partir de Roger Chartier (1990) e Paul Ricoeur (2007) e Jacques Le Goff (1990), respectivamente. Segundo Chartier (1990), o conceito de representação é um instrumento utilizado coletivamente ou individualmente para produzir sentido/significado ao mundo, a sociedade. Indo mais longe, o historiador sugere uma nova “História Cultural do Social” que tem o intuito de refletir sobre a construção de sentidos/fundamentos feitas pelos grupos sociais e os indivíduos. Pensando através dessa escrita de Chartier, fica clara a importância nesta pesquisa de se conhecer o autor das obras analisadas Paulo Bezerra de forma mais significativa:

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

Roger Chartier é um historiador francês, que trabalha com conceitos de representação, circulação, apropriação e práticas, todos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa e entendimento da escrita de Paulo Bezerra. Tendo em vista a apropriação de discursos que o autor ouvia/conhecia e enviava em forma de cartas para o jornalista Woden Madruga, este transformava tais relatos em crônicas que eram publicadas em sua coluna no jornal Tribuna do Norte e circulavam para que diversas pessoas pudessem ler, conhecer e também se identificar com o sertão narrado. Buscar interpretar como se dá esse processo é primordial nessa pesquisa.

Além disso, em seu livro *Formas e sentido cultura escrita: entre distinção e apropriação* (2003) Chartier nos possibilita entender e ter o olhar curioso aos detalhes das formas de escrita, narração, edição e qual o sentido isso traz ao texto, modificando o seu conteúdo de maneira que, muitas vezes passa despercebida aos olhos dos leitores.

Indo ao encontro ao processo de transformação das cartas de Bezerra em livros, refletindo sobre a escrita inicial das cartas, a edição e retirada de trechos de acordo com as escolhas/preensões do redator e do próprio autor, outro ponto importante é a rede de influências/contatos de ambos e a própria editora que irá publicar os livros. Todos esses

aspectos investigativos da pesquisa, são essenciais para compreender ou deduzir fatos sobre a narrativa.

Por meio da História Cultural iremos aproximar a escrita de Bezerra dos discursos da historiografia tradicional, analisando as aproximações e distanciamentos que essas escritas fazem, assim como também com as mudanças ocorridas na escrita historiográfica com o surgimento da *Escola dos Annales* que Peter Burke (1997) vê como um movimento que influenciou na utilização de obras como essas, construídas a partir de cartas e utilizadas como fontes históricas.

O conceito de memória a partir de Paul Ricoeur em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007) vai perpassar também os conceitos de memória coletiva, memória pessoal, refletindo sobre a escrita de Bezerra e como essas narrativas fazem parte do imaginário dos sertanejos, como algo que já estava ali, às vezes adormecido e que desperta com a leitura das cartas. Dando continuidade à reflexão e analisando como essa memória pessoal é inserida nas cartas. Partindo das lembranças? Do que foi contado por outros? E a prática de escrever cartas nesses tempos? Desse passado que se torna significativo para muitos, e que está cheio de memórias:

E no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formamos sua lembrança. A própria historiografia, digamolo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado independentemente do que possa significar a preteridade do passado (RICOEUR, 2007, p. 26).

Já Le Goff, nos apresenta o conceito de memória de maneira diferente, pensando em sua relação com o passado e além de seu aspecto humano, seu aspecto psíquico e outras áreas que trabalham com as memórias, além da História. Como podemos ler:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria (LE GOFF, 1990, p. 423).

Ou seja, com o passar dos anos e a não preservação dessa memória coletiva, esta irá se perdendo e deixando de fazer parte do imaginário e das sensibilidades dos povos e nações. As obras de Bezerra são significativas e trazem essa rememoração de costumes e tradições das pessoas que vivem ou viveram, ou até mesmo passaram pelos sertões.

Análise das Fontes

Paulo Bezerra era médico, político, escritor, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico, despertou o interesse por deixar registrada suas lembranças e histórias que ouvia em cartas e transmitiu-as a um jornalista chamado Woden Madruga, colunista da Tribuna do Norte. Sua escrita saudosista faz lembrar outro escritor também seridoense e de estima de Paulo Bezerra, este era Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), que inclusive está presente como remetente em um dos livros de Bezerra (2004) que assim escreve “Aqui raramente chega jornal. Daí eu lhe pergunto se continua a escrever através de Woden? Se não esbarrou, vá juntando elas e, quando tiver coisa de ½ resma de folhas cuide em uma Outras cartas. Já é tempo. A gente tem que deixar para esses “ponta-limpas” como era nosso mundo. Deixar o rastro...” [grifos do autor] (BEZERRA, 2004, p. 7).

Tal trecho escrito por Oswaldo Lamartine em 21 de janeiro de 2003, está contido no início do livro *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004) de Bezerra, como uma espécie de prefácio, nota-se estreita relação entre os dois memorialistas, além de aproximarem-se no estilo de escrita. Podemos ler em seguida um trecho de uma das cartas de Bezerra em que ele fala sobre o seridoense Manuel Pereira de Araújo ou Manuel Beiê, como era conhecido:

Pelejando com agricultura em terra alheia, também amassava o barro, dava-lhe a forma e o queimava na caieira de muitos tijolos e, nos dias de feira, na feira livre, negociava com cereais dispostos em sacos e caixões, debaixo da barraca desmontável. A par de tudo isso, não se descuidou de levar os filhos à escola e de acompanhá-los à igreja. Católico praticante, a sua voz limpa, firme e forte era marcante, sobressaindo-se a todas, nos cânticos das missas e novenas e nos hinos das procissões que se transmitiu, como herança, à filha que cantava no coro (BEZERRA, 2004, p. 30).

Podemos observar que são apresentados vários costumes da vivência sertaneja, a questão do plantio, da prática de fazer louças de barro, das feiras que são pontos de encontros e negociação até os dias de hoje, e também da religiosidade que é um traço bastante forte nessa região. Várias dessas práticas fazem parte da memória coletiva de muitos sertanejos, pois eram em grande medida vivenciadas por estes, e muitas ainda são. Podemos ler mais um trecho, que destaca a rotina das casas, da alimentação, na carta intitulada “Da filha da ex- cativa Rufina”:

A primeira obrigação era fazer o fogo, com a ajuda de maravalhas ensopadas com gás, no fogão a lenha, de chapa de ferro com quatro bocas que se fechavam com discos do mesmo ferro. Ao primeiro “fosco” a labareda subia.

Penduradas nas ripas estavam cascas de laranja em tiras para a precisão de fazer um chá, botar no mel de rapadura e até fazer o fogo, cascas jogadas, vez por outra, por quem nutria um desejo qualquer como, por ex., o de saber se casaria naquele ano, o que era provável se nas ripas ficasse algum pendurada (BEZERRA, 2004, p. 18).

São cartas que remetem a lembranças de Paulo Bezerra e da sua cidade natal Acari/RN, contada por parentes e também por pessoas da região e que fazem parte da memória afetiva desse sertanejo e de tantos outros que se identificam com os fatos. Nos possibilita refletir sobre a visão deste acerca dos sertões, descrito por ele assim, no plural. Além de também investigar esse tipo de escrita que tanto diz sobre quem escreve “A correspondência privada constitui um testemunho pessoal que se consubstancia não só no que nos transmite sobre quem escreve uma carta — o seu perfil autobiográfico, como também no que nos permite apreender do contexto espaciotemporal em que vive(u) o seu autor” (LEITE, 2017, p. 71).

Podemos analisar mais uma dessas cartas-crônicas e percebermos ainda alguns traços da escrita de Bezerra, sua experiência de sertão e a construção histórica de memórias:

XLV. A ARTE DAS LOUCEIRAS

Já faz um bocado de tempo que, dos apetrechos requeridos para o casamento do homem do sertão, além do mobiliário comum (cama, mala, a mesa substituindo a esteira, tamboretas e guarda louça) fazia parte a chamada louça de barro, cuja unidade - a carga - se compunha de 15 peças distribuídas entre alguidares, tigelas, caco de torrar café, panelas - uma de coar o dito -, chaleira, a cuscuzeira e, consoante a encomenda, um pinico igualzinho, em serventia, aos de louça ou ágata da casa do povo lorde. De fora parte, um jogo de potes.

Luíza Nunes (1893-1979), fechada na cor, prosista, riso largo, dentes saudáveis, cabelo agastado, solteira, um gole de cana vez por outra e viciada nas baforadas do seu cachimbo, aprendeu muito cedo a arte de ser louceira, e das melhores, com a sua mãe Justina, mulher de Manuel Nunes e que fazia uns potes que levavam até 12 latas d'água sendo que, em muitas casas, eram usados como depósito de farinha.

O barro vermelho e puro e abundante, manipulado por hábeis mãos, carecia de ser traçado com areia passada em peneira para não trincar ao fogo e também para tornar a parede do pote mais porosa, fazendo com que a água ficasse mais fria. Postas a enxugar ao sol, essas peças eram queimadas no meio do tempo, sem forno especial, cobertas com esterco de gado ao qual se atava fogo. Em vasilhas da mesma lavra, com coisa de uns dois palmos de altura e um de boca, se despejava o leite coado juntando a ele, em seguida, certa quantidade de soro. Era a maneira de obter a coalhada para o queijo a ser feito no dia seguinte, o queijo tal como os de antigamente, legítimo de Braga, de coração encarnado.

De barro também era feito o mealheiro que um dia, empanzinado de tanta moeda, era quebrado. Barro que serviu de rima quando fizeram os versos:

"Adão foi feito de barro
Colega me dê um cigarro"
ao que o outro respondia:
"De barro foi feito Adão
Colega não tenho não".

Passaram-se os tempos e lá se foram as louceiras e os queijos de manteiga.

Natal, 16 de julho de 1998 (BEZERRA, 2000, p. 100-101).

Na carta autor nos apresenta essa prática que até pouco tempo atrás ainda era muito procurada e há quem encontre ainda quem a pratique, que eram as louceiras, as mulheres que faziam louças de barro, e ele dá os detalhes de como se produziam até a chegada do produto final. No início da escrita da carta o autor nos traz essas peças como requisito para um casamento, para que se tivesse nesse novo lar, além de outras coisas citadas. Nos apresenta também uma dessas tradicionais louceiras chamada Luíza Nunes, descrevendo suas características o que também vale uma reflexão futura.

Em seguida ele traz a utilização de uma dessas peças características para se fazer coalhada, nesse caso a coalhada seria utilizada para se fazer queijo, o autor traz uma expressão que remete ao passado “o queijo tal como os de antigamente” e também ao final ele escreve “Passaram-se os tempos e lá se foram as louceiras e os queijos de manteiga” nos mostrando que existe esse processo de mudança e profissões que ficaram no passado, assim como a qualidade do queijo. Semelhante em alguns pontos ao memorialista Oswaldo Lamartine, com quem Bezerra também trocou cartas, existe na escrita um saudosismo e busca por preservação desses sertões do passado.

Considerações Finais

Trabalhos que utilizam as cartas ou os jornais como fonte de pesquisa não são novidades, porém as fontes estudadas nessa pesquisa além de serem na sua origem cartas, também foram publicadas em jornal e parecem terem sido escritas com essa finalidade, por fim ainda estão armazenadas em formato de livros. O autor trabalhado, Paulo Bezerra, é de significativo conhecimento na região do Seridó, porém é pouco estudado ainda, tendo em vista o conteúdo tão curioso de suas cartas-crônicas e da agradável leitura que elas proporcionam.

Possibilitando-nos conhecer um pouco desses sertões do Seridó a partir da ótica e escrita de Paulo Bezerra e dos relatos ouvidos pelo mesmo, como também alguns aspectos da cultura dos sertanejos seridoenses e como esse sertão é representado. Ainda há muito a ser analisado e refletido sobre essas narrativas, temos a pretensão de nos aprofundarmos mais, diante dessas representações e de tantos sertões existentes, assim como também sobre esse processo de escrita das cartas-crônicas.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Paulo. **Cartas dos Sertões do Seridó**. Editora Lidador, 2000.

BEZERRA, Paulo. **Outras Cartas dos Sertões do Seridó**. Natal: [s.n], 2004.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 3, Universidade Federal de Goiás, 2010, p. 94-109.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter (Org.) **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter (Org.) **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 153 páginas, 1997.

CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 221-246.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**: cultura escrita: entre distinção e apropriação. Mercado de Letras: 2003.

GASTAUD, Carla; COSTA, Bruna Frio. Apontamentos sobre cultura escrita e práticas epistolares. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ana Carolina da Silveira. Cartas de Mulheres: História social da cultura escrita de e/immigrantes portuguesas no Brasil. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

LEITE, Isabel Pereira. Impossível é não viver (José Luís Peixoto): o que nos mostram as cartas. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015, p. 1-95.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 1-456.

SILVA, Lucimar Bezerra Dantas da. **Carta-crônica**: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) — Departamento de Letras Vernáculas. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2012.

CONCESSÕES E DEMARCAÇÕES NOS SERTÕES DO MARANHÃO SETECENTISTA (1721-1750): A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS NO VALE DO ITAPECURU

Carlos Augusto Soares Bezerra¹

Introdução

A pesquisa consiste no estudo de caso abordado em que busca-se compreender as narrativas que permeiam um processo de concessão, demarcação e confirmação régia das terras na América Portuguesa. Quando tratamos de história agrária ou história social da agricultura, nossa atenção deve estar voltada para alguns elementos que são objetos da investigação desse campo. Maria Yedda Linhares aponta para as seguintes questões prévias: “1) o sistema econômico em questão; 2) As condições de acesso à terra; 3) as normas jurídicas que regem a propriedade; 4) O meio geográfico e as condições de uso da terra; 5) O perfil demográfico; 6) O universo profissional e 7) Hierarquias sociais.” (LINHARES, 2011, p. 159)

Quando tratamos dessas questões prévias no campo da história agrária, considerando que o tempo e o espaço são categorias de análise com suas especificidades apresentando um caráter polissêmico. Nesse estudo, o papel das relações administrativas no seio da sociedade representa uma tentativa de garantia da manutenção do Império respaldado na legislação. Quaisquer documentações de caráter jurídico, até os dias de hoje, não é garantia de sua plena execução. No século XVII, o Império Português criou o Conselho Ultramarino (1642) cujo o objetivo esteve ligado às resoluções das questões vinculadas ao Império Ultramarino: Brasil, Guiné, Índia, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e demais partes ultramarinas da África. Composto por três conselheiros sendo um presidente, o Conselho Ultramarino configurava-se como:

Sendo órgão deliberativo típico do Antigo Regime, o critério de seleção de seus presidentes era a titulação de fidalguia de primeira nobreza com prévia experiência em negócios ultramarinos. [...] Eram frequentes as consultas régias, assim como a formação de processos pendentes de parecer do rei. (VAINFAS, 2001, p. 144)

¹ Mestrado - PPGH/UFRN. Endereço de e-mail: carlos2aug@gmail.com.

O Conselho Ultramarino contribuiu para a integração dos territórios do ultramar ao Império Português. Através das ordenações jurídicas, Antônio Manoel Hespanha discute a relação do direito colonial brasileiro com o sistema jurídico do Antigo Regime. As relações de integração na sociedade colonial estavam refletidas no *pluralismo jurídico*. Este, por sua vez, era representado em três ordens jurídicas: 1) Direito Comum Temporal; 2) Direito Canônico e 3) Direito dos Reinos. Nesse caso, havia uma coexistência das ordens jurídicas em que o direito comum permitia que as práticas costumeiras se tornassem direito.

O acesso à terra era respaldado na lei de sesmarias que estava integrada as Ordenações Filipinas consistindo numa reapropriação da aplicabilidade em solo Ibérico para a América Portuguesa. Essa relação de integração da sociedade por meio do regime sesmarial na América Portuguesa demonstrou como os mecanismos estruturantes da integração representam um caráter heterogêneo. O processo de formação territorial exigiu todo um aparato jurídico na tentativa de assegurar e manter o projeto colonial português. “É impossível para qualquer sociedade ser totalmente integrada. Também é impossível ela ser completamente não-integrada. A integração existente numa dada altura numa sociedade não é uma integração igual de todos os seus membros ao mesmo tempo.” (SHILS, 1992, p. 155)

A linguagem jurídica possui força integrativa, o direito é uma tentativa de garantia de amparo dessa relação entre o reino e o súdito. Podemos compreender a partir da ideia de integração na qual Edward Shils trata explicando que “a receptividade que produz uma comunidade de cultura é encontrada pelo fato de se viver sob as mesmas instituições de autoridade que outros, no mesmo território em que essas instituições são soberanas.” (SHILS, 1992, p. 151-152)

Para compreensão desses conflitos jurídicos, o cruzamento das fontes sesmarias revelam um conjunto de depoimentos de um suplicante específico, de um meio geográfico, cujo o apelo as autoridades locais demonstram o valor que esse documento representava nesse período. A voz desse testemunho é refletida nas cartas sesmarias desde a sua implementação através da lei de sesmarias no século XIV até a sua reapropriação na América Portuguesa. Essa relação dos indivíduos com a terra em território hostil suscitou importantes debates em torno da questão agrária no Brasil. O domínio desse território implica em uma série de conflitos permeadas pelas relações de centro e periferia, o conflito entre sujeitos hostis ao que se considera centro suscitou diversas estratégias de integração desse território. Pois “as decisões tomadas pelas elites têm como elementos principais certas normas de julgamento e

acção, e certos valores concretos, entre os quais o sistema como um todo, a sociedade, é um dos mais preeminentes.” (SHILS, 1992, p. 55)

Do ponto de vista administrativo, Russell-Wood ressalta sobre a importância da relação centro e periferia a partir do olhar subjetivo e das relações de poder:

Aquilo que se constitui como um "centro" e uma "periferia" é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição. Além disso, a paralaxe - a aparente mudança na posição daquilo que constitui o centro e a periferia resultante da mudança de posição do observador - seja em termos espaciais ou cronológicos, seja em termos das circunstâncias sociais e financeiras, demanda que os parâmetros e as limitações do presente estudo sejam claramente indicados. (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 2)

Essa condição para reapropriação da lei de sesmarias fundamenta-se nas grandes extensões de terras na América Portuguesa e a necessidade de assegurar a própria ocupação do território. Como também, evidencia a percepção de como a lei deveria ser aplicada conforme as necessidades territoriais tendo em vista que a aplicação dela no centro apresentou objetivos para problemas específicos. Na periferia, as demandas representavam uma necessidade de sustentação de domínio. Sobre essa questão, Marcia Motta afirma que “o sistema de sesmarias em terras brasileiras teria se estabelecido não para resolver a questão do acesso à terra e de seu cultivo, mas para regularizar a própria colonização.” (MOTTA. 2004, p. 5)

Nesse processo, no final do século XVII em diante, ocorreram as tentativas da Coroa de limitar as extensões de terras através de uma medida que seria o suficiente para um sesmeiro prover o seu sustento. Esta Ordem Régia de 7 de dezembro de 1697, limitava à três léguas de comprimento e uma de largura ao terreno concedido em carta de sesmaria.

Para ter a confirmação régia, a demarcação, a concessão pela autoridade local e o usufruto da terra deve ser precedido. O documento jurídico não trata apenas de garantir que o sesmeiro utilize de sua terra, mas a necessidade de justificar o seu pedido e de atender as necessidades que a Coroa impunha para concessão. Por essas razões, Laura Beck Varela caracterizou a sesmaria como uma propriedade condicional, ou seja, a posse da terra estaria submetida a determinadas condições que pudessem originar novos núcleos coloniais.² Além do cultivo, a tabela abaixo apresenta algumas das condições que aparecem na maioria das cartas de sesmarias. São elas:

² Ver VARELA, Laura Beck. Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Além de afirmar-se descobridor das terras ou se estavam devolutas, o suplicante precisava justificar o que seria produzido nas terras e assegurar de que tinha cabedal e condições estruturais para sustentar sua produção e cumprir o que a legislação exigia. O

Nº	As condições para concessão e confirmação de data de sesmarias:	regi me sesm arial no Brasi l apres entav a dema ndas para estim
1)	Não fazer transpasso a pessoa alguma, religião ou comunidade sem primeiropedir vistas ao provedor;	
2)	Transmitir posse ao suplicante e seus herdeiros;	
3)	isenção de pagamento de pensão;	
4)	isenção de pagamento de tributo;	
5)	pagar o dizimo;	
6)	cultivar, demarcar, reservar madeiras para embarcações reais e dar caminhoslivres para fontes, portos, pontes e pedreiras;	
7)	não prejudicar a terceiros;	
8)	não passar para religiosos.	

ular a fundação de vilas e povoados como incentivo à ocupação do território. Além do usufruto, necessitava-se abrir estradas, portos, povoar a região e entre outros requisitos como dito acima. Isso caracteriza a propriedade sesmarial como condicional.³

Era comum nas cartas de sesmarias, o suplicante citar determinados pontos de referência que faziam fronteira com a porção de terra requerida. Essas fronteiras podiam ser estradas construídas por um colono ou mesmo um aldeamento indígena, um riacho, ou matas e principalmente as margens de determinados rios. O suplicante detinha testemunhas de seu domínio útil, além de deter referência de suas possessões como forma autêntica de garantir ao centro que o seu domínio está sendo garantido em terras hostis.

Os espaços agrários na Capitania do Maranhão

³Segundo Laura Beck Varela, a propriedade sesmarial era condicional em razão dos requisitos para obtenção e usufruto. O território colonial, segundo Rui Cirne Lima, consiste na ideia de propriedade pública, na qual o monarca detém a propriedade e na medida em que faz a confirmação régia, ele pode tomar de volta e conceder a outro colono.

A pesquisa consiste no mapeamento das sesmarias concedidas nas regiões próximas ao rio Itapecuru na capitania do Maranhão. Através desse levantamento é possível classificar quais as culturas produzidas na região, as famílias que ocupam, as justificativas que fundamentam a ocupação do chamado Vale do Itapecuru. Esse espaço teve fluxos de mobilidade bastante notório durante o século XVIII. Essa migração foi resultado da diminuição dos combates entre os colonos e os povos indígenas que foram cada vez mais migrando para o oeste rumo a região que compreende a capitania do Grão-Pará. A partir de 1720, o governo de João da Maia Gama foi marcado por um período de relativa paz e de alta nas concessões de datas de sesmarias e mesmo assim, a insegurança era uma realidade para quem queria garantir as demarcações, pois as autoridades do processo tinham receio de enfrentar essas estradas e travessias hostis aos olhos do colonizador.

Segundo Maria do Socorro Cabral, o processo de interiorização está subdividido pelas chamadas: 1) “frente litorânea” e 2) “frente agrícola/pastoril”. Essa vocação litorânea da colonização portuguesa foi marcada pela crescente atividade agrícola açucareira nessas regiões. Esse crescimento ocorria pelo alto preço do açúcar que vivia seu tempo mais frutífero do ponto de vista econômico. A facilidade do comércio açucareiro, principalmente em Pernambuco e Bahia. Sobre o Maranhão, a autora denomina esse período inicial de conquista e ocupação de frente litorânea, “A conquista e ocupação do Maranhão iniciou-se tardiamente em relação à colonização em outras regiões na colônia. Entretanto o Maranhão sempre esteve presente nas preocupações expansionistas do Estado português.” (CABRAL, 2008, p. 47).

O território nasce na condição de dominação do ser humano sobre o espaço, e esse espaço, segundo Antônio Carlos R. Moraes, ao fazer uma abordagem geográfica da História Territorial do Brasil, pode ser subdivididas em três espacialidades, na qual suas relações são dinamicamente temporárias: 1) Núcleos colônias; 2) Zonas de difusão e por fim, 3) Fundo Territorial. O autor, ao explicar como se dá esse processo, ele discute que como:

O processo de colonização avança a partir de zonas de difusão, núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores. A consolidação destes núcleos numa rede, com o povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos regulares entre eles, cria a região colonial. (MORAES, 2002, p. 69)

Dentro das zonas de difusão, se concentram os espaços enquanto disputa de poder e das relações sociais. Estas divisões são tidas como dinâmicas em razão das relações sociais estabelecidas entre essas diferentes formas de espacialidades. Os núcleos coloniais representavam as cidades/vilas, enquanto as zonas de difusão estavam sendo exploradas e o

fundo territorial representava o espaço ainda não explorado. Por isso, à medida que o indivíduo adentra ao território, essas zonas deixam de ser difusão para serem núcleos coloniais; esses fundos territoriais se tornam zonas de difusão; e, a posteriori, núcleos coloniais. Nesse ponto, a formação territorial foi marcada por um forte “pacto que amarrava as elites das regiões coloniais incorporadas no novo território num compromisso político comum, o qual teve sempre por fundamento supremo a reprodução do poder de mando dessas próprias elites sobre seus espaços de dominação.” (MORAES, 2002, p. 82).

Nesse sentido, o contexto de dominação fora marcado na tentativa de conceder sesmarias aos que atuaram na região seja pelos conflitos com os povos gentios ou mesmo como agentes da burocracia. Muitos dos sesmeiros afirmaram serem descobridores desses territórios marcados pelo que chamavam de região “desértica” e “despovoada”, como também destacavam-se os rios com referência na formação dos núcleos coloniais.

Dentre os rios de maior navegação, destaca-se o rio Itapecuru. Este “dentre todos os rios, foi o mais cobiçado, tornando-se uma das principais vias de penetração do interior maranhense. Era o mais extenso, banhava férteis vales, apresentava boas condições de navegabilidade” (CABRAL, 2008, p. 52). Porém, esse território não estava desabitado, existiam povos que ocupavam essa região das margens e/ou transitavam por essa região, são os índios: Caicaizes, Guaianazes, Guanarés, Uruatis e Barbardos.

A escravidão indígena fora um dos principais motores da atividade colonizadora, ainda que estes povos fizessem resistência frente a empresa colonial. As missões de resgate⁴ eram usadas como pretexto para a manutenção da escravidão indígena. Por meio do domínio religioso, os descimentos constituíam-se como uma das medidas que contribuiu significativamente, graças as missões religiosas, para a migração das populações indígenas pelo território. Como também a reorganizaram as atividades econômicas a partir da inserção dos índios na mão de obra nos engenhos. A frente pastoril representou a maior parte das justificativas nas concessões de terras na região do sul do Maranhão, essas concessões foram marcadas por uma tentativa de assegurar o domínio e as alianças com indígenas para fazer frente aqueles indígenas que eram hostis a essa ocupação.

A tabela abaixo demonstra a oscilação dessas concessões e confirmações régias das datas de sesmarias na região que compreende o sul da capitania do Maranhão:

⁴ As missões de resgate representavam para os colonos do Estado do Maranhão e Grão-Pará uma oportunidade de assegurar a crescente mão de obra indígena na colônia evitando que estes índios escravizados durante a guerra entre diferentes povos indígenas os matassem. Com isso, os colonos negociavam por meio de compra ou troca por especiarias a captura destes cativos para trabalharem nas lavouras.

Capitania do Maranhão	1721- 1726	1727- 1732	1733- 1738	1739- 1744	1745- 1750
Acervo ITERPA					
Nº de concessões de sesmarias	19	214	20	175	52
Nº de confirmação esrégia de sesmarias	9	32	8	22	38
Total	28	246	28	197	90

Essa oscilação das concessões de terras pode ser compreendida na medida em que os sesmeiros buscavam por uma certa estabilidade no território enquanto mantêm-se em alerta sobre os novos ataques dos gentios sobre o território recém ocupado. A região da fronteira oriental (Maranhão/Piauí) fora marcada por essa instabilidade das alianças com os indígenas enquanto na fronteira ocidental (Grão-Pará/Maranhão) tivera maior estabilidade em relação a oriental devido a força que os descimentos representaram naquela região e o seu êxito.

A diligência das concessões e demarcações

Nesse contexto, a situação do território favoreceu novas concessões de terras. Porém, a demarcação como parte desse processo, deve anteceder a confirmação régia e isso além das autoridades enfrentarem os perigos do caminho até a diligência. Sobre este processo, o praxista português Antônio Vanguerve Cabral escreve em sua obra a prática judicial sobre a questão da prática jurídica das ações governamentais na administração imperial no século XVIII. Segundo Carmen Alveal, a função do praxista era de interpretar as normas jurídicas.

Na Idade Moderna, o compilado de leis das Ordenações Filipinas e a instrução dos novos juristas no tocante as diligências no território.

Esses autores contribuíam para instruir os iniciantes quanto ao modo de elaborar um requerimento para determinada situação, bem como orientavam como as autoridades deveriam redigir seus documentos. Portanto, eram orientações com modelos a serem seguidos no sentido de facilitar a produção e homogeneizar a documentação jurídica produzida no período moderno. (ALVEAL, 2020, p. 95-96)

Nesse sentido, o capítulo XX trata dos procedimentos de medições e demarcações de terras e os agentes que devem proceder com sua execução. O papel do praxista é o de criar mecanismos de como o judiciário deve proceder com relação à determinadas diligências. Do latim *Praxis finium regundorum*, o termo é designado no livro referente a praxe para se fazerem as medições de terras. O suplicante após fazer a demarcação, deve fazer o tombo por meio da provisão real. A função do juiz está ligada a vistoria do terreno e das construções do local e saber as confrontações ao redor. Após a provisão, a petição ao ministro para dar o parecer sobre a solicitação do suplicante e nesse escrito deve constar os vizinhos possuidores de terras que confrontam com o solicitante para que o rei possa nomear os demarcadores, no caso: o piloto e o seu ajudante. Após o procedimento, o juiz manda o escrivão fazer o requerimento dos autos de demarcação. Neste processo também é necessário o juramento ao piloto, a conotação religiosa era a parte do cotidiano da práxis dos agentes que realizariam tal procedimento. Estes sob os olhos do divino, executaria a diligência.⁵

As cartas avulsas do Arquivo Histórico Ultramarino entre os governantes locais e o Conselho Ultramarino revelam a mediação entre centro e periferia referente as demandas dos moradores do território colonial. Na ausência das fontes seriadas (registros de batismo, óbito e casamento), essas cartas revelam as características e modos de vida dos suplicantes, as famílias e pertences como indicativo de um cabedal que evidencia as condições estruturais para o cumprimento da lei. Através dos indícios, foi possível estabelecer os vínculos familiares construídos durante esse processo. Por mais que não tenha essas fontes seriadas evidenciando esses laços parentescos, as cartas avulsas permitiram desnudar em partes algumas lacunas que as cartas de sesmarias não revelavam no escrito. Afinal “se a realidade é

⁵ Ver CABRAL, Antônio Vanguerve. *Em que se trata a praxe para se fazerem as medições de terras, por outro nome os prédios rústicos, que se chama em direito, Praxis finium regundorum*. In: **Pratica judicial muito útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitao causas nos Auditorios, de hum e outro foro**. Tomos I e III. Lisboa, Na Officina de Josph Lopes Ferreira, Anno MDCCXV [1715]. 486-488p.

opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (GINZBURG, 1989, p. 177)

Como exemplo da mediação centro e periferia, o estudo de caso da família Vieira de Carvalho e a família Rêgo Monteiro aponta para questões jurídicas referentes a dívida e acesso à terra. O requerimento de Maria do Rêgo Monteiro e seus filhos Custódio e Floriano solicitaram a aprovação das contas pagas referentes às dívidas do seu marido Hilário Vieira de Carvalho que foi contratador dos dízimos reais do triênio de 1740-42. Vale salientar sobre a importância desses indícios na documentação, tendo em vista que não só o requerimento revela de quem a suplicante é viúva, mas o documento apresenta de quem ela é filha e a qualidade social de seu pai que é o Capitão-mor Manoel do Rêgo Monteiro, antigo arrematador de dízimos no Piauí nos anos de 1719-21. Os indícios apontam que o sesmeiro Hilário Vieira de Carvalho é de uma família relativamente importante que ocupou cargos e fez matrimônio com uma família importante como os Rêgo Monteiro.⁶

Esse documento é datado em 1767, consta num acervo referente a uma capitania periférica como Piauí e podemos destacar como os tramites representava o território de jurisdição da capitania do Maranhão enquanto região administrativa central aos olhos dos colonos de regiões distantes. A descrição do documento revelou a união de duas famílias importantes no processo de interiorização dos sertões do norte. A atuação desses indivíduos na sociedade é deveras necessária para a compreensão da relação dos súditos com a Coroa. Manoel do Rêgo Monteiro foi arrematador de dízimos com a ajuda do sargento-mor Feliciano Pereira Bacelar e posteriormente Capitão-mor do Piauí. Casado com Maria da Encarnação, Manoel teve seis filhos sendo cinco deles donos de sítios e fazendas.⁷

A exemplo disso, na carta de sesmaria de Manoel do Rêgo Monteiro, o suplicante morador da Capitania do Piauí, contratador dos dízimos reais nos anos de 1719-21, chegando a arrendar 47 mil cruzados e nos anos 1725-27, arrendou 75 mil cruzados. Essas informações sobre a atuação eram sempre especificadas nas petições como forma de mostrar que o suplicante era um sujeito influente na região. A localização da terra chamou a atenção, pois os lugares de referência é o rio Itapecuru acima cujo o sítio se chama Lagoa. Sobre suas posses, no documento consta gados, escravos e éguas em grande quantidade que justifica o pedido de três léguas em quadra.⁸

⁶ Disponível nas documentações Avulsas do Projeto Resgate: AHU- PI-PA, Cx. 10, doc. 583.

⁷ Disponível nas documentações Avulsas do Projeto Resgate: AHU- MA-PA, Cx. 14, doc. 1455.

⁸ Ver BENATTI, José Helder. *Capitão-mor Manoel do Rêgo Monteiro*. In: **Coleção ITERPA, Século XVIII. Plataforma Rosepepe**. v. 04. Disponível em: <http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/> . 2010.

Falecido entre 1732 e 1734, Manoel do Rêgo Monteiro deixou seis herdeiros. Nesse caso, especula-se que o papel de Hilário Vieira de Carvalho que faz o requerimento de uma data de sesmaria situada no rio Itapecuru, afirmando ser descobridor das terras e dono de um sítio chamado Lagoa, supostamente estaria requerendo a terra do sogro.

Vale destacar que as concessões de terras contribuíram significativamente para a mobilidade entre as capitanias. Sobre essa questão Russell-Wood aponta que “o século XVIII foi um período de intensa movimentação em toda a colônia. Esta mobilidade refletia um espírito empresarial generalizado e dinâmico que abria novas oportunidades e novas fronteiras, mas que também concorria para a instabilidade e a inquietação civil.”(RUSSEL- WOOD, 1998, p. 16) Exemplo disso é o residente da Vila da Mocha, Hilário Vieira de Carvalho que solicitou três léguas de comprimento e três de largura junto com seus filhos Custódio Fecundo Monteiro e Floriano Fecundo de Carvalho. A filha de Manoel, Maria do Rêgo Monteiro supostamente herdaria parte dos bens e o seu marido estaria reivindicando essas terras. Porém, os requerimentos de confirmação de data de sesmaria foram rejeitados por excederem os limites de três léguas por uma estabelecidos pela Ordem Régia de 7 de dezembro de 1697. Sobre esse regimento, estabeleceu-se que as concessões de terras deveriam medir três léguas de comprimento por uma légua de largura.⁹

Na carta de despacho do Conselho Ultramarino consta o nome de cinco sesmeiros: Hilário Vieira de Carvalho, Custódio Fecundo Monteiro, Florianno Fecundo de Carvalho, André Moreira de Souza e José Vieira Escobar fizeram o requerimento de confirmação régia em junho de 1738. A questão é que no requerimento, os suplicantes excederam os limites definidos pela Ordem Régia. A variação desse excesso foi de três léguas compridas para uma e meia de largura até três léguas de largura, ou seja, tiveram de três por um e meio até três por três léguas. Essa gestão sobre o território colonial através da concessão de terras pode ser entendida através da relação com a autoridade. Essa questão é apontada por Shils de forma que:

Tanto a autoridade como o território transmitem a ideia de potência, de “exercício da autoridade”, a sensação da capacidade de fazer coisas vitais, de uma conexão com acontecimentos intrinsecamente importantes. Aqueles que sentem a necessidade política ou de civilidade pensam que a autoridade possui essa relação vital com o centro a partir do qual emana uma ordem adequada. Aqueles que estão ligados, de perto e positivamente à autoridade, quer através do seu exercício quer por ligações pessoais, são geralmente vistos em consequência dessa ligação como possuindo uma relação vital com

⁹ Disponível nas documentações Avulsas do Projeto Resgate: AHU- MA-PA, Cx. 25, doc. 2631.

o centro, local do sagrado, da ordem que confere legitimidade. (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 16)

O Conselho Ultramarino enviou uma carta respondendo ao governador João de Abreu Castelo Branco, referente à não confirmação das cartas de data de sesmaria concedidas aos respectivos sesmeiros acima citados afirmando que “se escusou a confirmação delas por excederem as datas das ditas sesmarias as Ordens de sua Majestade.”¹⁰ Neste caso, Hilário Vieira de Carvalho, antigo morador da Capitania do Piauí, afirmava ser descobridor e povoador da região em torno do Rio Itapecuru em 1735, na qual possuía um sítio chamado Lagoa e fez um requerimento de confirmação de data de sesmaria. Seus filhos, Florianno Fecundo de Carvalho e Custódio Fecundo Monteiro, também fizeram requerimento de confirmação. Florianno Fecundo era dono do sítio denominado de Santa Anna que se localizava acima do Rio Itapecuru, assim como o Custódio Fecundo que possuía o sítio chamado São Domingos que se localizava acima do Rio Itapecuru.

Tanto Hilário Vieira de Carvalho como os seus filhos residiam próximo à Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da vila da Mocha. Na carta de sesmaria dos irmãos Fecundo, ambos apresentam a justificativa de criação de gado *vacuns e cavalares* e que seu pai Hilário Vieira de Carvalho descobriu as terras em 1737, afirmando que estava inculta e deserta. Em ambas as cartas, afirmam também que seu pai povoou a região com seus rendimentos e já cultivava neste lugar. Ambos os sesmeiros pediram confirmação régia de três léguas de comprimento e três léguas de largura e tiveram o pedido rejeitado pela Coroa Portuguesa.

Em 1740, constata-se que os mesmos sesmeiros fizeram outro pedido de carta de sesmaria respeitando as devidas exigências da ordem régia, na qual requeria três léguas por uma de largura. A confirmação régia é um fator de legitimidade do usufruto da terra, possuir tal documentação é uma garantia da titularidade da terra que está sendo usufruída. A relação centro e periferia nas concessões das terras demonstra o quanto esse processo “(...) que é um constituinte da territorialidade, possui propriedades semelhantes, e aqueles que exercem autoridade através do controle da terra sempre foram vistos como gozando de um estatuto especial na sua relação com o núcleo do sistema central de valores.” (SHILS, 1992, p. 60) Por isso a importância da confirmação régia é deveras importante para a manutenção e sustento da posse da terra.

Apesar de solicitarem novo requerimento, não foi encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino se os sesmeiros obtiveram a confirmação régia e nem foram encontrados os autos

¹⁰ Disponível nas documentações Avulsas do Projeto Resgate: AHU- MA-PA, Cx. 26, doc. 2638.

de demarcação e de posse da terra. Porém, a investigação se de fato ocorreu ou não as devidas demarcações ainda é uma especulação dentro da pesquisa. A evidência das dificuldades dessa diligência está relacionada à carta do governador João de Abreu Castelo Branco encaminhada ao rei Dom João V, em resposta à provisão sobre o processo de demarcação das sesmarias. Essa carta consistia em ratificar a necessidade de mostrar a complexidade de se realizar essa tarefa, principalmente em razão de que os Provedores da Fazenda Real receberiam a posse para serem juízes de demarcações de terras de sesmarias desde muito tempo.¹¹ Por meio de carta, explica-se que “a maior parte dos sesmeiros da dita Capitania não tem demarcado as suas terras, sendo a causa disto o possuírem maior quantidade das que se lhe concederão”.¹²

No reinado de D. José I, o rei determinou que os sesmeiros que tivessem datas com confirmação régia são obrigados a demarcarem dentro de seis meses, e não o fazendo, proceder se nas ditas demarcações a sua revelia e a sua custa. Ora, a demarcação era um procedimento que deveria ser realizado antes da confirmação. Porém, diante das dificuldades de locomoção e a demora que ocorria para autorização e nomeação dos agentes encarregados do processo, o regime sesmarial apresentava determinadas brechas com relação à ordem dos procedimentos. Inclusive, o governador explicou que os próprios sesmeiros a sua própria custa poderiam demarcar suas terras e que seis meses seriam pouco tempo para realizar essas demarcações. Sobre a questão do tempo para realização das demarcações, o tempo melhor estipulado seria de um ano para que os sesmeiros do Estado do Maranhão e Grão-Pará pudessem realizar essas demarcações. Ao se depararem com a grande quantidade de sesmeiros que não haviam demarcado suas terras, as ordens da Coroa Portuguesa eram de não conceder terras sem a realização das demarcações.

Nos livros dos registros da provedoria da Capitania, segundo o provedor da Fazenda Real, encontravam-se muitas datas de terras registradas, confirmadas pelo monarca, sendo que a maior parte dos sesmeiros não tinha ainda demarcado. A Coroa argumenta que a omissão da Provedoria da Fazenda Real negligência a questão das demarcações e que muitos sesmeiros não demarcam suas terras por possuírem “mais de quatro, cinco, e seis léguas e receiam-se que demarcando-se, darão ocasião a que outros peçam as sobras das ditas terras”.¹³ Por acreditar que o poder esteja fazendo “vista grossa” diante da falta de demarcação das terras, o

¹¹ Na documentação avulsa consta que os provedores estão sob a posse de serem juízes de demarcação e que as terras da capitania do Maranhão e do Pará não têm demarcado as terras em razão de não deixar os espaços vazios para um possível morador requerer data de sesmaria destas sobram. Ver AHU-MA-PA, Cx. 26, doc. 2638.

¹² Disponível nas documentações Avulsas do Projeto Resgate: AHU- MA-PA, Cx. 26, doc. 2618.

¹³ Ibid.

Conselho Ultramarino ressaltava que isso poderia causar prejuízo para a Fazenda Real e aos sesmeiros que querem ter uma terra para cultivar. Visto que quanto maior o número de sesmeiros, maior será a cobrança dos dízimos possibilitando uma arrecadação nas regiões cultivadas.

Portanto, as dificuldades para realização de tal processo refletia desde a distância, os conflitos de interesses, as tentativas de desviar da lei para manter seus domínios intactos. Mesmo diante de novos pedidos de sesmarias, a problemática das demarcações ainda persistiu no território. Isso refletia no conflito entre ter o amparo da lei ao mesmo tempo que os sesmeiros não queriam perder as sobras das terras para outros colonos.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *A orientação dos praxistas e as dúvidas dos ministros nas demarcações de terra no Brasil Colonial (século XVIII)*. In: **Revista de Estudos Jurídicos**. v. 14, n. 2 – Quadrimestral – Montes Claros, MG – mai./ago. 2019 – Montes Claros (MG) : Editora Fundação Santo Agostinho, 2020.

_____. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Historicos* (Rio de Janeiro) , v. 28, p. 247-263, 2015.

BENATTI, José Helder. *Capitão-mor Manoel do Rêgo Monteiro*. In: **Coleção ITERPA, Século XVIII. Plataforma Rosepepe**. v. 04. Disponível em: <http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/> . 2010.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728.

CABRAL, Antônio Vanguerve. *Em que se trata a praxe para se fazerem as medições de terras, por outro nome os prédios rústicos, que se chama em direito, Praxis finium regundorum*. In: **Pratica judicial muito útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitao causas nos Auditorios, de hum e outro foro**. Tomos I e III. Lisboa, Na Officina de Josph Lopes Ferreira, Anno MDCCXV [1715]. 486-493p.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão** / Maria do Socorro Coelho Cabral. – 2º ed. – São Luís: Edufma, 2008. 178p. (Coleção Humanidades, n. 5)

Carta Régia de 7 de dezembro de 1697. IHGB/ Arq. 1.2.24 - Tomo V, pág. 213 v.

GINZBURG, Carlo. Sinais: *Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____ **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história** / Carlo Ginzburg ; tradução : Federico Carotti. – São Paulo : Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 3, nov. 2006, p. 95-116. Disponível em: <<http://www.panoptica.org>>.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas** / Ruy Cirne Lima. -5ªed. – Goiânia: Ed. UFG, 2002. 116p.

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: **Domínios da História** / Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 155- 175.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002. v.1. 200p.

MOTTA, Márcia M. M. **Sesmarias e o mito da primeira ocupação**. Justiça e História. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, n. 7, v. 4, 2004.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 18, n. 36, 1998.

SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: DIFEL, 1992

VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)** / Ronaldo Vainfas (organizador). – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

**A GRANDE DEVASSA DE TERRAS NA CAPITANIA DO PIAUÍ: SESMARIAS,
CONFLITOS E CONTROLE RÉGIO NO SERTÃO (1753-1762)**

Carmen Alveal

Conflitos pela posse da terra foram recorrentes no período colonial. Apesar de vastas terras, ocupadas por diversos grupos indígenas, serem consideradas “livres” para conquista e ocupação, havia uma disputa pelas melhores áreas, de preferência perto de água, e que tivesse boa capacidade de cultivo ou ao menos criação de gado. Ademais, garantir terras que pudessem revelar minerais para exploração também sempre foi uma tática usada pelos conquistadores. Daí, as tentativas de domínio de muitas áreas, ocasionando a acumulação de terras fosse por meios legítimos ou não foi uma constante na América portuguesa. Este artigo propõe analisar uma tentativa de a Coroa lusitana resolver conflitos nos sertões do Piauí que duraram quase uma centúria, iniciando-se na década de 1680, e, prosseguindo até meados do século XVIII, quando o ano de 1753 foi emblemático pela promulgação de uma ordem régia que tentou resolver o problema, mas que ainda se arrastou por algumas décadas. Como resultado desse novo ordenamento real, uma devassa foi realizada para levantar os proprietários de terras dos sertões do Piauí em 1760. No centro destes conflitos estão as famílias originadas por Domingos Afonso Sertão e Francisco Dias Ávila.

1. As primeiras terras: as gigantescas sesmarias nos sertões do Piauí

A ideia apresentada pelos dois estudos clássicos sobre a trajetória da família Dias D'Ávila – o primeiro de Pedro Calmon, de 1958, o segundo de Luiz Moniz Bandeira, de 2000 – podem contribuir para a compreensão da conquista de uma parte da fronteira interna da América Portuguesa. Ambos estudos, embora produzidos em momentos bem distintos, valorizam a trajetória da família ressaltando sua importância para a História do Brasil. Apesar do alerta feito pelo historiador Ângelo Pessoa, em seu livro *As Ruínas da Tradição* (2017), de que não se deve perceber os Dias D'Ávila como modelo familiar da colônia, mas como uma exceção, acreditamos que ela seja emblemática para entender o processo de povoamento dos sertões e, sobretudo, de expansão dessa fronteira. Essa afirmação se deve a dois fatores: o primeiro, pela família ter recebido muitas terras; o segundo, por estar envolvida em inúmeras denúncias que a acusavam de vexações e opressões, no momento em que expulsava posseiros ou passava a cobrar-lhes rendas. Alguns estudos já mostraram o quão problemático foi a

ocupação de terras por meio de sesmarias (Motta, 2009; 2008; Nozoe, 2014; Neves, 2005; Roland, 2018).

Pretende-se agora mostrar como a família adquiriu inúmeras terras, por meio de sesmarias, que passaram a constituir o patrimônio da chamada Casa da Torre. Sabe-se que a primeira sesmaria foi recebida no século XVI. Tais terras ficavam localizadas na capitania da Bahia, em direção ao São Francisco. Apesar de receberem outras sesmarias ao longo do seiscentos, no final do século XVII, observa-se um incremento substancial na década de 1680, mais precisamente nos anos de 1683-84. Interessante notar que foram sete cartas de sesmarias solicitadas na capitania de Pernambuco, sendo seis doadas pelo mesmo governador, Dom João de Souza e a outra concedida por João da Cunha Souto Maior, esta em 1688. Pouco se sabe sobre o governador João de Souza. Evaldo Cabral de Mello, baseado em Loreto Couto em seu “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, assevera que a população da capitania de Pernambuco tinha certa simpatia por ele, mas não expõe os motivos (Mello, 2003).

Uma questão que se coloca é: por que a família d’Ávila solicitou tantas sesmarias ao governador de Pernambuco, uma vez que, além de viverem na capitania da Bahia, tinham relações melhores com as autoridades daquela capitania? Uma hipótese é de que a noção espacial sobre as terras solicitadas é que pertenceriam à capitania de Pernambuco, cuja área, supunha-se, alcançava os sertões do Piauí, uma vez que o próprio doação da capitania Duarte apenas indicava a extensão de 60 léguas em relação ao litoral, mas era vaga sobre o alcance para o interior (CHORÃO, 1999). Ademais, noção da fronteira indo em direção ao oeste como uma extensão de Pernambuco parece que estava no universo mental dos conquistadores. Algumas cartas datadas de 1713 e 1715 ainda colocam em dúvida a questão da jurisdição dos sertões do Piauí, se a Pernambuco ou ao Maranhão. Assim, na década de 1680, em plena expansão, também não se tinha uma certeza espacial desses sertões e os conquistadores solicitaram terras ao governador de Pernambuco para as bandas do Piauí por acreditarem ser sua jurisdição.

Francisco Cosentino contribui com uma possível pista ao mencionar rapidamente o governador João de Souza (Cosentino, 2016). Ele era o segundo filho do 1º marquês das Minas e tinha um status elevado. O detalhe importante é que ele é o segundo filho do marquês. O primeiro filho, António Luís de Sousa Telo de Meneses, mais conhecido como António de Sousa, o futuro 2º marquês das minas e irmão de D. João de Sousa, foi governador-geral do Brasil entre 1684 e 1687. O irmão governou Pernambuco entre 1682 e

1685. No mínimo, os irmãos foram governadores ao mesmo tempo durante um ano. Talvez isso explique a concessão das sesmarias aos Ávila, e possivelmente o irmão tenha solicitado que ele as concedesse.

Quadro 1 – Sesmarias concedidas à família Ávila

Data da concessão da Sesmaria	Nomes citados	Autoridade que doou	Quantidade de léguas
23/08/1621	Francisco Dias Ávila	Luís de Sousa (BA)	10
23/05/1654	Garcia d'Ávila	João Rodrigues de Sousa(BA)	6
2/01/1659	Garcia d'Ávila, Padre Antonio Pereira, Catarina Fogaça, Francisco Dias 'Ávila, Bernardo Pereira	Francisco Barreto (BA)	50
10/09/1683	Antonio Guedes de Brito, Francisco Dias d'Ávila e seus herdeiros	Dom João de Souza (PE)	
29/12/1683	Francisco d'Ávila, seu irmão Bernardo Pereira, Domingos Afonso Certão e seu irmão Julião Afonso Serra e seus herdeiros	Dom João de Souza (PE)	12
28/07/1684 ¹	Francisco d'Ávila, seu irmão Bernardo Pereira, Domingos Afonso Certão e seu irmão Julião Afonso Serra e seus herdeiros	Dom João de Souza (PE)	80
13/10/1684	Francisco Dias d'Ávila, seu filho Garcia d'Ávila, Bernardo Pereira Gago, Julião Afonso Serra, Domingos Afonso Certão	Dom João de Souza (PE)	10

¹ Essa semsaria parece ser a mesma registrada na Documentação Histórica Pernambucana, mas a data é de 13 de outubro de 1684. Como nessa coletânea já existe uma sesmaria com a mesma data mas de conteúdo diferente,

acredita-se que houve equívoco na edição.

	e Francisco de Souza Fagundes e seus herdeiros		
12/10/1684	Francisco Dias d'Ávila e Antonio Guedes de Brito e seus herdeiros	Dom João de Souza (PE)	
26/02/1688	Francisco Dias d'Ávila, Garcia d'Ávila, Francisco de Souza Fagundes, Antonio Guedes de Brito, D. Isabel Maria Guedes de Britto e seus herdeiros	João da Cunha Souto Maior (PE)	10
31/08/1695	Leonor Pereira Marinho, Garcia d'Ávila Pereira	João de Lencastre (BA)	12
16/04/1710	Garcia de Ávila Pereira	Francisco de Castro de Portugal e Paula (PE)	3

Fonte: Documentação Histórica Pernambucana, vol. IV, p. 104-106 e 107. Códice [dos Índices dos Livros da Provedoria da Fazenda da Bahia] 155; Códice 42. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Esse levantamento não foi exaustivo e podem haver outras sesmarias, mas o objetivo desse rol é mostrar ao leitor o quanto a Casa da Torre foi beneficiada por meio da concessão de sesmarias, e mais ainda quando se observa a quantidade de léguas se referir a apenas a umas dimensões, não sendo a área, o que uma autoridade iria questionar justamente sobre a imensidão dessas terras.²

Estes dois anos, de 1683-84, representam o período quando a família Ávila aumentou exponencialmente seu cabedal em terras e que resultaria em inúmeros conflitos. Estas sesmarias concedidas em Pernambuco tinham como direção os sertões do Piauí, área que no período não tinha como definido de forma clara a jurisdição do governador geral do Estado do Brasil, muito menos de Pernambuco. Entretanto, cabe lembrar que até pelo menos 1719 o Piauí estava sob jurisdição do bispado de Olinda, uma jurisdição meramente eclesiástica. Como a doação da capitania registrava apenas o litoral, subentendia-se que o limite ao oeste seria a América espanhola ou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com quem ficaria a jurisdição do Piauí. Sabe-se que o caminho que ligava os dois Estados foi fruto de expedições incentivadas pelos dois governos. Ademais, Pedro Puntoni defende que o governo geral

² AHU, Mapa das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí, Papéis Avulsos – Piauí, cx. 1, doc. 1.

estava sempre querendo participar diretamente das guerras de conquista, a guerra contra os índios denominados de tapuias na chamada de Guerra dos Bárbaros, iniciada no último quartel do XVII nas Capitanias do Norte (Puntoni, 2002).

Interessante notar as extensões concedidas, sempre bastante largas. Ressalta-se que até 1697 não havia definição sobre o tamanho das sesmarias a serem doadas, concedendo-se ao requerente o que era pedido, desde que tivesse cabedal. Assim, na prática não havia limites. Somente em fins de 1697 finalmente Dom Pedro II promulgou uma ordem régia estabelecendo a taxa, ou seja, o limite de três léguas de comprimento por uma de largura. Pode-se perceber que, de fato, após esta data, a única sesmaria doada aos Ávila encaixava-se nessa taxa (ALVEAL, 2015)

Além da extensão, é digno de nota a instituição do vínculo de morgadio de parte dos bens da família. Esse morgado foi instituído por Leonor Pereira, em 1681, e tinha como objetivo servir de dote para sua neta Leonor Pereira Marinho.

2. As denúncias das vexações sofridas pelos moradores dos sertões do Piauí

O Arquivo Histórico Ultramarino é depositário de várias representações, petições e relatórios de autoridades coloniais refletindo as queixas contra a opressão da família Ávila sobre os moradores da região. Inclusive, um dos documentos é uma representação da câmara da vila da Mocha.

Em 1739, o rei acusava o recebimento da representação enviada pela câmara da Mocha, na qual denunciavam “as grandes quantidades de terras de sesmarias que possuem naqueles sertões três ou quatro moradores nessa cidade de que resultam daqueles moradores violências e danos”.³ Reclamações como essas também foram feitas pelas câmaras de Jacobina e de Rio das Contas, ambas na capitania da Bahia e envolviam além dos Ávila, outra família poderosa, os Guedes de Brito (ALVEAL, 2012)

O conteúdo dessas representações mostra a prática destes senhores de terras de subjugar os cultivadores daquelas terras, cobrando rendas. Muitos destes cultivadores argumentavam que descobriram as terras ou que estas não se encontravam ocupadas, portanto, não era justo que agora viessem aquelas famílias alegarem que eram as reais possuidoras das terras. Essa prática ficou conhecida como a formação de senhorios coloniais (ALVEAL, 2015; 2017)

³ AHU – Códice 249, fl. 170v.

3. A ordem régia de 1753

Foram essas diversas reclamações que levaram o rei a tomar algumas decisões, junto com os conselheiros do Conselho Ultramarino, ao longo da década de 1740 e, depois, mais precisamente no ano de 1753. O rei tomou uma resolução real em 11 de abril; mas infelizmente não se tem o documento original. Sabe-se dela por uma reunião dos conselheiros, realizada em julho do mesmo ano, que debateram justamente acerca do conteúdo de tal resolução, cuja interpretação entre os conselheiros foi diversa.

A resolução real, a que se tem acesso apenas por meio desse documento, determinava que “os sesmeiros de que se trata [seriam] preferidos nas datas das terras que se não acharem povoadas e cultivadas por eles”. A dúvida que se instaurava era se os sesmeiros teriam preferência em todas as terras, tanto as que eles haviam cultivado como as que haviam sido cultivadas por terceiros como também as que se achavam incultas ou se as terras que se achavam ainda incultas e não cultivadas por outro sesmeiros se devia conceder a outros, uma vez que houve a prescrição do direito dos sesmeiros originais e daí seriam preteridos em relação aos reais cultivadores⁴.

Em consonância com o parecer dos conselheiros Antonio Lopes da Costa e Fernando José Marques Bacalhau, em 20 de outubro de 1753, foi promulgada uma carta régia que respondia diretamente aos anseios das demandas oriundas dos conflitos das décadas de 1730 e 1740. O documento citava nominalmente os maiores sesmeiros do Brasil, que teriam recebido doações de sesmarias gigantescas, como Francisco Dias d’Ávila, Francisco Barbosa Leão, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Souza Fagundes, Antonio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco. A carta ainda afirmava que a medida régia era para evitar “as opressões e prejuízos” dos moradores dos sertões das capitanias da Bahia e de Pernambuco, onde havia “contendas e litígios” pelo fato de aqueles sesmeiros estarem de posse de “um excessivo número de léguas de terra de sesmaria que nulamente possuem por senão cumprir o fim para que se concederam”⁵.

Dessa forma, identificava-se o problema que tinha origem nas extensas sesmarias concedidas na década de 1680, e se tomava conhecimento também de seus proprietários. Mas em sua carta régia, o rei foi mais radical. Resolveu “anular, abolir e copiar todas as datas, ordens e sentenças” relativas às questões de sesmarias. Assim, aquelas sesmarias gigantes

⁴ AHU – Códice 209, fl. 275-276 v.

⁵ LISTA (1ª via) das cartas do Governo da capitania de Pernambuco à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar”. AHU – Papéis Avulsos, Pernambuco, Cx. 165, Doc. 11753.

eram anuladas, tendo que ser verificadas as partes cultivadas pelos sesmeiros e seus vinculados, como foreiros e arrendatários; e as áreas pertencentes às sesmarias originais seriam concedidas por novas graças. O uso do termo graça reforça que a sesmaria era uma mercê; portanto, por vontade régia, podendo vir a ser retirada. As partes incultas da sesmaria original poderiam ser concedidas aos mesmos sesmeiros, também como novas graças, devendo-se observar todas as cláusulas que foram criadas na década de 1690, como limitação de tamanho e confrontações (ALVEAL, 2017).

A carta régia veio, pois, para regular essas grandes propriedades, fixando o direito sobre as áreas de sesmarias que foram cultivadas (tendo seguido a legislação), e com a possibilidade de receberem por nova graça as partes ainda incultas das primeiras sesmarias. Mas também apresentou uma inovação: retirou das sesmarias originais as partes cultivadas por terceiros (que teriam descoberto ou ocupado essas áreas usando seus próprios recursos), incluindo as que foram aforadas ou arrendadas por eles.

O jurista brasileiro, Costa Porto (1985), que estudou detalhadamente o sistema sesmarial, bem como Márcia Motta (2009), que se apoiou nele, também consideraram que os foreiros, os arrendatários (e qualquer outra pessoa que houvesse cultivado a terra) deveriam ser beneficiados pela carta régia de 1753, tendo suas terras reconhecidas em sesmaria. De fato, uma leitura atenta da ordem régia mostra uma crítica feita pelo rei quanto ao direito de conceder sesmarias ser limitado aos capitães donatários (e aos governadores) deixando à margem os sesmeiros, num entendimento de que as partes conquistadas e roteadas por outros eram vistas como fora da alçada do sesmeiro, dado que ele não poderia repartir a terra com outros descobridores.

Mas vale lembrar que a importância da carta régia não se resume ao fato de beneficiar os foreiros e arrendatários; afinal, ela também retirava a parte das sesmarias originais que não eram cultivadas pelos próprios sesmeiros. E para além disso, colocava uma nova situação aos sesmeiros sobre sua preferência acerca das terras incultas, que deveriam agora seguir todas as diretrizes formuladas nas leis complementares elaboradas na década de 1690; e ainda nomeava um desembargador para justamente realizar a verificação das sesmarias nas áreas de conflito (Mocha, Jacobina e Rio das Contas), seguindo aquelas orientações (três léguas de comprimento por uma de largura, sem que fossem contíguas).

A posse, no período colonial, era tanto um fundamento jurídico quanto um costume corroborado pelas leis e pela tradição jurídica e contribuiu para a noção de justo título, temática a que se retornará mais adiante. Apesar de praticamente não existirem sesmarias no

reino desde meados do século XVI⁶, ainda na segunda metade do século XVIII, Mello Freire, considerado o jurista de Pombal, quando da Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, constatou a necessidade de elaboração de uma espécie de manual de direito civil, tarefa que se colocou sob sua responsabilidade. É nesse arrazoado que se contempla, no item sobre o instituto das sesmarias, o postulado do sentido de que as terras dadas em sesmarias, que permanecessem incultas, renderiam uma advertência aos sesmeiros, aos quais deveria ser concedido o prazo de um ano para tal feito. Ao final desse prazo, perder-se-ia o domínio sobreestas (FREIRE, 1789).

Portanto, a posse era defendida sob a alegação de vários argumentos, a saber: 1) a mera posse, sem falar de domínio, sendo apenas uma estratégia de querer defender somente a posse como tal, sem fazer questão da carta de sesmaria; 2) não a posse como tal, mas a descoberta; e não somente a descoberta, mas a ocupação como argumento à garantia do domínio; 3) a terra já foi ocupada por alguém mas não era visível, porque continuou inculta; nesse caso, o cultivador poderia alegar boa fé como o *pro derelicto* e aqui a posse servia como um elemento de usocapião; 4) a posse como elemento para presumir a propriedade do possuidor. Percebe-se, então, que a posse foi uma tradição do ordenamento jurídico português e do direito comum (*ius commune*) e foi inclusive o argumento principal utilizado pela Coroa portuguesa nos limites consolidados pelo Tratado de Madri, em 1750, sob o argumento do *uti possidetis* naquele período, correlação nunca explorada pela historiografia⁷.

4. A devassa de 1760-1762

Em decorrência da ordem régia de 1753, foi ordenada a realização de uma devassa que verificasse as terras dos sertões do Piauí, para saber quais eram oriundas do patrimônio da família de Domingos Afonso Sertão e de Francisco Dias Ávila. Embora desde a promulgação desse ordenamento real houvesse a indicação da necessidade imperiosa de realizar este levantamento, uma diligência ocorreu apenas em 1760.

Esta diligência foi executada por Francisco Marcelino de e nela foi descrito um rol com todos os possuidores de terras e suas porções, mencionando as que tinham origem nas

⁶ Lamenta-se o fato de os historiadores portugueses não investigarem as sesmarias nos séculos XVI e XVII, acreditando que elas fossem um fenômeno medieval e que o estudo de Virgínia Rau fosse definitivo, pois, nas Cortes de 1642, o “povo” de Palmela defendia o instituto das sesmarias, quando do discurso sobre a possibilidade de se terminar com o sistema de sesmaria, conforme colocado no segundo capítulo. Argumentava-se que era de grande utilidade e que nunca as terras estavam sendo tão cultivadas. Consultar Cortes, vol. 13, 1642, fl. 21-21, ANTT. Consultar também RAU, 1982.

⁷ Posteriormente, a definição da fronteira teria outro viés. Sobre isso, consultar GOES FILHO, 1999.

datas anuladas, ou seja, aquelas terras dadas em sesmarias aos seguintes proprietários: Antônio Guedes de Brito, Francisco Dias Ávila, Bernardo Pereira gago, Francisco de Souza Fagundes e Domingos Afonso Sertão, nomes mencionados na ordem régia de 1753. Entretanto, o desembargador alertou de início que por aquelas bandas havia terras apenas de Francisco Dias Ávila e Domingos Afonso Sertão. Os outros dominavam terras nas Capitanias da Bahia e de Minas Gerais. Portanto, o protagonismo nos sertões do Piauí era dos Ávila e Sertão, este junto com seu irmão Julião Afonso Serra, administrador das capelas de Sertão após sua morte. Uma quarta parte das terras de Sertão eram administradas pelos jesuítas.

O desembargador realizou um percurso gigantesco, levantando 697 fazendas, sítios e roças. Foi indicado que das fazendas da Casa da Torre que foram anuladas, conforme obrigava a ordem régia de 1753, apenas 5 foram anuladas. Entretanto, esta anulação fica dúbia, uma vez que três destas fazendas, a titular da Casa da Torre naquele período, Dona Ignácia de Araújo Pereira, as vendeu ao seu procurador. Uma quarta foi arrematada e uma foi dada por meação da mulher de Francisco Dias Ávila, agora casada com Pedro de Albuquerque. Não foram encontrados documentos que expliquem melhor como ocorreram essas transferências. Apenas se tem essa indicação de que estas cinco fazendas anuladas foram passadas a seus novos proprietários por meio de compra, arrematação e meação. Poder-se-ia considerá-las como anuladas?

Já com relação às fazendas de posse de Julião Afonso Serra também há dubiedade. As terras foram herdadas pelo sobrinho Domingos Afonso Jorge que foi casado com Antônia Florência de Jesus, que era viúva à época da diligência. Eram 6 fazendas que foram anuladas, sendo três vendidas a Antonio Pereira Sampaio e João Rodrigues Bezerra, uma vendida a Manoel Paes de Brito, outra vendida aos jesuítas e no momento da diligência comprada por Luiz Miguel dos Anjos, e finalmente uma última executada dos jesuítas e agora de posse de João de Rego Castelo. Cabe lembrar que os jesuítas foram expulsos de todo o império português.

Ainda do espólio do renomado sertanista Domingos Afonso Sertão, havia aquelas terras que ele teria povoado e pertenciam a capelas instituídas por ele. Havia 6 na ribeira do Canindé e 14 na ribeira do Piauí. Não fica claro o que houve com elas. Portanto, ainda há que se tentar descobrir mais evidências para se entender este processo de suposta anulação.

Sobre o restante das fazendas e roças listadas, uma vez que são centenas, separamo-nas em freguesias.

Quadro II- Número de fazendas e roças por freguesia

Freguesia/local	No. de fazendas	No. de roças	Observação
Nossa Senhora do Livramento da vila doParnaguá (no entorno da vila)	48		
Sítio da paróquia onde se fundou a vila deNossa Senhora do Parnaguá	30	22	As roças pertenciam a 20 pessoas, sendo um crioulo e 2 pretas forras. Duas pessoas possuíam mais deuma roça
Santo Antônio da Gurguéia da vila de Jerumenha do Piauí	68		
Nossa Senhora do Carmo da Piracurucada vila de São João da Parnaíba	96		
Santo Antônio do Serobim da vila de Campo Maior	99		
Nossa Senhora do Desterro do Rancho doPrato da vila de Marvão do Piauí	75		
Nossa Senhora da Conceição dos Aroazesda vila de Valença do Paiuí	76		Dentro de uma dasfazendas havia 14 roças
Nossa Senhora da Vitória da cidade deOeiras	174		Estas foram listadas em 4 ribeiras
Total	666		

Fonte: AHU-Papéis Avulsos Piauí. Ofício do [desembargador], Francisco Marcelino de Gouveia, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Mendonça Furtado], enviando uma relação de todos os possuidores de terras no Piauí. Cx. 8, Doc. 513

O total de 666 fazendas do quadro, somado às terras específicas da Casa da Torre que foram anuladas (cinco), das também anuladas que eram de posse de Julião Afonso Serra (seis) e aquelas terras instituídas em capela por Domingos Afonso Sertão (vinte) totalizam as 697 calculadas inicialmente pelo percurso do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia.

5. Considerações finais

O processo de opressão e vexação perpetrado por Domingos Afonso Sertão e por Francisco Dias Ávila e seus descendentes foi um longo período no qual camponeses eram forçados a pagar rendas compulsoriamente pelo uso da terra, quando não se tinha certeza de que aquelas famílias poderosas eram de fato tinham domínio sobre aquelas posses. Ademais, a ordem régia de 1753, apesar de algum efeito prático, o levantamento feito pela diligência de 1762 revela ainda bastante concentração de terra. Entretanto, também revela a existência de algumas roças realizadas por pessoas de cor, mas também possuidores de engenho.

Referências bibliográficas

ALVEAL, Carmen. As vexações e opressões dos senhores coloniais e a constituição da carta régia de 1753 no Brasil colonial: a tradição da posse e o justo título. *Outros Tempos* (Online), v. 14, p. 158, 2017.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformação na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p.247-263, jul. 2015.

ALVEAL, Carmen. A eficácia da ordem régia de 1697 na zona de pecuária das Capitanias do Norte. In: Márcia Motta & Monica Piccolo. (Org.). *O domínio de outrem. Posse e propriedade na Era Moderna (Portugal e Brasil)*. 1ed. São Luís: Editora UEMA, 2017, v. 1, p. 69-90.

ALVEAL, Carmen. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). *Revista Brasileira de História* (Online), v. 36, p. 1-20, 2016.

ALVEAL, Carmen. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa. *Saeculum* (UFPB), v. 26, p. 1-16, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma Dinastia de Pioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

COSENTINO, Francisco Carlos. Governabilidade, negociação e ações de poder nos trópicos brasílicos. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (século XVI-XIX). Recife: EDUFPE, 2016. pp. 15-50.

FREIRE, Pascoal de Melo. Instituições de direito civil português. Livro I, p. 52, 1789.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. rev. São Paulo: Ed.34, 2003.

MOTTA, Márcia. Direito à terra no Brasil. A gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Estrutura fundiária e dinâmica mercantil. Alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2005.

NOZOE, Nelson. A aplicação da legislação sesmarial em território brasileiro. Estudos Historicos, ano VI, n. 12, jul. 2014.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Família e propriedade no nordeste colonial. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

PORTO, Costa. Estudo sobre o sistema sesmarial. Recife: Imprensa Universitária, 1965

PUNTONI, Pedro. A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAU, Virgínia. Sesmarias medievais portuguesas. Lisboa: Presença, 1982.

ROLAND, Samir Lola. Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História).Belém,UFPA,2018.

O 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA: OS PROBLEMAS E POSSIBILIDADES DE UMA NOVA DISCIPLINA

Carolini Pereira Santana¹

Atualmente, concentram-se nas universidades as pesquisas históricas feitas no Brasil. Porém, no início dos anos 1960, a estrutura dos cursos da área ainda estava organizada para a formação de professores do ensino básico e médio, o trabalho de análise e investigação de fontes ainda ocorria, majoritariamente, nos institutos históricos regionais. As faculdades, mesmo em expansão no período, cresciam desordenadas e isoladas, faltavam recursos, os programas eram antiquados e, principalmente, impunha-se o problema da inflexibilidade das cátedras (LINHARES, 1962, p. 166). A rigidez e atraso do sistema universitário, em comparação com a encontrada no exterior, culminaram em intensos debates acerca das carências do ensino e da inadequação dos programas (NASCIMENTO, 2013, p. 237).

Nesse cenário, a implementação das disciplinas teóricas no currículo dos cursos superiores era um campo de batalha no qual disputavam aqueles que defendiam a modernização dos programas rumo à cientificidade e aqueles atrelados à historiografia mais conservadora. A década de 1960 foi, assim, crucial no processo de elaboração das disciplinas introdutórias e teóricas nos currículos. Os debates foram longos e, na maior parte das vezes, inconclusivos, pois o período foi marcado pelo “entrecruzamento de vários dualismos quanto às formas de entender a História do Brasil: teórico-interpretativo, historiográfico e o acadêmico” que dificultavam a conformidade entre as ideias e expectativas sobre o curso (FALCON, 2011, p. 20).

Esse crescente tensionamento fez dos congressos espaços de reivindicações, circulação de ideias, troca de experiências e aproximação e atrito entre intelectuais e profissionais da História. O registro desses encontros, publicados em forma de anais, nos fornecem um bom panorama dos questionamentos e embates que nortearam o processo de institucionalização do conhecimento histórico. Dessa forma, os anais do *1ª Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* (EBIEH) são um grande inventário das discussões travadas entre os professores de Introdução aos Estudos da História (doravante IEH).

¹ Mestranda - UFRRJ. Endereço de e-mail: carolinisantana@gmail.com.

O 1º EBIEH ocorreu em Nova Friburgo, município da Região Serrana do Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 13 de julho de 1968. Organizado pela APUH e pelo departamento de História da UFF, contou com representantes de 9 estados brasileiros, 37 universidades e 4 professores estrangeiros, num total de 98 participantes. Embora dispusesse, majoritariamente, de membros vindos das Regiões Sudeste e Sul, o evento pretendia ser a primeira oportunidade de troca de experiências e debate sobre os programas entre professores, sendo “o início de nova e longa caminhada para a afirmação do pensamento nacional também neste ramo do saber humano” (ESPOSEL, 1970, p. 3). Sua convocação objetivou a troca de experiências docentes, o confronto entre as metodologias de pesquisa e, principalmente, buscou expor os principais problemas e desafios em lecionar essa recém implementada disciplina.

A jornada acadêmica compreendeu a conferência de abertura, com palestra de José Honório Rodrigues, oito sessões de estudo e a mesa solene de encerramento. Os temas debatidos no encontro foram: os problemas da nova disciplina; seu valor na fundamentação da ciência histórica; sua relação com as técnicas auxiliares; a pertinência como ensinamento introdutório; a interdisciplinaridade; e a adequação do seu currículo. A escolha desses temas se relacionava com o objetivo do evento de estimular a discussão sobre os programas, a divulgação de dados técnicos e a definição de um embasamento teórico para a Introdução aos Estudos Históricos.

A primeira sessão de estudos do EBIEH intitulada “A Introdução ao Estudo da História como Teoria do Conhecimento Histórico” e apresentada pela professora Maria Clara Rezende Teixeira Constantino² propôs debater a separação das dimensões pragmáticas e teóricas do trabalho histórico (CONSTANTINO, 1970, p.33). Para a professora, não faria sentido sobrepor o sentido prático da profissão à reflexão filosófica, pois caberia à teoria pôr em evidência as características fundamentais da História. Limitar o trabalho histórico ao seu sentido mais prático teria relegado a historiografia brasileira a pouca ou nenhuma reflexão.

Em sua fala, a autora estabelece uma divisão entre teoria e prática histórica, em que a primeira (teoria) precederia a segunda (prática), uma vez que seria a responsável pela reflexão epistemológica e definidora dos limites da historiografia. Maria Clara Constantino se baseava em autores alemães como Johann Gustav Droysen, Theodor Mommsen, Wilhelm Dilthey e Wilhelm Windelband, que diferente dos franceses, afirmam que a filosofia é o fundamento

² Nascida em Portugal e formada em Filosofia, Maria Clara Rezende Teixeira Constantino (1929 - ?) era professora de Introdução ao Estudo da História e Filosofia da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos (SP), cargo que já havia ocupado em 1963 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP).

das ciências humanas. A disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, então, deveria ser atrelada à reflexão filosófica como forma de apontamento dos problemas do campo, de sua cientificidade e limites. Ademais, deveria ser o modelo de reflexão epistemológico europeu a nortear a modernização do trabalho teórico do historiador brasileiro. Portanto, o ensino IEH não faria sentido se não estivesse relacionado à filosofia.

A pauta da sétima sessão do evento, organizada pelo professor Victorino Félix Sanson³ e denominada “Filosofia e História”, se assemelhava ao trabalho de Maria Clara Constantino, pois também propunha a aproximação da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos ao campo filosófico (SANSON, 1970, p. 201). Assim como Constantino, Victorino Sanson acreditava que o estatuto científico da história era dependente do pensamento filosófico. Caberia à disciplina de IEH a tarefa de aproximar a história da filosofia promovendo assim o “estudo da natureza da investigação histórica”. A filosofia teria, segundo Sanson, muito o que ensinar à história, elevaria seu *status* científico e promoveria a reflexão teórica. No entanto, diferente de Constantino, que buscava estimular o pensamento filosófico a partir da história, Victorino Sanson propunha transformar a disciplina em um curso introdutório de filosofia.

Na abertura dos debates da sessão, o professor propôs três questões, a primeira relacionada à pertinência da filosofia no curso superior de história, a segunda sobre a formação do professor de IEH (um filósofo ou um historiador?) e, por último, indagou qual seria a posição ideal da disciplina na grade curricular. Os debatedores, no entanto, não se mostraram inclinados à proposta de aproximação entre história e filosofia. Eles reafirmaram a importância do pensamento teórico para a formação de um bom professor e pesquisador, contudo, a maioria foi cética quanto à intenção de Sanson em transformar a disciplina em um curso filosófico. Quando novamente perguntado sobre a formação necessária do professor de IEH, Sanson admitiu que o melhor seria que fosse ministrado por um filósofo; já para os presentes, tamanha aproximação acabaria por prejudicar as duas áreas de conhecimento (SANSON, 1970, p. 201-214).

Publicado junto ao Apêndice II nos anais do evento, o programa da Universidade Federal Fluminense de Introdução aos Estudos da História, ministrado por Victorino Sanson, torna evidente as pretensões curriculares do professor (SANSON, 1970, p. 201-217). A primeira parte do curso da UFF era denominada “Propedêutica da História” e se direcionava à

³ Victorino Félix Sanson (1924 – 2005) era filósofo e pesquisador de história da filosofia antiga, trabalhou como professor na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de Caxias do Sul.

reflexão teórica, aos estudos sobre o conceito de História e à evolução historiográfica através dos séculos. Na segunda parte do curso, chamada “Metodologia da História”, seriam debatidos heurística, crítica histórica e síntese. Por fim, seria abordado as “ciências auxiliares da história”. Esse último conteúdo foi tema da exposição de Cecília Maria Westphalen.⁴ Intitulada “A Introdução ao Estudo da História e as Técnicas Auxiliares do Historiador”, a sessão de estudos abordou, basicamente, o assunto da modernização dos cursos de História (WESTPHALEN, 1970, p. 61). Para Cecília Westphalen, a renovação da profissão partiria da estruturação de disciplinas direcionadas a formar alunos aptos ao trabalho de pesquisa. O trabalho com as técnicas auxiliares proporcionaria à História a suspensão de seu isolamento científico e integração às dinâmicas da cientificidade contemporânea, pois “essa aparelhagem técnica conferiria credibilidade ao trabalho do historiador perante as demais ciências” (WESTPHALEN, 1970, p. 72).

A disposição de IEH deveria ter como objetivo principal propagar o método científico entre os historiadores em formação. A disciplina necessitaria, por conta dessa exigência, possuir um caráter eminentemente prático no qual seriam desenvolvidos trabalhos de catalogação de obras históricas e contato constante com fontes primárias, no qual os alunos teriam acesso diário à pesquisa nos departamentos de História. Assim, Introdução aos Estudos Históricos era a disciplina mais apropriada para estimular a renovação metodológica, pois além de promover a inserção das universidades no debate global, também permitiria a aplicação de novas metodologias, a renovação conceitual e o diálogo com outras áreas das ciências sociais.

De acordo com Daiane Machado, Westphalen teve no historiador Fernand Braudel um intelectual basilar para a formação de seu pensamento histórico. Segundo Machado, a maior parte dos argumentos usados pela autora no evento são oriundos de seu contato com o artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”, de Braudel (MACHADO, 2016, p. 115). Romper com a historiografia positivista e promover a renovação da história era postura que bebia do que era considerado história científica pelos franceses da segunda geração dos Annales. Dessa forma, “alcançar uma verdade objetiva do passado era um valor fundamental na sua prática como pesquisadora e professora” (MACHADO, 2016, p. 119). O alargamento

⁴ Cecília Maria Westphalen (1927-2004) era formada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, onde tornou-se professora catedrática de História Moderna e Contemporânea em 1957. Posteriormente passou à docência de Introdução ao Estudo da História quando a disciplina foi institucionalizada em 1961 na UFPR.

do conceito de documento histórico promovido pelo movimento historiográfico francês exigia preparo, assim, IEH deveria treinar os estudantes nas novas técnicas, sem as delimitações que tradicionalmente limitavam o campo no Brasil.

O programa de Introdução à História da UFPR, apresentado por Cecília Westphalen, comprova seu ideal em defesa da renovação e fortalecimento da cientificidade histórica no Brasil (WESTPHALEN, 1970, p. 328). A primeira parte do curso ministrado pela professora era dedicado aos estudos teóricos, ao trato das diferentes fontes, ao método histórico e às técnicas operacionais (observação, técnicas auxiliares e método quantitativo). A segunda parte do curso, de caráter mais prático, era dividida em seis seminários focados no treinamento para o dia a dia do historiador, como a interpretação de textos, crítica de fontes, análise bibliográficas e historiografia. Na terceira e última parte do curso, ocorria o passeio aos arquivos do Paraná, no qual as alunas e alunos eram iniciados no trabalho de campo.

Mesmo recebendo muitas críticas durante os debates que se seguiram, as sugestões de Cecília Westphalen foram usadas como conclusões oficiais do evento. A ideia era desenvolver um plano de ação executado em comunhão entre discentes e docentes. Assim, como aparece nas propostas do encontro, a disciplina deveria fornecer bases teóricas para a formação histórica, promover a renovação e ter garantida a liberdade para a formulação de um currículo de acordo com as demandas de cada departamento; também precisaria estar associada à História do Brasil e ter caráter eminentemente prático. Mesmo que fosse ministrada no primeiro ano, o treinamento deveria prosseguir e englobar outras cadeiras, principalmente a de História do Brasil.

Odilon Nogueira de Matos analisou os obstáculos para o ensino de História da Historiografia na quarta sessão de estudos, intitulada “Valor propedêutico da História da Historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução aos Estudos Históricos” (MATOS, 1970, p. 97-122). Matos inicia sua exposição fazendo um grande retorno aos pais fundadores da História com o objetivo de demonstrar a “evolução” do conceito em uma longa teleologia que culminou na historiografia daquele período, cada grande mudança historiográfica seria marcada pelo nascimento de um novo “representante”, de Tucídides a José Honório Rodrigues (MATOS, 1970, p. 103-108).

Ao tratar dos problemas da disciplina, Odilon Matos aponta a importância de se estudar as nuances da historiografia e propõe o debate em torno de três problemas: o primeiro é a posição de IEH na grade curricular, o segundo a interdisciplinaridade e o último a “pouca evolução” da historiografia brasileira (MATOS, 1970, p. 114). Lecionar Introdução aos

Estudos Históricos no primeiro semestre do curso, segundo o professor, traria como empecilho a inexperiência e falta de conhecimento dos alunos. Durante os debates que se seguiram, as questões propostas por Matos não foram aprofundadas.

Ainda sobre as sugestões para o ensino de Introdução aos Estudos Históricos, há de se notar o relato de Carlos M. Rama.⁵ Professor de Teoria da História da Universidade Montevidéu, Carlos Rama nos apresenta um panorama sobre “A experiência do Uruguai em matéria de Introdução ao Estudo da História” (RAMA, 1970, p. 123-136). Nos anos 1960, a universidade ofertava quatro disciplinas teóricas, eram elas: Teoria e Metodologia da História (anteriormente chamada de Introdução aos Estudos Históricos), Ciências Auxiliares, História da Historiografia e Filosofia da História.

Teoria e Metodologia da História ocupava a grade no primeiro ano de curso e tinha três horas semanais. A disciplina era dividida em três partes, a primeira direcionada ao desenvolvimento do conceito de história e da profissão do historiador; a segunda, mais extensa, trabalhava com debates teóricos e tratava da lógica científica e epistemologia; e, finalmente, a última parte era dedicada ao aspecto metodológico e investigativo do trabalho histórico. O curso de Ciências Auxiliares visava o trabalho prático do aluno, o contato com arquivos, bibliotecas e museus; História da Historiografia percorria “los historiadores del pasado”; por fim, Filosofia da História, se ocupava em promover o aspecto filosófico do pensamento histórico (MATOS, 1970, p. 130). No final de cada curso, o estudante apresentaria um trabalho monográfico no qual deveria demonstrar domínio sobre as técnicas e conceitos centrais da história.

Ao concluir a exposição, Carlos Rama apresentou sete orientações baseadas nos vinte anos de experiência adquiridas no ensino das disciplinas teóricas no Uruguai: (1) os meios de ensinar no ensino básico não devem ser repetidos na universidade; (2) teoria supõe união entre História e Filosofia; (3) por conta da amplitude dos debates, as disciplinas teóricas deveriam ser distribuídas por toda a grade do curso; (4) introdução no primeiro ano da graduação; (5) Filosofia da História como disciplina obrigatória; (6) disciplinas teóricas devem ser administradas por professores com experiência na área; (7) catedráticos envolvidos com produção bibliográfica crescente.

⁵ Carlos Manuel Rama (1921-1982) tinha formação em história e sociologia. Foi catedrático na Universidade de Teoria e Metodologia da História na Faculdade de Humanidade e Ciências de Montevidéu. Em 1959 publicou o livro “Teoria de la historia: introducción a los estudios históricos”.

Quando perguntado, durante o debate, o professor reafirmou a realidade do trabalho prático desempenhado pelos alunos em arquivos de Montevideu e como a preparação de aulas mais didáticas diminuía a dificuldade encontrada nas aulas teóricas no início do curso. Rama pontuou, além disso, a importância do estudo de sociologia nos primeiros anos da graduação.

Outro relato sobre o ensino de Introdução aos Estudos Históricos foi apresentado por Katia M. de Queirós Mattoso⁶ e Johildo Lopes de Athayde. Embora não tenham sido relatores de sessão do Encontro, a Comissão Organizadora achou pertinente que a experiência dos professores fosse publicada no Apêndice I (MATTOSO, 1970, 297-305). Com o intuito de discutir os problemas do ensino de IEH na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Católica de Salvador, o relato de Katia Mattoso e Johildo Athayde é uma denúncia sobre a situação universitária brasileira da época. Nele os professores expõem a falta de bibliografia atualizada, a inexistência de recursos direcionados às revistas especializadas, a escassez de material básico para o trabalho em sala de aula (papel, fichas, etc.) e a fragilidade no ensino secundário que formava alunos mal preparados para o ensino superior.

Mesmo frente à pouca estrutura das universidades brasileiras, Mattoso e Johildo resolveram desenvolver junto ao corpo discente um projeto de capacitação para o estudo da História. Para tanto, foi idealizado um curso de Introdução às Ciências Sociais no qual os estudantes eram instigados a entender a História como uma das diversas possibilidades de questionamento da realidade social. Nessa lógica, eles eram introduzidos ao exercício da leitura, da produção de textos, da pesquisa bibliográfica e do trabalho prático antes mesmo de ser ministrada a disciplina de IEH.

Em Filosofia da História, ofertada no segundo ano, além dos estudos sobre o pensamento filosófico contemporâneo, havia um segundo momento dedicado ao trabalho prático de coleta bibliográfica e documental para o estudo do tema da abolição da escravatura. Mesmo que esse projeto, e outros, fossem dificultados e até paralisados por conta da falta de recursos, Katia Mattoso e Johildo Athayde se mostravam esperançosos de que as demandas fossem supridas e os programas postos em prática. Apesar das dificuldades, havia mudança na postura dos alunos que passaram a desenvolver trabalhos próprios e pesquisas com outros professores.

⁶ Katia M. de Queirós Mattoso (1931-2011) era formada em ciência política e especialista em história da Bahia e história da escravidão brasileira. Foi professora na Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal da Bahia.

Bem como as experiências de Katia Mattoso e Johildo Athayde, também foi publicado no Apêndice I dos *Anais do Encontro* um relatório desenvolvido pela coordenação de História da USP com vistas à reforma universitária, tema caro aos professores e alunos que buscavam a modernização das graduações de História. O documento apresentava críticas à estrutura dos cursos e propunha um novo currículo. O novo programa organizado pelo departamento da USP era dividido em três momentos: (1) Básico/fundamental; (2) Licenciatura/formação; e (3) Especialização/pós-graduação.

A primeira etapa, com duração de dois anos, promoveria a conscientização dos estudantes sobre os problemas básicos das ciências humanas e seria designada com um currículo comum entre suas diversas áreas. Nesta formulação, cada departamento do Instituto de Ciências Humanas estabeleceria quais matérias seriam obrigatórias e, no caso da história, a comissão da USP recomendou que História Geral e do Brasil fossem as disciplinas indispensáveis nessa possível nova configuração do curso. A fase de Licenciatura, com extensão de também dois anos, objetivaria o ensino de didática, psicologia da educação, metodologia e técnicas de pesquisas. Não foram dados maiores detalhes sobre a fase de especialização.

Enfim, caminhando para o final do encontro, a nona sessão de estudos encerrava e oficializava as sugestões e demandas do 1º EBIEH. Nos debates e mesas redondas, os participantes estabeleceram dez conclusões e seis moções para o evento. Em relação à Introdução aos Estudos Históricos, foram seguidas, como dito anteriormente, as recomendações de Cecília Westphalen. De acordo com as ponderações da professora, a disciplina deveria ser guiada pelo método científico, também necessitaria promover a interdisciplinaridade e a aproximação com outras áreas das ciências humanas e sociais, assim como não poderia deixar de lado seu caráter eminentemente prático e relacionado às questões de História do Brasil.

Os anais do 1º EBIEH evidenciam, ainda que em meio a inúmeros desacordos entre seus participantes, uma nova tentativa de valorização e alargamento das reflexões teóricas. As moções votadas no evento definem um posicionamento contrário à tradição estabelecida, na qual a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos abrangeria apenas as características metodológicas e técnica em detrimento dos debates teóricos. Assim, o EBIEH apresentou orientações distintas daquelas estabelecidas no currículo mínimo instaurado pelo Conselho Federal de Educação em 1962, que direcionavam a graduação unicamente ao enaltecimento da pesquisa, do método e da prática histórica.

Em relação às questões mais pragmáticas, foi defendida a liberdade dos diferentes departamentos de montarem os currículos de acordo com as demandas locais, no entanto, era essencial para o professor que ministrasse a disciplina o conhecimento e/ou domínio sobre Teoria Crítica, Historiografia, Ciências Auxiliares, Filosofia da História e Técnicas de Pesquisa. O Encontro de Professores de Introdução aos Estudos Históricos deveria ser promovido periodicamente para aprofundar a relação entre os docentes e prover a troca de experiências. Objetivava-se que as interações entre os professores acabariam por gerar um programa relativamente unitário entre as diferentes faculdades do país. Por fim, foi deliberado, com base no currículo mínimo de 1962, que todos os cursos de história adotassem no ano subsequente (1970) a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.

É possível observarmos que no *1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* há um grande ímpeto para a modernização dos cursos superiores, no qual o antigo sistema de cátedras era visto como grande empecilho para o avanço das pesquisas e para o enquadramento nos debates da historiografia internacional. As mudanças na historiografia, no entanto, não estavam relacionadas apenas à necessidade de acompanhar os debates internacionais, mas vinham principalmente das mudanças na concepção sobre o que era ciência, quais eram os limites da epistemologia da História e sob quais bases se formaria um bom historiador.

Bibliografia

1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 3.

CAMARGO JÚNIOR, M. C. V. **Questões sobre a “profissionalização da história”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961).** *Historiografia e Escrita da História*, v. 8, n. ago. 2016.

CONSTANTINO, Maria Clara Rezende Teixeira. **A Introdução ao Estudo da História como Teoria do Conhecimento Histórico: seu valor de fundamentação da ciência histórica. Os temas da epistemologia da História.** In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 33-60.

ESPOSEL, J. P. P. **Nota Prévia.** In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, p. 3.

FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro: edição comemorativa 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 20.

LINHARES, Maria Yedda. **O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, I, 1961, Marília. Anais... São Paulo: ANPUH, 1962, p. 166-167.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2016.

MATOS, Odilon Nogueira. **Valor propedêutico da História da Historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução aos Estudos Históricos**. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 97-122.

MATTOSO, Katia; ATHAYDE, Johildo Lopes de. **Problemas do Ensino de Introdução aos Estudos Históricos: Experiência de Salvador**. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais...

Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 297-305.

NASCIMENTO, Thiago. **A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 237, 2013.

RAMA, Carlos Manuel. **A experiência do Uruguai em matéria de Introdução ao Estudo da História**. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 123-136.

SANSON, Victorino Félix. **Filosofia e História**. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970, p. 201-214.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **A Introdução ao Estudo da História e as Técnicas Auxiliares do Historiador**. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. Anais... Niterói: Universidade Federal

Fluminense, 1970, p. 61-92.

SUPER-HEROÍNAS E SUPER-SEXUALIZADAS: REPRESENTAÇÕES FEMININAS E EMBATES NOS QUADRINHOS NORTE-AMERICANOS DE SUPER-HERÓIS.

Clara Ingridh Leite Jeronimo¹

Orientadora: Prof^o Ma Soraya Geronazzo Araújo²

1. INTRODUÇÃO

Em tempos em que o feminismo encontra-se em discussão midiática, e a sociedade capitalista e patriarcal visa a padronização das mulheres e de seus corpos como exemplo de feminilidade a ser seguida, percebe-se o quanto é importante trazermos para o universo dos heróis a problemática do corpo com as representações físicas das heroínas, visualizando uma supersexualização, presentes nos mini uniformes, nas curvas muito marcantes, seios grandes e poses eróticas. Sejam como mocinhas, heroínas ou vilã as personagens femininas encontra-se subordinadas a expectativas de uma feminilidade coerciva.

Para compreender essas representações sociais tomamos como referencial teórico a História Social, onde segundo Roger Chartier (1988)³ a História é pensada com um conjunto variado de significados que o homem criou para explicar o mundo em que vive. Dito isto, é preciso entendê-las como produto da ação humana de seu próprio tempo, sendo assim, elas são repletas de valores simbólicos, culturais, e ideológico, estando elas diretamente ligadas com as práticas culturais, segundo Chartier (1988). É por serem geradoras ou influenciadores de condutas que se faz necessário problematizar as representações extremamente machistas das personagens femininas, como a subjugação das mesmas enquanto donzelas e a sexualizações dos seus corpos, já que as representações envolvem vários processos como a legitimação e a exclusão, além da naturalização de práticas.

Ao problematizar a super-sexualização das personagens apresentando um imaginário sobre o corpo feminino e seus papéis atribuídos nos quadrinhos, demonstram a forma que o olhar masculino cisgênero idealiza e enxerga a mulher.

¹ Graduanda em licenciatura plena em História – UERN. Endereço de e-mail: clara.ingridh97@gmail.com.

² Departamento de História – UERN. Endereço de e-mail: sorayageronazzo@uern.br.

³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

Para compreender as atribuições a essas representações, fazemos uso da sociologia, utilizando o conceito de Dominação Masculina de Pierre Bourdieu (2012) ⁴que vem justificar essa hierarquização dos gêneros e assim compreendemos como essa dominação esclarece a representação feminina neste espaço predominantemente masculino, que é os quadrinhos. Bourdieu apresenta a sociedade como um espaço hierarquizado, propiciando segregações de direitos, determinando espaços e coisas permitidas a cada sexo, justificados por paradigmas como o androcentrismo, sendo esta, a sociedade patriarcal.

No começo das HQs para as mulheres restavam apenas os papéis secundários de namorada dos heróis a donzela indefesa, sempre subjugadas ao protagonismo masculino, sempre as vítimas das maquinações dos vilões.

O mundo das histórias em quadrinhos (H.Q.s) norte-americanas é um mundo de supremacia masculina. Mesmo nos quadrinhos de super-heróis as mulheres sofrem preconceitos. Por anos, elas foram quase sempre retratadas ora como mocinhas indefesas que precisavam de heróis para salvá-las, ora como vilã sem moral, que provocam os heróis virtuosos. (NOGUEIRA, 2008, p. 2)

Ao tratar dessas representações na indústria das HQs, Nara Bretas (2017, Apud Trina Robbins 2008, quadrinista e escritora norte-americana) diz que, desde o surgimento do mercado dos quadrinhos até os dias atuais, elas são muitas vezes representadas por e para os homens. Porém, à medida que os movimentos feministas passaram a se manifestar com mais vigor ao redor do mundo, as personagens dos quadrinhos começaram a ter maior destaque e visibilidade. Fazendo com que algumas conquistassem pela primeira vez suas próprias revistas, como é o caso da Mulher Maravilha. Porém, entende-se que as personagens femininas concebidas por homens não representam as mulheres, visto que foram baseadas através da perspectiva masculina do que deve ser o corpo e o comportamento feminino. A partir dessa visão sobre o sexo e o gênero feminino eles determinam o lugar das personagens: suas ocupações, falas, roupas desejos e ações.

As HQs, construídas de uma realidade social, representavam a figura feminina a partir da idealização de mulher para seu tempo, sendo assim, os quadrinhos produtos do seu próprio tempo. Como a sociedade que produziu essa literatura é fortemente marcada por valores machistas e patriarcais, esta era a representação que se permitia as personagens

⁴ BOURDIEU, Pierre/ **A dominação masculina**. 11º ed. - Rio de Janeiro- tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

femininas, mulheres submetidas ao domínio masculino tanto na realidade quanto na ficção. A especificidade dessas representações, segundo Chartier (1988), seriam reflexos do lugar social, geradas a partir deste lugar com um discurso específico, pretendendo impor uma autoridade que legitimasse e justificasse suas escolhas. Sendo os quadrinhos feitos por homens, refletiam o lugar social masculino. Com isto podemos pensar nos quadrinhos como instrumentos de legitimação diante do papel feminino, era preciso deixar claro para as mulheres, quais lugares elas deveriam ocupar na sociedade, suas representações eram apenas modelo ideal e esperado pelo patriarcado.

Este poder exercido pelos homens nas HQs é um direito obtido, tornado histórico, sendo ele perceptível nos quadrinhos quando caracteriza a feminilidade com inferioridade, determinando suas limitações e naturalizando suas condições como a donzela indefesa que precisa ser salva. Esse discurso, baseado em oposições simplórias, coloca a mulher em posição de eterna receptividade, enquanto o homem é quem age, fonte de toda a virilidade.

Conforme Pierre Bourdieu (2012):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (BOURDIEU, 2012, p.18).

Essa hierarquia como ordem, colocada por Bourdieu, ressalta que os homens se encontram sempre na melhor posição. A estrutura social, assim é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, essa dominação usa da divisão dos sexos (hierarquia) como justificativa natural das diferentes construções entre os gêneros, mas vai além, fazendo a dominação perpassar, colocando as mulheres no negativo. Assim como nas estruturas sociais, há nos quadrinhos essa hierarquização, os personagens masculinos exercem um maior protagonismo e são em suma maioria neste universo. Como aponta, uma pesquisa de um site Americano chamado Five Thirty Eight, onde apenas 29,3% dos personagens da DC Comics e 24,7% da Marvel Comics são mulheres.⁵

⁵ Disponível em: < <http://www.feedbackmag.com.br/o-protagonismo-feminino-no-universo-das-hqs/>> acesso em: 09 de Dezembro de 2019.

Os quadrinhos dentro dessa lógica de dominação masculina, podem, segundo Bourdieu (2012), colaborar com a formação e reafirmação de hábitos e costumes incorporados, que perpassam ao longo das gerações, apresentando-se de modo “naturais”, como o machismo e o sexismo, por exemplo. Como objetos culturais as HQs, transmitem mensagens e as legitimam. Veremos então como a naturalização dos costumes influenciou a representação das mulheres nas histórias em quadrinhos, e como isso vem se transformando ao longo das décadas e de que modo.

2. DE DONZELAS INDEFESAS A SUPER-HEROÍNAS

Foi na década de 1940 que as heroínas se tornaram simpatizantes “donas” de suas próprias histórias e revistas, o protagonismo feminino nos quadrinhos se iniciava, mediante uma dominação quase absoluta de homens, tanto nos quadrinhos como em todos os campos da sociedade. Embora a ideia de super-heroínas trouxesse alguma resistência, no cenário estadunidense as mulheres começavam a ocupar espaços antes destinados aos homens, durante o período da II Guerra Mundial. Os quadrinhos incentivavam e elogiavam, do seu modo, a competência feminina, embora não se possa falar necessariamente de igualdade dos sexos.

Historicamente podemos notar que somente em períodos de guerra a ideologia que diferencia papéis de gênero é ligeiramente desativada, e isto em prol de benefícios econômicos das sociedades, ou seja, passa-se a não se diferenciar “trabalho de homem x trabalho de mulher” para se atender a interesses financeiros e de guerra. (SOUZA, 2015).

Assim, para atender as necessidades econômicas a ideia de uma mulher que possa fazer parte da esfera social e igualitária em relação ao homem é temporariamente aceita. A Segunda Guerra veio para mostrar isto: enquanto homens eram obrigados a servir ao seu país, foram as mulheres que controlaram as fábricas e o andamento da sociedade em si. Para as mulheres, a guerra constitui uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes. Enquanto os homens estavam na guerra, a Mulher-Maravilha por exemplo, representava as mulheres lutando na segunda guerra mundial, lançando um modelo de inspiração feminina para a época. Esta super-heroína criada em um viés de defesa e poder das mulheres, com a identidade secreta de Diana Prince, uma amazona de Themyscira, uma ilha habitada somente por mulheres, onde a presença masculina não era bem vinda. Foi neste lugar totalmente feminino que a super-heroína nasceu. Mas até o momento as personagens

femininas não apareciam primeiramente como super-heroínas, elas apresentavam tipos característicos: enfermeiras, modelos, datilógrafas, jornalista, escritoras, a Mulher Maravilha foi um contraponto a este domínio masculino nas páginas das HQs. Vale ressaltar, que a Mulher Maravilha nasce no período em que as reivindicações do movimento sufragista haviam sido formalmente conquistadas na maior parte dos países ocidentais, o direito ao voto, e a escolarização e acesso ao mercado de trabalho. (WESCHENFELDER; COLLING, 2011)

Após o advento da Segunda Guerra Mundial, a condição feminina sofre uma releitura, tanto na ficção quanto na realidade, temos o retorno dos homens aos lares, o que prejudicou a condição de independência que a mulher tinha conquistado até o momento, tendo que cederem os lugares conquistados. Dentro desse retrocesso histórico as mulheres são convidadas a regressar aos lares e às tarefas femininas em nome do direito dos antigos combatentes, e da reconstrução nacional.

Desse modo as personagens que até o momento tinham conquistado sua independência, assim como as mulheres americanas, retrocederam com o fim da guerra. Na década de 1950 uma onda de conservadorismo surgiu na América, e como isso a ideia da separação entre “quadrinhos para meninas” e “quadrinhos para meninos”. Logo, meninas liam romances, nos quais as mulheres noivavam e se casavam; meninos liam ação e aventura, nos quais as mulheres eram mocinhas indefesas. Para a sociedade conservadora e patriarcal a Mulher-Maravilha não era mais útil como foi no período de guerra que inspirava as mulheres a trabalharem ou até mesmo irem para guerra. Ela agora representava a liberdade e independência que eles estavam tirando, quando as obrigaram a retornarem aos seus lares.

Toda esta mudança no contexto social pós-guerra marca o encerramento do que foi considerada a Era Ouro⁶ dos quadrinhos, dos Super-heróis onde se vivia uma ascensão. Nesse contexto, as super-heroínas “tiveram seus poderes reduzidos, tornaram-se cada vez mais dependentes dos homens e passaram a ser modeladas aos padrões de fragilidade, docilidade e submissão exigidos” (NOGUEIRA, 2015, p. 136). Como exemplo, temos a Mulher Maravilha, nesse novo contexto, cujo sonho passou a ser se casar com o seu namorado Major Steve Trevor. Suas botas de luta são consideradas agressivas para uma mulher, logo, são substituídas por sapatilhas com laços de fita, em algumas histórias ela vira babá, modelo, estrela de cinema e até colunista de jornal para dar conselhos amorosos (LEPORE, 2017).

⁶ Fase de ascensão dos quadrinhos da década de 1940 a 1950.

Para a historiadora Natania Nogueira o gênero literário que se fortalece nessa lógica são os romances em quadrinhos, tanto para as donas de casas quanto para as jovens solteiras, já que as histórias representavam a promessa de um amor eterno e um estímulo para o casamento; passando a dar enfoque a modelos patriarcais de comportamento feminino e papéis de gênero: amor, sexo e casamento (NOGUEIRA, 2015). É dentro desse contexto que as Hqs da Mulher-Maravilha foram romantizadas.

Após este período, os quadrinhos iniciam uma nova era chamada era prata em uma época de grandes avanços científicos no final da década 1950, podemos pensar na Guerra Fria e na Corrida Espacial, com isso surgiram novos personagens associados a ficção científica. A partir desse período foram criados dentro desse contexto personagens como, Flash (Barry Allen 1956), o Quarteto Fantástico (1961) o Incrível Hulk (1962), Homem-Aranha (1962), Homem de Ferro (1963) todos são exemplos de heróis que tem suas origens em acontecimentos científicos ou tecnológicos. Dentro dessa nova era onde estavam as mulheres nos quadrinhos? Para as mulheres, neste período restavam os papéis secundários como a Iris West Allen par romântico do flash, Mary Jane do Homem-Aranha, Betty Ross interesse romântico do Hulk, Pepper Potts namorada do Homem de Ferro e no Quarteto Fantástico temos a Mulher Invisível, a esposa do líder do grupo, e seus poderes que se usados por muito tempo a enfraquecem e com isso ela precisaria da proteção do seu marido (Sr. Fantastico) e irmão (Tocha Humana). A personagem feminina adquire então a invisibilidade marcada no nome e na habilidade pela situação da mulher da época. Historicamente, podemos considerar essa condição posta as personagens como a única alternativa permitida as mulheres da época. Com o fim da guerra como já vimos, as mulheres estavam mais uma vez invisíveis, como a Mulher Invisível do Quarteto Fantástico, seus papéis de dona de casa, esposa perfeita e mãe de família, eram todos romantizados, assim como as personagens femininas com seus namorados, onde em cada episódio seus heróis iriam salva-las, naturalizando uma dependência onde somente o homem (e não elas) poderiam salva-las.

Porém, na década de 1960, a segunda onda feminista se fazia presente nos Estados Unidos da América, trazendo ideias de liberdade e igualdade dos sexos, atuando em três frentes: os direitos civis, os direitos trabalhistas e o confronto do sexismo com que eram abordados seus papéis na família, questionando os valores patriarcais e tradicionalistas impostos até então.

Isso tudo acabou refletindo nos quadrinhos desmistificando a feminilidade e os estereótipos do modelo feminino criado pela sociedade patriarcal em virtude da presença

feminista na luta por direitos igualitários. Nesse contexto as personagens femininas puderam novamente ter um lugar como protagonistas. Até então na história dos quadrinhos os criadores e editores nunca haviam estado tão preocupados em criar novas ideias para atrair o público feminino. É neste contexto, com a nova onda feminista, que é atribuído maior independência e protagonismo as personagens. Percebe-se na História das HQs um consenso visível de que, à medida que os movimentos feministas e de liberação da mulher eclodiram ao redor do mundo, às personagens mulheres dos quadrinhos passaram a ter maior destaque e visibilidade.

Aos poucos as temáticas feministas eram abordadas e as personagens foram mudando, assim como novas foram surgindo. Como as heroínas dos X-MEN (1963) uma das equipes de super-heróis (mutantes) mais famosas, tratando questões de diversidade como as diferenças e particularidades dos sujeitos, trazem personagens femininas superpoderosas como Jean Grey (1963) com poderes psíquicos como a telepatia, telecinésia; a Tempestade (1975) mulher negra capaz de controlar o tempo, criar relâmpagos, gerar neve, chuva, nevoeiro e ventos com intensidade variável, incluindo furacões e voar, além de ser uma das primeiras personagens feminina negra; a Vampira (1981) com seus poderes que são ativados a partir do toque, ao tocar as pessoas ela absorve seus poderes, suas memórias e habilidades.

Para além das personagens dos X-MEN, mais personagens foram surgindo, como a Capitã-Marvel criada em 1968, no auge da segunda onda do movimento feminista. Carol Danvers (Capitã-Marvel) foi concebida pelo escritor Roy Thomas e pelo desenhista Gene Colan, representando nas HQs os esforços das mulheres que batalhavam para se inserir no mercado de trabalho. A personagem foi/é uma inspiração na luta pela realização dos sonhos. Sonho esse de ser piloto área norte-americana, Carol enfrentou o machismo do pai. Porém, apesar da resistência e por mérito próprio conseguiu um posto em uma das instituições mais machistas do Estados Unidos, a Força Aérea Americana. Capitã-Marvel é um exemplo de representação significativa nesse universo, na medida em que em um período onde as mulheres regressaram para seus lares e são excluídas do mercado de trabalho ela inspira força e emancipação lutando pelo seu direito de pilotar na Força Aérea, e lutando contra o machismo presente no seu próprio lar.

Em suma, se nos anos 60 e 70 tivemos uma grande movimentação feminista, possibilitando algumas mulheres conhecerem a noção de opressão e emancipação, garantindo direitos como espaço nas universidades e no mercado de trabalho. A década de 1980 retrocedeu, sendo um período de contra-ataque do refluxo antifeminista e da ascensão da extrema direita do Estados Unidos, que vem fragilizar o movimento feminista. Sobre esse

movimento de contra-ataque, Susan Faludi (2001), denomina de backlash: uma contrarreação que afirma que as mesmas iniciativas feministas que deram direitos e aproximaram a mulher da igualdade, arruinaram essas mesmas mulheres. O backlash nada mais é que a resistência contra a emancipação feminina, na busca de impedir o progresso das mulheres e manter uma política e cultura masculina e patriarcal.

A mídia, junto com a ciência, criou dados e estatísticas para amedrontar a mulheres, oprimindo-as ao ponto de nem se quer pensar ou tomar alguma atitude de caráter feminista. Os principais mitos propagados pela mídia jornalística em forma de estatísticas nesta época foram, a queda do status econômico que afetava as mulheres divorciadas, uma epidemia de infertilidade em mulheres profissionais, e uma profunda depressão que atacava principalmente as solteiras e executivas. Mostrando esses aspectos, como resultado das conquistas feministas, do excesso de liberdade e igualdade, que teriam deixado mulheres infelizes e arruinadas.

Se a mídia e a ciência expressa tais opinião, nos quadrinhos não seriam diferentes o backlash tomam a forma de personagens que seguiam o modelo da vilã/vagabunda, em histórias recheadas de sexo e violência para puni-las, sendo elas as badgirls (“garotas más”), heroínas belas, sedutoras, agressivas e amorais que preenchiam as revistas na década de 1980. A independência das badgirls, representava o reflexo do que a independência traz às mulheres insanidade e imoralidade (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Selma Oliveira (2007), a lógica da criação das novas personagens é a de que, com o feminismo, as mulheres estão cada vez mais fortes; porém, essa força adquirida é apenas mais uma característica que vai ser usada por essa mulher em um jogo de sedução. A beleza e apelo sexual tornam-se condições nas personagens femininas. Se antes seguiam o modelo da namorada, agora vão encarnar o modelo da vagabunda em uma nova embalagem. Um exemplo de bad-girl é a Selina Kyle/Mulher Gato, vilã do herói Batman. Outros exemplos são Elektra, Viúva Negra, Arlequina e Mulher-Hulk, Batwoman.

Apesar do backlash, o feminismo não morreu de fato, ele se transforma. No fim da década de 1980 e início de 1990, o feminismo buscava se atualizar e preencher as lacunas da segunda onda feminista, como, por exemplo, o essencialismo e as questões identitárias e elitistas: o que era feminismo se torna feminismos; a pluralidade presente nas várias subjetividades da categoria “mulher” faz-se, finalmente, presente na militância mundial com a terceira onda feminista.

Observa-se até aqui o quanto o feminismo contribuiu e alterou as representações dessas personagens e como elas foram se moldando, em retrocessos e avanços a partir das consequências do movimento. Tanto o feminismo, quanto as super-heroínas se viram, obrigadas a enfrentar a negação da sociedade quanto a sua importância. Mesmo com tantos problemas na representação feminina, a criação e a inserção das mulheres como Super- heroínas, e não mais como apenas vítimas e donzelas indefesas necessitando ser salvas, possibilitou de certo modo uma oportunidade de destaque para as mulheres em um campo pouco desbravado até então.

3. SUPER HEROINAS E SUPER SEXUALIZADAS

Mesmo que a ascensão das mulheres nos quadrinhos como vimos acima, tenham possibilitado a evolução das personagens, as tirando do posto de donzelas indefesas, este fato não as livrou de suas origens: o olhar e a mente masculina.

Diante disso, podemos compreender que “A figura do feminino é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino” (TIBURI et al., 2002, p. 69). Este olhar masculino, reflete significativamente na condição física das personagens, na medida em que visualizamos uma imagem totalmente objetificada. Mas o que seria essa objetificação dentro dessas histórias? A objetificação se trata de representar as mulheres, apenas como símbolo sexual, visando apenas um corpo deixando de lado seus aspectos emocionais, psicológicos e ideológicos. Lima (2016) cientista política, em um artigo publicado na revista online Politize, define que “quando falamos de objetificação do corpo feminino estamos nos referindo à banalização da imagem da mulher, ou seja: a aparência das mulheres importa mais do que todos os outros aspectos que as definem enquanto indivíduos.” As super-heroínas acabaram, sendo apenas um corpo sem outros atributos para serem desenvolvidos, pois seu corpo acabou sendo o principal argumento. Para Naomi Wolf (1992) em o mito da beleza, criou-se a ideia de que a mulher deve ser apenas uma beldade, onde o termo beleza é um conceito mutável e não universal, com cunho político, para assim, manter intacta o poder e dominação cultural masculina.

Segundo Novaes (2010), “a mulher tornou-se condenada a ser um corpo, ou ainda, a ser reduzida a sua anatomia”. O corpo feminino para além de suas dimensões corporais é um artefato cultural histórico construído por homens, tais discursos cristalizaram-se na sociedade, ao ponto da sexualização do corpo feminino seja ele nos quadrinhos, filmes ou publicidade

serem naturalizadas. É preciso ler o corpo para além de uma abordagem biológica e compreendê-lo como um resultado complexo, de uma construção histórica sociocultural.

Os quadrinhos como produtos culturais, refletem nas suas representações aquilo que é vivido pela sociedade, essa sexualização simboliza a condição feminina dentro dessa sociedade patriarcal, onde a mulher está fadada a ser apenas um corpo, um corpo que reproduz, um corpo vitrine, um corpo objeto, apenas um corpo passivo que obedece as leis da natureza. Pois “A mulher é o que o homem decide o que ela seja”. (BEAUVOIR, 1980, p. 13).

Mesmo com os avanços do feminismo na luta pelos direitos e igualdade de gênero, a objetificação ainda é um problema existente. A sexualidade das mulheres é usada como uma fórmula encontrada para atrair e prender o leitor do sexo masculino. Assim, as mulheres são vistas a partir do olhar do homem, do leitor/ telespectador em potencial.

Quantos sonhos adolescentes foram povoados por belas silhuetas de papel? Pernas longas e bem definidas, curvas sinuosas, seios e quadris arredondados, contornos delicados compõem as mulheres de papel que desfilam pelas páginas das revistas em quadrinhos, exibindo sensualidades, ternas ou exuberantes, que a mão do desenhista traça em linhas perfeitas. (OLIVEIRA, 2007, p.150).

Essas imagens de mulheres transformadas em objeto de desejo e admiração, nos conduzem a uma reflexão acerca da feminilidade e sexualidade, onde constroem significados através do imaginário coletivo estabelecendo e determinando os papéis e posições sociais, colocando a mulher apenas como atrativo sexual.

Nessa cultura se convencionou o homem como o herói protagonista, musculoso, honroso e poderoso. O personagem herói representa a masculinidade e virilidade do leitor. Já a mulher descrita pelas mãos dos quadrinistas, representam a feminilidade sensual, curvilínea e subserviente. Segundo Selma Oliveira “As curvas dos seios, da cintura e das nádegas são combinadas no formato ampulheta, e esse encadeamento de ondulações é a própria representação do sexo e, portanto, da feminilidade.” (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Essa feminilidade demarcada nos quadrinhos serve como oposição e afirmação à masculinidade do herói viril e do leitor.

Para a visualizarmos esta sexualização aqui citada, trazemos a capa da revista da Mulher-Aranha, de 2014, feita pelo desenhista Italiano Milo Manara, na qual mostra a personagem com o corpo arqueado, onde a mesma encontra-se em uma posição totalmente sexual, estando ela de quatro uma das posições sexuais de maior fetiche para o imaginário masculino.

Ao compararmos a pose em que a personagem foi desenhada com sua versão masculina observa-se que: o Homem-Aranha encontra-se agachado sobre uma bola de teias de criminosos, em uma posição não provocativa, ressaltando seus músculos enquanto a personagem feminina está com as costas arqueadas, em uma pose humanamente impossível, com o glúteo propositalmente para cima, dando a impressão de que está com o corpo pintado e não vestido, mostrando detalhadamente seu corpo e traços.

Figura 1: Representação da mulher-aranha v.s. Homem-Aranha.



Fonte: qfan.com.br⁷.

Essas representações evidenciam uma grande distinção na intencionalidade na qual cada sexo é representado, onde o homem reforça atributos de masculinidade como força e músculos e a mulher se apresenta como objeto de desejo sexual, para os fetiches masculinos.

Além das poses e traços marcados as personagens também são sexualizadas com os uniformes.

O uniforme do super-herói possui quatro funções básicas: delimita sua identidade de heróis; estabelece sua superioridade e intensifica seu poder; protege as pessoas próximas e as isenta de responsabilidade; e, por último, possibilita sua liberdade e a expressão de sua personalidade. (REBLIN, 2008, p.58)

Diante de tais características e funções para um uniforme, citadas por Reblin (2008), como as personagens conseguem expressar uma feminilidade/personalidade que sejam representativa, e adequadas para confrontos quando seu uniformes são justos, tem salto e só

⁷ Disponível em: ><http://www.hqfan.com.br/2017/11/a-polemica-dos-desenhos-uma-linha-tenue.html>> acesso em 20 de Dezembro de 2020.

realçam a sexualização de seus corpos? O olhar imposto pelo artista reflete na representação das personagens femininas, e com isso elas não conseguem se identificar, porque as personagens “não são uma criação das mulheres, mas uma projeção masculina sobre os modelos reivindicados por mulheres do mundo todo.” (BARCELLOS, 2000).

Com base nestas concepções que o corpo recebe, podemos fazer uma leitura do que determinada sociedade pensa e aspira sobre sua construção. No caso específico da construção cultural do corpo, entendemos que as HQs de super-heróis são mais um dos meios que a mídia utiliza para difundir os padrões de beleza, favorecendo a mercadorização do corpo. As representações que dão sentido ao corpo nos diferentes períodos, são produto do seu momento histórico, assim como da percepção sociocultural que a sociedade produz e reproduz.

Para Bourdieu (2012), o corpo feminino, se apresenta como um objeto de trocas simbólicas, em que o sentido vem de fora, isto é, da sociedade (masculina). É dentro dessa perspectiva, que enxergamos nos quadrinhos um meio para se entender os discursos acerca do corpo e as forças atuantes sobre ele.

4. CONCLUSÃO

Até aqui, compreende-se que esse universo convencionou o homem como o herói protagonista, musculoso, ativo e poderoso. O personagem herói que referencia a masculinidade do leitor. Onde por sua vez, a mulher descrita pelas mãos dos quadrinistas, representam a feminilidade sensual, curvilínea e subserviente. Nesse aspecto da representação o mais importante seria atingir a igualdade, e não ter uma representação feminina estereotipada baseada no olhar masculino. Uma das justificativas da indústria de quadrinhos, é que se uma personagem feminina fosse representada da mesma maneira que um homem, com as mesmas características e mesmo tipo de força, ela perderia a essência feminina, por ser masculinizada. Porém esse é o argumento que, de acordo com o feminismo Racional, não faz sentido, pois acaba reforçando estereótipos estabelecendo, que características como força e imponência são masculinas e características como suavidade e sensualidade são femininas.

A história das Super-heroínas se faz importante, pois possibilita meninas/mulheres se perceberem como heroínas da sua própria história, e não necessariamente precisam de um homem para ser salvas. Pois, no mundo onde a masculinidade impõe normas de feminilidade, termos representatividade feminina é fundamental na luta para a desmitificação e quebra de estereótipos e padrões machistas e dominantes.

Em suma, essas transformações ao longo dos anos nas representações das super-heroínas até aqui observadas, representam uma insatisfação do modo como a figura feminina é desenhada e difundida, revelando a importância das discussões e teorias feministas, nos permitindo desconstruir esses padrões colocado nas histórias em quadrinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Janice Primo. **O Feminismo nas histórias em quadrinhos. Parte 1: Amulher pelos olhos dos homens.** Agaquê: Revista eletrônica especializada em histórias em quadrinhos e temas correlatos v.2, n.4, Nov. 2000

BEAUVOIR, Simone de. (1980) **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos.** 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BOURDIEU, Pierre/ **A dominação masculina.** 11º ed. - Rio de Janeiro- tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

FALUDI, Susan. **Backlash: O Contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LEPORE, Jill. **A História Secreta da Mulher-Maravilha.** Ed. Best Seller, Rio de Janeiro, 2017.

ROBBINS, Trina. Women in Comics: An introductory Guide 2008. Apud: BRETAS, N. A MULHER E A HQ: Uma reflexão teórica sobre a representação feminina nos quadrinhos. 1ed.Belo Horizonte: Editora Cefet/MG, 2018, v. 1, p. 245-267.

NOGUEIRA, Natania A. da Silva. **As representações femininas nas Histórias em Quadrinhos norte-americanas: June Tarpé Mills e sua Miss Fury (1941-1952).** 154p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2015.

NOVAES, J. **Com que corpo eu vou?: sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Editora Pallas, 2010

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. **Mulher ao Quadrado - as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990).** Brasília:Universidade de Brasília: Finatec, 2007, p. 67.

REBLIN, Iuri Andréas. **Para o alto e avante: uma análise do universo criativo dos superheróis.** Porto Alegre: Asterisco, 2008, 1ª ed.

TIBURI, Márcia. /MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.) **As mulheres e a filosofia.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

WESCHENFELDER, Gelson Vanderlei; COLLING, Ana. **As super-heroínas das histórias em quadrinhos e as relações de gênero.** Diálogos, v. 15, n. 2, p. 437-454, maio-ago./2011

WOLF, NAOMI. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: ROCCO,1992.

Sites

LIMA, Iana Alves de. O que é objetificação da mulher? Poletize, 11 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>>. Acesso em: 18 de agosto

SOUZA, Lizandra. “We can do it”: você conhece a origem de um dos grandes símbolos do movimento feminista? Diários de uma feminista. Disponível em:<http://diariosdeumafeminista.blogspot.com.br/2015/11/we-can-do-it-voce-conheceorigemde-um_22.html>. Acesso em: 16 junho 2019.

GUERRAS HÍBRIDAS NA AMÉRICA LATINA: A DISPUTA PELA HEGEMONIA DO ESPAÇO GEOPOLÍTICO.

Claudionor Almir Soares Damasceno¹

O fim dos anos 2010 está marcado pela crise do progressismo que havia tomado conta da América Latina desde o início do século XXI. Chegava ao fim um ciclo de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica, alta oferta de empregos e de investimentos públicos, além de avanços em iniciativas integracionistas, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), entre outras. O cenário regional começou a mudar a partir do fim da primeira década. O golpe jurídico-parlamentar que depôs o presidente hondurenho Manuel Zelaya, ocorrido em 2009; A morte do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, em 2010; O golpe contra Fernando Lugo, em 2012, no Paraguai; as manifestações em junho de 2013, no Brasil; a morte de Hugo Chávez em 2013; a eleição de Mauricio Macri em 2015; o golpe contra Dilma Rousseff em 2016; as tentativas de golpe na Venezuela e Nicarágua e golpe na Bolívia em 2019, são marcos históricos de interrupção do período de governos progressistas na região neste século e do ressurgimento de políticas neoliberais e retrocessos no processo de integração regional.

Este trabalho teve o objetivo de fazer uso da teoria das guerras híbridas na análise deste processo histórico. Realizamos um esforço comparativo entre acontecimentos com diferentes origens e espessuras de duração ocorridos na última década na América Latina, utilizando as ferramentas de pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico e documental e estudo de caso.

Compreendemos que a história do tempo presente é um desafio que a cada momento se impõe no contexto da aceleração do mundo atual, marcado pelos avanços tecnológicos e mudanças nas relações sociais, políticas e culturais, que derivam no aumento enorme da produção de informação. Acreditamos que a proximidade dos fatos e o envolvimento ou apego a processos históricos não terminados, longe de motivar o abandono do desafio, cobra-nos o elementar rigor característico do ofício histórico, pois, como alertavam Serge Bernstein e Pierre Milza, “a história do presente é antes de tudo história” (1999, pág. 129).

¹ Doutorando em história – UFRN. Endereço de e-mail: cldamasceno2008@gmail.com.

Estudar esses fatos recentes é fundamental para auxiliar a compreender os processos que têm marcado nossa realidade política regional, assim como nos permite perceber os padrões de atuação dos Estados Unidos na sua relação com os países da América Latina.

De acordo com William Engdahl (2009, pág. 179), os Estados Unidos mantêm o seu projeto de hegemonia sob o manto ideológico de defesa de valores universais, para isso impondo a dominação de espectro total (*full spectrum dominance*), ou seja, o domínio absoluto nas esferas militares convencionais, nucleares, geopolítica, espacial, dos meios de comunicação e da retórica dos direitos humanos. O objetivo estratégico dos EUA é a manutenção do controle sobre os recursos naturais no território de outros países e suas respectivas vias de acesso, além da imposição de abertura mercadológica de todas as regiões ao seu próprio capital e exportação de bens e serviços.

A crise de 2008 e a radicalização das disputas geopolíticas aceleraram o empenho do Pentágono para controlar e privar a China de parcerias soberanas e mutuamente vantajosas, a exemplo das planejadas no âmbito dos BRICS, e transformar sua presença exterior em uma vantagem crucial para a manutenção do seu poder hegemônico (MONIZ BANDEIRA, 2013). Como consequência, a América Latina passou a ser vista como espaço geopolítico estratégico nesta última quadra histórica, ocorrendo, a partir de então, um acirramento na política intervencionista americana para a região com o objetivo de interromper o ciclo progressista ou qualquer vislumbre integracionista. Nesse sentido, os EUA vêm fazendo uso da estratégia das guerras híbridas.

Com o seu poder relativamente em declínio e a constatação de que as armas de destruição em massa impõem limites ao conflito direto entre os países, os EUA optaram pela estratégia da liderança velada para fazer guerra em um mundo multipolar, terceirizando as operações de desestabilização contra inimigos, o que culmina nas guerras por procuração (KORYBKO, 2015). Essa opção ficou evidente quando o então presidente americano Barack Obama declarou em 2014 que a liderança americana não deveria se basear apenas no poder militar, pois “só porque temos o melhor martelo não significa que todo problema seja um prego” (MARTINS; MARTINS; VALIM, 2019, pág. 62).

O conceito de guerra híbrida não é recente, mas tem sido usado recentemente para definir uma nova estratégia de guerra que vem sendo desenvolvida pelos EUA. O termo ‘guerra híbrida’ tem o mesmo significado que o de ‘guerra indireta’. Esta nova abordagem padronizada utilizada pelos EUA para a mudança de regimes inimigos se inicia com a implantação de uma revolução colorida como tentativa de golpe brando.

De acordo com Andrew Korybko (2015), as guerras híbridas são a junção de revoluções coloridas e guerras não convencionais que, planejadas com antecedência, utilizam ferramentas de propaganda, estudos psicológicos, redes sociais, pressão econômica e *lawfare* para desestabilizar governos e instaurar uma situação de crise ao potencializar conflitos internos já existentes anteriormente no país alvo. A guerra híbrida também é conhecida como “golpe brando”, pois deflagra ataques indiretos ao governo da nação inimiga sem o uso de força externa convencional, dando aura de movimento democrático e rebelião espontânea às operações utilizadas para a desestabilização.

Para Korybko,

“As Guerras Híbridas são conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime.” (2015, pág. 71)

Caso esta primeira fase de Revolução Colorida não seja suficiente para derrubar o governo, avança-se para uma segunda etapa, a guerra não convencional, que mobiliza forças não regulares, sejam elas guerrilhas ou milícias. Os EUA têm um longo histórico de envolvimento em guerras não convencionais. William Blum, em seu clássico “Assassinando a esperança” (2005), documenta fartamente a longa atuação da CIA no sentido de derrubar governos usando estratégias de guerra não convencional, que foram desenvolvidas durante o período da guerra fria. O apoio a grupos que façam o serviço sujo, a guerra por procuração ou indireta, é mais barato do que enviar tropas convencionais e o apoio a grupos mercenários militares, como a Blackwater e SilverCorp, cresceu enormemente após o fim da guerra fria. Por outro lado, as forças militares convencionais estão sendo reduzidas. Tudo isso coloca os EUA em condições de travar guerras híbridas com eficiência. Um documento sigiloso do Exército dos EUA conhecido como TC 18-01, que veio à tona em 2012, é uma espécie de manual da guerra não convencional e auxilia na compreensão do que vem ocorrendo em diversos países por todo o planeta, inclusive aqui na América Latina.

Analisando a eficácia do uso da guerra híbrida, podemos entender um pouco mais sobre os motivos para que os governos do ciclo progressista, mesmo com altos índices de aprovação, tenham sido removidos na América Latina neste último período.

No século passado, o Paraguai foi a primeira democracia a cair, sofrendo durante 35 anos sob uma ditadura militar patrocinada pelos Estados Unidos e encabeçada pelo general Alfredo Stroessner (1954 – 1989). No Paraguai foi testado o modelo do combate à guerrilha a ser usado, os métodos cruéis de tortura trazidos dos EUA pelo sádico Dan Mitrioni e ali nasceu a famosa Operação Condor, um nefasto acordo operacional entre as ditaduras. A CIA transformou o Paraguai no laboratório que testou o modelo de golpe militar a ser seguido e que derrubou governos populares e assassinou milhares de pessoas (BLUM, 2005). Agora, o Paraguai serviu novamente de laboratório de um novo tipo de golpe jurídico midiático que vem sendo usado na América Latina.

O Programa Umbral² é o centro da estratégia norte americana para o Paraguai, mas a ingerência dos EUA neste país também aumentou via Departamento de Estado, com recursos para programas antidrogas e treinamento militar. Financiado pela Corporação do Desafio do Milênio (MCC, em inglês) e a USAID (*United States Agency for International Development*) e lançado em 2006, o Programa Umbral conta com verbas que chegam a 700 milhões de dólares utilizados em cursos de treinamento do Ministério Público, Controladoria Geral, Corte Suprema, Congresso Nacional, Receita Federal, Ministério das Finanças, Indústria e Comércio e polícia nacional. Por meio desses treinamentos, os Estados Unidos aumentam sua ingerência e poder no interior de instituições de outro país. De acordo com documentos revelados pelo Wikileaks (2011), Liliane Ayalde, na época a embaixadora americana no Paraguai, escreveu em um despacho datado de 25 de agosto de 2009 que “A presidência e vice-presidência da Corte são fundamentais para garantir o controle político. (...) Ter amigos na Suprema Corte é ouro puro”. Outro despacho secreto da embaixada americana revela que a retirada do presidente Fernando Lugo do poder já estava sendo planejada desde 2009 (WIKILEAKS, 2011).

O Governo do presidente Fernando Lugo foi o marco na ruptura de 60 anos de governo do Partido Colorado, 35 dos quais sob a ditadura do general Stroessner. Lugo garantiu avanços importantes na questão da soberania energética para o país, investiu na saúde pública, além de assumir importante papel na política de integração regional. Desde o início de seu governo, sofreu diversas tentativas infrutíferas de julgamento político, mas

² No site da corte de justiça paraguaia, o Programa Umbral é apresentado como “uma iniciativa do governo paraguaio para combater a corrupção e fortalecer o Estado de Direito, com apoio financeiro da Millennium Challenge Corporation (MCC) e administrado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)”.

faltava um fato político que conseguisse ser mobilizado para dividir o país e instaurar um *juízo político* no parlamento e midiático.

O estopim usado para este golpe foi o conflito no município de Curuguaty, nas terras conhecidas como Marina Kue, e que já durava oito anos. De um lado, o empresário e ex-senador do Partido Colorado Blas Riquelme ocupava a área ilegalmente; de outro, famílias de camponeses viviam acampadas no local e reivindicavam que aquelas terras, de propriedade pública, deveriam ser destinadas para a reforma agrária.

No dia 15 de junho de 2012, com uma ordem de inspeção emitida pelo Poder Judiciário, 324 policiais entraram nas terras para expulsar os 67 acampados. O resultado foi um verdadeiro massacre, com onze camponeses e seis policiais mortos, o que foi usado pela mídia e partido colorado para pressionar o governo de Fernando Lugo.

O Ministério Público, na pessoa do promotor Jalil Rachid, sem ouvir nenhum camponês concluiu que eram eles os responsáveis pelo massacre, encarcerando 14 sem terra e emitindo mandato de prisão contra outros 54 – alguns nem estavam presentes durante a reintegração de posse. O presidente Fernando Lugo foi responsabilizado pela morte dos policiais e acusado de aumentar a insegurança no país. A conclusão de Rachid foi respaldada pelo Promotor Geral do Estado, Javier Díaz Veron. Em setembro, Verón também emitiu um parecer recomendando à Suprema Corte que negasse o segundo pedido de inconstitucionalidade feito pelos advogados de Lugo por causa do tempo exíguo dado à defesa durante o impeachment. A Suprema Corte rejeitou o recurso. Os advogados de Lugo tiveram 17 horas, madrugada adentro, para preparar a sua defesa, e apenas duas horas para defendê-lo no Congresso (VIANA, 2013).

O golpe no Paraguai foi consumado em 48 horas. O presidente Fernando Lugo foi derrotado no Senado por 39 votos favoráveis ao impeachment e quatro contra. Caiu em 22 de junho de 2012.

A embaixadora Liliana Ayalde assumiu seu posto no Brasil cinco meses antes da Operação Lava Jato começar sua fase decisiva. Chegou discretamente, sem entrevistas coletivas, em meio à crise provocada pela denúncia do Wikileaks de que os norte-americanos espionavam a presidenta Dilma, o governo brasileiro e a Petrobras. Segundo Edward Snowden, ex-funcionário da *Central Intelligence Agency* (CIA) e ex-contratista da *National Security Agency* (NSA), “a comunidade de espionagem dos EUA e a embaixada norte-americana têm espionado o Brasil nos últimos anos como a nenhum outro país na América

Latina. Em 2013 o Brasil foi o país mais espionado do mundo” (BALZA, 2013). Segundo o Wikileaks, a

“NSA e CIA mantiveram em Brasília equipe para coleta de dados filtrados de satélite. Brasília fez parte da rede de 16 bases dedicadas a programa de coleta de informações desde a presidente Dilma, seus funcionários, a Petrobras até os mais comuns cidadãos foram controlados de perto pelos Estados Unidos” (O GLOBO, 2013).

De acordo com documentos revelados pelo Wikileaks, o enorme interesse dos Estados Unidos no pré-sal brasileiro desencadeou uma articulação entre governo americano, embaixada e petroleiras americanas como a *Chevron* e a *Exxon Mobile*, contando inclusive com o apoio de José Serra, então senador e candidato a presidente pelo PSDB, visando o enfraquecimento da Petrobrás e do governo brasileiro (WIKILEAKS, 2013). O envolvimento com os BRICS, o papel na política de integração da América Latina e a descoberta do pré-sal em 2006 colocaram o Brasil na rota da guerra híbrida.

Para Willian Engdahl (2013), o Brasil estava sob a pressão da máquina de mudança de regime dos Estados Unidos, entre outros motivos, por causa da lei de 2009 que regulamentava a exploração do pré-sal como monopólio da Petrobrás, excluindo os interesses das americanas *Chevron* e *Exxon*. A articulação para desestabilizar o governo incluía uma rede de espionagem na Petrobrás e na comunicação da presidenta, o rebaixamento dos títulos da dívida pública brasileira pela *Standard & Poors*, de *Wall Street* e as ações públicas de rua articuladas pelo *think tank* NDI (Instituto Nacional Democrático), dirigido por Madeline Albright.

Foi assim que, no Brasil, um governo que detinha altíssimos índices de aprovação, em uma conjuntura econômica que beirava o pleno emprego, altas taxas de crescimento, além do aumento do poder de compra da população e diminuição das desigualdades sociais, foi apeado do poder após uma longa guerra híbrida organizada em várias fases.

Na primeira delas, ocorreu a disputa pela ocupação do espaço geopolítico das ruas, que até então era um domínio exclusivo das forças de esquerda, a partir da deflagração em 2013 de manifestações ao estilo das “revoluções coloridas”, que tinham como objetivo instaurar um conflito interno no país, colocando como pauta central o tema da corrupção estatal. Se em 1964 o conceito de “baderna” foi utilizado para qualificar as ações do governo João Goulart e instaurar o conflito interno, apresentando a ação golpista dos militares como “restauradora da ordem” (DREIFFUS, 1981), em 2016 foi utilizado o conceito de “corrupção” para mobilizar os sentimentos da população contra o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Os protestos contra os aumentos no preço das passagens foram disputados e transformados em mobilizações contra a corrupção e contra a Copa do Mundo de 2014 e, potencializados pelo apoio da mídia hegemônica e o início da operação Lava Jato, emparedaram o governo, que despençou nas taxas de aprovação, mas não ainda o suficiente para perder as eleições presidenciais de 2014.

Esta etapa da revolução colorida brasileira foi comandada por organizações como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Movimento Vem Pra Rua, amplamente financiados e treinados por instituições como a “estudantes pela Liberdade”, que por sua vez são mantidos por organizações como a *Cato Institut*, a *Kock Foundation* e a *Atlas Economic Reserch Foundation*, que estão articuladas aos centros de pesquisa *Leadership Academy* e ao *Institute for Humans Studies*. A *Atlas* possui como extensão de suas atividades a *Atlas Network*, que financia uma rede de *think tanks* atuantes em vários países da América Latina, da Europa, Ásia e África (WIKILEAKS; DC LEAKS, 2016).

Para além da pressão nas ruas, aumentou-se a pressão econômica através do rebaixamento dos títulos da dívida brasileira e, com base em ações de espionagem e uso da lei americana *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), teve início uma pesada campanha de *lawfare* através da Operação Lava Jato, onde setores do poder judiciário foram cooptados e assessorados diretamente por agentes do estado americano para promover o desgaste do governo. Radicalizou-se a ocupação do espaço geopolítico das ruas e a *lawfare* até consumir-se a fase seguinte, a do golpe parlamentar-midiático concretizado em 2016.

A guerra híbrida contra a Venezuela não teve sucesso até hoje, apesar de já somarem onze tentativas de golpe e 150 sanções nos últimos seis anos. O uso de revoluções coloridas ou de guerra não convencional, que incluiu o bloqueio econômico, o ciberterrorismo (com sabotagem às linhas de transmissão e aos centros de fornecimento de eletricidade) e o magnicídio, não conseguiram dobrar a nação caribenha.

Entre os motivos para a tentativa de mudança de regime na Venezuela estão a expropriação de riquezas, a tentativa do impedimento em relação à China na região e de contratos soberanos da Petróleos de Venezuela (PDVSA) assinados com a China e Índia, inclusive sem o uso do dólar.

Mais recentemente, após o governo bolivariano ter conseguido contornar a maioria das sanções financeiras dos EUA, o então presidente Donald Trump iniciou o plano "Juan Guaidó, presidente interino", esperando que a oposição fosse capaz de realizar uma nova

revolução colorida, com mobilizações de ruas organizadas por entidades e partidos políticos, como o Voluntad Popular, e assim impor um novo governo, mas sem sucesso.

O insucesso do golpe brando na Venezuela deu início à segunda fase da guerra híbrida naquele país. Além de aprofundar o cerco militar, econômico e financeiro e apropriar-se de ativos venezuelanos no exterior, os EUA se utilizam de mercenários, como na fracassada Operação Gedeón, articulada por Juan Guaidó e a empresa *Silvercorp USA* em maio de 2020, além da bandeira de “ajuda humanitária” para tentar viabilizar uma intervenção que seria terceirizada pelo Brasil e Colômbia. No início de agosto de 2020, o senador pelo partido democrata dos Estados Unidos, Chris Murphy, fez uma cobrança pública a Elliot Abrams, o então encarregado pelas operações golpistas americanas na Venezuela, em relação aos fracassos repetidos nas diversas tentativas de derrubar o presidente Nicolas Maduro.

A realização de políticas públicas de comunicação, que incluiu a distribuição de rádios comunitárias, a estatização de monopólios de comunicação, como a *Radio Caracas Televisión* (RCTV), e a criação da *Telesur*, auxiliaram o governo na disputa pela hegemonia.

Por outro lado, a grande reforma geo-estratégica e a reestruturação do sistema de defesa nacional que o presidente Hugo Chávez implantou imediatamente após o fracassado golpe de Estado de 2002, incluiu o fortalecimento militar das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) com a compra de bombardeiros Sukhoi e, acima de tudo, do Sistema de Radar e de Mísseis de Defesa Aérea S-300VM.

A introdução de novos conceitos de defesa territorial e os modernos mecanismos de organização militar livrou a Venezuela de todos os métodos de organização e conceitos teóricos importados das academias militares dos EUA. Isso incluiu a criação do Comando de Defesa do Espaço Aéreo (CODAI), que é o braço direto do setor de defesa subordinado ao Comando Estratégico Operacional (CEOFANB), baseado em Caracas. No mesmo sentido ocorreu a implementação de um novo conceito de defesa territorial, entendido como um elemento fundamental da aliança política das Forças Armadas com o povo (TRICONTINENTAL, 2019).

Já na Bolívia, também não importaram as altas taxas de crescimento e de distribuição de riqueza alcançados pelo governo Evo Morales, que detinha aprovação esmagadora pela população. O mandato do presidente foi interrompido, forçado a renunciar por “sugestão” das Forças Armadas, sem crime comprovado ou a aprovação parlamentar, o que caracteriza o procedimento como completamente inconstitucional. Através de uma falsa denúncia de fraude eleitoral encampada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e ecoada nos meios de

comunicação, o governo de Evo Morales foi pressionado externamente, enquanto dentro do país o poder judiciário, militares e a ação criminosa de grupos milicianos consumaram o golpe em 2019. Recentemente, o bilionário e diretor da empresa americana *Tesla*, Elon Musk, não se inibiu ao declarar estar por trás do golpe, nem o objetivo da *Tesla* de se apoderar das reservas bolivianas de lítio, as maiores do planeta.

Na Nicarágua, o Instituto de Estudos Estratégicos e Políticas Públicas (IEEPP), uma organização não governamental com sede em Manágua e que recebe financiamento do *National Endowment for Democracy* (NED), dos Estados Unidos, da USAID e do *Carter Center*, foi responsável pelo treinamento e organização de jovens estudantes para a “revolução colorida” que seria desencadeada no país no ano de 2018 visando a deposição do governo sandinista.

Após o governo local resistir às pressões do FMI para realizar uma reforma previdenciária que aumentava o tempo de trabalho do contribuinte e propor a cobrança de contribuição dos empresários, desencadeou-se um conflito generalizado, com barricadas, bloqueios nas ruas, onde franco-atiradores atiravam a esmo na população. Estações de rádios do Estado, centros de saúde, sedes de prefeituras, além de estruturas públicas, como ambulâncias e transportes, foram destruídos. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo eleito com 72% dos votos, mas este não cedeu e enfrentou e debelou a tentativa de golpe naquele ano.

Um documento da embaixada americana na Nicarágua, intitulado “*Responsive Assistance in Nicaragua*” (assistência responsiva na Nicarágua) revela que os Estados Unidos trabalham com três cenários para o que é chamado de “transição democrática na Nicarágua”. No primeiro, depois de criar uma nova crise, esperam que o presidente constitucional Daniel Ortega renuncie; no segundo, que haja eleições antecipadas provocadas por uma crise que eles mesmos causariam e onde a oposição venceria; no terceiro cenário, a FSLN ganharia as eleições, com resultados que seriam ou não reconhecidos pelo povo nicaraguense e pela comunidade internacional. Apesar do U\$ 31 milhões gastos nessa operação de mudança de regime no país da América Central, o documento afirma que ainda não conseguiram suficiente unidade entre os opositores do governo.

Com todo esse panorama, podemos concluir que a crise do progressismo na América Latina, que marca os anos 2010, está inserida em um processo de disputas pela hegemonia do espaço geopolítico na região, onde os Estados Unidos mantém seu projeto hegemônico sob o manto ideológico de defesa de valores universais e impondo a dominação de espectro total

(*full spectrum dominance*). Nesse sentido, os EUA vêm utilizando a estratégia de guerra híbrida, também chamada de golpe brando, como uma nova forma muito mais vantajosa e eficaz de impor sua influência e poder na região sem sofrer os desgastes causados pelas tradicionais intervenções diretas e golpes militares. Ficou evidente também que a crise de 2008 acirrou essas disputas pelo espaço geopolítico na região. Concluímos que o parâmetro da Doutrina Monroe utilizado historicamente na relação dos Estados Unidos com a América Latina continua em vigor, tendo ocorrido na história recente apenas uma atualização para uma metodologia menos traumática, mais barata, dissimulada e eficaz de dominação hegemônica.

REFERÊNCIAS

- BALZA, Guilherme. **"Brasil é o grande alvo dos EUA", diz jornalista que obteve documentos de Snowden.** Brasília: UOL, 2013. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/04/brasil-e-o-grande-alvo-dos-eua-diz-jornalista-que-obteve-documentos-de-snowden.htm> Acesso em: 20 Jan. 2021.
- BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre. "Conclusão". In: CHAUVEAU, TÉTART (orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999
- BLUM, William. **Asesinando la esperanza. Intervenciones de la CIA y del Ejército de los Estados Unidos desde la Segunda Guerra Mundial.** Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2005.
- CAROTHERS, Thomas. "Taking Stock of US Democracy Assistance". In: COX, M.;
- IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Org.). **American Democracy Promotion.** New York: Oxford University Press, 2000.
- CORONEL, Cristina et al. **USAID en Paraguay. La asistencia como estrategia de dominación.** Asunción: BASE IS, diciembre, 2012.
- DC LEAKS. 2016. Disponível em <http://soros.dcleaks.com/> Acesso em: 20 jan. 2021.
- DREIFUSS, René A. 1964: **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGDBAL, William. “**Washington Tries to Break BRICS – Rape of Brazil Begins**”; 2016. Disponível em: <<http://www.informationclearinghouse.info/article45561.htm>>. Acesso em 2/12/2020.

_____. **Full Spectrum Dominance**. Wiesbaden: edition.engdahl, 2009.

_____. **A century of war. Anglo-American oil politics and the new world order**. London: Pluto Press, 2004.

_____. **Manifest Destiny. Democracy as Cognitive Dissonance**. Wiesbaden: mini.Books, 2018.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2008.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach To Regime Change**. Moscow: Peoples Friendship University of Russia, 2015.

KENEDDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra-Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A desordem mundial. O Espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

O GLOBO. **NSA e CIA mantiveram em Brasília equipe para coleta de dados filtrados de satélite**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/nsa-cia-mantiveram-em-brasilia-equipe-para-coleta-de-dados-filtrados-de-satelite-8949723> Acesso em 20 Jan. 2021.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia: Uma estrutura conceitual para a libertação.**

São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entendo como e porque você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TRICONTINENTAL. **Venezuela and hibrid war in Latin America.** Havana; Dossier n. 17, 2019. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/> Acesso em: 20 Jan. 2021.

US ARMY. “**TC 18-01 Special Forces Unconventional Warfare**”. NSNBC, 2010. Disponível em <http://nsnbc.me/wp-content/uploads/2012/02/special-forcesuw-tc-18-01.pdf> . Acesso 20 dez. 2020.

VIANA, Natália. “**Paraguai: os EUA e o impeachment**”. Brasil: Pública, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/02/paraguai-os-eua-impeachment/> Acesso em: 20 Jan. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis.** London: Duke University Press, 2004.

WIKILEAKS. 2011. Disponível em <http://wikileaks.org/cable/2009/03/09ASUNCION189.html> Acesso 20 jan. 2021.

_____. 2016. Disponível em https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO288_a.html Acesso em 20 jan. 2021.

TERRITÓRIOS ANTIGOS, IDENTIDADES MODERNAS: UM ENSAIO SOBRE TERRITÓRIO E IDENTIDADE CULTURAL PARA OS ANTIGOS HELENOS

Cleyton Tavares da Silveira Silva¹

O presente artigo ambiciona, por fim, propor um vocabulário conceitual que articule as categorias de território e identidade, propondo mecanismos de interpretação da categoria espaço, por meio da vinculação entre as categorias em debate, buscando propor um modelo interpretativo que aponte a atualidade do debate sobre o mundo antigo, assim. Pois, entendemos que como demarcação política, a noção de território é articulada aqui como aferição cultural que atuava no sentido de manter a coesão interna e o *status quo* espartano, por meio de uma complexa vinculação entre identidade cultural, a partir dos cultos e festividades religiosas, e a posse de seu território. A manutenção desse território demanda a necessidade de um projeto comunitário comum, expresso por uma identidade calcada na vinculação religiosa, comum à Pólis do V século antes da Era Cristã.

Para contribuir à esta questão, pretende-se observar os relacionamentos estabelecidos pelo gênero humano, no e pelo espaço, propondo debater conceitualmente as categorias de Território e Identidade.

Para tanto, utilizaremos, principalmente, os textos de Edward Soja, *The political organization of Space* (1971); e, *Terra, terreno e território* (2016), de Stuart Elden, no propósito de oferecer à leitura, uma definição prática da noção de Território, e categorias a ele correlatas, como *espaço* e *territorialidade*. Sobre este mesmo conceito, é importante destacar abordagens que tenham como base o mundo helênico, e para isso, partiremos das definições de território adaptadas à Pólis helênica, buscando defini-la, de acordo com as correntes atuais sobre o debate, definindo a cidade grega tanto em sua natureza institucional, quanto física. Para tanto, utilizamos os textos do Copenhagen Polis Centre, dirigido pelo professor Mogens H. Hansen (1997a, 1997b, 2000, 2004 e 2006), assim como os trabalhos de François de Polignac (1995), Caroline Sourvinou-Inwood (2000), Maria Beatriz B. Florenzano e Elaine V. Hirata (2009) além de documentação de época.

¹ Doutorando PPGH/ UFRN. Endereço de e-mail: cleyton_historia@yahoo.com.br.

Já a noção de Identidade. O ponto de partida aqui oferecido será a definição produzida por Stuart Hall, em *A Identidade cultural na Pós-Modernidade*. Apesar disso, entendemos que as realidades sobre as quais reflete Hall ao pensar novas formas de construção de sentido sobre a identidade cultural, não são, especificamente, as mesmas dispostas sobre o mundo antigo, nesse sentido articulamos suas observações às questões de especialistas como François Hartog (1984), Edith Hall (1989), Jonhatan M. Hall (1997, 2002, 2004 e 2007), e Lynnete Mitchell (2002a, 2002b e 2007).

O presente artigo ambiciona, por fim, propor um vocabulário conceitual que articule as categorias de território e identidade, propondo mecanismos de interpretação da categoria espaço, por meio da vinculação entre as categorias em debate, buscando propor um modelo interpretativo que aponte a atualidade do debate sobre o mundo antigo, assim. Pois, entendemos que como demarcação política, a noção de território é articulada aqui como aferição cultural que atuava no sentido de manter a coesão interna e o *status quo* espartano, por meio de uma complexa vinculação entre identidade cultural, a partir dos cultos e festividades religiosas, e a posse de seu território. A manutenção desse território demanda a necessidade de um projeto comunitário comum, expresso por uma identidade calcada na vinculação religiosa, comum à Pólis do V século antes da Era Cristã.

Território: uma tecnologia política.

A Noção de território está intrinsecamente ligada às noções de poder e domínio. Visto como uma unidade de espaço que é continuamente utilizada, organizada e gerenciada por um Grupo, pessoal individual ou instituição para restringir e controlar o acesso a pessoas e lugares (GREGORY, JOHNSTON, PRATT, WATTS, 2009, p. 746-747). Por mais que a expressão possa ser utilizada de maneira genérica, a noção ampla dada pela geografia sobre o tema, destaca o domínio, a posse e consequente proteção de um dado, e demarcado limite de terras seja um grupo, organismo social, ou estado. Ampliando a perspectiva, o território está abotoado à uma percepção de rede, isto é, induzindo um outro conceito amplo, o de territorialidade, que a grosso modo entendemos aqui como fruto de processos complexos através dos quais o espaço é gerenciado e controlado por organizações poderosas. Que por seu turno, é o uso estratégico e organizado do espaço com propósito de se alcançar determinadas metas (GREGORY, JOHNSTON, PRATT, WATTS, 2009, *Idem*).

À medida que o território é uma aferição política do espaço, concordamos com a Edward Soja (1971), quando este afirma que organização política do espaço reflete, em parte,

a ordem social e política no interior das sociedades, e que neste sentido, que a organização social, política e espacial estão intimamente inter-relacionadas. Para Soja, a organização política do espaço, atua no interior das sociedades, primariamente, enquanto meio de interação estruturante entre suas unidades de componentes (individual ou de grupos), já que seu propósito central é criar e manter solidariedade na sociedade moldando processos de *competição*, *conflito* e *cooperação* enquanto operação espacial. (SOJA, 1971, p. 07).

Na mesma perspectiva, Stewart Elden define território através da vinculação de categorias como Terra e Terreno, sendo o primeiro resultado da relação de propriedade, um recurso finito que é distribuído, alocado e apropriado, uma questão político-econômica. Terra é um recurso sobre o qual existe competição (ELDEN, 2016, p. 47). Da mesma forma, terreno é definido como fruto das relações de poder, com uma herança geológica e militar, o controle que permite o estabelecimento e a manutenção da ordem. Como um “campo”, um local de trabalho ou batalha, é uma questão político-estratégica (ELDEN, 2016, p. 47).

Para Elden, território é antes de tudo uma *tecnologia política*, algo em si, de forma que Território deve ser abordado em si em vez de através de territorialidade, em sua relação com terra e terreno. Isto é, em termos de seu mapeamento, ordenamento, medição e demarcação, e a forma como é normalizado, pela permissão de circular e sua regulamentação interna – são objeto de cálculo. Território é mais do que meramente terra, e vai além de terreno, sendo interpretado como um conceito emergente de “espaço” como categoria política: é propriedade, distribuído, mapeado, calculado, delimitado e controlado (ELDEN, 2016, p. 52).

Por outro lado, uma adensamento das relações sociais sobre o espaço determina a ampliação destes contatos, obrigando o meio social a produzir mecanismos de vinculação ao território mais complexos, isto é, transformar a organização funcional dinâmica do espaço baseada primariamente no parentesco, em um sistema mais formalmente limitado orbitando ao redor da propriedade “privada”, controle administrativo e identidade locacional ou territorial.” (SOJA, 1971, p. 13).

As ações específicas, seja de um grupo social definido, ou um estado, propriamente ditos, na tentativa de exercer domínio e legitimação da posse de um determinado território, exigem, peremptoriamente, medidas de vinculação com o território. Nesta perspectiva, Soja interpreta a territorialidade como que fornecedora de um vínculo central entre o sistema político e o espaço geográfico no qual está incorporado - que representa tanto o principal

componente comportamental na organização política do espaço e uma força importante na formação de padrões de interação espacial humana. (SOJA, 1971, p. 19)

Neste ponto, Soja define territorialidade como um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influência ou territórios claramente demarcados que são diferenciados e considerados pelo menos parcialmente, exclusivos, por seus ocupantes ou definidores (p. 19). Dito de outra forma, a territorialidade também opera em uma escala social maior como meios de regular a interação social e como um foco para associação e *identidade* do grupo. Isto é, a territorialidade se estabelece através de padrões dinâmicos de interação humana, que são estruturados por uma organização territorial do espaço que tanto expressa, quanto atua na manutenção da integridade do grupo. Por fim, é nesta escala social, onde instituições formais e informais se desenvolvem para manter um sistema social em que a territorialidade representa um componente essencial na organização política do espaço. Mas qualquer que seja o seu critério de definição, a sociedade a territorialidade é uma base primária para a organização política do espaço - descrito no início deste trabalho como maneiras em que espaço e interação humana são estruturados para cumprir funções políticas. A organização política do espaço, por sua vez, fornece uma das bases importantes para a integração da sociedade. (SOJA, 1971, p. 33) Nesse nível, o sistema político é territorial com base e, através de seus subsistemas administrativos e legais, funciona como um mecanismo importante para a manutenção da ordem social e regular as relações entre indivíduos e grupos (cuja participação no sistema também é definida por limites territoriais) (SOJA, p. 21).

Concordamos com a definição de Stuart Elden ao definir território como uma *tecnologia política*, como um mecanismo artificial, concebido com fins políticos, buscando definir a localização de um determinado grupo no espaço, articulando fatores físicos que definem a espacialidade deste referido grupo. A territorialidade, por outro lado, age como que fornecendo mecanismos de manutenção deste território, como comentou Edward Soja, oferecendo coesão interna aos participantes do grupo, que culturalmente estabelecem vinculações efetivas entre si, entre-si e ambiente, entre-si e o território.

Neste ponto, é essencial seguirmos em outra rotina. É importante enfatizar mais uma vez que a territorialidade social pode surgir de uma variedade de influências comportamentais: semelhança étnica ou linguística, características econômicas, os laços de interdependência funcional. Por outro lado, isto significa o mesmo em quaisquer ambientes históricos e sociais? Qualquer que seja o seu critério de definição social, a territorialidade é

uma base primária para a organização política do espaço, entendida aqui como formas pelas quais a interação humana é estruturada para cumprir funções políticas. Sendo assim cabe o questionamento, qual a natureza das relações políticas em relação ao espaço nas antigas comunidades helênicas, em especial as póleis? Através de que vocabulário político estas comunidades se relacionavam com o espaço? De uma forma ou de outra, entende-se que a organização política do espaço, por sua vez, fornece uma das bases mais importantes para a integração da sociedade (SOJA, p. 33).

Território e a política os Antigos

Como já foi definido, percebemos o território como uma *tecnologia política*, e isso significa uma definição dinâmica, não um engessamento do conceito. Interpretamos tal conceito partindo da ideia que território é uma categoria específica e distinta de acordo com cada contexto geográfico e histórico, pois, como afirmou Elden, Território é uma questão histórica: é produzido, mutável e fluído (ELDEN, 2016, p. 53). Portanto, para a referência da noção de território para os Helenos deverá haver um conjunto de esforços e adaptações, à medida que esta definição e conceito, como colocamos em nossa época inexistia para os helenos.

Cabe ressaltar-se aqui, as definições de comunidade política na antiga Hélade não se definem exclusivamente na Pólis, mas também nos *ethne*, outra forma comum de organização política, principalmente em determinadas regiões das hélade, como Arcádia e Tessália. Estes dois modelos políticos não podem ser vistos como formas distintas de organização, mas como afirma Catherine Morgan (2003, p. 02). Em vez disso, devemos agora entender *poleis* e *ethne* não como formas distintas e alternativas de estado, mas como níveis de identidade aos quais os grupos se inscreveram em momentos diferentes e sob diferentes circunstâncias (MORGAN, 2006, P. 234). Por fim, podemos definir as *ethne* comunidades como uma identidade ligada a uma configuração de poder de caráter regional, coletiva e mais fluída, que poderia gerar ou não uma confederação ou póleis individuais, como define Mariana F. Virgolino (2018, p. 45-46). Por fim, destacamos ainda que é possível fazer distinção entre este modelo e a *pólis* a partir de critérios variáveis, como níveis de urbanização, acesso à vida política de determinada parcela da sociedade. Preferimos neste artigo privilegiar o debate territorial em torno da pólis.

A definição antiga da pólis e de seu território, passa obrigatoriamente pela relação de estabelecimento e ligações entre as regiões mais, e menos densamente povoadas. Mas, tanto

uma região como a outra estão interligadas por diversos mecanismos, sejam eles políticos, religiosos e sociais (MORRIS, 1987; POLIGNAC, 1984; HANSEN, NILSEN, 2004. e, SNODGRASS, 2006).

De uma maneira geral a definição de Território com base nas relações estabelecida sobre as noções de Pólis podem ser respaldadas mediante análise da documentação antiga. Aristóteles, em A Política aponta duas características essenciais para a definição da Koinónia seriam os cidadãos propriamente, Politai, assim como sua constituição, Politéia. ARISTÓTELES. Política. 1276b1). Aristóteles valoriza essencialmente em seu texto o papel e função da Constituição, como mecanismo efetivo de estabelecimento social, da fundação do bem comum, função básica e primeira da vida em comunidade. Por outro lado, esta associação de indivíduos não estava solta no espaço, mas em um território, que indica posteriormente como topos, isto é lugar, onde, de fato, a comunidade está posta.

Aristóteles mostra uma certa insatisfação com o estabelecimento no espaço físico. Para ele a residência em um determinado espaço físico não é, e não deve ser, condição exclusiva para o acesso à cidadania, isto é, para ser um cidadão morar em uma pólis, meramente, não é suficiente para a cidadania, assim como um espaço comum para se viver não torna tal comunidade uma pólis (ARISTÓTELES. Política. 1275a7; e, 1280b30).

Apesar disso, quando discute a possibilidade de mudança dentre de uma comunidade políade, Aristóteles indica a viabilidade de mudança em três níveis distintos: quanto ao lugar (*topós*), quanto à população (*antropói*), e quanto à constituição (*politéia*); por mais que privilegie as observações sobre a constituição, e assim deixe de lado os dois fatores anteriores, ele elenca como elemento de importância para a comunidade, o fator físico, como indicam Mogens Hansen e T. H. Nielsen (2004, p. 70). Além disso, observa no livro segundo de A Política, que como comunidade a Pólis tem como mais fundamental de seus aspectos o compartilhamento de um mesmo lugar (1260b40–61a2), e mais adiante, conclui, que um espaço comum para viver é uma condição necessária para a pólis (1280b31-32).

Por mais que haja dificuldade quanto à adaptação da noção contemporânea de Território ao mundo antigo, isso não é impeditivo quanto ao entendimento que estes construíram para si mecanismos de definição exata, física, de suas fronteiras e delimitações geográficas. Ser retirado do ambiente dos cidadãos, assim como da própria cidade é a punição daqueles, que de uma maneira, ou outra, se mostram perigosos à comunidade, o ostracismo: a punição é o exílio ; ao cometer crime ou sacrilégio, o julgado culpado e condenado à pena capital teria seu corpo arremessado fora dos limites da pólis ; um condenado, dentro dos

domínios da cidade, sendo pego pode ser morto por qualquer um em qualquer momento ; Disputas territoriais poderiam ser resolvidas através de uma arbitragem de outras comunidades , assim como destas disputas poderiam suscitar conflitos entre as diferentes comunidades (HANSEN, NILSEN, 2004, p. 70).

Heródoto empresta ao termo Pólis a noção de território, indicando pólis tanto no sentido de cidade, urbanisticamente, como seu interior, seu campo: O exército de Thera, ao contrário, tomando a direção do Levante em rota para o Quersoneso, atravessou a cidade de Ágora (HERÓDOTO 7.58.2). Xenofonte, por seu turno, denúncia o saque realizado pelo amigo Agesilau à região ocidental da Pólis de Tebas até a pólis de Tanagra (XENOFONTE. Helênicas. 5.4.49).

Há também um ponto de vista, cada vez mais predominante, que a possibilidade e o aparecimento da pólis esteja ligado à capacidade da realização de atividades conectadas com a construção de prédios e templos, da mesma forma que da organização de festividades religiosas, como aparato de unidade (SNODGRASS, 1980, p. 33, 58; SOURVINOU- INWOOD, 1993, p. 13.; POLIGNAC, 1995, p. 15).

François de Polignac no clássico *La naissance de la cité grecque*, já destacava a construção de templos e santuários como marcos definidores de poder e identidade helena fisicamente postos. Isto é, na busca pelas origens da pólis Helênica de Polignac defende a noção que não somente, mas principalmente é a religião um mecanismo capaz de gerar solidariedade e coesão social suficientemente intrincadas ao ambiente social de forma a produzir um ambiente como a pólis. O que chamamos de pólis resultou do estabelecimento progressivo de coesões sociais e de hierarquias que tornaram a forma de busca por um acordo com relação à escolha dos cultos mediadores e das modalidades de participação em seus ritos (POLIGNAC, 1995, p. x). Muitos dos principais santuários eram extra-urbanos e muitas vezes situados no limiar do território, quase como uma demarcação do território (POLIGNAC, 1995, p.21-25, 33-41).

Nessa perspectiva a constituição do espaço da pólis é tema privilegiada para o estabelecimento deste debate, a proposição do estudo da cidade, e do seu território, como indicam Elaine Hirata e Maria B. Florenzano (2009, p. 10), entendidos como elementos importantes quanto à organização do espaço políade, que, de fato, têm características bastante próprias, mas com um funcionamento compassado, destacam as autoras, estruturaram como ambiente construído, do período Arcaico ao Helenístico, a sociedade dos antigos Helenos.

Além disso, de acordo com Catherine Sourvinou-Inwood a religião grega é formada por uma rede de sistemas religiosos que interagem entre si, dentro de uma dimensão religiosa pan-helênica. Sourvinou-Inwood defende que foi a Pólis que exerceu uma autoridade institucional que, de uma forma ou de outra, organizava o universo e mundo divino em um sistema religioso, amplo e complexo. Foi na Pólis que houve o arranjo do conjunto dos deuses Helenos, o panteon propriamente, e definiu um sistema de cultos, rituais, santuários particulares e um calendário sagrado. A pólis ancorou, legitimou e mediou toda a atividade religiosa (SOURVINOU-INWOOD, 2000, p. 19).

De acordo com autora, foi a articulação dada em cada comunidade, seja do culto, da história, suas modalidades específicas, enfim, aspectos da divindade, realizadas na cidade que os deuses cultuados nas diferentes póleis eram, obviamente, percebidos como os mesmos deuses. O que os diferenciava era a articulação precisa do culto, sua história, suas modalidades específicas, os aspectos de cada divindade que a cidade escolhia enfatizar, no caso, quais divindades eram mais proximamente conectadas e importantes (2000, p. 18). Nessa perspectiva, a pólis grega articulou a religião e ao mesmo tempo foi articulada por ela; a religião tornou-se a ideologia central da cidade, pois estruturou e deu sentido a todos os elementos que formavam a identidade da pólis, seu passado, sua paisagem física, a relação entre suas partes constituintes, como afirma Lillian de Angelo Laky (2012, p. 12).

Identidades: modernas e Antigas.

Seguimos o modelo de interpretação que vincula à posse e utilização do território à mecanismos de constituição de *coesão social* por meio da vinculação à grupos identitários comuns. Isto é, os territórios são demarcações de natureza política do espaço. Seja por um indivíduo, grupo, país, nação ou *Pólis*, para a manutenção e usufruto da posse deste território a criação e manutenção de mecanismos de vinculação entre os habitantes deste referido espaço são essenciais, como já destacamos, a religiosidade e o culto, especificamente, agem nesse sentido, por outro lado, é essencial definir mais claramente o que chamamos *identidade*, sua função e sentido.

Ao articular mecanismo de identificação comum, vinculadas a um passado mítico em comum, a um conjunto de práticas comuns, ao culto de toda uma série de divindades e heróis em comum, a comunidade helênica, que chamamos pólis, pode ser vista como uma comunidade imaginada (DE POLIGNAC, 1995; HALL, 2007; VIRGOLINO, 2018).

Identidade para os Antigos

Da mesma forma, a pólis não só exerceu mais autoridade religiosa do que qualquer grupo ou indivíduo, forneceu as bases estruturais e conceituais sobre as quais o sistema de culto foi articulado (LARSON, 2007, p. 12). Sobre Culto, utiliza-se neste projeto a noção de Colin Renfrew (1985, P. 12) quando afirma: “ser o culto um sistema de crenças que encontra expressão na ação – um sistema de ações padronizadas em resposta às crenças religiosas”. Da mesma forma que coloca Lisbeth B. Christensen “um complexo de atividades religiosas concentradas em uma ou mais divindades ou heróis, incluindo rezas, rituais, sacrifícios e dedicações” (CHRISTENSEN, 2009, p. 21).

Pode-se então aferir um dos elementos performáticos do Culto é o ritual, que corresponde a um conjunto repetitivo e performático de ações e gestos, buscando simbolicamente a repetição de determinada ação divina. Neste sentido, destacamos o papel do ritual, tanto na articulação com o divino, como na aplicação na da noção de Paisagem Religiosa, pois, como coloca Michael Flower (p. 435) “todos os festivais das Pólis gregas representaram a forma mais espetacular de experiência religiosa e serviram para forjar uma identidade compartilhada que unisse os membros da comunidade”. À medida que se pode dizer que os festivais são experiências coletivas altamente emocionais, ricos de “Efervescência Coletiva”, nas palavras de Émile Durkheim (1995, p. 218), que por isso tendem a suprimir as divisões entre indivíduos e grupos ou, por outro lado, fortalecê-las. Em Esparta, a função social dos festivais foi especialmente importante, pois atuava articulando e reforçando o *ethos* comunal e coletivo.

Quando Moses I. Finley afirmou não existir entre os antigos gregos nem mesmo a tentativa de se produzir uma noção de nacionalidade (FINLEY, 1985, p. 127), ele não esgotou o debate. Pelo contrário, os anos de 1980 viram o surgimento de intensos debates sobre as relações de Identidade e Alteridade entre os gregos antigos. Primeiro em 1980 com *Le miroir d'Hérodote* (1980), de François Hartog, e *Inventing the Barbarian* (1989), de Edith Hall. Tanto um texto como o outro plasmaram o debate de uma época sobre a Identidade grega, baseada na oposição ‘nós’ e ‘eles’. Hartog, utiliza primordialmente Heródoto, produzindo um que chamou de *retórica da alteridade*, isto é, Heródoto adapta sua narrativa à sua audiência, edesta feita, consegue produzir uma análise que retoma muito mais à definição de quem são os gregos, que, por fim, quem são os *bárbaros*. Já Edith Hall, trabalha principalmente com a peça Os Persas, de Ésquilo. Apesar de pressupostos teóricos distintos, os autores chegam à conclusões parecidas, pois convergem quanto à forma com que os gregos criaram um retrato

imaginário do *barbaroi*, como refletindo a formação e articulação de uma identidade grega, uma identidade que incluiu, além de muitas oposições típicas de qualquer dicotomia “nós- eles”, a característica noção de que a liberdade política, tal como concebido pelos gregos.

Em 1997 Jonathan Mark Hall publica *Ethnic Identity in Greek Antiquity*, onde indica ser a identidade grega fruto de um processo: Em época Arcaica a construção de um mecanismo identitário tem base étnica, destacado pela construção de um ‘ancestral imaginadoem comum’ (HALL, 1997). Neste sentido o conjunto de definição de atributos pelos quais a adesão a uma etnia é finalmente determinada, são os resultados de uma série de decisões conscientes e socialmente firmadas, que anexam significância a certos critérios a partir de um conjunto universal, enquanto ignora outros (HALL, 1997, p. 20-21). Apesar da base dessa construção ser o mito, Hall, não atribui à religião papel de importância neste arranjo.

É importante ressaltar, umas das principais funções dos rituais seria o estabelecimento de solidariedade entre os participantes. O culto também era capaz de criar e manter laços de contato (SOURVINOU-INWOOD, 2000, p.22). Não sem sentido, Heródoto (VIII.144.2) considerava que os gregos se sentiam como que partícipes de uma comunidade atrelada mediante ao culto e o parentesco, *Tón Koinón*. Esse arranjo identitário toma corpo mediante as Guerras contra os Medos, os Bárbaros. (MITCHELL, L. 2007, p. 15). É neste contexto que Heródoto, novamente, indica determinados fatores que uniriam os gregos entre si “a mesma língua, tendo os mesmos deuses, os mesmos templos, oferecendo os mesmos sacrifícios” *Tón Hellenikón* (HERODOTO. VIII.144.2). Heródoto apela aos espartanos pelo reconhecimento de um sentimento em comum baseados em aspectos puramente culturais, ou dispostos culturalmente.

Mesmo que forma retórica, os antigos helenos se vinculavam através de suas respectivas *ethné*, mas entendemos, como Mogens Hansen (2000, p. 19), que a comunidade local seria etnicamente afiliada às populações das cidades-estados vizinhas, mas a identidade política é focada na própria cidade-estado e baseada na diferenciação de outras cidades- estados.

Diante das perspectivas até aqui expostas, urge a necessidade de um posicionamento quanto à perspectiva adotada. Percebemos que haveria, sim, um sentimento de partilha cultural no seio da comunidade helênica, principalmente no contexto hereodoteano, isto é, no pós-guerra pérsica. Heródoto, clama, na voz ateniense aos espartanos que seguissem, junto consigo, lutando contra os persas, e dizendo sendo os Helenos do mesmo sangue, falando a

mesma língua, tendo os mesmos deuses, os mesmos templos, oferecendo os mesmos sacrifícios, seguindo os mesmos usos e costumes. (HERÓDOTO. VIII. 144.2).

A Guerra contra os persas é essencial na definição de uma oposição suficientemente capaz de opor claramente as distinções entre gregos e outros (MITCHELL, 2007). De outra forma, diante da oposição do *outro*, o elemento identitário grego aflora de forma definitiva, impondo uma conexão estabelecida pelo vínculo mais duradouro e eficiente possível, o *culto*, os *sacrifícios* em comum. É importante que se destaque, como aponta Lynnette Michell: os gregos se viam como tendo mais do que um passado e um presente em comum, viam seu futuro como que de várias formas vinculado. (p. XV). Além do culto, como forma de expressão ritual, os espaços cúlticos também representam espaços de expressão do sentimento comunitário. Para Louise Bruit-Zaidman, a instância física local que liga um conjunto de devotos à divindade cultuada, por meio da expressão espacial, ou seja, o lugar físico. Mas para amalgamar tais relações, ou seja, torná-las mais completas, efetivas, os indivíduos que ali se reúnem, seja de forma cívica ou religiosa, estabeleciam entre si vinculações tanto de natureza política quanto religiosa, simbólica (BRUIT-ZAIDMAN, 2010, p. 55-56).

Conclusão

Ian M. Morris, refletindo em um artigo de 2003, defendeu que o mundo antigo nos fornece imagens e representações essenciais para refletirmos sobre nós mesmos. Ele defende que aspectos como identidades e etnicidades são categorias que viabilizam o que chama de *good to think with* (MORRIS, 2003, P. 32). Isto é, categorias que são boas para pensar, para refletirmos sobre nossa própria sociedade e cultura, de forma articulada, pensando de que formas os antigos gregos se postaram diante de dilemas parecidos.

Edward Soja e Stuart Elden nos colocaram diante do dilema que refletir sobre o território, categoria que muitas vezes vista, quase que como, aprioristicamente, de forma dada, tem natureza espacial, que encapsula todo um debate de natureza política, e consigo, absolutamente cultural. O Território é uma tecnologia política imbricada tanto geograficamente, como historicamente de maneira distinta nas mais diversas sociedades humanas. Os mecanismos de construção e vinculação de indivíduos e grupos ao território são possíveis a partir de ações intencionais, objetivas, que buscam territorializar indivíduos e grupos, e assim, construir e manter vínculos efetivos e afetivos de ligação com o respectivo recorte no ambiente. A Identidade cultural é uma ferramenta cara a este modelo.

Vimos que nas comunidades helênicas a religiosidade, e o culto, sua linguagem, mais fluente, estavam articuladas a uma linguagem política de definição da comunidade políade. A religiosidade articulava e era articulada pela pólis como um eficiente mecanismo de vinculação social, coesão social, e por outro lado, de manutenção do *status quo*, das comunidades helênicas da época clássica.

Optamos pela definição de território da pólis, inicialmente pela disponibilidade de fontes, tanto de natureza material quanto literária, e posteriormente pela incapacidade de adaptação de outras organizações políticas formuladas pelos antigos helenos, como as *ethne* comunidades, que devido à sua própria compleição física, limitam o estabelecimento de um território físico. Mesmo entendendo que o modelo políade não é engessado, mas altamente dinâmico, optamos por essa organização política e social.

A partir de Stuart Hall, percebemos que as identidades culturais são artefatos culturais altamente complexos. Tem natureza híbrida e dinâmica, e cujo debate, gestado como fruto da reflexão da *modernidade tardia*, nos permite observarmos nosso tempo de forma contemplativa, sem construir modelos estanques de aplicação ao mundo antigo. Já os antigos, principalmente Heródoto articula vínculo e efetivos entre as várias comunidades gregas por meio do culto e dos sacrifícios em comum. Apesar disso, as interpretações modernas orbitam em torno da possibilidade retórica da aplicação do conceito, à percepção que sim, os antigos helenos se viam como tendo passado, presente e futuro em comum.

Bibliografia

ANSCHUETZ, K F. WILHAUSEN, R. H. SHEICK, C. L. **An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions.** Journal of Archaeological Research, Vol. 9, No. 2, 2001. P. 158.

ARCHIBALD, Z.H. "Space, Hierarchy, and Community in Archaic and Classical Macedonia, Thessaly, and Thrace" In: BROCK, R. & HODKINSON, S. (eds.) **Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece.** Oxford: Oxford University Press, 2000, p.214.

BRUIT-ZAIDMAN, Louise. **Os gregos e seus deuses: práticas e representações religiosas da Cidade na época Clássica.** 2010. P. 55-56

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

ELDEN, S. Terra, terreno e território. **Geografares**. Janeiro-Junho, 2016, p. 42-60.

GREGORY, D. JOHNSTON, R. PRATT, G. WATTS, M. P. **The Dictionary of Human Geography**. 5th ed. Chichester: Blackwell Publishing, 2009.

HALL, E. **Inventing the Barbarian: Greek Self-Definition through Tragedy**. Oxford: Oxford University Press, 1989

HALL, J. M. **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

325

_____. **Hellenicity: Between Ethnicity and Culture**. Chicago: The Chicago University Press, 2002.

_____. "How 'Greek' Were the Early Western Greeks?" In: LOMAS, K. (ed.) **Greek Identity in the Western Mediterranean**. Leiden: Brill, 2004.

_____. **A History of the Archaic Greek World, ca.1200-479 BCE**. Londres: Blackwell, 2007.

_____. "Polis, Community and Ethnic Identity" In: SHAPIRO, H. A. **Cambridge Companion to Archaic Greece**. Cambridge University Press, 2007.

_____. "Early Greek Settlement in the West: the Limits of Colonialism" In: BOSHER, K. (ed.) **Theater Outside Athens: Drama in Greek Sicily and South Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HANSEN, M. H. 'The Polis as an Urban Centre and as a Political Community'. **CPCActs 4**. 1997. P. 9–86.

HANSEN, M. H. (Ed.). **Comparative Study of Thirty City-state Cultures: An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre**. Copenhagen: Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 2000.

_____. Πόλις as the Generic Term for State'. **CPCPapers. 4**. 1997. P. 9–15.

_____. **Polis**. An Introduction to the Ancient Greek City-State. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HANSEN, M. H.; NILSEN, T. H. **An Inventory of Archaic and Classical Poleis**. Oxford, Oxford University Press, 2004.

HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a Representação do Outro. 2ª ed. Trad. Jacyntho L. Brandão Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LAKY, L. A. **Olímpia e os Olimpíeia**: a origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.c. 2012. 560 f. Dissertação(Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MITCHELL, L. **Greeks Bearing Gifts**: The Public Use of Private Relationships in the Greek World, 435-323 BC. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. "Ethnic Identity and the Community of the Hellenes: review of J. Hall, 2002, *Hellenicity: Between ethnicity and culture*", **Ancient West & East**, 4, 2005.

_____. **Panhellenism and the Barbarian in Archaic and Classical Greece**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2007.

MORGAN, C. **Early Greek States Beyond the Polis**. Londres: Routledge, 2003.

_____. "Ethne in the Peloponnese and Central Greece" In: DEGER-JALKOTZY, S. & LEMOS, I.S. (eds.) **Ancient Greece**: from the Mycenaean Palaces to the Age of Homer. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006,

MORRIS, I. M. **Burial and Ancient Society**: The rise of the Greek city-state. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1987;

_____. "Mediterranization", **MHR**, 18, n.2, 2003,

POLIGNAC, F. **Cults, Territory and the origins of the Greek City-State**. Trad. Claude Mossé. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

SOJA, E. The political organization of space. **Commission on College Geography Resource Paper 8**. Washington, DC: Association of American Geographers, 1971.

SOURVINOU-INWOOD, C. "What is Polis Religion?" In: BUXTON, R. (ed). **Oxford Readings in Greek Religion**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.22-27.

SNODGRASS, A. **Archaeology and the Emergence of Greece**. Edinburgh, Edinburgh University Press: 2006;

TRABULSI, J. A. D. **Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VIRGOLINO, M. F. **Redes, Stásis e Estabilidade na Grécia Antiga:** um Estudo em Cultura Política. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA SOB O OLHAR DISCENTE

Clivya da Silveira Nobre¹

INTRODUÇÃO

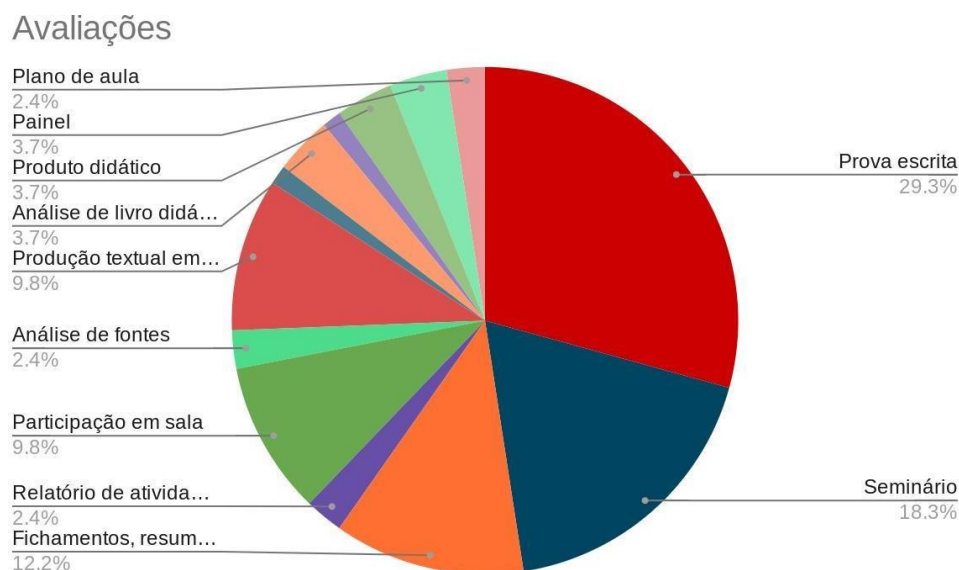
O curso superior de História Licenciatura da UFRN é o espaço de formação de grande parte dos professores de História no Rio Grande do Norte. A reflexão sobre a formação ofertada por esse curso pode ser essencial para subsidiar estudos sobre o ensino de História que está sendo promovido nas escolas de ensino fundamental e médio no estado em questão. Diante disso, neste trabalho buscarei partir de minha experiência como graduanda deste curso entre os anos de 2016 e 2020, para analisar alguns aspectos da formação que recebi como profissional da História e como educadora.

1. Aprendizagens e desafios nas disciplinas do curso

Quando iniciei a graduação, em 2016, me dediquei ao longo do ano quase que exclusivamente as atividades, leituras e discussões promovidas pelas disciplinas obrigatórias, adiando a minha participação em atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão. Nesse período de adaptação meu primeiro desafio foi acompanhar a leitura da bibliografia básica de cada disciplina, aprender a analisar e discutir os conteúdos, confrontando produções de diversos autores e estas habilidades foram as mais exercitadas e aprimoradas neste momento, e depois percebi que continuou sendo no decorrer das demais disciplinas do curso.

¹ Graduanda em História – UFRN. Endereço de e-mail: clivyahistoria@gmail.com.

GRÁFICO 1 - MODELOS DE AVALIAÇÃO NO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA DA UFRN (2015-2019)



Fonte: FERREIRA, No prelo.

Era nítida a dedicação de alguns professores em articular outras habilidades ao longo do semestre, como iniciar as bases da pesquisa histórica, estimular o pensar sobre o ensino daquele conteúdo na escola e sobre recursos que poderiam ser utilizados neste objetivo. Porém, o tempo dedicado a esse tipo de atividade foi mínimo, se comparado ao da leitura, interpretação e discussão dos textos básicos de cada disciplina.

Em diálogo com essa percepção, e de acordo com levantamento elaborado por Isabela Ferreira (Gráfico 1), historiadora e também ex-aluna da graduação em História da UFRN, prova escrita, apresentação de seminário e fichamentos e resumos compõem mais que a metade das avaliações do curso. Percebi como resultado disso que, tanto eu como colegas mais próximos, compartilhávamos as mesmas impressões: tínhamos mais dificuldades em atividades que demandavam a reflexão e a prática do ensino e da pesquisa do que as demais atividades, exercitadas por mais tempo nas disciplinas.

Erinaldo Cavalcanti, em artigo sobre o tempo dedicado ao ensino de História e ao livro didático nos currículos dos cursos de graduação em História das universidades da região norte do país, identificou aspectos que se assemelham com as impressões já citadas sobre o curso da UFRN. Ao utilizar as matrizes curriculares dos cursos e as ementas das disciplinas como fontes documentais para análise, constatou o privilégio da divisão temática/temporal política tanto na História Geral (disciplinas para História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) quanto na História do Brasil (disciplinas sobre Brasil Colônia, Império e

República), o que pode indicar certa valorização do ponto de vista político e cronológico na seleção de conteúdos indispensáveis para os cursos (CAVALCANTI et al., 2018, p.34).

Este elemento apontado por Cavalcanti de assemelha ao currículo de cursei no curso de História da UFRN, especialmente em relação à História Geral, cujos cada um desses recortes cronológicos recebem dois componentes curriculares. Ele também identificou variedade da quantidade de disciplinas dedicadas especificamente ao ensino de história entre as obrigatórias, entre um e oito componentes curriculares, dependendo do curso, dentro do total que é cerca de quarenta disciplinas por curso (CAVALCANTI et al., 2018, p.36).

O currículo que estava em vigor quando entrei no curso de História da UFRN, o de 2004, não tinha nenhuma disciplina obrigatória voltada ao ensino de História especificamente, apenas optativas, apesar da prática de ensino ter estado pulverizada dentro da carga horária de diversas disciplinas, algo que foi mudado com a reforma curricular de 2019 e a criação das Práticas como Componente Curricular como disciplinas em si. A guisa de conclusão, Cavalcanti afirma que

A problematização não é sobre a questão meramente quantitativa do tempo. Entretanto, essa questão é importante na medida em que nos permite aludir sobre o tempo destinado aos debates envolvendo o ensino da própria História. Nos permite questionar a seleção de determinado tempo para certas temáticas em detrimento de outras, percebendo a disparidade entre as disciplinas que são direcionadas a certas temáticas de estudo e a outras não. Nessa dimensão, não seria inverossímil afirmar que quanto menos tempo destinado aos debates que envolvem o ensino, durante a formação inicial, menos condições de reflexão e possibilidades de construção para mudanças no exercício da docência serão construídas. Em outras palavras, quanto menor for o tempo destinado às reflexões sobre o ensino e, por conseguinte, à formação docente dos futuros professores, menores serão as condições de ressignificar a prática docente na educação básica, a partir do espaço de formação inicial. Menores serão as condições de estabelecer relações entre o período de formação inicial do professor de História na universidade e seu espaço de atuação no universo da educação básica. (CAVALCANTI et al., 2018, p.37-38)

Essa conclusão dialoga do que constatei em minha experiência de aluna do curso. Quando comecei a atuar como bolsista do PIBID, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, em 2017, justamente por sentir falta da prática e da discussão sobre o ensino nas disciplinas, me deparei com enorme dificuldade. Diferente de colegas que já estavam no programa, e dos que escolheram previamente cursar disciplinas optativas voltadas para o ensino de História, tive que aprender no decorrer da atuação docente a articular a

pesquisa e o ensino no planejamento e nas aulas, o que foi uma experiência pessoalmente desafiante.

Ao descrever a formação recebida pelos graduandos dos cursos de História, Freitas e Oliveira (2014, p.115) explicam que:

Provas tradicionais (no estilo perguntas e respostas), avaliadas de forma pontual (marcadas para um dia, realizada em duas horas), ou trabalhos escritos aligeirados são as atividades que ainda predominam junto com as atividades orais. Trabalhos com maior densidade de escrita estão restritos aos Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias e/ou Relatórios de Estágio Supervisionado. O que se observa é a enorme dificuldade de desenvolvimento desses trabalhos. (...) Se for possível, ainda na graduação, produzir conhecimentos originais, ainda melhor. Mas, pelo menos, o exercício sistemático da pesquisa. Com a oportunidade de errar, de consertar e de construir conhecimento (...) compreendendo a forma de produção do conhecimento histórico na pesquisa como fundante para a produção do conhecimento histórico no ensino.

Antes de desenvolver trabalhos extracurriculares de extensão e pesquisa, esta dificuldade que foi citada era muito presente na minha trajetória acadêmica. A disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica, obrigatória também para licenciatura no currículo de 2004, propunha a elaboração de um plano de trabalho para pesquisa histórica. Ao cursá-la, eu e colegas próximos compartilhamos de aflições semelhantes: dificuldade em identificar as etapas da pesquisa, de articular problematização, as fontes e a metodologia, entre outras, ao passo que colegas que já atuavam em bases de pesquisa do departamento tiveram larga vantagem nesse quesito.

Certamente as dificuldades que eu estava enfrentando na disciplina, a adaptação e a aprendizagem com a tentativa e erro, foram circunstâncias vividas por esses colegas envolvidos em projetos de pesquisa extracurriculares, antes de cursar essa disciplina e depois também, visto que a formação do pesquisador historiador é contínua. Mas Metodologia da Pesquisa Histórica não foi o único componente curricular que incluía atividades de exercício da pesquisa. Porém, nessas outras disciplinas, algo similar ocorria: como o tempo maior da disciplina estava dedicado à discussão da bibliografia, pouco espaço restava para o acompanhamento dessas atividades dentro da carga horária regular da disciplina.

Fiz parte de uma das últimas turmas que entraram no curso ainda com o currículo antigo, de 2004, e que ainda esteve cursando a graduação durante a transição de um currículo para o outro. Em 2018, se concluiu o amplo debate que levou a reforma da grade curricular do curso de licenciatura em História, o que deu origem ao novo currículo, que passou a ser

aplicado a partir de 2019. A principal mudança de um currículo para o outro foi a adição de uma nova categoria de disciplina: a Prática como Componente Curricular (PCC). De acordo com o Projeto Pedagógico do curso

Essas alterações foram realizadas com o intuito de fortalecer o ensino como eixo de formação na licenciatura em História. A carga horária destinada às práticas como componente curricular, na estrutura antiga, era distribuída em algumas disciplinas da estrutura curricular sem garantir, efetivamente, uma discussão mais aprofundada sobre essas práticas. Em razão disso, foram criadas disciplinas específicas, com intuito de associar, em cada semestre do curso, as discussões teóricas a práticas vivenciadas na escola básica. (UNIVERSIDADE, 2018, p. 74)

A criação de sete PCC's totalmente voltadas aos diversos aspectos da prática de ensino é mais uma evidência de que o currículo antigo era carente na questão da prática, mas existe o risco de, diante de disciplinas específicas para a prática de ensino, as demais disciplinas acabem não tendo mais atividades buscando aliar ensino e pesquisa, algo que poderia reforçar ainda mais o distanciamento entre essas duas atuações do historiador. Para alunos ingressantes até 2018, as PCC's estavam disponíveis com optativas, mas a presença de disciplinas obrigatórias da grade curricular antiga no mesmo horário afastou parte dos alunos de turmas anteriores a de 2019 dessas disciplinas.

2. Aprendizagens da experiência na iniciação científica

A partir de 2017, comecei a participar de um plano de trabalho da iniciação científica como voluntária, orientada pelo prof. Magno Santos. A pesquisa sobre a produção intelectual no Rio Grande do Norte do início da República tinha como principal fonte documental a ser utilizada a fonte jornalística. Foi nessa ocasião que passei a dar os passos mais firmes na pesquisa científica, apesar das dificuldades, fruto da inexperiência diante das fontes e da falta de prática na articulação entre problematização, fontes e metodologia. Foi naquele contexto que tive espaço para errar e me corrigir, me aprofundar em leituras sobre metodologia de uso daquele tipo de fonte que estava utilizando, ao mesmo tempo em que aplicava essa teoria na minha produção.

Recordo-me de quando o conceito de “questão-problema”, ideia tão abstrata e obscura a princípio, foi criando formas mais definidas e se tornando concreto na medida em que a mobilização desse elemento era constantemente feita na pesquisa. Posteriormente, quando disciplinas apresentavam atividades que demandavam a pesquisa histórica, a facilidade que tive era nítida, após essa experiência, e sempre que possível eu recorria ao tipo

de fonte com o qual me habituei a trabalhar na iniciação científica para dar suporte a essas atividades.

3. Aprendizagens da experiência em projeto de extensão

Em 2018, comecei a participar de uma ação de extensão, também coordenada pelo Prof. Magno, que visava identificar e organizar os títulos de produções bibliográficas elaboradas por professores e ex-professores do curso de História da UFRN, parte das iniciativas de resgate da memória do curso na efeméride dos 60 anos de sua existência. Além do contato com o acervo do NEHAD, Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentação, que me permitiu ter noções básicas sobre organização e conservação documental, outra habilidade foi desenvolvida nessa atividade. Uma das tarefas que eu tive nessa ação era a leitura dinâmica das produções para construção de um resumo para cada uma delas.

A leitura das obras me permitiu atentar para fontes utilizadas, metodologias aplicadas, o suporte teórico delas, diálogos com outras produções, e principalmente, facilidade em identificar o estilo dos autores e seus posicionamentos, não só através dos escritos, mas também dos “não escritos”, dos silêncios sobre determinados temas. Visto que eu tive dificuldades na disciplina de Historiografia Brasileira em estabelecer as diferenças historiográficas dos autores, minha participação nessa ação de extensão foi de grande aprendizagem. O principal legado dessa atuação na minha trajetória foi despertar em mim o interesse para uma área de pesquisa, a História do Ensino Superior de História, além de conhecer as principais fontes que posso mobilizar na pesquisa dessa área.

4. Aprendizagens e desafios da experiência em projeto de ensino: o PIBID

Para o aluno que está sendo formado para a docência, especificamente aquele que está em sua primeira licenciatura, encarar a sala de aula pela primeira vez é ao mesmo tempo fonte de grande expectativa e ansiedade. Ao fim de um curso da licenciatura, é comum e até natural a sensação de não estar pronto para a sala de aula, visto que a realidade de professor efetivo é uma experiência que tem suas particularidades. Apesar disso, o papel da licenciatura é, tanto quanto possível, diminuir essa sensação, exercitando com frequência as habilidades necessárias para a formação docente que promova o ensino transformador e que desenvolva a crítica e a cidadania nos alunos do ensino básico.

Quando comecei a fazer parte do PIBID, em 2017, meu propósito foi o aprofundamento nessa prática. O primeiro desafio que eu precisei superar foi a falta de referência. Ao planejar e aplicar as aulas, minha memória insistia em buscar parâmetros nos meus professores do ensino básico, que no geral, não promoveram um ensino transformador nem crítico. Mas a maior dificuldade que tive era ainda outra: ensinar História a partir do próprio método histórico. Se naquele momento eu estava ainda aprendendo o método histórico, utilizar ele no ensino e fazer dos alunos parte do processo de construção do conhecimento e não apenas o receptor desse conhecimento pronto foi para mim uma grande dificuldade.

É considerável que o edital de avaliação das obras didáticas do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) é uma importante fonte documental para a compreensão de quais elementos do processo de ensino-aprendizagem o Estado brasileiro valoriza e destaca como imprescindíveis. E um dos aspectos ressaltados nesse documento é a necessidade de posicionar o aluno como protagonista da própria aprendizagem.

1.4.1.16. Garantir a prevalência de metodologias ativas por meio do uso pedagógico de métodos e técnicas de pesquisa social, valorizando a investigação científica e posicionando o estudante no centro do seu processo de aprendizagem. É necessário que os jovens vivenciem, sistematicamente, as práticas de pesquisa relacionadas às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O desenvolvimento dessas práticas deve ocupar espaço central nos volumes, porém, de forma coerente e funcional com o conjunto dos outros elementos composicionais da obra (textos principais, textos complementares, imagens, demais atividades etc.). (BRASIL, 2019, p.82)

Para garantir o cumprimento dessa demanda, se faz necessária a diferenciação entre a narrativa histórica e o processo de construção dessa narrativa. Isto sendo feito de acordo com as capacidades cognitivas próprias da idade e do nível de escolaridade de cada série, é algo que precisa ser trabalhado já no ensino básico. Afinal, estas habilidades não são exclusividade da formação do historiador, mas sim da formação do cidadão crítico e consciente das origens das intenções que estão por trás das narrativas. Ainda em diálogo com essa perspectiva, Maria Auxiliadora Schmidt reforça que

A aula de história é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação de conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento. É também o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade do professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir pessoalmente. De outro lado, a opção de

tornar-se apenas um eco do que os outros já disseram. A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmitem informações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos. (2004, p.57)

Importante destacar nessa reflexão que fazer a mediação e colocar o aluno em posição de protagonismo da construção do conhecimento não significa falta de planejamento nem falta de clareza nos objetivos aos quais se pretende alcançar no processo de ensino-aprendizagem conduzido pelo professor. A linha que separa essas duas formas de ensinar é tênue e uma das vantagens de ter estado no PIBID, acompanhada de perto pelos professores da escola, as coordenadoras do projeto e pelos demais colegas, é que, na incorrência da ultrapassagem dessa linha tênue, a correção pode ser mais fácil de ocorrer. Com mais tempo de prática, de planejamento e de aplicação de planos de aula, mais corriqueira foi a reavaliação da minha prática.

Em seu discurso “Ideologia e Educação”, proferido na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1979, Marilena Chauí operacionalizou o conceito de Ideologia para analisar discussões pedagógicas em evidência naquele momento e que ainda o são na atualidade. Em sua fala ela investiga de que modo a educação brasileira pode estar reproduzindo uma ideologia que reforça a desigualdade, e propõe caminhos para uma atuação docente que rompa com essa ideologia. Nesse sentido, ela afirma que

Ao professor não cabe dizer “faça como eu”, mas “faça comigo”. O professor de natação não pode ensinar o aluno a nadar na areia fazendo-o imitar seus gestos, mas leva-o a lançar-se na água em sua companhia para que aprenda a nadar lutando contra as ondas, fazendo seu corpo coexistir com o corpo ondulante que o acolhe e repele, revelando que o diálogo do aluno não se trava com seu professor de natação, mas com a água. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor, simples mediador. (CHAUI, 2016, p.257)

Levando esta proposta para a área do ensino de História, compreendo esta “água” a qual Chauí se refere metaforicamente como sendo o método histórico que produz o conhecimento veiculado nos livros e outros suportes didáticos. Não considero esta tarefa fácil, visto que em minha própria atuação dentro de projetos de ensino, ser mais mediadora do conhecimento do que “Mestra/guru”, para utilizar os termos de Chauí, foi uma meta a ser perseguida e um desafio constante.

E para que o ensino de História por meio da utilização do método histórico seja algo possível, o uso de fontes é algo indispensável. Inclusive não é raro que os livros didáticos tragam fontes diversas ao longo do corpo do texto, como, por exemplo, pinturas, ilustrações

de artefatos e trechos de documentos escritos. Porém, algo que precisei compreender e reinventar na minha prática nos programas de ensino foi o uso dessas fontes em sala de aula e a busca e por outras fontes, para além daquelas que o livro didático traz. De acordo com Schmidt

Um dos elementos considerados hoje imprescindíveis ao procedimento histórico em sala de aula é, sem dúvida, o trabalho com as fontes ou documentos. A ampliação da noção de documento e as transformações na sua própria concepção atingiram diretamente o trabalho pedagógico. (...) As mudanças [renovações teórico-metodológicas da História e novas concepções pedagógicas] tem sido importantes para fazer com que os alunos passem da análise, observação e descrição do documento para uma fase em que este sirva para introduzi-lo no método histórico. Outro aspecto a destacar é que tais mudanças podem levar a superação da compreensão do documento como prova do real, para entendê-lo como documento figurado, como ponto de partida do fazer histórico na sala de aula. Isso pode ajudar o aluno a desenvolver o espírito crítico, reduzir a intervenção do professor, e diminuir a distância entre a história que se ensina e a história que se escreve. (BITTENCOURT, 2004, p.61-62)

E nessa perspectiva buscamos levar a análise das fontes usadas em aula a uma ressignificação, na qual elas fossem submetidas a um olhar crítico, fossem interpretadas a partir do conhecimento de quem foram os sujeitos produtores delas e quais os objetivos dessa produção. Esse exercício nem sempre teve resultados satisfatórios, mas a prática foi enriquecedora na minha formação, pois pude constantemente refletir sobre quais as adaptações eram necessárias para que esse trabalho fosse sempre melhor sucedido nas ocasiões seguintes.

No PIBID é comum o incentivo a elaboração de projetos que unissem as diferentes turmas e os bolsistas da escola numa mesma atividade. E quando entrei no PIBID a escola a qual eu estava ligada, a Escola Municipal Prof^a Teresinha Paulino de Lima, tinha tido um pouco antes a atividade intitulada “Caça a Fonte”. De forma resumida, o jogo pedagógico consistia em levar os alunos a procurar fontes históricas previamente espalhadas pelos bolsistas nos espaços da escola e, de acordo com as “pistas” elaboradas pelos bolsistas, analisar essas fontes, interpretá-las e relacioná-las umas com as outras.

Com o sucesso da atividade, os colegas bolsistas a adaptaram para aplicar na Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da UFRN, a CIENTEC. Meu papel nessa nova atividade foi selecionar novas fontes e elaborar novas pistas. E a dificuldade de compreender a utilização do método histórico no ensino foi meu principal obstáculo nessa tarefa, pois eu estava

carregando de minha experiência como aluna do ensino básico um uso diferente das fontes no ensino, menos crítico e mais ilustrativo.

As disciplinas que eu tinha cursado até aquele momento na graduação de maneira alguma deixaram de trabalhar a fonte histórica e sua importância para a pesquisa, mas a aplicação disso no ensino ainda era pouco concreta para mim naquele momento e de difícil concepção. Mas tive outra oportunidade para reelaborar essa atividade e acompanhamento e apoio que recebi de outros colegas bolsistas mais experientes do PIBID foi fundamental para que eu superasse o obstáculo em questão e tivesse êxito, aprendizagem que levei para o outro programa de ensino que pude participar, o Programa Residência Pedagógica.

5. Benefícios formativos da articulação entre ensino e pesquisa

Estes desafios e aprendizagens que vivenciei nos programas de ensino da UFRN foram muito enriquecedores em minha formação. Acredito que dificilmente, se não fosse estas experiências, eu teria hoje a clareza que tenho sobre o ensino de História através do método histórico, de forma prática. Pois a grade curricular que minha turma cursou, a de 2004, como já exposto, não tinha disciplinas obrigatórias articulando as especificidades da História às demandas do ensino.

Fazia-se nítida as semelhanças com um modelo de currículo para a licenciatura que vinha de longa data, que ficou conhecido como esquema “3+1”, ou seja, três anos com disciplinas ditas “de conteúdo”, específicas da área de História, e um ano com disciplinas da área de Educação, voltadas para as reflexões sobre o ensino, e que poderiam ser cursadas por graduandos de qualquer curso de licenciatura sem grandes variações.

Naturalmente, este modelo já está sendo rediscutido há tempos, e de toda forma, tanto os professores das disciplinas de Educação tentavam atender as demandas dos alunos de diversos cursos de licenciatura, quanto alguns professores das disciplinas de História se preocupavam em incluir as discussões sobre metodologias de ensino em atividades de suas disciplinas. Mas o fato que pude observar é que a separação e falta de diálogo entre o ensinar História e o pesquisar História estava institucionalizado ali.

Como já dito, o atual currículo do curso de História Licenciatura estabelece dentro da grade disciplinar obrigatória as PCC's, mas atribuir a disciplinas a parte a responsabilidade de desenvolver a prática do ensino de História, abrindo brecha para que as demais disciplinas não articulem seus conteúdos com atividades visando o ensino, pode reforçar a desarticulação entre ensino e pesquisa. E o resultado mais concreto disso foi certa dificuldade entre colegas,

especialmente os que não tiveram a oportunidade de participar de programas de ensino, em articular pesquisa e ensino, apesar de no geral, a maioria entender essa articulação como algo importante.

E esta constatação dialoga com a análise de Margarida Oliveira em sua pesquisa sobre os usos do livro didático de História nas escolas da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Ao analisar os livros didáticos utilizados nas escolas selecionadas, quais as concepções históricas ali presentes, e entrevistar os professores e acompanhar as aulas deles, Oliveira buscou identificar até que ponto esses três elementos estavam coerentes entre si. E a constatação dela foi de que os professores entendiam conteúdo e metodologia de ensino como aspectos desconectados um do outro. Nas palavras de Oliveira

a formação inicial também [é] constituída por essa visão dicotômica quando, às disciplinas chamadas “pedagógicas”, cabem, supostamente, a forma e, às disciplinas chamadas “de conteúdo”, caberia exatamente o nome que carregam. Essa mal feita divisão de tarefas embute uma distorção da discussão sobre os saberes concernentes ao profissional de História e os saberes concernentes aos cidadãos que precisam saber História para compreender melhor sua inserção no mundo e nele poderem intervir de uma forma consciente dos seus direitos e deveres no exercício da cidadania. (OLIVEIRA, 2003, p. 31)

De fato, se torna difícil atribuir somente ao professor do ensino básico a responsabilidade pela não articulação entre pesquisa e ensino em sua prática, se considerarmos que, no ensino superior, a desarticulação desses dois aspectos está presente nas disciplinas do currículo.

O importante papel das atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro de um curso superior é de complementar a formação do profissional, e a exigência do cumprimento de 200 horas de atividades extracurriculares é o incentivo para que todos os graduandos adquiram essa experiência. Porém, a realidade socioeconômica de parte considerável dos discentes não permite a participação na maior parte das atividades fora da carga horária regular do curso. Algumas são pessoas que trabalham boa parte do dia, outras que cuidam de crianças ou outros familiares, enfim, diversas circunstâncias podem limitar a participação em atividades extracurriculares.

A tendência é que esses sujeitos tenham desvantagens no desempenho e na formação se ocorre pouco diálogo entre os projetos de pesquisa, ensino e extensão e as disciplinas obrigatórias do curso, e se práticas articulando ensino e pesquisa não estão presentes nessas disciplinas. Se habilidades centrais na formação do historiador se desenvolvem com mais

frequência em alunos que participam de atividades além da sala de aula, e se alunos com menos tempo para essas atividades virem a ser prejudicados, o curso corre o risco de perpetuar a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos elementos do curso de História Licenciatura na UFRN é possível tirar algumas conclusões que indicam fatos pertinentes sobre a formação de professores para além do Rio Grande do Norte, visto que diversos dos aspectos apontados podem ser identificados em cursos do Brasil inteiro, pois são resultado de questões estruturais e institucionalizadas. Um desses aspectos é que o principal exercício feito nas disciplinas é a leitura e interpretação da bibliografia básica, e de um modo geral as atividades que dialogam com o ensino e a pesquisa ganham menos tempo para ser praticadas e corrigidas.

Este aspecto pode provocar dificuldades nos discentes que não estão trabalhando estas habilidades em outros âmbitos da graduação (como nos projetos extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão), no momento de fazer atividades visando o ensino ou a pesquisa dentro das disciplinas. Outra conclusão é que o método histórico e suas etapas, metodologias de pesquisa e usos de fontes históricas se tornam muito mais claros quando estão sendo praticados com frequência, o que é mais comum nas bases de pesquisa e na iniciação científica.

Diante do exposto, é possível constatar também que o uso do método histórico no ensino e o uso crítico do livro didático e das fontes são de valor central na busca por um ensino que forme cidadãos autônomos e que coloque os alunos na posição de protagonismo da aprendizagem. Porém, essa tarefa não é fácil, e sem uma formação no curso superior que priorize o ensino, o articulando com a pesquisa, se torna mais difícil ainda, afinal, quanto mais uma grade curricular separa o “ensinar História” do “pesquisar História”, mais difícil para o discente do curso será articular os dois aspectos depois de graduados.

Iniciativas como o PIBID diminuem as lacunas apontadas, ao inserir os discentes no ensino básico, com tempo para prática frequente e com acompanhamento de professores mais experientes, tanto do ensino básico quanto do superior, corrigindo possíveis falhas. Em suma, é possível afirmar que a participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão oferece vantagens na formação do profissional de História, mas essas habilidades devem estar garantidas dentro das atividades desenvolvidas nas disciplinas obrigatórias. Do contrário, essa

vantagem pode se transformar num privilégio limitado a alguns alunos, o que só reforça a desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Edital de Convocação Nº 03/2019 – CGPLI*. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Brasil, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. A História e o Ensino nas Encruzilhadas do Tempo: entre práticas e representações. In.: CAVALCANTI, Erinaldo et al. (Org.). *História Demandas e Desafios no Tempo Presente*: produção acadêmica, ensino de História e formação docente. São Luís: UDUFMA, 2018. p. 20-48.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro Didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, nº 9, p. 262-284, 2016.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar., 2016.

FERREIRA, Isabela da Silva. *A Produção do Conhecimento Histórico na Formação do Profissional de História*: contribuições a partir das experiências no curso de graduação em História. No prelo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Ensino de História: questão estatal ou pública? *Diálogos*, v. 15, n. 3, p. 521-532, set./dez., 2011.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do Profissional de História na Contemporaneidade. *Mouseion*, Canoas, n. 19, p. 109-125, dez., 2014.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Coordenação do Curso de História Licenciatura. *Projeto Pedagógico do Curso Superior de História Licenciatura na Modalidade Presencial*. Natal, 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A Formação do Professor de História e o Cotidiano em Sala de Aula. In.: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 54-66.

A BÚSSOLA HISTORIOGRÁFICA: A TROPOLOGIA DE HAYDEN WHITE SOBRE AS NARRATIVAS HISTÓRICAS

Douglas André Gonçalves Cavalheiro¹

INTRODUÇÃO

Ao examinar os debates ocorridos ao longo da história da historiografia brasileira, evidencia-se uma carência em abordagens metodológicas que auxiliam na compreensão sobre as divergências nas abordagens da escrita histórica.² A partir dessa evidência, realizou-se uma pesquisa histórica³ aproximando as formas discursivas permitidas pelas figuras de linguagens, o tropo literário, com o entendimento das categorias geográficas sobre a espacialidade, o topos, adaptado a metodologia proposta elaborada por Hayden White em *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (1973)⁴.

Ao realizar um comparativo entre os escritos filosóficos e históricos dos intelectuais europeus ao longo do século XIX, Hayden White apresentou que as estruturas narrativas de ambas eram construídas por meio da mesma capacidade intelectual: a imaginação. A partir dos tropos literários, a análise da historiografia foi elaborada num modelo de narrativa *meta-histórica*⁵ para compreender o porquê de existir uma miríade de narrativas para o relato

¹ Mestrando em História - UFRN. Endereço de e-mail: douglas.cavalheiro@gmail.com.

² A pesquisa é resultado do projeto de pesquisa PVC12066-2015 - *As fabricações de Jaime Cortesão: a formulação e construção da História da Cartografia, da Formação Territorial do Brasil e das figuras de Alexandre de Gusmão e do Barão do Rio Branco entre 1930 e 1960* com a bolsa concedida pelo PIBIC-UFRN entre 01 de agosto de 2016 até 31 de julho de 2017. O objetivo era examinar *A influência de Jaime Cortesão sobre a ESG - Transcrição e análise dos Planos de Curso da ESG (1949-1959)* e resultou na descoberta dos escritos para periódicos cariocas e paulistas de Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão que debatiam sobre diferentes abordagens historiográficas acerca dos bandeirantes. O relatório final produzido foi intitulado por: *Questão Bandeirante: A querela Historiográfica entre Cortesão e Holanda, ocorrida entre junho e agosto 1952*.

³ A avaliação sobre as contribuições da *meta-história* para o exame historiográfico foi realizada na iniciação científica no período de 01 de agosto de 2017 até 31 de julho de 2018. Os resultados foram apresentados no XXIX Congresso de Iniciação Científica (CICT) ocorrido entre 06 de novembro de 2018 e 9 de novembro de 2018 *Topos & Tropos: a análise hermenêutica sobre a querela historiográfica entre Cortesão e Holanda durante os anos 1950*.

⁴ A profunda influência francesa nas universidades brasileiras é evidente na ausência de produções intelectuais dos países anglo-americanos. No caso, apesar da *meta-history* ter sido publicado em 1973 a tradução de José Laurêncio de Melo para língua portuguesa só chegou ao Brasil com a publicação em 1992 pela EDUSP. Posteriormente, Hayden White veio ao Brasil para uma conferência em setembro de 1993. Portanto, observa-se a proposta de Hayden White demorou quase duas décadas para ingressar nos debates historiográficos brasileiros, dessa forma, evidencia-se que há uma maior necessidade de investigar sobre essa metodologia e suas contribuições para a pesquisa histórica. Para elaboração da presente pesquisa foram utilizados tanto a versão da língua inglesa de 1973 como a versão em português de 1992.

⁵ White rompe a barreira entre o autor e leitor ao propor uma metalinguagem sobre sua pesquisa. Em suas considerações, White realiza a autorreferência e insere a sua própria análise da *meta-história* dentro da lógica da análise da *meta-história*. Em suas palavras: “Este mesmo livro está vazado num modo irônico. Mas a ironia que

histórico outorgando-se o *status* de científico. White (1973) exhibe que os discursos históricos são estruturados por três camadas: epistêmica, estéticas e ideológica. Os diferentes estilos de narrativas históricas decorrem de abordagens estéticas: o tropo literário. Portanto, as distinções entre as narrativas são baseadas em quatro principais modos da consciência histórica: metáfora, sinédoque, metonímia e ironia.

Atualmente, o método hermenêutico da meta-história tem sido importante para os estudos na história da historiografia brasileira, assim como foram apresentados pelos quadros expositivos de Bentivoglio (2017, 2018), a *meta-história* também pode contribuir para a seara da História dos Espaços por meio de um instrumento conceitual: a bússola historiográfica⁶. A importância desse instrumento localizador é de apresentar como o tropo literário é capaz de construir as especialidades na qual se basearão as narrativas históricas.

As influências hermenêuticas da *Meta-história* de Hayden White

A escrita histórica é um desafio ainda enigmático, pois, o tempo é contínuo e móvel, tal como o leito fluvial. O ofício do historiador trata de captar o registro fixo e estático do tempo passado. O tempo que escorre pelos dedos do historiador o faz despertar de seu sonho quimérico: registrar com exatidão todos os eventos ocorridos no momento anterior. Para conseguir retratar a paisagem, o lugar (*topos*) do passado, no qual o historiador registra com seu olhar artístico de pintor, é necessário que a linguagem escrita possua um elo conceutivo com múltiplos significados figurados: *os tropos literários*, ou a figura de linguagem.

A hermenêutica não é uma metodologia dogmática orientada apenas por um modelo epistemológico. Existe uma pluralidade de aspectos de maneiras de interpretação textual desenvolvidas entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX. Hayden White é influenciado pela hermenêutica do criticismo literário arquetípico de matriz anglo-alemão⁷, em especial a Anatomia da Crítica de Northrop Frye (1957). O crítico canadense vai

o informa é consciente e, portanto, representa uma volta da consciência irônica contra a própria ironia. Se lograr estabelecer que o ceticismo e o pessimismo de grande parte do pensar histórico contemporâneo têm suas origens numa disposição de espírito irônica, e que esta disposição de espírito é por sua vez apenas uma dentre muitas posturas possíveis a adotar diante do registro histórico, terá proporcionado alguns dos motivos para uma rejeição da própria ironia.(WHITE, 1992, p. 14-15).

⁶ O instrumento da Bússola Historiográfica é um resultado parcial do atual projeto de pesquisa de mestrado intitulado: *Da Ilha-Brasil à Espiral Ascendente: Os espaços de representação da identidade paulista nos festejos do IV centenário do aniversário da cidade de São Paulo (1947 – 1954)*.

⁷ Os estudos comparados da crítica literária arquetípica foram iniciados na Alemanha, sob uma forte influência na psicanálise de Carl Jung, sendo uma referência nos estudos de religião comparada que influenciou tanto James Frazer, na Inglaterra como Joseph Campbell, nos EUA. Nos estudos literários a abordagem da

utilizar dos estudos de Aristóteles⁸ sobre o discurso para classificar a produção da narrativa por meio da Teoria dos Modos. Frye categorizou a narrativa em três tipos de modos fictícios específicos: trágico, cômico e temático. A partir disso, classificou cada modo fictício em cinco modos literários: mítico; romântico; mimético alto; mimético baixo e irônico. Essas classificações serão importantes para delimitar o desenvolvimento possível aos protagonistas diante da narrativa literária, associados aos períodos históricos em que se foram desenvolvidos. Essa será uma importante referência estrutural para a produção de Hayden White no campo da historiografia.

Além do criticismo literário arquetípico, outra importante referência à fenomenologia francesa de Gaston Bachelard é inserida nas páginas iniciais, a epígrafe da *meta-história* White menciona a frase de Bachelard extraída do livro *A Psicanálise do Fogo* (1938) na qual afirma: “Só pode estudar aquilo com que primeiro se sonhou”. Assim, a capacidade criativa da imaginação torna-se o produtor não apenas das narrativas ficcionais como também filosóficas e historiográficas, ou seja, a análise interpretativa das narrativas históricas deve ser realizada primeiramente sobre as estruturas simbólicas elaboradas pela linguagem que confere significado ao que é narrado.

Hayden White (1973) utiliza dessa ferramenta como maneira de interpretar os textos produzidos pela historiografia. Estabelecendo um paralelo entre os tropos literários e os modelos de abordagem histórica, White reformula a concepção sobre o entendimento do ofício do historiador. Distancia-se das tradicionais correntes historiográficas, ligadas ao positivismo e o materialismo histórico, que advogam a quimérica produtividade técnica e objetiva sobre o passado, e, ousa interpretar a escrita histórica como uma forma contínua de recriação através dos tropos da linguagem literária.

À luz dos aspectos hermenêuticos, lança-se uma compreensão sobre o conceito espacial do cenário, *topos*, advindo da crítica literária e adaptado para análise historiográfica por Peixoto (2005). Influenciado por Harold Bloom e Derrida, Peixoto procura estabelecer uma compreensão das narrativas históricas como uma forma de “saber sobre o espaço” que se constrói e se ressignifica por meio de uma “cena da escritura”. Todos os processos de construção sobre os cânones literários estão sujeitos ao ato de releitura, transcendência e

representação comparativa dos arquétipos será tema central nos estudos críticos de poesia da Maud Bodkin e de Erich Auerbach **Mimesis**: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental (1946).

⁸ White utiliza-se das mesmas referências aristotélicas para elaborar as categorias de análise da *meta-história*. Em suas palavras: “A tropologia não é, é claro, uma teoria da linguagem, mas, antes um feixe mais ou menos sistematizado de noções sobre a linguagem figurativa que deriva da retórica clássica.” (1994, p. 31).

transgressão sobre uma provável continuidade. Dessa forma, a definição da espacialidade da cena pode ir além da compreensão usual de um local em que se desenvolve a representação cênica de um enredo, sendo também um espaço de construção da historicidade no qual se desenvolve a narrativa histórica. Tal como na concepção do *Teatro da Crueldade*, no qual Antonin Artaud advoga uma ruptura no modelo clássica da distinção entre o palco e a plateia, cujo espaço da representação, o cenário, estaria em amálgama com a realidade, inserido numa contínua ressignificação sobre uma "nova concepção de espaço". Essa relação entre a narrativa da historiografia com as ressignificações acerca do conceito de espaço, como o cenário, torna-se evidente com a hermenêutica comparativa dos *tropos* proposta pela *meta-história* de Hayden White apresentados na proposta de uma *Bússola Historiográfica*.

A Bússola Historiográfica: a hermenêutica da *meta-história* para acerca da espacialidade

Inicialmente, a bússola já foi registrada como uma invenção chinesa, durante a Dinastia Han, entre os séculos II a.C. e I d.C. Porém, diferentemente das funções utilizadas para localização na navegação, as bússolas magnéticas chinesas, conhecidas como *Luopan*, eram usadas nas práticas de *feng shui* que tinham como objetivo auxiliar no processo de equilibrar as invisíveis forças energéticas do ambiente com as forças vitais do indivíduo, também nomeado por *Qi*. A bússola auxiliaria nessa relação entre o homem e o cosmos sendo um oráculo para métodos de adivinhação, como no caso era a geomancia. Portanto, as utilizações da bússola permitem uma compreensão da relação entre o indivíduo e as múltiplas formas de espacialidades, desde a geografia física como as formas mais espirituais e abstratas. Dessa maneira, a bússola é um instrumento que auxilia na evidência de apresentar as diferentes categorias espaciais produzidas pelos *tropos* literários presentes nas narrativas historiográficas.

O historiador utiliza-se da figura da linguagem, como a metáfora, como recurso de espaços geográficos.⁹ Inseridos numa perspectiva da hermenêutica da historiografia comparativa elaborada por Hayden White, verifica-se a inserção dos argumentos ligados as

⁹ A partir do pressuposto de que a historiografia é uma escrita, tal como a literatura, então ao longo de suas narrativas o uso dos *tropos* literários é inerente para ambos os casos. Partindo disso, o historiador Durval Albuquerque Júnior, ao investigar sobre a construção da região do Nordeste brasileiro, aponta que a metáfora se destaca entre os mais utilizados nas produções históricas, pois, sua estrutura de similaridade permite uma androginia de significados, uma hibridização conceitual, que permite uma reconstrução discursiva por meio de espaços linguísticos. Essa figura de linguagem é abordada “É a imagem a serviço do pensamento. As metáforas no discurso historiográfico podem servir mais do que os conceitos para dar conta das transformações interações do concreto.” (ALBUQUERQUE JR, 2013, pág. 43).

formações ideológicas presentes nas redes de sociabilidade de cada historiador, bem como o alcance de suas ideias. Cada perspectiva narrativa criada pelos historiadores considerava e apresentava seus pontos de vista acerca do passado, revelando que as ideias historiográficas são mais do que percepções estéticas, mas também orientações ideológicas.

A hermenêutica meta-histórica, proposta por Hayden White (1994) parte do pressuposto de que o discurso, tanto na forma imaginária como analítica, é ao mesmo tempo formado e permeado pela lógica interna da linguagem¹⁰. Essa prerrogativa permite libertar a produção historiográfica do literatismo e da fidelidade quimérica de que o discurso deve ser puramente sobre o passado e sem anacronismo. O processo de falar sobre o passado constrói o próprio passado. A hermenêutica da teoria dos tropos permite uma superação no modelo antigo de observar a historiografia como linear e cíclica e tratar a história na condição de arte. A obra historiográfica não é uma montagem casuística, mas, de relação figurativa da linguagem.

Em resumo, o discurso histórico não deveria ser considerado primordialmente como um caso especial dos “trabalhos de nossa mentes” em seus esforços para conhecer a realidade ou descrevê-la, mas antes como um tipo especial de uso da linguagem que, como a fala metafórica, a linguagem simbólica e a representação alegórica, sempre significa mais do que literalmente diz, diz algo diferente do que parece significar, e só revela algumas coisas sobre o mundo ao de esconder outras tantas.

E a natureza metafórica dos grandes clássicos da historiografia que explica por que nenhum deles jamais “encaixotou” um problema histórico definitivamente, mas antes sempre “destampou” uma perspectiva sobre passado que inspira mais estudo. É este fato que nos autoriza a classificar o discurso histórico primordialmente como interpretação, mais do que como uma explicação ou descrição, e sobretudo como um tipo de escrita que, em vez de apaziguar nossa vontade de saber, nos estimula a cada vez mais pesquisa, cada vez mais discurso, cada vez mais escrita. (WHITE, 1994, p. 28).

A responsabilidade de acumular informações cabe aos arquivos. A estrutura memorialista não é a função final do ofício histórico, mas é o seu início. A principal função do historiador é transformar a fonte histórica, objeto informativo, em uma narrativa atribuída

¹⁰ No entanto, muitos historiadores não consideravam a linguagem uma questão problemática para o desenvolvimento da historiografia. Esse apontamento inicial foi demonstrado pela escola analítica da filosofia da linguagem americana, Quine, Searle, Goodman e Rorty demonstravam, segundo White, a dificuldade de diferenciar entre o objeto que é narrado da maneira como era narrado, problema encontrado até mesmo nas ciências naturais. Dessa maneira de perceber a unidade entre objetos narrados e modos de narrativas fez com que as barreiras estabelecidas, desde o século XIX, entre a escrita imaginária da ficção, campo da literatura, e escrita realista, do campo da história, desmoronassem. Portanto, a história não é uma estrutura fotográfica, estática dos objetos da qual são descritos, mas, é uma ação contínua de um desenvolvimento prolongado, uma narrativa no gerúndio que está fazendo-se no momento de sua própria produção.

de coerência crônica, mobilizado por uma sucessão casuística na qual lhe implique num sentido cognitivo, ético e estético. Porém, esses aspectos serão delimitados estritamente pela maneira como essa narrativa seguirá seu curso, a escolha da estrutura de uma tragédia ou de uma comédia, será dada à intencionalidade do historiador que ditará para quais fins serão os tropos discursivos que serão usados, seja para um debate político, disputas jurídicas ou convencimento percussivo.

Hayden White descreveu sobre o imaginário da historiografia produzida durante o século XIX. Essa crítica literária da história se insere numa metodologia de *metahistória*. Para categorizar os *tropos* literários White estabelece um paralelo entre filósofos (Nietzsche, Marx, Hegel, Croce) e historiadores (Jules Michelet, Alexis Tocqueville, Leopold Ranke e Burckhardt). “Eu identifico pelo menos quatro modos diferentes de narrativas: o romance, a tragédia, a comédia e a sátira. [...] Por exemplo, Michelet conjurou as suas histórias no modo romântico, Ranke usou o modo cômico, Tocqueville usou o modo trágico e Burckhardt usou sátira.” (1973, p. 7-8. tradução livre). Portanto, White estabelece que existam basicamente quatro tropos literários: a metáfora, baseada no princípio da similitude, a metonímia, baseada no princípio da contiguidade, a sinédoque, baseado na identificação de partes de algo como pertencendo a um todo e a ironia, baseado na oposição¹¹. Sintetizando essas perspectivas em *modo de escrita, modo de argumento e modo de implicação ideológica* aos autores da filosofia e da história, no caso, White estabelece que o *tropo* literário predominante entre os filósofos seria no caso de Nietzsche a metáfora, e, no caso de Marx a metonímia. Na introdução do seu livro, White (1973, p. 29) estrutura as informações a partir de uma tabela classificatória entre os modelos narrativos e suas características - o quadro tropológico:

Tropo	Modo	Enredo	Argumento	Ideologia	Historiador	Filósofo
Metáfora	Representativo	Romance	Formista	Anarquista	Michelet	Nietzsche
Metonímia	Reducionista	Tragédia	Mecânico	Radical	Tocqueville	Marx
Sinédoque	Integrativo	Comédia	Organicista	Conservador	Ranke	Hegel
Ironia	Negativo	Sátira	Contextualista	Liberal	Burckhardt	Croce

Figura 1: Quadro tropológico de Hayden White inserindo historiadores e filósofos. (WHITE, 1992, p. 44. adaptado).

O quadro tropológico elaborado por Hayden White é o roteiro esquemático que corrobora com a sua proposta de hermenêutica historiográfica ao permitir a verificação

¹¹ As quatro categorias dos enredos, romance, tragédia, comédia e sátira, foram inspiradas na criticismo retórico, teoria dos gêneros literários, proposto por Northrop Frye. Cf. FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**. New Jersey: Princeton U. Press, 1957.

comparativa entre as estruturas dos gêneros literários associados com os discursos presente tanto na filosofia como na literatura. Contudo, a classificação de White é tensionada por dois eixos transversais, pelos quais perpassam seu quadro tropológico, valendo-se de quatro conceitos prévios extraído dessas tensões. Primeiramente, há a tensão de dois conceitos que formam o eixo conceitual linguístico¹², o historiador pode ser *diacrônico* ou de natureza processional – salientando como as transformações ocorrem no processo histórico – ou *sincrônico* ou de maneira estática – atenuando a história por meio das continuidades estruturais que resistem ante as mudanças do tempo. O segundo é o eixo conceitual espaço-temporal¹³, formado pela tensão entre a visão de temporalidade inserida no espaço discursivo do historiador – no caso a visão do *determinismo temporal* – em que o historiador constrói o discurso memorialista sobre os períodos do passado na finalidade de encontrar o elo casuístico entre passado-presente, seja usando uma justificativa de essência identitária ou de uma fórmula de lei racional – e a perspectiva do *libertarianismo temporal* – em que o historiador é ciente do seu ponto de partida no espaço do presente, por isso, constrói o enredo crítico acerca do passado para responder uma situação problemática que lhe seja contemporânea ou enfatizar de como o seu tempo-presente distanciou-se de outrora.

Esses dois eixos transversais expostos perpendicularmente¹⁴ em relação as categorias do quadro tropológico demonstrado por Hayden White, confere não apenas uma estrutura

¹² Os conceitos operacionais da dicotomia de *diacronia* e *sincronia* elaborados na estrutura do Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure (1916). Segundo a linguística, a diacronia seria a investigação evolutiva de uma língua numa perspectiva histórica etimológica, análise das alterações históricas da expressão de palavras ao longo do tempo. Em contrapartida, a sincronia seria a investigação da simultaneidade, a análise descritiva da língua que permite o seu funcionamento para a comunicação. Saussure prioriza que para um estudo científico da linguística deveria atentar-se mais a língua por meio de uma visão sincrônica, cuja consequência é afala e comunicação, do que aos aspectos diacrônicos da língua, de caráter etimológico e apenas teria um valor meramente histórico ou filosófico, portanto, não científico. Na *Meta-história*, Hayden White reinterpreta esses dois conceitos da linguística para comparar estruturas narrativas em que os historiadores e filósofos buscam construir seus pensamentos por meio de enredos explicativos. “No nível mais superficial, por exemplo, a obra de um historiador pode ser diacrônica ou processual por natureza (salientando o fato da mudança e transformação no processo histórico), ao passo que a de outro pode ser sincrônica ou estática na forma (acentuando o fato da continuidade estrutural).” (WHITE, 1992, p. 20).

¹³ Optou-se por conferir essas denominações aos eixos devidos as descrições das ações dos historiadores sobre o passado. “Por outro lado, enquanto um historiador entende que é sua tarefa reevocar, de maneira lírica ou poética, o ‘espírito de uma época passada, outro poder presumir que lhe cabe sondar o que há por trás dos acontecimentos a fim de revelar as ‘leis’ ou os ‘princípios’ de que o ‘espírito’ de uma determinada época é apenas uma manifestação ou forma fenomênica. Ou, para registrar uma outra diferença fundamental alguns historiadores concebem sua obra primordialmente como uma contribuição para a iluminação de problemas e conflitos sociais existentes, enquanto outros se inclinam para suprimir tais preocupações presentistas e tentam determinar em que medida um dado período do passado difere do seu, no que parece ser um estado de espírito bem próximo daquele do ‘antiquário’.” (WHITE, 1992, p. 20).

¹⁴ A exposição perpendicular dos eixos transversais permite investigar como os discursos historiográficos são inseridos numa dimensão de espacialidade a partir das interrelações entre si. Diferente do quadro expositivo,

comparativa proposta pela hermenêutica *meta-história*, como também permite verificar como os discursos da historiografia inter-relacionam-se e afetam uns aos outros. A ferramenta de análise do discurso permite observar o trajeto criado pelos historiadores, chamada de *Bússola Historiográfica*. Seguindo a geometria esférica, os modelos dos trópicos circunscrevem-se sob três camadas de aplicação do discurso: o estético - os *modos de escrita* -, o epistemológico - *modo de argumento* -, e ético - *modo de implicação ideológica*. Os eixos transversais tensionados percorrem de maneira perpendicular as categorias tropológicas elaboradas por Hayden White. Então, sugere-se o modelo conceitual elementar para a *Bússola Historiográfica*:



Figura 2 Bússola Historiográfica com as tensões dos eixos transversais e as três camadas do discurso localizando os conceitos aplicados no quadro tropológico de Hayden White. Modelo autoral.

Hayden White (1992) estabelece as definições conceituais em que se observam a estrutura da *Bússola Historiográfica* pelos modelos epistemológicos, - mecanicista; contextualista; formalistas e organicista -, que são organizadas numa circunscrição estruturada pelos dois eixos transversais, o linguístico – *sincrônico* e *diacrônico* – e o espaço-temporal –

sugerido inicialmente, não permite observar que as produções dos discursos históricos afetam uns aos outros, sejam num caráter oposição ou tangenciando para algum lado. Os diferentes modos de discursos não são produzidos isolados uns dos outros, mas surgem como consequências direta das interações dele com todos os demais. Portanto, os espaços em que os trópicos dos discursos históricos ocupam são melhores observáveis se inseridos num plano de coordenadas, na qual, os eixos transversais permitem a formação de um plano cartesiano. Os tropos dos discursos são partes de um quadrante em que o historiador discorre utilizando-se de cada uma dessas áreas para formar seu trajeto similar as sessões dos cortes cônicos, resultando numa estrutura similar de uma parábola, hipérbole, elipse ou circular.

determinismo e libertarianismo. Sendo sucedido pela inserção dos historiadores, do século XIX, correspondentes em cada quadrante tropológico proposto pelo método.¹⁵



Figura 3: Bússola Historiográfica localizando as definições conceituais dos tropos do discursocategorizados por Hayden White (1992, p. 30 – 33). Modelo autoral.

Por meio da *meta-história* White avaliou como distintas estruturas discursivas, filosóficas e historiográficas, que fundamentaram o imaginário histórico europeu do século XIX. Paralelamente, Júlio Bentivoglio (2014) propõe a mesma avaliação tropológica aos discursos historiográficos sobre o Brasil desenvolvidos por historiadores durante os anos 1930.

¹⁵ Ao analisar a *meta-história* de Hayden White, o historiador Francisco Santiago Júnior também expõe o caráter geométrico em que se organiza a estrutura da análise tropológica da historiografia: são categorias tetraquádruplas. “O trabalho de White nivelou o discurso historiográfico do século XIX (focalizado em Michelet, Tocqueville, Ranke e Burckhardt), com as obras dos grandes filósofos da história (via Hegel, Marx, Nietzsche e Croce), concebendo-os como composições verbais que interpretavam a história a partir das informações históricas disponíveis nas fontes. Hans Kellner avisa que White tinha (tem) tendências para encontrar e desenvolver classificações tetraquádruplas nas quais inseriu os historiadores e filósofos da história. Na meta-história, os quatro tipos padrões pelos quais os historiadores classificam o material histórico possuíam, cada um, quatro divisões internas de inserção classificatórias em tipos de tropos (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia), modos de enredamento (romance, tragédia, comédia, sátira), modos de argumentação (formalismo, mecanicismo, organicismo, contextualismo) e modos de implicação ideológica (anarquismo, radicalismo, liberalismo, conservadorismo). As grandes interpretações históricas oitocentistas seriam operações discursivas prefiguradas na linguagem, ou seja, foram modificações de sentido procedidas por meio de dispositivos poéticos básicos chamados tropos, os quais trabalhavam no interior de enredos compostos, as tramas que classificavam, hierarquizavam e organizavam os "fatos".” (SANTIAGO JÚNIOR, 2014. p. 491 - 492).

"A teoria mecanicista da explicação apóia-se na busca das leis causais que determinam os resultados de processos descobertos no campo da história." (1992, pág. 32). Exemplos que estudam a história a fim de prever as leis que governam aos acontecimentos: Karl Marx, Comte, Taine, Henry Buckle e Tocqueville.

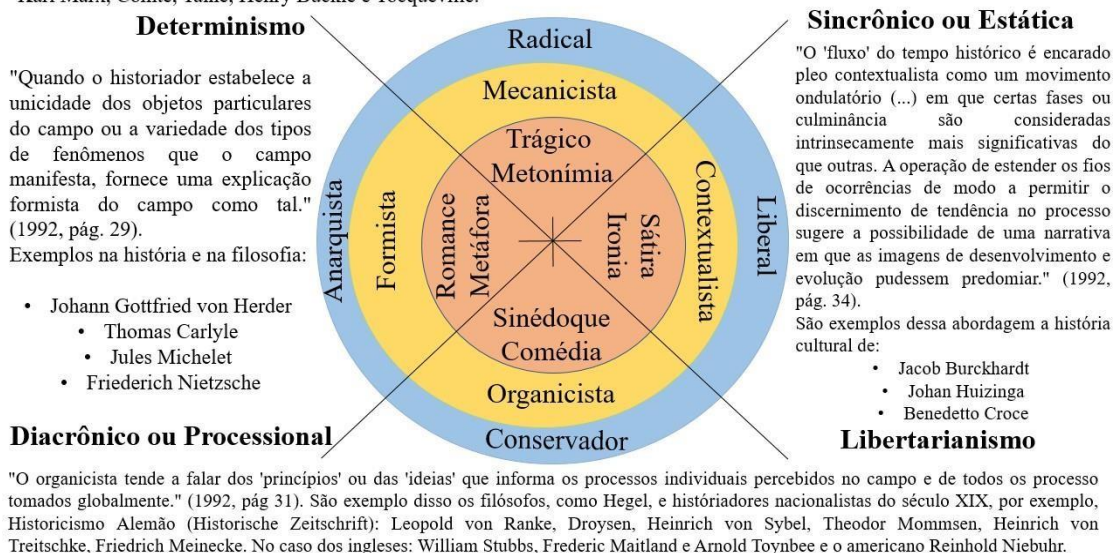


Figura 4: Bússola Historiográfica localizando os espaços tropológico do discurso dos historiadores e filósofos abordados por Hayden White. (1992, p. 29 – 32). Modelo autoral.

Para Bentivoglio (2014) o enredo historiográfico produzido pelos intelectuais da geração de 30 do Brasil foi importante na formação de uma imaginação histórica brasileira¹⁶, elencando as seguintes obras: Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (1933); Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Formação do Brasil Contemporâneo (1942). Esses três autores, segundo Bentivoglio (2014), são importantes por terem refletidos sobre as questões nacionais avaliando sobre as heranças coloniais lusitanas a partir do modernismo e de seus dilemas liberais de seu tempo. Por isso, o mapeamento das posições tropológicas permite analisar como esses historiadores criaram o imaginário histórico durante esse período.

¹⁶ As narrativas historiográficas do século XIX eram caracterizados por uma concepção política e cronológica, distinto do abordagem sócio-política da geração dos historiadores da década de 1930. Bentivoglio observa: "In the 1930s, opposition to this traditional historiography materialized itself in the emergence of more essayistic works. Although still devoted to investigate the nation State, and embedded in a strong political character, they were no longer dependent on a purely factual approach. They shared a critique of so-called objectivity in the discipline and used an erudite form of writing which was highly subjective. In one word, they represented and self-consciously embodied a modernist image of renewal." (BENTIVOGLIO, 2014, p. 92). "Nos anos 1930, a oposição a essa historiografia tradicional materializou-se no surgimento de obras mais ensaísticas. Embora ainda devotados a investigar o Estado-nação e inseridos em um forte caráter político, eles não dependiam mais de uma abordagem puramente factual. Eles compartilharam uma crítica da chamada objetividade na disciplina e usaram uma forma de escrita que era altamente subjetiva. Em uma palavra, eles representavam e conscientemente personificavam uma imagem modernista de renovação. No entanto, ao avaliar a trajetória da nação, eles também questionaram o otimismo do progresso, buscando romper todos os modelos recebidos" (BENTIVOGLIO, 2014, p. 92. tradução livre).

Uma das transformações culturais que impulsionaram a nova estrutura da imaginação histórica foi a fundação das universidades - a Universidade de São Paulo, criada em 1934; a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e Universidade do Brasil, criada no Rio de Janeiro em 1937 - mas, Bentivoglio atesta ao fato de que apesar disso, nenhum dos historiadores da geração de 30 possuíam formação acadêmica na área de história: Gilberto Freyre era antropólogo e Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior eram bacharéis em direito. Apesar de terem sido bastante tradicionais no uso das fontes históricas, Bentivoglio (2014) reconhece que esses intelectuais lançaram um novo olhar sobre a história. “Em outras palavras, eles se tornaram o porta-voz de uma nova consciência histórica que havia despertado ao produzir novas histórias que também refletiam uma filosofia intrínseca da história.”¹⁷ (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93. tradução nossa).

Porém, mesmo semelhantes pela aptidão autodidata em estudos da história, a estrutura do pensamento sobre o passado desses historiadores, segundo Bentivoglio (2014), distinguiram-se: “Enquanto Gilberto Freyre era mais nostálgico do passado, Sérgio Buarqueera mais otimista com o presente e buscou indícios que apontassem as possibilidades de superação de seus problemas atuais; Já Caio Prado Júnior usava o passado como forma de contemplar o futuro.”¹⁸ (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93. tradução nossa). Aliás, para contratar em distintos estilos de discursos historiográficos, Bentivoglio inseriu Oliveira Viana ciente de que as primeiras obras antecederiam aos anos 1930¹⁹, mas, optou-se por essa escolha devido a influência exercida por esse historiador nas gerações sucessivas. Por isso, Bentivoglio atenta que para montar o quadro da análise tropológica da historiografia brasileira é necessário haver algumas adaptações, mas sem alterar a estrutura da proposta da hermenêutica tropológica sobre a historiografia composta originalmente na *metahistória* de Hayden White:

¹⁷ “In other words, they became the spokesperson for a new historical consciousness that had awakened by producing new histories that also reflected an intrinsic philosophy of history.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93).

¹⁸ “While Gilberto Freyre was more nostalgic about the past, Sérgio Buarque was more optimistic about the present and sought out signs that pointed to the possibilities of overcoming its current problems; Caio Prado Júnior, instead, used the past as a way of contemplating the future.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93).

¹⁹ As obras de Oliveira Viana utilizadas para a análise tropológica foram: *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e *Ocaso do Império* (1925). Sobre isso, Bentivoglio declarou que: “I have included in my study Oliveira Viana because, even though he did not belong to the referred generation by age, at the time his work was the most widely read and respected among that of his cohort of peers, and he thus came to ironically express the limits and the agony of the previous generation’s historical imagination.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 95 – 96). “Incluí no meu estudo Oliveira Viana porque, embora não pertencesse à referida geração por faixa etária, na altura a sua obra era a mais lida e respeitada entre a da sua coorte, pelo que passou a expressar ironicamente os limites e a agonia da imaginação histórica da geração anterior.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 95 – 96, tradução nossa),

Naturalmente, essa classificação é necessariamente redutiva e restritiva. O próprio Hayden White nos alertou para as tensões presentes em diferentes obras do mesmo autor, que necessitam de um processo de ajuste contínuo da análise meta-histórica. A flexibilidade é essencial para uma melhor compreensão da complexidade e elasticidade semântica das narrativas de qualquer autor.²⁰ (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93. tradução nossa).

Desse modo, similar a estrutura da *Bússola Historiográfica* exposta pelos historiadores europeus do século XIX proposta por Hayden White - Ranke, Michelet, Marx, Burckhardt -, Bentivoglio conferiu um quadro tropológico dos historiadores brasileiros dos anos 1930²¹ – Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda – da seguinte maneira:



Figura 5: Bússola Historiográfica a partir do quadro tropológico de Júlio Bentivoglio (2014 p. 96) localizando os lugares dos tropos discursivos de historiadores brasileiros durante a década de 1930. Modelo autoral.

Por meio da *Bússola Historiográfica*, a partir das informações elaboradas por Bentivoglio (2014), evidencia-se o posicionamento de Sérgio Buarque de Holanda associado ao tropo da ironia, o seu enredo contextualista é permeado pelo tom crítico da sátira. Ao aprofundar essas considerações em seu outro estudo – *Uma reverência à meta-história e a Hayden White: o passado com sátira irônica e liberal em Sérgio Buarque de Holanda* -,

²⁰ “Naturally this classification is necessarily reductive and restrictive. Hayden White himself has alerted us to the tensions present within different works by the same author, which necessitate a process of continuous adjustment of metahistorical analysis. Flexibility is essential for a better understanding of the complexity and semantic elasticity of any author’s narratives.” (BENTIVOGLIO, 2014, p.96).

²¹ Ao abordar sobre suas intuições ao construir o quadro tropológico com historiadores brasileiros Bentivoglio afirmou: “My intention is merely to suggest the virtues of applying White’s tropological scheme to a ‘generation’ of historians, and to show how this specific historian presented the most visible and self-conscious traits of a ‘historical style’ that fit all the components of White’s tropology.” (BENTIVOGLIO, 2014, p.96). “Minha intenção é meramente sugerir as virtudes de aplicar o esquema tropológico de White a uma ‘geração’ de historiadores, e mostrar como esse historiador específico apresentou os traços mais visíveis e autoconscientes de um ‘estilo histórico’ que se encaixam em todos os componentes da tropologia de White.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 93. tradução nossa).

Bentivoglio (2018) avalia que a escrita do historiador paulistano é distante do idealismo das histórias romanescas, a partir do conceito de homem cordial, torna-se indistinto o caráter dos personagens históricos do Brasil durante o período colonial – nem vilões ou heróis.

A própria cordialidade é um ardil, ou seja, ela se revela sarcástica, posto que é estratégia interesseira de agregar o divergente. O aventureiro e o trabalhador da colônia produziram o brasileiro do Brasil independente, um povo controverso, ambíguo, irresoluto. Portugueses do descobrimento e bandeirantes da expansão da fronteira são heróis irônicos, quixotescos, frustrados. Aliás, Sérgio Buarque de Holanda destacou que pretendia reveros heróis do passado. (BENTIVOGLIO, 2018, p. 60).

Na interpretação historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda sobre as estruturas sociais do Brasil no período colonial, o tropo da ironia humaniza a visão sobre os personagens do passado, sem expor uma narrativa de tensões dicotomias entre exploradores – que seriam os portugueses – e explorados – que seriam os indígenas, negros e os demais desabastados. Os lusitanos também vivenciavam suas problemáticas de serem exilados de sua terra natal, portanto, Bentivoglio (2018) apresenta que a escrita historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda é uma sátira²², ao examinar a complexidade contraditória em que se inseriam os personagens do enredo histórico. “Como em toda sátira de norma baixa, a colônia de Sérgio Buarque é cheia de anomalias, injustiças e disputas permanentes”. (BENTIVOGLIO, 2018, p. 61). Bentivoglio (2018) também afirma sobre Sérgio Buarque também em “sua narrativa emula a vida nua e crua, sem fantasias, na qual expressa uma clarividência sobre a natureza humana, evitando-se qualquer tipo de alusão ou adesão aos personagens, apresentados de maneira surpreendente.” (BENTIVOGLIO, 2018, p. 61).

Considerações finais

A análise da hermenêutica estabelecida pela *meta-história* possibilita uma nova maneira de observar a historiografia em relação aos historiadores. Aproximando a escrita

²² À luz dos comentários de Hayden White, Bentivoglio (2018) afirma que a narrativa historiográfica como uma sátira, modo ficcional da ironia, tem como objetivo recusar coerências imediatas entre o passado e relato histórico. Como Sérgio Buarque passou dois anos vivendo na Alemanha e foi influenciado por leitoras das obras de Ranke, Dilthey, Simmel e Weber, Bentivoglio observa uma verve cômica em Sérgio Buarque de Holanda e com uma argumentação organicista. “Bom satirista, Sérgio Buarque de Holanda confirma que toda seleção de fatos é, mais que uma escolha técnica ou política, um ato moral. (...) Sérgio é contextualista porque é um adepto do historicismo alemão alicerçado na premissa da singularidade histórica em que os fenômenos só podem ser compreendidos em sua própria realidade e lógica, hermenêuticamente: o todo explicado as partes e as partes explicando o todo.” (BENTIVOGLIO, 2018, p. 61)

histórica dos *tropos* literários, inseridos em uma organização espacial proporcionado pela Bússola Historiográfica, nos permite evidenciar as proximidades e distâncias ideológicas dos historiadores. Assim, a historiografia apresenta-se de maneira dinâmica tal como a produção literária, ambas sendo resultados da narrativa imaginária que constrói diferentes formas de visões tanto sobre temporalidade como também sobre os conceitos de espacialidade.

Em suma, a *meta-história* permite comparar distintos tipos de discursos a partir de um conceito transversal, no caso o espaço, que permite compreender como os autores organizam-se em divergentes maneiras de interpretar e narrar a história. Já o espaço, *topos*, em que o enredo da narrativa histórica é inserido, é uma construção permitida por meio dos *tropos* literários, seja a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, para compor a dimensão da cena historiográfica.

Referências Metodológicas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BENTIVOGLIO, Júlio, Uma Reverência à Meta-história e a Hayden White: o passado como sátira irônica e liberal em Sérgio Buarque de Holanda. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 51-65, jul.- dez. 2018.

_____. Caio Prado Junior, the 1930s Generation and the Brazilian Historical Imagination: Exercising Metahistory. **Storia della Storiografia**. v. 65, p. 89-102, 2014.

BENTIVOGLIO, Julio, TOZZI, Verónica. **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de meta-história**. Serra: Milfontes, 2017.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. 2005 f. 432. tese (doutorado história) – Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2005.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco C.F. Historiofotia, tropologia e história: além das noções de imagem nos escritos de Hayden White. **História**, São Paulo. v. 33, n.2, p 489-513, jul/dez. 2014.

WHITE, Hayden. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-century Europe**. The John Hopkins University Press: Baltimore. 1973.

_____. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX.** Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Teoria literária e escrita da história. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, pp. 21-48. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/279>. Último acesso em: março de 2017.

UMA ANÁLISE DA ESCRITA BIOGRÁFICA NA HISTORIOGRAFIA POTIGUAR A PARTIR DE MANOEL DANTAS, JOSÉ AUGUSTO E OSWALDO LAMARTINE

Eduardo K. de Medeiros¹

INTRODUÇÃO

Somente na década de 1970 terá início, no Rio Grande do Norte (RN), uma formação universitária em História. Até então, a historiografia potiguar fora produzida por eruditos, principalmente aqueles associados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado no início do século XX (em 29 de março de 1902). Este período historiográfico, que a historiadora Denise Mattos Monteiro classifica como a “fase clássica” da historiografia potiguar, remonta à concepção de escrita da história iniciada, no Brasil, no século XIX, pela matriz do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ou seja, uma noção conservadora da história, politicamente elitista, esvaziada de conflitos sociais, e esforçada em uma construção identitária (2006, p. 52).

Os textos que tomaremos como fontes correspondem às características anteriormente citadas; guardam ainda em comum a ênfase dada ao gênero biográfico. São eles: *Homens de outrora* (1941), obra póstuma de Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867 – 1924); *Seridó* (1954), de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884 – 1971); e *Juvenal Lamartine, o meu pai* (1974), escrito por Oswaldo Lamartine de Faria (1919 – 2007). Portanto, três memorialistas de renome, pelo menos no âmbito estadual, também relacionados por seus vínculos com a oligarquia pecuarista-algodoeira – decaída sob o levante tenentista de outubro de 1930 –, cujas bases do poder político e econômico encontravam-se localizadas no Seridó potiguar, mesorregião central do estado do Rio Grande do Norte. Aqui discutiremos as funções exercidas pela escrita biográfica operada por estes memorialistas no contexto historiográfico em questão.

Apesar de todos eles serem ainda contemporâneos entre si – o mais jovem tem apenas quatro anos de idade quando falece o mais antigo –, estes autores são de gerações diferentes, e realizaram suas publicações em presentes históricos distintos. Manoel Dantas escreve nos primeiros anos da recém-proclamada República brasileira. Enquanto José Augusto publicou seus trabalhos em um contexto político de reorganização das oligarquias no RN e abertura democrática, após o período que ficou conhecido na historiografia como estado-novista. É importante ressaltar que ambos exerceram funções representativas na elite política do estado e cargos públicos de elevado prestígio. Já em meados dos anos 1970, vivendo a cerca de vinte anos no Rio de

¹ MHistória - CERES/UFRN. Endereço de e-mail: eduacari@hotmail.com.

Janeiro/RJ, Oswaldo Lamartine, que atua profissionalmente fora das instituições de representação política, busca manter acesa as memórias patriarcais sobre o Seridó.

No que diz respeito propriamente às biografias aqui tomadas como objeto de análise, elas também encontram diferenciações quanto aos seus modelos. Orientando-nos pela classificação proposta por François Dosse em estudo sobre a escrita biográfica, realizado a partir de um amplo levantamento de publicações de biografias no mercado editorial francês, distinguiremos três modalidades da abordagem biográfica: a heroica, a modal, e a hermenêutica; entendendo, contudo, que a biografia é um gênero de caráter híbrido e que os três tipos de tratamento podem aparecer de forma combinada (DOSSE, 2009, p. 13).

Portanto, pretendemos analisar as escolhas realizadas por cada um daqueles autores na elaboração de uma “narrativa escrita que tem por objeto a história de uma vida particular” (SCHMIDT, 2012, p. 187), para assim pensarmos os usos destas biografias na constituição de um discurso sobre o Seridó.

FILHOS DA TERRA: TORNAR ESCRITA VIDAS SERIDOENSES

Enquanto os dias do regime imperial eram encerrados no Brasil, Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867 – 1924) concluía seus estudos em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife (PE), onde iam estudar os filhos da elite seridoense que almejavam o grau de bacharel. “Foi em consequência do contato com o cientificismo e o ideário republicano professados ali que se deu a militância política dos acadêmicos seridoenses, observados nos artigos do jornal *O Povo*” (MACÊDO, 2012, p. 149), periódico responsável por ser o porta-voz local do Partido Liberal, e onde Manoel Dantas iniciaria sua ‘carreira jornalística’.² Mas será em *A República*, jornal oficial do governo estadual, que publicará, em 1898, os artigos “Homens de outrora”,³ que posteriormente serão reunidos em livro homônimo, acrescido de um discurso sobre Tomaz de Araújo, proferido na oportunidade de inauguração de uma praça que homenagearia esta personagem; um ensaio sobre Frei Miguelinho, escrito para compor o *Almanak do Rio Grande do Norte* (1897); e outros dois textos: um sobre denominação dos municípios do RN, outro sobre o

² Para além da atividade jornalística em diferentes periódicos no estado (*O Povo*, *A República*, *Diário de Natal*, *O Estado*), Manoel Dantas foi Diretor Geral de Instrução Pública – ainda sob o regime imperial (1887); Promotor Público em Jardim do Seridó e Acari, municípios situados na região do Seridó; Procurador Geral do Estado; Deputado Estadual constituinte em 1915; e Intendente Municipal em Natal (atual cargo de Prefeito). Também lecionou Geografia no colégio Atheneo (Natal/RN); além de ter sido sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Mantinha relação de compadrio com o coronel José Bernardo, chefe político no Seridó, à frente do Partido Liberal até o mês anterior à última eleição do Império (ocorrida em agosto de 1889), quando aderiram ao Partido Republicano no RN, que havia sido fundado em janeiro daquele mesmo ano.

³ Originalmente, ‘Homens de outrora’ consta de “quinze capítulos, publicados de janeiro a outubro de 1898, sob o pseudônimo de Tácito” (DANTAS, 2001, p. 163), como explica Edgar Ramalho Dantas, neto do memorialista, na “Segunda nota explicativa”, que consta ao fim da edição publicada pelo Sebo Vermelho. No livro homônimo, organizado posteriormente por José Augusto, serão publicados onze destes capítulos, não ficando esclarecido o motivo da exclusão dos outros quatro artigos.

fenômeno das secas. Neste artigo, nos limitaremos a analisar os textos de caráter biográfico.

Dentre estes, *Padre Joaquim de Almeida Castro – Frei Miguelinho, Traços Biographicos*, originalmente publicada no almanaque de 1897,⁴ é, cronologicamente, a primeira nota biográfica produzida por Manoel Dantas. Seria republicada na *Revista do IHGRN*, em 1917, quando na oportunidade do centenário da execução do padre. É esta a versão que José Augusto afirma ter acessado para incluir no livro póstumo de Manoel Dantas que organiza e publica em 1941: *Homens de outrora*. Este livro compõe a “Bibliotheca de História Norte-Riograndense”,⁵ coleção que pretendia dar publicidade a “muitos e preciosos documentos inéditos, [...] para melhor, mais exato e mais seguro conhecimento da nossa evolução” histórica. Tarefa que “cabe à geração presente procurá-los, desarquivá-los, divulgá-los, analisá-los, interpretá-los” (DANTAS, 2001, p. 156). O organizador explica que além da divulgação de documentos inéditos, a Bibliotheca também tinha interesse em reeditar obras esgotadas e reunir “estudos esparsos, deixados pelos melhores conhecedores da vida do Rio Grande do Norte. Está nesse último caso a coletânea de trabalhos históricos, insertos nas colunas de jornais e revistas da época, de autoria de Manoel Dantas” (DANTAS, 2001, p. 157).

A historiadora Maria da Glória de Oliveira (2011, p. 28), ao “investigar as relações que a escrita de biografias manteve com a operação historiográfica dos sócios do IHGB ao longo do século XIX”, comenta sobre a importância que teriam para aos sócios do Instituto os antigos inventários de autores, espécie de obra de referência: “Antes da sua publicação impressa, vários escritos do século XVII faziam inventários de autores portugueses e também traziam o título de ‘bibliotecas’, termo usado para designar os catálogos de autores e compilações de suas obras” (OLIVEIRA, 2011, p. 79). Porém, o uso do termo ‘biblioteca’ para a coleção organizada por José Augusto (*et al.*), indica muito mais à função de arquivo que a coleção pretende exercer. Nesse sentido, podemos dizer que a coleção é previamente planejada para ser utilizada como fonte autorizada para consulta aos pretensos estudiosos e escritores da História do Rio Grande do Norte, trata-se, como colocado pela historiadora Helicarla Moraes, de um “projeto narrativo compreendido como uma etapa do desejo de *provincianizar*” (MORAIS, 2016, p. 63, grifo da autora). O que guarda similaridade, guardadas as devidas ressalvas, com a própria proposta dos Institutos históricos no Brasil – dos quais tanto Manoel Dantas como José Augusto foram membros.

Padre Miguelinho é a biografia em que Manoel Dantas mais se dedica à explicitar a bibliografia consultada e a discutir o contexto histórico, tanto que a personagem biografada

⁴ No livro *Homens de outrora*, o capítulo está titulado apenas como “Padre Miguelinho”.

⁵ *Homens de outrora* é publicado em 1941, como o volume IV da coleção Bibliotheca de História Norte-Riograndense, organizada por José Augusto, Aluizio Alves, Vingt-un Rosado, Antônio Soares Filho, e Rivaldo Pinheiro.

exercerá um papel coadjuvante no enredo do evento em destaque: a “Revolução de [18]17”. Logo de partida, é possível perceber o esforço em associar o biografado ao estado do Rio Grande do Norte, apontando dados documentais como “prova exuberante” de sua natalidade: “A certidão de idade, extraída dos livros existentes na matriz desta cidade, mostra que o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro nasceu em Natal a 17 de setembro de 1768” (DANTAS, 2001, p. 53). Este esforço deve-se ao fato de que, após deixar a cidade em direção ao Recife/PE, aos dezesseis anos de idade, “Frei Miguelinho nunca mais voltou ao Rio Grande do Norte e, como veremos mais adiante, não teve interferência direta no movimento patriótico chefiado em Natal pelo coronel André de Albuquerque” (DANTAS, 2001, p. 53). – Esta será a única biografia aqui analisada que não mantém relações com o Seridó. – Logo, a naturalidade natalense e sua educação primária ocorrida ainda no estado, são os únicos acontecimentos que justificam sua biografia em um almanaque norte-rio-grandense. Destacado ao fim da narrativa pelo seu martírio, o que interessa é a sua incorporação ao panteão de norte-rio-grandenses que revelam a vitalidade de suas qualidades pátrias: “É evidente que as mudanças políticas e sociais são potencializadoras da invenção de símbolos que têm de dar conta da legitimação do que se pretende como a nova verdade histórica” (MACÊDO, 2012, p. 151).

No ano seguinte, Manoel Dantas publicará em *A República* (jan.-out./1898), uma série de artigos sobre diversos personagens seridoenses, titulada “Homens de outrora”. Estas crônicas biográficas narram episódios anedóticos protagonizados tanto por seridoenses ilustres quanto por homens infames:

Reviver esses tipos primitivos dos povoadores do nosso território não cabe na modesta pretensão desta crônica simples, feita a *vol d'oiseau* e consoante às recordações que me ficaram dos bons tempos d'outrora em que, ainda criança, ouvi-as nos serões sertanejos, mas, em todo caso, lembrando alguns episódios da vida desses homens antigos, forneço um contingente pitoresco à história do passado e contribuo com uma parte anedótica, que pode não ser bem contada, mas é interessante. Os fatos que vou narrar teem todos o cunho da mais severa autenticidade (DANTAS, 2001, p. 6; grifo do autor).

Seu propósito era menos o de cultuar personagens singulares que os costumes sertanejos. Aqui se destaca o caráter *modal* da biografia em detrimento do modelo *heroico*. Este é o modelo de biografia que presta-se ao discurso das virtudes, inscrito no respeito absoluto a uma tradição que se organiza em torno dos valores heroicos e religiosos, e se difundem tomando por modelo as vidas exemplares (DOSSE, 2009, p. 123). Enquanto a abordagem modal da biografia,

consiste em descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla [...] O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo. O singular se torna uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais do momento (DOSSE, 2009, p. 195).

Quanto ao capítulo *Tomaz de Araújo*, trata-se de um discurso que fora proferido na

oportunidade de inauguração de uma praça que levara o mesmo nome, quando se completava também o centenário do governo daquele ex-presidente da Província. O discurso teria sido publicado na *Revista* do IHGRN (1924), onde José Augusto afirma tê-lo acessado. Nesta homenagem, Manoel Dantas exalta a origem familiar do biografado, enfatizando as qualidades superiores dos “primeiros povoadores” do Seridó: “grandes criadores” de “hábitos pacíficos” e de “certa cultura intelectual, pouco comum no alto sertão”. E apesar de apontar limitações ao biografado, que “não era, certamente, um estadista, não possuía cultura intelectual”, ainda assim, “Tomaz de Araújo viera desta estirpe e formou o seu caráter, forjado em rija têmpera [...], era um homem que tinha a visão da instrução e do progresso” (DANTAS, 2001, p. 41). A imagem que busca construir do biografado é a de homem justo, honrado e à serviço do bem comum: “sua memória continua imorredoura, como a de um homem de caráter de rija têmpera, um patriota que viverá eternamente, na lenda e na história” (DANTAS, 2001, p. 46). Seu grande feito terá sido sua renúncia à Presidência da Província em favor da manutenção da ‘paz social’ – portanto, uma espécie de sacrifício –, quando perdera o controle das forças armadas em consequência da ressonância das convulsões referentes à Confederação do Equador, evento histórico apenas brevemente contextualizado no discurso de Manoel Dantas. Deste modo, a comemoração do centenário de seu governo e a homenagem representada com a nomeação da praça, buscam a consolidação de sua memória e dos valores que esta representa: as virtudes morais e cívicas do seridoense.

Como já fora afirmado acerca das características historiográficas desse período, não é de estranhar aqui – como também na biografia do padre Miguelinho – a exaltação dos valores cívicos e pátrios, contribuintes para a formação da identidade nacional, não à toa, ambas as biografias enfatizam os sacrifícios realizados pelas personagens (o martírio do padre Miguelinho e a renúncia de Tomaz de Araújo à presidência da Província). Contudo, é interessante notar a oportuna canalização do uso dessas virtudes cívicas à conformação de uma identidade regional (norte-rio-grandense e seridoense), e não, essencialmente, da identidade nacional, brasileira. O sentido desta narrativa de vida sugere que o homem seridoense está à altura dos heróis nacionais na grandeza de seus feitos. Ou, de outro modo, tal como os heróis da nação, o grande homem seridoense também está preparado para sacrificar-se por sua terra (regional), a pátria mais próxima de si. Estas biografias alimentavam uma retórica da regionalidade, integravam um “projeto de construção de uma memória histórica do Rio Grande do Norte” (COSTA, 2020, p. 16).

Lidas conjuntamente, estas biografias revelam uma espécie de dubiedade de posicionamento político. É interessante notar que ambos os episódios históricos que estas vidas experienciam estão situados em um contexto de contestação à coroa portuguesa, estando uma destas personagens comemoradas (Tomaz de Araújo) situada em favor da ordem imperial, e a outra

(Padre Miguelinho), em favor dos rebeldes à ordem imperial. Originalmente escritas já no período republicano, poucos anos antes do novecentos, quando comemora-se o ‘quadricentenário da descoberta’, estas biografias já se encontram em um contexto de conflitos memoriais, “quando os sábios, os publicistas e os oradores da nação sentem-se banhados pelas ondas comemorativas do *fin de siècle*”, buscando a “reafirmação e reificação daquilo que será chamado mais tarde de identidade nacional”, como aborda em sua tese de doutorado o historiador Rodrigo Bragio Bonaldo.

Populares no século XIX, as *éphémérides* [...] julgavam influenciar a esfera pública rumo à tarefa de naturalizar a grandeza moral de certos personagens políticos através de um trabalho de memória. A proximidade do centenário, da grande comemoração [...] ocasionou, no caso brasileiro, uma série de discussões no IHGB que terminaram por cancelar as efemérides como um gênero comemorativo – e, frente ao julgamento da vontade política dos pareceristas, ora aceitas pelo Instituto, ora vistas como mais próprias para as folhas diárias. Relacionadas a datas, não escapariam a polêmicas, em especial durante um momento em que a transição para a república fazia o IHGB perder grande parte de seu prestígio anterior (BONALDO, 2014, p. 20, grifo do autor).

Publicadas apenas posteriormente na *Revista* do IHGRN, quando na oportunidade dos centenários dos eventos, estas biografias, exaltam as virtudes cívicas – seja em seu aspecto conservador, seja em seu aspecto contestador – que não podiam ser desperdiçadas no trabalho de memória realizado por Manoel Dantas e pelo IHGRN, devido o interesse em “construir um enredo para a memória histórica do Rio Grande do Norte que servisse ao uso político do passado” (COSTA, 2020, p. 18). Como nota o historiador Almir Bueno, estes eventos também compõem, do ponto de vista simbólico, a evocação, por parte dos republicanos potiguaros, moderados ou radicais, de “um passado glorioso, sancionado pela História” (BUENO, 2009, p. 105).

Logo, a dubiedade existe se tomamos como elemento principal o caráter puramente nacionalista das narrativas, porém o *locus* exaltado nestas biografias não é (a identidade) nacional, mas sim regional, mais enfaticamente a identidade seridoense. Afinal, a própria postura do biógrafo, em sua carreira política, encontrara dificuldades e empecilhos para a plena realização de sua posição ideológica.⁶ Mesmo quando tomamos como objeto ‘a obra’ de um autor específico, sua produção historiográfica também está sujeita à contrariedades, refletindo os conflitos e disputas, ou percalços coetâneos à sua produção.

* * * * *

Seridó (1954) já constava no projeto da Bibliotheca organizada por José Augusto (*et al.*) na década de 1940. Em realidade, trata-se de uma ampliação do estudo genealógico *Famílias*

⁶ Manoel Dantas teve contato com os ideais republicanos quando estudante no Recife/PE, ainda durante o Império, quando passa a advogar publicamente a radicalização do liberalismo, com o intuito de promover reformas no regime monárquico que possibilitassem a este uma gradativa ‘evolução’ para uma monarquia republicana (BUENO, 2009; 2016).

seridoenses (1940), publicado como o Volume I daquela mesma Coleção. Foi pensado como uma publicação em dois volumes, onde pretendia explorar o povoamento e desenvolvimento econômico, político e social da região. O segundo volume abordaria a dimensão político-administrativa das municipalidades, enquanto neste primeiro volume, José Augusto Bezerra de Medeiros aborda, em linhas gerais, o desenvolvimento histórico e econômico (MEDEIROS, 1980, p. 13), entenda-se, povoamento, principais atividades econômicas, genealogias, personagens ilustres, educação, e imprensa no Seridó. Aqui nos deteremos essencialmente sobre as “Grandes figuras seridoenses” apontadas pelo autor, quais sejam: José Bernardo de Medeiros (1837 – 1907), Amaro Cavalcanti (1849 – 1922), e Manoel Dantas (1867 – 1924).

Também formado em Direito (Recife/PE), José Augusto já ocupava cargos políticos, desde 1913, como representante da oligarquia norte-rio-grandense ligada à grande propriedade rural algodoeira-pecuarista. Foi ininterruptamente Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, e era Senador, quando ocorreu o levante tenentista de 1930 que levaria seu grupo político à decadência. Tornaria a desempenhar importante papel político no processo de redemocratização ‘ensaiado’ em meados trinta e retomado em 1945, contribuindo para a redefinição das forças políticas com a organização da União Democrática Nacional (UDN) no estado potiguar.

No Rio Grande do Norte, os primeiros meses de 1945 foram como uma avalanche, com mudanças em várias prefeituras e órgãos da administração direta [...] José Augusto viajou para o Rio Grande do Norte com o intuito de organizar a oposição política do estado, rearticulando seus antigos liderados. Descartando, de imediato, qualquer possibilidade de apoio ao então interventor, Fernandes Dantas, e afirmando seu compromisso com a democracia [...] Mobilizou, em poucos dias, vários prefeitos e ocupantes de cargos de confiança do governo estadual, que pediram exoneração para compor a oposição. Fundada oficialmente em nível nacional em 7 de abril de 1945, a UDN congregava forças diversas e até antagônicas, em uma ampla frente de oposição ao governo Vargas. De fato, somente a conjuntura de 1944 e 1945 pode explicar tal junção: oligarquias destronadas em 1930; antigos aliados de Getúlio, marginalizados em [19]30 e em [19]37; ex-participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945; grupos liberais com forte identificação regional; e a esquerda em geral (LIMA, 2017, p. 44-45).

Seus projetos literários começam a tomar sua atenção no interregno de seus mandatos, até meados da década de 1940, quando já haviam iniciado as publicações da Bibliotheca..., apesar de sua ‘carreira’ literária ter recebido maior exclusividade em torno de 1955, quando se afasta da vida pública. Dentre as “grandes figuras seridoenses” biografadas em *Seridó*, a primeira personagem apresentada é o seu próprio avô, *José Bernardo*, liderança política na região do Seridó no período de transição entre os regimes imperial e republicano. Para o biógrafo, apesar de tratar-se evidentemente de “uma grande figura”, faz-se necessária uma justificativa à nota biográfica:

Há, na história política do Nordeste, uma página de justiça a traçar; é aquela a que têm direito os chamados chefes políticos municipais ou locais, os *coronéis*,

tão cruel e pejorativamente julgados por muitos de quantos se ocuparam até agora do exame ou crítica dos nossos costumes político-partidários (MEDEIROS, 1980, p. 117; grifo do autor).

O autor reivindica uma ‘função justiceira’ para história no intuito de refutar a generalização equivocada quanto ao caráter pernicioso de tais lideranças políticas. Para José Augusto, houveram casos de coronéis abusivos, mas estes foram “passageiros”:

Na generalidade, porém, o chefe político local era uma individualidade que se destacava por qualidades superiores, dedicando-se de corpo e alma ao interesse público, defendendo-o, por todos os modos e meios, surgindo nas horas difíceis e arriscadas para [...] resolver situações complicadas, arcar com os ônus e despesas das eleições, em uma palavra, força indispensável de equilíbrio da sociedade, carecida de direção e orientação. Tais chefes não se improvisavam e independiam da vontade dos governos, mantendo-se em virtude de prestígio que lhes advinha, espontâneo e sólido, da irreprimível confiança popular (MEDEIROS, 1980, p. 117).

É este o caso de seu biografado, um homem que, vencendo inteligentemente as limitações de sua origem pobre e a “modéstia de sua cultura”, teria o mérito de assumir com grandeza e responsabilidade os valores necessários ao seu próprio tempo histórico. A personagem toma a dimensão do ‘grande homem’, arquétipo que, sob o ideário iluminista, a partir de meados do século XVIII passa a substituir a categoria do antigo ‘herói’ semidivino.

O grande homem é aquele que consegue fazer coincidir sua determinação pessoal com a vontade coletiva de uma época [...] Isso justifica atentar de preferência para o destino e a vocação de alguns indivíduos escolhidos pelo biógrafo por sua capacidade de vencer as provas históricas da grandeza (DOSSE, 2009, p. 169).

Contudo, à diferença do grande homem iluminado, não é possível identificar a qualificação de um humanista letrado na personagem de José Bernardo. Sua grandeza se deve aos serviços prestados ao ‘bem público’. Seu grande feito ‘em prol da nação’ será o de romper com a orientação vinda da corte, do Partido Liberal, em julho de 1889 – ou seja, às vésperas da proclamação da República –, confirmando sua liderança política no Seridó, e aderindo, logo em seguida, ao programa do Partido Republicano.

Nas palavras de Jacob Burckhardt, “o destino do grande homem cifra-se em encarnar uma vontade que ultrapassa o indivíduo e que, conforme seu ponto de partida, chama-se tanto vontade de uma nação, ou de uma coletividade, como vontade de uma época” (*apud* DOSSE, 2009, p. 169). Para José Augusto, o coronel José Bernardo foi “arrastado no turbilhão das lutas políticas, e conduzido ao posto de comando (verdadeiro posto de sacrifício), em face de um conjunto de excepcionais dotes de espírito, coração e caráter, cuja autoridade todos acatam e ninguém discute” (MEDEIROS, 1980, p. 119), uma personagem cujas ‘qualidades superiores’ se mostraram perfeitamente oportunas às necessidades da época.

Amparado em correspondências trocadas entre as lideranças políticas e em publicações

de periódicos da época – inclusive de *O Povo*, propriedade do próprio José Bernardo –, a personagem será representada como um chefe político de qualidades excepcionais por sua exclusiva dedicação aos interesses públicos de sua terra, “foi bem o reflexo do Seridó, [...] a que serviu em todas as horas, e a cujos filhos legou o mais belo e saudável exemplo de desprendimento e de civismo” (MEDEIROS, 1980, p. 134). Ao construir para a personagem biografada a imagem de uma liderança política que diz exemplar, implicitamente, José Augusto, também uma liderança política no Seridó, associa seu próprio nome ao daquele e constrói para si um “lastro”, autorizando-se, se não em uma tradição, em uma “genealogia política” localizada no Seridó.

José Augusto inicia a biografia de *Amaro Cavalcanti*, apontando as modestas condições da família do biografado, embora de “ilustre estirpe”, sugerindo assim que fora pelos próprios “dons” de sua inteligência que conseguira galgar um lugar de destaque na elite política brasileira, mas ressaltando a importância da cadeira de latim, cursada nos sertões do Seridó, como a “força inicial” responsável por “alargar seus horizontes mentais” (MEDEIROS, 1980, p. 136). Assim o biógrafo associa o espaço seridoense à importância que a personagem biografada alcançará, posto que Amaro Cavalcanti não mais retornará ao Seridó. Atuando na imprensa cearense, envolve-se nas disputas políticas, ganhando rapidamente visibilidade pública e espaço no Governo da Província do Ceará. Viajando aos EUA em uma missão representativa, obtém também a oportunidade de cursar a Faculdade de Direito da Universidade de Albany. A partir de então, ao voltar para o Brasil, deslança sua carreira política, ocupando cargos e responsabilidades em âmbito nacional e continental. O biógrafo procura ressaltar as posições abolicionista, contrária à monarquia e em favor da proclamação da República, além das “qualidades de homem de estado”, participando de diferentes governos também no jovem regime republicano brasileiro. Portanto, será homenageado como mais um exemplar de grandeza pelo cumprimento de seu dever cívico. Por fim, o exercício de aproximação entre biógrafo e biografado:

Tive a fortuna de nascer na mesma região em que nasceu Amaro Cavalcanti. Sou, como ele, seridoense. E ao examinar sua trajetória através de mais de 50 anos de vida pública, posso dizer que ele foi bem a expressão da terra em que nasceu. O seu caráter tinha a resistência da fibra do algodão do Seridó, o mais resistente do mundo. A sua inteligência era clara como o luar do nosso sertão. As suas atitudes tinham o calor daquela terra [...] Era, assim, Amaro Cavalcanti a expressão humana da vida da região em que nasceu (MEDEIROS, 1980, p. 144).

A narrativa associa as qualidades da personagem biografada ao seu lugar de origem, que coincide com o lugar de origem do próprio biógrafo. Portanto, através da afirmação da identidade seridoense, o biógrafo promove um ‘parentesco’ com a personagem narrada, reforçando o perfil de qualidades cívicas e morais para o ‘tipo político’ que se dedica em construir para a região.

Diferentemente das duas biografias anteriores, *Manoel Dantas* não segue uma narrativa de progressão cronológica. Aqui José Augusto adota uma abordagem que faz uma apresentação

geral da vida da personagem, para, em seguida, desenvolver breves tópicos comentando sobre as “qualidades excepcionais” do biografado (versejador, escritor, geógrafo, historiador, educador, economista, administrador, jurista, tribuno, e jornalista). Na apresentação geral, novamente é convocada o caráter “ilustre” da genealogia das famílias seridoenses. Comenta a educação inicialmente doméstica, passando pela cadeira de Latim em Caicó/RN, os estudos secundários em Natal/RN e a Faculdade de Direito em Recife/PE, ressaltando o momento histórico da transição entre os regimes políticos – da Monarquia à República – e a agitação liberal naquela cidade, mas aponta reservas do biografado em suas manifestações políticas devido sua “parentela” com José Bernardo, chefe político no Seridó, cuja posição republicana se definiria apenas de última hora. De toda forma, em José Augusto, todos os caminhos biográficos levam à República.

Originalmente, tanto *Seridó*, quanto *Homens de outrora*, compõem o projeto maior de uma coleção já posta em prática por José Augusto (*et al.*) na década de 1940, momento de redemocratização ‘pós-estado-novista’, trata-se da Bibliotheca de História Norte-Riograndense, algo importante de ser lembrado, pois também

diz respeito às operações intelectuais que incidem sobre as práticas de pesquisa histórica e de elaboração do discurso historiográfico [...], à capacidade de selecionar e organizar os fatos segundo modalidades discursivas diversas e, por conseguinte, relacionam-se à busca de modelos de inteligibilidade e atribuição de sentido para as evidências históricas (OLIVEIRA, 2011, p. 26).

Assim, compreendemos que a seleção de “Grandes figuras seridoenses” e o sentido para o qual apontam as biografias realizadas por José Augusto, corroboram com a intencionalidade em se construir um perfil da liderança política e do ‘homem de estado’ da região, tópica esta bem amparada no discurso que se construiu no pós-1930 pela contraposição aos interventores ‘estrangeiros’. José Augusto torna o Seridó seu ancestral em comum com os grandes homens que biografa, colocando a si mesmo como herdeiro destas ‘grandezas’ que orbitam sobre os valores republicanos.

* * * * *

Juvenal Lamartine, o meu pai (1974), foi originalmente publicado através da Fundação José Augusto, na revista *Província*, organizada por Oswaldo Lamartine de Faria (1919 – 2007) em comemoração ao centenário de nascimento de Juvenal Lamartine (1874 – 1956). Em 2019, ano do centenário de nascimento do autor, o texto é reeditado pelo Sebo Vermelho, em formato livro de bolso, trazendo uma iconografia e bibliografia publicada “por” e “sobre” Juvenal Lamartine, além da apresentação assinada por Vicente Serejo – jornalista e amigo pessoal do autor. É sobre esta edição que voltamos nossa análise.

A leitura deste livro exige muita atenção, pois, aqui, biógrafo e biografado estão constantemente colocados de forma tão aproximada, que é fácil confundir as personagens. Já na

apresentação realizada por Vicente Serejo – titulada “Porta-retrato”, sugerindo que a biografia escrita por Oswaldo Lamartine descreve perfeitamente as “feições físicas e temperamentais” do pai –, pai e filho, autor e objeto, biógrafo e biografado vão se confundindo. Serejo se dedica essencialmente a comentar as qualidades da escrita do autor, “feito numa geração que sabia erguer personagens e retratá-los com palavras” (FARIA, 2019, p. 8), pois o que comemora em 15 de novembro de 2019, data que assina sua apresentação, é o centenário de nascimento do biógrafo, não do biografado.

Como o próprio título da biografia sugere, Oswaldo Lamartine busca compor uma imagem familiar do biografado, isso não significa ignorar ‘o homem público’ em razão do privado, apenas significa que ‘o homem público’ também será descrito a partir desse olhar familiar, o olhar do filho. Assim, mesmo acusando limitações em suas memórias infantis – “cheguei em 1919, poucas são as lembranças antes de 1930” (FARIA, 2019, p.11) –, Oswaldo Lamartine descreve as rotinas de seu pai quando representante político profissional: os cuidados de si com a alimentação, com os prazeres, com os fazeres, com o vestir. As únicas fontes a que recorre são breves passagens das memórias publicadas por Medeiros de Albuquerque, e Juarez Távora, sobre a saída de seu pai para o exílio, em decorrência do levante militar de outubro de 1930 que o destituiu do cargo de Governador do estado do Rio Grande do Norte, e uma carta do Monsenhor Expedito Medeiros enviada para Oswaldo Lamartine. Logo, seu texto é fundamentalmente uma memória biográfica.

Ao privilegiar sua memória pessoal como fonte para a composição da biografia, Oswaldo Lamartine prestou a si mesmo uma função que vai além do “mero” escritor da narrativa. Logicamente, por se tratar de seu próprio pai, não seria de se esperar uma narrativa na qual o narrador se mostra distante do sujeito biografado. Ainda mais tratando-se da escrita de Oswaldo Lamartine, cuja produção de presença já era uma característica estilística.

Terminada a leitura e tornando a refletir sobre o título da biografia, passamos a dotar de mais significado o uso do pronome “meu”. Juvenal Lamartine teve dez filhos, sendo Oswaldo o caçula. Apesar da biografia descrever posturas do pai com as filhas – “era muito afetuoso com as minhas irmãs” (FARIA, 2019, p. 14) – e demais filhos – “Dizem os irmãos mais velhos que experimentaram muita palmatória e rebenque. Para mim, já ameigado talvez pela idade, a pena máxima foi com régua...” (FARIA, 2019, p. 15) –, a biografia não trata essencialmente do modelo paternal do sujeito biografado – Juvenal Lamartine, o pai; mas do *meu* pai, um exemplar único, posto que fora um pai “diferente” para cada um/a de seus filhos e filhas. Há, portanto, uma ênfase na singularidade desta relação parental entre o biógrafo e o biografado que condiciona o olhar e as escolhas realizadas por aquele na “operação biográfica”.

Assim, podemos perceber que a escolha dos eventos narrados na biografia remetem não só à personagem biografada, mas também ao próprio biógrafo. Oswaldo Lamartine subdivide a

biografia em diferentes tópicos: “Até 1930...” aborda suas memórias infantis relacionadas à rotina do pai; “Da outra banda do mar” aborda a comunicação do pai, exilado em Paris (França) com a família que ficara no Brasil, de como chegavam à família as mensagens enviadas pelo pai desde o estrangeiro, e os assuntos recorrentes destas correspondências; em “1935, ano de fel”, Oswaldo Lamartine, que neste período estudava no Rio de Janeiro/RJ, acompanha como o pai, já de volta ao Brasil, e vivendo na mesma cidade, reagiu às mortes do filho mais velho (Octávio Lamartine, assassinado pela polícia, na Fazenda Ingá, em Acari/RN, em decorrência de disputas políticas com a interventoria no RN), e da filha mais jovem (Elza, por motivos de saúde); “Depois das eras de [19]40”, aborda a rotina de Juvenal Lamartine na Fazenda Lagoa Nova, propriedade que comprara na região Agreste do RN, e que Oswaldo Lamartine administrava – é nesta propriedade e período que o sertanista entrará em contato com os sertanejos mestres de ofícios artesanais consultados para a composição de seus ensaios mais conhecidos; “A longa noite de breu” acompanha a rotina do pai no período que esteve cego em decorrência de glaucoma; “O que lia e escrevia” indica hábitos de leitura e escrita de Juvenal Lamartine, apontando sua falta de critério organizativo com documentos – aspecto que se faz relevante na biografia por ser esta uma preocupação característica da atenção do (pesquisador) sertanista; “O desajeitado” aponta a falta de intimidade do pai com engrenagens mecânicas – o que nos remete ao caráter antimoderno da personalidade de Oswaldo Lamartine – o que se mostra mais interessante quando a imagem publicamente construída sobre Juvenal Lamartine por seus pares políticos é a de um governante comprometido com a modernização do estado (beneficiamento do algodão, construção de rodovias, aviação, voto feminino); e, por fim, “Talvez panteísta” aborda o caráter tolerante do pai, lançando suspeita sobre a possibilidade de uma postura panteísta frente à religiosidade. É neste tópico que o biógrafo faz uso da carta remetida por Monsenhor Expedito Medeiros, lembrando palavras de Juvenal Lamartine: “Observe atentamente cada planta, animal e até mesmo o chão em que pisamos. Não queira ser mais sábio que a natureza. Antes, procure aprender com ela” (FARIA, 2019, p. 32). Conselho que, como agrônomo, soa ainda mais pertinente a Oswaldo Lamartine.

Em síntese, trata-se de uma biografia com sentido moral, apontando para os ensinamentos que o filho aprendeu com o pai: manter a união e solidariedade entre a família; ser tolerante em suas relações, buscar resolver pacificamente suas questões com outros; aprender com o mundo natural. Tem uma perspectiva intimista, privilegiando a vida privada do biografado, não aprofundando o envolvimento da personagem com o contexto histórico em que viveu. Trata-se de um memória biográfica, quase uma “biografia autobiográfica”, já que o biógrafo (autor) é também, ao mesmo tempo, fonte, narrador e personagem que mobiliza a narrativa.

Dessa forma, Oswaldo Lamartine compõe uma imagem de Juvenal Lamartine que vai além da figura do ex-governador, o homem politicamente derrotado, representação pessoal da

decadência de uma oligarquia, e buscando valorizar a identificação do homem sertanejo em Juvenal Lamartine, tal como o seu filho concebe esta identidade. Em suma, a biografia diz que esta história de vida deixou um legado, foi um exemplo de valores a serem preservados, valores estes que só poderiam ser reconhecidos se lançado o olhar para além da vida pública do biografado. Assim, o olhar sobre o privado busca fazer um contrapeso à desgastada imagem do homem público (governante intolerante com a oposição, golpeado, decaído, exilado, e, quando de seu retorno, nominalmente impedido no âmbito público da política).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber nesta análise uma certa tradição historiográfica esforçada em construir laços que vinculem a região do Seridó, um espaço político e identitário, às memórias de um grupo oligárquico que, mesmo há muito destituído de hegemonia política, permanecem no espaço público, mobilizadas por diferente atores, durante gerações sucessivas. Aqui observamos especificamente como a escrita biográfica continuamente exercitada por estes memorialistas, buscou intervir na história e em seu presente histórico.

É possível identificar um maior esforço de inscrição de uma memória vinculada ao grupo oligárquico decaído sob o levante tenentista de 1930, quando o elemento político ‘estrangeiro’ representado na figura dos interventores indicados pelo Governo Federal, vindos de outros estados da federação, passam a disputar os espaços de poder locais, a disputa pela memória é também uma faceta da disputa pela manutenção da dominação política no Rio Grande do Norte. Este esforço de perenidade retroalimenta, desde então, um certo projeto historiográfico que se manifesta em edições e reedições de biografias políticas ao longo de décadas, e que persiste mesmo quando há modificações nas características gerais da historiografia potiguar. Assim, é possível encontrar nomes como os de José Augusto – principalmente –, Manoel Dantas, ou Juvenal Lamartine, protagonizando trabalhos produzidos nos primeiros anos da formação profissional em História na UFRN, exigindo que sejam revisitados em trabalhos de Pós-graduação da mesma instituição.

De certo modo, estas biografias atuam como uma espécie de constituição de panteão cívico, apontando seridoenses dignos de serem lembrados pela história por terem realizado grandes feitos ou dedicado suas vidas à região do Seridó potiguar, ao estado do Rio Grande do Norte, ou mesmo à nação. Essas histórias de vidas são ainda utilizadas de forma a dar um certo lastro político aos próprios biógrafos, pois estes procuram aproximar, direta ou indiretamente, suas próprias imagens das imagens que constroem para as personagens biografadas, portanto, aqui, escrever uma história de vida é trazê-la de encontro a si próprio. Estes usos políticos da biografia se faz perceptível pelas personagens selecionadas, pelas identidades enfatizadas, pelos feitos comemorados, pelos valores exaltados, pela sugestão dos exemplos – apesar que, de modo geral,

o moderno arquétipo do grande homem substitua o do herói antigo, o *topos da historia magistra vitae* não é esvaziado.

Portanto, fortalecer memórias a partir da comemoração de certos episódios e homenagens a determinados personagens, é também instituir uma certa escrita da história, personalizada, fortemente amparada pela biografia. É ainda uma tentativa, por parte do biógrafo, de intervir nas encruzilhadas do tempo presente, de autorizar-se historicamente, de justificar posicionamentos políticos, de propor uma versão para o passado e apontar uma direção para o futuro.

REFERÊNCIAS

BONALDO, Rodrigo Bragio. *Comemorações e efemérides*: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 314 fl. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

BUENO, Almir de Carvalho. “Nós, os regeneradores da Pátria”: ideias políticas no Rio Grande do Norte na passagem para a República. In: _____. (org). *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: EDUFRN, 2009. p. 85 – 110.

_____. *Visões de República*: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880 – 1895). Natal: EDUFRN, 2016.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 179, p. 1 – 27, set./2020.

DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: edusp, 2009.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Juvenal Lamartine, o meu pai*. Natal: Sebo Vermelho, 2019.

LIMA, Jailma Maria de. Guerra e Paz: A política da redemocratização em 1945. In: _____. “*Taquei Detefon nos brutos*”: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945 – 1955). Campina Grande: EDUFCG, 2017. p. 31 – 99.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó*: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN; Campina Grande: eduepb, 2012.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1980.

MONTEIRO, Denise Mattos; LOPES, Fátima Martins; MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da Historiografia Norte-Rio-Grandense. In: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org). *Anais do I*

Encontro Regional da ANPUH-RN: O ofício do historiador. Natal: EDUFRN, 2006. p. 51 – 61.

MORAIS, Helicarla Nyely Batista de. *A inscrição de uma memória, do que se ressentem...*: O Rio Grande do Norte, no pós-30. fl. 486. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus; Elsevier, 2012. p. 187 – 205.

“AO LADO DA MAÇONARIA ESTÁ DEUS”: O MOSSOROENSE E SUA INSERÇÃO NOS EMBATES DA QUESTÃO RELIGIOSA (1872-1875).

Elioenai de Souza Ferreira¹

Introdução

O propósito deste texto é demonstrar, de forma sucinta, como o jornal *O Mossoroense*, durante sua primeira fase de circulação, entre os anos de 1872 a 1875, posicionou-se em relação à Questão Religiosa, evento este que, dentre outros, agitou o cenário político das décadas finais do Império do Brasil. Como poderá ser verificado a seguir, o periódico produzido no interior da então Província do Rio Grande do Norte não ficou neutro diante das disputas envolvendo as lojas maçônicas, os setores ultramontanos e conservadores da Igreja Católica, bem como o Governo Imperial.

Fundado e dirigido por um maçom, Jeremias da Rocha Nogueira, o jornal foi instrumentalizado em defesa das pautas maçônicas, especialmente aquelas relacionadas ao liberalismo político, tais como as liberdades de expressão, de imprensa, religiosa, separação entre Igreja e Estado, culminando na proposta de mudança de regime, da Monarquia constitucional para uma República.

Por outro lado, o semanário desferia ataques aos seus adversários, isto é, os que defendiam a superioridade do poder eclesiástico sobre o poder civil e que lutavam por expulsar os maçons das irmandades religiosas, ação tomada pelos bispos ultramontanos, especialmente o de Olinda, sendo um dos estopins da Questão Religiosa.

Tomando como fontes primárias e principais os textos publicados no jornal, propomos a analisar os conteúdos mobilizados para representar de forma positiva os maçons e de forma negativa os seus oponentes nos campos político e religioso.

O contexto do surgimento do jornal

O *Mossoroense* foi fundado numa época em que a cidade cujo gentílico foi apropriado pelo jornal já tinha se consolidado como um centro comercial de âmbito regional, cuja zona de influência abrangia toda a zona oeste da Província do Rio Grande do Norte,

¹ Egresso do PPGH/UFCG. Endereço de e-mail: elioenaihistoria@gmail.com.

tendo ainda conexões com todas as demais regiões do território provincial, além das províncias vizinhas do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco.

A povoação, iniciada por volta de meados do século XVIII e elevada ao status de vila municipal em 1852 (CASCUDO, 2010, p. 92) durante as décadas de 60 e 70 do século XIX tinha no comércio sua atividade econômica de destaque, favorecida ainda pelo porto de Areia Branca, então parte do território municipal de Mossoró. A autora Denise de Mattos Monteiro descreve como a cidade do oeste da província norte-rio-grandense se tornou um centro comercial.

Até meados do século XIX, toda a produção do oeste da província, onde se situava a vila, era escoada para o porto de Aracati, no Ceará, por onde entravam também as mercadorias importadas da Europa. Com a decadência desse porto – devido ao crescimento de Fortaleza – e à abertura do porto de Areia Branca, em 1867, no contexto do grande surto exportador de algodão desses anos, Mossoró se tornou um importante centro comercial na província, principalmente do comércio algodoeiro. Para lá passaram a convergir mercadorias não só de todo o oeste potiguar, mas também de partes do Ceará, sertão da Paraíba e região do Seridó. (MONTEIRO, 2007, p. 104).

A ascensão de Mossoró à condição de centro comercial regional se deu num contexto de desenvolvimento econômico capitalista no Rio Grande do Norte como um todo, inclusive com sua integração aos mercados internacionais, especialmente com a exportação de algodão. Houve, então, a chegada de comerciantes estrangeiros no território potiguar. Denise Monteiro destaca, dentre os estabelecimentos comerciais, a Casa Graff, do suíço Johan Ulrich Graff, com sede na França e filiais nas províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró.

Dessa forma, os anos de 1850 a 1860, do ponto de vista econômico, foram anos de um intenso desenvolvimento comercial na província, com o estabelecimento de comerciantes, principalmente estrangeiros, que trabalhavam com os negócios de importação de produtos manufaturados europeus e exportação de matérias-primas locais para o mercado externo. Várias casas comerciais importadoras-exportadoras, que tinham matriz na Europa, foram fundadas nesse período. (MONTEIRO, 2007, p. 101).

Nesse ambiente de desenvolvimento econômico e integração da cidade não somente aos mercados regionais, mas também internacionais, por meio da instalação de casas comerciais voltadas para importação de manufaturas europeias e exportação de matérias-primas para o velho continente, e a presença de muitos comerciantes estrangeiros, havia, portanto, condições propícias para a criação e circulação de um semanário.

Mas, para além da conjuntura econômica, a fundação de um jornal na Mossoró dos anos 70 do século XIX atendia também a interesses políticos e a demandas de inserção social por parte dos seus redatores. No caso específico do *Mossoroense*, breves perfis biográficos dos seus redatores podem nos apontar indícios de suas relações sociais e políticas. O fundador do jornal e seu principal redator, Jeremias da Rocha Nogueira, é descrito no livro *História Social da Abolição em Mossoró* como um jornalista combativo e combatente da causa da liberdade de imprensa, "um idealista, um panfletário atrevido e violento" (NONATO, 1983, pp.74-76). O autor da obra supracitada identifica Jeremias Nogueira como ferrenho opositor dos conservadores em Mossoró, representados pelo seu líder maior, o pároco da cidade, o vigário Antônio Joaquim Rodrigues.

Nesse sentido, a fundação de seu jornal propiciou a Jeremias da Rocha Nogueira, nas palavras de Raimundo Nonato, "uma trincheira da liberdade", na prática um instrumento de afirmação e legitimação da sua autoproclamada posição de expoente dos ideais liberais. Além do jornalismo, Nogueira também se dedicava à advocacia na condição de rábula², oferecendo seus serviços em anúncios no seu jornal, apresentando-se como "advogado provisionado pelo Tribunal da Relação de Pernambuco" (*O Mossoroense*, 10 de novembro de 1872, p.4), cuja jurisdição abrangia o Rio Grande do Norte. Também atuou como secretário da Câmara Municipal de Mossoró, cargo do qual pediu exoneração em janeiro de 1873.

A respeito de um dos colaboradores do *Mossoroense*, José Damião de Souza Melo, encontramos informações não apenas na memorialística de Nonato, mas também na de Luís da Câmara Cascudo. Souza Melo era português de Aveiro, tendo emigrado para o Brasil ainda na década de 1860, tendo se naturalizado brasileiro em 1864³. Em Mossoró, tinha uma casa de comércio. Tendo sido sacerdote católico em Portugal, converteu-se ao protestantismo, tornando-se, segundo Cascudo, "um dos animadores da Religião Reformada em Mossoró" (CASCUDO, 2010, p.221). Raimundo Nonato cita Raimundo Galvão, o qual acrescenta que Souza Melo renunciou ao sacerdócio católico romano ainda em terras lusitanas, antes de embarcar para o Brasil (GALVÃO *apud* NONATO, 1983, p. 82).

² Rábula era o cidadão que, mesmo sem ter cursado faculdade de Direito, obtinha autorização para exercer a advocacia, ainda que em primeira instância.

³ Em decreto de 19 de setembro de 1864, o Imperador D. Pedro II sancionou uma resolução da Assembleia Geral Legislativa que autorizava o governo imperial a naturalizar vários estrangeiros residentes no Brasil, na sua grande maioria, portugueses, dentre os quais Souza Mello. No documento, consta que ele morava na então Vila do Jardim (atual cidade de Jardim do Seridó), na Província do Rio Grande do Norte. Disponível em: legis.senado.gov. Data de acesso: 23/03/2016.

Além do comércio e do jornalismo, Souza Melo também esteve ligado a outros espaços de sociabilidade, como a loja maçônica 24 de Junho, sendo um dos seus fundadores (NONATO, 1983, p.87), bem como o movimento abolicionista mossoroense, cuja abordagem foge ao escopo do presente estudo.

A partir das posições ocupadas por esses indivíduos no espaço social, e considerando as possíveis relações políticas e sociais daí advindas, indagamo-nos a respeito da função do *Mossoroense* enquanto um produto cultural mobilizado pelos seus idealizadores nos embates travados no campo político de Mossoró e da Província do Rio Grande do Norte no contexto da década de 70 do século XIX, e também no campo religioso, uma vez que o jornal se envolveu diretamente nas polêmicas da Questão Religiosa, na qual clérigos e leigos da Igreja Católica, maçons, políticos de diversos matizes, o governo imperial, além de outros segmentos, a exemplo dos protestantes, estabeleceram entre si suas relações, a partir dos seus interesses em conflito, mas também de eventuais demandas convergentes.

Em se tratando do *Mossoroense*, sua inserção no cenário político local ocorreu pela autoafirmação de ser um porta-voz do Partido Liberal, numa conjuntura em que o Partido Conservador mantinha o seu predomínio na administração do Estado brasileiro, em seus vários níveis, desde o ano de 1868, quando mais um governo da Liga Progressista (1864- 1868), que reunia liberais e conservadores moderados, foi substituído por um ministério conservador, em mais uma substituição de gabinetes, dentre tantas ocorridas durante o Segundo Império.

O jornal nos embates da Questão Religiosa

Neste tópico, abordaremos como os maçons e os ultramontanos foram representados nas páginas do *Mossoroense*, considerando os interesses peculiares dos redatores do jornal em meio à Questão Religiosa.

Para Chartier, "é do crédito concedido (ou recusado) às representações que propõem de si mesmos que depende a autoridade de um poder ou o poderio de um grupo" (CHARTIER, 2002, p.95). Nesse sentido, a construção e a difusão de uma autoimagem positiva constitui-se numa estratégia simbólica empregada pelos grupos sociais em suas lutas de representações, "cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social" (CHARTIER, 2002, p. 73).

Um dos principais líderes do clero ultramontano no Brasil foi o Bispo de Olinda, Dom Vital. Antes de tomar posse da diocese de Olinda, mas já sagrado como seu bispo,

dirigiu-se ao clero e aos fiéis numa circular. Numa passagem do documento, o clérigo capuchinho indica para seus leitores e possíveis ouvintes, já que as circulares deviam ser lidas nas missas, as ideias que seriam por ele combatidas no cumprimento de sua função pastoral.

A independência do pensamento, a soberania da razão, a liberdade de pensamento, a liberdade de exame em assumptos religiosos, princípios essencialmente subversivos [...] o enfraquecimento do sentimento religioso; a indiferença, a descrença, a ignorância supina em materia de religião [...] a medonha corrupção de idéias e a horível depravação de costumes [...] tropeços e embaraços com que imprescindivelmente havemos de abalroar no desempenho da nossa missão divina [...] (*Carta pastoral de 17 de março de 1872*. In: REIS, 1878, p.387).

Os princípios que eram caros e comuns aos liberais dos diversos matizes eram classificados pelo bispo como subversivos e corruptores da ordem. Na concepção ultramontana de mundo e de sociedade, não havia espaço para as liberdades reclamadas pelos grupos secularizados em ascensão. Liberdade de pensamento poderia suscitar questionamentos aos dogmas estabelecidos, liberdade religiosa abria o espaço para a ação de grupos religiosos "heréticos" na disputa pelas almas e pelas consciências.

Um eventual cenário de diversidade religiosa não era aceitável para o ultramontanismo, que tinha na exclusividade da fé católica como detentora da verdade uma de suas convicções basilares. E essa exclusividade também implicava a unidade do povo cristão, sem dissensões e divergências, instruído na ortodoxia católica pelos seus líderes espirituais. No seu discurso, o diocesano de Olinda se mostra disposto a combater os "tropeços" e "embaraços" trazidos pelos anseios de liberdade, bem como se mostra consciente dos choques que teria com as ovelhas de seu rebanho não tão dispostas a obedecê-lo.

Os maçons do *Mossoroense*, mesmo estando localizados nos rincões da Diocese de Olinda, não hesitaram em reagir às posições ultramontanas do bispo e a fazerem uso do jornal como veículo para as representações que elaboravam sobre os ultramontanos. No discurso do jornal, não havia contemporização para como os "jesuítas".

[...] milicianos de Roma à sombra da bandeira do crucificado, cuja religião falseão [...] e impondo a crença pela infalibilidade no intuito de realizarem a conquista do mundo e firmarem seu imperio absoluto sobre o dominio das consciencias escravas [...]. He preciso pois que todos nos levantemos como um só homem e brademos - Morra o jesuitismo - fora o jesuíta. (*O Mossoroense*, 19 de abril de 1873, p.1)

Os ultramontanos são retratados como parte de um projeto de poder mundial oriundo da sede papal. Notemos como o jornalista qualifica o que seria o objetivo de tal projeto, ou

seja, a construção de um império "absoluto", sem lugar para a liberdade; ao contrário, haveria a escravização das consciências. O cenário imagético apresentado é de uma invasão e conquista por parte de forças hostis que precisam ser rechaçadas. Daí a conclamação à resistência e à ação contra o jesuíta.

Na mesma edição do jornal, a adjetivação negativa dos ultramontanos tem continuidade, sendo chamados de "aventureiros audazes, sordidos especuladores de reliquias, traficantes da religião, atizadores de ódios, espectros sanguinarios de Torquemada"⁴ (*O Mossoroense*, idem, p.1). Refere-se nominalmente aos bispos Dom Antonio de Macedo Costa (Pará), Sebastião Laranjeiras (Rio Grande do Sul), Pedro Lacerda (Rio de Janeiro) e Vital de Oliveira (Pernambuco), chamando-os de "pamphletarios mitrados do imperio" e "capitães famosos da infernal cruzada dos Loyollas". Acusava-os de espalhar "as doutrinas do fanatismo e da intolerancia destinadas a suffocar a liberdade de consciencia" e de perseguir os "verdadeiros apóstolos do Evangelho".

Os bispos citados não o foram de maneira aleatória, visto que eles estavam pessoal e diretamente envolvidos com as polêmicas da Questão Religiosa, agindo na implementação do ultramontanismo em suas dioceses.

Em edição anterior, *O Mossoroense* já se indispusera com o pároco de Assú. Na ocasião, o padre Mattos teria classificado *O Mossoroense* como "anti-catholico" e "anti-religioso". Em resposta, o jornal declarara que se orgulhava de não ser ultramontano ou jesuíta, mas que prezava sua condição de "catholico e religioso". (*O Mossoroense*, 28 de fevereiro de 1873, p.2).

Noutra correspondência anônima procedente de Assu, seu autor comenta sobre as ações do pároco de outra localidade da vizinhança, Santana do Matos, que estaria excomungando os paroquianos que fossem filiados à Maçonaria, além de proibir o padre da povoação de São Rafael de realizar batismos e casamentos, alegando que o sacerdote era maçom. O "vigário besta" também havia recusado o batismo de uma criança, por suspeitar que um de seus padrinhos era membro da Ordem.

Esses relatos de oposição à Maçonaria poderiam transmitir aos leitores do *Mossoroense* a ideia de que seus inimigos, os ultramontanos e jesuítas, eram perseguidores e intolerantes, constituindo-se numa ameaça real às liberdades individuais dos cidadãos e dos fiéis, aos quais eram negados inclusive os sacramentos da religião católica.

⁴ Tomás de Torquemada esteve à frente da Inquisição espanhola na segunda metade do século XV.

Entretanto, a Questão Religiosa, embora tenha recebido essa nomenclatura pela historiografia que a aborda, não era composta por elementos única e estritamente de cunho religioso. Interesses e temas de natureza política também estavam em jogo. Porém, ao mesmo tempo, política e religião se apresentavam como dois fatores amalgamados e entrelaçados.

Os redatores do Mossoreense entendiam que seus adversários nos campos político e religioso também tinham aliança entre si. Num editorial intitulado “O conservador e o jesuíta”, ambos são representados como duas faces de uma mesma moeda.

O conservador, este partidario das velhas ideias, este cúmplice das tentativas retrogradadas do clero [...]. O primeiro [...] adorador fanático da irresponsabilidade da realeza com todo o seu cortejo de privilégios olha como meio perigo a ilustração das massas [...]. Conservador e jesuíta portanto são dois aliados perversos [...] devem ser considerados e proclamados como os maiores inimigos do progresso social e da perfectibilidade do gênero humano. Um fecha a escolla, outro envenenando o pão do espírito mata a alma e ambos trabalham para fazer para o Estado escravos servís, em vez de cidadãos ilustrados. Se um é o carrasco do fiel, o outro é o inimigo do cidadão. [...]. Fique pois de uma vez para sempre estabelecido que jesuítas e conservadores querem fazer o mundo recuar aos tempos de Nero e de Torquemada para firmar o absolutismo e a realeza no terror e ignorância do povo, únicos que tem servido de sustentáculo ao trono de todos os déspotas. (O Mossoreense, 22 de fevereiro de 1873, p.1).

Em síntese, os conservadores, na política, e os ultramontanos, na religião, são vistos como parte de um mesmo sistema ou ordenamento opressor. Aqui, são contrapostas as ideias de progresso e evolução com o retrocesso e a estagnação sociais. A instrução e o conhecimento que proporcionam a liberdade para o espírito humano à ignorância propositalmente mantida, como forma de escravizar e submeter os fiéis e os cidadãos aos caprichos do Império (Nero) e da Igreja (Torquemada).

Nesse raciocínio, monarquia e igreja oficial são considerados como pilares de sustentação do absolutismo, ainda que no Brasil vigorasse uma monarquia constitucional, embora a mesma dispusesse da instituição do Poder Moderador, pelo qual o Imperador Dom Pedro II podia intervir direta e pessoalmente nas outras instâncias do Estado imperial.

A lógica que podemos perceber nas entrelinhas desse discurso é que, pela condição de serem inseparáveis, conservadores e ultramontanos deveriam ser removidos dos seus respectivos campos de atuação para que, enfim, o progresso e a liberdade tivessem espaço para se expandir em meio às massas carentes das luzes da razão.

Portanto, ao se apresentarem como “apóstolos” do progresso, os maçons procuravam se legitimar perante os que tivessem acesso à sua mensagem, como aptos a apontar o caminho que a sociedade deveria seguir diante das demandas que a modernidade liberal e burguesa

trouxe à tona. Ao contrário disto, os conservadores e os ultramontanos representavam o passado de trevas e despotismo que deveria ser ultrapassado e substituído.

Para os republicanos e os que defendiam a laicização do Estado, as disputas entre governo civil e oficiais da Igreja Católica deixavam à mostra as contradições nas relações entre trono e altar. E, nesse cenário, apontavam o que seria, a seu ver, a solução para a Questão Religiosa: o rompimento dos laços entre Igreja e Estado. Sobre esse tema, o *Mossoroense* se manifestou, afirmando que, se os clérigos "se arrojavam contra os poderes do Estado", a saída para "uma paz duradoura" a longo prazo seria a retirada do catolicismo da condição de religião oficial.

Cumpre-nos dizer o que se tem provado um milhão de vezes, que o poder temporal não depende e nem carece do espiritual; não se pode provar que, para uma nação ser feliz, isto é, engrandecida pelo progresso material e civilizada pela moral dos seus habitantes seja mister seguir a religião Catholica Romana. Ahi estão para attestar o contrario os "ereges" ingleses e alemães em seus grandiosos e soberbos Estados, potencias de primeira ordem. (*O Mossoroense*, 02 de agosto de 1873, p.1).

Estamos diante, portanto, de uma visão laicizante da política e da sociedade, mas mesmo assim ela pode ser relativizada, pois os países colocados como modelos de felicidade, progresso e civilização, a Inglaterra vitoriana e a Alemanha unificada do I Reich, tinham igrejas protestantes sob a chancela estatal.

Nesse sentido, o discurso do jornal vai ao encontro da ideia de que o catolicismo atrelado ao Estado representava o arcaico, o atraso; enquanto os "ereges" protestantes conseguiram elevar seus Estados a "potencias de primeira ordem" sem, no entanto, abandonarem sua religião, ao mesmo tempo em que a mantinham ou submissas ao poder temporal ou deles separada, o que indicaria seu caráter moderno, adequado aos novos tempos.

O que não se adequava aos tempos modernos ou ao "século" era o regime monárquico que vigorava no Brasil. Não obstante ser, formalmente, uma monarquia constitucional, a Coroa dos Bragança, tendo como seu titular Dom Pedro II, era vista pelo jornal como um resquício do absolutismo do século XVIII, permeada pela corrupção e pelo despotismo. E, diante da instituição do Poder Moderador, visto como um poder arbitrário, pelo qual o Imperador intervinha nas instituições do Estado, bem como das recorrentes fraudes nas eleições, o periódico reivindicava uma reforma eleitoral que expressasse a vontade da maioria da população.

Uma, senão a principal couza, que podia tornar os brasileiros defensores de si mesmo contribuindo para fazer chegar a um estado mais perfeito de

prosperidade o cidadão e a pátria sem precisar, por seu mal e vergonha, de um Perpetuo Defensor, cuja tutela e senhorio absoluto se tem tornado indigno do século e do continente americano é, sem contradição alguma, a lei que faça da eleição uma verdade, a reforma eleitoral, aspirada por tantos espíritos e a tanto tempo reclamada [...]. Quando se fará entre nós uma eleição que exprima a vontade nacional? (*O Mossoroense*, 3 de maio de 1873, p.1).

De acordo com esse discurso, a monarquia era dispensável para a prosperidade dos brasileiros. Ao invés de esperarem por alguma mudança vinda do poder imperial, deveriam tomar as rédeas de sua própria defesa e do rumo que poderiam dar ao país, livrando-se, assim, do domínio do trono, substituindo a soberania da Coroa pela soberania do povo, expressa no voto.

Além disso, o jornal qualificava o regime imperial como um elemento estranho ao continente americano, numa referência ao fato do Brasil ser então a única monarquia das Américas, bem como "indigno do século" ou seja, um regime arcaico, anacrônico, fora do seu tempo, não mais tolerável no século XIX, no qual progresso, evolução e liberdade eram as palavras de ordem.

Considerações Finais

O que podemos, por ora, concluir dessa breve incursão que fizemos a um jornal do século XIX, publicado numa pequena cidade interiorana de uma das mais pequenas e pobres províncias do Império do Brasil?

Primeiro, o papel que a imprensa detinha de ser um instrumento de luta político-ideológica, servindo aos interesses e demandas dos grupos que controlavam a elaboração, redação e circulação dos jornais, além de proporcionar um espaço de discussão política para além dos partidos, das casas legislativas e dos órgãos de governo e de Estado.

Nesse sentido, a imprensa ampliava o alcance do debate de ideias e propostas, bem como a formação de uma opinião pública, apesar desta estar limitada ao público letrado que tivesse acesso aos impressos ou, num cenário mais abrangente, os eventuais ouvintes de uma roda de leitura de jornais.

No que diz respeito à sua especificidade, *O Mossoroense* contribuiu, através da rede de informação jornalística na qual estava inserido, para que debates das questões de âmbito nacional e não somente regional ou local, chegassem aos mais distantes pontos do Império. Não apenas isso, mas permitiu que seus jornalistas o utilizassem como capital político para a promoção das causas maçônicas.

Sobre isso, chamamos a atenção para o fato do jornal, mesmo não declarando explicitamente ser um órgão da Maçonaria e de tratar de outras temáticas que não a Questão Religiosa, dedicou extensa parte de seu conteúdo a representar os maçons como arautos da liberdade, do progresso e da civilização e os ultramontanos e seus simpatizantes como promotores do fanatismo, do atraso e da barbárie.

Assim, posicionou-se sobre a Questão Religiosa, cujo desenrolar não foi do conhecimento apenas do público que residia nos principais centros urbanos, incluindo os que estavam no interior do país, o que demonstra o alcance que o conflito tomou.

Ainda sobre a Questão Religiosa, podemos perceber que a mesma acarretou consequências a curto e a médio prazo para a estabilidade e duração do regime monárquico brasileiro, pois abalou suas relações com a Igreja Católica, uma das instituições que davam suporte ao trono. E a liderança ultramontana da Igreja não estava mais disposta a se submeter incondicionalmente ao poder régio. Seu compromisso primeiro era com o pontífice romano, o chefe supremo da Igreja Católica. Suas diretrizes tinham de ser obedecidas, ainda que tal obediência levasse ao enfrentamento com as autoridades civis e culminasse em penalidades como a prisão dos bispos Dom Vital e Dom Antonio Costa em 1874.

Ainda que fossem anistiados no ano seguinte pelo Gabinete do Duque de Caxias e os ânimos entre ultramontanos e regalistas fossem temporariamente apaziguados, os católicos ciosos da primazia do poder eclesiástico tomaram consciência de que seria melhor para a Igreja que ela fosse autônoma em relação ao Estado.

Os republicanos se valeram da Questão Religiosa para proporem a separação entre Igreja e Estado como a saída viável não apenas para as polêmicas envolvendo os bispos ultramontanos, mas também para a problemática da liberdade religiosa, uma vez que esta tinha suas restrições, pois somente o catolicismo romano tinha a proteção oficial do Império.

E também apresentaram o regime republicano como o único que podia trazer o progresso para o Brasil. Ainda que o republicanismo, no Rio Grande do Norte, somente tomaria forma organizacional na década de 1880, O Mossoroense exerceu o papel de um precursor das ideias republicanas na província.

Por fim, entendemos que os diversos atores e grupos sociais que estiveram envolvidos na Questão Religiosa disputavam entre si e perante a opinião pública quais os projetos de sociedade que seriam mais adequados para o Brasil. Isso nos faz lembrar que, no caso da Maçonaria em particular, ela não esteve atuante em momentos anteriores da História

do Brasil, como o processo de Independência, mas esteve ativa e participativa nos momentos de transição que marcaram o final do século XIX e sua passagem para o século XX.

FONTE IMPRESSA

Jornal *O Mossoroense*. 04.10.1873 a 24.01.1874. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “E” (Periódicos), Volume 3, s.d.

REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no império. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. Vol. 3. História do pensamento católico no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

_____. **A crise da cristandade e projeto liberal**. Vol. 2. História do pensamento católico no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da Maçonaria brasileira (1870- 1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BARROS, Roque Spencer M. de. *Vida Religiosa*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Declínio e queda do Império**. Tomo II. Vol. 6. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 369-423.

_____. *A Questão Religiosa*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Declínio e queda do Império**. Tomo II. Vol. 6. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 392-423.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró** – 5. ed. – Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.

_____. **Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1972.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** DIFEL, 2002.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

COSTA, Emília Viotti da **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908.** Natal: Fundação José Augusto; Sebo Vermelho, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos.* In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da História do Brasil no século XIX.** Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, Ana Luiza Martins; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2007.

MOREL, Marco; OLIVEIRA, Françoise Jean de. **O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NONATO, Raimundo. **História Social da Abolição em Mossoró**. Edição do Centenário. Coleção Mossoroense. Vol. CCLXXXV, 1983.

REIS, Antonio Manoel dos. **O Bispo de Olinda perante a História**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1878.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de Consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **A Questão Religiosa no Rio Grande do Norte**: um conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no século XIX (Monografia). Natal: CCHLA/UFRN, 2011.

SILVA, Josué; ESTEVAM, João; FAGUNDES, Emygdio. **A Maçonaria no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. 3ª Ed. Fundação Vingt-un Rosado. Mossoró, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENANCIO, Giselle Martins. *Roger Chartier (1945-)*. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores: clássicos da história, vol. 3: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2014.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **História da Questão Religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

VISCARDI, Cláudia. *O Manifesto Republicano de 1870: uma análise a partir da História dos Conceitos*. In: MUNIZ, Altamar da Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Fortaleza: EDUECE, 2016.

ENTRE A PERDA E SALVAGUARDA: PIONEIRISMO DE ASSÚ/RN A PARTIR DA OBRA DE CELSO DA SILVEIRA

Ericlis Dantas de Oliveira¹

Orientadora: Paula Rejane Fernandes²

Introdução

Celso Dantas da Silveira nasceu em 1929 na cidade de Assú/RN, filho de família abastada da cidade, ainda criança foi estudar na cidade de Fortaleza/CE, anos depois retornando para sua terra natal, envolveu-se com a política local, vale salientar que as principais narrativas sobre Celso da Silveira enquanto participante da política no Vale do Açu, são de sua própria autoria. Foi vereador na cidade de Assú no ano de 1954 pelo Partido Social Progressista (PSP), mesmo partido do então presidente Café Filho³. Neste período de sua vida, fundou e dirigiu ao lado de João Marcolino Vasconcelos (Dr. Lou) o pequeno Jornal Advertência no município assuense. No ano seguinte, 1955, pediu licença do legislativo municipal para assumir o cargo de Assessor do Diretor do Teatro Carlos Gomes, no momento o diretor do teatro era o teatrólogo Meira Pires. Em natal, formou-se em jornalismo pela Faculdade Eloy de Souza⁴, trabalhou em jornais de expressão no Estado, a exemplo do Tribuna do Norte, Diário de Natal e A República. Em 1961, Celso da Silveira assumiu o cargo de assessor de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte durante os mandatos de Aluizio Alves (1961 a 1966) e do Monsenhor Walfredo Gurgel⁵(1966 a 1971).

Celso da Silveira, apesar de ser natural do sertão do Rio Grande do Norte, possui uma trajetória de vida feita quase que exclusivamente na capital do Estado potiguar. O nosso objeto de estudo consegue adentrar em grupos estacados do jornalismo e do teatro norte-rio-grandense, além disso, manteve grupos de sociabilidades com pessoas que possuíam lugar de destaque tanto na política, com por exemplo, o caso em que foi assessor de imprensa de dois governadores do Rio Grande do Norte, quanto na área cultural, onde trabalhou com os

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Endereço de e-mail: ericlis_20@outlook.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Endereço de e-mail: paulafdes@gmail.com.

³ João Café Filho foi vice-presidente do Brasil no período em que Getúlio Vargas foi presidente durante os anos de 1951 a 1954. Café Filho assumiu a presidência do Brasil após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, tornando-se presidente durante os anos de 1954 a 1955.

⁴ A Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza exercia suas atividades antes da criação da UFRN, após a criação da UFRN em 1958, a Faculdade de Jornalismo foi anexada à UFRN no ano de.

⁵ Para mais informações sobre o histórico de Celso Dantas da Silveira, ver: <https://aalpoesia.wixsite.com/academia/auric-ia-antunes>, coloque a data que vc pesquisou o site.

teatrólogos Meira Pires e Sandoval Wanderley. Para compreendermos o nosso objeto de estudo, é importante dar ênfase a relação que ele continuava a estabelecer com a cidade de Assú apesar de morar em Natal, o vínculo que ele matinha com sua terra natal diz respeito aos escritos que ele continuava a realizar sobre Assú, e que eram postas em circulação por meio dos seus livros e de publicações em jornais.

Vale salientar o caráter dos escritos de Celso da Silveira a respeito da cidade de Assú, este intelectual em foco não foi historiador, nem nunca se colocou como um historiador, mas isso não impediu que ele escreva a respeito desta cidade. Assú, é um município que ao longo do século XX, em especial durante a primeira metade do século citado, teve por meio da elite local a construção de discursos imagéticos que levaram a *urbe* a ser reconhecida no Rio Grande do Norte pelos epítetos de *Terra dos Verdes Carnaubais*, *Terra dos Poetas* ou *Atenas-Norte-Riograndense*⁶.

Levantamos a hipótese de que Celso da Silveira não foi um dos intelectuais que contribuíram para a emergência e consolidação de tais representações, isso foi questionado devido a maneira nostálgica como ele escreve sobre esta cidade. De acordo com as fontes⁷ até aqui analisadas, a escrita de Celso da Silveira sobre a cidade em tela não é de consolidação ou emergência de representações, muito pelo contrário, sua escrita tem ar de melancolia, de tristeza, de ausência, trata-se de um sentimento nostálgico para com o passado, o nosso objeto de estudo escreve numa posição de resguardar as representações já citadas acima. Além disso, vale ressaltar que Celso da Silveira ao relembrar e descrever sua infância em seus textos, faz sempre questão de mencionar que viveu entre alguns personagens que alçaram sua terra natal no cenário cultural potiguar, a exemplo de intelectuais como Francisco Amorim, Palmério Filho, João Lins Caldas e Renato Caldas.

Para situarmos com mais clareza o nosso objeto de estudo, é importante enfatizar nossa intenção em analisar neste artigo, três crônicas do livro *Anjos Meus: aonde estais* (1996) autoria de Celso da Silveira. Esse livro foi escolhido por aglutinar questões importantes para responder a problemática deste artigo, aqui destacamos dois pontos centrais para a escolha. Primeiro, por conter crônicas em que Celso da Silveira menciona lembranças

⁶ Para mais informações acerca de da construção destes discursos imagéticos a respeito de Assú, ver: SANTOS, Roberg Januário dos. *A Invenção da Atenas Norte-Rio-Grandense: um Sertão de História, Poesia e Tradição*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017.

⁷ As fontes até aqui analisadas a respeito de Celso Dantas da Silveira abarcam as seguintes tipologias documentais: livros de sua autoria, com temáticas sobre a cidade de Assú, sobre a natureza do Vale do Açu, sobre Cultura popular, livro de crônicas. E artigos publicados em jornais que ele trabalhou, a exemplo do jornal *A República*, *Tribuna do Norte* e *Diário do Natal*.

de sua infância em meio à intelectuais assuenses como Renato Caldas, Francisco Amorim, Palmério Filho e João Lins Caldas. Segundo, por também ser um livro em que o nosso objeto de estudo escreve sobre o passado de Assú.

Analisaremos estas fontes pelas lentes do esquema conceitual de Roger Chartier (2002), respectivamente: representação, apropriação, prática e circulação. Utilizaremos também os conceitos de *Habitus* e *Campo Intelectual* proposto por Pierre Bourdieu (2004; 2004) entendendo que estes dois últimos conceitos se relacionam com o esquema conceitual de Roger Chartier. De acordo com Bourdieu (2004), *Habitus* é uma via de mão dupla, onde o indivíduo se apropria do mundo social e o externaliza ao seu modo criando novas práticas, já o *Campo intelectual*, o visualizamos como um campo onde além de forças, está em disputas lutas simbólicas como em qualquer outro campo, colaborando desta forma para analisarmos a inserção de Celso da Silveira em um campo intelectual fazendo das representações de Assú o seu capital simbólico. Este capital se dá por meio das representações criadas sobre Assú, quando Celso da Silveira escreve sobre Assú e ressalta que é natural da *Terra dos Poetas*, é uma maneira dele dizer que ele também possui as “características” dos demais poetas e escritos desta cidade, desta forma, a cidade se torna seu capital simbólico. Nosso objetivo é problematizar as representações acerca de Assú/RN como cidade pioneira no interior do Rio Grande do Norte, e analisar de que maneira Celso da Silveira se usa desta questão no intuito de tentar manter um lugar de destaque para si e para a cidade no interior do Estado.

Memórias de uma infância: O lugar social de Celso da Silveira

Ali mesmo recebi uma vez de suas mãos trêmulas, um montão de sonetos para levar ao meu pai [...] contraíra o hábito de aviar receitas, cantando, coisa que minha pouca idade chamava de ‘caduquice’. (1996, p. 18).

O trecho acima é da crônica intitulada de “Palmério Filho”, autoria de Celso da Silveira que originalmente foi publicado no *Jornal A República*, não sabemos ainda a data da publicação, visto que a retiramos do livro *Anjos Meus: aonde estais*, e no referido livro, consta apenas o suporte da primeira publicação, que é o jornal, mas sem menção à data de publicação da crônica. Mas atentemos ao caráter do texto, Celso da Silveira escreve esta crônica falando sobre Palmério Filho⁸, e uma das primeiras coisas que nos saltam aos olhos é

⁸ Palmério foi diretor, repórter e redator do *Jornal A Cidade*, periódico que circulou na cidade de Assú durante 25 anos, este intelectual ficou conhecido como um dos principais jornalistas do município.

o caráter da lembrança/ da memória, o contraste entre gerações. Celso da Silveira relata que este episódio de sua vida acontecera quando ainda era criança, e é dado ênfase ao caráter de Palmério Filho já ter muita idade, representado por suas mãos trêmulas. Entre o fator gerações está o hábito por ele citado de “aviar receitas, cantando”, seria uma forma rimada de prescrever a maneira de tomar a medicação comprada na farmácia do Palmério Filho, essa memória da infância de Celso da Silveira é uma referência que realça o fato da sua terra natal ser conhecida como a *Terra dos Poetas* no cenário potiguar, além disso, coloca Celso da Silveira como uma criança que está no meio de dois adultos, o primeiro é o Palmério Filho, e o segundo é João Celso Filho, o pai de Celso da Silveira, Celso da Silveira tentar mostrar que conviveu no meio de intelectuais renomados de sua terra e que presenciou a poesia nos meros acontecimentos da sua vida até, encontrada até mesmo nas receitas médicas de seu pai.

Em uma outra crônica, também do livro *Anjos Meus: aonde estais*, Celso da Silveira relembra novamente a mesma prática de bilhetes rimados, mesmo tipo de bilhetes mandados por Palmério e aos quais ele considerava “caduquice” devido à pouca idade, no entanto, desta vez, a prática de acordo com as lembranças dele, é feita por seu pai ao escrever os versos para Francisco Amorim⁹, e como portador dos bilhetes estava o Celso da Silveira, que recita algumas estrofes na crônica:

“Meu Caro amigo Chisquito/ quando a gente fica velho/ tudo chega para mal/
de quem toma conselho/ No meu tempo de criança/ sofri de gastroenterite/ por
ser sempre extravagante/ hoje tenho uma colite...” e por aí fora, o bilhete terminava com uma advertência: “... mas os sexos não confunda/ eu sou João
e não Ester/ não vá depois receitar-me/ a Saúde da Mulher!” E assinava [sic]. –
João Celso Filho. (SILVEIRA, 1996, p. 24).

Vale ressaltar que o pai de Celso da Silveira foi advogado em Assú, e também foi um dos colaboradores do jornal *A cidade*. João Celso Filho escrevia artigos de fundo¹⁰ neste jornal, desta forma, percebemos que ele já possuía certo vínculo com a família Amorim. Cabe enfatizar que de acordo com Francisco Amorim (1982), a casa dos Amorim era o ambiente de produção do jornal *A Cidade*, era onde se localizava a única botica/farmácia da *urbe*, como também foi o reduto intelectual da cidade¹¹, onde se encontravam os mais destacados intelectuais do município na primeira metade do século XX. Essa informação é importante

⁹ Francisco Amorim, popularmente conhecido pelo apelido de “Chisquito”, foi prefeito da cidade de Assú, foi um prático farmacêutico e pediatra, era o irmão mais novo de Palmério Filho, trabalhou por muitos anos no jornal *A Cidade*, ele também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN.

¹⁰ No jornalismo, artigos de fundo são os artigos que ocupam lugar de destaque na edição, geralmente são neles que se expressam opiniões sobre a sociedade.

¹¹ Para mais informações a respeito deste ponto de encontro de intelectuais, ver: AMORIM, Francisco. **Assu da Minha Meninice**: Memórias. 1. ed. Natal: Clima, 1982. p. 52.

pois reforça nossa hipótese de que Celso da Silveira além de relembrar um passado de glórias e de grandes intelectuais, as lembranças que o mesmo seleciona de sua infância para pôr em circulação é a de um ambiente que já seria reconhecido por reunir uma variedade de intelectuais. Fato é que isso não é à toa, existe a intenção do intelectual de apesar de dizer que não deu a devida importância à cultura na sua infância, ele se representa como um indivíduo que absorveu muito desta verve tradicional, intelectual, poética e até literária.

Essa discussão sobre a infância de Celso da Silveira, é uma reflexão nossa, ainda embrionária de uma problemática maior, que seria a de que Celso da Silveira, tendo sua vida pessoal e profissional realizada na cidade de Natal, acabou usando estratégias de se representar como um intelectual nascido em um sertão poético, de expressão nas letras e na área cultural a nível estadual. Por esse viés, Celso da Silveira mantém essa relação com Assú, que para ele e para os intelectuais do campo intelectual potiguar não seria uma simples cidade interiorana, ela seria uma *urbe* sertaneja que por sua glória de outrora daria o aval necessário para este “filho” da terra que buscava fazer seu nome no litoral. No tópico a seguir analisaremos uma crônica em que Celso da Silveira representa Assú como uma cidade pioneira.

Música, Jornalismo e Teatro: a base da Terra dos Poetas

Celso da Silveira possui uma visão nostálgica e saudosista com o passado de Assú. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p. 23), problematiza essa maneira narcísica de se referir ao passado como uma forma do anunciante manter sua soberania do presente por meio do passado. Por esse viés, compreendemos que exaltar o passado da *urbe* não serve apenas de salvaguarda para as representações consagradas no passado, representações essas que aparentemente se mostram desgastadas beirando à falência. Apropriar-se por exemplo da representação de uma *Terra dos Poetas* e coloca-las a circular inicialmente em crônicas de jornais, e posteriormente as pôr em circulação por meio de livros, denotam a intenção de manter vivo o aparato cultural que caracterizou Assú. Mas porque o nosso objeto de estudo teria essa preocupação? Entendemos que Celso da Silveira precisaria reforçar as representações para que a partir disto, ele pudesse respaldar a sua importância no campo intelectual a nível municipal e estadual, afim de manter seu prestígio no presente por meio do passado, pois se posicionaria como representante do sertão poético assuense. E para suprir a saudade, ou uma falta e, evitar a ausência dos tempos de outrora, a ação realizada por Celso da Silveira é apropriar-se da história tradicional de Assú para manter as representações vivas.

Essa história tradicional que o Celso da Silveira se apropria, ainda é uma historiografia influenciada aos moldes do IHBG/IHGRN, como posto por Evandro Santos (2019, p. 442), trata-se de uma historiografia ensaística que busca “definições ou linhas gerais que explicariam o percurso cultural e político”, no caso do historiador Evandro Santos, ele cita que esta maneira de se escrever a história foi até o ano de 1930, no entanto, ainda segundo o mesmo autor, este formato continuou a ser predominante até o final das últimas décadas do século XX, em especial aos locais distantes dos grandes centros urbanos. E é nesse modelo historiográfico que Celso da Silveira se debruça, elencando fatos gerais e cronológicos.

O trecho a seguir é retirado da crônica intitulada *Poetas do Assu*, originalmente publicada em um calendário¹² no ano de 1987, nela, Celso da Silveira relembra o passado pioneiro do Assu frente aos demais sertões no setor cultural e das letras, tanto pelo jornalismo, quanto pelas bandas de músicas:

Em março de 1867, Assu editava seu **primeiro jornal**. Em maio de 1897, possuía a **única Banda de Música**, que era chamada para tocar nas festas de Igreja nos sertões, regida pelo mestre Adolfo ou pelo mestre Julião. Nesse mesmo ano, a cidade se orgulhava da Filarmônica de Enéas Caldas, amestrada por Pedro Custódio de Souza e Silva. (SILVEIRA, 1996, p. 39) (grifo nosso).

Celso da Silveira apropriou-se de fatos da história assuense e para desenvolver o argumento de que Assú seria pioneira nos sertões norte-rio-grandenses ele elenca fatos da história de Assú da segunda metade do século XIX. *A priori* ele cita o primeiro jornal a circular na cidade, fundado no ano de 1867, vale salientar que quando ele diz que foi o primeiro jornal, fica nas entrelinhas que em Assú foram editados outros jornais. Mas quando nosso objeto cita que Assú possuía a primeira Banda de Música, a intenção dele em representar Assú como uma terra pioneira fica mais evidente, pois o fato de ter a única banda de música e uma filarmônica no ano de 1897 nos sertões potiguares colaboraria para pôr a cidade em um patamar de pioneirismo cultural, como também a lançaria como o reduto central desta cultura em fins do século XIX, sendo convidada para tocar nas demais festas de igrejas por esses sertões.

Por fim, mas não menos importante, é dado destaque à atividade teatral realizada em Assú, Celso da Silveira também se reporta ao século XIX para salientar o peso pioneiro que o

¹² Sabemos da existência desse calendário pelo fato do autor atribuir a ele o local de origem da publicação, porém, as fontes até então acessadas não nos revelam detalhes mais precisos sobre o mesmo.

Assú teria neste âmbito cultural, diferente do jornalismo e da música, no teatro ele cita mais grupos, de acordo com Celso da Silveira (1996, p. 39), “o teatro, o Assu cultivou a partir de março de 1884, através do **RECREIO FAMILIAR** e dos teatros **SÃO JOÃO, ALHAMBRA** e o ainda sobrexistente Cine Teatro Pedro Amorim.” De maneira enfática ele destaca em negrito os três primeiros grupos de teatro que existiram em Assú, muito provavelmente numa tentativa de “proteger” o que não mais existe enquanto grupo teatral ou como estrutura predial que tivera comportado tais grupos, notamos tal ação por ele aprendida na medida em que não grifa o nome do então “sobrexistente” Cine Teatro Pedro Amorim.

O Cine Teatro Pedro Amorim¹³ foi fundado no ano de 1924, enquanto os três primeiros citados por Celso da Silveira foram criados no século XIX, além desta diferença temporal, o Cine Teatro Pedro Amorim foi o primeiro teatro em Assú a ter uma estrutura física (prédio) ainda no ano de 1924, com condições de comportar as atividades culturais da cidade, porém, é importante frisarmos que na década de 1980, este cine teatro teve suas atividades encerradas, restando apenas o prédio às intemperes do tempo, e não à toa, é na década de 1980 que Celso da Silveira escreve esta crônica, mais precisamente no ano de 1987, destacando o caráter “sobrexistente” do Cine Teatro Pedro Amorim, muito possivelmente por ser o único grupo teatral no município que teve um prédio fixo dedicado exclusivamente para as apresentações teatrais e demais formas de expressão artística.

Constatamos que Celso da Silveira dá menos destaque visual ao Cine Teatro Pedro Amorim, sem utilizar letras em negrito e caixa alta como fez com os demais. Roger Chartier (2002, p. 132), estuda as formas de leitura e atenta para a intervenção que a forma dá no sentido do texto. “É igualmente o caso de indicadores puramente formais ou matérias: por exemplo, o formato e a imagem. Dos fólhos aos tamanhos pequenos, existe uma hierarquia que combina o formato do livro, o gênero do texto, o momento e o modo de leitura.” Entendemos que Celso da Silveira usa as formas de escrita para direcionar a leitura do texto de uma maneira que dê destaque aos teatros mais antigos, pois assim como fez com o jornalismo e com a música, o seu foco é lançar luzes sobre um ideal de pioneirismo também no âmbito teatral e percebe-se que há uma preocupação com o esquecimento desse passado glorioso, a maneira como ele escreveu chama a atenção de quem lê. Outra questão que colabora com o nosso argumento é que: primeiro, o Cine Teatro Pedro Amorim se encontra temporalmente mais próximo de Celso da Silveira e da sociedade assuense da época, visto que

¹³ Para mais informações sobre a história do teatro no Assú, ver: AMORIM, Francisco. **História do Teatro no Assu**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1972.

ele tem suas atividades suspensas na década de 1980, um período muito próximo da produção do texto de Celso da Silveira, e segundo, por possuir um prédio próprio, o que permitiu que mesmo com as atividades suspensas ele pudesse “sobrexistir”, a arquitetura do prédio do cine teatro faria ele existir na paisagem da cidade, na memória das pessoas e na história do município:

A memória deixa de ser encontrada no próprio tecido social e passa a necessitar de lugares especiais para ser guardada e preservada em seus laços de continuidade. Eis que são criados os lugares de memória encarregados da função de manter os liames sociais frente à ameaça do esquecimento. (ORIÁ, p. 35).

Em diálogo com o conceito de lugares de memória produzido por Pierre Nora, Ricardo Oriá comenta que em alguns casos a memória deixa de ser encontrada no tecido social, desta forma ela precisa de lugares encarregados de manter esta continuidade. No caso abordado por Celso da Silveira, tem-se o fechamento e um consequente abondando do Cine Teatro Pedro Amorim, mas mesmo assim, ele tornou-se este lugar de memória para o teatro assuense, pois o prédio continuava na paisagem, diferente do recreio familiar, do teatro São João e do teatro Alhambra que são de um período mais remoto e não possuem lugares memória que remetam às suas histórias.

Após fazer essa explanação histórica sobre o Jornalismo, a Música e o Teatro, Celso da Silveira começa a adentrar em representações que relacionam os três setores culturais citados com a população assuense, e de uma maneira bem homogênea, Celso da Silveira (1996, p. 39-40) comenta:

Um povo que amou as artes e as letras e que colocou a inteligência em posição de vanguarda em relação ao Rio Grande do Norte, tinha que possuir sensibilidade e se deixar envolver pelo êxtase espiritual que demarrou[sic]. seu prestígio cultural. Uma cidade com um povo assim, dedicado à música, ao teatro e ao jornalismo, não podia deixar de ser uma **URBS** privilegiada e, ao mesmo tempo, não podia deixar de influenciar seus filhos à vocação para a vida artística.”

Celso da Silveira representa os assuenses como um povo amante das artes e das letras, além disso, seria um povo que primou pela inteligência e a colocou em posição de pioneirismo/vanguarda no Rio Grande do Norte. Representar os assuenses como inteligentes não seria o bastante para Celso da Silveira, o cronista os representa como sensíveis, a sensibilidade é algo que para ele está imbricada com a inteligência, tal combinação nas palavras de Celso da Silveira é encontrada nos assuenses e é o que envolve a sociedade em tela em um êxtase, resultante do seu prestígio cultural. Celso da Silveira ainda complementa frisando que um povo dedicado ao tripé: música, teatro e jornalismo, “não poderia deixar de

ser uma URBS privilegiada”, mas cabe atentarmos que quando o nosso objeto de estudo representa a cidade de Assú como privilegiada, ela é colocada como privilegiada em comparação às outras cidades dos sertões.

Celso da Silveira ao falar sobre os atributos que ele elenca para representar os assuenses, está por atribuir a si mesmo também as mesmas representações. Ele se apropria de fatos históricos e representações já concebidas sobre Assú, exerce a prática por meio da escrita e põe as representações em circulação novamente, porém, é importante salientarmos que o intuito dele não é apenas salvaguardar tais representações sustentadas em uma ideia de pioneirismo, o nosso objeto de estudo se coloca nas representações e se mostra como um “filho” de Assú que foi influenciado à vida artística por sua própria cidade, desta forma, Celso da Silveira se representaria como um exímio assuense dotado de sensibilidade e inteligência, um representante do sertão assuense em terras natalenses. Vir de uma cidade localizada no sertão potiguar não foi empecilho, pois como bem ele faz questão de enfatizar, é uma *urbe* que apesar de ser sertaneja, possui uma tradição cultural e, é exatamente disso que Celso da Silveira precisa para se destacar entre os demais intelectuais do Vale do Açu e do Estado.

Ainda nesta crônica, Celso da Silveira considera que é por meio do jornalismo, do teatro e da música que “o Assu, provavelmente, encontra nesse trinômio a razão pela qual é conhecida remotamente como **TERRA DOS POETAS** ou **ATENAS NORTE-RIO-GRANDESE.**” (SILVEIRA, 1996, p. 40). Cabe salientar que o grifo dado aos epítetos representativos de Assú é de autoria do próprio Celso da Silveira, causando a mesma intensidade visual que ele atribui anteriormente ao citar o nome dos teatros fundados da cidade. De acordo com ele, o trinômio seria muito provavelmente a base das duas representações citadas, no entanto, ele não considera as representações como algo solidamente sustentável na temporalidade que ele vive ao escrever essa crônica, pois apesar de dar destaque as representações de *Terra dos Poetas* e de *Atenas Norte-Rio-Grandense* ele mesmo antecipa que ela é reconhecida remotamente por tais apelidos, dizer que algo é remotamente conhecido por algo, significa que esse algo é reconhecido em tempo ou local remoto, antigo.

Sobre Celso da Silveira se colocar como um intelectual influenciado por sua terra natal, como também por ele levantar a hipótese de que Assú é muito provavelmente reconhecida como *Terra dos Poetas* e *Atenas Norte-Rio-Grandense* por razão do trinômio: Jornalismo, Teatro e Música. É importante considerarmos que Celso da Silveira está atribuindo novamente todos esses elementos a sua figura enquanto intelectual, como citamos anteriormente, ele se põe como um intelectual inspirado pela própria terra natal, mas o fato do

trinômio ser jornalismo, teatro e música é muito provavelmente pelo fato de Celso da Silveira ter sido jornalista, ator amador de teatro, e compositor¹⁴ de músicas regionais, sobre este último vale destacar que pouco se sabe sobre sua atuação na área musical.

Para finalizar a crônica, Celso da Silveira expande o seu olhar para além das coisas criadas pelo homem, atribuindo parcela da sensibilidade assuense à paisagem sertaneja do Vale do Açu:

Não bastassem essas condições criadas, **haveria de supor que a influência da paisagem, do meio ambiente, do arvoredo, da passarada, da religiosidade, da cultura popular, das várzeas, dos rios, do delta da foz do Piranhas, do sal, dos frutos**, tudo que a natureza colocou ao alcance da vista do homem, **principalmente a carnaubeira**, pudesse dotar essa população de um grau mais acentuado de sensibilidade. Por isso nós temos tantos poetas” (SILVEIRA, 1996, p. 40). (Grifo nosso).

No momento final de sua crônica, Celso da Silveira escreve sobre as características naturais do sertão assuense. Percebemos que neste momento, ele se refere ao terceiro epíteto representativo de Assú, a de *Terra dos Verdes Carnaubais*, além dos carnaubais, ele cita as várzeas e rios, que são regiões em que a água existe em uma maior quantidade. Assú desta forma é representada como uma terra pioneira que se destaca frente aos demais sertões por sua vanguarda no jornalismo, na música e no teatro, como também é diferenciada devido suas belas paisagens de sertão verde e produtivo.

Considerações finais

Nossa pesquisa se encontra em andamento, a busca e análise de fontes está em desenvolvimento, os resultados são preliminares e ao longo da pesquisa da dissertação buscaremos responder todas as problemáticas gerais da pesquisa, porém, já é possível chegarmos às breves conclusões. Concluímos que nas três crônicas analisadas de Celso da Silveira, ele busca ressignificar representações de outrora sobre a cidade de Assú para se incluir como herdeiro desta terra. Ao falar sobre representações remotas, ele está querendo se inserir ou se reafirmar no campo intelectual de sua época.

Celso da Silveira escreve sobre Assú, mas também se representa como filho influenciado pela cidade, ele seleciona momentos da infância em que convivia com intelectuais assuenses, e isso não é escrito ao acaso, ele quer dizer que esteve no meio letrado

¹⁴ Sua relação com a música é praticamente desconhecida para a historiografia tradicional. Na coleta de fontes descobrimos que o mesmo teve alguns de seus versos musicados e cantados, ao longo da pesquisa de dissertação por meio da busca e análises de fontes iremos adentrar mais sobre a relação dele com a música popular.

desde sua infância. Além disso, Celso da Silveira relaciona o trinômio por ele descrito, como os possíveis responsáveis pelas representações de *Terra dos Poetas* e de *Atenas Norte-Rio-Grandense*, sendo que ele próprio enquanto intelectual, era produtor do mesmo trinômio cultural: jornalismo, música e teatro, essa relação denota uma possível intenção de relacionar sua imagem com a representação da *urbe*.

Por fim, verificamos que Celso da Silveira ao se colocar como influenciado por sua cidade, se representa como um intelectual que é sensível e inteligente, e que essa inspiração não vem apenas da cidade, vem também da natureza sertaneja do Vale do Açu, tornando essa região diferenciada das demais.

Fontes

ACADEMIA assuense de letras. **Patronos**. Disponível em:<
<https://aalpoesia.wixsite.com/academia/auric-ia-antunes>>. Acesso em: 07/11/2020.

AMORIM, Francisco. **Assu da Minha Meninice**: Memórias. 1. ed. Natal: Clima, 1982. p. 52.

AMORIM, Francisco. **História do Teatro no Assu**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1972.

SILVEIRA, Celso da. **Anjos Meus**: aonde estais. Natal: Boágua Editora, 1996.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. IN: **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

SANTOS, Evandro dos. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **Saeculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, p. 441-452, 15 dez. 2019.

SANTOS, Roberg Januário dos. **A Invenção da Atenas Norte-Rio-Grandense**: um Sertão de História, Poesia e Tradição. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

ORIÁ, Ricardo. **História Pública e Monumentos**: a narrativa visual do passado nacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Org.). História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. Letra e voz, 2018.

OS "LUCAS ROMANOS" DO RECIFE: RELIGIÃO E VEGETARIANISMO EM AMBIENTE URBANO, SOB A ÓTICA DOS PERIÓDICOS (1902-11)

Evily Lima Menezes¹

INTRODUÇÃO

Em diversos momentos da história nota-se como a religião foi usada como esperança para uma população, seja para salvar de guerras, pestes, insubordinações, fome ou catástrofes. Desde do homem pré-histórico a(s) divindade(s) é algo/alguém maior que supre as necessidades as quais os homens são incapazes ou sofrem de certa limitação para efetuar. O panteão egípcio ou grego são demonstrações claras de como os deuses tem suas devidas funções e como estes, se agirem de misericórdia, atenderiam as necessidades humanas. Por isso o intuito de se adorar, venerar e de oferecer algo, para ser contemplado pelo deus. Afinal, se este ser superior tem poder para suprir e agraciar, também teria para retirar e castigar.

Outro ponto perceptível na decorrer da história é a humanização da divindade, seja ela na figura de um semideus, ou de um representante/mediador do divino, ou a encarnação do próprio deus. A figura da divindade era de alguém distante. Sua santidade, poder e *locus* enfatizavam a separação do divino com os mortais/pecadores/seres inferiores. Obviamente que um deus humano seria mais compassivo, compreensível e próximo, pois este entenderia suas fraquezas e limitações. Na perspectiva cristã católica temos as figuras dos santos. Estes, em suas vidas terrenas, foram agentes de milagres e viveram em prol do evangelho e da caridade, sendo alguns mártires da fé. Apesar destes não possuírem poderes por si próprios, acabam tendo um papel fundamental na relação de mediação do fiel pecador com Deus. Gerando assim, principalmente no catolicismo “abrasileirado”, grande intimidade dos fiéis para com os santos considerados até como membros da própria família. Já no panteão grego vemos a figura dos semideuses, como Hércules, Dionísio, notórios habitantes terrenos possuidores de poderes, vistos como protetores. E no “cristianismo geral” temos a figura de Jesus, como encarnação de Deus, o qual por ter sido homem nos compreende e é o intermediador a quem deve-se clamar, a fim de que o Deus-Pai atenda as preces.

A humanização divina, juntamente com a necessidade do ser humano de um salvador leva a esperança de um Messias. De antemão é necessário romper a ligação automática da espera de um Messias com o povo judeu. Realmente o termo Messias vem do hebraico *mashiah*, tendo o significado: o ungido. Entretanto, o conceito trazido por essa palavra é visto em outras religiões

1 Licencianda em História (2018.1) pela Universidade Católica de Pernambuco. Orientanda pelo Dr. Luiz Carlos Luz Marques no PIBIC/Voluntário UNICAP. Bolsista da Capes no projeto de Residência Pedagógica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9135196455200312>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8762-282X>. Endereço de e-mail: evilylimamenezes@gmail.com.

como o islamismo. A figura messiânica, de acordo com Lísias Negrão (2001), pode ser caracterizada de forma popular de dois modos. A primeira: “à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça” (2001, p.119). E a segunda: “atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas” (2001, p. 119). Vale ressaltar a problemática de definir ao certo o messianismo, trazido pelo próprio autor. Entretanto, de forma generalizada, pode se explicar sendo este um ato de esperança em um ser divino-humano, esperado ou intitulado por um grupo ou por si próprio, para salvação de um grupo oprimido.

No Brasil vê-se alguns exemplos: O Reino encantado, em São José do Bel Monte (PE) entre 1836-38; Povo do Velho Pedro, iniciado no interior da Bahia em 1940; Contestado, na região do interior de Santa Catarina entre 1912-16; Canudos no sertão Baiano entre 1893-97; Borboletas Azuis em Campina Grande (PB) na década de 1960; e Meu Rei, no Vale do Catimbau em Buíque (PE) na década de 1970. O aspecto unificador desses movimentos é a localização em regiões interioranas, e por isso, alguns pesquisadores colocam esse elemento geográfico com um dos pilares de caracterização de um movimento messiânico. Em vista disto, o presente artigo tem como intuito de analisar o movimento messiânico presente na capital pernambucana, Recife, entre 1902-11 dos "Lucas Romanos" sob a ótica dos periódicos.

OS LUCAS ROMANOS

No dia 27 de março de 1902 os periódicos recifenses trazem a notícia de um grupo de quatrocentos pessoas no bairro do Prado do Lucas em terra do engenho Estancia² “pertencentes á seita denominada *Lucas romanos*”³. De acordo com as manchetes esse grupo estava em um prédio de aspecto esquisito, com sala forrada de palhas de bananeiras onde os lucas⁴ dormiam. Havia também uma mesa forrada de papel, um pequeno sino, uma estante com livros e um toco de pau como cadeira. Também fora anunciado sobre pretenderem “subir ao céu somente depois de uma peregrinação e de terem se desfeito dos seus bens”⁵, e realmente alguns já haviam feito isso. É citado o crioulo Manoel Francisco, vendedor de mel, e os carpinas José Herculano Ferreira da Silva e Domingos Francisco de Azevedo como os diretores e pregadores. O então subdelegado de Afogados, Dr. Ponciano, impede a população local intolerante de assaltem o prédio, mas também dispersa os lucas “terminando assim com esse Canudos em preparativos”.

² Hoje corresponde ao bairro do Prado

³ SEM AUTOR. 6º coluna. A Província: Recife, nº 70, Ano XXV, 27/03/1902, p.1

⁴ Intitulação para os fiéis da religião. Utilizaremos a nomenclatura Lucanos também para referencia-los.

⁵ Utilizaremos o português do período nas citações dos periódicos

Para melhor compreensão sobre os aspectos doutrinários dos lucanos, dividiremos sua história analisada em quatro fases. A fase inicial é correspondente ao ano de 1902. Nesse ano vemos cerca de dez publicações sobre o grupo religioso em quatro periódicos recifenses: *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Jornal de Recife* e *A Província: órgão do partido liberal*. Inicialmente as características detectadas são: vegetarianismo, crença em um fim do mundo eminente e por isso necessitavam se desprender de todos os bens materiais possuintes, vida em comunidade de forma humilde e tinham o pregador Manoel Baptista de Almeida como um dos líderes. Nesse momento vemos certas contradições sobre quem seria o seu real líder, aparecendo apenas nomes de lideranças responsáveis pela propagação da doutrina. A primeira manchete do dia 27 de março, já citada, declara o crioulo vendedor de mel Manoel Francisco como um dos líderes. Entretanto nas outras manchetes não se detecta mais essa junção de nomes, havendo outro Manoel como o principal representante, cujo o sobrenome é Baptista de Almeida. Não sabemos se Manoel Francisco e Manoel Baptista são a mesma pessoa ou pessoas diferentes, até porque encontra-se outros dois seguidores com o mesmo primeiro nome: Manoel Augusto dos Santos Lima e Manoel Claudino Cavalcante, esses não assumem um caráter de principal pregador, mas sim de fiéis mais atuantes. Já os outros nomes citados na matéria, Domingos Francisco é encontrado outras vezes, enquanto o de José Herculano não. Enfatizando mais uma vez que o a figura do líder supremo da religião não é citada nessa fase, apenas nas fases seguintes.

Por ser um grupo numeroso de pessoas pobres intituladas fanáticas, seus integrantes foram presos e perseguidos como uma ameaça de um novo Canudos. Ocasionalmente assim expulsões dos lucas de seus “refúgios” durante todo o ano de 1902. O primeiro é justamente em um prédio/grande casa no Prado do Lucas, localizado perto da Madalena e Afogados. Eles são expulsos no fim de março e começam a se reunir “em uma palhoça construída por eles no lugar Gamelleira, entre Bôa-Viagem e Piedade, ao lado do mar.”⁶, de acordo com a manchete do jornal *A Província* do dia 13 de abril. O mesmo jornal no dia 15 afirma haver alguns lucas na Rua Estreita do Rosário, no bairro de Santo Antônio, causando enorme aglomeração. Por isto cerca de 15 homens, mulheres e meninos, foram presos na Casa de Detenção pelo delegado do 1º distrito, dr. Barros Rego. Para efetuar a prisão foi necessário que o grupo fosse escoltado pela cavalaria para não sofrerem possíveis violências pela população em geral. Os nomes de alguns forma citados no *Jornal de Recife* e *Diário de Pernambuco*: Manoel Augusto dos Santos Lima, José Pinto Bento da Costa, Domingos Francisco de Azevêdo, José Hermenegildo de Azevêdo, Manoel Claudinho Cavalcante e, quanto ao último homem, vê-se o *Jornal de Recife* dizer ser João Ferreira, enquanto o *Diário de Pernambuco* afirma ser o próprio representante pregador Manoel Baptista de Almeida.

⁶ SEM AUTOR, 5ª coluna. *A Província: órgão do partido liberal*. Recife, nº 83, 13/04/1902, ano XXV, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/11731

Todos os presos foram libertados depois da promessa feita pelo pregador Manoel Baptista de “que jamais convocaria reunião dos adeptos da seita por elle professada”⁷.

Realmente, depois deste último anúncio não vemos mais publicações sobre o grupo, retornando apenas em 1904, dando início a segunda fase. Esta fase silenciosa abrange de 1903-1906 e encontra-se apenas uma única manchete sobre o grupo em 1904 na *Província*. A notícia mostra um endereço diferente do último anunciado em 1902. Agora os lucas estavam nos Remédios, na Madalena. Novamente a manchete é taxativa em nomeá-los como uma seita “extravagante e prejudicialíssima aos seus adeptos”⁸. Nota-se também novas características. Aparentemente o número de fiéis diminuiu, passando a ser trezentas pessoas. Continuavam focado em irem ao céu, e o método utilizado seria a restauração da Arca de Noé. O fim eminente do mundo, de acordo com a doutrina, iria começar em Olinda (cidade vizinha de Recife) com uma enorme cratera ou um enorme furacão, devastando todo solo. A salvação viria com uma nova arca de Noé. Esse evento foi interrompido pelo delegado dr. Barros Rego, por mandar destruir a embarcação. O último ponto analisado nessa manchete é fundamental para compreender a próxima fase. Finalmente é citado o nome do chefe oficial da religião: Lucas. Na fase inicial as manchetes já afirmavam que o líder era um semi-analfabeto. Por Manoel Baptista ser um dos pregadores mais representante, não sabemos se isso foi acerca dele ou acerca do líder Lucas, que mais tarde seria conhecido como: Santo Lucas, Profeta Lucas e Lucas de Deus. Vale ressaltar que não conseguimos identificar o real porquê de o nome do grupo ser Lucas Romanos, suponhamos ser o nome “Lucas” por causa do líder, e o nome “romanos” decorrente da nomenclatura Igreja Católica Romana, pois os lucas eram influenciados pelo catolicismo.

O “BOOM” DAS PUBLICAÇÕES EM 1907

É em 1907 a fase estopim, havendo 15 publicações sobre a temática nos periódicos já citados, mas sendo neste momento o principal noticiador sobre a religião o *Jornal Pequeno*. Esse estopim é decorrente da suposta morte de uma de suas seguidoras, a irmã Felícia: “Felícia, que se afirmava no Lucas ter morrido e sido enterrada às ocultas, fazendo crêr tratar-se de um crime”⁹. Então o redator do *Jornal Pequeno* e o sub-delegado da Madalena vão até o templo, agora fixado na Madalena, a fim de entrevistar o Santo Lucas para averiguar e obter esclarecimento.

No dia 24 de setembro de 1907, o *Jornal Pequeno* dá início a uma sequência de

⁷ SEM AUTOR, *Fanáticos*. Jornal de Recife. Recife, nº84, 15/04/1902, ano XLV, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/44398>

⁸ SEM AUTOR, *4ª Coluna*. A Província: órgão do partido liberal. Recife, nº 103, 08/05/1904, ano XXVIII, p. 6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/14848

⁹ SEM AUTOR. *A seita nova na Magdalena a nossa reportagem a visita do Subdelegado O Profeta Lucas*. Jornal Pequeno: Recife, nº 217, 25/09/1907, Ano IX, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/9756>

reportagens sobre os Lucas Romanos:

Ha muito tempo que ouvimos falar do apparecimento de um homem chamado Lucas que se apregoava enviado de Deus [...] Sem ligar-lhe demasiada importancia supponhamos fosse elle algum fanatico catholico apostolico romano, ou senão, protestante, evangelico retirado do convivio social para se entregar ás suas devoções na expectativa de alcançar as graças do Céu: mas soubemos logo depois que era um propagandista activo, que emprega agentes seus nas predicas mais insinuantes para a fundação de uma nova seita religiosa, toda espiritual, organizada já, senão sob preceitos escriptos, ao menos sobre tradição oral, com dogmas, culto externo e tudo mais que forma a essencia das religiões e serve para lhes dar prestigio.¹⁰

As matérias neste momento são bastantes importantes para desconstruir, mesmo não obtendo resultado, o ideário de fanatismo visto pela sociedade. O redator afirma ter encontrado diversas dificuldades para obter as entrevistas, pois, para falar com o Santo era necessário ter jejuado durante sete dias seguidos, ficado recluso em uma das dependências do templo, estar vestido de branco e não estar calçado com sapatos de cor por ser profano e sacrilégio contra os irmãos animais. Muitas das informações coletas pelo jornal é decorrente as falas do irmão Eduardo da Santificação, o qual recebe a equipe jornalística no templo dos Lucas e partilha a teologia lucana. O Ir. Eduardo é anunciado como um ex-nefasto. Havendo se convertido, e vivendo uma vida de total regeneração, assumiu papel de secretário do Santo. Nesta fase vemos novos fiéis no papel de destaque na religião: o irmão Leopoldino Pereira do Santo (crioulo), Thomaz Sampaio (moreno) e Joaquim das Chagas, anunciados assim pelos periódicos.

Antes de entrar dentro do terreno, o repórter participou de um pequeno cerimonia, consistente na troca sacramental de certas frases: “Que a paz de Deus esteja em vosso coração!”. Com o silêncio do mesmo ele foi indagado: “Não aceitas, irmão?”, respondeu ele e sua equipe: sim!. A partir disso a entrevista realmente começa. Faremos então um compilado das informações coletadas.

Para os lucanos essa não era uma religião nova, tratava-se de uma obediência reta aos evangelhos e ao chefe supremo Lucas, Santo de Deus. De acordo com o Ir. Eduardo, ele teria sido o primeiro a obter a glória espiritual de conhecer os seus segredos e as suas virtudes. O cerne seria regenerar o mundo, segundo os dogmas do evangelho em harmonia com os do espiritismo, através de orações e penitencias afim de se tornarem imortais. O Ir. Eduardo declara:

O homem, collocado no mundo para servir a Deus, tem degenerado completamente sujeitando-se a todos os vicios, sendo arrastado pelos desmandos, sem obediência á vontade suprema que nos quer puros e limpos de culpas para que tenhamos a alma santa. Deus segue os nossos passos, entende os nossos corações. A principio, vivíamos no mundo das trevas, completamente cegos, satisfazendo a todos os desejos da matéria, a goso principalmente, o que nos conduzia por um caminho escabroso que nos levaria ao inferno. Mas já é

¹⁰ SEM AUTOR, *A seita nova na Magdalena a nossa reportagem*. Jornal Pequeno: Recife, nº 216, 24/09/1907, Ano IX, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9752>

chegado o tempo da regeneração, a extinção do mundo material se aproxima, porque sabemos que tudo que teve principio tem fim.¹¹

Os seus seguidores deveriam seguir uma vida arrisca de pureza exemplar. Logo, abandonam por completo os vícios do corpo, submetendo-se ao martírio corporal com jejuns contínuos, não ingestão de carne, não fazendo transações de dinheiro vantajosas, não ingerindo bebidas alcoólicas, nem fumando e nem jogando jogos de azar. A procriação também era proibida, pois o fim do mundo estava próximo e não se devia “pôr mais seres humanos” no mundo corrompido. Só seriam salvos “os actuaes crentes ou outros que, como elles, tenham recebido a graça divina.”¹². Vestiam-se de branco, utilizando um gorro da mesma cor, como simbolismo de pureza. Os homens mantinham barba e cabelo compridos. Também não havia uso de sandália, pois essas eram feitas de coro, e os animais eram tão irmãos quanto os humanos. Apesar da primeira publicação sobre eles ter sido no final de março de 1902, é entendido que o “evangelismo lucano” ocorria desde o final da década de 1890. Eles não possuíam ídolos e tinham a Bíblia como reguladora interpretada “sob a direcção suprema e infalível de Lucas, única autoridade, depois de Deus”¹³.

O santo Lucas dizia ser o próprio Jesus Cristo e Espírito Santo. Por isso usava um véu cobrindo o rosto, e quem o via não podia vê-lo com rosto descoberto, a não ser seus mais íntimos fiéis. Essa pode ser uma justificativa do seu ocultamento em 1902. Logo a vontade do repórter em tirar uma foto do seu rosto era impossível, ou pelo menos parecia ser. Por causa dessa divinização era afirmado que ele não possuía uma só aparência, justamente por ser espírito podia mudar de feição. Para algumas pessoas essa justificativa poderia ser um oportunismo de algum fugitivo da polícia, fingindo ser santo e vivendo escondido. Entretanto, o *Jornal Pequeno* juntamente com o fotógrafo sr. Santiago conseguiram uma foto dele sem o véu cobrindo seu rosto, usando de argumentos irrealis para enganá-lo. De acordo com o sr. Santiago a proclamação da doutrina lucana havia chegado ao continente Europeu, e as pessoas estavam querendo a foto do santo a fim de adorá-lo. Até o próprio Papa estava pedindo um retrato autêntico, pois estaria disposto a entregar seu cargo e poder ao Profeta Lucas. Mas apesar disto, Lucas afirmou que não podia mostrar o rosto. O fotógrafo o convence dizendo não ser a finalidade para algo banal, mas para a propagação da religião e da sua figura. O sr. Santiago afirma também ter sido ele próprio usado pelo espírito santo para propor este impulso da fé lucana. Assim o santo permite, e o retrato é tirado, sendo publicado no dia 12 de outubro de 1907.

¹¹ SEM AUTOR, *A seita nova na Magdalena o Santo Lucas a nossa reportagem a visita do subdelegado ao propheta Lucas*. *Jornal Pequeno*: Recife, nº 217, 25/09/1907, Ano IX, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/9756>

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

Figura 1: Santo Lucas



Fonte: *Jornal Pequeno: Recife*, nº 232, Ano IX, 12/10/1907, por Sr. Santiago

Além da questão da divinização, outro fator contribui para não menção do Santo Lucas na primeira fase da religião. A edição de 04 de outubro de 1907 do *Jornal Pequeno* nos é informado sobre uma certa ausência do profeta:

Há uns cinco annos, pouco mais ou menos, o *Santo Lucas* suspendeu todo o seu culto, tendo antes anunciado propheticamente que iria para o sertão, afim de ir em busca da Barca de Noé que lá estava á sua espera para então poderem ir todos os seus sectarios para o céu. Esta barca de Noé tem um papel muito importante na theogonia do Lucas e é em torno della que gyram todos os seus dogmas, promessas e esperanças. Ia, portanto, em busca da barca de Noé, mas para isso, e como preparo essencial a cada crente, era preciso que todos eles vendessem os seus bens e *as suas cousas* desde logo, tudo quanto possuísem de valor e lhe entregassem o dinheiro. Dito e feito: Deus o mandava e era mister cumprir-se a sua vontade. De feito, toda a gente que, haveria então uns dez annos, já escutava a *santa* palavra de Lucas e o adorava em carne e osso, vendeu apressadamente tudo quanto possuía, sem attender a prejuizo nem ao futuro, e entregou relíquia e integralmente todo o producto dessas vendas ao *santo*¹⁴.

O repórter também publica o fato de as mulheres terem vendidos seus mucambos e casebres pela terça ou quarta parte do real valor, justamente para venderem mais rápido. Já os homens teriam vendido as lavouras e até cavalos, sendo ambos seus meios de sustento de vida de almocreve. Em tom de sátira, o repórter afirma que o Lucas saiu *sortido de dinheiro e das benções do povo*¹⁵. Apesar de não saber exatamente para onde o santo foi, é suposto o sertão da Paraíba. A publicação prossegue: “[...] sem se importar com a miséria em que deixava os seus adeptos, mas com a certeza de que, na volta encontraria de braços e corações abertos, como realmente succedeu¹⁶”.

¹⁴ SEM AUTOR, *A seita nova na Magdalena o Santo Lucas a nossa reportagem*. *Jornal Pequeno: Recife*, nº 225, 04/10/1907, Ano IX, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9788>

¹⁵ Ibidem

¹⁶ Ibidem

Não demorou para o profeta retornar “cada vez mais santo e misterioso, e já se deixa ver sem trazer a celebrada barca de Noé”¹⁷. A justificava? Simplesmente porque ainda não era chegado o tempo, e como prova disso trazia do sertão um jumento, um macaco, um maracanã e um papagaio, os quais seriam recolhidos na barca juntamente com eles, assim como os animais foram na arca de Noé de Gênesis. Isso gerou ainda mais crença nele, não sendo indagado qual teria sido o destino do dinheiro. Não é informado quanto tempo o profeta passou fora. Pelas informações dadas essa viagem teria ocorrido em 1902. E em 1904 ele já havia voltado para a cidade, como nos mostra a manchete de 08 de maio de 1904:

No lugar Remedios, da Magdalena, estão de novo se reunindo os fanáticos *Lucas Romanos*, cuja seita é extravagante e prejudicialíssima aos seus adpetos. Ha poucos tempos a policia teve que intervir para evitar a exploração que o chefe, *Lucas*, fazia a cerca de trezentos fanatizados. Actualmente, segundo nos informam, estão elles de novo congregados, tratando de restaurar a *barca* de Noé, que o dr. Barros Rego mandara destruir. Pede-se a atenção do chefe da policia¹⁸.

Havendo então em 1904 a tentativa interrompida da construção da arca de Noé que sairia da praia do Pina rumo a salvação dos verdadeiros servos de Deus.

Mas quem eram os fiéis? Bom, grande parte era de verdureiros. Neste período, esta classe trabalhadora, vinha sofrendo com repressões do estado com altos impostos nos mercados públicos. Por este motivo eles saem das suas bancas e viram vendedores ambulantes de suas mercadorias, fazendo sofrer novamente repressão da polícia, tendo seus produtos capturados. Logo, vemos uma grande insatisfação desta população com o governo e um estado de pobreza. Entretanto, havia seguidores com outras profissões: Almocreve, Carpinas, Bicheiros e até um oficial da justiça, o ir. Chagas, que abandonou o emprego para seguir o Lucas. Inicialmente os fiéis viviam em comunidade, todos juntos, mas neste período é percebido que eles se reuniam apenas nos dias de culto (sábados e domingos), para oração e jejuns. Nem todos que iam ao templo lucano eram um fieis, havia muitos curiosos e intolerantes com intenções de xingar e até destruir a propriedade. Alguns fiéis moravam no Templo com o Lucas, eram estes: Ir. Thomaz Sampaio, Ir. Leopoldino, Ir. Chagas, Ir. Felícia, Ir. Eduardo, Ir. Idalina de Jesus, Ir. Joaquina de Jesus e o burro, animal tratado como um humano. Ele foi decepado genitalmente para não procriar, e era impedido de comer, juntamente com os outros fiéis, para fazer jejum. Pode-se haver mais moradores que não foram citados nas entrevistas.

¹⁷ Ibidem

¹⁸ Ver nota 8.

Figura 2: Os lucas romanos

Fonte: Jornal Pequeno: Recife, nº 225, Ano IX, 04/10/1907

Figura 3: Thomaz Sampaio, Leopoldino, João Chagas, Felícia, outra irmã, e Santo Lucas

Fonte: Jornal Pequeno: Recife, nº 232, Ano IX, 12/10/1907

Não sabemos ao certo quando templo lucano na Madalena foi estabelecido. Havendo citação sobre ele apenas neste período. De acordo com a reportagem do dia 25 de setembro de 1907 do *Jornal Pequeno*, o terreno do templo pertence ao sr. Arthur Oscar, um falecido trabalhador da Alfandega. De acordo com o santo, o sr. Arthur o teria oferecido a muito tempo o terreno. Era grande, cerca de quinhentos metros quadrados, achando-se três edificações: Uma de alvenaria, caída e circundada de arvoredos robustos e bastos; outra de taipa, mais afastada; e a terceira em forma de palhoça, com um alpendre pequeno na frente, destinada às orações. Neste local ocorriam orações e jejuns.

Ainda sobre os moradores do templo, uma característica interessante sobre as irmãs residentes é o fato de só poderem morar lá depois da menopausa. Ora, se o ato sexual era proibido para a santificação e justamente para não haver procriação, o sexo sem o risco da gravidez foi praticado pelos internos do templo, e pelo próprio profeta. A vizinhança considerava os sábados à

noite de lá como “um verdadeiro *sabbat* pelo barulho e pela algazarra¹⁹”. Tanto que uma das internas chega a engravidar. Esta é justamente a ir. Felícia a responsável pelo atiçamento do repórter em pesquisar sobre a religião. A verdade é que ela não havia morrido literalmente, como se estava falando, mas sim morrido para o mundo e vivendo uma vida inteiramente espiritual. Entre as características físicas dadas na reportagem, Felícia é anunciada como uma mulher de rosto pregeado, deduzindo ser rugas. Ela afirma: “Si estou grávida (usou de outra palavra) é de Jesus Cristo, e elle, assim como me... pôz grávida, ha de fazer com que desapareça a gravidez.”²⁰. Se o santo era o próprio Jesus, isso indica ter sido ele o autor do milagre de engravidar uma mulher “pregueada” e possivelmente no fim da sua vida fértil.²¹

Se a maioria dos fiéis eram pessoas pobres, onde alguns já tinham vendido seus bens anos atrás e o Santo Lucas recolhido o montante e aparentemente voltado sem este dinheiro, como este templo de grandes proporções era mantido? Obviamente haviam sim ofertas e doações, mas havia pelo menos dois fiéis, ir. Chagas e Thomaz Sampaio, bicheiros responsáveis por vender palpites de jogo do bicho, a fim de ganhar esmolas para o sustento da casa e pagar as publicações feita pelo santo nos jornais²². Apesar de uma das cláusulas da purificação lucana seja o abandono do vício em jogos, o jogo do bicho não se enquadra nisto já que era uma emanção divina. Pois “representa com o azar que proclama um bicho, a victoria deste animal”²³. O Santo era o responsável pelas adivinhações, as quais não anunciava com a expressão comum “deu” ou “dará” tal bicho, mas sim com “triunfou” tal bicho, justamente por ser um engrandecimento dos irmãos animais. O Lucas nunca fazia uma adivinhação para o mesmo dia ou o dia seguinte, sempre era daqui a quinze dias²⁴. Mas chegava o dia marcado e não triunfava o animal adivinhado, pois o calendário dos lucas não era igual ao utilizado normalmente. Os dias eram contados pelas horas de calor, ocasionando em dias maiores e menores. Se o fizesse calor durante 40 horas, isto era equivalente a um dia. Se chovesse, e consequentemente o calor diminuísse, essa queda seria reduzida na contagem. Podendo quinze dias lucanos equivaler a mais de um mês para a população em geral. Por isso, era incentivado que os compradores da adivinhação insistissem, pois um momento seria triunfado. Quanto a isso o jornal publica “Assim não ha ninguem que não acerte, mesmo não sendo propheta

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ver nota 14.

²¹ A figura de Felícia foi mais esmiuçada em outro artigo, fruto da nossa pesquisa, que será publicado brevemente, intitulado de “Vocês não ofendem a mim, insultam á Maria, mãe de Deus!: a figura de Felícia na história dos Lucas Romanos (1902-1911)” nos anais da XIX Semana de História da Universidade Federal de Goiás: História em tempos de crise: Anticientismos, Negacionismos, Revisionismos.

²² Quanto as publicações do santo não as conseguimos identificar ainda neste momento da pesquisa

²³ SEM AUTOR, *A seita nova na Magdalena o Santo Lucas e seus acoolytos a nossa reportagem*. Jornal Pequeno: Recife, nº 232, 12/10/1907, Ano IX, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9816>

²⁴ Essa é uma expressão comum no Nordeste brasileiro que significa marcar alguma coisa para duas semanas depois. Exemplificando, é marcado em uma sexta feira um encontra daqui a quinze dias. Ocorrerá duas emanas depois na sexta-feira

nem santo.”²⁵

As consecutivas entrevistas do *Pequeno Jornal*, cerca de dez, mudam o cenário desta religião. Apesar de inicialmente o propósito do repórter fosse de desmitificar os mitos intolerantes populares sobre esta religião, o próprio jornalista confessa na sua terceira reportagem ser esta uma superstição, não podendo ser considerada religião, por ser sem pé e sem cabeça. Logo as entrevistas assumem a responsabilidade de comprovar a insanidade e de satirizar os relatos da religião. A população fica curiosa com tudo isso e começa a frequentar os cultos:

Desde que saíram as nossas primeiras informações e sobre tudo depois das ultimas revelações que obtivemos e publicámos, que ao lugar do Lucca tem havido uma verdadeira romaria, indo innumeras pessoas do povo e muitas de classe media e de outras classe, verificar o que dissermos e ver si obtêm mais completas informações, mas cremos que neste particular, têm sido todos burlados em suas tentativas, mantendo-se o *Santo Lucas* no proposito hierático de não aparecer a niuguem e muito menos de falar: o que tem dado lugar ás mais extravagantes supposições e commentarios.²⁶

Tanto que em uma das aparições do santo na “calçada” do terreno, com um véu mais fino, fez os expectadores afirmarem ser ele Chico Tabacão, um popular conhecido. O próprio periódico diz investigar isto, mas não detectamos respostas sobre quem seria essa pessoa. Até porque já havia sido informado ser o santo o Francisco Lima Lucas da Silva, filho do português Lucas Monteiro da Silva, um professor de música falecido em na década de 1850 em Bom Jardim, e de Caetana Maria de Jesus, igualmente portuguesa e falecida. Lucas teria um pouco mais de 60 anos, barba longa e antes era propagador do espiritismo e “catimbozeiro”. Além destas duas identidades o *Almanach de Pernambuco* o nomeia de Lucas Pereira Lima, já que este indivíduo havia sido preso, junto com alguns outros fiéis do grupo, na Casa de Detenção, no ano de 1908. E o próprio *Jornal Pequeno* em 1910 nomeia um desordeiro e alcoólatra Francisco Manoel de Barros como o Santo Lucas, preso diversas vezes por brigas na rua. Essa figura indefinida foi alvo de inúmeros atos de intolerância. Apesar do sarcasmo nas publicações o periódico não defende os apedrejamentos feitos pelos intolerantes ao templo e aos próprios fiéis. Todavia, sempre enfatiza a necessidade da polícia local em observar a procedência e atos dos lucas, principalmente depois do jornal ter publicado dois supostos casos de maltrato com crianças praticado pelos internos dos templos aos seus próprios filhos. Caso de Gemina de 10 anos, filha de Idalina Marques Pereira, ou como foi intitulada irmã Idalina Marques de Jesus. A criança morava no templo com a mãe, mas ninguém tinha notícias sobre ela. Também o caso do menino Octaviano Carneiro de Lima, de 8 anos filho do ir. Leopoldino; Ele havia sofrido muitas surras pois havia matado percevejos e pulgas, logo havia matado aos irmãos. Octaviano foge e foi encontrado pela polícia com aspecto de cadáver,

²⁵ Ver a nota 23.

²⁶ Ver nota 14.

obeso e pálido. Esses dois casos foram usados pelo periódico a fim de difamar a religião. Além destas suposições do *Jornal Pequeno* nenhum outro periódico faz citação à esses casos.

A TROÇA DO LUCAS

A quarta e última fase analisada corresponde do ano de 1908-1911. Após o *Boom* de 1907, a publicação de fotos e da doutrina, o certo misticismo dado a religião parece ter diminuído ou o interesse dos periódicos sobre eles diminui. As manchetes encontradas neste período, e em alguns anos depois, correspondem ou a prisão de alguns fiéis e do próprio Santo (nomeado de Lucas Pereira Lima), ou a prisão do alcoólatra perturbador intitulado Santo Lucas (Francisco Manoel de Barros), e aos carros de crítica nos carnavais.

No domingo de carnaval a programação consistia na saída de carros com temática de conscientização a população. Aproveitavam a aglomeração de pessoas para anunciar sua causa. Assim a troça do Lucas saía pedindo tolerância e respeito. Os jornais não são muitos específicos em dizer como era esses carros, quem fazia parte e se havia algum resultado. Só é informado essa participação. Não há mais publicações sobre o funcionamento da religião em si.

AFINAL, SERIA O SANTO LUCAS UM MESSIAS?

Bom, quando pensamos em messias, num sentido religioso, rapidamente vem a imagem de Jesus. Um homem-Deus, pobre, que dedicou sua vida a proclamar sua prédica e morre por ela. Ao ressuscitar, voltar aos céus e prometer retornar, mostrando ser então não somente um pregador, mas o salvador de todo o mundo. Essa figura messiânica é fundamental para entender o biotipo dos messias brasileiros: homens humildes. Pois, o *habitus* religioso brasílico é o catolicismo, logo cristão.

O país já possuiu muitos movimentos messiânicos, mas automaticamente vem em nossa mente Canudos e Contestado. A historiografia atual tem evoluído bastante na questão de definir, além desses dois movimentos, o messianismo no Brasil. Maria Isaura Pereira Queiroz (1965), nas palavras de Lísias Negrão, afirma:

Os líderes messiânicos não seriam psicopatas megalômanos, mas místicos ou ascetas freqüentes na tradição judaico-cristã, dotados de qualificações intelectuais acima da média de seus liderados; no mínimo, homens informados, com vivência em ambientes sociais diversificados e profundos conhecedores da cultura religiosa tradicional; (NEGRÃO, 2001, p.122)

Olhando para o santo Lucas, ao que se parece, não identificamos essa qualificação intelectual além dos seus liderados de forma explícita, como Antônio Conselheiro, Padre Cícero, e João Maria, os quais possuíam uma parcial ou completa formação religiosa ou curandeira. Entretanto, nos aspectos encontrados, é mostrado ser ele interprete da bíblia, um semianalfabeto, um escritor de prédicas em jornais, um possuidor de 21 livros de oração e um livro de Landelino

Camara, leigo católico escritor. Tudo isso nos leva a crer uma possível educação alfabética do profeta, apesar da falta de fontes fora do ambiente periódico para a confirmação. Não sabemos definitivamente qual é sua relação religiosa com o catolicismo nem com o espiritismo, mesmo sendo apontado como um ex-catimbozeiro.

É bastante interessante a correlação das doutrinas lucanas com a de Montano, religioso cristão da Ásia Menor do século II e III. De acordo com o pai da história da igreja, Eusébio de Cesareia, Montano havia se convertido ao cristianismo e começou a ter visões acreditando ser um profeta inspirado por Deus, sendo instrumento do Espírito Santo. Duas de suas seguidoras, Priscila e Maximila, também profetizavam. Convencido de que o fim do mundo estava próximo, ele estabelece um ascetismo rígido, com jejuns frequentes, a igualdade sacerdotal entre homens e mulheres, a não prática de relação sexual até mesmo para os casados e a não ingestão de carne animal. É notória a semelhança com os Lucas Romanos. Todavia o santo Lucas não se via como um porta voz do Espírito, mas como o próprio, não se via como anunciante de Jesus, mas também como o próprio Cristo, estando abaixo apenas de Deus. Não sabemos se o Lucas teve conhecimento desta doutrina montanista, mas afirmamos a semelhança.

Os fieis lucanos tem suas semelhanças com os de Contestado e Canudos. Eram pessoas, maioria pobre, que sofriam da indiferença do governo. Entretanto, em nenhum momento esse movimento em questão levanta bandeira política. Apesar do seu caráter inicial de habitarem em comunidade, os lucas romanos viviam normalmente na sociedade recifense (a não ser a minoria dos fiéis mais devotos que residiam no templo), participando das suas cerimônias religiosas nos fins de semana, não mostrando um caráter de exclusão social nem de uma construção de uma cidade a parte para os congregados. Também não possuíam exército próprio, nem lutavam com armas ou qualquer violência contra a polícia ou a população, nas inúmeras vezes que foram forçados a saírem de seus ambientes religiosos ou apedrejados.

O fato de o santo ter recolhido o dinheiro dos fiéis em 1902, e não ter dado uma explicação da finalidade, nos faz entender, racionalmente, ser ele um usurpador da fé. Contudo, nossa única fonte são os periódicos, e temos que ter em mente a manipulação da verdade possível perante o preconceito com esta religião. Não detectamos nenhum outro tipo de fonte e pesquisas sobre esse grupo. Isso ainda foi intensificado decorrente a pandemia do Covid-19, período ao qual a pesquisa está ocorrendo. A falta de documentação nos inquieta com muitas perguntas. Quem era realmente o santo Lucas? Qual foi o destino dos lucas depois da década de 1910? Há remanescentes? O que aconteceu com o filho de Felícia? E com as crianças sumidas? Não sabemos por enquanto. E creio que essa é uma das maiores instigações para os pesquisadores, ir atrás de respostas, e é isso que buscaremos daqui pra frente.

REFERÊNCIAS

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

Montanus religious leader. **Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Montanus-religious-leader>. Acesso em: 04/02/2021

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro**. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2001, vol.16, n.46, pg.119-129. ISSN 1806-9053.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo, Dominus/Edusp. 1965

REICH, Evânia. A distinção das classes sociais segundo o conceito de capital cultural em Bourdieu, e a teoria de Lazer de Thorstein Veblen. **Saberes**, Natal, v.1, p. 81-105, 2017.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade nacional**. Práticas e estratégias intelectuais: 1889-1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco: 2009

The Circumstances Related of Montanus and his False Prophets. **Bible Hub**. Disponível em: https://biblehub.com/library/pamphilus/church_history/chapter_xvi_the_circumstances_related_of.htm. Acesso em: 04/02/2021

HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA FESTA DE REIS EM CABACEIRAS (1930-1960): OS FESTEJOS COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Fernanda de Farias Sousa¹

Introdução:

A cultura afro-brasileira adquire dimensionalidade e importância no decorrer do tempo através das lutas e resistências. Segundo Nogueira (2008, p.1), a festa vivida pelo negro e, posteriormente, pelos descendentes destes, obtiveram valores culturais trazidos pelas diversas linhagens étnicas africanas podendo ser celebrados, reproduzidos e moldados como pretexto para lutas e resistências.

Ao se referir acerca das culturas, Cuche (1999) nos remete que:

As culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomos, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e importados, de invenções próprias e de empréstimos. (CUCHE, 1999,p.149).

A cultura afro como expressão da cultura brasileira foi consubstanciada na festa através das danças, trajetos, vestimentas, gestos e movimentos que possibilitavam mostrar o valor e a importância da cultura afro-brasileira, sendo reproduzidas no decorrer do tempo a partir dos laços de herança entre pais e filhos, possuindo como caracteres fundamentais a resistência à dominação, a provocação e a contestação, manipulando, na maioria das vezes, de forma irônica.

As manifestações produzidas pelos negros tinham um sentido histórico e cultural, e no caso da festa de reis uma mescla cultural e religiosa, de uma religiosidade católica popular, pois as pessoas que faziam parte da festa eram oriundas das camadas populares, mas simultaneamente a festa tinha esse caráter de circularidade.

A experiência religiosa no Brasil, principalmente aquela marcada pelo catolicismo popular e pela cultura afro, no caso a Festa de Reis em Cabaceiras, é perpassada

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora de História na rede municipal de ensino na cidade de Caturité – PB.

estruturalmente pela dimensão festiva, e que se articula entre o sagrado e o profano. As manifestações religiosas permanecem atuando na reativação da memória coletiva. A festa e a religiosidade guardam continuidades importantes para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

O universo do catolicismo popular, segundo Passos apud Leonel (2010, p.41) “teria criado um mundo povoado de mistérios e de rituais próprios, encobrindo a vida e a história das comunidades e famílias, engendrando formas diferenciadas de representação simbólica”. Não se trataria, segundo Passos, de reter ou classificar o que ficou de católico, de africano ou de lusitano, mas de compreender que, apesar de profundas continuidades e investidas institucionais, tais manifestações são capazes de recriar uma série de normas, regras, valores, expressões, gestos e práticas em contato com o presente e com as mudanças sociais. Assim,

No universo do catolicismo popular, a religiosidade frequentemente se manifesta através da devoção aos santos, das procissões e das romarias, dos cortejos e das danças, das orações e das invocações de perdões e milagres, geralmente expressos em palavras, ações e gestos coletivos. Através deles, sentimentos, laços, conflitos e valores são rememorados ciclicamente em determinados períodos do ano, sob a forma de práticas que dialogam, a todo o tempo, com as conjunturas históricas em questão (LEONEL, 2010, p.42).

É importante lembrar que, durante a maior parte da História do Brasil a religião ocupou um lugar constante e privilegiado nas manifestações públicas. Sua influência vai além da constituição de ideias, normas, ritos e símbolos religiosos, mas estende-se à sedimentação, na sociedade, de formas de se comportar e de se estar junto em sociedade.

Nesta perspectiva, é necessário considerar que a religiosidade popular não é mero artefato histórico-cultural, mas expressão de sociabilidade, pois se trata de um reflexo da ação das pessoas e encontra-se circunscrita no cotidiano, nas faltas e conflitos das realidades de um povo.

Nesse sentido, nossa proposta é trazer a cultura afro-brasileira a partir da Festa de Reis em Cabaceiras notabilizada através dos protagonistas negros a partir de uma ancestralidade que foram construindo ao longo da história da cidade.

Tradição da memória local: a festa como expressão cultural e lugar de história

Ora sendo remetidas como mero divertido, ora como excentricidades da vida social, ou mesmo como sobrevivência de certas tradições que fazem parte do contexto da festa, que são permanências de manifestações tradicionais, a exemplo, a festividade de reis. As festas recebem novas denominações de acordo com o lugar na qual elas se manifestam, ou seja, as

festas, a exemplo da Festa de Reis de Cabaceiras, obtiveram modificações constantes, seja nas vestimentas, no seu estilo, na musicalidade, na forma de organização durante a festa e até mesmo das pessoas que organizavam de acordo com o tempo e o espaço realizado dessa festividade.

Segundo Volvelle apud Couto:

Assim como não há uma História imóvel, também não há uma festa imóvel. A festa na longa duração, assim como a podemos analisar através dos séculos, não é uma estrutura fixa, mas uma continuidade de mutações, de transições, de inclusão com uma das mãos e afastamentos com a outra. (COUTO, 2005, p. 2/3):

A festividade atualmente, enquanto objeto de estudo, pode nos fornecer subsídios para a compreensão da história dos sujeitos, da cidade, de um lugar a partir das festividades, no intuito de perceber como os sujeitos praticavam e percebiam o contexto de vida através da prática da festa. É como nos enfatiza Alaíde Meira de Sousa (2011), quando discute acerca da Festa de reis na sua juventude:

Era uma festa muito bonita. Lembro que todas as moças e os rapazes se preparavam para ir pra festa. Lá a gente percebia que era muito organizado, tinha a missa, depois a procissão e a festa com o cordão azul e o encarnado. A gente brincava muito nos brinquedos que vinham para alegrar a festa. Tinha também o arremate de galinha (ALAÍDE MEIRA SOUSA, 2016).

Tomando como aspecto a citação de Alaíde Meira Sousa, acima remetida, podemos perceber que a partir de cada entrevistado/a há possibilidade de enxergar como era a Festa de Reis no olhar de quem conta e como é possível estabelecer uma relação entre o dizer dos sujeitos que participaram dessa manifestação com a história da cidade, onde era praticada, no caso Cabaceiras.

Quando nos referimos acerca da relação entre cidade e a festa, percebemos que se tornaram elementos primordiais e permanentes para que os seres humanos se encontrem e alcancem os mais altos níveis de cooperação, criação e solidariedade. É nesta perspectiva, que Cabaceiras torna-se um espaço onde afloram histórias e lembranças, pois se configuram enquanto lócus de intensa sociabilidade. As marcas destas relações tecidas pelos cabaceirenses, ou melhor, quem viveu e lembra a Festa de Reis, se inscrevem nas paisagens de Cabaceiras.

Diante disto, iniciaremos com o processo de análise acerca da sociabilidade e solidariedade existente na preparação da Festa de Reis em Cabaceiras, dando ênfase na

participação efetiva das pessoas, direta ou indiretamente, para estabelecer para o público uma estrutura festiva de qualidade.

A Festa de Reis começa a ganhar “corpo” entre 1930-1960. A estrutura da festividade dá início a um “show” de cultura, onde pessoas da própria cidade buscavam, em cooperação umas com as outras, organizar a festa de maneira que o público se encante em cada movimento, toque, riso e detalhe. “Como não lembrar de pessoas que fizeram da Festade Reis uma das mais conhecidas em toda região paraibana” (CABACEIRAS, 2010, p.2).

Para que a Festa de Reis pudesse ser colocada em prática era preciso que a população cabaceirense se empenhasse em ajudar na organização. Diversas pessoas buscaram contribuir de forma direta ou indiretamente para a preservação desse patrimônio religioso e cultural, a exemplo, Ozanildo Cavalcante de Farias, Hermenegildo Castro (Seu Gida), João Araújo (João de Romão), “Zé de Liu” contribuindo com doações, como também, ornamentando a Igreja do Rosário. Instituição esta, onde os escravizados alforriados, domésticos e do eito da secular Fazenda Passagens, o qual tinha como proprietários João Ferreira Guimarães e sua esposa Ignácia Thereza de Jesus, realizavam suas festas religiosas, especificamente a Festa de Reis.

Como sozinhos não poderiam estruturar a festividade, era necessário que outras pessoas fossem incluídas no ambiente dos colaboradores dessa festa. Porém, é necessário observar que tinham as pessoas que participavam da Feste de Reis como agentes protagonistas, outros organizavam a festa através da ajuda na organização da igreja, nas doações, nos bingos e venda de produtos. Dessa forma, não poderíamos deixar à margem dessa história Euflauzina Marino (Lauzinha), Severina Macêdo (Niniha) e Terezinha de Doutor Nunes, elas foram as que contribuíram, vendendo cartelas de bingos para arrecadar dinheiro em prol da festa.

No cortejo real, o reisado tornou-se um dos momentos da Festa de Reis mais esperado. Após a missa, dava-se início a coroação do rei e da rainha em frente à Igreja. Essa festa por ser uma manifestação religiosa era aclamada por todos que participava, seja direta ou indiretamente, tanto é que havia uma celebração eucarística em que a diocese local participava. Ambos ficavam à frente da Nossa Senhora do Rosário, dando início a procissão. Tendo findado a procissão, inicia, assim, o momento do espetáculo cultural com a dança do côco, tendo a participação de “João Preto”, que também anda pelas casas com os tocadores de pífanos, Pedro Batista e “Zé Caçote” arrecadando o dinheiro para a igreja. Nesse momento das danças iniciava-se o lado profano em que o lazer e a diversão eram constantes.

Segundo a história oral, uma das maiores festas de Reis de Cabaceiras foi a coroação de João da Caridade e mãe Rita, realizada no dia 06 de Janeiro de 1861, em frente a capela Nossa Senhora do Rosário da Villa Federal de Cabaceiras, na presença do Major João Ferreira Guimarães, de sua esposa Dona Ignácia Thereza e filhos, como também diante do olhar curioso no então Intendente do município, o Capitão Tito Carneiro, que quebrando protocolos, reformulando conceitos e banindo preconceitos, ao lado do padre Renovato Pereira Tejo, assistiu a grande e bonita festa do Reisado [...] (CABACEIRAS, 2010,p.1).

Na Festa de Reis em Cabaceiras, o pastoril² torna-se um aspecto cultural importante. Entre os anos 30 à 60 do século XX, o pastoril era um atrativo para as pessoas que participavam da festa, fazendo da disputa entre cordões azul e vermelho (encarnado) uma maneira de conseguir dinheiro para a igreja, especificamente nas arrematações de galinhas e bingos.

Evanilda de Lima Silva era uma das organizadoras da festa, especificamente do pastoril, desde as roupas, as danças e músicas, fazendo com que as pessoas que estavam apreciando esse momento buscassem observar a importância da Festa de Reis, como também da cultura cabaceirense. Sua jornada nessa festividade perdurou 13 anos, possibilitando, assim, a entrada de Maria do Socorro Gomes de Lima na organização do pastoril, até os dias atuais. Ao destacar a sua participação como organizadora com o pastoril, Maria do Socorro Gomes de Lima (2016) destaca:

Depois de Evanilda eu dei continuidade com pastoril na festa. Tenho vinte anos de pastoril. [...] Antigamente o pastoril utilizava apenas de moças para participar desse evento, em que a Diana³, as pastorinhas eram participantes. Hoje é mais organizado. Nas músicas tínhamos como acompanhante o sanfoneiro (MARIA DO SOCORRO GOMES, 2016).

A partir da discussão de Maria do Socorro Gomes de Lima (2016), observamos o quanto o pastoril era importante e fazia parte do “quebra cabeça”, que era a Festa de Reis. Embora a forma como o pastoril seja organizado hoje, não faz da preparação de anteriormente uma estruturação sem perfeição. Pelo contrário, a maneira como os organizadores preparavam a festa fazia com que todas as reparações aparentassem perfeitas.

Assim, a Festa de Reis, através de toda a organização, tornou-se uma abolição provisória de todas as hierarquias, pois possibilitava que os participantes dessa festividade colocassem à margem o trabalho do campo para buscar um tempo de lazer, diversão, do

² Folgado popular que se representa, entre o Natal e a Festa de Reis, em tablado ao ar livre, onde aparecem algumas figuras femininas que dançam: as pastoras ou pastorinhas.

³ Personagem do pastoril em que ficava entre o cordão azul e o vermelho.

cômico. Sendo assim, “para que haja a festa, são necessários elementos do espírito, de transcendência, do mundo das ideias e dos ideais. Eles devem preponderar para que se alcance o clima de festa” (FERNANDES, 2004, p.57).

Levando em consideração a organização da Festa de Reis, Dona Alaíde Meira de Sousa (2016) destaca:

Algumas pessoas, que era geralmente os jovens, com o padre organizavam a festa. Uns se encarregavam de organizar a missa, outros de trabalhar no arremate de galinhas e alguns com o arrecadamento de dinheiro pra igreja. Oxe! Era muita gente. Todo ano chegava gente nova para ajudar na festa (ALAÍDE MEIRA DE SOUSA, 2016).

Dando ênfase a consideração feita por Dona Alaíde Meira de Sousa (2016), podemos perceber o quanto a Festa de Reis em Cabaceiras obtinham uma forma inteligente de organização, em que a socialização entre os organizadores fazia com que essa festividade fosse a detentora do avanço que Cabaceiras obteve. É uma forma capaz de plasmar conteúdos diversos e destinados à promoção de laços de sociabilidade.

A organização partiria de cada grupo formado, ou seja, cada grupo ficaria encarregado em cumprir com a organização da festa, uns na ornamentação da igreja e no cortejo real ou o Reisado, outros no pastoril e na arrematação de galinhas, alguns no espaço de lazer, proporcionando um momento de diversão para os cabaceirenses e os que viam prestigiar a festa. Como enfatiza Ademar Francisco de Oliveira, último rei da Festa de Reis (2016):

Comadre Terezinha começou com a gente a organizar, junto com outros e o padre. Depois Dona Estela, nesse momento a gente saiu trajado, eu como rei e minha mulher como rainha. Por fim, veio Dona Maria de Zina e um monte de gente por aí. Essas mulheres que eu falei organizavam o reisado. Tinha os demais que organizava a Festa em geral (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

Tomando como base de discussão a fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), é necessário observar que a organização se fazia presente, dando uma maior notoriedade à festa, pois, bem organizada essa manifestação propiciava um maior número de pessoas que buscavam prestigiá-la. Nesse caso, o último rei vem mostrando a organização do cortejo real ou do reisado propriamente dito.

A Festa de Reis proporcionou para Cabaceiras um desenvolvimento cultural imenso, possibilitando que a cidade fosse vista a partir de um ângulo antes não observado. O turismo, por exemplo, fez e faz com que Cabaceiras, hoje denominada de “Roliúde Nordestina”, tivesse reconhecimento por suas riquezas naturais e festivas. Essa festividade atraiu os turistas

de tal forma que a cultura cabaceirense tornou-se a reconhecida por pessoas da própria comunidade e fora dela.

A cidade brasileira, como um fantástico “híbrido sociológico que funciona de maneira singular”, foi e é o lugar das festas, promovendo uma incessante mistura de pessoas, códigos, trocas e transações econômicas, unindo de um lado e de outro (LEONEL, 2010, p.40).

Essa mistura, a qual discute Leonel (2010), nos faz pensar que as festas, de uma forma geral, proporciona um encontro de diversas culturas dentro de um espaço, a cidade, no nosso estudo, ocorrendo cultura, onde o encontro com a diversidade de pessoas é intensa. A festa ocasionou uma sensibilidade que perpassou as práticas privadas e públicas no espaço urbano. Ou seja,

[...] a festa encenada no palco da cidade brasileira promoveu o encontro com a diversidade de pessoas e com a variedade de coisas, inventado hierarquias às avessas, concomitantemente ao fornecimento do cenário para os conflitos, dissimulações negociações e hierarquização um tanto mais reais. Tais conflitos, socialmente subjacentes à existência das práticas festivas, fizeram dos tempos de efervescência coletiva momentos de apropriação do cenário público, de usos do espaço e de domínio, mesmo que passageiro, da rua. A festa, com seu caráter dialético transitório-rotineiro, introduziu elementos persistentes em nossa sociabilidade, perpassando e alinhavando as práticas e públicas nos espaços urbanos (LEONEL, 2010,p.41).

Memória do cotidiano da Festa de Reis: narrativas de seus protagonistas

Neste item abordaremos a visão dos protagonistas que faziam parte da Festa de Reis, instituindo os seus lugares no espaço social dessa festividade. Festividade esta em que a tradição vem sendo reinventada a cada ano, pois, segundo Hobsbawn e Ranger (2008),

[...] as tradições “inventadas” são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (Hobsbawn e Ranger, 2008. P.10).

Essa (re) invenção possibilita, assim como destaca Hobsbawn e Ranger (2008), com que a festa obtivesse novos olhares, mas estabelecendo relação com atos passados, a partir de ações tradicionais que são vistas e admiradas e que jamais poderão ser esquecidas, como por exemplo, o Reisado que tornou-se uma tradição praticada por laços familiares, de herança, de parentesco. Severina dos Santos (2016), ao destacar acerca dessa tradição familiar no enfatiza:

Meu pai e meu avô eram descendentes de escravos. Eles participavam da Festa de Reis aqui na cidade. Eles continuaram representando os costumes dos nossos ancestrais, que eram negros e escravos. Me lembro que meu pai gostava muito dessa festa e de ser rei durante o reisado (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Durante a fala de Severina dos Santos (2016), podemos perceber o quanto a tradição era importante para sua família, pois obtinha uma representação tradicional, em que os laços familiares perpassavam por entre os anos em que ocorria a Festa de Reis, em específico, o reisado. Tendo a tradição e (re) invenção destacada acerca da festa, neste trabalho, procuramos delinear por entre os espaços da Festa de Reis os lugares dos protagonistas e suas funções nessa festividade.

No que diz respeito à função do rei, é perceptível que o mesmo detinha o “poder” central, considerado o personagem principal desta festividade, pois, cabia ao mesmo conduzir as pessoas, “seus súditos”, para a festa. Alaíde Meira de Sousa (2016), ao discutir acerca do papel do rei na Festa de Reis enfatiza que,

Me lembro que o rei ficava no centro da hora do cortejo real. Ele era a pessoa que tinha poder de todos que estava lá na festa. Suas roupas eram muito bonitas e, aliás, ele quem fazia tudo acontecer no reisado, onde o povotinha que ir atrás dele e de sua corte (ALAÍDE MEIRA DE SOUSA, 2016).

No que diz respeito a discussão, acima destacado, por Alaíde Meira de Sousa (2016), percebemos que o rei detinha plenos “poderes” no decorrer de sua jornada no cortejo real, em que ficar no centro do cortejo seria uma forma de “poderio”, entrelaçando a sua forma de conduzir as pessoas que ali estavam prestigiando a festa e o próprio rei.

Porém, antes de adentrar no tradicional reisado como partícipe central da Festa de Reis, o rei ajudava as pessoas que se dedicavam a organizar a festividade, desde a ornamentação da igreja até as arrecadações de dinheiro para a mesma. Ademar Francisco de Oliveira, ao se referir a sua participação na festa desta:

Quando fui rei me lembro que do começo ao fim participei da organização da festa. Me lembro que até mesmo antes de me trajar como rei ajudei meus colegas de organização para ornamentar a festa, arrecadar dinheiro e também como rei, dando alegria ao povo que estava presente no reisado (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

A partir da fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), podemos enfatizar que a participação do rei, como demais participantes da Festa de Reis, era fundamental, pois mede sua responsabilidade em organizar a ornamentação. Da festa. Além disso, obtinha também

outra responsabilidade, a de proporcionar alegria aos que estavam prestigiando essa manifestação.

Segundo Gaspar (2010), a vestimenta do Rei deve ser mais bonita e enfeitada. Veste saíote ou calção e blusa de mangas compridas de cores iguais. Peitoral e manto de cores diferentes em tecido brilhante (cetim ou laquê); calça sapato ou tênis (tipo conga), meias coloridas e na cabeça uma coroa feita nos moldes das dos reis ocidentais; levam nas mãos uma espada e às vezes, também um cetro.

Em relação às vestimentas do rei da Festa de Reis, o mesmo obtinha trajes semelhantes descritas por Gaspar, porém levando nas mãos um cetro, instrumento que também proporcionava o “poderio” do rei no cortejo real.

Quanto a rainha, esta também detinha influência e ficava no centro do cortejo real ao lado do rei. Severina dos Santos (2016), ao se referir da rainha no cortejo real nos destaca:

Segundo eu sei a rainha obtinha um papel importante no cortejo real e que ficava do lado do rei. Eles alegravam a festa e faziam com que as pessoas se alegrassem também. Até mesmo as roupas eram coloridas, divertidas. Isso também fazia com que a gente se alegrasse (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Com base no que aborda Severina dos Santos (2016), observamos que a rainha fazia parte do centro do poder do rei, no contexto da festa, já que tornavam-se elementos importantes que compunham o reisado. Além disso, o sentimento de alegria, ao destacar o papel da rainha do rei, favorecia para que em todos os anos a Festa de Reis em Cabaceiras acontecesse.

Segundo Volpato (2009), geralmente a rainha vestia-se de branco ou rosa, dando um toque de sutileza com as joias que se destacavam em meio a festividade. Além da coroa, símbolo direto da função ou papel da rainha do rei na festa.

Durante o cortejo real ou o reisado, junto com a banda de pífanos, se apresentava um dançarino que recebia o nome de capitão de lança. Segundo Cabaceiras (2009), o capitão de lança dançava fazendo trejeitos característicos dos velhos guerreiros africanos. Severina dos Santos (2016), ao destacar sobre esse integrante do cortejo, nos remete:

Na Festa de reis a comitiva real saía na rua em desfile, acompanhados por uma banda de pífanos, havendo a dança do coco. Nessa festa havia um dançarino que recebia o nome de capitão de lança. Ele representava dançando e jogando a lança em diversas direções, nas posições inclinada, vertical e horizontal (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Percebendo a representação do capitão de lança, a partir de Severina dos Santos (2016), tomamos como aspecto importante dentro do cortejo real a comitiva real, segundo a

mesma, quando o capitão dar início a dança e o ato de jogar a lança em diversas direções, fazendo com que as pessoas que ali estavam prestigiando a festa conheçam e admirem essa tradicional festividade. Festividade esta que, segundo Ginzburg (1987), perpassa por uma circularidade cultural. Essa circularidade vem pressupor que o encontro de “dois mundos” fosse estruturado em apenas um, a partir da socialização, da solidariedade e do prestígio dado pela população cabaceirense como por pessoas vindas de outras localidades.

De acordo com Sousa (2005), na Festa de Reis em Cabaceiras na lança do capitão eram colocados dois laços de fita coloridos. Suas vestimentas eram de cor branca, botas brancas enfeitadas com bolas coloridas e um chapéu colorido sem aba. Ao seu lado tinha o porta lança. Segundo Alaíde Meira Sousa (2016), o porta lança obtinha a função de pegar a lança, caso o capitão a deixe cair. Ambos faziam uma espécie de guardas da família real.

No que concerne à animação para o cortejo real a função cabia aos pifeiros ou pífanos. Eles buscavam animar a Festa de Reis durante os cinco dias. Era por meio dos pífanos que o capitão de lança dava início o seu espetáculo na dança, encantando a todos que prestigiavam a festa e seus partícipes. Ademar Francisco de Oliveira (2016) vem destacar a função dos pifeiros enfatizando:

Os pifeiros faziam do cortejo como também da festa toda. Eles tinham o dever de animar o povo que estava na festa. Todos os dias da festa eles estavam lá tocando e animando o povo. Me lembro que eles animavam também o cortejo. Era bom demais (risos) (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

Dando ênfase a fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), podemos perceber que os pifeiros obtinham uma função importante, em que praticavam da festa de Reis todos os dias, pois, era a partir da banda de pífanos que o cortejo real ganhava vida, pois vários integrantes utilizam-se da dança, a exemplo, o capitão de lança, para empreender suas participações na festividade.

À frente de todo o cortejo real ficavam os irmãos de Ópa⁴. Estes abriam alas para o espetáculo, dando início o reisado. Severina dos Santos (2016), ao discutir acerca dos irmãos de ópa nos enfatiza:

Me lembro que os irmãos de ópa, quando era o momento da procissão, ficavam à frente do cortejo real, onde carregavam uma cruz branca. Eram todos homens, tinha mais ou menos 12 homens. Me lembro que eles

⁴ Uma veste branca em forma de batina.

carregavam baradões⁵ e que abriam o caminho para ocorrer o cortejo real. (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Tomando como baliza norteadora, a discussão feita por Severina dos Santos (2016), percebemos que na organização do cortejo real os irmãos de ópa obtinham um lugar de destaque e importância à frente de todo o cortejo. Mas, mais do que isso, devemos observar que, não apenas a partir dos irmãos de ópa, como também do cortejo como um todo apresentava uma visão de organização perfeita e que arrecadava do interior do povo o respeito e atraía pessoas de todos os lugares, sejam eles circunvizinhos ou de outras regiões.

Percebemos, a partir do breve mapeamento dos partícipes da Festa de Reis em Cabaceiras como também toda a organização no cortejo real, que essa festividade proporcionou a todos que ali estava uma manifestação de alegria, ocasionando uma sociabilidade, tanto os que participaram do cortejo, quanto os que prestigiavam como plateia, dessa festividade. Trocas de experiências, de saberes e de sentimentos foram os materiais preponderantes para fazer da Festa de Reis uma das melhores do Nordeste.

Considerações Finais:

Várias sensações, sentimentos e pensamentos nos ocorrem e nos percorrem ao chegar nesta parte da escritura. Experimentamo-nos, (re) encontramos-nos, procuramos retomar as questões fundamentais constituídas no decurso desta investigação e construir sentidos para o trajeto até então percorrido.

Percebemos que tais sentidos foram sendo constituídos ao longo da tessitura e que esta “finalização” não pode ser tomada como uma espécie de “coroamento” do trabalho no qual prevalecem a sagração de verdades, a prescrição de caminhos promissores. Por outro lado, há posicionamentos, dúvidas e possibilidades que não podem ficar em estado latente, posto que isto significa um desrespeito para todos os sujeitos envolvidos nesta construção. Sendo assim, se faz perceber a necessidade de outros trabalhos, continuadores deste, para remetermos a finalização do presente estudo.

Trabalhar com a temática festa, em específico a Festa de Reis em Cabaceiras, nos fez perceber o quanto essa manifestação tornou-se uma expressão cultural que a partir dos costumes e tradições dos partícipes desta proporcionou para a cidade um maior desenvolvimento, tanto no aspecto econômico quanto na concepção cultural.

⁵ Pedacos de canos branco, onde se colocavam velas.

É perceptível observarmos a existência de tal festividade como um caráter de relações sociais e de solidariedade criadas por laços de vizinhança, parentesco, comunhão religiosa, regozijo coletivo-festivo etc. A atuação coletiva integrada de tais atores sociais na organização e performance da festa significou e significa, muitas vezes, a possibilidade de protagonismo social e de utilização do espaço público confiscado, seja ao longo da história ou mesmo do ano vigente.

Esta pesquisa foi importante, pois deu vozes às pessoas anônimas, os/as entrevistados/as, indivíduos capazes de dar significado a uma festividade que favoreceu para o desenvolvimento da cidade, a partir destes que utilizaram da sociabilidade, afetividade e organização para estruturar uma manifestação bastante conceituada e conhecida em toda região Nordeste.

Para tal estudo, consideramos que as vozes dos partícipes tornaram-se preponderantes para efetivarmos a tessitura deste trabalho, pois são eles que obtêm o conhecimento de como ocorreu a Festa de Reis em Cabaceiras.

Esse trabalho não representa apenas uma amostra de manifestação cultural, mas uma manifestação que buscou na sociabilidade bem como na expressão da luta e resistência negra uma festividade capaz de trazer seus significados e seus significantes.

Tendo como premissa toda essa discussão, percebe-se que o presente estudo contribuirá para o conhecimento dos seus habitantes a partir dessa festa, pois a história da Festa de Reis é a história da cidade. Diante disto, os cabaceirenses terão a possibilidade de tomarem conhecimento acerca do trabalho e buscarem trabalhar numa perspectiva educacional em que ultrapassem os muros das instituições escolares, havendo uma relação mais próxima entre a escola e os trabalhos acadêmicos.

Nesta perspectiva, essa pesquisa nos trouxe possibilidades de focar dois vieses que representaram a Festa de Reis em Cabaceiras como uma manifestação cultural, a sociabilidade e a resistência da cultura afro-brasileira. Aquele tornou-se preponderante para fazer dessa festividade uma das mais conceituadas do Nordeste; este a partir de expressões, gestos e práticas capazes de representar a luta constante da cultura afro-brasileira.

Referências Bibliográficas:

CABACEIRAS, Paulinho de. Festa de Reis. Paraíba: Cabaceiras, 2010.

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. In: Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, nº 1, 2005.

CUCHE, Dennys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. A cidade, a festa e a cultura popular. GEOgraphia, 2004.

GASPAR: Lúcia. Reisado. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). A inveção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e Sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. Cadernos de História, Belo Horizonte, 2010.

VOLPATTO, Rosane. Festa da Nossa Senhora do Rosário, São Paulo: Campus. 2009.

ENTRE RISOS E IDEIAS: COMO OS *MEMES* DEMONSTRAM AS FORMAS DE SE PERCEBER OS SERTÕES NA CONTEMPORANEIDADE.

Franciely de Lucena Medeiros³³

Orientador: Profº Dr. Joel Carlos de Souza Andrade³⁴

Introdução

Este artigo possui uma forma ensaística, pois as ideias aqui levantadas são questões referentes a uma reflexão inicial acerca dos sertões contemporâneos e como eles podem estar sendo representados no que podemos chamar de “mídias digitais”. O gênero ensaio, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, na apresentação do livro *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*, “seria essa busca, esse tatear, esse experimento de formas que consiga expressar a verdade do que seria o objeto do discurso” (2019, p. 15).

Nosso objetivo será perceber como uma Historiografia dos Sertões, pode estar sendo construída através das mídias digitais. Partindo da abordagem sobre os sertões contemporâneos, conceituados por Albuquerque Júnior, que define que “Enunciar que os sertões são contemporâneos é, de saída, dar curso a uma antinomia” (2014, p. 43).

É importante ressaltar também o nosso diálogo com o historiador Pedro Silveira (2018) e sua reflexão, acerca das relações do conhecimento histórico e das Novas Tecnologias, assim como também o “impacto”³⁵ causado pelas novas tecnologias ao conhecimento histórico. Partindo desta percepção, não passa despercebido a forma como os sertões podem ser representados a partir destes meios. Neste sentido, buscaremos adequar aqui os questionamentos de Albuquerque Júnior, quando ele reflete se podem os sertões ser contemporâneos. E de uma forma mais prática, para a construção deste trabalho em específico, como eles podem ser representados nestas redes tecnológicas, em que muitas vezes estes sertões são percebidos como um lugar de atraso, estagnado no tempo e alheio ao desenvolvimento do mundo?

Destacamos aqui também, a contribuição de Marcelo de Mello Rangel e Valdei Lopes de Araújo (2015) quando argumentam acerca dos processos de aceleração crescente das

³³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN /CERES. Endereço de e-mail: francielylucena0@gmail.com.

³⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/CERES. Endereço de e-mail: jocadesoan@yahoo.com.br

³⁵ O autor busca em sua tese analisar, não os impactos causados pelas novas tecnologias ao conhecimento histórico, mas sim refletir sobre esta ideia que temos de que por muitas vezes estas tecnologias podem atrapalhar a construção do conhecimento histórico.

transformações no tempo, própria da modernidade, processos esses que tornaram possíveis o questionamento acerca das funções tradicionais da historiografia. Neste sentido, nos permitindo “expandir” esse campo e as funções tradicionais da historiografia, propomos este estudo, a partir da elaboração de uma história dos sertões construída também nas mídias digitais.

Partimos também da noção abordada pelo historiador Evandro dos Santos (2019) em seus estudos sobre o pós-colonialismo e as suas propostas de inserção da História dos Sertões enquanto área de estudos, acrescentando aqui, para além dos estudos subalternos, a História Digital, ressaltando a sua contribuição para o conhecimento histórico, assim como também para a construção de uma possível escrita da história dos sertões através das mídias digitais.

Metodologicamente, trabalharemos com fontes digitais em formato de *memes*, nas quais são apresentadas as formas nas quais os internautas percebem o sertão, tais fontes são de uma rede social, ambas do *pinterest*, sendo ela uma rede social de compartilhamento de fotos. Destacamos aqui, que só foi possível saber o dia em que acessamos a fonte, já que as informações nas redes sociais se perpetuam rapidamente e no *Pinterest* em específico, não foi possível perceber o dia em que algumas das postagens foram publicadas.

Este artigo está dividido em dois momentos, no primeiro momento nos concentraremos em fazer uma breve contextualização do objeto de estudos e da forma metodológica com a qual estamos trabalhando, além da análise das fontes. Já no segundo momento buscaremos refletir sobre estes sertões contemporâneos tão discutidos por Albuquerque Júnior (2014) e sua possível aproximação com as mídias digitais, destacando aqui, nossas primeiras impressões sobre a possível elaboração de uma escrita da História dos Sertões nas mídias digitais.

Os sertões nas mídias digitais

Pode parecer até óbvio ou desprezioso que os sertões sejam ditos e vistos como contemporâneos, pode parecer ser uma mera questão de cronologia ou de sintonia com o tempo que seria o nosso tempo: o contemporâneo. Mas, para além dessa aparente obviedade ou despreensão, enunciar os sertões como contemporâneos significa um gesto discursivo e político, um gesto teórico e retórico que merece ser melhor analisado, e é isto que buscarei fazer neste meu escrito (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 42).

É com esta citação do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior que iniciamos o primeiro tópico deste artigo, isso porque, seria comum que junto ao desenvolvimento da sociedade, os sertões fossem também estes que ocupam um espaço de desenvolvimento, seja ele cultural, tecnológico, econômico ou social. Mas a realidade que o acompanha é totalmente diferente, percebemos em nosso dia a dia, um sertão elaborado por diversos discursos, sejam eles, institucionais, intelectuais e midiáticos, surgindo então um sertão que está estagnado no

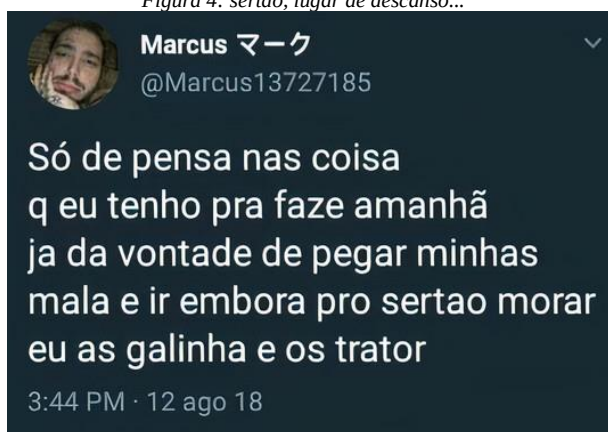
tempo, muitas vezes seco, árido e pouco desenvolvido.

E é justamente isso que o Albuquerque Júnior (2014, p. 43) discute em seu texto, por muito tempo o sertão vem sendo definido, na língua portuguesa falada no Brasil, na produção acadêmica, intelectual, literária e artística e nos discursos provenientes das mais variadas instituições brasileiras, como pertencente a outro tempo, como sendo um espaço anacrônico e em dissonância com o tempo da cidade do litoral, do progresso, da contemporaneidade.

Mas então, como estes sertões, que estão aparentemente estagnados no tempo, aparecem nas mídias digitais? E se aparecem, eles automaticamente e independente de como surgem, não estariam sendo contemporâneos, já que para divulgar um sertão, como sinônimo de tranquilidade e com essa aparente estagnação no tempo, nas redes sociais, o internauta utilizaria de artifícios como – celular, câmera, internet e a própria rede social – para divulgar esse sertão?

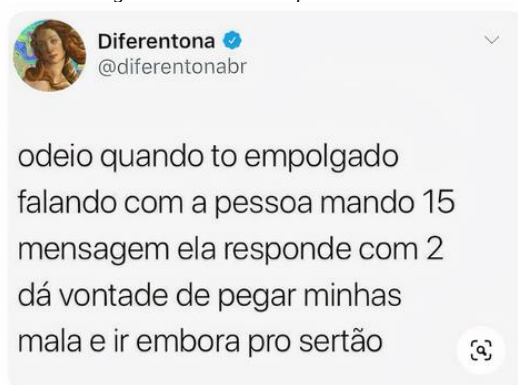
Pois bem, a partir de questionamentos como estes sertões, elaborados a partir de um primeiro contato com nossas fontes, que informalmente são denominadas de *prints* e alguns deles guardam informações valiosas das fontes em questão, foi possível perceber justamente a presença de recorrências quando os usuários das redes sociais descrevem o sertão, denotando uma opinião na qual podemos dizer que são condizentes com os estereótipos sertanejos, estas pessoas, ao mesmo tempo em que estão se referindo a um sertão atrasado e retrógrado, esquecem-se, por exemplo, que continuarão com suas tecnologias e acesso à internet, neste sentido, mesmo que não demonstrem, o sertão seria contemporâneo a elas.

Figura 4: sertão, lugar de descanso...



Fonte: Pinterest, 2020.

Figura 5: indo embora para o sertão



Fonte: Pinterest, 2020.

As duas imagens foram retiradas³⁶ de uma rede social chamada de *Pinterest*, a segunda

³⁶ Apesar da primeira imagem estar com características do *Twitter*, a mesma foi retirada do *Pinterest*, tendo em vista a possibilidade da mesma não ser encontrada na primeira rede social aqui citada, o link encontra-se nas referências.

delas, apesar de ter sido encontrada no *Pinterest*, é parte de uma página de *memes* muito famosa, estando presente tanto no *Twitter* como no *instagram* e é denominada como “Diferentona”, elas nos transmitem algumas ideias sobre como os internautas pensam e imaginam o sertão, a primeira delas é de que ele denota um lugar ao qual as pessoas recorrem quando estão cansadas dos seus afazeres nas “cidades grandes”, as postagens repassam um sertão que nos é apresentado como um refúgio, aquele que é distante e tranquilo, exatamente o oposto as grandes cidades e grandes polos, centros da modernidade e do “caos”.

Outros fatores que podem ser analisados, são as características abordadas como morar com as galinhas e os tratores, assim como também, arrumar suas malas e mudar para um local diferente, porque sofreu uma decepção, estas estão para além da tranquilidade e do aspecto pacato do sertão. Neste sentido, ele aparece como aquele que é rústico, apreciado apenas para momentos de lazer, o interior, tranquilo e pacato. Esquecem-se muitas vezes que o sertão pode ser tão agitado e caótico quanto as cidades litorâneas. Pois apesar de muitas não se destacarem, grandes cidades do interior do nosso país também são cidades grandes e modernas.

Podemos perceber também, que ao publicar uma determinada mensagem sobre o sertão, o internauta, talvez por vontade própria, utiliza-se de erros ortográficos básicos, enfatizando mais ainda essa característica que o sertão ocupa no pensamento popular, isso nos faz refletir acerca de como tais pessoas imaginam os moradores do sertão, qual a figura do sertanejo nesses *memes*?

Figura 6: os heróis do Nordeste.



Fonte: Pinterest, 2020,

O *meme* acima retrata justamente o aspecto que muitas vezes são atribuídos ao homem sertanejo, aquele que seria o corajoso, o destemido, o bravo, por isso muitos na imagem estão sob a representação de heróis de Histórias em Quadrinhos, assim como de desenhos animados muito conhecidos de nossa infância.

Para além das características básicas apresentadas, percebemos a atribuição do sertão como sendo um espaço tipicamente nordestino, simplesmente pelo fato do início do *meme*, estar descrito da seguinte forma “Os Heróis do Nordeste” e a partir disso realizar uma espécie de “paródia” com os nomes dos heróis que já são muito conhecidos. Em alguns destes, o nome vem acompanhado da palavra “sertão”, por exemplo – calango do **Sertão**; capitão **Sertão** – assim como também vêm acompanhado com nomes de figuras sertanejas muito importantes, segue o exemplo – Re(**Lampião**), **Lampião Verde** e **Maria Bonita**.

Refletimos então, sobre a casualidade com que os personagens de desenhos animados ou de Histórias em Quadrinhos se tornaram rapidamente heróis do nordeste, além da presença do que Albuquerque Júnior (2019, p. 21) chama de “O rapto do sertão” e da captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. Segundo este autor, existe toda uma motivação histórica na qual a categoria de sertão que até o século XIX descrevia qualquer parte do Brasil que ficasse além do litoral, fosse aos poucos sendo capturada por este discurso.

Trouxemos neste sentido, dois tipos de fonte, duas apontam para uma característica mais

discursiva acerca dos sertões, tornando-o um lugar tranquilo, seguro e propício para o descanso e outra que nos alerta a refletir e pensar tanto sobre a figura do sertanejo, quanto aparenta o sertão nordestino enquanto um lugar vil e cheio de perigos, precisando assim de heróis, que originalmente são famosos por outros feitos a se tornarem também os heróis deste lugar, mas que tiveram de certa forma, influência de grandes figuras nordestinas.

Percebemos assim, que apesar das nossas fontes serem contemporâneas ao sertão, por que estas são fruto de uma evolução temporal e tecnológica, elas atribuem ao sertão uma perspectiva atemporal, a ideia de que este, ou estes sertões são ainda atrasados, retrógrados, mesmo que ao descrever isto, estejam cometendo de fato uma contradição, já que se utilizam de meios modernos e contemporâneos para descrever estes sertões.

Cabe aqui salientar que a forma estabelecida para o processo de escolha, catalogação e análise destas fontes foi a partir de pesquisas na internet, por isso reconhecemos o fator de não haver uma data específica da publicação, apenas do dia do acesso a mesma. Enfatizamos também que os memes são replicadores e mudam conforme as pessoas vão compartilhando, então chegar ao “*meme original*” seria uma missão que surtiria pouco resultado, mas nossa escolha se deu justamente pelas recorrências nas quais encontramos as formas de descrever o sertão, neste sentido, apesar de não haver a data de publicação em nossas fontes, podemos pressupor que elas surgiram em um mesmo período, já que um determinado tipo de *meme*, circula na rede por um certo tempo, mudando apenas a forma como eles podem repercutir.

Um encontro com as mídias digitais

A partir destas mídias digitais e percebendo estes processos de aceleração crescente das transformações no tempo própria da modernidade, e seus possíveis questionamentos acerca da historiografia tradicional, enfatizamos assim o giro linguístico muito discutido por Marcelo de Mello Rangel e Valdeir Lopes de Araújo (2015), compreendendo que estes sertões estão sendo difundidos também nas redes sociais, que são apresentados enquanto antiquados, parados, tranquilos, mas que ao mesmo tempo, percebemos a atualização em relação a forma como estão sendo apresentados.

Albuquerque Júnior (2014, p. 42) constata em seu trabalho que descrever os sertões como contemporâneos não é apenas um mero gesto de descrição ou constatação, mas um gesto de contestação, de problematização e questionamento dos modos de definir, descrever e fazer ver o sertão. “É, portanto, um gesto político da maior importância. É romper com as imagens e enunciados estereotipados, rotineiros, naturalizados, repetitivos, clichês sobre o sertão, a começar por enunciar a sua pluralidade interna” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 43).

Sendo este gesto político de maior importância, enunciar os sertões enquanto contemporâneos, mesmo que supostamente sua descrição nas redes sociais denotem características que podem ser consideradas estereotipadas, percebemos a colaboração de Evandro dos Santos (2019, p. 445), que em um dos seus trabalhos realiza um ensaio sobre a diversidade historiográfica dos sertões, o autor propõe que uma área de estudos implica em retomar os debates epistemológicos e políticos mais amplos que acompanham os campos já consolidados dos saberes e, principalmente, justifica as especificidades da postulante nova frente de exames.

Para propor o sertão como uma área específica de estudos, Santos (2019, p. 441), visa realizar um encontro entre os pontos de vista europeu, os estudos pós-coloniais, assim como também os estudos subalternos. Partindo deste pressuposto, sugerimos também a abordagem dos sertões através dessas mídias digitais.

Salientamos aqui, que propor essa forma de abordagem sobre os sertões, requer também uma atenção para a discussão acerca da História digital. Pedro Silveira (2018) enfatiza em sua tese que não é de hoje que os historiadores fazem uso do computador e que o estabelecimento da história digital representa, muitas vezes, o esquecimento de outras maneiras pelas quais o conhecimento histórico travou contato com as tecnologias que no seu tempo eram novas.

Podemos refletir a partir desta colocação do autor, que por muito tempo, os historiadores se preocuparam com as causas e efeitos da inserção da história digital, no conhecimento histórico, neste sentido o autor ainda realiza a seguinte reflexão:

O privilégio concedido atualmente às tecnologias digitais e à internet indica que a história digital é dependente de uma narrativa de progresso tecnológico pela qual uma inovação substitui a outra e, no que diz respeito ao conhecimento histórico, implica numa visão processual e linear dos usos feitos pelos historiadores e historiadoras dessas mesmas tecnologias. Naturaliza-se, então, o desenvolvimento tecnológico e, a partir de um ponto de vista que assume a si como neutro, sugere-se que as relações entre a historiografia e as novas tecnologias não poderiam ser de outro modo, ainda que não se saiba com certeza que modos são esses (SILVEIRA, 2018, p. 29).

Constatando, então, esta reflexão de Silveira (2018) e partindo da ideia de Santos (2019), podemos perceber uma certa provocação no que diz respeito ao estudo dos sertões a partir das mídias digitais, levamos aqui em consideração, que a história digital ainda está se estabelecendo enquanto uma área de conhecimento, assim como os sertões estão sendo propostos enquanto uma área de estudos.

Neste sentido, compreendemos os seguintes fatos, Rangel e Araújo (2015) colocam em debate a aceleração do tempo, através do que é comumente chamado de Giro Linguístico e este nos permite pensar a historiografia por outros ângulos. Ao pararmos e pensarmos acerca desta

reflexão, podemos compreender também que a História Digital vem surtindo grandes repercussões no decorrer dos tempos, principalmente no contexto atual, em que as mídias digitais são as nossas ferramentas trabalho, estudo, “lazer” e tudo mais.

E se a Historiografia trata-se de uma “comunidade” em expansão, como aborda Araújo (2006, p. 37), por que uma historiografia dos sertões não poderia ser pensada a partir destas mídias digitais? Tendo em vista também que os historiadores não podem ficar alheios ao debate da história digital, assim como não podem estar alheios as diversas páginas e publicações que apresentam os sertões em nossas mídias digitais.

Considerações finais

O intuito ao elaborar este ensaio, foi justamente pensar os sertões a partir de uma abordagem que a princípio pode aparentar ser bastante recente e que este fato, aliado a todo um rigor metodológico e científico que a História enquanto ciência estabelece, aparenta ser uma fragilidade em uma pesquisa, no entanto, nos utilizamos aqui, da segurança que Pedro Silveira traz em sua tese de doutorado que seria basicamente o fator de que as Novas Tecnologias não prejudicam o conhecimento histórico, mas que em nossas análises e nos mais diferentes aspectos, elas nos ajudam a perceber como os sertões estão sendo representados nas mídias digitais.

Deixamos claro aqui, que existem lacunas a serem preenchidas no objeto de estudo aqui proposto, mas que a intenção ao escrever esta proposta, é refletir exatamente se pode existir uma forma de construir uma escrita da história dos sertões a partir destas mídias digitais, obviamente o nosso diálogo não se estabelece apenas por um campo, existe também uma ligação com o campo da História Cultural e as representações, mas o objetivo aqui foi focar exatamente em uma Historiografia dos Sertões por meio das mídias digitais.

Aderindo tanto aos sertões contemporâneos, constantemente problematizados por Albuquerque Júnior, assim como a história dos sertões enquanto área de estudos, proposta por Evandro Santos e não esquecendo da reflexão acerca do conhecimento histórico e das novas tecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Distante e/ou instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. **Culturas dos sertões** – EDUFBA, 2014, p. 41-58.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**. n. 25, p. 19-33, mai/nov. 2019.

ALVES, Milene. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/715227984548440778/?nic_v2=1a4sESBfD. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

GIULE. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/715227984548440778/?nic_v2=1a4sESBfD. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

RANGEL, M. DE M.; DE ARAUJO, V. L. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro éticopolítico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 17, 29 abr. 2015.

SANTOS, E. DOS. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **Saeculum** – Revista de História, v. 24, n. 41, p. 441-452, 15 dez. 2019.

SILVA, Pâmela. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/584271751634070437/>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

SILVEIRA, Pedro Telles. **História, técnica e novas mídias:** reflexões sobre a história na era digital. 2018. 372 f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

O SERTÃO CONTRACULTURAL: A EMERGÊNCIA DO ROCK ‘N’ ROLL CAJAZEIRENSE¹

Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior²

Orientador: Prof. Francisco Firmino Sales Neto³

DAS POSSIBILIDADES DE ESTUDO DA CONTRACULTURA NO SERTÃO

Pensando a música como uma possibilidade historiográfica, além de um fruto sociocultural que se arvora na sociedade, nos ateremos para um pequeno fruto em específico, ou seja, uma cultura musical em particular. Estaremos centrados nas trilhas sonoras da cidade de Cajazeiras, Paraíba⁴, mais especificamente no processo de emergência do *rock ‘n’ roll* como um signo de uma cultura *underground*. A partir das singularidades de um espaço sertanejo, localizado no que denominou-se de Alto Sertão paraibano, a cidade de Cajazeiras foi fortemente marcada por aquilo que entendemos por uma cultura regional – particularmente musical – estabelecida e hegemônica. Mas, também foi um espaço regional conectado com o nacional e o global, de modo que estabeleceu pontos de diálogo com a contracultura, enquanto meio de contestação e de oposição à cultura “oficializada” (PEREIRA, 1986).

Nesse sentido, ao ponto que nos apropriamos do conceito de contracultura, inserido no campo da História Cultural⁵, o entendemos como forma de rejeitar os valores industriais e tecnocráticos⁶ construídos pela cultura das sociedades ocidentais (ROSZAK, 1972). Erigida em um contracenário de insatisfação popular, a contracultura cajazeirense apresenta-se enquanto uma postura de criticismo à cultura convencionalmente estabelecida, tendo o *rock*

¹ O presente trabalho é constituído por fragmentos da monografia intitulada “**Canções e tensões apocalípticas:** banda *Conspiração Apocalipse* e a eclosão do *Rock ‘n’ Roll* em Cajazeiras – PB (1989 – 2005)”. Para mais informações sobre a pesquisa na íntegra, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR (2020).

² Graduado - UFCG/CFP. Endereço de e-mail: didierjr0105@gmail.com.

³ Prof. Dr. UFCG/CFP. Endereço de e-mail: nassausiegen@yahoo.com.br.

⁴ Em se tratando de estudos que abordam os campos da história e da música paraibana, constatamos que existe uma pequena literatura. Bem verdade, foram produzidos alguns trabalhos como os de Jandynéa Gomes (2012), Manuela Ramos (2012), Diogo Egypto (2015) e Rene da Cruz (2017), mas estes ainda constituem uma pequena parcela das complexas ramificações musicais da Paraíba. Todos os trabalhos citados constam nas referências bibliográficas.

⁵ Nos inserimos na História Cultural ao passo que pensamos a música como um fruto das sensibilidades. E, ao citarmos o campo das sensibilidades, pensamos esta corrente historiográfica como geradora de “[...] representações que os homens, através do tempo, construíram sobre si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 10).

⁶ Por tecnocracia, nos referimos à “[...] forma social na qual a sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento.” (ROSZAK, 1972, p. 19).

'n' roll justamente como uma das formas de simbolização dos acontecimentos em seus mais variados espaços e momentos. Então, embasamo-nos nessas percepções tentando problematizar os mecanismos de consciência social, política e cultural, configuradas pelo *rock* e pela contracultura cajazeirense.

Nesses termos, como integrante inicial do cenário musical e contracultural cajazeirense, a banda *Conspiração Apocalipse*, fundada no ano de 1989, aparece-nos aqui como objeto de estudo. Possibilitando pensar, através de uma visão *underground*, as suas formas de representar e contestar a sua sociedade, sua cultura, seu tempo. Nos atendo à banda *Conspiração Apocalipse*, podemos entender as estruturas de sentidos das suas materializações culturais, buscando compreender o seu fazer (contra)cultural e o seu processo de representação histórica⁷.

Sendo assim, compreendemos que as bandas que se distanciam do cenário caótico dos grandes centros urbanos e das partes litorâneas também estão inclusas na produção de um sentido e de uma representação histórica. Isso também se aplica àqueles grupos que estão espacialmente inseridos no que se denominou de Sertões. E, ao falarmos de Sertões, estamos nos referindo às discussões historiográficas que pensam este espaço como diverso, multifacetado. Inclusive, rompendo com as tramas e tensões dos tradicionalismos regionais, reconfigurando-se tendo em vista o global. Nas palavras de Durval Muniz (2016), o Sertão é sempre uma fronteira que se move, em que se está sempre em movimento, moldando-se e ramificando-se. O que nos leva a entender que a cidade de Cajazeiras, com a emergência do *rock* e da contracultura, produz novas remodelações desse Sertão que é diverso, complexificando o espaço denominado de Alto Sertão paraibano. Enfim, em termos espaciais, pensamos Cajazeiras para além dos tradicionalismos regionais, cujas sertanidades – isto é, as possibilidades de identidades sociais – são tão plurais como em quaisquer outros espaços sociais.

POR UMA HISTÓRIA DO ROCK 'N' ROLL CAJAZEIRENSE

Historicamente, o *rock 'n' roll* tem em suas entranhas três fortes influências musicais e culturais: o *pop music*, que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, pondo os estadunidenses como o “modelo” de vida, mais especificamente sobre os valores e julgamentos do *american way of life*; o *rhythm and blues*, visto como o mais inspirador (e não

⁷ Entendemos o termo “representação”, tal qual advoga Roger Chartier, como uma percepção do real, formulada a partir das idiossincrasias dos mais distintos agrupamentos sociais e culturais (CHARTIER, 2002).

como único causador), tendo seus princípios a partir da música negra⁸, que desde a existência do *Blues*, já marcava presença na cultura norte-americana, que foi reprimida ferozmente pela sociedade do WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*); e, por fim, o *country and western music*, a musicalidade advinda da sociedade rural do Oeste dos Estados Unidos, recorrentemente utilizada como uma versão branca dos lamentos dos camponeses interioranos.

Advindo desse caldeirão de influências, o *rock*, que se caracterizava pela imagem visual (roupas, cabelos e instrumentos) e pela sonoridade (*rock 'n' roll*), passou então a se constituir enquanto agente nos pensamentos sociais e políticos. Formaram-se trilhas e percursos de atuação, em práticas de movimentos como a contracultura. Ou seja, o *rock* tornou-se um instrumento cultural que orquestrou uma visão de mundo, um símbolo contestatório e, portanto, uma forma de atuação e resistência.

No Brasil, o *rock* ganhou suas primeiras versões com a Jovem Guarda, que longe de ser apenas um movimento cultural destinado unicamente ao entretenimento, acabou, em muitos momentos, confluindo com o discurso advindo da Ditadura Civil-Militar, imposta no ano de 1964. Pouco depois de instaurada uma política de modernização conservadora no país, esse movimento musical contribuiu enfaticamente para a constituição e integração de uma nova forma de consumo destinada à juventude (ZAN, 2013).

A Jovem Guarda, tem seus surgimentos a partir das versões e adaptações do *rock 'n' roll* feitas por personagens tidos por históricos nos dias de hoje, como *Erasmus Carlos*, *Wanderléia* e, principalmente, *Roberto Carlos*. Inspirando signos da modernidade, como o automóvel – a exemplo da música *calhambeque*, de *Roberto Carlos* – e a própria guitarra elétrica, esses músicos influenciaram uma forma de vida pautada no consumo – além de estética, tornando-se uma espécie de “ídolos da juventude” na década de 1960 no Brasil. A Televisão em ascensão, além do concretismo do rádio, eram fatores decisivos para a nacionalização dessa imagem do “bom mocismo” e do automobilismo propagada pela jovem guarda, entre os anos 1965 e 1967. Eram carentes, no entanto, de um engajamento resistente à Ditadura Civil-Militar ou de identificação com o desbunde contracultural.

Em 1967, no III Festival de Música Popular Brasileira na TV Record, aconteceu um dos fatores decisivos para o rompimento com a estrutura de influências que era a jovem guarda, além do próprio ideal de Música Popular Brasileira. Nesse festival, apresentaram-se

⁸ Segundo Eric J. Hobsbawm (2014), tanto o *rock 'n' roll* como o *jazz* tiveram suas origens na música dos negros norte-americanos, ambos influenciados diretamente pelo *blues*.

intérpretes e compositores como *Gilberto Gil* e *Caetano Veloso*, cantando, respectivamente, as canções *domingo no parque* e *alegria, alegria*, causando um visível impacto no público. Algo de diferente havia para que esses compositores causassem tamanho alarde nessa apresentação específica. O motivo era que esses músicos se apresentaram a partir de um novo tipo de influência estética (no uso das roupas coloridas), musical (no uso da guitarra elétrica, como em *alegria, alegria*, em um país que, meses antes, havia sediado uma marcha contra as guitarras elétricas e contra a “americanização” da música “puramente brasileira”) e comportamental (de crítica nos âmbitos sociais e políticos). Toda essa influência era advinda do movimento *hippie* e da contracultura, ebulientes na segunda metade da década de 1960 e que influenciaram o mundo de maneira irreversível (TATIT, 2012). Estes aspectos que apontavam para a constituição de um novo movimento cultural, o Tropicalismo (que, anos depois, viria a ser classificado como uma tendência dentro das múltiplas faces da MPB), são também símbolos da continuidade do *rock* no Brasil, fazendo uso de um engajamento político tanto na poesia como na musicalidade (ZAN, 2013). O próprio *Erasmão Carlos* chegou a dizer que “[...] a tropicália era uma jovem guarda com consciência das coisas e nos deixou em um branco total.”⁹

Toda essa influência do *rock* na jovem guarda e a não influência nas questões comportamentais e de recusa ao *establishment* são um complexo paradoxo, pois a jovem guarda, assim como o tropicalismo, foram influenciados pelo *rock ‘n’ roll*. Mas podemos encontrar possíveis respostas nas distinções de cada movimento específico. O ponto nevrálgico desta distinção reside nos sentidos das canções e comportamentos de ambos os movimentos. A jovem guarda fazia usufruto de determinados pontos da estética (cabelos longos e barbas) e da musicalidade roqueira para criar canções relacionadas ao consumo e temas da juventude. Já o tropicalismo tomava a discursividade emergente da contracultura, sua musicalidade psicodélica e, principalmente, a influência comportamental e contestatória. Portanto, é válido dissertar que, no Brasil, apesar de haver influências sobre compositores como *Erasmão Carlos* e *Roberto Carlos*, o *rock* e a contracultura foram conduzidas mais nitidamente pelo tropicalismo, na entrada dos anos 1970 (CHACON, 1982).

Nessa perspectiva, apesar da ascendência da tropicália e do declínio da jovem guarda, Cajazeiras, localizada no Alto Sertão paraibano, tornou-se uma grande vitrine para a adoração à jovem guarda, no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970, delineando toda

⁹ Cf. Música Brasilis, 2020. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/temas/jovem-guarda>. Acesso em: 03 nov. 2020.

uma cena musical e de sociabilidade. A partir desse movimento musical, houve a eclosão e a preponderância de bandas que se inspiravam nos grandes ícones da cultura musical jovem guardista, como *Roberto Carlos*, *Erasmão Carlos*, *Renato e seus Blues Caps* e *Os Incríveis*. Influências como essas nos permitem pensarmos sobre quais os conjuntos de valores que se encontravam em processo de formulação ou concretude a partir das experiências musicais. As canções dessas distintas referências musicais jovem guardistas falavam sobre romantismo juvenil, indústria automobilística e, em alguns casos, de aceitação ao estado autoritário. Estes pontos findam por inscrever a contextualidade vigente, e acabam por distanciar-se do comportamento contracultural.

Grupos internacionais também foram vigorosas referências para os grupos musicais jovens guardistas existentes em Cajazeiras nos idos de 1960, como *Bee Gees*, *Billy Paul* e os *Beatles* (especialmente os primeiros álbuns relacionados às canções de amor, causando estranheza as canções dos álbuns mais experimentais como o *Sargent Peppers Lonely Hearts Club Band*, signo do psicodelismo e da contracultura). Mesmo diante das dificuldades dos cantores locais em ter acesso às letras das canções – em língua inglesa e circulando apenas por meio dos encartes inseridos dentro dos discos de vinil – estas dificuldades eram ofuscadas diante do carisma dos intérpretes.

Exemplos de bandas cajazeirenses formadas nesse meio jovem guardista foram: *Os Bembems*, *Módulo Sete*, *Super Som Sete*, *Os Desajustados* e *Os Brasinhas*. Esses grupos, faziam apresentações em bailes, matinês de domingo, festas de debutantes e de colégios e, por conta disso ficaram comumente chamados de bandas de baile. Tais grupos tinham uma característica dançante e romântica, adaptando ou reproduzindo a musicalidade da jovem guarda para a população e criando um espírito de encantamento e romantismo.

O grupo musical *Os Bembems*, por exemplo, foi um dos principais nomes da cultura musical da jovem guarda cajazeirense. Sobretudo na segunda metade da década de 1970, passaram a atrair a atenção com mais veemência logo após o lançamento de um compacto duplo contendo quatro canções autorais, que havia sido gravado na cidade do Recife, fator que evidencia as dificuldades, distanciamentos e incertezas da carreira musical no Alto Sertão da Paraíba. Noticiado no *blog Cajazeiras de amor*, a capa do álbum (Ver a figura 1) é, nada mais nada menos, do que a foto da banda em direção ao estúdio recifense, demonstrando toda uma odisséia para a gravação de tal compacto que, depois de gravado, tornou-se um sucesso de venda nas feiras de Cajazeiras e no Alto Sertão paraibano como um todo. O próprio transporte utilizado para o traslado, intitulado de “Andorinha”, mostra-nos essa ideia de

locomoção do Sertão paraibano até um dos maiores centros econômicos e culturais do Nordeste, a cidade de Recife. A banda chegou, inclusive, a fazer turnê por todo o Brasil, tocando até mesmo no Rio de Janeiro.

Figura 1: Capa do compacto duplo da banda Os Bembems.



Fonte: *Blog Cajazeiras de amor*¹⁰, 2012.

Esses grupos musicais da jovem guarda também fizeram apresentações públicas logo após as atividades dos cinemas de Cajazeiras. O Cine Éden e o Cine Apolo XI foram grandes exemplos dessas movimentações, tendo shows de calouros e revelando grupos e compositores locais, o que demonstra que o cinema e a música estavam intimamente ligados pelo ideal norte-americano, ambos personificando a juventude vigente. Dentre os grupos musicais que se apresentavam, alguns do quais eram garotos, como a banda *Os Brasinhas* (ver a figura 2).

Algumas ocasiões, em específico, chamavam bastante a atenção por se tratarem de atrações nacionais, como o cantor/intérprete “brega” Reginaldo Rossi. O que demonstra que Cajazeiras estava na rota de grandes nomes da música brasileira, fossem eles da jovem guarda ou da música dita “cafona”¹¹. Essa última que, a despeito da elitização universitária da MPB e do próprio tropicalismo, apresentava-se como um gênero de grande identificação por parte da população, por tratar de temas que abordavam o cotidiano de uma grande parcela da sociedade cajazeirense. Como em histórias que relatavam divergências sociais, como, por exemplo, a canção *Eu não sou cachorro, não*, de Waldik Soriano.

¹⁰ Disponível em: <http://cajazeirasdeamor.blogspot.com/2012/01/os-bembens.html>. Acesso em: 17 ago. 2019.

¹¹ Para Paulo Cesar de Araújo (2010, p. 352), recebem essa terminologia, dita “cafona”, “[...] aqueles artistas e aquela produção musical que o público de classe média não identifica, ou encontra dificuldade de enfrentar, à ‘tradição’ ou à ‘modernidade’. Quanto mais longe dessas duas vertentes, mais perto do ‘brega’, e vice-versa”.

Figura 2: Banda Os Brasinhas em 1970, apresentação realizada no Cine Éden.



Fonte: *Blog Cajazeiras de amor*¹², 2014.

Não havia nessas bandas de baile atreladas à jovem guarda, no entanto, uma identificação com as causas contraculturais. A jovem guarda era, neste caso, hegemônica e mais ligada às influências imediatamente musicais e estéticas. A recusa ao *establishment*, que é uma pauta central na contracultura, só passou a ser existente com o florescimento de uma nova juventude, imbuídos de criarem um espírito de transgressão e distinção frente aos grupos jovem guardistas e ao cenário local como um todo.

Observa-se que tanto as bandas da jovem guarda como o seu público alvo, e que eram anteriores à formação do grupo *Conspiração Apocalipse*, são símbolos da representatividade da música local. Demonstravam as potencialidades artísticas dos projetos musicais vigentes, percebidas a partir das possibilidades visibilizadas no Alto Sertão da Paraíba, fossem pelas interpretações de músicas de outros compositores ou de composições autorais. Foram essas movimentações e esses grupos que findaram por despertar um cenário musical local, fazendo com que houvesse, também, a emergência de outras movimentações musicais, ainda que pautadas por outras sonoridades e outras influências culturais. Foram, portanto, antecedentes que influenciaram diretamente na emergência da contracultura articulada ao *rock* cajazeirense.

CONSPIRANDO A CONTRACULTURA, O ROCK E O APOCALIPSE

A banda *Conspiração Apocalipse*, que foi inicialmente denominada de *Páginas Amarelas*, fez sua primeira aparição pública no ano de 1989, no tradicional Festival Regional da Canção (ÁLVARES, 2020), em um evento sediado no Cajazeiras Tênis Clube. Esse evento era conhecido por propiciar apresentações de grandes composições da MPB, da jovem guarda,

¹² Disponível em: <https://cajazeirasdeamor.blogspot.com/search?q=jovem+guarda>. Acesso em: 12 ago. 2019.

da música cafona, do forró e de outras músicas regionais. Contudo, a apresentação de uma banda de *rock* foi, evidentemente, uma transgressão ao que costumava ser apresentado. Nesse sentido, foi uma contracultura, oposta ao que era comumente tocado – além de uma nova proposta de comportamento e estética, esbarrando frontalmente com o ideal dos costumes e valores tradicionais.

Durante o evento, empunhados de cartazes com o nome “Páginas Amarelas. Divagar com o broto/mãe terra”, os fãs da banda gritavam e aclamavam pelas composições autorais da banda, seguindo o itinerário da banda, divagando ao pé da letra. *Mãe terra*, composição de Gilberto Álvares (que viria a se tornar o principal compositor da banda), foi uma das primeiras composições autorais, sendo apresentada no citado festival. Essa canção, que trazia à tona uma discussão sobre a falta de terra e moradia para a população, fazia com que aqueles que divagavam juntamente com a banda cantassem o refrão que dizia: “Terra pra quem é da Terra/Terra pra quem ama terra”. Contendo uma forte crítica social e política, a composição *Mãe terra* garganteia e discute a desigual distribuição de terras no Brasil, solidarizando-se com o Movimento Sem Terra (MST), fundado em pleno processo de redemocratização, no ano de 1984. Sucesso entre a plateia e os jurados, a banda chegaria ainda a conquistar o terceiro lugar no Festival Regional da Canção daquele ano.

Percebe-se que eventos locais como esse tinham suma importância para o florescimento de novos grupos musicais, especialmente alternativos e em busca de visibilidade – apesar desses grupos serem chamados de “hereges” em determinados momentos. Além disso, serviam como um ponto de sociabilidade urbana e de influência, demonstrando que no Alto Sertão paraibano havia eventos musicais de grande notoriedade.

Todos esses festivais realizados na cidade propiciavam repercussão estadual e nacional. Sobretudo no principal meio de comunicação local na década de 1990, o rádio, onde servia como forma de divulgação dos eventos e visibilidade artística. Um dos principais agentes dessa veiculação artística foi a rádio Patamutê FM, a primeira rádio de Frequência Modulada (FM) da cidade de Cajazeiras e do Alto Sertão paraibano, que chegava a tocar as músicas autorais vencedoras do festival por cerca de um mês. Isso mostra que o rádio era, de fato, o grande difusor da música popular, tanto a nível regional como nacional (NAVES, 2010). Também eram frequentes, em consonâncias com as músicas vencedoras dos eventos, o pedido de músicas de autores nacionais e internacionais relacionados ao *rock*, como a banda *Queen* e *Barão Vermelho*, especialmente pelas figuras de *Freddie Mercury* e *Cazuza*, e as suas famas no universo *rocker* dos anos 1980. Existia, por exemplo, nessa mesma rádio local,

um programa chamado de “Sextas Marginais”, no qual, frequentemente, eram pedidas canções de *rock*.

A banda *Páginas Amarelas*, em seus anos iniciais, começou a galgar seus primeiros passos na sua carreira musical, sendo inspirada pela sonoridade de bandas como *Barão Vermelho*, *Raul Seixas*, *Titãs*, *Legião Urbana*, *Beatles* e tantas outras referências musicais do universo *rock*. Algumas das influências, sobretudo as nacionais, seriam usadas como tributos nos *covers*. Mas, o que realmente era buscado pelos integrantes da banda era o tom autoral, com pegadas, ritmos e poesia própria, intentos de que houvesse uma receptividade positiva por parte daqueles que consumiam¹³ *rock* a nível regional. Logo, a partir dessas influências musicais, a banda *Páginas Amarelas* fez apresentações em alguns bares da cidade, a exemplo do Bar Rock que, em seu paroxismo e de maneira alternativa, chegou a concretizar duas apresentações da banda, atraindo um público cativo e fiel.

Os fãs que frequentavam esses ambientes, assim como os próprios músicos, eram postos à marginalidade a partir do momento em que não se identificavam com a cultura musical local, sendo motivo para, muitas vezes, serem vistos com maus olhos pela sociedade. Alguns fatores faziam com que se acentuasse esse estranhamento, a saber: as camisas com a manga rasgada, o cabelo grande, as tatuagens, as calças rasgadas e até mesmo o uso de boinas policiais, que eram vistas como uma grande transgressão aos olhos dos civis e militares.

No 1990, ao se inscrever em um festival musical, a banda *Páginas Amarelas* teve a necessidade de mudar o nome, uma vez que havia a existência de outro grupo musical com este mesmo nome. Mudaram para banda *Plasma*, tendo alterações de integrantes. Em meio a estes fatos, músicas *covers* eram tocadas em eventos municipais e regionais pela banda. Porém, mais interessante ainda, a banda passou a conquistar um crescente reconhecimento por suas próprias composições. Isso ocorreu, sobretudo, a partir da composição autoral *modus vivendi*, fazendo com que todos aqueles que se identificassem com essa teoria e prática de vida tomassem a composição com bons olhos e ouvidos. Além disso, esse modo operante de vida findava por encontrar consonâncias com vários outros jovens que sentiam a necessidade de uma banda de *rock* na cidade.

Nesse período, com a mudança de nome e a integração de novos membros, a banda passou a galgar novos caminhos na sua musicalidade. Kleber, então guitarrista da banda e

¹³ Ao falarmos de consumo de música no Alto Sertão paraibano, não devemos ver como uma prática de subserviência ao mercado fonográfico, mas sim como uma possibilidade de expressão, registro e identificação com o que se é produzido enquanto produto cultural local.

coautor da composição *modus vivendi*, trouxe uma grande novidade para a banda: um pedal de distorção artesanal (ÁLVARES, 2020; BRAGA, 2020). Apesar de ser um simples apetrecho musical, a introdução dos pedais de distorção, influenciados por Kleber, significou uma verdadeira revolução musical na cidade de Cajazeiras. Isso se levamos em consideração que, antes disso, pouco ouviu-se sobre o som de um pedal de distorção, pois as próprias canções da jovem guarda não utilizavam de tal artifício. Em discos de vinil, fitas cassetes e nas rádios ouvia-se esse tipo de sonoridade, mas não pessoalmente, integrado pelas bandas locais. Em entrevista com Gilberto Álvares (2020), na constituição de uma memória da trajetória da banda, ele nos contou como se deu a entrada de Kleber e a sua influência na musicalidade advinda dos pedais de distorção:

Ele [Kleber] chegou com um pedal artesanal, pedal desses feitos em casa. O bicho violento, chiando feito uma porra. Aí maravilhou a gente. Não que a distorção fosse uma coisa que a gente não conhecesse, né? A gente conhecia, assim, na prática, ouvia música de rock pesado. Você vê que a Jovem Guarda não usava distorção.

Essa musicalidade, advinda dos pedais de distorção, apresentou-se como uma característica determinante para a singularidade do *rock 'n' roll* em solo cajazeirense, que é diametralmente oposto da musicalidade da jovem guarda. Não somente na sonoridade, mas também em postura contestatória. Essa mesma sonoridade findaria por acompanhar a banda nos seus anos posteriores, inclusive após a sua nova mudança de nome, ao qual passou-se a ser intitulada de *Conspiração Apocalipse*.

Desmantelando com a estrutura do *establishment* local e atrelando-se às causas contraculturais, foi na Praça João Pessoa, em Cajazeiras, no ano de 1991, em plena realização do projeto “Rádio rua 94 FM”, que a banda fez uma das suas mais importantes aparições. Documentada em um rico material audiovisual sob as lentes dos adoradores da banda¹⁴. No palco, via-se a seguinte cena: os integrantes da banda (Jonas, Gilberto, Naldinho, Fabiano e Rocha) circulando; bem ao centro uma bateria com o nome “Apocalipse”; acima um *banner* com a frase “Amor e solidariedade não transmitem AIDS”; e, à esquerda e à direita do palco, dois *banners* produzidos manualmente pelo então guitarrista Jonas Matias, em conjunto com a Rádio Patamuté FM (ambos os *banners* foram feitos sob a circunstância de prevenção à AIDS). Entre os *banners* colocados à esquerda e à direita do palco, o primeiro continha a figura de *Cazuza* com a frase “Eu sou um cara cansado de correr na direção contrária”

¹⁴ Conseguimos tal material audiovisual no acervo particular de Gilberto Álvares, *band* líder e um dos fundadores da banda *Conspiração Apocalipse*.

extraída da canção “O tempo não para”; o outro, era representado pela figura de *Freddie Mercury* com o título da canção “How Can I Go On?”¹⁵.

Apesar da grafia do nome de *Freddie* estar escrita errada no *banner*, com “Mercuri” e não “Mercury”, isso não findava por tirar de vista o protesto frente ao preconceito à homossexualidade e ao incentivo ao uso de preservativos. Ambas as letras das composições, tanto de “O tempo não para” quanto de “How Can I Go On?”, compostas em 1988, justapostas à esquerda e à direita do palco, passavam a clareza da intencionalidade, implícita ou explícita, do teor de indagação ao discurso homofóbico e de incentivo aos meios preventivos contra a AIDS. Ambos os compositores, tanto *Cazuza* como *Mercury*, tornaram-se símbolos adotados pela luta contra a AIDS e tiveram suas vidas atravessadas pela doença, falecendo em decorrência dela: *Cazuza*, em 1990, e *Freddie Mercury*, em 1991.

Antes da apresentação da banda *Apocalypse*, enquanto os membros da banda iam ajustando seus equipamentos musicais para o início do show, os apresentadores do evento, Wilson Furtado e Luís Vilar, então integrantes da rádio Patamutê FM, faziam sorteios e a distribuição gratuita de preservativos, camisas e fitas cassete dos compositores acima citados para o público, que aos berros tentava subir ao palco para pegarem os prêmios. Tudo isso era acompanhado e legitimado pelo discurso do médico Óscar Sobral que, falando para o público, apontava para os exemplos de *Cazuza* e *Freddie Mercury*, atentando para a necessidade do uso de preservativos nas relações sexuais. O médico ficou sendo responsável, inclusive, por uma demonstração pública do uso correto do preservativo, usando do suporte do microfone como objeto fálico exemplificador.

Findada as demonstrações públicas e os sorteios, a banda *Apocalypse* entrou em cena de fato. Trazendo, ao longo de sua participação, uma mescla de músicas *covers* e autorais, como: *Exagerado*, de *Cazuza*; *Maior Abandonado*, do *Barão Vermelho* e *Que País é esse?* do *Legião Urbana*; além das canções *Escola*, *modus vivendi* e *rockeira*, todas autorais. Essa última canção, que era um “rock + queixa”, por isso “*rockeira*”, trazia uma crítica mordaz ao presidente Collor de Mello¹⁶. Enquanto isso, o público ia a loucura, algumas pessoas enchiam

¹⁵ Música que ficaria conhecida pela parceria com a cantora espanhola *Montserrat Caballé*. A canção, em seu sentido poético, indaga “como posso ir em frente?”, sendo um autorretrato da vida do compositor *Freddie Mercury*, já que teria contraído AIDS, uma doença sem tratamento na época e, até então, sem muitas perspectivas.

¹⁶ A letra da canção, em seu tom político e crítico diz: “Enquanto eu amargo aqui o pão que o diabo amassou/ Você solta rojões e comemora o seu gol/ Não foi nada de novo, comodismo é geral/ Pra cada ano de fome um mês de carnaval”.

de ar seus preservativos recém ganhados para fazer balões, outros, sem camisa, trajados com sutiãs e calcinhas na cabeça chamavam a atenção do público.

Assim sendo, esse evento evidencia uma clara distinção no conjunto de valores que se tinha naqueles anos em Cajazeiras. A crítica ao governo Collor por meio da canção autoral *roqueixa* e a liberdade do prazer por meio da distribuição pública de preservativos preconizada no palco do evento, faziam com que se formulasse uma nova sensibilidade, uma nova percepção acerca dos pensamentos políticos e de liberdade sexual. Sentida febrilmente na pele daqueles que teorizavam e praticavam a contracultura, essa sensibilidade era posta em diálogo a partir da distribuição de preservativos de maneira pública e das composições que contestavam o presidente da República. A ideia era que todos tivessem a consciência política e a responsabilidade com essa liberdade sexual preconizada, uma liberdade que galgava a luta pelas liberdades individuais, sobretudo a homoafetiva. Essa manifestação em específico nos demonstra um sinal inequívoco das intencionalidades da contracultura cajazeirense. Os “filhos do caos”, como seriam chamados os fãs da banda anos depois, começavam a ganhar sua notoriedade e singularidade.

Iniciamos este diálogo dissertando que o conceito de contracultura define-se, de maneira geral, por trazer uma alternância à uma cultura hegemônica (PEREIRA, 1986). Nesse sentido, tratar de uma cultura que se propõe a trazer outras possibilidades culturais é, pois, uma contracultura nas suas mais distintas faces e contextos. Portanto, longe dos muros pichados da França do maio de 1968, das composições estadunidenses e inglesas, Cajazeiras, via-se num cenário cultural hegemônico, sem a possibilidade de outros guetos culturais, tal qual o *rock ‘n’ roll*. O Padre Rolim na religião, as músicas/estética da jovem guarda nos bailes e um Estado político contestado demonstravam estar aparentemente solidificados. Desses espaços e questões, a crítica tímida ao cenário cultural local passou por um processo de fortificação. Parte da juventude sentiu a necessidade de escutar aquilo que lhe oferecia afago e possibilitava expressar suas inquietações. Guitarras distorcidas, ritmos de bateria pulsantes, linhas de baixos mais rápidas e gritos ao microfone foram instrumentos usados para oportunizar algum tipo de experiência musical que se aproximasse dos seus gostos e preferências artísticas. O importante, segundo essa juventude emergente, seria: “Fazer um som, é isso que importa!” (BRAGA, 2020). Novos significados, novas contestações, novas influências artísticas e novas produções autorais passaram a erigir essa contracultura *made in* Cajazeiras. Ou, em outras palavras, esse Sertão contracultural.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. Cartografias da alegria ou a diversão do Nordeste: As imagens do regional no discurso tropicalista. In: GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M. e LOPES, M. A. de S. (Orgs.) **Fronteiras: paisagens, personagens e identidades**. Franca: Ed. UNESP; São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 249 – 279.
- ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. Sertão: um museu a céu aberto. In: DA COSTA, Célia B. e RIBEIRO, Maria do E. S. R. C (Orgs). **Fronteiras: territorialidade, migrações**. Belo Horizonte: Fino traço, 2016. p. 231 – 252.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Francisco Didier G. A. **Canções e tensões apocalípticas: banda Conspiração Apocalipse e a eclosão do Rock 'n' Roll em Cajazeiras – PB (1989 – 2005)**. Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2020.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não: música Popular Cafona e a ditadura militar**. 7. ed. São Paulo: Editora Record, 2010.
- CHACON, Paulo. **O que é Rock**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 2002.
- CRUZ, Rene da. **Um rock do fim do mundo**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB, 2017.
- EGYPTO, Diogo José F. do. **“Não é a antimúsica, é a música em movimento!”: Uma história do grupo Jaguaribe Carne de Estudos (Paraíba, 1974-2004)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2015.
- GOMES, Jandynéa de P. Carvalho. **Do rock ao repente: identidades híbridas nas canções de Zé Ramalho no contexto da década de 1970**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. **História social do Jazz**. 11 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

NAVES, Santuza Cambraia. **Canção Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, Carlos A. Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra J; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidade sociais. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2007. p. 9 - 22.

RAMOS, Manuela Fonsêca. **Na levada do pandeiro**: a música de Jackson do pandeiro entre 1953 e 1967. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

TATIT, Luiz. **O cancionista**: composição de canções no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2012.

ZAN, José Roberto. **Jovem guarda**: música popular e cultura de consumo no Brasil dos anos 60. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 2, v. 1, p. 99-124, jul.- dez. 2013.

ENTREVISTAS

ÁLVARES, Gilberto. *Vozes da Conspiração Apocalipse: entrevista com Gilberto Álvares*. Cajazeiras, 16 de junho de 2020. Gravação em gravador digital (2h35'11") Entrevista concedida a Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior, 2020.

BRAGA, Elinaldo. *Vozes da Conspiração Apocalipse: entrevista com Gilberto Álvares*. Cajazeiras, 8 de junho de 2020. Entrevista concedida a Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior, 2020 (via *google meeting*).

“OS PRIMEIROS ENSAIOS PARA PROGRESSOS FUTUROS”: CONSTRUÇÃO DE ALDEAMENTOS INDÍGENAS E INSTRUÇÃO DOS NATURAIS (SÃO PAULO, 1798-1800).

Francisco Isaac D. de Oliveira¹

Introdução

No apagar das luzes do século XVIII o governo de São Paulo ainda estava dando continuidade aos projetos metropolitanos de catequização e ocidentalização² dos povos indígenas que ainda permaneciam isolados do convívio com os portugueses.

A documentação trocada pelo governador e capitão de São Paulo, o senhor Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho depositada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa constata que na virada do século XVIII para o XIX, a ocidentalização dos índios ainda não estava completa. Era preciso avançar e trazer ao convívio cristão, comunidades indígenas isoladas.

A proposta deste texto é pensar a ocidentalização cultural pela qual os índios passaram na colonização portuguesa da capitania de São Paulo³, tendo sido esse, um projeto importante para entendermos todo o processo colonizador de uma parte do Brasil.

Temos que ter em mente que as terras “encontradas” na América não estavam vazias. Várias sociedades indígenas usavam as terras e as florestas e viviam organizados em

¹ Mestre em História e Espaços pela UFRN. Doutorando em História Social pela PUC-SP. Graduando em Biblioteconomia pela UFRN. Endereço de e-mail: isaacdantassotemum@hotmail.com.

² Mesmo sendo uma referência a outro governador, vale citar o que diz o professor Amílcar T. Filho sobre o desejo e projeto civilizador dos governadores de São Paulo, tendo em vista que era um projeto em constante andamento, ele nos informa que: “... o governador deseja civilizar a todo custo, ‘vadios’, ‘bastardos’ (como eram chamados os índios mestiços), índios aldeados, comerciantes ambulantes, vendeiros e atravessadores, que resistem como podem às investidas das luzes da razão”. (TORRÃO FILHO, 2007. p. 24).

³ “Diferentemente de outras regiões da colônia, São Paulo foi marcada pelo uso intenso da mão-de-obra indígena, daí os constantes conflitos entre colonos e jesuítas pelo domínio das almas e corpos dos naturais da terra. A estratégia da conversão nasce aqui por conta desta necessidade do uso do trabalho indígena e os aldeamentos criados pelos jesuítas, quando de sua expulsão, não serão extintos, mas adaptados a uma nova estratégia, de uma nova ‘conversão’ do indígena ou seu descendente, agora a súdito obediente de Sua Majestade.”. (TORRÃO FILHO, 2007. p. 22).

populações por vastos territórios no sertão e no litoral, sendo Julio C. Melatti, ele nos informa que:

Os europeus que começaram a se instalar na América a partir do final do século XV não encontraram um continente vazio. Fazia milhares de anos que estava inteiramente ocupado por uma população que se apresentava distribuída por inúmeras sociedades, organizadas das mais diferentes maneiras, fossem pequenos grupos de caçadores e coletores, aldeias agrícolas autônomas ou politicamente articuladas ou, ainda, estados sustentados por técnicas de plantio intensivo. Estavam instaladas e adaptadas aos ambientes mais variados, como florestas e savanas tropicais, regiões semi-áridas, florestas e campos temperados, planícies e montanhas. Suas línguas eram numerosas. Orientavam sua existência conforme as mais diferentes maneiras de conceber o homem e o universo. (MELATTI, 2014, p. 17).

A partir dessa breve explanação do pioneirismo indígena na ocupação da América, e sua adaptabilidade aos biomas naturais americanos, queremos pensar os contatos e confrontos culturais entre índios e europeus. Foi a partir desses encontros que irão culminar com a ocidentalização das comunidades indígenas pelos portugueses em São Paulo e em outras capitanias pela América portuguesa, isso vai se dar principalmente por vias da educação religiosa, e nesse sentido, a arte sacra e a religiosidade barroca contribuíram com métodos nesse longo processo.

As populações ameríndias eram diferentes, queremos destacar a pluralidade de modos de vida e relacionamentos entre essas comunidades diante das alteridades que chegaram até elas, devemos observar que existiam distintas culturas e códigos de comunicação como a línguas, ou seja, vários povos, múltiplos códigos linguísticos e culturas diferentes. Pensar assim, coloca o índio no lugar de protagonista, tendo vontade própria, sendo um importante agente nas negociações e lutas pela terra, ver o índio a partir dessa ótica e posição social foi um desafio, só uma historiografia relativamente recente no Brasil e na América Latina vem adotando novas posturas em relação aos índios no processo colonizador e ocidentalizador praticado pelos europeus no Novo Mundo.

Temos que aceitar o desafio e estudar a heterogeneidade contida nas culturas indígenas, precisamos entender que os índios não tinham os mesmos interesses, não eram iguais e não são homogêneos. Sendo assim, cito como exemplo:

Tais populações diferiam umas das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições. Membros de sociedades tão distintas como os Incas e os Tupinambás, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham costumes os mais diversos, sendo os primeiros construtores de estradas e de cidades, vivendo num império administrado por um corpo de burocratas e

organizado em camadas sociais hierarquizadas, enquanto os segundos viviam em aldeias de casas de palha, numa sociedade sem camadas sociais, em que a maior unidade política era provavelmente a aldeia. (MELATTI, 2014. p. 31-32).

As diferenças existiam e precisam ser levadas em consideração. Sistemas religiosos diferentes, crenças diferentes, línguas diferentes, sistemas sociais diferentes fazia a pluralidade das sociedades indígenas no período colonial. Logo, conhecer essa história é colocar os holofotes nos índios e colonizadores, é considerar esse processo histórico valioso para falar do Brasil⁴.

Sabemos que, mesmo com toda violência cometida durante o processo colonizador contra o índio, ele não foi passivo. O índio teve vontade própria e soube em muitas das vezes modificar seu estado de submissão para poder suportar e resistir às imposições das autoridades governamentais portuguesas, interagindo com essas em muitos casos; escapando para o mato ou para os aldeamentos religiosos; dessa forma, puderam alcançar seus interesses nas múltiplas situações⁵ enfrentadas.

As comunidades nativas deram contribuições valiosas na constituição da cultura paulista, podemos citar: a língua⁶, na toponímia, a alimentação, na cultura, no trabalho, na arte, e forjaram a cultura material do planalto paulista ajudando decisivamente na fixação e colonização das terras no que hoje é a cidade de São Paulo. A partir dessas constatações, podemos afirmar que o índio também educou o português, ajudando e ensinando a sobreviver na nova terra.

A metodologia utilizada na pesquisa e escrita desse texto levou em consideração a análise de uma carta enviada pelo governador de São Paulo (em 1800) ao secretário de estado do governo português, relatando o seu sucesso na retirada dos índios da fronteira (sertão) com a capitania do Rio de Janeiro e sua integralização ao convívio em aldeias.

⁴ Sergio B. de Holanda cita um trecho do voto do padre Antônio Vieira de 1694, esse relata a proximidade cultural entre portugueses e índios. Holanda cita: “é certo, sustenta o grande jesuíta, ‘que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligados hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola’.” (Padre A. Vieira, Obras várias, I (Lisboa, 1856), p. 249 *apud* Holanda, 1995. p. 122-123).

⁵ Os índios na história do Brasil de Maria R. C. de Almeida, 2010.

⁶ Existia uma grande barreira cultural ao longo da colonização em São Paulo. O fato de pessoas vindas de fora da capitania não dominarem a língua-geral usualmente falada em São Paulo dificultava muito a vida cotidiana ao se comunicarem com os paulistas. Sergio B. de Holanda justifica que as nomeações para cargos públicos durante o século XVII deveriam levar em consideração o domínio da língua-geral e não era simples nativismo paulista, “... os religiosos procedentes de fora, desconhecendo inteiramente a língua da terra, se entendiam mal com os moradores.” (Trecho da carta do governador Artur de Sá e Menezes de 1693 *apud* HOLANDA, 1995. p. 123).

Muito embora o documento não nos informa sobre as estratégias dos aldeados na convivência com os colonizadores portugueses, ou seja, o texto não traz a visão dos eventos pela ótica indígena, mesmo assim, é uma pertinente fonte para começarmos a desvendar esse passado. O texto traz informações importantes do processo inicial de aldeamento e das pretensões de catequese. A carta ainda informa sobre os primeiros contatos com índios, e salienta que os mesmos nunca tinham tido contato com os portugueses, fala ainda das intenções do governo em oferecer educação aos nativos. O desafio é buscar mais informações, indagar a fonte, buscar nas entrelinhas e nos indícios algo que mostre o índio, subsídios que nos ajude a compreender melhor o movimento de ocidentalizar a cultura nativa na capitania de São Paulo.

A partir do diálogo estabelecido no documento citado, queremos primordialmente clarear o entendimento sobre as intenções do estado em educar os “selvagens”. Baseando-se na bibliografia especializada, buscaremos informações e confrontaremos esses pontos de vista para chegarmos a um entendimento desse “contato estranho” e muitas vezes violento entre velho mundo e novo mundo. Sendo assim, indagações como: onde estão as tensões e os conflitos gerados por esses contatos? Será mesmo, que o índio foi passivo nesse processo? Nos ajudará a entender todo processo de ocidentalização dos índios da capitania de São Paulo.

As novas notícias do projeto civilizador

O prelúdio da colonização portuguesa na antiga capitania de São Vicente foi aldear e civilizar os índios. Primeiro os do litoral, depois os nativos do planalto, onde civis, militares e religiosos católicos iriam fundar a cidade São Paulo. Desde o início, era um projeto, a empreitada colonizadora precisava de almas para a igreja, e de pernas e braços para o trabalho na economia agrária desenvolvida pelos paulistas.

Se para o bem ou para mal – às vezes mais para o mal do que para o bem – os sertanistas cuidaram de invadir comunidades nativas e capturar dezenas ou centenas de índios, que ajudariam a construir vilas, estradas e caminhos importantes para a colonização e mais tarde para o desenvolvimento da cidade de São Paulo, sem a força de trabalho do índio, nada seria possível nesse capitania⁷.

⁷ “Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram todos, por eles,

O grau de convívio e “cruzamento social” entre português e índio foi tão íntimo nas terras de São Paulo que dado um momento, essas culturas se confundem.

Mas se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que ocorreu. (HOLANDA, 1995. p. 131-132).

Esses contatos entre índios e portugueses, geraram conflitos, tensões, distanciamentos e muitas aproximações. Gerou também, ações que foram importantes para a formação da sociedade de São Paulo. A língua como elemento aglutinador e identidade é um exemplo, na região de São Paulo e Paraguai a língua falada era a indígena. As índias foram responsáveis por manter viva a língua-geral, era uma língua íntima, da casa, das conversas triviais. O europeu teve que renunciar alguns costumes para absorver os costumes indígenas, e assim, sobreviver nesses sertões paulistas.

Desse longo processo histórico e das aproximações e distanciamentos entre muitas culturas indígenas e a portuguesa surgirá o paulista. Dessa junção dinâmica e nunca estática, surgiu os descendentes mestiços, importantes braços trabalhadores que vão ajudar a construir toda capitania⁸.

Ao longo de mais de 160 anos, os paulistas entraram no sertão de forma organizada em colunas sertanistas militarizadas, invadiram e violaram tribos de forma extremamente violenta, escravizaram pessoas por meio de guerras justas⁹. Mesmo com a lei real de “1570 sobre a liberdade dos índios e o conceito de guerra justa dificultaram as expedições ao sertão em busca de mão-de-obra indígena, mas de modo algum as extinguiram.” (SILVA, 2009. p. 40). A lei freou as entradas de sertanistas pelos sertões de forma temporária, porém não colocou um ponto final na caçada desenfreada pelos índios. Ao longo de muitos anos e várias crises econômicas, os camaristas da cidade de São Paulo pediam permissão ao governo para organizar incursões pelo sertão na esperança de capturar índio para o trabalho compulsório.

chamados índios. Eram, em sua grande maioria, povos guerreiros, e suas guerras e histórias se entrelaçaram, desde o século XVI, com as guerras e histórias dos colonizadores, contribuindo para delinear seus rumos.” (ALMEIDA, 2010. p. 09).

⁸ “Nos primórdios da colonização, ocorridos em épocas variadas conforme as regiões, os portugueses eram extremamente dependentes dos índios, que souberam perceber e usar isso a seu favor.” (ALMEIDA, 2010. p. 26).

⁹ “Os moradores da capitania empregavam todos os argumentos necessários para o capitão poder declarar guerra justa: ataques aos brancos, ataques aos índios aliados, e antropofagia.” (SILVA, 2009. p.41).

Os índios capturados nessas incursões pelos sertões foram levados para pequenos centros urbanos, porém, tinham como principal destino o planalto, era em São Paulo, onde a maioria ficava. Tendo São Paulo como destino principal, essa cidade demandava muitas almas, segundo a pesquisadora M. B. Nizza Silva “‘(...) ouvida a grande necessidade em que esta terra está’, com risco de se despovoar ‘por causa dos moradores e povoadores dela não terem escravaria do gentio desta terra como tiveram e com que sempre serviram’.” (SILVA, 2009. p. 41). Existia uma alta demanda por parte dos colonizadores portugueses de escravos indígenas, sem o escravo, não tinha trabalho e os portugueses debandavam do planalto, descendo para as cidades do litoral ou outras capitanias.

Sem escravos para lavrar a terra e cuidar dos roçados, o comércio de produtos agrícolas entre São Paulo e o litoral (Santos e São Vicente) e as demais cidades do sertão ficava prejudicado. Nesse sentido, vejamos.

Além disso, os paulistas viviam bem da agricultura, segundo o francês: ‘nesse tempo estavam todos abundantes de muitos escravos índios e faziam muitas fazendas em trabalharem as terras, tirando delas muito trigo, algodão, tabaco e toucinhos que carregavam às costas de seus escravos até à vila de Santos (perto de mar dos paulistas), onde vendiam seus sobreditos frutos, ou os embarcavam em sumacas ou navios para o Rio de Janeiro ou para a cidade da Bahia, com que se forneciam de todo o necessário para suas famílias, e não queriam nada de minas.’ As observações de Jauffret estavam corretas: os paulistas queriam os índios para suas lavouras e não para morrerem no sertão na busca do ouro. (SILVA, 2009. p. 43-44).

As necessidades colonizadoras por “gentio da terra” aumentavam ano após ano, pois muitos índios fugiam para os matos ou morriam de doenças, esses são fatores consideráveis nas baixas demográficas de índios, o que fazia dos paulistas ávidos pela mão de obra escrava nativa, e São Paulo uma cidade consumidora de almas nativas, esses problemas deixavam a economia escravista desfalcada, e os portugueses não se animavam em fazer os trabalhos manuais, essa situação emperrava o roda econômica de girar sem os índios¹⁰.

Entre muitas idas e vindas, muito mais idas... pois em vários casos, os índios fugiam e abandonavam São Paulo, desistiam do trabalho e da catequese. O estilo de vida “civilizada” ao estilo europeu que lhes fora imposta não estava funcionando. Os nativos não se acostumavam, não entendiam que deus era esse. Não assimilaram a lógica do dinheiro e acumulação de bens, nem de trabalhar para ter mais bens.

¹⁰ Nos últimos seis anos haviam morrido mais de duas mil ‘peças escravos’ devido às muitas doenças. ‘Agora não há moradores que tão somente possa fazer roças para se sustentar, quanto mais fazer canaviais’, e por isso já não se achavam mantimentos para comprar.”. (SILVA, 2009. p. 41).

Ao que parece, o modelo de educação jesuíta durante os primeiros séculos (XVI e XVII) não logrou sucesso.

Anjos, não homens, é o que pretendem realmente fabricar os inacianos em suas aldeias, sem conseguir, em regra, nem uma coisa nem outra. Ainda nos dias de hoje é essa, sem dúvida, a mais ponderável crítica que se poderá fazer ao regime das velhas missões jesuíticas. (HOLANDA, 1995. p. 127).

Muitos aldeamentos religiosos com a finalidade de instruir os índios na fé cristã não obtiveram o sucesso esperado, porém, quase na mesma velocidade que essas vilas desapareciam, outras eram criadas, com o mesmo objetivo de introduzir o nativo nos ritos cristãos, S. B. de Holanda em sua clássica pesquisa cita uma crítica realizada pelo bispo de Pernambuco ao modelo educacional inaciano, o que deixa claro, que o modelo de catequese jesuítico não era unanimidade dentro do próprio ceio da Igreja Católica. Em certa medida, a crítica do bispo de Pernambuco embasava e era a mesma crítica que os paulistas contemporâneos faziam aos jesuítas, existiram nesse período várias queixas dos moradores da cidade contra os jesuítas¹¹ o que demonstra o nível de tensão e insatisfação entre os moradores e os religiosos inacianos.

No entender dos paulistas esses religiosos impediam que os colonos ensinassem os índios os ofícios e serviços que os transformariam em seres civilizados, plantar e cultivar a terra era a educação prática “pois é para o sustentarmos a eles e aos seus filhos, como a nós a aos nossos”¹². Os paulistas atuavam com o discurso de que era preciso antes de ensinar a fé, ensinar a serem homens, e isso passava pelo trabalho manual de lavrar a terra.

A “instabilidade” dos indígenas na visão colonizadora portuguesa não abalou a confiança dos governadores de São Paulo, e esses continuaram a colocar em prática com o apoio católico o projeto de ocidentalização dos índios. Ensinar aos nativos que existia apenas um deus verdadeiro, e a ideia de que eles precisavam ser doutrinados no trabalho e no mercantilismo da época foi uma empreitada levada a sério pelo governo da capitania e municipal. No percurso de todo século XVIII, os índios foram caçados e capturados, foram colocados nas aldeias para passarem pelos ritos educacionais assimilando a cultura religiosa e barroca ocidental. Nesse sentido, as artes foram importantes canais de transmissão e ensinamentos, logo: a música, a literatura, o teatro e as imagens foram importantes pilares no

¹¹ “A tensão entre os colonos e os jesuítas foi aumentando a ponto de estes serem expulsos em julho de 1640, ficando treze anos longe de seus colégios de São Paulo e Santos. Idêntica revolta ocorreu por essa altura no Rio de Janeiro, e os moradores das capitanias da Repartição do Sul enviaram uma representação a D. João IV contra os jesuítas”. (SILVA, 2009. p.51).

¹² Trecho do depoimento do bispo de Pernambuco relatando os modos de Domingos Jorge, um sertanista paulista, esse documento é de 1697. Retirado do livro *Raízes do Brasil* de S. B. de Holanda. 1995, p. 127.

auxílio do ensino da fé cristã. A Bíblia era um dos principais textos de um processo pedagógico que tinha como objetivo incutir os preceitos cristãos católicos, formando novos cristãos em terras americanas. Essas ações educacionais vislumbravam a modelagem de uma nova cultura – ocidental – na vida cultural dos índios.

Dentro desse panorama, nem tudo transcorreu conforme o esperado, houveram insucessos, e houveram também bons resultados na catequese dos índios, para tanto Melatti revela que:

Nos aldeamentos coloniais dirigidos por missionários, representantes de vários grupos étnicos foram agrupados, catequizados, casaram-se entre si, passando a viver segundo as normas impostas pelos catequistas, abandonando seus padrões culturais e esquecendo sua identidade étnica original. Em muitos casos, uma nova identidade surgiu, associada à devoção ao santo padroeiro do aldeamento ou à terra que lhe foi reconhecida pela Coroa portuguesa. (MELATTI, 2014, p. 41).

Por esse trecho do texto de Melatti, podemos dizer que em muitos casos o objetivo do projeto colonizador para os índios surtiu efeito, os índios assumiram modos e padrões da vida ocidental europeia. Em alguns casos a educação dada pelos religiosos das ordens cristãs foram bem sucedidas.

A fala do governador de São Paulo na carta de 27 de junho de 1800 relata o desejo de continuar o projeto civilizador iniciado no ano de 1798, o texto nos mostra quais as ações colocadas em prática pelo governo da capitania, ele relata que:

Continuando na execução do projeto e [informando] a V. Exc. no ofício nº 37 de 5 de fevereiro de 1798 sobre a civilização dos gentios que ocupavam o sertão que separa esta capitania do Rio de Janeiro, tenho felizmente conseguindo remover uma grande parte deles a irem se aldear e viver entre nós. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800).

Remover é o verbo usado pelo governador, para dizer que seu trabalho estava surtindo efeito, o gentio saiu do seu estado de selvageria no qual vivia no sertão e passou a viver entre os brancos, o que significava que eles estavam no convívio dos civilizados nas aldeias ou cidades.

Sérgio B. de Holanda, no livro *Raízes do Brasil* de 1936, nos informa que levar os índios para as cidades era uma prática relativamente antiga na colonização americana, na verdade era uma prática ibérica, pois desde de 1563, os nativos tinham que ser levados ao convívio nas cidades, ele diz que:

Concluída a povoação e terminada a construção dos edifícios, ‘não antes’ – recomendam-no expressamente as *Ordenanzas de descubrimiento nuevo y*

población, de 1563 –, é que governadores e povoadores, com muita diligência e sagrada dedicação, devem tratar de trazer, pacificamente, ao grêmio da Santa Igreja e a obediência das autoridades civis, todos os naturais da aterra. (HOLANDA, 1995. p. 96).

Segundo o código espanhol *Ordenanzas de descubrimiento nuevo y población* de 1563, era preciso construir cidades e levar o índio pacificado as autoridades religiosas e civis da urbe, era uma obrigação dos colonizadores, na região de São Paulo essa ação foi realizada principalmente pelos sertanistas paulistas¹³.

Os nativos bem ou mal foram postos em contato com os portugueses nas aldeias, vilas e cidades. Dada a nova realidade, Almeida relata que “do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias. Inúmeros documentos produzidos pelos mais diversos atores sociais evidenciam essa presença.” (ALMEIDA, 2010.

p. 14). O índio estava presente nas guerras, nas casas, nas incursões pelo sertão junto aos sertanistas, estavam na lavoura, estava nas igrejas e colégios. A presença indígena na formação da sociedade colonial não pode ser mais negada ou escamoteada, como foi no passado e numa historiografia tradicional escrita ao longo dos séculos XIX e XX.

Os documentos coloniais revelam-nos que as entradas nos sertões em busca de índio para ocidentalizar teve seus momentos de altos e baixos, e nesse contexto alguns governadores tiveram bom senso e pelo menos em algumas fontes, as informações que nos chegam é de um relativo respeito com o nativo¹⁴.

Com a chegada de um dos encarregados dessa diligência, tenho a certeza de que já saíram 80, e que outros estão dispostos a imitar os primeiros, e para que não fiquem [malogrados?] as más fadigas, e por outra parte se realizem as recomendações de Sua Alteza Real expedidas por V. Exc. em último artigo do ofício de 9 de novembro de 1798, tenho mandado criar uma nova aldeia, que em atenção ao Augusto nome de Sua Alteza será denominada de Aldeia de São João de Queluz, dando todas as providencias para que os mesmos índios sejam assistidos prontamente com tudo o que lhe for necessário para a sua sustentação e vestuário. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800).

¹³ Conhecidos na historiografia tradicional e mais antiga como bandeirantes, muitos mitos nativistas foram criados em torno de uma épica história de entradas pelos sertões e contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Alguns sertanistas que entraram para história de São Paulo foram: “Manuel Dias da Silva era conhecido por ‘Bixiga’; Domingos Leme da Silva era o ‘Botuca’; Gaspar de Godói Moreira, o ‘Tavaimana’; Francisco Dias da Siqueira, o ‘Apuçá’; Gaspar Vaz da Cunha, o ‘Jaguetê’; Francisco Ramalho, o ‘Tamarutaca’ e Antônio Rodrigues de Góis, ou da Silva, o ‘Tripoi’.” (HOLANDA, 1995. p. 127-128).

¹⁴ “... os europeus também não devem ser vistos como um bloco homogêneo. Colonos, missionários, bandeirantes, autoridades metropolitanas e coloniais tinham interesses diversos na colônia e não se relacionavam com os índios da mesma forma. Cabe ainda lembrar que a colônia era um mundo em construção, no qual todos se influenciavam mutuamente e se transformavam.” (ALMEIDA, 2010. p. 26).

O número exato de índios que saíram do sertão não é preciso. Muito embora, o governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça mencione que já saíram 80 almas. Como homem da administração pública, ele ficou na cidade, e não sabe o que os encarregados da missão tiveram que fazer, ou mesmo, não sabe o que esses índios sofreram para estarem reunidos aí, de forma indiciária, para esses 80 índios terem saído do sertão, outros tantos foram mortos e violentados. O governador não escreveu no papel da carta os relatos que seus ouvidos escutaram, provavelmente muitos relatos das atrocidades e violências contra o mundocultural desses 80 índios chegaram aos seus ouvidos e ele decidiu não relatar essa parte da história, porém o que importava era o que estava por vir, tanto os índios, mestiços e brancos – toda a sociedade – estavam prestes a serem testemunhas da criação de uma nova aldeia. Na fala do governador, ele ainda tem esperança de que mais nativos se juntem aos que já foram aldeados, a realidade é que esses 80 primeiros foram capturados.

Os nativos aprisionados seriam testemunhas do nascimento de uma aldeia em homenagem ao rei Dom João. A aldeia que antes mesmo de ser organizada efetivamente já tinha sido batizada de Aldeia de São João de Queluz, o próprio governo se encarregaria de providenciar as benesses para que nada faltasse para os novos moradores.

O bom senso mencionado anteriormente na fala do governador e o respeito dispensado para com o primeiro grupo de índios não era ingênuo. Os primorosos préstimos e cuidados à primeira vista asseguravam que os índios ficassem nas vilas e não fugissem, esses cuidados eram urgentes para que os índios se sentissem seguros e ficassem na aldeia, com a permanência desses era mais gente para o trabalho, eram mais crianças para doutrinar nas escolas das ordens religiosas. Vale salientar que em outras épocas, os reitores nas escolas reclamavam a falta dos alunos. Mesmo em fins do século XVIII, São Paulo e as regiões vizinhas ainda precisam de gente para o trabalho.

Outro interesse urgente que podemos notar na fala do governo é a necessidade de vestir o índio. O vestuário era garantia de esses seriam inseridos na sociedade cristã. A roupa dava acesso ao índio para circular nas ruas e nas igrejas, era fundamental para que eles frequentassem as aulas, a roupa é o passaporte para ser doutrinado e educado. Ainda sobre essa discussão, numa carta enviada ao rei no ano de 1692, os paulistas perguntavam ao governo metropolitano quais eram suas obrigações com o vestuário do índio, e como resposta o governo metropolitano respondeu dizendo que deviam “dar vestuário por estipêndio duas vezes ao ano, ‘conforme o estilo comum’.” (SILVA, 2009. p. 57). Uma bata de algodão era a vestimenta necessária. A roupa era mais uma tecnologia de educação voltada para

ocidentalização do índio, ela também servia para diferenciar índios e brancos dentro da hierarquia social paulista.

Para que fique mais evidente os interesses do governador em torno desse projeto ocidentalizador citamos mais um trecho do documento:

Mas como além destes indispensáveis socorros, aqueles pagãos precisam de quem os catequise e os instrua nos mistérios da nova religião, e dificultosamente se encontra neste bispado um eclesiástico (des?)interessado que se queira sacrificar a este trabalho só pelo serviço de Deus; agoramesmo, escrevo ao Padre Francisco das Chagas Lima para este efeito, por ser um dos muitos poucos em que se reúnem com a ciência, e candura de espírito as mais distintas virtudes. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800).

Estar inserido numa comunidade religiosa era muito importante para o homem colonial. Depois de dizer que serviria os índios com roupas e vestimentas, inserindo-os na vida urbana, o próximo passo era catequizar. A instrução inicial nos mistérios da fé católica era de extremo valor para essa sociedade barroca, praticamente uma exigência social ser filiado a um grêmio religioso e uma irmandade religiosa¹⁵, mas claro, essas eram outras etapas do processo, emergencialmente a educação religiosa católica mais urgente.

Uma virada política considerável nesse contexto de catequese tem de ser problematizada. Nessa época, os padres Jesuítas não estavam mais nos territórios da Coroa portuguesa, tinham sido expulsos por ordem régia, onde o ator principal dessa manobra política foi o Marquês de Pombal. As Ordens religiosas que permaneceram em São Paulo, já não estava mais tão interessadas no trabalho de catequisar índio bravo, recém chegado. Essa tarefa era árdua demais, um trabalho imenso. O governador reclama a falta de interesse dos religiosos para essa finalidade “dificultosamente se encontra neste bispado um eclesiástico (des?) interessado que se queira sacrificar a este trabalho só pelo serviço de Deus”. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800). Nenhum padre queria enveredar nessa empreitada só pelo serviço de Deus, os padres queriam remuneração, algo em troca que pudesse valer a pena.

¹⁵ Vale salientar que A. J. R. Russell-Wood na década de 70 e Charles R. Boxer na década 80 estudaram e apontaram a importância das Ordens Terceiras e as Irmandades religiosas na organização do sistema social no mundo colonial. “(...) o papel basilar assumido neste pelas filiais da Misericórdia, em associação com os conselhos municipais, ficou evidenciado em uma fórmula clássica: ‘a Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa, desde o Maranhão até Macau’. Por fim, em 1970, dando continuidade à abordagem daquela sociedade segundo a perspectiva das instituições locais, Russell-Wood assinalou que as irmandades e ordens terceiras atuaram como ‘amortecedores de choque sociais, absorvendo os excessos de cada setor, fornecendo um ponto de convergência para elementos semelhantes, e criando um órgão vocal para defender as aspirações de cada grupo contra interesse oposto’.” (**O Império Colonial Português (1415-1825)**, 1981, p. 263. & “Aspectos da Vida Social das Irmandades Leigas da Bahia no século XVIII”, **Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia**, 6/7, maio-dez. 1970, p. 193. *apud* MARTINS, 2009. p. 29).

O homem escolhido para “docilizar” os índios era o Padre Francisco das Chagas Lima, ele reunia os predicados perfeitos para o ensino dos gentios. O esperado do padre era que ele trabalhasse com a ciência, e que tivesse um espírito cheio de candura. Essas eram as distintas virtudes que o padre precisaria ter para ser levado a aldeia de São João de Queluz.

Vale salientar que o trabalho de “docilizar” o índio não era uma via de mão única, onde o índio apenas aceitava os ensinamentos cristãos ou era passivo a tudo que o branco fazia. Temos que ter em mente que o índio não era taboa rasa, onde colonizadores podiam “escrever” o que bem quisessem. Essa relação de poder foi muito mais dinâmica, heterogênea e conflituosa. Para melhor entender, citamos a professora Almeida, ela informa que:

... podemos perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada, à fuga e à submissão passiva. Houve diversas formas do que Steve Stern chamou de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir. (ALMEIDA, 2010. p. 23).

Os esforços textuais para autopromoção e memória do governo

Os 80 índios iriam aprender o cristianismo na nova aldeia de São João de Queluz, para isso, era preciso montar uma estrutura para viverem. O governador de São Paulo continua sua “incursão” textual vangloriando o seu trabalho e não poupa linhas para dizer que “as disposições e medidas que tenho tomado para que nada falte a este novo estabelecimento.”. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800), o governador se esforça para mostrar os serviços prestados ao projeto do governo metropolitano. Ele continua o texto dizendo:

podendo desde já certificar a V. Exc. que empenharei todas as minhas forças para que todos os mais gentios, que por aqueles lados intentam a capitania, sigam os passos destes, procurando não me apartar em nada das instruções que V. Exc. me dirigiu sobre este mesmo assunto. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800).

O objetivo era transladar todos os gentios do sertão para a nova aldeia, para que eles deixassem de intentar a capitania de São Paulo, ou seja, trazer os índios para o convívio urbano e ocidental, segundo o discurso do governo para manter a paz. Como homem pio e religioso, homem inserido na cultura barroca. Ele justifica suas ações e esforços em nome de

Deus, “Queira os céus abençoar as minhas diligências e permitir que todos os resultados delas sejam conforme os desejos que tenho de fazer este importante serviço a Deus, e a Sua Alteza.”. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800). O seu maior interesse era servir aos céuse Deus.

O texto evidencia uma vontade enorme de manutenção da memória do seu governo, ele queria ser lembrado como o governo que mais converteu almas para o cristianismo, que trouxe mais gente do sertão para o convívio com os portugueses, seriam mais almas escravas para o trabalho. Ele encerra sua carta falando para o secretário do governo português, para que esse não se esqueça dos primeiros ensaios desse projeto tão importante para a colonização “(...) em cuja Real presença suplico a V. Exc. se digne fazer constar estes primeiros ensaios precursores sem dúvida dos assinalados progressos que prometem para o futuro.”. (AHU, São Paulo, caixa 14, doc. 9. 1800), ele assegura que esses são apenas os primeiros resultados, no futuro outros benefícios chegarão para a capitania de São Paulo.

Aceitar o lugar comum para o índio no sistema colonial é um erro grave. Os indígenas souberam aproveitar as oportunidades para conseguir viver integrados na nova ordem política e social, ordem política e social que era nova, e tinha que ser aprendida o mais breve possível para suportar as adversidades.

Nesse sentido, houve transformações consideráveis. Precisamos entender que o índio se adaptou ao novo cenário “...processos históricos e estruturas culturais influenciam-se mutuamente e ambos são importantes para uma compreensão mais ampla sobre os homens, suas culturas, histórias e sociedades.” (ALMEIDA, 2010. p. 22).

Mesmo dentro de um sistema violento de ambas as partes, pois não devemos pensar que só o português matou, pensar assim é minimizar a participação do índio dentro de todo esse processo. A violência cometida era de ambos os lados. Entretanto, os relatos de vitória, a própria documentação e a história sugerem que o índio sofreu infinitamente mais do que o europeu¹⁶.

Os projetos de catequese elaborados desde o século XVI (principalmente pelos Jesuítas), até o final do século XVIII tiveram de ser reelaborados frente as novas demandas e aos grupos étnicos diferentes que chegavam do sertão. Educar índio era um processo longo e trabalhoso, os religiosos do final do século XVIII já não estavam tão dispostos a liderarem tal

¹⁶ “A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integraram à colônia ocuparam os estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminações e prejuízos incalculáveis. Apesar disso, no entanto, encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las.” (ALMEIDA, 2010. p. 23).

projeto só pela vontade de Deus. A própria história já havia testemunhado o insucesso dos Jesuítas.

O projeto de catequese da Companhia de Jesus constitui outro exemplo interessante, na medida em que passou por inúmeros ajustes na Província do Brasil para fazer frente às dificuldades locais, como ressaltou Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Essas dificuldades foram, em grande parte, impostas pelos próprios índios. (ALMEIDA, 2010. p. 27-28).

Conclusão

O documento colonial escrito em São Paulo em 27 de junho de 1800, revela-nos a comunicação entre o governo da capitania de São Paulo com o secretário do governo metropolitano em Lisboa.

Essa carta é importante por mostrar o cuidado do governo em manter a política de ocidentalização e conversão dos índios na virada do século XVIII para o século XIX, o texto traz informações sobre uma nova aldeia e seu nome desse novo espaço. Nos dá informações sobre a quantidade de índios aprisionados nos sertões e o trato dado aos nativos.

Mostra os esforços do governador em manter uma imagem pia, e de homem religioso inserido numa cultura barroca, traz relatos que seu serviço era em honra de Deus e do Rei de Portugal. O texto mostra que ele é otimista e demonstra esperança no futuro, onde colherão bons frutos com os índios civilizados.

Esse documento é importante para vislumbrarmos como era o trato das autoridades para com os grupos de indígenas, muito embora, grande falha do texto é não mostrar a visão desse evento dos índios. Essa carta é a fala governamental, ela deve estar carregada de parcialidades, como escrita, deve esconder os reais interesses. Muito provavelmente, os interesses escondidos eram o de pacificar índio bravo, domesticando esses para o trabalho escravo.

Seria extremamente rico e pertinente para a nossa discussão ter documentos que mostrassem o ponto de vista indígena, como eles viram esses eventos? Será que as diligências pelos sertões foram pacíficas? Os índios concordaram em sair do sertão para ir viver na nova aldeia batizada com o nome de São João de Queluz? Essas indagações ficam sem respostas, pois a versão que chegou até nós foi a versão do colonizador.

O fato é que essa carta nos oferece pequenas informações sobre os índios, pequenas, porém preciosas informações sobre os índios e a administração da capitania de São Paulo, como também, nos oferece relatos sobre as políticas que envolviam os índios nesse contexto

histórico. Mostrando ainda que, dado os interesses coloniais como capturar para escravizar, os índios estavam no centro dos interesses coloniais e foram atores principais no jogo político barroco do século XVIII.

Documentos manuscritos:

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate Barão do Rio Branco, Universidade de Brasília. CMD: 4307 – 5 PÁGINAS, ANEXO 2, OFÍCIO N° 62, AHU: SÃO PAULO, CAIXA 14, DOC 9. Documento de 27 DE JUNHO DE 1800.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria R. Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26° ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2009.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 9 ed., 1° reimpressão. São Paulo, Edusp, 2014.

SILVA, M. B. Nizza da. (org.). [et al.]. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CONDIÇÃO SOCIAL DA MULHER: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES FEMININAS NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (1850-1889)

Francisca Rafaela Mirlys da Silva¹

1. Introdução

Posso afirmar, sem muito medo de errar, que ser mulher não é uma tarefa fácil. Se fosse questionada do porquê de tal afirmação, poderia responder qualquer uma dessas coisas: devido aos salários inferiores aos de homens que ocupam a mesma função; as duplas, às vezes até triplas, jornadas de trabalho; a exigência de estar sempre bela; com o corpo “em forma”; à pressão estética; aos assédios morais e sexuais; à ideia de que devemos nos “dar ao respeito”; às relações amorosas desiguais em que companheiros homens se sentem fazendo mais pelo mundo (ou talvez apenas pela renda familiar mesmo) e se sintam no direito de não dividir as atividades doméstica, ou até mesmo de não assumir de fato a paternidade; e a lista segue.

Essa lista se torna ainda mais extensa se colocamos outros fatores na equação, como *raça* e *classe*. Que são, para muitos teóricos, categorias indissociáveis de gênero quando fazemos uma análise social. Esse é o caso dos estudos interseccionais, nos quais se entende que essas categorias estão ligadas a opressões que fazem parte de um mesmo sistema, e desse modo, são indissociáveis. Apesar do sociólogo Francês Pierre Bourdieu não fazer parte dessa seara teórica, aponta que

As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assuma formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanta nas representações (BOURDIEU, 2007, p.102).

Desse modo, as relações de gênero tem uma íntima relação com a classe a que os indivíduos pertencem. Sendo assim, a análise aqui sempre passará por essa camada. As mulheres de distintas classes enfrentam problemas muito diversos entre si. Os empregos que

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço de e-mail: rafaelamirlys@gmail.com.

ocupam são diversos. As relações que estabelecem também são. E enquanto historiadora, minha análise passa por outro filtro, o do tempo. As dificuldades que uma mulher enfrenta em um determinado período histórico são muito diferentes — ou será que nem tanto? Já que muito do que nossas mães e avós sofreram, nós também sofremos — das vividas por mulheres de outros períodos.

Por meio dessas inquietações sobre gênero, classe, opressões, expectativas e vida cotidiana, que procuro neste artigo apresentar as inquietações que guiam minha pesquisa para dissertação de mestrado, na qual busco entender como mulheres pobres, de um passado, não-tão-distante, viviam. Além de tentar compreender quais seus valores, amores, interesses, relações, laços. Enfim, suas sociabilidades.

Estas mulheres a que me refiro, foram moradoras da pequena cidade de São José de Mipibu, ou se deus arredores. E esse passado, não-muito-distante, é o século XIX. Mais precisamente, as décadas de 1850 e 1880. O objetivo com esse trabalho é analisar os espaços de sociabilidades femininos de São José de Mipibu, entre 1850 e 1889, na perspectiva de uma história social dos espaços.

A autora Maria Odila Dias (1984), em seu livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, defende que investir na reconstrução dos papéis sociais femininos pode ser positivo no sentido de desconstruir mitos e estereótipos, desde que possibilitem compreender essas relações na globalidade do processo histórico de seu tempo.

É preciso, portanto, tentar reconstruir de forma global a complexidade das relações sociais. É a isso que este trabalho se propõe, investigar as relações sociais na Comarca de São José de Mipibu para compreender a condição social feminina, pensando especificamente em família (isso no que diz respeito também às relações amorosas e sexuais) e mundo do trabalho, através de processos criminais que compreendem o período de 1850 a 1889.

A realidade espacial deste trabalho difere da estudada por Maria Odila, e dos trabalhos de outros estudiosos que se debruçaram nos estudos sobre mulheres.² Esse estudo pretende compreender os espaços de sociabilidades femininas, tendo em vista, que o trabalho anterior realizado com essa documentação — processos criminais da 1ª Comarca de São José do Mipibu — é de outra natureza, com enfoque na violência, e os estudos das especificidades em diversas localidades ajudam a compreender um quadro mais abrangente dessas relações.

² Autores como Margareth Rago (1985), Sidney Chalhoub (1986), Rachel Soihet (1986), Maria Clementina Pereira Cunha (1986), Martha Abreu (1989), Joana Maria Pedro (1992).

2. Os estudos sobre gênero

Michelle Perrot e Georges Duby na coletânea *História das Mulheres*, chamam a atenção para a escrita tardia de uma história das mulheres, que começou a vir à tona com o desenvolvimento de estudos antropológicos com ênfase em família, e a escrita de uma história mais atenta ao cotidiano e a vida privada. Esses estudos estiveram preocupados em compreender as raízes da dominação entre os sexos. No entanto, os autores afirmam que escrever uma história das mulheres passa por conhecer “seu lugar, a sua ‘condição’, os seus papéis e os seus poderes, as suas formas de acção, o seu silêncio e a sua palavra que pretendemos perscrutar, a diversidade das suas representações” (DUBY; PERROT, 1991, p. 7). É alinhada a essa perspectiva que esse trabalho se insere.

Escrever história das mulheres também exige reconceituações, como aponta Joan Scott (1991), inclusive sobre gênero. Mas mais do que isso, é preciso repensar relações entre os indivíduos e os grupos sociais, para escrever uma história das mulheres a partir de seus papéis sociais, de suas ações, de seus valores, de seu cotidiano. Nessas reconceituações é preciso, segundo Scott, pensar gênero como uma categoria de análise para entender a complexidade dessas relações. Mas essa é só uma das categorias, uma vez que o quadro social é muito mais complexo e abrangente, e as mulheres são sujeitos muito diversos entre si e na construção de suas relações.

Gênero foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. [...] Também enfatizaram o aspecto relacionado do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. [...] uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança. (SCOTT, 1991, p. 89).

Tomando essa perspectiva como referência, entendo que os processos crimes da Comarca de São José do Mipibu ajudam a compreender as relações sociais que envolvem mulheres em sua complexidade nos aspectos da vida cotidiana. Uma vez que

Desfilam nos processos criminais ideias, pensamentos, aspirações, comportamentos, relações de amor, relações de vizinhança, relações de trabalho, sofrimento, alegrias, etc., de membros das camadas populares tornando possível conhecer e construir, mesmo que fragmentariamente, o que se costuma denominar “cultura popular”. (ESTEVEZ, 1989 p. 120).

Martha Abreu (1989) estuda também relações femininas, só que no Rio de Janeiro no

início do século XX, fazendo sua análise por meio do conceito de circularidade cultural, uma vez que está preocupada com os valores e a moral dessas mulheres. Desse modo, a autora entende a cultura como um “corpo de crenças e valores”. Essa percepção ajuda a compreender as relações que analiso neste trabalho. Compreendo também que cultura é indissociável da experiência, como concebe Thompson:

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência, de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p. 277).

A experiência é aqui entendida como algo que “pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos” (TUAN, 2013, p. 14). Muitas vezes essa experiência é construída através do que é compartilhado, especialmente por gerações – entendo que as relações familiares são importantes para forjar como percebemos o mundo, e os locais que habitamos, os espaços de convivência. Considero o espaço como local em que a experiência se desenvolve, numa perspectiva apoiada em Yi-Fu Tuan (2013). Pensando que “lugares são centros aos quais atribuímos valores” (TUAN, 2013, p. 12),

Experiência é, neste trabalho, um conceito tão caro porque o foco é na vida cotidiana de mulheres, nas suas sociabilidades, nas suas relações e em como se manifesta o que elas sentem. Desse modo, experiência é algo que também se constrói de forma subjetiva. “Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 2013, p. 17).

3. Os estudos sobre gênero na historiografia brasileira e norte-rio-grandense

A historiografia brasileira passou a ter um olhar mais voltado para as questões de gênero e do feminino na década de 1980. Os trabalhos mais utilizados como referência sobre o assunto são o de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Margareth Rago (1985), Sidney Chalhoub (1986), Martha Abreu (1989), entre outros. A maioria desses trabalhos foram desenvolvidos na ou sobre a região Sudeste do Brasil e tinham a preocupação de compreender qual o diálogo e as dissonâncias entre o discurso burguês acerca dos papéis femininos e as práticas cotidianas, buscando perceber de que modo às mulheres correspondiam ou não ao esperado, e até onde elas usavam o discurso burguês a seu favor.

No entanto, no Rio Grande do Norte há uma lacuna referente aos trabalhos que tratam de mulheres no século XIX, ou até mesmo num período anterior. Sobre essa

temporalidade o que temos, com maior frequência, são trabalhos que mencionam mulheres, mas que pouco se debruçam sobre as questões do feminino, e suas especificidades.

Durante o século XX, os poucos registros sobre mulheres ficaram marcados na chamada historiografia tradicional – especial nos escritos de autores como Luís da Câmara Cascudo, Tavares de Lira e Rocha Pombo – por relatos que se atém a pontuais dados sobre população, a partir de relatórios dos presidentes de província, por exemplo; ou aparecem quando são indígenas (em registros sobre trabalho ou na resistência); quando são vítimas de ações de homens; ou quando estão associadas a um homem que é uma figura de autoridade, nesses casos evitando muitas vezes falar seus nomes (eram as “esposas de”); e finalmente, quando é um nome de muito destaque como é caso de Nísia Floresta.

Câmara Cascudo (1955), por exemplo, preenche praticamente esse quadro de aparição das mulheres nessa historiografia. Menciona dados da população em que apresenta a quantidade de homens e mulheres divididos por raça e etnia.³ Esse trabalho de levantamento de dados foi refeito expressivamente por Aldinizia de Medeiros Souza (2013), que apresenta muitas tabelas sobre diversas questões que envolvem os escravizados, levando sempre em questão na tabulação as questões de gênero.

Cascudo também cita muitas mulheres apenas associadas a figuras masculinas, como também fazem Rocha Pombo e Tavares de Lira.⁴ No entanto, apresenta também a resistência feminina, especialmente em levantes,⁵ o que também foi feito por Francisco Ramon De Matos Maciel, em sua dissertação sobre os flagelados da seca em Mossoró, defendido em 2013.⁶ O renomado escritor potiguar, Luís da Câmara Cascudo, arrematando todas as questões que queria dar importância, não esquece, obviamente, de citar pelo menos uma mulher ilustre – Nísia Floresta.⁷

Um tema muito caro quando se fala em mulher é o mundo do trabalho. Existe uma

³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 130.

⁴ Ibid., p. 48;

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921. p. 267/130/134/345-346;

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1982. p. 31.

⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 62/183-184.

⁶ MACIEL, Francisco Ramon De Matos. “*A produção de Flagelo*”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013. p. 158-160/170-171/179/181- 184/192.

⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 517.

concepção de que as mulheres demoraram a ocupar o mercado de trabalho, no entanto, as mulheres escravizadas sempre trabalharam – sendo maioria entre os trabalhadores escravizados nos centros urbanos –, e as mulheres pobres também trabalhavam para complementar a renda familiar.

Preocupados com outras questões, alguns desses trabalhos perpassam as questões de gênero, principalmente apresentando dados sobre diversas condições no que diz respeito às ocupações, a liberdade, alforria e negociações. Nessa perspectiva temos os trabalhos de Michele Soares Lopes (2011), Aldinízia de Medeiros Souza (2013) e Ariane de Medeiros Pereira (2014). Estes trabalhos também se atentam às relações estabelecidas entre escravizados, livres e libertos.

Outras questões caras nos trabalhos sobre mulheres são família e sociabilidades. Pensando quais os formatos de família, quais as relações de parentesco, como os laços se constroem, como as mulheres pensam o amor, como se envolvem sexualmente. Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Margareth Rago (1985), e Martha Abreu (1989), por exemplo, estavam preocupadas com essas questões.

Na historiografia norte-rio-grandense, que trata do século XIX, essas não são preocupações centrais. No entanto, essa historiografia sobre escravidão toca brevemente nessas questões, especialmente relacionado ao casamento, à família escrava, e à maternidade. Outros debates que estão associados a esses são os de resistências e negociações mais sutis, como é o caso das concepções relacionadas a valores e a moral.

Nesse sentido, este trabalho pretende elucidar essas questões que dizem respeito aos espaços de sociabilidades das mulheres, as ações delas por si mesmas, seus valores e condutas, respeitando as especificidades dessas relações.

Os estudos acerca de mulheres e espaços de sociabilidades ainda ocupam uma pequena parcela do Programa de Pós-graduação em História da UFRN. E no que diz respeito ao século XIX isso se restringe ainda mais. Há um trabalho específico que utiliza das mesmas fontes que serão utilizadas neste trabalho e que abordam os mesmos sujeitos, é o trabalho de Íris Álvares Dantas, intitulado *Autoras, rés e testemunhas: mulheres e crimes na Comarca de S.J. de Mipibu*, de 2004. No entanto, o enfoque que pretendo dar é diferente, a violência aqui está no plano de fundo, e os processos serão utilizados para obter pistas sobre a vida cotidiana.

Para compreender as relações das mulheres em São José do Mipibu, e suas práticas, uso a noção de sociabilidades. O conceito de sociabilidade aqui toma como referencial

Agulhon (1984). Desse modo, as sociabilidades são compreendidas como realidades que podem ser, em certa medida, verificáveis na vida social e nas práticas organizadas, uma vez que a vida se constitui de forma associativa. (AGULHON, 1977, 1984). A convivência com os pares é fundamental na construção das sociabilidades, sendo algo que se constrói de modo informal e formal. Ou seja, pode ser construída de forma espontânea pelas ações dos sujeitos, ou pode ser ditada por normas, regulamentos, estatutos (AGULHON, 1984).

Tendo em vista, a dificuldade de encontrar trabalhos, sobre a província do Rio Grande do Norte, que tem como tema central mulheres no século XIX, optei por voltar os olhos para outros estudos que, mesmo tratando de outras questões, jogam uma luz sobre as questões de gênero, evidenciando as diferenças entre homens e mulheres. A maior parte desses trabalhos são na verdade sobre escravidão no Rio Grande do Norte, já que o tema ganhando espaço no PPGH/UFRN desde 2011.

O primeiro desses trabalhos foi defendido no ano de 2011, por Michele Soares Lopes. A autora estudou escravidão na Vila do Príncipe, com um marco temporal que se inicia na década de 1850. Suas fontes foram os acervos judiciais e cartoriais de Caicó e dos Relatórios de Presidentes de Província. Ela se preocupava com a reprodução da escravidão em uma região de pecuária, procurando entender como após a lei do fim do tráfico negreiro a escravidão se mantém na região. A autora se preocupa com as relações de poder, de compadrio, o uso dos espaços e a família escrava, percebendo que tanto livres como escravizados optam, em sua maioria, por relações com livres ou libertos.

Em 2013, Aldinízia de Medeiros Souza defendeu o trabalho no qual investigou aspectos da escravidão e de alforrias na vila de Arez, em fins do século XVIII e início do século XIX. Esse é um trabalho importante por utilizar muitos dados, uma vez que trabalha com inventários, mapas de ofícios do início do século XIX, cartas de liberdade, censos, e os livros de notas de Arez. A autora apresenta números acerca da população dividindo por gênero. Além de chamar atenção para dados sobre compra e venda de alforria, mostrando o perfil dos sujeitos alforriados, também divididos por gênero, evidenciando que mulheres (as “donas”) concediam mais alforrias. Trata ainda sobre as atividades em que os escravos estavam envolvidos, mais uma vez chamando atenção para as especificidades dos gêneros.

E, em 2014, foi defendida por Ariane de Medeiros Pereira, uma dissertação cujo objetivo é estudar os sujeitos escravizados através de suas ações, também na Vila do Príncipe, nas últimas duas décadas do Império. A autora investiga as negociações sobre as situações de cativeiro e liberdade na jurisdição local. Foram utilizadas nesse trabalho uma variedade de

fontes: processos cíveis e criminais, relatórios do presidente da província do Rio Grande do Norte, o censo de 1872, jornal *O Assuense*, Livro do Fundo de Emancipação do Município do Príncipe (1873-1886) e Leis Imperiais. A autora, assim como Aldinízia, procurou se atentar a dados estatísticos e por isso lhe chamou atenção às diferenças entre homens e mulheres.

As análises desses trabalhos mencionados são importantes por duas razões: as regiões que são estudadas, e por tratar em diversos pontos de mulheres em situações muito periféricas como é o caso das escravizadas, dando possibilidade de elaborar hipóteses a partir desses dados e testá-las por meio de outras fontes.

É importante evidenciar que os trabalhos aqui listados tratam de duas regiões: uma mais periférica (vila de Arez), e outra na região do Seridó (vila do Príncipe) que foi uma importante região sertaneja da província do Rio Grande do Norte. A vila do Príncipe tinha um núcleo urbano já reconhecido pelos moradores da Ribeira. Enquanto Arez passou da condição de município para vila incorporada à Goianinha, depois a município novamente, até ser incorporado à Papary (NOBRE, 1971). Essa é uma questão importante, já que esses territórios – Arez, Goianinha e Papary – são regiões muito próximas a São José do Mipibu e são constantemente mencionados nos processos crimes fontes deste trabalho.

É nessa configuração de cidade, permeada por aspectos rurais de um pequeno núcleo urbano, que se desenvolve este estudo. É nesse aspecto que há relação com as outras localidades já estudadas, especialmente pela condição periférica e perpassada por elementos interioranos.

Além de ser também uma região escravista – assim como as outras exploradas no Programa de Pós-graduação em História da UFRN – importante no cultivo de cana de açúcar. Segundo o censo de 1872, S. José contava com uma população escravizada de 798 indivíduos. Muito próxima ao número de Natal que era de 856 pessoas em situação de escravidão. Nenhuma outra região do estado tinha números muito superiores a esses. E São José é o 5º município com maior número de escravizados à época. Um número expressivo, aliás, pensando que já se discutia o fim da escravidão, havia muito venda de escravizados para o sudeste e começava-se tomava medidas para acabar gradualmente com ela.

A escravidão era, portanto, um elemento importante em São José de Mipibu, o que nos leva a uma configuração de relações femininas, pensando em diferentes situações jurídicas e de classe, muito específicas e distintas entre si. Esse aspecto da escravidão é importante porque há relações próprias desenvolvidas nesse tipo de contexto, como é o caso das redes de compadrio, das configurações familiares que se estabelecem e da organização do

mundo do trabalho.

Embora esses trabalhos sejam importantes neste estudo, eles apresentam natureza e enfoques diferentes dos pretendidos nesta pesquisa. No que diz respeito às fontes deste trabalho, são importantes as obras de Sidney Chalhoub (1986 e 1990) por tratar fontes da mesma natureza que as nossas, processos criminais; Martha Abreu (1989) e Margareth Rago (1985), porque além de fontes de mesma natureza, trabalham com mulheres – uma vez que essas autoras estão preocupadas com a circularidade cultural, tendo em vista que existe uma cultura burguesa e a cultura dos populares; e muito embora as elites queiram implantar seus valores, a camadas populares tem outros valores e uma moral que vai de encontro àquela, mas compreendem a lógica esperada e sabem se apropriar dela quando necessário.

A preocupação aqui é no cotidiano feminino, procurando entender ele por meio de sua própria lógica, estratégias e ações. Desse modo Maria Odila (1984) é de extrema importância neste trabalho, uma vez que esta autora pensa também o cotidiano feminino por meio da reconstrução dos papéis sociais femininos dentro de uma lógica de globalidade.

Este estudo é possível pensando que há sociabilidades particulares dessas relações entre mulheres, e entre mulheres e outros sujeitos. Através dessas relações se constroem também territorialidades próprias desses grupos, marcado por lutas sociais que ajudam no estabelecimento e apropriação de espaços sociais específicos. Esse espaço em que se constrói as sociabilidades femininas, são importantes para definição de identidades, e construção de relações sociais, políticas, culturais e econômicas, que perpassam os aspectos da experiência enquanto sujeito.

Desse modo, o espaço é importante de forma material e simbólica. Os usos dados pelas mulheres aos espaços de São José do Mipibu é importante para compreender suas diversas relações, assim como a construção de si enquanto indivíduo. Procuramos, portanto, compreender que sociabilidades foram construídas pelas mulheres em São José de Mipibu de 1850 a 1889, utilizando-se em sua maioria de processos criminais da comarca.

4. O problema com as fontes

As pesquisas sobre mulheres em espaços de sociabilidades com um recorte temporal mais afastado do tempo presente apresentam uma dificuldade básica que é o tipo de fonte que se pode usar. Isso se dá porque a população feminina por muito tempo teve pouco ou nenhum acesso a uma formação letrada. Desse modo, há poucos registros delas por elas mesmas, especialmente quando se pensa numa população de mulheres pobres, libertas, forras ou

escravizadas – àquelas que estavam à margem da sociedade. Um caminho encontrado para estudar a atuação de mulheres em sociedade foi através do uso de fontes oficiais, sejam elas das câmaras municipais ou documentos da justiça. São estes últimos que interessam neste trabalho, especialmente ações criminais.

Para compreender mulheres em espaços de sociabilidades em São José do Mipibu utilizo como documentação principal trabalho ações criminais do 1º Cartório da Comarca de São José de Mipibu. Esses documentos encontram-se digitalizados pelo Laboratório de Imagens (LABIM), do DEHIS. Esse acervo conta com 445 ações criminais, da comarca já citada.

Dentro desse corpus documental localizei 36 processos com potencial para serem trabalhados, pois trazem mulheres desempenhando o papel de autoras das ações, réus ou testemunhas. A natureza desses processos é a mais diverso possível, tanto no que diz respeito aos sujeitos envolvidos, quanto no que se refere às ações, que incluem roubo, defloramento, agressão física, infanticídio, difamação e assassinato.

Um projeto de monitoria desenvolvido no Departamento de História me possibilitou ter acesso às fontes documentais utilizadas neste trabalho. Entre os anos de 2017 e 2019 foi desenvolvido um projeto denominado *Ensinar História como se faz História*. Com o objetivo de tratar dos sujeitos marginalizados da tradicional escrita da história do século XIX, e procurando trabalhar com os laboratórios do próprio DEHIS, a escolha se deu pelo Laboratório de Imagens (LABIM), que conta com um conjunto diversificado de documentos do século XIX. Foram então encontradas no LABIM um vasto número de ações criminais do 1º Cartório da Comarca de São José de Mipibu. Buscando trabalhar com sujeitos marginalizados, foi feita uma seleção nesse acervo e a partir dessa seleção foi delimitado o objeto deste trabalho – mulheres trabalhadoras.

A documentação apresenta algumas dificuldades: alguns processos estão incompletos ou apresentam rasuras, a qualidade da digitalização de alguns processos causa algumas dúvidas durante a leitura, assim como as dificuldades comuns da paleografia, de compreender letras e símbolos. Tendo em vista a conservação original dos documentos, parte da documentação está corroída ou manchada devido ao uso da tinta ferrogálica. No entanto, nenhum desses fatores impossibilita a análise minuciosa dessa documentação que pode apresentar janelas para o real.

A real dificuldade acerca desse tipo de documentação, quando se procura o que busco – encontrar vestígios do cotidiano feminino – se dá pela própria natureza dos

documentos. Essa documentação possibilita um acesso ao depoimento dessas pessoas, no entanto, esse é um testemunho mediado, muitas vezes não é espontâneo, e leva um grande peso das normas jurídicas. Afinal, essas são fontes produzidas por quem detém e simboliza poder. Nesse tipo de documento as falas dos sujeitos populares está mediada por a de um advogado ou escrivão que domina outros signos da linguagem e os apresenta na elaboração do processo e em seus registros, além de carregá-los de suas concepções de mundo. Como não pretendo focar nos valores da elite, é preciso estar atenta para o que esses sujeitos deixam escapar que é próprio dos grupos populares.

Para solucionar a questão do testemunho indireto, utilizarei o “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989) como metodologia investigativa. Esse método consiste em tentar reconstruir o passado por meio de pormenores mais negligenciáveis, das minúcias, o que não se dá muita atenção. Isso permite ter acesso a realidades inacessíveis por outras fontes, métodos ou meios. Usarei esse método porque busco compreender o que está fora do vislumbre dos grandes feitos, além de tentar alcançar as experiências e visões de mundo dessas mulheres que não deixaram outros registros pois não tinham, em sua maioria, acesso ao mundo das letras. Procuro, portanto, perceber os signos do que está fora da ordem, ou “forado lugar”, o que vai além da cultura oficial das elites. Isso possibilita acesso à experiência de grupos subalternos como as mulheres populares.

No entanto, essa é uma documentação, em sua maioria, sobre violência. Todavia, este não é o foco deste trabalho. A violência é apenas o plano de fundo para compreender relações mais cotidianas que aparecem por meio dos testemunhos nos processos criminais. Desse modo, procuro o que não está óbvio.

À primeira vista, os processos servem para encontrar as motivações dos crimes, as circunstâncias pelas quais se deram, o que ocorreu e quais os danos causados, e principalmente, a identificação do culpado. Porém, se lida com calma, essa documentação por meio das falas de autores das ações, réus e testemunhas, em detalhes pequenos, possibilita encontrar referências à vida cotidiana das pessoas naquela comunidade, às relações amorosas e familiares e ao mundo do trabalho, que são os enfoques desta pesquisa. “E através de uma pequena frase contraditória aqui, outra acolá, que se podem perceber atitudes representando significados e concepções diferentes de amor, casamento, honestidade, etc.” (ESTEVES, 1989, p. 119). Esses documentos também possibilitam acesso a diferentes noções de justiça, honra, valores, costumes e padrões de comportamento. Aspectos esses que não estão registrados de outra forma. Desse modo, são os fragmentos que possibilitam janelas para

reconstruir os diferentes aspectos da experiência dessas mulheres.

5. Conclusão

Para pensar como as sociabilidades são vividas pelas mulheres que aparecem nos processos criminais de São José do Mipibu, é preciso procurar perceber como e quais são os valores que elas atribuem aos lugares em que vivem suas relações. Os lugares e espaços são alguns dos elementos definidores das experiências. O que busco na pesquisa de mestrado é entender as práticas, mas também as visões de mundo e os valores que orientavam essas mulheres de São José do Mipibu, na segunda metade do século XIX.

Embora predomine, nos estudos sobre sujeitos oprimidos na história, a ideia de que as mulheres são coadjuvantes, é preciso escrever uma história em que as mulheres apareçam sob outra perspectiva, como ativas e sujeitos de suas próprias histórias. Desde a década de 1980, há uma historiografia que se preocupa em escrever uma história das mulheres, mas que acabou evidenciando as situações de opressão e deixou em segundo plano as ações cotidianas delas, o que daria a possibilidade de entender esse grupo por ele mesmo, pensando nas suas próprias estratégias e forma de organizar a vida. É preciso, portanto, se atentar para as sociabilidades próprias das mulheres e as especificidades da vida cotidiana desse grupo, em um ambiente citadino que congrega elementos de ruralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGULHON, Maurice. *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848: étude d'une mutation de sociabilité*. Paris: Armand Colin, 1977.

AGULHON, Maurice. *Penitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1984.

BOURDIEU, Pierre. O espaço social e suas transformações. *A distinção*. 3ª ed. São Paul: Edusp, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas na escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres: O Século XIX*. Porto: Afrontamento, Lda, 1991. p. 7-8.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo; Companhia das Letras, 1989.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na vila do Príncipe: província do Rio Grande do Norte (1850- 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

MACIEL, Francisco Ramon De Matos. “*A produção de Flagelo*”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação: autonomia e criminalidade de cativos na comarca do Príncipe (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas*

perspectivas. São Paulo: Editora Unesp , 2011. p. 65-98.

SOUZA, Aldinízia de Medeiros. *Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da Vila de Arez (séculos XVIII e XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

Magdalena Antunes na alçada da escrita periódica de Ceará-Mirim-RNGenilson de Azevedo Farias¹Janaina Porto Sobreira²**Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo discutir alguns elementos sobre a participação da escritora potiguar Magdalena Antunes na imprensa de sua cidade natal a partir de três jornais locais: *O Sonho*, *Esperança* e *O Ceará-Mirim*. Esses jornais circularam em Ceará-Mirim na primeira década do século XX sendo os dois primeiros organizados por senhoras dessa localidade. Ao nosso ver, ao dedicar-se com tanto esmero à escrita permitindo que esses escritos fossem lidos num circuito maior de pessoas, Magdalena almejava sair do anonimato a que estava destinada pelo status de mulher casada.

O desejo de Magdalena Antunes de se inserir no mundo público das palavras fazia com que ela, talvez de forma inconsciente, desse continuidade a uma linhagem de escritoras que antes dela estiveram preocupadas em firmar um lugar de fala dentro do nosso estado. Assim, podemos citar o exemplo de Nísia Floresta (1810-1885), Auta de Souza (1876-1901), Anna Lima (1882-1918), Úrsula Garcia (1864-1905), Adelle de Oliveira (1884-1969) e Generosa Pinheiro (?-?), mulheres que viveram em seu tempo mas que almejaram algo que estava além de sua cultura. Nesse sentido, ao nosso ver, Magdalena Antunes se equipara a estas em função desse mesmo desejo. É sobre essas questões que este artigo busca versar.

A sinhá moça do engenho oiteiro, da literatura e dos periódicos

Magdalena Antunes foi uma escritora norte-riograndense, filha de José Antunes de Oliveira (18?-1915) e Joana Soares de Oliveira (18?-1934), senhores de engenho, terras e escravos na região do vale do Ceará-Mirim – RN. Magdalena viveu na passagem do século XIX para o século XX tendo nascido no dia 25 de maio de 1880 no engenho Oiteiro local onde a menina passou sua infância ao lado dos pais e de três irmãos menores: Ezequiel Antunes de Oliveira (1881-19?), Juvenal Antunes de Oliveira (1883-1941) e Etelvina Antunes de Oliveira (1885-1963) (FARIAS, 2019).

Foi nesse ambiente que a menina e seus irmãos tiveram acesso às primeiras letras através

¹ Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Doutor e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. Licenciando em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional – Uninter.

² Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Mestra em História & Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História/PPGH/UFRN.

do incentivo de seu pai que após a lida diária nos negócios do engenho, quando chegava em casa a noite, tinha o hábito de passar as lições com eles (ANTUNES, 2003). Aos onze anos Magdalena foi levada pelos pais, a contragosto, para a cidade do Recife, onde teve a oportunidade de aprofundar os estudos no Colégio de São José, escola católica dirigida por freiras italianas e que era destinada ao ensino de meninas da elite onde permaneceu internada de 1891 a 1896 (FARIAS, 2019).

Após ter concluído os estudos nessa instituição Magdalena regressou de Recife e casou-se com Olímpio Varella Pereira que era senhor de engenho na cidade de Ceará-Mirim, passando a adotar civilmente o sobrenome Pereira, oriundo da família do marido. Com este teve cinco filhos (FARIAS, 2019). Paralelo às funções de esposa e administradora de casa, Magdalena dedicou-se à leitura, à escrita e à publicação em periódicos, participando da imprensa local e fazendo parte de grupo de discussões intelectuais em sua casa em Ceará-Mirim e posteriormente em Natal para onde se muda por volta dos anos de 1940 (FARIAS, 2019).

Concomitante a essas atividades, em torno dos anos de 1920, quando tinha mais ou menos 40 anos de idade, Magdalena Antunes começou a dedicar-se à escrita de um texto de teor memorialístico e autobiográfico onde ela buscou retratar seus anos de meninice (FARIAS, 2019). Todavia, mesmo tendo encerrado sua escrita em 1947, ela esperaria mais onze anos para tornar seu texto público, o que só veio a acontecer em 1958. O livro que intitulou de *Oiteiro: memórias uma sinhá-moça* foi, portanto, escrito entre as décadas de 1920 e 1940, e publicado na década de 1950 sendo ele uma obra rara segundo Câmara Cascudo (2003) igualando-se ao livro *Minha Vida de menina* da mineira Helena Morley (2012).

Em sua obra Magdalena descortina o mundo dos engenhos de açúcar na segunda metade do século XIX da então próspera região açucareira de Ceará-Mirim – RN. Ao longo das páginas de seu *Oiteiro* Magdalena nos apresenta a sua vida de menina filha de senhores de engenho que conviveu com a escravidão tendo, inclusive, uma mãe Preta chamada Patica (ANTUNES, 2003). Sua escrita notadamente sentimental nos desperta os olhos para cenários e pessoas que marcaram sua vida e que por tal motivo mereceram ser eternizadas através das palavras que escreveu conforme ela mesma afirmou (ANTUNES, 2003).

Magdalena falou de si e de pessoas que lhe eram caras e adotou a alcunha de sinhá-moça no sub-título de seu *Oiteiro* que segundo Paulo de Tarso Correia de Melo (2018) era a forma como ela se auto denominava e se reconhecia no cotidiano para as pessoas do seu convívio. O termo sinhá-moça era utilizado no Brasil colonial e imperial para designar as meninas da aristocracia que haviam passado pelo ritual católico da primeira comunhão estando, assim, maduras para a próxima

etapa da vida, o casamento, quando se tornavam sinhás-donas casadas (FARIAS, 2019) ³.

Magdalena de fato foi uma sinhá-moça e fez questão de se colocar como tal, seja na vida quanto na escrita, como sendo esse personagem do mundo aristocrático, patriarcal e escravista que foi vivido, experienciado, questionado e sentido de forma muito afetuosa por ela⁴. Magdalena faleceu em 1959, um ano após seu livro de memórias ter sido publicado, deixando-o como um belo registro de sua trajetória de vida tal como seus textos que foram publicados em jornais de sua terra sobre os quais nossa atenção volta-se nesse trabalho.

Magdalena Antunes e a imprensa cearamirinense

Após ter concluído os estudos em Recife e já de volta à sua terra em 1896, Magdalena Antunes começou a escrever nos jornais femininos de Ceará-Mirim, tal como sua irmã Etelvina (ANTUNES, 2003). Morando agora no Solar dos Antunes, prédio esse construído por seu pai em 1888, e que hoje funciona como a prefeitura municipal da cidade, Magdalena Antunes começou a circular pelo espaço público, passando a ter uma maior convivência social.

Tal como era comum entre os jovens de seu tempo Magdalena começou a participar de saraus, assustados e reuniões domésticas e, nesse ínterim, vale ressaltar a amizade estreitada com a escritora e professora Adelle de Oliveira com quem, segundo Stélio (2016), Juvenal Antunes manteve um relacionamento afetivo que não chegou a se oficializar. Por essa época, Magdalena Antunes muito pouco frequentava o engenho Oiteiro que situava-se na área rural (STÉLIO, 2016)

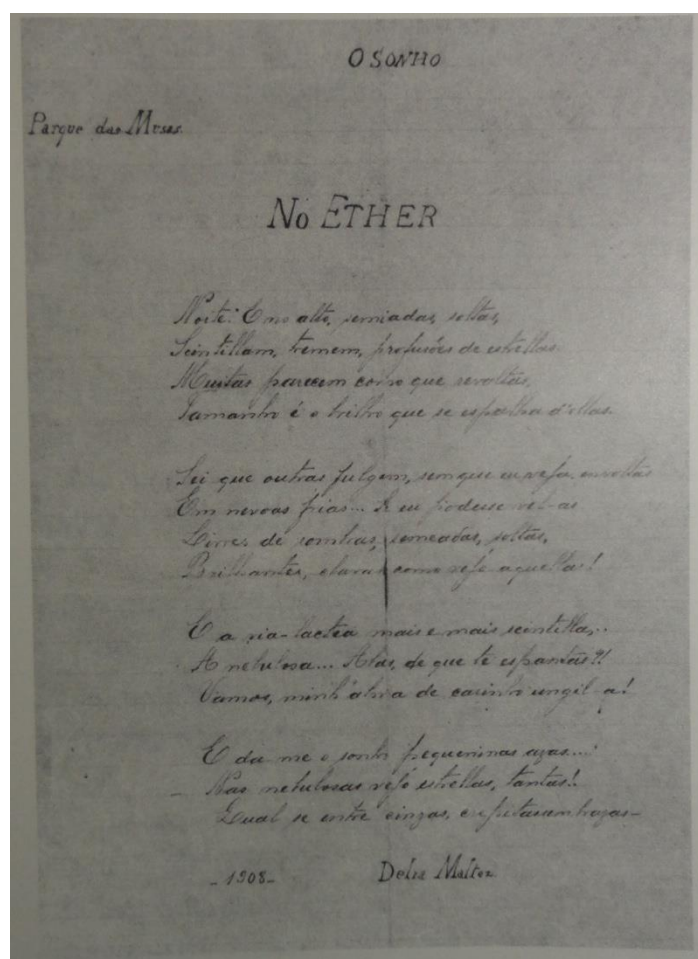
⁵.

FIGURA 1 - Jornal manuscrito *O Sonho*

³ Segundo Fátima Quintas, a primeira eucaristia de uma menina representava um rito de passagem em que elas deixavam de ser crianças para se tornarem adolescentes. “*Transformadas em sinhás-moças pela Primeira Comunhão, as adolescentes dedicavam-se ao esmero de excelentes donas de casa. Enfim, competentes para a vida*” (QUINTAS, 2008, p. 62, grifos nossos). Além disso, “[...] o casamento não resultava de galanteios românticos. Resultava de mecanismo menos lírico do sistema patriarcal de família. [...] A escolha era de seus pais ou simplesmente de seu pai” (FREYRE, 2008, p. 96-97).

⁴ Sobre a escrita afetiva produzida por Magdalena Antunes em seu *Oiteiro* salientamos para a necessidade da leitura da tese “*Com açúcar, com afeto*”: *representações femininas na escrita memorialística autobiográfica de Magdalena Antunes* (FARIAS, 2013) onde o seu autor, a partir das representações de mulheres que aparecem ao longo da obra da escritora, nos mostra os líames dessa escrita carregada de sentimentos.

⁵ Do engenho Oiteiro resta hoje apenas as ruínas que podem ser contempladas às margens da rodovia RN-160 que liga a cidade de Ceará-Mirim ao litoral do estado (FARIAS, 2019).



FONTE: Oliveira (2002)⁶.

Nesses encontros moças e rapazes do seu ciclo de amizade se reuniam, declamavam poemas, tocavam instrumentos musicais e conversavam sobre temas diversos, entre eles, a literatura produzida e lida na época. Vale salientar que foi justamente nesse contexto em que Magdalena conheceu Olympio Varella Pereira com quem veio a se casar provavelmente entre os anos de 1900 e 1901 segundo Farias (2019) em data que não conseguiu precisar em sua pesquisa.

Nesse momento havia dois periódicos femininos que eram produzidos de forma manuscrita e artesanal na cidade de Ceará-Mirim: o jornal *Esperança*, dirigido pelas senhoras Izaura Carrilho e Dolores Cavalcanti e o *O Sonho*, este último editorado por Adelle de Oliveira. Foi justamente no jornal *Esperança* que Magdalena Antunes estreou como escritora colaboradora se fazendo presente também nas páginas do *O Sonho* de Adelle de Oliveira que fazia parte do ciclo de amizade dos irmãos Antunes conforme dito acima.

⁶ No manuscrito: “O SONHO. Parque das Musas. NO ETHER. Noite. E no alto, semeadas, soltas,/ sintilam, tremem, profusões de estrelas./ Muitas parecem como que revoltas, tamanho é o brilho que se espalha d’ellas./ Sei que outras fulgem, sem que eu veja, envoltas/ Em névoas frias... Se eu pudesse ve-las/ livres de sombras, semeadas, soltas,/ Brilhantes, e claras, como vejo aquelas! / E a via-láctea, mais e mais cintila,.../ A nebulosa, mas, de que te espantas?/ Vamos, minh’alma, de carinho ungi-l-a!./ E dá-me o sonho pequeninas asas.../ Nas nebulosas vejo estrelas, tantas!/ Qual se entre cinzas crepitassem brasas –1908- Delia Maltez” (OLIVEIRA, 2002, p. 37). Segundo Gomes (2009), Delia Maltez era um dos pseudônimos utilizados pela escritora Adelle de Oliveira neste periódico literário.

É importante salientar que não acessamos diretamente tais periódicos e as informações sobre eles que trazemos neste trabalho foram extraídas do estudo da professora Edna Maria Rangel de Sá Gomes (2009) que sobre *O Sonho* escreveu:

O Jornal *O Sonho* (1905-1910) era mensal, manuscrito em folha de papel pautado, com cerca de 26 cm de largura por 35cm de altura, e circulou de 7 de setembro de 1905 a novembro de 1910, com duas colunas em cada página. Trazia na capa desenhos de rosas feitos com grafite. *Em suas páginas manuscritas, eram publicados escritos exclusivamente femininos: artigos, crônicas, poemas, pequenos contos, crítica feminina dissimulada, pensamentos, acontecimentos da sociedade ceará-mirinense, amenidades em geral, notas diversas e questionamentos, mesmo que velados, sobre a condição da mulher na sociedade.* A Direção e Redação do jornal eram assinadas por Adelle de Oliveira e tinha como secretária Tracilla de Carvalho. [...] (GOMES, 2009, p. 159, grifos nossos).

Isso é resultado da necessidade e da possibilidade de as mulheres potigües se fazerem presentes no cenário público através da palavra escrita, tal como ocorria em cidades mais cosmopolitas do Brasil e da Europa, onde havia uma série de jornais sendo produzidos e que contavam com a atividade de mulheres. Em torno dos jornais as mulheres poderiam atuar como colaboradoras, editoras, redatoras, cronistas, escritoras e leitoras de jornais, como afirmou a professora Maria Fernanda Bicalho (1985).

A inserção de um bom número de mulheres brasileiras nesse espaço pode ser observada quando consultamos a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX* organizada pela professora Zahidé Muzart (2000; 2004). De Norte a Sul do país é possível ver essas mulheres atuando, trocando ideias, construindo redes, estimulando intercâmbios, intensificando diálogos e se fortalecendo através da palavra.

Segundo Tania Regina de Luca (2015), ao trabalhar com as fontes impressas, incluindo assim os jornais, é importante que o pesquisador fique atento aos detalhes inerentes à sua própria materialidade e aos seus suportes. O tipo e o tamanho do papel, o número de páginas e a existência ou não de iconografia diz muito sobre as condições de feitura do documento, bem como se ele estava vinculado a um grupo ligado ao poder ou não. Outra coisa que o periódico reflete a partir do suporte é sua infraestrutura de produção e em que época o jornal foi produzido (LUCA, 2015).

Os jornais *O Sonho* e *Esperança* nos quais Magdalena Antunes colaborou eram manuscritos, com desenhos feitos a grafite e cujo suporte era composto por simples folhas de papel pautado (GOMES, 2009). Por conseguinte, isso é um retrato das condições, ainda precárias, para se produzir periódicos, sobretudo jornais femininos, em algumas cidades do Rio Grande do Norte e quiçá do Brasil na primeira década do século XX.

Além das dificuldades técnicas e do fechamento dos círculos editoriais formados essencialmente por homens, ainda havia a situação de muitos pais, maridos e filhos desencorajarem as mulheres da família a participarem do mundo das ideias através da publicação na imprensa

(MORAIS, 2002). Por outra via, também existiam exceções a essa regra. A título de exemplo, podemos citar o caso da romancista Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que, sob os auspícios de seu pai, participou da imprensa do Rio de Janeiro, colaborando com escritos e publicando uma vasta obra literária (MORAIS, 2002). Além dela, podemos citar também o caso da potiguar Auta de Souza (1876-1901) que contou com o apoio dos irmãos intelectuais e políticos Henrique Castriciano de Souza (1874-1947) e Eloy de Souza (1873-1959) (FARIAS, 2013; 2018).

Os jornais femininos brasileiros, a exemplo dos jornais editados no Rio de Janeiro, ganhavam espaços com títulos que metaforizavam a figura que se tinha das mulheres, segundo a professora Maria Arisnete Câmara de Moraes (2002). Aqui podemos citar alguns títulos que são bastante expressivos disso: *Belo sexo* (1862), *Biblioteca das senhoras* (1874), *O bisbilhoteiro* (1889), *Eco das damas* (1879/1882), *Recreio do belo sexo* (1856), *Recreio das moças* (1876/1877) e *O direito das damas* (1882).

Esses periódicos circulavam pelos principais centros urbanos do país, podendo chegar também, com uma certa dificuldade, em cidades do interior formando verdadeiras redes que conectavam as mulheres através de seus textos⁷. Em suas páginas traziam informações variadas e, assim, entre um texto e outro, em que suas autoras escreviam sobre temas tais como modas, costuras, comportamento e crônicas elogiosas sobre a maternidade, apareciam de forma discreta textos discutindo a emancipação da mulher, a mulher no magistério, a instrução pública e a educação das meninas.

Através da articulação entre os estudos de Gomes (2009), Bicalho (1985) e Moraes (2002), podemos constatar que os jornais *O Sonho e Esperança* não se distanciavam dos jornais cariocas, seja em relação às imagens suscitadas a partir dos seus títulos, seja em relação aos assuntos abordados em suas páginas. No que tange aos títulos, observamos uma relação direta com atitudes próprias do que se esperava para as mulheres: sonhar e esperar – atitudes essas que exprimem passividade, jamais ação ou transformação.

No que diz respeito aos temas publicados, conforme nos diz Gomes (2009), percebe-se que, quando as escritoras faziam algum tipo de crítica ou reivindicação, tal escrita era feita de forma sutil e despercebida, uma verdadeira artimanha tal como colocou (MUZART, 1990). Todavia, mesmo que de forma velada e aparentemente “acovardada”, a mensagem passava pela

⁷ É importante destacar que muito antes disso já havia mulheres que escreviam, a exemplo de Safo na Antiguidade clássica. Conforme afirmou Norma Telles (2015), na Europa medieval, esse movimento se dava pelo fato de muitos homens deixarem suas esposas em casa porque estavam envolvidos nas chamadas Guerras Santas contra os povos muçulmanos, o que obrigava as mulheres a se tornarem administradoras dos negócios da família e da casa na ausência de seus maridos. Mas havia outras escritoras no medievo, as místicas, geralmente monjas ou ligadas à Igreja, que escreviam nas suas línguas de origem, e não no latim como requerido pelo Império Romano. Sobre isso consultamos o capítulo “Escrita e transposição de um ideário de feminilidade” contido no livro de Ana Laudelina Ferreira Gomes (2013).

crítica e chegava aos olhos das leitoras ansiosas que entendiam perfeitamente a força daquelas palavras.

Os jornais femininos despontavam enquanto um importante veículo de expressão da vocação literária das mulheres, conectando-as através das suas ideias que passavam de um centro urbano para outro, e vice-versa. Outrossim, nesses periódicos eram preservadas as identidades das mulheres casadas, tendo em vista que não era de bom tom para uma mulher, nesse estágio da vida, protagonizar em determinados espaços. Logo, o anonimato era garantido através do uso de pseudônimos masculinos (MORAIS, 2002).

Naqueles idos qualquer atividade que levassem as mulher a atuar no mundo público era contrapor-se a um projeto social que existia para elas, ou seja, o ser mãe e ser esposa. Por esse motivo, havia diversos bloqueios em relação à produção intelectual feminina nos Oitocentos, que se arrastou até meados dos Novecentos (FARIAS, 2019). As meninas e moças da elite desde cedo deveriam se moldar ao ideal de *anjo do lar* inculcando que precisavam se casar e ocupar uma posição respeitável dentro da sociedade. A partir de uma rotina de trabalho exaustivo, as mulheres casadas esmeravam-se para manter o lar em perfeita ordem haja vista que o sucesso do casamento também dependia disso (HANER, 2013).

Para poderem se efetivar enquanto escritoras muitas mulheres casadas tiveram que romper com o ideal de *anjo do lar* reinventando um espaço e um momento só para elas (WOOLF, 2014). O ideal de *anjo do lar* inculcado através da educação recebida por elas tornavam essas mulheres abnegadas e solícitas para com todos da família, sobretudo para com os filhos e o marido, abrindo mão de si mesmas em função das necessidades dos outros. Esse ideal era tão poderoso que cerceava inclusive a potência criadora de muitas mulheres que escreviam, fazendo-as caminhar para a neutralidade em seus escritos, evitando assim tecer ideias que de alguma forma denotassem autonomia em relação aos homens e ao que eles ditavam (WOOLF, 2013).

Até mesmo o discurso médico e biológico da época encabeçado por teorias ditas científicas e desenvolvidas por médicos tais como Cesare Lombroso (1835-1909) subordinava a mulher ao homem e, conseqüentemente, ao espaço da casa (SOIHET, 2013). Isso ocorria porque a área médica, formada em sua maioria por homens, justificava que as mulheres eram desestruturadas física e mentalmente para exercerem profissões. Nessa esteira, muitas mulheres incorporavam essa ideologia e se conformavam com o destino oferecido a elas quando não ridicularizavam a atitude daquelas que ousavam contrapor-se a tudo isso (SOIHET, 2013).

Esses mesmos discursos salientavam também que as mulheres que demonstravam aptidões intelectuais eram criminosas em potencial, sobretudo de serem propensas a cometer o crime de infanticídio (SOIHET, 2013). Nesse sentido, se havia uma rejeição às mulheres escritoras, em relação às que se autodeclaravam feministas, a rejeição era ainda maior e como exemplo dessa

rejeição podemos citar o caso de Nísia Floresta (1810-1885) que durante muito tempo, dada a sua militância, foi envolvida numa nuvem de esquecimento que foi dissipada através dos empenhos da pesquisadora Constância Lima Duarte. Nesse sentido, é inegável que a trajetória de Nísia enquanto militante em defesa dos direitos femininos de seu tempo colaborou para a progressiva abertura de espaços antes vetados para as mulheres, inclusive as do Brasil.

Em consonância ao que foi ocorrendo nos grandes centros do país, o Rio Grande do Norte também foi se abrindo, desde o final do século XIX, para a atuação de mulheres nos círculos da escrita periódica. Esse movimento desaguou na fundação da revista *Via Láctea* por Palmyra Wanderley (1894-1978) em parceria com a sua prima Carolina Wanderley (1891-1975) no biênio de 1914-1915 sendo a primeira revista editada apenas por mulheres no Rio Grande do Norte (EUSTÁQUIO, 2015). Vale situar a relação de amizade que existia entre Palmyra Wanderley com Magdalena Antunes.

Conforme já salientamos anteriormente, ainda nos oitocentos, já haviam outras escritoras atuando no cenário da imprensa norte-riograndense a exemplo de Auta de Souza (1876-1901), Anna Lima (1882-1918), Úrsula Garcia (1864-1905), Adelle de Oliveira (1884-1969) e Generosa Pinheiro (?-?)⁸. Essas escritoras publicavam especialmente poesias e crônicas na revista *Oásis* (1894-1904), cuja sede se localizava em Natal (SILVA, 2010). Este periódico tinha periodicidade quinzenal e, durante sua existência, nenhuma mulher fez parte das comissões de redação, limitando-se a participarem como colaboradoras (SILVA, 2010).

A revista *Oásis* circulou durante dez anos, sobretudo, pelo fato de ela ser um veículo de divulgação dos escritos poéticos e literários dos escritores membros que faziam parte da agremiação literária *Le Monde Marche*. Esta, por sua vez, estava vinculada ao jornal *A República*, jornal oficial fundado em 1890 e que noticiava os acontecimentos da cidade do Natal e que estava ligado ao grupo do governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e aos seus correligionários (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008). O jornal *A República* fazia parte da grande imprensa e, diferente dos jornais da pequena imprensa, teve uma vida longa.

Nelson Werneck Sodré (1966) fez a diferenciação entre o que entendeu como sendo a

⁸ Com exceção de Auta de Souza e Adelle de Oliveira, ainda existe certo desconhecimento de quem foram as outras escritoras. Sobre Anna Lima (2012), foi publicado, em edição fac-similar, seu livro de versos *Verbenas*. Sobre Úrsula Garcia, encontrei um texto biográfico de autoria de Luzilá Gonçalves Ferreira e alguns fragmentos de poemas publicados em jornais de Recife na antologia de Zahidé Muzart (2000). Sobre Generosa Pinheiro, descobri apenas que ela era da rede de amizade de Auta de Souza, que lhe dedicou o poema “Falando ao coração” no livro *Horto* (SOUZA, 2009, p. 212). Ainda faltam trabalhos de pesquisa acadêmica sobre estas três últimas. A pesquisa sobre essas mulheres pode mostrar a própria trajetória delas enquanto um desvio à norma do que se queria para uma mulher da elite daqueles idos pois isso revela que, ao escrever e publicar, elas intencionavam sim atuar também fora da domesticidade. As pesquisas podem mostrar as redes de solidariedade entre as autoras de diferentes localidades, bem como os temas que eram abordados em suas escritas revalidando, assim, o conhecimento de que no Brasil a luta das mulheres escritoras por espaços na sociedade contemporânea não é recente; ao contrário, ela vem se desenvolvendo desde o século XIX, pelo menos.

grande imprensa e a pequena imprensa. Para esse autor, a grande imprensa seria os títulos que num determinado momento faziam parte do conjunto dos periódicos mais significativos, no que se refere à circulação, à continuidade, ao aparelhamento técnico, à organização e ao financeiro. Geralmente tais periódicos estavam atrelados ao grupo político que estava em evidência em determinado contexto.

Em contrapartida, a pequena imprensa aglutinava aqueles periódicos, elaborados por grupos que estavam à margem do poder oficial e que não dispunham de verba para investir em uma infraestrutura própria. Até mesmo o número de colaboradores era mais restrito. Muitos jornais da pequena imprensa, segundo Nelson Werneck Sodré (1966), eram produzidos de forma rudimentar, haja vista o preço do maquinário, papel e tintas. Por falta de aparelhamento, de investimento financeiro e de colaboradores, muitos deles encerravam seu ciclo de vida nos primeiros números (SODRÉ, 1966).

As dificuldades que passavam esses periódicos para poderem circular certamente contribuíram para o sumiço de muitos deles, que nem sequer chegaram a ser conhecidos pelos pesquisadores. Não é difícil supor que os jornais femininos, a exemplo de *O Sonho e Esperança* que foram estudados por Gomes (2009), faziam parte daquilo que Nelson Werneck Sodré (1966) denominou de pequena imprensa. Além disso, é importante frizar que foram poucas as mulheres, inclusive as da elite, que tiveram algum pecúlio próprio e autonomia para investi-lo naquilo que queriam.

Segundo Maiara Silva (2015), para se manterem vivos por mais tempo, os periódicos precisavam estar vinculados a grupos políticos de quem recebiam investimentos, e, não raras vezes, deveriam publicar as propagandas desses grupos, disseminando também contendas políticas entre agremiações adversárias. Foi assim que a imprensa no Rio Grande do Norte nasceu e se manteve durante todo o período imperial, tendo sido 1832 o início dessa história, com a fundação do primeiro jornal do Rio Grande do Norte, *O Natalense* (SILVA, 2015).

É importante destacar que as manifestações literárias no Rio Grande do Norte tiveram início atreladas à imprensa periódica no período provincial (SILVA, 2015). Todavia, é na República que há um verdadeiro florescimento da imprensa e da literatura no nosso estado. Conforme afirmou a historiadora Maiara Silva:

Com a construção da República, os homens desse tempo moveram esforços para se fazer lembrados na memória da cidade. Junto com suas realizações nas estruturas físicas e sociais na urbe natalense, também imprimiram suas marcas nas manifestações literárias, projetando escritores e escritos e, conseqüentemente, fixaram seus nomes na memória da história literária da cidade do Natal. No entanto, identifica-se o desenvolvimento do movimento literário da cidade ainda na segunda metade do século XIX, por meio da imprensa periódica. Antes da publicação do jornal *O Recreio* (1861) não se identifica nenhuma menção a um periódico com fins literários, o que justifica a escolha desse período como marco

das primeiras reflexões acerca de literatura. Embora *O Recreio* só tivesse sobrevivido dez meses, o periódico lançou as bases e contribuiu para a difusão do interesse pela literatura entre os demais jornais em Natal (SILVA, 2015, p. 9).

Gercleide Nascimento (2015) discorre sobre a atuação de Magdalena Antunes na imprensa do Rio Grande do Norte, e apresenta alguns dos escritos da autora para o leitor. Segundo a pesquisadora, além de Magdalena ter publicado no jornal *Esperança*, em 1912, Magdalena Antunes aos 32 anos passou a escrever no jornal *O Ceará-Mirim*, apresentando “Cartas” com os pseudônimos Hortênsia e Corália. Ainda segundo essa pesquisadora, Magdalena Antunes utilizava mais dois pseudônimos para publicar no jornal *O Ceará-Mirim*; todavia, ela não disse quais eram.

As pesquisadoras Constância Duarte e Diva Macêdo (2013) endossam a questão da presença de Magdalena Antunes no referido periódico, afirmando que essa autora utilizava os pseudônimos Corália Floresta e Idalrisa Flores. Seriam esses os outros dois pseudônimos que pontuou Gercleide Nascimento (2015)? Constância Duarte e Diva Macêdo (2013) reforçam também que as “Cartas” simulavam uma correspondência entre duas amigas, o que fazia bastante sucesso entre os leitores da época.

Outra coisa importante a ser observada é a semelhança dos pseudônimos utilizados pelas irmãs: Hortênsia, Corália, Corália Floresta e Idalrisa Flores (pseudônimos de Magdalena Antunes) e Hortência Flores (pseudônimo de Etelvina Antunes), cujos temas florais estão associados diretamente ao ideal de fragilidade feminino em voga na época (MUZART, 1990).

Em um texto de 1990, a pesquisadora Zahidé Lupinacci Muzart falou sobre a associação dos temas florais ao ideal de mulher esperado naqueles idos. Por outra via, ela também observou no mesmo texto que o emprego destas temáticas nos paratextos das obras femininas se dava também como uma estratégia para se fazerem toleradas no seleto espaço da intelectualidade brasileira da época. Segundo Edna Maria Rangel de Sá Gomes (2009), o uso de pseudônimos era uma prática cultural utilizada tanto por escritores quando por escritoras; no entanto, havia uma diferença que demarcava essa utilização por cada um dos sexos, pois para as mulheres o pseudônimo funcionava para mascarar e proteger a identidade daquela que escrevia.

Os pseudônimos eram utilizados como uma forma de resistência por parte das mulheres, uma vez que, ao aceitar o ideal de fragilidade associado às imagens suscitadas pelas flores, elas passariam a ser mais bem aceitas no campo da escrita que era em grande medida dominado por homens. Nesse sentido, ao pensar sobre a subversão presente nesses pequenos detalhes aparentemente inocentes, será que o pseudônimo Floresta, adotado por Magdalena Antunes, seria uma associação à escritora também potiguar Nísia Floresta?

Ainda sobre a atuação de Magdalena no jornal *O Ceará-Mirim*, acrescentamos, após consulta no *Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte (1909-1987)* de Manoel Rodrigues de Melo (1987), o fato de a autora ser cunhada do diretor do jornal, o senhor Vicente Lemos Filho,

esposo de Etelvina Antunes. Certamente, essa relação familiar favoreceu Magdalena Antunes, abrindo as portas do órgão jornalístico que possuía vinculação republicana para que ela pudesse publicar. Vale ressaltar que esse tipo de relação era e é bastante comum fazendo parte dos meandros, das relações de poder, da auto proteção, do jogo de interesses e das possibilidades que giravam e que giram em torno do texto que é escrito para ser publicado.

Considerações finais

Ao escrever e publicar acreditamos que Magdalena quis sair do silêncio que a condição de mulher casada lhe submetia e esse movimento girava mais em torno da possibilidade de ela ganhar espaço de fala do que propriamente em se tornar um ícone da imprensa e da literatura. Nesse aspecto, acreditamos que este foi um de seus méritos, pois ela se manteve firme ao longo da vida lendo, escrevendo e publicando realizando já no fim da vida o sonho de publicar as suas memórias de sinhá-moça mesmo na velhice, quando a condição de mulher idosa, amputada e cadeirante era encarada como um estigma que produzia a invisibilidade social.

Com isso, acreditamos que Magdalena Antunes também teve sua cota de ousadia, sobretudo se for pensado que as mulheres escritoras da virada do século XIX para o século XX, inclusive as brasileiras, estiveram envolvidas em uma série de dificuldades que obstruíam sua escrita. Tudo estava contra elas, quase tudo servia de empecilho, sobretudo a cultura de moldes patriarcais que ditava o que era permitido e quais as expectativas que deveriam ser devidamente correspondidas socialmente. Escrever, acima de tudo, exigia dessas mulheres uma boa dose de coragem e de força de vontade. Magdalena Antunes é um exemplo disso tudo.

Referências

ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: memórias de uma sinhá moça. Natal: A. S. Editores, 2003.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda. **O Bello Sexo**: imprensa feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Oiteiro**: memórias de uma “Sinhá Moça” (transcrito d’“A República”). In: ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: memórias de uma sinhá moça. Natal: A. S. Editores, 2003, p. 19-21.

DUARTE, Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de. **Escritoras do Rio Grande do Norte**: antologia. Natal: Jovens Escribas, 2013.

EUSTÁQUIO, Daniella Lago Alves Batista de Oliveira. **Palmyra Wanderley, a cigarra dos trópicos**: imaginários culturais e mapa onírico em “Roseira Brava” (1965). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FARIAS, Genilson de Azevedo. **Com açúcar, com afeto**: representações femininas na escrita memorialística autobiográfica de Magdalena Antunes (1880-1959). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

_____. **Auta de Souza, a poeta de “pele clara, um moreno doce”**: memória e cultura da intelectualidade afrodescendente no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

_____. **Auta negra**: uma voz feminina no Rio Grande do Norte oitocentista. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018. (Série Humanidades I, Coleção Natal 420 anos).

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **Auta de Souza**: a noiva do verso. Natal: EDUFRN, 2013.

GOMES, Edna Maria Rangel de Sá. Adelle de Oliveira: entre a redação e o Sonho. In: MORAES, Maria Arisnete Câmara de (Org.). **Gênero e práticas culturais**: história, educação e literatura. Natal: EDUFRN, 2009, p. 159-171.

HAHNER, June Edith. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LIMA, Anna. **Verbenas**. Natal: Offset Editora; Azymuth, 2012. (Edição fac-similar)

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte (1909-1987)**. São Paulo: Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MELO, Paulo de Tarso Correia de. Depoimento concedido a Genilson de Azevedo Farias em 05 mai. 2018.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. In: FUNCK, Suzana Bórneo (Org.). **Trocando idéias sobre a mulher e a literatura**. Florianópolis: EDEME, 1990, p. 64-70.

_____. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Volume 1)

_____. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. (Volume 2)

NASCIMENTO, Gercleide Gomes da Silva Ferreira. **A construção autobiográfica e memorialística em Oiteiro**: memórias de uma sinhá-moça. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OLIVEIRA, Adelle. **Álbum de versos antigos**. Natal: Lidador, 2002.

QUINTAS, Fátima. **Sexo à moda patriarcal**: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre. São Paulo: Global, 2008.

SILVA, Abimael. **Oásis**: Natal: Sebo Vermelho, 2010.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Literatura e província: o universo literário da cidade do Natal (1861-1889). **Caravela: Revista de Literatura Potiguar**, Natal, v. 1, n. 1, p. 5-16, nov. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias**. Natal: EDUFRN, 2009. (Organização de Alvamar Medeiros, Ana Laudelina F. Gomes e Angelita Araújo)

STÉLIO, Antonio. **Anjo devasso**: uma biografia romanceada do poeta Juvenal Antunes. Natal:

Sebo Vermelho, 2016.

TELLES, Norma. Outras palavras. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 22- 24, fev. 2015.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CRIMINALIZAR OU REGULAMENTAR? O DEBATE PÚBLICO SOBRE A AYAHUASCA NO NORTE DO BRASIL, NAS DÉCADAS DE 1980-1990

Geovanna Alice Coelho¹

Carlos Eduardo Martins Torcato²

Introdução: o debate público sobre a ayahuasca nos jornais

Os relatos ocidentais sobre o uso de ayahuasca como enteógenos datam do século 19, sendo o chá rapidamente alvo da curiosidade e do escrutínio da ciência ocidental. Em 1852 ela foi identificada cientificamente pelo botânico Richard Spruce. Desde os mais remotos contatos, o uso do chá da ayahuasca passou por contínuas ressignificações históricas nas zonas seringueiras do Norte brasileiro, tendo como atuação mais destacada aquela desenvolvida pelo Mestre Irineu. Entre 1985 e 1987 ocorreu o auge das disputas em torno do tema, com a vitória daqueles que desejavam a regulamentação em vez da criminalização.

Além disso, durante muito tempo a ayahuasca vem sendo continuamente discutida por profissionais e demais indivíduos afins ao assunto, incluindo nisso, a publicação de uma série de regulamentações legais ainda marcadas por muitos preconceitos e tabus sobre a substância em questão. Nisso, são delineadas visões divergentes sobre o assunto, o qual influencia, direta e indiretamente, a construção das manifestações religiosas tipicamente brasileiras, entendendo aspectos que dividem o tema em dois eixos de discussão centrais: o Daime enquanto elemento sociocultural ou como alvo de políticas públicas que inserem a bebida no rol dos debates acerca das drogas, especialmente, a partir da década de 1970.

Por isso, visualizar a consequente expansão de doutrinas místico-religiosas, as chamadas religiões ayahuasqueiras – entre essas religiões, encontram-se o Santo Daime, a Barquinha e a União do Vegetal, que buscam, cada qual, construir sua legitimidade própria, assumindo diferentes posições políticas e ideológicas nesse campo (OLIVEIRA, 2011, p. 154) – pelo restante do país e do mundo, denota a complexidade do assunto. Consta que desde o início do século XX até os dias atuais, a diversidade constitutiva dessas religiões ultrapassa os limites daquilo que foi chamado de acordo com a edição 34328 do “Jornal do Commercio (1980-2007)”, do dia 12 de julho de 1987, como “movimento social e cultural tipicamente

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: geovannacoelho@alu.uern.br.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: carlostorcato@uern.br.

amazônico”, angariando assim diversos usuários, seja para fins religiosos, recreativos, terapêuticos ou científicos. Compreendendo a diversidade inerente a essas religiões, é fundamental incorporar às origens históricas e socioespaciais presentes em cada uma dessas vertentes religiosas que ingerem o Daime, entendendo que existem denominadores comuns entre elas, assim como também expressam “desenvolvimentos particulares de um mesmo conjunto de crenças e práticas” (GOULART, 2008, p. 255).

Nessa perspectiva, coloca-se em destaque o fato de que a ayahuasca propiciou o surgimento de diferentes grupos e instituições com o passar dos tempos, cujo sincretismo agrega diversos elementos simbólicos, sejam eles oriundos do catolicismo popular, do espiritismo kardecista, do esoterismo europeu, da umbanda (e/ou religiões afro-brasileiras) e dos próprios rituais xamânicos indígenas. A ramificação em doutrinas religiosas que fazem o uso ritualístico da ayahuasca é o que propicia a diversidade de abordagens, as quais apresentam fundamentos teóricos e práticos distintos entre si, convergindo e divergindo a depender das problemáticas estabelecidas. Ainda assim, não se exclui a multiplicidade de usos que podem ser atribuídos à substância, analisada, portanto, sob diferentes terminologias (ESCOHOTADO, 2008).

Sendo assim, pretende-se apresentar o debate público realizado em jornais da imprensa comercial do período na Região Norte do país. Como o uso da ayahuasca se apresentou no debate público, das décadas de 1980-1990? O objetivo é mostrar um breve panorama da inserção do tema na agenda política do período, colocando nova luz sobre as disputas que se realizaram em torno da regulamentação e da criminalização da prática em questão. É vital destacar que as descrições e abordagens utilizadas pela imprensa nortista são diversas, apresentando, portanto, uma diversidade de temas. Consequentemente, os pontos de vista restritivos acerca da ayahuasca se relacionam com a própria conjuntura espaço-temporal em que estão inseridos. Isto posto, busca-se interpretar os aspectos que entrelaçam a ampla construção sociocultural que envolve o uso da bebida a um panorama de proibições e da própria criminalização da ayahuasca no Brasil, ao longo das décadas de 1980-1990.

A inserção da ayahuasca nas agendas socioculturais e políticas do período

Os jornais noticiam a inserção do tema nas publicações acadêmicas, como foi o caso da historiadora Vera Froes Fernandes, vencedora na categoria “História” do Prêmio Suframa com a publicação de “Introdução à História do Povo de Juramidam” até a retratação do misticismo da região Norte com a gravação do documentário italiano “As novas faces da

Amazônia”, produção italiana independente da Etnos Documentário, com direção de Jeanne Peduzzi.

Além das aparições em materiais acadêmicos de relevância, assim como em outros produtos audiovisuais, nota-se tamanha divulgação dos preceitos daimistas em espaços artísticos brasileiros, possuindo seguidores famosos e com relevante destaque no cenário nacional – não esquecendo também das inspirações a que serviu para sua retratação em peças de teatro e álbuns musicais, especialmente no tocante às referências ecológicas e ambientalistas da bebida e suas origens históricas no espaço amazônico. Várias foram as publicações em que a atriz Lucélia Santos, considerada, inclusive, “embaixadora da seita” na edição 35250 (24/07/1990) do “Jornal do Commercio (1980 a 2007)” apareceu, oferecendo forte apoio e respeito aos rituais e atividades promovidas pelos grupos do Daime. Assim, em função da irradiação das práticas envolvendo a ayahuasca, inúmeras foram as menções à bebida, figurando nessa lista da imprensa do Norte, nomes conhecidos: Ney Matogrosso, Maitê Proença, Buza Ferraz e sua esposa, Alex Polari, Eduardo Dusek e outras várias personalidades políticas e artísticas de vital importância, tanto na região como no país.

O percurso histórico da criminalização

Ao mesmo tempo em que a ayahuasca é objeto de estudos científicos e discussões desde o seu surgimento e consequente difusão nos centros urbanos brasileiros, é fundamental compreender que a substância ainda é alvo de muitos estereótipos e preconceitos, especialmente por ser uma “religião da floresta”, ancorada nos contatos do Mestre Irineu com grupos indígenas provenientes do Peru, por volta de 1912, nos seringais acreanos. Como já mencionado, os usos da substância são diversos e, nesse sentido, é imprescindível reiterar que no tocante às manifestações ritualísticas ayahuasqueiras tipicamente brasileiras, os vetos ao uso da bebida têm correlação direta e indireta aos sistemas ideológicos vigentes em cada período histórico analisado. Sendo assim, repensar a história desse psicoativo é um exercício importante para se entender os discursos em torno da proibição e criminalização da substância

sejam pelas “práticas de ‘macumba’, ‘feitiçaria’ e ‘curandeirismo’” ou na perspectiva de que o uso do chá e as práticas rituais ligadas a ele passam a ser estigmatizadas na medida em que são associados ao consumo de drogas. (GOULART, 2008, p. 251)

Nesse sentido, com base nos noticiários da imprensa do Norte, pode-se perceber como parte desses discursos foram construídos, especialmente ao se explorar as reportagens que destacam os possíveis malefícios e os supostos aspectos negativos da ayahuasca, seus

rituais e adeptos. Além disso, depreende-se as formas em que a bebida esteve inserida nas principais agendas políticas e sociais do período em observação, possibilitando a compreensão de como as práticas rituais se imbricam no próprio cotidiano das populações amazônicas. Como já abordado, os grupos espirituais daimistas foram objeto de discussão contínua, tendo em vista sua associação ao panorama de combate às drogas e o narcotráfico. Além das possíveis ligações com atividades “ilícitas” dessas comunidades ayahuasqueiras dispersas pela região Norte do país, a bebida também foi alvo de abordagens mais simplistas edúbias, contribuindo assim, para a distorção dos conteúdos jornalísticos em que ela foi mencionada.

Em função dessas análises, cabe aqui perceber os riscos de ilegalidade aos quais as religiões ayahuasqueiras estão submetidas, não somente pela necessidade de sobrevivência e alteridade aos princípios socioculturais desses grupos, mas pela própria formulação de políticas de combate às drogas tidas como ineficientes e, em grande parte, repressivas – um aspecto que preconizou esses discursos de criminalização foi o Brasil ter sido signatário da Convenção de Viena (1971), em que se definiu decretos para o controle e combate de psicoativos, dos quais se destacava o próprio DMT (composto da ayahuasca).

No âmbito dessas discussões, a dinâmica desses grupos foi afetada por outras questões de ordem política e econômica influentes na época, como a própria Ditadura Militar (1964-1985), os movimentos de contracultura (1960-1970), a dinâmica da guerra às drogas e por aí adiante. Ainda com as manifestações de ilicitude e preconceitos, as causas se mesclame dão espaço para que um princípio central seja apontado como orientador dessas práticas, independentemente do período histórico em observação: a mentalidade médica (GOULART, 2008, p. 276).

Em relação a imprensa acreana, os periódicos “Diário do Acre” (1982-1984) e o “Repique” (1984-1985) abordaram informações sobre a ayahuasca, de espectros distintos. O “Diário do Acre” centraliza grande parte dos seus destaques sob o viés da criminalização da bebida, através de manchetes incisivas como “Mãe denuncia Seita da Uasca como corruptora de menores” (Edição 39, 24/06/1982) e “Descoberta seita da maconha no Acre” (Edição 84, 19/08/1982), esta última sendo reportada na primeira folha da edição. Na notícia de 24 de junho de 1982, sob as alegações de Maria Diniz de Almeida, o seu filho, cuja identificação não é revelada por ser menor de idade (16 anos), vinha apresentando comportamentos estranhos após a ingestão da bebida, além da própria acusação de responsabilidade conferida ao mestre “Pipira” que aliciava menores para as reuniões – na notícia em questão, o Daime é

visto como “droga alucinógena”, “beberagem” e “ainda não proibido oficialmente, apesar de ser considerado altamente tóxico.”

Grande parte dessas características também estão presentes nos argumentos do noticiário em que se relata a descoberta da misteriosa “Seita da Maconha”, a partir das investigações policiais e do próprio Ministério da Justiça. Os redatores da notícia explanam que a comunidade vinha reunindo muitas pessoas na área rural do Acre, desde crianças a adultos, sendo estabelecidas comparações desproporcionais com o grupo liderado pelo pastor Jim Jones que resultou em suicídio coletivo na Guiana Francesa. Além disso, os frequentadores são intitulados de “fanáticos” e, mais uma vez, há a reafirmação de que o Daime “age como tóxico”, de acordo com as pesquisas científicas que vinham sendo realizadas no exterior. (Diário do Acre, 19/08/1982)

Por conseguinte, o “Repique” prometia já no Editorial da sua primeira edição, uma produção jornalística independente e que cumprisse a sua função social e popular, através de publicações honestas e com forte teor progressista. Nesse sentido, o Daime foi noticiado sob diferentes perspectivas, diferentemente do “Diário do Acre”, identificado como um assunto com forte influência na realidade dos povos acreanos e que dividia opiniões.

Algumas publicações chamam forte atenção para a temática ao longo das edições: uma delas trata da entrevista realizada com seu Chiquinho em notícia intitulada “O fundador do espiritismo no Acre” (Edição 00002, dos dias 21 a 27/01/1985), na qual Chiquinho comenta não haver ligações espirituais e religiosas entre o Santo Daime de Irineu e o kardecismo, determinando ter visto “pessoas por isso ficarem loucas e outros não saberem o que fazer”; um caso que recebeu forte notoriedade pelo “Repique” foi a morte do jovem Mário Lengruber, adepto do Daime na Colônia Cinco Mil (Edição 00004, dos dias 4 a 11/02/1985) em que se apresentaram as visões de Dácio, amigo de Mário e de Maurílio, administrador da Colônia Cinco Mil no período; por fim, na notícia “Maués se desnuda para os seus fãs” (Repique, dos dias 2 a 8/09/1985), o artista e também adepto do Daime, rebate algumas das críticas que estereotipam a bebida como “água suja” (Repique, dos dias 2 a 8/09/1985), “tóxico” (Repique, dos dias 2 a 8/09/1985) e define, em sentido contrário, que “o Daime não é brincadeira” (Repique, dos dias 2 a 8/09/1985), sendo caracterizado, portanto, como “um elemento da floresta que deve ser respeitado”, além de representar “a crença de um povo” (Repique, dos dias 2 a 8/09/1985).

Conferindo certo enfoque à notícia do falecimento de Lengruber pela chamada malária *falciparum*, vários eixos de discussão colocam-se como primordiais para o

entendimento da organização das comunidades ayahuasqueiras, seu estilo de vida e estruturação próprios, em especial a Colônia Cinco Mil, fundada através dos esforços do padrinho Sebastião Mota desde 1971. Nesta edição do Repiquete, a compreensão dos conceitos de “curtição” e “piração” que vinham sendo comumente atribuídos ao uso do Daime são evidenciados e explorados a partir das entrevistas fornecidas para a composição da matéria. Apreciando as ideias referidas na reportagem especial, Maurílio, enquanto administrador da Colônia, explica a situação de que Mário possuía personalidade forte, apresentando sempre posicionamentos destoantes das regras que eram estabelecidas para se tomar o Daime na Cinco Mil, inclusive afirmando que a bebida não era moda e que não pode ser vista como “curtição de fim de semana” – resguarda, portanto, a dimensão espiritual do ritual e a disposição daqueles(as) que vivem na Colônia. Por outro lado, Dácio, amigo de Mário, traz um relato dos momentos que antecederam a sua morte no Hospital de Base, já em estado avançado da doença, haja vista a decisão do jovem de se curar através do Daime. Dácio enfatiza certo grau de alienação dos frequentadores da Colônia aos próprios ideais e princípios do Santo Daime, evidenciando a necessidade de autocritica sobre os trabalhos espirituais e de cura desenvolvidos no local, fazendo menção direta aos problemas que a bebida podia causar. Ele comenta em falas, como: “as pessoas que não tem estrutura psíquica montada podem se perturbar muito com o daime” e “o pessoal tem essa mania de tudo querer curar com o daime”. Ainda assim, ele destaca: “Agora esse lance de que o daime ajudou ele a ficar mal, isso é mentira do jornal. O pessoal usa tudo pra meter o pau na 5 Mil...” (Repiquete, dos dias 4 a 11/02/1985).

Já na imprensa amazônica, destaca-se, exclusivamente o “Jornal do Commercio (1980-2007)”. Nas publicações que foram realizadas pelo periódico, os debates acerca da criminalização da bebida a nível federal era uma constante, ainda que considerando os simbolismos culturais do Daime para as populações amazônicas. Um dos espaços centrais para o acúmulo dessas divergências e críticas foi a Colônia Cinco Mil. Tendo como referência própria estigmatização da ayahuasca sob associação ao consumo de drogas, no ano de 1987, a bebida era assunto de dois congressos nacionais, que ocorreram em paralelo e foram noticiados pela edição 34436 do “Jornal do Commercio”: através dos esforços do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD-UERJ), aconteceriam o II Congresso Internacional de Toxicomanias e o I Congresso Brasileiro sobre o Uso de Drogas, em que a intenção central dos eventos era “resgatar a discussão sobre o consumo e uso de drogas da esfera da marginalidade e do preconceito”, além das pretensões em “abordar a

questão com rigor científico e, a partir daí, formular uma política de educação, assistência e reinserção sócio-profissional dos consumidores de drogas”. (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, dos dias 15 e 16/11/1987). Isso demonstra que em plenas décadas de 1980 e 1990, a criminalização da ayahuasca já era debatida, a partir de princípios científicos e nas esferas acadêmicas do país.

Alinhado a isso, seguem-se noticiários que questionam a dimensão ritual dos centros espirituais do Daime, como também as próprias atitudes e atividades desenvolvidas por seus membros e seguidores. Vale destacar algumas notícias do “Jornal do Commercio (1980- 2007)” que mostram uma outra face da bebida, para além de “afrodisíaco” (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, 17/08/1989) ou como disse Reston, “cipó mágico, que promove uma viagem interplanetária de primeira classe, a custo CIF” (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, 28/01/1992): os debates sobre o tráfico de entorpecentes pelo Centro Espiritual Fluente Luz Universal, envolvendo o próprio padrinho Sebastião, além do apoio de Sarney na concessão da Floresta Mapiá-Inauini sem maiores problemas em função do processo judicial referido; ademais, o periódico enfatiza matérias que tratam da conjunção de instituições sociais, tanto regionais quanto nacionais, que vinham construindo ações para prevenção no uso de drogas (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, 10/06/1993), assim como as determinações de que o chá da ayahuasca deveria ser restringido a pessoas com distúrbios mentais (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, 04/06/1995). Acrescenta-se a isso a possibilidade de reabertura das investigações sobre a ayahuasca pelo Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), em notícia reduzida e pouco visível (Jornal do Commercio - 1980a 2007, 04/04/1995), revelando as preocupações em torno do psicoativo. Um dos casos que mais sobressaem, não somente no “Jornal do Commercio”, mas em outros periódicos, em especial da imprensa paraense, como “Diário do Pará” e “O Liberal” seria acerca do apoio do governo Sarney para a concessão da reserva florestal do Céu de Mapiá, localizado ao sul do estado de Amazonas, para a comunidade do Centro Espiritual Fluente Luz Universal, ainda que seis membros estivessem sendo processados pelas denúncias do uso e tráfico de entorpecentes (especialmente, maconha e cocaína). Vale salientar que a figura do padrinho Sebastião foi duramente questionada, tendo recebido críticas acerca dos seus posicionamentos em função dos aspectos rituais que envolviam o Daime. Ainda assim, coube às autoridades e órgãos competentes reafirmar que não existiam problemas no fato de os líderes da Seita estarem sendo processados” (Jornal do Commercio - 1980 a 2007, 16/08/1989).

Os jornais paraenses concentraram os seus enfoques na visibilidade e importância que foi conferida à Floresta Nacional do Mapiá-Inauini, incluindo o debate nas agendas políticas e socioeconômicas do país, em especial pela instalação de usinas extrativistas de borracha e castanha que seriam geridas pela própria comunidade – é fornecido, portanto, destaque ambiental ao projeto que estava sendo implementado, além de ser visto como “uma solução ecológica, social e econômico”, inspirada no “sonho de Chico Mendes” (O Liberal, 6/08/1989).

Seguindo a lógica, periódicos como o “Diário do Pará (1982-1990)” e “O Liberal (1946-1989)” também reiteraram as visões estereotipantes acerca da ayahuasca, correlacionando os tratamentos dados à substância ao uso indiscriminado e preocupante que perpassava a problemática das drogas, no período histórico em análise. Porém, há certa diferenciação na abordagem utilizada para retratar o assunto – o “Diário do Pará” comenta a questão da criminalização em função das próprias regulamentações sobre o Daime emitidas a partir dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes (CONEN’s) da região Norte, ainda que considerando a dimensão sociológica e cultural da ayahuasca para a região (Edição 02034, do dia 18/02/1989); em contrapartida, “O Liberal” enfatiza aspectos que confrontam as alternativas sobre o uso medicinal dos produtos naturais, testando assim, a eficácia e segurança dessas substâncias a partir de pesquisas científicas, incluindo o Daime nessa lista (Edição 22241, do dia 12/03/1989).

Por fim, no “Alto Madeira (1917-1987)”, periódico de Rondônia, como nos demais, os discursos proibicionistas acerca do Daime também foram noticiados. Já na edição 16670, do dia 23/05/1985, tem-se o destaque sobre a proibição do “uso, comercialização, manipulação ou industrialização” da “chacrona”, planta utilizada para a fabricação do Daime pelas comunidades ayahuasqueiras. A determinação foi acionada pela atuação dos institutos nacionais, nesse caso, a Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMEP), retomando os discursos de toxicidade da substância. Na mesma edição, alertam-se sobre as possibilidades da bebida causar “dependência física e psíquica” e mencionam-se acusações já conhecidas de que era feito o uso de maconha na Colônia Cinco Mil, a partir de denúncias feita à Polícia Federal, por um dos frequentadores do Centro Espiritual. Nesta edição, o discurso é bastante incisivo e traz comentários agressivos ao Daime, além de observações contraditórias – afirma-se que “o efeito do daime geralmente é psicológico, já que depois de alguns dias ele perde o efeito tóxico”, “os usuários geralmente são iludidos com a bebida” e “desconhecem o teor alucinógeno que possui”.

Dias depois, na edição 16675, do dia 31/05/1985, na sessão “O espírito da coisa” de Antônio Alves, é publicada a nota “Mais respeito com o Daime” em que se estabelecem discordâncias à determinação da DIMEP, visto como “um ato arbitrário e desrespeitoso”. Nessa notícia, pode-se notar informações relevantes para a compreensão das ligações socioculturais que a bebida possui na região, além da apresentação de argumentos que contestam grande parte das acusações feitas ao Daime na edição 16670 – enumeram-se diversas críticas, em especial total desaprovação à indústria farmacológica e a sobreposição incoerente dos institutos acerca dos usos seculares da substância, seja pelas comunidades indígenas ou pelas comunidades do Norte.

Reincidem as notícias sobre as verificações dos poderes alucinógenos da chamada “Aiauasca” ou “Daime” (Edição 16758, do dia 08/09/1985) sob o risco de entrar na lista de entorpecentes a depender dos resultados químicos e farmacológicos que vinham sendo realizados pela Confederação Federal de Entorpecentes (CONFEN), desde que a ação policial repressiva já havia sido liberada a partir das determinações legais publicadas pela DIMEP. Mesmo com todas as pressões, o jornal “Alto Madeira” (Edição 18876, dos dias 2 e 3/02/1986) atesta a notícia: “Santo Daime liberado por mais algum tempo”, em que se expõem falas positivas de seguidores e simpatizantes dos rituais ayahuasqueiros.

Os discursos acerca da regulamentação

Independentemente da periodicidade, os novos eixos de discussão acerca do uso da ayahuasca implicaram em discussões sobre o confronto sociocultural da “religião da floresta” com o ambiente das cidades e a própria dinâmica de inserção do Daime na perspectiva dos debates que o associam ao consumo de drogas, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo, as análises históricas e sociais determinam que fatores classistas e raciais oferecem novas possibilidades de entendimento sobre como a bebida e demais religiões ayahuasqueiras são vistas, nacional e internacionalmente, até mesmo em função do percurso histórico da própria criminalização. Aqui, percebe-se que essas religiões incorporam a complexidade dos lugares e grupos, em uma via de mão dupla – da mesma forma que esses rituais são modificados pelo conflito ideológico “floresta x urbano”, é imprescindível mencionar o fato de que as cidades e suas populações também são alteradas a partir do contato com a ayahuasca.

Logo, é nesse amplo conjunto de abordagens que se situa o universo das “religiões ayahuasqueiras”, analisadas a partir de diferentes áreas do conhecimento, não somente

acadêmicas, mas também de caráter social, haja visto os impactos políticos, econômicos e culturais provocados. Dessa forma, a substância transita dos debates religiosos e socioculturais aos julgamentos e discursos pré formulados sobre o uso das drogas, entendendo-se seus múltiplos impactos nos grupos humanos. Em função deste último aspecto, já existem uma série de previsões legais para regulamentar as práticas ayahuasqueiras, através dos quais se ratifica o uso religioso, através do princípio da “liberdade religiosa” (CF/1988) e se estabelecem itens normativos relacionados ao tratamento da substância, em variadas ordens. Por conseguinte,

Não é possível proscrever o uso e desvirtuar a crença. Contudo, fazem-se misteres a restrição de cultivo das plantas, preparação e uso do chá a tais práticas e a fiscalização permanente por parte das autoridades. Além disso, o esclarecimento quanto aos possíveis efeitos farmacológicos, o conhecimento das condições de saúde dos adeptos e o acompanhamento dos mesmos, em particular durante os efeitos da Ayahuasca, devem ser prioridade destas entidades religiosas, de modo a resguardar a integridade física e psíquica de seus seguidores. (GARRIDO; SABINO, 2009, p. 51)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria de Fátima Henrique de. **Santo Daime: a colônia Cinco Mil e a contracultura (1977-1983)**. 2002. 113f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ANTUNES, Henrique Fernandes. **Tradição oral e identidade: interpretações sobre o processo de construção da doutrina do Santo Daime**. São Paulo, 2008.
- CELANT, Fábio Eduardo. **O uso da ayahuasca no contexto urbano: um lugar entre o tradicional e o moderno**. Florianópolis, 2013.
- ESCOHOTADO, Antonio. **Historia General de las Drogas: incluyendo el apéndice Fenomenologia de las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; SABINO, Bruno Duarte. Ayahuasca: entre o legal e o cultural. **Saúde, Ética & Justiça**, Rio de Janeiro, p. 44-53, 2009.
- LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

LABATE, Beatriz Caiuby; PACHECO, Gustavo. As origens históricas do Santo Daime. **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005, p. 231- 255.

OLIVEIRA, Isabela. **Um desafio ao respeito e à tolerância**: reflexões sobre o campo religiosa daimista na atualidade. Rio de Janeiro, 2011.

PLATERO, Lígia Duque. **Diálogos entre xamanismo ameríndio e xamanismo ayahuasqueiro urbano**. Rio de Janeiro, 2016.

FONTES HISTÓRICAS (Hemeroteca Digital)

Expressão cultural da Amazônia preocupa ministério. **Jornal do Commercio (1980-2007)**, Manaus, 12/07/1987

Coluna Catrim. **Jornal do Commercio (1980-2007)**, Manaus, 12/07/1987

Mãe denuncia Seita da Uasca como corruptora de menores. **Diário do Acre**, Rio Branco, 24/06/1982

Descoberta seita da maconha no Acre. **Diário do Acre**, Rio Branco, 19/08/1982

Morte de Mário causa polêmica sobre o Daime. **Repique**, Rio Branco, dos dias 4- 11/02/1985

Maués se desnuda para os seus fãs. **Repique**, Rio Branco, dos dias 2 a 8/09/1985

Congressos debaterão sobre toxicomanias. **Jornal do Commercio (1980-2007)**, Manaus, 15-16/11/1987

Floresta Nacional. **Jornal do Commercio (1980 a 2007)**, Manaus, 17/08/1989

Arte. **Jornal do Commercio (1980 a 2007)**, Manaus, 28/01/1992

Seduc cria núcleo de prevenção às drogas. **Jornal do Commercio (1980 a 2007)**, Manaus, 10/06/1993

Ayahuasca agrava distúrbios mentais. **Jornal do Commercio (1980 a 2007)**, Manaus, 04/06/1995

Você sabia?. **Jornal do Commercio (1980 a 2007)**, Manaus, 04/04/1995

Sonho de Chico Mendes torna-se real. **O Liberal**, Belém, 6/08/1989

Colegiado do Conen encerrou ontem a reunião extraordinária. **Diário do Pará**, Belém, 18/02/1989

Produtos naturais: alternativa segura?. **O Liberal**, Belém, 12/03/1989

DIMEP proíbe uso, consumo e a comercialização do santo daime. **Alto Madeira**, Porto Velho, 23/05/1985

Mais respeito com o Daime. **Alto Madeira**, Porto Velho, 31/05/1985

Daime pode entrar na lista de entorpecentes. **Alto Madeira**, Brasília, 08/09/1985

Santo Daime liberado por mais algum tempo. **Alto Madeira**, Porto Velho, 2-3/02/1986

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE-MEB: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DAS SUAS CONCEPÇÕES DE ESPAÇO ESCOLAR

Gerlane do Nascimento Mendes¹

Introdução

Em novembro de 1960 o arcebispo de Aracaju, D. José Vicente de Távora², escreve uma carta destinada ao então presidente do Brasil Jânio Quadros, alertando sobre a necessidade de olhar para as populações marginalizadas das regiões mais remotas do país. Enfatiza a urgência de “não apenas alfabetizar os nossos camponeses, operários e suas famílias” (FAVERO, 2006, p. 18) mas de criar um projeto de educação de base necessário para despertar o homem para seus próprios problemas, os ensinando “a andar com seus próprios pés, a decidir seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica e espiritual” (FÁVERO, 2006, p. 19) e foi em resposta a esse apelo que o Movimento de Educação de Base foi idealizado. Dito isto, o atual trabalho discorrerá sobre este que foi um dos mais importantes movimentos de alfabetização ocorridos no Brasil³.

Pesquisar sobre o MEB é voltar-se para um lugar social que muitas vezes é ignorado. É voltar-se para homens e mulheres do campo que muitas vezes tem suas experiências e vivências desconsideradas dentro de uma História Oficial que se volta para outros espaços os quais considera mais relevantes. É olhar de forma construtiva para estes jovens e adultos que tiveram suas vidas completamente modificadas através da educação e começaram a enxergar e se relacionar com o espaço que ocupam no mundo de outra forma. É também buscar entender melhor as complexas dinâmicas desse meio rural, percebendo e evidenciando como estas são fundamentais dentro de um projeto de nação e dentro de um contexto de mudança na postura de uma das instituições mais antigas e importantes para a trama social e histórica da humanidade: a Igreja Católica.

¹ Mestranda em História - UFRN. Endereço de e-mail: gerllanehistory@gmail.com.

² Dom José Vicente de Távora foi o primeiro arcebispo metropolitano de Aracaju, exercendo a função até a data de sua morte em 3 de abril de 1970. Foi um dos, se não o primeiro a apelar para que fosse dada a devida atenção e assistência às regiões que sofriam com a pobreza e o esquecimento. Esteve à frente do MEB até a véspera do golpe em 1964.

³ A prática educativa do MEB constitui-se em uma experiência inovadora e notória de educação popular, que é considerada pela maioria de quem escreve sobre tal tema, inclusive por dois das maiores referências sobre o tema, Luiz Eduardo Wanderley (1984) e Osmar Fávero (2006) como um dos mais importantes movimentos educacionais do Brasil, o que pode ser claramente percebido se levarmos em consideração a imensa produção sobre o tema.

Como bem chamou atenção a professora Márcia Motta⁴ em fala proferida na conferência de abertura do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RN ao dizer que há um projeto de destruição da educação no campo, que se nega a discutir sobre questões voltadas para este espaço e para estas populações, se tornando cada vez mais urgente discutirmos e evidenciarmos as dinâmicas dessas populações mostrando sua importância na constituição da sociedade. Nesse sentido, resgatar e ressignificar a história do MEB contribui significativamente com tal objetivo, pois há neste trabalho uma tentativa de buscar entender melhor o processo de construção do espaço escolar pelo MEB, um espaço que como veremos é muito peculiar e carregado de significado, por isso é necessário considerarmos todos os elementos e sujeitos envolvidos nesta construção.

Sendo assim, este trabalho buscará responder a como se deu a construção do espaço escolar pelo MEB através de algumas abordagens sobre o tema na década de 1960. Tomamos aqui por objetivo principal, apresentar e realizar um diálogo com alguns trabalhos tomados como mais significativos sobre o MEB na década de 1960, a fim de compreender como os autores nos indicam elementos que nos ajudam a entender como se deu a construção do espaço escolar pelo MEB, contribuindo assim, para um melhor entendimento de suas dinâmicas sociais e espaciais. Essas produções serão articuladas com reflexões propostas por alguns autores que nos ajudam a melhor compreender como este espaço escolar foi construído e que concepção de espaço escolar pretendemos destacar. É preciso ressaltar que, os trabalhos que me proponho a analisar e dialogar neste empreendimento, não escrevem pensando neste conceito de espaço escolar, mas nos mostram os elementos, as formas de organização, os discursos, as tensões, as relações ocorridas naqueles espaços, bem como as mudanças e dinâmicas que nos indicam como ocorreu esse processo de construção do espaço através da prática educativa do MEB.

Dito isto, a metodologia empregada neste trabalho envolve a leitura analítica de obras que tem por objeto de análise o MEB, e que o referencie, sobretudo, na década de 1960, recorte que concentra a grande maioria das produções sobre o tema. Partimos assim da proposição que a análise destas obras resulta em um melhor entendimento do contexto e das condições nas quais o MEB atuou, evidenciando como o espaço era concebido e percebido e

⁴ Márcia Motta é professora aposentada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, com grande experiência e ênfase na área de História Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, direito agrário e movimentos rurais. E também presidente da Associação Nacional de História (ANPUH).

como os sujeitos se relacionavam neste e com este espaço. Buscaremos nesta análise percorrer o caminho de uma “história vista de baixo” como nos sugere o historiador inglês Edward Thompson, que ao estudar a formação da classe operária inglesa, vai evidenciar as peculiaridades dessa classe social e mostrar a necessidade de restaurar e dar espaço as vozes, vivências, experiências e cotidianidades que foram negligenciadas da história dita oficial, buscando mostrar o protagonismo aos sujeitos comuns que ficaram e que muitas vezes ficam à margem da história e da Historiografia. É nesse momento que devemos lembrar, embora seja algo que jamais devemos esquecer, que a história é feita por sujeitos, homens e mulheres, que pensam, que sonham e que lutam, que se posicionam e que modificam o espaço em que vivem.

Thompson ao falar sobre a história social em *As peculiaridades dos ingleses* (2012) e ao propor esta “história vista por baixo” alerta para a impossibilidade de se compreender os fatos sem buscar entender seus sistemas simbólicos, normas e as necessidades que compõem a existência humana, sendo preciso valorizar as vozes dos sujeitos, permitir que os sujeitos falem mais, é preciso ouvir as experiências desses homens e mulheres no tempo e no espaço, são estas experiências e essas vivências que desnudam as relações do sujeito no seu tempo e no seu espaço específico, bem como com seu grupo social (THOMPSON, 1978, p.16).

MEB: História e diálogo historiográfico

O MEB foi criado em março de 1961, a partir de um convênio entre o Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de criar um programa de educação de base para atuar junto às populações rurais das áreas consideradas subdesenvolvidas do país: Norte, Nordeste e Centro Oeste, impulsionando assim, o desenvolvimento dessas regiões. Para viabilizar as aulas do MEB utilizava-se a estrutura de escolas radiofônicas da Igreja Católica que foram criadas em 1958 no Rio Grande do Norte por iniciativa de Dom Eugênio Sales⁵, devido ao seu grau de abrangência e capacidade de atingir as áreas mais remotas do país. A concepção de Educação de Base aparece em um documento do MEB em 1979, em que este reitera o intuito primeiro com o qual o movimento

⁵Dom Eugênio de Araújo Sales foi um dos principais articuladores do Movimento de Natal. Começou como padre de Natal em 1943 até 1953, quando foi nomeado bispo auxiliar, e em 1962 foi designado administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, função que exerceu até 1964, até que em 1965 vai para o Rio de Janeiro, e em 1971 é nomeado arcebispo desta cidade, função que exerceu até 2001 quando renunciou. Veio a falecer em 2012.

foi criado em 1961, onde se tentava implementar o conceito definido pela UNESCO, o qual entende que

Educação de Base é o mínimo de educação que tem por fim ajudar as crianças e os adultos, privados da vantagem de uma educação escolar, a compreenderem os problemas do meio em que vivem, a fazerem uma ideia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem, igualmente, um trabalho de formação que visa a despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade” (MEB, 1979, p.7-8).

Todavia, é preciso ressaltar que a atuação do MEB só pode ser melhor entendida dentro de um contexto mais amplo em que a Igreja Católica passava por intensas transformações que refletiam diretamente na configuração e atuação do Movimento de Educação de Base. O MEB surge dentro de um contexto em que estava em curso o Movimento de Natal⁶, iniciado em 1948, e que nas palavras de Cândido Procópio Ferreira de Camargo⁷ define-se enquanto um conjunto de atividades sócio religiosas produzidas e organizadas pela Arquidiocese de Natal, que visava desenvolver atividades pastorais de evangelização para atuar no aspecto temporal, e que foi sendo suscitado em seus agentes “a medida em que se empenharam em melhorar o mundo social de que eram parte, tendo uma visão mais ampla dos problemas sociais e do processo de desenvolvimento socioeconômico, levando a uma multiplicidade de ações na esfera religiosa e também temporal”(CAMARGO, 1971, p.67). Sendo assim, a Igreja Católica passou a atuar mais efetivamente no meio social, buscando modificá-lo e assim torná-lo mais justo bem como buscou se adaptar acompanhando as mudanças do mundo moderno.

A prática educativa do MEB constituiu-se em uma experiência inovadora de educação popular, que viria a se destacar e ser considerada por grandes estudiosos do tema, como Emanuel de Kadt (1970), Luiz Eduardo Wanderley (1983) e Osmar Fávero (2006), especialmente na área da História da Educação, como um dos mais importantes movimentos

⁶O Movimento de Natal é definido enquanto um conjunto de ações sociais e religiosas empreendidas pela Arquidiocese de Natal. Alceu Ravanello Ferraro considera três momentos determinantes para a origem e evolução do Movimento de Natal: “a reunião mensal do clero a partir de 1948, a fundação do SAR em 1949 e o treinamento de líderes iniciado em 1952” (FERARRO, 1968, P 54). O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez pelo Padre Tiago Cloin, como aponta Camargo em seu livro *Igreja e Desenvolvimento* (CAMARGO, 1971, p. 67).

⁷Esta definição encontra-se na obra *Igreja e Desenvolvimento* de Cândido Procópio Ferreira de Camargo (p. 67, trabalho que é considerado uma referência quando o tema é o Movimento de Natal, juntamente com a obra homônima de Alceu Ravanello Ferraro. Ver mais em CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

educacionais do Brasil, devido ao seu significativo destaque, seu caráter politizador e impacto social. O MEB, ao menos nos seus anos iniciais – de 1961 a 1966 – lutou intensamente pela emancipação e conscientização do homem rural, bem como incentivou seu engajamento político, possibilitando profundas mudanças em seu meio, modificando seu modo de viver e entender sua realidade e consequentemente o seu espaço.

Visto que, a maioria dos autores que escreveram sobre o MEB considera o período de sua criação em 1961 até 1966 como a “período heroico” do movimento (FÁVERO, 2006), levando em conta que foi dentro deste recorte que o MEB melhor e mais se engajou em sua causa, bem como provocou mudanças mais profundas no âmbito social e na realidade em que atuava, este recorte é o escolhido pela maioria dos autores que escrevem sobre o tema. Para Luiz Eduardo Wanderley(1984) por exemplo, o MEB em um curto prazo de tempo, transformou sua orientação e práticas, produzindo efeitos significativos na própria Igreja Católica e sobretudo, na realidade nos aspectos social, econômico, político e também cultural das comunidades.

Atualmente, existe uma considerável produção sobre o MEB, em que a maioria dos trabalhos concentram-se na área de História da Educação, mas também é possível encontrar trabalhos sobre o tema nas áreas de Ciências Sociais, Comunicação Social, Linguagens, Direitos Humanos, e alguns poucos na área de História. Apesar da considerável produção sobre o tema, é crucial destacar a necessidade de uma revisão sobre esse importante movimento, pois muitas abordagens por vezes deixam passar aspectos históricos fundamentais para melhor compreender sua atuação e suas ações, sendo preciso revisitar a temática e trabalhá-la por uma perspectiva historiográfica considerando suas dimensões políticas, sociais e espaciais. No que concerne aos trabalhos considerados mais significativos sobre o tema para o objetivo aqui proposto, consideremos algumas análises fundamentais para entender melhor como ocorreu a construção do espaço escolar pelo MEB.

Desse modo, um dos principais trabalhos que devem ser mobilizados nesse diálogo é resultado da experiência de quem vivenciou o objeto de estudo sobre o qual escreveu, sendo um dos trabalhos mais completos e visitados sobre o tema e o qual considero leitura obrigatória quando o assunto é o MEB. Tal produção é a tese de doutorado de Osmar Fávero⁸,

⁸Osmar Fávero pertenceu ao Secretariado Nacional do MEB desde sua criação em março de 1961, até maio de 1966. Foi responsável por treinamentos das equipes locais e por boa parte das ações metodológicas da ação educativa do movimento. Antes disso foi membro da equipe da Juventude Universitária Católica. Entre 1961 e 1963, acumulou o secretariado do MEB com o da Ação Católica. Declara, no citado livro que a JUC foi sua verdadeira escola, que a política universitária o encaminhou para o campo educacional no fim dos anos 1950 e

defendida em 1984, e que resultou em um livro publicado em 2006, intitulado *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961-1966)*. Fávero fez parte do Secretariado Nacional do MEB desde sua criação em março de 1961, até 1966, além de ter participado ativamente da Juventude Universitária Católica⁹, esse por si só é um dos fatos que faz com que tal obra seja fundamental para conhecer melhor sobre o tema, contribuindo assim para o melhor entendimento, do que nas palavras do autor, é um dos mais significativos movimentos de educação popular já realizados no país e um exemplo de prática de gigantesca importância social. Ao propor uma análise da prática educativa do MEB em sua primeira fase, o autor contribui para entender que a ideologia do Movimento não se explicitava somente no discurso, explicitava-se sobretudo na prática, a qual analisa com o olhar apurado e não menos crítico de quem viveu de perto aquela realidade e assim elucida como as tensões e as contradições entre Igreja e Estado atravessaram as práticas educativas do MEB direcionadas à conscientização e à politização, foram decisivas para convertê-lo numa original pedagogia da participação popular.

Dentro dessa perspectiva, é interessante mencionar a pesquisa que foi orientada por Osmar Fávero, e que resultou em um livro, fruto da tese de doutoramento de Maria da Conceição Brenha Rapôso, tendo por nome *Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)* publicado em 1985. Trabalho também muito pertinente sobretudo por ter realizado e apresentado inúmeras entrevistas com ex participantes do MEB, possibilitando assim ter contato com a perspectiva pessoal de membros do movimento, além de também possibilitar perceber os fatores que contribuíram para o surgimento do mesmo, seus objetivos e seu discurso, elucidando a concepção da realidade, de educação de base e de cultura popular que o permeava. Trabalhos como o de Rapôso possibilita captar as experiências e vivências dos sujeitos que participaram do MEB trazidas pelas entrevistas que a autora realizou, e que nos possibilita saber a percepção daqueles sujeitos sobre a prática educativa no MEB.

que o MEB foi, certamente, sua melhor experiência profissional. Atualmente, Osmar Fávero pesquisa a história da educação de jovens e adultos no Brasil. Foi presidente, no período 1985-1989, da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisadores em Educação) e editor da *Revista Brasileira de Educação*.

⁹A JUC foi uma associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB), tendo desaparecido entre 1966 e 1968 e tinha por objetivo disseminar os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Foi muito importante sobretudo, no sentido de incentivar a participação de leigos juntamente com a Igreja Católica

Ainda na década de 1980, a análise realizada pelo sociólogo e pesquisador na área de educação popular, Luiz Eduardo Wanderley¹⁰ presente em *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base* que remonta a mesma data do trabalho de Fávero (1984), traz um extensivo relato de movimentos católicos – no recorte de 1961 a 1965 – com ênfase no MEB, por se constituírem "nos movimentos da Igreja Católica que redefiniram a atuação prática dos cristãos na sociedade brasileira" (WANDERLEY, 1984, p.16). Assim como Rapôso, Wanderley também realizou entrevistas com monitores e animadores, afim de entender melhor a dinâmica e organização do MEB o considerando um dos movimentos de educação popular mais importantes da história das transformações sociais do Brasil, mostrando eficácia na capacitação e conscientização de alunos, monitores e animadores.

Ao salientar as características que configuraram, o que o autor vai chamar de uma Igreja popular, percebemos como trabalhos como estes elucidam aspectos da dinâmica interna e externa desta atuação, contribuindo para esclarecer quais as possibilidades e limites, sobretudo, entre a prática educativa proposta pela Igreja Católica e como se deu sua articulação com agentes externos com bases populares. Uma questão que é muito bem abordada na obra de Wanderley, é a cultura e educação popular e como esta tinha por principal objetivo mudar a realidade dos sujeitos do MEB. A partir da observação de Wanderley percebemos a importância e necessidade em trazer uma discussão sobre a Educação Popular e a Cultura Popular, assuntos que o autor aborda profundamente em sua obra, mesmo que, em alguns momentos, de forma bastante apaixonada.

É preciso, para melhor compreender como este espaço escolar é construído, discorrer sobre as peculiaridades da atuação desse Movimento enquanto um projeto de alfabetização que se utilizava de um ensino rádio educativo, cabendo assim abordar as particularidades da utilização do rádio na educação. Sobre tal abordagem uma das mais importantes interlocutoras que se dedicou ao estudo das escolas radiofônicas no Rio Grande do Norte é a doutora em educação Marlúcia Menezes de Paiva¹¹. Paiva, destaca em um dos seus trabalhos¹² sobre as

¹⁰Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley é doutor em educação, e também participou da Juventude Universitária Católica assim como Osmar Fávero. Inclusive Wanderley cita as contribuições de Fávero para a produção de seu livro, o que evidencia ainda mais a importância de sua obra e o interesse de intelectuais que vivenciaram sobretudo a primeira fase do MEB em escrever sobre essa experiência tida por eles como um projeto que buscava construir um mundo novo e mais justo.

¹¹Marlúcia Menezes de Paiva é professora Titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e é pesquisadora na área de História da Educação com uma trajetória voltada a estudar a História da Igreja Católica sobretudo no Rio Grande do Norte, e as escolas radiofônicas também em Natal.

escolas Radiofônicas de Natal, que “uma das principais razões para que a Igreja Católica utilizasse este sistema radiofônico era que o rádio poderia multiplicar o discurso e o ideário católico, expandindo a voz da Igreja no meio rural alcançando parcela mais significativa da população” (PAIVA, 2017). É importante destacar mais uma vez dialogando com Paiva, que esse processo de renovação das práticas pastorais, como a utilização do rádio na educação, “aponta na direção da conformação de estratégias de expansão que demarcam um novo espaço sociocultural, com significados sociais próprios. O sistema rádio educativo foi o mais importante dos recursos utilizados” (PAIVA, 2017, p.138).

Paiva, em artigo sobre as escolas radiofônicas e a Arquidiocese de Natal (2017), vai apresentar o cenário que se configurou o MEB em consonância com o contexto desenvolvimentista pós Segunda Guerra Mundial na cidade de Natal, sendo neste momento em que a conjuntura ofereceu vários problemas de ordem social fazendo com que a Arquidiocese de Natal iniciasse novas práticas pastorais organizando suas ações voltadas para práticas sociais, particularmente com a criação do Serviço de Assistência Rural-SAR, em 1949 (PAIVA, 2017). Além disso Paiva nos concedeu uma contribuição extremamente importante presente no livro *Escolas Radiofônicas de Natal uma história construída por muitos (1958-1966)*, que pode ser considerado um livro-testemunho que registra “uma história construída por muitos”, ao mostrar a criação, a experimentação e a sistematização da experiência das escolas radiofônicas e do MEB de Natal, que é amorosamente descrita por parte da equipe que a realizou, trazendo exemplos da programação radiofônica, transcrição de partes relatórios de viagens e treinamentos, depoimentos retirados de cartas de monitores das escolas e de pessoas que ouviam essa programação e se manifestavam a respeito dela.

Ao trazer transcrições de documentos, *scripts* de aulas e outras emissões radiofônicas, programas de treinamento de monitores e líderes, trechos de relatórios e de cartas de monitores e alunos do sistema de Natal no Rio Grande do Norte, roteiro sugerido para os estudos de área, quadros contendo o número de escolas radiofônicas por estado, relação alunos concluintes, dados relativos a monitores e indicação do número de cartas de alunos e monitores encontradas, classificadas por temas, nos fornece detalhes extremamente necessários sobre a atuação do MEB nos indicando elementos que constituem este espaço

Marlúcia Menezes de Paiva (pg. 138) em trabalho sobre a Arquidiocese de Natal e as escolas radiofônicas discute a importância das escolas radiofônicas e do rádio para as ações educativas da Igreja Católica no processo de renovação das práticas pastorais

¹²PAIVA, Marlúcia Menezes de. **A Arquidiocese de Natal e as escolas radiofônicas (Rio Grande do Norte, Brasil)**. Revista Iberoamericana de Educación. vol. 75. OEI/CAEU. 2017. p. 133-146.

escolar. É um trabalho que nos mostra os sujeitos atuando e protagonizando as ações que constituam este espaço escolar construído pela prática educativa do MEB.

Ainda em sua tese de doutoramento, *Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)* de (1992), Paiva apresenta mais uma contribuição ao analisar as Escolas Radiofônicas de Natal no período de 1959 a 1966, chamando a atenção para a situação onde ocorriam as aulas ao dizer que “as condições físicas das escolas radiofônicas estavam longe de atingir os preceitos mínimos essenciais para o funcionamento de uma escola: o local era iluminado por lamparina, poderia ser a sala da casa do monitor, um alpendre, um terreiro, uma latada” (PAIVA, 2009, p. 52). A partir disto, podemos entender como o espaço escolar era construído através do Movimento de Educação de Base visto que muitas vezes falar das escolas radiofônicas é também falar do MEB. O meio rural, as casas cedidas como ponto de encontro dos alunos para ouvirem as aulas pelo rádio, os monitores, as próprias aulas radiofônicas, os educandos, as praças que serviam como ponto de encontro para transmissão da aula pelo rádio quando não se tinha outro local, a sombradas árvores, tudo isto configura-se em elementos de construção deste espaço escolar.

Após a menção destes trabalhos – mesmo realizando um bom recorte visto o grande número de trabalhos sobre o tema- sobre o tema aqui proposto, torna-se evidente que o MEB empreendeu mudanças significativas nos espaços os quais atuou, mesmo com intenções alinhadas aos interesses da Igreja Católica e de acordo com os interesses do Estado, empreendeu mudanças profundas nas vidas dos sujeitos que foram contemplados com suas ações. Consta-se ainda que o MEB é sempre referido como um movimento que provocou intensa modificação social, o que nos indica que essas modificações contribuíram para construir um espaço escolar peculiar e de caráter extremamente transformador visto que um dos objetivos cruciais do MEB era a autopromoção das comunidades buscando sempre despertar os sujeitos para assumir seu papel modificador no mundo.

O MEB e o espaço escolar

Bem sabemos que o espaço é um elemento indispensável e central para a pesquisa histórica, e que toda e qualquer atividade humana necessita de um espaço e um tempo determinados. O espaço é construído e não um elemento dado. Antônio Viñao Frago e Agustín Escolano¹³ na introdução de *Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como*

¹³Antônio Viñao Frago é doutor em Direito e Catedrático de Teoria e História da Educação. Engajou-se desde sempre em pesquisas sobre educação e espaço escolar. Tem uma trajetória intelectual preocupada em inserir

programa (2001) nos chama atenção ao dizer que “apesar da importância da dimensão espacial da atividade humana em geral, e da educativa em particular, esta última é uma questão não estudada nem a fundo nem de modo sistemático” (FRAGO, 2001, p. 11). Refletindo sobre esta análise, entendemos a necessidade e importância de problematizar o espaço, e mais especialmente o espaço escolar e educativo.

Neste sentido consideramos que, a noção de espaço escolar foi sendo reconstruída, repensada e ressignificada ao longo do tempo, deixando de ser entendida apenas em sua dimensão arquitetônica, mas extrapolando, e evidenciando sua dimensão social (FRAGO; ESCOLANO, 2001), e o espaço escolar que aqui se pretende trabalhar é permeado por essa concepção, no momento em que buscamos entendê-lo para além de sua dimensão física, mas como sendo concebido em sua dimensão simbólica, construído na prática e na atuação do Movimento de Educação de Base. Tal definição é caracterizada por uma concepção de espacialidade marcada por diferentes modos de compreender as ações que envolvem o processo de aprendizagem e de educação. Espaço escolar não estar exclusivamente ligado a aspectos físicos ou a arquitetura escolar, mas a ações que extrapolam as paredes da escola e chegam até embaixo de uma árvore, ou na casa mais singela iluminada por uma simples lamparina no interior do Rio Grande do Norte, por exemplo.

Através disto percebemos que o espaço, como Frago considera, é algo que se imagina e que se projeta, tornando-se em lugar quando é construído a partir de ações, de discursos, da atuação dos sujeitos, quando é significado, simbolizado, como ocorre com o espaço de atuação do MEB, que não necessariamente era um espaço arquitetônico destinado a este fim, mas um espaço que estava sendo construído pelas práticas educativas que ali eram executadas. Há uma intenção pedagógica, há determinados discursos que se deseja disseminar/ou construir, e é nesse processo que podemos entender como ocorre essa construção do espaço escolar do, e pelo MEB. Sendo assim se faz necessário entender que este espaço do MEB foi construído socialmente e simbolicamente através das práticas e vivências dos sujeitos que atuavam neste espaço, convertendo-o em espaço escolar, no sentido que Frago (2001) propõe: como este espaço vai sendo construído no “fluir da vida”, mostrando a

novos temas no campo da história da educação, um destes temas é o espaço escolar, que considera crucial para entender o processo educacional de uma forma mais completa e eficaz. Agustín Escolano, também pesquisador sobre história do currículo escolar e história da educação, fundou e dirigiu a coleção *Ciencias de la Educación* da Universidad de Salamanca e a revista *Studia Paedagogica*. Suas pesquisas são nas áreas de educação, enfatizando o espaço como dimensão crucial do processo educativo.

importância de buscar compreender como o MEB vai construir este espaço no meio rural, dando ênfase ao protagonismo e a trajetória dos sujeitos.

Esta concepção é fundamental para entender como estes espaços iam sendo convertidos em lugares a partir da atribuição de um valor simbólico e funcional, e na medida em que iam sendo convertidos em lugares de atuação do MEB, em que “a escola pois enquanto instituição, ocupa um lugar e um espaço. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado” (FRAGO, 2001, p. 62). Consideramos ainda como Frago, que o espaço enquanto constructo social, jamais é neutro, carrega em sua configuração signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais daqueles que o habitam ou o habitaram (FRAGO, 2001, p. 64).

Diante do supracitado, consideramos fundamental a colocação feita por Escolano, quando diz que “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p. 26). Sendo assim consideramos o MEB, um projeto de educação de base, que refletia determinados discursos, resultantes de um projeto sustentado pela Igreja Católica na época. Estes discursos irão refletir e ser notados na prática educativa do MEB, na sua organização, em seu espaço de atuação e também na construção de seu espaço escolar. O meio rural, as casas cedidas como ponto de encontro dos alunos para ouvirem as aulas pelo rádio, os monitores, as próprias aulas radiofônicas, os educandos, as praças que serviam como ponto de encontro para transmissão da aula pelo rádio quando não se tinha outro local, a sombra das árvores, tudo isto configura-se em elementos de construção deste espaço escolar. Paiva (1992) como vimos, já chama a atenção para a situação onde ocorriam as aulas ao dizer que “as condições físicas das escolas radiofônicas estavam longe de atingir os preceitos mínimos essenciais para o funcionamento de uma escola: o local era iluminado por lamparina, poderia ser a sala da casa do monitor, um alpendre, um terreiro, uma latada” (PAIVA, 2009, p.52).

Considerações finais

Tendo em vista o exposto, podemos perceber que as ações educativas, orientadas pela igreja católica nas áreas onde o MEB atuou, provocaram significativas e profundas mudanças no cotidiano dessas populações, em seus aspectos sociais, na própria forma de entender o mundo e conseqüentemente, no espaço que as circunda, bem como podemos perceber as peculiaridades deste espaço escolar, entendido como constructo cultural, um

espaço escolar que não se restringia a sala de aula da forma como é convencionalmente entendida, mas o espaço escolar que era apropriado e significado, podendo ser uma casa, uma calçada, a sombra de uma árvore, e onde ocorria as práticas educativas, o espaço escolar era onde se queria ensinar e onde se queria aprender. Por fim, fica claro que a leitura de trabalhos sobre o MEB resulta em um melhor entendimento do contexto e das condições nas quais o MEB atuou, evidenciando como o espaço era concebido e percebido e como os sujeitos se relacionavam neste e com este espaço. Através disto, podemos perceber e concluir que as ações educativas, orientadas pela igreja católica nas áreas onde o MEB atuou, provocaram significativas e profundas mudanças no cotidiano dessas populações, em seus aspectos sociais, na própria forma de entender o mundo e consequentemente, no espaço que as circunda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base: 1961-1966**. São Paulo: 1984 [Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

FERRARO, Alceu Ravanello. **Igreja e desenvolvimento - O movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil-1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. Natal: EDUFERN, 1992.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **A Arquidiocese de Natal e as escolas radiofônicas (Rio Grande do Norte, Brasil)**. Revista Iberoamericana de Educación. vol. 75. OEI/CAEU. 2017. p. 133-146.

PAIVA, Marlúcia Menezes de (Org.) **Escolas Radiofônicas em Natal: uma história construída por muitos (1959-1966)**. Brasília: Líber Livro Editora, 2009. 156 p.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1982.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e História social. IN__ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (ORGs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 286 p. artigos.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar. Educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SITES CONSULTADOS:

MEB QUEM SOMOS disponível em: <<http://www.meb.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

FORUM EJA disponível em: < <http://forumeja.org.br/meb>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Circular de 1979 – Acervo do MEB- AMAN. Arquivo do MEB – Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN).

PROCESSO DE EXPANSÃO TERRITORIAL NOS SERTÕES DO PIAUÍ ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

Gilson Bezerra Gomes Neto⁴⁵

Analisando a história do Brasil vê-se que foi marcada por um contínuo processo de expansão territorial e conquista de novos espaços. Foi um movimento que uniu o povoamento europeu, exploração dos meios produtivos e a apropriação do solo. Na colonização da América portuguesa, com a ocupação do espaço econômico e a formação de instalações produtivas, surgiram formações sociais específicas que valorizavam o espaço em que cada uma se estabelecia. Assim, as articulações e complexidades de cada um e suas formas de vida específicas conformaram os diferentes territórios da colônia. Dessa maneira, pretende-se, neste trabalho, analisar a expansão do território da América portuguesa no sertão do Piauí compreendendo as relações de poderes e interesses envolta desses espaços. E, para tratar do sertão do Piauí e compreender melhor as relações que aconteciam nesse local, é importante entender o que eram os sertões na América portuguesa, significá-lo espacialmente, socialmente e identificar os aspectos de sua formação territorial. Dessa forma, objetiva-se também neste texto analisar os conceitos de “sertão” e “fronteira” - que, em certo ponto, podem apresentar-se como sinônimos. Da mesma maneira, propõe-se a evidenciar a importância de Domingos Afonso Mafrense nessa expansão para a formação da capitania de São José do Piauí.

Os sertões eram lugares que foram interpretados de diversas maneiras, e tem-se um conjunto de significados que se complementam. Dentre esses, o dicionário escrito por Raphael Bluteau, que define como “região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras” (Raphael Bluteau - Vocabulario Portuguez & Latino). Complementando esse sentido, Janaína Passos caracteriza como espaços que não eram litorâneos, e vastas extensões de terra de novas conquistas que não eram muito conhecidas (AMADO, 1995). Nesse sentido, o sertão é entendido como regiões interioranas, que, pelo modelo de colonização português, eram conquistadas posterior as áreas costeiras, por um receio de perder o domínio das áreas necessárias para as rotas marítimas (HOLANDA, 1995, p. 99).

Já na concepção do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes novas interpretações são acrescidas, pois a distância do litoral não é suficiente para explicar o que era ou o que poderia ser o sertão na América portuguesa. Nota-se isso nos estudos de Pedro Pinheiro acerca do Cabo de São Roque, que, mesmo localizado no litoral, era denominado na documentação como sertões,

⁴⁵ PIBIC – UFRN. Endereço de e-mail: gilsgomesufrn@gmail.com.

passando a ser classificado pelo autor como “sertão litorâneo” (ARAÚJO JÚNIOR, 2019). Robert Moraes definiu esses espaços como fundos territoriais, que eram lugares ainda não conquistados, não tão conhecidos, ou que ainda não faziam parte da região colonial. Eram espaços sob o domínio da natureza e, do ponto de vista colonizador, passíveis de expansão. (MORAES, 2008) Também não eram muito bem representados na cartografia colonial, apesar de que a cartografia nem sempre correspondia ao conhecimento dos colonos sobre o território, pois a produção de mapas dependia, geralmente, da habilidade de navegadores, grafando o que era conhecido na costa e nos caminhos dos rios percorridos, enquanto o conhecimento do território, em específico dos sertões, era baseado em caminhos falados por informações adquiridas de indígenas, e passaram a ser registrados em formas textuais pelos cronistas que percorriam esses caminhos ou ouviam de alguém que os percorreram.

Moraes definiu região colonial como um conjunto de atributos espaciais que se complementam. Esses eram marcados pela regularidade de caminhos, um povoamento constante e zonas de difusão - definidas com base nos núcleos de assentamento - conectadas em uma rede. Os primeiros núcleos na América portuguesa foram as primeiras feitorias, funcionando inicialmente como ponto de comércio e patrulha, mas se desenvolvendo para lugares de irradiação da colonização, importantes para alavancar o conhecimento das terras, habitantes e produtos da colônia, passando a ser não apenas um lugar de troca econômica, mas também cultural. Seriam as bases primeiras da colonização de Portugal na América. Mas a territorialidade da colônia não se resumia a essa região colonial. Entende-se como território a expressão das relações constituídas em um espaço que sofreu, em algum período de sua história, um processo de conquista - sendo uma ocupação mais efetiva ou ainda em consolidação - e, a partir dela, a constituição de relações sociais e da sociedade com o espaço. No mesmo sentido, é uma escala de análise desses relacionamentos em um espaço com sua própria historicidade. O processo de formação dos territórios envolve, em certa medida, uma forma de colonização, marcada tanto pela difusão de modos de vida como pela ocupação física de um determinado espaço (MORAES, 2008; 2011). Assim, os sertões, ou as fronteiras internas da colônia, constituem também parte da territorialidade colonial, mas em um grau distinto de ocupação e conhecimento em relação àqueles já inseridos na região colonial. É nesse contexto que está inserido o espaço e personagem analisados neste estudo, Domingos Afonso Sertão e o sertão do Piauí.

Aliado e complementar ao entendimento sobre o que era os sertões, deve-se analisar o termo fronteira que, para esse caso, é de grande relevância para compreender as relações sociais no espaço aqui estudado. Para Sérgio Buarque de Holanda a fronteira era entendida como as paisagens, hábitos, instituições, técnicas ou idiomas diferentes que, por algumas vezes, se defrontavam e, em outras, se misturavam, podendo haver uma luta por afirmação de um em

detrimento de outro ou a formação de um produto misto ou simbiótico, nas palavras do autor (HOLANDA, 1994). O sociólogo José de Souza Martins entende a fronteira como um lugar de conflito e disputas, em que a principal é a da definição que distingue a cultura e a natureza, o homem e o animal e quem é humano e quem não o é, lugar onde há a “degradação do outro” de forma que viabilize a existência de quem o está subjugando (MARTINS, 2019). Logo, era palco das relações de alteridade entre diferentes povos, gerando diversos conflitos não apenas na área da vivência, mas, também conflitos bélicos em diversos momentos.

O historiador John Russell-Wood desenvolveu estudos que contribuem para esse entendimento. De acordo com o mesmo, a fronteira é uma metáfora, sendo uma área de interação entre diferentes culturas. E a palavra comumente usada para se referir as fronteiras na colônia era “sertão”. Era, ainda, um lugar de selvageria e impunidade devido as dificuldades encontradas pela coroa para exercer o poder nesses locais. Russell-Wood destacou o fato de que palavra sertão não era usada de forma neutra. Sendo utilizado pelos colonos, de forma etnocêntrica e comumente para se referir as fronteiras, esse termo conotava um lugar negativo e não habitado por portugueses; era a personificação de uma força disruptiva e perigosa, e ainda esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado. Quem habitava esse lugar era tido por bárbaro não domesticado, seriam os índios não convertidos e inimigos da Coroa, que apresentavam uma força ameaçadora à colonização. Contudo, havia ainda aqueles que se associavam ao sertão sem serem nativos, que eram os que buscavam refúgio da justiça temporal ou da Igreja, e os que buscavam oportunidades de riqueza, fosse por busca de metais preciosos ou acúmulo de terras. Esse feito não acontecia necessariamente por uma noção de aumento territorial da colônia ou de expansão da fronteira, mas sim, de conquistas particulares (RUSSELL-WOOD, 2014).

Inserido nesse contexto de sertão e fronteira, o sertão do Piauí enfrentava conflitos de cunho jurisdicional, pois sendo um espaço não delimitado e com a ausência da administração efetiva da Coroa, era incerto a quem pertencia o poder jurídico da região. Sabe-se que o território do sertão Piauí foi, durante muito tempo, lugar de disputa de poder entre Maranhão, Pernambuco e Bahia, como declarou Sebastião da Rocha Pita “He Capitania sogeita a três jurisdições” (PITA, 1827). Até o ano de 1695, a jurisdição pertencia à capitania de Pernambuco, sendo posteriormente jurisdicionado ao Maranhão (COSTA, 1974, p. 54). Contudo, no ano seguinte, houve a criação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, pelo bispo de Pernambuco, desvinculando-se da paróquia de Nossa Senhora do Cabrobó, que também fazia parte do bispado de Pernambuco. Assim, a capitania do Maranhão atuava nas instâncias jurisdicionais temporais - com a condição de que as sesmarias que já haviam sido doadas por Pernambuco e Bahia não fossem consideradas devolutas,

nem podendo avançar em conquista para além do que estava demarcado⁴⁶, Pernambuco na justiça e administração eclesiástica das freguesias, enquanto a Bahia atuava na ocupação por parte dos sesmeiros e, conseqüentemente, na criação de gado. Para o governo da Bahia não parecia haver muita vantagem, já que as rendas das terras seriam dadas às outras duas capitanias.

Assim, pretende-se analisar a conquista do sertão do Piauí com base nas posses de Domingos Afonso Sertão devido a uma falta de estudo sobre a personagem e também por entender sua importância para essa conquista, considerando que a conquista não se resume em apenas guerrear em um determinado local ou requerer sesmaria, mas sim, fatores como ocupar, produzir e defender as terras que requereu. É estimado, de acordo com os primeiros registros de terras, que data em aproximadamente 1670 o ano da chegada de Domingos Afonso Mafrense ao Brasil, vindo com seu irmão, Julião Afonso. Ambos eram naturais de Torres Vedras, no distrito de Lisboa, e seus pais - Julião Afonso e Jerônima Francisca - teriam, supostamente, vivido e morrido lá. Ao chegarem na Bahia, alega Barbosa Lima Sobrinho, teriam adotado os nomes de Sertão e Serra, respectivamente, como forma de demonstrarem seus intuítos de conquista nas terras do interior da colônia (LIMA SOBRINHO, 1946). Pouco se sabe sobre a vida dos irmãos e dos seus pais no período anterior a sua chegada no Brasil, mesmo sendo conhecidos os seus nomes, locais onde viviam e onde morreram. Esse fato conduz a uma hipótese de que eles não compunham posição social elevada nem eram uma família de cabedal em Portugal. Tem-se conhecido em registro apenas uma vinha em Portugal, pertencente a Julião Afonso, o pai, e que, após sua morte, ficou para Sertão, como consta em seu testamento.

Durante sua vida, Domingos Afonso Sertão ocupou alguns cargos administrativos na América portuguesa, sendo esses o de tesoureiro geral do Brasil, em 1692 e contratador dos dízimos na Bahia, entre 1707 e 1708. Também construiu forte relação com os Jesuítas da Bahia, como demonstrada em seu testamento quando nomeou como primeiro dentre os três da lista sucessória de seus testamenteiros e administrador da capela a ser instituída após sua morte o padre reitor do Colégio da Bahia da ordem jesuítica. Mas a relação não se restringiu a apenas isso. Durante sua vida, foi contribuinte com a criação do Noviciado da Jiquitaia⁴⁷ na Bahia para a formação jesuítica, tendo lavrado uma escritura doando 64.000 cruzados e ainda vinculado suas fazendas de gado ao mesmo noviciado⁴⁸. A essas constatações, acrescenta-se o fato de que o mesmo, segundo consta em seu testamento, foi nomeado pelo padre reitor como irmão da Ordem de Cristo⁴⁹. Dessa forma, a participação da Bahia não se limitava mais a ocupação por parte dos

⁴⁶ É mencionado a existência da Carta Régia com essa determinação nas obras de Lima Sobrinho e Pereira Costa, entretanto, sem referência de onde encontrar o documento.

⁴⁷ Um noviciado ou noviciaria é a parte do convento em que vivem os noviços.

⁴⁸ Testamento de Domingos Afonso Sertão, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Tomo XX, p. 140.

⁴⁹ Essa informação é problemática, pois a habilitação em uma ordem religiosa podia ser feita apenas pelo rei, mas não

sesmeiros, havia também grande benefício à instância religiosa.

Em relação as conquistas de terras, após ter chegado ao Brasil, em Salvador da Bahia, Sertão obteve sua primeira sesmaria nessa capitania, no ano de 1674. Não eram grandes porções de terras, eram apenas 3½ léguas em quadra, localizadas nas proximidades do rio das Velhas, que, no período, pertencia a Bahia, mas, posteriormente, a Minas Gerais. No mesmo ano, Sertão juntou-se a Francisco Dias de Ávila 2º para a primeira incursão no sertão entre o rio São Francisco e Parnaíba. Essa união pretendia guerrear contra os índios Gueguês que viviam nas proximidades do rio Gurguéia⁵⁰. Para isso, Domingos Afonso Sertão recebeu o título de capitão de infantaria pela tropa de Francisco Dias de Ávila para ir em uma das frentes de combate. Como resultado dessas batalhas, que duraram até 1676, foi concedida a primeira sesmaria, por Pernambuco, em nome de Domingos Afonso Sertão, o seu irmão Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila, e Bernardo Pereira Gago, que data justamente do ano final das batalhas, 1676. A sesmaria tinha a extensão de 12 léguas em quadra para cada sesmeiro (SILB, PE 0353). Foi encontrado também outras concessões de sesmarias pelo governo de Pernambuco para Sertão, Francisco Dias de Ávila e outros associados, sendo realizada uma no ano de 1683 e duas em 1684 (SILB, PE 0377; PE 0379; PE 0380), como consta na tabela a seguir.

Tabela 1: Relação das sesmarias

Local	Data	Autoridade	Fonte	Sesmeiros
Rio das Velhas	1674	Afonso Furtado de Mendonça	Arquivo Nacional, Códice 427	Domingos Afonso Sertão
Rio Canindé	1676	Aires de Sousa de Castro	Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (S.I.L.B)	Francisco Dias Ávila; Bernardo Pereira Gago; Domingos Afonso Sertão;

há menção encontrada que ateste que tenha sido feita para Domingos Afonso Sertão.

⁵⁰ Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. XIII, p. 19.

				Julião Afonso; Francisco de Sousa Fagundes.
Rio Parnaíba	1683	Dom João de Sousa	Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (S.I.L.B)	Francisco Dias Ávila; Bernardo Pereira Gago; Domingos Afonso Sertão; Julião Afonso
Rio Parnaíba	1684	Dom João de Sousa	Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (S.I.L.B)	Francisco Dias Ávila; Bernardo Pereira Gago; Domingos Afonso Sertão; Julião Afonso
Rio São Francisco	1684	Dom João de Sousa	Plataforma de Sesmarias do Império	Francisco Dias Ávila; Garcia de

			Luso- Brasileiro (S.I.L.B)	Ávila; Bernardo Pereira Gago; Domingos Afonso Sertão; Julião Afonso; Francisco de Sousa Fagundes

Afonso Sertão não iniciou sua criação de gado após as sesmarias mais extensas, na petição da primeira sesmaria no Rio das Velhas, o sesmeiro declarou já ser possuidor de gado e escravos, e devido a isso, requeria as ditas terras⁵¹. Contudo, as criações em grandes escalas só foram possíveis após requerer as sesmarias do Piauí, onde acumulou extensas porções de terras e fundou várias fazendas, apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 2: Relação das fazendas

<i>Fazenda</i>	<i>Tam</i>	<i>Escr</i>	<i>Gado</i>	<i>Gad</i>	<i>B</i>	<i>Avaliaçã</i>
	<i>anh</i>	<i>avos</i>	<i>Vacu</i>	<i>o</i>	<i>e</i>	<i>o</i>
	<i>o em</i>		<i>m</i>	<i>Cav</i>	<i>s</i>	
	<i>légu</i>			<i>alar</i>	<i>t</i>	
	<i>a</i>				<i>a</i>	
					<i>s</i>	
<i>Gameleir</i>	3x3	15	1800	45	0	7:299\$52
<i>a</i>						0
<i>Guaribas</i>	4x3	17	2500	108	0	9:544\$44
						0

⁵¹ Arquivo Nacional, Códice 427, p. 69 – 70.

<i>Mato</i>	4x2	10	41	120	0	4:774\$28
				0		0
<i>Lagoa de São João</i>	4x2	7	1200	76	0	4:789\$44
						0
<i>Olho d'Água</i>	2½x	25	1000	351	0	7:220\$04
	1½					0
<i>Mocambo</i>	3x3	20	1100	72	0	5:357\$42
						0
<i>Serrinha</i>	2x3	23	3200	72	0	11:325\$0
						40
<i>Genipapo</i>	3x2	8	600	61	0	3:739\$80
						0
<i>Algodões</i>	4x4	26	3000	74	0	11:637\$2
						40
<i>Catarens</i>	3x3	12	2000	48	0	7:575\$76
						0
<i>Tranqueira</i>	3x2	17	2500	67	0	8:802\$80
						0
<i>Salinas</i>	6x1	18	1000	32	0	6:122\$88
						0
<i>Brejinho</i>	4½x	18	400	26	0	3:783\$60
	15					0
<i>Fazenda Grande</i>	3x1	27	1200	37	0	7:163\$32
						0
<i>Boqueirão</i>	7x1	11	900	28	0	5:759\$12
						0
<i>Gameleira</i>	3x2	19	2400	17	0	10:768\$0
						40
<i>Caché</i>	1x2	5	100	18	0	1:563\$00
	½					0
<i>Cajazeira</i>	3x2	39	2500	35	4	4:557\$98
<i>s</i>					0	0 +
<i>+Serra⁵²</i>					0	

⁵² As fazendas Cajazeiras e Serra foram colocadas juntas por ser informado no documento que uma estava inserida dentro da outra.

						11:170\$3
						20
<i>Mocambo</i>	3x1	9	200	0	0	2:170\$16
						0
<i>Cachoeira</i>	4x1	29	1000	23	0	6:579\$00
	½					0
<i>Espinhos</i>	4½x	23	2700	47	0	10:340\$6
	1					40
<i>Julião</i>	5x1	23	1200	43	0	7:999\$24
	4					0
<i>Ilha</i>	2x2	25	3000	91	0	12:890\$5
	½					60
<i>Pobre</i>	3x2	20	3000	69	0	9:725\$48
						0
<i>Baixa dos Veados</i>	NC	21	0	0	7	6:983\$20
					0	0
					0	
<i>Sítio</i>	2x2	28	2500	73	0	9:203\$52
						0
<i>Tranqueira</i>	3½x	17	300	17	0	10:186\$9
	3					60
<i>Poções</i>	4x2	36	3000	97	0	15:431\$8
						40
<i>Saco</i>	4x4	22	4000	90	0	12:727\$2
						10
<i>Saquinho</i>	NC	14	0	0	5	4:821\$32
					0	0
					0	
<i>Castelo</i>	2x2	26	6000	110	0	24:811\$8
						00
<i>Burití</i>	2x1	15	2000	61	0	8:286\$04
						0
<i>Campo Grande</i>	4x4	33	4000	98	0	18:484\$2
						20

<i>Campo</i>	5x5	43	5000	85	0	23:681\$5
<i>Largo</i>						60
<i>Somatório</i>	103	701	65341	323	1	317:276\$
<i>o</i>	x 98			6	6	790
					0	
					0	

Dados retirados da Revista do IHGB - Vol. 20, p. 52 - 55

Os dados apresentados nessa tabela demonstram que o sertanista era, de fato, um dos maiores possuidores de terras e riquezas no Piauí. Devido a isso, analisa-se as terras do mesmo caracterizada como senhorio colonial. Conceito criado por Carmen Alveal, entende-se senhorio colonial era a formação de extensos domínios territoriais no Brasil nos séculos XVII e XVIII em que os sesmeiros acabavam se sobrepondo e exercendo uma jurisdição que não lhes cabia (ALVEAL, 2016). Essa sobreposição pode ser observada em uma denúncia contra Domingos Afonso Sertão reclamando de atos escandalosos que ele teria feito no sertão do Piauí, que foi mandar derrubar a igreja da freguesia. Além de mandar derrubar a igreja, teria também mandado derrubar a casa do cura da freguesia, construída com ajuda dos fregueses, que acabou fugindo do local. Foram interrogados alguns de seus vizinhos, que diziam não saber sobre o ocorrido e que o sesmeiro era de boa reputação, reforçando o caráter de impunidade devido a dificuldade de fiscalização dos delitos nos sertões⁵³. Esse fato demonstra que, provavelmente, o sesmeiro não mantinha boas relações com o poder eclesiástico de Pernambuco, e em determinado momento, chegou a entrar em conflito com o mesmo e, de acordo com Rodrigo Gerolineto Fonseca, o conflito aconteceu como produto de uma disputa por poder, pois a presença da igreja interferia nas relações e controles sociais que havia por parte do sesmeiro (FONSECA. 2012).

Dessa forma, percebe-se que o Piauí foi palco de conflitos jurisdicionais entre diferentes capitânias, envolvendo tanto governadores como, também, instâncias religiosas; conflitos esses que perduraram desde o começo da conquista até quando a região foi elevada à condição de capitania sob o governo de João Pereira Caldas no ano de 1758. E Domingos Afonso Sertão estava envolvido nesses conflitos, seja nas atuações diretas por ter uma participação em diferentes instâncias coloniais, tanto na parte administrativa como na religiosa ou indiretamente pelos vários arrendamentos de terras que tinha naquele sertão. O sertanista chegou a utilizar, para isso, o poder de mando que o mesmo tinha sobre pessoas que viviam no sertão analisado, tendo, assim, grande destaque na formação socioespacial daquela região.

⁵³ AHU - BA, Luísa da Fonseca, Cx. 33, d. 4242.

Referências

- ALVEAL, C. M. O. **De senhorio colonial a território de mando**: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). *Revista Brasileira de História* (Online), v. 36, p. 1-20, 2016
- ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. "**Não é terra de préstimo e nunca foi povoada**": a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145 – 151.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- FONSECA, Rodrigo Gerolineto A "**NOBREZA DA TERRA**": a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí - do final do século XVII ao final do século XVIII. *Outros Tempos*, v. 09, p. 197-221, 2012.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Nacional, 1946. p. 57.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2019.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no longo século XVI. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Annablume, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Bahia: Imprensa Economica, 1827.
- RUSSELL-WOOD, A. J. **Histórias do Atlântico Português**. In: DOMINGUEZ, Ângela; SOARES, Denise Moura (org.) São Paulo: UNESP, 2014. p. 279-282.

O SENADO DA CÂMARA E AS DINÂMICAS SOCIAIS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE: VILA DE PORTALEGRE (1771-1794)¹

Iara Cristina Soares Silva²

Leonardo Cândido Rolim³

INTRODUÇÃO

O *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, mais conhecido como Diretório dos Índios ou Diretório Pombalino, foi um projeto de “civilização” dos índios e, ao mesmo tempo, de colonização do Brasil, o que implicou a instalação de instituições típicas do Antigo Regime. Criado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para o Estado do Grão Pará e Maranhão, do qual era governador e capitão-general, foi empregado em 1757 e mais tarde, em 1758, se estendeu para o Estado do Brasil, elevando as missões às vilas e lugares portugueses, entre outras resoluções. A partir de então, os índios passariam a ser tutelados por um Diretor, que os administraria juntamente com o Senado da Câmara (LOPES, 2005).

O Senado da Câmara, instituição que representava os interesses da Coroa nas vilas, possuía poderes legislativos, econômicos, fiscais e jurídicos, de modo que afetava o cotidiano da população em vários aspectos, por meio de ações como a aplicação de multas, correições e aferições (BARBOSA, 2017). No caso das Vilas de Índios, era composto tanto pelos “homens bons”, de descendência portuguesa, como por índios, conforme as exigências do Diretório para a sua assimilação.

Nesse contexto foi criada a Vila de Portalegre, em 1762, a partir da Missão do Apodi, composta por índios Paiacu, aos quais se juntaram os Caboré e os Icozinhos. No ato de fundação foram definidos os oficiais camarários, bem como repartidas as terras para os índios e os demais moradores. Diferente das demais Vilas de Índios da capitania, a Vila de Portalegre estava localizada nos sertões da capitania, distante da Cidade do Natal, dotada de dinâmicas e práticas diferenciadas, pois.

¹ Essa pesquisa faz parte da monografia intitulada “Entre índios e colonos: o Senado da Câmara e as dinâmicas sociais nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte – Vila de Portalegre (1762-1806)”, defendida e aprovada no dia 21 de dezembro de 2020 como trabalho final do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Graduanda em História - UERN. Endereço de e-mail: iaracristisilva@gmail.com.

³ Chefe do Departamento de História - UERN. Endereço de e-mail: candidorolim@uern.br.

Atualmente, historiadores têm se dedicado ao estudo de grupos, cargos e funções relacionados à municipalidade, partindo principalmente dos documentos camarários para analisar questões político-administrativas, econômicas e sociais (BARBOSA, 2017). Dessa forma, nota-se cada vez mais o uso da História Social como abordagem no período colonial, tendo em vista a problematização de temas relacionados ao “comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais”, logo, ao coletivo (CASTRO, 1997, p. 81).

Essa pesquisa, portanto, tem como objetivos verificar em quais atividades e até que ponto se manifestava o poder camarário na Vila de Portalegre; identificar quais os sujeitos envolvidos; e analisar a reação dos moradores às investidas do Senado da Câmara, sendo utilizados para isso os documentos presentes no Livro das Sessões do Senado da Câmara da Vila de Portalegre (1771-1794).

POR FORA DAS POSTURAS: A FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Diversos eram os instrumentos dos quais o Senado da Câmara fazia uso para impor sua vontade; um deles eram os códigos de posturas, leis locais que, se infringidas, poderiam levar à multa ou mesmo prisão. Essas leis tratavam de diversos assuntos que diziam respeito à manutenção da ordem pública:

(...) as posturas municipais versavam sobre temas como licenças para estabelecimento de vendas, exercício de ofícios mecânicos, taxaço sobre produtos alimentares vendidos, higiene e conservação dos caminhos e estradas, entre diversos outros assuntos que os camarários sentissem necessidade de interferir e controlar para o *bem comum* do povo (BARBOSA, 2017, p. 123) (grifo do autor).

Esses códigos eram elaborados conforme as necessidades do momento e, por meio de editais, eram expostos nos locais mais públicos das vilas e cidades, a fim de que todos os cumprissem.

Além das posturas, funcionários contratados pela Senado eram responsáveis pela ordem, inclusive por cumprir as posturas, dentre os quais nos interessa o Almotacé. Este era incumbido da supervisão do que Magnus Roberto de Mello Pereira (2001) chamou de três agendas do viver urbano: a do sanitário, a do construtivo e a do mercado. Dessa forma, verificava a salubridade do meio urbano; a construção e manutenção de obras públicas; as licenças dos estabelecimentos comerciais e a legalidade dos seus pesos e preços, dentre outras atividades. Na Vila de Portalegre eram eleitos dois Almotacés, um para a sede da vila e outro

para a Serra do Martins, que atuavam por três meses, representando o poder do Senado da Câmara e, conseqüentemente, do próprio rei⁴.

Em relação ao sanitário, podemos citar o caso de Maria de Sá da Costa, que em 1771 foi condenada por lavar roupa na cacimba da Lagoa Nova. A água oriunda dos rios e lagos era utilizada para beber, cozinhar, banhar-se, na criação de animais, etc., podendo ser poluída no ato da lavagem, o que fez com que essa atividade fosse proibida. Contudo, a moradora alegou não saber da proibição, já que o almotacé não havia exposto o edital no local. Desta forma, ela e o capitão-mor João Barboza, também responsável pela manutenção da ordem, foram isentos da multa⁵. Situações como essa evidenciam tanto os argumentos utilizados pelos moradores para livrarem-se de multas, como a responsabilidade do Almotacé em aplicá-las corretamente, expondo os editais no devido tempo.

No que diz respeito às obras públicas, verificou-se que em 1774, em meio à presença de animais nas lavouras, o Senado da Câmara ordenou que os moradores construíssem juntos uma cerca comum ao redor destas, com o auxílio do Almotacé e “para que em nenhum tempo se chamem a inocência mandaram o Almotacé que mandasse notificar a todos os moradores para assim estarem entendidos os quais seguirão as determinações do mesmo Almotacel a quem encobimos esta feitura”⁶. Neste sentido, esse funcionário participava da construção de obras do início ao fim, o que também implicava o seu anúncio. É no comércio, entretanto, onde podemos verificar as maiores irregularidades e uma maior atenção por parte do Senado.

Um dos principais alimentos consumidos no Brasil colonial era a carne, costume já praticado no reino de Portugal. Com a colonização dos sertões das Capitanias do Norte e a necessidade constante de locomoção nessa região, esta passou a ser comercializada também seca, visando sua melhor conservação (ROLIM, 2012). Assim sendo, uma das preocupações do Senado era garantir seu adequado comércio e distribuição, de modo que não faltasse à população, para isso dispendo do contrato das carnes, arrematado em praça pública. O arrematador desse contrato, o Contratador das Carnes, possuía o direito e ao mesmo tempo o dever de abastecer a vila em determinados dias da semana (DIAS, 2011).

O Senado da Câmara, por sua vez, além de ser responsável pela fiscalização dos estabelecimentos de venda, de modo a garantir o monopólio desse comércio pelo arrematante,

⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, cx. 74, Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre, Termo de Vereação de setembro de 1772.

⁵ Ibid., Termo de vereação de 15 de novembro de 1771.

⁶ Ibid., Termo de vereação de 30 de setembro de 1774.

disponibilizava “casa de abrigo, curral seguro, balança e pesos sendo por triênio a arrematação para lhe servir os prejuízos em se aprontar com cercados onde possa ter os gados a vender e outras mais coisas que deve aprontar para efeito do fornecimento”⁷, o que era fortemente cobrado pelos contratadores antes do início de suas atividades. Embora pareça algo inofensivo, essa atitude tinha como objetivo também a fiscalização, já que os moradores que fossem flagrados pesando carnes em casa eram multados.

Outras atribuições do Contratador das Carnes podem ser percebidas em um termo de 16 de maio de 1775, em que Manoel de Souza Tavares profere o juramento que o permitiria ocupar o cargo. No documento lhe é conferida a função de cobrar e receber o subsídio literário, além de registrar a quantidade de animais abatidos e quem os matou⁸. O subsídio literário, empregado sobre as reses abatidas, aguardente, vinho, vinagre e outros molhados, foi um imposto criado em meio à reforma do ensino empregada por Pombal para que fossem pagos os mestres (MACHADO, 1972, apud MORAIS e OLIVEIRA, 2012). Nas vilas de índios, cuja maioria dos moradores eram índios que precisavam aprender a Língua Portuguesa em um contexto no qual a educação passou a ser laica, se fazia essencial.

Obviamente, nem sempre o monopólio desse comércio era respeitado. Em vereação de 20 de novembro de 1771, Felipe Diogenes e Joana Lopes, moradores da vila, foram condenados “por terem quebrantado as leis impostas pelo dito Senado de pesarem carnes secas na condenação de seis mil reis pagos da cadeia”. O Senado da Câmara ainda acrescentou que ninguém poderia pesar carnes nem armar balança em casa, mesmo com licença do Contratador, que também poderia pagar a multa caso o fizesse⁹. Tal declaração ao mesmo tempo que reafirma a autoridade do Senado em relação ao comércio local sugere que era comum ocorrer entre o Contratador e os moradores acordos que permitissem a estes últimos vender carnes sem licença e, conseqüentemente, sem pagar o devido imposto à Câmara, o que poderia acontecer tanto pela existência de laços afetivos entre os envolvidos, como para benefício do próprio Contratador.

Além de venderem carnes sem licença, os moradores as vendiam a valores acima dos estabelecidos pelo Senado. Em correição realizada na serra de Luís Gomes, termo da Vila de Portalegre, Narcisa dos Prazeres, Manoel Luís, Luciano de Souza Vanderlleis e Mathias de Souza foram condenados a pagar 1\$920, 2\$000, 4\$000 e 2\$000, respectivamente, por serem encontrados “vendendo e picando carnes a preço de quatrocentos réis fora das posturas deste

⁷ Ibid., Termo de vereação de 28 de fevereiro de 1791.

⁸ Ibid., Termo que assina Manoel de Souza Tavares, de 1775.

⁹ Ibid., Termo de vereação de 20 de novembro de 1771.

Senado de trezentos e vinte réis”, sendo que quanto maior a infração, maior a multa¹⁰ A ausência da Casa de Câmara nessa povoação permitiu que muitos infratores fossem encontrados estabelecendo preços que aparentemente seriam produto de um consenso de mercado local. A população, que não tinha a quem recorrer ou não dispunha de outras opções de compra, submetia-se a essa exploração.

Outro gênero bastante produzido na vila era o algodão, que na segunda metade do século XVIII alcançou uma produção em larga escala na Capitania, sendo um dos principais produtos de exportação. Isso se deu devido à crescente demanda da Europa em meio ao desenvolvimento da indústria têxtil e à Guerra de Independência na América do Norte, mobilizando mão de obra livre e escrava (DIAS, 2011). Nesse contexto, em 1777 Maria Cabral, Miguel Pereira, Manoel Soares e Cosme Teixeira foram condenados “em dez tostões cada um por não terem tirado licença para venderem suas vendas e tiverem panos de algodão”. Já notificados anteriormente em correição, os comerciantes não pagaram o valor definido pelo Senado da Câmara, resistindo até o último momento. Dessa forma, foi ordenado ao Escrivão da Câmara que fizesse mandado para cobrar as ditas condenações¹¹. Esse caso eos anteriormente citados evidenciam, também, que era comum a participação das mulheres no comércio da vila.

Por fim, estabelecimentos que vendiam ilegalmente aguardente e outras bebidas foram encontrados em Apodi e em Luís Gomes. Emorenciano Ribeiro Coimbra, Antonio dos Santos e Miguel Gonçalves foram condenados em 4\$000, 3\$000 e 3\$000, respectivamente, sendo que este último também praticava o ofício de sapateiro sem licença¹².

Cabe a nós questionarmos até que ponto as ações do Senado da Câmara objetivavam o bem comum, visto que a punição ou prisão dos comerciantes que não possuíam licença prejudicavam, ao mesmo tempo, comerciantes e consumidores. Ao tomarmos como exemplo a multa aplicada aos vendedores de panos de algodão, percebemos que a obtenção desse produto se tornaria mais difícil se a venda cessasse, tendo em vista ser uma vila pobre, onde o beneficiamento do algodão era limitado. A venda de panos de algodão, neste caso, poderia ficar a cargo de comerciantes advindos de vilas maiores, o que terminaria por afetar negativamente a economia e o abastecimento locais, ou mesmo a própria relação entre a Câmara e a coroa, levando em conta o seu fim último (SILVA, 2002).

¹⁰ Ibid., Termo de vereação e feixa [?] de Correição de 10 de julho de 1788.

¹¹ Ibid., Termo de veriação de 24 de maio de 1777.

¹² Ibid., Termo de vereação e feixa [?] de Correição de 10 de julho de 1788.

Em meio a esses eventos econômicos não foi possível perceber a presença dos indígenas, a quem o Diretório pretendia inserir na sociedade colonial de forma equivalente aos demais vassalos. Os índios, nesse sentido, deveriam ser incentivados ao plantio, de modo que o excedente de seus produtos fosse destinado ao comércio, o que provavelmente não ocorreu na Vila de Portalegre, pelo menos não de forma significativa, dada sua ausência em fontes tão importantes como as produzidas pelo Senado da Câmara.

A URBANIDADE EM QUESTÃO

Como mencionado anteriormente, uma das constantes preocupações do Senado da Câmara dizia respeito ao aspecto urbano. Nesse sentido, outros personagens, como o Diretor dos Índios, aparecem dando sua contribuição, ou melhor, cobrando aos oficiais da Câmara aquilo que lhes cabia cumprir. Em 1772, o Tenente Bernardo da Costa alega que “estavam destruindo os cedros que haviam nas matas desta vila em grave prejuízo dos datadores dela para o tempo futuro e obras que se pretendam fazer neste Conselho”. Para evitar isso, o Senado da Câmara mandou fazer um edital expondo que aqueles que cortassem cedros pagariam, por cada um, cinco cruzados ao Senado, além de ficar sem a madeira¹³. A madeira era essencial na construção de obras da vila, visto que se tratava de uma comunidade pobre e os recursos eram escassos.

Em 1784, foi a vez do Diretor Capitão Antonio Batista Filho, que pediu provimento a respeito dos cavalos soltos na vila, solicitando que fossem presos e seu dono pagasse oitocentos réis para as despesas do Conselho¹⁴. Os cavalos soltos, além de causar desordem e sujeira, poderiam comer as lavouras, gerando grandes prejuízos ao seu dono e, em períodos de escassez, à toda população. Tais exigências demonstram que o Diretor vigiava constantemente a população e estava atento às necessidades da vila, garantindo que a Câmara cumprisse suas obrigações e exercendo, ao mesmo tempo, sua autoridade. Ao sugerir uma quantia específica para a multa, revela que estava familiarizado com as ações camarárias, o que abre a possibilidade de interesses ocultos nessa questão.

Era frequente a presença de animais soltos na vila, de modo que em 1774 o Senado da Câmara ressaltou não só a multa no valor de “oitocentos réis por cabeça até a quantia de seis mil réis mas também na satisfação dos mesmos frutos segundo a estimação que tiverem ao tempo em que for feito o dano”, o que era previsto nos seus códigos de postura. Além

¹³ Ibid., Termo de vereação de 23 de maio de 1772.

¹⁴ Ibid., Termo de vereação de 17 de janeiro de 1784.

disso, foi ordenado que os moradores, por si mesmos ou por meio de seus escravizados negros, construíssem uma cerca que resguardasse as lavouras, de modo que houvessem terras livres para o pasto das reses dos moradores e comerciantes. Aqueles que se recusassem a prestar esse serviço para o bem comum pagariam dois mil réis para a Câmara¹⁵. Percebe-se que mesmo em meio à forte vigilância e às multas impostas pelo Senado, os moradores persistiam em infringir as normas, de modo que estas nunca eram suficientes.

Diversas eram as iniciativas da Câmara para salvaguardar as lavouras e outras culturas, variando das mais simples às mais inusitadas. Em 1790, por exemplo, em meio ao constante ataque de pássaros aos frutos da vila, o Senado definiu

(...) ser útil para as lavouras e lavrages das culturas de legumes de caroço que cada morador desta vila e seu termo anualmente em revista de correição apresentarem a esta Câmara um escrito autêntico passado pelo Escrivão da mesma em como lhe apresentaram cada um dos ditos moradores doze cabeças de pássaros destruidores das culturas sob pena de não o fazendo cada um dos sobreditos pagarem por cada ave para assim o não cumprirem mil réis para as despesas deste Conselho¹⁶.

Não apenas a agricultura fazia parte da economia local. Diferente das vilas litorâneas, a Vila de Portalegre investia também na pecuária, sendo o gado seu principal produto de exportação. A pecuária era a principal atividade econômica da Capitania do Rio Grande do Norte e era fortalecida pelo comércio com outras capitanias como Paraíba e Pernambuco. Interessava tanto aos moradores das povoações (carne verde), quanto aos grandes proprietários de terra da indústria açucareira (gado em pé), como força motriz (BARBOSA, 2017). Conforme Thiago Dias (2011), mais tarde, em 1807, só a Vila de Portalegre, incluindo as várzeas do Apodi e Pau dos Ferros, exportou para Pernambuco 4.200 cabeças de boi, o que indica a força dessa atividade econômica na vila.

Tal importância fazia com que o Senado também dedicasse especial atenção a essa atividade, de modo que em termo de vereação de 20 de julho de 1778 foi ordenado, sem motivo explícito, que todos os moradores que possuíam gados de criar fossem notificados para que se destituíssem deles, permanecendo na serra apenas os gados de açougue¹⁷. Fato é que nesse ano ocorreu uma seca geral, que atingiu não só o Rio Grande do Norte, mas também as Capitanias vizinhas, gerando falta de mantimentos e a morte do gado¹⁸. Sendo assim, a atitude da Câmara da Vila de Portalegre ao exigir que os moradores retirassem os

¹⁵ Ibid., Termo de vereação de 30 de setembro de 1774.

¹⁶ Ibid., Termo de vereação de 10 de maio de 1790.

¹⁷ Ibid., Termo de vereação de 20 de julho de 1778.

¹⁸ ALVES, Joaquim. História das secas (século XVII-XIX). Acervo Virtual Oswaldo Lamartine Faria.

gados de criar da serra visava evitar a perda das reses e, conseqüentemente, o prejuízo à economia da vila. Buscava-se o “bem comum”.

Por fim, vale ressaltar, ainda, a preocupação com o traçado urbano. Em 1786, o Corregedor mandou que fosse aberto, para benefício do comércio, um caminho entre os fundos dos quintais do Reverendo Francisco Benicio de Carvalho e Cosme Pereira da Encarnação, tendo em vista que a estrada real era frequentemente inundada. Contrariando as ordens do Corregedor,

(...) determinaram e mandaram os ditos oficiais da Câmara abrir uma vereda por dentro do quintal de Cosme Pereira da Encarnação por ser mais útil para o comércio do povo e não prejudicar a dita estrada ao Reverendo Francisco Benicio de Carvalho e menos lhe devassar a casa do dito e ficou a dita vereda aberta perpétua para a cultura do povo e comércio.¹⁹

Esse episódio demonstra tanto o poder do Senado da Câmara, representante dos interesses do rei, sobre o interesse individual, ao violar o quintal de um morador, como a relação de beneficiamento existente entre os dois maiores poderes locais: o administrativo e o eclesiástico. O poder local mais uma vez se impunha em detrimento do poder real, representado pelo Corregedor, tendo em vista a decisão do Senado de que a estrada não seria construída entre os quintais, mas dentro de um deles, apenas, pertencente a um morador comum. O Juiz Presidente achou suspeita a decisão e enfatizou que não concordava com a abertura do caminho, não assinando o termo para sua abertura, mas apenas o termo da correição. Isso nos faz pensar: seria essa atitude fruto de um desequilíbrio entre os interesses dos líderes locais, ou um desentendimento surgiria a partir daí, visto que a estrada foi aberta mesmo sem a autorização do principal oficial da Câmara? Novas fontes seriam necessárias para abarcar essa discussão.

O REQUERIMENTO DO POVO DA SERRA DO MARTINS: UM CASO SOBRE FARINHA

Até aqui vimos não só o poder opressivo da Câmara, mas algumas situações em que os moradores não se submetiam a este, ou mesmo tentavam driblá-lo. Agora iremos apresentar um episódio em que a população fez uso do poder camarário em sua forma mais

¹⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, cx. 74, Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre, Termo de vereação de 28 de outubro de 1786.

abusiva para benefício próprio na Serra do Martins, embora anos antes, em 1789, esses moradores tenham reclamado ao mesmo Senado sobre as violências do almotacé na serra²⁰.

Tudo começou durante vereação de 22 de julho de 1792, solicitada pelos moradores da Serra, na qual fizeram uma petição em que requeriam ao Senado que “(...) fossem servidos mandar [...] aos lavradores de roças para que vendessem farinhas aos moradores daquele lugar, pois não queriam fazer vir aos de fora do termo por preço exorbitante fora do imposto por esse Senado (...)”²¹. Dito isso, os oficiais da Câmara logo mandaram dar início ao processo que daria execução ao requerimento.

A farinha, inicialmente consumida por indígenas, passou a ser o alimento basetambém para os brancos, principalmente devido ao fácil cultivo da mandioca no sertão. Sua importância é facilmente verificada nos documentos coloniais, de modo que Kleyson Bruno Barbosa (2017, p. 179), ao analisar as posturas da Câmara de Natal entre os anos de 1709 e 1759, notou que tornou-se cada vez mais comum os camarários obrigarem os moradores da Capitania que possuísem escravos a plantar “um mil covas de mandioca ou dois mil covas de mandioca durante o ano ou então entre janeiro e agosto”, devido à frequente falta de mantimentos na região.

O Diretório dos Índios também impôs que os indígenas deviam plantar roças de mandioca em quantidade suficiente para seu sustento e para o comércio, alegando “que a abundância da farinha, que neste país serve de pão, como base fundamental do comércio, deve ser o primeiro, e principal objeto dos Diretores”²². A norma também foi adotada, mais tarde, para o Estado do Brasil, constando na Direção para Pernambuco.

Assim, a farinha era consumida por ricos e pobres e seu preço oscilava bastante, sendo necessária uma constante fiscalização por parte do Senado da Câmara, que estabelecia seus preços, exigia que os moradores plantassem uma quantidade específica de mandioca em tempos de escassez e proibia a exportação do produto nos períodos que estivesse em falta. (BARBOSA, 2017).

No dia 27 de julho procedeu-se à correição na Serra do Martins. Andando os oficiais por todo o subúrbio em busca dos lavradores e suas roças, eis que “os lavradores dela lhes fecharam as portas e outros se ocultavam dizendo não entregarem as farinhas porque eram

²⁰ Ibid., Termo de vereação de 7 de novembro de 1789.

²¹ Ibid., Termo de vereação [...] correição de 22 de julho de 1792 para requerimento do povo da Serra do Martins.

²² Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: **Oficina de Miguel Rodrigues**, 1758. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>>. Acesso em 05 de abril de 2020, p. 10.

suas o que pesou aos que as não dominavam”²³. A notícia da chegada dos oficiais provavelmente já teria se espalhado pela povoação e causado alvoroço.

Saindo pela segunda vez, os oficiais decidiram que fosse tomada uma porção de farinha de cada lavrador, deixando o suficiente para o sustento de sua família. Àqueles que não quisessem entregar por bem, seria tomada à força. Saíram, pois, o Almotacé e o Escrivão e chegando à casa do Capitão Lourenço da Costa este não quis abrir a porta, ocultando-se no interior da casa. Os oficiais, então, ordenaram ao Almotacé que “se tirasse um torrão de terra da parede na confrontação da fechadura da porta para se meter a mão dentro e se abrir a dita porta e se correr dita casa fora pelos oficiais”, o que foi atendido²⁴. Nem mesmo a patente de capitão do proprietário foi o suficiente para que o Senado da Câmara desistisse da empreitada.

Abrindo-se a porta acharam no silo uma saca de farinha, que logo mandaram pegar para distribuir para o povo, pois supunham que o Capitão tinha escondido o resto da farinha que tinha. Em seguida, chamaram Antonio Ribeiro, cunhado do dono da casa, para abrir a porta e testemunhar o que ali ocorrera. Aparentemente, o Capitão havia fugido com a farinha, já que não se encontrava em casa. Os oficiais, entretanto, mandaram notificá-lo para que fossereceber o seu produto na repartição, ou seja, o lavrador ainda iria receber o pagamento pela dita farinha, mesmo tendo descumprido a ordem do Senado da Câmara de entregá-la.

E assim fizeram os oficiais em todas as casas que visitaram, tomando a farinha à força daqueles que não a entregavam por vontade própria; os lavradores, por sua vez, sempre escondiam o máximo da farinha que conseguiam. Enquanto a correição acontecia, “todos os mesmos lavradores foram notificados para pagarem cada um três mil réis de condenação por haverem vendido farinhas por exorbitantes preços fora das posturas deste Senado”²⁵. Possivelmente, alguns lavradores haviam vendido parte da farinha que lhes restava a altos preços, devido à falta do mantimento.

Outros casos envolvendo o abastecimento de farinha podem ser observados na Capitania, mais especificamente na cidade do Natal. Thiago Dias (2011, p. 221) aponta que, desde o século XVI, “três mecanismos de fomento à produção de farinha e controle comercial desse produto foram utilizados pela Câmara para garantir o abastecimento constante: vigilância nas roças, vigilância no comércio e solicitações de envio de farinha dos sertões para

²³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, cx. 74, fl. 275, Livro das Sessões do Senado da Câmara de Portalegre, Termo de vereação de 27 de junho [...] de correição que se fez na Serra do Martins.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

o litoral”. Desse modo, em 1677, foi decidido que os moradores que possuísem negros escravizados plantassem, por “peça”, mil covas. Aqueles que não cumprissem o requerido pagariam multa de 10 cruzados. Já em 1693, foi proibida a exportação do gênero para outras capitanias e os mestres dos barcos que saíssem sem licença seriam multados em 6\$000 réis. Os produtores que fossem descobertos guardando a farinha para a venderem em tempos de seca por preços exorbitantes seriam punidos. Logo, percebe-se que a intervenção do Senado da Câmara na distribuição desse gênero se fazia essencial para que os moradores tivessem à sua disposição farinha suficiente e em preços justos (DIAS, 2011).

A atitude do Senado da Câmara da vila de Portalegre é justificada pelo fato de entre os anos de 1792 e 1793 ter ocorrido uma grande seca na Capitania do Rio Grande do Norte, o que afetou não só a produção de farinha, mas toda a economia da Capitania. Escrevendo sobre a situação em que estava a Ribeira do Apodi durante a dita seca, em Memória destinada ao Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1798, o Vigário dos Índios da Vila de Portalegre, Padre José Joaquim Pereira, relatou que

A geral penúria que houve de víveres e mais mantimentos, causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais que a tudo que se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos: calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assédio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lágrimas o desamparo da sua infeliz situação, em que os pusera o céu naquele castigo; onde lhes pareciam estar abandonados do mesmo céu e da mesma terra²⁶.

A situação em que se encontrava a Capitania também explica a reação dos lavradores ao serem abordados pelos camarários, fugindo e escondendo a farinha, ou mesmo se recusando a vendê-la por um preço justo. Em meio à escassez do mantimento, almejavam guardar o restante da farinha para a sua família, não sabendo por quanto tempo a terra não daria frutos. Aquela era mais uma seca das muitas que haviam enfrentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a extensão do Diretório dos Índios ao Estado do Brasil, em 1758, houve uma intensificação da colonização dos sertões, que passou a ser realizada de forma mais organizada, fazendo uso da mão de obra indígena. A Vila de Portalegre surge nesse contexto e

²⁶ PEREIRA, José Joaquim. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da Capitania do Rio Grande do Norte, da Comarca da Parahiba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros; etc., etc. **Revista do IHGB**, tomo XX, 1857, p. 175.

nela se fizeram presentes as ações do Senado da Câmara no comércio, urbanidade e abastecimento locais, o que afetou profundamente as dinâmicas sociais da vila. Não só os sujeitos envolvidos diretamente com a Câmara, como o Almotacé e o Contratador das Carnes, fazem parte dessa lógica, como também os Diretores dos Índios, que aparecem reivindicando a ordem e cobrando do Senado aquilo que lhes cabe, demonstrando algumas vezes estarem familiarizados com os trâmites dessa instituição.

Os moradores, por sua vez, familiarizados com os instrumentos de poder empregados pelo Senado da Câmara, os driblavam, aproveitando-se da desatenção do Almotacé ou da ausência da Casa de Câmara em outras partes do termo da vila para evitarem o pagamento de multas e os gastos com licenças para seus estabelecimentos de venda, bem como para imporem preços fora das posturas municipais. Em momentos de grande necessidade, como aqueles em que havia escassez de alimentos, utilizavam, ainda, esse poder opressivo em seu favor, reivindicando aos camarários a venda da farinha, mantimento tão importante nos sertões, dentro dos preços estabelecidos pelo Senado. Sendo assim, longe de estarem alheios à lógica do sistema colonial, os moradores eram agentes ativos, de modo que a vontade da Coroa era satisfeita, mas nem sempre conforme o esperado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)**. 2017. 322f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-96.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. 277f. (Dissertação) – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2011, p. 178-253.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005

MACHADO, José Timóteo Montalvão. **II Centenário da Instrução Primária**. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972.

MORAIS, Chistianni Cardoso; OLIVEIRA, Cleide Cristina. Aulas régias, cobrança do subsídio literário e pagamento dos ordenados dos professores em Minas Gerais no período colonial. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 81-104, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 366, 2001.

ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a político do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. 255f. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2002.

O ENEM E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO EXAME DE 1998 A 2019

Iriudsana Maria Januário da Costa¹

Giovana Alves Monteiro²

Sabrina Querem Apuque Lima Gomes De Oliveira³

INTRODUÇÃO

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. A fala de Angela Davis ganhou mais visibilidade no mês de maio de 2020 após a ação truculenta da polícia norte americana que ocasionou a morte de George Floyd⁴, no Brasil após uma semana ocorreu o caso da morte do menino Miguel⁵, de 5 anos, na capital pernambucana após sua mãe que é empregada doméstica o deixar sob os cuidados de sua patroa e a mesma o deixar sozinho em um elevador. Esses acontecimentos levaram as redes sociais a levantarem o movimento “vidas negras importam”. Mas o que leva os seres humanos a subjugar alguém pela cor de sua pele? Numa sociedade marcada pelo racismo estrutural, ou seja, um conjunto de ações que estão presentes no nosso dia a dia que promovem direta e indiretamente o preconceito racial, é necessária uma educação antirracista.

A luta por uma educação antirracista no Brasil tem como um dos resultados a implementação da Lei 10.639 de 2003 que tornou obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, tanto nas redes particulares quanto públicas o ensino de história e cultura afro-brasileira. Como consequência da Lei 10.639/03 o sistema educacional brasileiro passou por mudanças, desde a elaboração do livro didático a formação de professores, isso nos leva também ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

O Exame Nacional do Ensino Médio, foi instituído no ano de 1998, após diversas adequações e elaborações, como a divisão em áreas do conhecimento, no ano de 2009- o chamado Novo ENEM, se constituiu como a principal forma de ingresso nas Universidades

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço de e-mail: iriudsana@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço de e-mail: gioavanaalvessena@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço de e-mail: sabrina.querema@gmail.com

⁴ GEORGE Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. **BBC**. BBC Mundo, 31 maio 2020. News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 19 jul. 2020.

⁵ PE, G1. Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife. **G1**. Recife, jun. 2020.

Públicas no Brasil. Dessa forma, é uma etapa importante no ensino, uma vez que, avalia a nível nacional o desempenho de alunos concluintes na etapa da educação básica. Nesse viés, analisar essa avaliação nos traz diversas informações acerca das demandas do que se entende como relevante para a formação do cidadão brasileiro, bem como quais os avanços e entraves para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Assim como discutido na primeira etapa desta pesquisa (Edital N° 01/2018) era esperado que fosse possível visualizar a consonância da Lei 10.639/03 e do ENEM de acordo com as diretrizes e bases da educação - Lei 9.394 de 1996. Para podermos analisar essa expressividade utilizamos como fonte as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias a partir do ano de 2003 (ano de promulgação da lei) até 2017.

Como resultado vimos que em 14 anos, tivemos 42 questões que contemplassem a lei, sendo que apenas 15 questões abordam a história e cultura afro-brasileira de maneira positiva, o que constata que mesmo com a institucionalização e obrigatoriedade do ensino do conteúdo, houve uma ínfima mudança na perspectiva do papel do negro na história.

O Exame Nacional do Ensino Médio e a história e cultura da África e dos afro-brasileiros em sua primeira etapa mostrou a ausência de trabalhos sobre a temática o que sinaliza que contemplassem esse tema, percebemos que estamos construindo um campo de estudo, e nessa construção outras intenções foram surgindo como por exemplo analisar a matriz curricular do ENEM, onde são apresentadas as competências e habilidades esperadas em comparação com as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico- raciais.

O que propomos com a segunda etapa desta pesquisa é verificar como tem sido posto e aplicado as leis referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira (Lei nº 10.639/03 e Lei nº 10.645/08) nestes materiais, além de analisar a partir das provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias como as questões que englobam a lei vem sendo tratadas no ENEM. Por fim, discutir sobre como a sociedade e academia constroem um campo de pesquisa a partir das demandas sociais.

METODOLOGIA

A metodologia da nossa pesquisa está pautada, primeiramente, no levantamento bibliográfico e na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Apesar de ser uma pesquisa que está na segunda etapa, tivemos a liberdade de a cada semana irmos construindo, coletivamente, os próximos passos que iriam ser tomados no andamento dos trabalhos. Iniciamos as primeiras

reuniões de leitura e discussão de textos em setembro de 2019 até o início de dezembro do mesmo ano. Durante as discussões em grupo, todas situadas nas áreas de Ensino da História, demos uma atenção especial para o estudo do livro *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin, sendo essa obra a nossa principal fundamentação metodológica para realização deste trabalho.

Em paralelo aos momentos de leitura e discussão de textos em grupos, realizamos o levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁶ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁷. Em ambas as plataformas digitais realizamos a busca através da palavra-chave ‘enem’, na plataforma da CAPES os resultados da busca foram de 1.034 trabalhos e na Biblioteca Digital foram 678. É necessário pontuar que todos os resultados encontrados na Biblioteca Digital estavam também contidos no catálogo da CAPES e este foi a nossa primeira plataforma de busca.

Dentro da metodologia de revisão bibliográfica, nos propomos num primeiro momento a realizar uma tabela para cada um dos trabalhos analisados, sendo ela constituída dos seguintes tópicos de análise: problema, fontes, metodologia, teoria (referencial teórico) e resultados. Para cada tese e dissertação selecionada, fomos preenchendo cada tópico da tabela através da leitura, preferencialmente, dos resumos. A partir dessas leituras selecionamos 5 trabalhos, 3 teses e 2 dissertações, que poderiam contribuir com os próximos passos da pesquisa em relação a fundamentação teórica e fontes em comum (as questões do ENEM).

Através do levantamento bibliográfico chegamos até a dissertação da Livia Pizauro Sanchez (2014), “Educação básica no Brasil e História e Cultura Africana e Afro-brasileira - competências e habilidades para a transformação social?”, da qual utilizamos a metodologia de categorização similar (produção de tabelas) para realizar as análises de conteúdo das questões do ENEM. Na dissertação, a autora realiza uma análise das questões do ENEM, de 2003 a 2012, também focada na aplicação da lei 10.639/03, com os seguintes critérios e categorias: tema; área do conhecimento; centralidade; e julgamento.

Num primeiro momento começamos a análise de conteúdo utilizando os critérios de ‘centralidade’ e de ‘julgamento’, mas com o avançar de nossas discussões abandonamos os critérios de julgamento detalhados por ela e ficamos apenas com os de ‘centralidade’, sendo eles: “Centralidade - principal: aparição como tema principal, central e/ou como conhecimento necessário à resolução da questão” (SANCHEZ, 2014, p.111) e “Centralidade -secundária: aparição como tema secundário, indireto, ilustrativo, não necessário a resolução

⁶ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em 8 de março de 2020.

⁷ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 8 de março de 2020.

da questão” (SANCHEZ, 2014, p.111). Dessa maneira, o critério ‘centralidade’ foi um dos que constituíram a tabela de análise de conteúdo aplicada a cada questão do ENEM, sendo os demais critérios: fontes mobilizadas, categoria e verbos que constituem a Taxonomia de Bloom.

No tópico ‘categoria’, delimitamos os termos “atualizada” e “desatualizada” para categorização de cada questão. Esses dois termos foram pensados nas nossas discussões em função do conteúdo estabelecido no documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Este documento é fruto de muitos debates e afirmações do Movimento Negro brasileiro e é produzido em consonância a promulgação da lei 10.639/03, servindo como uma espécie de guia de como a lei deve ser aplicada. No tópico ‘fontes mobilizadas’, analisamos quais os tipos de fonte eram utilizadas no enunciado das questões e qual sua especificação, exemplo: fonte escrita (trecho de livro, jornal, poema, trecho de música); fonte material (pintura, fotografia).

Em relação ao tópico da Taxonomia de Bloom, optamos por trabalhar com os seguintes verbos: Lembrar; Compreender; Aplicar; Analisar; Avaliar; e Criar. Cada verbo desse faz parte de uma ação, um processo cognitivo, referente à aprendizagem do aluno e dos processos de aprendizagem que este faz, que aqui foram pensados na análise desses processos em cada questão do ENEM.

A combinação dos critérios supracitados e dos verbos da Taxonomia de Bloom, nos permitiram criar um perfil do Exame, pois a partir da análise conjunta de todos esses critérios foi possível construir resultados e discussões contundentes e sólidas sobre como a Lei 10.639/03 vem sendo aplicada no ENEM desde 1998 até 2019, bem como quais processos de aprendizagem estão sendo cobrados dos alunos do ensino médio em relação aos conteúdos de história que abordam a História da África e dos afro-brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizamos a análise de conteúdo para obter os resultados e realizar as discussões, por isso é importante destacar que toda análise é feita através de tabelas e gráficos, os quais iremos abordar de maneira descritiva neste tópico do trabalho. Os resultados da análise de conteúdo das questões do ENEM são quantitativos, mas nossas inferências e discussões são de caráter qualitativo. A partir dos dados a seguir, conseguimos responder às perguntas e problemas propostos no plano de trabalho da pesquisa e já citados na introdução.

O primeiro tópico de análise contido na tabela é o de “conteúdos e temas”, os conteúdos históricos que foram mapeados totalizaram 77 palavras no total. De 41 questões, foram 77 conteúdos, pois era bem comum que as questões obtivessem mais de um conteúdo e tema cada uma, mas não significando um padrão ou regra. O tema “escravidão” foi o que mais apareceu (16 questões), seguido de: Brasil Império (6 questões); História da África (6 questões); Abolicionismo (5 questões); Cultura Afro-Brasileira (4 questões); e Cultura Africana (3 questões). Outros temas apareceram somente 2 vezes, foram eles: revolta da chibata; ensino de história; identidade étnico-racial; religião africana; direitos civis; brasil colônia; e questões étnico-raciais. As demais palavras mapeadas só tiveram uma incidência e por uma escolha metodológica, optamos aqui por nos debruçar sobre os conteúdos que apareceram mais de uma vez.

Compreender quais conteúdos e temas estão sendo trabalhados no ENEM é de fundamental importância para a compreensão de “qual história” está sendo exigida na prova. Nesse caso, vemos que o conteúdo de História relacionado à lei 10.639/03 está diretamente ligado à história da escravidão no Brasil, pois se trata do tema que mais apareceu no exame. Um dado interessante é que a combinação do tema “escravidão” e “Brasil Império” é que mais aconteceu durante nossa análise, sendo 5 o número de vezes que ambas apareceram juntas para delimitar o conteúdo de uma questão. Dessa forma, compreendemos que não só o tema ‘escravidão’ é o mais abordado, como o exame tem uma preferência de temporalidade nessa abordagem. Já a temporalidade “Brasil Colônia”, por exemplo, aparece apenas duas vezes durante as 41 questões do exame. Uma boa surpresa foi a constatação de que temas como “História da África”, “Cultura Africana” e “Cultura Afro Brasileira” estavam sendo abordadas nas questões do ENEM, que juntas, somam 13 aparições. Assim, vemos que não há disparidade de temas e conteúdos, apesar de um tema considerado ‘tradicional’, aparecer mais vezes, ele é seguido de um bloco de conteúdos que escapam dessa tradição de apenas abordar escravidão como história dos afro-descendentes, o que compreendemos como um ponto positivo de análise do exame.

O tópico “centralidade” faz jus a demarcação de como os conteúdos e temas estão apresentados em relação a resolução da questão. A grande maioria das questões analisadas, 90,24% (37 questões), foram catalogadas como centralidade “principal”, pois abordavam de maneira direta temas e conteúdos que se relacionam a história da África e dos afro-descendentes, sendo uso de fontes e enunciado das questões, uma abordagem objetiva e clara. Das 41 questões apenas 4 (9,76%) foram categorizadas como centralidade “secundária”. Com

esses dados foi possível entender que poucas foram as questões que utilizaram o conteúdo da lei 10.639/03 como apenas um pano de fundo para que se chegasse a resposta correta. Com a categoria “principal” sendo a maioria, percebemos que um outro ponto positivo de confecção das questões do exame, colocando os conteúdos relacionados a lei com o protagonismo que necessitam para que possamos ter avanços na área de ensino de história.

O terceiro tópico que compôs nossa tabela de análise de conteúdo foi a “categoria”, que pode ser compreendido como o julgamento da questão em “atualizada” ou “desatualizada”, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse momento de análise foi justificado através de tudo que consta nas diretrizes citadas acima, que é um dos documentos, criado pelo movimento negro, que ampara a lei 10.639/03. Com isso, das 41 questões analisadas, 24 (58,54%) foram julgadas como atualizadas e 17 (41,46%) como desatualizadas. As questões atualizadas, foram aquelas que traziam explicitamente o protagonismo do negro como sujeito ativo de sua história, como por exemplo, a questão de número 24, do ano de 2010 (prova branca), que abordava a luta de Luiz Gama pela abolição da escravatura no país, sobre ela colocamos a seguinte justificativa: “a questão é atualizada, pois aborda a história de luta do negro Luiz Gama, como agente de sua própria história. Luiz Gama está como exemplo, nas Diretrizes, de negros que devem ter sua história sendo destacada.”

A exemplificação acima, é uma amostra, de como categorizamos a questão e escrevemos a justificativa baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A categoria “desatualizada” foi pensada na negação de tudo que consta no documento, seja no uso de algumas palavras, seja na explanação de uma abordagem tradicional da história, como por exemplo, a da libertação dos escravos por parte da Princesa Isabel. Pensar as questões atualizadas ou desatualizadas, era pensar também os conteúdos e temas, a centralidade e as fontes mobilizadas em cada uma das questões. No exemplo a seguir, podemos ver a justificativa de uma questão categorizada como desatualizada, sendo pontuada de acordo com como o enunciado ignora a problematização da fonte histórica: “A questão é desatualizada, pois traz a fonte (fotografia) sem nenhum tipo de problematização acerca do uso de sapatos como status social vigente na sociedade, na diferenciação de negros libertos e negros escravizados.”

Sobre essa categorização, tivemos uma grata surpresa, pois na primeira fase da pesquisa, na qual possuíamos outros critérios de análise, tivemos mais questões pontuadas como “negativas” do que como “positivas”. Nessa segunda fase da pesquisa, não nos coube uma interpretação de juízo de valor das questões baseadas em teorias raciais ou já explicitadas em outros trabalhos, mas sim um caráter de originalidade em relação ao julgamento das questões, que buscamos através das Diretrizes já citadas. Pontuamos sobre a importância do ensino de história que coloque o negro como agente ativo e protagonista de sua história e utilizamos para isso um documento criado pelo Movimento Negro, que configura um papel importantíssimo para que a lei 10.639/03 tenha sua aplicabilidade sendo realizada de maneira correta.

No que se refere às fontes mobilizadas nas questões, observamos a predominância de fontes escritas. As fontes secundárias (trechos de livros), foram as que mais apareceram, 23 do total das fontes utilizadas, a documentação oficial aparece em seguida, sendo 1 documentação pública, 3 discursos de pessoas públicas e 1 parecer jurídico. Já as fontes materiais são minoria, tivemos a aparição de fotografia (3) e pintura (2). Ademais, na categoria das manifestações culturais há a aparição de música (2) e poema (1), por fim, as fontes de sites (2) e periódicos (2). Podemos inferir assim que, as questões de história presentes no exame priorizam fontes escritas em detrimento das fontes imagéticas.

É importante pontuar também que além de identificar o caráter dessas fontes nos dedicamos a analisar a articulação entre ela e a pergunta, sendo critério: se as falas e discursos presentes foram problematizados e/ou confrontados induzindo o aluno a uma reflexão, ou se foram apenas apresentadas de maneira secundária e até mesmo sem articulação alguma, e no caso das imagens, se eram apenas ilustrativas ou se cumpriam outro papel. Desse modo, a análise da fonte foi de suma relevância para a categorização entre “atualizada” e “desatualizada” já citada anteriormente.

Quanto à análise por meio da Taxonomia de Bloom, nossos resultados trazem um importante perfil das provas de ciências humanas, em específico de história, já que os verbos nos trazem uma dimensão das ações do processo cognitivo, referentes à aprendizagem do aluno e as habilidades necessárias para chegar a resolução da questão. É importante realçar que, podem ser encontradas mais de uma ação, ou seja, existem diversas combinações de dois ou mais verbos em uma mesma questão. Diante disso, os verbos “compreender” e “lembrar” são predominantes nas questões do exame, aparecendo respectivamente em 31 e 28 questões, sendo os dois também a combinação mais recorrente. Em seguida, o verbo “analisar” que

aparece em 15 questões, “avaliar” em apenas uma questão e os verbos “criar” e “aplicar” que não aparecem em nenhuma.

Diante de tais resultados podemos pontuar algumas questões, de forma que se nos aprofundarmos no que quer dizer os processos cognitivos mais recorrentes na prova iremos obter algumas respostas. De acordo com a Taxonomia de Bloom, o processo cognitivo de “compreender” se refere a estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido, assim construindo uma relação de forma que o aluno consiga articular e elaborar uma resposta com suas próprias palavras. Já o processo de “lembrar”, como o próprio termo já deixa claro, se refere ao ato de reconhecer e reproduzir ideias e conteúdos e lembrar de alguma informação relevante memorizada. Dessa forma, podemos concluir que as questões analisadas em sua maioria necessitam que o aluno mobilize algum conteúdo já estudado anteriormente e relacione isso com a interpretação da fonte apresentada na questão de maneira que essa ligação entre as informações possibilita a resolução da questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização da segunda etapa desse plano de trabalho, foi necessário muitas discussões e reuniões onde pudemos debater sobre as fontes (as questões do ENEM) e nos alinhar ao documento de referência para a análise de conteúdo. Compreendemos, através das discussões, que o exercício de análise de conteúdo não é simples pois perpassa pelas nossas subjetividades enquanto estudantes de história. Compreendemos que para além dos documentos oficiais oriundos do Movimento Negro e que orientam a aplicabilidade da lei 10.639/03, é necessário sempre o exercício da reflexão crítica sobre tais documentos de referência e de entendimento da legislação que configura a obrigatoriedade de história da África e cultura afrobrasileira nas escolas e livros didáticos.

Com os dados que encontramos, foi possível constatar que a maioria das questões do ENEM estão abordando a história da África e consequentemente auxiliando a aplicabilidade da lei, com uma abordagem atualizada, seguindo o documento que é referência para a lei e para a nossa pesquisa. Mesmo com essa análise positiva, é preciso pontuar que ainda temos uma boa quantidade de questões que abordaram o tema da história da África de maneira tradicional, conservadora, com uso de palavras que não estão de acordo com as diretrizes fundamentadas pelo Movimento Negro.

Concluimos esta pesquisa nos dando conta que ainda há muito a se fazer, que é preciso expandir a nossa análise para novos objetos de pesquisa, novas fontes e que também precisamos debater e refletir sobre às questões étnicas e identitárias que permeiam este trabalho, sendo necessário novas etapas de pesquisa que possibilitem que possamos verificar, em novos espaços de produção da História, como a lei 10.639/03 vem sendo aplicada através de exames como a Olimpíada Brasileira de História e o ENADE, exame que determina as médias dos cursos superiores no Brasil.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, A do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. ENEM: FERRAMENTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 - COMPETÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 32, n. 1, p.79-103, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698141429>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 280 p.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. . Brasília , DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003. . Brasília , DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11645, de 10 de março de 2008. . Brasília , DF, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZI, Sergio. A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 115-147.

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 24, n. 48, p.213-231, 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882004000200010>.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino: História (Ensino Fundamental)**. 21. ed. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2010. p. 131 – 158.

COSTA, Emília Viotti da. O material didático no ensino da História. In: **Revista de Pedagogia**, X. São Paulo, USP, 1959.

COSTA, Hilton. Para construir outro olhar: notas sobre o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras. **Revista História Hoje**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.217-238, 3 ago. 2012. Revista Historia Hoje. <http://dx.doi.org/10.20949/rhhj.v1i1.17>.

FREITAS, Itamar. **As finalidades da disciplina escolar história no Brasil republicano (1900 – 2011)**. Aprender e ensinar história nos anos finais da escolarização básica. Aracaju, SE: Editora UFS, 2014.

GEORGE Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. **BBC**. BBC Mundo, 31 maio 2020. News, p. 0-0. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. **Tempo**, v. 11, nº 21, ano 5. p. 49 – 64, 2007.

MATOS, Maurício Sousa; BISPO, Ana Mary Costa; LIMA, Elane Andrade Correia. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LEI 10.639/03: UMA PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO A PARTIR DO NOVEMBRO NEGRO DO IFBA. **Holos**, [s.l.], v. 2, p.349-359, 29 ago. 2017. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2017.4861>.

MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tania Regina de. (2004), “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. **Revista Brasileira de História**, vol.24, n. 48, p.123-144.

MOREIRA, Márcio de Araújo. **Análise do impacto da lei 10639/2003 no Exame Nacional do Ensino Médio de 1998 a 2013**. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Etnicorraciais, Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (orgs). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013. p. 21 – 34.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado** (Uma discussão necessária à formação do profissional de História). UFPE: 2003 (Tese de Doutorado).

PE, G1. Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife. **G1**. Recife, p. 0-0. 02 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PEREIRA, Amilcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.111-128, 3 ago. 2012. *Revista Historia Hoje*. <http://dx.doi.org/10.20949/rhhj.v1i1.21>.

PEREIRA, Márcia M.; SILVA, Maurício. Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 01, p. 01-12, 2012.

SANCHEZ, Livia Pizauro. **Educação básica no Brasil e história e cultura africana e afro-brasileira: competências e habilidades para a transformação social?** 2014. 166 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-14012015-165202/pt-br.php/teses/disponiveis/100/100134/tde-14012015-165202/pt-br.php>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SANTIAGO, Flavio; CARVALHO, Adriana Duarte de Souza. Políticas públicas e direitos humanos: uma releitura das relações raciais nas escolas brasileiras. **Revista de Ciências Humanas**, [s.l.], v. 47, n. 1, p.16-33, 3 jan. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2013v47n1p16>.

SILVA, Vailton Afonso da; MARTINS, Maria Inês. ANÁLISE DE QUESTÕES DE FÍSICA DO ENEM PELA TAXONOMIA DE BLOOM REVISADA. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 189-202, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172014160309>.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado de. **Consensos e assimetrias nas políticas curriculares para a disciplina História no Ensino Médio brasileiro (1998 – 2012)**. Tese (Doutorado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Natal-RN: UFRN, 2016. 262 f.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isabela da Silva Ferreira¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação dos profissionais de História nas Universidades brasileiras contemporaneamente e o papel da construção do conhecimento histórico nesse processo. Partindo do entendimento de que a análise sobre as próprias experiências que vivenciamos podem contribuir na investigação, raciocínio e avaliação de um objeto de pesquisa, é que opta-se por construir neste artigo um relato de experiência referente ao período em que fui discente do curso de licenciatura em História - Natal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), durante os anos de 2015 à 2019, analisando-se, principalmente, o papel que as disciplinas oferecidas pelo curso e as atividades de pesquisa, ensino e extensão tiveram no desenvolvimento de produção do conhecimento histórico enquanto futura profissional da área.

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa pela conjuntura atual em que a profissão do/a professor/a de história e do/a historiador/a passa por um processo duplo e dicotômico. Observamos como, muitas vezes, a validade deste profissional vem sendo questionada por diferentes sujeitos. Inseridos em um contexto de relativização da ciência, o conhecimento histórico produzido nas instituições de ensino, como as escolas e universidades, tem sido contestado por setores conservadores da sociedade, que possuem uma postura revisionista da história construída pelos profissionais do campo.

Ao mesmo passo, cada vez mais, diferentes espaços de atuação têm se inserido profissionais de História. A aprovação da lei nº 14.038/2020 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e a ampliação de plataformas na rede de tecnologias de informação e comunicação, são exemplos desta progressão que parece rondar a profissão. Tendo como base esse contexto duplo, se faz importante que nós que compomos o campo da História estejamos atentos, refletindo sobre como nossos futuros profissionais estão sendo formados para enfrentar esses desafios e demandas que têm sido colocadas para a área.

¹ Mestrado acadêmico PPGH/UFRN. Endereço de e-mail: isabela.ferreira0805@gmail.com

Baseando-se nessas premissas, o texto será dividido em dois momentos. No primeiro, busca-se construir uma caracterização das disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas pelo departamento e que foram cursadas entre 2015 e 2019 a partir da tabulação e análise de dados que foram realizados tendo como referência os programas propostos pelos docentes do período para as referidas disciplinas, avaliando-se as competências e habilidades pretendidas por cada uma e quais estratégias metodológicas e avaliativas os professores optaram para conseguir atingi-las.

No segundo momento, por sua vez, pretende-se refletir sobre as vivências formativas que foram empreendidas fora da sala de aula. Atividades de ensino, pesquisa e extensão serão relatadas e analisadas a fim de se perceber as contribuições que estas tiveram para a compreensão da atividade profissional e para a produção do conhecimento histórico. Busca-se assim, avaliar o papel que cada espaço formativo teve para a minha profissionalização, pensando-se os desafios que ainda estão inerentes à graduação em História.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA NAS SALAS DE AULA: CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS CURSADAS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de um curso de nível superior dispõe sobre o perfil profissional a ser construído durante os anos de graduação do discente. Portanto, neste documento, deve conter os princípios norteadores do curso, os objetivos pretendidos, a proposta de organização curricular e as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos sujeitos que estão passando por esse espaço para sua profissionalização dentro da categoria.

O PPP do curso de História/Natal da UFRN, produzido no ano de 2004, foi o que esteve vigente durante o meu período enquanto graduanda do curso, de 2015 a 2019. Por entender que é neste documento que se encontra qual o profissional que se almeja formar e, conseqüentemente, que competências este profissional deve adquirir para o cumprimento de sua função, foi que optou-se por ponderar sobre como estas competências e habilidades demandadas pelo curso se apresentam nas propostas dos programas de disciplina elaborados pelos docentes.

No documento do PPP, as competências e habilidades são entendidas a partir do sociólogo Philippe Perrenoud, que as descreve como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

(PERRENOUD, 1999 *apud* PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2004, p.42). Nesse sentido, estas correspondem ao profissional de História estar apto para lidar com situações e desafios atrelados a sua atuação, de maneira a ser capaz de encontrar respostas e soluções para estas, baseando-se no conhecimento apreendido no curso e em outros espaços.

Para aferir quais são as competências e habilidades recorrentemente mais demandadas pelas disciplinas, foi utilizado como metodologia de pesquisa a *análise de conteúdo* proposta por Laurence Bardin, professora-assistente do curso de Psicologia na Universidade de Paris V, em seu livro *Análise de conteúdo* (1977). A metodologia é caracterizada pela autora como “um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens” (BARDIN, 1977, p.38). Esta, assim, considera os dados quantitativos como importantes para o processo de análise dentro de uma pesquisa e capazes de gerar informações qualitativas sobre o objeto em estudo.

O estudo foi feito a partir de 26 planos de curso, entre estes estão disciplinas obrigatórias do currículo e disciplinas optativas ofertadas pelo próprio Departamento de História da UFRN - Campus Natal. Este número não representa o todo de disciplinas cursadas durante os anos da graduação. Acrescentam-se a estas, outras que não estão presentes neste estudo por não terem sido encontrados os documentos correspondentes ao programa proposto para a disciplina.

Com os resultados encontrados, foram construídas duas tabelas: uma referente às competências e habilidades previstas para o profissional bacharel e a recorrência destas nos planos de curso, e outra referente às competências e habilidades demandadas para os profissionais licenciados. Os resultados e inferências podem ser vistos a seguir:

Competências e habilidades previstas para o bacharelado - PPP História Natal/UFRN e sua recorrência nos planos das disciplinas cursadas	
<i>Competências e habilidades</i>	<i>Re corrência</i>
Ser capaz de elaborar um trabalho de pesquisa de natureza histórica, numa articulação coerente entre métodos, fontes e bibliografia.	2
Ser capaz de elaborar um trabalho de pesquisa de natureza histórica, numa articulação coerente entre métodos, fontes e bibliografia.	2
Perceber a História como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis.	8
Estar habilitado para atuar na organização de museus, arquivos, no campo da memória e do patrimônio e da memória.	1
Fazer uso da interdisciplinaridade, relacionando, na prática da pesquisa, quando necessário, a História ao conjunto das demais disciplinas.	3
Manejar as linguagens que emergem na contemporaneidade, de acordo com seu interesse, como técnicas de pesquisa oral, cinema e artes em geral.	2
Ser capaz de lidar, no campo da pesquisa, no domínio metodológico da memória dos grupos sociais e de comunidades	2

Tabela 01: Competências e habilidades para o bacharelado previstas no Projeto Político Pedagógico do curso de História Natal - UFRN (2004-2018) e a recorrência destas nos Planos de Disciplinas cursadas pela discente.

Competências e habilidades previstas para a licenciatura - PPP História Natal/UFRN e sua recorrência nos planos das disciplinas cursadas	
<i>Competências e habilidades</i>	<i>Recorrência</i>
Atuar no ensino de História, entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento.	11
Usar o material didático em sala de aula de modo crítico e criativo, produzindo esse material, quando necessário	4
Estar habilitado a fazer uso das tecnologias audiovisuais de apoio ao processo ensino-aprendizagem.	3

Introduzir na prática pedagógica os conteúdos históricos, selecionando-os e associando-os ao universo cultural no qual os alunos estão inseridos.	3
Reconhecer as especificidades culturais e individuais dos estudantes, adequando a elas os conteúdos e as abordagens.	1
Compreender a História como um campo de conhecimento relacionado com outras formas de conhecimento e apreensão do mundo, seja no domínio da ciência, da arte ou do senso comum.	5
Atuar em atividades pedagógicas em comunidades e organizações, no âmbito da educação não formal.	1

Tabela 02: Competências e habilidades para a licenciatura previstas no Projeto Político Pedagógico do curso de História Natal - UFRN (2004-2018) e a recorrência destes nos Planos de Disciplinas cursadas pela discente.

Observa-se que as competências mais demandadas para o bacharelado são “perceber a história como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis”, aparecendo oito vezes nos planos de curso e “fazer uso da interdisciplinaridade, relacionando na prática da pesquisa, quando necessário, a História ao conjunto das demais disciplinas”, com recorrência de três vezes.

Já para a licenciatura as competências mais exigidas a serem desenvolvidas durante o curso são “atuar no ensino de História entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento”, “compreender a História como um campo de conhecimento relacionado com outras formas de conhecimento e apreensão do mundo, seja no domínio da ciência, da arte ou do senso comum” e “usar o material didático em sala de aula de modo crítico e criativo, produzindo esse material, quando necessário”, com recorrências de onze, cinco e quatro, respectivamente.

Estas competências demandam que os discentes sejam capazes de compreender e produzir conhecimento histórico. Estes o produzem por meio da pesquisa e do ensino e é justamente isso que dá a identidade específica ao profissional de História. Nas palavras de Costa (2013), podemos definir a produção do conhecimento histórico:

(...) é isso que determina e diferencia o trabalho do historiador – o entendimento de que a produção de um conhecimento que estabelece relações entre passado e presente pode ser específico, possui características próprias e é executado por meio de regras, frutos de reflexões teórico-metodológicas (COSTA, 2013, p.60).

Nesse sentido, compreender a dimensão do tempo e suas continuidades e rupturas, como demandado na competência mais citada referente ao bacharelado e a necessidade do processo de ensino-aprendizagem ser entendido não como uma transmissão de saberes, mas de construção de um conhecimento específico ao espaço escolar, como no caso da licenciatura, evidenciam como compreender e fazer uma produção do conhecimento histórico deve estar intrínseco a formação do profissional de História para sua atuação em sociedade.

A partir dessa percepção, questiona-se: o que os docentes da graduação em História estão fazendo para que essa competência central de saber produzir conhecimento histórico - e que é basilar para o desenvolvimento das outras - seja apreendida pelos discentes do curso? Para responder a esse questionamento, foram observadas as metodologias de aula mais utilizadas pelos professores e as avaliações propostas por estes para averiguar o desenvolvimento das competências e habilidades propostas pela disciplina. Como consequência foram construídos os gráficos a seguir:

Metodologias de aula

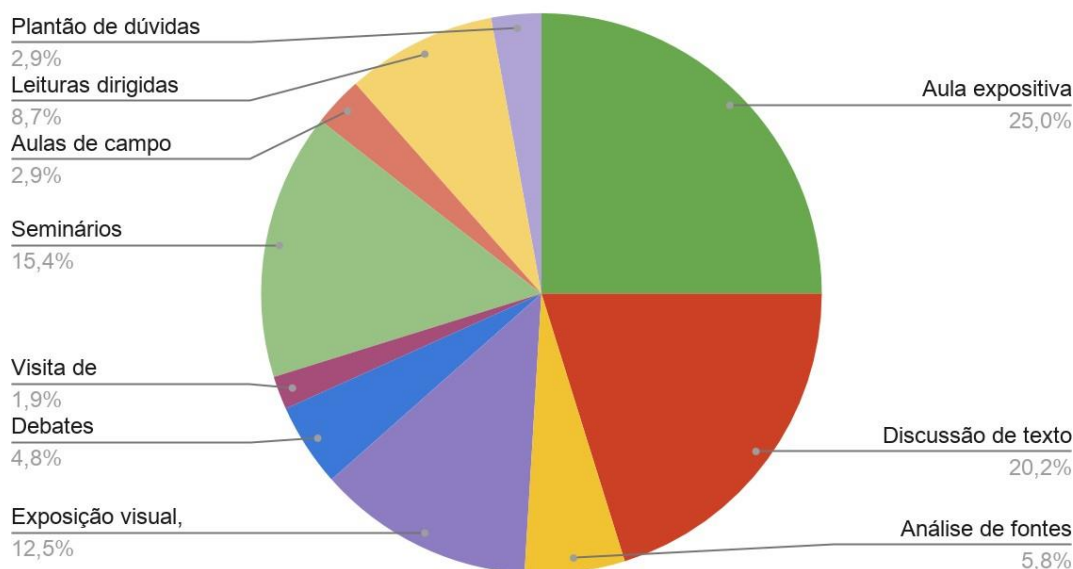


Imagem 01: Gráfico com as metodologias de aulas mais recorrentes presentes nos Planos de Disciplinas cursadas pela discente.

Observa-se que as metodologias de aula mais usadas pelos docentes do curso são as aulas expositivas, discussão de textos, exposição de conteúdo visual e audiovisual e

seminários. A partir disso, podemos inferir como as aulas propostas para as disciplinas são em sua grande maioria centradas em atividades orais. Esta característica não é específica ao curso aqui em estudo, mas um aspecto geral na formação dos nossos profissionais de História. Sobre isso, trás-se a contribuição de Oliveira e Oliveira (2013):

Em relação à forma de apresentar a matéria, é seguro afirmar que o modo clássico de ensinar nos cursos de história é a aula magistral ou, como a conhecemos no Brasil, a aula expositiva. (...) o professor formador é o mais clássico dos clássicos professores adeptos da disciplina formal: concentração do aluno, exposição do mestre, questionamentos do aluno, revisão por parte do professor e avaliação, ou seja, recuperação na memória do aluno, segundo os limites conceituais impostos pelo professor. Dizendo de outro modo, a maioria das atividades da maioria dos professores formadores no Brasil, nos cursos de graduação, pauta-se pela expressão oral, somente. (OLIVEIRA, 2013, p.138)

Este é um dado que gera incômodo, pois como visto, as competências exigidas pelo curso demandam que o aluno saiba produzir o conhecimento histórico. No entanto, como ele conseguirá fazê-lo se as disciplinas destinam grande parte da sua carga horária para atividades em que a oralidade do docente é que toma a centralidade?

É importante frisar que a exposição oral é também uma metodologia de aula importante no processo educativo, o discente tem a oportunidade de construir argumentação, defesa de ideias, etc. Porém, pelas experiências tidas na graduação, é perceptível como disciplinas de 60 horas, destinam mais da metade do seu tempo para atividades deste cunho em que o protagonista é o próprio docente. Nesse contexto, a oportunidade do aluno experimentar e construir o conhecimento histórico é reduzida.

Avaliações

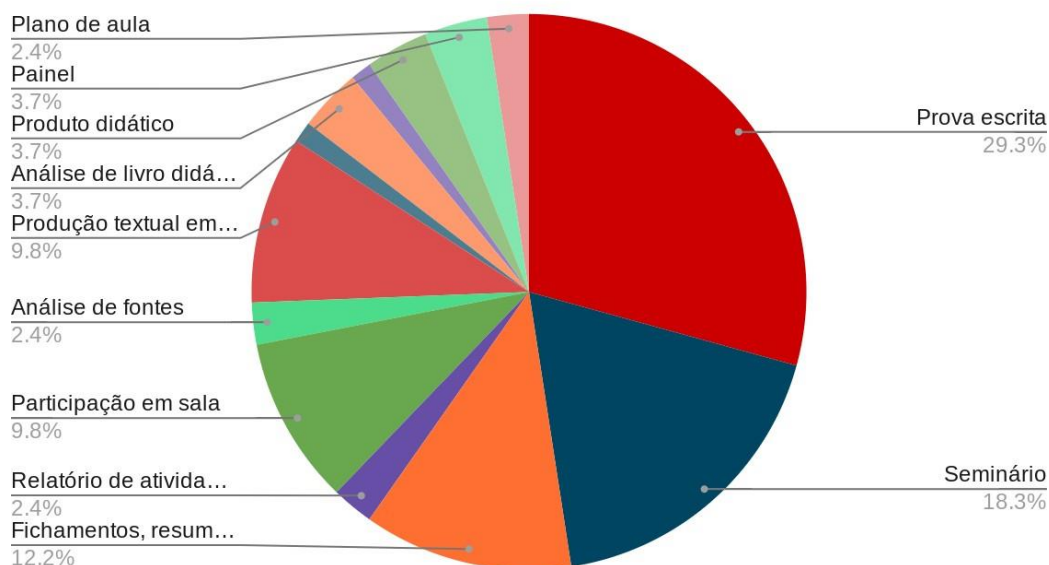


Imagem 02: Gráfico com as avaliações mais recorrentes presentes nos Planos de Disciplinas cursadas pela discente.

Com relação às avaliações propostas pelas disciplinas, é perceptível a centralidade destinada para as provas escritas, os seminários e fichamentos, resumos e estudos dirigidos que, juntos, contabilizam mais de 50% das formas encontradas pelos docentes para avaliar o desenvolvimento dos alunos durante a disciplina. Este tipo de atividade, tem como características gerais a metodologia de perguntas e respostas e análises de conceitos, acontecimentos, períodos e processos históricos a partir de uma bibliografia sugerida pelo docente.

Apesar da importância dos discentes compreenderem conceitos, períodos históricos, a historiografia acerca de determinados conteúdos, etc., estes não podem restringir suas habilidades a tão somente essas tarefas. É necessário que eles tenham a oportunidade deles mesmos produzirem o conhecimento histórico, errando, consertando, avançando, recuando, acertando, pois afinal, a sala de aula deve ser este espaço formativo onde temos a oportunidade de errar e fazer novamente até conseguirmos desenvolver a competência e a agregarmos na nossa prática profissional. Como afirma, Oliveira e Oliveira (2013) sobre o papel das disciplinas e dos seus docentes:

Afirmamos, então, que um professor formador não deve pensar que forma um professor de história apenas apresentando conhecimentos atualizados sobre a experiência dos homens no tempo – historiografia. É consenso a ideia de que o futuro docente deve compreender os modos de produção do

conhecimento. Assim, o currículo da formação inicial tem que reservar um tempo para atividades que desenvolvam habilidades relativas às operações processuais da pesquisa e da escrita da história. (OLIVEIRA, 2013, p.141 e 142)

Adicionando-se o exercício de produção do conhecimento histórico, em suas infinitas possibilidades, durante toda a graduação do discente, contribuiria para pensar os grandes desafios relacionados ao profissional de História. Na licenciatura, por exemplo, nossos professores já teriam tido experiências durante a formação sobre como se dá a construção do saber histórico específico nas escolas de educação básica. O bacharelado, por sua vez, teria a experiência da escrita da história previamente a trabalhos como de conclusão de curso, que tem sido um grande obstáculo quando não teve-se a oportunidade prévia de exercitar o método.

Compartilhamos assim, com a assertiva de Oliveira (2003) que pondera: “na sua maioria, os cursos de graduação têm assumido uma forma de leitura/interpretação/debate de textos, e não de pesquisa – e isto tem transformado o programa da disciplina em algo determinado desde sempre, pronto e acabado (OLIVEIRA, 2003, p.241). A historiadora ao fazer tal análise, indica que existem problemas na atual formação dos profissionais de História, relacionado, principalmente, à escassez de momentos nas disciplinas em que os alunos são levados a exercitar a atividade de produção de pesquisa, incluindo-se aqui as atividades de ensino, ou seja, a produzir conhecimento histórico.

AS VIVÊNCIAS PARA ALÉM DAS DISCIPLINAS: AS EXPERIÊNCIAS EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No entanto, o espaço de formação no ensino superior não está restrito às disciplinas do currículo do curso. A universidade como espaço de democratização do saber, de experienciar diferentes espaços, demanda que os discentes ocupem outras atividades durante seus anos na graduação. No regulamento da UFRN, encontra-se como princípio:

Capítulo II – Dos princípios e dos objetivos:

V. da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

VI. da universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade (Regulamento UFRN, 2011).

Nesse sentido, enquanto graduanda do curso de História da UFRN, tive a oportunidade de estar em atividades de ensino, pesquisa e extensão que avalio como

processos enriquecedores para a minha formação enquanto profissional de História. A primeira, e também, a última, experiência que tive nestes espaços de ensino-aprendizagem para além das disciplinas foi relacionada ao ensino no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2015 e 2017 e no Programa Residência Pedagógica, entre 2018 e 2019.

A partir destes programas, tive diferentes experiências, ainda no início do curso, que dizem respeito à atuação do licenciado em História. Foi possível, aqui, a construção coletiva do conhecimento histórico em situação didática. Para verificar isso, não faltam exemplos. Em nossas atividades semanais, ficava proposto a análise de fontes, de instrumentos metodológicos, produção de materiais didáticos, produção de planos de aulas, que nos auxiliavam para as nossas atividades nas próprias escolas de educação básica e a construção do processo de ensino-aprendizagem em conjunto com os alunos.

Além disso, a construção interdisciplinar também era um princípio central nas nossas atividades. Diversas oficinas e visitas de especialistas de outras áreas, como Tecnologia da Informação, Letras, Química, Educação, etc. estiveram presentes durante o período de desenvolvimento do projeto. Além do diálogo constante com outros campos, a comunicação com todos os sujeitos que compõem o espaço escolar nos aproximou da vivência enquanto futuros profissionais que irão atuar neste espaço.

A importância do programa na minha formação é perceptível ao avaliar o retorno desta experiência para as disciplinas do currículo. Em diversas situações, professores destas disciplinas realizavam avaliações demandando-se dos alunos a produção de planos de aulas ou materiais didáticos, na medida em que estávamos cursando uma licenciatura. No entanto, esse processo não se dava de forma a acompanhar a produção, a avaliação era posta, mas a construção conjunta, as orientações para o cumprimento da tarefa não eram recorrentes. Nesse sentido, ficou-se perceptível a diferença que os alunos que tiveram a oportunidade de estar nos programas e os que não tiveram, sendo uma tarefa bastante desafiadora para aqueles que não tinham tido a experiência de produzir o conhecimento histórico no âmbito do ensino.

Além das atividades de ensino, tive a oportunidade de participar do do Memorial do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Neste espaço, pude conhecer e praticar uma das atividades inerentes à profissão do historiador: a de organização de arquivos e acervos. Nesse processo pude construir critérios para avaliação e organização documental, assessorar os usuários do acervo e elaborar formas de divulgação do catálogo. Nesse sentido, ainda durante a graduação, conheci diferentes campos de atuação nos quais o profissional de

História pode vir a atuar, não se restringindo aos espaços de ensino e pesquisa formais.

Por fim, participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) entre 2018 e 2019. Foi neste espaço que pude experimentar a construção do conhecimento histórico na pesquisa. A construção de uma problemática, tempo como categoria principal, a investigação por meio de fontes, a utilização de instrumentos teóricos e metodológicos, a construção dos resultados e a sua divulgação e textos acadêmicos foram as tarefas imbuídas dentro dessa forma de produção que tive o desafio de elaborar.

O que estas experiências têm em comum e que são centrais na formação do profissional de História é em duas vias. A primeira é a possibilidade que os discentes têm em exercitar a produção do conhecimento específico a esta categoria. Nestes espaços de ensino, pesquisa e extensão tem uma oportunidade que, infelizmente, ainda não está aberta a se concretizar na grande maioria das disciplinas propostas no currículo.

Faz se necessário que, nossos departamentos e docentes estejam abertos a enfrentar este debate e pensarmos de forma coletiva como fazer com que estas experiências possam ser vivenciadas no todo da graduação e por todas e todos que estão se desafiando cotidianamente para se formar enquanto profissionais da História. Em vista disso, é (...) que julgamos fundamental o exercício sistemático da pesquisa com todas as lições que a mais antiga das ideias de aprendizagem nos sugere: errar, corrigir, mudar o rumo, enfim, construir conhecimento. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2013, p.142).

O segundo ponto é que é a partir destas experiências que os discentes podem conhecer e vivenciar as diferentes tarefas destinadas ao profissional de História. Este profissional é demandado em uma diversidade de espaços, que atualmente, não estão sendo ocupados por estes, na medida em que, os próprios sujeitos que estão sendo formados na área não conhecem essas diferentes demandas e por isso, torna-se um desafio reivindicar estes espaços como sendo de atuação do historiador. Com a regulamentação da profissão, deve ser uma tarefa desses profissionais, não deixar que esta seja apenas uma marca no papel sem efetivação prática.

Nesse sentido, defende-se a importância do nosso campo de profissionais de História estarmos atentos à forma com que estamos formando nossos futuros profissionais. Devemos, assim como proposto pelo PPP do curso de História da UFRN, construir as habilidades necessárias para responder aos desafios e demandas colocadas para essa prática profissional, que serão respondidas a partir da nossa competência central: produzir o conhecimento histórico específico em seus diferentes espaços de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos avaliar como tem se dado a formação do profissional de História atualmente nas universidades brasileiras a partir do relato de experiência que tive enquanto discente do curso de História Natal da UFRN durante os anos de 2015 a 2019. Pôde-se observar como nossos cursos de preparação destes profissionais para sua atuação em sociedade tem levado pouco em conta o exercício de construção do conhecimento histórico por parte dos alunos, mesmo que esta seja uma competência demandada pelo Projeto Político Pedagógico e pelos Planos de Curso das disciplinas. Nesse sentido, tem sido em outros espaços da universidade que os discentes têm encontrado a oportunidade de praticar esta competência central na atuação profissional em História.

As experiências nas atividades de ensino, pesquisa e extensão demonstram como estes espaços são importantes para a formação do profissional de História, pois, se nas disciplinas cursadas a ênfase que tem se dado estão nos conhecimentos substantivos, ou seja, aqueles de ordem de “conteúdo”, factual, dos eventos históricos e sua historiografia, nestas outras, os discentes são estimulados a compreender os mecanismos de produção do conhecimento histórico e a fazê-lo em diferentes áreas de atuação do historiador com acompanhamento dos docentes. A produção do conhecimento deve ser este norteador para as atividades propostas pelo curso de História. Como explica Costa (2013):

(...) então é isso que poderia ser tomado como eixo norteador dos cursos de graduação em História, espaços de aquisição e produção de conhecimento histórico e, por que não, mão de obra para manejar esse saber. (...) É por isso que não se pode considerar pesquisa, aqui, algo unicamente produzido para atender aos objetivos da academia ou nos moldes dela, mas sim, a base de trabalho do historiador, a sua operação básica – a operação historiográfica –, a qual ele terá de exercer em qualquer que seja seu espaço de atuação. (COSTA, 2013:60).

Os profissionais de História devem estar preparados para atender as demandas da sociedade em diferentes espaços, por isso, estas experiências de articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a produção do conhecimento histórico devem estar intrínsecos na formação dos alunos da graduação. É apenas com a oportunidade do exercício sistemático das atividades de pesquisa que nossos profissionais de História poderão lidar com os desafios presentes na nossa prática profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COSTA, Aryana Lima. Professores em formação, formadores de professores: que profissão ensinam os cursos de graduação em História? **Revista História Hoje**, v. 2, p. 43-64, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado**: uma discussão necessária à formação do profissional de História. 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____; OLIVEIRA, I. F. . Desafios da formação inicial para a docência em História. **Revista História Hoje**, v. 2, p. 131-147, 2013.

Projeto Político Pedagógico do Curso de História (2004-2018). Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2004.

UFRN. **Regulamento UFRN**, 2011.

ESCRITA DE SI E MEMÓRIAS EM TORNO DE TEÓFILO BRAGA

Isabela Lemos Coelho Ribeiro¹

INTRODUÇÃO

Em 1911, o jornalista e escritor João do Rio registrou suas impressões sobre Portugal a partir de uma longa viagem nas terras lusitanas. Descrevendo os ânimos na recém proclamada República, o cronista escrevia:

Em Portugal, que há muito era democraticamente monárquico, a igualdade e a liberdade sopravam com tal violência que a fraternidade talvez sofresse. O povo surgia. O Presidente da República, um bom velho e um notável filósofo aparecia a falar ao Povo pelo menos duas vezes ao dia; os ministros misturavam-se ao Povo e faziam discursos (RIO, 2020, p. 40).

O “bom velho” e “notável filósofo” era Teófilo Braga, escritor português que exerceu o cargo de Presidente provisório quando a República foi proclamada em Portugal, em 1910. A escolha desse nome para o principal cargo do novo regime indicava, tal como sugere trecho de João do Rio, a imagem de uma personalidade que se tornou uma referência, lembrada pela experiência, pela sabedoria de um “bom velho”, e pelo prestígio intelectual de um “notável filósofo”.

Alguns anos mais tarde, em 1929, a Imprensa Nacional de Lisboa editou um livro em homenagem a Teófilo Braga. Com o título *In memoriam do doutor Teófilo Braga*, a obra apresentava textos de diversos escritores portugueses. Em um deles, escreveu Ana de Castro Osório:

Teófilo Braga foi, para a maior parte das pessoas que o conheceram mais ou menos de perto e - sobretudo- para aqueles que só pela sua obra o conheceram, uma alma obcecada, inteiriça, sem maleabilidade nem ternura para as cousas e para os sentimentos da vida.

Ao vê-lo, corpo envelhecido e puído a abrigar uma alma intransigentemente nova e combativa, era como se abrissemos um desses velhos estojos gravados a ouro, cansados das mãos que os manejaram através de anos e anos de posse e têm dentro o esplendor eterno das mais lindas joias (OSÓRIO, 1929, p. 3).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço de e-mail: isalemos.coelho@gmail.com.

O texto, escrito cinco anos após a morte de Braga, retrata o escritor como uma figura marcante, talvez até intransigente. Características como “obcecada”, “inteiriça”, “sem maleabilidade”, colaboram para um perfil metálico, de uma “joia”. O aparente paradoxo, ou a convivência de marcas contrastantes na personalidade, conformam uma determinada memória presente em diversos textos que versam sobre a trajetória e a obra de Teófilo Braga. A proposta desse artigo é compreender um pouco dos termos dessa memória, a partir de trechos escritos por intelectuais portugueses e brasileiros ao longo do século XX. Além disso, confrontamos esses textos com um excerto autobiográfico elaborado por Braga em 1903, intitulado *Autobiografia mental de um escritor isolado*.

Teófilo Braga nasceu em Ponta Delgada, em 1843, e faleceu em 1924. Em 1861, iniciou os estudos em Coimbra, no curso de Direito, sendo que, em 1863, publica o primeiro título, *Visão dos tempos*, obra poética a qual se segue *Tempestades sonoras*, em 1864. A pretensão de poeta, no entanto, cedeu lugar à de historiador da literatura portuguesa ou de historiador da cultura portuguesa. Com Antero de Quental, protagonizou a chamada Questão Coimbrã, em 1865, com a publicação de folhetos nos quais se reivindicava a atualização da literatura e da cultura portuguesa, contra o estado tido por conservador das letras naquele momento, e cujo representante maior seria Antonio Feliciano de Castilho. Em 1872, foi selecionado para uma cadeira no Curso Superior de Letras de Lisboa, na qual permaneceu por mais de quarenta anos.

O historiador da literatura portuguesa se filiou, em 1875, ao Centro Republicano Democrático, iniciando uma militância pela República que o leva a ocupar o cargo de Presidente provisório do novo regime em 1910. Apesar de não haver evidências da participação de Teófilo Braga nas conspirações pela queda da Monarquia, segundo Homem (1989), o nome do historiador da literatura foi escolhido como figura representativa da causa em Portugal. Tal representatividade sugere ainda que, mesmo que proclamada em 1910, a propaganda e a presença eleitoral em nome da República afirmavam-se paulatinamente e de forma preponderante, em Portugal, desde pelo menos a década de 1880 (CATROGA, 2010, p.12). Segundo o mesmo autor, a experiência nesse cargo foi caracterizada pela instabilidade e pelas clivagens que marcarão os governos da Primeira República.

À atuação política no movimento republicano, Braga filiou um engajamento intelectual em nome dessa causa, adotando um republicanismo pautado em premissas sociológicas e, principalmente, positivistas. Nesse sentido, o nome de Teófilo Braga ficou associado à divulgação do positivismo em Portugal, especialmente pela fundação da revista *O*

Positivismo, com Júlio de Matos, em 1878². Obras como *História das Ideias Republicanas em Portugal* (1880) e *Sistema de Sociologia* (1880) referem-se à sistematização do pensamento elaborado no seio dessas duas vertentes.

Nessas obras, assim como em outras diversas, privilegiava-se uma concepção de República baseada na laicidade, na liberdade de pensamento e no federalismo. Além disso, combinava esse último princípio aos legados do Romantismo na defesa da nação e de um patriotismo cívico (LEAL, 2012, p. 4). O pensamento republicano de Teófilo Braga ultrapassa em muito os esforços pela mudança de regime. Como ressalta Fernando Catroga (2010, p. 12), o republicanismo em Portugal se desenvolveu como um “projeto que visava modificar a ordem cultural existente”. As obras do autor da *História da Literatura Portuguesa* conformavam, para além das diretrizes de uma ruptura política, uma visão de mundo, construída sobre pilares positivistas, mas também a partir da incorporação no debate sobre a realidade portuguesa de experiências estrangeiras como a Terceira República francesa e a Revolução espanhola de 1868. A emergência dos diferentes socialismos e das correntes de pensamento relacionadas ao evolucionismo biológico informaram não só a perspectiva republicana de Braga, como também de muitos intelectuais dos finais do século XIX e início do século XX em Portugal.

A trajetória de Teófilo Braga, como se percebe, foi bem longa, tendo se iniciado antes da década de 1870, até a data de seu falecimento, em 1924. De acordo com Norberto Bobbio, intelectuais são grupos de homens “não políticos, conhecidos por sua atividade prevalentemente literária, que tomam posição como homem de letras com respeito a uma prevaricação do poder político” (BOBBIO, 1997, p. 123). Nesse sentido, seriam aqueles indivíduos que atuam a partir da articulação entre ação e ideias, política e cultura. Teófilo Braga foi um intelectual que direcionou esforços para esses fins, tornando-se um ator político que agia e refletia socialmente a partir de uma produção letrada. Como lembra Antonio Pita, “não há intelectual sem espaço público, sem grande imprensa” (PITA, 2015, p. 36).

Nossa proposta aqui é abordar mais diretamente essa produção e atuação intelectual no início do século XX, especialmente pela obra *Quarenta anos de vida literária*. Publicada em 1903, tinha como objetivo criar um marco na trajetória do autor. Esse livro é composto

² Sobre o republicanismo de Teófilo Braga, assim como sobre a trajetória política e intelectual desse autor, sugerimos: HOMEM, A. Carvalho. **A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. As informações biográficas elencadas neste texto foram consultadas principalmente nessa obra.

por cartas recebidas de diferentes escritores, tais como Michelet, Pi y Margall e Alexandre Herculano. Mas, antes dessas correspondências, o leitor encontra um prólogo intitulado “Autobiografia mental de um pensador isolado”.

Nesse excerto autobiográfico, Teófilo Braga descreveu a trajetória intelectual iniciada com os estudos em Coimbra, em 1861, e, ao final do texto, elencou o conjunto de publicações de todo esse período, divididas em categorias que resumiriam as preocupações gerais que o guiaram ao longo dos anos: “obras poéticas”, “obras científicas”, “obras filosóficas” e “pequenos escritos”. As “obras científicas” foram definidas como “Materiais para a história da civilização portuguesa (elemento afetivo, mental e social)” (BRAGA, 1903, p. LXVIII). Se inseriam em um projeto historiográfico, no qual o autor enquadrou os textos sobre a história da literatura, sobre os costumes e crenças populares, sobre a história da Universidade de Coimbra, sobre a instituição dos forais e sobre as “ideias políticas em Portugal”.

A “autobiografia mental”, como um esforço de construção de uma memória da sua trajetória, indicava um projeto de se afirmar como intelectual com legitimidade para falar da nomeada renovação mental e política portuguesa. Lejeune, em *O pacto autobiográfico*, define a autobiografia como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Embora o autor tenha revisado parte de suas ideias em edições mais recentes dessa obra, acreditamos que esse trecho nos permite refletir sobre alguns aspectos do texto de Braga.

A construção autobiográfica implica em um exercício de retrospectão, de um olhar para o passado a partir das exigências do presente. Teófilo Braga intitula esse prólogo como “Autobiografia mental de um escritor isolado”. Insere essa narrativa em um livro que pretende comemorar os quarenta anos de trajetória profissional, ou melhor, de “vida literária”, composto por correspondências devidamente selecionadas. O autor, assim, sinaliza qual tom deseja enfatizar na memória de sua trajetória. A autobiografia é uma forma de escrita de si, que engloba não só a introdução da obra de Braga, mas também a reprodução de parte da correspondência ativa e passiva do autor. Através dessa prática, “o indivíduo moderno está construindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado” (GOMES, 2004, p. 11). A iniciativa de registro pressupõe, assim, um valor concedido para essa vida, que mereceria sobreviver na “memória de si e dos outros” (GOMES, 2004, p. 12).

Teófilo Braga dividiu as cerca de sessenta páginas que compõem o prólogo em: “estado de poesia”, “o poder do sistema”, “o fim construtivo” e “plano das obras completas”. Seriam essas as “fases” das ideias que guiaram a atividade do escritor. A narrativa se inicia pela infância: “Como acordou em mim a consciência e começou a vida subjetiva, refletindo e reagindo sobre as impressões do mundo exterior, é um fenômeno resultante de uma infância atormentada dos quatro aos dezoito anos sob a pressão antipática de uma madrasta” (BRAGA, 1903, p. V). Esses anos de sofrimento teriam sido superados com a chegada a Coimbra, onde Braga teria desenvolvido uma “vida subjetiva”, de poucos recursos, porém, marcada pela “dignidade do isolamento” (BRAGA, 1903, p. VI). Esse meio inspiraria as primeiras tentativas de escrita. O escritor caracterizou essas poesias de juventude como frutos de uma ruptura com o cânone literário que dominava Coimbra naqueles anos de 1860. Além disso, esses primeiros escritos se desenvolviam a par de uma “orientação filosófica”. Braga passa então a descrever os princípios do que seria uma “poesia da história”, através das leituras de Vico, Hegel e Comte. As primeiras obras poéticas seriam, nesse sentido, um esforço para realizar poeticamente as ideias defendidas no positivismo comteano.

Ao narrar os anos como estudante em Coimbra, Teófilo Braga ressaltou o isolamento no qual vivia em relação aos colegas, e como essa vivência resultou no desenvolvimento de um “sistema”, um “plano” que o guiava em seus estudos e escritos:

Era este o meu programa de trabalho, o sistema de coordenação de todas as minhas capacidades de há quarenta anos, nunca abandonado e em que ainda hoje estou laborando (...). Neste resultado posso confessar que o sistema que dirigiu os primeiros estudos, se alargou e aperfeiçoou gradativamente, ligando todos os fatos em uma vasta e segura síntese (BRAGA, 1903, p. XXXIX).

Ao elencar os títulos de sua autoria, Braga procurava dotar de coerência obras produzidas ao longo de quarenta anos³. Não somente a produção literária, mas também a trajetória seria guiada por ideias que estariam em desenvolvimento desde os anos como estudante. Esses pilares representariam, para Teófilo Braga, a preocupação com o conhecimento da realidade portuguesa baseado em postulados ditos científicos, tendo como horizonte a substituição da Monarquia pela República. Teófilo Braga, ao longo de suas obras, esforçava em se afirmar como protagonista da chamada geração de 1870 portuguesa, guiado pela causa republicana e positivista para a proposição de mudanças políticas, culturais e

³ Sobre essa busca por um sentido à uma história de vida, sugerimos: BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; FIGUEIREDO, J. A. B. de (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

intelectuais. Construía-se, assim, uma ideia de uma geração engajada na ruptura em relação aos cânones anteriores, cânones literários, mas também políticos. De modo que, para Braga, ele não apenas buscava escrever a história de Portugal, mas também se pensava como personagem privilegiado dessa mesma história.

Nessa construção de uma escrita de si, Teófilo Braga se intitula como um “pensador isolado”, ou seja, aquele que se refugia no trabalho árduo dos livros, na militância republicana, “sem pedir proteção aos fortes”, como gostava de enfatizar, fiel ao “espírito crítico”, à imparcialidade, independente dos desafetos que poderia deixar pelo caminho. O escritor está isolado de tudo aquilo que poderia macular sua trajetória. Essa imagem elaborada no excerto autobiográfico também é sugerida em alguns artigos de jornais e revistas que mencionam o nome de Teófilo Braga. Nesse caso, é interessante pensar de que modo essa construção de si teve ressonância e foi apropriada em diferentes círculos intelectuais portugueses de finais do século XIX e início do século XX, considerando as diversas polêmicas e controvérsias nas quais Braga se envolveu. Em 1906, a revista *Ilustração portuguesa* divulgou uma entrevista com o autor da *História da literatura portuguesa*, indicando-o como “a mais alta intelectualidade do país”. No artigo, o jornalista descreve a imagem que possuía previamente sobre o entrevistado:

Nunca tinha entrado na morada de Teófilo Braga e conhecia-o de o ver atravessar as ruas com o seu fatinho modesto, a andar como hesitante, numa despreocupação da sua pessoa, parecendo caminhar preso dum sonho, a modo sobressaltado quando o cumprimentam; mas conhecia-lhe os esforços que já entraram na lenda, a vida de tormentos e de estoicismo que já anda de boca em boca com respeito, e da sua obra vasta, feita com a persistência de um monge bento no seu casulo de sapiência (MARTINS, 1906, p. 18).

Esse não era, no entanto, um retrato incontestável. Em estudo sobre a trajetória de Teófilo Braga, Amadeu Carvalho Homem descreve as opiniões divergentes divulgadas em jornais no dia do falecimento do escritor português:

O fúnebre acontecimento foi glosado pela imprensa periódica em termos muito variáveis; a que lhe era mais desafeiçoada crivou-lhe o cadáver de sarcasmos, explorando, sobretudo, o desalinho do seu trajar, o plebeísmo de algumas das suas expressões orais, a cortante frieza e agressividade do seu temperamento e, acima de tudo, a sua parcimônia, estigmatizada como avareza judaica (HOMEM, 1989, p. 81).

Teófilo Braga era, de forma recorrente, lembrado pelo protagonismo em diversas polêmicas intelectuais. No Brasil, travou debates com Silvio Romero acerca das relações entre as literaturas brasileira e portuguesa. Romero escreveu, em 1887, um “protesto” contra o intelectual português: *Uma espezteza: os Cantos e Contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga*. O livro narra os conflitos que envolveram a publicação em Portugal do estudo de Silvio Romero sobre cantos populares brasileiros, prefaciado por Braga. Outra publicação do historiador brasileiro também era direcionada à crítica da obra de Teófilo Braga: *A pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga* (1907). O escritor português é caracterizado como “o mais incoerente dos historiadores”, autor de argumentos “extravagantes” (ROMERO, 1907, p. 29). Entre esses dois intelectuais, a polêmica se referia a uma questão principal: os direitos autorais envolvendo o debate em torno do “critério nacional e etnológico para o estudo da História da Literatura nos países de Língua Portuguesa” (MENESES, 2006, p. 105). Esses conflitos se relacionavam, portanto, aos argumentos defendidos pelos escritores acerca da originalidade das produções literárias e das culturas portuguesa e brasileira.

Ainda no plano da história literária, Fidelino Figueiredo, estudando a crítica literária portuguesa, teceu críticas às ideias e aos métodos desenvolvidos por Braga. O escritor positivista não teria se pautado por pilares tidos como científicos:

O seu chauvinismo, a sua precipitação, não o deixaram ter essa almejada atitude serena e fria na observação. Mas, apesar de tudo, pela informação biográfica e bibliográfica, pela publicação de inéditos, pelo despertar do interesse, ninguém conseguirá com justiça desentestar esta época da nossa crítica do seu nome considerado (FIGUEIREDO, 1910, p. 97).

De acordo com Figueiredo, em *A crítica literária em Portugal* (1910), o critério seguido por Teófilo Braga, a chave para a compreensão de sua obra, era a elaboração de uma história social e de biografias de escritores, não uma história literária, “porque desprezou o objeto primacial da crítica, a sua razão de ser, as obras” (FIGUEIREDO, 1910, p. 99). Fidelino Figueiredo exemplificou essa proposta pelo modo como Braga analisou o romantismo português, reduzindo-o a marcos políticos. Segundo o autor, Braga analisou “mal” a produção literária do século XIX, especialmente ao julgar a obra de Oliveira Martins, considerando-a como “literatura”, mas criticando-a pela ausência de concepções positivistas na *História da civilização ibérica* (FIGUEIREDO, 1910, p. 113).

Perceber esse debate, no final do século XIX e início do século XX, e a forma como a figura de Teófilo Braga é apropriada por esses autores, nos permite perceber disputas de

memória que vinculavam Braga não só ao republicanismo e à história da literatura, mas também às comemorações cívicas realizadas em Portugal naquele contexto. Braga foi um dos intelectuais que idealizou e promoveu a realização de diversas comemorações de centenários de grandes homens. Entre essas festas, a mais paradigmática naqueles anos foi o tricentenário de Camões, realizado nos dias 8, 9 e 10 de junho de 1880. Naquele contexto, diversos intelectuais, como Oliveira Martins, Antero de Quental e Teófilo Braga se debruçaram sobre o significado e os usos políticos elaborados a partir dos episódios do dia 10 de junho, especialmente pelo viés nacionalista que os caracterizaram.

A atuação de Teófilo Braga em prol das comemorações do centenário de Camões se deu pela participação na comissão organizadora, mas também pela publicação de artigos em jornais da época. Esse engajamento também se materializou na publicação de *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, em 1884. Nesse livro, Braga analisou teoricamente o potencial das comemorações dos centenários dos grandes homens, ressaltando as homenagens a Camões como paradigma desse esforço comemorativo. Além de Camões, foram objeto de análise do autor os centenários de Voltaire, Diderot, Marquês de Pombal e Calderón. As reflexões apresentadas nessa obra tinham como pilares os princípios positivistas defendidos por Augusto Comte, mas também pensadores como Rousseau, que via nas festas um instrumento importante da religiosidade civil.

Em razão dessas várias frentes de atuação, Teófilo Braga se tornou um dos personagens mais lembrados quando se trata de pensar as comemorações camonianas em Portugal. Tanto é assim que, nos anos 1970, às vésperas do quarto centenário do poeta, a figura de Braga foi retomada por alguns ensaístas para se pensar no caráter político das comemorações que se avizinhavam. Naquele momento, o fim do salazarismo mobilizava os intelectuais, e esse contexto não deixou de delimitar as interpretações em torno do quarto centenário de Camões.

No livro *Labirinto da saudade*, Eduardo Lourenço (2016) publicou dois artigos, originalmente escritos na década de 1970, sobre o engajamento de Teófilo Braga em torno da memória camoniana. Nesses dois textos, percebemos como Teófilo Braga é lembrado por essa construção de Camões como monumento nacional, por meio de uma história literária pautada em um olhar patriótico e nacionalista. Em outro artigo, intitulado “Camões no presente”, Lourenço reconhece que seria “impossível comemorar Camões inocentemente” (LOURENÇO, 2016, p. 191). Por outro lado, o ensaísta entendia que, na defesa de Teófilo Braga das comemorações camonianas, havia um viés político inegável, associado à

propaganda republicana. Não haveria, para Teófilo Braga, contradição entre a leitura republicana do poema e a presença dos inúmeros elementos religiosos e dinásticos. Assim, Braga era compreendido por Lourenço como um protagonista não só nos preparativos dos festejos, mas também em sua teorização e delineamento político. Por isso, para ele, a comemoração do tricentenário poderia ser caracterizada como “teofiliana-jacobina”. Teófilo Braga teria dotado as comemorações camonianas de um tom mais “anacrônico”, mas, por outro lado, mais acessível, considerando a população majoritariamente iletrada em Portugal no século XIX. Para Eduardo Lourenço, pela ação de Teófilo Braga teria triunfado a ideia de um “Camões liberdade” (LOURENÇO, 2016, p. 186).

Essa visão de Eduardo Lourenço foi, no entanto, contestada por outro escritor português, Alexandre Cabral, que, no mesmo período, publicava o livro *Notas oitocentistas*. Um dos capítulos foi dedicado à análise das comemorações do tricentenário de Camões, caracterizadas como “extraordinária manifestação popular, cívica e política” e símbolo do momento de consolidação do movimento republicano português (CABRAL, 1973, p. 96). Nesse sentido, o viés democrático do tricentenário foi realçado por Cabral, através de descrições das atividades da comissão organizadora e da participação de diversos setores da sociedade civil, especialmente das agremiações operárias. Através da intervenção desses grupos, segundo o autor, a disputa em torno da definição do programa das festas ganhou maior simbolismo, pelo predomínio de atividades que teoricamente possuiriam maior alcance popular, tais como desfiles e cortejos (CABRAL, 1973, p. 127).

Cabral refuta a ideia de que Teófilo Braga seria o grande protagonista da festa e, mais ainda, de que o tricentenário poderia ser definido como “teofiliano-jacobino”, tal como escreveu Lourenço. Para Alexandre Cabral, essa definição retirava das comemorações seu caráter popular e cívico, como manifestação de um nacionalismo popular.

Em torno desses debates, sobre as comemorações cívicas ou sobre a história literária portuguesa, a figura de Teófilo Braga foi lembrada a partir de diversas chaves interpretativas, apropriada politicamente, refutada ou louvada. Os trechos explorados neste texto sugerem, portanto, que a memória em torno daquele intelectual não foi unívoca e consensual. As interpretações veiculadas sobre a obra e a trajetória de Braga nos permitem pensar nos esforços de construção de uma memória disciplinar ou mesmo de um cânone que interligava diversos campos, como a historiografia, a crítica literária e a política portuguesas.

Lembrar de Teófilo Braga em diferentes marcos temporais de sua atuação profissional, ou mesmo após seu falecimento, seria uma comemoração e uma forma de torná-

lo um “clássico”. Seriam operações que “contribuem para a consolidação dos elos entre os vivos e entre os vivos e os mortos, mobilizando os indivíduos em torno de imperativos e valores coletivos” (GONTIJO, 2014, p. 359). Através das disputas que permeiam essas operações, torna-se possível refletir, segundo Gontijo, sobre os movimentos de lembrança e esquecimento que pautam a construção de cânones e tradições historiográficas e literárias, pautadas pelas expectativas e demandas do passado e do presente.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: editora UNESP, 1997.

BRAGA, Teófilo. **Quarenta anos de vida literária**. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903.

BRAGA, Teófilo. **Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas**. Porto: Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1884.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; FIGUEIREDO, J. A. B. de (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CABRAL, Alexandre. Comemorações camonianas de 1880. In: **Notas Oitocentistas**. Lisboa: Plátano Editora, 1973.

CATROGA, Fernando. **O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910**. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

FIGUEIREDO, Fidelino. **A crítica literária em Portugal (da Renascença à Atualidade)**. Lisboa: Cernadas & C, 1910.

GOMES, Ângela de Castro. **Escritas de si, escritas da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Contribuições para pensar a escrita da história da historiografia no Brasil, 1940-1970. In: CLOULET, A. R.; NICOLAZZI, F.; PEREIRA, M. (orgs.). **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec/ Belo Horizonte: Fapemig, 2014.

HOMEM, Amadeu Carvalho. **A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga.** Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

LEAL, Ernesto Castro. Moral, política e nação no pensamento de Teófilo Braga. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 9, p. 1-13, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português.** Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016.

MARGATO, Isabel; GOMES, R. Cordeiro. **O intelectual e o espaço público.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARTINS, Rocha. Cinquenta anos de literatura. Entrevista de Teófilo Braga. **Ilustração portuguesa**, Lisboa, segunda série, p. 24-18, 1906.

MENESES, Marçal P. A querela dos originais: notas sobre a polémica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, n. 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 103-119, 2006.

OSÓRIO, Ana de Castro. O mestre e a literatura infantil. In: **In memoriam do doutor Teófilo Braga.** Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

PITA, Antonio. Consciência e história. Genealogia do discurso intelectual. In:

RIO, João do. **Portugal d'agora.** São Paulo: Editora UNESP Digital/ CLEPUL, 2020.

ROMERO, Sílvio. **A pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga.** Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C, 1907.

_____. **Uma esperteza. Os Cantos e Contos Populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga.** Rio de Janeiro: Typ. da escola de Serafim José Alves, 1887.

ELAS COMEÇAM A FALAR... A HISTÓRIA ORAL E AS NARRATIVAS DE MULHERES MILITANTES EM NATAL [1978 – 1989].Janaína Porto Sobreira¹Genilson de Azevedo Farias²**Introdução**

Este trabalho tem como intuito apresentar uma discussão quanto à História Oral como método na compreensão da atuação de militantes que fizeram parte de grupos feministas e de mulheres na cidade do Natal a partir da década de 1970, até o período inicial da pós-redemocratização brasileira, compreendendo 1989 como ano limite de análise. A pesquisa buscou, dentre outros interesses, identificar nas falas dessas mulheres as formas de organização política da cidade, sob a ótica reivindicativa de militâncias políticas, as narrativas pessoais e coletivas que nos ajudam no entendimento de construções de espaços urbanos em disputa.

História oral e história das mulheres: um diálogo necessário

Tem sido um campo de crescente diálogo, como afirma a pesquisadora Silvia Salvatici (2005), a história oral e a história das mulheres. Essa aproximação se dá devido às lacunas presentes numa historiografia mais tradicional não sustentaram interesse pela presença feminina nos processos históricos, colocando-as, frequentemente, às margens como lugar comum. Em um ritmo que merece destaque, o campo da história oral foi um esforço de produção que alcançou as vozes esquecidas da história. Dentro de uma perspectiva da história social, quando também se tenta analisar o cotidiano histórico a partir de quem está na parte inferior da pirâmide social, as contribuições de indivíduos fomentaram novas possibilidades de enxergar o passado, uma vez que para nós, historiadores, ele está em constante mudança.

A história das mulheres redirecionou o papel do corpo social feminino nas relações históricas e conseguiu dar importância ao que elas produziram, ocuparam, exerceram, enfim, às suas existências. A exclusão das mulheres das documentações escritas é um “detalhe” que permite compreender essa lacuna. O olhar que a história direciona diz muito sobre quem a produziu. É diante desse fato que a historiadora Michelle Perrot coloca:

No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou

¹ Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Mestra em História & Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História/PPGH/UFRN.

² Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Doutor e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. Licenciando em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional – Uninter.

na evolução das sociedades. (2005. p. 14).

O uso das próprias vozes como fontes válidas na história ressignificou o papel como os textos são produzidos. Ultrapassando uma perspectiva cristalizada dos usos de documentos físicos, a história oral abriu um novo leque de possibilidades em virtude do que ela se concentrou em fazer em relação ao tempo presente. Os acontecimentos desse tempo recente permitem um diálogo fértil entre presente e passado, democratizando a historiografia.

O exercício de escutar as pessoas comuns tem mostrado outras faces da história. As subjetividades, os sentimentos, os anseios, os detalhes, ajudam no processo de reconstrução de um passado possuidor de significações que as fontes mais tradicionais não conseguem dar conta.

Ao se utilizar dos relatos na elaboração de uma história comprometida com a centralidade da mulher, Silvia Salvatici defende o seguinte pensamento:

[...] o encontro entre a história das mulheres e história oral fomentou uma espécie de contaminação recíproca, que afetou ambos os campos, o da investigação e o da metodologia. [...] em meados dos anos 1970 – o que significa “na época das origens” – modelos padrão de praticar história oral não eram ainda considerados adequados ao trabalho de organizar e interpretar a vida das mulheres, e novos modelos, que abordassem as diferenciações nas vidas das mulheres – em toda a sua diversidade – foram reivindicados. (2005, p. 31).

O processo de assimilação entre História e história oral, segundo Luisa Passerini, foi substancial para a análise de elementos culturais contidos nos relatos das mulheres entrevistadas. Essa dimensão ampliou os limites das interpretações dos sujeitos no tempo, no caso, das mulheres. Como a pesquisadora coloca:

[...] creio poder afirmar que a minha interpretação dos relatos diferenciados conforme gênero se contrapõe a visão essencialista; coloca uma diferença entre “espaços discursivos” construídos pelas trocas entre as mulheres, geralmente em espaços físicos reservados parcialmente para elas, como ocorria com diálogos nos mercados e quintais. (2011, p. 97).

Apesar de não constituir um nome dentro da produção historiográfica, Svetlana Aleksievitch tece um ponto de vista delicado sobre os usos das vozes do passado. A autora trabalhou em cima dos relatos coletados durante anos sobre a participação das mulheres soviéticas na Segunda Guerra:

E a história? Ela está na rua. Na multidão. Acredito que em cada um de nós há um pedacinho da história. Um tem meia paginazinha, outro tem duas ou três. Juntos, estamos escrevendo o livro do tempo. Cada um grita a sua verdade. O pesadelo das nuances. E é preciso ouvir tudo isso separadamente, dissolver-se em tudo isso e transforma-se em tudo isso. E, ao mesmo tempo, não perder a si mesmo. [...] outra complexidade está no fato de que estamos falando do passado com a língua de hoje. Como transmitir por meio dela os sentimentos daqueles dias? (2016, p. 19).

Se a história é encontrada em todos os detalhes e lugares, como coloca a escritora, a dimensão disso é um convite para imaginar pontos que em outros tempos não foram possíveis.

Quando Aleksievitch escuta as experiências das ex-combatentes de guerra, ela traz à tona diversos mecanismos que miram as relações que excluem e incluem fatos dentro das memórias públicas, assim como coloca Silvia Salvatici:

O caso dos sobreviventes (que não foi ainda suficientemente explorado, principalmente do ponto de vista do gênero) nos mostra, penso eu, que a história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas. A história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. (2005, p. 36).

Deste modo, o diálogo entre história oral e história das mulheres se torna fértil na medida em que se retira da esfera privada e do confinamento pessoal, as experiências humanas fragmentadas e ocultas em realidades múltiplas. Por fim, Silvia Salvatici diz que a história oral de mulheres redemocratiza a memória, uma vez que se passa a acolher as experiências das mulheres como legítimas e importantes no processo que analisa o tempo e seus desdobramentos.

Natal e as organizações de mulheristas e feministas

O Rio Grande do Norte, assim como em outras localidades, foi palco de uma série de manifestações protagonizadas por mulheres militantes. Naquele período, a partir dos anos 1960/70, o Brasil vivia sob uma Ditadura e vários atores sociais se lançaram em diversas frentes de luta política. Movimentos distintos captavam energias para o combate às várias violências cometidas pelo Estado, e também às demais exclusões e estigmas sociais que se intensificaram com os anos de chumbo.

Antes de mais nada, consideramos que para avançar na leitura, é preciso compreender melhor a diferenciação entre *feministas* e *mulheristas*. Não foi nossa intenção gerar uma classificação rígida sobre essas mulheres. Na verdade, essa diferenciação dá-se por dois motivos principais: o primeiro, consiste numa estratégia metodológica comparativa de formação de redes de colaboradoras que, diga-se de passagem, marcam o território enquanto feministas, ou não, quando entrevistadas. Isto também significa que parte do grupo das entrevistadas têm uma visão de si enquanto articuladoras de pautas em defesa das mulheres, mas sem se identificarem enquanto feministas. O segundo é no sentido de que realmente foram posições marcadamente não homogêneas, o que não significava que não podiam, em alguns momentos, comungarem entre si sob algumas pautas.

O que chamamos de mulheristas é, de forma geral, um entendimento de que haviam mulheres dentro de comunidades e meios populares lutando por infraestrutura básica, porém, sem reivindicar o rótulo de feministas. Na linguagem da Arquitetura e Urbanismo, os chamados

“equipamentos urbanos” como postos de saúde, creches, calçamento para as ruas, transporte público, escolas, etc. Claro que o leitor mais atento vai perceber que as feministas também contemplavam essas bandeiras em suas formações, em maior ou menor grau. No entanto, devemos lembrar que, nem todo movimento de mulheres é feminista; mas todo movimento feminista é composto por mulheres.

Muito comum desde o final da década de 1970, muitos atores estavam no centro de várias experiências de movimentos sociais. E, embora se tenha uma ideia mais geral sobre as feministas, interpretadas como as feministas de *Segunda Onda*, outras mulheres também estavam na frente de batalha e, por vezes, são confundidas e/ou obliteradas pelas novas gerações. Até mesmo pela própria historiografia.

Em Natal, precisamente em 1978, nascia o *Centro da Mulher Natalense* – CMN. Grupo pensado e dirigido por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. A iniciativa contemplava boa parte das ideias que circulavam à época em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. E aqui falamos da criação dos “grupos de consciência”, espaços voltados para discussões de mulheres que enxergavam a emergência de envolvimento político social com as causas da mulher.

Esses grupos sofreram grande influência de mulheres que tinham saído do país para estudarem, se especializarem, dentre outros objetivos. Em um dos seus vários textos a respeito dos Feminismos de *Segunda Onda* no Brasil, a historiadora Joana Maria Pedro coloca que:

No Brasil, como em outros países, o feminismo de “Segunda Onda” adotou, em seus primeiros tempos, uma metodologia revolucionária de divulgação de suas ideias: os grupos de consciência, também chamados de grupos de reflexão. Esses grupos eram constituídos apenas por mulheres – elas diziam que a presença do homem as inibia – que se reuniam nas cassas umas das outras, ou em lugares públicos, como cafés, escritórios, bares e bibliotecas, para discutir problemas específicos das mulheres e se contrapor ao machismo vigente. Para cada reunião, as componentes deveriam trazer outras participantes. **Quando o grupo ultrapassasse 24 pessoas, seria dividido, formando novos grupos.** A proposta era forjar uma rede, espalhando os grupos desse tipo por diversos lugares. (2018. p. 241. Grifos nossos).

O trecho destacado aborda uma característica comum a esses grupos, no entanto, nem todos se organizaram da mesma forma. O CMN, em seu início, permitia a participação de companheiros homens nas reuniões e tarefas, e não tinham muito bem explícito essa deliberação do número de participantes para possíveis expansões. Acreditamos que este grupo tinha muito mais o propósito de alimentar um sentimento de “retorno social”, pois sentiam que a materialização de suas leituras enquanto estudantes de Direito, Pedagogia, Serviço Social, Sociologia, etc., permitiam-nas uma visão mais ampla sobre determinadas problemáticas sociais e, desta forma, poderiam adentrar nos espaços urbanos que consideravam vulneráveis para concretização de seus planos.

Resumidamente, o CMN tinha um perfil muito semelhante ao Centro da Mulher Brasileira – CMB³, mas com particularidades próprias, até porque se tratava de duas capitais com contingência demográfica bem diferentes, Natal e Rio de Janeiro. A formação de alianças entre representantes populares dos bairros que escolheram para realizar as ações políticas, podem ser encaradas como outro tipo de iniciativa local. Mas isso não é algo rígido: apesar das diferenças demográficas e políticas, os grupos tinham autonomia para decidirem quais rumos tomar, o que funcionaria na realidade de cada cidade, capital, região.

Após pouco mais de dois anos de existência, o CMN se diluiu e transformou-se, em 1982, no *Movimento Mulheres em Luta* – MML. O perfil deste grupo era o de organização de luta política pelos direitos da mulher englobando não mais só estudantes, mas diversas outras categorias, como sindicalistas, docentes universitários, lideranças de conselhos comunitários, Clubes de Mães, entre outros.

O MML se apresentava assim em sua carta de princípios:

Nós, do Movimento Mulheres em Luta, somos um grupo feminista, que tem como objetivo principal organizar as mulheres contra a opressão e discriminação a que estão submetidas em razão de seu sexo, ou seja, porque são mulheres. Defendemos a necessidade da organização para lutarmos pela nossa emancipação em todos os campos: político, econômico, ideológico, entre outros. Por outro lado, defendemos a participação integral das mulheres nos demais movimentos sociais (partidos políticos, sindicatos, associações, etc.), participando ativamente e levando nossas reivindicações específicas, relacionadas a cada um desses movimentos. Assim sendo, entendemos que o feminismo deve questionar e lutar contra todas as formas de violência a que somos submetidas no seio da sociedade e reproduzidas nos movimentos sociais. Também achamos que nós mulheres devemos nos empenhar na construção de uma sociedade mais justa, sem qualquer tipo de opressão, discriminação e exploração [...] (FERNANDES, 2004, p. 59).

Estrategicamente falando, o MML conseguiu reunir vários perfis numa frente única dentro do movimento feminista na cidade e na luta pela concretização dos objetivos do grupo. Foi a partir dele, primeiramente, que várias determinações herdadas do CMN se ajustaram e compuseram as ações do novo grupo que surgia.

No mesmo ano de 1982, também nascia a *Federação de Mulheres do Rio Grande do Norte* – FMRN. Este agrupamento se autodeclarava “mais próximo das massas”, da realidade de quem estava inserido em bairros carentes sem infraestrutura básica, o que, afinal, foi muito comum em várias iniciativas de cunho popular. Estamos falando da década de 1980, principalmente. Década de processos intensos de mudanças como o fim da Ditadura e a elaboração de uma nova constituição para o país. Da luta contra à carestia, do acesso da sociedade ao Sistema Único de Saúde – SUS, da retomada dos direitos representativos do voto, enfim, de uma nova ordem democrática e que incluía sujeitos e grupos e direitos na Carta Magna do país.

³ Para saber mais: ESTEVES, 2007.

No caso das militantes da Federação, estas tinham um compromisso com questões na ordem, digamos, prática, para as mulheres. Este grupo teve um papel muito importante dentro do movimento da cidade visto que, embora reconhecessem todas as bandeiras levantadas pelos grupos feministas da época, elas achavam, por vezes, que era um movimento muito radical. Não à toa, a propósito, se declaravam como um movimento *feminino*. Definição presente nas falas de todas as entrevistas realizadas, assim como nos próprios documentos.

A palavra *Feminismo* tinha um peso muito caricato para essas mulheres. Atribuímos essa aversão ao termo pela construção de uma série de estereótipos pejorativos acerca do feminismo e, por conseguinte, das feministas, que nutriu e nutre um imaginário social e cultural de muita resistência ao longo do tempo. Infelizmente, muitos grupos que militaram nos anos 1970/80 foram atingidos por esses discursos e falsas impressões do que se trata, de fato, o feminismo que, no caso, se trata de um movimento político e coletivo que busca a emancipação da mulher da estrutura patriarcal⁴, sexista, machista, dentre outras limitações e violências.

Essa construção pejorativa vem de décadas. A historiadora Raquel Soihet (2013) usa o termo “zombaria” para explicar o método de desqualificação das mulheres que desde a virada do século XIX para o XX são alvo de críticas pelo modo como lutavam pelos direitos das mulheres, ao começar pelo voto. Até hoje esse mecanismo se faz presente e não é difícil encontrar pessoas que pensem que os movimentos feministas e de mulheres sejam compostos por mulheres “mal-amadas”, “marias macho”, dentre outras desqualificações e distorções.

Assim como os grupos anteriores, a Federação também lançou documentos acerca de sua institucionalização. A seguir um trecho de seu Estatuto:

Capítulo I – Denominação, Sede e fins:

Art. 1º - A FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE – FMRN, fundada em 06 de junho de 1982 é uma sociedade civil, com duração indeterminada de âmbito estadual, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Natal, estado do RN, filiada à Confederação das Mulheres do Brasil – CMB.

Art. 2 – A FMRN tem por finalidade:

- a) promover a mais ampla integração entre todas as entidades que desenvolvam trabalho pela valorização da mulher na sociedade;
- b) realizar cursos e treinamentos para as mulheres do movimento popular;
- c) realização de convênios com instituições privadas, públicas, municipais, estaduais e federais, tanto quanto na esfera internacional para a realização de projetos de interesse das mulheres e entidades populares; [...]
- e) incentivar a participação das mulheres em todas as entidades dos seus direitos políticos, sociais, econômicos, jurídicos, esportivos e culturais; [...]
- j) defender a saúde da mulher nas diferentes fases da vida, e a Educação e profissionalização da mulher, da criança e do jovem; [...]
- o) defender a democracia e a Soberania Nacional; (FEDERAÇÃO DAS

⁴ Partimos da concepção da socióloga Heleieth Saffioti (2015) quando afirma que se trata de um regime da exploração das mulheres pelos homens.

MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE, 1997).

Lutas mais “gerais” e “específicas” aparecem na agenda política deste grupo. Mas não seria nenhuma novidade pensarmos essas reivindicações como algo fora da curva, visto que outros movimentos sociais, sobretudo urbanos, também apresentavam especificações de luta próprias e mais amplas. O diferencial desse grupo, em relação aos demais em Natal, foi o fato dele ter sido composto, em sua grande maioria, senão completamente, por militantes oriundas dos bairros nas zonas da cidade que eram considerados mais precários. A questão da classe tinha um peso muito significado para a Federação. Ser pertencente à determinado espaço, nascer, crescer, viver, estarem ali, inseridas nesses lugares desde suas raízes, era legitimador de seus discursos e ações.

As mulheres da Federação significavam uma espécie de movimento à parte, em luz dos outros grupos supracitados, o que classificariamos enquanto “movimento mulherista”, algo muito comum na década de 1980.

Em 1984, surgia o *União de Mulheres de Natal* – UMNa. Na análise de sua composição:

[...] elas valorizavam as relações de trabalho, direitos reprodutivos, combate à violência, se colocavam contra a estrutura militar que ainda se perdurava no Brasil. A “conquista da total emancipação da mulher” viria pelo trabalho de conscientização política. Mas esse caminho precisaria ser trilhado com agentes de classes menos abastadas, provavelmente, já que as diferenças entre homens e mulheres se potencializam na condição de pertencimento de classe. Isso nos permite considerar que, substancialmente, diferente do CMN e do MML, o UMNa entrou com muito mais afinco nas comunidades na tentativa de aparelhar o movimento partindo dos bairros, **já que os dois grupos anteriores**, embora tivessem entrado nesses espaços na cidade, não constituíram núcleos nos bairros da maneira como o União de Mulheres conseguiu. (SOBREIRA, f. 113-114. Grifos nossos).

A parte destacada se refere ao caminho trilhado pelos dois primeiros grupos mencionados neste primeiro momento, CMN e MML. Basicamente, a UMNa se destacou pela concretização de todas as ações construídas pelos grupos anteriores. Porque, além de carregarem o peso da experiência da militância das mulheres advindas do CMN e do MML, elas tinham contato direto com sujeitos inseridos dentro dos bairros. *Clubes de Mães, Associações de moradores, Conselhos Comunitários, Grupos de Jovens, Grupos Eclesiásticos*, etc., eram uma expansão dos ideais iniciados pelas companheiras na ativa desde a década de 1970, em Natal.

Foi muito significativa a rede que esse grupo conseguiu formar dentro dos bairros e comunidades locais. As parcerias representaram, para aquele momento, um grande passo na militância de quem já estava na luta. Também é importante destacar que muitas integrantes da UMNa vinham de partidos e/ou estavam ligadas com mais afinco às questões de luta de classes nas bases populares.

A UMNa conseguiu formar núcleos partindo das estruturas existentes neles, aproveitando

suas lideranças e espaços. Ao contrário dos grupos anteriores, que se dirigiam aos bairros e comunidades realizando os primeiros contatos para formar alianças e promover suas estratégias políticas pautadas na condição da mulher na sociedade natalense, as mulheres da UMNa efetivaram seus planos de ações com o reaproveitamento do que já existia nesses espaços, tanto de recursos humanos, quanto de recursos físicos.

O *Grupo Autônomo de Mulheres* – GAM nascia no dia internacional da mulher, 8 de março, de 1989 e mais uma vez esclarecia que se somaria aos grupos existentes na cidade na promoção da luta emancipatória da mulher. Tal agrupamento apresentava um caráter um pouco divergente dos que se constituíram antes dele em Natal. Na verdade, apesar de comporem um quadro reivindicativo feminista na cidade, pesquisa e debate, para essas mulheres, deveria ser o foco mais considerado pelo GAM. Esse perfil nos auxilia a pensar que além da lacuna política, seja pela ausência de políticas públicas, seja pela falta de plataformas políticas na cidade em forma de candidatos com propostas para as questões da mulher, a sistematização da produção teórica e insumos resultantes da militância delas era uma inquietação e precisava ser resolvida.

A trajetória do movimento poderia ser conhecida através de uma rede de estudos. Esse cuidado em produzir e viabilizar a compreensão dos problemas que elas enfrentavam era uma forma de garantir, inclusive, que gerações posteriores pudessem contar com subsídios de investigação sobre as questões das mulheres na cidade e no estado. O movimento feminista local poderia contar com seu próprio agenciamento de estudos. E seria desta forma que a memória dos grupos dentro do movimento na capital potiguar tomaria forma e garantiria o acesso ao passado de lutas realizadas por tantas mulheres.

Cidade e dilemas que tomam forma nas vozes de mulheres que lutam

Quando Viveca Damasceno integrou o grupo das fundadoras do Centro da Mulher Natalense a partir de 1978, ela não imaginava que, àquela altura, já estava sendo vigiada pela Assessoria de Segurança e Informações – ASI/UFRN. No momento de sua entrevista, ela afirmou que não sabia que estava sendo investigada por participar de um grupo de estudantes preocupados com as causas das mulheres. O plano de fundo político da Ditadura Civil Militar tencionou a militância daqueles que se lançavam contra ela e suas extensões políticas e sociais.

O sistema de informações dentro das universidades foi implantado e desenvolvido com o intuito de acompanhar todos os passos possíveis que pudessem sugerir alinhamento político contra o regime militar. Viveca Damasceno, em sua entrevista, revelou que:

[...]então, a gente sabia que tinha pessoas lá dentro que contribuía com uma assessoria que tinha dentro da Universidade, que era a ASI – que era um serviço de informação ligado ao SNI –, que eles podiam passar essas informações. E tanto isso é verdade que depois eu descobri que tem alguns documentos com relação à formação do Centro da Mulher Natalense, tudo

isso na informação da ASI e no SNI; quer dizer, tudo era acompanhado. (DAMASCENO, 2019. Grifos nossos).

O Serviço Nacional de Informações – SNI, integrava-se aos mais diversos setores nacionais na máquina pública, sobretudo, objetivando formar uma rede de vigilância complexa com integrantes fiéis aos preceitos do regime militar. Viveca evidenciava, no momento de sua entrevista, certa tensão, refletida na forma, inclusive, como gesticulava e concentrava-se em sua narrativa de modo que suas palavras pareciam carregar o medo que sentiu por compor o grupo de “subversivos” em Natal.

Também pertencente aos grupos atuantes na cidade, Rosa Melo, que, por muitos anos, esteve à frente da presidência da Federação de Mulheres do Rio Grande do Norte – FMRN, deixou claro:

Eu acho que a gente poderia contextualizar assim: no final da Ditadura foi uma coisa que aconteceu no Brasil todo, vários movimentos de massa começaram a ter uma atuação mais forte. Houve a luta em defesa da UNE, que a Ditadura foi muito tensa nessa questão com a UNE, fechou, cercaram lá os militares. Houve um movimento de reabertura e de movimentação dos movimentos de massa que começaram a se reorganizar. **E nesse processo também veio o movimento de mulheres. Começou a sair mais daqueles movimentos dos ciclos, é... mais, digamos, mais intelectualizado, mais acadêmico,** para ir vir mais para movimento de massa, movimento de rua, de fazer luta contra a carístia. (MELO, 2017. Grifos nossos).

Em sua fala, Rosa demarca uma crítica em direção aos grupos pertencentes aos circuitos mais acadêmicos da época, além de evidenciar que o movimento de mulheres estava presente e ativo. O território da cidade e suas disputas tinha como protagonistas lados distintos que, ao mesmo tempo, se alinhavam na luta contra o regime militar, ainda que cada um a seu modo.

Em entrevista com Aldinete Rodrigues, também oriunda do quadro de militantes da Federação, lhe fora questionado sobre os índices de violência contra a mulher na cidade à época de sua militância, quando feministas e mulheristas coexistiam e estavam no ápice de suas trajetórias na busca por direitos. As militantes da Federação tinham um projeto de alfabetização em bairros carentes de Natal e regiões próximas. Na visão delas, o processo de educação permitiria com que essas mulheres enxergassem e se enxergassem em situação de vulnerabilidade, desta maneira, elas poderiam conquistar mais autonomia na tomada de decisões pautadas no bem-estar, políticas públicas e segurança delas.

Em entrevista, ela diz:

[...] para que o marido não chegasse em casa espancando elas, espancando o filho... E quando acontecia isso a gente levava elas para a delegacia, a gente ia acompanhá-las, era um processo muito... sempre foi um processo de construção. Hoje eu me afastei mais dessas questões de bairro, não tive mais tempo de fazer isso, mas minha vida toda foi andar de bairro em bairro, e isso era qualquer bairro. Isso era Mãe Luíza, Guarapes, Bom Pastor, Nazaré, Felipe Camarão... **só uns “bairrozinhos” bons. Nossa Senhora da Apresentação, onde tinha o maior**

índice de crueldade, de violência [...] (RODRIGUES, 2019. Grifos nossos).

Aldinete relembra os episódios em que algumas alunas dos cursos sofriam abusos pelos seus companheiros e cabia a gestão da Federação não só o projeto educacional, mas administrar as adversidades em sua execução. Também é possível saber nomes de determinados bairros com índices altos de casos de violência conjugal e contra a mulher. Percebemos ainda em sua fala a dimensão acerca da pauta da violência contra a mulher que, ainda hoje, continua sendo bandeira levantada pelos movimentos feministas.

Uma outra representação pertencente ao quadro do movimento em Natal foram os Clubes de Mães. Eles foram e ainda são expressões comunitárias voltadas para a promoção social, cursos de capacitação, encontros para diálogos e encaminhamentos de pautas que englobassem a comunidade. Na verdade, tudo isso pode ser considerado expressões mais gerais de sua definição. Esse grupo, especificamente desde os finais dos anos 1950⁵ já eram encontrados em grandes capitais como locais que reconheciam a importância da luta política de mulheres dentro de comunidades, bairros e periferias carentes e/ou em situação de expansão urbana desordenada.

Perceber as carências na ordem dos equipamentos urbanos que garantiriam o mínimo de infraestrutura nos bairros, compreender a situação em que se encontravam não só no sentido coletivo, mas também no aspecto individual, já que a subordinação da mulher era algo muito latente – segue até hoje –, são pontos identificados nessa configuração de militância urbana. As militantes dos Clubes de Mães tinham a chance de fazer militância. Eram donas de casa que entravam nas disputas políticas públicas, afinal, dentro de um movimento urbano que, dentre outras coisas, pautava a situação da mulher na sociedade.

O nome Zuleide Pedro traduz a força política do bairro de Mãe Luiza na zona leste de Natal. Na presidência do Clube há mais de vinte anos, pois além de gostar de sua responsabilidade, ela não consegue encontrar uma substituta disposta a assumir o Clube. Dona Zuleide, quando questionada sobre formas de funcionamento do Clube, nos diz:

Tudo é gratuito. A prefeitura dá tudo. Dá tudo entre aspas, pra não dizer que não cobra, assim, é... eu digo a [ela] que traga um pacote de copo porque a gente às vezes não tem copo descartável, né? E às vezes a gente pede também, assim, um papel higiênico. Pronto. Só isso. Ninguém paga nada. É tudo gratuito e tem o material. (PEDRO, 2018).

Em seu depoimento, a integrante da Federação esclarece que o funcionamento do Clube está ligado aos insumos que a prefeitura do Natal oferece. Entre as atividades desse espaço, está a iniciativa de oferecer pequenos cursos de profissionalização, como costura e pintura. É assim que o Clube consegue se manter ativo. Em outros tempos, precisamente na década de 1980, os Clubes de Mães possuíam um perfil mais autônomo em sua constituição, construídos como espaços de discussão da realidade da mulher e mãe na sociedade. Nesses espaços, as mulheres se organizavam

⁵ Em pesquisa sobre o quadro de movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo, Eder Sader (2001) diz que havia registros e testemunhos da existência de clubes de mães e configuração similares desde fins da década de 1950.

e pleiteavam ações que pudessem garantir infraestrutura básica em seus bairros e representatividade política.

Para o movimento em Natal, os Clubes de Mães tiveram um papel importante visto que neles as militantes externas à comunidade e as que eram oriundas delas, encontravam formas de promover discussões, cursos e espaço para reuniões dos grupos.

Por outro lado, é interessante observar que esse ponto da utilização dos Clubes como espaços de cooptação de terceiros não foi bem recebido por todas dentro do movimento. Para Rosilda Ventura, integrante da Federação, ela comenta que:

Eu saí de lá do Amarante⁶... tinha acabado. Eu só fiz fundar o Clube de Mães e passei para outra pessoa porque ficou muito restrito e eu não queria ficar restrito só a mães. Aí tinham os cursos e a prefeitura quis entrar no meio, botou o nome do Clube de Mães da mãe de um prefeito e eu não gostei porque eu não queria que ficasse atrelado a político, entendeu? E ele queria que eu registrasse com o nome da mãe dele e foi registrado o Clube de Mães e aí eu consegui registrar e no mês seguinte eu pedi minha carta de demissão. (VENTURA, 2018).

Rosilda é enfática em seu posicionamento sobre os modos como os Clubes eram instrumentalizados pelos interesses de terceiros. Essa problemática seguiu fazendo parte do debate e dividiu opiniões durante toda a caminhada política das mulheres dos grupos na cidade. Demonstrando, assim, que descompassos eram presentes no percurso delas, o que não seria estranho visto que todas tinham opiniões formadas e nem sempre concordavam entre si, comprovando a não homogeneidade na composição das ideias do movimento.

Considerações finais

As disputas na cidade e pela cidade existiram de diferentes formas no conjunto das ações desenvolvidas pelos grupos de militância desde o final dos 1970 em Natal. Essas agentes de transformação social construíram planos e objetivos no pleito por diferentes reivindicações dentro de seus limites. Elas foram, e ainda são, a exemplo das mulheres da Federação que atuam até hoje, sujeitos questionadores que não se omitiram e não se contentavam com o formato das políticas da época.

Fizemos um esforço na investigação utilizando os procedimentos da história oral e percebendo em suas possibilidades teóricas e práticas, a oportunidade de historicizar a cidade pelas experiências das mulheres dos grupos de militância. Identificando e reconhecendo as vozes que marcaram a cidade em virtude da militância política delas.

Por meio de algumas entrevistas, e aqui mais precisamente, trechos, tentamos perceber os lugares, as ideias, os posicionamentos dessas mulheres que ajudaram a construir um movimento com vários agrupamentos distintos na cidade do Natal. Em seus encontros e ações, elas se mantinham sempre com o objetivo da militância ativa nas estruturas da cidade. Embora, como deixamos claro no decorrer do texto, elas nem sempre concordavam entre si, tendo, ao menos, uma

⁶ Localizado na região metropolitana de Natal.

única certeza: a Ditadura era um inimigo comum. Em menor ou maior grau, desviaram o foco para as lacunas urbanas e tentaram promover mudanças que garantissem a melhoria de vida dos bairros e comunidades. Além de lançarem nomes e ideias para a oficialização de espaços dentro da máquina pública municipal.

Referências bibliográficas

Fontes

Entrevistas

DAMASCENO, Viveca. Entrevista concedida à Janaína Porto Sobreira. Natal, 21 jun. 2019.

MELO, Rosa. Entrevista concedida à Janaína Porto Sobreira. Natal, 08 set. 2017.

PEDRO, Zuleide. Entrevista concedida à Janaína Porto Sobreira. Natal, 04 maio 2018.

ROCHA, Aldinete. Entrevista concedida à Janaína Porto Sobreira. Natal, 12 mar. 2019.

VENTURA, Rosilda. Entrevista concedida à Janaína Porto Sobreira. Natal, 05 maio 2018.

Documentação

FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE: Estatuto da Federação das mulheres do RN. Natal, 1997. (Acervo pessoal).

Bibliografia consultada

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-R) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; Reis, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 355-384. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

FERNANDES, Maria Rizoleta. **A história oficial omite, eu conto: mulheres em luta no RN de 1980 a 2000**. Natal: EDUFRN, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar no campi: As assessorias de segurança e informações nas universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p.30-67, jan-jun. 2008.

PASSERINI, Laura. Gênero ainda é uma categoria útil para a história? In: **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.95-106.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "segunda onda": corpo, prazer e trabalho. In: __; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVATICI, Silvia. Memória de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, 2005. Vol. 8, n.1, p. 29 – 42.

SARTI, A. Cyntia. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 64, 1988.

SARTI, A. Cyntia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, CPH/CCE/UFSC, 2004. v.12, nº2. p. 35-50.

SARTI, Cynthia A.. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. **Comunicação oral**. Chicago: Clacso, 1998. p. 01 - 12.

SOBREIRA, Janaína Porto. **Cidade com rosto de mulher: a trajetória do movimento de mulheres/feminista em Natal [1978-1989]**. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SOIHET, Raquel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 6º ANO (2005 A 2014)

João do Carmo Dantas Filho¹

INTRODUÇÃO

A formação profissional que se pretende proporcionar no âmbito da História caracteriza-se como um processo reconstrutivo no sentido em que a aprendizagem formativo ou educativo supõe que o aluno possa reconstruir o conhecimento disponível, com base em pesquisas e elaboração pessoal, sob orientação sistemática acerca da Lei 10.639/03.

As competências e habilidades, advindo a aprendizagem da História da África e da Cultura Afro-brasileira, busca utilizar estratégias adequadas às diversidades de leitura e produção de textos, exigidos pela inserção social. Logo, devemos aprender e avaliar os diversos caminhos que conduzem a esta temática, construindo uma autonomia intelectual que lhe possibilite a capacidade de operar como pesquisador na área historiográfica.

O cotidiano em sala de aula é constituído por fatores internos e externos que fogem à prática docente. Neste sentido, nas escolas públicas brasileiras, o livro didático torna-se uma ferramenta indispensável, pois, na maioria das vezes, é o único momento do dia que o aluno pratica a leitura crítica do mundo.

Portanto, este artigo é destinado a fazer um debate mais geral sobre as temáticas referendadas pela História da África e da cultura afro-brasileira em sala de aula. Por conseguinte, buscamos entender como os conteúdos ligados às questões étnico-raciais estão presentes nos livros didáticos do sexto ano das escolas públicas, bem como entender quais as experiências vivenciadas pelos professores da rede pública de ensino do Município de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, em relação a este conteúdo. O resultado desse artigo trará elementos sobre o que está sendo implementado em sala de aula, consubstanciado pela Lei 10.639/03. Assim, acessamos textos compilados da Lei de

¹ Pós-Graduado em História e Cultura Afro-Brasileira, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2015. Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2004. Graduado em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela mesma instituição, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2012.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), para observar os trechos da legislação que se refere à história e cultura africana e afro-brasileira. Estes destaques étnicos raciais nos fazem refletir sobre o racismo no Brasil, percebendo que esta ideologia é negativa, mas ainda está presente em livros didáticos de História. Ao longo do tempo houve a desqualificação da cultura afro e à escola cabe o papel de implementar no currículo os debates afros em sala de aula.

METODOLOGIA

Como corpus de análise, trataremos dos seguintes livros didáticos: *Nova História Crítica* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2020); *Projeto Araribá* (Editora Moderna, 2006); *História: Sociedade & Cidadania* (Alfredo Boulos Junior, Editora FTD, 2009) e *Projeto Radix: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). Assim, o lócus de pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Francisco Rafael Fernandes, situada na zona urbana do Município de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte. Neste sentido, apresentamos uma reflexão sobre a Lei Federal nº 10.639/03 e o processo de ensino aprendizagem através dos livros didáticos de História para o sexto ano do Ensino Fundamental, anos finais. Vale salientar que a História requer a observação e o estudo constante do mundo, onde o cotidiano deve fazer parte da sala de aula. Porém, anos de sala de aula demonstram uma prática docente, na qual professores tentam vencer o conteúdo do livro didático de capa a capa e esquecem a análise crítica dos conteúdos. Logo, devemos romper com esta tradição, tentando proporcionar o conhecimento dos conteúdos étnicos raciais no cotidiano escolar.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2005 trouxe o parecer de professores, profissionais de instituições de ensino fundamental, médio e superior. Neste sentido, estes profissionais buscaram verificar se as obras possuíam algum tipo de problema, procurando entender as suas múltiplas possibilidades didáticas. Logo, para o PNLD 2005 foram inscritas 29 coleções, das quais apenas 22, com grande diversidade programática, foram selecionadas. Nesse processo, a obra *Nova História Crítica*, do autor Mário Schmidt (Editora Nova Geração) foi escolhida, entre os diversos fatores positivos, porque:

A coleção propõe o estudo das transformações históricas da humanidade sob a ótica dos vencidos e valoriza a formação de alunos capazes de pensar

a realidade de modo crítico. Há uma grande diversidade de fontes históricas e o texto didático oferece constantes questionamentos e problematizações que, se bem aproveitados pelo professor, podem gerar situações de aprendizagem com grande potencial pedagógica (PNLD, 2005: História).

A Escola em tela segue os procedimentos de escolha do Livro Didático determinados pelo PNLD. Neste sentido, em 2005 os professores adotaram o Livro *Nova História Crítica*, cujo autor é Mário Schmidt (Editora Nova Geração). Entretanto, de início, ao analisarmos a capa do livro já percebemos um enfoque tradicional da História, apesar de demonstrar uma imagem do Egito em sua apresentação. Paralelamente, o autor busca romper com a História Tradicional², no entanto, organiza sua obra sobre os pilares do Marxismo³ e não dá espaço para a Nova História⁴ no tocante ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para corroborar com tal afirmativa, percorremos as páginas do Livro em análise e encontramos apenas citações acerca do Egito Antigo, já presentes na História Tradicional, apenas com a nova roupagem marxista. Logo, mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003 tornando obrigatório o estudo da temática afro-brasileira e africana nas escolas brasileira. Mário Schmidt não inclui, ou apresenta superficialmente, esta nova visão historiográfica. Schmidt (2005, p.6) divulga que:

O livro didático de História deve estimular o aluno a perceber que o homem comum, o “indivíduo anônimo” é e tem sido ativo, protagonista da história, e que História amplia a possibilidade de o indivíduo se tornar um agente histórico mais ativo e mais coerente.

Contudo, os professores de História da escola não fizeram nenhuma discussão acerca dos pontos negativos do livro escolhido em 2005, antes de oficializar a escolha, e só

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História versam sobre o conceito de História Tradicional anunciando que havia a noção que os documentos eram depositários de verdades indiscutíveis, diretamente relacionadas com o real. Assim, os documentos por si só, na História Tradicional, são a verdade absoluta. Logo, a legitimidade histórica passaria pela prova documental. Portanto, ao historiador caberia o papel de transcrever os documentos de modo objetivo.

³ De acordo com a autora Tânia Dias Queiroz na obra *Dicionário Prático de Pedagogia* (2003) o termo Marxismo refere-se a doutrina criada pelos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), baseada no materialismo dialético, defende que a organização política e jurídica, a cultura e a religião são determinadas pelas condições econômicas. Assim, a luta de classes faria com que o proletariado realizasse a revolução que transformaria as sociedades comunistas, nas quais a propriedade seria um bem comum a todos, não existindo mais as classes sociais.

⁴ Segundo Peter Burke (1992) a Nova História é a História que busca representar as formas de representação social e as estruturas mentais das sociedades. Neste sentido, há a busca de novos problemas, novas abordagens e novos objetos de estudo. Paralelamente, a visão subjetiva torna-se o centro das discussões. Buscando ultrapassar as barreiras da Política, delimitadas pela História Tradicional

perceberam esses pontos negativos à medida que foram usando o referido livro. Naquele ano a escola dispunha de três professores de História, sendo um professor para cada turno.

O PNLD 2008 – 2010 de História apresentou 19 (dezenove) coleções, sobre as quais o Guia do Livro Didático traz a apresentação das imagens das capas da coleção, a sua referência e os comentários a respeito da obra, possibilitando considerar as características mais específicas de cada uma. Foram critérios de avaliação das obras dez pontos: Concepção de História; Conhecimentos históricos; Fontes históricas/documentos; Imagens; Metodologia de ensino-aprendizagem; Capacidades e habilidades; Atividades e exercícios; Construção da cidadania; manual do Professor e Editoração e Aspectos Visuais. Entre estes pontos, o Manual do Professor é ainda um ponto que precisa ser efetivamente estudado pelos docentes no contexto escolar durante o período de escolha, pois muitos sequer analisam as obras oferecidas pelo MEC.

O Livro Didático *Projeto Araribá: História*, obra coletiva da Editora Moderna (2006) foi escolhido através do PNLD 2008-2010, mas é uma incógnita didática, pois traz em sua capa a imagem do Busto policromado da rainha Nefertiti, do acervo egípcio de Charlottenbrg, Berlim; no entanto é só imagem representativa, pois o corpo do Livro não traz nenhuma referência a Lei 10.639/2003, a não ser através de duas referências literárias: uma é a lenda Africana da origem do ferro do autor Reginaldo Prandi e a outra é o mito de Isis e Osíris apresentado de autoria de T. G.H. James.

O Livro Didático *História Sociedade e Cidadania*, sob autoria de Alfredo Boulos Junior (2009), traz em seu cerne a Lei 10.639/03 apresentando inúmeras imagens que estabelecem a discussão. De início, encontra-se na página 19, a imagem da cabeça de um “oba” (rei), Benin/Nigéria, século XVI, temos o conhecimento que este objeto está no museu britânico, Londres. Isso demonstra que muitas riquezas africanas foram levadas para os países europeus. Já, na página 21, o autor traz um resumo da Lei 10.639/03, ressalta que as leis são importantes fontes para o conhecimento da História. Paralelamente, apresenta questões referentes à Lei e sua importância para nós, cidadãos brasileiros.

O autor Cláudio Vicentino apresenta ao longo do livro didático “Projeto Radix: História”, diversas imagens relacionadas a temática da História da África. De início, através do Capítulo 1: Que História é Essa? busca trabalhar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do conceito de História; ampliando-o e o ressignificando. Depois, apresenta imagens de capas de livros infanto-juvenis, entre eles o Livro “O segredo das

tranças e outras histórias africanas”, da Editora Scipione, demonstrando que a literatura africana está ganhando mercado no Brasil. Paralelamente, na seção “Fique Ligado”, p. 25, do Capítulo 2: A Pré-História traz à tona os conceitos presentes na divisão da pré-história correlacionando o preconceito que existe acerca das nações africanas, para ilustrar traz a imagem de uma escultura africana, atualmente resguardada na Galeria Antenna, Dakar, Senegal.

Portanto, não percebemos, ainda, nesta obra, grandes diferenças da historiografia tradicional, apenas enlaces da obrigatoriedade trazida pela Lei 10.639/03, mas deve haver ainda grande aprimoramento nos próximos livros didáticos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, entre as determinações trazidas pela Lei 10.639/03 tem-se:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívoco sem obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).

É importante notar o papel que o MEC tem, enquanto analisador e distribuidor dos Livros Didáticos, pois somente obras criteriosamente selecionadas pelos técnicos do MEC chegam às escolas públicas. Assim, a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras passa também pelo papel primordial do Ministério da Educação. Neste sentido, o Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, traz em sua Meta 7: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as médias nacionais para o Ideb, através da estratégia 25, busca garantir que estabelece a Lei 10.639/03 na década de 2014-2024”. Logo, para a efetivação do que está posto na Lei precisamos do apoio de todos os profissionais da educação, pois não é somente o professor que educa, mas toda a comunidade escolar, desde os pais até os próprios alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Livro Didático é alvo de críticas, pois é apontado como cabedal de um ensino

tradicional. No entanto, cabe ao professor escolher o melhor livro didático, porque o livro é um meio didático para o ensino e não um fim. Neste sentido, o Livro Didático de História está no cerne desta discussão, por ser visto como divulgador, em muitos casos, de conteúdos conservadores e preconceituosos. Mas, ao longo da história, percebemos mudanças estruturais nas obras de História. Diante de enormes críticas, os autores vêm buscando a cada obra apresentar atividades variadas, como o uso de letras de músicas, imagens, filmes, entre outros. Além disso, há uma gama de livros paradidáticos escritos por especialistas, que apresentam um aprofundamento sobre as temáticas presentes nas obras didáticas. Nesse sentido, cabe ao professor escolher o Livro Didático que se adeque melhor à sua realidade.

O professor de História traz consigo a tarefa de adotar ações de despojamento de preconceitos e permanente análise de certos métodos. Desta forma, há enormes esforços para se mudar a prática docente, em muitos casos através dos cursos de licenciatura mais dinâmicos em outros, pós-graduações mais abrangentes. Entretanto, alguns cursos de licenciaturas concentram-se mais nas teorias, assemelhando-se ao bacharelado, esquecem que estão formando professores. Em decorrência, grande parte dos docentes reproduz em sala de aula o que adquirem de seus professores nas universidades. É importante notar que, ao longo dos cursos universitários, a maioria dos professores não recebe a formação adequada para lidar com a problemática da diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas.

Portanto, ainda somos produtos de uma educação eurocêntrica, onde há a reprodução consciente e inconsciente de preconceitos que permeiam nossa sociedade. Assim, percebe-se que a maioria dos livros didáticos estão cheios de preconceitos, cabendo aos professores, romper com a ideia da História das sociedades africanas contada pelos europeus e buscar fontes locais ou desvinculadas do eurocentrismo.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação: Série Ensino Fundamental).

_____. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando o Ensino).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, SEEF, 2011. 114 p.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania**. São Paulo: Editora FTD, 2009.

BURKE, Peter (org.). Capítulo Introdutório do Livro **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n.03 de 10 de março de 2004**. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004 (a).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n.01 de 17 de junho de 2004**. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004 (b).

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

KARNAL, Leandro (Org.) **História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e proposta**. 6ª Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.13, nº 25/26, set 1992/agosto 1993, p. 143- 162.

PROJETO ARARIBÁ: **História**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Africanidades brasileiras. In:_____.
MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 155-172.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In_.
MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: História**. São Paulo: Scipione, 2012.

**PAISAGEM E PASSADO SOB UMA VISÃO REACIONÁRIA: BREVE ANÁLISE
SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO VIKERNIANA NA MUSICALIDADE BLACK
METAL NORUEGUESA (DÉCADAS DE 1990-2000)**

João Guilherme Santos de Araújo Lopes¹

INTRODUÇÃO

Visto como um dos subgêneros mais reconhecidos dentre aqueles que nascem da frondosa árvore do heavy metal, o black metal, em especial o norueguês, perpassou as camadas da própria musicalidade extrema, baseadas em um modelo único de transgressão, aliando a imagética da morte e do satanismo a um modelo misantrópico embebido de elementos derivados da própria cultura escandinava, para respingar suas identidades em modos de música e cultura ligadas ao *mainstream* (Kahn-Harris, 2007). Contudo, houve dentro daquela musicalidade uma certa ramificação que destoava de modelos estabelecidos nos anos 1980, negando o arquétipo do velho Baphomet ocultista ou mesmo do próprio Satanás, o adversário.

Dentro do cenário black metal norueguês, determinadas bandas partiram para outras narrativas, exaltando a paisagem nórdica, os mitos, o seu próprio passado. É neste cenário que surge a persona de Varg Vikernes, mentor da banda Burzum, o qual transitou dentro destas esferas, mas que em determinado momento ousa ressignificar seu material artístico-discursivo sob um olhar reacionário, aludindo memórias e espaços através de prismas supremacistas, eugenistas.

Partimos do pressuposto de que a música heavy metal, seus subgêneros e todo o conjunto sociohistórico que advém desta torna-se um elemento interessante dentro dos estudos historiográficos, em especial. Porém, ainda pouco estudados, muito disto devido a sua grande produção ser encontrada em outros idiomas e por ser ainda considerada um nicho – ou mesmo estranho – aos olhares acadêmicos.

Por fim, objetivamos aqui analisar como Varg Vikernes constrói estas narrativas reacionárias acerca do passado e da paisagem norueguesa e como isto foi refletido na cena

¹Mestrando em História e Espaços (PPGH/UFRN). Endereço de e-mail jghistoria084@gmail.com

black metal de seu país e fora dele, nos utilizando de seus materiais midiáticos, de suas entrevistas em revistas e zines, de suas obras literárias e de seus manifestos.

CINZAS E PASSADO

Com o sugestivo título “*Incêndio... Morte... Ritual Satânico – A Repulsiva Verdade Sobre O Black Metal*” (KERRANG, 1993, tradução nossa)², a revista britânica *Kerrang* estampava em sua capa algo que muitos de seus leitores e apreciadores do heavy metal desconheciam até então sobre a cena black metal norueguesa. A matéria explanava as violentas ocorrências que estavam ligadas ao black metal norueguês que envolviam, principalmente, incêndios intencionais sobre igrejas cristãs, apresentando a cena como um composto de “terroristas satânicos” ou mesmo como “um sinistro grupo de neofascistas adoradores do demônio” (KERRANG, 1993, p. 42) tendo como peças principais Euronymous (pseudônimo de Øystein Aarseth, guitarrista da banda *Mayhem*) e Count Grishnack (um dos pseudônimos utilizados por Varg Vikernes³, líder da banda *Burzum*). Naquele momento, entre os anos de 1992 e 1994, a cena norueguesa black metal encontrava-se sob um ideal de mútuo apoio, tendo a loja *Helvete* e o selo *Deathlike Silence*⁴ como espaços que contribuíam no tocante a sociabilidade de seus membros, bem como uma congregação acerca de um modo de vida pelo qual o anti-cristianismo através da música era o principal mote. Sobre a *Helvete*, em especial, era de salutar sua importância, pois era neste espaço que nascia e se consolidava o infame “Círculo Interno” ou “Círculo Negro”, pelo qual ocorriam reuniões daquela cena para discussões acerca da própria música, mas para confabulações além – muitas envolvendo práticas criminosas do ponto de vista legal, vide os incêndios nas igrejas. Para aquela cena, estas práticas se encontravam em uma linha de pensamento que buscava alçar o black metal para outro patamar, em que as linhas da teoria fossem ultrapassadas para a práxis, sempre ao extremo (KAHN-HARRIS, 2004), tornando-lhes os ‘escravos’ daquele que tinha chifres, como estava bem explícito na matéria da revista *Kerrang*.

Um dos casos mais emblemáticos neste período fora o incêndio na histórica Igreja de Madeira de Fantoft, sitiada na cidade de Bergen, Noruega. Sobre este incêndio, recaiu sobre

² “*Arson... Death... Satanic Ritual*” – *The Ugly Truth About Black Metal*”

³ “Varg Vikernes” foi o principal pseudônimo utilizado por Kristian Vikernes durante a maior produção artística do Burzum. Outros pseudônimos utilizados por Kristian foram “Count Grishnackh”, em referência aos escritos de Tolkien, e “Varg Qisling Larsson Vikernes”, em referência ao político, oficial militar e colaborador nazista Vidkun Quisling.

⁴ Loja de artefatos musicais voltados ao cenário metal e selo musical, respectivamente, capitaneados por Euronymous.

Varg Vikernes uma forte suspeita, mas que não se concluiu em culpabilidade. Contudo, Vikernes fora acusado de participar de outros atentados, tendo a participação de outros membros da cena, como Aarseth (este, será assassinado a facadas pelo próprio Vikernes, tempos depois), Samoth, Faust e Jorn Inge Tunsberg. Como atesta Olson (2008), os incêndios criminosos se constituíam como mais um marco identitário do black metal marcado pela violência, irracionalidade e intransigência – diferentemente das teatralidades presentes em outras cenas do heavy metal, além de gritar para outras comunidades do metal e comunidades locais e regionais – e para si mesmos – o quanto a prática, além da teoria, era séria na aceitação e propagação do ódio e do mal. Ao analisarem a questão dos incêndios criminosos na Noruega com outros casos, Moynihan e Soderlind (2003) apontam uma conexão entre grupos juvenis que são categorizados como piromaníacos motivados por vingança.

Neste caso, eles apresentam os argumentos de Vikernes, o qual se mostra simpático aos incêndios em igrejas como levantes contra o Cristianismo, uma vez que boa parte das igrejas cristãs norueguesas foram erigidas em áreas anteriormente pagãs. Com os incêndios, Vikernes tenta dar um sentido histórico aos crimes, ao lembrar o assalto de Lindisfarne, protagonizado por vikings e, ao mesmo tempo, justifica as ações como devidas represálias a inserção da cultura e religiosidade judaico-cristã. Dentro deste contexto, é visto em algumas artes da banda Burzum, como flyers promocionais de seus discos, a exploração por Vikernes sobre a questão dos incêndios não apenas de um ponto de vista ideológico, mas comercial. Em algumas entrevistas posteriores aos eventos, Vikernes sempre procura deixar claro que nunca esteve envolvido com os incêndios, embora não demonstre qualquer remorso ou discurso que evoque certa comoção em relação aos prédios históricos reduzidos as cinzas, como ele deixa claro ao ser perguntado sobre tais episódios pelo Druvis Almanac, publicação voltada as questões de identidade étnica e nacional da Bielorrússia, a saber:

Não sei como você constrói igrejas na Bielorrússia, mas posso garantir que as igrejas na Noruega não são bonitas de forma alguma [...] O cristianismo é causa direta ou indireta de todos os problemas que temos hoje, então não me importo se alguém decidir queimar um de seus templos hebraicos, e acho que quaisquer problemas que eles tenham, eles apenas colhem o que semearam ao longo dos tempos. (VIKERNES, 2011)

À época dos acontecimentos, certas discussões dentro da cena surgem como pontos de vistas diferentes de Vikernes, criticando os atos incendiários sobre as igrejas, vistas para alguns como construções bem próximas dos antigos templos pagãos de outrora. Em artigo

escrito para o “*A 1000 Years... of Lost Pride and Dignity*” (1994), zine voltado a música black metal e paganismo, o editor Morten juntamente a uma organização de alcunha Balder (espécie de irmandade pagã pan-europeia), enumera uma série de críticas a destruição daqueles prédios – um de seus argumentos repousa na ideia de que as igrejas de madeira norueguesas mantem muito dos velhos templos pagãos e que os cristãos apenas se apropriaram da estrutura. Em dado momento, Morten chama a atenção para a diferenciação na construção destes prédios, visto que cristãos preferem templos feitos a pedra e os pagãos mantinham suas estruturas religiosas feitas em madeira, como uma espécie de conexão e adoração pelas matas, pela natureza.

Torna-se interessante perceber esta disputa de narrativas dentro de uma cena voltada a música extrema, em torno de prédios seculares que, de forma significativa, operam como locais que colaboram como pontos de recordações daqueles sujeitos. Ao rememorar os locais, seja pela destruição ou pela afirmação sobre apropriações de modelos, sujeitos daquela cena como Vikernes corroboram identidades e significados aos espaços analisados por um viés que busca no passado elementos que justifiquem tais atitudes e que se reverberam dentro da própria cena (LOWENTHAL, 2015). Dentro deste prisma em que se desenvolve a cena norueguesa black metal, inserida na chamada *segunda onda*, as visões de Vikernes caminham em uma trilha cada vez mais próxima de pensamentos reacionários, conservadores e de militância ultradireitista – e como chama a atenção Kahn-Harris (2007), não havia dentro da própria cena uma discussão e reflexão que levasse a sério tais pensamentos e acontecimentos, onde o caráter racista e violento de determinados discursos eram simplesmente ignorados.

ENTRE MEMÓRIAS, SANGUE E SOLO

A cena norueguesa reformula em certos pontos a estética do black metal, colaborando não apenas na disseminação destas ideias, mas no surgimento de novos subgêneros que serão agregados ao metal negro – ainda que as alas fundamentalistas desta cena rejeitem tais apropriações. Estilos como *pagan black metal*, *national-socialist black metal* e *atmospheric black metal* surgem como gêneros derivados diretamente do black metal, embora sua musicalidade e, principalmente, as narrativas e imagéticas sejam extremamente diferentes do caráter satânico de outrora, dando continuidade a uma estilística que urge com algumas bandas analisadas em pontos anteriores. O *pagan black metal*, como o próprio nome sugere, baseia-se muitas vezes em narrativas que abordam períodos pré-cristãos, utilizando

eventos históricos ou abordagens míticas, como reforço de certa identidade. Em certos casos, a afirmação desta identidade ultrapassa a questão da narrativa, chegando à música e aos palcos. Não é incomum que bandas pertencentes a este estilo se utilizem de instrumentos folclóricos ou de vestes do período histórico que estão abordando. Há de se frisar que nem sempre as bandas que adotam esta estilística se assumem como *pagan black metal*, ainda que seus pontos de referências estejam ali incrustados. Uma destas bandas norueguesas que surgem em meados dos anos 1990 e que ainda carregam consigo tal qualidade será a Kampfar.

Sendo a Noruega um dos locais de desenvolvimento deste estilo, irá ocorrer uma expansão deste estilo para outras paragens, assim como aconteceu com o black metal dito tradicional. Em regiões como o Leste Europeu, haverá uma intersecção entre paganismo, black metal e política de extrema-direita – algo que possui sua gênese dentro da própria cena norueguesa noventista, o que deu início a um subgênero conhecido como *National-Socialist Black Metal* (NSBM) ou black metal nacional-socialista. Sendo um amálgama musical entre o black metal mais tradicional, próximo do que se fazia nos primórdios da década de 1990 e o pagan black metal, o chamado black metal nacional-socialista possui sua narrativa e imagética trabalhada em valorizar ideologias voltadas ao culto da tradição, ao antisemitismo, a ideologia racial, ao nacional-romantismo e a crítica ao cosmopolitismo e o dito mundomoderno, que desbanca, na maioria das vezes, em um abraço ao nazifascismo.

Se em outras cenas musicais eram mais comuns os discursos acerca de ideias mais progressistas ou mesmo anarquistas, o black metal será o espaço em que discursos e ideologias voltadas a extrema-direita irão se alojar. Considera-se que a coletânea intitulada *The Night And The Fog* (“*A Noite e a Névoa*”) – lançada em 1999 por um selo americano chamado *Dungeons of Darkness* – é o primeiro artefato fonográfico a apresentar ao mundo aquilo que se viria chamar de nsbm, contendo bandas tidas como importantes para este subgênero como Absurd, Fullmoon e Graveland, além das narrativas que exploravam o paganismo nórdico e eslavo, esoterismo e ocultismo baseado em conceitos hitleristas, exaltação dos regimes nazifascistas, além do revisionismo e negacionismo histórico, onde certas vezes o holocausto é negado e em outras é afirmado e comemorado. Este é um subgênero em que o uso do passado é constante e serve como firmamento da ideologia pregada. Na estética musical, são comuns a utilização de vinhetas com discursos de membros do alto escalão do III Reich, bem como o uso de marcha militares dos regimes nazifascistas.

Este tipo de expediente não era nenhuma novidade no circuito underground da música pesada. Os anos 1970, por exemplo, virão surgir as mais variadas perturbações institucionais e sociais, gerando inconformidade e desalento, em especial na classe trabalhadora.

Na Inglaterra, por exemplo, surge o *Rock Against Communism* (RAC), que era uma resposta ao movimento *Rock Against Racism*, ligado a grupos progressistas e que lutavam contra a xenofobia que tomava conta daquele contexto. Marcado por bandas como Skrewdriver e por uma rede de notícias, música e comportamento que espalhavam a ideologia *white power* (poder branco) nos circuitos rock n' roll, heavy metal e punk, através da revista *Blood e Honour*. Anteriormente um movimento musical, hoje em dia o RAC tornou-se um modelo de cena que congrega simpatizantes e ativistas de ideologias de extrema-direita ligados, principalmente, em questões sobre a dita “supremacia branca”. Frequentemente ligados também a música Oi!, é necessário salientar que – historicamente – a música Oi! ou streetpunk nasce em um contexto de subculturas juvenis dos subúrbios ingleses marcados pela formação de gangues, onde jovens sem muitas perspectivas de futuro promoviam uma união entre grupos como punks e skinheads. Dentro desse modelo iniciado pelo RAC, o black metal vê o nascimento de um movimento que seguiria os mesmos moldes, chamado de *Pagan Front*. Como salientam Maspero e Ribaric:

A Frente Pagã é o berço do paganismo mais militante, contra a tríade monoteísta que consiste no Cristianismo, Judaísmo e Islã. É uma organização que ainda tem um papel fundamental na divulgação e apoio ao fenômeno NSBM e atividades relacionadas. É essencialmente a maior rede internacional de bandas, mentes criativas, gravadoras, distribuidoras e publicações que tem o senso de identidade pan-europeu como denominador comum, promovido principalmente por meio da música extrema (MASPERO; RIBARIC, 2015, p. 129).

E para os membros deste movimento, o que lhes inspiravam não eram aqueles que estavam na gênese do movimento como Venom ou Bathory. A Noruega e a famigerada *segunda onda* apareciam aqui mais uma vez pois, para estes da Pagan Front, o caminho que os guiava fora forjado pelo Burzum e seu mentor, Varg Vikernes, considerado por estes como a primeira banda real de nsbm.

Através do Burzum, Vikernes buscou elaborar um novo *locus* dentro da musicalidade black metal noventista, ocasionado não apenas pelo apreço da paisagem e mitos oriundos do folclore nórdico, mas uma construção de um imaginário que amplificaria pensamentos dentro de um espectro reacionário e com críticas ao mundo dito moderno através de elementos retirados de contextos nacionalistas do século XIX quanto de contextos pré-nacionalistas e/ou pré-cristãos.

Outrossim, dentro do plano musical, Vikernes vai experimentando novos caminhos a partir do álbum “Hvis Lyset Tar Oss” (“Se a luz nos levar”), explorando sons oriundos da estética *dark ambient*⁵, ofertando um cenário, ao mesmo tempo cru e visceral do black metal norueguês, com ambiências mais emocionais, minimalistas e atmosféricas. Em faixas como “Tomhet” (“Vazio”), que encerra o álbum, nos deparamos com 14 minutos de música instrumental onde teclados criam uma atmosfera que, possivelmente, buscam transmitir ao ouvinte sensações de melancolia, de isolamento em meio a natureza. O ritmo repetitivo perpassa quase toda a canção, de forma que se conecta ao que se transmite tanto nas letras quanto na arte do álbum. A arte deste álbum nos apresenta uma pintura de Theodor Kittelsen, artista norueguês que margeava entre as escolas do nacionalismo romântico e o neo-romantismo, compondo boa parte de seu *opus* artístico entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, sendo importante figura no que diz respeito as representações artísticas tanto de paisagens quanto do folclore norueguês, assim como suas visões particulares de eventos históricos (como a peste negra). Atentamos que a pintura “Fattigmannen” (“O Mendigo”), que ilustra o álbum “Hvis...” – ainda que Vikernes já demonstrasse um afastamento do cenário black metal norueguês à época das gravações e ficando preso no ano de 1993 – mostra como os noruegueses conseguiam e, muitas vezes, se preocupavam em apresentar narrativas e imagens que resignificavam o passado e como tais artifícios eram apresentados ao público ao longo do globo. Ao mesmo tempo que a pintura era resignificada dentro de um conceito de misantropia, solidão e anti-judaico-cristão, que constituía o arcabouço artístico do álbum, Vikernes utilizava-se do mesmo *modus operandi* de alguns asseclas da cena, buscando no passado uma referência que legitimava ainda mais o sentimento de ser norueguês.

Sendo lançado apenas em 1996, o álbum “Filosofem”, gravado no ano 1993 (assim como aconteceu com o disco anterior, “Hvis...”, que fora lançado em 1994, mas gravado em

⁵ Subgênero que surge dentro das inúmeras camadas artísticas da chamada Industrial Music. Derivada de um amalgama entre gêneros que entrelaçam a música industrial, drone, noise e ambiente, tornou-se conveniente chamar de *dark ambient*, principalmente, bandas que estavam ligadas ao selo sueco Cold Meat Industry – especializado em música que congregavam variados subgêneros como neo-folk, darkwave, dark ambient, neoclassical dark wave, dentre outros. Do ponto de vista sonoro, o *dark ambient* mistura batidas eletrônicas repetitivas, ritmos percussivos, vozes e samplers dissonantes, ruídos que vão desde máquinas a sons da natureza, ou seja, algo que possa ao mesmo tempo provocar incomodo para algo mais próximo de um sentimento ritualístico, meditativo. Do ponto de vista estético, não é incomum que esse subgênero expresse imagens ligadas ao nazifascismo, assim como outros subgêneros da música industrial como o neo-folk e a música industrial marcial.

1992) apresenta um Burzum musicalmente diferente de outras bandas da cena norueguesa e dos materiais da própria banda. O black metal visceral de outrora aqui ganhará andamentos mais lentos, compassados, embora a composição rítmica no tocante a guitarras e baixo ainda mantenham a verve de antes que, aliada a gravação crua e sem quaisquer preocupações no tocante a uma produção límpida, mantem a mística e tradição que consagraram a Noruega neste campo musical.

As experimentações, de fato, são pontos interessantes neste álbum, ora pelos vocais declamados em determinados momentos, ora pela maior utilização de teclados/sintetizadores, que confere uma aproximação por uma estilística mais atmosférica, mais depressiva. Não por acaso, “Filosofem” contém todos os predicados que viriam a influenciar outros subgêneros da música mais underground, dentro do próprio black metal (vide *atmospheric black metal*) e da música industrial (vide *dungeon synth*⁶). E justamente nas faixas ditas experimentais em que um dos elos com o passado é reforçado e reinterpretado. Vikernes se utiliza de contos folclóricos e poemas que variam em seus contextos históricos, mas que são ressignificados afim de se adequarem a proposta daquele artefato musical: algo mais próximo da arte e espírito pagão de outrora. A faixa “Rundtgång av den transcendental egehetens stötte” (“Viajando pelas colunas transcendentais da singularidade”) apesar de ser um instrumental de 25 minutos, repleta de passagens atmosféricas elaborada por sintetizadores, pode ser acompanhada por um texto do poeta norueguês do século XIX Johan Sebastian Cammermeyer Wellhaven (apud BURZUM, 1996), a saber:

O poço da região já não é mais um fundo escuro em que nos olhamos, mas uma corrente viva, que flui fértil pelas terras do Norte. Sim, para as visões mais elevadas da essência, esta vida pode elevar-se ao desenvolvimento de seu verdadeiro poder e particularidade, elevada ao pai de todos, que está nas alturas do Valhalla, a ele, o verdadeiro deus...

Dentro deste panorama, Vikernes se utiliza mais uma vez de passagens do período romântico para estabelecer uma conexão com sua própria arte, ou melhor, estabelecer sua própria visão do passado dentro daquela cena musical de então, que em sua concepção, entrava em declínio ao ponto de aderir e/ou se adequar como uma moda musical e comportamental, tal como outras cenas vide o death metal. E se existe um ponto alto em

⁶ Subgênero da Industrial Music mais voltado a composições que ousam explorar atmosferas inspiradas em literaturas de fantasia medieval (por exemplo, o *Legendarium* de Tolkien) por meio de sintetizadores e, em alguns casos, a utilização de instrumentos folclóricos. Certas influências derivam do black metal norueguês, principalmente pelas fases experimentais do Burzum e pelos trabalhos de Mortiis, ex-integrante da banda Emperor e proeminente artista da cena musical *dungeon synth* em seus primórdios.

“Filosofem” destas conexões com um passado de viés romântico e nacionalista, ele pode ser observado pela arte da capa deste álbum. Mais uma vez, Vikernes utiliza de uma pintura de Theodor Kittelsen, chamada “Op under Fjeldet toner en Lun (“Acima dos montes, a chamada de um clarim ecoa”). Exibindo uma mulher em trajes típicos do campesinato norueguês e tocando uma espécie de clarim, como se convocasse algo, em meio a uma paisagem montanhosa e cercada de florestas, tornar-se-ia uma “marca registrada” do Burzum, frequentemente ligada ou lembrada à memória da banda. Percebemos que o mundo natural, sendo expressado por meio de poemas, contos folclóricos e pinturas feitas no passado e re- utilizados por Vikernes, são elementos primordiais não apenas na construção de sua obra musical como também de seu pensamento além-música, indo muitas vezes da teoria à prática.

Sentenciado a cumprir 21 anos de prisão, Vikernes passará boa parte dos anos 1990 e 2000 em regime fechado, o que não impediu sua produção musical e narrativa, cada vez mais aprofundada nas conexões entre paganismo e ideias reacionárias⁷. Seus álbuns compostos dentro da prisão – “*Dauði Baldrs*” e “*Hliðskjálf*” – fugiam totalmente da velha concepção black metal de antes, sendo totalmente musicados por teclado e focam na imagética e narrativa (embora não existam vocalizações nos artefatos) dentro do paganismo nórdico- germânico. Vikernes coloca que o fato destes artefatos não serem musicalmente dentro do espectro do black metal se dava por questões de logística – ele era proibido de possuir instrumentos como guitarras e amplificadores – como também de um ponto de vista ideológico, já que para Vikernes, sua produção estava ligada a música ariana, que incluía música clássica e música folk europeia, assim como certos elementos da música eletrônica, que seguiam um espectro de divisão musical elaborado de uma forma que considerava, por exemplo, música clássica e folclórica europeia como música ariana e música pop como música estrangeira (VIKERNES, 1998). Sobre as relações e o papel do Burzum com a música dita música ariana e outros artistas desta cena, Vikernes esclarece:

Bandas como “*Vidkuns Venner*”, “*No Remorse*” e assim por diante, estão no “meio do caminho” para o caminho certo, e eu sei que em nossos tempos talvez precisemos trazer as pessoas do nosso lado um passo de cada vez. Estando acostumados com música negra e letras de negros ou judeus, eles precisam se acostumar com as letras primeiro, e então podem ser apresentadas à verdadeira música ariana. É por isso que posso apoiar essas bandas “do meio” para o caminho certo. Esse é o papel do velho Burzum

⁷ Um exemplo disto se confere na capa de um dos seus textos, “*Irmisul*”, de 2002. O sol negro (*Schwarze Sonne*) que o ilustra é frequentemente relacionado a tempos pré-cristãos quando, na verdade, é símbolo criado dentro das esferas esotéricas ligadas aos altos comandos do III Reich alemão.

também, ser um "portal para o céu". Você se torna o que ouve (mentalmente), então considero muito importante que promovamos a música ariana para nossa raça ariana. Isso também faz parte da luta. Dessa forma, podemos salvar nossa saúde mental e espiritual coletiva também. Em vez da mentalidade primitiva, degenerada e subumana promovida pela música negra(pop) de hoje, podemos educar e "curar" nossa raça com a música ariana, promovendo. Ideais arianos como honestidade, justiça, honra, fidelidade, força, coragem, respeito, consciência da natureza e assim por diante. (VIKERNES, 1998).

Em suas narrativas, como explicitadas em entrevistas e em seus livros, como o “Vargsmal⁸”, Vikernes apresenta um conceito de passado bem próximo dos ideais da chamada Revolução Conservadora/*Völkisch*, do Nacionalismo Romântico e do pensamento *Blut und Boden* (“Sangue e Solo”), onde o nacionalismo é enviesado por uma estética de pureza étnica-racial, do culto a natureza por um viés romântico/mítico e rejeição ao mundo moderno e industrial, ao liberalismo e ao comunismo (MASPERO; RIBARIC, 2015, p. 62). Além disto, dado as suas leituras mais conservadoras e suas conexões com frentes políticas de extrema-direita (como a *Norsk Hedensk Front* ou “Frente Pagã Norueguesa”), notam-se aproximações com o que os alemães do III Reich chamavam de “*Naturschutz*” e “*Heimatschutz*” – as noções de proteção à natureza e ao lugar – como forma de organização do espaço e da raça por meio de políticas de higiene racial e segregação. Em entrevista para revista grega Metal Hammer Magazine (1997), Vikernes explica um pouco de seu envolvimento com a NHF e suas motivações:

O NHF se dedica a expulsar o Governo de Ocupação Sionista (ZOG) da Noruega, assim como o SHF (Svensk Hedensk Front - Swedish Heathen Front) se dedica a expulsar o ZOG da Suécia. No entanto, uma vez que o ZOG é um problema para toda a Europa, e o resto do mundo branco por causa disso, decidimos cooperar mais de perto com TODOS os brancos sérios, prestando pouca - se alguma - atenção à nacionalidade e origem étnica. Nossa RAÇA é nossa NAÇÃO, e embora povos diferentes, todos os brancos pertencem à mesma RAÇA. Se a elite de todos os pagãos da Europa permanecer unida, poderemos até ter uma chance de vencer esta guerra. Um punhado de caras da Noruega pouco pode fazer, um punhado de Hellas pouco pode fazer, mas se um punhado de dez ou vinte países europeus unir forças, será um soco na cara do "deus" judeu. Com o martelo de Thor podemos quebrar seu crânio. Esmague-o em pedaços. (VIKERNES, 1997).

⁸ Livro no qual Vikernes expressa algumas de suas ideias, à época e que ainda se mantem, acerca de uma retórica baseada em questões sobre eugenia, segregação racial, nacionalismo e paganismo. Em seus tempos de encarceramento e pós-encarceramento, Vikernes buscou basear sua criação literária em visões particulares sobre o paganismo nórdico-germânico, História da Europa e História da Noruega.

Observamos aqui algo próximo do que Blanning (2008) chama de “dialética do nacionalismo”, ou seja, a cada característica virtuosa que se conclama a si ou ao seu grupo corresponde a uma mácula a ser criticada sobre outrem, ainda que esse processo seja de âmbito bidirecional, pelo qual o nacionalista sempre crê que o outro não reconhece suas próprias falhas. E tal como a “Rule Britania”, a música black metal norueguesa torna-se uma ferramenta primordial na afirmação de sentimentos e causas nacionalistas – além de almejar a transgressão por óticas da ultra masculinidade, supremacia e guerra racial e revisionismo histórico como armas em um confronto direcionado ao modelo judaico-cristão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há dentro desta cena musical, tanto de forma implícita como explícita, mas jamais de forma neutra, uma busca em remodelar o presente mundo moderno por um passado composto de memórias românticas, de recordações que levam o ser humano ao contato mais íntimo e místico com o mundo natural, dentro de uma perspectiva que consegue ir além dos pressupostos artísticos que a música possibilita. Observamos, por exemplo, como integrantes desta cena ousam ressignificar espaços antes cristãos a apenas cinzas e fumaça. Como nos lembra Assman (2011, p. 317), a memória que os locais possuem é uma força poderosa e que perpassa a memória humana e extremamente significativa na construção de uma memória seja coletiva ou individual. Neste sentido, a queima de igrejas ocorre como uma espécie de ressignificação dos locais em prol de uma memória pré-cristã, como no caso, por exemplo do episódio da igreja de Fantoft, em Bergen. Alterar o passado, mexer com a memória, incorpora-os aos artefatos artísticos; ações que – deliberadas ou não – realizara de forma interessante, ao ponto de servir como base inspiradora para outras cenas black metal ao redor do globo. Neste ponto, Lowenthal é pontual quando nos leva a refletir sobre revisar o passado, a saber:

O passado não adulterado raramente é suficientemente antigo ou glorioso; a maioria das heranças precisa de envelhecimento e aumento. Individualmente e coletivamente, revisamos o passado herdado para aumentar a auto-estima, aumentar a propriedade e validar o poder. Portanto, as genealogias são fabricadas para reforçar os títulos de nobreza, decretos forjados para justificar o domínio papal, relíquias plantadas para demonstrar descobertas pré-colombianas (LOWENTHAL, 2015).

Sob a luz destes tópicos explorados neste artigo, percebemos que a musicalidade black metal norueguesa noventista caminhará num aprofundamento cada vez maior de

elementos do mundo natural por meio de suas narrativas e da própria música em si, como forma de, antes de tudo, afirmar uma identidade perante ao cenário heavy metal que, naquele momento, tornava-se cada vez mais global. A estética puramente satânica era cada vez mais esquecida em detrimento de seus próprios arquétipos de horror, de misantropia ou de tofília, retirados do folclore ou das artes românticas do século XIX. Como analisa Olson (2008), a musicalidade black metal naquele momento era o que mais representava a cultura norueguesa, um retorno ao estilo mais pacato de vida, de conexão com o passado e com a vidacampestre, ao contrário da mídia mais comercial, cada vez mais cosmopolita, inspirando outras bandas dentro da cena black metal a seguirem o mesmo caminho.

REFERÊNCIAS

A 1000 YEARS... OF LOST PRIDE AND DIGNITY. Fanzine. Noruega, 1994.

ABLAZE MAGAZINE (#9, 2010). Burzum.org.
https://www.burzum.org/eng/library/2010_interview_ablaze.shtml. Acesso em 22 nov 2020.

AND THUS SPAKE VARG... (1998). Burzum.org.
www.burzum.org/eng/library/1998_interview_burzum_com.shtml. Acesso em 22 nov 2020.

ASSMAN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BLANNING, Tim. **The triumph of music: The rise of composers, musicians and their art.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

BURZUM. **Hvis Lyset Tar Oss.** Reino Unido: Misanthropy Records, 1994.

_____. **Filosofem.** Reino Unido: Misanthropy Records, 1996.

_____. **Dauði Baldrs.** Reino Unido: Misanthropy Records, 1997.

_____. **Hliðskjálf.** Reino Unido: Misanthropy Records, 1999.

DRUVIS ALMANACH CENTRU ETNAKASMALOGIJI (N. 3, 2011). Burzum.org.
www.burzum.org/eng/library/2011_interview_druvis.shtml. Acesso em 21 nov 2020.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Sol Negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade**. São Paulo: Madras, 2004.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

KITTELSEN, Theodor. **Fattigmannen**. 1894.

_____. **Op under fjeldet toner en lur**. 1900.

KERRANG!. Inglaterra. Nº 436, 1993.

KAHN-HARRIS, Keith. **The Failure of Youth Culture: Music and Politics in the Black Metal Scene**. 2004.

_____. **Extreme Metal: Music and Culture on the Edge**. Oxford: Berg, 2007.

MASPERO, Davide. RIBARIC, Max. **Wolves Among Sheeps: History and Ideology of National Socialist Black Metal**. Tsunami Edizioni. 2015

METAL HAMMER MAGAZINE (#154, October 1997). Burzum.org. https://www.burzum.org/eng/library/1997_interview_metal_hammer.shtml. Acesso em 21 nov 2020.

MOYNIHAN, Michael, & SØDERLIND, Didrik. **Lords of Chaos: The Bloody Rise of the Satanic Metal Underground**. Los Angeles: Feral House. 2003

OLSON, Benjamin Hedge. **I am The Black Wizards: Multiplicity, Mysticism and Identity in Black Metal Music and Culture**. Bowling Green State University, 2008.

_____. **Voice of our blood: National Socialist discourses in black metal**. **Popular Music History**. Vol. 6.1/6.2. Sheffield. 2012.

REED, S. Alexander. **Assimilate: A critical history of industrial music**. Oxford University Press, 2013.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

VIKERNES, Varg. **Vargsmål**. Noruega, 1997.

_____. **Irmingsúl**. Noruega, 2002.

O PROGRESSO E OS ALIMENTOS: UMA ALIANÇA TOTALMENTE SERTANEJA

João Paulo de Lima Silva¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de investigação maior, o Sertão do nordeste entre as décadas de 1960 e 1970. A partir de onde, podemos perceber uma lacuna historiográfica referente ao estudo dos flagelados que durante um período visto como conflituoso, compuseram lugares de trabalho classificados como frentes de trabalho.

Este trabalho surgiu frente às dificuldades com as fontes e a necessidade de adequação da temática sertaneja às exigências da especialização em História dos Sertões, onde redimensionei a proposta original de pesquisa e passamos a perceber que os programas de ajuda estabelecidos através de convênios, viriam a favorecer a pesquisa inicial.

Ao analisarmos o material memorialístico publicado sobre o período em que o governo do Monsenhor Walfredo Gurgel ocorreu nos deparamos com relatos de experiências vivenciadas durante seu governo, que ocorreu entre 1966 a 1971. Alguns desses estudos foram publicados, sobretudo por ex-auxiliares do governador, o que evidencia a necessidade de trabalhos que tragam em seu corpo, análises mais aprofundadas sobre o devido período.

De acordo Rezende, a fonte jornalística permite ao historiador, além dos discursos informativos, trabalhar com anúncios que buscam seduzir e encantar os leitores. Assim, utilizamos para uma melhor percepção do nosso trabalho, a imprensa através de matérias do Diário de Natal, O Poti, RN Econômico e Memorial da Democracia, que nos auxiliaram a refletir sobre o período da década de 1960 e 1970 nos sertões nordestinos, sobretudo no que se refere às ações norte-americanas voltadas para o combate à fome nos sertões (REZENDE, 1997, p.62).

Entre 1960 e 1970, o Brasil vivenciou uma conjuntura política instável que se refletiu em diversas disputas políticas que resultaram no golpe civil-militar de 1964 e na decretação do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, que consequentemente resultou no fechamento do regime.

Durante todo esse período, os sertões nordestinos atravessaram momentos de grandes dificuldades e conflitos gerados pela seca. Os americanos voltaram-se também para a penetração no interior com recursos financeiros sob o argumento de melhoria das condições

¹ Mestrando - MHIST/CERES-UFRN. Endereço de e-mail: joaopaulojp31@hotmail.com

de vida da população sertaneja. No Rio grande do Norte, em 1969, o então governador Walfredo Gurgel resolveu aderir a uma série de programas emergenciais, dentre eles o programa “Alimentos para a Paz”, subsidiado pelo governo dos Estados Unidos, através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que garantiu a “doação” de benefícios para as partes mais afetadas pela seca. Assim, através da Cáritas Diocesana, uma entidade criada no ano de 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e subgerenciada pelas dioceses locais, recebeu a função de articular as obras sociais nesse período e, portanto, a distribuição dos alimentos que mais tarde foram também uma forma de pagamento para a mão de obra humana nas frentes de trabalho.

Utilizamos exemplares do Diário de Natal disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, além de relatórios manuscritos, pertencentes ao arquivo da Paróquia de Santana e, elaborados a partir de dados funcionais dos que atuaram em algumas frentes de trabalho ou emergência, como assim está descrito nos seguintes documentos². Após uma breve coleta e futura seleção de dados expostos nesses documentos, teremos uma clara demonstração de como funcionava a distribuição dos trabalhadores, quais suas funções, quanto receberiam por seu trabalho e até mesmo o perfil social destes homens.

O Sertão nordestino surge como um ambiente conflituoso, os flagelados se mostravam insatisfeitos com as duras horas de trabalho, os alimentos não eram mais suficientes para saciar a fome dos trabalhadores. A partir disso uma multidão insatisfeita e temerosa pela falta de trabalho e atenção por parte das autoridades caminhava para um cenário de revoltas, através de invasões que, constantemente ocasionavam saques. Relatamos também a realidade temporal de uma população doente, pessoas de todas as idades envolvidas nas frentes de trabalho estavam forçadas a conviver em um ambiente sem qualquer condição de higiene que fosse adequada para se viver. As más condições de moradia e trabalho apresentaram a essas pessoas uma fome mais generalizada, sérias doenças e, em muitos casos uma morte prematura e desassistida pelas políticas públicas que, na grande maioria das vezes não conseguia conter tais problemas.

2. Frentes de trabalho: composição e funcionamento

² Os documentos manuscritos (relatórios) encontram-se no Acervo de documentos da Paróquia da Diocese de Caicó. No primeiro andar do Centro Pastoral Dom Wagner, depositados em pastas plásticas e armários de ferro. Os mesmos não se encontram enumerados por se encontrarem em processo de catalogação. Acesso em 02.05.2018.

As secas afetaram principalmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e, de forma menos acentuada, Piauí e Pernambuco, que sofreram com perdas graves tanto nas lavouras quanto nos rebanhos. As medidas de enfrentamento dos efeitos da escassez de recursos hídricos seguiam três frentes: a intensificação na construção de açudes e outras obras complementares, o aumento da construção de estradas de rodagem e de ferro e o incentivo à emigração para outros estados, principalmente nas áreas onde o desemprego assumiu grandes proporções, garantindo a ocupação e os meios de subsistência da população (DUARTE, 2002a, p.33).

Mesmo diante das obras já instaladas no Nordeste, que contava com uma vasta rede de açudes, além de um significativo número de estradas, a seca cada vez mais colaborou para a desestruturação da agropecuária nessa região, levando uma multidão de flagelados para as frentes de trabalho, totalizando um terço da população empregada no setor primário dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, evidenciando a ineficácia do método utilizado no combate às secas no longo prazo (PESSOA, D. M.; CAVALCANTI, C. V. 2002, p.33).

As frentes de trabalhos sertanejas, cada vez mais eram esperadas pelo povo como se fossem novos meios de sobrevivência. Sendo assim, constantemente, fosse por necessidade ou como forma de articulação governamental para adquirir novos recursos, essa prática tornou-se comum, formando um aglomerado de pessoas que, inicialmente foram distribuídas de forma organizada e pacífica.

O relatório pertencente ao acervo da Paróquia de Santana contém dados referentes à administração das frentes de trabalho por parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER). Neles, encontramos a composição das frentes. Isso partindo do montante de operários, as condições de trabalho, desde as atividades desenvolvidas, até como estes eram conceituados a partir do trabalho.

A jornada de trabalho era de 8 horas diárias e os trabalhadores deveriam assinar o ponto, o salário líquido da época, era de 502 Cruzeiros, sendo estes já descontados impostos referentes ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo este pago quinzenalmente em moeda, na própria frente de trabalho e não na cidade onde estivesse localizada. Isso certamente se deu pela dificuldade de locomoção desses trabalhadores até a zona urbana.

Podemos observar no documento as prioridades que deveriam ser respeitadas ao se compor o grupo de trabalhadores. Entre elas estão, que os homens devem ser casados, solteiros arrimo³ de família, e menores com mais de 14 anos/arrimo.

Entre as prioridades, ainda estão inseridos pontos que beneficiam os trabalhadores no que diz respeito à assistência durante o trabalho, pois aparece que estes deveriam ter atendimento médico ofertado pela Secretaria do Estado, assistência sanitária social, incluindo vacinas contra a varíola e que, caso trabalhassem aos domingos, estes deveriam ser remunerados conforme determina a Lei. Ao final desses itens consta a frase “Atraso nos pagamentos”, porém não existe especificação como eram tratados estes casos.

Como se pode perceber, houve toda uma série de cuidados referente às normas de funcionamento das frentes de trabalho, as mesmas funcionavam no interior do Estado, sob a coordenação do engenheiro Fernando Bezerra, diretor do DER, em colaboração com a SUDENE.

O Diário de Natal na época mostrou que, mesmo sendo notável a melhoria na situação enfrentada no Nordeste a partir da intervenção das frentes de trabalho, o fato de os flagelados receberem dez quilos de alimentos por semana, incluindo farinha, feijão, xarque, milho e rapadura, alimentos provenientes do programa Alimentos para a Paz, a situação era vista como humilhante para o Estado⁴.

Sobre tal fato, Castro salienta que, mesmo sendo imprescindíveis do ponto de vista social, os programas assistencialistas (tais como as frentes de trabalho) só seriam capazes de trazer resultados duradouros ou alcançar objetivos sociais no longo prazo caso fossem associados a mudanças de caráter estrutural. Ou seja, tais medidas carecem de mudanças socioeconômicas que vieram garantir uma maior segurança referente à alimentação da população sertaneja diante da difícil situação de desgaste hídrico a qual se submete a mesma (CASTRO, 1984, p. 75).

O documento expôs no topo da página o título “Natureza do Trabalho” e como subtítulo, “Filosofia do Trabalho: Ser útil à comunidade”. Nesse ponto, percebe-se a introdução dos trabalhadores como agentes responsáveis por desenvolver um trabalho de participação junto ao Estado. Isso talvez como uma forma de fazer com que os mesmos

³ Diz-se da pessoa que dá proteção, auxílio ou amparo. No caso do documento, quando o homem é solteiro e responsável pelo sustento de uma família e, quando se é menor, mas está protegido por seus familiares. Ver: BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 3ª edição, São Paulo. FTD, 2016.

⁴ Houve sensível melhora na situação de inverno. Diário de Natal, Natal, 28 de abril de 1970, p. 07. Acesso em 14.08.2018.

desenvolvessem seu trabalho de forma mais devotada, uma vez que se sentiriam responsáveis pela melhoria das condições locais.

O mesmo documento apresenta ainda as atividades a serem gerenciadas pelos órgãos responsáveis pelas frentes de trabalho. Assim, o DER ficava responsável por desmatamento das faixas laterais das estradas; decomposição dos aterros; fazer brita para construção de pontes; elevação de aterro barragem; refazer aterros barragem arrancados e fazer paralelepípedos em tempo oportuno. O DNOCS tinha como suas funções; a limpeza e acostamento das estradas; serviço de canais; a fabricação de tijolos; calçamento das casas dos colonos, além da arborização de colônia.

O homem é tratado como um sujeito que possui valores reconhecidos pelos chefes, sendo estes; respeitador, dóceis, pacíficos, trabalhadores, inteligentes e que, se sentem honrados pelo trabalho, não podendo por isso ficar parados.

Desta forma, conforme salienta Furtado, os problemas dos sertanejos se originam muito menos dos episódios de seca do que das condições sociais existentes na região nordestina. Essa população fragilizada via, mesmo diante da situação de escassez, uma forma de vencer a pobreza já existente e que de certo modo se alastrou nessas décadas (FURTADO, 1998, p. 18).

2.1. Exploração e revolta nas Frentes de Trabalho

A deturpação analítica da economia sertaneja está ligada ao processo de “combate à seca”, política nordestina, mas que, no entanto era apenas um meio de arrecadar tributos do governo para satisfazer seus próprios interesses. Medidas compensatórias a curto-prazo surgiam, como frentes de trabalho, mas nada que fosse plausível de eficácia; a população continuava marginalizada em meio a medidas paliativas⁵.

As frentes de trabalho foram criadas a partir do Programa Alimentos para a Paz para buscar de soluções para os problemas da pobreza, no entanto, com o passar dos anos e, diante da seca cada vez mais frequente, estas passaram a ser não só o único refúgio dos mais necessitados, bem como um grande comércio para os mais abastados.

Assim sendo, qualquer que fosse a ameaça de fim destas, a população de flagelados ficava temerosa e angustiada por notícias e, quando essas demoravam a ser declaradas, o

⁵ Ver introdução do trabalho de Maryelle Macedo da Silva e Antonia de Oliveira que trata das condições climáticas, que propiciam a escassez chuvosa no sertão nordestino caracterizando-o como uma base política regional inviável do ponto de vista econômico. Artigo publicado. Porto, junho, 2016.

clima de tensão se alastrava pelo Estado. Alguns dos exemplos mais impactantes registrados foram os casos das cidades de Santa Cruz, Jardim de Piranhas e São Vicente.

Após constantes inspeções feitas pelos responsáveis dos órgãos executores das obras aos locais onde estavam instaladas as frentes de trabalho. Uma onda de boatos de que o trabalho estava sendo improdutivo e que suas atividades iriam parar fez com que tivesse início uma onda de invasões e saques por várias cidades do Nordeste.

Na cidade de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Norte, um dos motivos que culminou com a invasão e saque daquela cidade, segundo relato dos próprios camponeses, seria a forma como os trabalhadores vinham sendo tratados. Em entrevista, seu Celestino afirmou que recebiam um salário de fome, sendo dois mil cruzeiros novos e uma cuia de feijão. Isso pelo trabalho realizado durante uma semana de trabalho exaustivo durante doze horas e debaixo de sol forte. O senhor ainda relatou que, “a água servida nas frentes de trabalho era como o salário, pouca e ruim”. O líquido é oleoso, já que é colocado em barris que antes eram depósito de óleo⁶.

Não suportando mais a situação de miséria e descaso, 700 homens que há dias aguardavam ser alistados pelo escritório da SUDENE, não obtendo resposta que deveria vir da cidade de Natal, como informou o prefeito Clodoaldo Medeiros, por volta das 15 horas iniciou os saques à cidade. Um depósito no centro foi o primeiro saqueado, suas portas foram arrombadas, pessoas foram pisoteadas e durante 15 minutos as pessoas subtraíram todos os gêneros alimentícios do local. Dalí a população faminta buscou novos lugares para repetir a cena, e só encerrariam o episódio após intervenção da polícia que por ordem do delegado controlou os saques⁷.

A situação tornou-se um fato comum em diversos municípios do Estado. Apenas era controlada com a chegada de mantimentos por parte do Programa Alimentos para a Paz enviados pelo o Governo do Estado, e diante de declarações como a do senhor Gilberto Sá, diretor do escritório da SUDENE no Rio Grande do Norte, que afirmou que, as “frentes de trabalho” criadas pelo governo do Estado em parceria com a SUDENE ainda continuariam, que apenas sofreram uma redução de 7.000 inscritos para 3.600, que por livre vontade, com o atraso na colheita do algodão ocasionada pela falta das chuvas abandonaram o trabalho⁸.

⁶ Dramática a situação dos operários nas “Frentes de Trabalho”. Diário de Natal, Natal, 16 de fevereiro de 1967, p. 10. Acesso em 12.03.2018.

⁷ Operação saque. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10. Acesso em 17.08.2018.

⁸ SUDENE diz que não acabou com as Frentes de Trabalho. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10. Acesso em 12.03.2018.

Os operários eram esperançosos por dias melhores e carentes de oportunidades, pois, ainda que soubessem que muito do que foi dito não seria cumprido, se tratando do fechamento de algumas Frentes de Trabalho, os mesmos não tinham escolhas, tendo que permanecer em uma constante conformação.

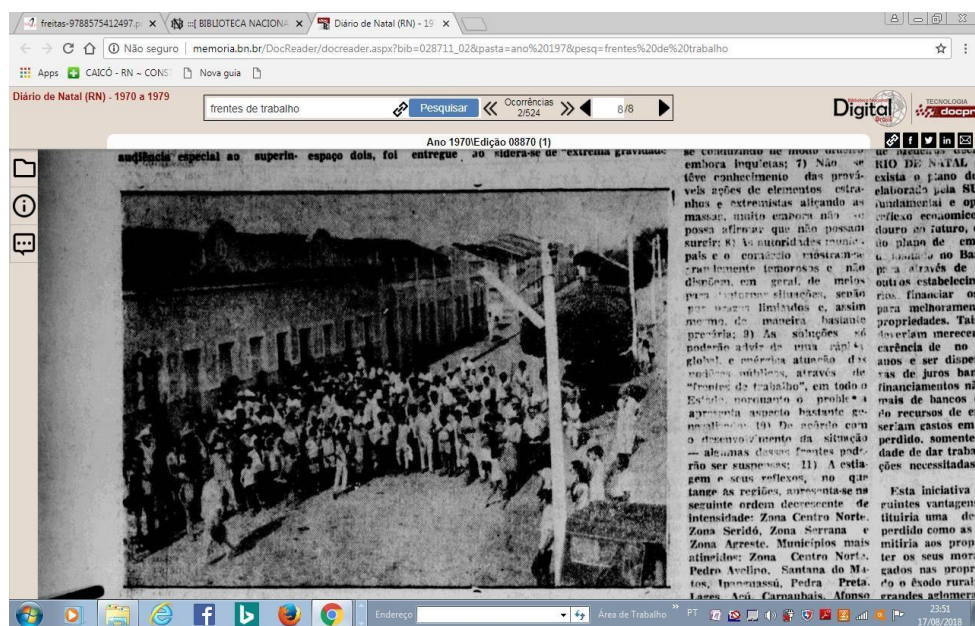
Na cidade de Jardim de Piranhas, o Presidente da Câmara de Vereadores, Valdemir Dantas, relatou à redação do Diário de Natal que, no último domingo, 250 homens invadiram a feira livre da cidade provocando pânico entre comerciantes, moradores e flagelados. A situação foi solucionada a partir da atitude da prefeita Paula Saldanha da Cruz, que juntamente com outras autoridades políticas da cidade, conseguiram junto ao comércio local uma quantia em dinheiro, além de gêneros de primeira necessidade, como, farinha, feijão e rapadura. Após a distribuição dos itens para a população faminta e ociosa, uma frente de trabalho foi criada, indo da cidade ao sítio Juazeiro, onde se concentrava a maioria dos flagelados.

Na cidade de São Vicente 300 pessoas invadiram a cidade alegando estar passando fome e clamavam por trabalho.

O episódio poderia ter tido um desfecho drástico, parecido com o que aconteceu em Santa Cruz ou em vários outros municípios. No entanto, o prefeito Francisco Pereira Filho, soube negociar e procurou meios de divulgação para pedir solução para esses flagelados, tendo explicado que a prefeitura não tinha condições de solucionar tal problema e exigindo assim ajuda dos poderes estaduais e federais⁹.

Fotografia 1 – Momento da invasão de 300 flagelados à cidade de São Vicente 1970.

⁹ 300 homens famintos invadiram São Vicente. Diário de Natal, Natal, 23 de abril de 1970, p. 08. Acesso em 17.08.2018.



Fonte: (Sem autoria). 300 homens famintos invadiram São Vicente. Diário de Natal, Natal, 23 de abril de 1970, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

As negociações foram pacíficas, ao contrário do que ocorreu em outros municípios, o povo agiu de forma ordeira, atendendo ao pedido do prefeito que aguardassem notícias nos seus lugares de origem evitando assim qualquer tipo de transtorno. O povo sertanejo estava cansado de ser tratado como mendigo, as pessoas precisavam de oportunidade pra conseguir um emprego e ter um salário melhor, não adiantava nada ficar recebendo uma quantia insuficiente de alimento.

2.2. Sertão: a fome e doenças também estavam ali

Em maio de 1970, cumprindo determinação do governador Monsenhor Walfredo Gurgel, o diretor do DER, engenheiro Fernando Bezerra, passou para as prefeituras municipais o controle das Frentes de Trabalho que vinham sendo coordenadas pela SUDENE em parceria com o Estado. Nesse momento, algumas chuvas que caíram de forma tardia ajudaram a amenizar em parte a seca que se alastrava em todo o Nordeste¹⁰.

As “Frentes” continuaram sendo abastecidas com parte dos mantimentos fornecidos pela SUDENE para os flagelados. No entanto, agora recursos só poderiam ser liberados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Atitude vista como forma de amenizar as despesas tidas como exorbitantes para os cofres do Estado, pois ainda que houvesse a

¹⁰ Frentes de Trabalho entregues às prefeituras. Diário de Natal, Natal, 05 de maio de 1970, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

colaboração dos programas assistenciais, em alguns momentos a situação parecia insustentável, ainda mais que, junto a esses fatores, estavam cada vez mais presentes, a fome e doenças que surgiram de forma epidêmica.

É importante evidenciar que as pessoas atingidas de forma mais intensa pela seca desse período representam uma população que, mesmo em anos considerados como normais em relação à questão climática, “apenas conseguem recobrir tenuemente seu estado de miséria, a seca vindo para remover essa frágil cobertura e expor as chagas do organismo social” (CAVALCANTE; PESSOA, 2002, p.14). Portanto, para a parcela da população que se dedicou à prática nas frentes de trabalho, a prolongada escassez pluviométrica apenas intensificou a pobreza já existente.

O ano de 1970 foi um ano muito conturbado no que diz respeito ao funcionamento das frentes de trabalho. Mesmo diante da irregularidade pluviométrica, constantes ameaças do fim dessas frentes, o desvio de mantimentos e a fome, agora surgiram os problemas de saúde. Nesse período, cada vez mais trabalhadores eram acometidos de uma forte gripe e varíola. A Secretaria de Saúde do Estado, através do médico Jair Nogueira, estudava a possibilidade de convênios junto às prefeituras do interior para assim ser possível uma maior abrangência das campanhas de vacinação e emprego de medidas sanitárias.

Foram iniciadas viagens pelas frentes de trabalho a fim de ver de perto como estava funcionando o trabalho de imunização, o que declarou como satisfatório. O ministro contestou as notícias veiculadas afirmando que, “O único problema que havia, disse, era a falta de medicamentos, mas ainda ontem, a Secretaria recebeu grande quantidade de energéticos, antianêmicos, expectorantes e antibióticos”¹¹.

As frentes de Trabalho mostram cada vez mais um quadro de falhas em seu funcionamento geral. De um lado, o Diretor do DER, Fernando Bezerra, assumiu que a culpa não seria responsabilidade da SUDENE, uma vez que o órgão fizeram tudo que esteve ao seu alcance para não faltar recursos para o sustento das frentes. O engenheiro Fernando Bezerra relatou que, “a Secretaria de Saúde tem feito tudo possível para atender às Frentes de Trabalho dentro das suas precárias condições”. Diante da morte de 8 homens, sendo dois vitimados pelo coração e seis por subnutrição, a SUDENE firmou convênios com a Secretaria de Saúde do Estado para atender os flagelados que foram vacinados contra gripe, varíola e

¹¹ Jair vai ver de perto o trabalho da SS nas frentes. Diário de Natal, Natal, 09 de julho de 1970, p. 03. Acesso em 17.08.2018.

tifo, mesmo assim demonstrando ser uma ação insuficiente diante do problema de saúde que só tendia se agravar gradativamente¹².

A falta de assistência aos flagelados virou algo constante. A ausência de medicação e a precariedade do setor médico era uma verdade. A SUDENE em convênio com a Secretaria de Saúde liberou um número de vacinas bem abaixo do esperado para atendimento das Frentes de Trabalho. E outro problema grave era o abastecimento de água que eram cedidos ao DER-RN pela SUDENE. Os tonéis eram colocados a margem da estrada numa distância decem metros um do outro, cobertos com pequenas lonas ou folhas de árvores da região. A água não era tratada, apesar da Secretaria de Saúde ter solicitado cloro à SUDENE para evitar sua poluição. Vale lembrar que nesse ano os açudes não haviam recebido água nova, sendo a existente de anos anteriores¹³.

Mesmo diante de tantas irregularidades e fatalidades, o homem sertanejo teve de ser apresentado a aquele que seria o seu maior medo, o fim das Frentes de Trabalho. Em novembro de 1970, foi noticiado que a SUDENE iniciaria as dispensas. O Ministro do Interior José Costa Cavalcante declarou que, agora os flagelados teriam mais um dia de folga remunerado, para que pudessem preparar as suas terras para o inverno que segundo eles se aproximava. Ele afirmou ao Diário de Natal que:

[... a desmobilização das frentes de trabalho em todo o Nordeste será em ordem progressiva, dependendo apenas, das chuvas que forem caindo em toda a região. Inicialmente, vamos dar mais um dia de folga ao flagelado para ele ter melhores condições de preparar sua terra e aguardar o inverno de 1971]¹⁴.

Diante disso tudo, as frentes iam se “arrastando”, compostas por homens de até 80 anos, crianças que não tinham mais do que 12 anos. Todos esses, pessoas que sobreviviam recebendo apenas 2 cruzeiros por dia, ou seja, 14 cruzeiros por semana. A grande interrogação era como esse povo consegue sobreviver, quando uma cuia de feijão custava em média 17 cruzeiros e uma de arroz chegava a 8 cruzeiros¹⁵.

O economista e chefe do escritório regional da SUDENE, economista Rômulo Xavier Barbosa, afirmou que quem deixasse as Frentes de Trabalho espontaneamente, receberia uma semana remunerada, além de alguns alimentos doados. E que muito em breve

¹² Diretor preocupado. Diário de Natal, Natal, 11 de julho de 1970, p. 03. Acesso em 17.08.2018.

¹³ Assistência médica, água e falta de ferramentas: problemas nas “frentes”. Diário de Natal, Natal, 23 de julho de 1970, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

¹⁴ SUDENE começou dispensas nas “frentes de trabalho”. Diário de Natal, Natal, 19 de novembro de 1970, p. 04. Acesso em 17.08.2018.

¹⁵ Fome, sede e sarampo. Diário de Natal, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

seriam desmobilizados todos os solteiros empregados nas frentes, em seguida os menores de idade, e em seguida seria feita a desmobilização geral de todas as Frentes de Trabalho¹⁶.

O Diário de Natal noticiou a desarticulação de todas as Frentes de Trabalho existentes no Rio Grande do Norte desde o dia anterior. As notícias foram que tudo aconteceu normalmente, que as últimas 13 frentes existentes no Estado, englobando um total de 10 mil homens foram desmobilizadas na mais completa ordem, e que agora, o Estado seria beneficiado com bens, como por exemplo, viaturas que antes serviam à SUDENE como formade apoio. O chefe do escritório local da SUDENE rompeu o assunto ligado ao desligamento das frentes de forma direta. As Frentes de Trabalho não deixaram de existir em definitivo, pois com o agravamento de outras secas, essas tornaram a surgir em menor número e proporções, porém ainda abastecidas pelo Programa Alimentos Para a Paz, que mesmo com o período em que se iniciou a desarticulação das Frentes de Trabalho, enviavam os mantimentos para que estes fossem utilizados junto às comunidades carentes¹⁷.

O sertanejo se mostrou capaz de suportar as dores impostas à sua condição, sobreviver com aquilo que qualquer outro acharia insuficiente e, ainda seguir em frente quando as políticas públicas lhes viram as costas e num simples gesto os fazem ser esquecidos.

Como exemplo disso, temos o fato contado pelo vereador e dentista da cidade de Cerro Corá, antigo distrito de Currais Novos, Lourival Líbano do Melo. O mesmo relatou que se deparou com uma mulher chorando e pedindo uma esmola para enterrar um filho que havia morrido de sarampo. “E o pior – diz o vereador – é que a mulher dizia que nunca havia pedido nada a ninguém, mas a situação exigia. E pedia também uma ajuda para outro filho, ainda vivo, com sarampo, pois sabia que “de tardezinha” teria que enterrá-lo também”¹⁸.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao especificarmos o Programa Alimentos para a Paz como objeto de pesquisa tencionamos realizar um aprofundamento historiográfico que permitisse uma melhor análise dos estudos sobre programas sociais ou de ajuda humanitária no contexto do Sertão nordestino.

¹⁶ SUDENE confia. Iniciada a desmobilização das frentes. Diário de Natal, Natal, 26 de março de 1971, p. 01. Acesso em 17.08.2018.

¹⁷ Sem anormalidades, frentes de trabalho foram extintas. Diário de Natal, Natal, 16 de abril de 1971, p. 01. Acesso em 17.08.2018.

¹⁸ Esmola para o enterro. Diário de Natal, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

A composição sinuosa desse trabalho compôs um percurso pela “história política”, segundo René Remond. Ao longo desse percurso quando o historiador se debruça sobre as fontes, muitos são os métodos de realização a serem seguidos. Por esse motivo, como forma de reunir material que servisse de suporte, acervos diversos foram utilizados como base histórica. O eixo problemático se deu em um recorte temporal muito curto, entretanto, por vezes, maleável, apresentando um entrelaçado ao ser necessário.

Boa parte das fontes utilizadas nesse trabalho foi digitalizada no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira e alguns outros manuscritos, fazem parte do arquivo da Diocese de Caicó. A pesquisa nesse momento nos levou inesperadamente a tais materiais: relatórios e formulários institucionais da década de 1970; fragmentos dos jornais, Diário de Natal, O Potie RN Econômico.

De início, analisamos como, o clamor por melhoria das condições de vida da população sertaneja no Rio grande do Norte na década de 1960 fez com que o Estado aderisse a uma série de programas emergenciais, dentre eles o programa “Alimentos para a Paz”, junto dos Estados Unidos, e através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), garantindo a “doação” de benefícios para as partes mais afetadas pela seca. Tendo a Cáritas, assumido a função de articular as obras sociais nesse período.

Analisamos o quanto as elites políticas se beneficiaram ao fazer uso da articulação dita humanitária para que, a partir da necessidade de povo castigado pela seca, utilizassem dos convênios criados pelo governo dos Estados Unidos, juntamente com as “vantagens” oferecidas pela Aliança para o Progresso no Rio Grande do Norte. Isso, em um período de acirrada disputa política, onde propostas e obras emergenciais se misturaram ao discurso de boa vizinhança dos Estados Unidos que, através da criação do programa Alimentos para a Paz, fez com que o Sertão nordestino fosse influenciado por importantes nomes políticos, ofertando ao povo carente um espetáculo paliativo e, ao mesmo tempo fornecesse aos americanos, aquilo que eles mais desejavam no momento, um apoio, ainda que indireto contraos ideais comunistas, que tendiam se espalhar pela América Latina.

Em seguida analisamos como o Programa “Frentes de Trabalho com Alimentos para a Paz” se estabeleceu no Sertão nordestino modificando a realidade vivida por uma massa de pessoas ditas “flageladas”. Uma massa sedenta por melhores condições de vida que, durante o início da formação das concentrações em prol das obras, era constantemente mostrada pela imprensa da época como personagens responsáveis pela grande modificação espacial a ser tida como progresso.

Constantemente no Diário de Natal, O Poti e RN Econômico, fazem um paradoxo ao, mostrar em momentos oportunos, avanço na administração pública, caracterizado na construção de estradas, barragens, açudes, escolas públicas, casas populares, etc. E a forma como essas mudanças eram anunciadas por estes jornais, nos fazem perceber que, a estabilização do Programa Frentes de Trabalho com Alimentos para a Paz foi oportuna por parte dos governos americano e local, pois a partir de uma política assistencial de baixo custo, seus ideais particulares foram erguidos, ao mesmo tempo em que, tornou-se uma estratégia cômoda, pois o povo via nas atitudes paliativas uma forma de também se beneficiar com algo que antes lhes faltava “comida e trabalho”.

Ao analisar dados que sugerem que o Programa Alimentos para a Paz contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do Sertão, ainda que de forma esporádica, parece que pela maior parte do que foi escrito sobre o assunto até hoje, a resposta é positiva.

A SUDENE e USAID como instituições que atuaram sob o caráter de cooperação para o desenvolvimento, foram decisivas durante o processo de administração dos programas implementados no período em questão, não se pode descartar o fato de que nem sempre, as ações propostas funcionaram como esperado. O que acabou por causar divergências e conflitos, tanto administrativos, como populares.

Podemos afirmar que a região sertaneja, através da junção dos efeitos ocasionados por causas naturais, uma propaganda negativa apresentada pela imprensa da época, ocasionando uma maior aquisição de fundos a serem empregados nas obras emergenciais que terminaram por ser desviados, e o surgimento da insatisfação dos trabalhadores, refletida na grande onda de saques e invasões, viriam a ser responsáveis pelo fim não só do Programa Alimentos para a Paz, mas também de outros que, possuindo a mesma didática assistencial, não resistiram ao descaso e, muitas vezes à fome e morte geradas pelas consequências de ações injustas e desnecessárias.

Tendo em vista a concepção de Programa, é necessário destacar a pobreza do povo sertanejo como questão social a ser combatida pela classe política, a fim de que se faça existir uma perspectiva de vida mais promissora e que, venha a se adequar ao que nos é apresentado como direitos sociais. Percebemos a grandeza de dificuldades em relação a isso, tendo em vista a complexidade histórica e social atribuída ao Sertão.

FONTES

Esmola para o enterro. Diário de Natal, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08.

Fome, sede e sarampo. Diário de Natal, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08.

SUDENE confia. Iniciada a desmobilização das frentes. Diário de Natal, Natal, 26 de março de 1971, p. 01.

Sem anormalidades, frentes de trabalho foram extintas. Diário de Natal, Natal, 16 de abril de 1971, p. 01.

Diretor preocupado. Diário de Natal, Natal, 11 de julho de 1970, p. 03.

Assistência médica, água e falta de ferramentas: problemas nas “frentes”. Diário de Natal, Natal, 23 de julho de 1970, p. 08.

SUDENE começou dispensas nas “frentes de trabalho”. Diário de Natal, Natal, 19 de novembro de 1970, p. 04.

Frentes de Trabalho entregues às prefeituras. Diário de Natal, Natal, 05 de maio de 1970, p. 08.

Jair vai ver de perto o trabalho da SS nas frentes. Diário de Natal, Natal, 09 de julho de 1970, p. 03.

300 homens famintos invadiram São Vicente. Diário de Natal, Natal, 23 de abril de 1970, p. 08.

Operação saque. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10.

SUDENE diz que não acabou com as Frentes de Trabalho. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10.

Dramática a situação dos operários nas “Frentes de Trabalho”. Diário de Natal, Natal, 16 de fevereiro de 1967, p. 10.

Houve sensível melhora na situação de inverno. Diário de Natal, Natal, 28 de abril de 1970, p. 07.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço.** Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAVALCANTE, C. V.; PESSOA, D. M. **A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco**. Fortaleza, Banco do Nordeste; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as secas no Nordeste, v.3).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 179-180. Fragmento.

DUARTE, R. S. (Org.). **A seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002a. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.1).

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « **O Sertão** », Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/341> . Acesso em: 29. Jun. 2016.

PESSOA, D. M.; CAVALCANTI, C. V. **Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970**. Fortaleza, Banco do Nordeste; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002 (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.2).

REMÓND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos: história da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

ENSINO DE HISTÓRIA E COMBATE AO RACISMO NA SALA DE AULA: HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO

José Luiz Xavier Filho⁶⁰

Introdução

Os currículos escolares, tem ainda insistido trabalhar a História tradicional do Ocidente, limitados por uma visão eurocentrista, e quase sempre trata como não relevante a história de outras regiões do mundo a exemplo da África. Esse olhar, que tem subordinado e diminuído a importância de outros povos apresenta a Europa como eixo do movimento evolutivo, impulsionado desde a Antiguidade, época em que a região mediterrânea era definida como o centro do mundo.

A África desde então, passou a ser vista como distante, como a região dos “homens de faces queimadas” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2004, p. 56). Daquele período até o final da Idade Média, especialmente com a religiosidade cristã medieval, ganhou impulso a associação da cor negra ao pecado e ao demônio, firmando a visão preconceituosa em relação aos povos africanos. Para confirmar essa “inferiorização” da África, apontada como a região do mal, havia ainda uma passagem bíblica do Gênesis, a qual os referidos autores fazem menção:

Cã, segundo filho de Noé, exibiu-se diante de seus irmãos, gabando-se de ter visto o sexo de seu pai, quando esse se encontrava bêbado. Para castigá-lo, o patriarca amaldiçoou Canaã, filho de Cã; ele e sua descendência se tornariam servidores de seus irmãos e sua descendência. Eles migraram para o sul e para a cidade das sexualidades malditas: Sodoma. Depois atingiram Gomorra. Lendas contam que os filhos dos filhos dos amaldiçoados foram viver em terras iluminadas por um sol que os queimava, tornando-os negros. (DEL PRIORE & VENANCIO, 2004, p. 59).

A ideia de supremacia europeia trouxe ideologicamente a inferioridade de outras culturas, especialmente as africanas, consolidou-se durante a Idade Moderna, quando a Europa passou a centralizar o poder econômico, político e militar mundial. Por séculos prevaleceu a mentalidade de enquadrar os africanos num grau inferior da escala evolutiva, a mesma que classificava os vários povos em avançados e atrasados ou civilizados e primitivos, a exemplo do que foi disseminado sobre os africanos no imaginário de muitos brasileiros.

Comerciantes, conquistadores e teóricos ressaltavam uma suposta selvageria dos povos da África, característica quase sempre relacionada à natureza do continente, fundamentando assim

⁶⁰ Prefeitura Municipal da Lagoa dos Gatos – PE. Endereço de e-mail: jlxfilho@hotmail.com.

a crença de que a identidade daqueles seria determinada meramente por traços físicos e biológicos, e não por sua história. Impunham essa versão forçada de que o homem africano era incapaz de produzir cultura e história, quadro que serviu aos escravagistas e também aos imperialistas do século XIX, os mesmos que utilizaram o discurso justificador de “civilizar” a África como afirmou Marc Ferro acerca do que era pensado pelos ingleses que somente haveria civilização pelos europeus. (FERRO, 2004).

Além dos indisfarçáveis interesses de conquista, exploração e dominação, esse discurso tradicional encobria as diversidades e características próprias dos povos africanos, decorrentes de milênios de sua história. Ao contrário do que prega essa versão estereotipada das populações e da cultura africana, o continente foi palco de uma ampla e complexa diversidade histórica, cultural e religiosa, que começa com os primórdios da humanidade.

Os africanos que vieram para as Américas, em condição de escravizados, embora no mesmo período colonial tenha havido uma pequena imigração de africanos livres, provinham de diferentes povos que pertenciam a variadas culturas. As suas práticas religiosas eram, em alguns casos, assemelhadas e, em outros, bastante diferenciadas.

Um grande número de africanos e seus descendentes, porém, buscaram recriar as suas religiões de origem, formando grupos para a prática religiosa dos rituais e para a transmissão das tradições. Estes grupos se autodenominaram nações e os nomes adotados se referem às etnias, cujas culturas são predominantes entre eles.

O afro-brasileiro já nasce na perspectiva do colonizador, na medida em que suas relações sociais e culturais são modificadas historicamente pelos brancos, a segregação é real, acontece pelo racismo que faz parte do nosso cotidiano e se manifesta de todas as formas, é o racismo que molda os negros ao lugar de inferiorização e animalidade, às vezes ele é tão velado que fica imperceptível para alguns. O vestir, o andar, o falar e o existir do negro são caracterizados pelos seus fenótipos, estruturalmente os brancos já emitem opiniões sobre os negros e os condicionam a um lugar de inferioridade (ARAÚJO; SOARES, 2019, p. 5).

Tais recriações foram crescentes nos locais de maior concentração de escravizados e seus descendentes, especialmente nas cidades portuárias que mantiveram atividades comerciais com os países da África até as primeiras décadas do século XX. Tendo em vista esse breve histórico da gênese da história, cultura afro-brasileira e o preconceito em torno dessas temáticas, trabalhar e abordar esses conteúdos dentro da sala de aula do Ensino Fundamental do Anos Finais, que é o campo dessa pesquisa, é de profunda importância, pois tende a apreciar os seus valores de vida e do desconhecimento sobre o assunto, combatendo, assim, o aumento da discriminação racial na escola.

A presente pesquisa é documental (fontes primárias - documentos, escritos ou não - ou secundárias – bibliográficas) e descritiva, recorrendo ao método observacional e do tipo

exploratória, pois foi sujeita a entrevistas junto aos alunos e professores, adeptos, ou não, do Candomblé. Para a elaboração desse trabalho foi aplicado questionários com professores, gestores, e alunos da Escola Municipal Cordeiro Filho, da cidade da Lagoa dos Gatos, município de Pernambuco. Também foi significativo a visita em terreiros de Candomblé para perceber o envolvimento de crianças e adolescentes na religião e que estejam cursando o Ensino Fundamental do Anos Finais, tendo em vista que alguns alunos são praticantes dessa religião.

Distribuídos os questionários e realizadas as entrevistas, a intenção foi chegar o mais próximo da realidade e fazer com que o estudo seja útil aos docentes e ao meio acadêmico de uma maneira geral e alinhar junto ao que é proposto pelo livro didático. Destacamos que a identificação das pessoas foi mantida em sigilo, que, nesse caso, foi assinado um acordo entre as partes.

Neste artigo, objetivou-se analisar a partir da visão do conteúdo programático do livro didático, as possibilidades do professor trabalhar a cultura africana e afro-brasileira na sala de aula do Ensino Fundamental dos Anos Finais, reforçando assim a importância da laicidade como instrumento necessário para defender os espaços públicos da intolerância religiosa e analisar a Lei n. 10.639/2003, que versa sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, enquanto efetivação em sala de aula.

Esperamos que os dados e informações obtidos nesta pesquisa, sejam de grande valia e utilidade para uma profunda reflexão e tomada de atitude, não só pela comunidade escolar, mas também por parte da sociedade com esta temática.

A construção do conhecimento histórico em sala de aula

O ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental não se limita a uma mera submissão ao conhecimento produzido pelos historiadores. Nas escolas, alunos e professores geralmente dialogam com os conhecimentos eruditos da História, produzem e (re)produzem conhecimentos históricos. Os professores, então, não são meros reprodutores de conhecimentos produzidos por pensadores que se encontram fora do ambiente escolar. A velha noção de divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam o pensado não se enquadra nesse caso.

Os professores, então, cumprem um significativo papel de (re)produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, ainda tem sido recorrente a valorização de uma qualificada formação e uma vez bem formados serão para desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são atribuídas. Contudo, o ambiente escolar apresenta-se desafiador ao professor para a abrangência de novos conhecimentos face ao que se demanda da própria sociedade representada pelos alunos para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens.

Nessa base do contexto vivenciado pelos estudantes, o professor desafia, e pode se propor

com novas possibilidades para que se redirecionem, ampliem-se ou desenvolvam novos enfoques sobre o conhecimento., como o que se constitui o foco desse trabalho. De forma dialógica, o professor pode se proporem a novas aprendizagens dos alunos que exigem formação com orientações especiais para atuações individuais e coletivas. Nesse processo, os alunos são envolvidos a buscar, a selecionar informações, a construir hipóteses e a tomar decisões reorganizando e dando sentido e significado ao conhecimento. É importante que sejam incentivados e orientados a refletir criticamente sobre o que lhes é apresentado e a transcender, isto é, ir além das informações obtidas, distinguindo os dados mais importantes dos secundários, buscando relacionar o aprendido com outras informações e situações.

Rüssen (2006) afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos. Para além dessa perspectiva, o conhecimento histórico deve atuar como regra nos arranjos mentais tornando-se, de forma dinâmica, parte integrante da vida do sujeito. Em outras palavras, o conhecimento histórico não significa simplesmente o acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado.

Na perspectiva da consciência histórica, o conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado. Desse modo, aqueles que desenvolveram a consciência histórica não conheceriam apenas o passado, mas utilizariam esse conhecimento como meio para auxiliar a compreensão do presente e/ou “antecipar”, no plano mental, o futuro em forma de previsão pertinente (MEDEIROS, 2006; BARCA, 2006).

Não obstante as dificuldades do dia a dia nas escolas as narrativas históricas estão presentes por toda a parte e o sujeito historicamente letrado não se limita apenas a somar um novo conhecimento à quantidade de outros tantos que já possui. O letramento em História possibilita ao sujeito estabelecer uma interação mental durante as leituras das narrativas históricas com o conhecimento histórico já acumulado, estabelecendo, assim, uma orientação temporal e permitindo a construção de novos significados. É importante ressaltar que o indivíduo pode utilizar-se de seus conhecimentos históricos para melhor compreender o mundo em que vive e não apenas nas situações em que as narrativas históricas são evidentes.

É sob essa perspectiva, que nos debruçamos sobre a relevância da abordagem do nosso objeto de estudo. Tendo a consciência de que as religiões afro-brasileiras podem ser construídas em sala de aula, através e inclusive, a partir das narrativas de alunos e professores, não se atendo apenas ao livro didático. E neste sentido, diagnosticaremos as discriminações históricas a respeito.

Por outro lado, as mudanças exigem novas possibilidades que se tornam inseridas no

cotidiano dos estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais. Neste sentido busca-se na escola o conhecimento sobre as religiões de origem africana por serem questionadas até por professores ao desconhecerem o conhecimento, não somente como responsáveis, por falta mesmo de Formação atualizada. É o que se espera no cotidiano escolar.

Metodologia

Neste trabalho os livros didáticos escolhidos fazem parte de uma série publicada pela editora FTD e foi adotado numa escola da rede pública. A diversidade cultural pontuada nos livros pode ser percebida a partir de suas capas. Vejamos:

Figura 01: Sequência de imagens de livros didáticos



Fonte: Editora Saraiva. (Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/historia-sociedade-cidadania.html>>). Acesso em junho de 2020.

Nas observações da professora que trabalha em escola pública no município da Lagoa dos Gatos, alunos do 6º ao 9º ano, as capas dos livros causaram grande impacto às crianças, principalmente do livro do 7º ano que traz a imagem de uma criança africana. Foi necessário abordar em sala de aula a cultura diferente de alguns países e a forma como as pessoas se vestem, se cuidam e se embelezam. Dentre as capas, a mais criticada e observada pelos alunos foi esta. Frases como: “Que criança feia” ou “Parece que passou cocô no cabelo” foram ditas. Ao longo do ano, a professora aproveitou alguns momentos para elogiar, “despretensiosamente”, a criança da capa, na tentativa da mudança de olhar diferente o belo. Sobre essa questão do belo, também foi trabalhado em outra disciplina, a de Língua Portuguesa, para desmitificar o padrão de beleza que as crianças acreditam que exista. A imagem da capa do 9º ano, última série do Fundamental Anos Finais, já leva aos alunos a perceberem a união entre nossas diferenças, exemplificando a necessidade da paz entre nós, com a simbologia de uma pomba branca. Passemos ao conteúdo das obras: no livro do 6º ano são abordados os seguintes temas sobre África e cultura afro-brasileira:

- A valorização das matrizes africana e indígena (uma página com imagens citando o Tambor de Crioula do Maranhão);

- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre a capoeira);
- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre o frevo, enfatizando a origem da dança na capoeira);
- Os primeiros hominídeos (uma página a qual faz referência à origem da humanidade no continente africano);
- Da África para outros continentes (quatro páginas que abordam a origem do homem e como ocorreu a povoação dos continentes com suas hipóteses de rota a partir da África);
- O Egito Antigo e o Reino de Kush (um capítulo abordando esses dois impérios, contendo duas páginas e meia falando sobre a religiosidade egípcia);

Percebe-se, portanto, que o livro do 6º ano aborda muito superficialmente sobre a influência da cultura afro-brasileira, apenas quando se trata de patrimônio cultural, mas em nenhum momento fala-se sobre religiosidade afro-brasileira. Apesar de abordar a mitologia egípcia, essa não faz parte de nossas influências. Aqui, neste espaço, cabe ao professor ou professora, abrir espaço para o debate sobre a mitologia dos orixás, para que os estudantes entendam que existem várias mitologias, a exemplo da egípcia, grega, germana e iorubá.

No livro do 7º ano analisado, temos:

- A unidade 1 inicia com o tema diversidade e discriminação religiosa, no entanto, dá ênfase à tríade islamismo-judaísmo-cristianismo. A ideia é introduzir o conteúdo da Europa Medieval a partir do entendimento da intolerância religiosa, visto que o capítulo se encerra com o tema das cruzadas, guerra religiosa a qual envolvia essas três religiões.

No entanto, nesse início de unidade, a professora pode discutir sobre o atual contexto que vivemos no Brasil, onde as religiões de matriz africana são duramente perseguidas por religiões cristãs.

- Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubas (um capítulo que aborda esses reinos africanos e as influências culturais que eles trouxeram para o Brasil).

Apesar de toda a influência religiosa que esses povos nos trouxeram, o livro perde até novo programa a oportunidade de aprofundar o assunto e não fala em Candomblé, por exemplo. Porém, o debate pode ser sugerido em sala para que possam ser abordados o Candomblé e Umbanda, Jurema, por exemplo. Na ocasião pode ser feita uma investigação para descobrir se existem adeptos dessas religiões em sala de aula.

- A economia açucareira (seis páginas abordando sobre a mão de obra escrava no Brasil colonial);

Esse tema já é muito usual nos livros didáticos de uma maneira geral. A novidade seria aprofundar o conteúdo fazendo uma relação da mão de obra nos tempos do Brasil Colonial com os dias atuais. Pode-se trabalhar, neste caso, o mercado de trabalho para negros e negras do Brasil, o índice de escolaridade, de presidiários e a situação atual do negro no Brasil. Neste capítulo não há nenhuma menção sobre a dimensão religiosa afro-brasileiras e suas dificuldades ao serem trabalhadas nas escolas. Há um silêncio nesse aspecto. Também seria uma oportunidade de estudar sobre este tema.

O livro do 8º ano aborda as seguintes questões relacionadas aos negros e à África:

- Africanos no Brasil: dominação e resistência (um capítulo que trata da escravidão, do tráfico de escravizados, do trabalho, da violência, da resistência e dos quilombos).

O momento em que se fala em resistência poderia ser abordado sobre a resistência religiosa, que apesar de proibições e perseguições, as religiões de matriz africana resistem até os dias atuais. Como o livro deixa a desejar neste sentido, a professora pode levantar o debate em sala de aula.

- A sociedade mineradora (uma página que aborda os escravizados da região das minas).

Nesse trecho de capítulo, pouco se fala sobre a religião, as festas e a resistência. Apenas uma breve menção sobre a congada.

- Conjuração Baiana (duas páginas que abordam brevemente sobre a presença da população afrodescendente em Salvador).
- Revolta dos Malês (duas páginas que tratam da revolta escrava considerada a mais importante do Brasil). A seção esclarece o motivo pelo qual a revolta fica conhecida como Revolta dos Malês e traz algumas imagens de africanos e afro-brasileiros.
- A pressão inglesa e o fim do tráfico (três páginas abordando o tráfico de escravizados e a pressão que os ingleses passam a fazer à coroa portuguesa para que o mesmo fosse extinto).
- A abolição (oito páginas que fazem um percurso histórico sobre o movimento abolicionista, as leis que foram instituídas e a realidade que acontecia à época).

Por fim, no livro do 9º ano, os conteúdos abordados sobre nosso objeto de estudo são:

- Teorias racistas do século XX (uma página com atividade de interpretação de texto).
- O imperialismo na África (três páginas que tratam da exploração sofrida em regiões do continente africano. Esse trecho também aborda brevemente a resistência dos africanos através de rebeliões. As questões trabalhadas são mais políticas).

- A Revolta da Chibata (uma página e meia que trata desse episódio de resistência, face à permanência de condutas escravagistas. Aqui não há espaço para falar-se em questões religiosas).
- O nazismo na Alemanha (seis páginas que abordam esse momento histórico. Inserido nesse contexto, brevemente a seção trata da superioridade da raça ariana).
- Independências: África e Ásia (um capítulo sobre o tema, sendo que sobre África são seis páginas com atividades). Nesta seção, os aspectos trabalhados são o econômico e político, sem espaço para as questões religiosas.

Observamos que em todos os livros da série, os aspectos religiosos são deixados de lado. Quando abordados, são abordados muito superficialmente. Das possíveis oportunidades, dentro do conteúdo, o professor ou a professora deve levantar debates, fazer pesquisas, expor o tema, independentemente do livro.

Resultados e Discussão

Por seu lado o estudo das religiões afro-brasileiras há muito se rejeitava de modo que se expandiram nos processos de discriminação e associação a uma cultura inferior, quando não ao próprio mal, ao demônio, de modo que não conhece sobre tais religiões que em sua matriz africana não se identifica essa representação.

Já nas primeiras pesquisas sobre a cultura afro-brasileira, ou sobre o negro no Brasil, realizadas por Nina Rodrigues (2010) e Arthur Ramos (2001), ambos médicos, mas que se empenharam em investigar as raízes do povo negro no Brasil, percebe-se o tom pejorativo ou negativo dado à cultura dos africanos. Exemplo disso é quando Nina Rodrigues (2010, p. 242) refere-se a Olorum, criador do mundo, conforme a mitologia dos Orixás, como uma “concepção da minoria inteligente”. Ao mesmo tempo em que os autores referem-se a fé africana como fetichismo. Em nota, Lima (2016, p. 80) atribui que:

O termo é utilizado tanto na obra de Arthur Ramos quanto na de Nina Rodrigues. Origina da palavra feitiço, o que nos remete a utilização do termo na Idade Média, que estava ligada à bruxaria, que se relaciona mais com o demônio que com a fé, dando a entender que as tradições religiosas de origem africana estão relacionadas ao mal. Na África, a conotação da palavra está relacionada aos deuses particulares.

Neste sentido Nina Rodrigues e Arthur Ramos, irão embasar com as suas ideias um discurso preconceituoso e discriminatório, que reflete a sociedade do final do século XIX e início do século XX, mas que perpassam até nossos dias.

Mesmo com uma mudança no contexto referencial histórico de autores mais contemporâneos que tratam sobre as raízes africanas nos brasileiros a exemplo de Roger Bastide

(1971; 2001), José Beniste (2014) e Reginaldo Prandi (2001), os quais dão ênfase à mitologia dos orixás, a explicarem sobre este panteão, e outros tantos que debatem sobre racismo, como o clássico Oracy Nogueira (1954-1985), vivenciamos em pequenos ou grandes espaços, as práticas de intolerância religiosa e os discursos de ódio das mais diferentes maneiras. Assim busca-se que o livro didático venha contribuir com a formação dos estudantes, mediados pelo professor ou professora.

Assim visto nas pesquisas há algumas décadas o livro didático não é um instrumento moderno, estudos comprovam que, na metade do século XVI, já existia uma preocupação em adotar livros adequados para a prática de transmissão de conhecimentos. No Brasil, o livro didático é controlado pelo Estado através da legislação desde 1938, pelo Decreto n. 8.469.

Não obstante os livros tem mudado no século atual, assim estes instrumentos didáticos só podem ser adotados com a autorização do Ministério da Educação. Ou seja, o livro deve cumprir o papel de estimulador da cidadania, produzindo efeito contrário a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação dentro ou fora da escola com se tem registro de imagens de livros didáticos dos anos 1940 (BITTENCOURT, 1993) onde o índio era visto como passivo, inferior, Por sua vez os negros eram apresentados sempre em trabalhos “pesados” no campo, disseminados a indicar dificuldades na aprendizagem quando as pesquisas dos anos 1940 e 1950 já mostravam visões, se bem que isoladas ideologicamente, de grandes destaques na sociedade brasileira quer seja na arte, no teatro, nas grandes obras, na literatura, e outros campos. (NASCIMENTO, 2017)

Isto quer dizer que, está presente na maioria dos livros didáticos, formas de discriminação ao negro, além da presença de estereótipos, que equivalem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnicos, raciais ou, até mesmo, sexos diferentes, estimulando preconceitos, produzindo assim influências negativas, baixa autoestima às pessoas pertencentes ao grupo do qual foram associadas tais "características distorcidas". Por ser o principal portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas que compõem o currículo dentro das escolas, o livro didático torna-se um dos recursos mais usados em sala de aula, e um instrumento pedagógico bastante difundido, por isso facilita à ação da classe dominante de registrar como quer e como lhe convém a imagem do negro na sociedade brasileira.

Caberá ao professor ter a preocupação com a forma pela qual o conteúdo histórico é exposto nos livros didáticos, na medida em que possam contribuir para combater as abordagens incompletas e estereotipadas das imagens dos afrodescendentes. A Lei n. 10.639/2003 versa sobre a inserção do estudo da História da África e cultura afro-brasileira e as resistências que percebemos em nossa prática, na abordagem sobre o que se refere ao continente. Ora por estranheza, desconhecimento e discriminação, em sala de aula observa-se uma recusa constante, uma negação por este conteúdo e esse diagnóstico é visível, vindo de professores ou estudantes. Dispõe a lei

10.639/2003 em seu artigo 3º:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (DCN, 2004, p. 32).

O conteúdo exige que o professor tenha conhecimento e formação específica, o que ainda não observamos na prática essa realidade. Na prática, a discriminação racial é retratada nos conteúdos que são abordados nos livros didáticos, a exemplo do que apresentamos com a série *História: sociedade & cidadania*. A série se atém ao passado escravocrata e apenas aborda muito brevemente alguns aspectos e heranças da cultura afro-brasileira. Neste contexto, questões religiosas são deixadas de lado e o candomblé, sequer é mencionado nos livros.

Em geral, em nossas escolas os conteúdos de história brasileira contam apenas uma versão dos fatos históricos, pautada numa visão eurocentrista da descoberta de nosso país e do desenrolar da economia daquela época, apresentando a história do negro apenas por meio do negro escravo, do tráfico negreiro, um pouco das senzalas e muito pouco ou quase nada do modo de vida e da ascendência africana (COUTINHO et al, 2008, p. 76).

É preciso entender que a história dos afrodescendentes vai além de um passado escravocrata. É preciso que se apresente em temas e textos, o protagonismo, valorizando aspectos históricos, culturais, religiosos, econômicos, sociais, intelectuais. E isso ainda está muito aquém do ideal.

Primeiramente, é necessário que os profissionais da educação superem o racismo e o preconceito para abordarem o tema da religiosidade afro-brasileira, visto que ainda se percebe no dia a dia a permanência de discursos discriminatórios que foram perpassados ao longo de nossa história cristã. Essa característica faz com que muitos da área da educação ainda considerem a religião africana uma prática demoníaca e profana, desconsiderando o seu verdadeiro valor de relações de permanências, resistências, mudanças, históricas. A implementação da lei teve seu fator positivo, pois despertou em nós a importância de se levar para sala de aula conteúdos não abordados. Também detectou a dificuldade dos professores para abordar o tema e a necessidade de investimentos na formação desses profissionais.

Considerações finais

As religiões de matriz africana foram incorporadas a cultura brasileira desde há muito, quando os primeiros escravizados desembarcaram no país e encontraram em sua religiosidade uma forma de preservar suas tradições, idiomas, conhecimentos e valores trazidos da África. E assim como tudo que fazia parte deste universo, tais religiões, apesar de sua influência e importância na

construção da cultura nacional, também foram perseguidas e, em determinados momentos históricos, até proibidas. Atualmente, os ataques mais expressivos às religiões de matriz africana vêm das chamadas religiões “neopentecostais”, que comumente as rotulam de “culto aos demônios”, “crendices” e “feitiçarias”.

Paralelo a esse debate, também analisamos a lei n. 10.639/2003, que versa sobre a inserção do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira e as resistências que foram percebidas em nossa prática, na abordagem sobre o que se refere ao continente. Ora por estranheza, desconhecimento e discriminação, em sala de aula observou-se uma recusa constante, uma negação por esse conteúdo e esse diagnóstico foi visível, vindo muito mais dos professores do que os estudantes.

Toda essa ignorância com relação a essas culturas gera um ambiente propício para intolerância, proporcionando sofrimento aos praticantes e a todos aqueles/as que fazem parte da população negra, que tem o seu direito de pertença e identidade racial muitas vezes negado em função do racismo.

As representações construídas sobre o negro e sua cultura, no interior do ambiente escolar, tanto pode valorizar identidades, diferenças e o respeito à diversidade racial, quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. A construção de uma identidade negra positiva representa um desafio, principalmente, convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha e trata os negros e sua cultura de maneira desigual e institucionalizada, pelo menos até antes da Lei Nº 10.639/03, e mesmo diante dos avanços que decorrem de tal legislação, as dificuldades ainda se demonstram no cotidiano escolar (COELHO; BERNARDO DIAS, 2020, p. 55).

Espera-se que a leitura deste artigo seja útil e ajudado os leitores a perceber a mistura de etnias existente no Brasil e que a maioria das crenças são frutos dessa mistura. Que possam reconhecer e valorizar a diversidade humana, partindo de um processo de conhecimento e respeito de nossas identidades culturais, com o intuito de resgatar e fomentar atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.

Referências

- ARAÚJO, Aldevane de Almeida; SOARES, Emanuel Luis Roque. Identidade e relações étnico-raciais na formação escolar. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3628>. Acesso em: 15 de set. de 2020.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Especial, p. 93-112. Editora UFPR. Curitiba, 2006.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971. (Biblioteca Pioneira de Ciências

Sociais).

_____. **O candomblé da Bahia**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENISTE, José. **Òrun Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a Terra**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

CARDOSO, Odimar. Para uma definição de didática da história. **Revista Brasileira de História**. v. 28, nº 55, p. 153-170. São Paulo, 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BERNARDO DIAS, Sinara. RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA: ENTRE LEGISLAÇÕES E COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 32, p. 46-67, maio 2020. Disponível em: Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/883>>. Acesso em: 18 out. 2020.

COUTINHO, Ana Cecília Porto Cunha et al. Raça, etnia e a escola: possibilidades de Implementação da Lei 10.639/03. **Cadernos de Pedagogia**, ano 2, v. 2, n. 4, ago.-dez./2008, p. 74-85.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DUARTE, Newton. A escola de Vigotsky e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. **Revista de Psicologia**. v.7, n. 12, p. 17-50. USP: São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006a.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2006b.

LIMA, Adriana Luzia. **Filhos-de-santo, história e candomblé**: narrativa e experiência do Xangô em Alagoas. Dissertação (mestrado em História). Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2016.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. **EducAR**, Especial, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo, T.A. Queiroz, 1954-1985.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das letras, 2001a. 590p.

RÜSSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. v. 1, n. 2, p. 7-16, Ponta Grossa, PR. jul.-dez. 2006.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v.30. n.60. dez. 2010.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EDUCAÇÃO DE BASE: A AÇÃO EDUCATIVA DO MEB E DA RÁDIO RURAL DE CAICÓ NO SERIDÓ POTIGUAR (1970-1980)

Autora: Juciene Raquel de Lima Siqueira¹

Orientadora: Juciene Batista Félix Andrade²

INTRODUÇÃO

O Movimento de Educação de Base é, juntamente com outros movimentos de alfabetização de levante popular, um programa idealizado a partir de experiências com o Serviço de Assistência Rural (SAR) ainda na década de 1950, embora tenha sido estruturado já nos anos 1960. O projeto do MEB efetuado em 1961, é criado a partir da aliança entre a Igreja Católica, através da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, e o Governo Federal durante a gestão de Jânio Quadros. O objetivo principal do Movimento foi alfabetizar parte da população face à precária situação educacional do país. Para isso, instalaram-se escolas radiofônicas nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e áreas mais carentes do país onde havia alto índice de analfabetismo com o direcionamento especialmente nas zonas rurais em que a educação presencial era de difícil acesso. Além de alfabetizar, o programa contou com a ideia de promover uma educação que trouxesse consciência social e sanitária para os jovens e adultos recém-alfabetizados. O educador potiguar Moacyr de Góes, nos anos oitenta, enfatizou bem essa noção de tomada de consciência dos movimentos de alfabetização surgidos na década de 1960, sobretudo no Nordeste;

(...) a educação ‘deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo’. Esta transformação, no Brasil, era necessária e urgente, e, por isso mesmo, a educação deveria ser também um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas. (DE GÓES, 1980, p. 43)

A Rádio Rural de Caicó acompanhando a trajetória do campo educativo do Movimento, nasce e ascende, em 1º de maio de 1963, como uma emissora educativa para o povo³. Cinco meses depois, em outubro, as primeiras aulas foram ao ar por meio do sistema

¹ Instituição: UFRN/CERES – Campus de Caicó. Endereço de e-mail: jucieneraquel@hotmail.com

² UFRN/CERES – Campus Caicó. Endereço de e-mail: jucieneandrade@yahoo.com.br

³ Os programas educativos da Emissora Rural, por meio da educação de base, promoveram possibilidades de novas comunicações, de ações de intervenção e o acesso à educação escolar que antes era tão distante na vida dos sertanejos seridoenses, sobretudo do homem e da mulher rural. Ver em: MEDEIROS, Mário Lourenço de.

MEB de Caicó. A instalação das Escolas Radiofônicas pelo Movimento, que a partir da década de setenta foram chamadas de Cursos Radiofônicos, foi iniciada na própria sede (Caicó) e nos municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e São João do Sabugi, todas localizadas no Seridó potiguar. Através das aulas programadas ao longo das décadas de 1970 e 1980, o trabalho educativo já havia se estendido para várias comunidades localizadas nos municípios vizinhos.

Conjeturando, ainda, a dimensão da emissora Rádio Rural na educação para o povo, ao mesmo tempo em que é associada à Diocese de Caicó, numa espécie de socialização e evangelização, buscou fomentar a cidadania e a educação a partir do programa de alfabetização. É importante destacar que o rádio historicamente, enquanto veículo comunicador, surgiu na década de 1920 e mostrou-se ser o meio de comunicação em massa que mais adentrou no cotidiano popular no século XX, mais até que a TV quando durante seu surgimento, pois o rádio conseguia alcançar acontecimentos e informações rapidamente. Considera-se também a maior acessibilidade ao rádio, principalmente na zona rural. Neste sentido, vê-se a oportunidade de difundir a educação à distância para aqueles que não tinham acesso às condições básicas de educação.

A educação a distância foi minimamente estruturada para atender às necessidades dos ouvintes de acordo com suas condições de vida, atendendo num primeiro momento, a alfabetização dessas pessoas a partir da consulta aos livros didáticos. Assim, a radiodifusão educativa, segundo Prado Pimentel, foi utilizada da seguinte forma:

Cursos de extensão rural, que levam para as populações camponesas novas técnicas agrícolas, informações sobre a criação de animais e outros assuntos de interesse direto para as pessoas atingidas. A educação popular, voltada principalmente para as populações de áreas mais pobres, com o objetivo de levar um mínimo de conhecimento às pessoas, podendo ser utilizada para transmitir ensinamentos sobre saúde, política, organização dos grupos e até mesmo capacitação profissional; Cursos de extensão escolar sobre cultura geral ou temas de interesse dos alunos, como música, até plásticas e literatura. (PIMENTEL, 1999, p. 19).

Ao longo dessa trajetória da política de educação no Brasil, as práticas educativas foram sendo moldadas, sobretudo por uma dinâmica de constituição de um trabalho de coletividade envolvendo a Igreja, o Estado e as comunidades rurais. Além disso, essas práticas circularam em diversos espaços e atingiram a cotidianidade das populações rurais,

atestando o valor dos espaços sociais onde “em cada região brasileira se criou um sertão e sua respectiva sertanidade com diferentes formações étnico-culturais e configurações ambientais” (NEVES, 2012, p. 39). A programação da Rádio Rural naquele momento possibilitou uma compreensão de que o projeto de construção de uma consciência passava, sobretudo pela programação diária/cotidiana da Emissora, a exemplo do “Aprenda em sua casa” e o curso de Higiene e Saúde elaborados pelo Setor de Escolarização.

Ao longo do diálogo com a documentação, percebeu-se que as programações da Rádio foram articuladas em mostrar a esta determinada localidade (Caicó) os fatores sociais a que estas pessoas estavam imersas, como as estruturas, desigualdade causada pela existência de classes sociais, as doenças que atingem determinados grupos como agricultores com o uso de agrotóxicos; o porquê – que transcende um breve ensinamento sobre coletividade e sociedade de classes – e as possibilidades de transgredir essa desigualdade que as atingia/ a sociedade. Nas programações que seguiam o período de atuação do MEB em que a base do projeto é a construção de uma consciência sanitária, nota-se a difusão da tentativa de despertar a consciência social através desse veículo comunicativo. Apontava constantemente, com os temas *realidade nutricional brasileira* (22/07/87); *as raízes da doença* (15/07/87); *discussão sobre causadores de fome no Brasil* (29/07/87), dentre outros que estavam inseridos no programa sobre saúde popular, que a maioria das doenças, nos programas sobre que ameaçavam a saúde eram resultado do modelo de sociedade em que se vivia, de desigualdades entre ricos e pobres, em que uns possuíam o poder econômico e político e outros produziam a riqueza com seu trabalho, mas não tinham direito de usufruir das riquezas produzidas e isso se refletia nos modos de vida dessa sociedade. Dessa forma, no trecho do programa abaixo:

A maioria das doenças que ameaçam a nossa saúde nos dias de hoje, é resultado do modelo de sociedade em que vivemos. Isto porque a sociedade atual é uma sociedade capitalista, uma sociedade dividida entre ricos e pobres; em poderosos e fracos. Nesta sociedade se pensa somente em lucrar; em tirar proveito, em concorrer e ter mais (...). E assim, nessa sociedade capitalista em que vivemos, os trabalhadores passam a vida produzindo enormes riquezas, e recebendo baixos salários. Se falta terra para o trabalhador plantar e dela tirar o seu alimento e de sua família. E se falta também um salário justo, vai faltar alimentação vêm os aperreios da vida e a FOME. E da fome nascem as doenças.

Este, portanto, seria o primeiro ponto para os telespectadores do programa entenderem as desigualdades na sociedade, a programação aponta uma oposição entre ricos e pobres, e que o viés capitalista é de exploração do trabalhador que produz riqueza, entretanto,

não pode usufruí-la. Então, percebe-se que a construção dessa noção de consciência começava sobretudo pelo seu lugar no mundo e depois disso, viriam as derivações de baixos salários, fome e doenças.

1. METODOLOGIA

Através da Iniciação Científica se desenvolve uma pesquisa com base na compilação entre as bibliografias de base, ou seja, a análise teórica do tema e a pesquisa prática. Esta se desenvolve dentro do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) situado no campus da UFRN em Caicó. O acervo é composto por documentos relacionados a experiências de ensino, cartas escritas pelos ouvintes a Rádio Rural de Caicó, fotografias, apostilas, cartilhas, e, sobretudo a programação da Rádio Rural com foco nas práticas de saúde e a educação sanitária. Revistas como O Farol, O Companheiro, MEB em revista, jornal MEB Hoje e o Jornal dos Jornais e Jornal do Interior dentre muitos outros também são documentos presentes no acervo. A segunda frente do desenvolvimento deste trabalho foi a leitura e discussão bibliográfica específica sobre a experiência das Escolas Radiofônicas, MEB, práticas em saúde, consciência sanitária e a educação popular.

Nas pesquisas realizadas em vinte e duas caixas, até então, com documentação do MEB vinculadas a Rádio Rural de Caicó sob custódia do LABORDOC, constatou-se que a tentativa de construção de uma conscientização através das escolas radiofônicas obtendo resultados para as populações do meio rural das regiões em que o índice de analfabetismo e carência social eram maiores. Em Avaliação do curso Educação Para a Saúde – Trabalho feito em grupo realizado entre os anos de 1979 e 1983 há um questionário para os ouvintes que participavam ativamente. O questionário foi articulado para identificar se houve mudanças no sentido de comportamento e planejamento dessas pessoas como no seguinte trecho:

Este curso deu oportunidade para você perceber os problemas de saúde da sua comunidade? (X) sim () não? Quais?

R: Muitos problemas foram percebidos, além dos que já eram do nosso conhecimento. Ex: verminose, desnutrição, desidratação e outros.

Quais recursos existentes na sua comunidade que podem ser aproveitados na resolução destes problemas?

R: Existem algumas plantas medicinais, e um Posto de saúde a serviço da comunidade para orientar as pessoas.

Portanto, o conceito de conscientização além de nos pôr em contato com a proposta das programações da Rádio Rural de Caicó, é vinculado à ideia do pedagogo Paulo Freire de

assumir uma posição utópica frente às desigualdades, da qual se sujeita o processo de conscientização do mundo através da “dialeção do ato de denunciar e anunciar: o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante.” E que intermedia a noção de que, “quanto mais consciente nos tornarmos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores”. A dialeção dos problemas sociais e dos processos de humanização consciente de Freire foi fundamental na construção dos programas de alfabetização por meio do rádio do século passado.

Em Conscientização: teoria e prática da libertação, Freire reflete sobre o processo de consciência em que o indivíduo passa até chegar à conscientização que seria o estado mais avançado em que o ser humano pode evoluir para ter ações libertadoras e coerentes. Ele tenta explicar que não basta o sujeito ter consciência se não tiver atitude que mude a realidade da qual ele tomou essa consciência – e que transcende uma realidade em que não necessariamente ele precisa estar inserido. Freire constroi a noção de que a partir do momento em que o sujeito atua diante do seu processo de consciência sobre as realidades adversas e dos fatores sociais é que ele atinge o nível de conscientização e esta só é alcançada por meio de um processo de educação popular, ou seja, a educação inclusiva e adaptada às mais variadas realidades daqueles que estão atuando nela.

As apostilas dos Estudos de Área das regiões que foram alcançadas pelo MEB tinham seus objetivos estruturados pelo Método Freire de educação desde o I encontro de Coordenadores do MEB que aconteceu em dezembro de 1962 em Recife. Embora durante o regime militar esses objetivos tivessem sido modificados, em parte, para o programa conseguir sobreviver à nova realidade. Na contra-capla da apostila “3a série - A” de número 77 diz o seguinte:

(...) Nas radicações de Escolas Radiofônicas devem ser observadas quatro fases:

- Estudo de área
- Localização de escolas radiofônicas
- Treinamento de monitores
- Instalação de escolas radiofônicas

Entender as múltiplas realidades: dificuldades, limitações e como se constitui a cotidianidade das populações que residem nas áreas onde serão inseridos os pressupostos de educação popular, parte do princípio freireano de adequar a estrutura da alfabetização à realidade dessas pessoas.

Assim como o Movimento, a Emissora Rural de Caicó em sua plena concepção meses depois, também visou construir um exercício de conscientização/educação/consciência pela abordagem de temas inseridos na cotidianidade dos educandos, por isso que a incorporação do programa de alfabetização na emissora obteve grande sucesso. As temáticas discutidas são inúmeras, mas durante as duas décadas aqui trabalhadas, o que prevaleceu foram perspectivas ligadas à saúde, evangelização, aulas de matemática e português e política de consciência a partir de conteúdos ligados a problemas sociais e estruturais: cuidados pessoais e coletivos, vacinação, leitura bíblica, numerologia e gênero, moral e cívica e reforma agrária são alguns dos muitos assuntos visíveis nas listas do roteiro do “Aprenda em sua Casa”, “MEB, Cultura e Alegria” e também do curso Supletivo Dinâmico.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1. ESCOLARIZAÇÃO DO MEB

O ideal central do Movimento em alfabetizar e conscientizar proporcionou que milhares de pessoas tivessem acesso a uma educação não formal, que não estava limitada à sala de aula e que trouxesse consigo elementos da saúde; práticas de convivência sociais e aperfeiçoamento de seus trabalhos, alfabetização e noções de agricultura, dentre outros. Além disso, os próprios documentos do MEB mostram que seus objetivos estavam abraçados a uma política de conscientização; “Conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades”. Exemplos desta operacionalização do conceito de consciência direcionado à saúde por meio da programação da Rádio Rural nas décadas de 1970 e 1980:

Sem saúde não podemos produzir nada. Tanto somos incapazes de fazer os nossos trabalhos, o serviço braçal, como somos incapazes de pensar direito. Uma pessoa que se alimenta mal, geralmente é doente. A boa alimentação sustenta o organismo. A fraca alimentação provoca desnutrição. Pouca resistência, desânimo, fraqueza no corpo. A desnutrição é uma grande doença existente no nosso meio. E se espalha por toda a região, por todo o Nordeste. E tem mais, a desnutrição é o fator responsável pelo grande número de vítimas.⁴

Hoje, dando continuidade às discussões que a gente vem travando nestes primeiros programas de saúde popular de 87, vamos aprofundar ainda mais a questão da saúde relacionada com a educação no Brasil. Na nossa conversa de sexta-feira da semana passada, nós já descobrimos que tanto a saúde como a educação de um país depende também do jeito como a sociedade desse país está organizada. Se a sociedade está organizada de forma

⁴ Curso de Educação Sanitária. Assunto – Causas e consequências das doenças; ao ar em 24/06/1976.

igualitária, todos terão uma boa saúde e uma boa educação. Se a sociedade tal país é (...) dividida em privilegiados e desfavorecidos, a saúde assim como a educação desse país estão deformadas e servindo apenas aos privilegiados.⁵

A reflexão mostra o poder da tomada de consciência sanitária que está enquadrada numa proposta do projeto chamada Saúde Popular transformada numa categoria de programas para viabilizar as noções de saúde e doença para os ouvintes. Esse conceito é determinante quando a população de um dado local passa a ter noção dos processos de saúde-doença e, sobretudo se torna agente ativo da sua própria condição de saúde. Trata de trazer temas sobre uma boa saúde, uma boa nutrição e prevenções que se refletem na produção, no trabalho do dia a dia e o quanto a estrutura de organização da sociedade se reflete nessas questões. É perceptível que embora a programação leve tempo para construir a ideia de classes, ou o que poderíamos nomear por conscientização de seu lugar social no mundo, o Saúde Popular incorpora temas como a violência relacionada à (falta de) saúde; a desnutrição brasileira e a desigualdade social e o trabalhador e sua saúde.

Além do Saúde Popular, o Sistema MEB de Caicó se beneficiou de muitos programas oferecidos pelo Movimento. O MEB, Cultura e Alegria se lançou predominante na segunda metade da década de 1970 com uma sequência de programação quase que intacta. Comentário do dia; MEB no lar; MEB no campo; Mensagem para a juventude; Valores da comunidade e MEB informa, são as categorias que o programa apresenta justificando que são “os mais variados assuntos e informações que irão servir para o seu aperfeiçoamento cultural, como também mensagens, orientações e boas músicas.” (MEB, Cultura e Alegria. - 1975).

2.2. AS AULAS RADIOFÔNICAS

A educação a distância, na segunda metade do século XX, foi minimamente estruturada para atender às necessidades dos ouvintes de acordo com suas condições de vida, atendendo num primeiro momento, a alfabetização dessas pessoas a partir da consulta aos livros didáticos. Assim, a radiodifusão educativa, segundo Fábio Prado Pimentel, foi utilizada das seguintes formas:

Cursos de extensão rural, que levam para as populações camponesas novas técnicas agrícolas, informações sobre a criação de animais e outros assuntos de interesse direto para as pessoas atingidas. A educação popular, voltada principalmente para as populações de áreas mais pobres, com o objetivo de

⁵ Extraído do programa Caminho da Libertação que foi ao ar em 30/01/1987. Assunto: Saúde Popular: “Saúde X Educação”.

levar um mínimo de conhecimento às pessoas, podendo ser utilizada para transmitir ensinamentos sobre saúde, política, organização dos grupos e até mesmo capacitação profissional; Cursos de extensão escolar sobre cultura geral ou temas de interesse dos alunos, como música, até plásticas e literatura.⁶

Pimentel (1999) ao elaborar uma visão histórica sobre o rádio educativo elenca o conceito de radiodifusão educativa através do primeiro veículo capaz de transmitir educação à distância no Brasil com características próprias como o autodidatismo que permite além da manutenção das fases de escolarização sem a presença de um professor, a persistência e a colaboração mútua dos alunos/ouvintes. Nessa perspectiva, a educação não-formal se construiu a partir dos pressupostos de ensinamentos e compartilhamento de informações de forma coletivizada na construção de uma emancipação social que busca, de forma didática, a cidadania compartilhada a partir das lutas cotidianas da sociedade. Nesse sentido, a educação popular transcrevia inúmeras formas de sociabilização pedagógica a fim de promover a conscientização social.

Ao longo dessa trajetória da política de educação no Brasil, as práticas educativas foram sendo moldadas, sobretudo por uma dinâmica de constituição de um trabalho de coletividade envolvendo diversos atores sociais: a Igreja, o Estado e as comunidades rurais. Além disso, essas práticas circularam em diversos espaços e atingiram a cotidianidade das populações rurais. A programação da Rádio Rural naquele momento possibilitou uma compreensão de que o projeto de construção de uma consciência, passava, sobretudo pela programação diária/cotidiana da Emissora, a exemplo do “Aprenda em sua casa” e o curso de Higiene e Saúde elaborados pelo Setor de Escolarização.

Em prática, o Movimento a nível nacional e a Emissora local construíram nos sujeitos a consciência de seus lugares sociais, as ideias de compartilhamento do saber, o trabalho com o conceito de higiene, a noção de que cada um era responsável pela saúde e que o exercício coletivo de conscientização produziria um ambiente mais salubre para se viver. Toda essa movimentação produzida pelos cursos ofertados à época pela Rádio Rural e seus programas sobre Educação para a saúde possibilitaram a construção da ideia de consciência sanitária na população rural.

O trabalho que o Movimento desenvolveu não só em Caicó por meio da Rádio Rural, mas também nos demais rádios do Brasil em que a programação ficou ativa até os anos finais

⁶ PIMENTEL, Fábio Prado. O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999. p. 19.

de 1980, possibilitou que as práticas sensíveis se manifestassem de diferentes formas quase sempre na mesma programação das aulas radiadas. Temas abordados nas programações que iam ao ar como o problema da fome no Brasil; a desnutrição; questões da desigualdade dentro da sociedade e problemas causados por uso inadequado de agrotóxicos, por exemplo, possibilitaram as programações se articularem para chamar atenção diante do problema e sua resolução. No Programa Aprenda em sua Casa em que o tema discutido foi “Verminoses”, o locutor fala sobre algo comum que acontece nas populações rurais:

(...) As pessoas que têm solitária, apresentam perturbações no estômago e no intestino, principalmente diarreia e dor, sentem as mesmas sensações das pessoas que estão com fome. Vejamos o que acontece quando somos acometidos de solitária: o peso diminui, e as crianças sentem falta de apetite, má digestão, enjoo, vômitos e algumas vezes os doentes ficam nervosos e ficam alérgicos a determinados alimentos.⁷

Expõe de maneira clara que o esclarecimento dos sintomas visava a saúde corporal através dos cuidados com o corpo e os meios de absorção de vermes como a solitária. Isso mostra que, as observações apontadas na programação e os cuidados com o corpo como objeto receptáculo das verminoses humanas eram elementos indiciários que poderiam indicar qual acometimento estaria trazendo desconforto as pessoas atingida pelas verminoses. Outro ponto importante na reflexão do programa foi apontar quais os sintomas do indivíduo portador(a) de verminoses e que poderiam ser confundidos com a falta de alimentação. Isso significa que havia a preocupação com a função educativa, de discutir temas relevantes ao cotidiano da população e despertar nelas atenção ao que ocorria consigo, atenção às sintomatologias de seu próprio corpo como elemento que fala, que transmite mensagens. Através das discussões do rádio, ou da prática educativa que alguns locutores instrumentalizavam, as mudanças eram obtidas pelo processo de discutir de forma simples elementos que estavam no dia a dia da população cativa do rádio.

A partir da análise que sofre a questão da alfabetização, na revista MEB de número 43 intitulada Considerações sobre o problema de alfabetização um dos artigos abordou a alfabetização dentro da concepção ingênua, que na verdade, é um entendimento de conceito trazido por Paulo Freire. No artigo é discutido o seguinte:

A alfabetização, segundo esta concepção, reduz-se ao ato mecânico de depositar nos analfabetos palavras, sílabas e letras. Este depósito é suficiente para que o homem analfabeto deixe de lê-lo. Esta concepção mecanicista do

⁷ Programa Aprenda Em Sua Casa. Curso: Educação Sanitária. Assunto: Verminose. Ao ar em 15/07/1976.

depósito de palavras envolve outra concepção, tão ingênua como esta, a que empresta a palavra um sentido mágico. (...) Para a concepção crítica da alfabetização não é suficiente a mera mecanização de fonemas que somados formarão as palavras, mas é preciso desenvolver no homem a consciência crítica sobre a realidade concreta.⁸

Atentar para a diferenciação da alfabetização ingênua e a crítica é fundamental para a mudança que se quer ter nesta área e, portanto, esse trecho mostra que o Movimento de Educação de Base trouxe uma espécie de metalinguagem que consistiu em uma linguagem (natural ou formalizada) que serviu para descrever ou falar sobre uma outra linguagem na sua aprendizagem, a própria estrutura educativa do MEB era pautada na ação conscientizadora, essa ação é mostrada estruturalmente aos seus ouvintes. Logo, além de aplicar um estilo educativo, mostrava aos seus correspondentes por que a educação funcionava daquela forma. Mais uma vez, emancipando a aprendizagem através da dialetização.

3. CONCLUSÕES

O sistema radioeducativo de Caicó promoveu, através da Rádio Rural, uma revolução educacional nas décadas de 1960, 1970 e 1980 da qual as cidades e comunidades aoredor de Caicó desconheciam até então. Essa revolução não possibilitou apenas uma reviravolta nos índices de analfabetismo, mas também que os alunos/ouvintes permanecessem uma espécie de socialização e capacitação de suas vidas enquanto sociedade. Festas ligadas à diocese local como a festa da Colheita na cidade de Cruzeta foram incorporadas nas publicações e divulgações das revistas do MEB. Ações e intervenções culturais foram executadas e reuniões dos grupos de aulas também foram possíveis na medida em que iam se organizando para isso. Por fim, cerca de quase 50 mil sertanejos seridoenses tiveram acesso às aulas, materiais e ideais oferecidos pelo Movimento na Emissora Rural.

Ao longo da pesquisa sobre o Movimento de Educação de Base e da Rádio Rural de Caicó, foi possível identificar como os processos de conscientização eram incorporados, sobretudo em uma estrutura de politização e inserção da rede radiofônica alavancada pelo Movimento e direcionada aos jovens e adultos que não possuíam acesso à educação presencial. Traços dessa materialização das aulas nas vidas das mulheres e dos homens sertanejos foram efetivados desde a primeira intervenção em que foram radicalizadas 50 escolas radiofônicas na área do MEB, na cidade de Caicó em 1963.

⁸ Fonte: Considerações sobre o problema da alfabetização – MEB. Número 43.

Dessa forma, para o Movimento era fundamental que além de aprender a ler e escrever, a conscientização fosse prioridade porque só assim essas pessoas poderiam estar envolvidas nas questões políticas e sociais que norteavam suas vidas. Portanto, nota-se que a elaboração dos primeiros indícios de educação a distância na região do sertão do Seridó no século XX se deram nesse sentido; na construção de um ensino que atingisse pessoas de classes sociais menos favorecidas, sobretudo as que habitavam as zonas rurais e que poderiam estudar em suas casas e locais de trabalho, através do programa de alfabetização, que se beneficiou do meio tecnológico do rádio enquanto veículo comunicador como meio de transmissão dessa educação emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- ANDRADE, Juciene Batista Félix. Os sertões em debate: fronteiras, secas e instituições. **Projeto História**, São Paulo, v. 69, p. 275-311, set./dez. 2020.
- ANDRELO, Rosane, et al. **O rádio na educação à distância**. Observatório da Imprensa, v. 11.
- ARAÚJO, Ausônio Tércio de. **Rural de Caicó, 50 anos no ar**. Recife – Oito de Março Gráfica e Editora, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, n. 61, p. 89-106, 2016.
- DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Migração e crescimento urbano: o Seridó Potiguar em análise. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 5, 2001.

DE ARAÚJO VICENTE, Maria Dolores; ANDRADE, Juciene Batista Félix. Os vestígios da memória na frequência do Rádio: O MEB e suas releituras atuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e935998230-e935998230, 2020.

DE MEDEIROS PEREIRA, Ariane. A educação nos sertões do Rio Grande do Norte. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 19, n. 42, p. 117-149, 2018.

DE KADT, Emanuel. Aspectos da evolução do MEB até abril de 1964. In: _____. **Católicos radicais no Brasil**. 2013.

DOS SANTOS, Janio Ribeiro. **DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO: um enfoque sobre as classes multisseriadas**.

FÁVERO, Osmar. **MEB–Movimento de Educação de Base-primeiros tempos: 1961–1966**. Paulo Freire: educação e transformação. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª. Ed. – São Paulo: Moraes, 1980. p. 25 – 56.

_____. Dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade. In: _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 77-120. 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Vol. 1. Edições Loyola, 1996.

GÓES, Moacyr de. Os movimentos de alfabetização, educação popular e cultura popular nos anos 60. **De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): Uma Escola Democrática**. In: _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V.3. p. 47- 68.

MEDEIROS, Mário Lourenço de. **Ideais formativos do homem da emissora de educação rural de Caicó (Rio Grande do Norte, 1963 a 1978)**. Natal/RN, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

PALUDO, Conceição. Educação popular e movimentos sociais. **Educação no Campo: um projeto de formação de educadores em debate**. Cascavel: EDUNIOSTE, 2008.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, v. 199, 1999.

RESENHA DO LIVRO “A PRÁTICA EDUCATIVA” DE ANTONI ZABALA. Sanches Neto, L.; Darido, S. C.; Ferreira, L. A.; Galvão, Z.; Pontes, G. H.; Ramos, G. N. S.; Rangel, I. C. A.; Rodrigues, L. H.; Silva, E. V. M.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. In: **Trabalho apresentado ao NP Comunicação Educativa do VI Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, durante o XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–UnB–6 a. Vol 9. 2006.**

SOUZA, Eliane S. Educação popular e saúde: cidadania compartilhada. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 135-146, 2001.

SOUZA, Érica Mello de. Educação sanitária: as primeiras iniciativas para sua institucionalização no Brasil In:_____. **Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940).** 2012. Tese de Doutorado.

STRECK, Danilo R. Uma pedagogia do movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 36, p. 165-177, 2012.

VIANNA, Eliza; LOPES, Gabriel. Entrevista com Dilene Raimundo do Nascimento. **Fronteiras & Debates**, v. 6, n. 2, p. 119-127, 2020.

ZAGOURY, Edmundo Lima. **O escolar como agente da tomada de consciência sanitária em uma área rural.** (2003).

A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE NATAL NAS PÁGINAS DA PEQUENA IMPRENSA: UM ESTUDO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SUAS AMBIVALÊNCIAS (1905-1930)

Karine Maria Lima Lopes¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva compreender as transformações urbanas na cidade de Natal sob a ótica das classes dirigentes e de outros grupos sociais que atuavam na imprensa de curta duração, especificamente entre os anos de 1905 e 1930. Buscamos analisar de que maneira a introdução de investimentos públicos na capital, durante as primeiras décadas do século XX, foi apreendida pelos seus agentes produtores², assim como intensificou discrepâncias entre as imagens elucidativas de uma capital do futuro e as representações designativas da permanência de desigualdades socioespaciais. No período em análise, os homens letrados, os grupos dominantes e as oposições políticas, em todo estado, difundiam um desejo de remodelação urbana, intensificado a partir do processo de circulação de produtos, pessoas, valores e ideias que chegavam dos navios ancorados do porto³. Esses grupos alimentavam um discurso que realçava a perspectiva de progresso e fundamentava-se na ideia de aceleração e de velocidade, segundo a qual haveria “uma força guiando os povos rumo ao futuro, em marcha acelerada, e que era preciso abrir caminho para que o Rio Grande do Norte fosse colhido por essa força”⁴.

Iniciamos o recorte temporal com o ano de 1905, a partir do qual se iniciou a primeira administração do governador Alberto Maranhão e, em ritmo mais acelerado, uma série de transformações materiais que almejavam alterar, sistematicamente, as feições da cidade. Entre as transformações que a capital sofreu entre os anos de 1908 e 1913, podemos destacar a execução de obras como o teatro Carlos Gomes, o jardim público e os bondes elétricos. Os recursos locais, dirigidos para obras como o teatro Carlos Gomes, a implementação de linhas de bonde elétrico e o embelezamento de praças e avenidas, foram adquiridos pelo empréstimo solicitado pelo governador Alberto Maranhão ao capital estrangeiro. Os recursos de maior volume, para serem

¹ Graduanda do curso de História Licenciatura e integrante do grupo de pesquisa “Os espaços na modernidade”, coordenado pelo professor Raimundo Pereira Alencar Arrais. Endereço de e-mail: karinelopes.2012@hotmail.com

² O conceito elencado foi trabalho no texto “A cidade, o todo e as partes”. Cf. ARRAIS, 2017.

³ JOBIM, 2017.

⁴ ARRAIS, 2017, p. 4.

investidos nas obras de reequipamento do porto, foram adquiridos por meio de apelos ao governo federal, com a finalidade de estreitar os laços da cidade-porto com os mercados em escala regional, nacional e internacional.

Além disso, ressaltamos o ano de 1905 na delimitação temporal devido à intensa difusão de semanários-humorísticos, especialmente nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. Eles apresentavam periodicidade quinzenal, semanal ou até mesmo diária, e foram escritos por intelectuais e políticos como João Fernandes Campos Café Filho, Henrique Castriciano e Antônio de Souza, mas também incorporaram estudantes vinculados às universidades da capital federal e à faculdade de direito de Recife⁵. Amphilóquio Câmara (1889-1957), por exemplo, foi educador e jornalista durante a Primeira República, ocupou o cargo de redator-chefe do jornal semanal “O Progresso” (1906) e escreveu uma série de livros, tais como “Scenarios Norte-Rio-Grandenses”, publicado em 1923. Um ano após ele ter representado o Rio Grande na Exposição Internacional do Centenário, realizada no Rio de Janeiro em 1922. Embora majoritariamente escritos pelos homens letrados e vinculados à burocracia do estado, esses jornais de efêmera duração incorporaram sessões abertas ao público leitor. Tratavam-se de indivíduos anônimos que questionavam a apropriação dos recursos direcionados às obras públicas por grupos familiares que dominaram a estrutura política local.

O marco final dessa periodização corresponde ao ano de 1930. Em virtude do declínio econômico e da deposição do governador Juvenal Lamartine de Faria, o referido ano marcou-se pela saída de vários colaboradores do governo do estado, iniciando-se, assim, um período de reorganização da ordem política local. Marcado pela desorganização administrativa e pela intensa movimentação política, trata-se de um momento de desarticulação do “mando político local”⁶, no qual ocorreu a nomeação de vários interventores, o exílio de Omar O’Grady, assim como as perseguições sobre os vencidos⁷. Desse modo, o movimento de outubro de 1930 trouxe uma série de modificações político-administrativas para cidade e mudanças sensíveis na organização da imprensa. A partir desse período, revistas literárias, como a *Cigarra*, saíram de circulação e o jornal *Republica* assumiu o formato de um Diário Oficial do estado.

Em síntese, buscamos perceber indícios das ambiguidades do processo de modernização da capital, estampado nas crônicas periódicas, nos discursos oficiais dos governadores e na imprensa local. Para tanto, analisaremos os jornais vinculados à pequena imprensa, em conjunto

⁵ Essas constatações baseiam-se na análise das fichas editoriais dos jornais em conjunto com outras fontes, como as revistas do IHGRN, especialmente o número de 1922.

⁶ MORAIS, 2012, p. 1-16.

⁷ ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008.

ao periódico “A Republica”, ao nono volume da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e à revista *Cigarra*. Localizamos essas fontes documentais nos sites da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), do *Center for Research Libraries* da Universidade de Chicago, bem como no acervo do grupo de pesquisa.

Na etapa seguinte, construímos um panorama analítico das diferentes fontes utilizadas ao longo da pesquisa, com a finalidade de assinalar que cotidiano urbano é constituído por diversas camadas de tempo e maneiras distintas de concepção das modificações sociais. Na dinâmica da sociedade natalense, aparentemente homogênea, existia um conjunto de sujeitos que praticavam o espaço por intermédio da contestação, explícita ou implícita, aos serviços públicos e particulares. Durante a Primeira República, eles escreviam frequentemente no anonimato, seus discursos podem ser identificados nos cantos das páginas dos jornais, desvelados a partir de fragmentos textuais.

ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS: A PRODUÇÃO DO CHÃO DA CIDADE DE NATAL E SEUS CONTRASTES

Na transição do século XIX para o século XX, segundo Stella Bresciani, cronistas das cenas corriqueiras lançaram um olhar analítico e classificatório para mudanças arquitetônicas e técnicas das cidades. Eles se apropriaram do momento de urbanização dos principais centros políticos, como Rio de Janeiro, encarando-o como um observatório e espaço de avaliação daquilo que passa ser designado como realidade social. Como designou a autora, homens das letras produziram investimentos de sentidos para a elaboração de plantas cadastrais, planos urbanísticos e agenciamento de obras públicas, concebendo-os como pontos estratégicos para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção”⁸. Essa dupla operação, no caso da cidade de Natal, apresentou nuances distintos, já que a função de cronista, intelectual e político frequentemente se coadunavam.

Ao analisarmos significativos testemunhos históricos deixados pelos grupos dirigentes e os homens letrados interligados a eles, sob a forma de crônicas, mensagens de governo e notícias de jornal, temos a impressão de que a entrada do século XX foi caracterizada pela estabilidade política sob o comando do grupo familiar Albuquerque Maranhão. O segundo mandato do

⁸ BRESCIANI, 1985, p. 39.

governador Alberto Maranhão (1908-1913), principalmente, marcou um momento de intensificação e, ao mesmo tempo, de finalização do primeiro ciclo de investimentos públicos. Os grupos dirigentes associados à rede de parentela dominante incentivaram a ampliação de avenidas largas e a abertura de ruas, projetadas como legitimação da imagem de uma cidade republicana. Para eles, as obras públicas representavam a potencialidade de ascensão da cidade à posição de centro administrativo, político e econômico do Rio Grande do Norte, distante de um passado monarquista e retrógrado, haja vista que a capital “teria superado o atraso de sua estrutura colonial e a insignificância na rede urbana estadual e regional”⁹.

No período mencionado, houve uma aceleração das obras públicas, estatais e municipais, destacando-se a implementação de bondes elétricos em 1911 e a inauguração da eletricidade no mesmo ano. Órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte, o jornal *A Republica* publicava atos oficiais do estado e do município, constituindo-se como “o maior porta-voz do governo”¹⁰. A partir desse periódico, grupos que dominavam a política local difundiam um discurso segundo o qual Natal teria condições de realizar “uma obra capaz de arrancar o estado do atraso a que o velho regime, a monarquia, o condenara”¹¹ a partir do processo de remodelação urbana. Com o intuito de materializar esse propósito, foram elaboradas uma série de leis municipais, no âmbito administrativo local, que revelavam o “desejo de se criar uma cidade civilizada, progressista, moderna”¹². Esse desejo evidenciava-se no modo como o periódico anunciava a criação de novos bairros, como a Cidade Nova.

Sob a pretensão obsessiva pelo progresso, o governador contraiu um empréstimo aos banqueiros franceses em 1909, no valor de cinco mil contos de réis (5.000\$000), a partir do qual foram intensificadas as reformas no Teatro Carlos Gomes, o ajardinamento na Praça Augusto Severo, a iluminação e os bondes elétricos. Esse processo reforçou o estreitamento dos laços neocoloniais entre o governo estadual e a dinâmica mercadológica do capitalismo industrial e financeiro¹³. Além das aquisições de recursos externos vultosos, o grupo dominante incentivou o funcionamento de empresas de gerenciamento das obras de reequipamento do porto e de outros serviços urbanos. A Companhia Ferro Carril de Natal, por exemplo, fundada em 1908 e dirigida pelo coronel Romualdo Galvão, intendente municipal entre, implementou a primeira linha inaugural de bondes à tração animal, que permitiu a circulação de mercadorias, objetos e

⁹ DANTAS, 2003, p. 44.

¹⁰ SILVA, 2014. p. 33.

¹¹ ARRAIS; SIQUEIRA, 2017, p. 253.

¹² SANTOS, 2012. p. 30.

¹³ ARRAIS, 2018.

passageiros entre os bairros da Cidade Alta e da Ribeira, trajeto prolongado à Cidade Nova e estendido à avenida Hermes da Fonseca, no final de 1908, onde se localizou a residência do ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Os dirigentes dessas empresas concessionárias se vincularam à rede de parentela do governador do Estado. A empresa “Melhoramentos de Natal”, fundada em 1911, gerenciou os serviços de abastecimento de água, a construção da Usina do Oitizeiro no mesmo ano, os bondes elétricos, eletricidade, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias na capital entre 1908-1912. Um dos sócios, Domingos Barros, era viúvo de uma filha de Fabrício Maranhão, irmão de Alberto Maranhão.

Por meio das mensagens dos governadores, dirigidas anualmente ao Congresso Legislativo Estadual, mapeamos um conjunto de reformas sanitárias, implementação de bairros, avenidas e nos edifícios, principalmente nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova. Complementaremos a sistematização desses investimentos com a análise do jornal “A Republica”, periódico que – de modo sutil – tecia críticas ao desempenho dos serviços de limpeza pública, abastecimento de água, iluminação e transporte¹⁴. Vejamos a sistematização das obras públicas nos anos de 1910 e 1911, financiadas inicialmente pelo estado, por meio do referido empréstimo, e finalizadas com recursos federais:

Designação da obra	Custo	Bairro	Ano
Calçamento	19:750\$013	Ribeira Cidade Alta Cidade Nova	1910
Reconstrução do Theatro Carlos Gomes	30:694\$650	Ribeira	1910
Arborização dos jardins públicos	1:207\$	Ribeira Cidade Alta	1910
Parque Estadual	780\$040	Cidade Nova	1910

¹⁴ LIMPEZA publica. A Republica, Natal, 03 maio 1901; MUITO bem. A Republica, Natal, 02 jun. 1900; A REPUBLICA, Natal, 20 jul. 1914. Entre outros exemplos.

Reparos no Palácio do Governo	743\$300	Cidade Alta	1910
Avenidas 9 e 10	2:044\$340	Cidade Nova	1910
Avenida Tavares de Lyra	18.263\$350	Ribeira	1910
Calçamento	95:605\$013	Cidade Alta	1911
Jardins e praças	36:708\$588	Ribeira Cidade Alta	1911
Arborização	1:207\$000	Ribeira	1911
Theatro Carlos Gomes	149:400\$680	Ribeira	1911
Avenida Tavares de Lyra	38:325\$930	Ribeira	1911
Avenidas na cidade nova	28:993\$272	Cidade Nova	1911
Avenida Junqueira Ayres	4:300\$000	Ribeira	1911

Tabela 01:
Quadro

demonstrativo das principais obras executadas pelo governo estadual entre os anos de 1908 e 1911. Fonte: produzida pela autora com base nas mensagens dos governadores.

Apesar das lacunas documentais que provocaram a incompletude desse levantamento, considerando que não dispomos dos relatórios dos intendentess em todo recorte analisado, constatamos o volumoso número de recursos direcionadas aos “melhoramentos urbanos”, termo que – desde o século XIX – designa obras de saneamento, abertura de praças, alargamento e extensões de vias, assim como intervenções urbanas articuladas por meio de comissões planejadas¹⁵. Segundo George Dantas, o teatro Carlos Gomes, cuja obra foi iniciada em 1898 sob a direção do arquiteto Herculano Ramos, “consumiu mais de 17% do total de investimentos em obras públicas realizadas em Natal realizadas nos anos de 1910 e 1911”¹⁶. No discurso dos cronistas locais, as inovações técnicas no teatro e outras reformas urbanas suscitarium novas formas de sociabilidades e propiciariam o renascimento da cidade.

Contudo, redatores do jornal “Diário do Natal”, jornal oposicionista ao Partido Republicano Federal o Rio Grande do Norte, criticavam incessantemente os serviços de iluminação, abastecimento de água, bondes a tração animal e higiene pública. Alberto Maranhão foi recorrentemente acusado, nos editoriais e sessões abertas ao público, de se apropriar de seus cargos em benefício próprio, em conformidade com os interesses do grupo familiar. Em janeiro

¹⁵ BRESCIANI, 2009.

¹⁶ DANTAS, 2003, p.46.

de 1908, por exemplo, o periódico assumiu o papel de intermediário entre a população e a gestão vigente ao publicar denúncias dos moradores da avenida Rio Branco quanto à precarização do saneamento do beco da lama. “Em nome do público ameaçado”, a notícia solicitava medidas para a Intendência Municipal, órgão que intervinha no gerenciamento da cidade por meio de resoluções e deliberava nas esferas legislativa e executiva:

Nesse beco que recebe as aguas servidas das casas de um trecho da avenida, e de parte da rua Vigario Bartholomeu é ainda onde fazem toda limpeza os moradores de uns quartos que lá existe, a c c u m u l a n d o desta forma detrictos de toda especie, que apodrecem formando um mephitico lamaçal. E’ solicitando uma providencia que nos pedem para reclamar contra isso, em nome do publico ameaçado. Ahi fica pois a nossa reclamação¹⁷.

Após a morte do médico e ex-governador Pedro Velho e em decorrência da fragilidade econômica do Estado, emergiram representações similares à notícia acima sobre as mudanças físicas e sociais na cidade, que designavam um atmosfera de ruptura decorrente da interrupção do processo de modernização, denominado entusiasticamente como renascimento urbano pelos homens do governo, cronistas e professores Henrique Castriciano, fundador da Liga de Ensino que originaria a Escola Doméstica em 1914, e Manuel Dantas, redator da imprensa periódica, frequentador dos clubes recreativos e atuante no exercício de cargos públicos. Ambos prefiguram, sobretudo até a década de 1910, imagens utópicas de uma capital do futuro, projetando sobre ela o sonho da razão e o triunfo da técnica em relação à natureza, seja exaltando as obras de reequipamento do porto de Natal e as linhas férreas que interligavam a capital e o sertão, seja conjecturando as possibilidades de mudança nos costumes locais. Nas palavras de *Braz Contente*: “De manhã cedo, aos domingos, num desses bellos dias em que o sol derrama pelos campos verdejantes um estendal de luz e vida, o forasteiro, em vez de embebedar-se num dos hotéis da Ribeira para desfarçar o tédio, toma o bonde e começa logo a saborear esse deslumbramento da paisagem vista da cidade alta em direcção aos campos”¹⁸.

Em contraposição a essas projeções do intelectual reformista, sobretudo após a atuação de Ferreira Chaves como governador do Estado, percebemos que nos periódicos que fizeram parte da pequena imprensa, semanários humorísticos, nos discursos políticos dirigidos ao congresso legislativo e nos artigos de jornais tornaram-se comuns às críticas contra a empresa “Tração, Força e Luz Elétrica do Natal”, gerenciada por uma sociedade anônima composta pelos acionários Alfredo R. Jordão, Constantino Fraga, Julio Bandeira Vilela e Alberto de San Juan até

¹⁷ INTENDENCIA ou hygiene. Diario do Natal, Natal, 11 jan. 1908. p. 01.

¹⁸ COISAS da terra. A REPUBLICA, Natal, 12 mar. 1908. p. 1.

a década de 1920. Apesar da expansão da malha urbana para o bairro do Alecrim, as condições precárias de funcionamento provocaram a rescisão do contrato estadual com a empresa no primeiro mandato do governador Antônio José Mello e Souza (1920-1923).

A reclamação “O Gerente Philosopha”, publicada no periódico quinzenal “A Avenida” em 1914 e dirigida ao então proprietário da referida empresa, Honório de Barros, traduz o sentimento de retrocesso e de apropriação dos dirigentes e das empresas concessionárias em relação aos serviços públicos. Uma situação que motivou uma série de reclamações populares, designativas do impacto “redes técnicas de transporte sobre trilhos”¹⁹ no estímulo à construção de edifícios na Cidade Nova e, em contrapartida, a ausência de integração de bairros operários – como Alecrim e Lagoa Seca – até a instalação de linhas de carris elétricos. Pelo tom indignado do redator, a própria aceitação de cidade-capital estava em indagação:

Jamais cansaremos de clamar destas columnas, contra os abusos da Empresa Tracção Força e Luz. Factos recentes levam nos a endereçar estas linhas, com vistas ao dr. Honorio de Barros, gerente da mesma, que parece <<philosophar>> ás reclamações populares. Agora mesmo S. S. deu-se ao luxo de mandar arrancar salipas, deixando o pedregulho entulhando as ruas e por conseguinte prejudicando os transeuntes. Que o sr. dr. Honorio crie juizo e proceda como profissional correcto²⁰.

Um inverno desenganado, uma cidade do já teve. Essas foram adjetivações recorrentes sobre a cidade na imprensa local e também presentes nos argumentos dos governantes sobre a insuficiência de recursos para as obras, que em geral dissertavam sobre os limites financeiros da “modesta unidade federativa”²¹, assinalando as contrariedades entre o desejo da modernidade e a permanência da vida provinciana. Irradiando essa dualidade na década de 1920, a comemoração do centenário da independência assumiu uma dimensão simbólica acionada tanto pelos membros do IHGRN quanto do poder constitutivo do município e do estado. Com uma forte estratégia de mobilização coletiva, pautada na associação da população natalense ao sentimento nacional, a programação – organizada pelo Instituto – privilegiou oito temas distribuídos ao longo da semana da pátria, composta por rituais específicos denominados pelos termos “colonização”, “força”, “trabalho”, “história” e “futuro”.

A extensa programação de atividades variadas em todos os turnos incluiu a inauguração do Palácio da Municipalidade, competições de remo, alvoradas festivas, salvas de tiro e a ereção do monumento de Independência na Praça Sete de Setembro e incorporaram os bairros até então

¹⁹ MEDEIROS; FERREIRA, DANTAS, 2012, p. 15.

²⁰ O GERENTE philosopha. A Avenida, Natal, 12 jul. 1914. p. 3.

²¹ MELLO E SOUZA, 1922, p. 4.

oficializados e também as Rocas e o Passo da Pátria. Assim como salientou Helder Nascimento, ao estudar a construção do espaço cívico na Natal republicana entre 1902 e 1922, a cerimônia tencionava consagrar o sentimento patriótico entre a população que vivenciava uma experiência peculiar e ao mesmo tempo interligada às outras sociabilidades similares organizadas no território nacional: “Não só afastava cada vez mais qualquer manifestação de provincianismo separatista que viesse colocar em risco a integridade nacional, como também aprofundava o processo de cidadania cívica ao promover a nacionalização do cidadão”²². Desde a instauração do regime republicano, observamos o esforço dos membros do partido republicano do estado em inscrever na toponímia urbana a perspectiva de que a cidade estaria vivenciando uma nova época, sobretudo por meio da mudança do nome de ruas, avenidas, edifícios públicos e grupos escolares para a denominação de líderes políticos federais e estaduais²³.

Antônio de Souza nomeou “Comissão Executiva de Asseio e Embelezamento”, conforme noticiou o jornal *A Republica*, formada pelos coronéis José Ferreira de Souza, José Lagreca e Francisco Cascudo, encarregada do asseio de todas ruas da cidade, reformas do jardim da praça Augusto Severo, visando transformá-lo em logradouro público, reparo dos trechos da calçamento das avenidas Rio Branco e Ulysses Caldas, assim como a construção de novos trechos não especificados nos relatórios do governador do Estado. Pela quantia de 45:000 contos de réis, o governador assinou um contrato com escultor pernambucano Bibiano Silva para ereção do monumento comemorativo no centro da praça Sete de Setembro, projetada em 1914 e localizada no centro de um conjunto arquitetônico-urbanístico constituído pelas sedes do palácio do Governo e do palácio Potengi e situado nas imediações da Praça André de Albuquerque (1906) e da Praça Pedro Velho (1901). Um conjunto de edificações e monumentos fixados no mármore, granito, bronze ou concreto que exprimiram as iniciativas de sacralização do passado republicano em dinâmica de perpetuidade, cuja retórica verbal delineava um cenário simbólico revestido de uma narrativa política que propiciaria, em tese, a interação dos habitantes, como público e personagem, no espaço público.

Com esse propósito, o Congresso Legislativo, desde 1920, aprovou um projeto de financiamento para subsidiar a data comemorativa e as bases legais para a realização do evento, materializado pela lei nº 490 de primeiro de dezembro de 1920, a partir da qual o governador obteve o crédito estadual na “quantia de cem contos, repetidamente pelos dois exercícios de 1921

²² VIANA, 2019, p. 17.

²³ ARRAIS, 2017.

e 1922, com a comemoração festiva do Centenario da Independencia nesta Capital”²⁴. A comissão responsável, conforme a mesma lei, formava-se pelos membros do IHGRN. Na década de 1920, especificamente, eles exerciam cargos públicos na burocracia do estado e atuaram, simultaneamente, na imprensa local, na organização do centenário e na produção de discursos sobre ele. Manoel Dantas, redator do jornal *A Republica* e da revista do IHGRN, e ainda tesoureiro do Instituto entre 1922 e 1923; Fortunato Aranha, vice-presidente da Intendência Municipal e membro da referida comissão executiva; Amphilóquio Câmara, diretor da Associação de Professores e redator do periódico semanal “A notícia” e “O Progresso”; Luiz Soares, diretor da Instituição dos Escoteiros do Alecrim; Ezequiel Wanderley, diretor do *Natal Club* e irmão de Sandoval Wanderley, diretor do período *A Avenida* em 1914; Francisco Gomes de Albuquerque Silva, membro da União Operária; Alfredo Lyra e Arnaldo Fagundes, sócios do Centro Sportivo; Anibal Leite Ribeiro, diretores do Centro Náutico do Potengy e João Estevam Gomes da Silva, diretor do Centro Operário Natalense.

Eles exerciam práticas sociais comuns, a exemplo da participação como sócios do Clube Náutico do Potengy, da organização dos desfiles militares na avenida Tavares de Lyra durante a proclamação da República, das iniciativas de inauguração de outros monumentos (no caes Tavares de Lyra e após a morte de Pedro Velho) e da frequência privilegiada aos bailes do *Natal Club* e do Teatro Carlos Gomes, celebrativos dos aniversários dos governadores e de dirigentes federais que desembarcaram pelo porto. Além das festividades alusivas à entrada da cidade no século XX, identificamos nas revistas ilustradas uma série de outros rituais menos cerimoniais ou oficiais praticados por esses homens do governo. Por exemplo, a revista *Cigarra*, criada por iniciativa de intelectuais ligados à administração de Juvenal Lamartine, apresenta cinco volumes situados entre os anos de 1928 e 1929. O periódico formava boa parte da opinião pública das altas camadas urbanas e apresentava matérias relativas aos ambientes de interação social de uma parte da sociedade natalense nos eventos esportivos e bailes de famílias importantes de todo o estado durante os anos finais do século XX.

Essa revista de variedades, ilustrada por Erasmo Xavier e Adriel Lopes, exprimia uma grande euforia pelas transformações técnicas e pelas mudanças nos costumes da capital. Seus editores exprimiam esses ideais tanto no conteúdo da revista quanto na sua proposta gráfica, repleta de fotografias que exprimiram o otimismo do governador Juvenal Lamartine quanto à aviação no Estado e à implementação do aeroclube, em 1929. Conforme salientou o redator

²⁴ MELLO E SOUZA; CAMARA, 1922, p.17.

desse veículo de informação, “Cáes da Europa, segundo a expressão feliz do ministro Konder, esse desenho representa duas épocas distintas da nossa história – as antigas caravellas lusitanas sobre as aviação cortando os ares”²⁵. Na primeira edição da revista *Cigarra*, percebemos o estabelecimento de uma relação entre a aviação e as grandes navegações dos séculos XV e XVI, mais precisamente entre os feitos dos aviadores e dos navegadores.

Nas fotografias e propagandas difundidas pela revista, a vida cotidiana, os objetos, ideias, os comentários sobre artistas de Hollywood e os anúncios de produtos de beleza, casas comerciais, roupas e automóveis exprimiam-se pelo vocabulário fascinante da novidade, caracterizado por utilizar-se de palavras e imagens que acionavam os sentidos dos consumidores, bem como por incorporar as mudanças na imprensa e nas sociabilidades. Essa assertiva torna-se explícita ao analisarmos o anúncio da loja Pendula Natalense, estampado na *Cigarra*, o qual sugere o modo como o consumo de produtos modernizantes, tais como relógios, bolsas, bijuterias e joias, propicia a incorporação da moda vigente no Rio de Janeiro e em Paris, assinalando a maneira pela qual as mercadorias adquirem um sentido mágico e cosmopolita:

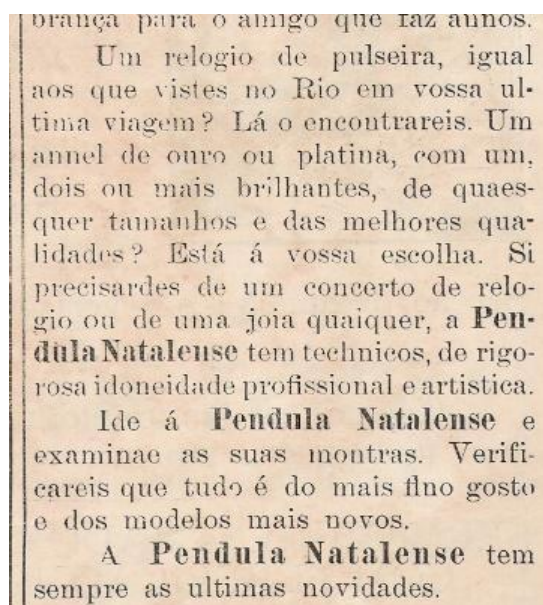


Imagem 01: Anúncio da loja “Pendula Natalense”.

Fonte: *Cigarra*, Natal, ano III, n. 5, mar. 1929, p.3.

Ao passo que ocorriam essas mudanças na imprensa da época, jornais como “A notícia”, “O Fon-Fon”, “A Pua”, “Jornal do Norte” e “A Encrenca” veiculavam outras imagens de uma cidade que mantinha formas liberais e uma estrutura política patrimonialista²⁶. No

²⁵ A NOSSA capa. *Cigarra*, Natal, 1929, n.5, mar. 1929. p. 12.

²⁶ Jornais disponíveis no site da Biblioteca Central Zila Mamede (BZCM): <<http://www.bczm.ufrn.br/jornais/Jornais%20Diversos/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

mesmo ano em que foi aprovado o crédito referido, pela lei nº 490 de primeiro de dezembro de 1920, intensificaram-se reclamações escritas por indivíduos anônimos e indicativas do abandono ou o esquecimento de bairros como o Alecrim, as Rocas e o Passo da Pátria. Em tom de denúncia e apelo, um morador anônimo dirigiu uma denúncia à Intendência Municipal. Eis como ele descreveu o aspecto desolador dessa área localizada no Alecrim: “Ladeirosa, sem nenhuma hygiene, pois o matagal ultimamente cortado, não foi, sem sequer, retirado, verificando-se assim, o seu completo apodrecimento. [...] E’ um precipio, é um perigo de vida; o que menos pode succeder è ter-se um braço ou uma perna quebrada!”²⁷. Ele relatou a ausência de calçamento, saneamento e asseio na rua Cabugy e solicitava providências públicas para reversão dos problemas infraestruturais, com assinatura denominada “um morador”. A modernização, nesse caso, aparecia como uma mera projeção utópica circunscrita às narrativas produzidas por literatos que integravam agremiações e clubes recreativos e se sociabilizavam em ambientes restritos aos homens letrados. Estes, por sua vez, transitavam entre a modernidade e a tradição, entre os discursos solenes e as práticas de interação social.

CONCLUSÕES

A modernização na cidade de Natal apresentou limitações e ambiguidades. Desde o início do século XX, o grupo familiar Albuquerque Maranhão tencionava construir uma imagem de uma cidade-capital, cosmopolita e inserida na lógica do capital financeiro-industrial. Todavia, a confluência entre poder político e pessoal, na formulação de contratos para contratação de serviços urbanos, marcou o ritmo do conjunto de obras públicas e demais intervenções sanitárias nas ruas, edificações, bairros e avenidas. Diante disso, outros agentes produtores do mesmo espaço não se conformaram com as desigualdades socioespaciais, por isso utilizaram-se da própria imprensa para solicitar ações do poder público. A linguagem utilizada pelos redatores dos jornais, nas reclamações e em outras sessões, como “Coluna Livre” e “Varias”, revestiram-se de uma suposta imparcialidade e mediação direta com a população, colocando-se, em grande medida, como porta-voz dos moradores ou proprietários que assinavam reclamações coletivas à Domingos Barros, Honório de Barros e ao governo estadual.

A compreensão das ideias veiculadas por cronistas e outros sujeitos anônimos tem sido bastante desafiadora, inclusive no que concerne aos procedimentos teórico-metodológicos a serem adotados para desvelarmos os sentidos atribuídos por eles às transformações urbanas. Torna-se necessário compreender, primeiramente, os investimentos de sentido dos grupos

²⁷ Rua Cabugy. A Pua, Natal, 21. Nov. 1920. p. 2.

dominantes, por meio da construção de um quadro sintético e detalhado, ainda que incompleto, da distribuição socioespacial dos recursos destinados aos bairros oficiais e suas respectivas adjacências. A construção dessa base de dados, correlacionada aos discursos dos governadores da capital, as tabelas de receita e despesa e aos orçamentos municipais, situados no recorte trabalhado, nos permite entender o teor das reclamações cotidianas nos jornais e o modo como elas se apropriavam dos conceitos de salubridade, civilidade e higiene, acionados constantemente nas resoluções municipais e livros de Leis e Decretos. Para compreensão de reclamações fragmentárias, dispersamente reunidas na distribuição das folhas diárias, é imprescindível percorrermos um longo caminho de investigação acerca daqueles que compunham o que denominamos, ainda genericamente, de grupo dirigente.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Terra urbana, chão da memória das classes dirigentes. In: _____. (Org.). *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

ARRAIS, Raimundo; SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Viver na Cidade: Algumas possibilidades de estudo histórico das formas de sociabilidade urbana na Cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX*, 2017.

_____. Estudo introdutório. In: DANTAS, Manuel. *Coisas da terra*. Natal, 2017 (no prelo).

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo: uma possível análise historiográfica. In: *Politheia História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n.1, p. 21-50, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (As cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9. p.35-68. Set. 1984/abr.1985.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920.

JOBIM, Khalil. O porto e a cidade: as intervenções sobre o espaço portuário natalense e a construção de uma Natal moderna (1893). In: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar de (Org.). *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

MARANHÃO, Alberto Frederico de Albuquerque. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa e lida na abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura, em 1º de Novembro de 1909*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1909.

_____. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa e lida na abertura da primeira sessão da 14ª Legislatura, em 1º de Novembro de 1911*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1911.

MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira. A cidade sobre trilhos: o bonde e as transformações urbanas de Natal-Brasil (1908-1929). In: Simposio Internacional Globalization, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930. *Anais...* Barcelona: Faculdade de Geografia e História: 2012.

MORAIS, Helicarla Nyely Batista de. Os decaídos de 1930: José Augusto Bezerra de Medeiros e a reconfiguração política do Rio Grande do Norte pós-revolução. In: *Anais do V Encontro Estadual de História (ANPUH)*, 2012, Caicó. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2012.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “*Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal*”: a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!:* o papel da intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço público: monumentos e rituais de memória na Natal Republicana (1902-1922). In: *SciELO*, São Paulo, v.27, p. 1-29, 2019.

**OS MUTANTES: ENTENDENDO A CONTRACULTURA A PARTIR DO DISCO “A
DIVINA COMÉDIA DOS MUTANTES OU ANDO MEIO DESLIGADO”(1970)
NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**

Lara Raquel de Souza e Maia¹

INTRODUÇÃO

O início da segunda metade do século XX é marcada por diversos acontecimentos políticos, sociais e econômicos: o fim da Segunda Grande Guerra, a disputa ideológica da Guerra Fria e ditaduras militares na América Latina. Na década de 1960, testemunha-se a ascensão de movimentos sociais e culturais, como o Maio de 68 francês e o Woodstock americano. Dentre estas últimas, emergiu também o movimento contracultural, bem como manifestações experimentais e psicodélicas:

[...] o uso de drogas, era por definição uma atividade proscrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam. (HOBSBAWM, 1995, p. 326-327)

O Brasil, desde 1964, vivia sob uma Ditadura Militar, e em meio a tanta repressão e perseguição, a cultura era utilizada tanto como meio de propaganda da ditadura, bem como meio de resistência e oposição a este regime. Dentre as atividades culturais, era realizado, a partir da TV Record, o Festival de Música Brasileira, que teve sua primeira edição em 1965. Este festival era televisionado mas também contava com a presença de público, em um artigo publicado em 2017 no site Musica Brasilis, José Fernando Saroba Monteiro afirma:

Vale destacar que o público dos festivais era um personagem a parte, uma juventude de classe média, universitária, politizada, que estava em sintonia com os acontecimentos políticos do país, vivendo sob um regime militar vigente. (MONTEIRO, 2017)

Na terceira edição do referido festival, no ano de 1967, *Os Mutantes* (até então composto por Rita Lee, Arnaldo Baptista e Sérgio Dias) realizam sua estréia ao grande público, a convite de Gilberto Gil para acompanhá-lo na execução da música *Domingo no Parque* e, no ano seguinte, participam do *LP Tropicália ou Panis et Circense* (1968). A partir

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História- UERN Email: larasm2012@gmail.com / laramaia@alu.uern.br

destes episódios, *Os Mutantes* iriam consagrar-se como um dos maiores fenômenos da música brasileira. A performance e roupas alegóricas no palco, a acidez das guitarras e as letras que tratavam temas como drogas e sexo antes do casamento, seguiram um caminho oposto aos bons costumes impostos pela Ditadura Militar brasileira. A utilização das distorções nas guitarras elétricas nos permitem supor que *Os Mutantes* eram vistos subversivos dentro do próprio movimento musical da MPB, que em 1967 realizou uma marcha contra a guitarra elétrica com o objetivo de “proteger” a música brasileira das influências norte-americanas.

A musicóloga Myriam Chimènes versa em seu artigo sobre a relutância que existe por parte dos historiadores e musicólogos em trabalhar com a História da Música, afirmando este fenômeno como uma “terra de ninguém” (expressão utilizada no título do artigo)². Porém, com a busca de novas fontes e novas possibilidades de interdisciplinaridade, a “surdez dos historiadores” (CHIMÈNES, 2007) vem sendo mitigada. A leitura do artigo supracitado foi de suma importância a construção deste trabalho, que ainda em andamento, busca realizar o diálogo entre a História e a Música.

UM ESPECTRO RONDA O MUNDO- O ESPECTRO DA CONTRACULTURA

A década de 1960 é descrita como anos de grandes mudanças sociais, culturais e políticas, e que estas rupturas repercutiram pelo mundo todo. Durante esse período, o mundo já havia presenciado o fim da Segunda Guerra Mundial, e agora vivenciava a Guerra Fria e a disputa ideológica entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético. No solo europeu, podemos apontar questões como o Maio de 68, uma revolução totalmente diferente, e como versa Hobsbawm (2016, p. 374):

De todos os acontecimentos inesperados dos últimos anos da década de 1960, um período notavelmente ruim para os profetas, o movimento de 1968 na França foi, sem dúvida, o mais surpreendente.

Ainda sobre o Maio de 68, Olgária Matos chama atenção à peculiaridade do referido movimento:

68 foi uma luta para a vida. [...] 68 significou uma ruptura radical na política daqueles que estão no poder e daqueles que aspiram alcançá-lo [...] Indivíduos que se unem, como diz La Boétie, por amizade e não por cumplicidade, unem-se sem poder. (MATOS, 1989, p. 15).

² ver CHIMÈNES, Myriam. Musicologia e História: fronteiras ou “terra de ninguém” entre duas disciplinas? In: REVISTA DE HISTÓRIA. Departamento de História da FFELCH-USP. São Paulo: Humanitas/ FFLCH- USP, nº 157, 2º semestre de 2007, p. 15- 29.

No contexto norte-americano, a década de 1960 é marcada por manifestações estudantis, passeatas contra a participação do país na Guerra do Vietnã, bem como as expressões culturais da década, bem como uma recusa ao modo de vida da geração anterior:

A mudança passa a ser buscada e almejada não só nos planos político e econômico, como defendido pela esquerda tradicional, sobretudo nas vertentes marxistas, mas também no âmbito das relações pessoais e da própria consciência individual. (DELMANTO, 2020, p. 25)

Sobre a referida mudança, podemos citar:

Estourando primeiramente nos centros capitalistas avançados e como uma resistência juvenil [...] concretizada na negação em participar das guerras de dominação, pelas quais não se sentia responsável, a revolta tomou as guitarras e as praças.” (MEDEIROS, 2004, p. 36-37).

Tal recusa é nomeada como o movimento *sixtie*³. Não obstante, o movimento de recusa ao *American Way of Life* também esteve presente em outros espaços, principalmente nos setores culturais, os *beats*, ao qual podemos citar os escritores Allen Ginsberg e Jack Kerouac. É interessante notar que o uso de drogas foi uma das formas ao qual a geração *sixtie* utilizou para expressar a negação ao modo de vida das gerações anteriores: “a euforia ou a introspecção propiciada pela alteração de consciência os estimulava a pensar e propor novas possibilidades de vida.” (Farber *apud* Delmanto, 2020, p. 70).

O movimento contracultural brasileiro teve fortes influências da contracultura americana, e se expressou principalmente no âmbito artístico, e dentre estes, a música teve vasta expressão. Sobre esta expressão artística, podemos citar o movimento denominado Tropicalismo:

Os conflitos culturais também atingiram a máxima efervescência em 1960, principalmente em 1968. Artistas e intelectuais começaram a reavaliar os fracassos de projetos políticos e culturais do passado e buscavam transformar o Brasil em uma nação igualitária, justa e economicamente soberana. A Tropicália foi tanto uma crítica desses defeitos quanto uma celebração exuberante, apesar de muitas vezes irônica, de cultura brasileira e suas contínuas permutações. (DUNN, 2009, p. 19)

Em 1967 é lançado o LP *Tropicália ou Panis et circense*, produção que se torna um marco do movimento Tropicalista. Delmanto faz referência a Coelho (1990 *apud*

³ “Anderson define como marco inicial dos *Sixties* os protestos realizados em fevereiro de 1960 em Greensboro, na Carolina do Norte, após quatro jovens universitários negros se recusarem a aceitar a segregação racial em uma lanchonete. Já o fim do período corresponde a 1973, quando termina a participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e também quando acontece o incidente de Wounded Knee, na Dakota do Sul, no qual centenas de indígenas controlaram por 71 dias esse local simbólico, palco de um massacre contra populações originárias em 1890.” (ANDERSON *apud* DELMANTO, 2020, p. 34)

DELMANTO, 2020, p. 113), afirmando que: “Coelho acredita que analisar a Tropicália é ‘fundamental’ para a compreensão da contracultura no país”. Os músicos baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil foram os principais nomes do movimento tropicalista:

O chamado “grupo baiano” migrou para São Paulo e forjou dinâmicas e relações artísticas com vários compositores do cenário musical de vanguarda, com destaque para Rogério Duprat e a inovadora banda de rock Os Mutantes. Essa aliança entre músicos da Bahia- um importante centro de cultura de expressão afro-brasileira- e de São Paulo- a maior e mais industrializada cidade brasileira- comprovou ser uma poderosa combinação eteve um efeito duradouro sobre a música popular brasileira e outras expressões artísticas. (DUNN, 2009, p. 18)

A parceria dos baianos com o grupo paulista começou no ano de 1967, quando Os Mutantes foram convidados a participar da gravação do programa “Bom Dia”, ao qual o jornalista Carlos Calado (2012, p. 99) narra:

Sem que os Mutantes soubessem, esse rápido trabalho serviu como aquecimento para uma futura parceria. Terminada a gravação, Gil conversou um pouco com os três e abriu o jogo. Dedilhando o violão, mostrou “Domingo no Parque” e os convidou a se apresentarem junto com ele no festival.

Sendo assim, Os Mutantes têm sua primeira aparição ao grande público na 3ª edição do Festival de Música Brasileira da TV Record, do ano de 1967, acompanhando Gilberto Gil na execução da música “Domingo do Parque”. Durante a metade da década de 1960, iniciou-se a realização dos Festivais de Música Brasileira realizados pela TV Record, ao qual o público viajava ou aplaudia as apresentações dos artistas. Sobre a participação dos Mutantes no III Festival da Música Brasileira, Rita Lee narra:

Tudo bem que aquilo não foi nenhum Woodstock, mas o primeiro festival da vida a gente nunca esquece. A primeira viaja, idem. Aliás, ser vaiado em um festival de música para os Mutantes foi uma honra, afinal, éramos tudo que os puristas escravocratas do violão e do banquinho da MPB repudiavam como imperialismo colonizador. Militância bocejante. (LEE, 2016, p. 71)

AS NOTAS E A HISTÓRIA

Em *História & Música* (2002), o historiador Marcos Napolitano versa sobre alguns apontamentos sobre como podemos conduzir a utilização da Música para fins de pesquisa e ensino da História e Música. Dentre estes, o autor aponta a necessidade de realizar a articulação entre o texto- contexto musical. Para compreender o contexto ao qual a produção

do álbum musical *A Divina Comédia ou Ando Meio Desligado* (1970) utilizamos alguns textos que tratam das memórias sobre a época:

Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a “sociedade de opulência” ou a “unidimensionalidade da sociedade burguesa”, mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. (VENTURA, 2008, p. 96)

É de suma importância lembrarmos em qual contexto o Brasil estava inserido: no ano de 1970, ao qual data o lançamento do álbum dos *Mutantes*, o país estava vivendo os anos de chumbo⁴ da Ditadura Militar, tendo aprovado o Ato Institucional 5 no final do ano de 1968. Napolitano instiga a reflexão sobre quais os veículos utilizados para propagar a canção e entender qual a mensagem que o artista tenta passar a seu público, ou seja como e qual a mensagem que a produção musical chegava ao público. Na referida temporalidade, os meios mais utilizados para a difusão musical eram os *Long Play*’s, as rádios e os festivais de canção⁵. É importante também, para compreendermos as dimensões síncronas e diacrônicas da produção. Sobre esta questão, Rita Lee cita que:

Os Mutantes nunca foram vendedores de disco nem frequentadores das tais paradas de sucesso em rádios. Éramos apreciados por nossa esquisitice visual e sonora. Hoje somos considerados *cult*, mas na época ganhamos o apelido brega de “os the brasiliã bítous” (escrito assim mesmo), para orgulho dozmano e um certo constrangimento meu, afinal, ser fã dos Beatles não significava querer ser os Beatles. (LEE, 2016, p. 95)

Neste sentido, pretende-se analisar as questões textuais de algumas músicas do álbum *A Divina Comédia dos Mutantes ou Ando Meio Desligado* e as performances dos mesmos durante os shows, utilizando-se da autobiografia da cantora e ex-mutante Rita Lee (LEE, 2016) e da prosopografia do grupo, escrita pelo jornalista Carlos Calado (CALADO, 2012), e da entrevista que o ex-mutante Arnaldo Baptista participou (CANAL BRASIL, 2005) a fim de compreender também quais eram os processos de produção da banda e suas experiências. Atentando-se ao fato de que entrevistas, assim como outras fontes, necessitam de tratamento teórico-metodológico, Verena Alberti em seu artigo (ALBERTI, 2008, p. 158), afirma que, como todas as fontes, a História Oral (no caso, a entrevista) “como todas as

⁴ “[...] consolidação de um autoritarismo linha dura, a marginalização de líderes moderados civis e militares e a brutal repressão de movimentos de oposição. Os cinco anos subsequentes costumam ser chamados de os ‘anos de chumbo’ ou simplesmente ‘o sufoco’, expressões que descrevem o clima restritivo vivenciado pelos opositores do governo militar. Nesse período ocorreu a destruição do movimento de guerrilha numa operação que dependia substancialmente da utilização de tortura, além do exílio forçado de professores, jornalistas e artistas da esquerda. No governo de Emílio Garrastazu Médici, que assumiu a presidência em outubro de 1969, o governo autoritário atingiu seu auge no Brasil.” (DUNN, 2009, p. 176)

⁵ Sobre o III Festival de Música Brasileira, ver *Uma noite em 67* (Direção Renato Terra e Ricardo Calil, 2010).

fontes, necessita de interpretação e análise". Podemos utilizar o conteúdo da entrevista para realizar o cruzamento de informações. Vale ressaltar que esse exercício também pode ser aplicado na utilização da autobiografia e da prosopografia, pois como versa Pacheco Borges: "A própria vida do biografado fornecerá pistas para outras fontes, como sua produção no campo da arte, da indústria, da política, da ciência etc." (PACHECO BORGES, 2008, p. 214). Em relação a citação anterior, podemos exemplificar:

"Ando Meio Desligado", a canção que defenderam nesse ano, fora quase composta quase na marra. Como o prazo para as inscrições já estavam se encerrando e os três não tinham nada de muito interessante na gaveta, o jeito foi inventar rapidamente alguma coisa. Tinham acabado de fumar um *baseado*, no quarto de Sérgio, quando ele mostrou a primeira parte de uma melodia, que logo ganhou uma linha de baixo inspirada em "Time of the Season", *hit* do conjunto inglês The Zombies. Também com uma mãozinha de Arnaldo, Rita escreveu a maior parte da letra. A sensação de desligamento provocada pela maconha serviu de ponto de partida para um dos maiores sucessos dos Mutantes. (CALADO, 2012, p. 197)

Esse trecho é excelente para compreendermos como as produções biográficas podem nos auxiliar na construção da pesquisa, visto que no mesmo encontramos detalhes sobre o processo e o objetivo de produção da música (escrita para concorrer ao VI Festival Internacional da Canção, em 1969), o estado em que os compositores se encontravam quando a escreveram (estavam sob efeito de um *baseado*), qual referência musical eles utilizaram (a música *Time of the Season* da banda The Zombies), bem como as dinâmicas de composição da canção (a letra foi escrita majoritariamente por Rita Lee).

A DIVINA COMÉDIA DOS MUTANTES

O terceiro álbum dos *Mutantes* foi lançado no ano de 1970. Produzido pela Polydor e contendo 11 faixas- Lado 1: Ando Meio Desligado; Quem Tem Medo de Brincar de Amor; Ave, Lúcifer; Desculpe, Babe; Meu Refrigerador Não Funciona; Lado 2: Hey Boy; Preciso Urgentemente Encontrar Um Amigo; Chão de Estrelas; Jogo de Calçada; Halleluia; Oh! Mulher Infel. Em sua autobiografia, Rita Lee faz referência a um diálogo interessante, afirmando que os integrantes disseram estar sérios demais na capa, então queriam "descontare chocar" na contracapa: "Sim, nós três pelados numa cama *king size* atacando uma bandeja de guloseimas, enquanto Dinho (o amigo deles que arranhou a bateria nas gravações) nos observa fantasiado de general nazista!" (LEE, 2016, p. 94)



Imagem 1: capa arte do álbum *A Divina Comédia dos Mutantes ou Ando Meio Desligado*, de 1970

(Fonte: 45worlds)



Imagem 2: Contracapa da arte do álbum *A Divina Comédia dos Mutantes*, de 1970 (Fonte: 45worlds)

Realizando a articulação entre os parâmetros verbo-poéticos e os parâmetros musicais de criação, vamos realizar uma breve análise de uma faixa do álbum:

Quem tem medo de brincar de amor (Os Mutantes, 1970)

Ah! Deixa pra lá meu amor
Vem comigo e esquece
Este drama ou o que for

Sem sentido

Ama não ama se ama

Me chama que eu vou

Ah! Hoje em dia tudo mudou

Deixa disso

Não guarde pra si o que é meu

Vem comigo

Na faixa *Quem tem medo de brincar de amor* podemos perceber que a mesma se trata sobre relações sexuais antes do casamento, o que de contra aos valores morais da sociedade católica e conservadora da Ditadura Militar pregava. Em outro trecho desta música, encontramos o trecho “Ah! Hoje em dia tudo mudou// Deixa disso// Não guarde pra si o que é meu// Vem comigo” onde podemos notar uma recusa em relação aos tratamento tradicional em relação a temática do sexo, ao afirmar que “hoje em dia tudo mudou”. Esta faixa, de acordo com Carlos Calado, teve seu título alterado devido à censura: “Quem Tem Medo de Brincar de Amor (cujo título original, ‘Quem Tem Medo de Fazer Amor’, teve que ser alterado por causa da Censura).”(CALADO, 2012, p. 203).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em construção, portanto ainda não temos resultados a serem apresentados. Todavia, existe a possibilidade de novas abordagens sobre a temática da História e Música, visto que a produção cultural dos *Mutantes* é vasta e diversificada. Trabalhos relacionados à banda *Os Mutantes*, músicos e musicistas podem ser realizados, utilizando-se de ópticas e metodologias diferentes, e assim nos auxiliar a preencher a lacuna existente entre a História e a Música.

REFERÊNCIAS

Primárias

CALADO, Carlos. **A divina comédia dos Mutantes**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2012

CD Album. Disponível em <<http://www.45worlds.com/cdalbum/cd/0042282588524>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2020.

LUZ, CÂMERA, CANÇÃO: ARNALDO BAPTISTA. Dirigido por Paulo Henrique Fontelle. Canal Brasil: 2005. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=TE_H3cxoUWI>. Acesso em: 09 dez. 2018.

MUTANTES, Os. A DIVINA COMÉDIA OU ANDO MEIO DESLIGADO. Polydor: 1970. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dDZqzsOvvf4&index=2&list=PL3IfvYSK4XMOpDlwXRQnJosgGuZDDaXHz>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Uma Noite em 67. Direção: Renato Terra e Ricardo Calil. Duração: 85 minutos. Brasil, 2010.

Bibliográficas

CHIMÈNES, Myriam. Musicologia e História: fronteiras ou “terra de ninguém” entre duas disciplinas? In: **REVISTA DE HISTÓRIA. Departamento de História da FFELCH-USP.** São Paulo: Humanitas/ FFLCH- USP, nº 157, 2º semestre de 2007, p. 15- 29.

DELMANTO, Júlio. **História Social do LSD no Brasil:** os primeiros usos medicinais e o começo da repressão. São Paulo: Elefante, 2020.

DUNN, Christopher. **Brutalidade Jardim:** a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATOS, Olgária C. F. **Paris 1968:** barricadas do desejo. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MEDEIROS, Paulo Tarso Cabral de. **Mutações do sensível:** rock, rebeldia e mpb pós- 68. João Pessoa: Manufatura, 2004.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Festival da Record de 1967- 50 anos, Música Brasilis, 05/09/17. Disponível em: <[musicabrasilis.org.br/temas/ festival-da-record-de-1967-50-anos](http://musicabrasilis.org.br/temas/festival-da-record-de-1967-50-anos)>. Acesso em: 07 dez. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968- o ano que não terminou**. Edição revisada. Editora Planeta do Brasil, 2008.

DINARTE MARIZ: VIDA, TRAJETÓRIA E SEU DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA POLÍTICA (1954 – 1958)

Larisse Santos Bernardo¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender os caminhos traçados e percorridos da figura pública de Dinarte de Medeiros Mariz, a partir de suas origens do interior do sertão do Seridó, e os desafios encontrados para que ele se tornasse uma figura de renome nacional, sendo capaz de influenciar politicamente todo o Estado do Rio Grande do Norte. Na busca de traçarmos sua trajetória política, notadamente, sua vida pessoal estará em evidência e será descrita no decorrer da narrativa bem como se faz necessário compreendermos o imaginário político vivido em sua época, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para que ele se tornasse um dos políticos mais relevantes na história do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, vale salientar as disputas de poderes existentes nesse momento, que irão fazer com que Dinarte Mariz entre na vida política e ao mesmo tempo se torna um nome de “peso” na política brasileira. Faz-se necessário compreender a conjuntura política do Seridó a partir do início do século XX, período em que essa região conquista visibilidade econômica e política em defluência do desenvolvimento da cotonicultura. É nesse cenário que emerge a figura de Dinarte Mariz, um remanescente da cultura algodoeira e da pecuária, que por sua vez comandava política e economicamente a região do Seridó. Então, é a partir da dessa região, precisamente, da cidade de Caicó, que fica fixada em pleno semiárido nordestino, no sertão do Seridó, que é caracterizada pela escassez e a instabilidade das chuvas, e este espaço por sua vez propiciou a criação de um grupo oligárquico – familiar, que apareceu com o desenvolvimento da cotonicultura, representado pelo seu líder maior, o coronel, José Bernardo de Medeiros.

Observando a vida e sua trajetória política, o artigo intitulado *Período Republicano* da fundação José Augusto descreve que *Dinarte de Medeiros Mariz*, nasceu em Serra Negra (RN) no dia 23 de agosto de 1903, filho de Manuel Mariz Filho e de Maria Cândida de Medeiros Mariz o quinto entre quatorze filhos do casal. Seu avô, José Bernardo de Medeiros,

¹ Mestranda-MHIST/CERES-UFRN. Endereço de e-mail: larissesantosbernardo@yahoo.com.br

foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1890 a 1907. Com vinte e um anos de idade, Dinarte Mariz contrai matrimônio com Diva Wanderley, filha de Vigolino Pereira Monteiro, comerciante no setor pecuário e político de Campina Grande – PB.

Dinarte cursou o primário em sua cidade natal, encerrando nesse nível sua educação formal. Antes de enveredar na carreira política Mariz foi agricultor, comerciante, minerador e empresário.² Seu primeiro ato político se deu no ano de 1927, com apenas 24 anos de idade, quando solicitou a intendência, ou seja, a prefeitura da cidade de Serra Negra do Norte. Esta reivindicação, por sua vez, não obteve resultados, uma vez que, a família na época pensou que não era a vez dele, fato que o deixou bastante angustiado, fato este que foi confirmado por Olavo de Medeiros Filho:

Conversando certa vez no alpendre da fazenda Solidão, perguntei a Dinarte Mariz quais os motivos que o teriam levado a participar da Revolução de 1930, sendo ele parente e conterrâneo do Governador Juvenal Lamartine de Faria, deposto pela referida Revolução, dando uma risada, afirmou-me Dinarte Mariz que tudo teria origem em um pedido que ele fizera a Juvenal Lamartine propondo-se a ser prefeito de sua querida cidade Serra Negra do Norte. O pedido provocou gargalhadas em Juvenal, que descartou a pretensão do parente, pessoa que, segundo ele, não preenchia as condições exigidas para ocupar a chefia da edilidade. (LIMA, 2003, p. 166).

Então em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), era comerciante de algodão em Caicó (RN), e ingressou na Aliança Liberal³ — agrupamento político oposicionista formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, provocou a eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual o então Dinarte Mariz sob o comando do capitão do exército Abelardo Torres da Silva Castro participou da revolução no Rio Grande do Norte.

Vida e trajetória política

² Ver em: LAMARTINE, 2003, p. 187.

³ A Aliança Liberal foi formada em 1929 por setores dissidentes da oligarquia paulista e mineira insatisfeita com o sistema excludente. (SPINELLI, sd., p. 15)

Dinarte Mariz assim como ficou conhecido, ingressou na vida pública como prefeito de Caicó, na revolução de 1930⁴, que teve seu apoio integral no Estado. Através de seu forte desempenho como figura política exerceu o mandato de senador por cinco vezes, tendo sido a última por escolha indireta do presidente da República. Nessa linha de influência por mais de uma vez, foi 1º secretário do Senado, um dos cargos mais importantes daquela Casa legislativa.

Podemos observar que Dinarte, foi o precursor de uma disputa ferrenha que existe no Rio grande do Norte, disputa essa conhecida através dos partidos, Vermelho x Verde. A origem desta rixa de cores de partido veio na década de 60, quando o Governo do Estado foi disputado por Aluizio Alves e Dinarte Mariz, período que surgiu a Ditadura Militar e, conseqüentemente, os partidos MDB e Arena.

Sendo assim, a obra “Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz” de Diógenes da Cunha Lima, descreve que sua vinculação com a política era algo que estava instituído pela velha tradição, a qual seu grupo familiar pertencia, sendo Dinarte:

Um descendente de Tomaz de Araújo Pereira primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi duas vezes presidente da província do Rio Grande do Norte, foi constituinte em 1891 e senador de 1900 a 1907. O Padre Francisco Brito Guerra, seu tio- bisavô, foi senador do império José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, seus primos, foram governadores, deputados e senadores. Monsenhor Walfredo Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo e o General Antônio Fernandes Dantas, pertencentes a mesma árvore genealógica, foram governadores. Seu sogro, Vigolino Pereira Monteiro, foi prefeito de Campina Grande na Paraíba, e seu cunhado, Vigneaud Borborema Wanderley foi senador pela Paraíba, e ainda foram prefeitos seus irmãos Descarte e Deroci. (LIMA, 2003, p. 57).



⁴ O movimento revolucionário de 1930 tratava-se de questionar a forma de dominação da República Velha, assentada na política dos governadores comandada por São Paulo e Minas Gerais. (Idem, ibdem).

Figura 01: Dinarte de Medeiros Mariz

Fonte: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/dinarte-mariz/>

Ao concebermos sua descendência política, compreendemos que a mesma integra parte de uma parentela que conseguiu se manter no poder. Segundo Linda Lewin:

A parentela está associada a uma organização social e estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculam de maneira personalística, constituindo os membros de sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e os serviam lealmente em que ingressavam por nomeação. (LEWIN, 1997, p.113).

Nesse ponto de vista, de acordo com o livro intitulado, “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, durante a vigência do regime militar, foi o político mais influente do Rio Grande do Norte e um dos homens mais bem informados do País. Foi quem comunicou ao ministro Jarbas Passarinho, em primeira mão, a gravidade da doença do presidente Costa e Silva, de quem era amigo pessoal, e que viria a falecer pouco tempo depois. No governo dele, o senador era o donatário do Rio Grande do Norte. Nada se fazia aqui sem sua concordância. De acordo com essa obra Dinarte Mariz era intuitivo, dotado de uma privilegiada capacidade para decidir, comandar e liderar. Seus gestos eram tão largos quanto à capacidade de amar e perdoar.

São diversos momentos que observamos o poder político que Dinarte possui, o mesmo em uma de suas várias entrevistas que deu, diz a seguinte frase: “Do Rio Grande do Norte,” eu sei até a data do nascimento das crianças”. Com essa frase ele quis dizer que sabia de tudo, do seu estado de origem, pois o mesmo era uma liderança que compreendia seu território. Vale salientar que de acordo com a obra anteriormente citada, no Congresso Nacional ele era abordado por todos os jornalistas, embora uma maioria discordava de suas posições políticas, gostavam dele, diziam que era uma fonte inesgotável de notícias.

Com base na obra já citada, outro momento marcante na trajetória de Dinarte Mariz, se dá quando ele foi escolhido para prefeito de Caicó em 1930, cargo do qual se afastou após dois anos em face de seu apoio ao Movimento Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Como homem bem articulado e inquieto que era, de volta ao seu estado natal fundou o jornal “A Razão” e foi um dos fundadores do Partido Popular ao tempo em que prosperavam seus negócios com o algodão. Vale salientar que Dinarte foi empresário,

agropecuária e comerciante. Observamos também na obra que durante a Intentona Comunista iniciada em Natal à 23 de novembro de 1935, Mariz foi um dos que comandaram a repressão ao levante, recusando-se, contudo, a retornar ao meio político devido a sua oposição ao Estado Novo.

Analisando a obra “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, vemos que em meados dos anos 1945 Dinarte Mariz ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e nesse mesmo ano foi derrotado na disputa por uma cadeira de senador, fato que se repetiria em 1950, notadamente não era motivo para que ele desistisse do que tinha proposto para sua carreira política, persistente, teve êxito em 1954 e em 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte.

Um dos grandes marcos em seu governo foi a criação da Universidade do Rio Grande do Norte. Na acomodação das forças políticas que se seguiram, Mariz sofreu uma derrota em 1960 quando o seu candidato a governador foi derrotado por Aluizio Alves.

Dinarte Mariz uma força tão venerada que influenciou a política local por mais de meio século, morreu aos 81 anos de idade, no dia 9 de julho de 1984. Deixando para trás um legado político jamais visto na história do Rio Grande do Norte.

Com tudo, a abordagem metodológica utilizada será a História Oral e Análise do discurso, que contribuirá para que possamos compreender relatos e abordagens de pessoas que diretamente ou indiretamente tiveram contato com Dinarte, bem como amigos, familiares, vizinhos, levando em consideração o quanto essa metodologia se faz essencial observamos que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Nessa compreensão, de acordo com Thompson, compreende-se que a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e culturas por meio de

relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências, que são registradas pelo sentido auditivo de quem a registra, é sabido elencar que nessa metodologia a escuta sensível se faz necessária bem como o olhar, pois compreende também a história oral pelo seu caráter interdisciplinar, que demonstra como a interação humana permeia e transcende todas as barreiras. A história oral nos mostra um viés de sensibilidades que nos permite enxergar a história desse líder político como um marco na cultura seridoense bem como todo o Estado do Rio Grande do Norte e o Brasil.

Nessa perspectiva de História Oral como metodologia a autora Marieta de Moraes Ferreira em sua obra intitulada “História Oral: velhas questões, novos desafios”, traz em suas análises e discussões assuntos básicos concernentes com o uso da história oral dos quais estão o seu estatuto, possibilidades, seus desafios e suas limitações, quanto ao desenvolvimento de trabalhos científicos através de seus empregos no campo de pesquisa, com tudo ela afirma que:

Os que defendem a história oral como técnica privilegiam com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca, como tipos de aparelhagem de som, formas de transcrições de fitas de organizações de acervo etc. [...] Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, e muitos deles são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas), que utilizam as entrevistas de forma eventual [...]. (FERREIRA, 2011, p. 169).

A fala da autora corrobora sobre a importância e a autonomia de se trabalhar com História Oral, método esse contribuinte para o desenvolvimento dessa narrativa.

Se tratando da análise de discurso representada pelo filósofo Michel Foucault no qual descreve que o historiador deve buscar entender o discurso e suas relações de poder, analisar, refletir e criticar. Essa metodologia como podemos observar nas palavras escritas pelo autor José D’ Assunção Barros com um olhar através das ideias de Michel Foucault permite ao historiador mais uma vez trabalhar com um olhar sensível, pois nessa perspectiva estamos analisando memória e discursos que nas entrelinhas existe todo um contexto social, privado, uma história de vida. Foucault um filósofo que se fez historiador nos traz uma lição no que tange ao discurso quando descreve que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou suas práticas. Essas palavras descrevem bem como ao trabalhar com a História do Discurso temos que entender todas as conjunturas que envolvem a pesquisa e as pessoas envolvidas, para que possamos trilhar o

melhor caminho a ser seguido, corroborando para que a narrativa tenha êxito em seu objetivo. Nessa perspectiva observa-se que a análise de discurso é uma metodologia que permite aprofundar no objeto de pesquisa, pois segundo FOUCAULT:

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Nesse contexto, pensar as sociedades e seus diferentes discursos produzidos é segundo Foucault “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 1998, p. 8 – 9). Isso parte da premissa da qual temos conhecimento da nossa sociedade e de que há posicionamentos de exclusão e de impedimentos quanto aos posicionamentos de um determinado discurso, visto que nem todos tem o direito de dizer tudo, como também falar de tudo em qualquer âmbito.

Então diante dessa conjuntura, a sociedade ela se priva de por em prática certos tipos de discursos uma vez que elas se comportam de maneira em que estão pautados os discursos que são favoráveis a determinado tipo de assunto. Então, segue assim um ritual de direito privilegiado ou de exclusão quanto ao sujeito que quer falar, e esta exclusão da qual se encontra dentro dos discursos é compreendida por Foucault como um tipo de interdição. Dentro desse caminho de exclusão e o seu ligamento com a interdição que está presente nos discursos embasados e voltados para a sexualidade e sobre política. Segundo Foucault:

[...] como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 1998, p. 9 – 10).

Dessa forma, “A ordem do discurso” obra produzida por Michel Foucault discorre sobre os discursos presentes nas diferentes sociedades a partir de suas várias vertentes como a exclusão, a interdição, a separação e os seus procedimentos de como eles devem ser vistos e analisados. Diante disso, Foucault mostra que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1998, p. 49).

Portanto, os discursos seguem o caminho da verdade a qual se encontra dentro de qualquer manifestação das sociedades que os utilizam para demonstrar seus posicionamentos e ensejos de uma determinada situação. Assim, pode-se dizer que todo discurso tem seu próprio significado.

Deste modo, Foucault já denota a importância de compreendermos essa metodologia, que notadamente é densa, mas que propicia uma leitura mais próxima do objeto que está sendo descrito, por se tratar de depoimentos, de memórias da sociedade da cultura de vivências e experiências.

Há também o uso dos jornais como fonte, e estes por sua vez permeiam as análises e procedimentos para o desenvolvimento de trabalhos científicos. Dessa maneira, a historiadora Tania Regina de Luca, vem abordar os usos dos periódicos como fonte de pesquisa para os trabalhos históricos. Trás em suas entre linhas e análises as várias vertentes possíveis e presentes dentro dos jornais e revistas. Segundo Luca, no início da década de 1970 os números eram relativamente pequenos quanto à utilização de jornais e revistas como fontes para com a história do Brasil. Para isso, deveria haver uma mobilização para a construção de narrativas com base na imprensa, pois estes documentos são de suma importância para a construção de um bom trabalho, que seria a história por meio da imprensa.

Surgem assim os apontamentos para a História nova e além do que está ao alcance. É a partir desses novos caminhos que o historiador deve ser livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, e sim buscar valer-se de caminhos com fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e que estas estejam distanciadas do seu próprio tempo, ou seja, procurar ir além dos documentos que existem ao seu redor. Então, os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, dão sugestões e amparo

através da interdisciplinaridade com contribuições metodológicas que auxiliarão o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria pesquisa.

Dessa maneira, os estudos com base nos periódicos podem levar-nos para caminhos que possam andar juntos como a imprensa e o mundo das letras, que por sua vez, proporcionar a sobreposição entre a história e a literatura. Esta relação dos grupos literários com a imprensa leva a outros aspectos com especial importância para as revistas, pois elas foram utilizadas pelo movimento de vanguarda e as elegeram como o veículo privilegiado para divulgar os seus manifestos.

Considerações finais

Corroborando com os trabalhos já desenvolvidos sobre “Dinarte”, esse trabalho busca levar o leitor a um momento de reflexão sobre um homem que tem suas origens no interior do Seridó e que por determinação e muito trabalho, se tornou um dos maiores nomes da história política, inclusive no período das oligarquias. No decorrer da construção dessa narrativa, temos a certeza que muito mais está para ser descrito sobre Dinarte, vale salientar que essa obra é uma escrita inicial que mostra a proposta de como será importante descrever a história desse líder político, é sabido relatar que por se tratar de uma figura tão grandiosa, esse trabalho irá apenas ser mais um contribuinte na formação de ideias que ressaltam a importância que esse político possui para o Rio Grande do Norte.

Por fim, notadamente percebe-se que Dinarte até os tempos atuais é referência de político e isso se dá pelo fato de que ele além de ser bem articulado politicamente, foi exemplo de respeito, solidariedade e fatos esses comprovados pelos seus registros em seus discursos e suas escritas, vale salientar que é uma figura tão marcante que em cada cidade do interior iremos encontrar uma rua com seu nome, ou uma estátua, ou um busto em praça pública, a história de Dinarte é cultura é memória é identidade.

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

Disponível em: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/dinarte-mariz/> Acesso às 13:00hs do dia 20 de Julho de 2019.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. C., SILVA, E. A. da. **Figuras e Imagens de Dinarte Mariz: cenas de sua trajetória político e social.** Monografia, Caicó – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: velhas questões, novos desafios.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História,** Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LAMARTINE, P. **Personagens Serra-negrenses.** Natal, Sebo Vermelho, 2003.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso a Oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Solidão, Solidões: Uma biografia de Dinarte Mariz.** 2ª ed. Brasília, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MACHADO, João Batista. **“Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”**, ano. 2000 ed. Depto Estadual de Imprensa.

MAIA, Agaciel da Silva. **Dinarte Mariz Vida e luta de um potiguar.** / Agaciel da Silva Maia; (prefácio de Jarbas Passarinho) – Brasília; A. da S. Maia, 2005.

MARIZ, Dinarte. **A Vida de um Revolucionário.** Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

MEDEIROS, M. **Dinarte Mariz governou sem chá de cadeira.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão: um outro geográfico.** Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

NEVES, E. F. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural.** POLITÈIA (UESB), Vitória da Conquista, v.3, p. 153-162, 2003.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, p. 9-28, jun. 2002

Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura, Acesso às 13:00hs do dia 19 de julho de 2019.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>, Acesso às 12:00hs do dia 10/09/2019.

QUINTA DA HISTÓRIA: DA RUA A REDE SOCIAL ¹Luciano Fábio Dantas Capistrano²**1. Introdução**

Procuro neste artigo fazer uma reflexão sobre ações de educação patrimonial em duas vertentes, a organização de circuitos históricos, através de ambientes formais e não formais de educação, e no uso de redes sociais, precisamente uma página que administro no Facebook: “Gestores do Centro Histórico. Também permearei a feitura do artigo, com diálogos do meu ofício de Professor e Historiador, explico, as duas faces da mesma moeda. Em 2007, fui nomeado Historiador da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB), a partir de então, exerço as duas funções. São dois campos da história com suas particularidades. Este mister, Professor/Historiador, determinou minhas escolhas.

Este é meu lugar de partida, o magistério estadual, a mais de 18 anos trabalhando em escolas privadas e públicas, - há 11 anos como professor da Escola Estadual Myriam Coeli -, e historiador de uma Instituição Municipal, que entre outras atribuições, desenvolve políticas de preservação do Patrimônio Cultural da urbe. Aviso, minha escolha da cidade como objeto de pesquisa e reflexões históricas advém desses lugares. Do meu ponto de partida. A escola ea secretaria.

Pensando em percurso nesse artigo, farei uma abordagem em três momentos e uma conclusão.

Em um primeiro momento, faço uma imersão no conceito de Patrimônio Cultural, nesta seara caminharei sobre a estrada pavimentada por Pedro Funari e Sandra Pelegrini, em *Patrimônio Histórico e Cultural*, os autores fazem ao longo da obra uma discussão sobre o papel da relação identitária das comunidades com o Patrimônio Cultural, nesse sentido, defendem que a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade na qual se inserem (FUNARI;PELLEGRINI, 2006,p. 59); ainda nessa temática, sigo os passos do historiador Carlos Lemos, em seu, *O Que é Patrimônio Histórico*, o livro

¹ Artigo apresentado originalmente para conclusão da disciplina Tecnologias da Informação e Comunicação e Ensino de História, do PROFHISTORIA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vanessa Spinosa.

² MESTRANDO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTORIA/PPGEH - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professor de História da Escola Estadual Myriam Coeli; Historiador da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura de Natal. Endereço de e-mail: lulahisprofessor@gmail.com

dedica um capítulo a questões relacionadas a como preservar, apontando caminhos a partir dos marcos regulatórios e também fazendo uma menção ao viés da educação não restrita ao ambiente escolar, diz Lemos: “ a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da educação popular”. (LEMOS, 2006, P.83). E por fim, utilizei na feitura desse artigo, dois estudiosos do espaço urbano, Ulpiano Meneses, com o artigo, *Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano* e, José Barros em *Cidade e História*.

No segundo momento, faço uma rápida trilha na História Publica, neste campo, vou na companhia da Historiadora Ana Kallás, com o artigo, *Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história*. Kallás, faz uma contextualização do debate sobre o revisionismo histórico, que cresce com a digital da negação do Holocausto Judeu, em seu artigo apresenta as origens do tema, o Uso Público da História, nessa questão, de certo modo, faz uma provocação para nós historiadores ocuparmos os espaços diversos onde se dá o debate historiográfico para além dos muros acadêmicos. Também encontro refúgio em *Escritos sobre história e internet*, do historiador Dilton Maynard. Utilizo principalmente o segundo capítulo, *Aprender história pela internet: notas sobre o portal Metapedia*, o historiador Maynard, consegue fazer de sua narrativa um convite para nos inserirmos neste mundo da Internet, de algum modo, ainda um terreno pantanoso para a historiografia. Expõe exemplos, diversos dos domínios, como o Metapedia, sítios ocupados por grupos de extrema direita com a única finalidade de desqualificar a produção historiográfica.

No terceiro momento, busco na historiadora Anita Lucchesi, principalmente em seu artigo, *História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública*. Lucchesi, já no início de seu artigo, apresenta os pilares, luzes para compreender minhas inquietações sobre o uso das novas tecnologias em meu fazer de historiador. Como propõe Anita Lucchesi, “[...] apresentar aqui (em seu artigo) algumas características e problemas, [que] tratam da apropriação da Internet pela História” (LUCCHESI, 2013, p.1), e, finalizando este momento, encontro na historiadora Marcella da Costa, e sua dissertação, *Currículo, História e Tecnologia: que articulação na formação inicial de professores?* Em sua dissertação, Marcella Costa, faz uma radiografia, de diversas produções da graduação e pós- graduação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre a formação de professores do ensino de história e a utilização das novas tecnologias no ensino de história.

Na conclusão faço uma espécie de caminhada por ruas e becos, historiográficos, tendo como cenário a cidade de Natal e os suportes teóricos que acompanharam essa narrativa

desde o início. Os diálogos sobre o Patrimônio Cultural e o Uso Público da História, são o mote para, nessa última parte do artigo, fazer uma análise das ações que desenvolvo no âmbito da Educação Patrimônio, no ambiente escolar e em outros ambientes, para públicos diversos. Apresento, enfim, uma experiência iniciada em 2014/2015, com a administração de uma página na rede social, Facebook, Gestores do Centro Histórico. Quinta da História: Da rua a rede social, uma trajetória permeada por vivências demandadas onde o professor e o historiador, se configura em um: o Professor de História.

2 Educação Patrimonial: uma escolha

A cidade é um lugar de múltiplas identidades, andar por ruas e vielas é viver uma rica experiência do espaço urbano. Em meu ofício de historiador me encaminhei pelos caminhos sinuosos da cidade de Natal em busca de compreendê-la, entender sua expansão ao longo do tempo. A cidade, como diz a poesia de Nei Leandro de Castro “não se abre fácil”. Neste percurso, trilhei as veredas abertas por memorialistas, cronistas, poetas, fotógrafos, urbanistas, historiadores, enfim, por escritos sobre o espaço urbano.

E a Preservação do Patrimônio Cultural? O que fazer? Nesta multiplicidade que é o espaço urbano, um dos caminhos que percorro como professor e historiador, é o da Educação Patrimonial. Como nos ensina Funari e Sandra (2006, p. 55):

A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas públicas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

Ao me deparar na SEMURB com questões de descaso com o patrimônio edificado, como por exemplo, os antigos prédios do bairro da Ribeira, mesmo protegido com uma legislação específica e alguns reconhecidos como patrimônio histórico do município, iniciei um projeto denominado Circuito Histórico Ribeira – Cidade Alta. A finalidade era possibilitar instituições de ensino e a comunidade de Natal, de um modo geral, um conhecimento do Patrimônio Cultural a partir de roteiros realizados a pé nestes dois bairros. Como recomendou Funari e Sandra, realizando uma ação de Educação Patrimonial.

Ao pensar sobre o fazer historiográfico seja em sala de aula, no chão da escola, ou, em outros espaços, como por exemplo, uma página no Facebook, não me distancio das

diretrizes apontadas nos documentos diretivos do MEC (Ministério da Educação), aqui faço uma referência a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Diz a BNCC:

A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (BNCC, 2018, P. 563)

Nestes termos presentes na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) me fiz andarilho das ruas e becos da urbe. Na verdade os conceitos historiográficos da BNCC são pilares a fundamentar o desenvolvimento de projetos objetivando ocupar as ruas e as redes sociais com a temática do Patrimônio Cultural, e, deste modo inserir, essa temática, no âmbito dos ambientes formais e “informais” de educação, pois necessário pautar políticas públicas com o viés da educação patrimonial, assim justificado quando identificamos:

[...] a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da educação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LE MOS, 2006, p. 83)

É importante esclarecer que este percurso se faz sobre “ruínas” deixadas nos diversos tempos da cidade, palco de nossa jornada. Ao propor neste artigo fazer a narrativa tecida a partir do meu lugar, o magistério e o técnico, ou seja, o professor e o historiador, logo de início percebi não se ruma tarefa fácil, são muitos os labirintos a serem percorridos. Sinuosos becos, tão obscuros quanto o Beco da Quarentena, localizado no Bairro da Ribeira, antes um lugar de alegres encontros de alcovas, hoje, um símbolo dos lugares de memórias em risco de cair no fundo buraco do esquecimento.

Agora algo deve incomodar o leitor em maior ou menor intensidade: de qual conceito de Patrimônio Cultural tenho me referido? Sim fiz uma caminhada por veredas abertas através dos fundamentos da educação patrimonial associada aos lugares de saberes, da educação formal, da escola, ou não formal, da rua ou das redes sociais. Até aqui, me preocupei em

demonstrar ser fundamental a existência em uma Política Pública de Patrimônio Cultural, o viés da Educação Patrimonial.

De que patrimônio Cultural me refiro, então?

[...] os especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Essa noção, por sua vez, é mais ampla, abarcando não só a herança histórica, mas também a ecológica de uma região. Assim, em última instância, podemos definir patrimônio cultural (incluindo nessa a ideia patrimônio histórico) como o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e compõem um determinado entorno ambiental de valor patrimonial. Em sua origem, todavia, o patrimônio tem sentido jurídico bastante restrito, sendo entendido como um conjunto de bens suscetíveis de apreciação econômica. (SILVA; SILVA, 2014, p. 324)

Compreendo então o Patrimônio Cultural, em sua amplitude conceitual, dos bens imateriais aos materiais, deste modo penso também nas questões referentes ao patrimônio tangível e intangível, afinal, a produção cultural se faz envolta das singularidades, inclusive, dos tons da emoção, para além do fazer existe os saberes. São na verdade um conjunto de conceitos e legislações a garantir uma passagem, razoavelmente, segura sobre essa estrada na qual o historiador seguiu seu ofício.

A Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, da UNESCO, acontecida em 1972, na cidade de Paris, define o patrimônio cultural e o patrimônio natural, este é mais um pilar do qual faço uso para compreender este patrimônio cultural da urbe. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida na Cidade Luz, iluminou os becos entrançados desse tema em questão ao definir em seus artigos:

Art. 1º Para os fins da presente convenção serão considerados como “patrimônio cultural”;

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os sítios; obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluem sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art. 2º Para os fins da presente convenção serão considerados como “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (CURY, 2004, p. 178-179)

A cidade por condição primeira é um espaço permanente de disputas, muitos são os agentes sociais e suas feitura do que seja a cidade, deste modo, a identidade cultural e os espaços de memórias a serem preservados são cenários dos fazedores dos lugares de memórias. Neste rumo trago para reflexão ainda inquietações sobre o cotidiano das pessoas. Os habitantes e visitantes da urbe, são personagens fundamentais para o processo de identificação do patrimônio cultural urbano. Vejamos mais adiante, essa apropriação do espaço urbano, em seu cotidiano ressignificando espaços e provocando no historiador um novo olhar sobre o patrimônio cultural e o uso público que se faz desse patrimônio.

A título de exemplo dos ressignificados de determinadas áreas da cidade e da ocupação do sujeito sobre determinado espaço urbano, as fotos abaixo, uma da Praça Padre João Maria e a outra do Beco da Lama³, locais que sofreram recentemente, intervenções a partir de grupos distintos da sociedade e ganharam novos sentidos para a população da urbe. Na foto a movimentação de personagens como o vendedor ambulante na Praça Padre João Maria, durante o Projeto Choro Com Caçua⁴ e o artista Lucas MDS, fazendo um painel no

³ A Praça Padre João Maria e o Beco da Lama são dois logradouros localizados no Bairro da Cidade Alta, em Natal/ RN.

⁴ Choro Com Caçua projeto coordenado pelo musico Carlos Zens, acontece no segundo e penúltimo sábado de cada mês.

Beco da Lama, dentro do projeto de artes de grafismo no centro da Cidade Alta. São espaços de memórias da cidade com uma ocupação dos personagens que fazem a cidade, transeuntes, vendedores ambulantes, artistas, enfim, atores sociais fazendo surgir novas formas de atividades para a região e neste ponto o patrimônio cultural recebe um significativo apelo para justificar essas ações de cunho artístico/cultural nestes logradouros.

Uma economia criativa acontece nestes momentos de atividades destes dois exemplos citados, como bem demonstra a primeira foto. Uma pequena demonstração das possibilidades advindas de políticas referentes ao patrimônio cultural. Neste ponto, chamo a atenção para o papel a ser desempenhado pela educação patrimonial como ação alfabetizadora sociedade no caminho a ser traçado para a formatação de políticas públicas de preservação dos lugares de memórias. Sigamos então para compreender ou buscar compreender a importância do uso público da história neste processo de preservação do patrimônio Cultural, pensando sempre, nas questões que dizem respeito a educação popular, como já me referi anteriormente.



Foto: Luciano Capistrano – O vendedor de coco – Choro Com Caçua



Foto: Luciano Capistrano – Lucad MDS Grafite no Beco da Lama.

2. O campo público da história: um percurso por ruas sinuosas da educação patrimonial

Nestes últimos anos tenho procurado compreender o “Uso Público da História”, não apenas como espaço de domínio do historiador, mas como espaço da ausência do historiador. Nessa perspectiva passei, desde meados de 2015/2016 a administrar uma página no Facebook e em um blogger, neste último, publicando de forma, quase sistemática minhas inquietações sobre a história.

Nesse artigo me concentrarei na página Gestores do Centro Histórico, localizada na rede social Facebook, por ser o espaço voltado às questões do Patrimônio Cultural da cidade de Natal com mais de 27 000 visualizações e com uma média de 2 000 seguidores, tem sido um instrumento importante de diálogo, utilizado por mim, como historiador com os “usuários” da rede social.

Ulpiano Meneses nos apresenta as motivações da utilização da história pública no campo da educação patrimonial, quando assinala os interesses em compreender os caminhos

da história por fora da academia, assim, parece ser o contrário do historicismo acadêmico, este campo público da história precisa ser entendido e ocupado com a ciência histórica:

[...] O que se privilegia é a experiência do histórico, como a história se apresenta, entra na vida das pessoas, quais as formas de existir que ela configura. Para tanto, trabalha com o espaço vivido, inclusive o “tempo cultural”. Carr⁵ trata tais questões como matéria de teoria da história e não se preocupa com estudos empíricos. Interesses compatíveis dominam o campo conhecido como da história pública, basicamente história não acadêmica, cuja ambição é socializar o mais possível o conhecimento histórico e cujo efeito constitui objeto de pesquisa. O que mais interessa da história pública são os estudos de consumo da história [...] (MENESES, 2017, p. 45)

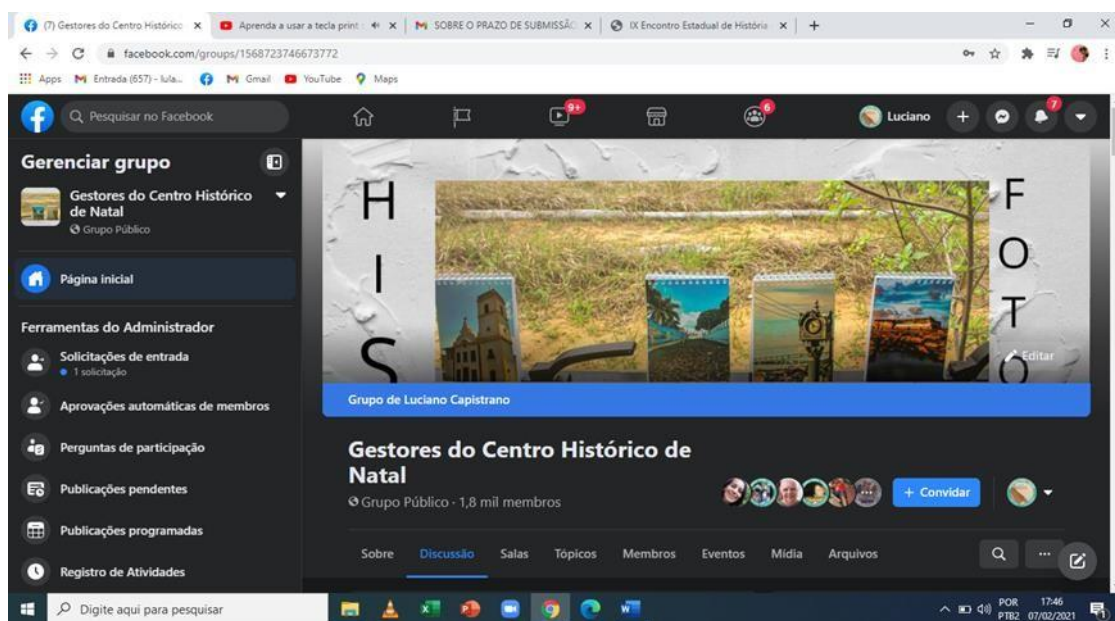
O campo da história pública tem com o advento do mundo das novas tecnologias uma intervenção muito mais percebida no cotidiano social e é neste campo que pretendo me deter a partir de agora, um campo pantanoso porque repleto de dúvidas ou por se tratar de algo recente. Me refiro a um tempo não distante um meio segundo, um século breve, ou uma década breve com as explosões do mundo da informação acelerada na rede mundial de computadores.

Vivemos o tempo das TICs em todos os quadrantes do cotidiano. A história pública não se lê no jornal impresso vendido na esquina, mas encontrado nos diversos sítios abrigados nessa grande rede global. A historiadora Anitta Lucchesi aponta os novos usos da história diante das novas fontes surgidas neste novo mundo das tecnologias em rede. O tempo presente inquieta o fazer do historiador ao:

[...] mesmo achatados por este Tempo Presente, ainda procuramos, a despeito do que se diga do impossível “calor do momento”, produzir algum sentido sobre as disputas – e, por que não, os consumos? – que se fazem deste (s) através da Rede Mundial de Computadores. [...] No limiar do século XXI, as mudanças acumuladas a partir das novas tecnologias instauram uma inquietude nova para aqueles que fazem história utilizando-se dos meios digitais e começam a “desnaturalizar” os novos instrumentos. Inicialmente, de maneira inconsciente, como artesãos diante de uma nova ferramenta ou novo material, enveredaram-se intuitivamente no suspeito, mas atraente desconhecido [...] Isto que dizer que apesar da forte correnteza, alguns ousaram se lançar neste mar de incertezas da verticalização do que vem a ser afinal, fazer história através (Internet como ferramenta), a partir (Internet como fonte) e com a Internet (a Internet como uma matéria que engendra a possibilidade de um novo método). (LUCCHESI, 20013, p. 6 e7)

⁵ David Carr historiador e jornalista, foi um teórico da história com posição contra o empirismo histórico. Ulpiano Meneses faz uma referência a sua obra *Experience and History*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

A grande questão colocada por Lucchesi para o fazer do historiador é romper com receios das novas tecnologias e enfrentar este campo tão vasto e pantanoso que é o solo da Rede Mundial de Computadores. De algum modo a página Gestores do Centro Histórico é um lugar, neste mundo da Internet, onde o fazer histórico se faz. Seja nas narrativas publicadas, naquele espaço, seja como lugar de pesquisa acessado por usuários da rede social Facebook em procura de alguma informação sobre história, notadamente as relacionadas a Cidade de Natal.



Print da capa da página Gestores do Centro Histórico – Facebook

A utilização dessa ferramenta da rede social Facebook, tem contribuído para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial na organização de eventos, caminhadas e outros, sobre o patrimônio cultural de Natal, em lugares da educação formal ou não. São públicos diversos, usuários da Internet que ao acessar a página ou dela ter conhecimento por outros meios, passam a participar dessa rede e tecem saberes voltados a memória e história da urbe.

Um espaço de se fazer história, ensino e pesquisa, sempre com a preocupação de ser divulgador da história, enquanto campo do saber científico. E de algum modo contribuindo para qualificar os diálogos no mundo digital sobre os procedimentos historiográficos, sempre com a cidade como cenário desse processo de aprendizagem histórica. Como afirmou o historiador Maynard, sobre o mundo da Rede de Computadores:

A rede mundial de computadores se tornou um espaço importante para a produção de suportes pedagógicos. Simultaneamente, a Web estabeleceu desafios aos historiadores, exigindo deles um olhar atento sobre o consumo realizado quando o assunto é preparar terrenos no ciberespaço para o cultivo da consciência histórica. E considerando a importância conferida à História, assim, como necessidade de justificar o injustificável, o longo caminho de “fabricação da desigualdade” trilhado por grupos que se consideram injustamente desalojados de suas posições privilegiadas e “naturais”, pareceu encurtar-se graças à exploração da Net. (MAYNARD, 2011, p. 49-50)

Essas inquietações sobre o uso das novas tecnologias no campo da educação têm trazido medos por parte de muitos de nós docentes e no campo da história não é diferente. Como procurei delimitar, neste artigo, a busca constante é diminuir a distância entre uma cultura tradicional, ou, ultrapassar essa cultura, com uma política de educação digital, e enfrentar os desafios propostos diante de nós professores / historiadores no domínio dos “mundos virtuais” e ocupar estes sítios com uma narrativa da história sem os simulacros denunciados por Maynard. Façamos os caminhos:

Nada de errado com o “aprender fazendo”, pelo contrário. O que gostaríamos de chamar a atenção aqui é justamente que, na ausência de grandes parâmetros, esse tem sido o caminho que, em muitos casos, pode ter resultados em frustrações (não nos faltam narrativas daquele colega que tentou fazer um projeto X com suas turmas e, por um entrave tecnológico, viu tudo ir por água abaixo), mas também foi e é o que tem garantido o desenvolvimento dos estudos a respeito, já permitido [...] (LUCCHESI; MAYNARD, 2019, p. 182)

A proposta do artigo foi fazer uma imersão no fazer histórico, do professor e historiador, partindo do meu lugar, a escola e a secretaria, trilhando para isso, no asfalto da Educação Patrimonial, pavimentado nos Circuitos Históricos e com os instrumentos possibilitados pela rede social Facebook, através da página Gestores do Centro Histórico. Finalizando, não uma conclusão, mas uma etapa do processo de reflexão do uso das TICs no Ensino de História.

REFERÊNCIAS

BNCC, Base Nacional Comum Curricular, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acessado em 20/05/2019.

CURY, Isabelle. (Organizadora). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições IPHAN, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; SANDRA, C. A. Pelegrini. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

LUCCHSEI, Anita; MAYNARD, Dilton Candido Santos. Novas Tecnologias *In* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

LUCCHESI, Anita. **História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma esfera pública**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. (Caderno de Resumo)

MAYNARD, Dilton Candido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In **Revista do Patrimônio**, nº 36, ano 2017. Edição IPHAN.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

COCO DE RODA E ENSINO DE HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE UMBUZEIRENSE

Luzinete Barbosa da Silva¹

INTRODUÇÃO

O conhecimento da história local é fundamental para a construção da identidade de um povo. Pois, na medida em que se enfatizar nas aulas de história, a experiência de vida dos próprios alunos, eles passam a se perceber enquanto sujeitos e agentes ativos da própria história. De acordo com Neves (2012) “o objetivo dos estudos históricos é levar o indivíduo a se perceber enquanto sujeito e agente da história, pertencente a uma sociedade em constante transformação”.

Ao refletir sobre os conteúdos que devem ser abordados nas aulas de história, a referida autora nos leva a perceber a importância da história local para a formação de uma identidade. Diante deste contexto, neste artigo, objetivamos discutir, mesmo que superficialmente, a relação que há entre o ensino de história e a cultura popular. Assim, partindo das manifestações tradicionais do coco de roda vivenciado no Distrito de Mata Virgem em Umbuzeiro na Paraíba, buscamos desenvolver uma ação educativa contextualizada com a história da localidade para dinamizar o ensino de história na Escola Municipal João Inácio Catu. Deste modo, destacando a importância desta prática cultural e dos seus protagonistas, permitimos ao alunado se assumir enquanto sujeito fazedor da sua própria história.

Diante deste contexto, estudar história, na perspectiva da cultura, nos leva a perceber que a história local é uma possibilidade educativa que além de permitir que o aluno compreenda a sua realidade, também proporciona o surgimento e a valorização de uma educação patrimonial. Partindo deste ponto de vista, trabalhar a história e a memória local é importante porque aproxima o alunado dos conteúdos históricos fazendo com que compreenda melhor as relações que há entre sua comunidade e o restante do mundo, pois esta compreensão os ajuda a analisar historicamente os acontecimentos e contribui para uma mudança significativa em sua própria vida.

¹ Mestranda em História pela UFCG. Endereço de e-mail: silva1986lu@gmail.com

O ensino da história local aborda as peculiaridades das localidades, possibilitando a aprendizagem do global a partir de acontecimentos locais. Pois, os fatos históricos de uma dada comunidade são compreendidos como parte de um grande processo e serão trabalhados juntamente com outros fatos na busca de uma explicação para os processos de transformações e permanência. Partindo dos pressupostos mencionados sobre o ensino de história, apresentamos como eixo norteador de nossa discussão o seguinte questionamento: de que maneira o coco de roda umbuzeirense pode ser utilizado enquanto recurso didático para o conhecimento das manifestações tradicionais nas aulas de história na Escola João Inácio Catu?

Para tanto, primeiramente, buscaremos apresentar esta prática cultural, muito vivenciada na comunidade de Mata Virgem. Depois, faremos um apanhado historiográfico analisando o diálogo entre o ensino de história e a cultura popular a partir da vivência do coco umbuzeirense.

CONHECENDO O COCO UMBUZEIRENSE

O coco de roda é vida na localidade. Vivenciado tradicionalmente nos meses de junho e julho, durante o ciclo junino, há décadas, atrai pessoas de várias localidades circunvizinhas. Essa dança cheia de ritmo e musicalidade vem sendo passada de geração pra geração, reunindo em noites de festa, pessoas de todas as idades (de crianças de colo a representantes da melhor idade). Além do período supracitado, toda e qualquer festividade na localidade (casamentos, batizados, aniversários, culminâncias de projetos escolares e comunitários, comícios, dentre outras) terminam com uma roda de coco. Organizada ou improvisada, as rodas de coco fazem a alegria dos brincantes locais.

O Coco de roda umbuzeirense é desenvolvido na área rural do município e faz parte do cotidiano de uma parcela de seus habitantes, que protagonizam a história da cidade, dançando e cantando o coco, além de transmitir para seus descendentes essa herança cultural que faz parte de sua história. O distrito de Mata Virgem, onde encontramos a prática do Coco, surgiu às margens de uma reserva florestal que existia no alto da Serra de Vertente do Lério, município pernambucano que faz fronteira com Umbuzeiro. De acordo com os mais velhos, na região onde hoje está localizada a comunidade, existia uma grande mata intocável, virgem, que aos poucos foi sendo explorada, e, dessa exploração fez surgir, o então, mais antigo distrito de Umbuzeiro.

Da mesma maneira, a dança do Coco é um dos elementos culturais mais antigos da comunidade. De acordo com a população, seus primeiros registros foram feitos no Sítio Agudo pertencente ao distrito de Mata Virgem. Entretanto, não se sabe ao certo como, nem quando o Coco chegou à localidade. A dança do Coco, como manifestação cultural, ocorre em diversas regiões do Nordeste brasileiro e em cada localidade onde é praticada, possui características próprias. Em Umbuzeiro, há várias comunidades que praticam o coco, mas destacamos em nosso trabalho apenas dois grupos: O “Coco de Roda de Bel” e a “Roda de Coco do Agudo” cuja história tem muito daquilo que é vivido pelos praticantes.

O “Coco de Roda de Bel”, é uma dança de roda cheia de ritmo e musicalidade vivenciada nos meses de “São João e Santana” (junho e julho) na casa do senhor Bel, no sítio Estivas, localizado no Distrito de Mata virgem, Umbuzeiro – PB. O senhor Roberto Jerônimo dos santos, mais conhecido como “Bel da Estivas” herdou de seu pai, Amaro Jerônimo dos Santos, a paixão pela roda de Coco e procura dar continuidade a este legado que faz parte de muitas gerações em sua família. O Sr. Bel, além de puxar o coco, dança e tocar os instrumentos de percussão alegrando todos que direta ou indiretamente participam da festa.

A “Roda de Coco do Agudo” tem as mesmas características, sendo formado por um grupo de brincantes que se reúnem no sítio Agudo, no mesmo período, para vivenciar o Coco umbuzeirense. De acordo com moradores, os primeiros registros de Coco no município surgiram no sítio Agudo. E, apesar de não sabermos como esse feito se deu as noites de coco na localidade sempre atraíram/atraem várias pessoas tanto da comunidade quanto de lugares próximos que se dirigiam/dirigem em busca do coco com o intuito de brincar, se divertir. Uma característica peculiar da “Roda de Coco do Agudo” é a participação ativa de pessoas com deficiências visuais (tocando, cantando e dançando).

Tradicionalmente, o coco no município de Umbuzeiro ocorre nos meses de junho e julho, principalmente, nos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro (Dias de fogueiras). Entretanto, sempre que requisitados, os dois grupos se disponibilizam para se apresentar e transmitir sua história/seu legado: sejam em eventos políticos/partidários (comícios), educacionais (culminância de projetos e/ou festas pedagógicas), sociais, culturais e familiares (batizado, aniversário, casamento etc.).

E apesar da dança do Coco, só recentemente, em agosto de 2018, ter sido reconhecida legalmente como patrimônio cultural imaterial da comunidade, sempre foi praticada e valorizada orgulhosamente por seus integrantes. O Coco de roda, é vida na localidade, é elemento fundamental na história do Distrito de Mata Virgem (Umbuzeiro –

PB), pois além das já citadas noites de festa, toda e qualquer apresentação da comunidade, termina em Coco. E, a comunidade, avalia positivamente um evento local, se e somente se, for finalizado com uma roda de Coco, onde todos os integrantes do evento tem a oportunidade de conhecer e participar ativamente desta festa que faz parte da cultura popular dos umbuzeirenses, o que nos permite inferir que a referida manifestação cultural possui um significado não apenas para a comunidade em que é organizado, mas para o município como um todo.

UM DIÁLOGO ENTRE A CULTURA POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA

Cultura popular e educação podem adquirir significados muito diferentes, dependendo do contexto ou da sociedade a partir da qual forem pensadas. Numa sociedade como a brasileira, profundamente marcada por múltiplas hierarquias e desigualdades, a ideia de “cultura” – antes de tudo associada à sofisticação, à erudição e à educação formal – uma vez aproximada à categoria “popular” produz uma estranha dissonância. Cultura popular identifica, então, o cultivo dos elementos, significados e valores comuns ao povo. (SILVA, 2008, p.7).

A História é um leque de possibilidades, proporcionando ao processo histórico múltiplas temporalidades, e, a escola é o espaço, que foi e continua sendo construído por vários processos de mudanças, para englobar esse leque de possibilidades históricas. Nesta perspectiva, cabe destacar que o ensino de História tem sido perpassado por continuidade e rupturas, pois se antes o ensino era pautado hegemonicamente no tradicionalismo, limitando o estudante ao conhecimento dos grandes feitos históricos e heroicos, hoje amplia os horizontes do conhecimento, tornando o aluno um sujeito histórico ativo, capaz de se posicionar criticamente diante dos acontecimentos da História. Complementando este discurso, faremos uso das palavras de Daniel e Sales (2016), para quem “o ensino de História é fundamental para e na formação social do indivíduo e de uma nação, sobretudo porque pode possibilitar a este indivíduo a percepção dele como sujeito e agente da História”.

Em consonância com o exposto, ratificamos que o Ensino de História, desde o século XIX, vem sofrendo sucessivas transformações de ordem didático-pedagógica, principalmente no que diz respeito as suas abordagens, temáticas e procedimentos. Essas mudanças estão ligadas aos processos históricos vividos pelas sociedades, dentre eles, a abertura da escola para as diferentes modalidades de cultura, possibilitando a construção das identidades sociais. A cultura popular, por exemplo, é uma fonte inesgotável de conhecimentos, sabedorias, maneiras de ser, fazer e construir o mundo e, faz parte da história de vida da grande maioria

dos estudantes brasileiros da atualidade. Nesse sentido, “O Ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar” (BITTENCOURT, 2018, p. 127).

Assim, surge, por exemplo, no campo da História um viés epistemológico que destaca a oralidade como elemento chave no fazer historiográfico e possibilita a proposta de trabalhar com memória e história oral em sala de aula, além de tornar possível a observação de aspectos da História nem sempre perceptíveis, aproximando os alunos de uma metodologia de pesquisa que dinamiza o ensino de história e valoriza a cultura popular a partir da tradição oral.

Apesar das inovações do ensino de História, ainda encontramos problemas no âmbito escolar, tal como o desinteresse mediante a referida disciplina e aos fatos históricos, levando os docentes a problematizarem a respeito de recursos didáticos que possibilitem um ensino de História conectado e contextualizado com a realidade discente e do território. Assim sendo, a nossa preocupação com as questões pedagógicas relacionadas aos conteúdos de História surgiu a partir da prática cotidiana como professora na rede municipal de ensino desde o ano de 2008, onde, tomamos conhecimento da falta de interesse pelas aulas de História por parte do alunado. De acordo com Sousa (2015, p. 16) a escola pública não privilegia as vivências locais como elemento de diálogo entre o conhecimento escolar e a comunidade local, afastando uma prática educativa para os alunos. Entretanto, como evidencia Silva (2008, p. 17) a cultura popular é “capaz de resgatar para a escola no processo educacional, toda a riqueza da experiência de diferentes formas de compreender e interpretar o real, a vida e a condição humana”.

Nesta Perspectiva, procuramos dar ênfase ao estudo da história local, tendo em vista a necessidade de construir leituras sobre o contexto histórico procurando compreendê-lo para interagir criticamente no meio social em que se vive. Ou seja, a escola deve proporcionar ao educando as condições necessárias para que ele possa interagir com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte.

O COCO DE RODA UMBUZEIRENSE COMO MÉTODO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

A dança do Coco constituiu-se como uma das práticas das culturas populares brasileiras. Envolve dança, com passos de sapateado e batidas de palmas; música, com um ritmo de batuque advindo de instrumentos de percussão; poesia, através das letras cantadas pelos mestres e pelos brincantes. (FARIAS, 2013, p. 47).

O estudo dos feitos da localidade é de fundamental importância para que os alunos compreendam melhor as relações que há entre o local e o global, pois esta compreensão os ajuda a analisar historicamente os acontecimentos e contribui para uma mudança significativa em sua própria vida. Nesta perspectiva, podemos dizer que o ensino de História antes limitado aos grandes feitos heroicos e históricos passa por profundas modificações epistemológicas e amplia o leque do conhecimento histórico, possibilitando a participação de novos sujeitos e novos objetos de estudo no cenário historiográfico. Assim, percebemos que “a valorização da história local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.138).

O ensino da história local aborda as peculiaridades das localidades, possibilitando a aprendizagem do global a partir de acontecimentos locais. Pois, os fatos históricos de uma dada comunidade são compreendidos como parte de um grande processo e serão trabalhados juntamente com outros fatos na busca de uma explicação para os processos de transformações e de permanência.

Aproximar a escola e a comunidade na construção do conhecimento histórico é de suma importância para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Por isso, a nossa preocupação constante enquanto professor de História é desenvolver práticas pedagógicas dinâmicas relacionadas ao contexto em que o alunado está inserido para atrair sua atenção. De acordo com Bittencourt (2011, p.95):

As análises sobre a história do ensino de História e constituição da memória social têm sido problematizadas a partir das lutas dos movimentos sociais que, dentre outras reivindicações, exigem os estudos sobre novos sujeitos relegados e omitidos pela história acadêmica e escolar (BITTENCOURT, 2011, p 95).

Diante deste contexto, podemos dizer que o Coco umbuzeirense se constitui como uma possibilidade para o desenvolvimento de uma educação baseada no diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação e o ensino de história. Nesta perspectiva, tal potencial educativo se apresenta a partir das experiências e da memória dos umbuzeirenses que vivenciam o coco de roda, dos saberes que circulam de forma intergeracional, a partir do diálogo entre os sujeitos que vivenciam a referida manifestação cultural. Tal diálogo permite acionar memórias relativas não apenas ao coco de roda, mas ao próprio território em que se efetiva e no qual surgiu, tendo em vista que sua historicidade é atrelada ao próprio contexto local e as histórias de vida e experiências dos seus partícipes. De tal modo, podemos pensá-lo como um

elemento desencadeador de outras problematizações acerca do local e do cotidiano na comunidade, compreendendo-o enquanto detentor de um cunho cultural, político, social e educacional.

Mediante ao exposto, acrescentamos que, marcada pela improvisação nos passos, nas músicas e na organização da roda, a dança do Coco umbuzeirense é vida para a comunidade de Mata Virgem. E, a diversão que proporciona, encanta crianças e jovens da localidade possibilitando uma vivência e troca de saberes e experiências entre os mais jovens e os idosos.

Considerando os elementos do fenômeno em estudo que conseguimos captar até o momento, através das observações do Coco de Roda e, também, da nossa vivência enquanto professora de História, ressaltamos que o diálogo entre o ensino de História e a manifestação cultural é perpassado por desafios e possibilidades os quais almejamos analisar, refletir através do andamento da nossa pesquisa. Como mencionamos, este é apenas o primeiro passo de nossa caminhada.

Assim, observando algumas rodas de Coco na comunidade escolar da Escola Municipal João Inácio Catu, percebemos que além das músicas tradicionais cantadas pelo puxador de Coco e acompanhadas pelos demais brincantes, muitas outras são improvisadas de acordo com o evento. Essa flexibilidade pode ser aproveitada para o estudo dos conteúdos históricos.

No tocante a improvisação, podemos dizer que os puxadores do Coco umbuzeirense da mesma maneira que os atuais repentistas podem ser relacionados aos “aedos/poetas – cantores” da Grécia antiga, que cantavam tudo de cabeça. Pois, de acordo com Almeida (2017), se um repentista de nossa época for questionado de onde vêm suas rimas, ele imediatamente irá dizer que fez na hora, que veio do nada. É assim que acontece em algumas rodas de Coco, os mestres/puxadores muitas vezes improvisam versos, intercalando-os com versos tradicionais. Tais versos são criados na hora, “de cabeça” como eles dizem.

A seguir, apresentamos uma letra composta pela brincante da roda de Coco no Sítio Agudo, Danielli Lima, deficiente visual, ex-aluna da Escola Municipal João Inácio Catu e admiradora do trabalho desenvolvido na rede municipal de educação. Os versos seguintes foram compostos em forma de agradecimentos pela realização da festa junina organizada pela escola e foram intercalados pelo puxador com versos de músicas tradicionais do Coco, mostrando-nos a flexibilidade e o encantamento do Coco Umbuzeirense.

A Escola João Inácio Catu
É uma escola de valor
Da Direção aos alunos

Do auxiliar ao professor
Nossa escola é um exemplo
De educação e amor.

Obrigada aos professores
Dessa instituição
Os auxiliares
E também a direção
Por essa festa bonita
Que é nossa tradição.

A direção da escola
Não deixou de se empenhar
Com toda dedicação
Para a gente se alegrar
Com essa festa tão linda
Que estar espetacular.

A todos os pais de alunos
Que presente aqui estão
Agradecemos a presença
De toda população
Da querida Mata Virgem
E de toda essa região.

Também Nivaldo Araújo
Que é prefeito do lugar
A secretária Lucy
Que veio prestigiar
Nossos agradecimentos
A eles queremos dar.

Nosso prefeito Nivaldo
Outra vez quero falar
Que gosta de poesia
E que sabe apreciar
Pois é um grande apologista
Da cultura popular.

Lucy Duarte de Araújo
Uma secretária exemplar
Trabalha incansavelmente
Sem jamais desanimar
Para que nossas escolas
Não deixem de funcionar

Agradecemos a todos
Que estão aqui também
Por essa bonita festa
Damos nossos parabéns
Obrigada a todo mundo
E até ano que vem.

Danielli Lima (2018)

Ao formar a roda, o puxador começou utilizando o verso “Ou aiá ou aiá” conhecido da comunidade que foi repetido pelos demais membros da roda e intercalado com as estrofes improvisadas. Ao término de cada estrofe, o puxador decantava os seguintes versos “pega essa fita, marra a fita e dá um laço, eu procuro, mas não acho um amorzinho igual ao meu. Pega essa lona dá um nó no coração, morena levanta a mão que esta festa já valeu” e todos o acompanhavam repetindo “ou aiá ou aiá”.

Ao observarmos estes versos percebemos a ênfase que a autora dar ao trabalho que vem sendo desenvolvido tanto pela escola ao enfatizar seus funcionários quanto pela gestão municipal ao destacar que o prefeito e a primeira dama além de trabalharem incansavelmente, valorizam a cultura popular.

Seguindo esta linha de raciocínio, o professor pode dinamizar suas aulas a partir do diálogo com os mestres de Coco. Estes criariam versos interligando elementos da cultura local que seriam vivenciados pelos alunos/brincantes dentro e fora da sala de aula. Por sua vez, aquele proporcionaria aulas sobre a história da comunidade, destacando a vida dos mestres de Coco e dos demais brincantes.

O Coco de roda como recurso didático é uma proposta que vem sendo amadurecida para dinamizar o ensino de história. Os alunos da Catu (como é chamada a referida escola), já conhecem alguns elementos que caracterizam o Coco local, pois, desde crianças são apresentados a esta realidade em casa e na escola. Muitas das letras cantadas, por exemplo, são utilizadas pelas mães para ninar os filhos.

Se o Coco é vida, pretendemos dialogar com ele para transformar o ensino na Escola Municipal João Inácio Catu. O primeiro passo da nossa caminhada é a análise das letras de Coco utilizadas na localidade, sejam elas antigas ou improvisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa produção, refletimos sobre a relação da Cultura Popular e o Ensino de História destacando a importância de elementos que caracterizam o Coco de Roda local. O Coco que é uma dança nordestina caracterizada pela junção da cultura africana com a indígena, faz parte do cotidiano de uma parcela da população umbuzeirense e, vem sendo analisado como uma possibilidade metodológica para o ensino da história local.

Uma das questões que discutimos é a possibilidade presente na prática do Coco para o desenvolvimento de uma educação baseada no diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação e o ensino de história, destacando as letras de Coco cantadas na localidade.

Assim, apresentamos o Coco de roda do município dando o primeiro passo para se compreender uma possibilidade de inovação para o ensino de história. E, concluímos que o Coco é um elemento desencadeador de várias problematizações acerca do local e do cotidiano na comunidade, que é detentor de um cunho cultural, político, social e educacional, sendo capaz de acionar memórias relativas não apenas a prática, mas ao próprio território em que se efetiva e no qual surgiu, tendo em vista que sua historicidade é atrelada ao próprio contexto local e as histórias de vida e experiências dos seus brincantes.

REFERÊNCIAS:

- AYALA, M.; AYALA, M. *Cocos: alegria e devoção*. Crato: Edson Soares Martins Ed., 2015.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Abordagens Históricas Sobre a História Escolar*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011. P. 95 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>
- _____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DANIEL, J.; SALES, S. *A importância do ensino de História*. Página Brazil. Campo Grande, 17 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://paginabrazil.com/artigo-importancia-do-ensino-de-historia/>>. Acesso em: 27 de abr. de 2019.
- FARIA, Camila Mota. *A coreografia da luta: a dança como elemento de identificação e de afirmação cultural da Comunidade de Balbino – CE*. Dança, Salvador, v. 2, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* - 21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.
- FREITAS, Sônia Maria. *História Oral: Possibilidades e procedimentos*. 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva Guaracira Lopes Louro. – 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEVES, Ana Maria Bergamin. *História – Interações: raízes históricas brasileiras*. São Paulo: Blucher, 2012.

NEVES, Joana. *História Local e Construção da Identidade Social*. Saeculum – Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

PAIM, ElisonAntonio; PICOLLI, Vanessa. *Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios*. História & Ensino: Londrina, 2007.

SCHIMIDT, M.; CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Luís Carlos Borges dos Santos. A importância do estudo de História Regional e Local na educação básica. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013, Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_ArtigoHistoriaRegional_NATAL_.pdf. Acessado em 13 de janeiro de 2020.

SILVA, René Marc da Costa. *Cultura Popular e Educação*. Brasília: Salto para o Futuro/ TV Escola/ SEED/ MEC, 2008.

“UMA MATTA ESCURA E ESPESSA”: FELISBELO FREIRE E A ESCRITA DA HISTÓRIA TERRITORIAL DO BRASIL (1906)

Magno Francisco de Jesus Santos¹

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é um desdobramento do projeto que venho desenvolvendo acerca da questão dos limites no âmbito historiográfico nos institutos históricos do antigo norte do Brasil, ao longo do período da Primeira República. Um momento crucial de reescrita da história, da invenção de um Brasil republicano, com novos heróis, novos enredos e um redirecionamento do olhar acerca do passado. Pela questão do tempo, farei a leitura de um texto, breve, com alguns dos resultados sobre um dos autores que norteou o debate sobre os limites entre os estados.

Nos idos de 1906, pela Tipografia do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, vinha à lume o primeiro volume da “História Territorial do Brasil”, oriundo de um projeto monumental executado pelo médico Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916). Tratava-se de uma proposta de escrever uma obra geral, dividida em cinco volumes, que descortinasse o processo territorial de povoamento do Brasil, no âmbito das vilas, cidades e capitanias. Felisbello Freire, médico pensador da história com formação em ciências médicas e um dos protagonistas do movimento republicano em Sergipe, enfrentava um dos temas mais delicados na seara historiográfica no emergir republicano: a questão dos limites entre as unidades da Federação.

Neste trabalho tenho o propósito de entender os pressupostos que nortearam a escrita da história dos espaços por Felisbello Freire, em um contexto intelectual marcado pelas querelas sobre os limites entre os estados. Os primeiros decênios republicanos eram marcados pela tensão historiográfica, que pensava a institucionalização dos espaços como demanda política das unidades da Federação. Pode-se inferir que o emergir da república foi tingido pela luta retórica de reivindicação dos territórios em uma querela historiográfica elucidativa das fissuras do federalismo brasileiro. A análise historiográfica tem como escopo os livros e

¹ Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa do Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Endereço de e-mail: magnohistoria@gmail.com

artigos publicados pelo autor, notadamente, textos publicados em revistas de institutos históricos. Em tais obras é possível perceber que para Felisbello Freire, a colonização era explicitada como um processo de ocupação dos espaços. Ao olhar para o passado, o pensador da história buscava instituir a legitimidade na luta reivindicatória no tempo presente, por meio dos usos do passado como argumento de atribuição de sentido sobre a posse dos espaços.

Neste texto, penso a escrita da história em Felisbello Freire a partir de dois movimentos. No primeiro, discuto a presença do autor na historiografia, ou seja, como ele foi visto pelos pares em seu tempo. No segundo momento discorro sobre a construção da história dos espaços por Felisbello Freire, com ênfase para a sua história territorial do Brasil e o lugar dessa obra no âmbito de seu ambicioso projeto historiográfico de interpretação do passado nacional.

Felisbello Freire na historiografia

Felisbello Firmo de Oliveira Freire foi um intelectual do final do século XIX marcado pelos deslocamentos espaciais e de atuação. Um homem de múltiplas interfaces, que se coadunavam e se complementavam na fabricação do homem de letras que se notabilizou pela invenção dos passados de partes específicas dos chãos no Brasil, como também pela astuta luta em defesa dos princípios republicanos. O ardor historiográfico do pensador da história confunde-se com as suas inquietações políticas, com críticas tecidas à política imperial e o anseio de angariar fontes para possibilitar a escritura das histórias dos estados que compunham o antigo norte do Brasil.²

Nos idos de 1893, no fervor do golpe republicano, Sacramento Blake incluiu o nome de Felisbello Freire entre os verbetes do seu “Diccionario Bio-bibliographico Brasileiro”. De acordo com o seu biógrafo,

Felisbello Firmo de Oliveira Freire — Filho do major Felisbello Firmo de Oliveira Freire e de dona Rosa do Amarante Góes Freire, nascido em Itaporanga, Sergipe, no anno de 1858 e doutor em medicina pela faculdade da Bahia, foi o primeiro governador do Estado de seu nascimento, do qual ó deputado no congresso federal. Começou a exercer a clinica na cidade de Larangeiras, em cuja imprensa figurou, e foi quem creou om Sergipe o partido republicano. Na câmara dos deputados foi o relator da comissão de reorganização dos Estados depois do movimento de 23 de novembro de 1891, e do julgamento do Congresso sobre a constitucionalidade da

² Até o segundo decênio do século XX, o antigo norte do Brasil era constituído pelos estados que atualmente compõem o Nordeste e o Norte. Ressalta-se a atuação de instituições culturais e científicas na produção de narrativas acerca da história dos estados, com maior visibilidade para os institutos históricos e geográficos e as academias de letras.

decretação de sítio a 10 de abril de 1892 e do projecto de amnistia. E' sócio do Instituto histórico e geographico brasileiro (BLAKE, 1970, p. 326).

Os dados biográficos elencados no verbete explicitam a dimensão familiar, o processo de formação intelectual e a atuação na esfera política, notadamente, no período republicano. Até certo ponto, a atuação intelectual de Felisbello Freire ainda não havia galgado maiores ressonâncias, pois, naquele momento, a sua obra de maior vulto era o livro “História de Sergipe”, publicado nos idos de 1891. Foi outro dicionário biobibliográfico que elucidou outros traços da personalidade do pensador da história, contribuindo para a construção de uma leitura na qual expressava uma versão mais artística e humana do intelectual. Nas palavras de Liberato Bittencourt,

FELISBELO FREIRE, F. Firmo de Oliveira F. – Político influente no Rio de Janeiro. Nasceu em Itaporanga a 30 de janeiro de 1858, formando-se em medicina na Bahia em 1881. Dedicando-se então à clínica e ao jornal, em Laranjeiras, ganhou logo reputação sólida e dupla: como médico abalizado e como jornalista competente. Criou em Sergipe o partido republicano e foi o primeiro governador que teve o Estado em 1889. Eleito deputado federal, ocupou na câmara posição muito saliente, sendo orador da comissão de organização dos Estados, depois o do movimento de 23 de novembro de 1891, o do julgamento do congresso sobre a constitucionalidade do sítio de 1892 e ainda o do projeto de anistia. Era homem alto e forte, inteligente e culto, com um gosto decidido para a história e para a música. Flautista de primeira ordem e pianista de grande merecimento. Foi ministro da fazenda em 1893, com o marechal Floriano, e deputado federal até aos seus últimos dias, tendo abandonado completamente a medicina, para a qual havia especial pendor. Seria um músico de fama, como um clínico de vulto, se não houvesse erradamente trocado a arte de Bellini e a de Charcot pelos mistérios da política partidária. Redigiu superiormente *O Republicano*, de Laranjeiras, e *A Tribuna* do Rio. Publicou, além de folhetos vários, a *História de Sergipe*, *A História constitucional da República*, a *História territorial do Brasil* (publicado apenas o vol. I) e a *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também do Instituto Sergipano (BITTENCOURT, 1912, p. 79).

Nas palavras de Libertato Bittencourt, Felisbello Freire emerge como um homem de letras, versado na história e na música, capaz de produzir importantes interpretações acerca do passado da nação, por meio da elucidação de novos problemas epistemológicos para a história, como a dimensão territorial. Além disso, Freire também emerge como o historiador que atuou em significativas instituições culturais do país, incluindo a “Casa da Memória Nacional”.³

³ Forma pela qual é conhecido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Assim, o homem pardo,⁴ nascido na vila de Itaporanga, província de Sergipe, pode ser visto como um intelectual que amplificou os horizontes da investigação histórica no país ao longo dos primeiros decênios republicanos, dedicando-se à escrita da história dos limites. Ao pensar a formação do território da nação a partir da edificação dos limites entre as unidades da Federação, Felisbello Freire inaugurava um modo de pensar a institucionalização do país por meio da conquista do espaço físico, da transmutação do espaço em território, tingido pela relação de poder. De acordo com o biógrafo Armino Guaraná,

Como alto funcionário da inteira confiança do Chefe do Estado e co-responsável pelas medidas de exceção empregadas para a debelação da revolta, não lhe foi menos espinhosa a gestão dos negócios concernentes ao seu Ministério, de que se exonerou a 18 de agosto de 1894, tendo acumulado interinamente em 1898 as funções de Secretário dos Negócios Exteriores. Entre os diversos aspectos do seu talento multiforme nenhum mais distinto, nem mais útil do que o de historiador, por longos anos em infatigável assiduidade nas bibliotecas e arquivos públicos esmerilhando documentos seculares em busca de novos subsídios para melhor elucidação da nossa história. Das suas abundantes investigações resultaram as várias obras que publicou sobre este gênero da literatura nacional. Uma fato pouco comum entre os homens atraídos pela política e pela administração pública realizou-se na sua vida, aliás não muito longa. As elevadas posições que ocupou, as preocupações da clínica e da imprensa, as contrariedades e as decepções não lograram amortecer em sua alma de artista a paixão que desde muito moço sempre alimentou pela música. Manejando com facilidade todos os instrumentos e muito especialmente o piano e a flauta, tornaram-se conhecidos na Capital Federal os concertos familiares havidos na sua residência. Revelada a sua vocação, facilmente assenhoreou-se dos segredos da arte, aperfeiçoando-se com tanto brilho, que, simples acadêmico de medicina, fora convidado para reger a orquestra de 180 professores, no concerto oferecido ao maestro Gottschald na sua passagem pela Bahia. Clínico, político, jornalista e historiador, na arriscada campanha da propaganda das suas idéias fundou o “Clube Republicano” na cidade de Laranjeiras e em homenagem ao seu saber, principalmente aos seus conhecimentos históricos, foi distinguido com os diplomas de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto Arqueológico Pernambucano (GUARANÁ, 1925, p. 157).

Em estudo mais recente e permeada de problemas de imprecisão historiográfica, Maria Beatriz Nizza da Silva secundariza a escrita de Felisbello Freire. No entender a historiadora, “por mais que nos custe, a história de Sergipe colonial continua atrelada à história da Bahia, apesar dos historiadores que se dedicaram a ela: Felisberto Freire, Maria Thetis Nunes e Luiz Mott” (SILVA, 2019, p. 10). Percebe-se uma preocupação em elucidar o

⁴ Sobre essa questão pode ser consultado Dantas (2009).

espaço como um vazio historiográfico, a vir a ser, uma ausência de pensar a escrita da história. A historiografia foi ignorada, de tal modo que até mesmo a grafia dos nomes dos historiadores foi delegada a segundo plano. É nesta escrita com má vontade e aligeirada que a autora reconhece como Freire “teve uma motivação claramente política, mas apresenta a vantagem de publicar, em notas de rodapé, abundante documentação e de anexar as cartas de sesmaria dos séculos XVI e XVII, de grande relevância para o estudo do povoamento do território”

A tessitura dos espaços na invenção historiográfica de Felisbello

No início do século XX, Felisbello Freire deu início a um projeto ambicioso de escrita da história do Brasil, no qual consistia em publicar cinco volumes de uma monumental história territorial, para enfim, possibilitar a escrita de uma história geral do país. Certamente, tratava-se de uma proposta de repensar o lugar da história no processo de reinvenção do Brasil, com um forte teor republicano e com um claro propósito de superar a história geral gestada sob a pena do Visconde do Porto Seguro.⁵ A proposta de escritura da história mobilizado por Freire implicava em repensar a dimensão do nacional. Ao contrário do modelo operacionalizado por Varnhagen, não se tratava de buscar uma experiência centrada na corte, protagonizada pela família imperial, como uma continuidade do legado português. Na escrita de Felisbello Freire, o novo nacional deveria ser pensado a partir das especificidades de cada estado, como um emaranhado de experiências que emolduravam o país. Ele buscava entender o que denominava de “vida íntima do paiz”. Nas palavras de Freire,

Este livro é o primeiro de uma série que pretendemos publicar, sob o título geral de História Territorial do Brasil.

Seu assumpto é a genesis e a evolução do povoamento pelo território nacional e todos os factos que se prendem directa ou indirectamente a ele.

É o estudo da vida íntima do paiz, sem o qual é impossível escrever a História Geral do Brasil, como pretendemos fazer, antecipando a esse futuro esforço esta série que prepara e esclarece os problemas políticos, econômicos e sociais que nos acompanham, desde o século XVI (FREIRE, 1906, p. 1).

O projeto de escrita da história gestado por Felisbello Freire implicava na construção de uma ampla leitura acerca do passado atinente às diferentes regiões da nação. Ele entendia

⁵ Sobre a produção historiográfica do Visconde do Porto Seguro existe uma vasta produção. Sugiro a leitura de Temístocles César (2018) e Evandro dos Santos (2012).

que somente após a publicação dos cinco volumes de sua história territorial é que estaria apto a escrever a história geral. Certamente, essa assertiva encobre uma crítica à historiografia elaborada por Varnhagen, na qual a história geral centrava-se no espaço do poder centralizado. Por outro lado, o projeto de Freire centrava-se em uma dimensão federalista, encobrindo todos os espaços que compunham a União. A história do Brasil, entendida como uma experiência emergida a partir da colonização lusitana, deveria ser pensada a partir dos elementos específicos de cada unidade. Era necessário adentrar os sertões e vislumbrar o processo de divisão do país:

Sem o estudo dos interesses, quer econômicos, quer políticos, quer religiosos, que fizeram a conquista pelo litoral e depois pelo sertão, abrindo as linhas de povoamento, que foram formando centros de população aqui e acolá, sem o estudo da genesis das circumscrições políticas e administrativas, em que se foi dividido o paiz, em consequência desse povoamento que, passando por sucessivas phases, chegou a definir-se sob o ponto de vista política e administrativa organizada; sem o estudo de todos os factos que se prendem a esse processo básico de formação, a história do Brasil não passa de um simples tecido de factos, sem lógica, sem harmonia, sem causalidade. É uma obra incompreensível, sem acção e sem vida (FREIRE, 1906, p. 1).

Ao defender o projeto de escrita da história a partir da problematização da territorialização, Felisbello Freire elenca as fragilidades de uma escrita desprovida dessa preocupação, fato elucidativo para referendar a demanda historiográfica por uma nova história geral do Brasil. Provido de princípios cientificistas, ele buscava construir uma narrativa geral do passado nacional, atribuindo-lhe sentido, lógica, harmonia e explicitação das causas. Ele buscava entender o nacional a partir da consideração das experiências históricas de conquista e colonização de múltiplos espaços, do litoral aos sertões.

Desse modo, o modelo historiográfico de Felisbello Freire encontrava-se ancorado em outras narrativas históricas de seu tempo, notadamente, Capistrano de Abreu e João Ribeiro, notáveis historiadores do Brasil republicano, com experiência docente no Colégio Pedro II e também oriundos do antigo norte do país. Homens de letras que já vinham pensando a história do país a partir de uma maior imersão nos sertões. Contudo, Freire não deixou de ressaltar as dificuldades de seu empreendimento, por se tratar de uma ação pouco usual na historiografia brasileira, de pensar a constituição do território.

Por maiores que fossem os nossos esforços, em um estudo de quase 20 annos nas fontes puras dos manuscritos de ensinamento histórico do Brazil, para escrever a História Territorial do Brazil, segundo o plano que adoptamos,

estamos certos e convictos de que ella está longe de ser uma obra completa e perfeita sobre o assumpto.

Fomos o primeiro a querer penetrar nessa matta escura e espessa.

Os esforços de nossos historiadores nunca convergiram para esse lado de nossa história, de maneira que não existe em nossa literatura um trabalho sobre o assumpto de nossa obra.

Basta isto para assignalar as dificuldades da empresa e tornar bem patente as omissões e defeitos de que há de ressentir-se a História Territorial do Brazil.

É por demais completo e diffícl o assumpto, cujo estudo procuramos nella abordar (FREIRE, 1906, p. 2).

O ineditismo da obra foi elucidado pelo autor, que se considerava o pioneiro no ato adentrar a mata escura da pesquisa histórica atinente ao território no Brasil. Felisbello Freire acabou por se incumbir de elaborar uma leitura geral acerca dos espaços, amplificando as ações que vinham ocorrendo de forma isolada no âmbito dos institutos históricos e geográficos estaduais, na escrita da história sobre os limites dos estados. O próprio Felisbello Freire contribuiu de forma significativa com escrita a escrita sobre os limites de estados como Sergipe e o Rio Grande do Norte (COSTA, 2018). Era uma escrita que elucidava uma demanda política de seu tempo, com a defesa dos direitos de posse dos territórios, os espaços contestados. A história emergia como discurso de verdade, de prova reivindicatória sobre a posse. Uma história tribunal.

É importante mensurar a dimensão política da escrita da história em Felisbello Freire. O mote para pensar o espaço da nação partia de demandas produzidas no âmbito político, como estratégia de evidenciar a visibilidade nacional. O Estado monárquico gestado a partir da centralidade, personificada na família imperial e que teve como palco a antiga corte, a cidade do Rio de Janeiro. Como contraponto, a república, em seus primeiros decênios, teve como escopo o federalismo, com ênfase para a complexa rede de experiências políticas das unidades da Federação. Neste sentido, a escrita da história emergia como esteio para a elucidação das diferenças entre os regimes políticos. Eram lentes que se distanciavam da centralidade do Rio de Janeiro e amplificavam o horizonte, com a redução da escola no intuito de considerar a construção de uma história nacional a partir das demandas de especificidades de cada unidade.

Neste sentido, é possível mobilizar a leitura historiográfica de forma articulada com a cultura política, ou seja, como os pensadores da história mobilizaram os usos do passado para a construção de leituras que atendessem aos projetos executados no tempo presente. No caso de Felisbello Freire, a história emergia como um recurso de edificação de sentido, de

coloração do espaço com tintas do passado que denotassem o direito à posse das unidades da Federação no emergir do século XX.

Essa mobilização de fontes para a escrita da história territorial no Brasil também expressa uma assimetria de forças no processo de salvaguarda documental e de como isso repercutia diretamente na força de reivindicação do direito de posse ao território contestado. Neste sentido, o pensador da história sergipano preocupa-se não somente em explicitar o processo de colonização a partir da ampliação das fronteiras entre as antigas capitanias, mas também busca elencar o repertório documental que testemunhava a edificação dos limites interpostos a partir da doação das cartas de sesmarias.

Com isso, Felisbello Freire buscou construir uma história territorial atrelada à história política, com ênfase para o processo de conquista do território pelos colonos portugueses. De igual modo, argumentava sobre a dificuldade em avançar em uma mata espessa, na qual pouco historiadores ousaram avançar. Constrói uma leitura de si como pioneiro e lamenta a dispersão das fontes. Reivindica a preservação dos documentos, da criação de arquivos estaduais no intuito de possibilitar o estímulo para que novos historiadores se aventurassem pelo desafiante processo de escrita da história dos limites e que alimentasse a historiografia que poderia sedimentar a contestação da posse da terra e galgasse unidade da federação, pautada na harmonia de experiências, de força e de narrativas históricas.

Considerações finais

Com isso, a escrita da história no emergir do século XX apresentava-se como um processo de construção da legitimidade da posse sobre o território no tempo presente. A escrita da história territorial do Brasil por Freire tinha como cerne contribuir de forma panorâmica para adensar o debate atinente à questão dos limites, mas também reverbera o projeto de propiciar a escrita de uma nova história geral, sedimentada nas experiências sociais e históricas de outros espaços, no litoral e no sertão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

BITTENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil: Sergipanos Ilustres*. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1913.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bio-bibliográfico Brasileiro*. Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1893].

CÉZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, Bruno Balbino. A questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará: um ensaio sobre a atuação de Felisbello Freire no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 47, 2018.

GUARANÁ, Manoel Armino Cordeiro. *Diccionario Bio-bliographico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009.

SANTOS, Evandro dos. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*. Nº 9, 2012, p. 88-105.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sergipe Colonial: uma capitania esquecida*. São Paulo: Singular, 2019.

NOVA SÃO RAFAEL: A REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DA MODERNIDADE NO SERTÃO POTIGAR (1980 E 1985)

Maiara Brenda Rodrigues de Brito¹

INTRODUÇÃO

Baseando-se na Análise do Discurso, o referido trabalho analisa publicações decunho acadêmico² e regional que investigam a temática do Projeto Baixo Açu e a sua conexão com a construção da Nova São Rafael. O objetivo dessa pesquisa é pensar, através de fontes jornalísticas potiguares, a representação discursiva sobre a modernidade que tocou o sertão Potiguar. Entenderemos as enunciações do moderno, por meio dos textos contidos nos jornais *O Poti*³ e o *Diário de Natal*⁴. Investigaremos a circulação das ideias modernizadoras que referenciava o Projeto Baixo-Açu no recorte temporal de 1980 a 1985. Desta forma, averiguaremos quais as principais informações que circulavam no Estado através da imprensa a respeito deste projeto e refletiremos sobre a representação⁵ da modernidade presente nos discursos dos periódicos.

Desde o início do século XX, o Vale do Açu foi objeto de estudos que investigavam as condições do solo semiárido brasileiro. Procuravam espaços que possibilitassem intervenções hídricas e que ajudasse no combate à seca, questão essa que ainda é considerado um dos maiores problemas nacionais, com destaque para a região Nordeste. Identificado a condição do solo favorável ao aproveitamento da

¹ mestranda-MHIST/CERES-UFRN. Endereço de e-mail: maiara.brendaaa@hotmail.com

² Trabalhos como o de Francisco das Chagas Silva Souza (2010), intitulado de “Escafandrista do tempo: Narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael”, que discute como a população sãorafaelense rememora o evento da inundação da cidade. Também destacamos, “São Rafael: águas passadas que movem moinhos”, foi uma produção realizada pelos pesquisadores; Rodrigues, Oliveira, Dantas e Lucena (2012), este fora desenvolvida em duas modalidades, a escrita e a cinematográfica.

³ O jornal O Poti foi criado em 29 de Julho de 1954. A princípio ele circulava durante todas as manhãs, contudo a partir de 1958, passou a ser um jornal semanal, que circulava aos domingos. Quando o Grupo Diários Associados comprou o Diário de Natal, o mesmo parou de ser publicado, tendo a sua última edição circulando até 3 de Maio de 2009. As publicações do jornal O Poti foi retomado em 2011, contudo em setembro de 2012 o grupo Associados no Recife encerrou o jornal.

⁴ O Diário de Natal foi um [jornal](#) matutino, criado em 1939 na cidade de [Natal](#). O Periódico teve suas atividades encerradas em outubro de 2012 pelo grupo Associados de Pernambuco e é considerando o jornal impresso mais antigo da capital potiguar.

⁵ O conceito de representação, será pensado a partir de Chartier (1992) e versará sobre um conjunto de símbolos, signos e poder que circulam dentro da sociedade, por meio da aplicação e interesses de grupos dominadores

agropecuária e reconhecido como um celeiro econômico no interior no estado, o Valedo Açu passou a ser alvo de políticas públicas ao longo do tempo.

O projeto Baixo-Açu foi uma política pública modernizadora⁶, direcionada para o interior do Estado do Rio Grande do Norte, que objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do Estado. Dividido em três etapas, essa ação implicou no barramento do leito do rio Piranhas-Açu⁷. A primeira fase do projeto, consistia na construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que atualmente é o maior reservatório artificial do Estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

Considerando que o sertão é espaço designado para ser superado, a construção da Barragem Armando Ribeiro, e consequentemente a edificação da Nova São Rafael, está embrenhado nessas ideias modernizadoras, pois além de combate a estiagem e agressividade do clima da região, o projeto visava proporcionar desenvolvimento social e econômico para esse espaço, contemplando assim os seus indivíduos.

A literatura regional sobre o tema, mostra que a recepção da notícia sobre a construção, gerou, nas pessoas, um estado de intranquilidade e insegurança, situação essa promovida pela imprecisão dos informes a população. Visando amenizar as inquietações populares, organizou-se uma expressiva mobilização, por parte da propaganda governamental, da imprensa e poetas, em busca de mostrarem os benefícios oferecidos pelo mesmo, com ênfase para o convencimento que todas as situações difíceis que esses passaram em prol da construção da barragem, seriam compensada com inúmeras vantagens, entre elas as farturas alimentícias e econômicas.

A construção da barragem foi realizada entre os anos de 1979 e 1983, a sua inauguração contou com presença de consideráveis políticos do estado e com o

⁶ A ideia da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, remonta a primeira metade do século XX, quando em 1937, o atual DNOCS autorizou o início de estudos para a identificação de um espaço apropriado para tal obra. Em 1971, o vale do Açu foi o espaço indicado para a instalação da barragem. No entanto, o projeto Baixo-Açu saiu do papel somente em 13 de julho de 1975, com o Decreto de número 76.046, durante o governo do presidente Ernest Geisel.

⁷ O rio Piranhas/Açu, nasce na Serra do Bongá, município de Bonito de Santa Fé, estado da Paraíba, e desemboca no município de Macau, litoral do Rio Grande do Norte. Seus principais afluentes são: rio Espinhara, Picuí e Seridó. Informações encontradas em <https://blogdofernandocaldas.blogspot.com/2009/08/rio-piranhasassu.html>, acessado em 26 de Fevereiro de 2020.

presidente da República da época, João Batista de Figueiredo⁸. Como notabilizava o projeto, algumas cidades foram atingidas e tiveram comunidades rurais inundadas, é o caso de Jucurutu, Açu e Ipanguaçu. Porém a cidade de São Rafael, além dos espaços rurais sofreu com uma inundação total do seu núcleo urbano, sendo assim necessário deslocá-la para outro espaço.

Apesar dos benefícios da obra para o interior do estado, o progresso prometido pelo projeto Baixo-Açu mostrou-se ambíguo para à população rafaélense, pois com a edificação de um novo núcleo urbano conhecida por “Nova São Rafael”, o deslocamento para novas instalações, bem como a reconfiguração do novo espaço cartográfico, foi marcado por dificuldades. Além dessas frustrações, a proposta modernizadora, revelou-se cheia de interesses e contradições, uma vez que “a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”⁹.

A intervenção promovida pela construção da barragem, marcou profundamente a história da açudagem do Estado, uma vez que, ele passou a ser maior reservatório artificial do Rio Grande do Norte e promoveu suprimento de água para a população, ao Projeto Irrigado Baixo-Açu.

As propostas modernizadoras lançadas para a Nova São Rafael, levaram o projeto para as diversas manchetes jornalísticas, principalmente dos periódicos potiguares. A configuração discursiva sobre a nova cidade, tocava pontos sensíveis da modernização e dos ideais de civilização criado para a sociedade brasileira durante os primeiros anos do século XX. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todos as famílias seriam deslocadas para casas de alvenaria.

3. A CIRCULAÇÃO DAS NOTÍCIAS DO PROJETO BAIXO-AÇU.

A difusão dos produtos da mídia, permite a ampliação do conhecimento sobre eventos e experiências que vão além do cotidiano e espaço habitado. Existe uma

⁸ O governo presidencial do general João Batista Figueiredo, foi o último durante o regime militar (1964 a 1985), período histórico da política brasileira. O mesmo atuou enquanto presidente no período de 1979 a 1985.

⁹ (PESAVENTO, 2007, P. 14)

ampliação do horizonte espacial, por meio da partilha e circulação das informações. A organização desses dados é pensada para diferentes perfis de indivíduos que estão inseridos em diferentes contextos sócio histórico e político. Aspectos esses que interferem no processo interpretativos dos fatos.

As temáticas abordadas pelos meios de comunicação são variadas, assim como os seus discursos, posicionamentos políticos e sociais. Pensando os jornais enquanto fonte histórica, averigua-se que estes permitem a análise e estudos de temas diversificados dentro da sociedade, como “gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiência e prática políticas cotidianas, formas de lazer”¹⁰. A variedade e superposição de discursos dos meios de comunicação, levam à reavaliação de personagens, enredos e eventos históricos, nesse sentido é necessário interpretá-las de acordo com o seu espaço e contexto de sua criação.

As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas[...] (LUCA, 2005, P.130)

Disponíveis para uma pluralidade de indivíduos, o uso dos meios de comunicação alterou o sentido de tempo e espaço, pois a circulação de informações permitiu a diminuição da distância entre os lugares, fazendo com que experiências fossem vivenciadas por diferentes ambientes ao mesmo tempo. “Com o advento de disjunção entre espaço e tempo trazida pela telecomunicação, a experiência de simultaneidade separou-se de seu condicionamento espacial. Tornou-se possível experimentar eventos simultâneos”¹¹. Acerca do projeto Baixo Açu, os periódicos trouxeram notícias diversas. Essas tangiam todos os aspectos e falas dos envolvidos nesse evento que marcou a história da açudagem do Rio Grande do Norte.

Os periódicos *O Poti* e *O Diário de Natal* são fontes de estudos para o entendimento da comunicação entre a imprensa e a população potiguar. Diante do recorte temático escolhido, vemos que as manchetes abordam projeto em sua totalidade, onde averigua-se apresentação da obra para a população, o cumprimento (ou não) das etapas sugeridas, as vantagens e desvantagens que o mesmo acarretaria para a região e

¹⁰ (LUCA, 2005, P. 120).

¹¹ (THOMPSON, 1998, P. 37)

as cidades afetadas¹². Entre tantas notícias, as dificuldades e frustrações vivenciadas pelos indivíduos também foram evidenciadas nas páginas destes periódicos. Em *O Poti*, na sua versão semanal aos domingos, na edição de nº 2.375, vemos que:

Ao contrário do clima de euforia a que se referiu o diretor do Comirga e Dnocs, no Estado, engenheiro Clóvis Gonçalves, o *Diário de Natal*, constatou, ontem, que a incerteza e o medo predominam na cidade. Tudo porque o Dnocs ainda não anunciou os valores a serem pagos pelo metro quadrado a seus imóveis residenciais e nem ainda desmatou sequer a extensa área escolhida para a construção da nova São Rafael¹³[...]

Os jornais também eram utilizados para a divulgação de editais de concorrência que almejavam a contratação de empresas que se interessassem em realizar as devidas obras necessárias¹⁴. Averigua-se uma preocupação constatar por parte da mídia, não só em informar as etapas da obra, como também em esclarecer a importância do Projeto Baixo-Açu¹⁵ para a população potiguar. A circulação permanente dessas notícias ajudaria no esclarecimento das obras e no convencimento da população a respeito das intervenções realizadas nas cidades atingidas, sobre tudo em São Rafael.

A reprodução de informações é uma das características do aspecto comercial dos meios de comunicação. E sendo a temática em estudo, parte de um plano político nacional, por uma das maiores ações contra a seca no Nordeste, havia um destaque para a representação e os impactos positivos desse projeto. A edição nº 1.964 do periódico *O Diário de Natal*, noticia o atraso da inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e alguns dos seus benefícios;

O presidente João Figueiredo deverá inaugurar, quando de sua viagem ao Rio Grande do Norte, em novembro, apenas uma parte do Projeto Baixo-

¹² Em “*O Diário de Natal*”, na edição de nº 11.000, vemos que o diretor do DNOCS confirma a região denominada de Bela Vista, como sendo a localização das novas instalações da cidade de São Rafael.

¹³ São Rafael já começou a morrer. *O Poti*, Natal. P. 6, 26 de julho de 1981.

¹⁴ Na edição de nº 1.688, no dia 14 de Outubro de 1982 a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, junto à Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, apresentava no *Diário de Natal* o edital de concorrência nº 10/82¹⁴, que objetivava contratar uma empresa para realizar serviços de drenagem pluvial, aberturas de ruas e pavimentação asfáltica da Nova São Rafael.

¹⁵ O Projeto Baixo-Açu, está inserido em um conjunto de obras grandiosas que estavam sendo realizadas durante os governos militares. O objetivo do governo brasileiro, era combater o atraso da região, através da alteração técnica da produção do Vale do Açu, que a princípio era voltada para a subsistência. Dividido em etapas, a primeira consistiu na construção da Barragem Armando Ribeiro, que implicou no barramento do rio Piranhas-Açu e afetou diretamente as cidades de Jucurutu, Assú, São Rafael e Ipanguaçu. A segunda fase do projeto, caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

Açu, em virtude do atraso motivado pelo afundamento, da parede da barragem, cujas causas, já caracterizadas, não foram divulgadas até agora [...]

O Projeto Baixo-Açu, que deverá levar benefícios a seis municípios-Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendências - tem como principal obra a construção da barragem, com prazo inicial de término da construção para outubro deste ano, e a transferência da população rural e urbana do vale do Açu, com a construção de cidade de Nova São Rafael, uma vez que a antiga, nas margens do rio Açu, ficará submersa quando ele cobrir 40 mil hectares que a barragem deverá ocupar.¹⁶ [...]

2.1.A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA MODERNIDADE.

Pensando o contexto do nascimento da sociedade moderna, vemos que esta representava um estilo de organização social e conduta de vida que surgiu na Europa, durante o século XVII. Sua influência disseminou-se por boa parte do mundo e a sua proposta de modo de vida, buscava a superação da ordem tradicional da sociedade. As transformações socioculturais promovidas pela modernidade foram profundas e estabeleceram interconexão social.

Desenvolvida pela sociedade ocidental, a modernidade “tornou-se símbolo de avanço e modelo fundamental que todas as culturas deveriam incorporar”¹⁷. Embora pregasse um projeto homogêneo, houve o surgimento de vários modelos de modernidade e que os grupos sociais interpretaram a concepção de liberdade e igualdade de forma peculiar, onde buscaram atender aos seus interesses, necessidades e contextos sociais nos quais estavam inseridos. Diante do exposto, vale pensar que a modernidade apresentada pelo projeto Baixo-Açu baseava-se na superação da condição sertaneja.

Abarcando os mais variados aspectos na sociedade, as relações pessoais, sociais, políticas, trabalhistas, artísticas e culturais também foram transformadas conforme os princípios do progresso, pois segundo Giddens, “a modernidade é universalizante não apenas em termos de seu impacto global, mas em termos do conhecimento reflexivo fundamental a seu caráter dinâmico”¹⁸.

¹⁶ Figueiredo não inaugura Barragem do Açu este ano. O Diário de Natal, Natal. P. 5, 18 de Agosto de 1982.

¹⁷ (REZENDE, 1996. P 20)

¹⁸ (GIDDEN, 1991, P. 154)

A configuração social é uma construção histórica, que parte de embates de narrativas, interesses e interpretações de grupos e instituições ao longo do tempo. Discursos propensos são lançados, apropriados e repassados por indivíduos. A construção dos modelos sociais, refletem a imposição de escolhas, condutas e pensamentos individuais que são aplicados por agrupamentos influenciadores, pois, segundo Chartier as representações são “sempre colocadas no campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e anunciação”¹⁹.

Por meio das interferências do aspecto urbano, as cidades também passaram a expressar influências dos pensamentos racionalizados, uma vez que esses espaços atendiam às necessidades políticas e econômicas surgidas, tal como demonstrava “ao mundo todo o que os homens modernos podem realizar e como a existência moderna pode ser imaginada e vivida”²⁰. De modo autoritário, a instalação do progresso ocorre junto ao contexto da resistência populacional, abalando os hábitos e as relações sócio afetivas existentes. Refletindo sobre a recusa desse novo modelo de vida proposto pela sociedade, Chartier lembrar que:

Tratar-se-ia, portanto, de construir uma problemática da variação histórica e sociocultural da percepção e da compreensão dos signos do Estado a partir do modelo proposto para a leitura dos textos[...]. Os signos do poder não têm as mesmas áreas sociais de circulação e não implicam as mesmas regras de interpretação. Reconstituir essas diferenças (no acesso ao signo como nas possibilidades da sua «leitura», mais ou menos conforme a intenção que o produziu) é uma tarefa difícil, mas indispensável, para apreender, no campo da prática, a eficácia da simbólica do Estado (CHARTIER, 1992, p. 221)

Influenciada pelo advento da modernidade que se manifestava nos grandes centros comerciais, urbanos e tecnológicos da Europa, no início do século XX, a sociedade brasileira, ficou marcada por um conjunto de transformações, que implicou na interferência da estrutura física de algumas cidades. Os projetos de modernidade elaborados para o Brasil, pautava-se “principalmente na reorganização do espaço - nomeadamente o urbano, e da sociedade brasileira, adquirindo novos hábitos”²¹

As propostas que anunciavam o progresso, inicialmente foram aplicadas nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo nas capitais dos Estados. Posteriormente,

¹⁹ (CHARTIER, 1992, P. 17).

²⁰ (BERMAN, 2007, P. 272).

²¹ (ANDRADE, 2007, P. 44)

essas experiências também foram vivenciadas pelas pequenas cidades interioranas, contudo de forma particular e cautelosa. Além de modificarem a estrutura física do espaço, com a arborização da cidade, alargamento e pavimentação das ruas, essas intervenções também implicavam na iluminação das ruas e limpeza dos ambientes.

A construção da Nova São Rafael, representava duas facetas deste projeto modernizador, o primeiro ponto faz referência à localização da cidade, que fica no interior da região Nordeste, ou seja, a modernização chegou ao sertão brasileiro. O segundo aspecto tange o atendimento dos parâmetros de modernização exigidas para as cidades durante o contexto da execução da obra em estudo. Embora a construção da nova cidade refletisse ideais inovadores, como o saneamento e residências de alvenaria para toda a população, houve diferentes formas de interpretações e apropriações das notícias.

A problemática do “mundo como representação”, moldado através de séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.[...] No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo. (CHARTIER, 1992, P. 221)

A configuração discursiva sobre a nova cidade, tocava diversos pontos dos ideais de civilização criado para a sociedade brasileira. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todos as famílias seriam removidas para residências de alvenaria, uma vez que, alguns indivíduos moravam em casas de taipa²² na antiga estrutura de São Rafael. No jornal *O Poti*, na edição de nº 2. 413²³ vemos que:

Além de receber todos os moradores daquela cidade, as casas que serão construídas pela Cohab abrigarão também habitantes da zona rural, chefes de família aposentados ou deficientes. Durante a construção da nova S. Rafael, o DNOCS autorizará também a edificação dos equipamentos comunitários que incluem a sede da prefeitura câmara Municipal, Escolas, Hospital- Maternidade, Matadouro Público, Posto de saúde, Igreja etc.

²² Técnica de construção, também conhecida por pau-a-pique, onde as paredes são armadas com bambu ou madeira e preenchidas com barro e fibra.

²³ Lavoisier comemora o dia 1º de maio. *O Poti*, Natal. P 6, 02/03 de Maio de 1982.

A narrativa jornalística sobre as novas instalações de São Rafael traduzia uma noção de saúde e bem-estar. No entanto, também descrevia a condição financeira daquelas famílias, que foram redimensionadas para um novo centro urbano. Construídas de acordo com três padrões diferenciados, essas residências foram feitas obedecendo critérios como o tamanho, a qualidade e a condição financeiras de seus proprietários. Assim, *O Diário de Natal*, na edição de nº 54²⁴²⁵, detalha a configuração dessas moradias:

Em função desta população e do nível de renda familiar, foram construídas 880 casas, que beneficiarão diretamente um total de 4.400 pessoas. Cominadas ou não, as casas obedecem a três tipos de padrões R-1, 2 e 3. As do tipo 1 e 2 possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e estão encravadas num terreno murado 300 metros quadrados. Já as do tipo 3 possuem três quartos, sala, cozinha, banheiro, são isoladas e encravadas num terreno de 400 metros quadrados.

Além destes três tipos foram projetadas 14 casas especiais, com quatro quartos, duas salas, cozinha, dois banheiros, varanda e melhor acabamento. Estas estão reservadas a população de melhor poder aquisitivo que possuíam as melhores casas na antiga cidade. Cerca de 150 casas são ocupadas por famílias da zona rural que não tinham força de trabalho, estando agrupadas perto uma das outras. [...]

A construção do discurso, manifesta a necessidade de mostrar uma verdade e a propagação do mesmo é conduzido por forças, interesses e instituições. Os jornais, veículos de comunicação mais acessível na época, facilitariam o consentimento e a certificação da obra junto à população, bem como ajudariam na circulação e representação da modernidade proposta para aquele espaço, pois “os discursos se encontram com frequência ligados a outros meios de expressão”.

O que é considerado como verdade, possui apoio institucional e pode sofrer interferência pelo conjunto de regras imposta por essa. A produção dessa veracidade manobra a opinião do meio social, em razão dos veículos de propagação e ao mesmo tempo, reflete o desejo e o poder que se encontra oculto. Assim, Foucault (2002) lembra que existem procedimentos de controle do discurso, que se preocupam com a determinação de regras de funcionamento, tal como pela orientação dos indivíduos responsáveis pela propagação e criação desses pronunciamentos,

²⁴ Os jornais apontam que a nova cidade será saneada, com ruas largas e asfaltadas e todos os moradores residiriam em casas de alvenaria.

²⁵ São Rafael: novo marco na história do Estado. *O Diário de Natal*, Natal. P. 2, 23 de Março de 1983.

Existe um conjunto de exigências sobre a figura produtora e transmissora do discurso, onde este deve demonstrar qualificação, desenvoltura, persuasão e coerência. Sobre a criação de enredos, documentos e posicionamentos políticos, Chartier vem lembrar que materiais de natureza administrativa e política simboliza uma representação de ideias e interesses de grupos, pois:

os próprios textos políticos ou administrativos fornecem uma representação, por vezes explícita, na maioria dos casos implícita. Todos eles supõem um destinatário, uma leitura, uma eficácia. Seria necessário relê-los sob esta perspectiva, detectando o modo como ter em conta as capacidades supostas dos seus destinatários imaginados. Este material, tradicionalmente explorado pela sua própria letra, pelo seu conteúdo documental e informativo, tem que ser questionado de outra maneira, atendendo as formas de discurso codificadas e regulamentadas que aí são empregues, aos procedimentos retóricos de persuasão e de justificação que aí funcionam, aos dispositivos tipográficos — num sentido alargado que inclui a paginação e os papeis desempenhados pela imagem — que dão a ler e a ver o texto. (CHARTIER, 1992. P 223 e 224)

O uso dos periódicos auxilia na compreensão das representações, das paisagens urbanas e dos valores sociais e culturais de sujeitos de uma determinada época e espaço, nesse sentido o projeto Baixo-Açu foi um objeto de produção de discursos e imagens²⁶, que materializava a modernização do interior do sertão. A circulação das notícias sobre essa obra, representa a busca pela superação²⁷ dos enredos e do imaginário social sobre esse espaço, pois segundo Moraes, “o sertão é qualificado para ser superado”. Desta forma, o projeto refletia não só a superação da condição sertaneja, como também a modernização daquele espaço. Contudo, vemos com Chartier que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspire a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferido com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER. 1992, p. 17)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁶ A imprensa local, junto com poetas da região buscavam apresentar os benefícios que seriam tragos pelo Projeto.

²⁷ As propagandas buscavam acalmar a população que encontrava-se revoltada, insatisfeita e resistentes as propostas lançadas pelo governo, para a edificação do projeto.

Além de outros instrumentos de comunicação, os jornais analisados foram responsáveis pela difusão da representação da modernização do interior do Rio Grande do Norte. Ambos retrataram as fases e os impactos positivos do projeto. Quanto à cidade de São Rafael, havia uma preocupação na descrição da edificação da mesma. Constata-se o acompanhamento de toda a trajetória da construção e remanejamento da população para as novas instalações. Mas é notório o destaque dado à proposta arquitetônica moderna dessa cidade, que além de saneada, a população seria alocada para residências de alvenaria. As ruas da nova estrutura do município seriam largas e asfaltadas, e toda a cidade saneada. Assim, a representação discursiva desses enredos configurava-se por apresentar uma estrutura apresentável, confortável e moderna no sertão potiguar.

FONTES

O Poti-1980, 1981, 1983, 1984, 1985

O Diário de Natal-1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: O discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX, In.: **Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, UFC-CAC, v.7, n.1, jun-jul, 2010, p 101-102. Disponível em [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/12602-Texto%20do%20artigo-49736-3-10-20110228%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/12602-Texto%20do%20artigo-49736-3-10-20110228%20(3).pdf). Acesso em: 15/07/2019.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre prática e representações**. Lisboa: Difel, 1992

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão: um outro geográfico**. Revista TerraBrasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

NEVES, E. F. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. POLITÈIA(UESB), Vitória da Conquista, v.3, p. 153-162, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis**. In.:Revista Brasileira de História. Vol.27, n 53º. São Paulo 2007.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v.9, nº 17, 1996. p. 85-91.

REZENDE, A. P. M. O Recife Nos Anos Vinte: Modernidade e Identidade. CLIO. Série Arqueologia (UFPE), Recife, v. 1, n 16, p. 18-28, 1996

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Escafandristas do tempo: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN**. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

_____. **Teias da saudade: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN**. Natal: Editora do IFRN, 2011.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

UM SERTÃO MAIS PROFUNDO: OS SILÊNCIOS SOBRE O FEMININO NA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA DO SERIDÓ-RN

Maria Alda Jana Dantas de Medeiros¹

INTRODUÇÃO

Partículas de poeira subiam aos ares ao passo que os pés cruzavam o salão e logo os corpos se acomodaram nos rústicos assentos de madeira. Esses tantos corpos, de tantas tezes postas em nuances múltiplas de cores e percursos, se colocaram diante de um palco. Absorvidas, contudo, na penumbra que consome qualquer plateia, observaram as volumosas cortinas avermelhadas serem arrastadas para os lados; o palco, enfim, se revelando suntuoso com os feixes de luz que caíam sobre si. Uma voz ativa as tinha garantido que, ali, veriam a si, o que foram e o que são. Contudo, conforme os atores tomavam a cena, seus olhos só viam a imagem de um equívoco monocromático, corpos machos que bradavam uma narrativa a qual pretensamente elas pertenciam. Na estranheza de assistirem diante de si tantos sujeitos outros confabulando sobre um tempo longínquo que partilharam, não custaram a perceber queo *outro*, na verdade, eram elas mesmas, retidas na condição de audiência, à parte daquele espetáculo que, ouviram dizer, chamam de História.

No sertão do Rio Grande do Norte, a região do Seridó² desponta como um discurso fabricados por suas elites, bordado num fiar de redes de poder que espraíram seus nós também para as margens políticas, sociais e culturais (MACEDO, 2012). No decorrer do século XX, arquétipos específicos foram moldados para representar o Seridó, traçar sua identidade regional e confeccionar seu passado. Nesse movimento, as cortinas que se abriram para a história do sertão seridoense revelaram um texto encenado por sujeitos que, por mais específicos que fossem, assumiram uma postura universal e supostamente suficiente para abarcar a multiplicidade daqueles sertões: dentro de um modelo eurocentrado de compreensão dos processos históricos (MACEDO, 2007), o Seridó foi produzido sob a égide de uma figura masculina, branca, portuguesa e/ou luso-brasílica.

¹ Mestranda em História dos Sertões – MHIST-CERES-UFRN. Bolsista CAPES. Endereço de e-mail: aldajanamedeiros@gmail.com.

² O Seridó, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma região localizada na mesorregião central do estado do Rio Grande do Norte e divide-se em duas microrregiões: Seridó Ocidental e Seridó Oriental. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resolução PR n. 51, de 31 set 1989. **Boletim de Serviço**, Rio de Janeiro, n. 1736, p. 2, 31 set 1989.

Neste cenário em que percebemos a construção de uma espacialidade historiograficamente discursada sobre e através do masculino, enunciada mormente como branca, nossa pesquisa emerge no propósito de entender como mulheres não-brancas e mestiças foram representadas durante os séculos XVIII e XIX, na Ribeira do Seridó, sertões da Capitania do Rio Grande.³ Assumimos que uma das chaves mor do nosso processo investigativo surge quando da compreensão que tais representações foram concebidas numa documentação histórica produzida por homens, tais como escrivães, juízes e padres, agentes coloniais representantes dos aparelhos burocráticos da Justiça e da Igreja, que tinham em suas mãos o poder da escrita.⁴ Numa outra via, a qual nos dedicaremos em aprofundar nesse momento, também nos propomos a refletir sobre qual sertão seridoense emergiu das narrativas tecidas pela chamada “historiografia clássica” do Seridó, escritos produzidos durante o século XX por intelectuais seridoenses. Atuando como enunciados construtores da identidade regional, essas produções intentavam resgatar um passado comum a todos, no mesmo instante que evocavam uma figura regional única e universalizante: a masculina, branca, condecorada por elementos luso-brasílicos, como mencionado anteriormente.

Tomamos, pois, como fontes-obras algumas produções dos seridoenses Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Adelino Dantas e Olavo de Medeiros Filho, no intento de perceber como essas vozes privilegiadas emudeceram tantos outros sujeitos e experiências, de onde destacamos a supressão do feminino, sobretudo o não-branco e mestiçado. Acreditamos que nessas narrativas se manifestaram reflexos de um tipo de cultura histórica na qual os sertões foram enunciados, a nível nacional, no trânsito do século XIX para o XX, através de um modo androcêntrico de produção de conhecimento, numa projeção da luz histórica que não chegou a alumiar as mulheres nas territorialidades sertanejas.

À vista disso, um dos nortes que orienta o estudo proposto é o conceito de *representação*. Partindo de um estudo acerca das sociedades do Antigo Regime, o historiador Roger Chartier (1990, 2002) nos alerta que a representação não deve ser assumida como uma cópia ou reflexo do real; por vezes, ela preocupa-se menos em ser fiel ao seu referente e mais

³ Compreendemos, aqui, a Ribeira do Seridó como o território dentro da jurisdição da Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana do Seridó, Capitania do Rio Grande. Banhada pelas malhas hidrográficas dos rios Acauã, Espinharas, Piranhas e Seridó, a Freguesia de Santa Ana foi desmembrada da Freguesia da Nossa Senhora da Guia, de Patos, Capitania da Paraíba, em 1788, assumindo como sede a Povoação do Caicó. Em 1835, o território sofreu novas alterações, decorridas do desmembramento da Freguesia do Acari. Parte dessa espacialidade corresponde atualmente à região do Seridó norte-rio-grandense (MACEDO, 2013).

⁴ Silvia Rachi alega, ao investigar os usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial, que “o domínio da técnica da escrita era capital de poucos, principalmente do segmento masculino, branco e abastado” (RACHI, 2014, p. 12).

em sucumbi-lo, fazendo-o existir somente enquanto imagem que exhibe, gestando um mundo paralelo que o substitui. Embora cobicem um status de universalidade e se apresentem como naturais, as representações são construções e, portanto, carregam a marca ontológica dos interesses envolvidos em sua produção.

A partir de Chartier, a historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento comenta:

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que **esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo**, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que **definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais** (PESAVENTO, 2005, p. 41-42; grifos nossos).

Destarte, operar com o conceito de representação nos é pertinente no momento de ponderarmos sobre as redes discursivas construídas sobre um sertão pretensamente universal, contudo muitíssimo particular ao excluir tantos segmentos de suas narrativas.

Dos caminhos que já se abriram com as novas investidas das produções científicas e que viabilizaram conhecimentos sobre sujeitos históricos que fossem além da premissa branca, portuguesa ou luso-brasílica, citamos sumariamente os estudos de Helder Macedo, por serem os que mais dialogam com nosso presente objeto. Tanto no exame do processo de ocidentalização e seus impactos nas populações indígenas na Freguesia de Santana, durante os séculos XVII e XIX (2007) como, posteriormente, em seu trabalho sobre genealogias mestiças na Freguesia do Seridó, entre os séculos XVIII e XIX (2013), Macedo convocou outros e novos personagens do passado seridoense. Todavia, como já reportado, nossa pesquisa se coloca frente a uma invisibilidade não apenas constituída acerca de qualidades⁵ não-brancas e mestiças, mas também por pensá-las em corpos femininos, o que ocupa uma camada mais profunda nessa estratigrafia do silêncio. Reforçamos e lembramos, assim, as amplas contribuições das teorias feministas para a disciplina histórica, principalmente no tocante às discussões sobre *gênero*.

⁵ Trabalhamos com o conceito de *qualidade* com base nos estudos de Eduardo França Paiva (2015). Conforme o historiador, a partir do século XVI na ibero-América, no contexto de intensas mesclas biológicas e culturais (violentas-não violentas, forçadas-voluntárias), um extenso léxico foi construído para nomear, qualificar, diferenciar e hierarquizar os produtos dos intercursos culturais e sexuais das “dinâmicas de mestiçagem”. De tal modo, o termo “qualidade”, que no Velho Mundo era um atributo de “homens bons” (isto é, brancos, sem sangue infecto, um então marcador de diferença para mouros, judeus, negros e mestiços), passou a abranger diversas “qualidades”, as quais classificavam e hierarquizavam os indivíduos, a partir de elementos como cor, origem, fenótipo e ascendência.

Apreendemos o gênero nas linhas postuladas por Joan Scott (1990), admitindo-o como uma forma primeira de significar as relações de poder, bem como, um elemento que constitui as relações sociais firmadas sobre as diferenças entre os sexos, integrando em seu sentido a criação de símbolos culturais destinados à fabricação de representações binárias opostas, a qual, junto com os conceitos normativos que se reproduzem em múltiplas instâncias, classificam o sentido do ser feminino e masculino. Advogamos, ainda, que o gênero vai além do que pode ser entendido como pura diferença sexual entre homens e mulheres, o que nos alinha também às considerações de Teresa de Lauretis (1994), em sua recusa dessa definição tão minguada. Partindo da teoria foucaultiana, mas indo além desta, a pesquisadora italiana propõe que o gênero é, sincronicamente, representação e autorrepresentação, produzido por diferentes tecnologias sociais, isto é, técnicas, saberes e poderes por onde discursos são elaborados e projetados sobre a realidade, tanto do ponto de vista institucional/científico, como do cotidiano. Renegando qualquer condição que pressuponha sua naturalidade, o gênero se apresenta, pois, como a representação de cada indivíduo dentro de uma relação social que preexiste e firma uma oposição em uma estrutura conceitual entre os dois sexos biológicos. Em suas próprias palavras,

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e "implantar" representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micro•políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível "local" de resistências, na subjetividade e na auto-representação (LAURETIS, 1994, p. 228).

Entendendo o sertão em sua polissemia, considerando as inúmeras bifurcações que podem ser seguidas nos caminhos percorridos rumo à uma história dos sertões e se posicionando numa disputa contra uma narrativa única e restrita, já se mostra necessário pautar na relação epistemológica da história com outras áreas, como a filosofia política, a ética psicanalítica e, também, os feminismos (SANTOS, 2019). Algumas historiadoras feministas brasileiras já falam na formação de um campo de estudos que se dedique a esmiuçar as relações gênero, mulheres e sertanidades (VEIGA; VASCONCELOS, 2019). Buscando produzir outros entendimentos sobre os sertões, que transcendam os clássicos e as narrativas sumariamente fálicas e androcêntricas, essa iniciativa conversa com as teorias pós e

decoloniais e com o conceito de interseccionalidades, produzindo resultados que já podem ser vistos dentro do universo acadêmico – e, quiçá, também fora dele.⁶

Em meio a esse movimento, pesquisadoras também intentam evidenciar sujeitas e sujeitos que foram na “contramão” das representações convencionais de gênero, desmantelando o que se entendia como masculinidade ou feminilidade dentro de territorialidades sertanejas. Essas histórias “escondidas, esquecidas e invisibilizadas por uma lógica colonial de contar a história, na perspectiva do Sujeito Humano Universal: homem (macho), branco, cis/heterossexual, cristão, rico e ‘bem comportado’” (VASCONCELOS; VASCONCELOS, 2018, p. 141), emergem para que esses sujeitos “outros” se desloquem do lugar de periferia o qual lhes foi reservado pela historiografia tradicional.

No nosso exame investigativo, a acromática genealogia de Michel Foucault (2015) nos ajuda a desvelar as origens em suas cinzas, isto é, nos resíduos de suas ruínas que denunciam que elas não trazem nada, ou trazem muito pouco, do natural, do que se diz estar posto *a priori*. A premissa da pureza dos começos se desfaz no método genealógico para nos mostrar um controle do passado provocado num lugar de discórdia, do disparate, das lutas de poder que gestaram os jogos de dominação e submissão.

Foucault (1996) nos auxilia também no processo de desnaturalizar os discursos, inserindo-os nas redes de sentidos onde foram enunciados e propagados, entendendo-os como algo que está posto na ordem das leis, invariavelmente relacionado ao poder: aquilo que é o objeto do desejo e que, por sua vez, dá organização ao mundo. Sendo sempre um ponto de interesse, o discurso se apresenta como um jogo onde as verdades são concebidas e disputadas. Em movimento semelhante ao qual a representação toma lugar do seu referente, o universo discursivo, enquanto significante, tende a dispensar a dimensão da realidade para tornar-se, ele mesmo, a verdade. Assim sendo, os discursos hegemônicos se sustentam em mecanismos de controle e temem que as singularidades venham à tona. Todavia, como Foucault disserta, há um zumbido por trás desses discursos que denunciam o que há de descontínuo e de combativo. E é exatamente ele que buscamos ouvir.

⁶ Vejamos, pois, a criação o grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, fundado em 2018, o qual se propõe a não somente ser um lugar onde se gestam falas, mas se figurar enquanto um “lugar de escuta” sobre história e memória de mulheres e da população LGBTQI+. Ressaltamos, também, como fruto desse movimento de formação de um campo de estudos sobre mulheres e sertões, a organização do dossiê “Mulheres, Gênero e Sertanidades”, publicado nos fins de 2019 pela Sæculum – Revista de História, periódico da Universidade Federal da Paraíba.

Sertão: uma categoria fálica

Trazido nas caravelas do Velho Mundo, o conceito de “sertão” foi utilizado na América portuguesa inicialmente para retratar os grandes vazios incultos e desabitados, afastados da costa litorânea e do controle régio da Coroa. Sua imprecisa etimologia procede das feições polissêmicas que angariou no decorrer do tempo, de modo a incorporar categorias espaciais e, também, culturais e sociais. Partindo das lentes litorâneas, onde inicialmente se fixaram os colonizadores vindos da Ibero América, o olhar dirigido aos sertões passou a focar na construção de uma oposição entre os dois espaços. A dicotomia dialética se sustentava no contraste: o litoral, espaço conhecido, controlado, colonizado e cristianizado *versus* o sertão, desconhecido, perigoso, inacessível, um espaço por excelência habitado por índios bárbaros, desprovidos de civilização, cultura, fé, lei e rei (AMADO, 1995; NEVES, 2012).

Em suas múltiplas facetas, o sertão tornou-se uma questão incontornável quando, posteriormente, produções historiográficas, agora com o estatuto de um discurso científico e pedagógico de uma disciplina, se propuseram a pensar na elaboração de uma nação brasileira, no transitar do século XIX para o XX. Permeando, pois, o pensamento social brasileiro e apresentando-se em diversas abordagens em obras de variados intelectuais, o sertão foi apropriado no exercício de fabricar uma brasilidade que consolidasse o Estado nacional independente (SOUZA, 2015).

Analisar produções vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, nos é conveniente para percebermos como esse sertão era entendido e, principalmente, quais sujeitos nele eram apresentados. O exemplo mais patente por onde se elucidam as intenções e os desafios que caracterizavam as investidas ideológicas e políticas do IHGB nesse período é a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, sobretudo na preocupação de gestar de uma interpretação do Brasil que, longe de romper com a Coroa portuguesa, pretendia seguir sua missão civilizatória nos trópicos (GUIMARÃES, 1988). Em sua História Geral do Brasil (1877), Varnhagen ofereceu à nação um passado histórico que pretendia ser denominador comum da heterogeneidade de uma sociedade que, agora, deveria compor-se enquanto uno. Na nítida defesa da colonização lusitana, o Visconde de Porto Seguro travestiu-se com a autoridade científica da vasta pesquisa em arquivos para inventar um Brasil que servisse primeiramente à elite branca e à família real. Em seus escritos, os sertões aparecem sobretudo nos momentos em que discorre sobre as expedições em direção ao interior do território nacional, terras desconhecidas enfrentadas na busca por metais preciosos. Um elemento que marca esses sertões é a barbárie indígena, seja quando o gentio selvagem se

figurava como obstáculo nas expedições, seja quando saía do sertão para ameaçar outras localidades com sua anarquia, tal como disserta no caso da capitania de Porto Seguro.

Essas expedições rumo aos sertões ermos, nos séculos XVI ao XVIII, foram responsáveis pela expansão territorial da colônia lusitana e alargamento da fronteira, ocupando o lugar de “marco zero” da nação brasileira em muitas interpretações construídas sobre o Brasil. As bandeiras e os bandeirantes, todavia, não tiveram tanto destaque nas primeiras produções financiadas pelo IHGB, cujo um dos interesses máxime era condecorar os feitos portugueses. Somente na República, contexto em que São Paulo passou ocupar um importante lugar político e econômico, a figura do bandeirante como desbravador dos sertões foi incorporada ao universo simbólico da identidade nacional (OLIVEIRA, 1998). Um dos intérpretes do Brasil que defendia o argumento do espírito brasileiro ter sido germinado no sertão era Capistrano de Abreu, o qual chegou a dedicar uma seção aos sertões em seus Capítulos de História Colonial, obra publicada pela primeira vez em 1907. Diferente de Varnhagen, que blindou os laços com a metrópole portuguesa, Capistrano de Abreu partiu de um sentimento quase antilusitano, defendendo que a ocupação do sertão pelos bandeirantes semeou uma consciência brasileira que passou a dispensar as continuidades com a costa e, porconsequinte, com os vínculos com Portugal. Rejeitando a ideia que os bandeirantes seriam nobres portugueses, o historiador não apenas ressaltou que eles eram fruto da mestiçagem com os indígenas, como questionou a violência empregada contra os índios pelos bandeirantes (ABREU, 1988).

Neste exercício de entender como os sertões foram articulados no pensamento social brasileiro, refletir sobre as considerações de Euclides da Cunha é esforço capital. Para o escritor da guerra de Canudos, o que marcava a distância entre o sertão e o litoral não era espacial, mas uma questão temporal: três séculos de diferença apartam as duas sociedades de processos históricos distintos. O litoral, na esteira do processo evolutivo sincrônica ao progresso, havia se sucumbido pelas influências externas e perdido o ontológico de sua brasilidade. O sertão, por sua vez, embora retardatário, guardava ainda o cerne da nacionalidade que representava o fio de esperança do projeto nacional que deveria resgatar o sertão para garantir o progresso do país. As sub-raças sertanejas, para o autor irrompidas mormente das mesclas biológicas entre brancos e indígenas, embora inferiores em sua mestiçagem embaralhada e dissímil, não eram um absoluto impedimento para evolução social. O sertanejo, contudo, deveria ser domado pela civilização: “Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 2002, p. 104).

O bandeirante, o jagunço, o fanático, o beato. A esses, somaram-se posteriormente o vaqueiro, o coronel, o cangaceiro; enfim, *o sertanejo*. Mais que uma questão de concordância nominal procedente da flexão de gênero do universo lexical da língua portuguesa, que utiliza o masculino para referências gerais, os sujeitos que foram evocados desses sertões articulados no pensamento social brasileiro são, precisamente, sujeitos machos. O feminino recolhe-se no implícito das narrativas, nas mães índias dos mamelucos bandeirantes, nas fanáticas maltrapilhas de Canudos que são mencionadas junto aos segmentos mais frágeis do conflito, ao lado das crianças, dos velhos e dos enfermos.

Podemos entender como maior clareza como o sertão se constituiu também como uma categoria fálica quando este paulatinamente deixou de ser referência imediata às espacialidades opostas à costa litorânea do território nacional e passou a ser incorporado ao semiárido nordestino, através de discursos artísticos, literários, técnicos e parlamentares. Antes mesmo do início do século XX, momento em que o Nordeste foi inventado enquanto recorte regional, o sertão já começava a ser apreendido pelo discurso regionalista nordestino, associado diretamente à seca, à caatinga e a uma cultura própria típica das espacialidades futuramente nordestinas. Vinte e quatro anos após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter reconhecido oficialmente o Nordeste enquanto uma das regiões do país, em 1945, a divisão da região nordestina em quatro sub-regiões, em 1969, em meio-norte, zonada mata, agreste e sertão concretizou o rapto do sertão pelo Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

No interior do curso de repensar os sertões e elaborar o Nordeste, se fez necessário evocar uma figura protagonista desse espaço. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) dedicou um de seus trabalhos para analisar como o nordestino foi construído numa identidade regional, e, também, numa identidade de gênero, onde a masculinidade se configurou como uma premissa na gestação desse arquétipo. O nordestino surgiu, então, da bricolagem de imagens e enunciados referentes aos tipos regionais anteriores, como o brejeiro, o praieiro e, sobretudo, o sertanejo, protótipo privilegiado na construção do nordestino, de onde foi exprimida sua virilidade, rudeza, valentia, força e coragem; uma figura que não se encerrava apenas em ser homem, ia além, precisava ser *homem macho* para enfrentar as lutas travadas pela natureza sertaneja, no “sertão da seca, do sofrimento; o sertão de muito trabalho, do trabalho duro, cansativo, árduo, trabalho, sobretudo, da figura masculina” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 173).

Não é por menos que o feminino não apareça numa espacialidade que demanda uma *condição masculina* para existência, tampouco é surpreendente quando, ao aparecer, seja somente na sombra de um molde fálico, à medida que o “mininu fêmea” (FALCI, 2006) vira “mulher-macho, sim sinhô” (SILVA, 2008). Esse tipo de produção historiográfica do século XX, em muito tributária de paradigmas instalados IHGB no século XIX, compôs discursos sobre os sertões sobremaneira centrados numa essência e numa premissa androcêntrica das territorialidades sertanejas, evocando o masculino através do masculino.⁷ Acreditamos, enfim, que esse mote ecoou no que foi versado a nível regional sobre os sertões seridoenses.

A clássica historiografia seridoense: velhos falos e fatos de outrora

Ao longo do século XX, pesquisadores e intelectuais eruditos seridoenses produziram escritos sobre a história da região, compondo o que aqui nos referimos como “historiografia clássica” do Seridó. Com ressalvas em relação às particularidades de cada obra e autor, essas narrativas se voltavam ao passado histórico do Seridó para traçar o curso da colonização a partir de figuras-chaves, grandes homens setecentistas que chegaram ao sertão, fixaram suas fazendas e ali fundaram os atuais municípios da região. Tais fazendeiros luso-brasílicos são narrados como os grandes patriarcas das tradicionais famílias seridoenses, em escritos que quando não são um trabalho genealógico, em muito se aproximam da genealogia, pelo exercício recorrente de resgatar as linhagens das tradicionais estirpes. Os próprios autores aparecem como descendentes desses troncos genealógicos, fator que nos leva a pensarem consonância com Olívia de Medeiros Neta (2007) quando argumenta que a escrita do Seridó é uma “escrita de família”.

Das obras que trazemos para análise, iniciamos com “Homens de Outr’ora”, publicação póstuma, lançada em 1941, que reuniu ensaios produzidos ao longo da trajetória de Manoel Dantas (1867-1924), seridoense bacharelado em Direito pela Faculdade de Recife, educador, jornalista, juiz, político e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Em um culto à memória dos antepassados seridoenses, o autor escreveu sobre célebres personagens da história do Seridó, tais como sacerdotes, coronéis da guarda nacional e os pioneiros povoadores dos sertões, condecorando-os como “heróis valentes”. Na

⁷ É importante lembrar que a construção da disciplina histórica foi, em si mesma, também androcêntrica, haja vista que o feminino não atendia às “virtudes epistêmicas” necessárias a um historiador no século XIX, as quais, em linhas gerais, se personificavam na intelectualidade e moralidade supostamente inerente aos homens de letras (OLIVEIRA, 2019).

obra, destacou-se os aspectos luso-brasílicos, os patriarcas, a moral e a religião cristã católica, elementos assumidos como basilares da formação do Seridó. Em curta passagem, Manoel Dantas readequou minimamente as lentes eurocentradas de sua escrita para mencionar o caso de Feliciano José da Rocha, homem preto que havia chegado às terras seridoenses no século XIX e se consolidado nas tradições do município de Acari. Contudo, a obra permanece alinhada à congratulação dos personagens que ele defendia como alicerces na história do Seridó, como os já mencionados. Outros pontos podem ser ressaltados, como a passagem em que alega que “a escravidão não deixou traços no Rio G. do Norte” (DANTAS, 2001, p. 26).⁸

Vale mencionarmos que o contexto histórico de Manoel Dantas, bem como o de outros intelectuais, acompanhou o momento de mudança nos poderes dos interiores dos Estados, quando as elites ligadas à cotonicultura experimentavam um avanço econômico que as colocaram em disputa com as elites no comando dos governos estaduais, conforme ocorreu com as elites seridoenses em relação as do vale do Açu (MACÊDO, 2012). Isso nos ajuda a entender melhor as motivações e implicações da própria formação intelectual do autor:

A Faculdade de Direito do Recife forma a elite intelectual e política quando o Seridó despontou na produção cotonicultora do Estado. Esta forneceu parte dos saberes que sustentaram o discurso regionalista dessa elite, prefigurando o Seridó com os dispositivos cientificistas adquiridos com os estudos jurídicos; esta faculdade que formava Manoel Dantas expressava, nas Províncias do Norte, uma certa vanguarda das idéias progressistas e teorias políticas correntes no Império (MEDEIROS NETA, 2007, p. 62).

“Sobrinho” de Manoel Dantas,⁹ José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971) também se formou pela Faculdade de Direito do Recife, tendo dedicado sua vida à educação e à política, exercendo cargos como Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Norte e Senador da República. Em “Famílias Seridoenses”, obra de 1940, considerada o primeiro estudo propriamente genealógico do Seridó (MACEDO, 2011), José Augusto escolheu alguns

⁸ Em semelhante raciocínio, Luís da Câmara Cascudo, em ocasião de uma viagem feita aos sertões do Rio Grande do Norte em 1934, afirmou que “o elemento negro só se destacava por sua insignificância” (CASCUDO, 2009, p. 33), não tendo ele encontrado nenhum negro no percurso. Ainda, ao falar das famílias sertanejas, desacreditou na capacidade do mestiço em ter colonizado o interior do estado, creditando à ação a “gente fisicamente forte e etnicamente superior” (CASCUDO, 2009, p. 47), fazendo, em seguida, alusão aos troncos familiares que vieram de Portugal.

⁹ Conforme Olívia de Medeiros Neta (2007), Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine de Faria e Oswaldo Lamartine de Faria (esses últimos também intelectuais seridoenses que produziram narrativas sobre o Seridó) partilhavam entre si laços de parentescos e estavam vinculados a troncos de famílias ligadas ao processo de ocupação e colonização do Seridó. José Augusto Bezerra de Medeiros era sobrinho legítimo da esposa de Manoel Dantas, parentesco que no Seridó antigo se estendeu até ao intelectual seridoense.

troncos familiares os quais julgou mais antigos e assíduos no processo de povoamento das terras sertanejas, como os Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Medeiros, Lopes Galvão e, dentre outras linhagens genealógicas mencionadas na obra, os Pereira Monteiro. Para cada uma dessas, o autor traçou um panorama geral de suas histórias, não faltando alusões aos primeiros patriarcas dos troncos familiares, como Caetano Dantas Corrêa e Cipriano Lopes Galvão. Um dos maiores destaques dados é que esses “patriarcas pioneiros” ou eram portugueses, ou tinham forte ascendência intimamente ligada ao elemento lusitano. Como Helder Macedo já observara (2011), a leitura da obra nos induz a crer que o Seridó se encerra nesses troncos familiares e nesse gérmen português ou luso-brasílico.

Em 1962 foi lançado “Homens e Fatos do Seridó Antigo”, livro de autoria de José Adelino Dantas (1910-1983), obra que reuniu algumas crônicas que o autor outrora publicara no jornal A Fôlha, de Caicó, cidade onde atuou como Bispo da Diocese. A narrativa de Dom Adelino escoia sobre figuras de grandes sacerdotes a desbravadores sesmeiros do Seridó, reivindicando a glória que deveria ser atribuída a esses personagens constituidores das tradições seridoenses, trazendo ao palco tradicionais famílias e sujeitos luso-brasílicos. Nos fica claro quais personagens são convocados como protagonistas dessa trama, entretanto, ressalvas fazamos a Adelino Dantas: em função do seu trabalho nos arquivos com multiplicas tipologias de fontes, menções esporádicas são feitas a outros grupos sociais. A obra que analisamos, por exemplo, se encerra com um breve capítulo dedicado a uma centenária escrava, uma “mãe preta” de “mil filhos brancos”, a qual menciona para salientar “algo daquilo que de afeto, de heroísmo e de sofrimento a martirizada raça negra enxertou na formação étnica nacional” (DANTAS, 2008, p. 165).

Olavo de Medeiros Filho (1934-2005), mais um intelectual seridoense, sócio efetivo do IHGB e do IHGRN, em 1981 publicou a obra que o tornaria uma referência em estudos genealógicos, o livro “Velhas Famílias do Seridó”. Fruto de assíduas pesquisas e trabalhos com fontes históricas em arquivos dentro e fora do Rio Grande do Norte, o livro desenhou extensas linhas genealógicas das tradicionais famílias seridoenses responsáveis pelo povoamento das terras sertanejas, nos colocando frente à uma tela onde um Seridó branco, lusitano, luso-brasílico e patriarcal foi pintado em generosas pinceladas. Essa obra, em particular, pouco difere do que já discutimos sobre o estudo de José Augusto; todavia, em obra posterior (2002), Olavo de Medeiros Filho reconheceu e mencionou a coexistência de outras famílias e grupos sociais no Seridó, para além das estirpes citadas em “Velhas Famílias”.

Vale sumariamente citarmos, além das obras já mencionadas, os estudos realizados por José Adelino Dantas e Olavo de Medeiros Filho sobre o coronel Caetano Dantas Corrêa, momento em que os autores o assumiram como importante homem no processo de colonização do Seridó. Nesse ponto, já não nos causa surpresa o fato de ambos os intelectuais serem descendentes do patriarca setecentista (MACEDO, 2011).

Essa relação dos autores com os troncos genealógicos de que falam os faziam ocupar um lugar de *pertença*, que dava autoridade para que eles narrassem o passado do Seridó e, sincronicamente, estabelecessem as matrizes da identidade seridoense, dirimindo o que poderia existir além daquelas famílias e daqueles patriarcas. Assim, “o discurso historiográfico é produzido como forma limite para o espaço e para justificar ou reafirmar a presença e relevância de determinadas linhagens genealógicas no Seridó potiguar” (MEDEIROS NETA, 2007, p. 16).

Renato Amado Peixoto (2010) argumentou que as construções espaciais e identitárias do Rio Grande do Norte, entre o século XIX e o XX, resultaram de investidas encabeçadas por organizações familiares atuantes sobre os espaços Mosroroense, Natalense e Seridoense, sobretudo as famílias Medeiros, Galvão e Farias, em se tratando do Seridó, parentelas arranjadas “numa organização eficaz, longa e capaz de resistir mesmo às grandes mudanças da política brasileira, como a Revolução de 1930. Fechado o espaço seridoense, essa organização familiar conseguiu, inclusive, projetar sua influência em direção ao centro e ao norte do estado” (PEIXOTO, 2010, p. 186).

É vital, como nos alerta Michel de Certeau (1982), que nos atentemos para os lugares (sociais, econômicos, políticos e institucionais) de onde esses sujeitos falavam. Os intelectuais que aqui trabalhamos eram, sem exceção, membros de uma elite, seja ela religiosa, política e/ou intelectual, inseridos em um contexto de interesse na construção de uma identidade nacional que, invariavelmente, atingiu também o que foi produzido nos sertões seridoenses. Buscando resgatar um passado fundante para esse sertão, que proovesse elementos para construção de uma identidade que vinculasse os sujeitos pelas tradições, cultura e religiosidade, a produção historiográfica cobiçou ser um emissor universal ao declamá-lo. Os sujeitos de quem falou, todavia, foram singulares e excludentes, e essa omissão estendeu-se para diversos grupos “minoritários”, como índios, negros, mestiços e cristãos-novos, além das mulheres, as quais aqui nos aprofundamos em diagnosticar os silêncios historiográficos.

Quando nessa historiografia se abre um espaço mínimo para contemplar o feminino, este se mostra também muito específico, como no caso das menções que encontramos sobre

Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, moradora no Totoró, espaço atualmente correspondente ao município seridoense de Currais Novos. Com frequentes menções a sua genealogia, por ter como ancestral Arnau de Holanda, opulento neerlandês que foi senhor de engenho no Pernambuco colonial, Adriana de Holanda e Vasconcelos foi evocada sobretudo na historiografia local de Currais Novos, que a referiu como “moça rica, prendada, de conceituada família pernambucana” (SOUZA, 2008, p. 79). Mas o próprio José Augusto também se dedicou a dissertar sobre o tronco familiar que ela formou com Cipriano Lopes Galvão, sujeito “de família abastada e importante, como também era a sua” (MEDEIROS, 2002, p. 69); eram, conforme José Augusto, “pessoas da melhor camada social, o que certamente dá a explicação da ascendência exercida pela família Galvão na terra que o casal elegeu para se fixar e residir” (MEDEIROS, 2002, p. 72-73). Vemos, de soslaio, um feminino branco, abastado, prendado, uma “dona”, termo distintivo no período colonial, tanto pela cor (mulheres brancas), como pelas posses (mulheres abastadas).

Também nos é esclarecedor sobre a questão feminina no sertão o artigo publicado em 1889 por Manoel Dantas, no periódico O Povo, sobre a vida sertaneja e a necessidade de adesão de novos costumes por meio da instrução pública. Nele, a mulher deveria ocupar um papel de auxiliadora nesse processo, não ela mesma se instruindo, mas se resguardando ao seudomínio familiar para salvaguardar sua família e o homem; formando cidadãos, mas isenta de sua cidadania, a mulher experimentaria “algo como sair da cozinha, mas não ir além da salade estar” (MACÊDO, 2012, p. 162).

Via de regra, o seridoense, como autêntico sertanejo, é esculpido na história como um corpo macho. O fazendeiro, o pioneiro, o patriarca e outros sujeitos moldaram uma historiografia que desconsiderou a pluralidade de outros corpos históricos, de corpos femininos, de corpos femininos não-brancos, de corpos femininos mestiços. Nos parece, pois, um momento plausível para debater a competência dessas narrativas e sua pretensa universalidade sobre o que foi e o que é o Seridó. Nesse sentido, a reflexão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos é muito cara.

O corpus da historiografia foi por muito tempo um corpus mutilado, pois dele estiverem ausentes as mulheres, as crianças, os pobres, os loucos, todos aqueles que não faziam parte da casta dos homens que contam e merecem ser contatos. Como negar, portanto, somente levando em conta esse aspecto, que o passado escrito pelos historiadores não passava de pura ficção, de invenção de uma história, de um mundo onde só existiam homens, onde sóse moviam personagens masculinas, em que as mulheres apareciam aqui e ali como sombras por trás de seus companheiros ou como casos episódicos e

excepcionais a merecer um registro feito a partir de um relato ou um ponto de vista também masculino? A historiografia construía um passado onde eram raras as falas femininas, uma historiografia onde só se expressavam os falares dos homens, suas falas e seus falos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 40).

Considerações finais

Os sertões, tópico que permeou o pensamento social brasileiro com recorrência no decorrer do século XIX para o XX, foi apropriado em diversos enunciados que se propuseram a discutir a questão nacional, suas fronteiras, suas identidades e seus desafios. Guardando em si a autêntica brasilidade, o sertanejo, sujeito endêmico dos sertões, se desdobrou em arquétipos específicos, como no bandeirante, no jagunço, no vaqueiro, no cangaceiro, no coronel e em outras figuras que dessem conta de representar a virilidade que a natureza hostil lhe exigia, no curso em que os sertões e o semiárido nordestino se entremeavam em um só. Ao que parece, a julgar pelas narrativas elaboradas, é que a natureza do sertão exigia um falo para aqueles que se desafiassem a habitá-la; somente um corpo macho teria a rudeza necessária. E se ali existissem mulher, essas deveriam ser machos, também!

Na historiografia tradicional do Seridó, o passado histórico é usado como cenário onde patriarcas firmaram suas fazendas e naquele chão seco jorraram seu sêmen, fazendo brotar os principais troncos familiares seridoenses. Se não almejasse para si o estatuto de uma narrativa universal sobre a história do Seridó, em alguns momentos facilmente seríamos levado a pensar que se tratava de uma história privada, íntima, em decorrência da escrita de claras feições familiares, na qual os autores evocavam seus próprios ascendentes como pioneiros protagonistas na história regional. O corpo de excelência desse sertão é o que veio de Portugal ou o que dali descendeu, um corpo branco e, sem dúvidas, macho. O feminino é um sertão mais profundo que a historiografia que tratamos aqui não desbravou; feito caranguejo, ela ficou arranhando ao longo desse mastro fálico, não indo além dele.

A metáfora que abre este artigo poderia se desdobrar em inúmeras variantes, desfrutando das regalias que têm os historiadores de poderem gracejar a arte, algo que nos parece pertinente ao pensarmos um trabalho que trata do feminino e se desenvolve num gênero narrativo que foi pensado no masculino como produtor e consumidor, como é o caso da historiografia.¹⁰ As cortinas vermelhas do palco da história, por conseguinte, poderiam dar

¹⁰ Sobre uma escrita da história que tenta escapar de uma fala do falo, ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: _____. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 39-56.

lugar à infinitude de pixels postos diante de nossos olhos nas telas dos computadores. Independente do quadro que tome forma na imaginação, as mãos que puxam as cortinas ou os dígitos que pressionam as teclas agora são nossos. Somos, nós, os dramaturgos dos tempos e podemos, enfim, trazer ao palco da trama histórica as sujeitas que por tanto tempo ficaram cativas numa plateia obscurecida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do "falo" - uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: _____. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 39-56.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 21-35, 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Editora Global, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 241-277.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 15-37

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Edufrn: Natal; Eduepb: Campina Grande, 2012.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. Orientadora: Fátima Martins Lopes. 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Orientadora: Tanya Maria Pires Brandão. 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29.2, p. 1-25, 2011.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Famílias Seridoenses**. Natal: Sebo Vermelho. 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. Orientador: Iranilson Buriti de Oliveira. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 14-56.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. v, p. 195-215, 1998.

OLIVEIRA, Maria da Glória. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre a (in)utilidade de uma categoria. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). **A história (in)disciplinada**. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 15, p. 169-193, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RACHI, Silvia. **Por mãos alheias**: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial. Orientadora: Thais Nivia de Lima e Fonseca. 2014. 287f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Evandro dos. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SÆCULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho**: tessituras de gênero, (desa)firos da história (Paraíba, século XX). Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Júnior. 2008. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUZA, Joabel Rodrigues, de. **Totoró, berço de Currais Novos**. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social

brasileiro. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil** antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. (Volume 1 e 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; VASCONCELOS, Cláudia Pereira. A casamenteira e o artista: por outras representações de gênero no sertão. **Revistas Feminismos**, vol. 6, n. 3, p. 132-142, 2018.

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. **SÆCULUM** - Revista de História, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 196-203, 2019.

A CONSTRUÇÃO DE UM MILAGREIRO NO IMAGINÁRIO DO POVOCAICOENSE: CARLINDO DANTAS E O MITO FUNDADOR.

Mary Campelo de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

A finalidade desse artigo é compreender as devoções populares no Brasil, especialmente na cidade de Caicó/RN, região do Seridó. E uma das devoções que se destaca no século XXI é a devoção ao Dr. Carlindo de Souza Dantas, que se tornou um “milagreiro de cemitério”. Essa devoção tem crescido nessa região e tem levado a muitos questionamentos por parte dos historiadores.

Nesse sentido, a problemática que norteia esse artigo diz respeito a: Quais são os elementos constituintes na santificação a Carlindo Dantas? E o que levou aos caicoenses protegidos pela nossa Senhora de Sant’Ana a procurar Carlindo Dantas para resolver os seus problemas? Baseados nesses questionamentos procuraremos compreender o processo de santificação de Carlindo Dantas, e o que ele se tornou após a sua morte para o povo seridoense.

Para compreender essa devoção foi necessário realizar o procedimento metodológico, que foi dividido em três momentos cruciais. O primeiro foi a análise de fontes escritas como: os jornais e documentos jurídicos. Estes foram importantes, na medida, que revelaram aspectos da vida social de Carlindo, bem como desvendou o mistério do assassinato de Carlindo Dantas.

No segundo momento realizamos visitas frequentes no cemitério Campos Jorge, local onde se encontra o túmulo de Carlindo Dantas. Esse túmulo indiscutivelmente denunciou a existência de uma devoção através dos ex-votos, fitas, flores, velas que provam que graças foram concedidas aos devotos desse milagreiro. O dia 2 de Novembro é o dia que a devoção a Carlindo se torna mais visível, deixando claro que naquele túmulo há um milagreiro de cemitério.

Já no terceiro momento foi necessário a realização das entrevistas com devotos de Carlindo. Esses devotos compreendiam a faixa etária dos 30 anos até aos 80 anos, os quais falaram sobre as graças obtidas desse milagreiro. Essas entrevistas, por sua vez, foram,

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Endereço de e-mail: mary.campelo@yahoo.com.br

essenciais porque ressaltou a importância de Carlindo como um milagreiro que continua agindo no mundo espiritual.

Partindo desse pressuposto, analisaremos como a imagem de Carlindo foi se apropriando do conceito de milagreiro de cemitério. E como a devoção a esse homem tem crescido nos últimos tempos. Atualmente, o túmulo de Carlindo é o mais visitado no cemitério Campos Jorge, fato que constata que Carlindo após a sua morte ainda continua ajudando os habitantes da cidade de Caicó/RN.

Carlindo Dantas: Médico e Deputado Estadual

Dr. Carlindo de Souza Dantas nasceu no dia 30 de agosto de 1934, cuja filiação remete-se a Raimundo de Souza Dantas e Eliza Elza Dantas, viveu sua infância no Sítio Riacho da Serra, município de Caicó. Carlindo no ano de, 1953, se formou em Medicina pela faculdade de Recife. Ao chegar em Caicó torna-se um dos médicos mais procurados pela população carente de Caicó.

Iniciou sua carreira no SESP Serviço Especial de Saúde Pública local aonde manteve contato com a população carente de Caicó. Carlindo passou a ganhar fama tornando-se o preferido pelas famílias caicoenses. Segundo os relatos das pessoas que chegaram a se consultar com ele, grandes filas eram feitas de pacientes almejando atendimento. O médico socorria a todos sem distinção social. Essa preferência por Carlindo tinha como consequência a diminuição de pacientes para os outros médicos.

O que levou as pessoas a transformarem Carlindo em seu predileto era, na verdade, seu forte carisma. Segundo Clóvis Pereira Júnior², um comportamento comum do médico era que ele “fazia uma consulta e passava um remédio e, a pessoa não tendo dinheiro, ele dava até o remédio”. Por outro lado, “ele tinha uma queda danada por criança”. Essa afetividade com a qual atendia seus pacientes com gestos de acolhimento, de conforto e de atenção denunciavam o caráter bondoso de Carlindo.

Essa conduta benevolente de Carlindo era a principal característica que o diferenciava dos demais médicos da época. Essa conduta causaria atritos com a diretoria da Unidade Hospitalar, o que levaria posteriormente a sua expulsão dos quadros do SESP. Porém

² Entrevista concedida por PEREIRA JUNIOR, Clóvis. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira. Caicó/RN, 2015.

2-Entrevista realizada por ARAÚJO, Ana Batista de. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira. Caicó-RN, 2015.

mesmo expulso da única instituição pública de saúde da cidade, Carlindo não diminuiu os atendimentos aos desvalidos.

Montou um consultório particular localizado na Rua Coronel Martiniano e foi nesse local que sua carreira de médico despontou. Passou a consultar quem ele queria sem quaisquer regras pré-estabelecidas. Para esse consultório acorriam todos os pobres doentes, nomeadamente àquelas pessoas que vinham da zona rural. Toda a população sabia que seria atendida e curada pelo médico. Rapidamente, a fama de que Carlindo era um excelente médico se espalhava por toda a região: ele ficou conhecido como o médico que não costumava errar em seus diagnósticos e que doava remédio aos seus pacientes.

Nesse consultório, Carlindo exercia primeiros socorros e atendimentos emergenciais. Tinha sua própria equipe de enfermeiros, que o ajudava na realização das consultas e na operação com seus bons equipamentos presentes naquele ambiente de trabalho. Conforme testemunhou Ana Batista de Araújo³, “o consultório dele, em dia de sábado, era uma loucura, ninguém tomava café, ninguém almoçava, era o dia inteiro, sábado e domingo”.

Carlindo foi se tornando popular devido ao fato de também atender às pessoas de forma amorosa. Consultava os indivíduos até de pijama, posto que estes chegavam à aurora e, em troca, retribuía o médico pelo serviço prestado ofertando-o presentes oriundos das lavouras e das criações de animais. Nesse sentido, sua fama crescia rapidamente por toda região do Seridó. O que levaria o médico a disputar as próximas eleições para Deputado Estadual.

Carlindo na Política

Neste cenário de rivalidades, disputas e transformações políticas é que o Dr. Carlindo de Souza Dantas também emergiu como uma força política no Seridó. Conhecido pelo exercício da sua profissão como médico portava-se também como um político, tendo conquistado o cargo de Deputado Estadual com uma considerável quantidade de votos.

Apesar da forte disputa eleitoral, Carlindo Dantas ganhou as eleições as quais ele próprio atribuiu ao apoio que recebeu da população pobre do Seridó. Ao se perceber como uma liderança com bases populares passou a se autodenominar de “médico dos pobres”.

Carlindo, em seus discursos, prometeu ajudar à população seridoense, que “estava reduzida à pobreza e ao desamparo” (A FOLHA, 19 de novembro de 1966)⁴.

O discurso que forjou Carlindo como o “médico dos pobres” estava presente nas falas das pessoas que eram atendidas por ele e, na medida em que este discurso era reproduzido, era também divulgado. Carlindo contou ainda com a ajuda da imprensa na reprodução desses discursos dando visibilidade a sua imagem. Carlindo Dantas passou a se envolver com as causas sociais, demonstrando solidariedade aos que a ele recorriam. Sendo deputado, passou a conhecer os problemas socioeconômicos da sociedade seridoense, apresentando-se como um político que estava preocupado em solucioná-los.

Morte de Carlindo Dantas

Dia 28 de outubro de 1967, Carlindo de Souza Dantas acompanhado pelo seu amigo Aníbal Cunha por volta das 22h, se dirigiram ao baile no Caicó Esporte Clube, foram vítimas de uma emboscada logo ao descer do carro onde estava – tiros surgiram de toda parte e as pessoas corriam atordoadas de um lado para outro. Carlindo e seu amigo não resistiram aos ferimentos e faleceram, causando comoção a sociedade seridoense.

Os enterros de Carlindo e de Aníbal aconteceram no dia 30 de outubro, sendo dos maiores ocorridos em Caicó: uma multidão de pessoas se dirigiu ao cemitério Campos Jorge. O cortejo tinha começado desde às 6h da manhã no auditório do Centro Administrativo da cidade. Parentes, correligionários e amigos das zonas urbana e rural acompanharam o enterro a pé até o cemitério, localizado a dois quilômetros do centro de Caicó. Sentimentos de emoção e de tristeza eram transparentes às pessoas que admiravam Carlindo e Aníbal.

Os milagreiros do século XX e XXI

Atualmente iremos perceber que os cemitérios brasileiros têm recebido mortos especiais que fazem dos seus túmulos um altar de petições de graças e gratidões pelos milagres recebidos. Ressaltamos como exemplos, Santo Antero, no estado do Goiás, João Relojoeiro, na cidade de Uberlândia, Baracho, na cidade de Natal, entre outros. Isso, mostra que são milagreiros locais pertencentes a uma determinada região e por isso, tem autonomia para ajudar seus conterrâneos.

⁴ Carlindo mais de 3 mil votos: **A Folha**, Caicó, 19 nov. 1966. N. 286.

A santidade desses milagreiros estava ligada às suas mortes trágicas – para muitos algo desmerecido, até mesmo para criminosos. As torturas, como a facada no peito de Antero, os espancamentos em João Relojoeiro, e a negação de água a Baracho foram interpretados pelos devotos como uma espécie de purgatório de qualquer coisa errada que eles tivessem feito em vida. A sofrida morte levou os milagreiros até um suposto arrependimento rumo à santificação, tornando-os almas milagrosas.

As relações descritas entre os milagreiros e os vivos confluíram para uma nova relação com o sobrenatural, tanto os santificados mais antigos quanto os mais contemporâneos que, mesmo não aceitos pelo sistema religioso tradicional, após suas mortes, conseguiram romper as barreiras entre os planos transcendental e terrestre, tornando-se intercessores, intermediadores, protetores e, acima de tudo, amigos fiéis dos seus devotos.

Os devotos se encontram em estado de sensibilidade religiosa, pois os santos passam a fazer parte do seu inconsciente, na medida em que acreditam – os fieis – que seus problemas já estão solucionados durante a caminhada. Desde então, compreender a personalidade do santo é essencial à escolha do intermediador no momento de ser dirigido às preces.

Neste sentido é que o sobrenatural se encontra presente no imaginário dos devotos, pois é comum nas devoções populares a aparição de santos aos fiéis por intermédio de sonhos ou de revelações divinas. Para os devotos os milagreiros populares resolvem de maneira mais rápida os problemas, pois conhecem as dificuldades que os homens enfrentam no plano terrestre.

Assim o século XXI é herdeiro deste complexo sistema de crenças populares, onde milagreiros são introduzidos pela população com vias à facilitar a vida dos afligidos com doenças, desempregos, reprovações em vestibulares etc. É neste sentido que se insere o personagem principal deste artigo: um milagreiro urbano da cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, conhecido como Dr. Carlindo de Souza Dantas.

O surgimento do milagreiro após sua morte

No meio popular, o trágico aparece como o justificador e qualificador para que ocorra o processo de santificação, ou seja, quanto mais a morte for penosa, sofrida, violenta, tal morto pode ser levado à categoria de “milagreiro de cemitério”. Esse conceito é dado ao morto especial que ao passar por a morte trágica tem seu túmulo o local de visitas e recebimentos de ex-votos e rituais prestados pelos devotos como mostra a citação abaixo.

Termo utilizado para identificar uma sacralidade em relação a um agente que não passou pelo mesmo processo relativo aos cânones católicos. Esta santificação se dá a partir da vivência dos devotos ou, com as experiências do sagrado, sem intermediações, deixando aflorar apenas a fé e a crença nas potencialidades do morto em fazer e intermediar graças e, muitos casos milagres (ANDRADE Jr, 2008, p. 103).

Além da morte trágica o milagreiro passa a operar milagres, atuando nas causas impossíveis. O devoto nas suas adversidades recorre ao milagreiro para resolver os seus problemas e em troca mantém um compromisso com ele, retornando ao seu túmulo como forma de gratidão. Esse milagreiro no plano espiritual está disposto a ajudar a todos que vema ele pedir uma graça, já que para os devotos é mais fácil ser ouvido por esse milagreiro, que conhece bem os problemas da sua região, do que ir aos santos oficiais.

Os rituais praticados pelos seus devotos também são uma forma de justificar o processo de santificação desse milagreiro. As velas acesas, os ex-votos, as rezas, as fitas, as visitas frequentes no túmulo, confirmam que esse túmulo é um espaço de devoção. É nesse espaço que o devoto espontaneamente faz seus pedidos ou agradece por algo recebido. Exerce-se nesse local uma sensibilidade religiosa que foge das regras estabelecidas pelo mundo oficial. Um comportamento que somente o devoto decide fazer para melhor reverenciar seu milagreiro.

Há um momento especial e de participação, onde o devoto atualiza as suas dívidas com o santo, seja no momento quando beija seu objeto de devoção. Deixa alguma coisa na sala dos milagres, ou reza por alguns momentos, ao seu santo (BRANDÃO, 1986, p. 134).

As sepulturas desses milagreiros com seus rituais possibilitam aos seus visitantes a sensação de liberdade. Isso é apresentada nas próprias experiências dos devotos quando atravessaram as fronteiras do catolicismo oficial e resolviam cultuar outros intercessores que fugiam das concepções da doutrina católica. A manifestação sobrenatural no espaço físico, como nos cemitérios, é que os devotos se sentem em segurança. E essa manifestação do sagrado influencia na organização espacial, de forma que o social, o econômico e o político são integrados em um universo religioso.

Carlindo Dantas: Um milagreiro de cemitério

Como os demais milagreiros citados anteriormente, o processo de santificação de Carlindo Dantas ocorreu sem regras estabelecidas e diferente do processo de canonização realizado pela Igreja Católica. A imagem de homem caridoso, seu carisma e consequentemente sua morte considerada trágica formaram os alicerces na sua santificação. Após sua morte seu túmulo tornou-se alvo de muitas visitas, que culminaram em um espaço sacralizado pela própria população caicoense.

Nesse sentido, recorreremos as fontes orais como as entrevistas para comprovar as graças e os milagres operados por Carlindo Dantas. Assim, percebemos que a história oral é a história do presente ancorada em lembranças do passado para a reconstrução dos fatos atuais. São reconstruídas histórias plurais que se destacam a partir de uma subjetividade do expositor. Tendo em vista que “a oralidade conta não apenas o que um grupo fez, mas o que queria ter feito e o que agora pensa que fez” PORTELLI (1997, p. 31).

Partindo desse pressuposto, as lembranças dos indivíduos são organizadas a partir do ponto de vista que ele possui sobre o mundo e sobre as pessoas que o rodeiam. Isto é definido como uma memória seletiva, na qual só se registra àquilo que a pessoa considera importante para ser lembrado. Essa memória, por sua vez, também está ligada a identidade que almeja conservar para si e para os outros, originando o sentimento de pertencimento, como mostra a citação a seguir:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1989, p. 10).

Constatamos que o pesquisador mediante o uso da oralidade, é desafiado a produzir a história de classes não homogêneas. Tratam-se de testemunhos que não seguem uma sequência cronológica, onde os acontecimentos são narrados de maneira desordenada. Apesar das memórias imperfeitas, as fontes orais mudam a forma de escrita das histórias e colocam o narrador como protagonista de sua própria narrativa.

Dessa maneira, um dos símbolos que comprovam que os devotos acreditam que Carlindo é seu intercessor são os ex-votos encontrados no túmulo do milagreiro enterrado no Cemitério Campos Jorge. “Quando meu neto precisou fazer uma operação no coração, fiz uma promessa a Carlindo que se tudo ocorresse bem durante a operação colocaria um coração

de gesso. Ele é a primeira pessoa que lembro na hora da angústia”.⁵ Cada ex-voto representa a atuação de Carlindo pelas almas pecadoras ao solucionar problemas terrenos.

“Minha mãe não andava, então fizemos uma promessa a Carlindo para ela voltar a andar e aconteceu um milagre, entreguei duas pernas como pagamento da promessa”⁶. A cada milagre efetuado aos devotos, Carlindo se promove de um morto especial para um intercessor e até para um milagreiro. Ele é guiado pelo poder divino e por isso cativa uma comunidade de crentes que levantam a bandeira de curas sobrenaturais.

Além desses objetos também é notória a diversidade dos santos deixados em sua sepultura, tais como São Francisco, Nossa Senhora de Aparecida, São Francisco das Chagas, Sagrado Coração de Jesus, Sagrado Coração de Maria e São Cosme Damião – e isto demonstra a fronteira entre o catolicismo popular e outras religiões. Como Espiritismo, Umbanda e Catolicismo são os principais exemplos. Carlindo, por sua vez, não faz distinção entre as religiões, ajudando a todos que, mesmo com suas crenças variadas, enxergam nele a solução imediata.

Carlindo está presente na memória dos devotos que experimentam seus milagres e deixam no túmulo a sua marca. “Eu tive uma gestação complicada, e pedi que, se tudo desse certo, colocaria o nome do bebê de Carlindo ou Carlinda. E tudo deu certo, depois deixei um terço no túmulo dele”⁷. Na cidade de Caicó, já existe muitos jovens com o nome de Carlindo ou de Carlinda em homenagem ao médico. Esse milagreiro só é reconhecido no meio popular porque há um grupo de devotos considerável da região do Seridó que o venera a partir das lembranças do seu passado e da sua atuação como intercessor no presente.

“Meu filho sofria de uma doença que colocava muito sangue, então pedi a Carlindo e ele curou. Como agradecimento cortei os cabelos do meu filho e trouxe para Carlindo”⁸. Os cabelos deixados no túmulo são uma maneira que Marinez de Oliveira encontrou para demonstrar a bondade de Carlindo. Francineide Ferminio Alves, outra devota de Carlindo, também deixou um ex-voto na sepultura do milagreiro: “minha filha estava ficando cega,

⁵ Entrevista concedida por BRITO, Marines de Araújo. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira. Caicó/RN, 2010.

⁶ Entrevista concedida por ARAÚJO, Elizabeth Batista de. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira. Caicó/RN, 2011.

⁷ Entrevista concedida por MEDEIROS, Maria da Luz. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira, Caicó/RN, 2014.

⁸ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Marines Maria de. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira, Caicó/RN, 2014.

rezei a Carlindo Dantas e ela ficou boa. Então trouxe a representação de dois olhinhos para ele”⁹.

Esses relatos demonstram a existência de trocas entre os mortos e os homens que comprovam não somente o intercâmbio entre o mundo sagrado e o profano, como também a proteção dos intercessores sobre os humanos. Os ex-votos expostos aos olhares curiosos de todos que se aproximam do túmulo de Carlindo trazem consigo a memória de um homem que opera milagres.

Após a morte, Carlindo conseguiu legalizar seu posto de médico em um caráter sacralizado. E mesmo que algumas memórias estejam adormecidas, os objetos e os lugares as fazem acordar. Os devotos acreditam que Carlindo jamais falhará, porque depositam confiança nele. Nesse sentido, visitar com frequência o túmulo desse intercessor é algo que possui um significado para cada entrevistador, pois se encontra lá uma “presença forte”.

As recordações dos devotos estão ligadas ao que eles veem, aos sentimentos e ao que eles ouvem sobre Carlindo. Eles apresentam um passado de forma resumida e esquemática de lembranças construídas historicamente. Desde então, o grupo religioso que mantém viva a devoção ao milagreiro Carlindo é composto por pessoas de várias classes sociais, embora boa parte desse grupo corresponda aos menos abastados da cidade de Caicó.

Tais indivíduos vão à procura da intercessão de Carlindo e, ao receberem determinada graça, têm no túmulo do intercessor seu refúgio nos momentos de angústias. E consideram que Carlindo irá ajuda-los sem restrições, porque ele potencializou seu poder espiritual nos milagres realizados na vida dos seus devotos.

A devoção a Carlindo é mantida não somente por rituais praticados pelos devotos em sua sepultura, mas também pela propagação dos milagres a partir da tradição oral, que é repassada de pai para filho. Trata-se, portanto, de uma tradição que marcou a história de um “catolicismo místico popular” na região do Seridó, nos séculos XIX e XX.

Considerações Finais

Portanto, entender a relação do sobrenatural na cidade de Caicó, é procurar compreender não somente o campo oficial da religião Católica. Mas é analisar todo um sincretismo religioso que perpassa na devoção a Carlindo Dantas. Este morto especial tornou-se para região do Seridó um intercessor, um protetor e sobretudo um milagreiro de cemitério.

⁹ Entrevista concedida por ALVES, Francineide Ferminio. **Entrevistador:** Mary Campelo de Oliveira, Caicó/RN, 2014.

O fato que seus milagres operados a todos os devotos mencionados nesse artigo são apenas alguns dos relatos retirados de uma grande quantidade de entrevistas realizada ao longo da pesquisa. Isso demonstra que a religiosidade não oficial persiste com muita intensidade na figura desse intercessor que também recebe devotos advindos de outras religiões.

São diferentes graças e milagres relatados por essa comunidade de fé que através das suas memórias sobre o passado lembram de Carlindo não apenas como um homem comum. Mas como aquele que ajuda os seridoenses nas suas adversidades. Atualmente Carlindo tem um presente marcado por eventos extraordinários que o colocam em um posto espiritual de milagreiro, não levando em consideração o proselitismo religioso.

Os devotos que vão até Carlindo partem mais das classes sociais baixas, fato revelador que esse intercessor ainda continua atuando em favor dos pobres e necessitados. Necessidades estas que podem ser apenas uma porta aberta de emprego até uma cura milagrosa de um câncer. Uma religiosidade que tem como objetivo dá continuidade no presente ao que Carlindo foi no passado.

Logo então, constatamos uma devoção que ao longo dos anos tem crescido com muita rapidez. O que deixa claro que o Seridó se tornou um espaço propício a manifestação do sagrado seja ele oficial ou não oficial. Pois, o que importa são as soluções que esses sagrado podem trazer aos seridoenses. E Carlindo Dantas é uma dessas soluções bem presente no cotidiano do povo caicoense.

Bibliografia

ANDRADE Junior, Lourival. **Da barraca ao túmulo:** Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo:** Um estudo sobre religiosidade popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano:** A essência das religiões. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986.

FREITAS, Eliane Tania Martins. **Memória, Ritos Funerários e Canonizações Populares em dois cemitérios do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) -. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

MEDEIROS, Francisco de Assis. **1968 em Caicó**. Caicó: Edição do autor, 2000.

OTTO, Rudolf. **O Sagrado**. 70. ed. Lisboa: 2005.

PEREIRA, Carlos Eduardo de Brito. **De volta para os braços da rainha dos céus**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

POMIAN, Kristof. **Colecção**. In: **Enciclopédia Einaud, Porto: Imprensa Nacional e Casa da Moeda**. Vol. 1, 1984.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: A Revista Projeto História, São Paulo: vol. 14, 1997.

O REI E OS CONFLITOS: ADMINISTRAÇÃO E JURISDIÇÃO DA BAHIA DO SÉCULO XVII AO XVIII

Mateus Araújo Brilhante¹

INTRODUÇÃO

De maneira sólida, a colonização é “uma relação sociedade-espço” (MORAES, 2002, p. 68)

“Um processo de valorização do espaço [...]: Apropriação de meios naturais, transformação de tais meios numa segunda natureza. Apropriação destes meios naturais transformados, produção de formas espaciais e apropriação do espaço produzido” (MORAES, 2002, p. 70).

Já ao se tratar do processo colonial na América Portuguesa, dentre uma miríade de sustentáculos, demonstra entre alguns a administração, o direito, a justiça, as elites, a terra e a expansão como importantes fractais componentes de uma complexa rede de relações diretamente ligadas também a exploração do território.

Desta forma, o terreno de discussão e análise selecionado para a pesquisa compreende o sertão da capitania da Bahia no período colonial relacionado ao estamento e distribuição de sesmarias, o território da colônia, o uso dos recursos e elementos hídricos como suporte conduíte a entrada do colonizador no Oeste e a donataria do Paraguaçu com ênfase nos séculos XVII e XVIII.

A SESMARIA, O ESPAÇO DE CONQUISTA E AS VIAS

As sesmarias, elemento adotado como estamento jurídico de distribuição de terras desde 1375 em Portugal por Fernando I, são componentes de uma estrutura de concessão trazida para a colônia do Brasil durante a ocupação, implantada (PORTO, 1984, p.25) por Martin Afonso de Souza, adaptada e codificada por meio das ordenações (ALVEAL, 2015, p.249). Dentre suas particularidades, o sistema leva o nome, etimologicamente, da palavra que deriva do verbo sesmar, repartir; desta maneira, o estamento visava conceder terra agricultável a aqueles que pedissem e expressassem as necessárias condições de aproveitá-las – o dito cabedal.

Esse uso do sistema sesmarial, segundo o historiador Paolo Grossi (2006, p. 17), além de compor uma série de medidas para controlar a crise de abastecimento que sofria Portugal,

¹ UFRN. Endereço de e-mail: mateusssbr@gmail.com.

ainda reafirma uma característica da civilização medieval ao condicionar o direito a terra ao cultivo dela. Contudo, sua implantação na colônia portuguesa nas américas também pretendeu incentivar a exploração e colonização de um território ainda não explorado.

Outra característica importante do sistema de sesmaria que também contribuiu para as intenções da coroa portuguesa foi o condicionamento da concessão, e consequentemente da posse ao cultivo efetivo da terra (MOTTA, 2008, p.19).

Segundo Laura Beck Varela (2005, p.31), a concessão de sesmaria estava tão ligada ao cultivo que, se não houvesse a confirmação do uso da terra, o domínio do possuidor sobre ela seria anulado, voltando ao mando real e abrindo a possibilidade de se doar novamente a aquele que efetue o usufruto a partir do cultivo e ocupação, dentre a consequente povoação. Esta relação de posse, entre os dois principais sentidos do termo, designava terras que eram devolvidas ao domínio real em caso de não atender ao principal requisito: o uso.

A cultura da terra, entretanto, “não se trata de um ‘cultivo qualquer’: atenta a crise na agricultura, a Lei determinava a cultura de gêneros alimentícios, impondo restrições quanto à criação de gado” (VARELA, 2005, p.27)

Com essa condição, ter sesmarias era para poucos, os poucos que podiam arcar com os custos de vida e monetários, além dos valores da documentação processual requerida. Fato este que, segundo Carmen Alveal (2015, p. 247), contribuiu para a hierarquização da sociedade colonial: os indivíduos que detinham e os que usufruíam.

Desta forma, ao associar o sistema sesmarial ao elemento espacial do sertão do Brasil colonial que, durante a maior parte das três centúrias da colonização portuguesa é compreendido como uma área longínqua, desabitada, despovoada e despreendida do litoral ocupado, correndo para dentro; o interior (SANTOS, 2017, p.42), se torna possível perceber e analisar a relação com a conquista, onde “o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social” (MORAES, 2002, p. 73). Não confundir com os conceitos de sertão que surgem no começo do século XX dos quais exprimem uma forma de estudo sociológico mais voltada a identidades.

Contudo, devido a estes elementos, o sertão na colônia também é visto por Marcio Roberto Alves dos Santos como um espaço de conquista inconstante (2017, p.36); de expansão descontinuada, árdua, custosa, segmentada e conflituosa, trazendo ao alcance os conceitos de fronteira interna – delimitada por conflitos de resistência ao avanço dos ocupantes do litoral - e externa – entendida como as formulações cartográficas.

Este espaço do sertão, abarcando os sentidos supracitados, só se torna objeto sólido do avanço territorial português a partir de meados dos seiscentos após a guerra dos bárbaros pois

“Ainda que se conheçam incursões esporádicas de bandeirantes paulistas em

outras regiões da colônia, [...] esses espaços ficaram mais ou menos preservados de uma ação mais direta e incisiva dos sertanistas de São Paulo. Entre esses espaços está o sertão baiano que [...] só se tornará objeto da ação vicentina com a participação paulista nos eventos conhecidos como ‘Guerra dos Bárbaros’, já na segunda metade dos Seiscentos” (SANTOS, p. 46, 2017).

Muito embora o interesse em adentrar a terras desconhecidas em extensão remonte já ao início do processo colonial na costa leste, já se imaginando, apesar de limitadamente, a existência de terras férteis e metais precisos (SANTOS, 2017, p. 42), não antes pela resistência do meio: as pragas, insetos, relevo, vegetação desconhecida, longas caminhadas em terras das quais não se sabia onde terminavam; os animais de que ainda não se tinha conhecimento e entre outras hostilidades da terra.

Em adição, a constante presença do gentio, o nativo, em resistência aos processos de inserção no território também tornava dificultosa a tarefa de acessar terras ainda não exploradas, povos dos quais a língua era originária e possuíam a ardente coragem na defesa contra os invasores. (SANTOS, 2017, p. 43),

Ainda assim, o historiador apresenta as estruturas fluviais como elementos de declarada importância para a expansão do território de domínio além do litoral.

A extensa rama hídrica que possui o terreno a ser explorado ainda na primeira metade do século XVII se mostrou como importante guia, apesar de alguns serem descritos como caudalosos e perigosos quanto a travessia.

Figura 1: Mapa de delimitação, abrangendo a cidade de São Salvador, o Recôncavo Baiano e algumas áreas centrais do interior da Bahia em conjunto com a bacia fluvial.



Fonte: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Rios e Fronteiras: Conquista e Ocupação do Sertão Baiano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017

Figura 2: parte do mapa do padre Cocleo, abrangendo áreas a oeste do médio São Francisco. No centro da figura é representado o rio Grande baiano, afluente pela margem esquerda do São Francisco.



Fonte: “Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do padre Cocleo”, AHE, sobre as mapotecas 23 e 24.2798. In: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Rios e Fronteiras: Conquista e Ocupação do Sertão Baiano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

O entendimento conceitual dos rios como elementos estruturantes é defluente, em certa medida, tanto das necessidades recorrentes das águas nas atividades cotidianas quanto nas

atividades de extração dos bens da terra, além da criação de animais de ganho e também orientação espacial. Este determinado ponto se prova de crucial utilidade quando a principal intenção é seguir leitos em margem como técnica de exploração do longínquo.

A existência das chamadas terras entre rios se apresenta como recorrente em diversas cartas de doação, sendo a maioria dos rios utilizados como referência geográfica na demarcação das terras pelos suplicantes e também como marcos cartográficos fundamentais para o entendimento do novo espaço.

A representação do uso contíguo dos corpos fluviais como estruturas de orientação e suporte ao povoamento durante a colônia se condensa no específico caso da Capitania donatária do Paraguaçu.

Figura 3: Mapa representando os possíveis limites das capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu.



Fonte: BONFIM, Alexandre. **Capitania do Paraguaçu**. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas>. Data de acesso: 23 de dezembro de 2020

A Capitania que também leva o nome de um corpo hídrico, instituída em 1565 e abolida no contexto das reformas pombalinas no início do século XVIII, compreendia um extenso território situado entre os rios Jaguaribe e Paraguaçu, no recôncavo baiano, e sua administração e distribuição de terras foi marcada por longas disputas entre os descendentes da família donatária, indígenas e jesuítas, entre outros entes da terra.

Doador por Dom Duarte da Costa, governador-geral do Brasil ao seu filho Álvaro da Costa, é elevada a capitania donatária por pedido do próprio donatário ao rei Dom Sebastião com a justificativa de se fazer povoações e vilas (BOMFIM, 2016, p.28).

Esta mesma capitania de origem sesmarial, entre impasses de herdeiros e de reconhecimento inicialmente questionado pelas autoridades administrativas

houve a contestação da propriedade das duas famílias das áreas das capitanias por setores sociais da Baía de Todos os Santos como a Câmara de Salvador e a Companhia de Jesus, [...] ou seja, pondo em xeque o reconhecimento jurídico da posse das capitanias, garantido pelo rei, árbitro que devia usar seu exclusivo atributo para garantir o equilíbrio e a justiça do Império português (BONFIM, 2016, p.29)

, possuiu durante sua existência nove capitães donatários – também chamados de governadores, todos da mesma família: a costa.

É o sétimo capitão donatário, Dom Pedro da Costa, que assume o protagonismo do processo de doação, por meio de seu procurador, Sebastião Rodrigues Pimenta, de seis léguas de terra ao padre vigário Manuel Coelho em 1667 na qual o padre Manuel pede terras devolutas em mercê, justificando a petição em termos para “em que possa com seus escravos cultivar nem recuperar parte do excessivo gasto que tem feito”, gastos estes que se referem ao custo da vida do suplicante em defender-se dos constantes ataques do gentio.

Ainda nos autos de petição, o Padre reafirma sua justificativa ao pedir

“a Vossa Mercê que, como procurador do senhor Dom Pedro da Costa, donatário das ditas terras, considerando o referido de sua petição com muito gosto que tem feito, e assistência de sua pessoa na conservação dela, ter muita fábrica para cultivar, não ter terras bastantes para a ocupar, lhe conceda de sesmaria por devoluto, ou pelo melhor modo que possa ser todas as braças de terra que se acharem”.

Dentre as mais importantes passagens, destaca-se o despacho do procurador do donatário. Nele, Sebastião Rodrigues Pimenta concede ao padre vigário em nome de Dom Pedro da Costa as braças de terra em sobra entre as terras de Tomé de Dias Laços e Diogo de Aguiar: “Pelos poderes que tenho do senhor Dom Pedro da Costa, concedo ao suplicante toda a terra que pede em sua petição, havendo respeito ao serviço que tem feito na conquista do sertão”.

Este último fragmento que inicia os autos de concessão no processo de mercê das cartas de sesmaria justifica a compensação dos chamados gastos, esforços empreendidos na constância de conquistar e ocupar o dito sertão, a grande área conflituosa.

Com as condições de cultivar e aproveitar em um limite mínimo de um triênio, o ato confirma a inerência da posse ao usufruto, o aproveitamento por meio do cultivo “que o suplicante haja a posse e senhorio das ditas terras e fará da maneira que dentro de 3 anos cultivará, cumprirá e terá efeito nelas algum proveito”.

Além destas condições, o capitão donatário estabelece o pagamento anual de dois a

um por cento em açúcar dos engenhos presentes na sua terra, além do laudêmio. Estas constatações reafirmam quem ocupa a posição de senhor daquela terra e a relação existente entre o senhor e quem a aproveita.

Neste particular processo é possível identificar elementos importantes e basilares que confirmam as visões apresentadas. A compensação dos gastos como justificativa ao recebimento de mercê em relação a ocupação, o caráter devoluto da terra em conjunto com a necessidade e capacidade de cultivá-la, os fatores tidos como determinantes a posse de uma sesmaria mediante o uso e o direito que se havia em pedir, sobretudo, expondo justa maneira a que se concedia terras.

CONCLUSÃO

Desta forma, percebe-se que a configuração formativa espacial dos elementos que constituíram a colônia do Brasil, o sertão da Bahia e a capitania donatária do Paraguaçu pode ser compreendida a partir da perspectiva da terra, da sesmaria, do avanço lento e descontínuo entre indígenas, jesuítas e a própria terra perigosa com a utilização dos corpos fluviais para o deslocamento.

Por fim, é entre rios, fronteiras, poderes, elites, terra e conquista entre os séculos XVII e XVIII que a possibilidade de análise de como os espaços coloniais se estabeleceram e expandiram se torna presente e necessária ao procurar entender a dinâmica da colonização portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, dez. 2015. ISSN21781494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/52272>>.

BONFIM, Alexandre. **Capitania do Paraguaçu.** In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas>. Data de acesso: 23 de

dezembro de 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes. 1982.

GROSSI, Paolo. **História da Propriedade**: e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. 2a ed. revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.

MORAES, Antônio Robert de. **Território e história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ana Blume. 3ª edição, 2002.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Editora FGV, 2015.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil**: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e Fronteiras**: Conquista e ocupação no Sertão Baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna**: Um Estudo de História do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**, 3ª Edição (Revista e Ampliada). Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Cf. Russel-Wood, “Centros e periferias...”, pp.242 ss. Jack P. Greene, *Peripheries and center. Constitutional development in the extended polities of the British*.

**NESTE MESMO CHÃO, OUTROS SUJEITOS: PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA DATA DE TERRA DO TOTORÓ, SERTÕES DA
CAPITANIA RIO GRANDE, RIBEIRA DO ACAUÃ, SÉCULO XVIII¹**

Matheus Barbosa Santos²

INTRODUÇÃO

O processo de colonização dos sertões da Capitania do Rio Grande, iniciados na segunda metade do século XVII, objetivava expandir a atividade pastorícia que se encontrava no litoral rumo às terras “devolutas e desabitadas”, ou seja, os espaços de domínio e assentamento das populações nativas. Estes, no entanto, entraram em combate com forças bélicas e indivíduos que lutavam e agiam em nome e defesa da Coroa Portuguesa, refreando e frustrando ambições do projeto colonial. O conflito, como consta na documentação, ficou conhecido como “Guerra dos Bárbaros” (MACEDO, 2007).

Quando armas foram baixadas e corpos amontoados, levando em consideração a violência das batalhas e o grande número de mortos, nos últimos anos do século XVII, se destacando a legítima determinação guerreira que às populações nativas resistiram ao braço armado da Coroa Portuguesa, o processo de colonização dos sertões se processou com mais afinco, sendo retomada e incentivada doações de sesmarias para ocupação daquelas terras com o gado, fincando currais de madeira, construindo cercas de pedra, erguendo fazendas para o desenvolvimento da atividade pastorícia, o cultivo de lavouras e o fabrico de farinha, tendo em vista que o “gentio bárbaro” sofreu grande perda demográfica, não deixando de existir, mas somando-se ao aparelho colonial, se fazendo permanecer vivo, também, através das mesclas biológicas e culturais daquela sociedade (MACEDO, 2013).

A expansão dos domínios da Coroa Portuguesa na Capitania do Rio Grande, adentrando o sertão e guiando-se por suas malhas hidrográficas, esboçara a Ribeira do Seridó³, região banhada pelo rio de mesmo e seus outros afluentes. Neste território foi erigida a Freguesia da Gloriosa

¹ Trabalho feito sob orientação do Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo, do Departamento de História do CERES e do MHIST-CERES-UFRN.

² Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História dos Sertões (MHIST), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. Endereço de e-mail: matheusx1998@gmail.com.

³ Compreendemos a Ribeira do Seridó como todo o território pertencente a administração religiosa da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó e do Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe, espaços situados nos sertões da Capitania do Rio Grande. Banhados pelos Rios Acauã, Espinharas, Piranhas e Seridó, a Freguesia do Seridó foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Guia, de Patos, na Capitania da Paraíba, em 1788, assumindo como sede a Povoação do Caicó. Em 1835, o território remodelasse novamente, frente ao desmembramento da Freguesia do Acari, sob o culto de Nossa Senhora da Guia. Parte dessa espacialidade corresponde atualmente à região do Seridó norte-rio-grandense, localizado na parte centro-sul do Estado (MACEDO, 2013).

Senhora Santa Ana do Seridó (1748), compreendendo, posteriormente, o Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe (1788), como assegura Muirakytan Macêdo (2015).

É neste espaço que vai acontecer semelhante processo de ocupação e conquista da terra, em uma das ribeiras localizadas no sertão do Seridó: a Ribeira do Acauã, comportando o rio denominado Totoró. Segundo a historiografia tradicional (GOMES, 1975; ALVES, 1985; QUINTINO FILHO, 2009; SOUZA, 2008), o Totoró passou a ser ocupado pelos corpos coloniais na metade do século XVIII, onde foram instaladas fazendas de gado e aviamentos para o fabrico de farinha, quando da partida do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão e sua esposa Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos de Igarassu/PE, para tomar posses de suas terras, estas requeridas e concedidas em sesmaria no ano de 1737, como consta em *Cronologia Seridoense*, de Olavo de Medeiros Filho (2002).

Essa breve historização sobre o espaço que conformou a Ribeira do Seridó e, mais estritamente, o Totoró, também foi discutido por escritos produzidos durante o século XX por intelectuais germinados em solo seridoense. Estes sujeitos, como Manoel Dantas (2001), José Augusto (2002), José Adelino Dantas (2008), Olavo de Medeiros Filho (1981)⁴, dentre outros, como José Bezerra Gomes (1975), Celestino Alves (1985), Antônio Quintino Filho (2009) e Joabel Rodrigues de Souza (2008), valorizaram e glorificaram o passado lusitano e luso-brasílico dos fundadores das fazendas de gado, tendo seu gérmen reconhecido e nomeado enquanto tradicional e propulsor das linhagens familiares que povoaram o sertão do Seridó. Estes escritos são responsáveis por forjarem um passado comum para este espaço, para os corpos e vidas que nele habitaram/habitam, se pautando em elementos hegemônicos, logo, estamos tratando de uma narrativa majoritariamente masculina, branca, ocidental e cristã.

Dessa maneira, investigamos o processo de *territorialização* da Data de Terra do Totoró, na Ribeira do Acauã, ao longo do século XVIII, partindo do pressuposto que este fenômeno não envolveu apenas sujeitos livres e luso-brasílicos, mas, também, cativos não-brancos⁵ e *mestiços*⁶ que já tenham nascidos livres ou conseguiram sua liberdade por meio de compra ou alforria.

⁴ O exercício crítico sobre Olavo de Medeiros Filho e sua obra deve ser cauteloso, pois em sua maturidade intelectual, acesso e contato com novas fontes, foi possível discorrer acerca de uma população mais plural do sertão do Seridó, como os levantamentos estatísticos realizados pelo Padre Francisco de Brito Guerra entre os anos de 1809 à 1811, sendo possível constatar a presença de elementos pretos, nativos, mulatos, pardos e, certamente, brancos entre os fregueses de Santa Ana (MEDEIROS FILHO, 2002).

⁵ Indivíduos considerados enquanto integrantes das *matrizes puras*: índio, negro e crioulo (PAIVA, 2015).

⁶ *Mestiço* é um termo utilizado para aqueles indivíduos frutos de intercursos biológicos ocorridos entre pessoas que foram *qualificadas* pelo Estado e pela Igreja como mamelucos, pardos, mulatos, cabras e curibocas – qualidades predominantes na Ribeira do Seridó. Dessa forma, não estamos tratando de uma categoria homogênea, mas um termo bastante plural e flexível, incluindo pessoas de diferentes *qualidades* e condições no contexto Ultramarino. Esse termo, configurando-se enquanto móvel e flexível, sofreu alterações ao longo do tempo e do espaço, sendo empregado, inicialmente, para designar apenas os filhos de pessoas providas da Europa com nativas do Novo Mundo. No entanto, a partir do século XVIII, passou a contemplar uma maior abrangência, definindo e *qualificando* pessoas de diferentes *tipos*. Portanto, um conceito equivalente ao de *mestiço* seria o de *mestiçagem* (PAIVA, 2015).

Para tal fim, trabalhamos com fontes judiciais do Termo da Vila Nova do Príncipe, como os inventários *post-mortem* (1788-1799) do Arquivo da Vara Cível da Comarca de Currais Novos (AVCCN) e do Fundo da Comarca de Caicó (FCC), localizado no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC); bem como, cartas de alforria, que se encontram nos livros de notas, conservados na Cidade Judiciária de Caicó (CJC), dispostas em bancos de dados do *Microsoft Access* construídos pelo Prof. Muirakytan Macêdo e Prof. Helder Macedo, e suas equipes de pesquisa. Utilizamos, também, fontes paroquiais relativas a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, são elas: assentos de batismo (1803-1806; 1814-1818), assentos de casamento (1788-1809; 1809-1821) e assentos de óbito (1788-1811; 1812-1838), conservados na Casa Paroquial São Joaquim, na Matriz de Sant’Ana, município de Caicó/RN; também dispostas em bancos de dados. Por fim, também manuseamos fontes bibliográficas, como o livro *Cronologia Seridoense*, de Olavo de Medeiros Filho (2002).

Dessa forma, trabalhamos com alguns conceitos para melhor compreender o fenômeno estudado, buscando uma maior inteligibilidade e aproximação acerca do processo de povoamento do sertão do Seridó, sobretudo o espaço que radica na Data de Terra do Totoró. O primeiro deles é o conceito de *territorialização*, discutido por Claude Raffestin (1993), Antonio Moraes (2000), Marcelo Souza (2001) e Helder Macedo (2007), no qual o território é formado a partir do espaço, por e através dos grupos sociais e dos indivíduos, pela sua apropriação, ocupação, prática e vivência. O espaço se configura enquanto pré-existente, necessitando e sendo somente através do seu uso, da sua rentabilidade, do estabelecimento de relações de poder, que o território pode ser e é produzido. A constituição do território, considerada enquanto mutável, flexível e que se molda e remodela ao longo do tempo e do espaço, envolve discursos, representações e consciências. Estamos tratando de um espaço socialmente construído e experienciado, com base na transformação e dominação dos meios criados pela natureza, bem como, das relações sociais, políticas, econômicas, afetivas e religiosas.

Traçando diálogo com Janaína Amado (1995), Candice Vidal e Souza (2015) e, novamente, Antonio Moraes (2003), compreendemos o sertão enquanto uma categoria simbólica. A partir do século XV, na Ibero-América, esse conceito passa a nomear espaços vastos e interiores situados dentro dos territórios conquistados ou contíguos a eles, do qual pouco ou nada sabiam os colonos. Caracterizava localidades “sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, do qual a natureza e o elemento nativo são e se comportam de maneira indomada e bárbara. É uma categoria dialeticamente construída, geralmente utilizada enquanto oposta e contrária a “costa” ou “litoral”, marcando e nomeando pessoas que não aquelas ocidentais, brancas e cristãs, ou seja, os indivíduos provindos de África ou nativos do Novo Mundo, sujeitos não-brancos e *mestiços*, praticantes de atos gentílicos ou que não professavam a fé católica. O sertão seria encarado

enquanto um espaço de fronteira, móvel, vazio dos referenciais de mundo lusitanos, logo, justificando ações e práticas sobre ele.

Outros dois conceitos que manuseamos, pretendendo uma discussão mais vertical acerca dos sujeitos não-brancos e *mestiços*, é o de *qualidade* – termo presente desde a Antiguidade, nos escritos de Cícero –, presente na América Portuguesa e Espanhola, como consta em Bluteau (1712-1728). Eduardo Paiva (2015) discorre que essa categoria passou por diferentes (re)significações no espaço-tempo, sendo empregada para distinguir os corpos, no tocante à beleza e figura, fenótipos e estereótipos; designava pessoas do *gênero clarus*, que se enquadravam nas categorias de nobre, branco, ocidental e cristão, em contraponto ao mouro, oriental e infiel; teriam, pretensamente, sangue impuro/infecto. No Ultramar, esse exercício de *qualificação* não ficou somente restrito para pessoas dotadas de privilégios e honrarias, mas abarcou sujeitos mal vistos e marginalizados pela sociedade, novas formas humanas que coexistiam e resistiam na América Portuguesa e Espanhola.

O conceito de *qualidade*, debruça Paiva (2015), é um mecanismo capaz de mensurar, delimitar e classificar os grupos sociais e os indivíduos, se valendo de ferramentas como ascendência e descendência familiar, proveniência, origem religiosa, dentre outras tantas, como os fenótipos.

O último e segundo suporte conceitual que sustenta nossas investigações acerca das gentes do nosso interesse, é o das *dinâmicas de mestiçagem*, cunhado por Eduardo França Paiva (2015), intentando compreender os intercursos, misturas, mobilidades e trânsitos, além de superposições e coexistências de elementos que não se mesclaram e não passaram por uma transformação ou deram origem a um novo produto misto. Somos contrários em pensar um mundo unificado ou em uma realidade *mestiça*, mas adeptos em considerar um mundo mesclado, onde *qualidades* e matrizes – “puras e mestiças” – conviviam juntas. É o plural, o diverso e todo um conjunto, não sua unicidade que formavam o Novo Mundo, daí ressaltamos as *dinâmicas de mestiçagem* biológicas e culturais, não o imóvel ou imutável.

Para o trabalho e manejo com estas fontes, buscando potencializar nosso corpo conceitual para uma melhor compreensão do fenômeno proposto, utilizaremos da Micro-História, tendo como suporte os *jogos de escalas* (REVEL, 1998), em que nossas lentes estão focadas no rastreo e investigação das trajetórias dos sujeitos frutos das *dinâmicas de mestiçagem*. Também partimos das perspectivas da *história quantitativa e serial* (AGUIAR; GUEDES, 2016; BACELLAR, 2001; GUEDES; SAMPAIO, 2014), de modo que consigamos perscrutar e adensar nossas pesquisas utilizando o método proposto por Carlo Ginzburg (1989): o *paradigma indiciário*. Com ele, nossa finalidade é recolher indícios e esquadriñar nossa documentação, comparando dados com outras tipologias documentais e realidades históricas.

Dessa forma, utilizaremos, ainda, o *método onomástico*, idealizado por Carlo Ginzburg (1989) e Carlo Poni (1989), se valendo daquilo que os sujeitos e os indivíduos tem como uma das suas coisas mais preciosas: o nome. Esse elemento de auto-reconhecimento e identificação do outro será usado como fio condutor para construção das redes de sociabilidade e reconstituição de trajetórias.

PASSOS, INSTALAÇÕES E TRAJETÓRIAS

É narrativa comum, para Data de Terra do Totoró, que os seus primeiros e principais povoadores sejam da família *Lopes Galvão*, mais especificamente o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão e sua esposa Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos. Eruditos que se dedicaram e debruçaram sobre a história do Seridó, em um nível mais amplo, como José Augusto (2002), coadunam e fortalecem tal discurso, quando afirmam, por exemplo, que os principais povoadores e patriarcas do sertão da Capitania do Rio Grande eram Tomaz de Araújo de Pereira, Caetano Dantas Correia e *Cipriano Lopes Galvão*, “todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos” (2002, p.14).

Para os intelectuais que empenharam seus esforços em tecer e contar histórias sobre o atual município de Currais Novos/RN, também vemos a homogeneidade desta narrativa nas obras de José Bezerra Gomes (1975), Celestino Alves (1985) e Joabel Rodrigues de Souza (2008). Todavia, Antônio Quintino Filho (2009), mesmo reforçando os mesmos discursos sobre o povoamento e desbravamento do Totoró e dando destaque para família *Lopes Galvão*, questiona “o fato do Cel. Cipriano Lopes Galvão ser considerado o primeiro povoador [...] não significa ter sido ele o primeiro [ou o único] homem a criar família na região” (2009, p.18). Apesar disso, o autor reconhece que o (2º) Cipriano Lopes Galvão, filho do primeiro, foi o alicerce principal para o povoamento e desenvolvimento do Totoró.

A partir dos inventários *post-mortem* do século XVIII, foi possível identificarmos famílias e pessoas dos *Lopes Galvão*, mas, também, outros sujeitos que habitaram contemporaneamente a Data de Terra do Totoró, são eles: José Gomes Nobre (1764), Manoel de Sá Menezes e Quitéria Lopes Corrêa (1788), Francisca Xavier de Moura (1789), Antônio Garcia de Sá Barroso (1793), Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793), Tereza Maria da Purificação (1793) e Manoel Rodrigues da Cruz (1799)⁷.

Além desses sujeitos mencionados, e focando nossas lentes para o nosso principal objeto

⁷ Importante destacar que estamos tratando, aqui, apenas dos *inventariados*, ou seja, os sujeitos falecidos motivadores da feitura do inventário *post-mortem* para diagnóstico do seu cabedal, pagamento de dívidas, dentre outras funções do processo, como repartição dos bens. Assim, deixamos de citar e mencionar outros indivíduos, tais como esposos, esposas, filhos, filhas, genros e noras.

de interesse, isto é, os sujeitos não-brancos e *mestiços*, conseguimos identificar, através dos processos inventariantes, a presença de 56 escravos(as) de um léxico *qualitativo* diverso, assim como é possível percebermos na tabela abaixo:

Tabela 01 – Qualidade dos escravos(as) na Data de Terra do Totoró (XVIII)

QUALIDADES	QUANTIDADE
Mulato(a)	21
Crioulo(a)	17
Escravo(a) ⁸	5
Gentio de Angola	4
Gentio da Mina	3
Cabra	2
Mestiço de Pardo e Preto	2
Pardo(a)	1
Negro(a)	1
TOTAL:	56

Fonte: AVCCCN. FCCN. 1º Cartório Judiciário (1ºCJ), Inventários *post-mortem*, Caixa 01 (1788-1814). Fórum Municipal Desembargador Tomaz Salustino, Currais Novos, RN; LABORDOC. FCC, 1º Cartório Judiciário (1ºCJ), Inventários *post-mortem*, José Gomes Nobre (1764), Caixa 321 (1737-1768). Labordoc, UFRN, CERES, Campus de Caicó.

A pluralidade das *qualidades* entre pessoas não-brancas e *mestiças*, sua quantidade, demonstra que o sertão do Seridó e, mais especificamente, a Data de Terra do Totoró, não tinham somente pessoas lusas ou luso-brasílicas na sua constituição, formação e vivência. Estes sujeitos dividiam e compartilhavam o mesmo espaço, constituíam o mesmo território que às ditas famílias tradicionais, patriarcais e frondosas que teriam, sozinhas, germinados este chão e seus descendentes.

No inventário *post-mortem* de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793), moradora no Totoró de Cima, no arrolamento de bens do seu processo, contatamos a presença de 24 cativos. Dentre estes, destacamos três linhagens geracionais, são elas: 1º Inácia (mulata), mãe de Ana (mulata), Sebastiana (mulata), Leonarda (mulata), Florência (mulata), Emerenciana (mulata) e Rosa (mulata); 2º Tereza (parda), mãe de Luiza (mestiça de pardo de preto) e avó de Mônica (mulata); 3º Maria (crioula), mãe de Rita (crioula) e Isaura (crioula).

Enfatizamos a formação e constituição destas três famílias no seio da escravidão, demonstrando que não somente os *patriarcas* e às *famílias tradicionais* geraram e legaram seus descendentes, seus núcleos familiares, neste chão. Apesar destes indivíduos estarem intimamente ligados ao universo escravista, eles foram capazes de constituir famílias, gerarem descendentes e, povoarem, também, terras no Totoró.

⁸ *Escravo(a)*, originalmente, não é uma *qualidade*, mas uma *condição*. No entanto, Eduardo Paiva (2015) defende que muitas vezes a tríade *qualidade-condição-cor* foram usadas e interpretadas de forma equivocada, ou apenas faziam parte da complexidade social existente na América Portuguesa, modelando e se remodelando no espaço-tempo, a partir do uso de cada sujeito histórico. Portanto, decidimos incluir na tabela, numa leitura que pode sugerir sujeitos *pretos*, *negros* ou *crioulos*, levando em consideração sua proximidade com o escravismo.

Ainda trabalhando com o inventário *post-mortem* de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793), entre seus herdeiros, destacamos Manoel Lopes Galvão, falecido na menor idade. Ele tinha sob suas posses, em vida, um escravo por nome Miguel (mulato), mais ou menos trinta anos, que passou a pertencer à sua mãe, avaliado em 85\$000.

Com o falecimento dela, encontramos, ainda em 1793, a carta de alforria do Miguel *Figueira*. Na justificativa, considerou que os herdeiros, entre cunhados e irmãos, alforriaram o escravo de livre e espontânea vontade por 100\$000.

Em 1806, localizamos o registro de casamento do Miguel Figueira *Galvão*⁹, que casou com Maria Madalena da Conceição, gerando o filho José (“C”) e às filhas Teresa e Ana Maria da Conceição (“P”); essa, por sua vez, casou com Manuel Bernardo de Moraes (“P”) e teve uma filha chamada Ana (“P”).

Contar e narrar a trajetória de indivíduos como Miguel Figueira Galvão, é um demonstrativo que mesmo os indivíduos escravizados e que levavam esse estigma, podiam passar pelo processo de liberdade, mobilidade social, contrair matrimônio e constituir família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas fontes, para este trabalho, são relativas ao século XVIII, aos colonos – aqui entendidos enquanto pessoas lusas e luso-brasílicas, não-brancas e *mestiças* – e ao gado que marcharam sertão adentro da Capitania do Rio Grande para tornar essa terra rentável aos olhos da Coroa Portuguesa. Entretanto, fazemos ressalvas a ocupação nativa pré-existente no Novo Mundo antes mesmo do século XVI, sendo estes indivíduos, em uma concepção colonial de propriedade, os legítimos possesores desta terra.

Conseguimos esboçar e dialogar sobre o processo de *territorialização* da Data de Terra do Totoró, na Ribeira do Acauã, ao longo do século XVIII. Contatamos presença e trajetórias de indivíduos não-brancos e *mestiços*, pessoas de diferentes *qualidades* e condições, no processo de formação e constituição deste território, indo de encontro com narrativas, até certo ponto cristalizadas e reforçadas da historiografia tradicional.

Vivências, experiências, estabelecimento de relações das mais diversas esferas, sejam elas sociais, econômicas e religiosas, não foram protagonizadas unicamente por famílias de origem lusa e luso-brasílicas, mas, também, por pessoas fruto das *dinâmicas de mestiçagem*, sustentando e contribuindo com o cotidiano das pessoas e das práticas no Totoró.

Além disso, através das famílias de Inácia (mulata), Tereza (parda) e Maria (crioula),

⁹ Nota-se, no processo de liberdade e no matrimônio, respectivamente, o uso e adoção de dois sobrenomes: *Figueira* e *Galvão*. É possível que essa seja uma estratégia, uma tática, para uma melhor inserção e possibilidade de ascensão na sociedade colonial, tendo em vista que o indivíduo compunha o universo escravista, logo, suas possibilidades de mobilidade e crescimento eram limitadas.

mulheres escravas, não-brancas e *mestiças*; conseguimos demonstrar que mesmo pessoas que se encontravam na condição jurídica de escravo(a) eram capazes de formar núcleos familiares, participar das celebrações católicas e do cotidiano colonial. Também conseguimos verificar que os sujeitos que antes estavam ligados às amarras da escravidão, como é o caso do Miguel Figueira Galvão, através do processo de liberdade, podem desfrutar de mobilidade e ascensão social.

São, também, estes indivíduos, essas famílias, que compunham o cotidiano da Data de Terra do Totoró, que participaram do processo de *territorialização*, constituição, formação e germinação deste solo; aqui chegaram, estabeleceram morada, se relacionaram entre os indivíduos, formaram família, cuidavam do gado e do cultivo de lavouras; contribuindo assim, para que em 1808, fosse erigida uma capela sob invocação de Santa Ana, elevando a Data de Terra do Totoró ao status de Povoação dos Currais Novos. Assim, estamos alinhados com outros autores, como Helder Macedo (2013), Muirakytan Macêdo (2015) e Eduardo Paiva (2015), por exemplo, quando consideram essas pessoas *colonos* e *colonizadoras*.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS (AVCCCN). Fundo da Comarca de Currais Novos (FCCN), 1º Cartório Judiciário (1ºCJ), Inventário *post-mortem*, Caixa 01 (1788-1814). Fórum Municipal Desembargador Tomaz Salustino, Currais Novos, RN.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino:** Aulico, Anatomico, Architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8v.

COMARCA DE CAICÓ (CC). Cidade Judiciária de Caicó. Cartas de Alforria – Livros de Notas. Vila Nova do Príncipe, 1792-1814.

FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA SANTA ANA DO SERIDÓ (FGSSAS). Livro de registro de batizados nº 01 (1803-1806). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

FGSSAS. Livro de registro de batizados nº 02 (1814-1818). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

FGSSAS. Livro de registro de casamento nº 01 (1788-1809). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

FGSSAS. Livro de registro de casamento nº 02 (1809-1821). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

FGSSAS. Livro de registro de óbito nº 01 (1788-1811). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

FGSSAS. Livro de registro de óbito nº 02 (1812-1838). Acervo da Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN.

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (LABORDOC). Fundo da Comarca de Caicó (FCC), 1º Cartório Judiciário (1ºCJ), Inventários *post-mortem*, Caixa 321 (1737-1768). Labordoc, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó.

Bibliografia

ALVES, Celestino. **Retoques da História de Currais Novos**. Natal: Fundação José Augusto, PMCN, 1985.

AGUIAR, Júlia Ribeiro; GUEDES, Roberto. Pardos e Pardos Fôrras: Agentes da Escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, Século XVIII. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (Org.). **História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, Séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 87-120.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Recuperando Sociabilidades no Passado. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al (Org.). **História Quantitativa e Serial no Brasil: um Balanço**. Goiânia: Anpuh-MG, 2001. p. 27-43.

DANTAS, José Adelino. **Homens e Fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Natal: Sebo Vermelho, 2001

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma Metodologia em História Social a Partir de

Assentamentos Paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: Métodos e Técnicas de Pesquisa na Reinvenção de um Corpus Documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 23-125.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O Nome e o Como: Troca Desigual e Mercado Historiográfico**. In: _____. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GOMES, José Bezerra. **Sinopse do Município de Currais Novos**. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, Territórios e Populações Indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 309f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras Famílias do Seridó: Genealogias Mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos e Cabedais: Patrimônio e Cotidiano Familiar nos Sertões da Pecuária (Seridó – Século XVIII)**. Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Um Rosado, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “Outro” Geográfico. **Terra Brasilis (Nova Série)**. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003.

PAIVA, Eduardo França. **Dar Nome ao Novo: Uma História Lexical da Ibero-América Entre os Séculos XVI e XVIII (as Dinâmicas de Mestiçagens e o Mundo do Trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUINTINO FILHO, Antônio. **História de Currais Novos**. 2. Ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro**. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 135-158.

SOUZA, Joabel Rodrigues de. **Totoró, Berço de Currais Novos**. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LEI 10.639/03: UM ELO ANTIRRACISTA ENTRE O ATLÂNTICO

Matheus Felipe Araujo Souza¹

1. INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais estão presentes no trabalho, na esfera religiosa, no meio familiar e transpassa os sujeitos que de alguma maneira frequentam a escola e a sala de aula, seja os professores, estudantes, funcionários ou a comunidade local. Neste plano, o âmbito escolar é reflexo da sociedade no qual está inserida, as pessoas que compõem a sociedade têm uma história, possuindo um local de fala, uma classe social, conservando uma herança genética ancestral possuindo, portanto, uma identidade.

Este indivíduo, por conseguinte, irá para um meio institucional reconhecido, a escola, para aprender os conhecimentos considerados válidos, por aquele grupo social ao qual está inserido. Este sujeito traz consigo toda uma carga sócio-histórica de experiências, e ao chegar na sala de aula este se depara também com outras realidades sociais, culturais e históricas que começam também a fazer parte do seu dia a dia. Nesse caso, como podemos perceber, a sala de aula é um lugar de tensões étnico-raciais com sucessivas construções sociais que se dão logo no início da vida escolar.

Uma convivência sadia é importante para a construção de uma escola e sociedade democrática, por isso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a Lei 10.639/03 que interfere diretamente na escola pela organização curricular e em sala de aula nas relações entre os próprios alunos como também na atuação e formação docente. Pensar na aplicação direta da lei, que é fruto da luta e resistência do movimento negro, passando pela construção e resposta de uma conquista educacional em favor de um grupo social que foi marginalizado no processo histórico brasileiro, a comunidade negra.

2. O MOVIMENTO NEGRO, DA LUTA A LEI

Com a abolição da escravidão pela lei Áurea em 1888, que libertou todos os escravos do cativeiro considerado legítimo pelo Estado Monárquico e com a Proclamação da República

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço de e-mail: matheusfelipeasz@ufrn.edu.br

em 1889, os direitos de isonomia perante a lei e de políticas de inserção e inclusão para com a comunidade negra foram inexistentes, permanecendo os negros em situação de desigualdade sem acesso a trabalho, a educação e outros aparatos sociais, regressando muitas vezes para o seu antigo senhor. Para reverter esse contexto de marginalização vivenciado no início da república, ex-escravos, libertos e seus descendentes se organizaram em forma de grêmios, clubes ou associações, dando início aos primeiros Movimentos Negros que lutavam contra a discriminação e o preconceito racial (DOMINGUES, 2007, p. 102-103).

O Movimento Negro emergiu como um movimento político de mobilização racial negra na década de 70 com outros movimentos sociais, entendidos como um novo sujeito coletivo e político, como um sujeito coletivo possui pautas, demandas e objetivos específicos a sua frente de luta social (GOMES, 2011, p.135). Caminhando paralelamente com o pensamento de Ilse Scherer-Warren que propõe um conceito para movimento social: “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 101).

O golpe de 1964 retrocedeu as estratégias do movimento contra o preconceito racial, e por isso o Movimento Negro desarticula-se e seus integrantes são estigmatizados e acusados pelos militares por fomentarem um problema que supostamente não existia no Brasil, o racismo (DOMINGUES, 2007, p. 111). O cenário político da época, os últimos anos do período ditatorial brasileiro (1979-1985) marcados por um período de paulatina redemocratização que favoreceu a reorganização dos movimentos sociais brasileiros quegritavam novas questões para a sociedade em relação a gênero, desigualdade, saúde, educação, entre outros (LEITÃO; SILVA, 2017, p. 322).

Sobre esse período histórico Pereira (2017, p. 17) coloca:

Com a chamada “abertura política” iniciada em 1974, ainda durante a ditadura que havia sido implantado em 1964, muitas organizações do movimento negro foram criadas em vários estados brasileiros, assim como foram criadas organizações de outros movimentos sociais que estavam na luta contra a ditadura e que defendiam o retorno da democracia em nosso país. Um marco fundamental na organização do movimento negro nesse contexto foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, em julho de 1978.

A partir desse aspecto podemos perceber a luta do Movimento Negro que resistiu em um período de repressões para todo o sujeito coletivo ou individual que assumisse uma posição contrária pela aderida pelas forças militares. Então, no fim dos anos 70, emerge e se

organiza movimentos sociais em torno do objetivo em comum pela democracia e com as mais variadas reivindicações no período conhecido na história brasileira denominado “abertura democrática”, começando em São Paulo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978. O MNU possuía suas reivindicações específicas, denunciando, protestando e lutando contra toda a opressão e pela emancipação do negro e por melhores condições de vida para a população negra do Brasil, também procurava desfazer o mito da “democracia racial”, a crença de que os negros e brancos tem as mesmas oportunidades na sociedade em que vivem, excluindo-se todo o tipo de discriminação (TRAPP; SILVA, p. 91).

Nesse mesmo cenário de abertura política e democrática novos partidos políticos foram criados entre o período de 1978 e 1982, essa abertura e criação de partidos políticos, deu um novo fervor as pautas de muitos grupos ligados ao pensamento político de esquerda, muitos destes militantes eram também do Movimento Negro e reclamavam uma maior participação política e presença concreta nos espaços políticos institucionalizados (LEITÃO; SILVA, 2017, p. 322-323).

Um desses campos de maior participação política intimada pelo Movimento Negro é a educação. Gomes (2011, p. 134/137) destaca a educação como um dos campos principais de luta dos movimentos sociais, pois quanto mais cresça a consciência popular sobre seus direitos sociais, aumenta também a busca por visibilidade e reconhecimento nessa área; um movimento pautado por um projeto educativo derivado de excessivas lutas. Gomes (2011, p. 136) ainda destaca em relação a luta da população negra pela educação:

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura.

Desse modo, podemos inferir sobre as lutas desses sujeitos históricos, para que sua história fosse perpetuada, valorizada e respeitada por todos os considerados “outros” do processo histórico-social cujo qual a sociedade brasileira foi composta.

Por fim, pensar o Movimento Negro como um movimento social controverso e complexo, que não está engessado em um determinado tempo histórico mas, pelo contrário, é dinâmico e mutável, de modo que este fenômeno social não pode ser analisado de uma

maneira vertical, e sim como uma história de luta com vitórias e derrotas, progressos e retrocessos, nos embates e combates ao racismo; um movimento racial que, “em dados momentos, assume uma face fundamentalmente cultural, que se molda conforme a conjuntura sem perder de vistas seus princípios e a sua bandeira maior que é o combate ao racismo” (SOARES, 2016, p. 72).

Ribeiro (2014, p. 120) apresenta o resultado destas lutas em prol de ocupar um maior espaço no âmbito educacional, educando os jovens, adultos e crianças de hoje, para que amanhã possamos ter uma escola e uma sociedade menos racista e discriminadora, capaz de acolher o outro como ele é com todas as suas diferenças e particularidades, assim enfoca:

A Lei 10.639/03 aprovada pelo governo federal em 09/01/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, e, indicou a inclusão no currículo dos níveis fundamental e médio da rede pública e privada o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Em complemento, em 11/03/2008 foi criada a Lei 11.645/08, tornando também obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. O Conselho Nacional de Educação elaborou um parecer com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (Parecer CNE/CP n. 3 de 10/03/2004) e a Resolução CNE/CP n. 1 de 17/06/2004), regulamentando, portanto, a alteração da LDB.

Um movimento que resiste e resistiu desde os ancestrais africanos nos navios negreiros, nas senzalas na condição de cativos; indivíduos negros que compõem a própria história e lutam para que esta seja valorizada e aceita por uma cultura e um país que tanto deve a essa história. Da luta a lei que traz para sala de aula a trajetória destes sujeitos, que começou bem antes do Brasil se constituir como nação soberana, bem antes das grandes navegações, essa História iniciou-se em chão africano sob a sombra do Baobá.

3. LEI 10.639/03 E O CURRÍCULO

Devido a formação histórico-social do Brasil podemos concluir que vivemos em uma sociedade multirracial, miscigenada e pluriétnica, uma sociedade híbrida que reconhece seus acréscimos lusos-europeus, africanos e indígenas; todas essas culturas se entrelaçam, se comunicam, cruzam-se. Dessa forma, a sociedade brasileira traz a herança cultural destes povos e se forma e reforma-se durante o tempo. Fingir que uma dessas culturas não existe ou até mesmo abafar suas manifestações, é voltar aos tempos coloniais e a todo sistema opressor imposto aos indígenas e negros pela escravidão. Negar a transmissão desse conhecimento

cultural das etnias subalternas é negar ao brasileiro o contato com sua formação cultural de forma integral. Por isso, entender a escola como um espaço político institucionalizado, lugar da inserção do indivíduo no meio social, como também, lugar da construção de sua própria formação como cidadão crítico e ético, é entender a escola como um local de tensão, de disputa por narrativas, lugar de confronto, e onde muitas vezes impera o pensamento hegemônico eurocêntrico.

Consequentemente, como visto anteriormente, os movimentos sociais focaram no espaço educacional como uma das pautas de suas militâncias para a construção de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e democrática. Com o Movimento Negro não foi diferente, como resultado das lutas e resistências foi deferida a lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nas grades curriculares dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, nas redes de ensino públicas e privadas do Brasil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana relata que:

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática (Brasil, 2005, p.14)

A diversidade cultural africana e afro-brasileira muitas vezes é desvalorizada nos currículos escolares do ensino básico, não temos por isso um maior conhecimento em relação a África, aos negros e aos afrodescendentes. “[...] quem foram essas pessoas? Como elas vieram para o Brasil? Será que elas vieram para o Brasil porque quiseram? Por que ocorreu a escravidão dos negros aqui no Brasil e em outros países? O que sabemos da África?” (FERREIRA, 2014, p. 15). Questões essas que o livro didático e o currículo muitas vezes não respondem, o professor não contempla em sua aula e a escola não instiga a discussão e a reflexão.

Inicialmente a teorização crítica do currículo estava concentrada apenas em questões que permeavam as dinâmicas de classe e gênero focalizando sobre as desigualdades de acesso à educação e ao currículo. Como análise política e sociológica, tornou-se evidente que as

teorias críticas do currículo não poderiam ficar restritas as problemáticas de gênero e classe, portanto era preciso problematizar o currículo como sendo racialmente enviesado, em uma tentativa de explicar as complexas inter-relações entre essas diferentes dinâmicas da hierarquia social (SILVA, 2010, p.99).

Silva (2010, p.101-102) demonstra que o currículo é “entre outras coisas, um texto racial”, o texto curricular interpretado de forma ampla: os livros didáticos e paradidáticos, as lições orais, os rituais escolares, as datas comemorativas, estão repletos de narrativas nacionais, éticas e raciais. Essas narrativas, em geral, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas.

Partindo de uma atitude reflexiva para pensar o currículo como um artefato cultural, social e histórico sujeito a mudanças e a modificações, um currículo em constante transformação. Cogitar que todo o conhecimento distribuído sistemicamente em um meio legitimado pelo contexto educacional não segue uma linha acedente de avanço e evolução. Pensar a história do currículo é dar atenção as discontinuidades e retrocessos presente no currículo, em como o conhecimento corporificado na escola é organizado. Assim, deparar-se com um currículo resultante de conflitos e lutas entre perspectivas sociais e tradicionais antagônicas (SILVA, 1996, p. 77-78).

“O currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos” (SILVA, 1996, p. 79). Pensar conhecimentos que são legítimos para uma classe social e que deve ser propagada para as gerações futuras, suprimindo a educação cultural e social própria das minorias sociais, conhecimentos da classe predominante encontra-se no currículo e forma uma sociedade inteira. Saber que diferentes currículos formam diferentes pessoas marcadas por diferenças ligadas a raça, a classe, ao gênero é entender o currículo escolar como um espaço de batalha, e foi por esse espaço que o Movimento Negro lutou por reconhecimento (SILVA, 1996, p. 81).

Sobre o currículo Fernandes (2005, p.381) diz que é de: fundamental importância a inclusão do ensino de história da África no currículo da educação básica, por saber que a instituição escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, porque participa na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos.

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêem marginalizados [...].

“O ensino de história no Brasil foi sempre fortemente influenciado pelo modelo eurocêntrico, baseado na figura do africano associado à escravidão e, conseqüentemente, à África como lugar primitivo e atrasado” (VALADARES, 2018, p.27) Com isso, o Movimento Negro exigiu novo ensino da História africana com um olhar positivo as sociedades africanas partindo desde os primeiros anos escolares diminuindo assim o preconceito e a discriminação enfrentado pelos alunos negros (VALADARES, 2018, p. 33).

Nesse sentido foi sancionada a Lei Federal 10.639 em 9 de janeiro de 2003, sob o governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, documento que regula e orienta a educação, esta última passa a vigorar conforme a seguir:

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (BRASIL, 2003).

A partir desta lei, tornou-se obrigatório no currículo escolar da educação básica o estudo da História da África e dos africanos, conquista do Movimento Negro que luta para permanecer e conquistar também outras pautas importantes, como as políticas de ações afirmativas destinadas a população afrodescendente para a diminuição das desigualdades sociais desse seguimento social que foi tão marginalizado e excluído do processo de constituição histórica do Brasil. Outro ponto foi o reconhecimento da data vinte de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse quesito é importante salientar que a lei não pode apenas ser uma letra morta, é preciso ser posta em ação, qualificar o corpo docente para trabalhar novas temáticas curriculares em sala de aula, envolvendo principalmente as temáticas religiosas de matriz africana sendo esta uma das conquistas da mobilização negra.

Para conduzir a educação básica dispomos das diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino fundamental e médio as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Não apenas no cenário escolar e também no acadêmico, a produção do conhecimento africano vem ganhando destaque como sublinha Laureano:

“A História da África foi reescrita, entre 1965 e 1971, através de um projeto de vários pesquisadores e do financiamento da UNESCO. Nesse projeto, a intenção era retirar a História da África da obscuridade e lançar alguma luz sobre o conhecimento que se tinha desse continente. [...]

Mesmo que o projeto de Ki-Zerbo e de outros estudiosos sobre a África seja hoje um clássico para se conhecer um pouco da história daquele continente, ainda há muitas máscaras, camuflagens e mutilações quanto à história africana que as crianças aprendem, principalmente através da televisão, já que na escola ainda se está iniciando um caminhar sobre as possibilidades de reescrever esta história.

O andar ainda é lento em todos os níveis de ensino quanto à busca de conhecimento sobre a África e, até mesmo, sobre a escravidão moderna que causou tantas mazelas àquele continente e que o aproximou do Brasil. Muitos trabalhos acadêmicos foram feitos com a temática escravidão, mas muito pouco disto chegou aos professores que atuam no ensino regular.” (LAUREANO, 2008, p.339-340).

É preciso pois, como professores atuantes, mitigar as distâncias entre África e Brasil por um ensino democrático e multicultural em suas bases, que constitua a formação do ser humano integral, parte de uma sociedade plural que respeita os seus e convivem como iguais. Combater o racismo, a discriminação, o preconceito é dever da escola que não atua sozinha e pede ajuda para outras instituições com a família e o Estado no dever de educar as gerações que ocupam o espaço histórico e social em que vivem. Difundir experiências de ensino e aprendizagem entre os pares acadêmicos para que a História da África não se restrinja a certos espaços, mas atinja todos e todas na escola pública e privada como coloca a lei.

Outra proposta é o estudo das personalidades negras que marcaram historicamente o Brasil e são colocadas no porão do esquecimento da historiografia brasileira. O estudo destes sujeitos de destaque serve também para estimular e edificar a autoestima racial dos alunos negros muitas vezes sujeitos a estudar personagens históricos que fizeram grandes feitos muitas vezes tão distantes de suas realidades. Também é preciso frisar a importância dos elementos religiosos de matriz africana como o Candomblé para que o conhecimento dessa religião diminua todo o preconceito e violência vivenciado por seus adeptos.

A escola é o local da construção e desconstrução, via por onde podemos formar sujeitos críticos e autônomos capazes de perceber o “outro” não como um inimigo, mas como suporte para a construção de uma sociedade e de um país mais igualitário e justo, oferecendo liberdade independentemente da cor, religião, orientação sexual ou política, e é no ambiente escolar onde começa-se a dar os primeiros passos na realização deste projeto de nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir a aplicação da Lei 10.639/03 e seu processo de criação que foi resultado das lutas do Movimento Negro em prol do reconhecimento e visibilidade através desse dispositivo legal para que outras narrativas fossem elaboradas em relação a sua História. A Lei 10.639/03 interfere diretamente no trabalho do professor de História da rede pública ou privada, pois cabe a ele problematizar e desconstruir tantos estereótipos construídos em relação aos negros africanos vindos ao Brasil como escravos como também em relação aos Afro-brasileiros. É pela educação que a relação discente e docente contribuirá para a construção empática dos sujeitos, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento de um ambiente social democrático.

Estudar África e sua cultura é compreender que a própria cultura brasileira absorveu muitas influências destas Áfricas com tantas identidades múltiplas, reconhecer com a lei do ensino de História da África e da cultura africana estamos mais próximos das histórias de seres humanos perpassadas pelo cativeiro e por riquezas culturais que sobreviveram a viagem da imensidão atlântica, seja essa a função da lei, uma ligação entre Brasil e África, ser um elo entre o Atlântico.

Por fim uma questão é lançada: “como desconstruir o texto racial do currículo, como questionar as narrativas hegemônicas de identidade que constituem o currículo?” (SILVA, 2010, p. 102). Como aponta Silva (2010) um currículo crítico inspirado nos campos teóricos do pós-estruturalismo, dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-coloniais abordaria o racismo como uma problemática institucional e estrutural centrando-se nas suas causas históricas e discursivas, uma perspectiva crítica do currículo deveria evitar uma abordagem essencialista sobre questões de identidade étnica e racial, almejando “lidar com a diferença como uma questão histórica e política. Não se trata simplesmente de celebrar a diferença e a diversidade, mas de questioná-las” (SILVA, 2010, p.102). Estes são alguns passos reflexivos que podem auxiliar na chave de resolução destes questionamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo.** Niterói, v. 12, n. 23, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 de nov. de 2019.

FERREIRA, Alesxandra. **A representação do negro no livro didático: uma abordagem das relações étnico-raciais.** Monografia (Graduação) - UFCG/CFP. 36f. Cajazeiras, 2014.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade.** Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011.

LAUREANO, Marisa Antunes. **O Ensino de História da África.** Ciênc. let., Porto Alegre, n. 44, p. 333-349, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>> Acesso em 25 de nov. de 2019.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990) **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O Movimento Negro brasileiro e a Lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de Promoção da Igualdade Racial: impulso às ações afirmativas e à educação étnico-racial. **Revista Pedagógica** | V.16, N.33, JUL./DEZ. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais**: as transformações na política da pedagogia da política e na pedagogia da política. Petrópolis: vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

TRAPP, Rafael Petry ; SILVA, Mozart Linhares da. Movimento negro no brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

VALADARES, Elka Regina Rodrigues. **Saberes em movimento: aprendendo e ensinando a história da África no ensino médio**. Universidade Federal do Tocantins. Campus Universitário de Araguaína, mestrado profissional em ensino de história profhistória.116 f. Araguaína, TO, 2018.

LEVANTAR A VOZ E PROTESTAR: AS LUTAS DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA¹

Max Rodolfo Roque da Silva²

Breve contextualização do associativismo e sindicalismo docente no Brasil

De acordo com Lemos (2008), os primeiros movimentos de organização coletiva dos professores brasileiros remontam à segunda metade do século XIX. No entanto, foi a partir do início do século XX que a organização dos professores em torno de entidades representativas teve um crescimento significativo. Nas décadas de 1950 e 1960, nos diversos estados brasileiros foram criadas novas associações de professores primários, sobretudo em Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso (VICENTINNI; LUGLI, 2009).

A nível nacional, temos a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), da qual resultou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Do mesmo modo, os professores secundaristas também começaram a intensificar seu movimento de organização coletiva, principalmente nos estados de Pernambuco, com a criação da Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP), Bahia, Ceará, Piauí, Santa Catarina e Guanabara (VICENTINNI; LUGLI, 2009).

Em decorrência do golpe civil-militar de 1964, as condições de organização e reivindicação dos professores, como das demais categorias profissionais, ficaram um tanto restritas. Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006b), fazendo uso da repressão, o Estado desenvolveu políticas centradas no tecnicismo e no crescimento quantitativo da escola pública de 1º e 2º graus “às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior” (p. 1161).

De acordo com Rêses (2008), isto contribuiu para o desenvolvimento de um associativismo aliado ao Estado. Ainda assim, já em 1968, é possível se verificar a ocorrência de manifestações como consequência “de uma situação que, aos poucos, ia desfazendo a ideia

¹ Discussão feita originalmente no texto “Experiências e lutas dos professores da rede pública estadual de Pernambuco no período da transição democrática (1979-1985)”, para o Ebook “Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à História” (2020), publicado pela Atena Editora. Em relação ao referido texto, este artigo apresenta supressões e acréscimos.

² Doutorando em Educação/UFPE. Endereço de e-mail: maxrodolfosilva@gmail.com.

de nobreza em torno da profissão docente e pondo em causa a sua valorização simbólica (...), levando os professores à proletarização” (p. 75). Processo de proletarização que, no caso do Brasil, de acordo com Ferreira Jr. e Bittar (2006b), “não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que a antiga categoria possuía” (p. 1162).

Em decorrência do arrocho salarial resultante das políticas econômicas características da Ditadura, os setores médios da sociedade viram-se impelidos a se contrapor ao regime. Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006), o conjunto das relações sociais de produção adotadas “pelo regime militar passou a ser uma fonte geradora de instabilidade política que questionava a própria natureza da revolução que havia se legitimado por si mesma” (p. 42) Desse modo, é possível se ver os professores, juntamente com outras categorias profissionais, agindo no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Sobre este aspecto, Antunes (1991: 135-136) destaca que:

Já no início de 1973, quando os primeiros sinais de crise afluíam, o aparente privilégio das camadas médias começava a se desintegrar. E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, ou seja, a superexploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia-a-dia dos trabalhadores médios. Resultado: médicos, professores, bancários (...) fizeram-se presentes através de paralisações que exigiam reposição salarial, melhores condições de trabalho e fim do arrocho salarial.

No entanto, é importante destacar que na medida em que o Brasil vivenciava seu processo de abertura política, apesar das críticas quanto à sua direção pelo alto (SKIDMORE, 1988; MATOS, 2009), vai se configurando um ambiente relativamente favorável à insurgência de diversos atores coletivos desejosos por mudanças sociais e pela redemocratização do país.

Segundo Thomas E. Skidmore, a partir de 1974 o governo militar “afastou-se da regra arbitrária e lentamente caminhou em direção a um sistema competitivo multipartidário com a restauração do estado de direito” (1988: 28).

Para o historiador, a sociedade nutria, sobretudo dentre os membros da elite econômica e social, uma certa esperança quanto ao fato do governo Geisel manter sob controle o aparato repressivo do Estado, pondo fim, principalmente, à tortura.

Conforme destaca Skidmore (1988),

O otimismo cresceu quando Geisel expressou sua esperança de uma redemocratização gradual, começando com uma *descompressão*, embora ele

tenha também claramente advertido que a 'segurança' nacional era indispensável para garantir o desenvolvimento (p. 33).

Após a sucessão presidencial que resultou na posse de Figueiredo, houve uma intensificação de movimentos por parte da classe operária, bem como de profissionais oriundos de segmentos diversos. Já em 1978, os trabalhadores da indústria automobilística da região do ABC paulista, sob o comando de Lula, entraram em greve, dando início a "primeira mobilização operária significativa desde a repressão das greves de Osasco e Contagem, em 1968" (SKIDMORE, 1988, 51).

No ano seguinte, encabeçaram um novo movimento grevista que se consolidou como um divisor de águas na história das lutas trabalhistas no Brasil, alcançando aproximadamente três milhões de operários pelo país (SKIDMORE, 1988).

O saldo desse movimento pode ser melhor entendido nas palavras de Skidmore (1988), quando apresenta os precedentes estabelecidos após as greves do fim da década de 1970. Segundo o historiador,

Primeiro um novo quadro de liderança sindical havia surgido, desdenhoso das personagens do governo que haviam negociado, desde 1964, a complacência operária com regulamentações trabalhistas repressivas e com acordos seriamente prejudiciais aos interesses dos operários. A nova liderança também enfatizava uma organização crescente e um maior contato com os membros da militância sindical. Um segundo precedente envolvia a descoberta de que alguns empresários poderiam estar preparados para negociar diretamente com os operários. O terceiro precedente era o grau de solidariedade recebido pelos operários de outros setores da sociedade civil, tais como a Igreja e os profissionais de classe média que tinham coragem de acorrer e ajudar os grevistas. Com mais de cem greves em quinze Estados, no fim de 1970 o protesto operário tinha se tornado uma verdadeira questão nacional (p. 52).

Sobre o processo de abertura política, Matos (2009) afirma que

Tal projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais. Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – as 'Diretas Já!' – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988 (p. 118).

Assim sendo, os professores e as professoras “representam, neste contexto, uma parcela significativa da sociedade que encontra nas práticas de reivindicação a possibilidade para a concretização de suas aspirações” (SILVA, 2014).

Desta feita, de acordo com Pereira (1991: 107), as manifestações dos professores, sobretudo daqueles ligados ao ensino público, foram realizadas no sentido “de imprimir às entidades representativas do magistério um caráter combativo, tirando-as das mãos dos dirigentes comprometidos com a orientação do governo” (PEREIRA, 1991: 107).

O novo sindicalismo e seu impacto no associativismo docente brasileiro

Embalado pelos ventos da redemocratização, o movimento operário brasileiro vai ganhando uma nova roupagem, ressignificando suas práticas e reivindicações e assumindo, juntamente com os diversos movimentos sociais, um papel significativo na luta por transformações sociais e políticas no país. Neste contexto surge o movimento do novo sindicalismo, cuja eclosão se dá na região do ABC paulista durante os anos finais da década de 1970 (MATOS, 2009), questionando não apenas a política econômica desenvolvida pelo regime militar, mas sobretudo a “acomodação” dos sindicatos aos interesses do governo e do patronato, em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

A este respeito, Matos (2009: 119) atesta que:

Embora não estourasse com data marcada, nem tivesse sido convocada pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho e foi porta voz dos operários nas diversas empresas.

Essa mudança que começara a acontecer na postura do movimento sindical brasileiro a partir de então se deve internamente a, pelo menos, dois fatores, quais sejam: a própria mobilização fabril se levantando em oposição a direções sindicais afetas aos interesses do Estado, bem como a aproximação de dirigentes aos interesses e inquietações das bases (MATOS, 2009; SADER, 1988).

Neste contexto é que surge um grupo de sindicalistas que se identificavam como representantes de um “sindicalismo autêntico”, do qual Lula seria uma importante liderança. Para esses sindicalistas, “um ‘novo sindicalismo’ dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores” (MATOS, 2009: 119). Segundo Sader (1988), a particularidade da corrente

dos “autênticos” reside justamente no fato de “absorver as pressões das bases e canalizá-los pelo interior do aparelho sindical” (p. 182).

Desta feita, envoltos nesta ambiência de lutas propostas pelos movimentos sociais e pelo novo sindicalismo, professores de vários estados brasileiros iniciam uma série de paralisações e greves que naquela ocasião não se limitavam apenas à reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, mas se prolongavam em manifestações em favor da redemocratização do país.

Sendo assim, começam a eclodir, sobretudo a partir de 1979, uma série de protestos e greves que marcaram o distanciamento de uma perspectiva de caráter assistencialista e a aproximação ao movimento do novo sindicalismo, implicando em um posicionamento mais combativo frente às determinações impostas pelo Estado.

A este respeito, Pereira (1991: 09) diz que as manifestações dos professores

(...) adquiriram maiores proporções e maior nível de organização em todo o país. Greves eclodiram de todos os recantos, atingindo 16 estados da Federação – dentre estes, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Paraíba e Bahia –, somando forças, envolvendo as redes pública e particular de ensino.

Mediante o exposto, podemos considerar que as greves de 1979 provocaram uma modificação expressiva no movimento docente brasileiro. Em muitas associações, neste mesmo ano, aconteceram eleições marcadas pela vitória de chapas de oposição, como no caso da APEOESP e da APENOPE.

Experiências e lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco durante a transição democrática

A perda salarial dos professores atingiu, em 1979, o percentual de 30,1% (PEREIRA, 1991), resultando na precariedade das condições de vida e de trabalho da categoria e gerando, por conseguinte, uma série de insatisfações concernentes à política desenvolvida pelo governador Marco Maciel. É nesse contexto que se dá o movimento grevista dos professores da rede pública estadual de ensino, que “se inseria no nacional dos trabalhadores contra a continuidade do regime autoritário e por melhores condições de trabalho e de vida” (PEREIRA, 1991: 183).

As agitações que precederam a greve tiveram início em abril de 1979. Além de estarem descontentes com o descaso do governo para com a situação difícil que enfrentavam,

os professores também expressavam sua insatisfação para com a APENOPE, acusando-a de não estar representando os interesses da categoria, estando ao lado do governo do Estado. Neste sentido, exigiam “um posicionamento que correspondesse ao pensamento da classe em relação ao movimento reivindicatório dos professores com relação ao aumento salarial” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de maio de 1979).

Sem obter muito sucesso em suas primeiras investidas, os professores ameaçaram paralisar as aulas, conclamando o apoio da sociedade para o movimento que se iniciara. Na ocasião, julgavam necessário “conscientizar a opinião pública, conscientizar as escolas, os alunos e os pais” (Diário de Pernambuco, Recife, p. A-7, 9 de maio de 1979). Em maio de 1979 inicia-se a paralisação dos professores, havendo a partir deste dia a realização de piquetes, acampamentos em frente à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), dentre outras ações. Cerca de 4 mil professores entraram em greve (Jornal do Commercio, Recife, 25 de maio de 1979). Conforme nos diz Pereira (1991: 184), “de repente os docentes se veem sob o ímpeto de protestar, de reivindicar seus direitos, de combater o autoritarismo do Estado”.

O movimento grevista não foi desencadeado sob a orientação da diretoria Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, mas pelo Comando Geral de Greve, formado por membros insatisfeitos com a gestão em questão, que realizou um trabalho de panfletagem no intuito de convocar os professores para a luta. De acordo com Pereira (1991: 184), as lideranças do movimento “encaminharam a luta para a defesa da melhoria salarial e a favor da democracia, da abertura política, da participação, das eleições diretas em todos os níveis”.

Entendendo a radicalidade do movimento grevista, o Comando Geral de Greve tentou justificar a ação dos professores, dizendo que

No momento em que o estado nos oferece 60, 50 e 45%, não está fazendo favores. O aumento do custo de vida nos últimos 12 meses no Recife foi de 57,7%. Portanto, nós, professores, estamos mostrando à opinião pública toda a realidade, o pouco interesse que tem o governo do estado com a educação (Diário de Pernambuco, Recife, 2 de junho de 1979).

O discurso dos docentes é feito no sentido de comunicar à sociedade suas difíceis condições de vida diante da elevação do custo para se viver na capital pernambucana. Diante disto, pode-se entender o porquê da questão salarial ser o principal vetor do movimento grevista. A esta altura o movimento grevista contava com a participação de 80% dos professores do Recife e do Grande Recife, o que fazia com que o Comando Geral de Greve

buscasse a interiorização do movimento no intuito de lograr um resultado tão significativo para além da capital (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Apesar de uma participação expressiva dos professores da capital e da área metropolitana, alguns focos de resistência foram verificados. Em Moreno, por exemplo,

(...) tinha duas escolas estaduais e na época as duas fecharam, participaram da greve. E aí tinha um grupo de professores que era considerado, assim... militantes de esquerda e aí entraram de cabeça na greve, fecharam a escola; só que tinha, né, os resistentes, aqueles que não eram vinculados politicamente à direita, mas tinham receio das represálias né... aí tinham medo do corte de ponto, tinham medo de perseguição, de muita coisa né... porque a cidade era pequena, todo mundo conhecia todo mundo e aí o pessoal... alguns tinham esse medo. E aí tinha esse grupo combatente, esse grupo liderou mesmo o movimento e conseguiu fechar (Florentina Cabral. [Recife. Março, 2014] Entrevista concedida ao autor).

Ainda assim, o saldo do movimento grevista estava bastante expressivo. Entretanto, no interior o movimento não tinha a mesma força, devido, talvez, ao controle exercido pelas regionais da educação.

Os dois mil professores da rede oficial do ensino, subordinado ao Departamento Regional de Educação – III Dere – Salgueiro, que abrange 17 municípios, de Serra Talhada a Araripina não pretendem apoiar os colegas do Recife ou da Área Metropolitana, que estão em greve, conforme informou ontem a professora Lúcia Angelim Gomes, diretora do órgão. Assim, os 32 mil alunos do 1º e 2º graus que estudam no Sertão não serão prejudicados (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Em nosso ver o trecho em destaque não corresponde de fato ao sentimento dos professores sertanejos com relação à greve, pois havia docentes que desejavam participar do movimento e lamentavam não poder.

Não concordamos com a proposta do Governo e até gostaríamos de estar no Recife participando do movimento ou mesmo paralisar nossas atividades aqui no Sertão, mas isso não é possível fazer, porque não existe um movimento de força que venha formar uma coalizão ou uma unidade de apoio aos nossos colegas dos grandes centros, onde se pode levantar a voz e protestar (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Havia também os professores que não aderiram ao movimento temendo perder seus empregos: “seria difícil um movimento de apoio aos nossos colegas do Recife: temos medo de perder o que ganhamos, sabendo que existem centenas de professores à espera de uma oportunidade para lecionar” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979). Esta

afirmação revela a maior dificuldade de os professores sertanejos aderirem ao movimento grevista.

Em outros municípios do interior pernambucano, o movimento grevista não contou com uma significativa adesão dos professores. De acordo com o noticiado no *Diário de Pernambuco* os “1.446 professores da rede oficial de ensino, as jurisdição do Dere local, em 31 municípios do interior do Estado, continuam ensinando aos 41.475 alunos das 1º e 2º séries, nas 128 escolas situadas nas sedes e na zona rural (...)” (Recife, 1 de junho de 1979).

Ao que parece, o governador Marco Maciel contava com um forte apoio dos diretores dos Departamentos Regionais de Educação para conter (ou mesmo evitar) a adoção do movimento grevista no interior do Estado. É possível acreditar que os diretores dos Dere orientassem diretores e supervisores dos estabelecimentos de ensino do interior a pressionarem os professores para que estes não paralisassem suas atividades.

Nos primeiros dias do mês de julho o movimento grevista chega ao fim, deixando um legado de lutas como a marca mais emblemática dos militantes que participaram do movimento. Mesmo não obtendo ganhos econômicos significativos para a categoria, as experiências de luta vivenciadas na greve de 1979 possibilitaram o desenrolar de novos rumos na história do movimento organizativo dos professores do ensino oficial de Pernambuco.

Referindo-se à sua participação no movimento e aos seus companheiros de luta, a professora Eurenita Freitas diz que a sua

(...) experiência é que foi um povo de muita garra, um professorado de muita garra, porque a gente “tava” ainda na época da ditadura, não podia se mobilizar, mas a gente enfrentava... Durante o período da ditadura a gente se mobilizava (...) (Recife. Agosto, 2013] Entrevista concedida ao autor).

Com relação ao fato de a greve ocorrer durante o regime militar, a professora Florentina Cabral acrescenta que

Foi uma greve, assim, muito importante né pra categoria, porque foi um movimento em nível nacional. Os professores de vários estados da rede estadual começaram a se mobilizar e a gente ainda estava sob a égide da ditadura militar e os servidores públicos começaram a se reconhecer, a partir dos professores, enquanto trabalhadores; e aí, a partir dessa mobilização e dessa greve que começou realmente a pensar em construir uma organização sindical né representativa, que na época a APENOPE era uma associação, mas tinha esse viés político-sindical que começou nesse período e foi (...) um movimento em nível nacional (...) (Recife. Março, 2014. Entrevista concedida ao autor).

Como se pode ver, para a professora a manifestação grevista deste ano foi uma espécie de ponto de partida para a constituição de uma organização sindical dos professores mais combativa, tanto no estado de Pernambuco como nos demais estados do país. Após o seu término, foram realizadas eleições para a nova diretoria da APENOPE, que ficaram marcadas na memória dos militantes daquela época como uma espécie de divisor de águas na história da entidade, por consagrar a vitória do grupo de oposição que vinha tentando assumir sua direção.

É porque a APENOPE antes de 79 era um cara que ele era pelego; em vez de ser para o lado do trabalhador ele era mais para o lado dos governantes (...). Ai em 79 nós tomamos a APENOPE da mão desse cara que ele não trabalhava com o sentido que deveria ser uma associação de professores. Aí ficou na mão de Paulo Rubem. (...) Era Leônidas e passou pra Paulo Rubem. Mas foi na marra, quase que tomando-se na marra a direção, porque ele não queria entregar e ele não trabalhava em prol da educação (FREITAS, Eurenita. Recife. Agosto, 2013. Entrevista concedida ao autor).

Após a vitória nas eleições, a nova direção da APENOPE passa a sofrer, no início da década de 1980, algumas ações que considera ser fruto de perseguição do governo, como a demissão do presidente eleito, Paulo Rubem Santiago, e o corte do desconto em folha dos associados (SINTEPE. Revista Educar, 2010). Este último implicou de forma bastante negativa na Associação, pois prejudicou suas condições de realização de eventos e manifestações.

Ainda assim, a categoria não cruzou os braços e conseguiu, mesmo com todas as dificuldades, dar continuidade à luta organizativa, através, por exemplo, da paralisação nacional, em 1980, em prol da aposentadoria aos vinte e cinco anos e de reajuste semestral, e da realização do primeiro Encontro Estadual dos Professores (PEREIRA: 1991: 187) Além disso, participaram de eventos importantes consolidando a APENOPE “como a entidade representativa dos professores da rede oficial de ensino em Pernambuco e estabelecendo articulações com vistas ao fortalecimento e a ampliação de suas ações” (SILVA, 2014: 68).

Em 1985, após constantes reivindicações, o desconto em folha das contribuições dos associados tornou a ser autorizado e APENOPE voltou a ter condições materiais de desenvolver ações importantes para a categoria, como investir no processo de interiorização do movimento e intensificar a realização de passeatas e atos públicos, em conformidade como movimento a nível nacional (PEREIRA, 1991).

Nos dias 11 e 12 de abril deste mesmo ano, a APENOPE encabeçou importantes ações reivindicatórias. No primeiro dia, conforme pauta nacional, foi realizado o Dia Nacional

de Luta, quando a categoria fez uma caminhada até o Palácio do Governo, onde entregaram um documento contendo várias reivindicações, dentre as quais: “mais verbas para as Escolas Públicas; Eleições diretas para diretores e vice-diretores das escolas públicas estaduais e Constituinte livre, democrática e soberana” (SILVA, 2014: 69). No dia seguinte pela manhã, os professores participaram de uma Assembleia Geral com Paralisação e, à tarde, realizaram nova passeata em direção ao Palácio do Governo, onde cumpria agenda o então Presidente da República, José Sarney, para entregar-lhe diretamente suas reivindicações.

Dando continuidade as suas ações organizativas e reivindicatórias, a APENOPE realizou, também em 1985, o III Encontro Estadual dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco. Sediado na cidade de Garanhuns, o encontro teve como tema “A sociedade brasileira e a educação do seu povo”. Dentre as resoluções aprovadas no evento, constavam reivindicações por: uma Escola Oficial, autônoma e democrática, que atenda aos interesses das classes populares; mudança no atual estatuto do magistério estadual; regulamentação da profissão de professor; valorização de fato do professor e não apenas no papel. Na ocasião, a categoria também buscou refletir sobre a posição do educador no processo de convocação da Assembleia Constituinte (SILVA, 2014).

Considerações Finais

De acordo com Edward P. Thompson, a classe social não deve ser entendida como uma estrutura apriorística, um já dado, mas como uma formação histórica que “homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta” (1981: 57). Este foi o esforço que tentamos empreender neste texto, qual seja: discutir as experiências e lutas constituintes da formação dos professores da rede pública estadual em Pernambuco enquanto classe. Neste sentido, consideramos a primeira greve geral realizada em 1979 pela categoria como expressão de um acúmulo de experiências que vinham sendo compartilhadas com outros movimentos sociais e trabalhadores, sobretudo aos ligados ao novo sindicalismo, e entre os próprios professores e professoras em decorrência de suas difíceis condições de vida e trabalho. No entanto, torna-se importante destacar que suas reivindicações não se limitavam apenas a questões de natureza econômica, uma vez que também buscaram se inserir ativamente na luta pela redemocratização do Brasil, pautando questões referentes ao contexto sócio-político-econômico e político-educacional do país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e Sindicalismo de Professores na Ditadura Militar (1964-1985)**. São Paulo: Edições Pulsar & Terras do Sonhar, 2006.

_____. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set/dez. 2006b.

LEMONS, Daniel Cavalcanti. **Uma luta antiga**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 32, maio de 2008. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home?ago=detalhe&id=1600> (Acessado em 23/04/2014).

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Célia M^a da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente**. Recife: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 1991. Dissertação de Mestrado.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese de doutorado. Brasília, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (SINTEPE). **Revista Educar. Para desvendar sua época**. Edição especial, número 1, abril, 2010.

SILVA, Max R. R. da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE**. Dissertação. CE/UFPE, 2014

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: **Democratizando o Brasil**. Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27-81.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v. 4)

NOSSOS SERTÕES, NOSSO SERTÃO SERIDOENSE E A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE SABUGI (1958 – 1970)

Monielle Medeiros Mariz¹

INTRODUÇÃO

Fizemos um breve levantamento sobre a historicidade do termo sertões a partir de alguns autores. E atentamos para a pluralidade do termo, que como aponta ALBUQUERQUE JÚNIOR (2014) o sertão é múltiplo e mutável conforme os enunciados, que estes sertões que se dizem contemporâneos, buscam para si um modo de vida urbana, com energia elétrica, eletrodomésticos, acesso à água encanada, moto, carro etc.

O estudo de PEREIRA (2018), nos fala de um sertão possuidor de “vida pulsante, com seus indivíduos sociais que se afirmam e enunciam o sertão modificado por sua ação”(PEREIRA, 2018. P 19). Esse pensamento nos é muito útil, pois nos leva a refletir que não é só através do outro que o sertão seridoense respira ares de modernidade, mas também através das ações dos sertanejos. No caso do nosso estudo, pensamos na participação ativa de sabugienses na construção do açude Sabugi e como essa construção interagiu com economia, sociedades e outros elementos.

Nossos sertões

Sertões. Sim, porque são múltiplos, diversos, complexos...Quando falamos nesses sertões, estamos tocando em construção elaborada por diferentes personagens em tempos também divergentes. O historiador Durval Muniz (2014) evoca esses pontos sobre os sertões. Afirmando que “o sertão é plural não apenas enquanto espaço, paisagem, clima, condições tecnológicas, econômicas, sociais, culturais; o sertão pode-se dizer sertões e contemporâneo porque guarda em seu interior diversas temporalidades, diversas camadas de tempo” (2014, p.55)

Um dos personagens relevantes no processo histórico de se construir o sertão/ os sertões é o autor Euclides da Cunha. Em sua obra *Os Sertões* ele fala sobre a terra (o meio), o homem e a luta. O homem descrito por Euclides é definido pelo meio (terra), menciona que a natureza do sertão nordestino empobrece e deprime o homem sertanejo. O próprio rio São

¹ Mestranda em História dos Sertões, CERES/UFRN. Endereço de e-mail: moniellemedeiros1989@gmail.com.

Francisco (elemento geográfico) é tido pelo autor como um elemento que interfere nas etnias, sendo assim, dar uma função histórica ao *rio*. Narra a figura do vaqueiro como símbolo de originalidade, figura esta entendida como uma raça forte e antiga. Acreditava que o sertanejo era um indivíduo retrógrado, em oposição ao Sul, marcado pelo progresso.

A importância do discurso de Euclides da Cunha extrapola a sua temporalidade. Muitos autores contemporâneos pesquisam e escrevem sobre o texto de Euclides. Podemos exemplificar com alguns nomes: Luciana Murari (2007), Eduardo Cardoso (2018), Fernando Nicolazzi (2011), Regina Abreu (1998), Lúcia Lippi (2015) e Willian Bolle (1995). Vamos aqui destacar o texto de LIPPI (2015) e o de BOLLE (1995).

O sertão de Euclides analisado por LIPPI (2015), é o sertão da Amazônia. Segundo a autora, Euclides acusa o rio Amazonas de ter função destruidora de terras. Entende que “o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra.” (p. 04)

LIPPI (2015) afirma que as impressões gerais sobre o Amazonas são marcadas pelo desapontamento descrito pelo próprio Euclides. Que ao conhecer pessoalmente o rio e os componentes paisagísticos que o norteiam, afirma que estes não condizem com o imaginário que ele tinha sobre esse lugar. Aponta, ainda, que o Grande Rio é inferior a diversos lugares do Brasil.

A paisagem euclidiana é descrita como sendo detentora de uma fadiga monótona marcada com horizontes vazios, sem verticalidade visual. Vai além, e diz que o lugar não é propício à habitação humana.

Ainda segundo a autora, o longo do texto, Euclides da Cunha usa diferentes verbos de ação são utilizados para falar do Amazonas. Retocar, refazer, recomeçar, construir e devastar são alguns exemplos. E percebemos no uso desses verbos, ações humanas sendo atribuídas a elementos da natureza. Confere à natureza a culpa por fracassos humanos, dizendo que os esforços pelo Amazonas foram em vão. Tem nessa natureza, que ele denominade soberana e brutal, uma adversária do homem; natureza esta entendida como expurgante do homem sedentário. Logo, mais propícia para o nomadismo. Como expressa a seguir: “A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril.” (p. 07)

O texto de BOLLE (1995) entende que em Os Sertões há uma fé positivista na aurora de tempos mais esclarecidos, e que esses tempos foram abalados pela tragédia da luta dos

rebeldes de Canudos. O autor menciona ainda a colocação do narrador da obra de Euclides como um indivíduo que ora está ao lado das tropas governamentais, ora ao lado dos rebeldes.

Sertões em construção

Há muitos estudos recentes sobre os sertões. Trabalhos que revisitam e fazem análise da formação desses sertões. O historiador explicita bem essa revisitação aos sertões:

“Um novo olhar se espalha pela produção cultural que toma o Nordeste, a paisagem nordestina, sua cultura e sua realidade como temáticas. Entre os fins do anos noventa do século passado e as primeiras duas décadas deste século, novos olhares foram produzidos sobre o que seria essa região, sua natureza, sua sociedade e suas atividades culturais. Uma geração de artistas e escritores nascidos nos anos sessenta e setenta do século XX, ou que atingiram sua maturidade criativa em meados dos anos noventa, começam a produzir novas formas de ver e dizer o Nordeste, a paisagem nordestina e suas produções culturais. Constitui-se o que se poderia chamar de novas visibilidades e dizibilidades sobre este espaço definido como regional, em todas as suas dimensões.” (2016, p. 02)

Obras como as de Gilmar Arruda (1999), que, ao trabalhar com memória familiar, escreve sobre os sertões de São Paulo, enfocando que há diferentes saberes sobre o sertão e que o fim do sertão estudado por ele está ligado ao trabalho. Erivaldo Neves (2003), estuda o sertão como um recorte espacial e como imaginário cultural e analisa expressões artísticas e manifestações culturais dos sertões. Candice Souza (1998), Frederico Neves (2013) atenta para o protagonismo sertanejo, quebrando a ideia de um ser dotado de uma passividade inquebrável. Janaína Amado (1995) nos ajuda a compreender como o termo sertão foi significado em diferentes momentos históricos. Esses autores nos ajudam a repensarmos esses sertões sob diferentes pontos de vista. Aqui vamos dar destaque ao autor Durval Muniz de Albuquerque Júnior e a sua obra mais conhecida.

A invenção do Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001) afirma que Gilberto Freyre foi um dos pilares da construção histórica do Nordeste, onde Freyre representava a visão das elites e tinha um discurso saudosista em relação à casa grande e aos mocambos. José Lins do Rêgo tem uma nostalgia senhorial, Cícero Dias uma visão conciliadora, uma harmonia social, onde Deus teria dado o lugar de cada pessoa e estas teriam que aceitar pacificamente. A própria crença no mito de cabra-macho seria um mito compensatório, quando a elite e a economia do Nordeste entram em declínio e o café do sudeste ganha espaço. Há nesta obra uma crítica à discrepância entre o contexto regional e a caricatura estereotipada como discurso da identidade nacional.

Em outra obra do autor, ALBUQUERQUE JÚNIOR (2016), as temporalidades diversas dos sertões são objetivadas, objetos de coisas modernas convivem diariamente com objetos tradicionais no sertão nordestino. Antenas parabólicas em casas de fazendas antigas. Estrada asfaltada onde trafegam jegues e carros, a velocidade e a lentidão dividem a cena, o espaço. Vaqueiros em motocicletas. Tamboretes e tênis modernos. Redes e objetos de plástico. De fato, o sertão nordestino não é o mesmo que se divulga de maneira estereotipada. Ele tem vida ativa.

Nosso sertão: o Seridó potiguar

O Seridó potiguar é descrito no site popular Wikipedia como sendo

“uma região geográfica e cultural pertencente ao estado do Rio Grande do Norte. Seu território abrange as microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e parte da microrregião do Vale do Açu e da Serra de Santana. Possui uma área de 9 374,063 km² e sua população foi estimada em 2013 pelo IBGE em 291 685 habitantes. O Seridó possui características culturais e geográficas únicas se comparadas a outras porções do Rio Grande do Norte.” ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Seridó \(Rio Grande do Norte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Serid%C3%B3_(Rio_Grande_do_Norte)))

Essa descrição é fruto de uma construção histórica, geográfica e política. A dissertação do historiador Muirakytan K. Macêdo, a Penúltima Versão do Seridó (2012) faz uma análise sobre essa construção (ou, construções), dividindo o espaço seridoense como sendo de provação e promessa, de superação e de produção nas teias discursivas sobre esse lugar. O espaço de provação seria marcado por um discurso de viés bíblico.

O espaço de superação por uma questão de território político, educação pública e o papel da mulher nesse mundo sertanejo. Esse mundo de superação foi marcado pelos limites territoriais. Sendo este um fato importante na formação do espaço discutido, e que se deu de forma lenta, como nos aponta MACEDO (2012):

“Três séculos se passaram até que o Seridó tivesse sua configuração no espaço plasmada pela história de seu enquadramento nas formas de controle da população (freguesias, vilas etc.), assim como pelas espacialidades criadas pela reprodução da vida social e pela produção simbólica desse espaço.” (p. 130)

A desse espaço de superação se dar através de locuções elaboradas por meio de jornais, romances e memória. E a partir destes discursos o autor elabora seu texto. A questão política também é alvo de análise. A singularidade atribuída ao Seridó em discursos está

atrelada a esse mundo político segundo MACÊDO. O trecho a seguir ajuda a refletir sobre essas questões.

“Fixadas as marcas no espaço, através dos limites da freguesia e vila, o Seridó começou a aparecer perenemente no discurso político, num momento em que seu recorte espacial encontrava-se associado ao vasto território eleitoral que era o 2º Distrito, por volta da penúltima década do século XIX. Foi nesse espaço disputado nos conflitos pelo monopólio do poder na província, que percebemos uma preocupação especial das elites locais em dar uma fisionomia particular aos seridoenses.” (p. 130)

Ainda nessa terceira parte do trabalho MACÊDO (2012) menciona o conflito litoral/sertão enfocando a manipulação dos bens simbólicos do imaginário social. Esses discursos afirmavam que o homem sertanejo é um forte, e que as secas quem fortaleciam esse homem. A influência da Escola de Direito de Recife e os ideais progressistas também foram dissecados nesse texto.

Já o último espaço analisado pelo historiador, foi construído com base dos tempos áureos da cotonicultura no Seridó potiguar. O autor Douglas Araújo (2005) também nos ajuda a pensar o Seridó potiguar nesse contexto de influência da cotonicultura. O estudo de Douglas Araújo (2005), “A morte do sertão antigo: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970 -1990)”, mostra que entre a década de 70 e a de 90 do século XX é decretada a morte no sertão, no sentido tradicional desse sertão, ou seja, a partir daí a vida rural deixa de ser o centro. Os símbolos da modernidade fecundaram nestes sertões, inclusive, extrapolando a fronteira no mundo rural. Ao se pensar em uma construção do sertão seridoense, do ponto de vista histórico, essa é pautada na pecuária e na agricultura, mas como momento de remodelações em sua economia e espacialidade. Nesse ponto, ARAÚJO (2005) discute sobre essa estrutura e a mudança ocorrida entre 1970 e 1990, ao considerar:

“Momento histórico no qual o espaço seridoense fora ocupado e organizado tendo na agricultura rústica e no modo de ser do sertanejo o eixo móvel do edifício social daquela sociedade. Até o início dos anos setenta, a vida rural foi o centro, o habitat da maioria dos moradores do Seridó potiguar. Esse jeito de ser, esse conhecido sentido histórico de vida entrou em colapso, a tradição foi posta, não teve resposta e ruiu. Nos dias atuais, restam seus escombros e suspiros de vida. Até aquela época, no plano da organização econômica, social e cultural da região, o campo se sobressaía frente ao urbano em desenvolvimento. Este último, na proa do dinamismo mercantil do algodão e pela forte pressão demográfica, virou terreno fértil, onde os signos da modernidade fecundaram, dando um verniz de progresso ao antigo. Em alguns casos, esses símbolos modernos proliferaram, espalhando-se, às vezes, à fronteira campesina.” (ARAÚJO, 2005, p. 17-18)

O trecho acima está se remetendo à sociedade do Seridó pitugar de 30, 40 anos atrás. E nesse período, esse sertão já estava sendo modificado. Já não era o sertão que a visão estereotipada nos mostra ainda hoje.

A construção do açude Sabugi

A ideia que remete os sertões a um universo preso ao passado vem sendo contrariado por estudos recentes, os sertões tidos como recônditos estão em constantes modificações e é necessário olhar com um vértice complexo. Os açudes, ou melhor, a mudança na maneira de construção foi modificada. E representa um sertão contemporâneo com sertanejos protagonistas nesses processos de construção, assim como em outras transformações.

O açude público Sabugi está localizado no município de São João do Sabugi, construído a 13km da sede do município e comporta uma capacidade de 65.334.875m³ e pereniza o rio Sabugi em um percurso de 32 km, sendo 6 km no município de São João do Sabugi”. Segundo a ficha técnica do DNOCS, o açude Sabugi faz parte da bacia do Piranhas/Açu e tem como finalidade o abastecimento humano. Da capacidade total do reservatório, 65.335 milhões de metros cúbicos, o volume morto é de 4.124 milhões de metros cúbicos.

Um dos pontos fundamentais do nosso trabalho é compreender as mudanças na construção de açude nos sertões seridoenses, com foco para São João do Sabugi. Buscando elencar a introdução de toda uma infraestrutura de viés moderno trazido com o DNOCS e os engenheiros politécnicos. Nos sertões do Seridó potiguar, antes das intervenções, os açudes eram construídos com uma lógica que FARIA (2012) descreve bem: “A terra era conduzida no arrastão – o couro de uma rês graúda atrelado e arrastado com o lado do cabelo para cima e do carnal para o chão. Uma junta de bois mansos puxava o couro ajoujado ao cambão com relhos de couro cru.” (p. 22) Sobre a estruturação da parede do açude, ele discorre:

“Na pegada do serviço se valiam (...) da alavanca, da picareta e da chibanca para afofar a terra primeira e nela poderem fazer uso da enxada e da pá. Era o trabalho que reclamava maior sustância, a força de ferir as entranhas do chão até se formarem barreiras e banquetas que vão sendo crescidas à custa de muito muque e do golpear emendado por horas a fio. (...) Trajavam apenas um cutango – calça cotó, torada pouco abaixo dos joelhos – e um chapéu de carnaúba ou de couro” (FARIA, 2012, p. 22-23)

Analisando as figuras 01 e 02, comparando-as com o texto de FARIA (2012), percebemos mudanças e permanências, entre o modo de produzir antes à *inspetoria* (referente à antiga denominação do DNOCS, o IOCS) e com a *inspetoria*. Como permanências,

elencamos a presença de animais nas obras (a imagem 02 mostra o uso de jegues) e a vestimenta dos trabalhadores. Ainda, mostra instrumentos (Figura 01) como a picareta e a enxada que já eram utilizadas nesse tipo de construção na região do Seridó.

No campo das mudanças, citamos a ruptura constante de açude nos momentos de chuva, antes da inspetoria; as construções realizadas pelo DNOCS são mais firmes e são mais seguras nesse sentido. Apesar do uso de animais ser destacado como uma permanência, a maneira de se utilizar esses animais mudou, por exemplo, “a cangalha do jegue fez as vezes da canga do arrastão” (FARIA, 2012, p. 29) Antes, a parede do açude era apenas raspado “o espelho da terra” (FARIA, 2012, p. 32) Nas construções do DNOCS havia o processo da *cavagem*, que consistia em “depois do cordeamento que riscava no chão à trincheira a ser aberta. Daí era cavar em toda a fundura, retirando a terra, os seixos, as raízes, a areia – até esbarnar no duros (terreno impermeável)” (FARIA, 2012, p. 32)

A figura 02 representa esse processo mencionado acima, a *cavagem*, na construção do açude Sabugi. Exibe também os jumentos ou jegues, que eram utilizados para substituir o antigo arrastão, explicado acima.



Figura 01: Trabalhadores na construção do açude. (Data a ser definida)

Fonte: Arquivo pessoal do historiador João Quintino de Medeiros Filho.



Figura 02: Paisagem visual do açude em construção, datada de 08 de outubro de 1962.

Fonte: Arquivo pessoal de Hildete Quinino.

Foram necessárias desapropriações de terras para a construção do açude, Houve uma pequena reforma agrária por parte do Governo Federal, havendo a distribuição de “lotes de terras para moradores sem terras que viviam próximo ao local do açude, no entanto alguns proprietários se recusaram a receber as indenizações e por fim ficaram com grandes extensões de terras às margens do açude” (SANTOS, 2017, p.42) A resistência de parte da população nos leva a refletir sobre a seguinte questão: como foi significada a construção do açude para as pessoas que moravam na área que foi desapropriada?

Mas também foram encontradas negociações. Muitos proprietários de terra receberam indenizações por terras desapropriadas para a construção do açude. Inclusive, alguns não aceitaram o valor oferecido pelo DNOCS e negociaram outros valores. Essas ações nos permitem entender que os sabugienses não eram agentes passivos, e sim, ativos de suas histórias. Protagonistas de ações políticas de resistências e negociações.

O sertanejo de São João do Sabugi, assim como moradores de outros municípios do sertão do Seridó que tiveram açudes construídos no mesmo contexto histórico, passaram a estar inclusos nas novas formas de se construir da engenharia moderna, novos equipamentos e técnicas eram utilizadas, em especial das IOCS e da Comissão de Açudes e Irrigação, conforme nos mostra SILVA (2012), o qual diz que o uso desses novos saberes motivou uma inclusão do sertanejo com o mundo industrializado moderno. Precisamos compreender para quem era essa modernidade, quem eram os maiores beneficiados por essa modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sertões foram significados e ressignificados ao longo da história brasileira. Estudos sobre as modificações nos ajudam a compreender como se deram essas formações e a desnaturalizar as visões estereotipadas sobre estes sertões. Que como a própria denominação sugere, são múltiplos. E não estão presos a um passado recôndito. Têm vida própria e pulsante.

A construção do açude Sabugi surge em um contexto de outras obras públicas que objetivavam modernizar o sertão nordestino. Apesar de ser uma obra do DNOCS, teve os homens sabugienses como protagonistas desse processo. Negociações, resistências marcaram o processo. O sertanejo sabugiense não é um passivo. Não é a figura bestializada que os estereótipos nos mostram. Inclusive,

“Manter o sertão nos cafundós, manter os habitantes do sertão nas margens do espaço e do tempo presentes é permitir mantê-los invisíveis e indizíveis, sem voz e sem rosto, sem desejos e sem projetos, é fazer de conta que eles não existem ou que suas existências não importam por estranhas e extremas que pareçam ser.¹² Alijar e alojar os sertões para longe do dito nosso espaço e nosso tempo é permitir marginalizá-lo e esquecê-lo na hora de se definir políticas públicas, de se definir prioridades de investimento, de realizar obras que permitam que os sertões se tornem contemporâneos, de adotar políticas culturais e de educação que permitam que o sertões estejam em dia com as vanguardas culturais, artísticas, que possam estar em contato com o que há de mais avançado em termos de conhecimentos e processos tecnológicos e pedagógicos.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 52, 2014)

Ou seja, os sertões não são os mesmos de outrem. Não estão presos ao passado, embora haja presença desse passado em diferentes esferas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, ED. Massangana; São Paulo:Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Distante e/ou do Instante**: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.) *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41 - 57.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970 – 1990). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: o historiador entre a história e a memória. Projeto História, São Paulo, v.19, p. 121-43, nov. 1999.

BOLLE, Willi. **Grande Sertão**: Cidades. Revista USP, São Paulo, v.24, p. 80-93, dez.1994/fev.1995.

CUNHA, Euclides da. O homem. In:____. **Os sertões** (Campanha de Canudos). 4.ed. São Paulo: Martin Claret, 2014. p. 99-244.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Os açudes dos sertões do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **O discurso oculto dos retirantes das secas**. Raízes, João Pessoa, v. 33, p. 67-81, 2013.

PEREIRA, Arianne de Medeiros. **Os sertões do Rio Grande do Norte e o Processo de Modernidade (1910-1920)**: José de Azêvedo Dantas (1910 -1920). Monografia (Especialização em História do Sertões) - UFRN, Caicó, 2018.

SANTOS, Desidério Garcia. **Grandes reservatórios do Seridó**. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - UFRN, Natal, 2017

SILVA, Adriano Wagner da. **Engenharia nos sertões nodertinos**: o Gargalheiras, a Barra Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909 – 1958. (Dissertação de Mestrado)., Natal: UFRN, 2012.

SOUZA, Candice Vidal e. **Fronteira no pensamento social brasileiro**: o sertão nacionalizado. Sociedade e cultura, Goiânia, v. 1, n., 1, p. 55-61, jan./jun. 1998

SITE

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Seridó> (Rio Grande do Norte), acessado em 10 de dezembro de 2019, às 20h e 37min.

OS SERTÕES NATURAIS SOBRE AS LENTES DE OSWALDO LAMARTINE DE FARIA (1940-1980)

Natália Raiane de Paiva Araújo¹

1. INTRODUÇÃO:

Sertão é denominado como uma categoria espacial, a qual abarca regiões despovoadas com mata ou sem ela, longe do litoral, essas, dentre outras, foram, e, ainda são, características que demarcam o espaço sertanejo. Hoje, o sertão, popularmente difundido no Brasil é aquele localizado na região Nordeste, mais especificamente no seu interior, um local marcado pela falta de chuvas e por moradores resistentes, um estereótipo que vai ser criado e difundido no país a partir da criação da nacionalidade. Mas, não podemos esquecer que todas as regiões têm os seus sertões, ou já romperam com esta denominação. Janaina Amado (1995), uma das escritoras e estudiosas sobre o sertão traz bem essa discussão em seus textos.

Uma região denominada pelo seu inverso, ao contrário do litoral, daquilo que se projetava, uma narrativa da alteridade, um Outro geográfico. Nesse sentido, sertão, nos remete a fronteira, lugar do outro, fatores como pecuária e mineração povoaram esses espaços, um território marcado pelo poder, cultura e imaginário. Tendo duas vertentes: uma ligada ao semiárido, ou seja, a sua natureza, ao seu espaço de vivência e dominação; outra estaria ligada aos meios de sociabilidade, como o desenvolvimento econômico da região e outros padrões sociais e culturais.

Ressaltando que o sertão ao qual trabalhamos nesta pesquisa se encontra no interior do Rio Grande do Norte, na região do Seridó Potiguar. Segundo o site OpenBrasil.org a localidade tem uma extensão territorial de 10.808,615 Km², é composto por vinte e cinco municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do 10 Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

O sertão do Seridó fez parte do viver de Oswaldo Lamartine que nasceu em 1919 em Natal e faleceu nesta mesma cidade em 2007, estudou na Escola Superior de Agricultura de Lavras em Minas Gerais, por isso, nas suas obras podemos propor diálogos interdisciplinares com a Etnografia, Antropologia e Sociologia sobre a região, delineando o sertanejo seridoense no seu espaço através de suas práticas cotidianas rurais, se inserindo ao mesmo tempo neste espaço de sua infância. Foi professor da Escola Doméstica de Natal e da Escola Agrícola de Jundiá,

¹ Pós Graduanda em História dos Sertões – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: natalia_raianejprn@hotmail.com.

administrou fazendas, no Seridó tem destaque duas fazendas de sua família em Acari e Serra Negra do Norte, onde o mesmo teve bastante contato, principalmente na infância; foi funcionário do Banco do Nordeste.

O autor aborda essa pequena localidade a partir de suas memórias, escritos que incorporam não só o eu do autor, mas toda a fisiografia da região. Um estudo etnográfico, ecológico e de sentimento, questões que perpassam aos nossos olhos. Seus trabalhos são descrições da região, mostrando sua fauna, flora e o homem como agente geológico de reelaboração dessa área. Pois, como já colocado, o sertão é uma região árida e sem grandes entusiasmos em relação a chuvas e produção de mantimentos para se viver. Mas o homem sertanejo se reelabora nesse meio, o transformando, fazendo-o viável a suas necessidades, mesmo que com o tempo tenha também degradado este ambiente, a obra *Sertões do Seridó* (1980) aborda bem esta temática.

Desse modo, Oswaldo Lamartine de Faria seria àquele intelectual ligado aos proprietários de terras que, no caso, seria as fazendas de sua própria família, pois sua genealogia vem do sertão seridoense, por parte de pai e mãe. Sendo assim, o autor vai escrever um discurso saudosista ligado ao passado, exaltando os costumes antigos assim como se constrói a cultura sertaneja, ele escreve sobre a cultura seridoense, e, a modernidade, seria o elemento devastador deste espaço. O escritor, apesar de não ter vivido muitos anos no sertão, local onde somente teve contato principalmente na infância, guardou em suas memórias tudo que viu, ouviu e aprendeu com amigos daquela localidade. Ressaltando que o mesmo tinha formação em agronomia, por isso, a questão ambiental presente em seus estudos. Sua família de ambas as partes, inclusive seu pai foram representantes governamentais no estado do RN.

Sua escrita é uma tentativa de registrar as tradições para que não se percam, tentando preservar a paisagem sertaneja através da memória e pesquisas, utilizando também em suas obras de imagens, o que autentica a sua obra. Mostrando sua identidade em seus escritos através da linguagem da terra, entrelaçada ao discurso sobre o Seridó. Uma identidade baseada na saudade que tenta ser resgatada através da escrita. Portanto, nesse trabalho, propomos uma discussão sobre a categorização do espaço do sertão e como este é apresentado por Oswaldo Lamartine. Nesse sentido, abordamos o sertão do Seridó Potiguar, região localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte.

Temos como eixo central nesta pesquisa, a discussão apresentada por Oswaldo Lamartine sobre a natureza sertaneja, ou seja, apresentando, a vegetação, o clima, os animais e todos os componentes naturais relevantes para a construção dos estudos sobre o Seridó; e a modernidade que traz consequências a esse espaço, o descaracterizando e extinguindo a fauna e flora da região. Essa pesquisa se diferencia, no sentido, que traz uma abordagem nova nos estudos sobre o escritor sertanejo, destacando um olhar natural tão enfatizado em seus trabalhos. Uma leitura do passado

para o presente, um tema atual devido ao momento que estamos vivenciando em 2020, são estudos do século XIX, mas que cumprem seu papel no XXI.

Em termos de recorte temporal, ressaltamos que o trabalho aborda as décadas de 1940 – 1980. Utilizamos da obra Sertões do Seridó (1980), composta por cinco ensaios anteriormente publicados, são eles: Caça nos Sertões do Seridó, publicado em 1961 pelo Serviço de Informação Agrícola; O ABC da Pescaria de Açudes no Seridó, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais no ano de 1961; Algumas Abelhas dos Sertões do Seridó, publicado pelo Instituto de Antropologia da UFRN em 1964; Conservação de alimentos nos Sertões do Seridó, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1965; e por fim Açudes dos Sertões do Seridó, publicado em 1978, pela Coleção Mossoroense e, posteriormente, pela Fundação José Augusto. Tais obras retratam sobre as práticas culturais exercidas pelo sertanejo, a prática da caça, da pesca, da açudagem, das abelhas e da conservação de alimentos. O autor, escreve sobre estas práticas a partir do contato que teve com homens que as exerciam e o mesmo também praticou, as enaltece como forma de dominação e sobrevivência no espaço, não fala sobre um sertão sofrido, mas um sertão do sentimentalismo, do amor ao local, escreve para que não perca suas melhores lembranças de vida e para que a modernidade não interfira bruscamente no modo de vida dos sertanejos, e, que, o mesmo, não possa mais reconhecer o seu espaço de origem.

Oswaldo Lamartine torna com sua escrita o sertão seridoense visível e dizível, o leitor quando em contato com sua obra, principalmente, aqueles que nasceram no local, mesmo não sendo cidadão se sente tocado com sua escrita, e o sentimento de pertencimento fazem uma ligação entre autor, obra e leitor. Apesar de não buscarmos enfocar, neste momento, o amor ao sertão tão evidenciado em suas obras, pretendemos analisar a natureza representada nos escritos oswaldianos e as discussões que a ela dizem respeito, como por exemplo, os fatores ecológicos, principalmente a degradação da fauna e flora sertaneja. Como também a descrição da mesma através do olhar do escritor, ressaltando o sertão por ele escrito, intercalado aos feitos do homem em seu meio, este fica de fora das classes sociais, pois, é tido, como bruto e rústico, como sua natureza e seu local de moradia é tido como atrasado e longe da modernidade, essa discussão encontramos no trabalho de Medeiros Neta (2007).

Dessa forma o estudo que apresentamos justifica-se, do ponto de vista acadêmico, pelo fato de sua temática estar ancorada em novos objetos de estudo, oferecendo uma nova abordagem sobre o espaço do Seridó, problematizando de forma eloquente, a partir da narrativa abordada por Oswaldo Lamartine. Para a sociedade, esperamos contribuir com a produção do conhecimento histórico, através do nosso trabalho acadêmico, na experiência de que ele contribua para o ensino e as pesquisa de e sobre os sertões.

O tratamento metodológico do material levantado para concretização desse estudo deu-

se a partir da leitura dos livros de Oswaldo Lamartine (ora tratados como fontes primárias), monografias, dissertações de mestrado e pesquisas em sites que tratassem da temática em estudo. Além destes materiais e das pesquisas em seus próprios livros, utilizamos os escritos de seu pai, Juvenal Lamartine de Faria, com a obra *Velhos Costumes do meu sertão* (1965) que relata a vida do sertanejo, as suas ações e gestos que mostram o cotidiano deste em meio à natureza.

Servimo-nos, ainda, de trabalho publicado por Natércia Campos, intitulado *Alpendres d'Acauã, Conversa com Oswaldo Lamartine de Faria* (2001), no qual a autora em questão organiza uma entrevista coletiva com Oswaldo Lamartine sobre sua vida, detalhando vários momentos vivenciados na cidade e no sertão como também seu convívio com amigos e familiares. Nessa entrevista, no que tange às suas obras, vemos uma discussão do processo de escrita, suas influências e as memórias que deram formação as suas narrativas. Dialogamos também com a produção da historiadora Olívia Morais de Medeiros Neta.

Utilizamos da sua dissertação de mestrado para a construção dessa pesquisa. O trabalho, intitulado *Ser(Tão) Seridó em suas Cartografias Espaciais* (2007), relata a narração que constituiu o Seridó, principalmente imagética, através da análise de alguns autores da historiografia seridoense, são eles: José Augusto, Manoel Dantas, Juvenal Lamartine e Oswaldo Lamartine. A autora traz uma discussão sobre os espaços do eu, do sertão e de luta, delineando assim a geografia espacial do Seridó a partir das narrativas apresentadas pelos autores.

Abordamos, do ponto de vista teórico e historiográfico, as relações entre natureza e história a partir do trabalho de Reinhart Koselleck. Em seu conhecido texto *A configuração do moderno conceito de história que compõe a obra coletiva O conceito de história* (2013), o historiador observa como a natureza, entendida como objeto da ciência, aproxima-se e distancia-se de acordo com as dinâmicas do processo de definição do moderno conceito de história. Essa categoria de análise interessa a este estudo na medida em que auxilia na compreensão de como historiadores podem abordar o problema da natureza a partir de uma perspectiva propriamente historiográfica.

Dipesh Chakrabarty em seu ensaio sobre *O clima da história: quatro teses* (2009), que liga as relações ambientais com o homem e suas interferências na natureza, 16 causando consequências climáticas graves ao ecossistema e planeta como um todo principalmente nas áreas onde não podemos ver ou tocar. Chakrabarty, revela debates atuais sobre a situação climática global, ao qual encontramos hoje. Uma relação individual, coletiva e principalmente política, pois envolve abertamente o sistema capitalista e a modernidade, que iniciaram o processo de modificação dos espaços os quais hoje colocam em risco o futuro do planeta.

A partir dessa conjuntura desenvolvemos nossa pesquisa relacionando História-natureza-homem, partindo dos apontamentos da obra e vida de Oswaldo Lamartine. Mostrando o

desenvolvimento das relações naturais entre homem e meio, fazendo uma reflexão do que já havia sido escrito pelo autor. O meio natural e suas significações para a formação e construção do meio social no sertão do Seridó.

2. O debate historiográfico sobre as diferenças entre natureza e história

As filosofias do século XVIII, colocadas por Reinhart Koselleck em A configuração do moderno conceito de história (2013), mencionavam as relações entre história e natureza, quando se falava, ainda que de forma muito inicial, em disciplina histórica e ciência histórica. Com as posteriores divisões entre as áreas de estudo e saberes, a natureza foi colocada de fora dos objetos de pesquisas históricas. Somente com o discurso ecológico, surgido em meados do século XX a natureza voltou a ser estudada mais diretamente na área de humanidades, sendo reinserida no moderno conceito de história.

A configuração do conceito moderno de história, acontece devido as experiências acontecidas durante a modernidade segundo Koselleck, mostra o percurso que esta palavra se atribui e seu nascimento a partir do último terço do século XVIII. Esse novo modo de vida torna à História um conceito mais abrangente e abstrato. Analisada como série de acontecimentos em alguns casos, a moralidade coletiva e abstrata moderna também são inseridas nesse novo conceito, histórias coletivas e individuais passam a fazer parte desse processo, e as análises de fatos cronológicos passa a ser abandonada.

A História Natural faz uma análise historiográfica a partir dos marcos históricos, levando em conta as construções dos fenômenos naturais ao longo do tempo, e, as relações entre natureza e homem, pois cada uma desenvolve seus aspectos, e, juntas formam novos moldes para historiografia. Uma escrita marcada por mudanças e que não sabemos como se findará se reportamos para o tempo presente.

Os fenômenos climáticos estão vinculados a História Natural e ao próprio processo de desenvolvimento das regiões no planeta, pois cada continente/país possui sua vegetação e clima diferenciados, mas o que ocorre é que mesmo cada lugar tendo suas particularidades geográficas e naturais, todo o planeta está em risco devido à grande extração de recursos naturais e poluição. Dessa forma, mesmo que a História Natural estude sobre a natureza ela se liga aos estudos historiográficos da História humana, pois a partir do surgimento do homem na Terra e suas adaptações ao clima e vegetação das regiões, o mesmo passou a criar sua cultura de desenvolvimento no planeta.

Sobre a natureza, nós, humanos, não exercemos todos os domínios, nem detemos todo o conhecimento, por isso que intervimos, e, ela, continua a nos surpreender. A partir do momento que a usamos para nosso benefício, como o desmatamento, para abrir estradas, criar cidades,

podemos está acabando com uma fauna e flora existentes naquele espaço, e não podemos saber com exatidão o que pode ocorrer de adverso com esta medida.

Dipesh Chakrabarty em seu ensaio sobre O clima da história: quatro teses (2009), quando fala sobre o aquecimento global, pois alguns continuam céticos sobre sua existência, mas os fenômenos que aconteceram e que ainda acontecem no mundo deixam claro a sua notoriedade, essa seria então a diferença entre História Natural e História Humana, esta última está ligada a sociedade, pois o historiador busca saber as relações sociais que envolvem indivíduo e o meio ao qual vive. O que também pode levar uma associação das duas quando acontecem eventos climáticos em determinadas regiões povoadas e quando o homem interfere na natureza. Somos seres biológicos e geológicos atuando efetivamente sobre a natureza. Dessa forma,

Essa crítica que enxerga a humanidade como um efeito do poder, claro, é valiosa para todas as hermenêuticas da suspeita que ela ensinou aos estudos pós-coloniais. Ela é uma ferramenta crítica efetiva no trato com formações de dominação globais e nacionais. Porém, eu não a acho adequada no tocante à crise do aquecimento global. Em primeiro lugar, representações incipientes de nós e outras imagens de humanidade, invariavelmente, conturbam nossa compreensão da crise atual. De que outra forma alguém entenderia o título do livro de Wisman, *The World Us*, ou o apelo de sua brilhante, embora impossível, tentativa de retratar a experiência de Nova Iorque depois de nós desaparecermos! Em segundo lugar, houve uma rachadura no muro entre as histórias humana e natural. Talvez não nos experimentemos como tal mas, parece que, enquanto espécie, nos tornamos um agente geológico. E, sem esse conhecimento que desafia a compreensão histórica, não há como entender a crise atual que nos afeta a todos. A mudança climática, refratada através do capital global, irá, sem dúvida, acentuar a lógica de desigualdade que funciona sob seu domínio; alguns, sem dúvida, ganharão temporariamente à custa de outros. Mas a crise como um todo não pode ser reduzida à história do capitalismo. Diferentemente da crise do capitalismo, não existem botes salva-vidas para os ricos e privilegiados. A angústia do aquecimento global faz ressurgir a lembrança da época em que muitos temiam uma guerra nuclear global. Mas há uma diferença muito importante. Uma guerra nuclear teria sido uma decisão consciente por parte dos poderes constituídos. As mudanças climáticas são frutos de ações humanas não-intencionais e mostram, somente através de análise científicas, os efeitos de nossas ações enquanto espécie (CHAKRABARTY, 2009, p. 21-22).

Nesse sentido, humanidade deixa de ser passiva para atuar como agente geológico no próprio ecossistema como define o autor, pois devido a sua grandiosa intervenção na natureza este passa a ser um agente da mesma, que por sinal é determinante para a existência de sua espécie no mundo, já que devido a sua intervenção o planeta vem caminhando para o fim, eliminando uma parcela da biodiversidade existente. A destruição da natureza vai além das propostas colocadas pelo poder público, o poder e as riquezas são incapazes de contê-la.

Natureza e cultura estão intercaladas devido à ação do homem no espaço natural. A história humana participa da construção das paisagens naturais, levando em conta a realidade socioeconômica, o contexto geográfico, tecnológico e cultural. A natureza pode ser estudada individualmente, mas como historiadores a construímos relacionada ao homem, utilizando

principalmente da interdisciplinariedade para relacionar os conceitos e chegar a um veredicto, divulgando essas pesquisas para conhecimento de todos a partir da observação humana, a dinâmica e interatividade entre natureza e ecologia. Dessa forma, Oswaldo Lamartine nos apresenta o sertão do Seridó, apesar de não ser historiador, faz análises historiográficas usando o meio natural para definir o espaço, como será apresentado no tópico a seguinte.

3. O sertão seco e o sertão chuvoso na escrita de Oswaldo Lamartine de Faria.

Espia-se a água se derramando líquida e horizontal pela terra adentro a se perder de vista. As represas esgueiram-se em margens contorcidas e embastadas, onde touceiras de capim de planta ou o mandante de hastes arroxeadas debruçam-se na lodosa lama. O verde das vazantes emoldura o açude no cinzento dos chãos. Do silêncio dos descampados vem o marulhar das marolas que morrem nos rasos. Curimatãs em cardumes comem e vadeam nas águas beirinhas nas horas frias do quebrar da barra ou ao morrer do dia. Nuvens de marrecas caem dos céus. Pato verdadeiro, putrião e paturi grasnam em coral com o coaxar dos sapos que abraçados se multiplicam em infindáveis desovas geométricas. Gritos de socó martelam espaçadamente os silêncios. O mergulhão risca em rasante vôo o espelho líquido das águas. Garças em branco-noivo fazem alvura na lama. É o arremedar, naqueles mundos, do começo do mundo...

O rio, estancado em açude, continua depois, em verde sinuoso de capinzais, copas de mangueiras, leques de coqueiros ou canaviais penteados pelo vento. Milhões de metros cúbicos de água-doce, fria e cheirosa – é que a água nos desertos também cheira – esbarrados pela muralha da parede, aninham peixes, criam vazantes, dão de beber à criação, fazem crescer raízes, caules, folhas, flores e frutos e se esclerosam em veias pela terra adentro, esverdeando em folhas os sedentos chãos cinzentos daqueles sertões (FARIA, 1980, p. 23).

Assim, define Oswaldo Lamartine o nascimento dos sertões, a partir da vista de um açude e dos elementos que compõem a paisagem em volta do mesmo. Uma descrição do natural que vai mostrar a importância que o autor dá a fauna e flora do lugar, revelando a composição do espaço que nos parece poético e até sonoro em sua descrição, pois os silêncios se rompem a partir dos sons dos animais encontrados e a paisagem revela suas cores, do cinzento passa ao verde.

O sertão molhado, chuvoso, que nasce a partir das águas vindas do céu e barreiradas nos açudes, onde se planta e os animais comem e bebem, as aves compõem o cenário, como também os peixes que se encontram nos açudes e assim todo o processo exercido pelo sertanejo quando faz o açude, coloca os peixes lá para dá cria e serem pescados, plantam para colherem e alimentarem os animais, formando, assim, a paisagem nostálgica do que seria o nascimento das terras dos sertão seridoense para Oswaldo Lamartine. Deste modo, destacamos duas obras a seguir produzidas por Oswaldo Lamartine que enfocam o sertão molhado e seco, pois é a paisagem e sua descrição etnográfica que formam o espaço.

Açudes dos Sertão do Seridó (1978) obra escrita por Oswaldo Lamartine, aborda a representação dos açudes pra o sertanejo através da utilização das vazantes para o plantio e o represamentos das águas. O açude foi um dos elementos de maior difusão na região para a fixação

do homem na terra, a construção dos açudes está ligada ao fato das secas e as políticas públicas utilizadas na época para controlar o problema na região.

No início, para se guardar água vão ser construídos poços ou cacimbas, depois veio à criação de açudes, hoje são construídas as cisternas. Para carregar água, um saco de couro denominado de borrachas, ocos de imburana e as cabaças, depois veio à compra de barris. Percebemos, então, a utilidade que o sertanejo faz de sua natureza, adotando os recursos disponíveis para sua sobrevivência neste espaço. Eles também trabalharam com cerâmica, fazendo potes e jarra para armazenamento de água, ressaltando que alguns desses costumes já eram utilizados pelos indígenas locais.

No *A.B.C. da Pescaria de Açudes no Seridó* (1961) escrito por Oswaldo Lamartine mostra os métodos utilizados pelos sertanejos na pescaria dos açudes, este modo de pesca está ligado à cultura europeia, quando utilizam da tarrafa, do anzol, da rede, de explosivos e de sifão; e, indígena, no uso do tinguí, bulha, pescaria a mão, armadilhas, flecha e anzol. Vemos que uma está ligada a outra, ocasionado a partir do contato entre essas populações. Escreveu esta obra em forma de se contar poesia através do ABC, assim descrevendo o processo de preparo para a pescaria, seus modos e formas de usar as ferramentas na mesma.

Nesse sentido de práticas desenvolvidas pelos sertanejos, Araújo (2013), enfoca bem o trabalho de Oswaldo Lamartine com as práticas culturais, dentre elas a caça, a pesca e a conservação de alimentos, práticas que o próprio sertanejo desenvolveu para sua sobrevivência, mesmo que elas tenham sua origem um pouco mais remotas. Esses elementos abordados podem ser vinculados a cultura, a memória e ao patrimônio material e imaterial existente nos sertões. São saberes passados de pai para filho, contados oralmente por homens que viviam desses fazeres. Um saber/fazer colocado minuciosamente por Oswaldo Lamartine, quando este descreve o modo da pesca, e, o guardar dos alimentos produzidos na lavoura e a preparação das comidas de modo que estas durem mais e se sobressaíam as demais, como, por exemplo, a feitura do queijo ou do chouriço. Assim, ela, nos diz sobre a pesca:

A pescadores então assumem uma cultura própria repleta de experiências do indivíduo ou do grupo, relacionadas com o sentimento de gostar e praticar a pesca, aprimorando-se cada vez mais, de modo a passar para as novas gerações o saber e o fazer transfigurando as experiências cotidianas a um mosaico formado por imagens que se vinculam sempre a significados ampliando suas identidades. Portanto, o chefe da pescaria pode ser facilmente reconhecido na comunidade pelas suas características do saber e pelo relato de suas experiências vividas juntamente com os outros do mesmo meio (ARAÚJO, 2013, p.38).

A relação entre a pescaria e os açudes estão totalmente associadas, principalmente em relação ao saber-fazer, pois, consiste em um processo de astúcia, de desenvolvimento de um aprender que teve início no começo dos tempos e foi aprimorado ao passar dele. É um entrelace

entre, ouvir, ver e produzir/construir. A seguir veremos mais duas obras de Oswaldo Lamartine que enfoca mais a vegetação, animais, e, modos de saber-fazer, colocados já acima por Araújo, um sertão seco.

No livro sobre a *Conservação de Alimentos nos Sertões do Seridó* (1965), mostra que o processo de conservar alimentos se deu pelas carnes, seja ela de animais ou peixes, utilizando do sol para secar, do sal, e misturavam também com farinha que se denominava paçoca, como também utilizavam outros ingredientes; do leite aprenderam a fazer o queijo de coalho e de manteiga conjuntamente com a nata e manteiga. Do sangue do porco faziam chouriço. E das sementes que eram cultivadas estão os legumes, cereais, farinha, batata doce, jerimum e rapadura, esses itens geralmente eram armazenados, para que sua durabilidade fosse maior, devido à falta de chuvas na região e para que se pudesse ter alimento por mais tempo, principalmente o feijão, o arroz e o milho que poderiam ser armazenados os grãos.

Esses modos de saber-fazer produzidos pelo sertanejo podem ser caracterizados como arte, como nos diz Araújo (2013, p.40): “A arte possui uma relação com a ciência pelo fato de construir um saber. O relato do saber sertanejo está inserido em sua tradição oral, passada de geração a geração construindo histórias que fazem parte de seu imaginário”. Uma sabedoria exercida através da dominação da natureza hostil, um espaço de dificuldades, devido ao clima, solo árido, e outras intempéries ocasionadas, por isso, o produção deste lugar torne-se em arte.

Os sertanejos tinham uma alimentação com muitas proteínas e carboidratos, para, assim, recompensar o trabalho árduo no campo, ou seja, plantando, caçando, pescando, construindo açudes, o sertanejo se destaca em suas tarefas ligadas a agricultura e pecuária. O saber cozinhar era um dos mais exaltados, até hoje a culinária sertaneja é destaque entre as outras regiões do país. Um sabedoria exercida pelas mulheres, a partir dos alimentos produzidos pela agropecuária do sertão seridoense, uma das poucas menções a mulher na obra de Oswaldo Lamartine, dando notoriedade as comidas desta região. Assim, Araújo (2013, p. 49) nos diz:

A culinária seridoense se voltava então para um tradição agropecuarista, ou seja, produtos advindos da agricultura e da pecuária. As comidas aparecem como produto da terra extremamente ligada a cultura seridoense ficando conhecidas como “comidas típicas do Seridó”. Ao intercalar o modo do saber fazer destas comidas, a cozinha é entregue a mulher sendo a principal responsável pelo preparo das comidas, a cozinha é entregue a mulher sendo a principal responsável pelo preparo das comidas e a perpetuação das receitas passadas para suas filhas, transmitindo assim o aprender, o saber e fazer para gerações posteriores.

Desse modo, o processo de plantação, criação, conservação, preparo das comidas e alimentação estão relacionados, e, hoje, se destacam por seus modos de saber-fazer. O sertão seridoense seja ele molhado ou seco, hoje, se tem notoriedade desde espaço, devido, em partes, aos escritos de Oswaldo Lamartine, um bicho-homem, um ser que se coloca dentro do espaço e

suas transformações, como veremos nas discussões seguintes.

Sobre o sertão, Oswaldo Lamartine, aborda o início de seu povoamento, sua natureza e a fixação do homem a terra. Traz traços da ocupação colonialista, do índio, e do negro em menor proporção. No começo da povoação houve muitos conflitos entre índios e colonos devido à imposição destes para com indígenas para que estes trabalhassem para os mesmos, também houve a miscigenação a partir do contato, e, estes passaram a desbravar e trabalhar junto com os colonos. Com relação ao desbravamento das terras sertanejas o autor destaca:

E os brancos que lá chegaram, rompendo pelos caminhos das águas – subindo os rios ou a areia deles – de vez que por todos aqueles mundos os cursos d’água apartam nos meses de seca. A marcha, é de se imaginar, era *empalhada* a cada légua: carnes rasgadas pela flecha do *caboclo-brabo* ou o espinho da sarjadeira, da jurema, da macambira, da quixabeira, do juazeiro, do cardeiro ou do xiquexique – já que as plantas ali também se defendem; esbarrada pela furada mais venenosa da jararaca e da cascavel ou pela secura da água – escassa, ausente ou salobra a ponto de “arripunar” (FARIA, 1980, p. 53).

Nesta citação acima, percebemos o uso da linguagem sertaneja, como também, uma descrição de algumas plantas encontradas na região, em sua descrição mostra que a ocupação se dá em torno dos rios e que muitos secam durante a secas. O acesso a esses locais acontece através de dificuldade encontradas ao longo do caminho, devido aos indígenas existentes no espaço, as plantas locais, que segundo do autor, também se defendem da ocupação, juntamente com os animais, principalmente os peçonhentos.

Para se falar em vegetação Oswaldo Lamartine (1980, p. 172) caracteriza-a como espinhenta, retorcida, agressiva e torturada, de solo pedregoso, raso e áspero. Esses termos definem bem a representação que este espaço tem, não dá para se imaginar vida em um ambiente como este descrito, como pensar em uma paisagem torturada? É uma aflição pensar essa imagem, e ver o quanto ela domina e se propaga ao longo dos anos, uma utilização de imaginário e simbolismo que não se separam, mas o único elemento que consegue se adaptar e dominar o espaço é o sertanejo, por isso sua também caracterização relacionada à natureza, ele consegue definir e modificar o local ao ponto de passar a desenvolver sua vida no ambiente.

A caatinga, é composta por plantas secas, esturricadas pelo sol, que tem em maior proporção as xerófilas, as plantas rasteiras como o cacto que são propícias ao meio em que se desenvolvem. Uma paisagem de luta, de dificuldades, onde o vencedor é o sertanejo que aprendeu a dominar este espaço. Assim, definida:

A caatinga com sua vegetação rala, espinheira e retorcida, também oferece para eles conclusões... É bom sinal de inverno por todos os sertões quando o cajueiro bota flor mais cedo, o angico dá muita resina, pau d’arco roxo (ipê) florando de junho para julho e sustentando a carga, as mangueiras florando ao redor de toda a copa, a canafistula chorando em outubro e as barrigudas se cobrindo de flor em setembro (FARIA, 2001, p. 58).

A caatinga sertaneja foi marcada pelo rastro do gado, esse animal representou além do firmamento do homem na terra, todo seu desenvolvimento a partir de então, o boi está ligado a todo o processo de produção e fabricação que aconteceu nos sertões, como também todo o desenvolvimento das culturas posteriores, como o tempo elas deixaram de ser de sobrevivência para ser de produção, como já destacamos anteriormente, o processo de fabricação de comidas e o seu armazenamento deixam claro as mudanças ocorridas no espaço.

Dentro dessas perspectivas Oswaldo Lamartine torna o sertão seridoense visível e dizível, utilizando dos elementos naturais como fauna e flora, e, a ação humana neste espaço para resguardar a memória e a cultura presente, tornando-os símbolos de uma região marcada por sua natureza e assim propaga-la aos diferentes cantos sobre a importância do local e suas mutações, principalmente do seu natural, onde homens, bichos, e natureza se entrelaçam e formam a peculiaridade do sertão do Seridó.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem sempre se ressignifica assim como a natureza, ele busca meios para sua sobrevivência, mesmo que tenha de certo modo, hoje, modificado a mesma e está tenha cobrado ou está cobrando um alto custo a humanidade. Não existe vida sem a natureza e o homem é o obra deste meio ao qual usa de seus recursos para benefícios e malefícios.

Oswaldo Lamartine faz uma descrição da paisagem sertaneja sem sofrimento e dor, mas um espaço leitoso e hídrico. Em alguns relatos percebemos uma alegoria imaginativa e poética do espaço do Seridó, dando formas e sentidos, de uma terra por ele vivida e explorada. O que leva o autor a experiência vivenciada nos sertões, colocando seus sentidos e sentimentos dentro de um local, ao qual, pode ter acesso pelas lembranças, cheiros e sabores.

Mesmo o autor evocando de outros elementos para a composição de seus escritos sobre o sertão seridoense e sua natureza, sua estrutura é realista, e, hoje, compõe uma das obras que evidenciaram este espaço no Brasil. Os elementos por ele colocados em seu textos, exaltam, um ver, um ouvir, um sentir, um sabor, um ser, posto ou criado para trazer ao sertão do Seridó e suas representações o seu espaço merecido.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial, 1500-1800. São Paulo: Publifolha, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 3ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950). Apresentação de Regina Horta Duarte. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDE, Angela. Estética do sertão. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução. Natal, RN, 2007.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940). Recife: O autor, 2014.

ARAÚJO, Natália Raiane de Paiva. Pelas memórias de Oswaldo Lamartine: artes de fazer nos “Sertões do Seridó”. Caicó, 2013.

ARAÚJO, Natália Raiane de Paiva. “O Sertão De Nunca Mais”: Natureza E Modernidade Em Oswaldo Lamartine De Faria (1960-1980). Caicó, 2018.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

AUGUSTO, José. Seridó. Rio de Janeiro: Borsoi – Editor, 1954.

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial. Dissertação (UFRN), 2011.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963). Cajazeiras, 2018.

BARROS, José D’Assunção. O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BATISTA, Alex de Assis. A memória, a história e a tradição em Oswaldo Lamartine e Paulo Bezerra. Caicó, 2017.

BRAUDEL, Fernand. Mediterrâneo; A terra; AYMORD, Maurice. Espaços. In:_____. O Mediterrâneo: espaço e a história. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 1-4; p. 7-28; p. 129-151.

CAMPOS, Natércia. Em alpendres d'Acauã, Conversa com Oswaldo Lamartine de Faria. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC – Natal: Fundação José Augusto, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. São Paulo: Global, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. Superstições no Brasil. 5ª edição. São Paulo, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. Tradição, ciência do povo: pesquisas na cultura popular do Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASCUDO, Luís da Câmara. Tradições populares da pecuária nordestina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1956.

CASTRO, Marize Lima de. Areia sob os pés da alma: uma leitura da vida e obra de Oswaldo Lamartine de Faria. Natal, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Publicado originalmente em *Critical Inquiry*, 35 (2009). Tradução: Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo. Coordenação e Revisão: Idelber Avelar.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSGROVE, Denis. Pescarias. In: DICIONÁRIO de História de Portugal. Lisboa: Figueirinhas, 2000.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Luís da Câmara Cascudo, historiador dos espaços. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, vol. 4, nº 8, 2012.

DANTAS, Manoel. Homens de Outrora. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.

DECCA, Edgar Salvadori de. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Velhos Costumes do meu Sertão. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. Sertões do Seridó. Brasília: CGS, 1980.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. O sertão de nunca mais. Natal, RN: Fundação Guimarães Duque, 2002.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George. Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

FERREIRA, Jerusa Pires. Um longe perto: os segredos do sertão da terra. Léguas & Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural. Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, p. 25-39.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa, Heloísa Pezza Cintrão. - 4. ed. - São Paulo: EDUSP, 2003.

HANS, Jonas. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KANT, Immanuel. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. Organização Ricardo R. Terra. Tradução Rodrigo Naves. 2 edição, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Tradução Markus Hediger. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais. Natal/RN, 2007.

MEDEIROS, Maria das Dores. Seridó antigo: história e cotidiano. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 1997.

MEDEIROS, Eduardo K. de. Estilo & escrita de si em Oswaldo Lamartine de Faria (1989-1994).

Caicó, 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003.

MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugenia. *Livro de memórias*. João Pessoa: Idéia, 2006.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; DANTAS, Eugênia Maria. *Geo-grafias: cidade e região em tempos diversos*. Natal: EDUFRN, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. *Politeia: Hist. E Soc., Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, 2003, p. 153-162.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

O DISCURSO de Oswaldo Lamartine. *Diário de Natal*, Natal, 20 nov. 2005. Muito, p. 06.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

PELEGRI, Sandra de Cássia Araújo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O sertão dilacerado: outras histórias de Deus e o Diabo na terra do sol. *Lua Nova*, São Paulo, nº 74, p. 11-34, 2008.

PIÑEIRO, Daniel de Hollanda Cavalcanti. *Multiplicando veredas entre Guimarães Rosa e Oswaldo Lamartine*. Natal, 2014.

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História da PUC-SP. *História & Cultura*. São Paulo, SP-Brasil, 1981.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

SANTOS, Evandro dos. Estilo e temporalidades na escrita de Oswaldo Lamartine de Faria: em busca do tempo perdido no Seridó potiguar. *EXPEDIÇÕES: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA*, v. 9, p. 96-109, 2018.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura

Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Rosa Cloclet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus. Contribuições à história da historiografia luso-brasileira. São Paulo. Hocitec/Belo Horizonte: Fapemig, 2014.

SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura. 1ª ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 15ª ed.

SILVA, Maria Samara da. Lugares de vida a vida, a vida nos espaços: Oswaldo Lamartine de Faria e a perspectiva da experiência (1940-1970). Natal, 2019.

TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: história, memória e política. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2ª ed.

THOMPSON, E. P. Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURIN, Rodrigo. A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1900). *Intellèctus* (UERJ. Online), v. Ano 8, p. 1-36, 2009.

VIDAL E SOUZA, Candice. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

VOLTAIRE. A filosofia da história. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Tradução José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

O PAPEL DAS MERCÊS E HONRAS NA NOBILITAÇÃO DOS PERFIS NAS CONQUISTAS MILITARES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE, SÉCULOS XVII-XVIII.

Otávio Henrique Gomes do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreender os aspectos argumentativos utilizados nos discursos proferidos para solicitação de mercês e honras na capitania do Rio Grande, nos séculos XVII-XVIII. Tendo como objetivo traçar a lógica do poder que era estabelecido na sociedade colonial, bem como ao Reino de Portugal. Sendo Lisboa um núcleo de poder, no qual as ações jurídicas e administrativas tomavam corpo, exercia influência nas colônias do Ultramar. Dessa forma, tratando-se de uma fase inicial da pesquisa, foi considerado documentos de carta de patente e de confirmação que serviu como fonte analítica para processos de nobilitação de indivíduos que prestavam serviços, no qual usando-se de argumentos para o recebimento de benesses a participação em conquistas militares nos sertões da capitania eram retribuídos por benesses como títulos que os enobreciam, terras e dinheiro.

Diante disso, foi necessária uma explicação sobre a noção do que significava os conceitos de mercês e honras no contexto da “venalidade” como uma prática realizada em Portugal, sendo ela estendida para a colônia, tendo suas particularidades na sociedade colonial na capitania do Rio Grande, manteve-se como um instrumento que unia os súditos ao rei, consequentemente trazia benefícios econômicos para Coroa, por se tratar em um dado momento de um mercado a ser explorado. A outorga dessas concessões de títulos nobiliárquicos e mercês, seja em forma de dinheiro ou terra, era uma ferramenta que a monarquia portuguesa utilizava sob uma legitimação que estava inserida em uma simbologia divina, estando subordinada a uma série de deveres e direitos. O Estado Português, portanto, se amparava juridicamente em dogmas eclesiásticos que estavam calcados no direito natural e divino, no qual o monarca era investido por uma ordem natural que o balizava para governar e aplicar ações punitivas, bem como ações deliberativas de justiça e honras aos seus súditos. Com isso, o monarca tinha um duplo papel, o de conceder mercês e de punir.

Sendo assim, foi identificado elementos discursivos que viabilizavam o sujeito a tentar galgar posições de postos administrativos na capitania do Rio Grande, resultando em processos de enobrecimento. E para isso, os conceitos de nobreza hereditária e nobreza civil foram utilizados como um quadro comparativo para compreender as demandas, como títulos e cargos, bem como

¹ UFRN. Endereço de e-mail: otaviohistoriaufrn@gmail.com.

sujeições, como dizimos que o súdito deveria pagar.

A Monarquia Portuguesa

O período moderno foi marcado por uma vasta influência dos dogmas católicos nas monarquias da Europa Ocidental, tendo como cerne, o direito divino² investido aos monarcas. Os reis mantinham poder absoluto sobre as ordens institucionais de seu reino, pois estavam legitimadas sob fundamentos eclesiásticos que ligavam o rei à figura divina. Desse modo, ao monarca cabia reger e manter a ordem natural, bem como a representação de Deus na terra, e o dever de punir e de distribuir justiça aos seus súditos, conforme nas Ordenações Afonsinas de 1466, que estabelecia a convenção de ordens, posturas e leis a serem seguidas por todos os indivíduos no Reino de Portugal (VELASCO, 1994, p. 18).

Não era incomum vários teólogos afirmarem as ações de justiça distributivas que o rei de Portugal deveria ter enquanto estivesse do poder. Para Rodrigo Ricupero, na obra “A formação da elite colonial” (2009, p. 34), a justiça distributiva era uma questão posta e ancorada por vários teólogos. Como o padre Antônio Vieira, que sempre lembrava a D. Afonso VI de seus deveres como monarca de Portugal, o qual era representante de Deus na terra, e como tal, deveria exercer a justiça sobre seus vassalos. Esses tipos de discursos já eram formalizados e proclamados por muitos teólogos, como o Frei Heitor Pinto, na obra “Imagem da Vida Cristã”. “A justiça consiste principalmente em galardoar bons e castigar maus”³. E outro acontecimento ligado a Antônio Vieira, quando o mesmo pregando no Hospital da Misericórdia na Bahia em 1640, proclamou a importância de não se abster do rigor do castigo aos apenados, pois podiam ser limpos de seus vícios.

Nessa lógica, o rei era colocado como vassalo do próprio Deus, e se o rei não usava de suas prerrogativas punitivas aos seus vassalos, isso poderia ser considerado uma afronta a Deus, consequentemente isto afetava a ordem natural das coisas. Então, não era incomum serem estabelecidos relações com desastres naturais, pois acreditava-se que as funções de justiça não estavam sendo exercidas, portanto, eram consequências, e isto era repudiado. A virtude vinha a ser um reflexo de todas essas ações que eram feitas em consonância com as distribuições de justiça.

Desse modo, em cada prestação de serviço alegada por seu súdito, o rei, tendo a mediação do Conselho Ultramarino⁴ em relação aos pedidos de mercês, concedia na medida do status do

² O Direito divino concedia aos monarcas plenos poderes para governar, mas que estavam subordinados a uma corrente político-filosófica em conjunto com dogmas religiosos de que os reis devem obedecer a vontade de Deus.

³ Frei Heitor Pinto (1520 – 1548) foi uma figura importante em Portugal, responsável por várias obras, natural de Covilhã, e relevante no âmbito da cosmologia e da Antropologia.

⁴ Em 1642 foi criado o Conselho Ultramarino nos moldes dos extintos Conselho das Índias e Conquistas Ultramarinas. O Conselho tinha como caráter administrativo, regular e mediar as decisões e pedidos feitos à Coroa em todas as

indivíduo, levando em conta sua reputação e tempo de serviço. As mercês podiam ser concedidas por títulos de nobreza ou terras. Em muitos casos, o indivíduo que se enobrecia, aumentava seu status na sociedade colonial. Neste ponto, os indivíduos ganhavam uma certa notoriedade no espaço político e social, se distinguindo dos demais. Entretanto, essa nobreza nascente constituída por concessões por meio das venalidades, se diferenciava da nobreza hereditária.

Nobreza e Mercês

Segundo o autor Ronald Raminelli na obra “Nobrezas do Novo Mundo” (2015, p. 26), o conceito para uma nobreza atribuída pelo sangue e pela linhagem é denominado de “nobreza hereditária” e isso se diferencia da nova nobreza que começou a nascer no berço de um novo grupo social que se estabeleceu a partir de uma crescente onda econômica resultante das novas “descobertas” na América, denominada pelo autor de “nobreza civil ou política”. Portanto, a nobreza hereditária é definida pela “pureza de sangue”, os homens nobres estavam ligados ao que era constituído como linhagem hereditária, o sangue representava um poder simbólico, e ao mesmo tempo uma ferramenta jurídica para comprovar sua origem nobre.

Com isso, o indivíduo tinha o título assegurado pela família, sendo que, cabia ao indivíduo sustentar o custo que o título de nobreza carregava. Sendo o indivíduo da nobreza, conseqüentemente, dependendo de seu título e de sua Casa familiar, o sujeito tinha certa influência na política interna do Reino. A nobreza, em sua origem estava respaldada no sentido medieval do “dominium”⁵ da terra, estando alocado na ideia motriz do ofício da guerra, no qual o poder da espada era utilizado como instrumento de poder. Entretanto, com as modificações de paradigmas atrelado ao centralismo do poder sob a tutela do rei, esse mesmo segmento social ainda mantinha uma influência social, tendo como eixo central a linhagem que hierarquizava a sociedade.

A “nova” nobreza que se formou mediante às concessões realizadas pela Coroa Portuguesa tinha como conceito a “venalidade”. Para Fernanda Olival (2003, p.746-747), a prática da venalidade em Portugal era vista com maus olhos, pois isso representava decadência, visto as incongruências postas nas Ordenações e no Direito Divino. A Coroa, quando recorria a essa prática, muitas vezes exercia com certa prudência e evitava a repercussão pública que isso pudesse causar. Um exemplo que traduz o uso da venalidade é dito pela autora da seguinte maneira:

No reinado de D. João IV, quando a guerra e a penúria de meios muitas vezes impuseram soluções desta natureza em torno de ofícios, tenças, foros da casa real e outras honras, o próprio Conselho da Fazenda tinha consciência dos inconvenientes desta política, não obstante a recomendar. Considerava--a um recurso último e um mal menor perante as dificuldades que encontrava para arranjar dinheiro. Entre esses receios, o maior deles era «a murmuração» que

colônias do Ultramar, e, conseqüentemente, influenciava na configuração política de cada espaço.

⁵ Dominium do Latim, significa a posse de uma terra nas mãos de um nobre ou senhor feudal. Esse sistema do poder vigorou durante a Idade Média durante os séculos X e XI.

suscitavam estas vendas; o problema não era se o rei podia, ou não, recorrer a esse expediente, mas sim o impacto que causavam num reino onde a economia da mercê atraía servidores. (OLIVAL, 2003, p. 746)

Além do mais, outro exemplo que serve para elucidar a tentativa da Coroa de não recorrer à prática de venalidade é a obra intitulada de “Arte de Furtar” de 1652, dedicada a D. João IV, tendo como subtítulo expressivo: “espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reinos de Portugal”⁶, o qual pontua a decadência que Portugal se tornou em decorrência das expressivas concessões de títulos, e recomendou que fosse tomado medidas resolutivas para conter práticas não virtuosas. (RICUPERO, 2009, p. 41)

Em suma, a venalidade assumia uma dimensão em conjunto com serviços prestados dos seus súditos à Coroa em troca de favores, como cargos e títulos de nobreza, mas às vezes o indivíduo não conseguia obter benesse por meio do tempo de serviço prestado, portanto, recorria à compra. E como apontado por Fernanda Olival (2003, p. 748-749), a prática em certa medida favorecia monetariamente, mas inchava o sistema burocrático. Em via de regra, quem tivesse o acúmulo de serviços prestados à Coroa, via-se recompensado por honras e justiça, e isso era vital para o recebimento de tais benefícios. Às vezes, o indivíduo não tinha como manter o título, porque isso empenhava uma quantia monetária para manter a titulação, portanto, o sujeito tinha opção de deixar o título para herdeiros, bem como pedir dinheiro em forma de recompensa ou renuncia-la.

Ser Nobre na capitania do Rio Grande

A câmara da cidade do Natal como em outras localidades de poder, tinha suas particularidades em comum. Uma delas era a constância do histórico de seus membros em terem participado de tensões e de guerras violentas. E nisso se destaca a “Guerra dos Bárbaros”, entre as décadas de 1680 e 1720 na capitania do Rio Grande. Sendo marcado por uma série de eventos envolvendo missionários e os vassalos d’El Rei em conflitos com diferentes povos indígenas, obrigando-os a serem catequizados pelos jesuítas. (MAIA, 2013, p. 7)

Segundo Júlio César de Alencar (2017, p. 40-41), a oportunidade de participar de campanhas militares aumentava a possibilidade de produzir riquezas, e, portanto, galgar posições administrativas na colônia, além da prestação de serviços à Coroa. Mesmo que houvesse riscos de vida para o indivíduo em desempenhar campanhas militares nos sertões pela presença de indígenas, ainda eram vistos como uma forma de expandir seus interesses econômicos. Para Bruno Chaves (2020, p. 133), essas condições de “risco à vida” podem explicar a atuação de perfis no papel que as Ordenanças influenciavam na vida política da capitania, sendo, portanto, um espaço

⁶ Obra escrita originalmente pelo padre jesuíta Manuel da Costa, publicado em 1654, ficou marcado por conter uma série de críticas a D. João IV.

que hierarquizava os sujeitos através da diferenciação dos processos de nobilitação de tais perfis.

Na capitania do Rio Grande, muitos são os casos de pedidos realizados para o recebimento de mercês por tempo de serviço. E em relação a isso, os indivíduos que solicitavam se enobreciam, e consequentemente aumentava o status na sociedade colonial. Desse fato, fez-se mister compreender as relações de poder que envolvia alguns indivíduos nas petições para recebimento desses benefícios. Diante disso, alguns elementos se fizeram centrais em atribuir uma lógica no discurso proferido por tais indivíduos. Como é o caso do coronel de infantaria das ordenanças da cidade do Natal, Teodósio Freire de Amorim. No requerimento do ano de 1727, Teodósio pede ao Rei D. João V confirmação de carta patente de coronel de infantaria na capitania do Rio Grande, pela justificativa de que o governador de Pernambuco, Manuel Rolim de Moura, já o tinha feito mercê.

O início da carta patente foi colocado da seguinte maneira:

Diz Theodozio Freyre de Amorim de Andrade que o governador da capitania de Pernambuco lhe fez mercê em nome de Sua Majestade de o[?] no posto de coronel de Infantaria da Ordenança da Cidade do Rio Grande que vagou por falecimento de Antônio Dias Pereyra como seu e da sua carta patente que oferece a qual deseja confirmar por Sua Majestade na forma do estillo. (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, Doc. 129)

No documento, é justificado que o antigo coronel Antônio Dias Pereira faleceu, e, portanto, Teodósio Freire Amorim de Andrade, por seu tempo de serviço e ser de “conhecida nobreza”, bem como afazendado na capitania, tinha por direito receber mercê. Percebe-se então que há dois elementos que são usados como argumento para a confirmação da carta. Dessa forma, é importante compreender a função e força que esses argumentos tinham. Segundo Ronald Raminelli (2015, p. 16-17), a nobreza do novo mundo se diferenciava da metropolitana na questão dos privilégios e na manutenção de suas titulações, portanto, era dificultoso manter o status de nobre, sendo indivíduos em sua origem de plebeus, era complicado empenhar condições necessárias que o mantivesse nessa hierarquia social.

Já para Gabriel Parente Nogueira (2017, p. 112-113), ser de conhecida nobreza estava atrelado a noção de sujeitos que estavam ligados ao poder local, e, detinham uma relativa força política dentro do espaço colonial, dessa maneira, os sujeitos que gozavam de alguns atributos, por exemplo “ser afazendado”, que significava ter algum cabedal monetário, e também lograr do direito de ter posições administrativas na câmara, eram chamados de “homens bons”. Portanto, tais indivíduos quando ocupavam determinados cargos eram lhe conferidos um status de nobreza pela sua atuação no cargo.

O autor ainda destacou na sua obra “Viver à Lei da Nobreza”:

O poder da instituição era posto em prática por meio da atuação de uma série de sujeitos que ocupavam os vários postos que davam conta das alçadas de atuação

atribuídas à instituição. Dentre esses postos, encontravam-se perfis bastante distintos, pois alguns eram identificados como ofícios que conferiam nobreza [...]. (NOGUEIRA, 2017. p. 112-113)

Por conseguinte, pode-se inferir algumas observações sobre o caso de Teodósio Freire de Amorim de Andrade. O argumento utilizado como elemento jurídico para justificar seu pedido não é raro, pelo contrário, é comum encontrar em outros documentos referentes a pedidos de mercês elementos que encabeçam o discurso a favor do indivíduo para recebimento de benesse feitos à Coroa. Na carta em questão, é colocado também a participação do requerente em expedições realizados nos sertões da capitania, tido enfrentado com muita coragem os índios Tapuias e por seu tempo de serviço prestado há anos à Coroa e por isso deve-se conceder mercê.

No decorrer do requerimento de Teodósio, os elementos de sua experiência com os tapuias foram relatados da seguinte forma:

[...]sendo capitão de hua companhia do regimento da cavalaria, na emtrada que fez aos certões em companhia do seu [?] a dar guerra ao tapuia [?] no ribeirão do Assú, por mortes e [?] que tinhao feito, em o anno de mil cetecentos e doze em companhia do mesmo seu coronel ater emcontro ao gentio do ribeirão do Pody [...]. (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, Doc. 129)

Em outro requerimento, Francisco Ponce de Leon, capitão da Companhia de Gente a Cavalo, o qual serviu na Guerra dos Bárbaros, nos sertões da capitania do Rio Grande, fez petição para que houvesse confirmação de mercê, pois serviu a Sua Majestade no período de 11 anos, entre janeiro de 1685 e 10 de julho de 1697. Na carta continha a informação repassada pelo Conselho Ultramarino de que o suplicante tinha passado um referido tempo na guerra dos tapuias, no qual sofreu muitos danos por seguir trilhas.

Em seguida o fragmento que apresentou essa alegação:

Dom Francisco Ponce de Leon que consta haver servido a vossa majestade a capitania de Rio Grande em praça de soldado por espaço de 11 annos e onze meses e sem dias [...] e no [?] referido tempo, se achou na guerra que se deu ao Tapuya [?] pelos grandes danos e mortes que faria na povoação seguindo os com trabalho por hua trilha que se lhe achou rompendo [...]. (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 43)

Diante desse fragmento, ficou evidente que o desgaste físico e o tempo prestado foram um ponto central para o norteamiento do discurso. A Guerra dos Bárbaros, além de ter sido palco de vários conflitos entre diferentes povos indígenas e colonos, foi utilizado como um meio para se promover diante dos sacrifícios enfrentados contra os índios.

As tropas que participaram da Guerra dos Bárbaros eram compostas em sua maioria por paulista e de índios aldeados. Essa mescla social passou a ser caracterizada uma nova configuração espacial e social a colônia. (MELO, 2011, p. 94).

Vanice Siqueira traz em sua dissertação, a respeito dos conflitos envolvendo luso-brasileiros e índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará, a retórica da legitimação do uso da força

pelos colonos da seguinte forma:

Os conflitos envolvendo diversos índios e colonos luso-brasileiros foram um dos principais eventos do expansionismo português no leste do Estado do Maranhão e Grão-Pará. A conservação dos povoados coloniais e o aproveitamento econômico da região dependiam do extermínio, expulsão ou submissão dos índios que optaram pelas hostilidades contra os novos povoadores daquela área. Afinal, os índios assaltavam fazendas, assassinavam negros e brancos, invadiam casas fortes e expulsavam os colonos de diversos núcleos populacionais. (MELO, 2017, p. 96)

Dessa forma, é visto que a Guerra dos Bárbaros passou a ser utilizado como instrumento argumentativo para os que demandavam mercês ao rei, portanto, influenciou nas decisões de conceder honrarias aos indivíduos envolvidos nas conquistas territoriais. A ideia de ter participado de conflitos nos sertões desencadeava elementos discursivos baseados na bravura, e, diante disso, o indivíduo era merecedor da recompensa. Segundo Maria Fernanda Bicalho (2005, p. 25), a ideia de estar ligado a uma cadeia imperativa, sendo essa relação recíproca, no qual a prestação de serviço é atraída por doações de mercês, criava um laço de lealdade/vassalagem ao seu suserano.

CONCLUSÃO

Destarte, foi observado que ao longo de todo período moderno as atribuições e as origens dos conceitos foram mudando em consequência da expansão marítima e dos poderes locais das colônias, principalmente na capitania do Rio Grande nos séculos XVII-XVIII, tendo em questão as hierarquias sociais que determinavam os rumos da sociedade colonial, quer seja por meio de postos e cargos administrativos ou sendo donos de engenho, pois em certa medida o poder econômico de indivíduos abastados se engrenavam com o aparato administrativo da Câmara. (BARBOSA, 2017, p. 24-26)

Os processos de conquistas militares não apenas impulsionavam a expansão territorial, mas era usada como argumento e instrumento jurídico para solicitações de recompensas. O tempo de serviço não significava em estrito sensu a lealdade do súdito para o rei, mas era sinônimo de recompensa, e muitos se aventuravam em expedições militares com esse objetivo.

Ser nobre em uma sociedade colonial se diferenciava do que era vivido na metrópole, o sentido de liberalidade – ver e ser visto, era primordial para todos na sociedade perceberem que tal indivíduo vivia nobremente, mas isso era custoso. Portanto, de qualquer forma viver nobremente tinha suas vantagens e desvantagens, ao mesmo tempo que o indivíduo conseguia um status social e fincava seus interesses particulares na Câmara, ele tinha que assegurar esse posto e isso empenhava um custo pelo título obtido.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, mercês e poder local:** a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. almanack braziliense, n. 2, p. 21-34, 2005.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **Ser nobre na capitania do Rio Grande:** Formação de uma conhecida nobreza da terra (1660–1760). História Unicap, v. 7, n. 13, p. 124-141, 2020.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza:** governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759). 2017. Dissertação de Mestrado. Brasil.

KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra:** os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76. XIII Encontro de História Anpuh-Rio, p. 1-10, 2008

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras:** índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

MAIA, Légio de Oliveira. **Aldeias e missões nas capitanias do Ceará e Rio Grande:** catequese, violência e rivalidades. Tempo, v. 19, n. 35, p. 7-22, 2013.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Viver à Lei da Nobreza.** Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

OLIVAL, Fernanda. **Mercado de hábitos e serviços em Portugal** (séculos XVII-XVIII). Análise Social, p. 743-769, 2003.

PEREIRA, António dos Santos. O tempo, o espaço, na imagem da vida cristã de Frei Heitor Pinto. UBI LETRAS 02, p. 131.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. Hucitec, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Editora FGV, 2015.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial:** Brasil c. 1530-c. 1630. Alameda, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir. **As excelências do governador:** o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil:** antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001

VELASCO, Ignácio Maria Poveda. **Ordenações do reino de Portugal.** Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 89, p. 11-67, 1994.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**, 3ª Edição (Revista e Ampliada). Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

DAS SANDÁLIAS DO PESCADOR AO TRONO DO IMPERADOR: O ESPAÇO SAGRADO DA IGREJA PALMARIANA A PARTIR DE SEUS RITUAIS SOLENES

Pedro Luiz Câmara Dantas¹

Introdução

A Igreja Palmariana é uma dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana que surgiu no povoado espanhol de El Palmar de Troya, localizado no interior da Província de Sevilha. Sua história começou com as aparições de Maria, sob o título de Nossa Senhora do Carmo, acontecidas e registradas pela primeira vez no dia 30 de março de 1968. As primeiras videntes da Santa foram quatro meninas oriundas do próprio povoado, que logo perderam o protagonismo e saíram de cena graças às manifestações de novos videntes, particularmente daquele que seria o mais importante de todos eles e o fundador da Igreja Palmariana: Clemente Domínguez y Gómez (1946-2005). Sua chegada ao terreno onde aconteciam as aparições, denominado até então de Fazenda La Alcaparrosa, provocou uma revolução no destino do grupo religioso que ali se reunia. Com a constante repetição do fenômeno, os devotos e demais frequentadores do grande terreno, passaram a chamá-lo de Lugar das Aparições, e foi lá onde Clemente Domínguez iniciou sua carreira como vidente.

Em 23 de dezembro de 1975, tendo conquistado um grande número de seguidores através de êxtases místicos e supostos estigmas, e estando em posse do referido campo aonde acontecia o fenômeno, Clemente afirmou ter recebido de Jesus Cristo e da Virgem Maria, a missão de fundar uma nova Ordem religiosa: os Carmelitas da Santa Face. Com o crescimento do número de seguidores e simpatizantes dessa congregação, que doaram grandes quantias de dinheiro a Clemente e aos seus colaboradores mais próximos, a nova Ordem passou a estender seus tentáculos para outras localidades fora da Espanha. Em janeiro de 1976, Clemente e mais quatro frades Carmelitas da Santa Face receberam a ordenação sacerdotal e a sagração episcopal pela imposição das mãos do arcebispo vietnamita Pierre Martin Ngô Đình Thục, que estava em visita a El Palmar de Troya.

¹ Mestre em História (PPGH/UFRN – Brasil). Endereço de e-mail: pluizcd@gmail.com.

Todas as celebrações foram realizadas segundo o Rito Tridentino, oficiado em latim. Ainda em 1976, no mês de maio, o então Bispo Clemente sofreu um grave acidente de carro, que o fez perder seus dois olhos. A partir desse acontecimento, estando completamente cego, Clemente Domínguez permaneceu como líder da Ordem religiosa que havia fundado, celebrando os ritos e afirmando que continuava a receber mensagens dos céus através de visões. Ele foi apelidado de “vidente cego”. Os palmarianos, enquanto Ordem dos Carmelitas da Santa Face até 1978, defenderam a legitimidade do Papa Paulo VI como líder supremo da Igreja Católica, crendo que ele efetivou as reformas litúrgicas e doutrinárias do Concílio Vaticano II porque estaria sob uso de drogas e em constante estado de demência, e também não tinha ciência do que estava fazendo.

No entanto, em 6 de agosto daquele ano, ao tomar conhecimento da morte de Paulo VI enquanto se encontrava em viagem à Colômbia, Clemente teve um repentino êxtase diante dos bispos e religiosos que o auxiliavam. Segundo ele, Jesus Cristo havia lhe entregado o papado católico, transferindo a sede da Igreja de Roma para o povoado de El Palmar de Troya. Clemente agora era o Papa Gregório XVII da Igreja Católica Apostólica Palmariana, não mais Romana. Em 15 de agosto de 1978, o novo e autoproclamado Papa do Palmar de Troya foi coroado em Sevilha, recebendo as insígnias papais (tiara, anel e férula) das mãos de seus bispos. A Figura 1 apresenta o referido líder religioso da Igreja Palmariana:

Figura 1 – O então Bispo Clemente Domínguez, posteriormente Gregório XVII, durante missa pontifical de sagração de novos bispos no Lugar das Aparições (janeiro de 1978).



Fonte: Acervo de Xavier Peral (ex-bispo palmariano).²

² **Figura 1** – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Peral.

O movimento religioso palmariano sempre teve um forte apelo ao tradicionalismo católico, aceitando apenas o uso das liturgias de origem anterior às que foram elaboradas pelo catolicismo como resultado das reformas estabelecidas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Durante os anos iniciais de sua existência, as celebrações eucarísticas efetuadas pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face continuaram seguindo o Rito Tridentino. Porém, indo na contramão do pensamento tradicionalista, profundamente contrário a alterações e inovações, a Igreja Palmariana, já em 1983, aboliu esse ritual e criou o seu próprio. Isso a afastou de sua origem tradicionalista, mas manteve, com sua nova missa, uma estética similar à do Rito Romano e às demais liturgias católicas anteriores ao Vaticano II. A Figura 2 apresenta uma Missa Tridentina celebrada no altar do Lugar das Aparições do Palmar de Troya:

Figura 2 – Elevação da hóstia consagrada durante Missa Tridentina celebrada no altar da Virgem do Palmar Coroada (dezembro de 1977).



Fonte: Acervo de Xavier Peral (ex-bispo palmariano).³

A partir da Figura 2, observa-se que o altar erguido em homenagem às principais devoções da Ordem dos Carmelitas da Santa Face era o lugar central de culto da nova Igreja que ali surgia. O ritual estabelecido pelo Catolicismo Romano com o Papa Pio V, no século XVI, ainda estava em vigência, embora sempre fosse realizado em sua forma breve para que

³ **Figura 2** – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Peral.

os muitos sacerdotes palmarianos pudessem celebrar uma grande quantidade de missas. Ao lado do altar, uma grande fotografia do Papa Paulo VI evidenciava a constante defesa do referido pontífice que, segundo os Carmelitas da Santa Face, viveu os últimos anos do seu pontificado coagido por inimigos infiltrados no Estado do Vaticano. Os peregrinos e demais devotos do movimento religioso do Palmar de Troya sentiam-se profundamente identificados com os cultos solenes, rosários e adorações eucarísticas realizados sob a tenda de lonas e plásticos que encobria o altar da Virgem Maria. Todas as vezes em que Clemente aparecia no local para officiar os atos litúrgicos e transmitir suas mensagens celestiais, era ovacionado por seus seguidores, num tipo de culto da personalidade que se acentuaria e se estenderia por todo o seu pontificado.

A construção da Basílica do Palmar de Troya e o aprimoramento dos cultos religiosos palmarianos

Conforme descrito anteriormente, o surgimento do movimento religioso liderado por Clemente Domínguez y Gómez se deu com base nas aparições acontecidas no Palmar de Troya, a partir do dia 30 de março de 1968. Com a concretização do cisma que fundou oficialmente a Igreja Católica Palmariana em 6 de agosto de 1978, o santuário mariano que estava sendo edificado no terreno do Lugar das Aparições converteu-se em sua sede física. De

acordo com as crenças palmarianas, aquele era o lugar da nova Santa Sé Apostólica, transferida misticamente da cidade de Roma para o povoado sevilhano de El Palmar de Troya.

Desde 1972, o grupo liderado por Clemente havia comprado o terreno onde ocorriam as aparições, dando o “pontapé inicial” para a institucionalização do seu movimento religioso. O ato da compra também possibilitou o início da construção do templo sede de sua Igreja Palmariana, pois logo após adquirir o terreno, construiu-se rapidamente um muro de cinco metros (5m) para cercar e proteger o Lugar do Lentisco e a primeira estrutura do edifício. Lá, onde já existia o altar dedicado à Santa Face de Jesus e à Virgem do Palmar, ergueu-se uma tenda de lonas e telhas de plástico que serviu de cobertura para as imagens sagradas e para abrigar os clérigos, religiosos e peregrinos durante as cerimônias.

A existência desse proto-santuário partiu de uma instrução divina que teria sido dada por Jesus ao vidente Clemente em uma das aparições no ano de 1975. Foi a partir dessa comunicação celestial que começaram as arrecadações financeiras para que se pudesse construir uma catedral no meio do desértico campo de La Alcaparrosa. Na perspectiva

religiosa palmariana, ali se ergueria a sede do autêntico papado católico sob as bênçãos de Cristo e de Maria. A partir daí, começaram a se multiplicar as arrecadações de dinheiro que dariam suporte aos empreendimentos da Ordem Palmariana e ajudariam a organizá-la com sede fixa. No Palmar de Troya, sua sede apostólica e conventual seria o Santuário de Nossa Mãe do Palmar Coroada, denominado depois de Basílica Catedralícia. Em Sevilha, um grande imóvel foi comprado para ser a Casa Generalícia dos Carmelitas da Santa Face.

Dessa maneira, já como ordem religiosa organizada e patrocinada financeiramente por seus adeptos e simpatizantes, o movimento palmariano caminhava rumo aos seus interesses. A construção da basílica passava a ser uma realidade plausível de ser concretizada, e a nova Igreja poderia ter sua grande catedral no meio do deserto andaluz. Clemente e Manuel Alonso, cofundador da Ordem, não desejaram construir uma capela ou uma pequena igreja paroquial para sediar sua religião, mas de fato um imenso templo, equivalente à Basílica de São Pedro. Além disso, os palmarianos queriam uma catedral construída de acordo com modelos históricos, mas usando materiais modernos. Embora o Papa Clemente rejeitasse essa proposta de desenvolver uma arquitetura moderna, seu Secretário de Estado e futuro sucessor deu o aval para sua realização. Assim, a Basílica foi criada até o final da década de 1990, mesclando estilos ortodoxos, bizantinos e a arquitetura regional andaluza do século XVI. A Figura 3 apresenta o prédio da Basílica Palmariana durante a fase final de sua construção:

Figura 3 – Aspecto da Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada na década de 1990.



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).⁴

⁴ **Figura 3** – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

Conforme evidencia a Figura 3, o templo da Santa Sé Palmariana evoluiu gradativamente, saindo de sua primitiva estrutura em forma tenda e assumindo um espaço muito maior, agregando uma série de características próprias de um templo católico. O entorno do edifício também sofreu adaptações, tendo o solo tratado para que se pudesse plantar outros arbustos e roseiras, que cresciam entre a vegetação originária do terreno. Durante a década de 1990, enquanto a parte exterior do prédio ainda passava por reparos, seu interior já estava praticamente completo e era diariamente utilizado para os rituais religiosos palmarianos, especialmente para os que ocorrem nas grandes solenidades do ano e são celebrados pelo Papa. Em 2014, a parte externa do edifício foi concluída, agregando ao frontão da fachada um conjunto de nove estátuas de santos. As cúpulas e as paredes da Catedral-basílica foram pintadas com as cores marrom e branca, em alusão à Ordem do Carmelo.

O protagonismo de Maria na doutrina da Igreja do Palmar de Troya

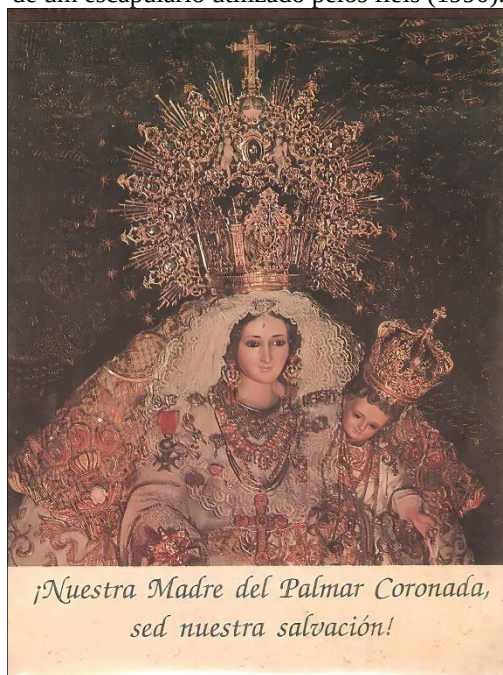
A Igreja Católica Palmariana manifestou, desde suas origens enquanto Ordem dos Carmelitas da Santa Face, um forte apego às tradições e devoções católicas que precederam o Concílio Vaticano II. Entre essas devoções, a mais forte e fervorosa é a dedicada à Virgem Maria, sob diversos nomes, com destacada ênfase aos títulos de Senhora do Carmelo e Mãe do Palmar Coroada. A doutrina palmariana, elaborada pelo Papa Gregório XVII, atribui a Maria uma série de características especiais, com um elaborado grau de especificidade, em um tipo de exaltação que deificou a figura da Virgem. Além da crença em sua presença real no Sacramento da Eucaristia, o Papa Clemente Domínguez também lhe deu vários novos títulos e dogmas, que foram proclamados a partir do ano de sua ascensão ao papado em El Palmar de Troya (1978).

No Catolicismo Romano, muitos dos dogmas aprovados no Palmar já haviam tido sua aprovação discutida por causa da grande exaltação que atribuem a Maria. Na doutrina palmariana, a Virgem é considerada **Corredentora**, **Correparadora** e **Mediadora** no plano da Salvação, sendo inúmeras vezes chamada de Divina Maria nos textos que a ela se referem. A preexistência de sua alma na mente do Deus criador também é uma particularidade entre as crenças palmarianas, pois não tem ligação com aquilo que descrevem os catecismos romanos estabelecidos antes e depois do Vaticano II. O Capítulo XI do *Catecismo Palmariano de Grau Superior* dedica-se a descrever a crença na preexistência das almas de Cristo e de Maria afirmando:

As Almas de Cristo e Maria preexistiram porque foram criadas por Deus antes que fossem concebidos seus respectivos corpos. Portanto: A Alma de Cristo unida ao Verbo Divino, desde o instante de ser criada esteve em seu Corpo até que, milênios depois, se revestiu de carne humana no Puríssimo Seio de Maria. A Alma de Maria desposada com a Alma de Cristo, desde o instante de ser criada este sem seus dois Corpos até que, milênios depois, se revestiu de carne humana em sua Imaculada Conceição (CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR, 2003, p. 21).

Conforme evidencia este fragmento documental, a Igreja Palmariana crê e professa que Maria, igualmente ao seu filho, preexistiu em alma. A doutrina católica romana não confessa nada semelhante a isso sobre Maria, particularmente em seus textos doutrinários, pois atribui somente a Jesus Cristo a crença em uma preexistência espiritual. Mais uma vez, a Virgem aparenta assumir um *status* de divindade, uma espécie de **Grande Mãe** que realiza favores aos seus crentes junto de seu filho, que também é Deus. A Figura 4 apresenta a imagem da Santa padroeira da Igreja Palmariana:

Figura 4 – Fotografia da imagem de Nossa Mãe do Palmar Coroada, padroeira da Igreja Palmariana, na medalha de um escapulário utilizado pelos fiéis (1990).



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).⁵

Quanto aos novos dogmas marianos proclamados por Clemente a partir de 1978, estes atendem aos mais variados tipos de definições e atribuições, e estão listados no *Extrato dos Documentos Pontifícios de Sua Santidade o Papa Gregório XVII*, que é uma compilação

⁵ **Figura 4** – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

de decretos, cartas apostólicas e outras definições doutrinárias elaboradas pelo fundador da Religião Palmariana. No segundo documento papal presente na referida obra, Clemente Domínguez também proclamou que Maria é “Mãe” e “Rainha da Igreja”. No Catolicismo Romano, a Virgem recebeu o título de *Mater Ecclesiae* (Mãe da Igreja) pelo Papa Paulo VI em 1964, mas somente como uma menção honrosa e não como um dogma. A seguinte citação, extraída dos *Documentos Pontifícios* do fundador da Igreja Palmariana explica esses fatores dogmáticos:

Nós proclamamos e ensinamos, como Doutor Universal da Igreja, que a Santíssima Virgem Maria é Mãe Total do Cristo Total. Por esta verdade, o Concílio de Éfeso Proclamou que Maria é Mãe de Deus, já que não se pode separar de Cristo sua Divindade de sua Sacratíssima Humanidade. Nos ensina o Apóstolo dos Gentios, Paulo de Tarso, que Maria é o corpo Místico de Cristo; portanto Maria é Mãe da Igreja, já que não podemos separar o Corpo Místico de Cristo do seu Corpo Físico (EXTRACTO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS, 2002, p. 3).

Conforme destacado no documento, o dogma palmariano de Maria Mãe da Igreja, partiu de pressupostos doutrinários balizados por aquilo que foi estabelecido no Concílio de Éfeso⁶ e por supostos ensinamentos do Apóstolo Paulo. Uma vez mais, entra em cena a *História Sagrada ou Santa Bíblia Palmariana*⁷ como um dos suportes canônicos para a doutrina da Igreja, já que a referida Bíblia também foi elaborada por Gregório XVII. Assim sendo, percebe-se mais uma vez, a grande centralidade de Maria dentro da doutrina palmariana, figurando como uma entidade celestial de mesma essência divina que Jesus Cristo. Em nenhum momento o termo “deusa” aparece na liturgia ou na doutrina da religião palmariana, porém todos esses fatores descritos em seus textos religiosos demonstram a concepção de uma Virgem Maria que ocupa um lugar muito mais elevado que o de uma grande santa, sendo uma espécie de versão feminina do próprio Deus.

As grandes procissões nas festas da Virgem do Palmar de Troya

O título de Maria mais venerado pelos palmarianos é o de Nossa Mãe do Palmar Coroada, padroeira da Igreja. Sua imagem se faz presente em todos os altares palmarianos, sendo geralmente representada através de fotografias emolduradas da estátua original da

⁶ No ano 431, o **Primeiro Concílio de Éfeso** decretou dogmaticamente que Maria é *Theotókos*, ou seja, *Portadora de Deus*. Esse termo grego também é traduzido como *Mãe de Deus*.

⁷ Os palmarianos dispensaram a **Bíblia** que é utilizada pela maioria das denominações cristãs e escreveram sua própria versão das escrituras sob instrução direta do Papa Gregório XVII.

Santa, que está no altar-mor da Basílica. Durante o ano, os palmarianos festejam sua patrona em três datas, cada uma com um significado diferente. A primeira solenidade litúrgica de Nossa Mãe do Palmar Coroada ocorre anualmente em 1 de janeiro, em alusão à festa da Virgem Maria, Mãe de Deus, celebrada igualmente no Catolicismo Romano, e também à data da coroação canônica da estátua da Virgem (1977). A imagem é levada em procissão sobre um andor de prata, coberta por um pálio de seda bordado a ouro fino. Junto à referida figura, desfila também a estátua do Santíssimo José do Palmar Coroado, que é outra importante devoção do santoral palmariano. A Figura 5 apresenta a imagem da Virgem entronizada no andor de prata:

Figura 5 – A imagem da Virgem do Palmar preparada para a procissão de uma das peregrinações da década de 1990.



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).⁸

A imagem sacra mostrada na Figura 5 é a que está entronizada no altar principal da Basílica Catedralícia do Palmar de Troya até o momento presente. Segundo a documentação produzida pela Igreja Palmariana, esta é a mesma escultura que foi venerada no altar do Lugar das Aparições, e que a partir de 1 de janeiro de 1977 foi vestida e coroada. A estátua passou por uma série de intervenções artísticas e restaurações para que se adaptasse às pesadas vestimentas utilizadas sobre a mesma, e foi por muitos anos usada nas procissões realizadas dentro da Basílica. Em praticamente todos os documentos emitidos pela Santa Sé Palmariana,

⁸ **Figura 5** – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

existe uma fotografia da Virgem posicionada no cabeçalho. Ela sempre está ao lado da figura da Santa Face de Jesus, imagem que também está no altar-mor da do templo da Santa Sé Palmariana. Sobre esse tipo de divulgação da devoção à Virgem Maria, particularmente através de uma representação iconográfica e de um nome específico, pode-se apontar para o seguinte fator:

É este um dos aspectos mais fascinantes em termos do instante contínuo recortado da vida que se confunde com o nascimento do descontínuo do documento. [...] A partir do momento em que o processo se completa, a fotografia carregará em si aquele fragmento congelado da cena passada materializado iconograficamente. [...] Inicia-se, portanto, uma outra realidade, a do documento: a segunda realidade, autônoma por excelência. Inicia-se um outro processo: o da vida do documento. [...] Toda fotografia tem atrás de si uma história (KOSSOY, 2001, p. 44,45).

Como disse Boris Kossoy (KOSSOY, 2001), o registro fotográfico torna-se algo fascinante porque é um instante da vida congelado, reproduzindo uma imagem ou cena passada. A foto deixa esse instante materializado, criando uma nova realidade, que é, portanto, um documento histórico. Assim sendo, a fotografia da imagem da Virgem do Palmar, mostrada na Figura 5, remete a um tempo que já passou, uma época em que aquela era a estátua usada nas procissões. No que se refere às outras festas da santa patrona da Igreja do Palmar realizadas durante o ano, a segunda comemoração é a que ocorre sempre no dia 16 de julho, festa de Nossa Senhora do Carmo, que é Nossa Mãe do Palmar Coroada. Esta é a principal solenidade do calendário litúrgico palmariano, sendo o dia em que a Basílica recebe visitas de fiéis provenientes dos 21 países onde a religião se faz presente, entre os quais está o Brasil.

Na festa do dia 16 de julho, a imagem que preside o altar-mor da Basílica é revestida com um manto de cores bege e marrom, próprias da Ordem do Carmelo, já que os palmarianos são todos Carmelitas da Santa Face. Uma réplica da imagem sai em procissão às 21h (vinte e uma horas) acompanhada da estátua de Santa Teresa de Jesus Coroada, que é outra das principais devoções palmarianas. Segundo relatos do músico mairenero⁹ Humberto López, uma banda musical chamada “La Granada”, originária do município sevilhano de Guillena, vem ao Palmar de Troya para tocar marchas durante as procissões. A banda trabalha à serviço da Igreja desde seus primórdios, mesmo não tendo nenhum fiel palmariano entre seus integrantes.

⁹ Mairenero (a) é a denominação dada aos nativos do município andaluz de **Mairena del Alcor**.

A terceira e última solenidade dedicada à Virgem do Palmar Coroada é celebrada anualmente em 12 de outubro. Nesse dia, a padroeira da Igreja Palmariana é invocada como *Iluminadora dos Santos Concílios Palmarianos*, e sua imagem é levada em procissão junto ao quadro da Santa Face de Jesus, que também desfila em um andor de prata artisticamente adornado. Essa festa ocorre um dia antes da Solenidade de *Corpus Christi*, que no calendário litúrgico da Igreja Palmariana tem a data fixa anual de 13 de outubro. A Figura 6 apresenta uma procissão do dia 12 de outubro:

Figura 6 – As imagens da Santa Face de Jesus e da Virgem do Palmar Coroada sendo levadas em procissão na festa do dia 12 de outubro de 1995.



Fonte: Acervo de Xavier Peral (ex-bispo palmariano).¹⁰

A partir da análise da Figura 6, é possível identificar o momento de uma das paradas dos andores durante a procissão. Nas procissões realizadas no interior da Basílica do Palmar, seja qual for a ocasião, os andores fazem paradas em locais específicos dentro do terreno do templo para que recebam reverências e incenso por parte dos sacerdotes e demais fiéis presentes. Na Figura 6, também é possível identificar a presença de um bispo trajando um ferraiolo¹¹ de seda vermelha, orientando um grupo de homens que possivelmente conduziam o passo do cortejo.

¹⁰ **Figura 6** – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Peral.

¹¹ O **Ferraiolo** é uma capa de seda usada pelos clérigos católicos em ocasiões formais fora da liturgia. Suas cores variam de acordo com o grau hierárquico do clérigo que a veste, podendo ser geralmente nas cores preta, púrpura ou vermelha. Na Igreja Palmariana, como a cor distintiva do colégio episcopal é o vermelho, os ferraiolos são confeccionados nesta cor.

Os solenes rituais do “beija-pé” nas grandes peregrinações

No Catolicismo Romano, o rito do beija-pé era uma formalidade prescrita pela etiqueta oficial do cerimonial papal, com o propósito de ser uma demonstração pública de veneração ao seu ministério em atos litúrgicos ou, fora da liturgia, em audiências privadas e outros eventos. Nessas cerimônias, o Bispo de Roma apresentava-se normalmente com seus sapatos vermelhos, os múleos, que possuíam uma cruz dourada bordada. Ao saudar o pontífice romano, os clérigos e fiéis que se aproximavam dele, ajoelhavam-se e beijavam a cruz na ponta de cada sapato; primeiro a do pé direito e depois a do esquerdo. Segundo uma série de fontes da historiografia eclesiástica italiana, o beija-pé teria sido iniciado ainda no século VI. Com as reformas do Concílio Vaticano II, já durante o pontificado de Paulo VI na segunda metade da década de 1960, este ritual caiu em desuso e os sapatos papais deixaram de ter uma cruz bordada em suas extremidades, sendo fabricados em couro e tingidos de vermelho. A Figura 7 apresenta o referido ritual de veneração ao Papa:

Figura 7 – “Um Imperador beijando os pés do Papa”, ilustração do livro “Acts and Monuments”, de John Foxe (1684).



Fonte: *Liturgiae Causa* – blogger.¹²

Dentro desse contexto, tendo em mente que a principal reivindicação da Igreja Palmariana é a da legítima continuação do papado católico através da pessoa de seu fundador e demais sucessores, o ritual do beija-pé papal foi adicionado às cerimônias litúrgicas do Palmar de Troya, permanecendo em uso até atualidade. Quando Clemente alegou ter recebido

¹² **Figura 7** – Disponível em: <<https://1.bp.blogspot.com/-Hcv8drXEJG4/VyTKByGMXtI/AAAAAAAAAFGM/0y8dPf6oDk0F2N6-8GyQj0s5xIRfpTKCwCLcB/s1600/Kissing%2Bthe%2BPope%2527s%2BFoot.jpg>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

a tiara papal das mãos do próprio Jesus Cristo no dia 6 de agosto de 1978, escolhendo para si o nome de Gregório XVII, os religiosos da Ordem dos Carmelitas da Santa Face que o acompanhavam nesse momento de êxtase místico e teatralidade acontecido em Bogotá, o reverenciaram como autêntico Papa católico beijando seus pés. Ao regressar à Cidade de Sevilha para ser oficialmente coroado como líder supremo da Igreja Palmariana em 15 de agosto de 1978, o ritual do beijo dos pés do pontífice foi realizado e permaneceu como costume para os dias das grandes solenidades do calendário da Igreja. A Figura 8 apresenta o rito do beija-pé palmariano:

Figura 8 – O Papa Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) tendo seus sapatos beijados por uma fiel palmariana (fotografia de 1990).



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).¹³

A Figura 8 permite observar um raro registro fotográfico de uma cerimônia de beijo dos pés do Papa, durante uma das solenidades da Virgem do Palmar em 1990. Na imagem (Figura 8), observa-se a junção de duas fotografias, que de cima para baixo apresentam a sequência de gestos que a fiel estava executando diante de seu líder, o autoproclamado Papa Gregório XVII, fundador da Igreja Palmariana. A primeira foto mostra o exato momento em

¹³ **Figura 8** – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

que a jovem, vestida conforme os cânones palmarianos, aproximava-se do Papa para cumprir o protocolo do ato de reverência. Na segunda foto, pode-se ver claramente a fiel prostrada aos pés de Clemente, beijando um de seus sapatos.

Na ocasião, o Papa trajava um manto imperial de veludo vermelho forrado com seda. Sobre sua cabeça, a mitra com a cruz tripla, símbolo do papado, e em suas mãos as luvas episcopais, também chamadas de quirotecas.¹⁴ Segundo relatos da ex-fiel¹⁵ que gentilmente cedeu a fotografia (Figura 8), os fiéis entravam na Basílica do Palmar trinta minutos antes da hora marcada para o início do ato litúrgico, onde tudo já estava preparado. Ao final do beija-pés, os fiéis retornavam para suas casas ou para os locais onde estavam hospedados, no caso de visitantes vindos de outras regiões da Espanha ou de outros países.

Considerações finais

Tendo em mente que não se pode tomar o espaço como fator pré-existente ou homogêneo, particularmente em uma análise histórica, observou-se que o espaço sagrado, presente nas narrativas religiosas e nos rituais solenes da Igreja Palmariana, foi produto de outras espacialidades bastante complexas. Nelas, o pensamento originário do Catolicismo Romano tradicionalista se transformou numa das bases para sua doutrina, que depois adicionou as mensagens das aparições e as devoções marianas da Andaluzia como novos alicerces.

A concepção de espaço como totalidade e fragmento, num mundo sob forma de mensagem transcendente da realidade, foi atrelada à concepção de sagrado presente nas cerimônias mais importantes do calendário litúrgico da Igreja, convertendo-as em atos de veneração das principais imagens de culto entronizadas em sua Basílica Catedralícia e em demonstrações de adoração, lealdade e submissão aos seus Papas. Depois da morte de Clemente, acontecida em março de 2005, seus sucessores mantiveram os rituais descritos no decorrer deste trabalho, fazendo algumas alterações em suas respectivas estruturas.

REFERÊNCIAS

¹⁴ As **luvas episcopais**, em latim *Chirotecoe*, compõem o conjunto de paramentos usados pelos bispos na Forma Extraordinária do Rito Romano e, opcionalmente, em sua versão moderna. A utilização desse tipo de luvas nos ritos palmarianos é mais um elemento de ligação com seu passado tradicionalista católico.

¹⁵ Os relatos da ex-fiel palmariana Clara Ramírez, bem como uma grande quantidade de fotografias oriundas de seu acervo particular, foram de extrema relevância para a elaboração deste trabalho.

BURÓN, Joaquín G.; ALONSO, António M. **El Enigma del Palmar de Troya**. Barcelona: Editorial Personas, 1976, 215p.

CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2003, 149p.

DANTAS, Pedro Luiz Câmara. "**Mostrai-nos vossa santa face e seremos salvos**": cultura política e construção dos espaços na Igreja Palmariana (1978-2005). 2020. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

EL TRATADO DE LA MISA A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 248p.

EXTRACTO ACTUALIZADO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS DE SU SANTIDAD EL PAPA GREGORIO XVII A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 360p.

GAMA, Victor Almeida. O leão e o sigma: a crítica de Plínio Corrêa de Oliveira ao movimento integralista. Niterói. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e parcerias**. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: http://encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529802144_ARQUIVO_integralismo.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

GARRIDO VÁZQUEZ, Moisés. **El negocio de la Virgen**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2004.

GINZURB, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PALMARIANO, S. S. D. **Historia Sagrada o Santa Biblia Palmariana de Grado Superior Según el Magisterio Infalible de la Santa Iglesia** – Quinto Tomo: Parte 17 – Resumen Histórico de todos los Papas apacentadores de la Santa Iglesia fundada por Nuestro Señor Jesucristo. Sevilla: [s.n.], 2001. 1156 p.

_____. **Misal Palmariano.** Sevilla: [s. n.], 1983, 35 p.

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM CUBA E O CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL (CENESEX)

Pedro Sampaio de Azevedo¹

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho ativo, majoritário e fundamental do Centro Nacional de Educação Sexual - o CENESEX, na difusão, promulgação e promoção de políticas públicas endereçadas aos membros da comunidade LGBTI em Cuba. O CENESEX, formado inicialmente como o GNTES em 1972, mas fundado legalmente como uma parte do Ministério da Saúde em 1989, se apresenta dentro da história da Revolução Cubana como o principal responsável pela inclusão da educação sexual dentro das pautas revolucionárias. Inicialmente desenvolvido e projetado por Vilma Espín, diretora da Fundação de Mulheres Cubanas - a FMC, e com a contribuição de Álvarez Lajonchere, notório médico cubano e Monika Krause, doutora vinda da Alemanha Oriental, este grupo multidisciplinar buscava atender a necessidade de estabelecer um plano voltado à saúde e educação sexual. O CENESEX atualmente é dirigido por Mariela Castro, filha de Espín e Raúl Castro, e se constitui como a principal instituição direcionada à normatização das diversidades sexuais em Cuba.

Ressaltado por Luis Fernando Ayerbe em seu livro “A Revolução Cubana”, Cuba ao decidir romper com os moldes capitalistas e imperialistas que os Estados Unidos havia imposto à América Latina, garantindo a libertação nacional do regime de Fulgêncio Batista, resultando em mudanças sociais e estruturais profundas na sociedade, como por exemplo, a reforma agrária e a expropriação de todas as companhias comerciais dos Estados Unidos (AYERBE, 2004, p. 60); porém, simultaneamente ao processo de transformação social, centenas de homossexuais foram perseguidos e mandados para campos de trabalho compulsório, conhecidos como Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs)² acusados

¹ Universidade Federal Fluminense. Endereço de e-mail: psazevedo@id.uff.br.

² As UMAPs funcionaram entre 1965 e 1968, e eram campos de trabalho compulsório usados para reeducar homens “anti-sociais”, entendido por Emily J. Kirk como um grupo seletivo de pessoas consideradas “contrarrevolucionários”, e que fugiam ao ideal do “new man” – forte, viril, socialista, justo e incorrupto. Apesar de não terem sido criados para concentrar homossexuais, relatórios citados por Rafael Ocasio em seu livro “Gays and the Cuban Revolution: The Case of Reinaldo Arenas” mencionam uma estimativa de que 60.000 homens considerados homossexuais foram levados aos campos. Porém, apesar da predominância homossexual, os números reais variam, e são muito difíceis de serem determinados (KIRK, 2015, 32).

de serem incompatíveis com a visão do que o “homem novo” revolucionário deveria representar, sendo “capaz de dar sentido e perpetuação à revolução que iniciava a sua grande “marcha”” (MARQUES, 2012, p.78). Rickley Leandro Marques em seu livro “A Condição Mariel” observa que a criação do novo homem foi uma estratégia relevante organizada por Fidel e Che Guevara para “preparar a juventude para a nova sociedade inaugurada em Cuba” (2012, p.80). Dentro dessa definição, homossexuais eram considerados “contrarrevolucionários”, e a homossexualidade vista como uma doença capitalista (KIRK, 2015, p. 31). Quando não concentrados nas unidades de trabalho forçado, membros do que hoje é conhecido como a comunidade LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexos, eram expostos a humilhações e repressões no campo universitário, laboral e também nas áreas de lazer (MARQUES, 2012, p. 112). Também é necessário pontuar que, enquanto a homofobia contra homens era institucionalizada por meio de uma legislação – como por exemplo o artigo 490 de 1938 mantido no Código Penal pós- revolucionário, as lésbicas também “eram reprimidas e mistificadas, e o lesbianismo era ignorado ou acreditado ser corrigível”, por esse motivo, como continua destacando Emily J. Kirk, “é impossível determinar os níveis de prejuízo sofridos por lésbicas ou mulheres sexualmente diversas” (KIRK, 2015, p.25).

Como é observado por James N. Green, a LGBTIfobia e o esquecimento em torno da comunidade LGBTI e sua memória são questões enfrentadas pelos movimentos progressistas desde os seus primórdios. Durante a década de 1970, diversos movimentos de gays e lésbicas da América Latina como a *Frente Homosexual de Acción Revolucionária* no México, *El Grupo Nuestro Mundo* e *Frente de Liberación Homosexual*, ambos na Argentina, que deixavam claro suas intenções ao afirmar que “não está, nem se distanciará das lutas nacionais sociais. Mas age em solidariedade com elas, mantendo essa independência orgânica e os objetivos específicos” surgiram de organizações comunistas (GREEN, 2010, p.28). Como é pontuado por James N. Green (2010, p. 32) com a ascensão de Stálin ao poder da União Soviética em 1924, foi promulgado o Estatuto de 1934 que criminalizava os atos sexuais consentidos entre homens, sendo punido por até quatro anos de prisão. Tais medidas que iam ao contrário à normatização das diversidades sexuais refletiram na posição do movimento comunista internacional que considerava a homossexualidade como a decadência do homem capitalista (ENGELSTEIN, 1995, p. 168). Nesse sentido, grupos políticos comunistas³ da

³ Em 1981 há registros de representantes do Partido Comunista Brasileiro mantendo esse posicionamento. Em 1975 o Movimento da Esquerda Revolucionária Chileno (MIR) afirma que dentro da organização “*no hay maricones*” além de “grupos pró-chinês e pró-maoismo albanês, que tinham influência na Colômbia, Peru e

América Latina continuaram até a década de 1990 a defender esse ponto de vista que relacionava o homem homossexual à condição mais baixa do homem inserido na sociedade capitalista (GREEN, 2010, p. 30).

Os fatos apresentados, portanto, contribuíram para a uma situação de marginalização e opressão de pessoas sexualmente diversas, que se por um lado eram enxergadas como um risco à sociedade capitalista, também eram incompatíveis com os países socialistas⁴. Em meio a um movimento internacional comunista que reprimia e desencorajava debates ao redor da diversidade sexual, o Centro Nacional de Educação Sexual tendo suas origens em 1972, a partir da produção de um programa de educação sexual, periódicos, palestras e cursos com uma abordagem comunitária, se apresenta como um dos primeiros órgãos latino-americanos a vincular a educação e diversidade sexual como sinônimos de prosperidade nacional, enquanto diversos partidos políticos e organizações comunistas internacionalmente faziam dessa relação algo inconcebível. Como será observado, internamente a situação não era diferente, ocasionando conflitos internos e obstáculos ao CENESEX, ao mesmo tempo em que era construído em Cuba uma nova guinada à normatização da diversidade sexual.

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM CUBA

Segundo artigo publicado pela psicóloga Lourdes Florez Madan no primeiro número da primeira publicação oficial do CENESEX, denominado *Sexología y Sociedad*, as medidas do Centro são decididas por um conselho de representantes envolvendo os Ministérios da Educação e da Saúde, a Federação de Mulheres Cubanas e organizações políticas e estudantis da juventude, que então são passadas às Comissões Provinciais de Educação Sexual, que passam às Comissões Municipais e depois aos agentes de nível comunitário, permitindo assim que esse caráter intersetorial “leve a cabo estratégias educativas e de intervenção comunitária” (MADAN, 1994, p. 22-27). Nesse sentido, o CENESEX se desenvolve como um órgão nacional que concentra até os dias de hoje em três premissas principais: a) enxergar as crianças, adolescentes e jovens adultos como os principais atores de uma mudança social, fazendo com que a maioria dos esforços do Centro se foquem nesse grupo; b) perceber as

Brasil, dentre outros países latino-americanos” que até fins da década de 1980 igualavam a homossexualidade à decadência do homem capitalista. (GREEN, 2010, 32).

⁴ Como é observado por Dominique Gay-Sylvestre em seu livro dedicado à trajetória de Monika Krause e a educação sexual em Cuba “*Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)*” “*Considerada como una desviación de la naturaleza, un vicio horroroso, muy propio de las sociedades burguesas, capitalistas, la homosexualidad es entonces incompatible con el sentimiento revolucionario de la sobrevaloración del hombre, en una sociedad eminentemente socialista.*” (GAY-SYLVESTRE, 2003, 91)

produções midiáticas como os principais disseminadores de informação, não só em âmbito nacional e local, como também, principalmente, internacional, uma vez que até os dias de hoje o CENESEX concentra suas ações na produção de jornais, revistas, artigos e, nos dias de hoje, conteúdo em suas redes sociais como Twitter, Facebook e Youtube; c) identificar a discriminação e intolerância como aspectos prejudiciais à saúde e, consequentemente, ao bem estar social, evidenciado pelos diversos esforços do Centro desde suas origens em 1972, em estabelecer o debate da educação sexual como um problema da saúde, buscando sempre colaboração com os Ministérios da Saúde e da Educação.

Essas três conclusões citadas rapidamente por Kirk julgo ser os principais pilares para compreender da forma mais abrangente possível o CENESEX, e por isso foco minha pesquisa neles. Pelas análises para este projeto pude enxergar que quase todos os esforços do Centro se concentram na produção de mídias, como revistas, livros, panfletos, e mais atualmente propagandas e postagens em redes sociais, e de órgãos e programas liderados por especialistas de saúde e diversidade sexual⁵, voltados principalmente para a população mais jovem, a partir da premissa que a educação sexual associada à saúde individual e geral é a chave para a tolerância e uma sociedade justa, onde prevaleça o bem estar da sociedade.

Originalmente o Centro Nacional de Educação Sexual foi criado em 1972 sob o nome Grupo Nacional de Trabajo de Educación Sexual (GNTES) como uma iniciativa independente do governo cubano, fundado pela FMC, e possuía a finalidade de desenvolver um programa de educação sexual para Cuba, mais tardiamente projetado oficialmente pelo Programa Nacional de Educação Sexual (ProNes). Esse aspecto faz com que o CENESEX, portanto, se apresente num momento que precede as mudanças oficiais do governo cubano perante as políticas voltadas à igualdade de gênero, representadas principalmente pela construção e idealização do Código da Família em 1974, impossibilitando de qualquer veracidade a hipótese de que o Centro foi um produto dessa conjuntura (KIRK, 2015, p. 78). Nesse sentido o presente projeto busca as origens do CENESEX em 1972, e não em 1977 como é observado em "*Machos, Maricones and Gays: Cuba and Homosexuality*" de Ian Lumsden (LUMSDEN, 1996, p. 101). Um dos principais motivos pelo qual Lumsden e outros autores como Marvin Leiner em seu livro "*Sexual Politics in Cuba*" assumem a data de 1977 é porque nesse ano a GNTES passa a ser oficialmente reconhecida pelo Estado

⁵ Enfatizo aqui a Comissão Nacional de Orientação Sexual e Terapia (1979), uma equipe criada para dar assistência ao diagnóstico e proteção de pessoas transgênero e a Sociedade Cubana Multidisciplinar para o Estudo da Sexualidade (ou SOCUMES, 1985), com o foco expandir as pesquisas, assim como propagar a visão de sexualidade como um elemento importante ao desenvolvimento individual. A Revista Bohemia, uma das principais de Cuba, a partir de 1987 também começou a incorporar os debates. (KIRK, 2012, 86)

cubano, trabalhando assim de forma mais efetiva, junto dos Ministérios de Saúde e de Educação desenvolvendo projetos, trabalhos, publicações, produções literárias e propagandas envolvendo a questão da homossexualidade e de gênero. Isso é visto por Emily Kirk como o resultado de anos de insistência por parte da Federação das Mulheres Cubanas e sua diretora, Vilma Espín, fazendo com que a organização se transformasse num grupo representativo de uma Comissão da Assembleia Nacional que buscava publicar trabalhos sobre o assunto da educação sexual (KIRK, 2015, p. 81).

Nesse sentido, a presente pesquisa também possui o objetivo de problematizar o CENESEX como um órgão governamental idealizado com o propósito de transfigurar o passado opressor da Revolução Cubana principalmente com homossexuais do sexo masculino. Por ser até os dias de hoje dirigido por pessoas centrais no governo de Cuba a pesquisa do CENESEX traz consigo uma problemática que me leva a questionar as intenções e as razões de sua criação e desenvolvimento. Assim, a própria documentação e bibliografia utilizada para esse projeto também trazem essa carga, visto que os únicos estudos publicados sobre o CENESEX foram desenvolvidos por Mariela Castro em “*La educación sexual como política de estado de Cuba desde 1959*” de 2011 e Alberto Roque Guerra em “*Sexual Diversity in Revolutionary Times, 1959-2009*” também publicado em 2011, sendo ambos os autores especialistas do próprio Centro e componentes da classe governamental cubana. Além disso, os artigos e livro publicados por Emily J. Kirk entre 2011 e 2015 estudando a instituição foram desenvolvidos em colaboração ao CENESEX. Essa falta de estudos e informações sobre o Centro é justificado por Kirk como resultado da desaprovação interna da realização de pesquisas sobre o CENESEX por pesquisadores internacionais pela “natureza sensível” das informações e documentações (KIRK, 2015, p. 17). Assim, como na análise de quaisquer materiais governamentais, a investigação das pesquisas citadas, assim como a dos próprios documentos produzidos pelo CENESEX – como as revistas “*Sexologia y Sociedad*” publicada desde 1994 e “*Revista de Salud Publica*” desde 2007, precisa ser feita de forma crítica, visando questionar o tempo todo a naturalidade das informações dadas. A recente disponibilização integral e digital das revistas citadas foi um passo fundamental para um melhor desenvolvimento de pesquisas sobre o CENESEX, uma vez que diversos especialistas internacionais de educação sexual⁶ usavam dessa plataforma para levar ao público informações e estudos sobre a educação e a diversidade sexual.

⁶O neuropsicólogo peruano Dr. Artidoro Cáceres na publicação número 8 da revista *Sexología y Sociedad* faz uma análise etnológica da homossexualidade nas sociedades da antiguidade para depois falar sobre a necessidade

É necessário ter em mente que simultaneamente a criação da GNTES, a intensa LGBTIfobia era um claro componente não só da sociedade cubana como também intrínseca aos líderes da revolução e ao próprio Partido Comunista Cubano criando assim tensões internas entre o que era idealizado pelo futuro CENESEX e o que era praticado pelo governo de Fidel Castro. Como é citado por Rickley Leandro Marques em seu livro “A Condição Mariel: memórias subterrâneas da Revolução Cubana”, em 1971, apenas um ano antes da criação do GNTES, o Congresso Educacional e Cultural de Cuba definiu oficialmente que a homossexualidade apresentava características incompatíveis com os ideais revolucionários, declarado como uma patologia social, dando aos homossexuais um caráter além de criminoso, doentio. Como consequência direta, nos anos que seguiram o congresso homens e mulheres homossexuais foram demitidos de seus cargos, desde os mais importantes aos mais subalternos. Essa exclusão reverberou também no campo universitário, onde homossexuais eram expulsos e forçados a fazer terapia, marcando a década de 70 por uma enorme onda de exílio social dos homossexuais, que viviam suas solitárias vidas marginalizadas afastados da população (MARQUES, 2012, p. 151).

Portanto, é preciso realçar que durante toda a história do CENESEX tais contradições internas são percebidas e não podem ser simplesmente apagadas, destacando tensões existentes entre o que era teorizado pelos especialistas em educação sexual, e o que era posto em prática pelos líderes e instituições governamentais. Assim, é revelado assim um grande obstáculo enfrentado pelos coordenadores, como é ressaltado por Dominique Gay-Sylvestre ao dizer que custou a Monika Krause “diversas e longas conversas com Vilma Espín sobre o tema da homossexualidade para lhe convencê-la da importância de se tomar uma atitude alta e clara sobre isso”, mas que ao mesmo tempo “não era fácil em meio a opiniões tão contrárias que a voz da tolerância [à diversidade sexual] seja ouvida”, fazendo com que Espín e Krause em vários momentos “seja por cautela, manobra política, decoro ou cansaço, muitas vezes [tivessem que] recuar diante de seus adversários.” (GAY-SYLVESTRE, 2003, p. 97).

Em meio ao que foi citado, é necessário também inserir a criação do CENESEX dentro do contexto internacional, onde a luta LGBTI começava a dar seus primeiros passos. Júlio Assis Simões e Regina Facchini no livro “Na trilha do arco-íris” enfatizam os protestos de Stonewall, após uma tentativa policial de interditar o bar voltado ao público homossexual, em Nova York como o estopim de movimentos que demandavam uma virada contra os

de tratá-la “como uma alternativa sexual tão normal como a heterossexual e bissexual” (CÁCERES, 1996, 15-19).

valores tradicionais da sociedade, que logo se alastrou por toda a América e Europa (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 45). De 1969 em diante começam a surgir as primeiras organizações de gays, lésbicas e transexuais, como a *Gay Liberation Front* e a *Transsexual Action Organization* que se espalharam dos Estados Unidos à Europa (2009, p. 51). É importante ressaltar que apesar de uma visível liberação da diversidade sexual, o contexto internacional da criação da CENESEX é um período marcado pelo medo e pela perseguição, principalmente em países latino-americanos como o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile onde a ditadura militar dismantelou todas as organizações de pessoas sexualmente diversas e os perseguiu, sob o pretexto de leis que criminalizavam pessoas sexualmente depravadas e que atentavam ao pudor (OKITA, 2015, p. 70). Segundo Hiro Okita em seu livro “Homossexualidade: da opressão à liberação” nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos foi percebido que quanto mais homossexuais e transexuais se manifestavam, mais eram reprimidos (2015, p. 68). Além disso, em países como a Alemanha o parágrafo 175 que criminalizava atos homossexuais se perpetuou até a década de 90.

A falta de documentos e estudos sobre a comunidade LGBTI em Cuba dificulta o trabalho de contextualizar como os seus integrantes se organizam em meio a um mundo que continuava a resistir aos primeiros indícios de uma normatização da diversidade sexual. Dessa forma, a pesquisa vai buscar a partir da investigação do Centro Nacional de Educação Sexual, como o primeiro centro governamental nas Américas voltado aos estudos de sexualidade e, desde 2008, o principal órgão de organização e defesa à comunidade LGBTI cubana, analisar e problematizar como essa normatização foi aos poucos tomando espaço de um passado de repressão às pessoas sexualmente diversas.

OBJETIVOS

O foco desta pesquisa se localiza na análise da formação do Centro Nacional de Educação Sexual – formado inicialmente como o GNTES – Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual, em 1972 mas fundado legalmente como uma parte do Ministério da Saúde em 1989, pouco discutida pela historiografia para assim problematizar como a educação sexual foi utilizada como uma ferramenta primordial para reverter anos de opressão numa revolução que ainda está em andamento. Apesar das origens do Centro estarem em 1972, é a partir de 1989 que ele assume um papel oficial e legal, reconhecido pelo Partido Comunista Cubano como um órgão governamental, e por isso o recorte temporário desta monografia aí se localiza. Pela complexidade de sua formação e funcionamento, o CENESEX pode inspirar os movimentos de esquerda da América Latina uma vez que o Centro demonstra como a

educação sexual deve estar correlacionada aos movimentos anti-capitalistas e de libertação nacional, já que os obstáculos enfrentados pelos grupos minoritários devem ser entendidos na origem da sociedade capitalista. Como Emily Kirk cita, a LGBTIfobia cubana é "um produto de quase quatro séculos de domínio colonial espanhol, seguido por um domínio neo-colonial dos Estados Unidos." (KIRK, 2015, p.21).

Assim, também busco compreender o funcionamento do Centro Nacional de Educação Sexual – enfatizando seu caráter intersetorial e de intervenção comunitária, destacar a importância das produções do CENESEX (jornais, artigos, revistas, panfletos, palestras e cursos) na promoção da educação sexual em Cuba e, por fim, problematizar o Centro e a educação sexual como ferramentas para reverter anos de repressão à diversidade sexual em meio a Revolução Cubana, identificando assim conflitos existentes entre o Centro e o governo.

METODOLOGIA

Conceituar e lidar com *sexualidade* julgo ser um dos maiores desafios atuais para os pesquisadores, por se tratar de um conceito amplo. Ao longo dessa pesquisa, com a ajuda da obra “História da Sexualidade” de Michel Foucault, a *sexualidade* será definida e abordada como um fenômeno natural, mas passível a influências sociais, culturais e históricas. Portanto, como conceitua Foucault, o contexto socio-cultural em que se está inserido é que vai ditar quais práticas sexuais são íntegras, dignas e morais, e quais não, entendendo que os séculos XIX e XX “foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação, uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das "perversões". Um iniciador de heterogeneidades sexuais.” (FOUCAULT, 1988, p. 37). Dessa forma, a repressão da *sexualidade* e a falta de reflexão e estudo sobre o assunto também vai ser entendido como uma ferramenta necessária para o desenvolvimento do capitalismo, enxergando a liberdade sexual como incompatível com “a época em que se explora sistematicamente a força de trabalho” (FOUCAULT, 1988, p. 10). Ao longo da elaboração dessa pesquisa os debates em torno do conceito de *sexualidade* serão aprimorados e desenvolvidos.

O conceito de *educação sexual* é entendido nesta pesquisa como um componente de uma sociedade na busca pela igualdade entre os cidadãos. Através da educação da sexualidade e na imersão do assunto por meio de diversos pilares de uma determinada população é possível diminuir e até mesmo eliminar os prejuízos causados pela desigualdade de gênero e

pela intolerância às pessoas sexualmente diversas – esses, a partir da educação sexual, são entendidos como prejudiciais à saúde e ao bem estar da população. Aqui nos guiamos pela revista do grupo australiano *Taylor and Francis Group* denominado “*Sex Education*” que desde 2001 publica estudos sobre a *educação sexual*, definida como uma área de ensino e aprendizado sobre uma variedade ampla de temas relacionados ao sexo e sexualidade, dialogando com diversas áreas de estudo, como a psicologia, biologia, pedagogia e história, capaz de desconstruir tabus, repressões e preconceitos sobre os determinados temas. Assim, a *educação sexual* também é entendida como uma área que não ocorre somente dentro de escolas e da família, mas também na mídia e outros veículos sociais e culturais (REISS, 2001, p. 6) – ela permeia todos os principais pilares da sociedade e se introduz na vida cotidiana, e não deve ser uniforme e inerte, e sim dinâmico, respondendo às diferentes necessidades de uma determinada população.

Dessa forma, a pesquisa também visa se estabelecer dentro de uma historiografia que, como destaca Emily J. Kirk, segue uma linearidade de eventos factuais, marginalizando o trabalho feito pelo Centro Nacional de Educação Sexual e a Fundação de Mulheres Cubanas. A maioria dos trabalhos que foram acessados ao longo deste projeto possuem essa configuração, buscando na própria evolução e sucessão de fatos em Cuba a explicação para a mudança de rumo nas questões LGBTIs da ilha, reduzindo os esforços do CENESEX, de Vilma Espín, Álvarez Lajonchere e contribuintes em inserir ao projeto de desenvolvimento e libertação nacional pautas relacionadas à diversidade sexual. Isso é observado em *Machos, maricones and gays: cuba and homosexuality* de Ian Lumsden e nos capítulos de “A Condição Mariel” de Rickley Leandro Marques.

Apesar de terem sido livros fundamentais para o meu conhecimento sobre a homossexualidade em Cuba, é necessário observar que pouco é dito sobre a existência do Centro Nacional de Educação Sexual. Viso me inserir dentro de uma historiografia ainda recente, marcada principalmente pelos trabalhos de Emily J. Kirk⁷ e Carrie Hamilton, com seu livro anteriormente citado, que buscam novas alternativas no estudo sobre a evolução da atenção de Cuba à diversidade sexual. Enquanto Kirk faz uma análise sobre a história, funcionamento e impactos do CENESEX, Hamilton busca entender o desenvolvimento da sexualidade em Cuba através da história oral. As entrevistas disponíveis no livro de Carrie

⁷ “Setting the Agenda for Cuban Sexuality: The Role of Cuba’s CENESEX” de 2011, “The Changing Dynamics of Sexuality: CENESEX and the Revolution” de 2015, o livro “Cuba’s Gay Revolution: Normalizing Sexual Diversity Through a Health-Based Approach” publicado em 2017 e “Cuba’s National Sexual Education Program: Origins and Evolution” de 2020.

aparecem para mim como complementares às informações disponibilizadas por Kirk, por expor dificuldades e obstáculos da comunidade em Cuba.

Assim, também conto serão utilizadas fontes primárias – as revistas *Sexología y Sociedad* publicada desde 1994 e *Revista Cubana de Salud Publica*, sendo a primeira um periódico oficial do CENESEX voltado aos temas de educação sexual, e o segundo uma revista em parceria ao Ministério de Saúde voltado a temas gerais da saúde. *Sexología y Sociedad* se mostra primordial para essa pesquisa, pois através dela se tem acesso ao funcionamento e a construção interna do CENESEX, como suas decisões são tomadas e executadas, o tipo de abordagem adotado e suas principais características. Assim, como é observado por Emily Kirk “se tornou um dos meios de comunicação *sexuality-related* mais efetivos dentro de Cuba e internacionalmente” (KIRK, 2015, p. 142).

A análise do periódico *Revista Cubana de Salud Publica*, divulgado pela *Scielo*, e principalmente *Sexología y Sociedad*, disponibilizado online recentemente pela plataforma *infomed*, transparecem como a diversidade sexual aos poucos foi se tornando um assunto cada vez mais frequente e incorporados à sociedade, uma vez que em 2008 o assunto representava mais da metade do total de artigos publicados no periódico. *Sexología y Sociedad* também é de notória importância por se tratar de uma revista com um caráter interdisciplinar e internacional, com profissionais da saúde de todo o mundo não relacionados ao governo de Cuba, buscando trazer debates abrangentes sobre educação sexual e integrá-los à sociedade cubana. Atualmente a revista também é um método de divulgação internacional do trabalho em torno da educação sexual em Cuba, com artigos publicados por Mariela Castro e Alberto Roque Guerra a cerca do trabalho realizado pelo CENESEX desde 1972⁸.

É importante destacar que assim como as revistas que vão utilizadas como fontes, as pesquisas feitas por Emily J. Kirk também foram produzidas com parceria ao CENESEX, dificultando assim o trabalho do pesquisador de perceber obstáculos e problemas internos enfrentados pelo Centro. Por isso, para a produção dessa pesquisa também vou utilizar outras duas fontes bibliográficas: “*Monika y la revolución: una mirada singular sobre la historia reciente de Cuba*” e “*Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)*”. O primeiro livro se trata de uma autobiografia de Monika Krause, nascida na Alemanha Oriental e uma das coordenadoras do CENESEX, onde ela traz

⁸ Aqui enfatizo principalmente o artigo “La educación sexual en los 50 años de la Revolución Cubana” de Mariella Castro, onde ela discute todo o processo de normatização da diversidade sexual desde o início da Revolução Cubana, passando pelas UMAPs, a criação do GNTES e a oficialização do CENESEX em 1988, até chegar nos dias de hoje.

reflexões sobre a Revolução Cubana, a educação sexual e seus acertos e complexidades. Já o segundo se trata de uma análise feita por Dominique Gay-Sylvestre do trabalho de Krause ao lado de Vilma Espín no Centro através de entrevistas feitas com a alemã. Ambas as produções bibliográficas me ajudaram a enxergar que existiam tensões entre o Centro de Educação Sexual, seus integrantes e o trabalho feito em conjunto ao governo de Fidel Castro, que por toda a década de 60 e 70 se mostrava relutante aos debates em torno da diversidade e educação sexual, e a problematizar essa relação e o próprio CENESEX. Como o autor conclui ao analisar todo o trabalho de Krause e Espín no CENESEX: na diversidade sexual “nada é tão simples. Se dá um passo adiante dando muitos passos para trás.” (GAY-SYLVESTRE, 2003, p. 97).

Assim, essa bibliografia também ajuda a enfatizar o trabalho do CENESEX em parceria com especialistas em educação sexual da Alemanha Oriental, me inserindo numa historiografia que minimiza esse impacto valorizando mais os esforços de organizações nacionais cubanas como a FMC (KIRK, 2011, p. 147). Com a ajuda de Monika Krause e outros especialistas em educação sexual da Alemanha Oriental, o Centro começou a desenvolver pesquisas e programas voltados a diversidade sexual, publicando, entre 1979 e 81 fragmentos de produções literárias do sexólogo e psicoterapeuta Siegfried Schnabl abordando temas como a homo e a transexualidade. A publicação de suas produções em periódicos da FMC representou uma nova guinada dentro de Cuba, uma vez que Schnabl foi um dos principais teóricos que abordou a necessidade de se defender e respeitar as diferentes orientações sexuais em países socialistas (KIRK, 2012, p. 87).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise da trajetória e do conteúdo da educação sexual em Cuba se mostra importante para o estudo da normatização da diversidade sexual na ilha. A Revolução Cubana ao longo dos seus 60 anos se apresentou com diversas faces: primeiramente um movimento especialmente cubano, posteriormente como um espelhado no modelo soviético, e pós-fim da União Soviética como uma revolução que, em meio aos horrores provocados pelo embargo econômico, tentava sobreviver e se adaptar e reestabelecer conexões com os movimentos de esquerda internacionalmente, a fim de recuperar seu prestígio tão abalado nos anos anteriores. Nesse sentido, a trajetória do Centro Nacional de Educação Sexual, inseridos nesse contexto foram necessários para reescrever essa história e estabelecer em Cuba uma nova guinada, em direção à uma revolução dentro da revolução, que até os dias de hoje se esforça para garantir

o bem estar de uma população sexualmente diversa que por anos foi oprimida e deixada à margem da sociedade. Seu papel deve continuar sendo objeto de pesquisa, visto que a cada ano a sua importância dentro da Revolução Cubana continua crescendo significativamente, buscando cada vez mais encontrar caminhos para a normatização da diversidade sexual em Cuba.

REFERÊNCIAS

ALLYN, David. *Make love, not war. The Sexual Revolution: an unfettered history*. Taylor and Francis Group, Nova York, 2000

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. Editora UNESP, 2004

CASTRO ESPÍN, Mariela. *A Cuban Policy Approach to Sex Education*. Cuban Studies. Vol. 42: 23-34. 2011

CASTRO ESPÍN, Mariela. *La atención a transexuales en Cuba y su inclusión en las políticas sociales*. Centro Nacional de Educación Sexual. Havana. 15-43. 2008.

CENESEX. *Revista Cubana de Salud Pública*. Revista produzida desde 2007. Disponível em <https://www.scielosp.org/j/rcsp/>

CENESEX. *Sexología y Sociedad*. Periódico produzido desde 1994. Disponível em: <http://revsexologiaysociedad.sld.cu/>

CLARK, Anna. *Desire: A History of European Sexuality*. Taylor and Francis Group, Nova York, 2008.

ENGELSTEIN, L. *Soviet policy toward homosexuality: its origins and historical roots*. *Journal of Homosexuality*. Nova York, v. 29, n. 2, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A History of Sexuality Vol. 1: An Introduction*. Vintage Books. London, United Kingdom, 1990.

GAY-SILVESTRE, Dominique. *Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)*. Mesa Redonda, n. 28, 2003.

GREEN, James N. *A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina*. Cadernos AEL. Edição Homossexualidade: Sociedade, Movimentos e Luta, 2010.

HAMILTON, Carrie. *Sexual Revolutions in Cuba*. University of North Carolina Press. Chapel Hill, North Carolina, 2012.

KIRK, Emily J. *Setting the Agenda for Cuban Sexuality: The Role of Cuba's CENESEX*. Canadian Journal for Latin American Studies. vol. 36, no. 72, 143-164, 2011

KIRK, Emily J. *The Changing Dynamics of Sexuality: CENESEX and the Revolution*. Continuity and Change under Raúl Castro: The Contemporary Cuban Reader, 433-440, 2015

KIRK, Emily J. *The normalization of sexual diversity in revolutionary Cuba*. PhD thesis, University of Nottingham, 2015

KIRK, Emily J. *Cuba's National Sexual Education Program: Origins and Evolution*. Cuban Studies, Number 49, 289-309, 2020

KRAUSE-FUCHS, Krause. *Monika y la revolución: una mirada singular sobre la historia reciente de Cuba*. Centro de la Cultura Popular Canaria, 2002

LEINER, Marvin. *Sexual Politics in Cuba: Machismo, Homosexuality and AIDS*. Westview Press, 1994.

LUMSDEN, Ian. *Machos, maricones and gays: Cuba and homosexuality*. TempleUniversity. 1996

MARQUES, Leandro Rickley. *A Condição Mariel: Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana*. Goiânia: EDUFMA, 2012.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. Sundermann. 2015

ROQUE GUERRA, Alberto. *Sexual Diversity in Revolutionary Times, 1959-2009*. Cuban Studies. Vol. 42: 218-226. 2011

SIMÕES, Júlio Assis, FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo. 2009

TAYLOR AND FRANCIS GROUP. *Sex Education*. Revista publicada desde 2001,
Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/csed20>.

**ENTRE *HABITUS*, *CAMPO* E *PODER SIMBÓLICO*: A CONSTRUÇÃO DOS
CONCEITOS DE BELEZA E FEIURA NO ANUÁRIO DAS SENHORAS (1934-1958)**

Ma. Ramona Lindsey Rodrigues Mendonça¹

Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes²

INTRODUÇÃO

A sociologia de Bourdieu possibilitou o estudo da estrutura social como formada por partes conjuntas. Por meio de conceitos como *habitus*, *campo*, *poder simbólico*, *violência simbólica* e *dominação masculina*, ele enxerga tanto as constituições dos indivíduos quanto as da sociedade de um modo que ambas se conectam e se influenciam.

Tomando por base esses conceitos e os fundamentos da análise histórica, é possível perceber como esses elementos se relacionam e atuam na revista *Anuário das Senhoras*.³ Para isso esse trabalho contará com três tópicos: o primeiro aborda os conceitos sociológicos anteriormente descritos em relação à construção das noções de beleza e de feiura; o segundo faz um apanhado geral das temáticas de beleza e feiura no *Anuário das Senhoras*, procurando relacionar à ideia de dominação masculina; o terceiro analisa, por meio de passagens da revista, de que modo esses conceitos aparecem ao longo de suas páginas.

I. O belo e o feio: a formação dos hábitos e comportamentos

“... nunca são as boas qualidades e sim as boas maneiras que nos tornam agradáveis.

Podemos possuir um conjunto de virtudes, no entanto, sem o polido da educação o

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. Endereço de e-mail: ramonallindsey@hotmail.com

² Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Endereço de e-mail: fabianomendes@uern.br.

³ A revista *Anuário das Senhoras* é um periódico da cidade do Rio de Janeiro, que tinha por editora a S.A O Malho, com diretoria da escritora e secretária do Distrito Federal, Alba de Mello. O anuário possuía circulação nacional e uma tiragem anual, o que classifica, em parte, o interesse dessa pesquisa pelo periódico, já que sua anualidade possibilita enxergar de maneira mais ampla as nuances de beleza e feiura a cada ano. Além disso, a questão da descoberta em localidade próxima da universidade, despertou o interesse e possibilitou a pesquisa monográfica. O trabalho que aqui se apresenta deriva de uma pesquisa mais ampla de dissertação em andamento, fator que define o recorte temporal, se dando em face do período de publicação da revista, bem como define o interesse temático no período, já que nele se encontra muitas das influências que definem os ideais de beleza e feiura para o século XX, e, se tratando de um periódico voltado para o público feminino de elite, marca um traço de como esses modelos vão se difundindo no pelo território brasileiro.

merecimento é menor” (BOAS..., 1934, p. 211). O breve trecho se trata do parágrafo inicial do artigo “Boas maneiras” da revista *Anuário das Senhoras*. Observa-se, introdutoriamente, que o artigo tentava ir em auxílio às senhoras ao mostrar-lhes, de maneira educada, qual o conjunto de virtudes a serem adotadas no cotidiano. Acompanhava a assertiva as seguintes recomendações:

Dorotéia Dix, em interessante crônica, dá como regra de boas maneiras: Evitar zangas a méudo, mesmo com as creanças. Digam as cousas uma vez em lugar de voltar sempre ao assumpto, para poupança da sensibilidade alheia. Evitar discussões, e o relato dos aborrecimentos do dia, como saudação á volta do marido á casa, levando este, em conta, que não se deve perguntar á esposa porque o café é sem sabor, e o menu não varia. Suprimiro excesso de curiosidade, evitando lêr as correspondências das demais pessoas de casa, também não lhes perguntando aonde vão, que fizeram, que ouviram, que disseram. Evitar conselhos sem a competente solicitação, mesmo assim, falar com cuidado, numa collaboração quasi incolor. Não dizer ás amigas como devem dirigir a casa [...]. Não ferir a faceirice das amigas dizendo-lhes que tal chapéo é apropriado a pessoa mais joven dez annos [...]. Não molestar nunca ninguém procurando falar pouco, embora ouvindo muito, cuidando também em não fazer do “eu” o “pivot” da conversação. Respeitar nos demais a vontade de isolamento, embora julgue o convívio a melhor das alegrias. Cortezia e respeito no trato com as pessoas de casa. Com as de fóra a recommendação se torna dispensavel... (BOAS, 1934, p. 211).

Tais conselhos se voltavam ao bom convívio no ambiente familiar. Incumbiam às mulheres a tarefa de ser a força centrípeta da casa e preservar pelo bem-estar comum. Seriam esses os comportamentos que a mulher deveria seguir: permanecer reservada, calada e sempre pronta a escutar. Isso configurava o que era ser uma mulher bem-educada para a época, sendo um ideal de virtude e de beleza.

Sabe-se que em plena década de 1930, período a que revista se refere, o modo tradicional de comportamento em que a maioria das mulheres brancas, de classe média/alta e casadas se encontrava era praticamente esse, o espaço privado, e, quando não, a renda obtida deveria se voltar à economia doméstica. Entretanto, não é a partir dessa década que as mulheres assumiram a função social de mãe e esposa. Esse papel perpassa gerações de acordo com o código de conduta informal da sociedade, no qual às mulheres eram ensinados desde a infância certos modelos de conduta, especialmente no que se refere ao ensinamento implícito do convívio e das práticas com as mães e figuras femininas, ou seja, na construção de um *habitus*.⁴ A partir disso, o que se tenta compreender é: como os conceitos de *habitus* e de

⁴ No que compete ao modelo formal de conduta tinha-se o Código Civil de 1916, criado por Clóvis Beviláqua, como sendo o primeiro a entrar em vigor no Brasil no ano de 1917 até a instituição de um novo em 2002. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224223>>.

poder simbólico são fundamentais e componentes na compreensão de construção de comportamentos femininos e os ideias de beleza e feiura como consequência. Para isso, é fundamental compreender o funcionamento de tais conceitos partindo das definições de Pierre Bourdieu.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61)

Segundo o autor, a classificação de *habitus* é definida como estruturas estruturadas, que funcionam enquanto estruturas estruturantes de um determinado grupo e campo social. Em outras palavras, podemos dizer que *habitus* são dispositivos comportamentais socialmente construídos e socialmente determinantes de uma dada maneira de ação e modos de ver o mundo. Ainda conforme o autor, entende-se que nem sempre essas “estruturas” aparecem de forma explícita de uma ordem expressa ao qual o indivíduo tem a oportunidade de decidir ou não executar a ação. Em sua forma mais usual, elas surgem e se formam de modo inconsciente pelo convívio coletivo, em que indivíduos reproduzem ações sem refletir os meios ou os motivos delas. Contudo, ao passo em que o indivíduo reproduz as ações inconscientemente determinadas, ele também as desenvolve de forma subjetiva, ou seja, ele as ressignifica de acordo com posturas e vivências próprias, como coloca Bourdieu quando define a base desse conhecimento “praxiológico”:

O conhecimento que podemos chamar de *praxiológico* tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas as relações dialéticas entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 1983, p. 47)

Assim, o conceito de *habitus* se classifica por meio de uma abordagem do conhecimento praxiológico, que leva em consideração tanto os processos de influência social nos agentes quanto os processos de construção da sociedade pelos agentes, não havendo separação entre indivíduo e sociedade. No entanto vale salientar que esses “*habitus*” e “práticas” se instituem dentro de “campos” ou “estruturas” específicos de atuação e vivência

dos indivíduos, do qual não pode se dissociar. Dentre essas estruturas podem se definir as estruturas do grupo e as estruturas sociais:

Na verdade, sabe-se que as interações simbólicas no interior de um grupo qualquer dependem não somente, como bem vê a psicologia social, da estrutura do grupo de interação no qual elas se realizam, mas também das estruturas sociais nos se quais se encontram inseridos os agentes em interação (isto é, estrutura de classe). (BOURDIEU, 1983, p. 52)

Portanto, percebe-se que o *campo* pode condizer a diversos tipos de ambientes de convívio social, seja no trabalho, na escola, casa, e são esperadas certas maneiras de agir nesses espaços. Desse modo, o *campo* delimita as múltiplas escolhas e possibilidades de ações que o indivíduo tem perante a sociedade. Todavia, o *campo* também pode corresponder às estruturas de classe, em que os fatores econômicos e socioculturais influenciam e determinam certos padrões de comportamento. Pode-se associar algumas transmissões de *habitus* quando se volta para o artigo anteriormente mencionado, em que a revista *Anuário das Senhoras* age dentro de um campo, uma estrutura estruturada e estruturante no quesito de reprodução de práticas e representações que ela acaba trazendo às leitoras.

No *campo* também se inserem as relações de poder, que definem as posições sociais e reproduzem as classes através dos variados capitais que as compõem. Desse modo, falar de poder, de acordo com Bourdieu, é falar dos capitais que circundam os diferentes campos da vida social, podendo ser especificados como capitais cultural, social, econômico e simbólico. Em qualquer uma dessas formas, eles funcionam como propulsores da flexibilidade social, definindo, por meio da desigualdade, dominantes e dominados e a busca pela obtenção de maior capital, isto é, poder:

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo poder apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: os dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam, o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, em contrapartida aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão. (ORTIZ, 1983, p. 21)

Assim, compreende-se que, de acordo com a posição social do indivíduo, quanto mais capital maior o poder dos agentes no campo. Desse modo, o poder se apresenta como intermediário das ações estruturadas e estruturantes, que ao mesmo tempo em que é construído socialmente por um grupo ou instituição, ele também constrói as ações dos

indivíduos. É a partir desse princípio que se pode observar a utilização do poder simbólico para dominação das classes, na qual as camadas dominantes o utilizam como forma de manutenção e manipulação das camadas inferiores ao produzir suas próprias simbologias.

A forma de atuação do poder simbólico manifesta-se de forma tácita naqueles que o reproduzem, ou seja, não há um reconhecimento imediato da concepção por trás da ação efetuada e se dá de forma naturalizada por meio da construção do *habitus*, incorporando as regras e as estruturas sociais que exercem o poder simbólico, como mostra Bourdieu:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma de poder transfigurada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e de modelos cibernéticos que fazem das relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 1989, p. 15)

Destarte, o poder simbólico se dá num processo de “ignorar-reconhecer” a violência que está sendo exercida sobre aqueles que a apreendem, que significa dissimular e legitimá-la por meio da reprodução. Assim, pode-se mencionar outro conceito formulado por Bourdieu interessante a essa proposta de estudo: violência simbólica. Este caracteriza-se como constrangimento não físico do indivíduo que o impõe ações de acordo com o discurso dominante, gerando algum tipo de mal-estar social ao indivíduo do “descumprimento” da regra. É nesse viés que podemos associar os conceitos de beleza e feiura em suas respectivas noções. De acordo José Antônio Tobias:

A beleza transcendental é aquilo que, conhecido, agrada. A beleza estética é determinação, uma especificação da beleza transcendental; é a beleza transcendental fazendo face ao sentido inteligenciado do homem; naturalmente fazendo face com agrado. Portanto, a beleza estética é aquilo que, conhecido pelo sentido inteligenciado, agrada-lhe. (TOBIAS, 1999, p. 25)

Nessa definição inicial, o autor toma dois exemplos de conceitos de beleza: a transcendental e a estética. A primeira se trata de uma concepção de beleza popular, que sendo conhecida se torna agradável a quem observa, e a segunda é uma concepção de beleza mais particular, na qual é necessário aos indivíduos conhecer e sentir se algo é agradável ou não por meio do sentido “inteligenciado”. Desse modo, as definições de beleza também podem gerar a orientação inversa, em que a feiura surge como sendo um estado de privação:

A feiúra é negação; ainda mais, é privação, pois a negação é simplesmente não ter algo, enquanto que a privação é não ter algo que se devia ter. A falta de inteligência na pedra constitui uma negação; a falta de vista no homem, uma privação. A feiúra é privação; privação da beleza estética. Por isso, se a estética é aquilo que, conhecido pelo sentido inteligenciado, agrada-lhe, a feiúra há de ser aquilo que, conhecido pelo sentido inteligenciado, desagradá-lhe; quer dizer, a feiúra é privação de uma realidade, a beleza estética. Sendo privação, a feiúra só existe na realidade como privação. (TOBIAS, 1999, p. 36)

Constituindo-se como privação da beleza estética, a feiúra é privação da harmonia e da perfeição que é definida pela inteligência e pelo sentido humano. Assim, no sentido contrário, é o desarmonico e o imperfeito definidos pela consciência humana como desagradável. A partir disso, somos levados a crer que existem diversos aspectos no “ser feio”, podendo ir desde a “feiúra moral” à “feiúra física”. Contudo, todas as faces do prisma da feiúra convergem a uma mesma origem:

Também quanto a feiúra. A sua natureza é ser aquilo que, conhecido pelo sentido inteligenciado, desagradá-lhe. Sua causa? É o sentido inteligenciado. Mas, como é que o sentido inteligenciado causa a feiúra? Igualmente aqui, como na máquina, a questão pode ser encarada sob dois aspectos: invariável e variável. O “invariável” é que a feiúra sempre se constitui, pela transgressão a certas regras, em normas ou padrões fixados em imagens mais ou menos esquemáticas ou em ideias mais ou menos empíricas. O “variável” nasce do fato de variarem as circunstâncias de feiúra para feiúra. Ainda que sempre seja transgressão a certas normas mais ou menos conscientes e confusamente preestabelecidas, a feiúra originar-se-á de um modo, diante de um quadro de Portinari e de outro, diante na *Nona Sinfonia* de Beethoven. Ainda que a causa permaneça a mesma, as circunstâncias são diferentes. (TOBIAS, 1999, p. 82).

De acordo com Tobias, a feiúra nasce tanto “variável” como “invariavelmente”. No primeiro modo se daria devido à formação diante de uma circunstância, variando de feiúra para feiúra. Já no segundo, se daria pelo fato da feiúra sempre se formar devido a uma série de normas estabelecidas que levam a acreditar que algo ou alguém é feio. Esse processo seria ocasionado pela quebra dessas regras estabelecidas, isto é, pela transgressão às imagens e ideias projetadas ou experiencialmente concebidas. Sendo assim, essa formação ocorreria num processo interno do ser, que “devido à educação, às experiências da vida e aos hábitos adquiridos, toda pessoa vai armazenando ideias e sentimentos a respeito das coisas”. (TOBIAS, 1999, p. 83)

Partindo dos conceitos formulados por Bourdieu, compreende-se então que a beleza pode ser tida como um ideal formado pela ampla maioria e aceitação social, construída mediante um habitus ao se incorporar e reproduzir as noções de violência e poder simbólico pelas classes dominantes. É nesse viés que Renato Ortiz, organizador das obras de Bourdieu,

ressalta a visão do autor acerca das relações de poder no campo cultural em que há a dominação do gosto por meio da violência simbólica:

Sabendo-se que o habitus assegura a interiorização da exterioridade e adequa a ação do agente à sua posição social, tem-se que as diferenças de classe se objetivam nas disposições que possuem os indivíduos em consumir legitimamente obras consideradas legítimas. Através do gosto se manifesta, assim, um tipo de dominação suave (violência simbólica), onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. (ORTIZ, 1983, p. 25)

Aplicando ambas perspectivas teóricas, entende-se que a beleza pode se constituir enquanto um ideal de uma classe dominante, cujos modelo e símbolos dados como legítimos socialmente, são impostos e incorporados ao habitus, aos dominados por meio de uma violência simbólica de adequação. E seu descumprimento gera repreensões e noções de feiura moral ou física, apresentando, assim, uma face do poder simbólico exercido. Fundamentando-se nesses princípios, toma-se a direção da análise na revista *Anuário das Senhoras*, buscando perceber como ela se propõe a construir e/ou reproduzir certos modelos e concepções de beleza e feiura.

II. O *Anuário das Senhoras* e a reprodução da dominação masculina

A revista *Anuário das Senhoras* foi um periódico anual, cuja circulação se deu entre 1934 a 1958. Por ter a característica da anualidade, a revista possuía uma estrutura para uso de longa duração, que consistia em capa e folhas grossas, formato de brochura de 20x28 centímetros, e arte da capa sempre com elementos geométricos planos e ligados ao feminino, como linhas, ondulações e estampas com aspectos da flora. Tudo isso a adaptava ao ambiente da casa, como mostra Janaína Garcia:

O *Anuário* seria alvo de uma leitura intensiva; tanto sua periodicidade quanto seu conteúdo permitiam que fosse constantemente consultado, folheado, lido. Talvez essa idéia de perenidade explique a capa com motivos florais, semelhantes inclusive às sugestões de decoração das páginas da revista, que a publicação apresentaria na década de 1940. A maioria das outras revistas femininas, semanais ou mensais, estampava na capa ilustrações ou fotos de artistas. Teoricamente, essas seriam substituídas várias vezes em um ano; o *Anuário das Senhoras*, por seu turno, integrar-se-ia à casa, talvez por isso capas em harmonia com o resto do espaço, no mesmo ambiente em que reinavam as paredes com papel florido, as roupas com temas primaveris. (GARCIA, 2004, p. 42)

Além disso, a revista se dividia principalmente em artigos com temáticas diversas e publicidades, em sua maioria com imagens em preto e branco. Apesar da diversidade das temáticas, os textos eram em sua maioria voltados à figura feminina, como uma compilação

dos assuntos que já permeavam as produções da área pela editora *O Malho*. Dessa forma, pode-se identificar os assuntos referentes aos cuidados do lar e da família, a moda de cadaano, curiosidades, decoração, coleção para noivas e crianças, literaturas diversas, culinária e, em especial, as dicas de beleza, que permeia frequentemente os exemplares.

Atentando para esse último tópico, percebe-se que por todo o percurso das 24 edições do *Anuário das Senhoras* os tipos de beleza assumem formas bastante características, dentre as quais se pode identificar em grandes definições a beleza moral, a beleza estética e a beleza natural. Outrossim, a beleza nesses domínios toma a forma de ideais sociais e da moda, indicando às mulheres as maneiras consideradas corretas de se portar, de se vestir, de se maquiar, de cuidar do aformoseamento do corpo etc. Como visto anteriormente, são todos detalhes que sugerem a noção de mulher “perfeita” em relação ao ideal social e de elite. Logo, se há um ideal de perfeição, deve haver também a contrarregra que nos remete aos ideais de feiura.

E as noções de feiura realmente apareceram no anuário. Contudo, essas aparições não surgiam em forma de temática, mas elas mostravam sua face seja de forma implícita, quando uma definição de beleza criava um entendimento do que seria errado ou feio; ou mesmo de forma explícita, quando a palavra e a concepção de feiura eram definidas de forma evidente pelo texto da revista. Assim, é frequente ver como ideias de algo feio a imoralidade e a falta de estética, nas quais esses princípios se delineiam em torno dos traços da velhice, da obesidade e da magreza excessiva, do ciúme, da desconfiança, dos moldes das partes do corpo, dos maus hábitos e comportamentos.

Essas características, tanto do belo quanto do feio, possibilitam compreender os modelos propostos enquanto um produto cultural, como um símbolo que permeia as relações sociais e que molda a postura feminina, funcionando como um instrumento de dominação, como pode ser visto em Pierre Bourdieu:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em conseqüência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser. Esta heteronomia é o princípio de disposições como o desejo de atrair a atenção e de agradar, designado por vezes como coqueteria, ou a propensão a esperar muito do amor, o único capaz, como diz Sartre, de fazer alguém sentir-se

justificado nas particularidades mais contingentes de seu ser, e antes de tudo de seu corpo. (BOURDIEU, 2012, p. 82-83)

Dessa forma, nos discursos que conduzem o conceito e as práticas em prol da beleza há um instrumento da dominação masculina, que tem por efeito expressar a feminilidade que está destinada à “obrigação” social e biológica da mulher numa sociedade conduzida por homens. De modo que toda mulher deveria se preocupar com a aparência devido sua dependência de aprovação e de exposição na vitrine social. É nesse sentido que Bourdieu continua a analisar:

Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, na ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinando-lhes lugares inferiores [...], ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo curvadas, com braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas e mesquinhas [...], enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar a base das diferenças sociais. (BOURDIEU, 2017, p. 41-42)

Observa-se que, cotidianamente, essas formas são reproduzidas e, sem perceber, as mulheres se adaptam ao poder simbólico tendo que ajustar constantemente suas fisionomias e comportamentos para se adequar aos padrões aceitáveis socialmente. Entretanto, a não adequação acabaria por ocasionar uma *violência simbólica*, na qual esse sentido inverso resultaria num sentimento de constrangimento do indivíduo, surgindo as noções de feiura (moral ou física).

Incessantemente sob o olhar dos outros, elas se vêem obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, do qual procuram infatigavelmente se aproximar. Tendo necessidade do olhar do outro para se constituírem, elas estão continuamente orientadas em sua prática pela avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de portar o corpo e exibi-lo poderão receber (daí uma propensão, mais ou menos marcada, à autodepreciação e à incorporação do julgamento social sob forma de desagrado do próprio corpo ou de timidez). (BOURDIEU, 2012, p.83)

Com base nesses pressupostos, é que se analisa a revista como instrumento reprodutor de certos padrões de beleza e de feiura colocados socialmente. As dicas de beleza, aparentemente inocentes, produzem acomodação às instruções ali colocadas. A leitura de uma página cheia de referências da perfeição da mulher loira, bronzeada e com maquiagem x, por

exemplo, faria voltar o olhar da mulher para si mesma e, ao perceber que nenhum desses atributos lhe compõem, a repulsa da própria imagem a levaria a adotar tais atributos ali estampados. Por mais que esse modelo aqui descrito não seja necessariamente uma regra para todas as leitoras, sabendo que cada indivíduo absorve e interpreta as informações do campo de maneira diferente e condizente às próprias estruturas em que vivem, elas não estariam de todo equivocadas, já que de alguma forma esses conteúdos iriam produzir algum efeito, mesmo que não se saiba qual seria exatamente.

Nessa perspectiva, por meio de alguns recortes, busca-se verificar como a revista *Anuário das Senhoras* apresenta em seus artigos definições do que é ser uma mulher bonita e/ou feia ao longo das suas edições.

III. Bela ou feia? A estampa feminina nos vestígios do *Anuário das Senhoras*

No início deste texto analisou-se como o artigo “Boas maneiras” trazia indicações de como a mulher devia se comportar em casa para garantir a harmonia do lar. Percebeu-se como isso se atrelava a questões de reproduções de uma atribuição repassada ao sexo feminino, por meio da violência e do poder simbólico na construção de um habitus que reforça traços da dominação masculina exercida socialmente. Desse modo, tomando a revista como inserida em um campo, isto é, uma instituição que possui uma configuração social e cultural, procura-se analisar o conteúdo de alguns exemplares a fim de entender como eles estampam aspectos dessa dominação masculina e como se constroem o habitus a respeito da beleza e da feiura ao longo dos anos.

Cultura physica é indispensável. Qual de nós não pode dedicar vinte minutos a cultura physica? [...] Cada uma de nós deve-se interessar-se pela cultura physica, porque: As mulheres gordas precisam: emagrecer. As que praticam exercicios physicos e não conseguem redução de peso, não sabem exercitar-se. As magras: devem engordar um pouco. Braços de flauta, pelancas, peito chato, espaduas pontudas – que lastima! Exercícios lentos são indicados. As meninas em idade de se casar não se devem ater a que os homens preferem as loiras, e sim que elles apreciam mulheres bem feitas, embora de rosto sem traços de acentuada formosura. As mulheres casadas: devem saber que exercício physico é um terreno admirável para o bom humor. Depois, durante a pratica do mesmo, que se ajudem, marido e mulher. Depois, só se ouve: - Como elle é forte - Que flexibilidade a do corpo de minha mulher! Os que têm um pesar: encontram a alegria de viver no exercício physico. Creanças, gente moça, gente menos moça... pratiquem o exercício physico. oexercício physico sustenta a mocidade impedem que as mulheres vivam a se lamentar de achaques intestinais tão comuns ao sexo, e de outros incommodos que se queixam frequentemente. O exercício physico ainda produz clareza na pelle, brilho nos olhos, belleza em geral. (CULTURA..., 1934, p. 199)

O artigo “Cultura physica”, do anuário de 1934, mostra um pouco da ebulição dos esportes e dos cuidados com a saúde fomentados no decorrer do século XX, destacando a importância da prática de exercícios que ajudam no bem-estar de homens e mulheres. Entretanto, é a forma como essa informação é transmitida às leitoras que nos serve de análise, já que o texto ressalta aspectos negativos da fisionomia feminina, tanto de mulheres gordas quanto de mulheres magras, utilizando-se do argumento de agrado do marido ou dos pretendentes para aquelas “em idade de se casar”. Torna-se perceptível toda a construção de um comportamento de que a mulher precisa se preparar para agradar uma certa noção de beleza buscando atrair ou se destacar perante o sexo masculino. Além disso, deixa evidente o ideal de beleza da mulher “bem feita”, exercitada, flexível, não muito magra e nem gorda, bem como destaca, por aversão, a noção de feiura da gordura e da magreza. Esse exemplo se repete quando observamos o artigo “Beleza dos olhos”, de oito anos depois:

Se os olhos estão vermelhos lacrimejantes, estriados de pequenos vasos sanguíneos, não podem ser bonitos. Torna-se necessário tratá-los com um banho apropriado. Se as pálpebras estão inchadas, eis outro inconveniente. Compressas quentes, com um produto indicado, corrigem o mal, sendo aplicadas pela manhã e à noite. Desempenhando papel importante na beleza dos olhos e na expressão fisionômica, as sobrancelhas devem ser depiladas com critério e arte, depois lustradas com matéria graxa. Os cílios sempre tratados com cuidado, aplicando-se cosméticos de boa marca, discreto para de dia, azul, verde ou violeta para à noite. Se V. possúe cílios longos, fartos, sedosos use apenas óleo de rícino. Uma suspeita de tinta nas palpebras durante o dia. acentuada à noite, dá muito brilho ao olhar. É preciso escolher, porém, um tom de tinta que vá com a cor dos olhos, sendo recomendável às mulheres naturalmente olheiradas de não usarem o galante artifício, pois só lucrariam em parecer mais idosas. Poucas mulheres sabem “fazer” os olhos, pois sempre mancham as palpebras. Convém ter a mão um pouco de água quente e creme para retirar a tinta supérflua. (BELESA..., 1942, p. 153).

Novamente, no artigo do anuário de 1942, a revista constrói uma percepção do que é belo ou não para as mulheres. Mas, dessa vez, o foco se encontra na área dos olhos, que não deveriam se aparentar descuidados de tratamentos tópicos ou de maquiagem que auxiliam no embelezamento. Todos esses recursos acabam por delinear um aparelhamento de “certo e errado” para as mulheres da época, moldando a conduta da mulher em procurar andar sempre arrumada e com impecável aparência, mesmo que o “defeito” seja um traço natural ou que ocorra eventualmente em qualquer ser humano. Ainda na revista de 1942, é possível perceber outra convenção de beleza (estética), na qual se destaca, pelo traço inverso, a feiura:

A mais bonita silhueta feminina pode, desgraçadamente, ser mutilada por um par de feias pernas. Numerosas são as mulheres que não ousam usar um “short” ou um “maillot”, pesarosas de não fruir aquilo que muitas fruem. [...] Recorrer á massagens que se podem fazer com a ajuda de um rôlo de

borracha; usar banhos de luz, os quais provocam calôr capaz de atingir a celulite que não se desgasta senão a 40 ou 50 gráus. Finalmente praticar exercícios, fator indispensavel ao emagrecimento em relação, porque êle também reativa a circulação e favorece a combustão da gordura. [...] As varizes também mancham a beleza das pernas. O mais das vezes elas surgem depois de longa permanência de pé, e em geral atingem as mulheres que ficam a rodar no mesmo canto em vez de marchar verdadeiramente. [...] Joelhos conexos — Esta deformação do osso resulta de certo deslocamento dos joelhos e dá ao andar um modo desgracioso. A ginastica e a marcha feitas sistematicamente corrigem o mal. Pernas arqueadas — Fácil de corrigir desde que se trate de seguir a orientação descrita na legenda do exercido n.º III, sendo recomendável andar de bicicleta ou marchar, etc, usando sapatos sem salto, confortáveis, e nunca apertar os tornozelos com tiras de pano ou de borracha, pois só produzem mau resultado. Se a leitora atender ao que ficou descrito, por força apresentará bonita silhueta. (BELEZA..., 1942, p. 102-103)

O texto volta-se para falar de medidas que deixam as pernas bonitas e saudáveis. Entretanto, se utiliza daquilo que comumente se caracteriza como disforme para realçar os traços de beleza que as mulheres deveriam buscar possuir. Desse modo, procurar se livrar de inchaços, problemas de inflamações, bem como de celulites, gorduras, varizes e do andar desajeitado, facilitaria a vida daquelas que desejassem usar short ou maiô, mas que eram “proibidas” devido as “feias” pernas. Assim, observa-se que ao tentar trazer uma solução para um “problema” feminino, o texto automaticamente caracteriza como obstáculos todas essas descrições, reforçando e reproduzindo o que é bonito e o que é feio, e o que pode ou não ser usado em determinadas fisionomias.

No artigo “cultura e modéstia”, de 1947, verifica-se outro tipo de estímulo à beleza, que nessa circunstância se qualifica enquanto beleza moral. Fala sobre a importância da modéstia como sinônimo de cultura, e que não deve ser exacerbada beirando a soberba nem inexistente, deixando a pessoa tímida e submissa:

As pessoas modestas evitam os enganos e decepções que seguem sempre as empresas presunçosas; não perseguem os triunfos rápidos e prematuros, não falam decisivamente nem dogmatizam; sabem que a verdade se procura, e não se possui. Estão convencidos de que julgar bem consiste, com frequência, em duvidar e reservar seu julgamento para depois. [...] A modéstia, quando chega a ser feita de confiança exagerada em si mesmo, tímida e debilidade, torna-se defeito, que convêm combater. O temor de cometer faltas, de errar, de ser humilhado, impede-nos de que nos manifestarmos, de nos acostumarmos a ser nós mesmos, aproveitar a experiência e afinal, cultivar-nos. Prudentes e modestos, sim; tímidos e timoratos, não! A modéstia é sinal e indício da verdadeira cultura. (CULTURA, 1947, p. 12)

Por mais que a dica não mencione a palavra “beleza”, constata-se que a moral da modéstia é ressaltada como algo agradável aos costumes e à educação, e que a postura tímida

e debilitada são, segundo o artigo, mais suscetíveis a decepções. Dessa forma, toma-se como “belo” a prudência e a modéstia, e como “feio” a timidez, a soberba e a insegurança, reforçando a ideia de qual comportamento é mais admirável socialmente e qual é considerado mais condenável.

Outro exemplo de beleza e de feiura moral pode ser percebido no anuário de 1951, no artigo “Meninas mocinhas?”:

Eis o momento de velar sobre a sua filha, não deixá-la ao sabor da aventura, evitar-lhe contacto com o lado feio da existência. Também será imprudente deixá-la de parte, e, em assim sendo, permitir que a curiosidade se avive a torto e a direito. [...] A fôrma pela qual a menina-moça vê a- primeiras realidades da existência, lê os livros de ciência, ouve e detém das conversações das pessoas grandes-, lê, aprecia as produções cinematográficas, importa especialmente na formação do espírito, e, o que é mais sério, no senso da moralidade. Aos 11 e aos 13 anos a menina é moralmente frágil. Procure entendê-la, orientá-la, e terá fixado a mais sólida base para um bom futuro. (MENINAS, 1951, p. 226)

O texto fala sobre os cuidados com as filhas moças, que os pais devem ensinar a moralidade e a ética, evitando a indecência e falta de educação. Percebe-se que o ensinamento dos cuidados e bons modos vai sendo ditado e construído desde a infância, em que, pela forma que o texto se refere, a moralidade acerca da virgindade feminina se delineia. Relegar à revista o ofício de construtor de um *habitus* tão arraigado seria equivocado, pois sabe-se da forte herança religiosa estabelecida no território brasileiro. Entretanto, por mais que se trate de algo sedimentado na sociedade e cultura brasileiras, a revista acaba por reproduzir esses estigmas e repassar para as mulheres leitoras a imagem da conservação, da preparação para o casamento, e da figura feminina como um ser frágil e desamparado; além de tornar feio e sujo tudo o que condiz a sexualidade feminina fora dos estreitos padrões.

CONSIDERAÇÕES

A partir desse trabalho foi possível compreender, por meio dos estudos de Pierre Bourdieu, como os conceitos de *habitus*, campo, violência e poder simbólico, e a dominação masculina contribuem para o entendimento da formação das noções de beleza e feiura na revista Anuário das Senhoras. Desse modo, possibilitou-se conhecer um pouco mais acerca do universo de reprodução social que a revista aborda, bem como se define o belo e o feio socialmente.

Além disso, tornou-se possível entender como certos comportamentos femininos acabam sendo incorporados, de certa forma. Seja no cotidiano ou pela leitura da revista na

época, a reprodução de alguns padrões de estética acabou-se sendo instigada ao longo dos anos, o que evidencia a importância do estudo dos meios históricos para a análise social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

“BELESA dos olhos”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano IX, 1942. Anual, p. 153.

“BELEZA e juventude! Todas as mulheres podem ter bonitas pernas”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano IX, 1942. Anual, p. 102-103.

“BOAS maneiras”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano I, 1934. Anual, p. 211.

“CULTURA e modéstia”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano XIV, 1947. Anual, p. 12.

“CULTURA physica”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano I, 1934. Anual, p. 199.

“MENINAS mocinhas?”. *Anuário das Senhoras*, Rio de Janeiro, Sociedade anônima “O malho”, ano XVIII, 1951. Anual, p. 226.

Livros:

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: BOURDIEU, Pierre. ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 60-61; 47; 52

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Fernando Tomaz (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 15.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 82-83; 83.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017, p. 41-42.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre. ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 21; 25.

TOBIAS, José Antônio. *O Feio e o Belo: uma abordagem estética*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1999, p. 25; 36; 82; 83.

Dissertações:

GARCIA, Janaína A. Beraldo. *Escola de modelos: três décadas do Anuário das Senhoras (1934-1954)*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Acervo UFPR, 2004, p. 42.

**A ESTROVENGA GIROU - O MANGUEBEAT E O TRANSNACIONAL NO
DEBATE CULTURAL DE RECIFE NA DÉCADA DE 1990**

Renan Vinícius Alves Ramalho¹

1 INTRODUÇÃO

O simpósio para o qual esse texto foi escrito tem por tema a teoria da história, historiografia e história dos espaços. Por esse motivo, escolhemos uma questão teórica que julgamos ser bem ilustrada pelo nosso objeto e que, paralelamente, é útil na elaboração de hipóteses sobre esse mesmo objeto. Tais hipóteses, nascidas da observação das fontes e adensadas pelas proposições teóricas, deverão fazer o caminho de volta para serem confirmadas ou não pelas mesmas fontes. Assim, tentamos estabelecer um diálogo entre as duas dimensões da pesquisa num ponto em que acreditamos que essas se enriquecem mutuamente.

Tal conteúdo teórico refere-se à noção de “virada espacial”, aqui tomada a partir dos trabalhos do crítico literário Robert Tally (2018, p.2). Quanto ao objeto próprio da nossa pesquisa trata-se do manguebeat, movimento cultural cujo epicentro foi o Recife da década de 1990. Sendo assim, o presente trabalho investiga a relação do movimento manguebeat com os debates culturais em torno das identidades locais em Recife, tendo em vista as novas condições espaciais colocadas na década de 1990. Especificamente, tentamos compreender como um movimento cultural que surge em conflito com as visões tradicionais, defendidas pelos folcloristas e pela oficialidade local, em pouco tempo passa a compor esforços identitários institucionais desse mesmo espaço (por exemplo, sendo registrado como patrimônio imaterial do Estado de Pernambuco).

2 PASSADO PRESENTE

O manguebeat foi um movimento predominantemente musical nascido no Recife motivado por um desejo de jovens que se diziam inconformados com a pouca dinamicidade da cultura local na cidade. Mesmo a capital pernambucana sendo o centro de produção de objetos culturais de uma certa visão sobre a região, e, nesse sentido, talvez a cidade nordestinamais dinâmica em termos culturais, o discurso desses jovens era marcado pelo sentimento de falta. Tratava-se de um impulso na direção do novo, do original. A vinculação do universo

¹ Mestre e doutorando pela UFRN. Endereço de e-mail: renan.ramalho@hotmail.com.

estético da cidade a uma noção tradicional de folclore era tomada por esses artistas como um fator limitante. Eles almejavam uma arte que falasse do presente urbano ainda que estivessem em meio a profusão de curadorias que caçavam o “típico”, que, na esteira do regionalismo tradicionalista, apontava para o rural e para o passado.

Um exemplo dessa tendência pode ser notado no depoimento do crítico musical José Teles, que narra sua experiência como membro da curadoria do Projeto Cumplicidades em 1994, às vésperas da gravação de *Da Lama ao Caos* por Chico Science e Nação Zumbi² (TELLES, 2012, P.10). O projeto, encaminhado pela Fundação Joaquim Nabuco, mas com a participação de diversas instituições, era uma espécie de intercâmbio cultural entre o Nordeste brasileiro e Portugal. Segundo conta, Telles teria sido o único a votar pela inclusão de Chico Science e Nação Zumbi. Acrescenta, ainda, que, ao ser tocada a fita demo da canção “A Cidade”, uma curadora teria afirmado não ser música aquilo que ouvia, devido à ausência de harmonia. Ainda em seu depoimento, o crítico José Telles acrescenta: “Mas isso não vem de hoje, é marca registrada da tão falada pernambucanidade” (ibidem, p.10).

Apesar da fala acima ser uma expressão de uma impressão pessoal do crítico musical, ela toca em questões já robustamente trabalhadas pela historiografia. A fórmula do regionalismo tradicionalista fora bem sucedida por décadas a fio no Recife como uma espécie de conteúdo cultural oriundo de uma estratégia política que servira como tábua de salvação à elite decadente do, à época, Norte brasileiro; como demonstram os escritos de Albuquerque Júnior (2011) e de Pontes de Azevedo (1984). Iniciada formalmente na década de 1920, com Gilberto Freyre figurando o posto de seu articulador intelectual, a postura cultural tradicionalista do Recife teve como um de seus afluentes o movimento Armorial, de Ariano Suassuna. Surgido décadas depois, em 1970, o movimento adquiriu lugar seguro nos esforços de fomento cultural da cidade, num período em que o escritor dispunha do cargo de Diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e era objeto da simpatia dos militares à sua proposta.

Apesar de contar com amplos apoios, sobretudo governamentais, o caminho de Suassuna não foi trilhado sem oposições. Foi público o desafeto entre ele e seus ex-alunos de estética, Jomard Muniz de Britto e Celso Marconi, por exemplo. Em artigos no *Jornal do Commercio* esses lançaram farpas em contra-ataque à rejeição de Suassuna à versão

² Banda de maior sucesso midiático do manguebeat, tinha como vocalista Chico Science. O cantor, que faleceu tragicamente em 1997 em um acidente automobilístico em pleno período de carnaval, se notabilizou como ícone do movimento e ainda hoje ostenta sua imagem pela cidade em pinturas, camisas ou mesmo na estátua localizada na Rua da Moeda, um dos principais pontos da vida noturna recifense.

pernambucana do tropicalismo. Reeditava-se assim a conhecida oposição entre as visões de cultura local predominantes nos dois principais periódicos da cidade, que na primeira metade do século XX cediam suas páginas como armas e palco dos embates entre passadistas e os arautos do modernismo paulistano. O Jornal do Commercio servindo a estes e o Diário de Pernambuco àqueles. A primeira resposta de Suassuna aos ataques (ou contra-ataques, a depender da perspectiva) se serviu da agudeza da sua pena no Diário, em artigo de 04 de abril de 1968. O duelo se manteve ainda por um tempo no calor das letras, até que o folclorista decidiu se serviu de um costume ainda mais inveterado que as querelas editoriais: dois socos em Celso Marconi; o primeiro encontrando seu destinatário; o segundo, por procuração, destinado a Jomard Muniz de Brito, de acordo com seu próprio relato (BRITO, 1981 apud TELLES, 2012, p.130,131).

Sem que tenhamos a pretensão de estabelecer uma relação linear entre os momentos e movimentos culturais na capital pernambucana, podemos afirmar que a dicotomia ‘preservação *versus* renovação’ habitou as polêmicas em torno da cultura local da cidade durante a maior parte do século XX. Nesse sentido o posto do tropicalismo recifense, que ocupara a posição antes preenchida pelo modernismo, foi então ocupado pelo manguebeatna década de 1990 como representantes de uma posição dessacralizante do passado. Isso teve, inclusive, desdobramentos nas páginas do Jornal do Commercio, visto a presença do movimento na coluna Recbeat do Caderno C desse periódico. Entretanto, dentre as numerosas diferenças que podemos apontar entre os três movimentos, uma nos é mais útil: o manguebeat foi o que nominalmente melhor se estabeleceu no discurso do senso comum sobre a memória da cidade. Mais ainda, apensar das contradições entre o manguebeat e o armorial, tanto Chico Science quanto Ariano Suassuna são celebrados como artistas que se dedicaram à valorização da identidade pernambucana.

Ainda que o objetivo comum em valorizar a cultura pernambucana atenuasse as arestas da oposição entre Ariano Suassuna e Chico Science, sua desarmonia tinham origem, sobretudo, na discrepância entre o conceito aberto deste, frente ao conservadorismo daquele. Tal dissemelhança possuía um conteúdo espacial, tanto em sua relação com o tema das fronteiras, quanto ao aspecto colonial no debate sobre a cultura. O manguebeat apostava numa abertura à cultura global como forma tanto de excitar a criatividade local, quanto viabilizar o encontro e trocas produtivas entre os ritmos espalhados pelo mundo, sobretudo aqueles oriundos da diáspora africana. Enquanto isso, o armorial se pautava pelo reforço das fronteiraspor meio da preservação da distinção do conteúdo local, além de postular um caminho de volta ao colonizador, numa tentativa de encontrar as “origens” da brasilidade na cultura

ibérica. Para eles, no Brasil, o vínculo com certa medievalidade ibérica estaria preservada na cultura sertaneja nordestina.

3 A VIRADA DO MANGUE

As trincheiras do manguebeat foram cavadas em espaços marginais da cidade e, enquanto defendiam a liberdade de criar produtos híbridos, seu arsenal se voltava contra o aspecto colonial da cultura. Sua postura combativa, irreverente, e, de certo modo, iconoclasta não pode ser retirada dessa equação e foi objeto de investigação nossa em trabalho anterior (RAMALHO, 2015). Entretanto, o movimento não se manteve sempre à periferia. Se o manguebeat surgiu sem grande apoio institucional nem anuência daqueles que tomavam para si o papel de preservar a cultura recifense, o fato é que o movimento se estabeleceu enquanto possibilidade de identificação viável, sobretudo entre a juventude urbana da cidade na década de 1990.

Apesar da aparente incompatibilidade entre o manguebeat e a visão preponderante na capital pernambucana (o regionalismo tradicionalista) o movimento se fez presente na toponímia, na estética urbana e mesmo em monumentos da cidade sem o prejuízo total desta visão. Ou seja, houve certa acomodação entre os dois discursos. Para ressaltar o gesto talvez mais emblemático nesse caminho à oficialidade, lembremos seu registro enquanto patrimônio imaterial do Estado de Pernambuco por meio da Lei ordinária nº 13.853, de agosto de 2009.

Essa guinada do movimento pode ser compreendida a partir de várias perspectivas: desde a condenação moral, baseada numa ideia de traição aos princípios do movimento; uma percepção mercadológica de sucesso; ou mesmo indiferença. Como aqui realizamos uma apreciação histórica, escolhemos observar a incorporação do manguebeat a políticas oficiais sob o prisma de um processo não linear e que contempla o irracional como um componente da ação humana. Sendo assim, as contradições são percebidas como elementos próprios ao devir dos processos sociais. De modo que não realizamos um julgamento moral dos fatos, mas tentamos compreendê-los em sua complexidade.

Segundo Bourdieu, “entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale apenas lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo” (BOURDIEU, 2011, p.141). Se aplicarmos esse entendimento à relação entre o manguebeat e as forças defensoras de certa noção de folclore e cultura local na capital pernambucana, aqui tomada em metonímia pela figura de Suassuna, temos a seguinte configuração. Por um lado, os *mangueboys* propunham uma dinâmica de produção cultural baseada na noção de

“cooperativa”, portanto, um conceito aberto e espontâneo, e, por natureza, averso à institucionalização. Por isso mesmo, priorizavam meios independentes inclusive em termos de mídia. Em contrapartida, concorriam por espaços de circulação e adesão de público com outros discursos sobre a cidade, refratários a sua proposta. Nessa disputa, ações como a fundação do Memorial Chico Science, ou mesmo o registro do manguêbeat enquanto patrimônio imaterial dariam vantagens competitivas ao movimento, ainda que contrapusessem a expectativa de não institucionalidade.

Ao mesmo tempo, nesse processo de estabelecimento do manguêbeat, figuras como Ariano Suassuna tiveram que definir sua posição relativa. Em entrevista concedida em 1999, portanto dois anos após a morte de Chico Science, Ariano Suassuna comenta sua visão sobre a proposta manguêbeat a partir de um encontro que teria tido com o cantor (SUASSUNA, 1999, p. 280, 281). No conteúdo, destaca a inferioridade de movimentos como o tropicalismo e o manguêbeat em relação ao armorial, qualificando-os como deturpações, devido ao uso de referências importados e ausência de produção literária por eles. Entretanto, diferentemente da abordagem combativa, agressiva, outrora direcionada aos tropicalistas, Suassuna utiliza um tom quase paternal ao explicar o porquê julgava que o *manguêboy* estava, em suas palavras, “equivocado”. Após declarar que tinha um apreço pessoal por Science, narrar o dia em que esse teria o abordado e afirmado “Professor, eu sou Armorial!” (*Ibidem*). O romancista reproduz sua resposta: uma declaração dos perigos das forças que invadiam culturalmente o Brasil e de como o equívoco de Science o colocava a serviço de uma causa que era o contrário de sua ambição. Inste é, Science estaria compondo um esforço em benefício ao reavivamento do *rock* no Brasil em detrimento da cultura nacional, ao invés do reavivamento da cultura local por meio do encontro com a cultura *pop*. Acrescenta, ainda, que Science teria afirmado na ocasião: “Ele é um mestre e sabe tudo e tem razão” (*Ibidem*).

A simples mediação pela linguagem e pela memória já faz de qualquer relato um item de representação, portanto contendo elementos de reprodução e produção. Além disso, certamente o tom da declaração foi influenciado pelo fato de ter sido dita após a morte de Science, que, também em razão disso, teria sido alçado à posição de ícone na cidade. Todavia, a despeito da coerência ou não entre o enredo e os fatos narrados, a narrativa em si traz consigo um conjunto de possibilidades que nos é útil. Narrar uma declaração por parte do ícone morto de reconhecimento do apostolado cultural do romancista pode ser lido como forma de reiterar sua posição. É possível enxergar nela uma tentativa de estabelecer um distanciamento e superioridade de sua visão de cultura local frente ao manguêbeat. Ao mesmo tempo notamos que o folclorista tenta preservar certa dignidade naquilo que seria uma espécie

de intersecção entre o projeto ingênuo de Science e sua própria visão. Ou seja, Ariano é simpático ao tanto de Suassuna que percebia em Science. Seu tom paternalista proporciona uma ambivalente rejeição acolhedora.

4 A VIRADA ESPACIAL

Até o momento demonstramos como se davam as relações entre a perspectiva de reforço às tradições e fechamento das fronteiras culturais frente ao impulso renovador da perspectiva manguebeat. Expomos, também, que apesar da aparente eminência de fracasso dessa proposta, frente à uma tradição tão convictamente conservadora, ela foi paulatinamente conquistando certo espaço institucional ao lado da visão hegemônica. Portanto, fica ainda em aberto as condições que possibilitaram o processo já descrito.

4.1 A parabólica fincada na lama

O Recife na década de 1990 era uma típica metrópole como outras espalhadas pelo mundo, com porto, aeroporto, infraestrutura de telecomunicação e parque industrial em sua grande área. De igual modo, era alcançada pelas transformações globais que encurtavam tempos e espaços. Para nomear tanto os efeitos práticos desse tipo de transformações, quanto as mudanças ocorridas nas ciências humanas em fins do século XX e início do XXI em resposta a tais transformações, Robert Tally recorre ao conceito de “virada espacial” (2018, p.10). Acrescenta ainda que:

Por uma variedade de razões relacionadas à geopolítica, ao comércio transnacional e a outras questões econômicas, à financeirização, às telecomunicações, ao transporte, à “alta” tecnologia etc., uma certa ansiedade cartográfica (como Derek Gregory a chamou) e um elevado senso de espaço parecem na realidade típicos da atual época de capitalismo tardio, do pósmodernismo e da era da globalização, para citar alguns dos rótulos populares destinados a nomear o sistema atual. Torna-se mais difícil dar sentido ou forma ao mundo tal como ele é e tal como o experimentamos (TALLY, 2018, p.11).

Ou seja, por um lado temos uma condição que ressalta o aspecto transnacional da vida contemporânea; por outro, uma maior necessidade e complexidade em dar significado à existência dos sujeitos expostos a essas condições. Dada a própria natureza das trocas comunicacionais no período da década de 1990, e da posição urbana do Recife, essas variáveis cercaram o debate identitário e de narrativas que estamos apresentando. Portanto, o momento de emergência do manguebeat ensejava novas respostas, pois a tarefa que se punha não era a mesma da que provocou a articulação do regionalismo tradicionalista na capital e seus sucessores. Diferentemente, tratava-se da inserção dessa num contexto comunicacional,

identitário e mercadológico que então operaria a partir de outros valores, aos quais se aproximavam à proposta do manguebeat.

Uma ponderação, contudo, precisa ser feita antes que continuemos nosso argumento. As identidades não são roupas que se trocam. Mudanças dessa ordem são operadas num ambiente de negociação, em que coexistem o descarte, a absorção e a transformação. O reconhecimento de um processo de crescente transnacionalização das questões sobre a cultura não significa o total achatamento das condições históricas dos lugares. Portanto, para compreendermos o êxito do manguebeat é útil considerarmos a correlação que fizeram entre as novas demandas e os conteúdos já estabelecidos na cidade. Para ilustrar isso, lembremos a imagem que figurava como insígnia do movimento: a parabólica fincada na lama; um símbolo ao mesmo tempo de enraizamento e de abertura. Assim, reforçavam um sentido de localidade ao mesmo tempo que realizavam uma dupla inversão. A primeira delas, a referência a um solo próprio à periferia urbana dos alagados; não mais o chão craquelado do sertão nem o massapê acomodatório do passado açucareiro. A segunda, uma referência às telecomunicações e abertura aos contatos globais.

Quanto à posição de Ariano Suassuna na já referida entrevista, ao ser inquerido sobre a relação entre os temas “globalização” e “cultura popular”, afirmou:

Isso é uma coisa terrível porque, a meu ver, como sempre acontece nessas coisas, as pessoas conseguem colocar uma máscara simpática no crime. [...] Evidentemente, o ideal é a fraternidade universal, mas, enquanto houver essa diferença entre países opressores e países oprimidos, o nacionalismo deve ser uma bandeira destes últimos.[...] O que estão fazendo agora é uma uniformização cultural, baseada na pior coisa que possa existir, que é o gosto médio. Estão pegando o gosto médio dos americanos e estão espalhando-o no mundo todo, como se ele fosse universal (SUASSUNA, 1999, p.278- 279).

Em outros termos, Suassuna lia o discurso da globalização sob o prisma do engano, da ameaça de domínio por vias de uma alienação cultural. Ao mesmo tempo, deixa entrever um fator já expresso na proposta armorial: uma predileção pela erudição, uma vez que seu movimento se prestava a criar algo como uma cultura erudita genuinamente brasileira a partir de elementos culturais sertanejos da região nordestina. Ainda que haja um constante apelo ao popular (para ele mais digno que a cultura de massas), esse aparece como matéria prima a ser esculpida pelo intelectual erudito. Isso sob o argumento que ali estaria preservada a reminiscência de conteúdos anteriores ao processo de modernização e urbanização, portanto supostamente mais brasileiros.

4.2 O cidadão do mundo

Se entre o manguebeat e a vertente hegemônica do regionalismo em sua época havia em comum, grosso modo, apenas o desejo de certa valorização da identidade recifense (excluindo aqui estratégias próprias ao campo, a exemplo do compartilhamento de categorias como região e nação), por outro lado, um autor local serviu de importante insumo aos *mangueboys*. Por mais que o manguebeat fosse um movimento prioritariamente musical, por meio desse autor era possível também se inserir na tradição intelectual da capital, além de uma inserção discursiva por meio da paisagem do mangue. Trata-se de Josué de Castro.

O autor recifense, conhecido pela alcunha de Cidadão do Mundo, teve por uma das principais marcas de sua atuação a participação em esforços multilaterais em organizações como a ONU. Sua escrita, naquilo que Alceu Amoroso Lima apelidou de “sociologia globalista” (LIMA apud CASTRO, 1984, p.25), foi marcada pela incitação à ultrapassagem das diferenças nacionais no sentido de mitigar o flagelo da fome, inclusive tecendo críticas ao discurso nacionalista. Ao mesmo tempo, sua preocupação e atuação profissional como médico e pesquisador em Pernambuco o colocava no rastro dos assuntos regionais, visto que a fome e a seca estavam na ordem do dia tanto em matéria de nutrição, quanto na narrativa sobre a cultura e política nordestina. Nesse ponto se opunha, por exemplo, à longa tese que atribuía a miséria nordestina a um condicionante natural. Além disso, sua incursão na literatura com *Homens e Caranguejos* (CASTRO, 1967) explorava o aspecto migratório das populações famintas resultante da desigualdade regional, apontando os manguezais do Recife como local de encontro de migrantes miseráveis. Assim, forneceu a Science uma série de imagens úteis à sua construção imagética, discursiva e musical; tanto no aspecto de abertura ao transnacional, quanto a respeito de uma visão sobre a região e a cidade.

Josué de Castro aparece nominalmente ou por alusão em mais de uma canção do CSNZ³. Entretanto, para os limites desse texto, fiquemos apenas em um exemplo que demonstra essa inspiração: *O Cidadão do Mundo*, do álbum *Afrociberdelia* (1996).

A estroenga girou/ Passou perto do meu pescoço/ Corcoviei, corcoviei/ Não sou nenhum besta seu moço/ [...] Eu pulei, eu pulei/ E corri no coice macio/ Só queria matar a fome/ No canavial na beira do rio/ [...] Jurei, jurei/ Vou pegar aquele capitão/ Vou juntar a minha nação/ Na terra do Maracatu/ Dona Ginga, Zumbi, Veludinho/ E segura o baque do Mestre Salu [...] Daruê

³ Temos enfatizado o papel de Chico Science não por desconsiderar a ação de outros tantos artistas do movimento. O fazemos por uma opção metodológica. Primeiramente, entendemos que o CSNZ foi o grupo de maior divulgação midiática, portanto, sendo mais responsável pela circulação de conceitos. Em segundo lugar, consideramos o papel catalisador, agregador e reverberante de Science no movimento.

Malungo, Nação Zumbi/ É o zum, zum, zum da capital/ Só tem caranguejo esperto/ Saindo desse manguezal/ [...] Eu pulei, eu pulei/ E corria no coice macio/ Encontrei o cidadão do mundo No manguezal na beira do rio.

Em poucas palavras, organizando a cronologia desses versos, temos: um sujeito que tenta matar a fome em um canavial à beira de um rio, mas que é flagrado por um capitão que tenta agredi-lo com uma estroenga (ferramenta semelhante a uma foice). Em razão disso, o personagem jura vingança e vai em busca de sua nação na terra do maracatu. Lá encontra o cidadão do mundo na beira de outro rio.

Numa segunda camada, alguns elementos podem ser depreendidos sem grande esforço interpretativo: como a insinuação da afrodescendência do personagem; o que é sugerido pela sonoridade do berimbau em certo momento da música que, associado às expressões “corcoviei” e “pulei e corri no coice macio” aludem à destreza própria à capoeira; havendo, ainda, a referência a alcunha de “capitão” ao agressor que, se considerarmos o passado escravagista da economia canavieira, poderia se tratar de um capitão do mato. Fato também corroborado pela menção a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares.

Numa terceira camada, percebemos um uso particular dos referenciais de tempo e espaço, a começar pelo termo “nação”. O letrista utiliza esse conceito não no sentido corrente de Estado-nação, mas numa acepção que aponta para uma ideia de grupo; o que num contexto colonial poderia designar escravos comprados em feitorias de uma mesma região, ou, num sentido contemporâneo, o uso que se faz para nomear agremiações de maracatu; ou seja, sentidos que apontam para reformulações identitárias de grupos marginais. Nesse silêncio podemos aventar uma opção do letrista em lançar pouca luz sobre a tradição nacional em um sentido moderno, ressaltando processos de identificação à periferia dos centros de poder. Algo que se afina com o sentido de “cooperativa cultural” do mangubeat, ou seja, uma idealização de colaboração sem razão institucional, movida pelo desejo espontâneo de agregação das pessoas e com objetivos definidos de forma horizontal.

Outro elemento espacial seria a dupla referência ao “rio”, que aqui representa a dicotomia Zona da Mata e litoral. O personagem faminto, que tenta se saciar próximo aos brejos açucareiros é levado a migrar para as áreas lamacentas da capital. Essa migração, de zonas de exploração do interior para a subsistência nos manguezais de Recife é tema justamente do romance de Josué de Castro (1967). Não por acaso o personagem da canção encontra o “cidadão do mundo no manguezal na beira do rio”; justamente a alcunha do escritor.

Tanto, no romance como na canção o rio figura o ponto de contato entre as duas zonas de miséria – daqueles que estão às margens da riqueza dos grandes senhores rurais e daqueles que estão às margens dos alagados urbanos, sobrevivendo dos recursos que a lama provê. Na letra de Science, além desse trânsito espacial, há ainda uma sobreposição de tempos. Assim, personagens como Zumbi (líder quilombola do século XVII) e Mestre Salustiano (chefe de agremiação de maracatu contemporâneo a Science) coexistem em um mesmo roteiro.

Noutra parte da canção temos o seguinte:

Eu corri, saí no tombo, senão ia me lascá/ Desci a beira do rio, fui parar na capitá/ Quando vi numa parede, um penico anunciá/ É liquidação total, o falante anunciou/ (Ih!) Tô liquidado, o pivete pensou/ Conheceu uns amiguinhos e com eles se mandou - é!/ Aí meu véio, abotoa o paletó/ Não deixe o queixo cair e segura o rojão/ Vinha cinco maloqueiro em cima do caminhão/ Pararam lá na igreja, conheceram uns irmãos/ Pediram pão pra comer com um copo de café/ Um ficou roubando a missa e quatro deram no pé.

Ou seja, o ato do personagem de descer o rio também une o tempo e espaço da economia açucareira escravagista ao universo de miséria urbana contemporânea, com referência a objetos como automóvel e alto-falante (tecnologias de uso popular no século XX). Notemos que entre os dois espaços o rural representa o passado, enquanto o urbano representa o contemporâneo. E, se à beira do rio do passado está o capitão do mato, lutando pelos interesses dos senhores de engenho; à beira do rio urbano encontra-se o cidadão do mundo, empenhado em interesses universais. Por último, é possível ainda observar o tema da delinquência e sua relação com a fome, aqui no paralelo entre o roubo ao canavial e o roubo à igreja.

A partir dessa breve análise, entendemos ser possível notar no escrito de Science a presença de sentidos antes trabalhados por Josué de Castro. Ressaltamos, porém, que nosso exercício não se trata de estabelecer um sentido último ou “correto” da canção, mas se apoia na significância de uma interpretação “possível” que se faça sem o recurso de esforços voluntariosos e que esteja em diálogo com outras produções e discursos do sujeito que a produz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso texto ressaltando a força e longevidade de um conjunto de formulações identitárias tributárias ao regionalismo tradicionalista com centro em Recife. Depois, apresentamos o manguêbeat como um movimento que surge na esteira de opositores

aos matizes desse regionalismo. Em seguida, expomos como, apesar disso, eles conseguiram se estabelecer enquanto proposta viável de identificação na cidade, adquirindo apoio, inclusive, das ações oficiais de fomento a cultura e ao patrimônio. Na direção do entendimento das razões dessa eficiência, defendemos a hipótese de que uma melhor adequação às exigências identitárias da contemporaneidade contribuiu para o sucesso do manguebeat; o que se valeu, dentre outros elementos de inspiração, da “sociologia globalista” de Josué de Castro, traduzida por meio de suas figuras literárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Parirus, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Afrociberdelia**. Rio de Janeiro: Chaos, 1996.

RAMALHO, Renan Vinícius Alves. **As fronteiras dos jardins da razão: o Manguebeat e o espaço da regionalidade no Recife da década de 1990**. 2015. 120f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SUASSUNA, Ariano. Conversa Sobre o Popular e o Erudito na Cultura do Nordeste. [Entrevista concedida a] Maria Thereza Didier de Moraes. **Revista Projeto História**, São Paulo, Educ/Puc-SP, n.18, p. 269-285, maio 1999.

TALLY, Robert. Mapeando a Literatura. **Topus**. Uberaba. v 4. p. 02-15, Jan./Jun. 2018.

TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

OS PRIMEIROS PASSOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O CONCURSO DE 1840

Roberta Ketllen Souza Duarte¹

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) organizou diversos concursos com diferentes temáticas. De forma bem geral, esses concursos tinham basicamente um assunto proposto por membros, nos quais os textos oferecidos pelos concorrentes eram julgados por uma comissão que premiavam os melhores, que podiam até ser publicados na revista do instituto.

E foi num desses concursos que, em 1843, Carl Friedrich Philipp von Martius apresentou a dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada na revista do IHGB em 1845. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, o IHGB partia da suposição de que só a fundação do Estado Nacional, em 1822, havia criado as premissas capazes de abarcar uma história geral do Brasil. Sendo assim, os primeiros passos concretos no sentido da criação de uma historiografia brasileira datam de 1840, quando Januário da Cunha Barbosa instituiu um prêmio para o melhor trabalho que apresentasse um plano a partir do qual se deveria escrever a História do Brasil. (GUIMARÃES, 2011, p. 117)

Nesse sentido, por meio de análise bibliográfica e documental, este artigo visa apresentar alguns detalhes desse concurso, como foi instituído, quais os prêmios, quais os resultados esperados, quem foram os concorrentes e, além disso, uma breve apresentação sobre o texto vencedor.

Tirando as ideias do papel: O IHGB, a escrita da história do Brasil e o concurso de 1840

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1840. Eram cinco horas da tarde quando foi aberta a sessão que celebraria os dois anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na ocasião, foram lidos alguns textos sobre a instituição. Um deles, o que

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Endereço de e-mail. robertaksduarte@gmail.com

nos interessa no momento, foi o relatório do secretário perpétuo do instituto, o cônego Januário da Cunha Barbosa. É nesse relatório que temos a primeira referência a respeito de uma premiação para quem escrevesse a melhor memória sobre o modo de como deveria ser escrita a história antiga e moderna do Brasil.

Quando as condições para o concurso se tornaram públicas, ainda em 1840, o prêmio oferecido pelo instituto foi uma medalha de ouro para quem escrevesse o mais acertado “plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes políticas, civil, eclesiástica e literária”. (IHGB, 1840, p.642)

Dois anos antes, no seu discurso de abertura da primeira sessão do IHGB, Cunha Barbosa já havia chamado atenção para uma possível divisão da história brasileira, a qual também pudesse apresentar o processo civilizador que o país estava a atravessar. Para o cônego, “a nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ainda ser subdivida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marca da nossa civilização.” (BARBOSA, 1839, p. 10)

Para Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011, p. 117), um grande estudioso da história da historiografia brasileira e do IHGB, o concurso instituído em 1840 pode ser visto como um dos primeiros passos concretos no sentido da criação de uma historiografia brasileira. Ou melhor, de uma historiografia brasileira institucionalizada.

Conforme indica Eliete Lúcia Tiburski (2011, p. 65-66), o esforço para a criação dessa historiografia brasileira já é visível desde as primeiras sessões do IHGB, começando pelos discursos proferidos na fundação do instituto onde, ao lado das “vantagens” apresentadas que viria a partir do estudo da história e da geografia se estabelecem as tarefas e objetivos da instituição. Já na *Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicada no primeiro número da revista do IHGB, “começam a aparecer alguns elementos que ajudam a compreender como foi se delineando o saber histórico no século XIX”.

Mas por que era necessário fazer um concurso para escrever a história do Brasil? Mas antes disso, por que a necessidade de escrever a história do país?

No que se refere a um projeto de elaboração de uma história da nação, devemos ter em mente que isso não é uma especificidade brasileira. Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 176) destaca que a experiência da construção de uma história nacional faz parte de um “contexto teórico mais amplo”, quando a disciplina histórica, no decorrer do século XIX, estava a conquistar os espaços da universidade e se definindo como ciência. Nesse período, “o

historiador perdia aos poucos seu caráter de *homme de lettres*, adquirindo o estatuto de pesquisador”.

Já Kaori Kodama (1999, p. 49) menciona que coube ao IHGB a construção das bases do que viria a ser uma “História do Brasil”, ou a tarefa de pensar uma “gênese nacional” narrada de forma que se pudesse esclarecer, através desta história, “o presente e o futuro da ‘nação’ pelo passado reforçando aqueles elementos que buscavam se vincular à construção do Estado Imperial.”

Assim, uma das tarefas primordiais a que se propõe o IHGB estava exposta logo no primeiro artigo do Estatuto:

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público logo que o cofre proporcionar esta despesa. (IHGB, 1839, p. 18)

Segundo Kodama (1999, p. 48), o instituto deveria cuidar, assim, de parte do que se considera como um dos “mistérios essenciais para o trabalho do historiador moderno”: coligir e metodizar os documentos. Deste modo, o papel que deveria cumprir um instituto histórico é expresso no discurso de abertura da primeira sessão do instituto, feito pelo cônego Cunha Barbosa:

Não se compadecia, já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. (BARBOSA, 1839, p. 9)

José Carlos Reis (2006, p. 26) enfatiza que o projeto do IHGB era geográfico e histórico. Geográfico, pois tinha a “tarefa de situar as cidades, vilas, rios, serras, portos, planícies; de conhecer e engrandecer a natureza brasileira, seu céu, clima, matas, riquezas, minerais, flora e fauna”; e era necessário a definição dos limites territoriais da nação. E Histórico, pois a “empreitada” reservada era o dever de eternizar “os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos”. Para isso, era a finalidade do Instituto a coleta e publicação dos documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo aos os estudos históricos.

O intuito de realizar a coleta de dados era possibilitar uma “história geral do Brasil”, pois, nas palavras de Cunha Barbosa, “a nossa história necessitava de uma luz que a fizesse sair do obscuro caos”. (BARBOSA, 1840, p.584)

Guimarães ressalta que a partir da constatação da existência desse “caos obscuro”, o IHGB planejava trazer “luz e ordem” à história. Para o autor, a metáfora utilizada por Cunha Barbosa correspondia perfeitamente ao “espírito da época”. “Ordem” era também a finalidade dos estadistas e políticos, que tinham como ocupação o fortalecimento do Estado monárquico e constitucional, a fim de manter distância do “caos das nações republicanas vizinhas”. (GUIMARÃES, 2011, p. 116)

Sendo assim, a veneração da nação² era tida como motor principal da fundação do IHGB, onde a história era vista como um instrumento para elevar o brilho e honra do país. Guimarães também chama atenção para o fato de o instituto ter sido criado no período em que o país buscava proteção contra a “revolução”. Logo, fica claro o marco da tradição em que o instituto foi fundado: “os princípios republicanos anárquicos são rejeitados e combatidos”. E assim, a “manutenção da monarquia” é assumida como garantia e pressuposto para a “integração do país”. (GUIMARÃES, 2011, p. 69)

Não era à toa que o IHGB mantinha vínculos muito próximos com o imperador. Exemplo disso é que já no ano de criação do instituto, em 1838, D. Pedro II, antes mesmo de sido coroado como imperador, recebeu o convite para ser o “protetor da instituição”. Em 1839, ofereceu uma das salas do Paço Imperial do Rio de Janeiro para as reuniões da instituição. No ano de 1840, “por ocasião do aniversário do monarca, foi cunhada a medalha que continha em sua parte posterior os dizeres: ‘*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio*’.” E entre os anos de 1842 e 1844 estabeleceu prêmios destinados aos melhores trabalhos apresentados ao IHGB. (SCHWARCZ, 1998, p. 127)

Segundo Guimarães, essa “proteção” do imperador garantiu uma ajuda financeira, que a cada ano significou “uma parcela maior do orçamento da instituição”. Guimarães aponta que cinco anos após a fundação do instituto, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que acabou por se manter constante ao longo do século XIX. É necessário notar que para a realização dos projetos especiais do IHGB, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, a instituição se via “obrigada” a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras. Assim, podemos entender como a ajuda do Estado foi de total importância para a sua “existência material”. (GUIMARÃES, 1988, p. 9)

² Segundo Lilia Moritz Schwarcz, Jacques Le Goff chama a atenção para o modelo de história característico do século XIX. Uma história não só *événementielle*, limitada à descrição dos eventos, como empenhada em um exercício de exaltação patriótica da nação. Ver: SCHWARCZ, 1993, p.340.

Conforme destaca Schwarcz, “fazer a história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação”. Essa “lógica comemorativa” do IHGB foi realizada não só mediante os textos produzidos e publicados na revista da instituição, como também por uma prática de “produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento”. Ou seja, a ideia era “lembrar para comemorar, documentar para festejar.” (SCHWARCZ, 1993, p.135)

Portanto, D. Pedro II precisava dos historiadores para legitimar-se no poder. Para os intelectuais e políticos da época, havia a necessidade de “um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro”. Logo, era preciso localizar no passado referências luso-brasileiras que servissem de exemplo, cujas ações “pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações”. (REIS, 2006, p.25)

Conforme indica Luís César Castrillon Mendes, a avaliação das revistas do IHGB evidencia certa preocupação, por parte dos membros do instituto, sobre a necessidade de se esboçar um “projeto de nação” para a tão jovem monarquia, o qual conseguisse integrar os territórios e identidades distantes da capital imperial. (MENDES, 2016, p. 4)

Essa preocupação pode ser notada nas leituras dos relatórios de finais de ano, os quais demonstravam o interesse dos vários membros em coletar documentos nas províncias e no exterior que, juntos, pudessem constituir uma memória nacional e eleger os “grandes vultos da pátria para protagonizar a escrita da história”. (MENDES, 2016, p. 4)

Foi nesse movimento que o concurso sobre a escrita da história do Brasil entrou em pauta na instituição. Concurso este que ao mesmo tempo premiaria “o melhor escrito sobre o corpo de Legislação pertencente ao Brasil até a época da sua independência, separando-a da Legislação portuguesa.” (BARBOSA, 1840, p.596)

De tal modo, a existência do concurso de 1840 evidencia o quanto os membros do IHGB estavam “angustiados diante da imensa tarefa que tinham a realizar”. Tal tarefa era “fazer do Brasil uma nação”, com a “pretensão de atingir um modelo idealizado de civilização europeia”. Contudo, tal empreendimento estava longe de ser algo simples de se conseguir, pois o país acumulava uma série de condições problemáticas para a realização desse projeto. (KHALED JÚNIOR, 2007, p. 66)

Uma das dificuldades era a pluralidade étnica e cultural, que é tão valorizada em nossos dias, porém não encontrava lugar nessa época. Nesse período, predominava a ideia de que “uma nação deveria ser constituída de um território, um povo, uma língua, uma cultura e uma história”. Assim, cabia aos políticos e intelectuais do país homogeneizar populações

extremamente diferentes do ponto de vista étnico e cultural, “unificando-as em torno de identidades e histórias comuns”. (ALMEIDA, 2010, p.135)

A elaboração de uma história nacional é um elemento essencial no processo de constituição da nação, pois poderia fornecer a um território que estava delimitado geograficamente “um passado comum e, portanto, uma cultura nacional, procurando subordinar e erradicar as diferenças”. (KHALED JÚNIOR, 2007, p. 43)

Afinal, como ressalta Salah Hassan Khaled Junior, as “identidades regionais” acabavam superando qualquer identificação nacional com o Brasil. Só a existência de um Estado “nacional” e de “fronteiras definidas”, embora fossem dois dos critérios objetivos vistos como os mais básicos para a constituição de uma nação, ainda era insuficiente. (KHALED JÚNIOR, 2007, p. 32)

Com isso, o principal objetivo do concurso era dar um pontapé inicial para uma possível escrita de uma história “antiga” e “moderna” genuinamente brasileira, a qual contemplasse suas partes políticas, civil, eclesiástica e literária. História essa que também tivesse como finalidade, ainda que não explicitada num primeiro momento, a criação de uma “identidade única” para as mais diversas populações que habitavam as terras brasileiras.

Para Cunha Barbosa, a tarefa de escrever a história do Brasil devia ser uma missão confiada aos brasileiros. Afinal, pondera ele, “deixaremos sempre ao gênio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir hum (sic) escritor nacional?” (BARBOSA, 1839, p.15)

Porém, quando o resultado do concurso foi divulgado o vencedor não foi um brasileiro, muito pelo contrário.

O resultado aguardado: o parecer, os concorrentes e o melhor trabalho sobre a escrita da história do Brasil

O resultado do concurso só foi revelado na sessão do dia 10 de junho de 1847 com o parecer que foi elaborado por uma comissão composta pelos Drs. Francisco Freire Allemão (1797-1874) e Thomaz Gomes dos Santos (1803-1874) e pelo Monsenhor Manoel Joaquim da Silveira (1807-1874).

Nesse parecer nos é revelado que apenas duas memórias foram oferecidas e apenas estas concorreram. E a primeira memória apresentada no documento é a do cônsul geral da Rússia, Henri Jules Wallenstein (1790-1843). Datada de 30 de setembro de 1843, o trabalho

de Wallenstein foi intitulado *Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Segundo o cônsul russo:

o plano, que parece mais acertado, de se escrever a história do Brasil é seguramente o mesmo, que seguiu Tito Lívio, João de Barros, e Diogo de Couto, isto é, pelo sistema das décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos. (WALLESTEIN, 1882, p. 159)

Para Wallenstein (1882, p.159), a História do Brasil deveria iniciar com o “descobrimento do Brasil”, em 1500, indo até 1510, data do naufrágio de Diogo Álvares Correa, o Caramuru. Constituindo assim a primeira década, e assim sucessivamente até a Independência.

No entanto, para o cônsul, quem fosse encarregado de escrever a história do país deveria parar o “sistema de décadas” na coroação de Pedro I. Para ele, nenhum historiador nacional poderia abordar a história contemporânea para “não se expor a juízos temerários, e a outros inconvenientes” e conclui: “Arquivem-se os documentos, e o tempo virá”. (WALLESTEIN, 1882, p.160)

De acordo com Wallenstein (1882, p.160), o texto final dessa história projetada por ele deveria conter a parte política, a qual é colocada como a principal. Quanto as partes civil, eclesiástica e literária, estas deveriam ser tratadas no fim de cada uma das décadas, em artigos separados e servindo de observações ao texto.

E o cônsul encerra a sua memória destacando que o autor que seguir o “sistema de décadas” para “descrever” a história do Brasil “se dará por bem recompensado”. E relembra o “bom sucesso” de autores como Tito Lívio, João de Barros e Diogo de Couto, que utilizaram o mesmo sistema em suas obras. (WALLESTEIN, 1882, p.160)

Em uma biografia do cônsul, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) em 1844, o biógrafo Cunha Barbosa conta que Wallenstein desembarcou no Rio de Janeiro, como cônsul geral da Rússia, em fins do ano de 1832. Depois de pouco tempo de sua estada, casou-se com uma brasileira, “a quem sempre tratou com toda a delicadeza e afeto”, e teve dois filhos. Já casado, não queria mais retornar à Europa e dizia que queria permanecer no Brasil. (BARBOSA, 1845, p. 115)

Entretanto, ele não chegou nem próximo de conhecer o vencedor do concurso no qual concorria. Cunha Barbosa relata que a vida de Wallenstein poderia ter corrido de forma feliz junto a sua família, seus numerosos amigos, e no cumprimento de seus deveres, se não fosse um trágico acontecimento no primeiro semestre de 1843. Segundo o cônego,

[...] uma ideia que lhe veio por falsa indução, e que pelo caráter que tinha em extremo melindroso, o obrigou a oferecer a sua demissão de Cônsul Geral; e por conhecer que se havia enganado, receoso, e com razão de ser taxado de ingrato pelo Governo, que sempre o tratara com distinção, ou por ter assim comprometido a sorte de sua família, caiu em profunda melancolia, da qual nada o pode distrair; até que seis meses depois do mais cruel padecimento, na hora em que todos os dias fazia as suas devoções, única em que sua família o deixava só, pôs termo à sua existência com uma coragem sobre humana, para que não lhe ouvissem um só gemido. (BARBOSA, 1844, p.115)

Para Cunha Barbosa, a opção de Wallenstein pelo suicídio não foi falta de “princípios religiosos”, mas sim, por sofrer de “excesso de melancolia”. Ao que tudo indica o diplomata cometeu suicídio com o intuito de garantir pensão para sua esposa e seus dois filhos, visto que ainda não havia recebido a sua carta de demissão solicitada. Barbosa concluiu biografia descrevendo algumas de suas qualidades:

[...] o Sr. Wallestein era de um temperamento melancólico, e de imaginação mui viva; excessivamente escrupuloso no cumprimento de seus deveres; da maior pontualidade até em coisas insignificantes (...) era o primeiro a reconhecer o merecimento alheio (...) inglês pelos costumes, e na gravidade de suas maneiras, mas sempre alemão na candura, sensibilidade, e franqueza do seu coração. (BARBOSA, 1844, p.117)

Nas sete páginas destinadas à biografia de Wallenstein não há nenhuma referência ao texto oferecido ao IHGB nem ao concurso do qual o cônsul iria participar. Com isso, podemos inferir que o seu trabalho não esteve em circulação dentro do Instituto antes da publicação tardia que só ocorreu em 1882.

Para a proposta de Wallenstein para a escrita da história do Brasil, a comissão foi rápida e direta no parecer e se pronunciou da seguinte maneira:

Parece à comissão que o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de vosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente. (ALLEMÃO; SANTOS; SILVEIRA, 1847, p. 279)

Portanto, esse foi o motivo pelo qual a comissão optou por não premiar a memória de Wallenstein. Para eles, a proposta do cônsul russo preconizava a narração e a distribuição dos fatos dignos de se recordar pelo sistema de décadas, organizando os sentidos da história unicamente pelo critério cronológico. (TEIXEIRA, 2014, p.71) Com isso, tal proposta, segundo os pareceristas, não estava de acordo com o programa da instituição e o instituto não poderia se contentar com uma história escrita seguindo a ideia sugerida.

Assim, o grande vencedor foi o naturalista bávaro Carl Friedrich Phillipp von Martius, um antigo conhecido do Brasil, com a dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, já disponibilizada na RIHGB desde 1845, antes mesmo do resultado.

Datada de 10 de janeiro de 1843 e com a localização, provavelmente da escrita e envio, sendo Munique, a dissertação ficou com vinte e duas páginas no total quando foi publicada na RIHGB. O tradutor do trabalho de Martius foi Guilherme (Wilhelm) Schüch de Capanema, o barão de Capanema, que estudou na Alemanha e que também conhecia o naturalista. (KODAMA, 1999, p. 9)

Diferente do texto de Wallenstein, a mesma comissão não poupou elogios nas oito páginas do parecer ao avaliar a dissertação de Martius. Alertava ainda que por um “descuido” da redação da revista, essa memória “extensa e profundamente pensada” já se achava publicada há muito tempo na RIHGB e com o nome declarado do autor. É importante destacasse episódio, afinal, uma das condições da premiação era o sigilo. Ou seja, os nomes dos autores das memórias deveriam estar escritos em carta fechada com a mesma divisa das memórias, podendo ser abertas somente no caso de o trabalho ser premiado.

Porém, de acordo com os pareceristas, sobre esse “descuido” “Ihe devemos relevar e talvez mesmo agradecer visto ser o assunto da memória tão transcendente para o Brasil e tão sabiamente explanado”. (ALLEMÃO; SANTOS; SILVEIRA, 1847, p. 279-280) Segundo Kodama, “esse deslize pode bem medir a repercussão imediata que teve o escrito do naturalista [...] na instituição”. (KODAMA, 2009, p. 151)

Após um resumo, exaltando vários pontos do texto de Martius, a comissão conclui que:

Eis aqui senhores um pálido reflexo desse importante trabalho, onde todas as exigências da história se acham satisfeitas [...] conclui portanto a comissão que a memória do Sr. Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius sobre o como se deve escrever a historia do Brasil satisfaz exuberantemente ao programa do Instituto, e deve ser premiada.

Ainda que para a comissão o texto de Martius seja “bom demais”, ela adverte que “se alguma coisa se podia dizer contra ele, é que uma história escrita segundo aí se prescreve talvez seja inexequível na atualidade. [...] Porém não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo para quando a coisa for realizável.” (ALLEMÃO; SANTOS; SILVEIRA, 1847, p. 287)

As ideias para a escrita da história do país feitas por Martius é bem mais detalhada que a do seu concorrente, que de forma sintética escreveu apenas duas laudas. Seu texto foi

organizado em quatro partes, sendo elas: 1) ideias gerais sobre a história do Brasil; 2) Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da História do Brasil; 3) Os portugueses e sua parte na História do Brasil e 4) A raça africana em suas relações para com a História do Brasil.

Uma informação que não podemos deixar de mencionar é sobre a lista de obras que Martius anexou em sua dissertação para guiar os estudiosos que almejavam aventurar-se pela história do país. Essa lista foi denominada de *Biblioteca Brasileira* (ou *Brasiliana*). Em um trecho de uma carta reproduzida por Kaori Kodama cujo destinatário era o IHGB, no ano de 1843, Martius expõe a importância dessa lista ao historiador que fosse escrever a história do país:

[...] a enumeração das obras que tenho a honra de oferecer aqui ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil compreende quase todas as obras publicadas desde a descoberta das partes da América, que agora constituem o Império até o ano 1800. Neste período a literatura necessariamente percorrer por um historiador do Brasil é talvez bastante completa, achando-se aqui não somente as obras diretamente brasileiras ou tratando da geografia, etnografia e História do País, mas também outras, cujo conhecimento parece indispensável ao historiador pragmático, o qual há de considerar o Brasil sempre nas suas relações com o Portugal e com as partes vizinhas da América. (KODAMA, 1999, p. 51)

De acordo com Kodama, para Martius as obras citadas por ele são materiais que um “historiador pragmático” precisaria utilizar como base para a escrita da história. Para a autora,

[...] desta maneira, duplamente Martius atinge o campo da história, a princípio estranho a um naturalista, de forma muito próxima aos fins do Instituto. De um lado, envia os documentos, matérias para se escrever a história do Brasil, e de outro, fornece ideias sobre uma “história filosófica”. (KODAMA, 1999, p. 51)

No seu texto, Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade – especificidade de nações em processo de construção. (GUIMARÃES, 1988, p. 16) O ponto-chave desse texto (e o mais referenciado) é o fato do naturalista considerar as diferentes contribuições das “três raças” para se contar a História do Brasil. Para o autor, a singularidade da história brasileira jazia no cruzamento racial, reafirmando a concepção de uma hierarquia natural entre as raças. E quem fosse escrever a História do Brasil deveria levar essa hierarquia em consideração.

A maior parte do *Como se deve escrever a história do Brasil* foi dedicada ao desenvolvimento da argumentação de Martius sobre os diferentes grupos que juntos contribuíam para a formação da população brasileira. Porém, o naturalista reservou as páginas

finais para apresentar “a forma que deve ter uma história do Brasil”. Nesse espaço, Martius apresenta elementos que os historiadores não poderiam deixar de lado (por exemplo, visitar as províncias, dar atenção as particularidades de cada lugar, ter cuidado com o tipo de linguagem usada, entre outros) mas também apresenta as suas inquietações sobre os textos que se pretendiam ser sobre as histórias das províncias. Dessa maneira, o objetivo da próxima seção é apresentar tais pontos.

Uma história geral com estilo popular: as recomendações de Martius para a escrita da História do Brasil

Uma das preocupações expostas por Martius acerca da elaboração da história do país era em relação a como as histórias regionais – pensando a geografia e paisagem local também – poderiam ser escritas sem perder o foco que estas em conjunto formariam uma história geral da nação. Essa inquietação do naturalista provém das suas observações sobre as obras referentes as histórias das províncias que haviam sido publicadas até aquele momento.

Para Martius, essas obras que tratavam sobre as províncias de formas separadas eram de um preço “inestimável”. Destaca que elas traziam à tona “fatos importantes” e até esclarecia de forma minuciosa muitos acontecimentos das regiões que abordavam. Contudo, acreditava que elas não conseguiam satisfazer as exigências da “verdadeira historiografia” por serem mais parecidas com crônicas.

As críticas tecidas pelo naturalista eram, sobretudo, por conta do “grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos”. Para ele, fazer essa grande mistura e jogar numa obra histórica não era bom para a História do Brasil e nem para o leitor, cujo interesse pela narrativa poderia ser prejudicado e ainda poderia confundir seus juízos. (MARTIUS, 1845, p.399)

Segundo Martius, a história da nação nada teria a ganhar e nem seria engrandecida se continuassem as repetições sobre o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província. Bem como utilizando fatos de “nenhuma importância histórica” referentes à administração de cidades, municípios ou bispados, etc. E mais, os pesquisadores não poderiam mais se submeter a fazer uma “escrupulosa” acumulação de citações e autos que nada provavam, “cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa”. Para ele, o historiador brasileiro deveria excluir tudo isso da sua pesquisa. (MARTIUS, 1845, p.399)

Entretanto, para o naturalista havia alguns fatores que, muitas vezes, se colocavam a frente dos pesquisadores e os faziam recuar na tentativa de escrever uma história geral da nação: 1) a grande extensão do território brasileiro; 2) uma imensa variedade no que diz respeito à natureza; 3) multiplicidade de costumes e usos de diferentes grupos do país; 4) a composição da população. (MARTIUS, 1845, p.399)

Martius expunha que o pesquisador, ao escrever a narrativa histórica para o país, não poderia ter preferências por uma ou outra localidade, pois corria o perigo de “não escrever a história do Brasil”, mas sim uma “série de histórias especiais” de cada província. Porém, enfatiza logo em seguida a importância de o historiador saber dar a atenção necessária a estas particularidades.

Deste modo, o historiador teria que encontrar um equilíbrio, pois só assim conseguiria acertar o “tom local” e o englobar no todo. E esse equilíbrio era fundamental se assim quisesse despertar no leitor o interesse da leitura de sua obra. No entanto, Martius sugere uma divisão para narrativa que poderia evitar o conflito de uma possível “história das províncias reunidas”. Conforme assinala,

[...] parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a mãe pátria e as mais partes do mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. (MARTIUS, 1845, p. 400)

E a tarefa do historiador seria distinguir o que era inédito do que já havia sido escrito e se repetido, omitindo essa segunda parte.

Um aspecto que caracteriza a proposta de história elaborada por Martius é que ele acreditava ser indispensável que o responsável pela escrita da história brasileira tivesse visitado e conhecido cada província do país e que houvesse “penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população”. Pois só assim, depois do contato direto, o historiador estaria apto a fazer as devidas avaliações sobre todos os acontecimentos históricos que tivessem sido protagonizados em qualquer parte do Império, podendo levar em conta as particularidades “do solo que o homem habita”. (MARTIUS, 1845, p. 400)

E essa característica de visitar/conhecer/ver as províncias está vinculada a própria experiência de Martius, que conheceu diversos lugares do Brasil quando esteve em terras brasileiras entre os anos de 1817 e 1820. Viagem esta que o possibilitou entrar em contato com diferentes povos, diversas culturas, com paisagens variadas.

Martius lastima que essa diversidade não fosse suficientemente conhecida, afinal, pouquíssimos brasileiros haviam tido a oportunidade de visitar todo o país naquele momento. Para ele, esse era um dos motivos que contribuíam para a formação de opiniões muito errôneas sobre as “circunstâncias locais”, o que muito colaborou para as “perturbações políticas” de algumas províncias. Mas aconselha que se o historiador conseguisse se “familiarizar” com as particularidades regionais, e saber apresentá-las nas suas pesquisas, poderia até dar “úteis conselhos” às administrações locais. (MARTIUS, 1845, p. 401)

Algo que sinaliza bem o seu vínculo com a História Natural na dissertação, afinal era um doutor em botânica e tinha a carreira como um naturalista, é a sugestão que o historiador articulasse os fatos históricos com a descrição particularizada da natureza de cada local do país.

E para finalizar essa parte, não poderia deixar de mencionar a advertência de Martius ao historiador brasileiro. Para ele, a história do Brasil deveria ser escrita num estilo popular, ainda que nobre. E o resultado da escrita dessa história deveria “satisfazer não menos ao coração do que à inteligência”, por isso o historiador deveria ter todo o cuidado em não a escrever em uma linguagem “empolada”, nem a sobrecarregar de erudição, nem de “citações estéreis”. Assim, evitaria ser comparada a uma crônica e não seria “seca e puramente erudita”. Ainda afirma que ninguém poderia duvidar de que o Brasil era um “objeto digno” de receber uma história verdadeiramente popular, pois o país havia entrado numa fase que exigia caminhar em direção ao “progresso”. (MARTIUS, 1845, p. 402-403)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1844, na época da publicação do *Como se deve escrever a história do Brasil* na RIHGB, foi proposto a Carl von Martius que ele próprio tirasse do papel suas sugestões para a escrita da história do Brasil e elaborasse a narrativa histórica da nação brasileira. Porém, nesse mesmo ano, Martius enviou uma carta ao IHGB agradecendo o convite feito pela instituição e dizendo se sentir honrado pela aceitação de suas ideias. Contudo, expunha não poder aceitar essa “empresa tão árdua”, já que se encontrava em idade avançada, à época estava com cinquenta anos, e já não tinha mais condições de realizar tal trabalho.

Nessa mesma carta, Martius chamava seu texto de uma “fraca dissertação” e acreditava que a maior parte dos “distintos colegas” julgaram boas as suas ideias não pelos seus trabalhos, mas pela sua boa vontade, entusiasmo com a felicidade do Brasil e pela sua dedicação aos estudos sobre o país. (CARTA DE CARL VON MARTIUS, 1844, p. 373)

Os aspectos abordados por Martius na dissertação eram questões que não eram desconhecidas no Brasil, porém trazia para o campo historiográfico temáticas que já estavam esboçadas na literatura na forma de epopeia. Como exemplo disso, desenvolve-se no IHGB um interesse pelos estudos sobre as populações indígenas. Aliás, a instituição vai sofrer influência das ideias do naturalista sobre possíveis vestígios de uma “época áurea dos índios” e vai buscar provas que comprovassem isso. (KODAMA, 2009, P.154; GUIMARÃES, 2011, P.144)

No fim, mesmo que em períodos anteriores a criação do IHGB já existissem alguns pequenos esforços para uma escrita de uma História do Brasil, como por exemplo o *History of Brazil* de Robert Southey e o *Histoire du Brésil* de Alphonse de Beauchamp, os membros do instituto ainda estavam a buscar um historiador que pudesse realizar essa tarefa tão profícua. Afinal, muitos acreditavam que os primeiros passos já haviam sido dados por Martius.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ALLEMÃO, Francisco Freire; SANTOS, Thomaz Gomes dos; SILVEIRA, Joaquim da. Ata da 163ª sessão em 10/07/1847. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo .IX, 1847

BARBOSA, Januário da Cunha. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. O ilustre conselheiro Henrique Julio de Wallestein. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo VI, nº 21, 1844

_____. Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo I, nº 1, 1839.

_____. Januário da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II (suplemento), 1840.

CARTA DE CARL VON MARTIUS de 08/03/1844, ao primeiro secretário do IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo VI, jul-set/1844, pp.372-374.

IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo I, nº1, 1839.

IHGB. Prêmios propostos pelo instituto na segunda sessão aniversária. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo II (suplemento), 1840.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 6 (24): pp.381-403. Jan. 1845.

WALLESTEIN, Henrique Julio de. “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XVI, parte 1, 1882.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições ANPUH.

_____, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1, 1988.

KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen. Dissertação de Mestrado, Rio Grande do Sul: Depto. de História, UFRGS, 2007.

KODAMA, Kaori. *Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma história*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Depto. de História, PUC-Rio, 1999.

_____. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo, EDUSP, 2009.

MENDES, Luís César Castrillon. Martius e o IHGB: disputas acerca da narrativa histórica oitocentista. *Boletim Historiar*, n. 16, jul. /set. 2016, p. 03-15

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Karoline Viana. Arena de traços: os escritos de Carl Von Martius e Francisco Freire Alemão. *História Unisinos*. Vol. 18 Nº 1 - janeiro/abril de 2014

REALEZA NEOASSÍRIA: DIÁLOGOS ENTRE ARTE, ARQUITETURA, RELIGIÃO E POLÍTICA

Ruan Kleberson Pereira da Silva¹

Palácios neoassírios: vinculações entre arte e arquitetura

A construção do espaço social é uma das maiores marcas de circunscrição da atividade humana, reunindo um corpo populacional relativamente denso e heterogêneo para a formação de um território delimitado e organizado, com porções definidas de sacralidade. Seguindo essa perspectiva, a cidade configurou uma nova ordem social para o mundo antigo, fazendo coexistir numerosos grupos e interesses dentro das mesmas amuradas urbanas (SMITH, 2003, p. 01-02).

Para o caso das cidades mesopotâmicas, o principal fator para o desenvolvimento dos centros urbanos a partir do IV milênio a.C. foi o desenvolvimento dos templos, pois os santuários eram edificadas para abrigar a residência dos deuses no plano terreno da existência e das práticas religiosas, efetivando-se como o coração da cidade e a razão primordial de sua existência, uma vez que a cidade, na concepção mesopotâmica, era o lugar no qual residiam os deuses. Foi na espacialidade dos templos que ocorreu o surgimento de aspectos importantes da sociedade, tais como a escrita, o estado, o sistema jurídico, a arte e a arquitetura. E, a partir desses desenvolvimentos, a cidade passou a desempenhar o papel de centro político, centro de comércio e centro religioso. Porém, com as crescentes necessidades de guerra, ocorreu um maior desenvolvimento da autoridade política e militar, e surgiu a necessidade de construção de obras arquitetônicas que abrigassem os organismos administrativos que passaram a corresponder a instauração de um poder que se estruturava gradativamente e fixava residência no espaço urbano, fazendo nascer a segunda principal instituição urbana: o palácio, que personificava o centro de poder político e militar. Cabe ressaltar que os palácios mesopotâmicos não eram apenas residenciais, cerimoniais ou centros administrativos, mas eram também um conjunto arquitetônico que incluía templos secundários, silos e oficinas de artesanato (POSTGATE, 1994, p. 76; POZZER, 2003, p. 61).

Embora seja escasso o cabedal de informações acerca de todo o conjunto dos programas arquitetônicos dos palácios assírios, é possível sugerir a existência de oito tipos distintos de palácios, numa multiplicidade que abrange os *Palácios Principais*, *Palácios*

¹ Mestre em História (PPGH/UFRN). Endereço de email: ruankpsilva@gmail.com.

*Militares, Palácios-Templo e Palácios Diversos*² erigidos nas principais cidades do Império (KERTAI, 2013, p. 22). Com isso, é possível depreender que os programas arquitetônicos, que se caracterizavam pela continuidade, manifestavam a integração de diversas características sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais que não poderiam estar separadas no interior da praticidade da arquitetura monumental. Desse modo, os meios que os reis usaram para organizar os palácios a seu dispor revelam valiosas informações acerca da organização de seu reino e da sociedade da corte. Aliás, é importante demarcar que a grande maioria dos reis assírios residiram em palácios construídos por seus antepassados, cujas estruturas foram raramente alteradas depois de serem concluídos, indicando as possibilidades de uma manutenção ativa da memória dos seus antecessores/antepassados e a perpetuação de um discurso de poder veiculado pela monumentalidade arquitetônica que transcendeu as gerações e os reinados.

É imprescindível apontar que a construção de edifícios de tamanha significância como os palácios imperiais neoassírios demandava habilidade de planejamento em grande escala, alto grau de habilidades em engenharia, recrutamento e direcionamento de forças de trabalho substanciais, e o desenvolvimento de um padrão de alto grau artístico, o que reforçava a imagem do soberano que gerenciava a atividade de construção (TAKLA, 2008, p. 126). Acrescenta-se a isso o valor natural dos materiais empregados na construção do palácio: marfim, ébano, buxo, madeira-*musukkanu*, cedro, cipreste e abeto, que eram materiais com certo grau de dificuldade de aquisição. À medida que estes materiais foram utilizados ostensivamente na construção dos palácios, ambos teriam conjuntamente funcionado como um indicativo do poder e *status* manifesto do rei assírio (McCORMICK, 2002, p. 58-59).

O palácio pode, com isso, ser entendido como uma manifestação física do poder do rei e de sua habilidade impressionante de construir, gerenciar recursos, impressionar e estabelecer uma sede apropriada para seu governo. Os palácios assírios, portanto, funcionavam como instrumentos retóricos de propaganda real, identificando-o às principais características do rei – apresentado como guerreiro, vitorioso, sacerdote e caçador – e de sua administração – assegurada e favorecida pelos deuses –, procurando associá-lo ao reino (HARPER & PITTMAN, 1983; RUSSELL, 1999; WINTER, 1997; WINTER, 1993; WINTER, 1981, p. 2-38 *apud* McCORMICK, 2002, p. 22, 66-67).

² Palácios construídos, sobretudo, para armazenamento de produção, residência de altos oficiais assírios e/ou para membros da família real – embora sejam escassas as informações acerca do espaço familiar da realeza. Igualmente complicada é a escassez de informações no que tange aos *Palácios de Príncipes-Herdeiros* (KERTAI, 2013, p. 20-21).

Uma das formas de poder identificar e analisar os projetos de memória e os discursos de poder articulados pela/sobre a realeza assíria se dá com o conjunto de relevos esculpidos por diferentes artesãos e cuja seleção representativa de figurações e estilizações compuseram os programas decorativos dos palácios imperiais assírios. Esses temas da arte assíria não tinham como objetivo apenas embelezar palácios e templos. Isto se deve ao fato de, no geral, a arte mesopotâmica ter intenções práticas, não estéticas. O conceito da arte pela arte não existia na antiga Mesopotâmia, onde a produção artística nasceu e se desenvolveu ao serviço da sociedade e, especificamente, daqueles que a governavam, constituindo-se como expressões do poder e da religião. Diferentemente de várias expressões artísticas contemporâneas, essa tipologia de arte é anônima, na qual o artista é um artesão que não pensa em transmitir o seu nome, ou em caracterizar sua obra, pois a produção artística é pública, coletiva, com uma finalidade específica, acomodando-se a um cânone estilístico já existente (MOSCATI, 1985, p. 05).

A continuidade cultural, aliás, é um elemento estruturante da arte mesopotâmica, sendo que originalidade e maturidade da atividade artística esteve diretamente relacionada à estabilidade política, pois a sofisticação da técnica e do estilo empregado na composição de um objeto artístico – ou do conjunto deles – é condição *sine qua non* ao sucesso político de uma determinada sociedade inserida em um recorte temporal preciso. No caso assírio, o estabelecimento da independência de seu país durante a segunda metade do século XIV a.C., durante o Período Médio Assírio, marcou discreta e gradualmente o nascimento da arte assíria. Com isso, os reis neoassírios herdaram, no século IX a.C., um cânone estilístico consolidado e deram continuidade à prática cultural de confecção e exibição de relevos esculpidos em placas de pedra³ que revestiam as partes baixas das paredes dos palácios com representações visuais de engrandecimento da realeza, convertendo os palácios em uma verdadeira crônica visual – o que se efetivou como uma tradição amplamente continuada pelo restante da história da Assíria (FRANKFORT, 2010; PALEY, 1977).

³ Cada uma das lajes de alabastro fixadas nas paredes dos palácios imperiais tinha aproximadamente dois metros de altura, geralmente divididas em duas bandas horizontais, de noventa centímetros cada uma, contendo registros visuais separados por uma faixa de inscrições de cunho epigráfico que expressavam a titularia real e/ou as informações narrativas sobre as cenas representadas, sendo importantes para ajudar a focar a atenção em momentos cruciais da narrativa visual, além de auxiliar na decifração da mensagem presente nos esquemas decorativos assírios.

Inclusive, os textos epigráficos, quando lidos ou recolhidos em conjunto com os relevos palacianos, proporcionam detalhadas informações sobre as campanhas militares representadas, nas quais os assírios são sempre representados como vitoriosos e o inimigo sempre como vencido, estabelecendo uma relação direta entre textos e imagens, articulando as titularias e epítetos reais às imagens da realeza presentes nos relevos (WINTER, 1997, p. 360-362).

O conjunto representacional da arte assíria esteve atento aos temas cotidianos, manifestando profundo interesse pela realidade, na qual nenhum acontecimento era trivial. Cabe ressaltar também que os temas religiosos eram tratados com um formalismo tal que permitia ao homem realizar os ritos estabelecidos diante das estátuas e emblemas, sem deixar de dar conta de nenhuma dimensão de significação e ritualização. Outro ponto importante de ser demarcado é que a arte assíria também foi marcada pela repetição dos motivos iconográficos, com uma exposição meticulosamente cuidada acerca do poder assírio em ação, tanto no plano terreno quanto na dimensão religiosa e sagrada. Por conta disso, é preciso delimitar que a arte assíria representava o ponto de vista característico dos assírios, expressando como os assírios se representavam diante do mundo que concebiam (FRANKFORT, 2010, p. 139-167).

A partir disso, é preciso entender que

Qualificar os relevos neoassírios produzidos e afixados às paredes dos palácios imperiais como “artísticos” é assumir que entendemos que eles manifestam uma performance cultural, na qual são expressos mecanismos de clarificação do mundo concebido pelos assírios, o que implica que tais objetos teriam a funcionalidade de serem produzidos de acordo com particularidades e interesses do poder – seja de cunho político, ou de caráter religioso –, sendo produtos de uma intenção, exercendo ação e operacionalizando significados. São, portanto, convenções artísticas e sistemas de signos vinculados a monumentos arquitetônicos que, através de experiências visuais, evidenciam práticas sociais e elementos culturais que nos é caro compreender (SILVA, 2016, p. 84).

O que é razoável de se supor diante de tais especificidades é que os reis assírios mantiveram um ativo interesse na supervisão das atividades de construção dos projetos arquitetônicos e, mais especificamente, de todo o conjunto de relevos esculpidos e de inscrições que compuseram os programas decorativos palacianos, cabendo somente a eles a aprovação dos projetos finais a serem executados. O controle visual sobre sua própria imagem, mediante aplicação de critérios consistentes e delimitados, indica a existência de uma relação complexa entre representação e intenção que, de forma mais ampla, esteve interessada na construção da (auto)imagem – idealizada – da realeza: o rei assírio designava o artesão, ordenava a execução e/ou exercia o controle da execução de imagens divinas – que serviam como manifestação dos deuses na terra –, além de construir uma narrativa que reforçava a “glória” da Assíria, uma propriedade suficientemente evidente que serviu como mecanismo de coerção e controle dos seus inimigos (ALBENDA, 1997; FUCHS, 2011; WINTER, 1997).

Diante disso, cabe aos historiadores e arqueólogos construir os andaimes pelos quais será possível contemplar os monumentos assírios como portadores de obras de arte de grande valor, como crônicas visuais sofisticadamente elaboradas que são portadoras de significados políticos e religiosos precisos, contendo informações vitais sobre a iconografia do governante e a ideologia do Império.

Relevos neoassírios: articulações entre política e religião na composição arquitetural

Os relevos assírios são objetos materiais portadores de ação e circuitos de produção, circulação e apropriação. Mais do que peças fixadas às paredes palacianas, eles agenciam comportamentos no interior da estrutura arquitetural, impactam na forma como as pessoas se portam no interior desse espaço, além de serem instrumentos que possibilitam interpretar os próprios mecanismos de produção que se articulavam na circulação e apropriação que as narrativas visuais precisas expressaram.

Isso não pode ser encarado como uma excepcionalidade, como um caso isolado. É importante citar que, para o caso do Antigo Oriente Próximo, as representações funcionavam no interior de um amplo sistema cultural que pretendia transmitir ideias e informações acerca da ordem e organização da sociedade, na medida em que os artistas e observadores faziam parte do processo de construção, interpretação e incorporação de significado às representações que eram vinculadas, sobretudo, ao sistema político e social vigente (ROSS, 2005, p. 327- 345). Nesse sentido, os relevos assírios atuam como parte de uma tradição cultural tipicamente oriental, na qual

A representação é praticada. Isto sugere que haja agentes que praticam, e mecanismos por meio dos quais se efetiva a prática. No meio social assírio, um dos mecanismos que materializaram a prática de representação foi a confecção de lajes de alabastro fixadas às paredes dos palácios imperiais neoassírios (SILVA, 2016a, p. 93).

Desse modo, os relevos assírios não podem ser analisados apenas como instrumentos de mera decoração, desprovidos de agência e de significados sofisticadamente elaborados na composição das narrativas visuais.

Essas narrativas geralmente são percebidas como uma arte portadora de poder e grandiosidade que, de maneira geral, apresentavam uma linguagem visual que privilegiava a figura do rei a partir de um extenso esquema decorativo e arquitetônico (COLLINS, 2008, p. 10-16). Embora não seja um equívoco avaliá-las dessa forma, é preciso pontuar outros aspectos fundamentais, uma vez que

A arte e as imagens compostas no interior deste cabedal estilístico constituem-se, assim, como elementos político-administrativos, fatores de cunho religioso e marcas culturais de um povo, convertendo-se em possibilidade direta de estudo da sociedade neoassíria, em metáfora político-religiosa imperial e em síntese histórica de desenvolvimentos artísticos de culturas orientais que foram influenciadas e/ou influenciaram a Assíria (SILVA, 2016a, p. 99).

Assim, é possível inferir que os aspectos culturais e religiosos, bem como as dinâmicas socioeconômicas e políticas estiveram direta e/ou indiretamente expressas nas narrativas visuais, apresentando os modos de ser, pensar e agir no mundo assírio. Logo, analisar as composições visuais dos relevos assírios torna-se uma possibilidade direta de reconstruir o passado assírio e as expressões de valor histórico que nos relegaram.

No que se refere a análise do conteúdo das narrativas visuais assírias é preciso ressaltar que a visão de mundo mesopotâmica entende que as forças da natureza e as ações humanas e divinas estão intimamente relacionadas umas com as outras: a religião era inseparável não só da natureza, mas também da política. Por conta disso, os reis precisavam das sanções divinas, haja vista que eles estavam a serviço dos deuses (POLLOCK, 2008, p. 186-188). As bênçãos e favores divinos – desde a fertilidade agrícola até as conquistas militares – concedidos à realeza agiam como um demonstrativo da satisfação dos deuses com a atuação coerente dos reis. Mediante sua ação no mundo – tanto o físico e terreno, quanto o cósmico e sobre-humano –, o rei fez representar nas narrativas escultóricas as suas principais qualidades, como um registro clarividente do cumprimento exitoso de seu papel de rei soberano da Assíria.

Nesse sentido, uma das representações assírias mais emblemáticas é o *Relevo 23*⁴ (ver *Imagem 1*) da Sala do Trono (Sala B) do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II, na capital imperial Calá. A singularidade deste relevo se dá, primeiramente, por sua dimensionalidade em relação aos demais relevos da Sala B: a laje possui 433cm de comprimento e 195cm de altura, o dobro das dimensões médias dos demais relevos esculpidos e fixados na Sala do Trono. Além disso, o relevo foi originalmente posicionado atrás do trono⁵ do rei Assurnasirpal II, caracterizando-se por ser um dos principais pontos focais da Sala do Trono pois poderia ser visto de qualquer ponto no interior da Sala B e, inclusive, de pontos estratégicos fora dela, no Pátio Central.

⁴ Os dados de escavação fornecidos pelos registros dos museus apontam que a representação deste relevo era, também, replicada no *Relevo 13* desta mesma sala. O *Relevo 13* encontra-se fragmentado, estando parte dele no Prince of Wales Museum of Western of India, e o restante *in situ*.

⁵ Para mais informações acerca do posicionamento e da visibilidade do trono (e dos *Relevos 13* e *23*) na Sala B do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II, consultar KERTAI, 2012, fig. 7, p. 343.



Imagem 1: Relevo 23 da Sala do Trono (Sala B) do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II, em Calá.
Fonte: British Museum (ME 124531).

No que se refere à narrativa visual, é possível afirmar que

Ao entrar na Sala do Trono o visitante se depararia com o *Relevo 13* e, virando o corpo em 90°, veria o *Relevo 23*. Uma vez que a representação contida em ambos os relevos se replicam, o espectador se depararia com o rei representado duas vezes, em cada um dos lados da *Árvore Sagrada* que domina o centro de cada composição. O rei pode ser facilmente identificado por sua coroa, um barrete com topo pontiagudo, cercado por um diadema com duas tiras, possivelmente de pano, pendurados para trás e para baixo de suas costas. Traja uma túnica longa ricamente ornada, portando facas (?) colocadas dentro da faixa diagonal da vestimenta que cruza o peitoral. Possui sandálias aos pés e braceletes de roseta nos pulsos, que era uma representação de Ishtar. As duas figuras do rei são representadas carregando uma maça de guerra (ou cetro [?]) na mão esquerda, em uma simbolização da autoridade que exerciam. A postura de manejo da maça, no entanto, se difere: à esquerda, o rei mantém o braço estendido paralelo ao corpo; à direita, o braço está apoiado dentro da faixa diagonal que cruza o seu peitoral. Ambas as representações do rei fazem um gesto de adoração com a mão direita: à direita, em direção ao *Disco Solar Alado*, situado na parte centro-superior da cena; à esquerda, em direção a *Árvore Sagrada*, ao centro (SILVA, 2016a, p. 148).

Se nos detivermos mais especificamente a alguns dos símbolos manifestos no conjunto das representações assírias podemos delinear que deuses são simbolizados distantes do mundo dos homens, o que pode indicar uma consciência profunda da transcendência da divindade. Em compensação, há um predomínio de símbolos religiosos de alta sofisticação, que implica a necessidade do desenvolvimento de instrumentais capazes de dar conta dos

significados que são agenciados por esses códigos visuais específicos. O *Relevo 23* é um exemplo claro e manifesto disso, ao expressar diversas simbolizações de cunho religioso.

Inclusive, um dos princípios mais antigos da religião mesopotâmica é a crença de que a divindade se manifestava no reino vegetal, o que explica a profusão de representações dos deuses por meio de seus símbolos – incluindo a sacralidade de árvores e plantas –, o que justifica a proeminente motivo iconográfico da “árvore sagrada” que predomina o centro do *Relevo 23*: esse signo pode ser interpretado como uma tamareira estilizada, um objeto de culto – possivelmente identificado com a divindade feminina Ishtar –, um emblema da vegetação, a “árvore da vida”, um símbolo imperial ou a combinação de todas essas formas (ALBENDA, 1994; FRANKFORT, 2010, p. 144-145).

Em outra simbolização na porção superior central do *Relevo 23*,

Acima da Árvore Sagrada, o deus Assur é representado em forma humana, com o dorso voltado para a direita, dentro de um disco solar com asas, tendo as mãos postas em sinal de bênção, o que sugere uma legitimação ao ritual praticado pelo rei assírio, que é protegido pelo deus Assur, que o escolhe e é a fonte de seu poder. Desta forma, é possível sugerir que o disco solar alado estaria diretamente ligado ao rei, enquanto a Árvore Sagrada representa a Ordem divina mantida pelo rei como representante do deus Assur, personificado no disco solar alado que pende acima da Árvore Sagrada (SILVA, 2016b, p. 81).

Além disso, é importante nos atentarmos também para o fato de que

Atrás do rei, em ambos os lados do relevo, há um gênio alado – figura antropozoomórfica, possivelmente uma divindade menor – representado de pé, usando um saiote curto franjado e um manto de franjas e bordados, e tendo barba e cabelo longos e encaracolados. Possuem facas (?) colocadas ao lado direito da cintura, dentro da faixa diagonal que cruza o peitoral. O capacete com chifres indica a divindade das criaturas. Os gênios alados abençoam e purificam o rei usando uma pinha (?) na mão direita para borrifar o líquido contido no balde ritual que carregam na mão esquerda (SILVA, 2016b, p. 81-82).

Quando analisados em conjunto, esses signos passam a atuar como mecanismos simbólicos organizados e estruturados, de modo a garantir a construção de significados precisos a partir da composição escultórica mais emblemática do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II: o *Relevo 23*. Mediante a análise dos símbolos religiosos nele contido, é possível verificar a consagração da realeza a Assur, o que fornece elementos para o reconhecimento da autoridade e da soberania imperial personificada na figura do rei, responsável terreno pela manutenção da Ordem e do equilíbrio cósmico assírio.

Sobre a representação do corpo do rei, vale ressaltar que ela esteve sujeita a um alto grau de idealização, de acordo com normas de valor ao invés de verificabilidade visual, uma vez que as proporções esculturais fizeram referência direta à importância relativa do rei para preencher o espaço na pedra. É importante delinear, também, que diversos atributos da aparência que hoje consideramos externos à pessoa – chapelaria, roupas, apetrechos – eram, para os assírios, elementos inseparáveis do cargo ou de identidade, atuando como elemento de reconhecimento imediato, sem ambiguidades. Por conta disso, os artesãos retrataram o rei nas mesmas vestes, portando itens que tinham suas próprias funções inerentes e significados simbólicos: a chapelaria real simbolizava os deveres do oficial assírio, o caráter bélico do soldado quando usava o capacete de guerreiro sob o fez, e a legitimidade da linhagem real quando utilizada uma tiara com a decoração do filete assírio caído às costas (PALEY, 1977, p. 537-538; WINTER, 1997, p. 370-372). Nesse sentido, o estilo de barba completa, encaracolada e compartimentada – possivelmente uma convenção artística – foi característica marcante dos governantes assírios, manifestando a confluência de estilo e iconografia na mensagem codificada através da barba real: o rei era viril, másculo, maduro, nobre, poderoso, dominante na caça, vitorioso no campo de batalha (PALEY, 1977, p. 539; WINTER, 1997, p. 371).

Considerando que coube ao rei escolher os artistas que esculpiram suas façanhas na pedra, os temas retratados nas paredes do palácio imperial resumiram as funções administrativas, militares, simbólicas e religiosas (PALEY, 1977, p. 543), diretamente relacionados àquilo que se pretendia fazer lembrar, refletindo as pretensões próprias do Império e da Realeza. Logo, a análise do *Relevo 23* pode concluir que

essa composição deve ser reconhecida como um resumo visual das ideias principais da realeza assíria, compreendida como fonte da abundância fornecida pelos deuses, resultante do bom relacionamento entre o rei e os deuses mediante a realização adequada dos rituais praticados pelo soberano assírio. Esta cena é, portanto, uma metáfora visual, na qual o rei é identificado como o regente terreno nomeado pelos deuses, que conduz suas ações segundo as prerrogativas estabelecidas pelas divindades, ganhando seus favores e garantindo a abundância à Assíria, assegurando as condições necessárias para dar prosseguimento a seu reinado no Império (SILVA, 2016a, p. 150-151).

Em síntese, o rei assírio deveria assegurar que a ordem do universo não fosse interrompida. Para que isso ocorresse, deveria atuar como chefe dos sacerdotes e servo dos deuses, sendo responsável por construir um abrigo seguro (os templos) para os deuses; deveria garantir a manutenção e a fertilidade da terra, desde a administração dos campos até o desenvolvimento dos canais para promover o crescimento da prosperidade das terras que

controla; e deveria adquirir riquezas por meio do comércio e da conquista, propiciando o estabelecimento da justiça social, para a prosperidade econômica e para a execução de projetos públicos e de arquitetura monumental, como os palácios imperiais. A composição arquitetural desses palácios imperiais funcionava como um suporte mnemônico, com vinculações às dimensões do sagrado, atuando como um microcosmo ordenado e equilibrado que reforçava a realeza assíria uma vez que o programa decorativo em arquitetura monumental expressava uma manifestação de poder inquestionável. Logo, as imagens representadas nos relevos neoassírios revelam a formação de uma comunidade social que articulava uma comunidade cósmica, de modo que as ações humanas agenciavam objetos materiais, revelando os traços mesmos dessas comunidades. Os relevos neoassírios são, portanto, partícipes (e resultantes) das relações sócio-políticas e culturais, sendo portadores de dimensões religiosas, de identidade, de etnicidade e de historicidade.

Referências

ALBENDA, P. Assyrian wall reliefs: a study of compositional styles. In: WAETZOLDT, H.; HAUPTMANN, H. (eds.). *Asyrien im wandel der zeiten*. Rencontre Assyriologique Internationale, XXXIX. Heidelberg: Heidelberg Orientverlag, 1997, p. 223-232.

_____. Assyrian Sacred Trees in the Brooklyn Museum. *Iraq*, v. 56, 1994, p. 123-133.

COLLINS, P. *Assyrian Palaces Sculptures*. Austin: University of Texas Press, 2008.

FRANKFORT, H. *Arte y arquitectura del Oriente Antigo*. Madrid: Cátedra, 2010.

FUCHS, A. Assyria at war: strategy and conduct. In: RADNER, K.; ROBSON, E. (Eds.). *The Oxford Handbook of Cuneiform Culture*. Oxford, Oxford University Press, 2011, p. 380-401.

KERTAI, D. The multiplicity of Royal Palaces: How many palaces did an assyrian king need? In: KERTAI, D.; MIGLUS, P. A. (eds.) *New research on Late Assyrian Palaces*. Heidelberg: Heidelberger Orientverlag, 2013, p. 11-22.

_____. The architecture of connectivity Ashurnasirpal II's Late Assyrian Palace in Kalhu. In: KURUPKAT, D.; SCHNEIDER, P. I.; WULF-RHEIDT, U. *Die Architektur des Weger: Diskussionem zur Archäologischen Bauforschung*. Regensburg: Schnell & Steiner, 2012, p. 337-347.

MCCORMICK, C. M. *Palace and Temple: a study of architectural and verbal icons*. Berlim & New York: Walter de Gruyter, 2002.

MOSCATI, S. *Como reconhecer a Arte Mesopotâmica*. Lisboa: Edições 70, 1985.

PALEY, S. M. The Texts, the Palace, and the Reliefs of Ashurnasirpal II. *American Journal of Archaeology*, v. 81, n. 4, 1977, p. 533-543.

POLLOCK, S. *Ancient Mesopotamia: the Eden that never was*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

POSTGATE, J. N. *Early Mesopotamia: Society and economy at the dawn of history*. London & New York: Routledge, 1994.

POZZER, K. M. P. Cidades Mesopotâmicas: História e Representações. O mundo urbano – espaço profano e sagrado. *Anos 90*, n. 17, Porto Alegre, 2003, p. 61-73.

ROSS, J. C. Representation, reality, and ideology. In: POLLOCK, S.; BERNBECK, R. (eds.). *Archaeologies of the Middle East: critical perspectives*. Oxford: Blackwell publishing, 2005. p. 326-350.

RUSSELL, J. M. *The writing on the wall: Studies in the Architectural Context of Late Assyrian Palace Inscriptions*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 1999.

SILVA, R. K. P. da. *Guerra, soberania, ordem e equilíbrio cósmico: representações sociais em relevos neoassírios (884-727 a.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFRN. 1.v. Natal, 2016a.

SILVA, R. K. P. da. *Guerra, soberania, ordem e equilíbrio cósmico: representações sociais em relevos neoassírios (884-727 a.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFRN. 2.v. Natal, 2016b.

SMITH, M. (ed.). *The social construction of Ancient Cities*. London: Smithsonian Books, 2003.

TAKLA, P. R. *Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período neoassírio (934-609 a.C.) imagem texto e espaço como veículos da retórica real*. 1.v. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP. São Paulo, 2008.

WINTER, I. J. Art *in* empire: the royal image and the visual dimensions of Assyrian ideology.
In: PARPOLA, S.; WHITING, R. M. (eds.). *Assyria 1995: Proceedings of the 10th anniversary
Symposium of the Neo-Assyrian Text Corpus Project*. Helsinki, 1997, p. 359- 381.

_____. “Seat of a Kingship”/“A wonder to behold”: the Palace as construct in the
Ancient Near East. *Ars Orientalis*, v. 23, Michigan, 1993, p. 27-55.

**HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES/AS: UM ESTUDO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DA UERN – CAMPUS CENTRAL**

Rusiane da Silva Torres¹

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país multicultural, apresentando ampla diversidade étnica, nas crenças religiosas, nos costumes. A escola por sua vez, deve levar essa pluralidade para dentro das salas de aula. Candau (2008) enfatiza a necessidade de reinventar a educação, inserindo na sala de aula os múltiplos sujeitos, novas temáticas, promovendo uma educação que possa oferecer subsídios significativos dentro do contexto heterogêneo que se encontra a sociedade brasileira.

Apesar dessa diversidade, os currículos das escolas, do nosso país, são marcados pela perspectiva eurocêntrica, onde os povos africanos são reduzidos à condição de seres escravizados e colonizados. Os livros didáticos, em geral, representam esses grupos étnicos como sujeitos passivos sem identidade e/ou sem cultura (CARMO; NASCIMENTO, 2015). Além disso, aos povos africanos e afro-brasileiros são associados à imagem de selvagens e/ou bárbaros, reproduzindo estigmas, estereótipos e discriminação com relação aos seus valores culturais.

Na busca de amenizar esse silenciamento em torno da história e cultura africana promovido pelos currículos eurocêntricos, políticas educacionais voltadas para a inclusão do tema da diversidade cultural no currículo escolar foram aprovadas, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que insere a pluralidade cultural como um dos seis temas transversais a serem abordados nos conteúdos curriculares; e a Lei nº 10.639 de ano de 2003, que estabelece a obrigatoriedade da história e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino da rede pública e particular, o texto sofreu alteração em 2008 com a inclusão dos povos indígenas, por meio da Lei nº 11.645. Notamos assim que no limiar do século XXI, políticas educacionais buscaram alternativas para possibilitar maior eco da voz dos povos silenciados e esquecidos da história do Brasil.

Apesar dos referidos normativos, a temática continua ausente ou com pouca discussão nos cursos de licenciatura, sem esse debate, o/a professor/a não se sentirá preparado/a para inserir as questões étnico-raciais em sua prática docente. Diante disso, questionamos: qual o lugar da história e cultura africana e afro-brasileira na grade curricular do curso de licenciatura em História da UERN, campus Mossoró/RN? Quais disciplinas discutem essa temática?

¹ Mestra em Ensino, graduada em História. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: rusianehistoria@gmail.com.

Nesse sentido, buscamos analisar como a temática abrangida na Lei 10.639/03 se faz presente na atual matriz curricular do curso de licenciatura em História da UERN, campus central. Para tanto, estabelecemos como fonte e material de análise o atual Projeto Pedagógico do respectivo curso considerando as ementas das disciplinas cujo conteúdo programático inclui as questões étnico-raciais, sobretudo a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Quanto a organização do trabalho, dividimos em 2 seções, as quais, articuladamente, nos permitem desenvolver o estudo proposto. A primeira discorre sobre a formação de professores e professoras para o trabalho com a temática africana e afro-brasileira, norteadas pelo entendimento de que a aprovação de documentos legais oportuniza a descentralização e a reformulação dos currículos com a perspectiva de suplantar a hegemonia europeia presente no âmbito escolar, permitindo o debate frente ao reconhecimento e valorização dos povos africanos na formação cultural e histórica desse país.

Na segunda apresentamos o curso de licenciatura em História da UERN, do campus central, enfatizando as mudanças no Projeto Pedagógico do Curso – PPC ao longo dos anos, o qual sofreu alterações após a homologação da Lei 10.639/03, a fim de adequar-se a essa nova demanda apresentada aos currículos de formação de professores/as, sobretudo da área de História. Ainda nessa seção, analisamos como a atual grade curricular do curso insere as questões étnico-raciais dentro do conteúdo programático para as disciplinas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA O ENSINO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Para a promoção de uma educação heterogênea, é necessário, dentre outros elementos, a presença de docentes “abertos a mudanças”. De acordo com Gomes (2005), para que a educação escolar consiga avançar na relação entre saberes e as relações estabelecidas entre escola/realidade social/diversidade étnico-cultural é necessário que “os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras” (GOMES, 2005, p. 147). A autora enfatiza que a escola deve promover um ensino voltado para práticas democráticas e emancipatórias, onde os/as alunos/as possam se enxergar como cidadãos e cidadãs.

Candau e Moreira (2003) alertam que construir e colocar na prática um currículo que abranja novos sujeitos e as distintas culturas não se apresenta como tarefa fácil, sendo necessário “que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados” (CANDAU;

MOREIRA, 2003, p. 157).

Na concepção de Hooks (2013), alguns/as educadores/as têm receio em quebrar os paradigmas da educação homogênea e inserir em suas práticas docentes os princípios de uma educação multiculturalista. Para a autora, é preciso instruir locais de formação onde os/as educadores/as tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar na sala de aula o multiculturalismo.

Hooks (2013) enfatiza ainda que “muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multiculturalista, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos e referências múltiplas” (HOOKS, 2013, p. 51). A falta de embasamentos teóricos, obtidos durante sua formação, seja ela inicial ou continuada, podem intimidar os professores e as professoras a realizarem debates em volta das questões envolvendo o multiculturalismo. Desse modo, para a autora pensar em um currículo que abranja as “diferenças”, sejam elas étnicas e culturais é primordial para efetivação de uma educação híbrida e multicultural.

De acordo com Candau (2008), um dos maiores desafios para se desenvolver uma educação multicultural nas escolas consiste em superar os estereótipos existentes na sociedade em torno de alguns povos e culturas, e adotar uma consciência crítica sobre as visões etnocêntricas, inserindo nas suas práticas docentes diversos povos e suas manifestações culturais.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de descolonizar os currículos escolares. Descolonizar os currículos escolares se apresenta como um dos pilares para a promoção de uma educação que assegure o respeito e o estudo das diferenças. Para Gomes (2012), um currículo descolonizado é aquele que supera a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e do modelo a ser seguido, buscando dá voz e espaço a temas e povos antes silenciados. No entanto, essa descolonização se apresenta como um desafio para a educação escolar, uma vez que se necessário um ensino que promova um “[...] diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos” (GOMES, 2012, p. 102).

Nesse sentido, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), diante da forte atuação do Movimento Negro Brasileiro, em parceria com os demais aliados da luta antirracista, abre-se espaço para o debate acerca da pluralidade cultural, instituído em forma de tema transversal, por meio dos PCNs de 1997.

Mais tarde, nos primeiros dias do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da Educação Básica, das instituições públicas e particulares. A Lei ainda estabelece o

dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”, data que deve fazer parte do ciclo de comemorações do currículo escolar.

Entretanto, apesar da existência de uma sociedade multicultural e de políticas voltadas para a inclusão da diversidade nos currículos, ainda prevalece nas práticas educacionais uma perspectiva homogênea da cultura, uma vez que tais medidas não foram suficientes para alterar um ensino que reforça o eurocentrismo e a desvalorização das culturas africanas e afro-brasileiras (GOMES, 2019). Desse modo, prevalece no sistema educacional brasileiro a reprodução de um pensamento colonial, desvalorizando saberes e valores culturais dos povos subjugados.

Pensar a escola enquanto espaço de múltiplas culturas é um passo essencial para práticas de respeito à diversidade, uma vez que a escola se caracteriza como uma instituição que pode permitir a formação de uma consciência cidadã, sendo importante a implantação de estratégias de combate à discriminação racial, conhecimento e valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, por exemplo. Para tanto, é necessário docentes preparados/as para discussão dessa temática na sala de aula, logo surge a necessidade de incluir a questão étnico-racial nas disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura, aqui destacamos o curso de História.

O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UERN E SEU DEBATE EM TORNO DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

O curso de História é um dos mais antigos criados na UERN, fundando em 16/11/1966 pela Resolução nº 065/65 e instalado em 13/12/1966. Entra em efetivo funcionamento no ano de 1967, sendo reconhecido oficialmente pelo Decreto-Lei nº 79.017, de 23/12/1976, como uma estrutura departamental. O curso no seu início era integrado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quando a Universidade era conhecida como Fundação Universidade Regional de Mossoró (FUNCITEC). Posteriormente, foi reestruturada e passou a ser denominada de Fundação Universitária Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) e o curso de História passou a ser subordinado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH).

A antiga FURRN passou a ser denominada de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e atualmente o Curso de História está ligado a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC) que também coordena os Cursos de Geografia, Ciências Sociais, Filosofia e Comunicação Social. O referido curso apresenta como princípio básico formar pesquisadores/as e/ou professores/as capazes de atuarem criticamente perante a realidade social em que estão inseridos.

Sua matriz curricular passou por alteração no ano de 2018, sendo válida para os/as ingressantes a partir de 2019.1. Dentre as modificações está a quantidade de semestres, antes o curso continha 8 semestres, 4 anos de duração. A partir do ano letivo 2019. 1, o curso passou a ter 9 semestres, 4 anos e meio, com tempo máximo de integralização curricular o período de 7 anos.

O/a discente deve cumprir 2745 horas em disciplinas obrigatórias, 600 horas em disciplinas optativas, além de 210 em atividades complementares, devendo ser de ensino, pesquisa e extensão.

A organização das disciplinas do curso de História foi pensada a partir de debates no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no Colegiado e baseadas nas experiências didáticas ao longo dos últimos anos. O currículo do curso agrega 5 áreas distribuídas ao longo da graduação, são elas: História Geral (11 disciplinas), História do Brasil (7 disciplinas), Teoria e Metodologia da História (8 disciplinas), Formação Docente e Ensino de História (10 disciplinas) e Conhecimentos Transversais (6 disciplinas); além de 5 horários destinados a disciplinas optativas e 3 Unidades Curriculares de Extensão (UCE).

O respeito a diversidade é mencionado em um dos objetivos específicos do PPC, onde o/a discente deve “atentar para o reconhecimento de experiências de sujeitos individuais e coletivos em diferentes temporalidades e espacialidades, a fim de formar o profissional para uma cultura de tolerância e respeito à diversidade.” (UERN, 2018, p. 20). Sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, o PCC expõe que

Atendendo às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas estão explicitamente postos nas ementas de todas as disciplinas de História do Brasil e nas disciplinas de História das Américas I e II, História da África, História Moderna I e II e História Contemporânea I e II. (UERN, 2018, p. 25).

Diante disso, podemos notar que a temática é ausente nas 10 disciplinas que compõem a área da Formação Docente e Ensino de História, bem como no campo da Teoria e Metodologia da História. Nesse sentido, salientamos a necessidade de debates étnico-raciais no campo da Teoria da História, sobretudo, na área da historiografia brasileira. Vale veicular ainda a ausência de intérpretes negros nessas áreas de conhecimento.

Nesse momento do trabalho, realizamos uma análise dessas dez disciplinas mencionadas no PPC como encarregadas de discutir os eixos abrangidos na Lei 10.639/03, nessa análise enfatizamos aspectos como conteúdos, duração e bibliografia (básica e complementar). Os dados foram organizados e apresentados no quadro 1.

Quadro 1 –Análises das disciplinas

Disciplina	Dados
História Moderna I	Semestre de oferta: 3º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...] as sociedades africanas e os impactos do tráfico de escravizados no Atlântico.” (UERN, 2018, p. 129).
História Moderna II	Semestre de oferta: 4º período Carga horária/crédito:60/04 Ementa: Ausência da temática da história e cultura africana e afro-brasileira.

História das Américas I	Semestre de oferta: 4º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...] escravidão africana e trabalho compulsório indígena. Resistências indígenas e africanas à exploração. (UERN, 2018, p. 134)
História Contemporânea I	Semestre de oferta: 5º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...] o fim do tráfico de escravos e as transformações da economia, sociedade e cultura africana no século XIX.” (UERN, 2018, p. 138). Bibliografia Complementar: ADE AJAYI, J. F. História Geral da África , VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.
História da Américas II	Semestre de oferta: 5º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...] Redemocratização nas Américas e projetos de construções identitárias indígenas e africanos.” (UERN, 2018, p. 139).
História do Brasil Império	Semestre de oferta: 5º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...]A escravidão no século XIX: ideologias escravistas, tráfico atlântico e interprovincial de escravizados. Práticas de resistência ao cativeiro.” (UERN, 2018, p. 140). Bibliografia Complementar: CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade : uma história das últimas décadas na escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
História Contemporânea II	Semestre de oferta: 6º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “A formação dos impérios europeus e a dominação da África e da Ásia; o processo de descolonização na África e na Ásia.” (UERN, 2018, p. 144). Bibliografia Complementar: BOAHEN, A. Adu. História geral da África [vol.VII]: a África sob dominação colonial (1880-1935). São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1991. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. História geral da África [vol.VIII]: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
História do Brasil República I	Semestre de oferta: 6º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: Ausência da temática da história e cultura africana e afro-brasileira.
História da África	Semestre de oferta: 7º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “Historiografia da África e o lugar da História nas sociedades africanas. Fontes e metodologia da pesquisa: arqueologia, fontes escritas e tradição oral. A África no contexto da história mundial. O Egito Antigo. O Islã: advento e ascensão do Império. A África Ocidental: os primeiros contatos com os portugueses. Povos, reinos e cidades do Rio Volta aos Camarões: os Yoruba e o Reino do

	Benin. Povos de origem Bantu da África Central: Kongo e Angola. A África dos séculos XVI ao XVIII: escravidão doméstica, escravidão mercantil e a emergência de uma nova ordem econômica atlântica. O conceito de ‘diáspora africana’. A África no início do século XIX. O Pan-Africanismo. Educação para as relações étnico-raciais. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.” (UERN, 2018, p. 150).
História do Brasil Republicano II	Semestre de oferta: 7º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: Ausência da temática da história e cultura africana e afro-brasileira.
História do Brasil Republicano III	Semestre de oferta: 7º período Carga horária/crédito: 60/04 Ementa: “[...]Cultura e movimentos sociais na virada para o século XXI: Movimentos Sociais do Campo, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTX.” (UERN, 2018, p. 155).

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Por meio do estudo minucioso das disciplinas citadas no PPC que dentro de seu conteúdo programático deve estar as questões étnico-raciais, notamos que em algumas delas o tema é inserido em uma perspectiva eurocêntrica, sendo a escravização dos povos africanos o ponto de partida, tais como História Moderna I, História Contemporânea I e História do Brasil Império. Notamos ainda que a temática é ausente em disciplinas que deveriam englobar as questões abrangidas na Lei 10.639/03, como História Moderna II, História do Brasil República I e II.

Por outro lado, a temática da história e cultura africana e afro-brasileira se fez presente em disciplinas não listadas no PPC como responsável em abranger o determinado na lei 10.639/03, dentre essas disciplinas encontra-se Introdução à Antropologia. O componente curricular apresenta como objetivo discutir “a transição para a humanidade e a versão disciplinar sobre o “outro”: evolucionismo vitoriano e o difusionismo. O problema do etnocentrismo. A antropologia cultural americana e o relativismo cultural.” (UERN, 2018, p. 156). Logo, a disciplina propõe pensar a(s) cultura(s) e o respeito e valorização do “outro”.

A disciplina História da África merece destaque. Na antiga estrutura curricular do ano de 2013, a disciplina se fazia presente enquanto um componente curricular optativo. Dentre os conteúdos programáticos notamos a valorização e o reconhecimento em torno do povo negro. Seu caráter obrigatório nessa nova grade curricular do curso mostra uma tentativa de descolonização do curso. Por outro lado, a disciplina Educação para diversidade apresenta cunho optativo, logo nem todos/as os/as alunos/as cursam o componente curricular ao longo da sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto que expressa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana é estabelecido que essa temática

deve ser abordada em todo o currículo escolar e especialmente nas disciplinas de História, Artes e Literatura. Assim, nos propomos a investigar como o curso de licenciatura em História da UERN está trabalhando as questões determinadas na Lei 10.639/03 e para isso analisamos a atual estrutura curricular do referido curso, do ano de 2018.

Pensar sobre o processo de formação de professores e professoras é um eixo importante para efetivação do exposto na lei, tendo em vista ser a partir do conhecimento e do debate oportunizado no processo formativo que se constroem possibilidades de que, no cotidiano escolar, a temática africana esteja presente numa perspectiva de reconhecimento e valorização desses povos, de modo a superar a visão assimétrica estabelecida quando falamos dos sujeitos que fazem parte da constituição do Brasil enquanto nação.

No que diz respeito às disciplinas obrigatórias do curso objeto de pesquisa, a ênfase reside sobretudo no processo de escravidão do período colonial fundamentado no discurso hegemônico da supremacia de única uma raça, na qual os negros são inferiorizados. Logo, a ausência de uma formação para desenvolver o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, numa perspectiva de reconhecimento e valorização desses povos, tem como consequência a não abordagem, por partes dos/as docentes, da temática dentro da concepção de respeito à diversidade cultural existente no país.

O ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira deve estar presente no ensino da História assim como prevê a lei que obriga a abordagem da temática em todo o currículo escolar. Logo, a formação, seja ela inicial ou continuada, é relevante para que, de fato, os professores e professoras abordem a temática, bem como tenham segurança diante do trabalho com ela, o que permite que sejam desconstruídas algumas compreensões e estereótipos a respeito dos povos negros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental temas transversais. Brasília, DF: MEC: SEF, 1998. 436 p.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Educação escolar e cultura(s)**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168,

maio/ago. 2003.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

CARMO, Erinaldo Ferreira; NASCIMENTO, Silas Cassio Gomes. O índio e o negro nos livros didáticos de Sociologia adotados no PNLD. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S.L.], v. 7, n. 14, p. 226-245, dez. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: MEC: SECAD, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade Negra descolonizando os currículos. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze *et al* (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 223-246.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

UERN, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. **Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em História**, Campus Central, Mossoró/RN. 2018.

RESISTÊNCIA E PODER: PROTAGONISMO E LIDERANÇA FEMININA INDÍGENA NO NORDESTE.

Rute Raabe Nunes Xavier¹

Nayara Regina Gondim Soares²

Profa. Ma. Soraya Geronazzo Araújo³

INTRODUÇÃO

Essa temática nasceu a partir da presença de lideranças femininas indígenas na mídia, atuando na frente dos direitos dos povos indígenas, se tornando mais evidente a partir do contato diário. Acompanhado suas agendas por meio de redes sociais levantaram-se algumas questões, onde tais serão abordadas ao discorrer dessa pesquisa. Mas, algo notório e de imediato que chamou atenção foi à percepção da presença constante dessas mulheres como porta vozes de seus povos, algo outrora não visto com tanta frequência. Assim, deu-se início a uma reflexão sobre as demandas e indagações relacionadas às lideranças femininas indígenas no nordeste (1995-2010), buscando analisar a construção dessa configuração de resistência, e suas relações de empoderamento e representatividade na luta por direitos étnicos e de gênero na sociedade não indígena a favor de suas comunidades.

O recorte espacial tem a finalidade de elaborar uma pesquisa que se remete a problematização historiográfica da conjuntura da liderança feminina indígena no espaço das regiões nordeste. O recorte temporal, por sua vez, foi idealizado a partir da concepção das primeiras organizações femininas indígenas no país, compreendendo que apenas no início de 1990 foram criadas as primeiras organizações de mulheres indígenas. É considerado 2010, como o encerramento do ciclo do recorte temporal devido realização do último censo do IBGE sobre a questão indígena, analisando uma maior disponibilidade do acervo bibliográfico nesse período.

PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS INDÍGENAS DO NORDESTE

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: rute.nunes7@hotmail.com

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: naygondim12@gmail.com

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço de e-mail: sorayageronazzo@uern.br

As associações indígenas se organizam desde 1960, mas se multiplicaram após a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, devido à efetivação das mesmas como pessoas jurídicas. Na Região Nordeste, em 1995, foi fundada a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) em defesa da efetivação dos direitos indígenas. Essa organização tem representado mais de 70 povos indígenas e é considerada a segunda maior organização indígena no país, e apesar de não uma associação unificada para as mulheres, tem atualmente, Liziane Silva, Potiguara da comunidade de Mendonça do Amarelão como coordenadora de mulheres microrregional.

Foi observado nos grupos de trabalho da AIRN que havia necessidade das mulheres falarem suas demandas, dizerem sobre as situações que enfrentavam e terem sua voz ouvida. A partir daí surgiu à ideia da Assembleia de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte, que já teve três edições: 2012, 2016 e agora em 2018. (Liziane Silva em entrevista concedida a FUNAI em 2011).

Entretanto, no estado do Ceará, desde 1995 já havia uma cacique indígena mulher e, em 2002 foi criada a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK), liderada pela Cacique Pequena, Maria de Lourdes da Conceição Alves. A AMIJK foi à primeira organização exclusiva de mulheres no Ceará, tendo em vista que em seu Estatuto de Fundação aparecem claras manifestações de questões de gênero.

I Encontro das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé, foi realizado na Lagoa da Encantada, nos dias 07, 08 e 09 de abril de 2006. Em três dias, as mulheres conseguiram mobilizar vários setores da sociedade em favor de suas demandas como o direito da mulher, a educação de qualidade, a saúde e a demarcação da Terra Indígena. Estiveram presentes muitos representantes de outros povos indígenas cearenses e de Organizações Não Governamentais, acadêmicos, políticos e a Imprensa (ANTUNES, 2008, p.101).

Contudo, quando se remete a organização estadual, apenas no início de 2007, houve o primeiro encontro regional de mulheres (“guerreiras”) indígenas, onde foi criado a Articulação de Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE), com o objetivo de articular as mulheres do estado, em busca de projetos a fim de reivindicar os direitos das mulheres. Na ocasião, o cargo de presidenta foi para Rosa Pitaguary, por uma votação unânime, e Eliane Tabajara como sua vice-presidente. Atualmente, cada etnia no Ceará, tem uma organização de mulheres, embora muitas não sejam reconhecidas juridicamente, e todas estas organizações estão articuladas com a AMICE. A Articulação participou ativamente na formação de cada organização, reforçando a importância do fortalecimento da organização de mulheres.

De maneira geral, a unificação das vozes das organizações femininas indígenas, tem desenvolvido uma prática e um discurso em relação às dificuldades em questões de gênero, e

também pautas que envolvem demandas das comunidades indígenas. Essas mulheres têm se tornado referência no movimento indígena atuavam dentro e fora de suas comunidades.

A participação feminina na luta pelas pautas reivindicatórias mais gerais e sua crescente atuação na formação de organizações específicas de mulheres e de Departamentos de Mulheres em organizações do movimento indígenas, em conjunto com parcerias e diálogos com diferentes agências e agentes governamentais e não-governamentais e cooperação internacional para o desenvolvimento, fizeram com que as mulheres conquistassem cargos políticos, participação em projetos de etnodesenvolvimento que apoiassem suas atividades, e fizeram com que a transversalidade de gênero e etnia perpassassem por vários programas e projetos do governo (SACCHI, 2012, p. 256).

OS OLHARES QUE AS NORTEIAM

Pôde-se perceber que as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que em alguns casos possuem poder no interior das comunidades, em geral não são reconhecidas como representantes destas perante os não-índios. Entretanto, é importante ouvir sua voz. [...] O que se faz necessário é que a política indigenista também possua um corte de gênero, ou seja, que os problemas das comunidades indígenas sejam vistos também da perspectiva feminina. Tal atitude ser benéfica não somente para as mulheres, mas para a política indigenista como um todo. (Relatório das visitas..., 2003, p. 35)⁴.

O referido depoimento faz parte do Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas realizadas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina (2003), reafirma os olhares negativos dos líderes não indígenas diante do protagonismo da liderança feminina indígena. Baseada em pesquisas realizadas, entende-se que embora as mulheres que exercem liderança sobre seus grupos demonstrem a unificação de suas vozes ao movimento indígena nacional, ao exterior de suas comunidades, há uma tentativa de limitação de suas imagens. Ocasionadas por uma estrutura patriarcal enraizada, que diminui o papel da mulher, as subjugam e as impõem num estado de minoridade e inclusive de incapacidade. A invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, que ainda são visados pelo senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo.

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As

⁴ Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas Realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina (2003). *Conflitos Em Terras Indígenas*. Disponível em: www.camara.gov.br/cdh/relatorios/relatorio_indigena.html Acessado em 23/07/2019, 23h20min.

mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, Gilberto. 1933, p. 161).

O livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, faz referência a um estereótipo advindo da época colonial, que permeia as caracterizações sob as mulheres indígenas. Ele dedica algumas páginas à demonstração do caráter hiper-sensual da índia e das relações de miscigenação. Seriam, portanto, elas, objetos sexuais responsáveis por gerar filhos, prover a terra, exercer submissão ao homem branco, contribuindo assim para o projeto português de colonização e de formação da sociedade no Brasil. Nas interpretações feitas sobre os diálogos presentes no livro, vemos o forte olhar colonizador e patriarcal que generaliza as experiências e os diferentes papéis das mulheres nas sociedades nativas, sendo assim, os responsáveis pela invisibilidade das mulheres indígenas nas sociedades.

Este conjunto de imagens do passado colonial é recorrente sobre as mulheres indígenas no imaginário do (as) brasileiras do século XXI, o que, por um lado, apresenta-as como personagens coadjuvantes de um passado distante, e, por outro lado, invisibiliza as experiências de mulheres ao longo dos tempos. (FAUSTINO, Paula, 2014, p. 3).

Analisando esse sistema, a qual as lideranças femininas indígenas, são muitas vezes subordinadas, entendemos que de acordo com, *Dominação masculina de Pierre Bourdieu* (1999), isso se deve, há uma relação entre a masculinidade e a feminilidade, que se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder. As mulheres são subjugadas socialmente, pois há uma hierarquização nas relações de poder de acordo com o gênero, onde o homem por sua vez determina uma intenção de dominação sobre as mulheres, a fim de limitar as posições sociais adotadas por elas. Dessa forma, acontece "*um trabalho histórico dedeshistoricização*" (p. 100), que inverte "*a relação entre as causas e os efeitos e [faz] ver uma construção social naturalizada, como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade*" (p. 9-10).

A ordem masculina da sociedade não indígena é, portanto, reproduzida através de mecanismos e estratégias estruturais, como por exemplo, a diferenciação entre homens e mulheres, o que é coisa de mulher, o que é coisa de homem. Nesse contexto, o posto de uma mulher indígena ser liderança, não se enquadra na estrutura idealizada, e, portanto, reforça a invisibilidades destas.

É importante ressaltar que aqui nos referimos a mulheres indígenas em geral, lembrando que há uma diversidade enorme de etnias bastante heterogêneas entre si, que só não são devidamente denominadas quando nos referimos às populações indígenas de forma generalizada, o que merece ressalva devido às grandes diferenças entre as etnias, inclusive quanto à forma e importância do papel da mulher na comunidade. (GRUBITS, Sônia. 2003, p. 1)

O esforço para compreender a agência das mulheres indígenas, em um histórico científico de invisibilização, adquire novo desafio com o protagonismo das lideranças femininas indígenas, isso porque a partir da atuação destas mulheres à frente de seus povos, surge um contexto de novas configurações das concepções e relações de gênero no universo indígena, que por outro lado implica em novos desafios para a vida dessas mulheres, entre eles os relacionamentos com as lideranças masculinas no ambiente político.

Segundo Perrot (1991), a ocupação de alguns espaços pelas mulheres é na verdade, possíveis interpretações de resistências das mesmas em relação ao poder masculino.

Os homens do século XIX europeu tentaram, efectivamente, conter o poder crescente das mulheres – tão fortemente sentido na época do Iluminismo e nas Revoluções, cujas infelicidades se lhes atribuíram facilmente – não só fechando-as em casa e excluindo-as de certos domínios de actividade – a criação literária e artística, a produção industrial e as trocas, a política e a história – mas, mais ainda, canalizando-lhe as energias para o doméstico revalorizado ou, mesmo, para o social domesticado. (PERROT, 1991, p.503).

Mesmo assim, *“as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder”*, salienta a mesma autora (PERROT, 1991, p.503).

O protagonismo das lideranças femininas indígenas, portanto, vence os olhares de uma dominação masculina presente na sociedade não indígena, que atrai uma subordinação, explicada por uma hierarquia nas relações de poder enraizadas, a fim de permanecer na memória e na história, para dar continuidades às suas comunidades, lutando também por seus direitos de gênero.

A vida de cacique mulher também foi muito sofrimento, porque antes era só homem que estava no poder de ser cacique. Eles achavam que a mulher não tinha capacidade. Inclusive eu sou a única cacique do território Cumuruxatiba. A única cacique mulher que tem lá sou eu, o resto tudo é homem. Eles aprenderam a me respeitar. Porque quando eu falei que eu ia fazer minha comunidade, muitos falaram “Ah, mas você é mulher, como é que você vai ser cacique mulher?”. Eu então falei: “Mas a mulher também tem o direito. A partir do momento que eu conheço meu direito, eu posso reivindicar o meu direito como mulher cacique”. Então, o pessoal me apoiou. (BRANDÃO, Joana, 2017, p. 6).

AS DEMANDAS DA LUTA DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS

As lideranças femininas indígenas através de seus discursos evidenciam suas demandas enquanto mulheres indígenas, reafirmando seu lugar social através do poder de fala, articulando, assim, uma agenda coletiva de reivindicações específicas. Ao tratarmos da trajetória do movimento indígena pouco se escreve sobre a presença das mulheres. No entanto elas estavam na luta e a importância das mesmas é tão forte que seus nomes e suas ações estão gravados na história oral. Na atualidade as mulheres indígenas continuam no lutar pela conquista do direito de seus territórios e políticas públicas. É importante ressaltar que aqui nos referimos a mulheres indígenas das regiões norte e nordeste, porém, lembrando que há uma diversidade enorme de etnias bastante heterogêneas entre si, o que merece ressalva devido às grandes diferenças quanto à formação, lugar e importância do papel da mulher na comunidade.

A mulher indígena possui papel fundamental dentro do território, seja como educadora, como multiplicadora do saber milenar ou mediadora dos conflitos de um povo, sobre tudo as mulheres mais velhas. Somos nós que preservamos a medicina e a agricultura tradicionais. E também as que mais guardam, testam, multiplicam as sementes tradicionais. Diante disso, é fundamental desenvolver políticas que preservem e estimulem os saberes milenares, voltadas para o etno desenvolvimento, e que fortaleçam a liderança das mulheres. (Carta de mulheres indígenas ao Estado Brasileiro, 2013, p. 3).

Nos discursos das lideranças femininas indígenas do nordeste, as reivindicações presentes são principalmente sobre a diferença e a diversidade étnica e cultural, garantia de participação em todas as etapas de formulação, aplicação e avaliação das políticas a eles destinadas, garantia de consulta, instituições representativas, sobre medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente realização de estudos sobre o impacto social, cultura e ambiental decorrente de atividades que os afetem, incentivo ao respeito e à preservação e manutenção de seus conhecimentos tradicionais.

A questão de gênero, por sua vez, enaltece muitas preocupações e consequentemente, reivindicações em busca do protagonismo, reconhecimento e visibilidade de suas experiências a fim de denunciar práticas e auxiliar mulheres, diante dessa temática.

As mulheres indígenas do Estado do Rio Grande do Norte se uniram para refletir sobre os tipos de violência e como protegerem a si e a outras mulheres, durante seis oficinas sobre o tema promovidas pela Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai em Natal, em Agosto de 2019. No decorrer dos encontros, as indígenas aprenderam também sobre as formas

de assistência para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, maneiras de denunciar, atendimento pela autoridade policial e medidas protetivas.

As participantes traçaram um mapa da violência em suas comunidades e um dos temas de destaque foram os relatos voltados à violência institucional relacionados à forma de tratamento preconceituosa e racista. Segundo elas, em alguns órgãos públicos, constantemente a identidade de mulher indígena é questionada ou não é respeitada pelos atendentes. Em hospitais, principalmente durante pré-natal e parto, há relatos de violência obstétrica, que pode ser física ou psicológica, podendo vir em forma de discriminação, com ameaças, gritos, chacotas ou desconsideração dos padrões e valores culturais das gestantes e parturientes, por exemplo. Assim, se torna possível que os denominadores comuns e as experiências compartilhadas contribuam para gerar sentimento de solidariedade entre mulheres de diferentes grupos étnicos, que se organizam em movimentos políticos e lutam por reconhecimento, direitos e justiça social.

Quanto à questão de gênero, a luta tem sido dobrada pelo preconceito, pelo desconhecimento e pelo desinteresse dos envolvidos, o que contribui para tornar invisível a situação das mulheres indígenas no Brasil. Por isso, para falar da participação das mulheres indígenas na Conferência Mundial contra o Racismo, há um outro histórico que não pode ser ignorado. (POTIGUARA, 2002, p.224)

VISÃO DAS LIDERANÇAS FEMININAS INDÍGENAS DO NORDESTE

Na aldeia de Serrinha, município de Petrolândia – PE, a cacica Dona Hilda Pankararu, relata que seu impulso em se torna liderança foi vencer a situação de invisibilidade imposta as mulheres de suas comunidades. Ela se juntou a luta por questões territoriais, sempre zelando seus rituais e tradições. *“Meu envolvimento com a tradição é muito forte, tenho muita fé. Sinto-me muito forte porque as crianças estão na tradição, no futuro quem vai ficar são as crianças e que continuem com a tradição!”*, diz Dona Hilda. Esse é o maior ensinamento que ela repassa, sempre uma perspectiva de futuro muito grande quando afirma:

Como boa lembrança tenho a terra, a tradição, a educação e a parte da saúde, embora temos nossos pajés e nossa terra tem ainda muitas ervas medicinais. Que os professores de arte ensinem as crianças, que todos conheçam cada planta e para que serve. Que as professoras ofereçam uma educação de qualidade.⁵

⁵ Trecho de entrevista retirado do livro “Mulheres da tradição” de Caroline Leal Mendonça e Manuela Schillaci.

Maria de Lurdes da Tribo Jenipapo-Kanindé, a 1ª cacique de uma tribo indígena no CE, mais especificamente em Aquiraz. Escolhida representante oficial de seu povo é cacique Pequena há 22 anos e enfrenta os sabores e os desassossegos de inovar uma tradição.

Eu neguei a escolha do meu povo por três vezes. Eu tive que ouvi de outros caciques que mulher só serve para cama e beira de fogão. Eu tive que tomar um goró verde, que nem sabia o que era, para provar que tinha capacidade de estar ali na tribo indígena. (Entrevista cedida ao Diário do Nordeste, em 07 de março de 2017).

Guardiã da memória, mãe de 16 filhos e líder de mais de 120 famílias, Maria de Lurdes carrega nas costas as necessidades e conquistas da aldeia, de onde já saiu algumas vezes para batalhar em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com temáticas de terras e de gênero. Para ela, ser mulher, ser índia, ser do Nordeste e ser liderança, é ser tantas com tantos apelos. Dos triunfos que tem, Pequena ressalta as conquistas comunitárias na saúde, na educação, na demarcação da terra e as pessoais *“sei que tenho sabedoria e acredito na humildade. É isso que mantenho e posso passar adiante para a juventude que me procura, inclusive gente que não é índio”*. Ela luta por direito a suas terras, o melhor para seu povo e ensina a eles, inclusive as mulheres a lutarem também.

Juliana Alves (cacique Irê) e cacique Jurema herdaram a liderança da mãe, Pequena. E o protagonismo das lideranças indígenas femininas vem se perpetuando. Elas consideram o crescimento da participação das mulheres indígenas uma consequência da somatória de forças de dois grupos – indígenas e mulheres. Cacique Irê conta que, em um primeiro momento, sua mãe achou que ela não daria certo no cargo, que era uma dona de casa, uma mulher parideira. Mas o povo confiava nela e no trabalho comunitário que já fazia na aldeia. Em 2010, quando Cacique Pequena ficou doente, revelou que não queria que a sucessão fosse para um homem; queria dar continuidade à luta das mulheres. E tudo isso se tornou uma soma, e não transferência, de poderes entre mulheres indígenas do Ceará, cujo protagonismo cresce mais rápido que na sociedade dita tradicional. Em 25 anos de processo de recolhimento étnico no Ceará, as mulheres indígenas têm sido, em muitas etnias, as principais lideranças dentro e fora dos povoados. Sem parecerem concorrentes de caciques e pajés.

Os homens Jenipapo Kanindé são muito calados, no meu povo as mulheres costumam participar mais das assembleias, conferências, e os homens cuidam da roça, da casa. É uma característica que observamos nos povos indígenas do Ceará e também da região nordeste. (Entrevista cedida ao Diário do Nordeste em 07 de junho de 2013).

Cacique Irê é coordenadora da Articulação de Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, que desde 2004 trabalha com 14 povos do estado:

Com certeza a experiência que conseguimos levar a outros locais e espaços de debate político faz com que mais mulheres hoje cheguem à liderança de aldeias e povos indígenas, diferentemente de uns 10 anos atrás, quando a liderança ainda era muito masculina. Não queremos passar a frente dos homens, apenas ser reconhecidas como líderes que trazem resultados para nossos povos. (Entrevista retirada do site “De Olho nos ruralistas” de 07/02/2019).

Maria D’ajuda, nome indígena Arian Pataxó⁶, é cacica da aldeia Dois Irmãos⁹, Pataxó do Prado, que fica em Cumuruxatiba, Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia. Ela nos conta que integrou a luta em 2002, quando aprendeu sobre sua identidade e direito indígena através do trabalho de conscientização feito por outras lideranças mulheres: Zabelê e Jovita. Arian começou a participar a indígena desde cedo, sempre viajando com para as assembleias, para então poder se tornar liderança. As experiências e conhecimentos obtidos antemão levou-a iniciar um processo de conscientização sobre seus próprios direitos indígenas. *“Porque a gente era índio, mas não sabia que tinha o direito”*, afirmou ela. Na época, os Pataxós viviam na vila de Cumuruxatiba, no mesmo espaço em que não-indígenas e empreendimentos turísticos, como pousadas. Assim, a cacica percebeu a necessidade de reunir os indígenas em uma aldeia e tentou fazê-lo na própria vila⁷, mas não encontrou apoio da própria comunidade:

Eu fiz um documento, mandei para FUNAI [Fundação Nacional do Índio] falando que eu estava fazendo uma aldeia dentro de Cumuru [Cumuruxatiba]. Teve alguns parentes que não aceitaram. Falaram que Cumuruxatiba não era mais aldeia, que eu não podia fazer a aldeia dentro de Cumuru. E nesse momento eu estava reunindo no fundo da casa da minha mãe.⁸

A falta de apoio derivou também do fato de Arian ser uma mulher em uma situação de liderança. Segundo ela, sua família, a comunidade e outras lideranças resistiram em aceitar

⁶ Além de cacica, Arian é conselheira de saúde indígena, é titular do Conselho de Mulheres do município de Prado, é representante da Reserva Extrativista de Pescadores e Marisqueiras de Cumuruxatiba e do Ponto de Cultura Indígena na sua aldeia.

⁷ Aldeia Dois Irmãos, liderada por Arian, foi fundada por ela a partir de uma terra doada. Posteriormente, o território foi reconhecido pela FUNAI e passou a receber apoio do órgão na assistência à saúde e educação.

⁸ Os trechos da entrevista da cacique Airan foram retirados respectivamente dos livros “Movimentos Indígenas do Nordeste” e “Pelas Mulheres Indígenas”, ambos publicados em 2015 pela ONG Thydêwá, e disponíveis para download no link: <http://thydewa.org/downloads>.

as suas iniciativas por ela ser uma mulher. Segundo o processo de aceitação foi lento e dolorido. Havia ali um preconceito empregado.

A vida de cacique mulher também foi muito sofrimento, porque antes era só homem que estava no poder de ser cacique. Eles achavam que a mulher não tinha capacidade. Inclusive eu sou a única cacique do território Cumuruxatiba. A única cacique mulher que tem lá sou eu, o resto tudo é homem. Eles aprenderam a me respeitar. Porque quando eu falei que eu ia fazer minha comunidade, muitos falaram “Ah, mas você é mulher, como é que você vai ser cacique mulher?”. Eu então falei: “Mas a mulher também tem o direito. A partir do momento que eu conheço meu direito, eu posso reivindicar o meu direito como mulher cacique”. Então, o pessoal me apoiou.

Maria Valdelice, nome indígena Jamopoty, é cacique do povo Tupinambá de Olivença desde 1999, abarcando diversas aldeias⁹. Semelhante aos Pataxós anteriormente citados, ela foi responsável pelo reconhecimento da identidade indígena daquele povo. Mas ainda assim teve que enfrentar os maus olhares por ser uma liderança mulher. No entanto, não parou de lutar, enfrentou fazendeiros e o Estado, sofrendo até ameaças e vendo seus companheiros serem assassinados.

Joana Maria da Conceição, liderança de pequena estatura e boa lucidez, com 103 anos e mais de 60 netos, nasceu em 1917, em uma oca em Baía da Traição, na Paraíba. Ela declara que nunca viu nada para assustá-la e que só teme os castigos de Deus. Ao longo de um século de existência não aprendeu a ler, mas sua memória é prodigiosa. “*Fui criada na cozinha dos outros, mas estou aqui, em pé*”, diz a anciã potiguar. Forte e corajosa, lembra que desde nova enfrentou tudo e todos, por suas convicções, e nunca deixou passarem por cima do seu querer. Suas considerações sobre a vida de hoje são normais, ela observa que atualmente morre menos gente do que antes, principalmente as mulheres de parto; o carro, os aviões e o celular facilitam tudo. Admiradora da imagem de São Miguel Guerreiro, patrono dos potiguaras, guarda uma respeitosa saudação do passado: quando apresentada a estranhos responde com um “*muito prazer, sua criada*”, em sentido de estar sempre disposta a ajudar.

REPRESENTATIVIDADE FEMININA INDÍGENA FORA DA COMUNIDADE E DENTRO DA POLÍTICA.

⁹ Valdelice descreve sua região de atuação enquanto cacique: “Hoje eu costumo dizer que sou cacique do povo Tupinambá de Olivença. Hoje eu moro na [aldeia] Itapuã. Mas represento ainda algumas comunidades. Curupitanga, Serra Negra, Sapucaieira 1, Sapucaieira 2, Acuípe do Meio 1, Acuípe do Meio 2, uma parte do Acuípe de Cima, porque tem seu Alício [outro cacique], mas tem outra parte que quem responde sou eu. Aí tem Tupã, Olho D’água, Olivença que ainda tem muitas famílias, que ainda é do meu cacicado”.

A participação das mulheres indígenas nos espaços públicos de discussão política em interlocução com as instituições não indígenas aumentou muito nas últimas décadas. Ao mesmo tempo em que são protagonistas nas discussões e reivindicações mais gerais dos povos indígenas, como a luta pela demarcação das terras, as mulheres inserem nos debates de decisões e políticas públicas temas como violência familiar, geração de renda, a saúde reprodutiva e a questão de gênero. A partir dos diversos movimentos políticos de resistência, mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política, incluindo o universo acadêmico.

A partir da institucionalização das demandas das mulheres indígenas, lideranças indígenas femininas passaram a frequentar, cada vez mais, reuniões nacionais e internacionais, o que propiciou a consolidação e a articulação de suas organizações. Segundo Verдум (2018), o processo vem ainda fortalecendo a capacidade de determinadas organizações de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública em interlocução com a sociedade não indígena.

Nas eleições de 2018, Sônia Bone de Souza Silva Santos, de nome civil de Sônia Bone Guajajara da terra indígena Arariboia, Maranhão, como a primeira indígena a concorrer à vice-presidência do Brasil, e junto com Guilherme Boulos, a chapa do PSOL teve mais de 600.000 votos. Sonia Guajajara é uma liderança feminina indígena e porta voz do movimento indígena do Brasil. Em entrevista à Rede TV, em 22 de setembro de 2018, ela afirmou.

A gente tem aí uma aliança que traz um conjunto de preocupações e prioridades para o Brasil. A nossa campanha é voltada para as minorias. Temos aí a questão dos povos quilombolas, dos povos originários, a reforma agrária. Para nós que sempre estivemos invisibilizados e marginalizados, a fim de acabar com a desigualdade e os privilégios.

Sônia nasceu em 1974, em uma aldeia do povo Guajajara/Tentehar, na região de Floresta Amazônica do Maranhão. É formada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Recebeu em 2015 a Ordem do Mérito Cultural. Soninha, como é carinhosamente conhecida, é a atual coordenador-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mas esteve por dois mandatos à frente da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão e foi vice coordenadora da Coordenação das Organizações.

No ano de 2009, fui eleita vice Coordenadora da COIAB, foi um momento de muita emoção, pois os homens haviam decidido que eu seria Secretária, tava tudo orquestrado, foi quando com apoio das mulheres decidi que não seria secretária, e sim concorreria para Vice Coordenadora, foi um

constrangimento para a maioria dos homens, pois não aceitavam o confronto. (GUAJAJARA, 2013: 7)

A leitura realizada por Sonia Guajajara da conjuntura política para sua eleição para vice coordenadora do COAIB chama atenção para a articulação de mulheres para eleição de cargo com maior significado e para as disputadas políticas dentro do movimento indígenas entre homens e mulheres, apesar de o trecho acima ser o único do relato ao Programa Liderar em que Sonia Guajajara menciona o conflito entre homens e mulheres na COAIB, o tom imperante no relato é o de liderança engajada e combativa que mudou-se para Brasília para melhor interferir nas políticas do legislativo e do executivo.

Ela esteve presente no movimento indígena desde a Constituinte de 1988, atuante em ocupações realizadas pelo movimento indígenas, e durante a 16ª Conferência de Clima da ONU (COP16) em Cancún, Sônia entregou uma moto serra de ouro para a Senadora Kátia Abre, em ato de defesa do Código Florestal, e em Nova York participou do fórum permanenteda ONU sobre Assuntos Indígenas.

Na fala introdutória a leitura e entrega da Carta dos Povos Indígenas a até então Presidente da República Dilma Vanda Rousseff, em 5 de junho de 2012, Sonia Guajajara afirmou que uma das reivindicações era: *“Que a participação das mulheres indígenas seja sempre valorizada, assegurando sua presença em todas as instâncias governamentais onde haja representação indígena”*. (GUAJAJARA, 2012). Ela tem lutado para vencer os estereótipos que as julgam duplamente, e tem representado a questão feminina indígena nacional e internacionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Fundação Gilberto Freyre, 2003, Recife – Pernambuco – Brasil. 48ª Edição, 2003, Global Editora.

Entrevista com Eliane Potiguara para tese de doutorado de Daniel Mundurucu em 09 de Outubro de 2009. Disponível em: <http://elianepotiguara.blogspot.com/p/entrevistas.html>.

Entrevista realizada pelo Diário do Nordeste com Maria de Lurdes, a 1ª cacica de uma tribo indígena no Ceará em 07 de março de 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/maria-de-lurdes-a-1-cacique-de-uma-tribo-indigena-no-ce-1.1715227>

Entrevista de Cacique Irê ao Jornal Diário do Nordeste em 07/03/2013. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/juliana-alves-autoafirmacao-da-cacique-ire-1.1927091>

Entrevista de Dona Maria de Lurdes, a “1ª cacique feminina do nordeste” ao Jornal Diário do Nordeste em 07/03/2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/maria-de-lurdes-a-1-cacique-de-uma-tribo-indigena-no-ce-1.1715227>

Entrevista de Sônia Guajajara à revista Á Pública, em 17 de abril de 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/04/hoje-o-indio-nao-esta-so-no-mato-diz-sonia-guajajara/>

Entrevista de Sônia Guajajara a RedeTv em 22/09/2018. Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/marianagodoyentrevista/videos/ultimos-programas/sonia-guajajara-vice-de-boulos-a-gente-nao-esta-preocupado-com-pesquisa>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas do **Censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>

Lima, Jônia Rodrigues de. Ser mulher indígena é: narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018.

Mapa da distribuição espacial da população indígena de 1991/2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>

ANTUNES, Ticiania de Oliveira. Construção étnica e políticas públicas: mobilização, política e cultura dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará. Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª Edição. Trad. Maria Helena Kuhner. Éditions do Seuil. 1998.

GRUBITS, Sonia. DARRAUT-HARRIS, Ivan. PEDROSO, Maíra. Mulheres Indígenas: Poder e tradição. Psicologia em estudo. Maringá. 2015.

LAMAR, Cristiane. **Mulheres indígenas**: Representações 2. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. In: Periódicos UFSC. Brasil. 1999.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

Unicamp, 1994.

PERROT, M. (Orgs.) **História das Mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto/São Paulo: Afrontamento/Ebradil, 1991.

SACCHI, Angela. **Mulheres Indígenas e Participação Política**: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista Antropológicas, v. 14, p. 105-120, 2003.

VERDUM, Ricardo. Org. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. s/Ela Wiecko V. de Castilho - Brasília: Inesc, 2008)

**O ENALTECIMENTO DA VELHA CAPITAL: A AÇÃO DE INTELLECTUAIS
BAIANOS NA CONCEPÇÃO DE UMA “IDEIA DE BAHIA” ENTRE AS DÉCADAS DE
1920 E 1950**

Sura Souza Carmo¹

O início do século XX foi marcado por grandes dificuldades financeiras no estado da Bahia, devido ao declínio da exportação de açúcar e a ineficiência da elite agroexportadora local em encontrar formas para alavancar a economia do estado. Tal período de letargia no desenvolvimento econômico ficou conhecido como enigma baiano (AGUIAR, 1958). O declínio do prestígio político também foi marcante no período, pois os políticos baianos, com o advento da República, perderam importantes cargos sendo o ápice do isolamento e perda de poder a não adesão a Revolução de 1930. Para tentar contornar tal situação, a intelectualidade local produz um comportamento de enaltecimento das características históricas do estado da Bahia que elevou o lugar a condição de lócus privilegiado de uma determinada história, cultura e modo de vida – denominada de ideia de Bahia ou baianidade. Desse modo, o artigo tem como objetivo demonstrar como o enaltecimento da Velha Capital caracterizou a ação dos intelectuais baianos entre as décadas de 1920 e 1950, devido à necessidade de ressaltar a importância do estado para a história do Brasil e a influência da elite local na história das artes, letras e política do país.

Através de inúmeras publicações e discursos em espaços como o Arquivo Público da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Salvador tornou-se uma cidade imaginada através da construção de um imaginário em que lembranças do antigo apogeu colonial e dos homens de letras tiveram prevalência na década de 1920. Posteriormente, através de artigos em jornais e publicações de obras literárias, somou-se ao enaltecimento da Bahia como primeira capital do Brasil e a valorização do patrimônio histórico, um discurso de valorização da herança da diáspora africana e da cultura popular da Bahia, de maneira lenta e gradual, que alcançou o apogeu na década de 1950.

Desta forma, buscaremos demonstrar como surgiu uma ideia de Bahia entre a intelectualidade local, entre as décadas de 1920 e 1950, caracterizando os grupos de intelectuais e demonstrando como o pensamento dos grupos distintos, em um determinado momento, fundiu-se em prol do desenvolvimento do estado através do turismo. Compreender Salvador como uma cidade imaginada perpassa o entendimento dos posicionamentos político-ideológicos da intelectualidade local. Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento da intelectualidade local é marcada pela discrepância entre pensamento da elite relacionados à representação da cidade

¹ Doutoranda em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Endereço de e-mail: suracarmo@yahoo.com.br.

e as práticas culturais das classes populares. Nas décadas de 1910 e 1920 houve a hegemonia da propagação de ideias elitistas relacionada à cultura local, que buscava coibir os denominados “africanismos” da cidade – práticas de sociabilidades vinculadas à herança africana em Salvador que se misturava catolicismo popular, religiões de matriz africana e ações do cotidiano consideradas impróprias para uma cidade que se civiliza.

Entre as décadas de 1910 e 1930 tiveram a hegemonia nos discursos sobre a cidade um grupo de intelectuais não homogêneos vinculados ao IGHB que possuíam como principal característica o enaltecimento de uma Bahia de outrora, ao salientar que Salvador foi a primeira capital do país e berço da civilização brasileira. Tal valorização efetuou-se através de propostas de preservação de edifícios históricos, criação de instituições museais e pela publicação de textos a respeito da história da Bahia e das relíquias históricas que Salvador legava aos olhos dos turistas. Personalidades como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, Jorge Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Frei Pedro Thomaz Margallo, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Silva Campos, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares, entre outros fizeram pronunciamento veementes a favor da proteção das antiguidades baianas e do legado de personalidades ilustres da Bahia (DÓCIO, 2014; MATTOS, 2014).

Wanderley de Araújo Pinho foi um dos intelectuais vinculados ao IGHB que propagou idéias, pioneiras no estado, de enaltecimento do passado colonial de Salvador através de discursos que salientavam a necessidade de preservação das relíquias históricas do estado. Era um discurso elitista e conservador, os intelectuais publicavam textos históricos que enalteciam as glórias da Velha Capital. Por exemplo, data de 1925 um discurso proferido por Pinho no IGHB em que o intelectual baiano salienta a importância do patrimônio histórico baiano e Salvador como “um museu de antiguidade”:

[...] A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniais de algumas de suas ruas e construções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao *touriste*, inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo.

Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas coisa totalmente nova. Repartamos a cidade velha *urbs* intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes, estendendo a cidade por toda essa área entre a Barra e Itapagipe, até Amaralina e pelos aterros do cais do Porto. Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade. Elevemo-nos com esse estalão de alto valor moral [...] no respeito à arte e às lembranças do passado (PINHO, 1925, p.82-83).

Para Sueli Cerávolo, o baiano Wanderley Pinho, como influente político e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo (CERAVOLO, 2012, p.7). Pinho fazia parte de um grupo de intelectuais e políticos vaidosos do apogeu da antiga capital da colônia, da agro-exportação local e das lutas pela independência, que cunharam, nas décadas de 1920 e 1930, uma concepção do patrimônio baiano pautado na monumentalidade da arquitetura luso-portuguesa e nos objetos de antigas famílias. Pinho não foi o único sócio do IGHB a defender o patrimônio histórico da Bahia do comércio de antiguidades e do processo de demolições das edificações do período colonial do Estado.

Nas décadas de 1920 e 1930 é possível encontrar uma gama variada de publicações em defesa do patrimônio baiano como a conferência do Frei Pedro Thomaz Margallo realizada em defesa da preservação dos bens históricos, em que cobrava medidas do poder público contra o abandono de edifícios e roubo de arte sacra tanto na capital quanto no Recôncavo. O Frei, em sua exposição, buscou enaltecer, por exemplo, a singularidade dos bens móveis integrados em madeira que eram alvos do tráfico ilícito de bens:

A Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte, e confessamos sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artistico para o Estado e ainda para a Nação, pois difficilmente se encontram fora de aqui. Atrever-me-ia a dizer que poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro (MARGALLO, 1927, p. 515).

As ações dos intelectuais do IGHB não ficou restrita aos discursos em prol dos edifícios históricos da Velha Capital pois foram responsáveis pela criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos do Estado da Bahia em 1927, através da iniciativa de Wanderley de Araújo Pinho, durante a gestão do sogro, o governador Góes Calmon, demonstrando o poder de ação de tais intelectuais na defesa dos símbolos que ressaltavam o apogeu colonial de Salvador. Para Sueli Cerávolo, Wanderley Pinho, como influente político e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo (CERAVOLO, 2012, p.7). Pinho proferiu inúmeros discursos defendendo o passado colonial de Salvador contra os anseios demolidores da modernidade. Tais discursos, publicados em anais do IGHB e na imprensa, propalaram um imaginário de Salvador vinculado a riquezas coloniais – arquitetura, bens móveis integrados e bem móveis que inundavam as igrejas de ouro.

Esta ação de proteção ao mesmo tempo que possuía um cunho propagandístico, lembrava às demais elites nacionais o espaço destinado à Bahia na história da nação e atraía turistas para Salvador. O relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936, enfatizou o caráter lusitano como único atrativo de Salvador para a visitação turística, demonstrando o pensamento que para tal grupo de

intelectuais a única tipologia de patrimônio seria a arquitetura luso-portuguesa colonial:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sul-americano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais, os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Apesar de hegemônico, o enaltecimento do legado lusitano de Salvador começou a ser questionado ainda na década de 1910 e 1920 por um intelectual negro local, Manuel Querino, considerado um intelectual outsider por não fazer parte do círculo de poder vinculado à elite agrária e por ser negro. Em estudos pioneiros, Querino evidenciou o papel do negro na formação nacional (QUERINO 1918, 1938) e a proeminência no campo das artes na Bahia (QUERINO, 1909, 1911). Nascido em 1851 e falecido em 1923, Querino foi um intelectual que levou para o meio acadêmico discussões a respeito do negro como elemento civilizador e contribuiu para celebrar, através das publicações, a influência da cultura afro-diaspórica no imaginário da cidade de Salvador.

Apesar da ênfase no caráter lusitano de diversas práticas sociais e arquitetura, no início da década de 1930 o caráter hegemônico de tal pensamento perde espaço de maneira gradual e irreversível para uma percepção da intelectualidade local da influência do negro em diversas práticas sociais da cidade.

A academia dos Rebeldes

A partir da década de 1930, no Brasil e na Bahia, há uma aproximação entre os intelectuais e as classes populares que representam a busca por pensar uma identidade nacional e regional mais próxima das características da população. A década de 1930 inaugura um novo jeito de imaginar Salvador, com a agregação nos discursos de elementos da diáspora africana. Foram diversos os mecanismos utilizados pelos intelectuais baianos para criar uma idéia de Bahia vinculada às características afro-diaspóricas e romper com a idéia hegemônica do IGHB, sendo a Frente Negra da Bahia, criada em 1932, foi um importante marco na capital baiana, pois buscava a alfabetização, o “levantamento moral da raça” e a inserção política (BACELAR, 1996, p.76). A movimentação da intelectualidade negra em busca de reconhecimento e dignidade, principalmente nas ações de Marcos Rodrigues dos Santos, um operário, aqueceu as discussões a respeito do negro na cidade de Salvador, entretanto, alguns periódicos da capital, a exemplo do Diário da Bahia, buscaram desqualificar a ação (BACELAR, 1996). O pensamento dominante sobre a representação de Salvador na década de 1930 continuou na arquitetura secular, contudo, diversos intelectuais que discordavam de tal exclusivismo começaram a despontar como Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano de Couto Ferraz.

Um marco da ação de Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano Ferraz para refletir sobre

uma cidade afro foi a organização do II Congresso Afro- Brasileiro, sediado em Salvador em 1937, que promoveu uma maior visibilidade das características da diáspora africana da população de Salvador, com a participação de intelectuais mas também do povo-de-santo. Para Geferson Santana, tais intelectuais “estiveram comprometidos com uma agenda de luta pela liberdade religiosa, denuncia das repressões aos terreiros de candomblé, à condição de marginalidade e exploração do proletariado negro” através da “produção acadêmica, organização de eventos, agremiações ou na literatura” (SANTANA, 2017, p.313). Nos anais do evento é possível observar o discurso de Jorge Amado sobre a importância de dar visibilidade à população negra de Salvador, salientando a ideia de vergonha por grande parcela da população relacionada à população de origem africana, afirmando ser necessário “reconhecer, estudar, classificar e louvar a admirável contribuição do negro na formação da nacionalidade” (AMADO, 1940, p.326). Jorge Amado na Bahia, assim como Gilberto Freyre no Recife, propiciam a população local e nacional conhecerem suas características miscigenadas.

Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano Ferraz faziam parte de um grupo de intelectuais, denominados Academia dos Rebeldes, que possuíam um posicionamento político-cultural distinto dos jovens membros do IGHB. Tal posicionamento rendeu a Jorge Amado e Edison Carneiro uma forte perseguição política no Estado novo devido as ideias comunistas. Edison Carneiro, por exemplo, refugiou-se em 1937, no Opô Afonjá, de Mãe Aninha, que meses antes teve papel de destaque na organização do Congresso Afro Brasileiro na Bahia, demonstrando mais uma vez em que meio circulava os intelectuais de esquerda na Bahia (LIMA, 2004).

De acordo com Luiz Rossi “muito da rebeldia invocada por Édison Carneiro e seus colegas devia operacionalizar códigos de distinção que fossem capazes de marcar a distância relativa que seus membros mantinham das instituições oficiais de manutenção da produção cultural baiana”, pois o distanciamento “se expressava nos diferentes redutos de sociabilidade que cada um dos grupos freqüentava, bem como nos próprios estilos de vida que sustentavam” (ROSSI, 2011, p.93). Para Rossi, os locais que os rebeldes freqüentavam era a antítese dos ambientes de encontros dos membros do IGHB, pois enquanto um grupo buscava se distanciar do povo o outro freqüentava espaços em que era possível entrar em contato com as camadas mais baixas da população. O autor descreveu que os rebeldes freqüentavam:

[...] cafés e bares ao lado ou às margens dos clubs mais elegantes do Largo do Teatro, ou então naqueles de feições mais proletárias – não por acaso, a meio caminho da cidade alta e baixa de Salvador, na região do Pelourinho, teriam eles a oportunidade de não apenas travar contato com um universo heterogêneo de outros tantos jovens desafortunados aspirantes a poeta ou subliteratos desprovidos de toda sorte de capitais, mas também de vivenciar os prenúncios de uma identificação em chave virtual e ambivalente com as figuras e personagens do “povo”, os quais muitos deles, posteriormente, passariam a reivindicar como aliados de suas atividades intelectuais, literárias e políticas (ROSSI, 2011, p.97-98)

É importante salientar que diversos locais de encontros dos dois grupos localizavam-se no centro da cidade, contudo, a opção dos jovens acadêmicos e literatos era vivenciar a vida do povo para falar com propriedade sobre o mesmo. Valdomiro Santana apresentou um depoimento de Jorge Amado sobre suas vivências entre o povo baiano entre o final da década de 1920 e início de 1930:

[...] éramos uns subliteratos, uns esculhambados, o rebotalho da cultura baiana. Fazíamos farras imensas, tínhamos muita ligação com as figuras populares, capoeiristas, malandros, estivadores, boêmios, prostitutas. Íamos sempre as festinhas de bairro, aos candomblés, as feiras, aos mercados. Dai o meu aprendizado de romancista. Esse meu contato com o povo foi fundamental para a obra que escrevi (AMADO *apud* SANTANA, 1986, p. 14).

Jorge Amado, a partir da década de 1930, foi o responsável pela criação e/ou difusão de alguns imaginários sobre a cidade de Salvador a partir de uma escrita que evidenciava características do povo pouco apreciadas pela elite. Em seu imaginário da Velha Capital não faltou a descrição dos sobrados coloniais, das ruas estreitas, das igrejas ou do porto, mas havia um propósito na descrição de tais logradouros: a parte mais antiga da cidade, antes habitada pela elite, era ocupada por uma população marginalizada que necessitava urgentemente da criação de algum auxílio do Estado para sobreviver. Deixados aos farrapos e a má sorte, a Velha Capital descrita por Jorge Amado difere em muito da apresentada por Pinho: através de personagens, lugares, profissões, hábitos do cotidiano, em uma obra ficcional que remetia a diversos personagens que realmente existiram na Bahia, em uma escrita de cunho antropológico, imaginativo, memorialístico e documental de intelectual orgânico de seu tempo, em que demonstra a decadência da Velha Capital, por exemplo, na descrição dos sobrados transformados em cortiços. Ao lado de Gregório de Mattos, mas com um alcance de leitores inigualável, pode ser considerado um intérprete da Bahia e considerado um dos agentes construtores da “utopia de lugar” (RISÉRIO, 1993; MACIEL, 2015). O autor foi uma espécie de porta-voz da cultura afro-diaspórica da Bahia, através de uma escrita que buscava enaltecer o “espírito do lugar”, uma aura fantástica, singular, que só a Bahia e o povo baiano “seriam capazes” de possuir. Para Celeste Andrade (2000) a obra de Jorge Amado possui a habilidade de demarcar espaços e fronteiras, uma geografia imaginada. A obra de Jorge Amado, assim como suas práticas sociais, estavam comprometidas por uma luta pela liberdade religiosa, contra a marginalidade do povo negro e pela descriminalização do candomblé.

Comunista, candomblecista e casado com uma desquitada, Jorge Amado não foi glorificado de imediato pela elite soteropolitana com a publicação de seus livros. Ao contrário, recebeu críticas por disseminar um imaginário de Salvador vinculado as práticas culturais afro-diaspóricas. Amado enaltecia características que o Estado buscava atenuar ou esquecer. Portanto, ao longo da década de 1930 seus romances não significavam a visão hegemônica dos intelectuais

baianos sobre a Bahia.

Jorge Amado não se abalou com as críticas à sua escrita ou a representação de personagens típicos do povo baiano – sobretudo de origem negra e das classes sociais subalternas – em seus romances. No prefácio da primeira edição de *Capitães de Areia* salientou que não escrevia para alimentar o próprio ego, mas para apresentar a essência do povo baiano – romance apresentava uma realidade de meninos de rua que a elite não queria que fosse relacionada a um imaginário de Salvador que queriam construir. A forma como Jorge Amado tratou de tal questão reflete o incômodo que o sucesso dos romances do autor causava em alguns segmentos na elite letrada soteropolitana em que uma imagem da Bahia com moleques, cortiços, bêbados e prostitutas se fixava no imaginário popular sobre a Antiga Capital:

Tenho certeza que não fiz obra de repórter e sim de romancista, como tenho a certeza que, se bem os meus romances narrem fatos, sentimentos e paisagens baianas, têm um largo sentido universal e humano mesmo devido ao caráter social que possuem, sentido universal e humano sem dúvida muitas vezes maior que os desses romances escritos em reação aos dos novos romancistas brasileiros e que se distinguem por não aceitarem nenhum caráter local nem social nas suas páginas, romances que no fundo não passam de masturbação intelectual, espécie de continuação da masturbação física que praticam diariamente os seus autores (AMADO, 1937, p.13).

Além dos romances, Amado propagou um imaginário de Salvador através de uma obra emblemática para a compreensão de Salvador pelo grupo de intelectuais ao qual fazia parte: o livro *Bahia de todos os Santos*, uma espécie de guia turístico não convencional sobre a cidade, lançado em 1945. O diferencial de tal obra relaciona-se ao autor não mascarar os problemas sociais da cidade, criando um imaginário da cidade que perpassa locais, personagens e acontecimentos na vida da plebe. Para o autor a “cidade da Bahia é múltipla e desigual” com uma “beleza eterna, sólida como em nenhuma outra cidade brasileira nascendo do passado, rebentando em pitoresco no cais, nas macumbas, nas feiras, nos becos e nas ladeiras, sua beleza tão poderosa que se vê, se apalpa e se cheira, sua beleza de mulher sensual” (AMADO, 1945, p.17). Ao descrever os elementos que compõem o imaginário de Salvador não deixa de realizar de apontar a miséria existente na cidade:

São muitas as festas populares da Bahia, festas religiosas, festas católicas, negras ou misturadas, festas de rua e festas patrióticas, material para um vasto livro. Todas elas cheias de pitoresco, iluminadas com a presença alegre das “baianas” com seus trajes típicos, dos capoeiristas, dos pais-de-santo, das mulatas dengosas, desse povo de tanto colorido, de tão resistente alegria que supera a miséria em que vive. Povo forte que a fome não consegue abater (AMADO, 1945, p.145).

Apesar da grande movimentação intelectual em prol da valorização da cultura afro-diaspórica pelos intelectuais baianos em meados da década de 1930, o guia *Breves Informações Turísticas*, publicado em 1949, confeccionado pela prefeitura de Salvador através do prefeito Wanderley de Araújo Pinho, ainda não citava a influencia africana na cultura da cidade. A

publicação, em vinte e quatro páginas, buscou sintetizar informações úteis e lugares para a visita turística, apontando as construções históricas como o principal atração da cidade.

Além do livro *Bahia de Todos os Santos* de Jorge Amado, no final da década de 1940 e nas duas seguintes, foram publicados dezenas de livros que ressaltavam um imaginário de Salvador e da Bahia. Tais obras foram consideradas “guias da baianidade”, por possuírem uma escrita voltada a apresentação dos atrativos da Bahia em um misto de texto memorialístico e propagandístico que disseminou um imaginário sobre a cidade. As principais obras são: *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (1941); *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (1945); *Bahia de Todos os Santos*, de Jorge Amado (1945); *Alma e corpo da Bahia*, de Eduardo Tourinho (1950); *Beabá da Bahia*, de José Valladares (1951); *Bahia: imagens da terra e do povo*, de Odorico Tavares (1951); *Roteiro da Bahia*, de Hermam Lima (1953); *Bahia cidade feitiço*, de Carlos Torres (1957); *Bahia de todas as doçuras* de Nelson Gallo (1959), entre outros. Todos os livros têm em comum a apresentação do patrimônio histórico de influência portuguesa mas também da cultura popular com forte presença africana (festas tradicionais, comidas típicas, a baiana, as feiras, etc.), o incentivo ao turismo e a grande aceitação do público, pois todos tiveram novas edições.

Nos “guias da baianidade” é possível observar a junção de diferentes elementos como relacionados a um imaginário de Salvador em que a cidade de arquitetura secular e de homens de letras pensada pelos membros do IGHB juntou-se ao pensamento de um território afro-diaspórico. A obra *Breviário da Bahia* do médico Afrânio Peixoto salientou a união destes dois imaginários ao denominar Salvador como “museu-cidade, capital ainda do espírito, das maneiras, rainha-mãe da inteligência, que dá sempre, e não precisa receber, porque não pede, e graças a Deus lhe sobra, para dar aos irmãos menos favorecidos” (PEIXOTO, 1980, p.248), mas também:

Entre tantas dádivas que tivemos – do trabalho, com que se granjeou o Brasil; da graça do ‘marfim negro’, de muitas mulheres: do leite branco e doce das amas que criaram tanto brasileiro; das mucamas e das domésticas que nos mestiçaram por três séculos; dos sambas lundus, candomblés, mandingas e macumbas, superstições que enfeitiçaram nossas crenças; da culinária que é a alma da carne, como a fé é a do espírito... não foi menor esta, a da bela palmeira, o dendezeiro, a *Elaes guineensis*, Jacquin que dá o coco dendê, de onde o óleo de palma ou azeite de dendê (PEIXOTO, 1980, p.80).

Um outro exemplo da mudança de pensamento foi o guia turístico *Bêabá da Bahia: Guia Turístico*, publicado em 1951 e escrito por José Valladares, membro do grupo de intelectuais vinculados ao IGHB, em um capítulo denominado *A Bahia Pitoresca*, enfatizou a influência cultural africana abordada nos tópicos: preconceito de cor; candomblés; culinária; mercados e feiras; pesca do xaréu; capoeira; festas populares. A obra de Valladares pode ser encarada como a rendição de um intelectual vinculado às elites a um imaginário de Salvador repleto de elementos de práticas culturais das classes populares.

Uma representação da Bahia plural

A partir da década de 1950, consolidou-se uma imagem de Salvador vinculada ao passado colonial em conjunto com manifestações culturais afro-diaspóricas. Artistas e intelectuais internacionais como Caribé, Pierre Verger, Roger Bastide e Ruth Landes revelaram as características negras da Velha Capital para o mundo reforçando as ações dos membros da Academia dos Rebeldes e dos guias da baianidade. Em obra escrita por Jorge Amado, Carybé e Damm, que também esboçaram uma ideia de Salvador a partir da década de 1950, foi possível ver como a intelectualidade passou a traçar um imaginário heterogêneo para a cidade:

Nesse livro pretendemos os três dar uma visão da Bahia, de seu mundo complexo, desse pujante humanismo, de sua originalidade cultural. Nessa terra é tudo misturado - anjos e exus, o barroco e o agreste, o branco e o negro, o mulato e o caboclo, o candomblé e a igreja, os orixás e os santos, a opulência e a miséria, tudo misturado. Os sentimentos e os ritmos, os mistérios também. (AMADO; DAMM; CARYBÉ, 1967, p.6).

A imagem de Salvador criada pela a intelectualidade através das letras e diversos modos de produzir arte, desde a música a pintura, foi preponderante para transformar a cidade em um importante pólo turístico, voltado, a partir da segunda metade do século XX para o turismo étnico. Os intelectuais através dos “guias da baianidade”, e posteriormente outros meios de circulação de ideias, foram os responsáveis por um frenesi na busca de informações sobre a Bahia e no aumento do fluxo turístico. O livro *Bahia cidade Feitiço* de Carlos Torres apresenta os elementos de uma Salvador imaginada que atraía os turistas devido ao aspecto colonial e popular:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alaias, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus solares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam (TORRES, 1973, p.3)

A “idéia de Bahia” forjada entre os anos de 1930 e 1950 foi o embrião do que mais tarde denominou-se baianidade. Para Agnes Mariano o termo baianidade surgiu na segunda metade do século XX, quando a Bahia entrelaçou de maneira acentuada sua economia ao turismo étnico (MARIANO, 2009). Pode-se afirmar, a partir da análise realizada por Jocélio dos Santos, que a cultura negra chegou ao poder, e no caso baiano, tornou-se uma fonte de renda para o estado através do turismo (SANTOS, 2005). Nas últimas décadas a indústria cultural e o circuito midiático consagraram um imaginário sobre a cidade de Salvador que amplifica o construto dos intelectuais da primeira década do século XX, que podemos considera como inventores da

baianidade. A indústria do turismo a partir da ideia de Salvador como “Terra da Alegria”, do Carnaval e do Pagode intensificaram imaginários sobre Salvador o que evidencia a importância dos atores locais, políticos e intelectuais no processo inclusive de ressignificação de bens simbólicos.

Considerações finais

A intenção deste artigo em distinguir os diferentes grupos de intelectuais que promoveram determinadas características da cidade de Salvador não foi desqualificar qualquer grupo ou demonstrar uma evolução de pensamento pois todos eles tiveram um papel significativo na construção de uma Salvador imaginada. Aos intelectuais do IGHB coube as ações pioneiras na salvaguarda do patrimônio baiano, com a criação de museus e do órgão estadual de proteção do patrimônio. A relação de amizade entre tais intelectuais com os membros do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão de proteção nacional que possuía escritório em Salvador desde a década de 1930, salienta a importância de tais personalidades na construção de um imaginário de Salvador como cidade berço da civilização brasileira.

O surgimento da Academia dos Rebeldes pode ser vista não como uma ruptura, mas como a existência de discursos paralelos sobre a cidade de Salvador pois não se configuraram em uma mudança na construção do imaginário da cidade de imediato, ocorrendo à consagração de suas visões de Salvador a partir da década de 1950.

Muitos intelectuais surgidos na década de 1950 e que escreveram os guias da baianidade não pertenciam a este ou aquele grupo, mas circulava entre os dois meios, demonstrando a independência de pensamento, pois seus escritos são caracterizados pela valorização tanto do elemento português quanto do elemento africano na formação da cidade de Salvador. Portanto, da fusão de ideias nasceu um imaginário de Salvador caracterizado pelo seu aspecto heterogêneo, tornando-se atualmente símbolos amplamente difundidos pela indústria cultural.

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Progresso: Salvador, 1958.

AMADO, Jorge. Elogio a um mestre de seita. In: CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano Ferraz (Org.). *O Negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

_____. Os romances da Bahia. In: *Capitães de areia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.

_____. *Bahia de Todos os Santos: Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. São Paulo: Martins, 1945.

AMADO, J.; DAMM, F.; CARYBÉ. *Bahia Boa Terra Bahia*. Rio de Janeiro: Agencia Jornalística Imagem, 1967.

ANDRADE, Celeste M. P. de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia. In: FONSECA, Aleilton & PEREIRA, Rubens (orgs). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.

BACELAR, Jeferson. Frente Negra Brasileira na Bahia. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 73-85, 1996.

BARBOSA, Manoel de Aquino. *Retalhos de um arquivo*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.

CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª Ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CERAVOLO, Suely Moraes. *A Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938)*. Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012) - Mesa-redonda “Primeiras iniciativas de preservação do patrimônio”, Rio de Janeiro, 2012.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

GALLO, Nelson. *Bahia de todas as doçuras*. Livraria Progresso, 1959.

LIMA, Herman. *Roteiro da Bahia*. 2ª Ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, [1953] 1969.

LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 201-221, 2004.

MACIEL, Neila Dourado Gonçalves. *Carybé e a legitimação de um discurso da baianidade na integração das artes em Salvador*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

MARGALLO, Pedro Thomaz. Protecção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos (Cachoeira, 10 de julho de 1927). In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da*

Bahia – nº 53, 1º e 2º semestre. Salvador: IGHB; Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, p. 513-518, 1927.

MARIANO, Agnes. *A Invenção da Baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio), Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1945] 1980.

PINHO, José Wanderley de Araújo. A Igreja da Sé - em torno de sua demolição. Proposta do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho em sessão de 22 de março de 1925 e parecer da comissão. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 51. Salvador: IGHB, p. 81-91, 1925.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Diretoria do arquivo, Divulgação e Estatística. *Breves informações turísticas*. Salvador: PMS, 1949. 24 p.

QUERINO, Manuel. *As artes na Bahia*. Salvador-Ba: Typ. E Encardenação de Lyceu de Artes e Offícios, 1909.

_____. *Artistas Baianos: indicações biográficas*. 2 ed. Bahia: Officina da Empresa A Bahia, 1911.

_____. *O colono preto como fator da Civilização Brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

_____. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RISÉRIO, Antonio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *O intelectual “feiticeiro”*: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia), Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SANTANA, Geferson. *O combate das idéias: estratégias culturais dos intelectuais comunistas*

baianos a produção e um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). Dissertação (Mestrado em História), Guarulhos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2017.

SANTANA, Valdomiro. *Literatura baiana (1920-1980)*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba, 2005.

TAVARES, Odorico. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1951] 1961.

TORRES, Carlos. *Bahia cidade feitiço*. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, [1957] 1973.

TOURINHO, Eduardo. *Alma e corpo da Bahia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Pongetti, [1950] 1953.

VALLADARES, José. *Bêabá da Bahia: guia turístico*. Salvador: Progresso, 1951.

A VIAGEM A PUNT NO TEMPLO DE DEIR EL-BAHARI COMO UM PROJETO MEMORIAL

Talita Alves da Cruz¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo principal situar a viagem a Punt no templo de Deir el-Bahari como um projeto memorial de Hatshepsut. A rainha-faraó Hatshepsut reinou de 1479 A.E.C até 1458 A.E.C., integrando à XVIII dinastia. Hatshepsut era filha de Tutmés I com Ahmose. Hatshepsut se casou com Tutmés II e dessa união apenas uma filha foi gerada. O faraó teve um filho com uma concubina, o futuro faraó Tutmés III. Isso não o desqualificava para o trono, era uma prática muito comum no antigo Egito. Com a morte de Tutmés II, a esposa real assume como regente, pois o herdeiro do trono era muito jovem para assumir, e de regente se torna faraó.

Os templos egípcios são denominados de mansões dos deuses, pontos de adoração, ilhas de ordem em meio ao caos. Além de possuir uma multiplicidade de funções, casas dos deuses, construídos para suas divindades patronas, funcionavam como centros administrativos e expressões de propaganda de governo (WILKINSON, 2000, p. 7). O templo de Hatshepsut é um templo de milhões de anos, construído para honrar e manter a memória da faraó, erigido em um local sagrado da deusa Háthor, próximo ao templo de Montuhotep. Montuhotep II foi um faraó da XI dinastia, fundador do Reino Médio e responsável pela reunificação das Duas Terras (Alto e Baixo Egito). O templo de Hatshepsut representa a construção da memória cultural da rainha faraó. As cenas da expedição a Punt são um dos fatos mais marcantes do seu governo como uma forma de institucionalizar e formalizar essa memória cultural através destes relevos sendo transmitida para a posteridade. Como fonte principal para a análise utilizou-se a obra de Edouard Naville, *The temple of Deir el-Bahari*, parte III (1898), que aborda a expedição a Punt. Há inúmeros debates sobre a localização geográfica de Punt e a relação que este teve com o Egito. Este trabalho irá analisar como Hatshepsut é referendada nas cenas do relevo e comparar o seu modelo de realeza com a de faraós masculinos, além de tecer considerações acerca do relevo os quais estão os habitantes de Punt.

HATSHEPSUT E SUA ASCENSÃO AO TRONO

¹ Graduada em História (UFRN). Endereço de e-mail: talitacruz@ufrn.edu.br

Trazer à luz temas como gênero se tornou uma tendência nos últimos tempos, após a segunda onda feminista dos anos de 1970. Isso contribuiu para o crescimento de novas abordagens e temáticas dentro da ciência histórica, e o Mundo Antigo não poderia ser excluído dessas mudanças. Tratando especificamente do Egito Antigo as mulheres foram um elemento que ganhou mais atenção nos estudos sobre essa sociedade antiga, assim como a sexualidade. Isso devido à concepção de que as mulheres no Egito possuíam mais direitos e estavam em situação de igualdade com os homens. Ao analisar as fontes, percebemos que essa visão é simplista. Apesar de poder administrar e herdar propriedades, a mulher não podia ocupar os altos cargos de funcionários do governo. “[...] os tipos de monumentos pertencentes a mulheres eram bastante restritos em comparação com aqueles disponíveis para os homens. [...] e poucas estátuas de mulheres eram colocadas em templos” (ROBINS, 2015, p. 122).

Sendo assim, surgiram teorias sobre a passagem da rainha como regente a faraó. De acordo com Nicholas Grimal (2002), a rainha teria usurpado o trono e se coroado faraó, deixando seu enteado como co-regente. Essa visão da egiptologia é descartada atualmente, como o uso de termos como “usurpadora” para desqualificar esta governante.

As mulheres da XVIII dinastia foram conhecidas por se destacaram enquanto esposas reais, como a avó de Hatshepsut, Amósis Nefertari, esposa de Amósis I, fundador desta dinastia. Sua esposa recebeu os títulos de “grande esposa real” e “senhora do Alto e do Baixo Nilo”, ela operou de forma independente a seu marido, construindo monumentos e ocupando funções em cultos. Hatshepsut filha de Tutmés I e de Amósis, possuindo uma linhagem real, enquanto seu marido e meio irmão, Tutmés I, foi filho de uma concubina. Para justificar sua ascensão a rainha utilizou da teogamia, ou seja, ela se declarou filha de Âmon, possuindo um nascimento divino. Como a teoria de usurpadora do trono não é mais a predominante, outras linhas teóricas se mostram mais plausíveis. Na primeira, Hatshepsut teria sido co-regente com Tutmés III, ele como rei, e ela como a responsável pelos negócios do país. E na segunda, ambos, Hatshepsut e Tutmés III foram faraós, no entanto, ele teria um papel secundário a ela. Esta última é a adotada por este trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consiste na análise iconográfica da arte egípcia utilizando como base a obra *Magia e símbolo en el arte egípcio*, de Richard H. Wilkinson (2003). O autor propõe, para analisar a arte egípcia, os seguintes tópicos: forma, tamanho, matéria-prima, números, hieróglifos, cor, ações e gestos. O relevo analisado está localizado no templo de Deir el- Bahari, na margem ocidental do Nilo. Como mencionado anteriormente,

como fonte para a análise utilizou-se a obra de Edouard Naville, composta por cinco volumes intitulados *The temple of Deir el-Bahari*, lançados entre 1895 e 1908, divididos por sessões do templo. O volume selecionado para este trabalho é a parte III de 1898, esta contém 31 pranchas que dentro do recorte espacial proposto por Naville retratam o fim da metade norte e metade sul da plataforma central. Dentro deste total foram recortadas as pranchas referentes a expedição a Punt. Nesta foi realizado um recorte para o relevo da expedição à Punt.

A arte egípcia não foi destinada ao realismo, mas a uma idealização. As pessoas podem ser representadas em sua melhor forma, na forma ideal. Homens podem ser representados como vigorosos e mulheres, jovens e elegantes. (BAINES, 2015, p. 10-11). O aspecto religioso da arte é o mais importante se consideramos que a sociedade egípcia vivia regida com base na manutenção da *Maat*, personificada na forma de uma deusa, mas também o princípio da ordem cósmica e da harmonia que mantinha a sociedade em equilíbrio. Isso não significa que a arte egípcia seja imutável, ela apresenta certas variações com base no período ou faraó reinante.

De acordo com Wilkinson (2003), os egípcios utilizam os símbolos para representar suas ideias, crenças e concepções sobre a vida e a morte, além de representar o pensamento egípcio. O relevo analisado está localizado na colunata do meio, parede sul do templo. A partir deste relevo, pode-se perceber as diferenças nas representações entre os egípcios e puntitas. Os egípcios em sua maioria com cabelos curtos, sem barba e com corpo esguio, enquanto os habitantes de Punt possuem barbas medianas, cabelos compridos e ombros largos. A forma dentro da categoria de análise pode ser classificada em simbolismo de nível primário ou simbolismo de nível secundário, apenas o primeiro se enquadra dentro dos relevos que servem como fonte deste trabalho. Este simbolismo ocorre de forma direta, ou seja, a associação de um objeto sugere conceitos, ideias ou identidades com as quais o objeto está relacionado diretamente. A variação do tamanho tem a função de mostrar a importância de seres e objetos, a posição hierárquica geralmente não reflete a escala real. O material usado para os relevos dos templos normalmente era de arenito, com relação às cores, estas não se aplicam ao trabalho, pois não estão visíveis nos relevos. Relativo aos números, o mesmo número pode ter significados diferentes dentro da simbologia egípcia. “[...] a escritura egípcia estava associada com Thoth, o deus da sabedoria com cabeça de íbis que se considerava como a divindade patrona da arte da escritura.” (WILKINSON, p. 166, 2003). Os hieróglifos possuíam significado sagrado e são item essencial da arte, foram analisadas as traduções das inscrições presentes nas imagens. As ações identificadas se dividem em ações rituais, como na cena da barca sagrada de Âmon e não rituais, como na chegada dos egípcios a Punt. Os

gestos são uma subcategoria da atividade simbólica e podem envolver várias partes do corpo, assim como seus significados podem divergir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Hatshepsut foi a primeira governante a retratar seu nascimento divino em uma cena de templo (GRAVES-BROWN, 2010, p. 149). Além do nascimento divino para legitimar sua ascensão, ela também se denominou a preterida de seu pai. Cinco títulos lhe foram concebidos no ato de sua coroação, entre eles seu nome de trono “Maatkare” que significa “verdade é o ka de Rê”. Durante seu governo, e se dedicou a empreender com projetos como o transportes de obeliscos e a exploração de riquezas da Núbia. Segundo Grimal (2002), a faraó não realizou expedições militares, isso é uma questão problemática. Pois uma historiografia mais antiga via o seu governo como pacífico, no entanto, esta visão está sendo contestada atualmente. Carolyn Graves-Brown (2010), apresenta uma inscrição na região do Sahel de um homem chamado Tyt, o “supervisor do Sahel” fala acerca da rainha derrotando a Núbia. Um dos elementos marcantes de seu governo é a extensão do culto ao deus Âmon, além de utilizarem festival de Opet em Luxor para fortalecer a ligação entre seu governo e a divindade. Um dos questionamentos levantado pela Egptologia é o fato de uma mulher permanecer tanto tempo como faraó. Shirley (2014) propõe que a rainha teria se mantido como regente e governante com o auxílio de sua estrutura administrativa, ela teria promovido seus oficiais durante sua regência e criado um programa de promoções para aqueles que fossem leais e comprometidos com os projetos reais.

O que foi Punt? Qual sua localização geográfica? Essas perguntas têm gerado debates extensos entre os estudiosos. Segundo Edouard Naville (1898, p. 11-12), considerar Punt como um território com fronteiras definidas para um estado, reino ou para um grupo de estados é errôneo. Isso é uma designação geográfica vaga para definir uma vasta extensão ao leste do Egito, onde estão presentes várias nações distintas. Dimitri Meeks (2003) afirma que os debates acerca de Punt se localizar na África são insuficientes, pois um dos principais argumentos utilizados é sobre a girafa presente nas cenas. A girafa um animal africano, no entanto, Meeks afirma que esse animal pode ter sido transportado de seu país de origem, assim como o rinoceronte, ambos podem ter sido usados como presentes diplomáticos (p. 55- 56). Stephen P. Harvey (2003) argumenta acerca da má preservação dos registros que contém as representações da girafa e do rinoceronte. Outro elemento que é utilizado para tentar localizar Punt é a presença de plantas usadas para a produção de produtos aromáticos. A

identidade dessa flora é debatida, estudiosos hesitam entre olíbano (derivado de vários tipos de *Boswellia* na África e no sul da Península Arábica) e mirra derivada de espécies de *Commiphora*, distribuída nos mesmos locais (MEEKS, 2003 p. 67). Meeks conclui que Punt estaria situado na Península Arábica. Esses processos de associação de palavras antigas, imagens, topografia e meio ambiente possuem problemas interpretativos, como a natureza de representação da arte egípcia (HARVEY, p. 85, 2003). “De qualquer forma, tentar determinar a localização de Punt com base principalmente na evidência filológica é problemático, levando um estudioso a posicionar Punt nos arredores ambientalmente inadequados do Sinai (NIBBI, 1981 apud HARVEY, 2003, p. 86). As pranchas com as imagens que possuem relação com Punt, sobre a chegada ou sobre a jornada pelo mar possuem uma linha d'água com fauna típica do Mar Vermelho o que indica que os egípcios navegaram por este para chegar ao seu destino.

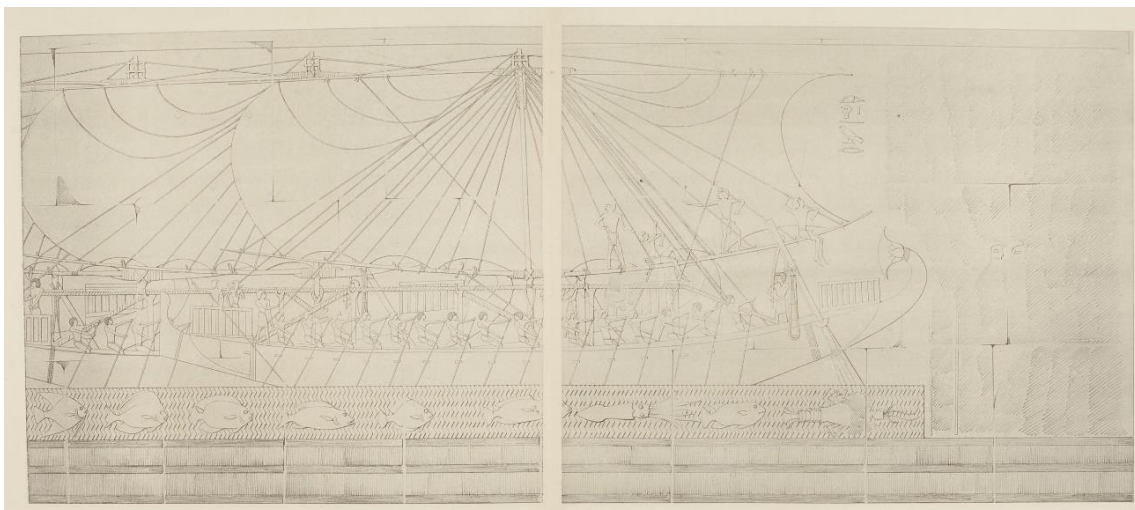
Como conceito principal temos o conceito de memória coletiva de Halbwachs, segundo Jan Assmann “debate acerca do condicionamento social da memória, ao argumentar que toda memória individual se forma a partir dos padrões já estabelecidos pela sociedade em que o indivíduo se encontra inserido, ou seja, é formada coletivamente” (ASSMANN apud FABRÍCIO, 2016, p. 143). Jan Assmann divide esse conceito em memória comunicativa e memória cultural, apenas esta última foi abordada nesse trabalho. A memória cultural aborda o passado remoto, esse passado não é preservado tal como foi, mas está presente em símbolos representados em mitos orais ou escritos. A memória cultural diferentemente da memória comunicativa ela é institucionalizada através de monumentos, museus, arquivos. Dentro desse conceito, o relevo referente a viagem a Punt constrói uma narrativa tecendo uma história preservada através do monumento. Estas cenas têm como objetivo principal buscar produtos preciosos e principalmente buscar plantas aromáticas usadas para incensos, para serem transplantadas no jardim de Âmon. Hatshepsut utilizou isso para mostrar o apoio desta divindade para com seu governo, produzindo uma memória a respeito de si e de seus feitos. Outrossim, o público que poderia ver essas cenas era bastante restrito, pois o acesso aos templos egípcios no geral eram limitados e apenas os sacerdotes e o faraó o adentravam, principalmente no santuário da divindade cultuada. Isso se interliga com a restrição do conhecimento dentro da memória cultural, a participação elitista e hierarquizada que se apresenta com relação ao acesso aos templos egípcios. Os sacerdotes eram os especialistas, dentro do conceito de memória cultural, com grau elevado de formação.

Da análise da obra de Naville, foram selecionadas dezessete pranchas referentes à expedição à Punt. Da prancha 69 à 76, retrata-se as figuras que têm relação direta com Punt,

seja em terra ou navegando. Podemos perceber o modo de vida dos puntitas, com suas tendas elevadas sob troncos para a proteção contra os animais selvagens, seu saiote assimétrico, seus longos cabelos trançados e frequentemente portando um bumerangue em mãos, o que pode significar que este item era sua arma que faziam mais uso. A relação entre puntitas e egípcios se mostra pacífica, uma relação comercial. Como na prancha 69, o encontro entre o mensageiro egípcio, Nehasi acompanhado de seus soldados e os chefes da terra de Punt. O tamanho dos indivíduos é o mesmo, indicando ausência de hierarquia entre eles. Isto pode apresentar-se como controverso, tendo em vista que Nehasi não possuía um alto cargo e nem seus soldados, mas o chefe e a rainha de Punt estavam em uma posição social mais elevada. Como a representação artística é abordada os olhos dos egípcios, é possível que para eles, as autoridades de Punt não fossem superiores a seus funcionários por serem estrangeiros. O que nos leva a questionar a respeito da visão que o povo egípcio possuía dos estrangeiros. Os estrangeiros eram o “outro” e deveriam ser controlados por ameaçar a ordem, no entanto, isso não indica medo ou xenofobia, apenas uma necessidade cosmológica de manter a Maat (ROTH, p. 2015). Em sua dissertação Keidy Matias (2016) argumenta que os egípcios não eram contra os estrangeiros desde que estes se adaptassem ao seu modo de vida. Dessa forma, vê-se que na vida cotidiana os estrangeiros não eram vistos negativamente, desde que não ameaçassem o Estado. O chefe de Punt está com os braços dobrados levantadas para frente, como em um sinal de calma. De acordo com as inscrições da prancha traduzidas por Naville, o chefe, chamado Parohu encontra-se apreensivo com a chegada da comitiva, e que se acalma após saber o motivo da visita. Isso pode significar a necessidade de dominação que os egípcios tinham sob outros povos, subjugar os estrangeiros era dever do rei.

“A terra divina” como era referenciada Punt pelos egípcios se destacou pelas suas substâncias aromáticas, como o incenso, tão valorizado pelos egípcios, e pelos seus metais preciosos, como o ouro. Nas pranchas 72 e 73, os egípcios estão chegando a Punt com presentes e na seguinte já estão carregando os barcos com os produtos da negociação, na 75, estão partindo.

IMAGEM 1 – PRANCHA 77: NAVIOS EGÍPCIOS CHEGANDO A PUNT.



Fonte: Naville (1898)

Na prancha 76, os chefes estão em gestual de reverência ao que poderia ser a rainha, mas esta não aparece. Consta na inscrição: “eles dizem, implorando a sua majestade, saudamos a ti, Rei do Egito, senhora de Rá brilhando como o disco solar...”. Eles pertencem a diferentes etnias, o que se percebe pelos traços físicos. Os estrangeiros são mostrados em todas as pranchas passivamente, em pé ou prostrados, reforçando o poderio dos egípcios sobre eles.

Na prancha 77, Âmon e Hatshepsut estão em diferentes tamanhos, ele em escala bem maior que ela. Isso significa a submissão da rainha perante o deus. A simbologia do número 2, indica dualidade e unidade, desta forma a divindade e a faraó, declarada sua filha, estão juntos em uníssono, o deus apoiando sua preferida. Boa parte das pranchas seguintes vão evidenciar a união entre Hatshepsut e Âmon e seu apoio para com ela.

IMAGEM 2 – PRANCHA 77: A RAINHA OFERECENDO A ÂMON OS PRODUTOS DA EXPEDIÇÃO.

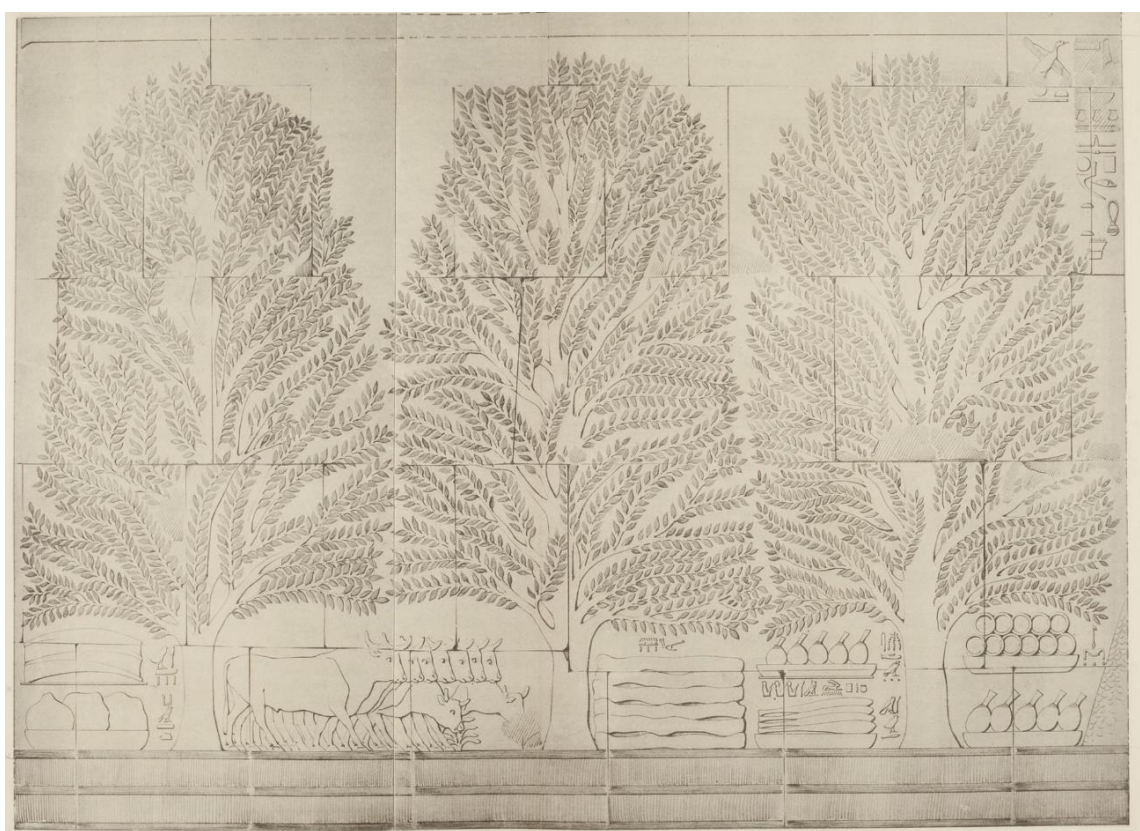


Fonte: Naville (1898)

Das pranchas 78 até a 81, mostram os produtos para o jardim de Âmon e o próprio jardim, evidenciando que esta expedição teve como principal beneficiário o deus. Na prancha seguinte (82), Tutmés III aparece oferecendo incenso a barca sagrada de Âmon, conectado a essa cerimônia está uma outra, na prancha 83, sacerdotes carregando a barca sagrada do deus, e no lado direito a figura da rainha-faraó. Toda essa cerimônia está conectada a prancha 84

que mostra Âmon sentado ao trono em uma cena ritual de transmissão de poder. A divindade profere um longo discurso. “O Hórus [...] o rei do Alto e do Baixo Egito [...] de Âmon que o ama para transferir a ela a herança das duas terras, o poder real sobre o Sul e o Norte, ele concede a ela” (NAVILLE, 1898, p. 18-19). Nesse trecho percebe-se como a benção de um deus a sua filha auxiliou na legitimação do governo de Hatshepsut, ela sendo uma mulher e tradicionalmente não sendo a próxima governante do Egito após a morte de Tutmés II.

IMAGEM 3 – PRANCHA 78: ÁRVORES DE INCENSO PLANTADAS NO JARDIM DE ÂMON



Fonte: Naville (1898)

As últimas pranchas, 85 e 86, são a continuação da mesma cena, a rainha se dirigindo aos seus oficiais. Sobre a base do pavilhão de Hatshepsut, há a seguinte inscrição: “toda a vida, estabilidade, saúde e alegria, todas as terras e países estrangeiros estão sob os pés dessa boa deusa” (NAVILLE, 1898, p. 20). Mostrando seu governo cumpria a obrigação como faraó de manter a Maat.

De fato, os nomes que ela adotou como rei foram construídos para tirar vantagem das formas femininas, de modo que cada nome se referia a uma deusa e sugeria uma identificação com essa divindade. Isso contrastava com as formas masculinas usadas pelos reis masculinos, que não tinham o efeito de se referir às divindades masculinas (ROBINS, 1999b apud ROBINS, 2015, p. 126).

CONCLUSÃO

Dessa forma, a fonte *The Temple of Deir el-Bahari* (1898) de Naville aborda o templo de Hatshepsut evidenciando seus feitos como rainha-faraó e principalmente como item mantenedor de sua memória. Já que Hatshepsut não era tradicionalmente a destinada a ocupar o trono egípcio, mas sim seu enteado Tutmés III, ela precisou mostrar seu direito de governar através de seu nascimento divino e de seus empreendimentos. A memória cultural possui uma longa durabilidade e visa retratar um passado absoluto, um tempo mítico por meio de símbolos, ícones, elementos de preservação dessa memória. As cenas de Punt em Deir el-Bahari representam o outro, o estrangeiro sob o olhar egípcio, estabelecendo contatos comerciais e pacíficos para com estes. Além de mostrar os próprios egípcios na expedição e a rainha sendo louvada e em contato com Âmon. “A terra divina”, Punt foi um território presente em muitas fontes egípcias e que continua sendo um assunto de interesse e discussão principalmente pelos questionamentos que pairam sobre sua localização. A memória cultural como um item restrito e elitizado foi utilizado no relevo das cenas de Punt como um monumento para exibir e legitimar o poder de uma governante que ocupou o mais alto cargo egípcio e que fugiu à regra por ser uma mulher.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frostcher. *Revista de História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.
- BAINES, John. What is Art? In: HARTWING, Melinda K. *A Companion to Ancient Egyptian Art*. Oxford: John Wiley & Sons, 2015, p. 1-22.
- BRAUN, Nadja S. Narrative. In: HARTWING, Melinda K. *A Companion to Ancient Egyptian Art*. Oxford: John Wiley & Sons, 2015, p. 344-359.
- BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (c. 1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (Ed.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press,

2003. p. 207-265. FABRÍCIO, Arthur Rodrigues. *O complexo de culto real de Ramessés III: espaço e memória na XX dinastia do Antigo Egito*. Dissertação (Dissertação em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GRAVES-BROWN, Carolyn. *Dancing for Hathor. Women in Ancient Egypt*. London: Continuum, 2010.

GRIMAL, Nicolas. *História do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

HARVEY, Stephen P. Interpreting Punt: geographic, cultural and artistic landscapes. In: O'CONNOR, D.; QUIRKE, S. (ed.). *Mysterious Lands*. London: Institute of Archaeology, University College, 2003. p. 81-91.

MATIAS, Keidy. *Cartografias do além: o mundo dos vivos e o universo dos mortos no antigo Egito*. Dissertação (Dissertação em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MEEKS, Dimitri. Locating Punt. In: O'CONNOR, D.; QUIRKE, S. (ed.). *Mysterious Lands*. London: Institute of Archaeology, University College, 2003. p. 53-80.

ROBINS, Gay. Gender and Sexuality. In: HARTWING, Melinda K. *A Companion to Ancient Egyptian Art*. Oxford: John Wiley & Sons, 2015, p. 120- 140.

ROTH, Ann Macy. Representing the other: non-Egyptians in pharaonic iconography. In: In: HARTWING, Melinda K. *A Companion to Ancient Egyptian Art*. Oxford: John Wiley & Sons, 2015, p. 155-174.

SHIRLEY, J. J. The power of the elite: The officials of hatshepsut's Regency and coregency. In: GÁLAN, José M. et al. (ed.). *Creativity and innovation in the Reign of Hatshepsut: Occasional Proceedings of the Theban Workshop*. (Studies in Ancient Oriental Civilization). Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 2014.

SOUSA, Aline F. de. *A mulher-faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo séc. XV a.C.)*. Dissertação (Dissertação em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

WILKINSON, Richard H. *The Complete Temples of Ancient Egypt*. London: Thames & Hudson, 2000.

WILKINSON, Richard H. *Magia e símbolo em el arte egípcio*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

FONTES:

MARIETTE-BEY, Auguste. *Documents topographiques, historiques et ethnographiques*. Paris [S.n.], 1877

NAVILLE, Edouard. *The Temple of Deir el Bahari*. London: Egypt Exploration Fund., 1898. v. 3.

LIBERDADE, SUBSTANTIVO FEMININO: A SOCIEDADE AVE LIBERTAS E AS MULHERES ABOLICIONISTAS DO RECIFE (1884-1888)

Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima¹

O pendulo eterno dos tempos marcou um ano de existência para a sociedade Ave Libertas. Apesar de tão pouco tempo de vida, occupa esse pequeno mas denodado grupo de senhoras um lugar vantajosissimo na galeria de glorias de nossa pátria, impondo-se á admiração e á consciencia publica de Pernambuco como uma necessidade indeclinavel e, aventuramo-nos a dizer, uma condição *sine qua* para o movimento abolicionista no Brazil. Sem aceitarmos as injurias e apôdos, as imprecações hydrophobicas, os qualificativos de que se despem para emprestar-nos os nossos adversarios escravocratas, sugadores do sangue humano; sem que nos caiba as *amaveis* antonomasias de *pretoleiras* e *nihilistas* temos até o presente conseguido libertar cerca de 200 escravizados, travando essa renhida batalha, em que para nossa infelicidade e vergonha, procura-se reconquistar o que pode haver de mais inalienavel, de mais indestructivel, de mais santo, de mais sublime – a liberdade humana! (AVE LIBERTAS, Recife, edição única, Typographia Mercantil, 8 de setembro de 1885, p. 2).

A citação acima corresponde aos primeiros parágrafos de abertura da edição do folheto “Ave Libertas”, impresso em comemoração ao primeiro ano de funcionamento da Sociedade Abolicionista Ave Libertas. Fundada em 20 de abril de 1884, logo após a abolição da escravização na província do Ceará, a então “Sociedade de Senhoras Abolicionistas 25 de Março” foi fundada por mulheres oriundas de duas sociedades mistas do Recife: a Sociedade Nova Emancipadora e o Club do Cupim (JORNAL DO RECIFE, ed 92, 1884, p. 2). Logo após a fundação, as sócias foram informadas de que havia outra sociedade registrada com o mesmo nome na cidade. Por este motivo, renomearam a associação como “Sociedade Abolicionista Ave Libertas”.

Em sua sessão de fundação, realizada na sede da Sociedade Nova Emancipadora, as senhoras abolicionistas elegeram a seguinte mesa diretora interina: Odila Pompílio como presidente, Maria Albertina Pereira do Rego como 1ª secretária, Isabel Mendes Peres, como 2ª secretária, e Leonor Porto como tesoureira. Além da mesa diretora, foi eleita a comissão que seria responsável pela elaboração do estatuto da sociedade, sendo essa comissão composta pelas seguintes sócias: Urcicisa Alcoforado, Maria de Carvalho Moura, Lucinda de Vasconcellos, Ernestina de Barros e como relatora Rita Gomes de Mattos.

¹ Mestranda em História (UFCG). Endereço de e-mail: tassiafernandesparis@gmail.com.

Durante o primeiro semestre de 1884, são relatados diversos eventos e espetáculos em que a sociedade participou, seja como organizadora principal, seja apadrinhada por outras sociedades, que reservaram uma parte do benefício (assim denominava-se o lucro desses eventos, devido a sua finalidade filantrópica) para a Ave Libertas. Desta maneira, a Sociedade Ave Libertas adentrou na rede de liberdade da cidade do Recife, tecendo diversas parcerias com várias organizações abolicionistas, sendo as mais citadas em notícias de periódicos a Sociedade Nova Emancipadora, o Club Ceará Livre, a Sociedade Musical 28 de Setembro e o Club Carlos Gomes.

Em 24 de Agosto de 1884, a Ave Libertas procedeu a uma nova eleição, nomeando Leonor Porto como sua presidente, Ernestina Lopes de Barros como vice, Odila Pompílio como 1ª secretária, Carlota Vilella dos Santos como 2ª secretária e como tesoureira Flora Guedes Alcoforado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 196, 1884, p. 2). A primeira sede da Sociedade Ave Libertas foi instalada no primeiro andar do número 31 da Rua do Imperador. A sede definitiva foi instalada em setembro de 1884, na Rua Larga do Rosário, nº22, 2º andar.

Na edição 205 do Jornal do Recife, dia 10 de setembro de 1885, p. 3, noticiou-se a festa de aniversário da instalação da Sociedade Ave Libertas, nos salões do Club Carlos Gomes. A festa foi iniciada com uma sessão magna da sociedade, na qual, após o discurso da presidente reeleita Leonor Porto, a primeira secretária, Odila Pompílio, realizou a leitura do relatório anual do primeiro ano social do grupo abolicionista. Neste relatório, prestou-se contas de mais de 200 manumissões, por pecúlio ou sem indenização, enfatizando os esforços pessoais da presidente da Ave libertas para tal feito.

Além da festa em questão, outro ato de comemoração pelo primeiro ano de funcionamento e instalação em sede própria da sociedade foi a confecção e impressão de um folheto, intitulado com o nome desta e escrito apenas por mulheres, e que tinha como intento propagar a causa abolicionista, assim como homenagear a própria associação. A publicação, de 8 de setembro de 1885, foi impressa pela Typographia Mercantil e distribuída durante a festa realizada nos salões do Club Carlos Gomes (JORNAL DO RECIFE, ed 204, 1885, p. 1).

O excerto que inicia esse artigo corresponde à abertura deste folheto. Sem assinatura, o artigo de abertura é, portanto, atribuído à Ave Libertas enquanto sociedade. Inicia revelando o intuito da comemoração na qual foi distribuído e, provavelmente, lido: a comemoração do primeiro ano da instalação definitiva da associação em questão. O artigo pontua ser pequeno o número de sócias, dando a entender que não eram muitas as mulheres dedicadas à causa abolicionista na cidade do Recife. Em seguida, menciona o tipo de tratamento que essas senhoras recebiam da sociedade, maioritariamente escravocrata: o desprezo e

achincalhamento públicos. Talvez por esse motivo não fossem tantas as senhoras envolvidas direta e explicitamente com o abolicionismo no Recife. Em seguida, o artigo afirma que

Os meios brandos e suasórios, os pedidos em nome da humanidade e do Evangelho, as palavras unidas de patriotismo e ternura, estas flores sempre viçosas de nossos corações de mulheres, são as únicas armas que podemos e devemos empregar (AVE LIBERTAS, Recife, edição única, Typographia Mercantil, 8 de setembro de 1885, p. 2).

Ao compararmos esse excerto aos primeiros parágrafos, reproduzidos na primeira página deste trabalho, vemos que as membras da Sociedade Ave Libertas utilizaram dois tipos distintos de argumentação para justificar e enaltecer a presença feminina na causa abolicionista: a já comum razão da caridade católica da mulher, sua ternura, seu coração, os meios brandos, a humanidade do Evangelho; e a não tão comumente abordada motivação política.

De acordo com Maria Luiza Nóbrega de Moraes (2007, p. 3), o primeiro jornal para mulheres de Pernambuco foi “O Espelho das Brasileiras”, de 1831. Em seguida, surgiram diversos periódicos cujo público-alvo era feminino. No entanto, apesar de eventuais colaborações de autoras, a grande maioria desses jornais e revistas eram escritos e dirigidos por homens. O primeiro jornal cuja direção foi feminina foi o jornal “A Mulher”, de 1875, sob direção e impresso por Pórcia Constância de Melo. Maria Luiza de Moraes afirma que as publicações femininas ou dedicadas a este público no Recife tinham pouca duração ou eram episódicas (*ibidem*, p. 4). De acordo com a autora, a maioria destes periódicos tratavam de assuntos mais corriqueiros, como beleza, moda, variedades, receitas, passatempos, música para canto e piano e conselhos. Poderiam trazer também poemas ou pequenos escritos literários escritos para ou por mulheres. Portanto, era raro um periódico assinado por mulhere que tratasse de assuntos da vida pública.

Ao dizer que as mulheres abolicionistas estariam entre os gloriosos da pátria brasileira, ao utilizar conceitos como “consciência pública” e “necessidade indeclinável” e, finalmente, ao afirmar que a presença feminina na luta pela abolição da escravização era uma condição *sine qua*, ou seja, indispensável para que o movimento abolicionista pudesse prosperar no Brasil, essas mulheres assumiram uma posição ideológica e política, que lhes era negada pelo discurso do abolicionismo como prioritariamente masculino.

De acordo com Angela Alonso (2011, p. 186), no Brasil, as associações abolicionistas tiveram um papel fundamental na inclusão política feminina. No entanto, a inserção destas mulheres na vida pública deveria se dar por três vias. A primeira e mais ampla

foi a da filantropia. A sociedade brasileira do século XIX incentivava as senhoras, especialmente as abastadas, a dedicar-se a causas beneméritas. A segunda forma era acompanhar familiares do sexo masculino a reuniões de clubes e associações e a eventos de cunho abolicionista. A terceira e última via foi a da arte: atrizes, escritoras, poetas, cantoras e musicistas que passaram a dedicar seu trabalho à divulgação ideológica do abolicionismo. Ou seja, de acordo com essas vias, a inserção feminina na causa, para a maioria das mulheres abolicionistas, se justificava pela necessidade de exercerem o papel social de benfeitoras cristãs. No entanto, a justificativa de que as mulheres estavam inseridas no movimento abolicionista pela caridade cai por terra ao se analisar os seus escritos.

O artigo é encerrado com um chamamento à luta: as mulheres afirmavam aos escravizados para confiarem nelas, dizendo para

Confiae em nós, que não nos deixaremos vencer, ainda que á nossa frente se estendam em linha de batalha os bacamartes e cães de fila dos emulos de Mr Harry e seus proselytos. Confiae em nós, que afrontaremos em vosso beneficio a fuzilaria dos soldados mercenários e o ribombar dos canhões officiaes, se tanto for preciso. [...]. Libertaremos a pátria ou morreremos na luta, abraçadas á bandeira da abolição, que é a do progresso e a da civilização! (AVE LIBERTAS, Recife, edição única, Typographia Mercantil, 8 de setembro de 1885, p. 2).

Como se pode ver, a Ave Libertas escolhe encerrar seu artigo de abertura do folheto em comemoração ao seu primeiro ano de instalação com um discurso muito mais impositivo e fervoroso do que a mera menção à bondade cristã do coração feminino. As sócias do Ave Libertas assinaram em conjunto um comprometimento de utilizar não só os meios brandos e suasórios do início de seu artigo, mas a luta, como ela se apresentasse.

Guardando, evidentemente, as devidas proporções, e não levando na literalidade o que está escrito, ainda assim é notável que essas mulheres não se utilizem de um discurso pudico, voltado ao incentivo da caridade cristã e da bondade etérea da mulher. Não, elas escolheram abrir o seu folheto com uma chamada ao combate no âmbito ideológico e político. Fugindo do seu espaço visto como próprio, mesmo no que diz respeito à palavra, essas mulheres não se contentaram a falar entre si (PERROT, 2005, p. 317). Para quem a vida pública tinha sido praticamente negada até então, o argumento político escrito e assinado, distribuído e debatido publicamente, era algo quase revolucionário.

De acordo com Alcileide Nascimento e Noemia Luz (2012, p. 129 e 131), ao lutar pela liberdade de outrem, estas mulheres ganharam um espaço sem precedentes na vida pública, nos âmbitos político e social. De acordo com as autoras, “o movimento abolicionista quebra as fronteiras de gênero no debate político, nas ações sociais e na escrita dos jornais”

(*ibidem*, p. 129), não só no Brasil, mas em outros países. O abolicionismo abriu importante espaço de expressão e conscientização das mulheres sobre sua força política. As autoras afirmam que a luta pela abolição demonstrou a capacidade feminina de atuar politicamente e evidenciou para essas mulheres a pouca liberdade de ação e movimentação que tinham. Ganharam, portanto, maior espaço para consolidar e disseminar seus ideais e organizar as suas reivindicações, que culminaram na luta pelos direitos civis femininos, já durante o período republicano.

Voltando à análise do folheto “Ave Libertas”, vi que este foi composto por um artigo de abertura, dez pequenos artigos, dois deles encerrados em versos, e dois sonetos, totalizando treze escritos. As autoras, em ordem de aparição, são: Ernestina Bastos, Maria P. Vilella dos Santos, Maria Olympia da Luz, Odila Pompílio, Ismenia Maria Duarte Pinheiro, Maria Carmelita, Carlota Alves, Ernestina Uchoa (que compôs o primeiro soneto), Zulmira Monteiro, Sophia Pauslavine (que trouxe o segundo soneto), Adelaide Porto e Carlota Vilella.

No folheto, foram cinco os textos explícita e puramente políticos, com citações de autores e autoras que liam, como John Werley e D. Maria Rodrigues (ambos não encontrados em pesquisa preliminar, demandando maior esforço posterior), assim como a menção a figuras históricas, como Charlotte Corday e Joanna D’Arc e à Revolução Francesa. Em quatro dos escritos, as autoras optaram por mesclar os argumentos político-ideológicos aos argumentos caridosos. Vemos isso, por exemplo, no artigo de Carlota Alves, intitulado “Away”. A autora utiliza, por exemplo, a emoção: “Quando a pátria geme e soluça, vergada ao peso da opressão” (ALVES, 1885, p. 3) e, no mesmo parágrafo, recorre ao conceito de camadas sociais e aos princípios da Revolução Francesa, “liberdade, igualdade, fraternidade”, para explicitamente justificar a entrada da mulher no movimento abolicionista. Para Carlota Alves, a mulher estaria ocupando o *seu* lugar na luta, desempenhando o seu dever. A autora fecha a frase dizendo que essa luta se travaria entre as trevas e a luz, invocando então um construto da religião católica para exemplificar o que seria, para ela, o abolicionismo.

Por fim, temos apenas dois artigos que só utilizaram argumentos caridosos e cristãos para justificar ou tentar convencer as mulheres que porventura lessem a publicação a se juntarem à causa abolicionista. São suas autoras Odila Pompílio e Maria Olympia da Luz. Odila foi primeira presidente da Ave Libertas, ex-membra da Sociedade Nova Emancipadora e esposa de Numa Pompílio, sócio desta última sociedade e também membro do clandestino Club do Cupim. Infelizmente sobre Maria Olympia ainda não consegui muitas informações.

Maria Olympia relacionou, logo em sua primeira linha, o nome da associação à oração de Ave Maria. Em seguida, a autora cita, dentre as ações das sócias da Ave Libertas,

os rogos e preces, além do pranto. A seguir, a autora afirmou que o choro dessas mulheres lavaria e purificaria o Brasil da mácula da escravidão, chamando as abolicionistas de “almas caridosas”. Já Odila escolheu relacionar a causa abolicionista à proteção da família brasileira devido aos males gravíssimos que viriam dessa instituição.

Ainda no que concerne aos construtos e às argumentações elaboradas no seio do folheto “Ave Libertas”, um último objetivo deste foi a consolidação de uma figura feminina de liderança para o movimento abolicionista recifense. Esta construção se deu na pessoa da presidente da Sociedade Ave Libertas, Leonor Porto.

Recifense, Leonor Porto fazia parte da classe média da cidade: modista e costureira, filha e esposa de comerciante, Leonor não estava no âmbito comum às mulheres abolicionistas brasileiras, advindas da classe dominante (NASCIMENTO; LUZ, 2012, pp. 130-131). Ao que parece, a aproximação de Leonor das damas da sociedade recifense se deu pelo seu trabalho como modista e pela devoção católica, já que Leonor se fazia presente em várias irmandades e festividades da Igreja. As primeiras referências a Leonor Porto ligadas ao movimento abolicionista datam de 1884 e surgem no contexto da divulgação das reuniões da Sociedade de Senhoras Abolicionistas 25 de Março.

Durante o primeiro semestre de 1884, como vimos, Leonor Porto exerceu a função de tesoureira da Sociedade Ave Libertas. Nesse curto período de tempo, a modista se destacou em diversos eventos e espetáculos em que a sociedade participou, contribuindo muito para a arrecadação prolífica da Ave Libertas. Desta maneira, a sociedade se consolidou como importante membro na rede de liberdade da cidade do Recife, tecendo diversas parcerias com várias organizações abolicionistas.

Após a sua consagração como presidente da Ave Libertas, Leonor cresceu no cenário político recifense, sempre relacionada a nomes como Joaquim Nabuco e José Mariano. Portanto, era de se esperar que, dentre as sócias da Sociedade Ave Libertas, Leonor Porto se consolidasse como líder da causa e representante das mulheres recifenses no movimento abolicionista. Para tal, o folheto “Ave Libertas” figura como elemento essencial, ao trazer em sua capa a ilustração da presidente da sociedade, como se Leonor Porto simbolizasse a associação.

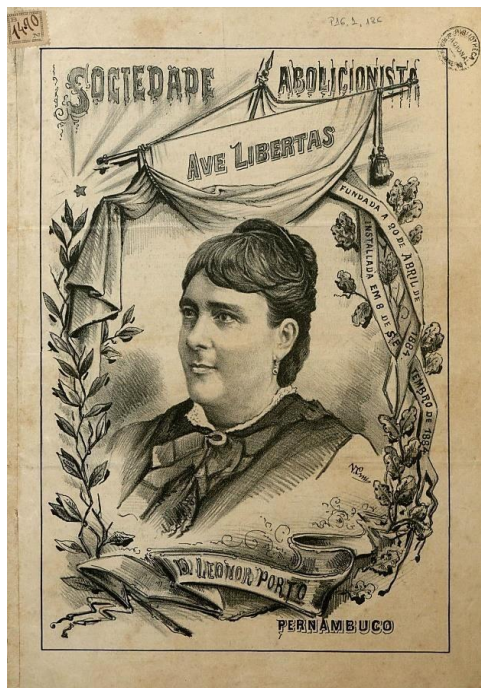


Fig 1: D. Leonor Porto, capa do folheto “Ave Libertas” (AVE LIBERTAS, Recife, edição única, Typographia Mercantil, 8 de setembro de 1885, p. 1).

Concatenando os objetivos do folheto “Ave Libertas”, podemos resumir os mesmos em três: divulgar a causa abolicionista, propagar escritos de mulheres e formar uma argumentação específica para a importância da mulher na luta abolicionista. Esta última meta se desdobrou em construir uma figura de liderança feminina para o abolicionismo recifense na figura de Leonor Porto. Ao analisar os escritos femininos, Tereza Lopes Albuquerque (2014, p. 68) afirma que, mesmo o folheto “Ave Libertas” mesmo sendo especificamente direcionado à propaganda abolicionista, tem em seus textos um conceito mais amplo: o da emancipação da mulher, especialmente ao apontar outros papéis sociais que não os de mãe e esposa, impulsionando a entrada da mulher no âmbito do discurso público. Para a autora, “Jornais destinados às mulheres, ou escritos por elas, denunciam força, subversão, reflexão e/ou receio, medo, e por vezes, culpa, nas letras de muitas mulheres” (*ibidem*, p. 65).

Podemos relacionar esse último excerto de Tereza Albuquerque à polifonia de escritas encontradas no folheto “Ave Libertas”: várias mulheres, vários contextos educacionais, vários ambientes familiares, condições sociais, toda essa heterogenia explicaria a convivência de tantos discursos distintos, por vezes até mesmo a mescla destes pela mesma mulher. De acordo com Norma Telles (2004, p. 341), essa ambivalência também pode ser explicada pelo fato de a maioria das mulheres estarem

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera. Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina.

Em suma, a construção de uma escrita exclusivamente feminina em que há o uso de argumentos que, prioritariamente, estavam ligados ao âmbito público da política e à figura masculina, é uma subversão. É um avanço. Denota a quebra de um paradigma, de que às mulheres caberia apenas o uso do espaço privado. Era a voz feminina ganhando ressonância, sendo ouvida além dos espaços do lar, falando além das frivolidades e dos poemas ligados ao amor. Encerro com a citação de Tereza Albuquerque (*ibidem*, p. 66), a qual afirma com clareza que:

Pelo discurso, os rumores de emancipação em Recife era um fato. E, porventura, se essa discussão não tomava grandes proporções nos principais jornais da época, nos destinados à mulher, essa questão era mote de muitos debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Tereza Lopes. Os discursos sobre a emancipação feminina produzidos na cidade do Recife (1870-1909). e- **Mosaicos** – Revista Multidisciplinar de Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp – UERJ). v. 3, n. 5, jun 2014, p. 59-74.

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set/dez 2011, pp. 166-199.

AVE LIBERTAS, Typographia Mercantil, Recife, edição única, 8 de setembro de 1885.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 196, 26 de agosto de 1884, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 92, 22 de abril de 1884, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 204, 9 de setembro de 1885, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed 205, 10 de setembro de 1885, p. 3.

MORAES, Maria Luiza Nóbrega de. Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional. GT de Jornalismo. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. Facasper e Cíee, São Paulo, 2007, p. 1-18.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Liberdade, transgressão e trabalho: cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 1, jan-jul., 2012, pp. 126-149.

PERROT, Michelle. A palavra pública das mulheres. In:_____. **As mulheres ou os silêncios da História**. Trad Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 317.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In:_____. **História das Mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (Org). Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 341.

LOUCURA E CIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS DE NATAL/RN (1940-1959)

Thaise Gabriella de A. Rodrigues⁸⁰

A primeira instituição do Rio Grande do Norte a internar pessoas com transtornos mentais foi o Hospital de Alienados⁸¹, fundado em 1911, onde antes era o Lazareto da Piedade⁸². O Lazareto foi construído no bairro do Alecrim, na capital potiguar, num momento em que essa localidade ainda era afastada do que se considerava Natal na época. Segundo Cascudo (1999, p. 355), no século XIX, o Alecrim era uma região pouco povoada, “raríssimas pessoas habitavam o descampado. Era terra de roçados de mandioca e de milho [...]. Uma quatro casinhas de taipa [...] estavam dispersas num âmbito de légua quadrada. Quando, a 7 de setembro de 1882, o presidente Francisco de Gouveia Barreto pôs a primeira pedra para o Lazareto da Piedade, Hospício de Alienados atualmente, o Alecrim era uma capoeira, intercortada de tufos verdes de vegetação”.

O Lazareto foi erguido à margem da antiga estrada velha do Guarapes, com recursos do governo e ajuda de donativos vindos de pessoas abastadas, com a intenção de isolar os doentes e criar distância entre estes e o restante da sociedade. (SUCAR, 1993, p. 21) E esse objetivo persistiu quando a instituição passou a centralizar seus esforços na reclusão apenas dos loucos, a partir de 1911. Tuan (2005, p. 12-13) comenta sobre o desenvolvimento da reclusão como método para controlar as forças do caos, erguendo fronteiras para afastar as ameaças. Uma dessas ameaças é o louco e uma das fronteiras erigidas para controlá-lo é o hospício, fronteiras essas representadas pelos muros das instituições manicomiais. Dessa forma, conceber um espaço de reclusão para esses indivíduos se fazia necessário para manter a sociedade em ordem.

O Hospital de Alienados surgiu com esta função, ao mesmo tempo que tinha como objetivo curar. Todavia passou a ser visto como um incômodo, sendo alvo de inúmeras críticas, até seu fechamento em 1957, quando foi inaugurada uma nova instituição, o Hospital Colônia

⁸⁰ Mestranda em História (PPGH-UFRN). Endereço de e-mail: thaisegab@outlook.com.

⁸¹ Se localizava na rua Fonseca e Silva, nº 1129, onde hoje é o Centro de Saúde Reprodutiva no bairro do Alecrim, em Natal/RN.

⁸² Fundado em 1882, o Lazareto da Piedade tinha como função isolar doentes acometidos pela varíola, sarampo, lepra, tuberculosos e também loucos. Mas só a partir de 1911, a instituição deixou de ter a nomenclatura de Lazareto da Piedade, passando a ser chamada de Asilo de Alienados e tendo como principal objetivo colocar em reclusão apenas os doentes mentais. Em 1921, foi instituída uma regulamentação dos serviços da instituição, dessa forma mudou de nomenclatura novamente, sendo então chamada de Hospício de Alienados. Por fim, com o decreto nº 24.559 de 1934, recebeu sua denominação final como Hospital de Alienados, devido a obrigatoriedade de a direção do estabelecimento psiquiátrico ser dada a profissionais especializados.

de Psicopatas. Considerando isso, é interessante refletir sobre quais os elementos que motivaram essas críticas ao Hospital de Alienados, dando-lhe uma imagem de decadência e o porquê da visão idealista que se atribuiu à nova instituição. Ademais, devemos pensar também nas motivações para a escolha de localidade de ambas as instituições.

Como já mencionado, o Alecrim que antes era uma região considerada afastada de Natal e pouco povoada, ao longo das décadas, teve um aumento considerável de sua população. Segundo Bezerra (2005, p. 98), 50,6% da população de Natal era habitante do bairro do Alecrim na década de 1950, ou seja, o Hospital de Alienados não estava mais tão isolado e afastado da sociedade quanto um dia havia sido. Os inúmeros problemas da instituição tornaram-se mais visíveis aos olhos da população e da mídia, que constantemente expunha suas críticas nos periódicos.

Em maio 1948, a revista carioca O Cruzeiro publicou uma matéria, que teve ampla repercussão, intitulada *Vida pior que a morte*. A matéria relatou um pouco da dinâmica cotidiana do Hospital de Alienados de Natal e a sua dificuldade para manter-se em funcionamento. Com imagens estarrecedoras, a reportagem expôs a situação em que viviam os pacientes da instituição: nus, com fome e sarna.

Colocando em reclusão um número de pacientes bem acima da capacidade máxima, faltava verba para alimentação e medicamentos, além do orçamento para contratação de funcionários ser ínfimo. Por ter condições de trabalho inadequadas e um salário muito baixo, poucas pessoas de fora se arriscariam a trabalhar na instituição. Havia apenas três funcionários: um enfermeiro (que obrigatoriamente deveria dormir no hospício, possuindo apenas um dia de folga), um enfermeiro-chefe e uma enfermeira, responsável pela ala feminina. Todas as demais funções eram exercidas por pacientes. As lavadeiras, as arrumadeiras, a cozinheira, e até mesmo o porteiro, todos eram internos. Sem ter outra alternativa viável, o diretor afirmou ter selecionado os pacientes mais tranquilos e subordinados para ocupar tais cargos. Entretanto, essa situação acarretava em alguns problemas. Quando a cozinheira/paciente entrava em crise, ninguém comia no hospital. Além disso, o porteiro/paciente também tinha seus momentos de crise e em um desses episódios, ele abriu os portões do hospital. A matéria ainda relata que “houve correrias e terror no bairro do Alecrim” (VIDA..., 1948) e a situação só se normalizou com a chegada da polícia que conseguiu capturá-los. A partir desse trecho, pode-se pensar que apesar das fronteiras da instituição, os muros, estarem sempre firmes e erguidos, colocando em reclusão, tentando isolar e controlar o caos, havia o perigo constante das fugas dos pacientes, causando uma ansiedade na população do Alecrim.

Outro problema presente na instituição era a nudez. 80% da população interna do

Hospital de Alienados ficava completamente nua o tempo todo, padecendo de sarna, eczema, amarelão e fome. Somado a esses problemas, a “promiscuidade” (termo utilizado pela população e pelos jornais para descrever a condição da instituição) era outro motivo de crítica. A única divisão interna dos pacientes era por gênero, logo, misturavam-se adultos e crianças, loucos furiosos e loucos mais tranquilos. O Hospital de Alienados também tinha uma parte designada a pacientes pensionistas, entretanto sua situação não era muito melhor do que a mencionada anteriormente. O teto da parte dos pensionistas era remendado com tábuas de caixotes de sabão e as camas não tinham colchões. Ainda falando sobre a situação precária, a matéria menciona que as poucas roupas da instituição eram esterilizadas por uma paciente em uma lata com água fervente colocada sobre um fogão improvisado no quintal e a sala de curativos era “um corredor escuro, estreito e pequeno, sem iluminação suficiente”. (VIDA..., 1948).

A partir das descrições desse espaço feitas pela matéria, a própria instituição tornava-se um espaço que consternava tanto os pacientes, quanto a equipe dirigente e a população que morava nas redondezas. As autoridades do estado estavam cientes de todos esses problemas, sendo inclusive citada na matéria da revista a fala do deputado estadual José Gonçalves que definiu esse espaço como “depósito de homens doidos”. (VIDA..., 1948).

No que diz respeito à medicação e aos tratamentos, fossem pacientes pensionistas ou indigentes (não pagantes), todos passavam por dificuldades nesse aspecto. Segundo análise de prontuários de pacientes do Hospital de Alienados nas décadas de 1940 e 1950, os tratamentos com medicação pouco variavam em relação aos diferentes diagnósticos, consistiam principalmente em cardiazol, insulina, cálcio, tônicos, laxantes e calmantes naturais (além de tratamentos não medicamentosos como a balneoterapia, formação de abscessos na coxa e eletroconvulsoterapia).

A instituição tinha muita dificuldade em tratar os pacientes devido à escassez de medicação adequada para cada tipo de transtorno. Sendo assim, os médicos tratavam de acordo com as condições precárias do hospício e com os conhecimentos de sua época, logo, tal isolamento acabava apenas concretizando o objetivo inicial que consistia em segregar os indivíduos do meio social em que provocavam ansiedade e caos, tendo mais uma função de reclusão do que terapêutica. Muitos desses pacientes tiveram anos ininterruptos de internação, e alguns nunca saíram até o fim de suas vidas.

Pela análise de alguns prontuários do Hospital de Alienados, identifica-se casos de

indivíduos que de alguma forma geraram desordem nas cidades em que residiam⁸³ e acabaram sendo internados. Considerando isso, não é difícil encontrar fichas médicas de pacientes levados pela polícia ao manicômio por embriaguez, por exemplo. Um desses casos é o do paciente J.A.O.⁸⁴, 33 anos, pedreiro, morador de Natal, internado três vezes, durante a década de 1940, no Hospital de Alienados com diagnóstico de alcoolismo crônico. Quem requereu sua internação na instituição foi o chefe de polícia. No preenchimento da anamnese no ato da internação, o paciente conta que foi internado por ter se embriagado e em seguida decidiu deitar-se em uma calçada. Então uns guardas que passavam no local viram-no e deram-lhe voz de prisão, levando-o para o Hospital de Alienados.

Associando a análise dos prontuários às matérias dos periódicos nos quais os psiquiatras atuantes em Natal nas décadas de 1940 e 1950 declaravam os males do álcool, por exemplo, permite-se uma visão acerca do que a psiquiatria considerava como doença mental. Não era incomum os psiquiatras se posicionarem, nas “Semanas Anti-Alcóolicas” (promovidas pela Liga Brasileira de Higiene Mental) ou nas “Semanas de Higiene Mental” (promovidas pela Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal, associação criada pelo dr. João Machado), contra o que definiam como loucura. Essas exposições objetivavam combater não só o ato de beber em si, mas também suas consequências que causavam desajustamento social com relação ao casamento, a prole e ao trabalho.

Assim, para a psiquiatria das décadas de 1940 e 1950, a embriaguez era um sinal de transtorno mental do indivíduo, causando mal a si e aos que estavam próximos, além da possibilidade de provocar desordens na sociedade. Colocava-se em reclusão para tentar de alguma forma consertar, curar, ordenar, os indivíduos que causavam tal desordem, e para isso, contavam com o apoio da polícia em algumas vezes.

Nas matérias dos periódicos potiguares, o Hospital de Alienados era concebido como um espaço indesejável com pessoas indesejáveis, ao mesmo tempo, idealizavam o projeto de construir um novo espaço de reclusão que tratasse melhor dos pacientes e que ficasse afastado do centro urbano, para que não mais causasse tanto caos e ansiedade à população, já que apenas colocar em isolamento não estava mais sendo tão efetivo. Assim, enfatizavam nas matérias a necessidade de concretizar a nova instituição de tratamento da loucura pensado pelo dr. João Machado (psiquiatra do Hospital de Alienados) nos moldes da psiquiatria social: o Hospital

⁸³ Por ser a única instituição manicomial do Rio Grande do Norte, o Hospital de Alienados recebia pacientes de todo o estado, e às vezes de estados vizinhos, como a Paraíba.

⁸⁴ O nome completo dos pacientes será ocultado, constando apenas as letras iniciais, a fim de preservar suas identidades.

Colônia de Psicopatas.

A construção do Hospital Colônia foi iniciada no ano de 1948, onde hoje é o Hospital dr. João Machado, na avenida Alm. Alexandrino de Alencar. A ideia de construir um novo espaço de reclusão foi recebida de forma bem entusiasmada pela população e pela mídia local, primeiramente porque, como já mencionado, o Hospital de Alienados era um espaço que causava ansiedade, e também por causa da matéria em tom de denúncia feita pela revista O Cruzeiro que repercutiu em todo o Brasil, gerando constrangimento para o estado potiguar. Várias foram as matérias que depositaram altas expectativas no Hospital Colônia

No mais amplo terreno do Tirol, no sopé dos morros, em ambiente propício para o tratamento dos doentes, está sendo erguido um majestoso grupo de edifícios, destinado à futura Colônia de Psicopatas. [...] A construção vai adiantada e tudo indica que dentro em breve, o velho pardieiro do Alecrim será desocupado, para satisfação de todos nós e condigna acomodação dos doentes mentais do Rio Grande do Norte. (A PRÓXIMA..., 1950).

Não era incomum a mídia fazer contraposições entre as duas instituições, definindo o Hospital de Alienados como um espaço de decadência, como “depósito de doidos”, e o Hospital Colônia de Psicopatas como local que daria um tratamento mais humano e moderno aos pacientes. No período de construção, o bairro Tirol ainda se encontrava afastado da zona urbana e populosa de Natal, assim o Hospital Colônia acabou sendo erigido num terreno distante da movimentação e da correria da cidade, cercado por dunas e mata atlântica.

Com relação ao espaço do Hospital Colônia, foi adquirido um terreno amplo de 20 hectares para sua construção, visando utilizar uma área extensa para prática da laborterapia, onde os pacientes, sob supervisão, plantavam variados gêneros alimentícios e cuidavam dos animais da pocilga e aviário, sendo estes espaços criados a partir de uma justificativa terapêutica. Além disso, havia uma sala de aula para alfabetização dos pacientes e para oficinas de artesanato, e uma área para prática de esportes. Tinha capacidade para acolher 200 pacientes no pavilhão dos pensionistas e 300 pacientes na seção de indigentes, sendo esta composta por pavilhões de delinquentes, de agitados, de calmos (para os doentes em véspera de receber alta), de sórdidos, de crianças, além de do chamado pavilhão de intercorrência, que tinha por objetivo tratar os pacientes acometidos por outras doenças durante o internamento. No Hospital Colônia, diferentemente do Hospital de Alienados, não havia grades nas janelas, além de haver um cuidado maior com os doentes do pavilhão de agitados, já que os banheiros eram do tipo “turco” e as instalações elétricas eram todas embutidas. (HOSPITAL..., 1954).

Como já mencionado acima, as obras iniciaram-se em dezembro de 1948, mas só em 1957 o Hospital Colônia foi inaugurado. Ao longo de quase uma década, as obras foram paralisadas diversas vezes por falta de verba. O descontentamento com esse atraso sempre era

exposto nos jornais locais, citando os diversos problemas do Hospital de Alienados e pedindo sua extinção.

Amonteados no que não é nada mais nada menos do que um depósito imundo de guardar doentes mentais, uns por cima dos outros, muitos deles nus por falta de roupas, constitui o Hospício de Alienados para os poucos que têm obtido permissão para presenciar aquela casa de horrores, espetáculo deprimente para os nossos fóros de capital civilizada e uma mancha negra e impiedosa que parece mostrar a todas as horas o nosso grau de atraso e de incapacidade para a solução dos graves problemas sociais de nossa época. [...] A Colônia de Psicopatas deve ter a sua construção reiniciada o quanto antes. De qualquer forma, seja porque meios fôr, e com a rapidez exigida. Não há mais tempo a perder. Como está é que não deve continuar. Uma casa onde quem entra tem até medo de ficar doido, e onde os doidos ficam cada vez mais doidos. (A CIDADE..., 1952).

Quando finalmente concluíram parte das obras do Hospital Colônia, o suficiente para que fosse possível a transferência e instalação dos pacientes do Hospital de Alienados, houve entusiasmo manifestado na mídia. Foram publicadas diversas matérias sobre as modernas instalações e o quanto os pacientes se beneficiariam disso, e do clima arborizado da região, talvez já até se sentiriam melhor só por estarem sendo transferidos de uma instituição para a outra. (HOSPITAL..., 1957). A inauguração da instituição contou com a presença de várias autoridades, inclusive com a do então presidente Juscelino Kubitschek. Este foi o fim do Hospital de Alienados.

Entretanto, nem tudo foi ruptura, algumas ações permaneceram. Por meio da análise de prontuários de pacientes internados nos dois primeiros anos de funcionamento do Hospital Colônia, pode-se afirmar que, assim como no Hospital de Alienados, no Hospital Colônia também eram colocados em reclusão os indivíduos que causavam desordem. É o caso de M.N.L, mulher, 29 anos, solteira, parda, residente em Mossoró e internada, em 1957, no Hospital Colônia, com diagnóstico de esquizofrenia. A paciente, segundo o prontuário, tinha uma vida irregular e frequentava cabarés desde os 18 anos, algo que não era condizente com uma conduta de uma mulher “respeitável”. Outro caso é o de C.F.M., homem, 26 anos, internado, também em 1957, por ser “onanista confesso”, ato considerado imoral na época, não sendo permitido nem para homens, nem para mulheres. Já F.B.S., homem, 57 anos, morador de Natal, foi internado, em 1957, com o diagnóstico de psicose exotóxica por ter se embriagado de forma exagerada, fazendo distúrbios em casa. O Secretário de Estado de Segurança Pública mandou um ofício ao diretor do Hospital Colônia solicitando a internação do paciente, que inicialmente foi “preso quando praticava desordens”.

Apesar de toda euforia e da visão que se tinha acerca da nova instituição de reclusão, como moderna e mais adequada à assistência dos loucos, pelo estudo dos prontuários pode-se

afirmar que também houve permanências de alguns tratamentos administrados no Hospital de Alienados e que continuaram no Hospital Colônia. É o caso da eletroconvulsoterapia, choque insulínico e choque cardiazólico. Todavia, no Hospital Colônia estas formas de tratamento eram utilizadas juntamente com barbitúricos, além de a instituição dar incentivo à laborterapia como forma de tratamento.

Esses prontuários têm grande potencial como fonte de análise. Segundo Bertolli (2006, p. 12), os prontuários são observados enquanto texto cultural, “no qual estão registrados os segmentos selecionados sobre as circunstâncias e os possíveis resultados de um duplo encontro”

a) primeiramente, o do saber médico, isto é, de um conhecimento teórico sofisticado e que tende a se auto-representar enquanto plenamente capacitado para a identificação e tratamento das doenças, com um objeto concreto que guarda em sua opacidade um enigma que o especialista, munido de um saber qualificado, buscará decifrar e, a partir disso, planejará estratégia que objetiva a recuperação da saúde do enfermo ou, pelo menos, o alargamento temporal de sua sobrevivência; e b) em outra instância, o prontuário também é o território alimentado pelo encontro entre dois personagens humanos e os possíveis elos de sociabilidade instituídos entre ambos. (BERTOLLI, 2006, p. 12).

A partir da análise dos prontuários é possível perceber a atuação da cultura como influenciadora na definição do que é doença mental, compreendendo como se apresentava o saber psiquiátrico de cada época, por meio da observação dos diagnósticos e tratamentos. Além disso, essa análise possibilita reconstituir, em alguns casos, as relações de sociabilidade entre pacientes, e entre estes e a equipe dirigente. Para isso, é utilizada a metodologia indiciária de Ginzburg, centrada na análise de indícios, sinais, vestígios, presentes nos prontuários, que permitem “remontar [...] uma realidade complexa não experimentável diretamente.” (1989, p. 152). Esses prontuários parecem apresentar “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’” (GINZBURG, 1989, p. 149-150), quando na verdade são “pistas talvez infinitesimais [que] permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível.” (GINZBURG, 1989, p. 150)

Para pensar nas relações de sociabilidade da instituição, pode-se utilizar o caso do paciente M.F.S., homem, 31 anos, profissão ignorada, solteiro, natural de Pernambuco, morador do Alecrim, internado inúmeras vezes, durante a década de 1940, no Hospital de Alienados de Natal. O paciente cometeu suicídio na instituição e a polícia abriu inquérito a fim de investigar o caso. Em uma série de ofícios, o delegado faz diversos questionamentos à direção do Hospital de Alienados sobre o paciente e o contexto do acontecido. Em uma dessas respostas, o dr. João Machado, então diretor, relatou em ofício anexado ao prontuário uma situação inusitada que rompe com o conceito de instituição total definida por Goffman como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da

sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (2015, p. 17-18).

O dr. João Machado informa sobre a liberdade de alguns pacientes, mais especificamente sobre a de M.F.S.

A liberdade dos doentes deste Hospital de Alienados é sempre relativa. Inobstante ter sido expontaneo o ultimo internamento de M.F.S., pois que, faminto e maltrapilho, fôra ele mesmo quem, de iniciativa e vontade propria, mendigava abrigo neste serviço ao Sr. Administrador Cândido Henrique de Medeiros, que o acolhera na melhor e mais justa das intenções, depois de cientificar a diretoria – vivia em liberdade relativa, sob vigilancia geral, como permitiam as suas condições mentaes. [...] Neste caso de M.F.S, tem-se apurado que, em virtude de se tratar de um paciente que se apresentou expontaneamente ao serviço, sem apresentar estado mental que indicasse vigilancia mais especial ou excepcional como os que são feitos quando necessários – tanto assim que até a impulsão fatal (6-V-940) havia decorrido mais de um ano (internado em 31-V-939 [...]) sem que o paciente merecesse maiores cuidados – gozava o paciente de maiores regalias, compatíveis com o estado mental apresentado, recebendo permissão do Sr. Administrador Candido H. de Medeiros, para efetivar trabalhos outros fora deste Hospital. (Ofício nº 111 de 16-9-1940 anexado ao prontuário de nº 3739)

Por meio dessa documentação, é possível notar as relações estabelecidas dentro da instituição, que vão além da conhecida relação de poder. Mesmo que M.F.S. tenha recebido o diagnóstico de psicose maníaco-depressiva, ganhou confiança suficiente da equipe dirigente para ser permitida sua saída para trabalhar fora do Hospital de Alienados. Como já mencionado, essa situação decorria de forma semelhante, porém não no mesmo nível, aos pacientes mais calmos e obedientes que recebiam funções dentro da instituição, demonstrando a existência de uma gradação da confiabilidade e da liberdade.

É interessante perceber a riqueza de informações que os prontuários têm a oferecer, possibilitando compreender aspectos das duas instituições que não eram apresentados de forma direta em outros tipos de documentação, como o jornal. Os periódicos sabiam dos problemas do Hospital de Alienados, sabiam como seria o novo espaço do Hospital Colônia, todavia não conheciam o cotidiano das instituições e as relações sociais que se desdobraram a partir dos encontros, seja do médico com o paciente ou entre pacientes.⁸⁵ Logo, a única documentação encontrada que relata sobre esses aspectos são os prontuários. Por meio do olhar treinado do historiador é possível recriar toda uma dinâmica social e espacial de ambas as instituições.

Ademais, a relevância da análise das respostas dadas pelos pacientes aos médicos, durante a entrevista, vai para além do objetivo de compreender como esses pacientes viam a

⁸⁵ Foram encontrados prontuários de pacientes com grau de parentesco próximo, como mãe e filho, e também fichas médicas que relatam amizade entre pacientes.

sociedade e sua própria experiência em face da loucura, mas também nos mostra a convergência dos significados médicos e sociais da loucura do período estudado. (MOLINA, 2009, p. 75). Aqui pode ser usado como exemplo o caso de C.C.N., homem, 21 anos, branco, solteiro, auxiliar de comércio, internado com o diagnóstico de personalidade psicopática e alcoolismo agudo, na década de 1940, no Hospital de Alienados. O dr. João Machado aplicou-lhe testes para avaliar se havia algum tipo de deficiência mental, e as respostas do paciente contribuiu para a definição do diagnóstico. Um dos testes analisava as respostas dadas às frases incompletas elaboradas pelo médico⁸⁶:

O trabalho é a fase da prosperidade; Dignidade é riqueza; O álcool é prejudicial a saúde, e bem assim a moral; Só se pratica um crime quando não se tem prudência; O amor materno é doce e inacabável; Um bom filho merece aprausos de seus paes assim como da sociedade. (Teste respondido pelo paciente C.C.N.)

Além desse teste, C.C.N. também teve de responder a testes de raciocínio com perguntas como “o que pesa mais, um quilo de chumbo ou um quilo de algodão?” ou “tendo 482 bananas e dando 20 ovos, quantas bananas ficam?”. Dependendo do que o paciente respondesse, o médico atribuía-lhe uma ausência ou presença de deficiência mental, e caso houvesse deficiência, qual seria o nível dela. Molina (2009, p. 75-76) afirma que as narrativas construídas pelos pacientes, durante as entrevistas, articulavam a linguagem e as expectativas de respostas para dar aos médicos – tentando os convencer de sua sanidade –, expressando suas próprias noções de loucura, corpo e sociedade. Nessa documentação pode-se ouvir as vozes dos loucos, de suas famílias, dos médicos e com isso perceber quais os critérios culturais que determinavam o limite entre loucura e sanidade.

Em virtude do que foi mencionado, por meio da análise dos periódicos potiguaros das décadas de 1940 e 1950, conclui-se que o Hospital de Alienados surgiu com a função inicial de segregar os que não se adequavam às normas sociais e de tratar as desordens mentais, entretanto sofreu com a falta de auxílio governamental, resultando nos diversos problemas já mencionados, e consequentes críticas da população geradas pela ansiedade que a instituição causava. Portanto, a instituição nova recebeu todo apoio para ser construída, apoio esse estimulado pelo desejo de extinguir o que já não era mais tão efetivo como forma de controlar o caos. No que diz respeito ao Hospital Colônia, este foi construído longe do centro urbano de Natal, assim como um dia havia sido o Hospital de Alienados, e apesar de ter assumido também a tarefa de colocar em reclusão os causadores de desordem, a instituição tinha uma preocupação

⁸⁶ As palavras que estão sublinhadas são as respostas dadas pelo paciente às frases incompletas elaboradas previamente pelo médico.

mais terapêutica do que de reclusão com relação aos pacientes, colocando em prática outros tipos de tratamento como a laborterapia. Além disso, através desses periódicos foi possível recriar a disposição espacial das instituições mencionadas, viabilizando a análise das práticas e dos saberes médicos, além dos discursos que as contrastavam. Por fim, ressaltou-se a importância da documentação médica, especificamente dos prontuários, para reconstituir a dinâmica social e os encontros entre médicos e pacientes, possibilitando entender tanto as experiências pessoais dos pacientes quanto o que a psiquiatria definia como loucura.

Fontes

A CIDADE. **Diário de Natal**, Natal, 04 abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028711_01/36636>. Acesso em: 20 jan. 2021

A PRÓXIMA instalação da Colonia de Psicopatas, libertará os nossos doentes mentais da situação angustiosa em que se encontram. **Diário de Natal**, Natal, 04 jun. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028711_01/32708>. Acesso em: 05 jan. 2021

HOSPITAL Colonia, uma obra que engrandece o Estado. **O Poti**, Natal, 20 nov. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/031151_01/820>. Acesso em: 15 jan. 2021.

HOSPITAL Colonia, um monumento para o Rio Grande do Norte. **Diário de Natal**, Natal, 18 set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028711_01/1100>. Acesso em: 23 jan. 2021

VIDA pior que a morte. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1948. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/003581/58866>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

Bibliografia

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Prontuários médicos e a memória da saúde brasileira. **Boletim do Instituto de Saúde**, n. 38, p. 12-15, abril, 2006.

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro**: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal-RN. 2005.187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MOLINA, André R. Un mesías, ladrón y paranoico en el Manicomio La Castañeda. A propósito de la importancia historiográfica de los locos. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, nº 37, p. 71-96, Janeiro-Junho, 2009.

SUCAR, Douglas Dogol. **Nas Origens da Psiquiatria Social no Brasil:** Um corte através da História do Rio Grande do Norte. Natal: Clima, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo.** São Paulo: Unesp, 2005.

O SERTÃO POTIGUAR SOB A ÓTICA DO JORNAL *A ORDEM* (1942-1943)

Tuylla Rayane T. da Cunha¹

INTRODUÇÃO

O sertão nordestino passou a ser caracterizado como o espaço da escassez de chuvas e da pobreza, onde as populações vivem da caridade de particulares e das obras desenvolvidas pelos poderes públicos com o intuito de socorrer as populações flageladas. Tal característica atribuída a esse espaço sertanejo é resultado justamente dos períodos em que a ausência de chuvas provocou enormes problemas sociais para as famílias sertanejas que retiravam o seu sustento da criação de animais e da agricultura, atividades essas dependentes dos fatores climáticos para a obtenção de êxito.

Além disso, um dos meios que ajudou a propagar a ideia de um sertão “seco” foram as matérias veiculadas pelos meios de comunicação, com destaque para os jornais, que, através de suas edições, apresentavam a situação em que se encontravam determinadas áreas do Nordeste brasileiro nos períodos de estiagem, assim como as ações empreendidas pelas autoridades e por setores da sociedade para socorrer as populações atingidas pelas secas.

Nesse sentido, discute-se, neste artigo, a forma como o sertão do Rio Grande do Norte é apresentado no periódico potiguar *A Ordem*, especificamente no período de 1942 a 1943, quando alguns Estados do Nordeste vivenciaram uma seca, que coincidiu com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e com a formação do Exército da Borracha, responsável por realizar a extração do látex, matéria-prima que seria extraída nos seringais amazônicos e encaminhada para os países Aliados. Além disso, busca também analisar a origem desse jornal e sua influência ideológica, assim como identificar o seu posicionamento diante do contexto político vivido naquele período, o Estado Novo de Getúlio Vargas, e seu projeto de ocupação dos “espaços vazios” do território brasileiro, mais especificamente o Vale Amazônico.

O jornal potiguar *A Ordem*

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço de e-mail: tuyllarayane@gmail.com.

A fundação desse periódico está relacionada com a criação de uma revista de mesmo nome no Rio de Janeiro, na década de 1920. Segundo Furlin e Aguiar

A revista tinha por objetivo principal a difusão do partidário católico, proselitismo propriamente dito, combatendo assim doutrinas religiosas diversas para garantir a hegemonia católica sobre as demais e, também, para reforçá-la no seio da população, já que desde o advento da República, a Igreja estava afastada do poder do Estado. (2018, p. 103)

A criação da revista *A Ordem*, no Rio de Janeiro, é resultado dos esforços empreendidos por Dom Sebastião Leme (arcebispo do Rio de Janeiro) e pelo diretor do Centro Dom Vital, Tristão de Ataíde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima). Esses esforços procuravam em certa medida promover uma reaproximação entre Igreja e Estado/Sociedade, uma vez que a Igreja havia se distanciado do cenário político brasileiro com a proclamação da República. Dessa forma, através da imprensa, os ideais católicos acabariam por chegar mais facilmente aos lares das famílias brasileiras, e se fazer presente em seu cotidiano.

Inserida num contexto político específico da história brasileira – transição dos governos oligárquicos para a Era Vargas –, essa reaproximação também acaba acontecendo com a vida política, quando a Constituição de 1934 estabelece o Ensino Religioso no currículo nacional, fazendo com que a Ação Católica Brasileira² se aproximasse dos ideais do governo Vargas, “permitindo a chamada ‘restauração católica’. Para tanto, a Congregação Mariana dos Moços funda em 1935 na Diocese de Natal o jornal *A Ordem*”. (FURLIM; AGUIAR, 2018)

Inclusive, uma das ações desenvolvidas pela Igreja com o auxílio da Ação Católica foi promover o combate ao avanço das ideias comunistas no interior da sociedade brasileira, tornando-se uma forte aliada das elites no país. No Rio Grande do Norte, o jornal *A Ordem* foi fundado no dia 14 de julho de 1935, a partir do empenho da Diocese de Natal, à qual a Congregação Mariana dos Moços³ estava vinculada e que também empenhou seus esforços na fundação do mesmo. Os objetivos do referido jornal católico, nos dizeres de Melo, era

[...] contribuir para restabelecer a ‘ordem’ em todas as atividades humanas, iniciando-se pelo indivíduo e perpassando pela família, escola, corporações, economia, política, ciência, arte, direito, sociedade, ideias, costumes e, inclusive, pela fé, este jornal deveria alcançar essas metas sem estabelecer nenhum vínculo partidário, buscando atingir os mais elevados ideais, de acordo com os preceitos da Ação Católica. Assim, ele demonstrava ter propósitos de ação educativa e, também, doutrinária. (2002, p. 36)

² Ação Católica Brasileira é uma associação civil criada por D. Sebastião Leme, em 1935, seguindo as orientações papais de ampliar a militância católica leiga. Foi extinta em 1966, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

³ A Congregação Mariana dos Moços é um órgão fundado pelos jesuítas no século XVI com a finalidade de arregimentar militantes católicos de várias faixas etárias, voltando-se principalmente para jovens adultos. Seu braço fundado em 1932, na Diocese de Natal, tinha objetivos específicos relacionados às atividades de imprensa.

O jornal *A Ordem* vivenciou três períodos de circulação no Rio Grande do Norte: o primeiro período vai de 1935 (ano de sua fundação) até 1953 (quando saiu de circulação pela primeira vez), quando circulou como jornal diário; o segundo período começa em 1962 e vai até 1967, durante o qual circulou como semanário; o terceiro, por sua vez, teve início em 1999 e continua atualmente, abordando apenas assuntos de natureza religiosa. Este órgão também teve destaque nas relações entre Igreja e política, principalmente nos dois primeiros períodos em que circulou no Rio Grande do Norte. Além de acompanhar aspectos da política local, nacional e internacional, diversas vezes publicava artigos combatendo o comunismo, e mostrava que sua orientação política seguia os preceitos da Igreja Nacional, ou seja, acatava a política governamental com o propósito de evitar conflito com as elites, com as quais mantinha intensa ligação.

A própria denominação do jornal revela sua orientação ideológica, como bem aponta Melo

Percebe-se claramente que este nome foi inspirado no Positivismo (não por acaso), concepção teórica que buscou justificar e consolidar a ordem social liberal burguesa no século XIX. Nos campos econômico e político ou na ciência, a teoria positivista sustentava a ideia de ordem e progresso. Seu idealizador, Auguste Comte, desenvolveu o conceito de ordem no sentido de comando, de arranjo, de princípio ético que devia ser assegurado pelas elites. Os pressupostos básicos desta teoria eram: ordem, propriedade, moral, família, religião, progresso, pátria e trabalho. Esses princípios eram defendidos com vigor pela Igreja Católica em suas ações, o que se evidencia nos objetivos que o jornal *A Ordem* deveria alcançar. (2002, p. 36)

Torna-se importante observar que a reaproximação entre Estado e Igreja Católica beneficiaria a ambos os lados. Para a Igreja, havia a possibilidade do usufruto dos benefícios materiais advindos do aparelho estatal, enquanto o Estado usufruiria da legitimidade oriunda da religião que contava com o maior número de seguidores no país. Como Moraes explica, “os poderes locais viam na Igreja a possibilidade de ganharem legitimidade e fortalecerem o exercício do poder. Tal fortalecimento do poder local, para a Igreja, também é uma forma de se antecipar e barrar a influência de novas ideologias e filosofias concorrentes”. (MORAIS, 2017)

Há ainda o fato de que neste período, o projeto político centralizador de Getúlio Vargas precisava de apoio para se estabelecer, uma vez que as antigas forças oligárquicas ainda não haviam sido definitivamente desalojadas do poder mesmo com a instalação das

interventorias. Esse apoio, por sua vez, partiria da Igreja, interessada em recuperar o espaço político perdido com a proclamação da República, quando outras correntes religiosas começaram a concorrer com os católicos. Dessa forma

Com interesses recíprocos, o projeto varguista foi auspiciado pela Igreja Católica, com quem passou a ter uma relação de parceria, produzindo, então, um sentido sacralizado para a política, visualizado através do uso de símbolos religiosos que legitimam seu poder e o da Igreja enquanto representantes da política brasileira. Ao usar a alegoria do corpo indivisível e harmonioso para falar da nação, associando a uma totalidade orgânica, Vargas se coadunava com os interesses da Igreja, para a qual o uso desta alegoria remonta há séculos, a exemplo do que dizia Tomás de Aquino sobre o Corpo Místico de Cristo, cuja cabeça que o dirige é o Papa, representante máximo da Igreja. Esta cabeça, no entanto, era parte constitutiva e sem contradições em relação ao todo. Estes recursos, de fácil leitura para a audiência católica, descolavam-se para pensar a nação, na qual a ‘cabeça’ dirigente era Getúlio Vargas”. (MORAIS, 2017, p. 42-43)

Observando essa relação de conveniência entre Estado e Igreja, não é à toa que o jornal potiguar *A Ordem* se transformou praticamente num porta-voz do governo Vargas, elevando a imagem do chefe da nação quase a um nível sagrado e se posicionando favoravelmente às suas ações, principalmente no período em que o país vivenciava o Estado Novo, quando a interferência estatal se fazia sentir nos meios de comunicação, através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado durante o Estado Novo e que procurava eliminar quaisquer publicações que não se inserissem na cartilha ideológica do então governo brasileiro.

A seca de 1942 no sertão potiguar e as matérias do jornal *A Ordem*

Em 1942, diversos municípios potiguares vivenciaram uma seca que se estendeu até 1943, deixando centenas de sertanejos em situação de dificuldades. Nesse contexto, o jornal *A Ordem* procurava evidenciar a situação de calamidade dos mesmos, assim como apresentar a prontidão das elites do Estado, das autoridades estatais e do próprio presidente Vargas em colaborar para amenizar o padecimento dos sertanejos.

Apesar de algumas edições apresentarem notícias sobre o registro de chuvas em vários municípios do Estado, estas não se fizeram suficientemente abundantes a ponto de evitar problemas como o abastecimento de água e crise na agricultura em diversas localidades, sendo que uns foram mais atingidas pelos problemas gerados pelas poucas chuvas do que outros.

Nas edições de janeiro de 1942, já é possível encontrar notícias sobre o esgotamento das fontes de abastecimento de água em alguns municípios, cujas populações se dirigem ao

jornal, para que as autoridades competentes tomem conhecimento da situação de dificuldade que a falta de água estava a provocar a essas populações. Tais situações podem ser encontradas em edições de praticamente todos os meses do ano de 1942.

Nas edições em que se apresentam a repercussão da seca nos municípios potiguares, geralmente a matéria está localizada logo nas primeiras páginas, e o título da manchete apresenta-se com letras grandes e bem destacadas, como que para chamar a atenção do leitor para as informações contidas naquela matéria. Sobre essas “estratégias de visibilidade”, José D’Assunção Barros explica que

Para o historiador que aborda as mensagens e conteúdos presentes em uma fonte periódica, o lugar físico da matéria jornalística, dentro de uma disposição espacial oferecida pelo exemplar do jornal, é um elemento capital para a análise que será desenvolvida. É de fato imprescindível adquirir uma clara consciência acerca do lugar no qual se encontra a notícia ou informação que está sendo analisada. A página e a posição da página, o caderno em que se encontra o texto em análise, bem como uma noção lúcida e atenta sobre as implicações trazidas pelas demais matérias que o circundam, constituem por certos fatores essenciais a serem considerados pelo analista historiográfico. A posição física de uma determinada matéria jornalística, que geralmente nada tem de gratuito, já nos diz muito sobre sua valorização e visibilidade. A primeira página – que ficará exposta na banca mesmo para aqueles que não pretendem adquirir um exemplar do jornal – é obviamente o lugar de maior destaque. (2019, p. 222-223)

Por exemplo, um correspondente do jornal *A Ordem* informa sobre a morte de um agricultor, vítima de inanição, no município de Caraúbas:

Do nosso correspondente em Caraúbas recebemos o telegrama abaixo:

CARAUBAS, 15 – Redação A ORDEM – Natal

O sr. Rosendo Fernandes distribuiu ontem pelos pobres 600 litros de milho e feijão para plantio. Reina muita fome entre os pobres devido à falta de cereais e absoluta falta de serviço. Uma vítima de inanição sepultou-se ontem aqui, era pobre agricultor. Apelo para esse jornal clamar urgente perante o governo afim minorar esta tristíssima situação. Correspondente. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Mais um caso que chama a atenção pela escolha das palavras inseridas no texto é o relato da situação do município de Apodi. Segundo o mesmo, os quadros observados diariamente na cidade eram descritos como sendo dantescos:

Recebemos:

APODI, 23 - Redator A ORDEM – Natal

Apodienses por intermédio do seu prefeito fazem um apelo a esse órgão da imprensa brasileira afim de patrocinar a causa da população flagelada deste município junto à comissão encarregada de angariar socorro para as vítimas da seca, lembrando a situação de penúria aqui existente, atingindo grande parte população. Quadros verdadeiramente dantescos observa-se diariamente aqui. Crianças mirradas e famintas, mulheres cobertas de farrapos e homens esqueléticos percorrem as ruas da cidade pedindo pão. O recurso do erário público municipal foi extinto. O governo do Estado tudo tem feito para minorar

a situação, porém dado as proporções da calamidade tudo é insignificante diante do grande número de flagelados aqui existentes. A municipalidade já dispendeu de seus cofres mais de cinco contos em serviços de emergência desde início de Março a última folha de pagamentos semanal atingiu mais de dois contos. Confiante ser patrocinada a causa das vítimas desta região, antecipo agradecimentos por esse ato de sentimento cristão. Sds. ORIGENES MONTE. Prefeito. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

O jornal, em tempos de calamidade, se transforma em um importante “porta-voz” dos grupos populacionais que são atingidos por diversos problemas. No caso em questão, foi possível verificar que as populações sertanejas procuravam as sedes do jornal para tornar visível suas dificuldades e fazer ouvir os seus apelos, assim como os prefeitos dessas cidades. Na interpretação Rios,

Tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois entre o flagelado e o jornalista havia uma relação imediata. Afinal, uma audiência entre uma família de flagelados e governantes era algo quase impossível de acontecer” (2014, p.27)

Dessa forma, o jornal se tornou um meio constante de se fazer apelos em prol dos flagelados, e em muitos desses apelos, se faziam presente reivindicações de obras que empregassem os braços desocupados dos flagelados, até mesmo como uma forma de amenizar as tensões e evitar o deslocamento em massa para a capital ou seu encaminhamento para regiões mais distantes.

Inclusive, para endossar o caráter de urgência da situação, o jornal ainda utilizava a figura dos padres no sentido de que estes também pediam que o clamor angustioso do público se fizesse ouvir e chegasse ao conhecimento das autoridades, para que as devidas providências fossem tomadas o mais rapidamente possível. Tal fato também demonstra a proximidade alcançada pela Igreja Católica junto à população que mais apresentava necessidades, ou seja, as camadas mais humildes da sociedade, assumindo também o papel de “porta-voz” perante a imprensa e as autoridades, “intercedendo” em nome dessas famílias atingidas pela seca. Nesse caso, temos o exemplo do apelo em nome da população de Angicos:

Em nome da população de Angicos, algumas pessoas (entre elas, padres) pedem chegar ao conhecimento das autoridades competentes o clamor angustioso do público pela falta de água potável na cidade. As fontes de abastecimento se esgotaram completamente. Esperam urgentes providências. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Com o propósito de oferecer destaque às matérias, boa parte destas eram impressas em locais de boa visibilidade na página do jornal, e por vezes chegavam a ocupar um espaço considerável da mesma, para tornar bastante visível as ações empreendidas pelas autoridades para minimizar as consequências do flagelo da seca. Dessa maneira, as edições apresentavam as obras aprovadas para serem iniciadas, a visita de técnicos responsáveis pelas obras e os valores investidos para a realização das mesmas.

Uma das manchetes, por exemplo, noticia a concessão de um crédito de 16 mil contos para obras de emergência. A matéria informa que o Interventor Rafael Fernandes havia conseguido esse crédito para obras de emergência no Nordeste:

O dr. Aldo Fernandes recebeu comunicação do Interventor Rafael Fernandes de que está sendo processado um crédito de 16 mil contos de réis para obras de emergência no Nordeste, e que, para melhor atender às necessidades do Rio Grande do Norte, o dr. Vinícius Berredo, Inspetor de Secas, já autorizará início dos serviços de retificação da estrada de rodagem Acarí-Jardim- Caicó, e de construção da rodovia ligando Caicó a Catolé do Rocha. (A Ordem, 1942, p. 1)

Diante desse quadro criado pela seca de 1942 e tão amplamente noticiado pelas páginas do jornal *A Ordem*, setores da sociedade natalense, juntamente com o governo do Estado e particulares se reuniram para fundar a Campanha de Assistência aos Flagelados, como propósito de arrecadar doações (fossem doações financeiras ou em gêneros alimentícios) que seriam distribuídas às famílias sertanejas atingidas pela fome, assim como tomar outras medidas que se fizessem necessárias durante o período da seca para atender a essas famílias. Essas doações também eram direcionadas para o Dispensário Sinfrônio Barreto, encarregado de auxiliar os mendicantes da cidade e, também, os flagelados da seca, distribuindo alimentação e remédios. As ações dessa campanha eram cotidianamente abordadas nas edições do jornal, informando datas de reuniões, assuntos discutidos, valores arrecadados e o destino dessas doações:

Esteve reunida, ontem, às 19,30, no Palacio do Governo, a Comissão Geral e Executiva de auxílio aos flagelados. Presidiu a reunião o dr. Joaquim Inacio. O sr. Aluizio Alves, secretário da Comissão Executiva, leu um telegrama de Caicó narrando as ocorrências ultimamente ali verificadas, onde os famintos estão invadindo propriedades e matando gado para comer. [...] Ainda pelo secretário foi lida uma sumula dos donativos até ontem recebidos, onde se verifica que a campanha vem tendo franca aceitação por parte de toda a população. Já foram arrecadados em dinheiro 17:800\$000, e em gêneros 50 caixas de sabão e 10 sacos de açúcar. A seguir o dr. Joaquim Inacio fez uma exposição de como a Prefeitura de Natal vem auxiliando os necessitados, lamentando não poder fazer de mais amplo, devido à exigidez de verbas. [...] Ficou deliberado o envio imediato de dinheiro aos municípios mais seriamente prejudicados, que no momento são Lages, Caicó, Santana do Matos e Jucurutú, que receberão, o primeiro três e os últimos 2 contos de réis cada, num total de nove. (A Ordem, 1942, p. 1)

De fato, o jornal procura evidenciar as boas ações realizadas pela elite natalense e autoridades envolvidas na Campanha de Assistência aos Flagelados, transmitindo a ideia de que a caridade poderia ser um dos elementos capazes de solucionar a crise vivida pela população sertaneja.

As ações presidenciais voltadas para amenizar o flagelo da seca sobre os potiguares também são evidenciadas nas páginas do periódico, pois, enquanto um meio de comunicação que estava em sintonia com o governo brasileiro, precisava destacar as atitudes do chefe da nação para socorrer os seus “protegidos”, mergulhados em grandes dificuldades, mas agraciados pelas iniciativas de seu redentor. Exemplo disso, temos o anúncio da criação de três decretos assinados pelo presidente da República, abrindo novos créditos para as obras contra as secas nos sertões nordestinos:

RIO, 16 (AN) – O presidente da República assinou três decretos, abrindo novos créditos para as obras contra as secas nos sertões nordestinos. O primeiro desses decretos abre crédito de 4.500 contos para as despesas com construção de uma ligação rodoviária entre João Pessoa e Natal, passando pelas localidades sertanejas de Itapoá, Sapé, Araçá, Alagoinha, Guarabira, Pípirituba, Campestre, etc. O segundo decreto abre o crédito de 2.000 contos para ser movimentado pelo Conselho de Imigração e Colonização para despesas com medidas de transporte e localização de trabalhadores nordestinos que queiram transferir-se para a Amazônia. O terceiro decreto abre crédito de 1.800 contos, para a execução imediata de obras destinadas a melhorar as condições de navegabilidade da barra do porto de Natal. O Presidente da República determinou que todos esses créditos fossem imediatamente aplicados nas obras a que se destinam, para dar serviços aos sertanejos atingidos nas regiões da seca. O Conselho de Imigração e Colonização aplicará 2.000 contos que lhe foram destinados no transporte e localização dos retirantes que se destinam à Amazônia, onde, segundo já foi amplamente noticiado, lhes serão proporcionadas todas as facilidades de vida e de trabalho. (A Ordem, 1942, p. 1)

Outra alternativa colocada em ação pelas autoridades – principalmente o governo federal – para atender aos flagelados foi oferecer passagens e transporte para as populações sertanejas que optassem pela migração, tendo como destino o Norte do país. Essa prática já se fazia atuante há bastante tempo, resultando na fixação de centenas de nordestinos em diversas áreas do Norte do Brasil, tanto em cidades como também em áreas próximas aos seringais.

Inclusive, durante o primeiro “boom” da borracha vivenciado pelo Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX, a atividade de extração do látex se tornou uma atividade bastante lucrativa, atraindo a atenção de um grande número de famílias sertanejas oriundas do Nordeste para aquelas localidades.

É válido ainda ressaltar que esse processo migratório em direção ao Norte foi impulsionado, principalmente, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando colocou-se em prática o esforço de guerra no sentido de extrair látex para o abastecimento da indústria bélica dos Aliados. Esse esforço de guerra foi resultado da assinatura dos Acordos de Washington, estabelecido entre Brasil e Estados Unidos, que concedia ao Brasil

[...] Além de empréstimo para o projeto siderúrgico brasileiro, dinheiro para a aquisição de novos equipamentos militares e a promessa de envio de tanques de guerra e metralhadoras antiaéreas. Empréstimos também para o desenvolvimento de matérias-primas e materiais fundamentais para a indústria de guerra americana. Entre eles, a borracha, considerada agora um dos mais estratégicos materiais para a guerra. Daí em diante, seringais deveriam ser reabertos, mão de obra mobilizada e toda a produção nacional desse produto enviada para os países Aliados (ARAÚJO; NEVES, 2015, p. 27).

Tal acontecimento coincidiu com a seca de 1942 no Nordeste brasileiro, o que fez o governo Vargas incentivar a inserção dos nordestinos no Exército da Borracha, como forma de oferecer-lhes uma ocupação, e também promover a ocupação do Vale Amazônico, tido como um vazio demográfico e uma fonte de riquezas a ser explorada.

Dessa forma, resolver-se-ia o problema provocado pela seca em algumas áreas do Nordeste, reduzindo, assim, o quadro de tensões sociais provocado pela escassez de água, de trabalho e de comida; resolver-se-ia a questão da mão-de-obra a ser encaminhada aos seringais amazônicos como parte do esforço de guerra, e também promover-se-ia o projeto de ocupação dos “espaços vazios” existentes no território brasileiro, mas à custa do suor e das incontáveis vidas que foram direcionadas para a região Norte do país.

Conclusão

No período discutido neste texto, foi possível observar as condições de dificuldades em que se viram inseridos alguns municípios potiguares, em decorrência da seca de 1942, que provocou mais um quadro de calamidade para centenas de famílias sertanejas. Também se verificou a repercussão dessa seca nas páginas do periódico *A Ordem*, que, além de tornar conhecido para o público a situação daqueles municípios, também divulgava as ações promovidas por padres – no sentido de pedir socorros às autoridades através do jornal –, por grupos particulares, pelas autoridades municipais, estaduais e pelo próprio presidente Vargas, para auxiliar às famílias sertanejas vítimas da seca.

Por fim, foi possível perceber que essas populações nordestinas prejudicadas pela escassez de chuvas do período já citado, foram as mesmas que empreenderam a extração do látex amazônico a ser enviado para os países Aliados, em decorrência da assinatura dos Acordos de Washington, atividade essa, inclusive, bastante enaltecida pelas edições do já referido periódico potiguar, e também as mesmas que foram inseridas no projeto de povoamento do Vale Amazônico, a fim de ocupar os “espaços vazios” – assim eram chamadas as áreas de baixa densidade demográfica – e contribuir para o desenvolvimento econômico daquela região e da Nação brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinícius. **Soldados da borracha**: os heróis esquecidos. Fortaleza: Irê Brasil, 2015.

BARROS, José D’Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas. In: _ . **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. p. 179- 252.

FURLIM, Marcelo; AGUIAR, Rafael Henrique Colavite de. **As vias doutraconservadorismo entre 1935 e 1945**: o jornal A Ordem – RN. In: Cadernos de Educação, v.17, n. 35, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/9350>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte**: apontamentos teórico metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. In: Revista Bilros. v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

MELO, Rosana Karla Bezerra de. **A Ordem**: jornal, gente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964). UFRN, 2002. Monografia para a conclusão da disciplina Pesquisa Histórica II do curso de História.

MORAIS, Patrícia Wanessa de. **As colunas da ordem**: imprensa, identidade e atuação política da Igreja Católica norte-rio-grandense (1935-1936). 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23873>. Acesso em: 10 de julho de

2020.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

Jornal A Ordem (1942-1943)

As repercussões da crise em Caraúbas. *A Ordem*, Natal, nº 01903, 18 de fev. de 1942. p. 1. O prefeito de Apodi faz um apelo por intermédio do *A Ordem*. *A Ordem*, Natal, nº 01956, 24 de abr. de 1942. p. 1.

Esgotadas completamente as fontes de abastecimento d'água em Angicos: urgentes providências pede a população daquela cidade às autoridades competentes. *A Ordem*, Natal, nº 01889, 29 de jan. de 1942. p. 1.

Um crédito de 16 mil contos para obras de emergência no Nordeste. *A Ordem*, Natal, nº 01938, 31 de mar. de 1942. p. 1.

Socorro aos flagelados. *A Ordem*, Natal, nº 01952, 18 de abr. de 1942. p. 1. Socorro aos flagelados. *A Ordem*, Natal, nº 01951, 17 de abr. de 1942. p. 1

**TRAJETÓRIAS E PARTICIPAÇÃO NAS GUERRAS DOS PALMARES E
GUERRAS DOS BÁRBAROS NO PROCESSO TERRITORIALIZAÇÃO DAS
CAPITANIAS DO NORTE (1654-1709)**

Tyego Franklim da Silva¹

A segunda metade do século XVII nas Capitanias do Norte² do Estado do Brasil, do ponto de vista das ações de conquista e expansão do território português na América, foi caracterizado por dois grandes movimentos bélicos: as guerras contra os mocambos de Palmares e os conflitos do fenômeno que a historiográfica chama de Guerra dos Bárbaros³, eventos militares promovidos pela Coroa no sentido de garantir sua posse, sobretudo após a expulsão dos neerlandeses, em 1654. Estes dois eventos tiveram como elemento comum a ação de homens cuja vida estava diretamente vinculada às ações de combate em terços, os bandeirantes ou sertanistas.

Este capítulo abordar o estudo nomes e trajetórias dos homens que atuaram tanto nos conflitos de Palmares quanto nas ações de conquista contra os índios na Guerra dos Bárbaros, com o objetivo de apresentar a possibilidade de análise do processo de territorialização das Capitanias do Norte a partir de, além das ações de conquista, o interesse de fixação desses indivíduos nas terras conquistadas, verificando de que forma a ação deles nos conflitos implicou no estabelecimento de lugares de conquista e colonização no espaço.

Partir-se-á da principal motivação que os bandeirantes ou sertanistas recebiam para combater nos conflitos da Coroa: a possibilidade de – a partir de seus feitos em nome do Rei – poder solicitar mercês régias para si e seus herdeiros, mercês que incluíam a possibilidade

¹ Doutorando em História – PPGH/UFRN; Bolsista de Demanda social – CAPES. Endereço de e-mail: tyegofranklim@gmail.com.

² O termo “Capitanias do Norte” é utilizado para se referir às quatro capitanias litorâneas da porção norte do antigo Estado do Brasil, a saber: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Siará Grande. Para mais informações sobre o termo, vide: ALVEAL, Carmen. 2014. Capitanias do Norte, in SERRÃO, J. V., MOTTA, Márcia e Miranda, S. M. (dir), **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2014. v. 023.

³ O termo “Guerra dos Bárbaros” aparece em documentos de época para se referir aos conflitos entre os colonizadores e grupos indígenas hostis à colonização e passou a ser empregado pela historiografia para se referir aos eventos com essas características que ocorreram desde a Bahia até o Maranhão na segunda metade do século XVII. Porém, devido à conotação negativa que o termo “bárbaros” – aplicado pelos portugueses – remete aos grupos indígenas, tem-se buscado formas de se referir aos conflitos de forma mais geral, como “guerra de conquista dos sertões” ou ainda de forma mais específica (por localidade onde ocorreram) ou como “guerra de conquista dos sertões do Rio Grande”. Esse assunto ainda está em discussão.

ascensão na carreira militar por meio de cartas patente, a obtenção de cargos no aparato administrativo da colônia e, sobretudo, a concessão de terras em sesmarias. Serão consultados fundos documentais que permitem verificar esse interesse dos sujeitos envolvidos nos conflitos em se estabelecerem nessas áreas, tais como cartas de concessão de terras dos fundos de sesmarias das Capitanias do Norte e os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, relativos às ações bélicas no período.

Pensar Pernambuco, territórios e *homens de armas* entre guerras

Pernambuco inicia o século XVII com um cenário de organizações militares contra os diversos mocambos nas serras da capitania, na região de Porto Calvo. É na virada do século que as ações de combate e repressão aos escravos fugitivos começam a ganhar mais destaque nos interesses da Coroa portuguesa e das autoridades coloniais. Segundo Flávio Gomes, começaram as mobilizações para a destruição dos mocambos ainda no ano de 1602, com uma tropa oficial “enviada para aquelas serras – a primeira expedição punitiva de que se tem notícias contra Palmares” (GOMES, 2005, p. 55). As dificuldades das primeiras expedições do século XVII consistiam na boa proteção que os *palmaristas* encontram nas matas densas e por ser uma região de difícil acesso.

Do alto das serras, os *palmaristas* tinham boa visibilidade da região e eram capazes de detectar investidas contra os grupos com antecedência, assim como empregavam armadilhas para dificultar a aproximação das tropas organizadas pela administração colonial (*idem*, p. 56). A realidade era de pouco sucesso por parte das autoridades coloniais em reprimir os mocambos e de se evitar – por parte dos senhores de engenho – a continuação das fugas de escravos das fazendas para a região palmarina.

A historiografia recente tem enfatizado a questão das Guerras dos Palmares como uma série de movimentos bélicos contra os quilombos formados por negros escravizados na América portuguesa que fugiram e formaram mocambos na região dos Palmares, nas Alagoas, capitania de Pernambuco. Busca-se sair das interpretações que estabeleceram o conflito como um único movimento bélico, ressaltando a ocorrência de diversas expedições militares ao longo da existência dos mocambos e variadas intensidades nas ações de conquista do território pelos luso-brasileiros (MENDES, 2011, p. 11).

A partir da década de 1630, a situação administrativa de Pernambuco muda completamente com a ocupação da capitania pelos holandeses. Uma invasão inserida nos contextos socioeconômicos das potências europeias e que teve fundamental importância para a situação conflituosa entre as autoridades coloniais e os negros dos mocambos. Desde 1580,

devido questões de sucessão dinásticas, Portugal integrava as possessões do reino espanhol e, consequentemente, suas colônias na América também estavam inseridas neste contexto. Tal período, conhecido na historiografia como União das Coroas Ibéricas, estendeu-se até 1640, provocando consequências diretas à colônia portuguesa (MORAES, 2001, p. 109).

Devido a guerra contra a Espanha – uma consequência direta da União das Coroas Ibéricas – a Holanda perdeu a posição de hegemonia no transporte e comercialização do açúcar, sobretudo devido ao bloqueio promovido pela Espanha. Por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais (em holandês: West-Indische Compagnie ou WIC), a Holanda era responsável por 80% do transporte do açúcar no comércio atlântico, porém, impedidos de desenvolver a atividade pelo bloqueio imposto pela Espanha, sofreram um forte baque econômico (MORAES, 2001, p. 110). Em 1624 os holandeses atacam a sede do Estado do Brasil, a cidade de Salvador, na Bahia, mas encontram resistência por parte das forças luso-espanholas e foram expulsos no ano seguinte (MONTEIRO, 2002, p. 41). Em 1630, as forças holandeses resolveram tomar posse das áreas produtivas do açúcar na capitania de Pernambuco, um domínio que perduraria por 24 anos, com controle sobre as instâncias administrativas e econômica da capitania e de suas áreas periféricas, incluindo as capitanias da Paraíba e Rio Grande.

Segundo o historiador Flávio Gomes, o período de dominação holandesa sobre Pernambuco é marcado pela desorganização econômica e social da capitania. Com os invasores no controle da produção açucareira e do tráfico negreiro, os senhores de engenho e comerciantes ficam impotentes diante da situação, o que agravou a frequência das fugas de escravos das plantações para os mocambos na região palmarina (GOMES, 2011, p. 61). O enfrentamento aos mocambos abriu espaço para a organização de uma resistência aos holandeses. Gomes aponta ainda que, nesse momento, senhores de engenho, soldados e vários moradores da capitania refugiaram-se no interior, o que contribuía como cenário de crescimento dos mocambos.

No relato do cronista Gaspar Barleus a respeito dos feitos dos holandeses quando sobre domínio de Pernambuco, a descrição sobre Palmares já denota as configurações espaciais que os mocambos assumiam no período:

Os Palmares são povoações e comunidades de negros. Há dois desses quilombos: os Palmares grandes e os Palmares pequenos. Estes são escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e da Paraíba, para o norte, seis. Conforme se diz, contam seis mil habitantes, vivendo em choças numerosas, mas de construção ligeira, feitas de ramos de capim. Por trás dessas habitações

há hortas e palmares⁴.

De acordo com Flávio Gomes, durante a ocupação da capitania, aumentam os ataques dos *palmaristas* contra as vilas, engenhos e povoados, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas da WIC para manter a rentabilidade do açúcar da capitania de Pernambuco (GOMES, 2011, p. 63)⁵. No relato de outro cronista à serviço da WIC, Joan Nieuhof, fica evidente o dispêndio de recursos e danos às áreas produtivas, durante o governo do Conde Maurício, segundo o qual “os negros desses Palmares praticaram danos consideráveis, especialmente aos camponeses nas cercanias de Alagoas, e, para reprimi-los, foram necessários 300 mosqueteiros, 100 mamelucos e 700 brasileiros” (NIEUHOF, [1682] 1981, p.39-40). Para o contexto de invasão holandesa e de fragilidade das estruturas coloniais portuguesas, Palmares despontava como uma proteção para os grupos de escravos fugidos, seja pela aceitação nos mocambos, seja pela “fama” que a resistência destes tinha na região.

Do viés das configurações territoriais do Império português, de acordo com o pensamento do geógrafo Antonio C. Robert Moraes, a invasão holandesa e o predomínio do controle da região das Alagoas pelos *palmaristas* representaram duas fraturas na soberania portuguesa sobre o território colonial na América. Nesse sentido, “holandeses controlavam desde o Maranhão até a barranca do São Francisco, basicamente toda a Zona da Mata. Essa área não era mais domínio português” (MORAES, 2011, p. 110), enquanto que a fuga dos escravos e sua concentração em Alagoas, na serra da Barriga representava uma outra configuração territorial alheia aos controles administrativos tanto de Portugal quanto da Holanda. De acordo com Moraes, no seu auge, por volta de 1650, Palmares chegou a ter 70.000 habitantes, número próximo ao da população da área mais povoada da colônia portuguesa naquele momento, o Recôncavo Baiano. O que mostra que Palmares não representava uma situação secundária, mas sim uma clara situação de extraterritorialidade no domínio português, “era um Estado autônomo, que inclusive negociava com portugueses e holandeses (*idem*, p. 110).

O *território*, enquanto conceito aplicável aos estudos da formação colonial do Brasil, apresenta-se como chave para a compreensão de todo um processo de tomada e conquista da América portuguesa pelo agente colonizador e os movimentos de conquista (como para as regiões ainda sob o domínio dos grupos indígenas e sob a organização dos mocambos) e

⁴ Baerle, Caspar Van. **Historia dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...] e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc.** Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 1940, p. 235.

⁵ GOMES chama a atenção para o questionamento se todos os escravos que fugiam iam para Palmares e lá se agregavam, levantando a possibilidade do surgimento de “outros mundos de liberdade naquelas vastas áreas”, inclusive com “mocambos móveis” (p. 64).

reconquista dos espaços – como no caso da invasão holandesa. Segundo Robert Moraes, território é “um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique (...). É um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga” (MORAES, 2000, p.18). Assim, a ação colonização intervém sobre o espaço estabelecendo os meios para sua apropriação e transformação, em um processo histórico que substitui as formas de uso do espaço e de configuração de territorialidades aplicadas pelos grupos nativos pelos códigos e instituições portuguesas.

Desta forma, é perceptível a premissa de que o *território* é uma formulação espacial dotada de uma historicidade, representada pela ação no tempo dos indivíduos e grupos que desenvolvem o processo de territorialização, fomentando o a criação das estruturas de exercício e manutenção do poder. Colonizar configura-se em um processo de territorialização⁶ das novas áreas coloniais e seu estabelecimento enquanto parte do patrimônio territorial da Coroa portuguesa, uma “internalização do agente externo” (MORAES, 2001, p. 105), que está presente em termos como “adentrar”, “desbravar”, “conquistar” e “povoar” da documentação de época e denotam o movimento do colonizador no sentido de expandir-se sobre o espaço colonial e configurar o território.

A colonização guarda em si um sentido de estabelecimento territorial que remete a ações de conquista bélica do espaço a ser inserido no patrimônio territorial da Coroa, contra as populações nativas⁷; os movimentos missionários de catequese dos índios, inserindo-os em uma nova dinâmica ideológica cristã, base da sociedade colonial; e o estabelecimento de instituições e jurisdições do exercício do poder político, burocrático e econômico do Império português. Como resultado, essas dimensões da colonização culminam na apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes.

Assim, a colônia implica a consolidação de um domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes

⁶ Vale destacar aqui que, segundo Rogério Haesbaert, esse processo de territorialização consiste em criar mediações espaciais necessárias para o “efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2011, p. 97).

⁷ E para isso serão travadas guerras de conquista espacial e estabelecimento da soberania, como são os casos das guerras contra Palmares e contra os grupos indígenas que se opuserem à colonização, inclusive com o uso do dispositivo jurídico da “Guerra Justa”, meio pelo qual a administração colonial legitimava ações bélicas contra índios hostis. As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa da conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados. A lei de 1611 limita claramente a guerra justa aos casos em que o gentio se mostrasse hostil, movendo ‘guerra, rebelião e levantamento’. Para justificar esse que é considerado pela Coroa como último recurso, os colonizadores têm de provar a inimizade dos povos a quem pretendem mover guerra. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123-124).

no território. Trata-se de um processo de criação e qualificação de determinada sociedade com base na apropriação dos recursos (sobretudo a terra), o controle sobre o terreno e a criação das instituições necessárias para o desenvolvimento das relações sociais (incluindo as jurídicas, burocráticas e militares).

O restabelecimento dos domínios territorial português sobre a América contou, então, com duas vertentes: a Restauração de seu controle político-administrativo com a expulsão dos holandeses, a partir da resistência promovida por “homens de armas”⁸ de Pernambuco; e o endurecimento das ações bélicas de repressão contra os mocambos da região palmarina⁹.

As ações de conquista e estabelecimento de novos domínios territórios ampliaram o campo de atuação do Império português, permitindo dispor de novas terras, cargos e ofícios. Na mesma medida, a expansão abriu um novo e variado leque de possibilidades de prestação de serviços à Coroa e, conseqüentemente, a possibilidade de “atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa” (BICALHO, 2005, p. 22).

De acordo com Maria Fernanda Bicalho, a política de mercês régias com base na reciprocidade - concedendo mercê àqueles que, em nome da Coroa, agiam nas ações de conquista - era uma característica das relações entre o monarca e seus vassalos, sobretudo na América. Segundo a historiadora,

Ao retribuir os feitos dos seus vassalos, a Coroa reafirmava o pacto político que os unia a si própria. A partir desses valores, noções e práticas do Antigo Regime – e que tinham na economia de mercês sua lógica fundadora – os conquistadores da América Portuguesa dispunham suas vidas e fazendas em prol de uma causa que não era apenas sua ou dos grupos que representavam; tornando-se, enquanto vassalos do Rei de Portugal, agentes da fundação e da coesão do Império português. (BICALHO, 2005, p. 31)

Essas mercês iam desde a cargos na administração à títulos nobiliárquicos, sempre com o imperativo de se elevar o status daquele que suplicava tal mercê, usando por argumento alguma benesse feita em nome do rei (até mesmo às custas de seus próprios recursos e vida). As concessões de mercês pela coroa foram utilizadas “como mecanismos de afirmação do vínculo político entre vassalos ultramarinos e soberanos” (BICALHO, 2005, p. 30), caracterizando o conceito de *economia de mercê*. Nas relações entre os vassalos que estavam

⁸ O termo “homens de armas” aparece em várias correspondências de cunho administrativas para referir-se aos homens assentados nas tropas da colônia, tanto os das ordenanças quanto dos terços.

⁹ Aqui não está se considerando os conflitos contra os grupos indígenas que habitavam os sertões das Capitanias do Norte por considerar essas ações como de conquista territorial e não de restabelecimento dos domínios portugueses sobre áreas já ocupadas.

na América Portuguesa e a monarquia, as mercês concedidas pela coroa mantiveram a capacidade do poder real de relacionar-se na sociedade colonial.

Dentro da economia de mercês, no Antigo Regime português e difundido no Brasil colonial, as doações de sesmarias despontam como um dos principais fundos documentais que atestam como os súditos do rei requeriam, quando necessário, sua “premiação” pelos serviços prestados aos interesses da Coroa. Além delas, cartas de concessão de patentes militares e de cargos e ofícios da administração colonial atestam – nas justificativas dos suplicantes – a utilização dos serviços prestados à Coroa como uma das principais formas de obtenção de mercês régias.

A política de mercês régias com base na reciprocidade – concedendo mercê àqueles que, em nome da Coroa, agiam nas ações de conquista – era uma característica das relações entre o monarca e seus vassallos, sobretudo na América. Essas mercês iam desde a cargos na administração à títulos nobiliárquicos, sempre com o imperativo de se elevar o status daquele que suplicava tal mercê, usando por argumento alguma benesse feita em nome do rei (até mesmo às custas de seus próprios recursos e vida).

O imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição/ doação de mercês por parte do rei; engrandecimento / atribuição de status, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento / reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca” (BICALHO, 2005, p. 25).

Conflitos como o de expulsão dos holandeses, as guerras contra os quilombos dos Palmares – bem como as guerras de redução dos indígenas hostis à colonização – despontam entre aqueles que permitirão a busca por mercês régias àqueles que combateram. Dessa forma, as guerras despontam como uma das principais formas de obtenção de justificativas para a solicitação de mercês régias, sobretudo os feitos em “guerra viva”.

Essas guerras tinham pesos diferentes no mérito dos serviços prestados à sua majestade de acordo com sua relevância para o Império. Conflitos na África e na Ásia rendiam melhores argumentos para solicitação de cargos e patentes do que aqueles que ocorriam na América contra invasores, indígenas e quilombos (BICALHO, 2005, p. 30). Tais relações entre os vassallos no ultramar e a Coroa eram comuns. Tanto a necessidade dos vassallos do ultramar de fazerem com que seu rei soubesse de tais serviços prestados, fazendo uso dos meios de comunicação ultramarinos, quanto à retribuição do monarca em forma de mercê – que poderia ser uma concessão de sesmaria, uma patente militar ou um título.

O pós-expulsão dos holandeses e os conflitos nas guerras contra os mocambos dos Palmares permitiram o surgimento de um conjunto de indivíduos que, tomando suas ações em prol da conquista e defesa das possessões portuguesas, passaram a despontar como suplicantes à cargos administrativos e patentes militares.

Os requerimentos de mercês régias pelos homens de armas que atuaram nos conflitos contra os mocambos dos Palmares e nos embates contra os índios que se rebelavam contra as investidas de conquista dos sertões são fontes fundamentais para se compreender o processo de territorialização das Capitanias do Norte, pois permite verificar, por meio das justificativas dos suplicantes aos cargos, patentes e terras suas ações no sentido de promover os interesses da Coroa, agindo sobre o espaço em campanhas de conquista do território, estabelecimento de locais de apoio e a ocupação das terras conquistadas.

Porém, entre as principais mercês régias concedidas estavam as concessões de terras em sesmarias àqueles que justificavam suas solicitações com base em participação em conflitos de interesse da Coroa. No quadro a seguir, verificamos alguns nomes suplicantes a postos e patentes militares no período de 1654 a 1702, que atuaram nas guerras de conquista das Capitanias do Norte:

Quadro – suplicantes de patentes e postos militares que atuaram nas guerras de conquista das Capitanias do Norte:

Suplicante	Mercê	Patente atual	Patente solicitada	Data	Conflitos		
					Holandeses	Palmares	Conquista dos sertões (Indígenas)
Simão Toscano de Barros	Patente	Soldado	Capitão	1668	Sim	Sim	-
Francisco Pires de Almeida	Patente	Capitão	Capitão de infantaria	30/09/1663	Sim	Sim	Sim
Fernão Carrilho	Posto	Capitão	capitão-mor da expedição aos Palmares	1/07/1676	Sim	Sim	Sim
André Dias	Posto	Capitão	Capitão-mor de campo da vila das Alagoas	16/02/1680	-	Sim	-
Manuel da Mata	Patente	Alferes	Alferes da companhia de cavalos	24/05/1682	-	Sim	Sim
Brás da Rocha Cardoso	Posto	Capitão	Capitão-mor de Sergipe Del-Rei	19/03/1681	Sim	Sim	-
Pedro Carvalho	Patente	Soldado	Ajudante do terço de gente preta	22/04/1683	Sim	Sim	Sim
Sebastião Barreto	Patente	Alferes	Ajudante de infantaria do terço de gente preta	7/08/1684	Sim	Sim	Sim
Antônio da Costa	Patente	Capitão	Capitão de infantaria	21/03/1684	-	Sim	-
Paulo de Souza Alvim	Patente	Capitão-mor	Sargento-mor da capitania da Paraíba	28/02/1687	-	Sim	-
Manuel Rodrigues Vieira	Posto	Capitão	Sargento-mor das ordenanças da capitania de Sergipe Del-Rei	7/02/1687	Sim	Sim	-
Luiz da Silveira Pimentel	Patente	Capitão	Capitão de infantaria	1695	-	Sim	Sim
Bernardo Vieira de Melo	Posto	Capitão-mor da vila de	Sargento-mor do terço dos Palmares	25/09/1709	-	Sim	Sim

		Iguaçu / Capitão- mor do Rio Grande					

Fonte: fundo documental em GOMES, Flávio (Org.). Mocambos de Palmares: História e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010; Consulta do Conselho Ultramarino – Consultas de mercês; Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – RJ; Livros de Vereações da Câmara de Alagoas.

Verifica-se no quadro a incidência de homens que atuaram nas guerras de conquista das Capitanias do Norte, tanto nos conflitos em Palmares quanto nas guerras de conquistas dos sertões contra dos grupos indígenas. Há ainda casos de sujeitos que acumulam em sua trajetória militar a participação no processo de restauração da posse portuguesa sobre as Capitanias do Norte e que, posteriormente, usaram essa participação – tão estimada para a solicitação de mercês régias – para galgarem patentes ainda maiores nos corpos militares ou postos na administração portuguesa na América.

Entre os principais nomes nessa lista, estão os sertanistas Fernão Carrilho, capitão-mor das entradas dos Palmares e um dos principais nomes do processo de reestabelecimento do domínio português sobre o território palmarino. Além dele, outro nome de destaque é o de Bernardo Vieira de Melo, que serviu na capitania de Pernambuco desde 1675, em postos de infantaria, capitão de cavalos e tentente-coronel das ordenanças. Vieira de Melo ainda ocupou o posto de capitão-mor da Vila de Igarau e foi capitão-mor do Rio Grande entre 1665 e 1701, período em que exerceu grande influência sobre as ações de defesa da capitania nas guerras de conquista dos sertões, sobretudo no Assu (na chamada Guerra dos Bárbaros).

Considerações finais

As guerras de conquista das capitanias do Norte do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII foi marcada pela participação de sujeitos que, em nome da Coroa portuguesa, atuaram no sentido de garantir a posse do império sobre o território já conquistado no litoral e o avanço da frente colonizadora sobre os sertões interioranos da América portuguesa. As guerras contra os Palmares e a “Guerra dos Bárbaros”, do ponto de vista da participação dos sertanistas e agentes da colonização portuguesa, representou a continuidade de um movimento de avanço de conquista de territórios.

Atente-se que se trata de uma pesquisa em andamento, cujos resultados ainda estão em processo de análise. Há muito o que se investigar e inferir sobre a participação desses homens e, sobretudo, seus interesses pessoais ao atuarem em nome da Coroa em ações de conquista na América. Desta forma, ficam lacunas que só poderão ser preenchidas com o cruzamento mais detalhado de fontes e do aporte teórico, bem como de ampla pesquisa historiográfica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense**, n. 2, Novembro 2005. p 21-34.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES, Dimas Bezerra. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê**: a influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação de mestrado. Maceió: UFAL, 2014.

MENDES, Laura Peraza. **O serviço de armas nas guerras contra Palmares**: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2013.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução a História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

_____. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

A INSTAURAÇÃO DA DIOCESE DE NAZARETH E O EPISCOPADO DE DOM RICARDO RAMOS DE CASTRO VILELA (1919-1946)

Vágner Hugo Calazans Silva⁹⁶

Introdução

As origens desta Igreja Particular estão ligadas ao final do século XIX e início do século XX, num momento de grande efervescência da fé, resultado dos grandes questionamentos de correntes liberais do pensamento humano, cujo centro era a prevalência da razão em detrimento da fé. Isso aconteceu logo após a separação, no Brasil, entre Igreja e Estado, ocorrida aos 07 de janeiro de 1890. Frente à nova e desafiadora realidade que se apresentara, a Igreja percebia a necessidade da implantação de novas comunidades de fé (PLANO, 2020, p. 09).

A criação da Diocese de Nazareth, ocorreu num período em que a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil trabalhava pela sua reestruturação. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo de Olinda⁹⁷, desde o início de seu episcopado, não mediu esforços para que o espírito de reforma católica⁹⁸ beneficiasse o extremo norte do Estado de Pernambuco, onde o povo na sua grande maioria professava o catolicismo, mas estava sem receber a devida assistência espiritual. Fazia-se necessário arrancar o povo da indiferença e superficialidade religiosa que o envolvia para leva-lo à prática de uma vida verdadeiramente cristã. O prelado reconhecia ser para ele impossível governar tão extenso território marcado por populações espalhadas.

Vale destacar que há algum tempo a Santa Sé Apostólica desejava estabelecer no território brasileiro, novas dioceses, pois ela tinha total conhecimento de que algumas dioceses eram tão extensas que abrangiam lugares extremamente remotos onde os bispos, por causa do crescimento da população ou por causa das dificuldades de acesso, não poderiam atender às necessidades dos fiéis e acompanhar o andamento regular da Igreja (CALAZANS, 2020, p. 05).

O Metropolita, se apoiava nas resoluções tomadas pelos bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, em 1901 (BARBOSA, 1945, p. 151-152). Entre as resoluções

⁹⁶ Licenciando em História – UPE. Endereço de e-mail: vagner.calazans@upe.br

⁹⁷ Em algumas passagens do texto utilizamos o termo Arquidiocese de Olinda e, em outros, Arquidiocese de Olinda e Recife. A circunscrição eclesiástica assumiu a nomenclatura atual pela Bula *Cum urbis Recife*, do Papa Bento XV, de 26 de julho de 1918, sendo denominada de Arquidiocese de Olinda e Recife.

⁹⁸ Com essas palavras queremos compreender os desejos e empenhos para melhorar a situação da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil a fim de atender às diretrizes provenientes de Roma. Essa “reforma” não permanece pois no mesmo nível daquela tridentina, mas é peculiar ao Brasil. Segundo Riolando Azzi, a “palavra “reforma” foi utilizada pelos próprios bispos do século passado, e aparece com frequência em seus documentos pastorais. Na realidade, ela lembrava de perto a reforma tridentina, na qual os prelados buscavam sua inspiração. O termo era utilizado em sua acepção comum, significando basicamente a substituição de elementos considerados deficientes ou sem vitalidade por novas formas que permitissem a fé católica apresentar-se com nova face” (AZZI, 1992, p. 29).

figurava a de se aumentarem as dioceses de conformidade com as necessidades dos fiéis para incremento da religião. Diante da necessidade de construir um patrimônio para a nova diocese, não se pode desconhecer a contribuição, sobretudo dos esforços realizados pelo Padre Virgínio Stanislau Affonso, vigário de Nazareth, que através de várias viagens, enquanto arrecadava as contribuições do povo, ele o conscientizava a respeito dos benefícios que iria trazer a criação do bispado. Na verdade,

Nazareth figurava como favorita à sede da nova Diocese entre as demais cidades da região, como: Timbaúba, Goiana, Limoeiro e Floresta dos Leões (hoje Carpina). Destacava-se pelo social e econômico que desfrutava, sendo o Município açucareiro de maior importância no Estado, pelo fácil acesso ao Recife, por ficar à margem da estrada ferroviária e pela participação do Padre Virgílio Lapenda, nazareno e secretário particular de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 2º Arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), a quem competia a execução do processo de criação da nova Diocese (DANTAS, 2020, p. 09).

Junto ao Nuncio Apostólico da República do Brasil, Dom Ângelo Jacintho Scapardini, os argumentos mais importantes apresentados na *Bulla de Creação da Diocese de Nazareth* era “não somente pela extensão territorial, mas também pelo número de fiéis, que excede uns dois milhões e quatrocentos mil fiéis, de tal maneira que não pode ser governada, como convém, por um só bispo” (DANTAS, 2020, p. 13). É necessário levar em consideração o amplo contexto sócio-político, cultural e eclesiástico no período que marca a chamada da Primeira República (1890-1930).

Numa retrospectiva histórica dessa época que precede a fundação da diocese em 1918, observa-se que a sociedade brasileira conservava muitas coisas da estrutura do período imperial (1822-1889). Conforme a historiografia brasileira contemporânea (T. Bruneau, 1974), a entrada do Brasil no período republicano não foi marcada por grande entusiasmo em toda a sociedade brasileira. Essa República nasceu sob o influxo liberal-positivista e foi composta por uma elite indiferente ao substrato cultural e religioso do povo brasileiro. Dentre as reações contrárias encontra-se a manifestação do episcopado em relação à separação entre a Igreja e Estado desde 1890.

Primeiros esforços para a criação da Diocese de Nazareth

“Com o fim do império brasileiro trouxe consigo também o início do chamado Estado laico, ou seja, o Estado deixava de ter uma religião oficial e passava a agir de maneira imparcial nos assuntos religiosos” (CALAZANS, 2020, p. 02). No início do ano de 1899 já era ventilada

a ideia da criação de uma nova diocese no extremo Norte do Estado de Pernambuco⁹⁹. Nesse movimento em favor da realização do projeto foi realizada uma reunião presidida pelo Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme da Silva Cintra, para discutir as possibilidades para a realização desse intento.

A preparação para a criação da Diocese de Nazareth dá-se com a Visita Pastoral de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, de 02 a 05 de março de 1918, ou seja, de sábado a terça-feira. No domingo, pela manhã, oficiara missa pontifical, e às 13 horas, presidiu sessão solene, quando explicou o objetivo principal de sua visita e constituiu a comissão central destinada a constituir o patrimônio para o novo bispado (DANTAS, 2020, p. 09).

Nessa época, representantes de Nazareth estão convencidos que essa cidade é a que melhor atendia às exigências necessárias para a sede do novo bispado, ou seja, posição geográfica, facilidade de comunicação, recursos materiais para a manutenção de instituições acessórias a um bispado, clima e outros. Certamente dentro dos projetos de melhoramentos para a região, a criação de um novo bispado seria de grande significado. Atento a isso, o então vigário de Nazareth, Pe. Virginio Stanislaw Affonso, “coube a missão de presidir as comissões encarregadas do levantamento do patrimônio necessário à instalação da Diocese e tomar as medidas para a sua erecção canônica e recepção do primeiro Bispo” (PEDROSA, 1983, p. 51).

Com a visita do Arcebispo de Olinda, à Nazareth em março de 1918, aqueles que alimentavam esse sonho receberam um grande incentivo. Acreditavam que nenhum outro lugar poderia superá-los, para a nova diocese iriam passar algumas das povoações compreendidas dentro dos limites da Arquidiocese de Olinda e Recife: “Nazareth, Vicência, Lagôa Secca, Timbaúba, Ó de Goyanna, Tijucupapo, Goyanna, Itambé, Tracunhaém, Cruangy, Floresta dos Leões, Limoeiro, S. Vicente, Bom Jardim, Queimadas, Taquaritinga, Santa Cruz e Surubim” (DANTAS, 2020, p. 09).

Figura 01 – Mapa da Diocese de Nazaré

⁹⁹ Nesse mesmo ano, o Papa Leão XIII numa carta dirigida ao Episcopado brasileiro voltou a insistir na conveniência da criação de novos bispados no Brasil (cf. Leo PP. XIII, Epistola Paternae Providaeque, 18 de setembro de 1899).



Fonte: Paróquia de Itaquitanga

Inicialmente com 18 paróquias, através de bispos, presbíteros, religiosas e religiosos, a ação evangelizadora foi atingindo mais de perto a vida das comunidades existentes, e outras foram surgindo ao longo dos anos. Hoje são 39 paróquias com um milhão de fiéis e, pastoralmente, insuficientes (PLANO, 2020, p. 09).

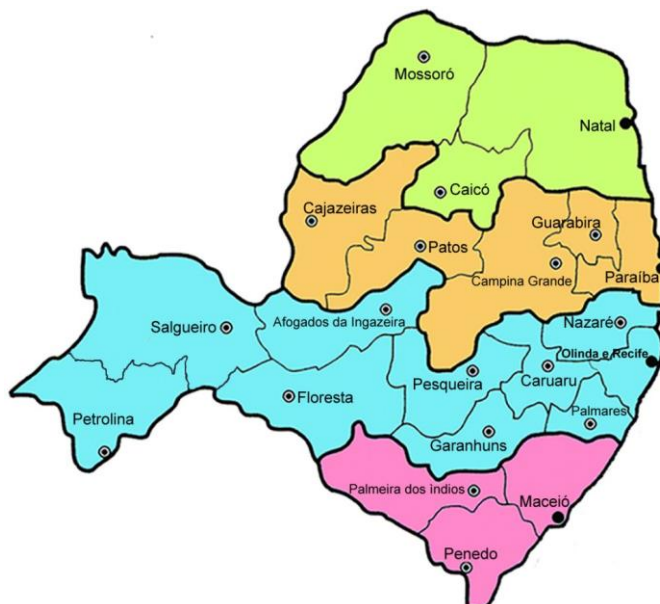
O quadro histórico das paróquias que compõem a Diocese de Nazareth no ato de sua criação, informa que parte delas foram criadas durante o período colonial, imperial e republicano, ou seja, nos séculos XVI a XX. A maior parte delas ocorreu durante o episcopado de Dom João da Purificação Marques Perdigão, 17º Bispo de Olinda (1831-1864). “O processo de fundação diocesana é uma estratégia da instituição católica, que teve início no século XIX na Península Itálica, sendo uma forma da Igreja se manter presente em um espaço geográfico maior [...]” (CALAZANS, 2020, p. 04).

No período da criação das dioceses, a principal postura da ICAR no Brasil, se trata de uma Restauração Católica, que desde meados do século XIX, surgiu com alguns bispos do Brasil, um movimento de reforma católica nos moldes tridentinos. Essa reforma foi fortalecida com a realização do Concílio Plenário Latino-Americano (1899) que se colocou em continuidade com a política Restauracionista iniciada pelo Papa Pio IX (1846-1878), continuada pelo Papa Leão XIII (1878-1903), cujo esforço maior era devolver à Igreja seu protagonismo central na vida social.

No dia 02 de agosto de 1918, o Papa Bento XV com a Bula *Archidiocesis Olindensis et Recifensis*, criou a Diocese de Nazareth que compreende toda a Zona da Mata Norte, parte do Litoral e Agreste do Estado de Pernambuco, hoje “com uma superfície de 5.923,8 Km²,

compreendendo 35 municípios” (DANTAS, 2020, p. 03). Limitando-se, ao Norte, com a Arquidiocese da Paraíba e Diocese de Campina Grande; ao Sul, com a Arquidiocese de Olinda e Recife e Diocese de Caruaru; e a Oeste, Diocese de Caruaru.

Figura 02 – Mapa da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Nordeste 2



Fonte: CNBB NE2

Ao tornar-se Diocese, esta Igreja Particular gozou de uma legítima autonomia que, ao mesmo tempo, é uma graça e um encargo. Graça, porque é dom do Senhor, concedido para o bem e santificação de todos os fiéis; encargo, porque implicou grande responsabilidade para levar adiante a obra da Redenção realizada por Jesus Cristo. E o primeiro e principal responsável por tão nobre tarefa é o bispo diocesano, que o Espírito Santo escolheu para estar à frente da Igreja como Pastor, servidor e Pai (DANTAS, 2020, p. 03).

A Diocese de Nazareth herda os frutos provenientes do período de início da reforma católica no Brasil que tinha como “um novo tipo de imperialismo do Vaticano que resultou no fortalecimento institucional e social da Igreja Católica no Brasil” (CALAZANS, 2020, p. 03). O Papa Bento XV, pelo mesmo decreto de 02 de agosto de 1918, dividiu o Estado de Pernambuco em três circunscrições, criando mais os bispados de Garanhuns e Pesqueira, as quais passaram a formar a nova Província Eclesiástica de Olinda e Recife.

As dioceses foram responsáveis por transpor “para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poder institucional adquirido pelo catolicismo romano ao longo de sua história milenar” (AQUINO, 2012, p. 83). No final do século XIX e início do século XX foram criadas várias dioceses, “[...] a *diocesanização* do catolicismo no Brasil ocorreu no ritmo próprio da Igreja, em tempos de ampla reestruturação Institucional [...]” (AQUINO, 2012, p. 92). Assim,

No Brasil, antes de 1890, a criação dessas circunscrições eclesiásticas dependeu do Estado que não as erigia, sobretudo, por razões de ordem financeira ainda que no final do Império tenham predominado os motivos de ordem política. Todavia, depois de 1890, a Sé Romana assumiu a responsabilidade pela fundação de novas dioceses e “os bispos brasileiros julgaram ter chegado o momento para expandir esses organismos de poder eclesiástico” (AQUINO, 2012, p. 83).

“As dioceses foram unidades avançadas de ação sociopolítica e religiosa da Igreja Católica em cujos limites territoriais se desenvolveram as reformas eclesiásticas delineadas substancialmente pelo Cardeal Rampolla e por D. Macedo Costa” (AQUINO, 2012, p. 82). A recém criada Diocese de Nazareth, inicialmente ficou sob a administração do Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e, até que no ano seguinte houvesse a nomeação do seu primeiro bispo diocesano. No dia 03 de julho de 1919, o Papa Bento XV nomeou o Padre Ricardo Ramos de Castro Vilela, vigário de Gravatá e pertencente ao clero da Arquidiocese de Olinda e Recife. O primeiro bispo era

filho do Ten. Manuel José de Castro Vilela e de D. Amélia da Silva Vilela, tendo nascido na cidade de Olinda, Pernambuco, em 3 de abril de 1887. Fez os estudos eclesiásticos no Seminário Maior Nossa Senhora da Graça, também conhecido como Seminário de Olinda, e recebendo o segundo sacramento da ordem, ou seja, o presbiterato, em 20 de novembro de 1910, na Catedral da Sé de Olinda, pelo 1.º Arcebispo Metropolitano de Olinda, D. Luiz Raimundo da Silva Brito (1901-1915). Logo, no ano seguinte, foi enviado para exercer seu ministério em Gravatá e permanecendo até sua nomeação para exercer a função de bispo diocesano (CALAZANS, 2020, p. 08).

FIGURA 03 – Dom Ricardo Vilela



Fonte: Jornal Gazeta de Nazareth (1919)

O lema episcopal escolhido por Dom Ricardo Vilela foi *Duc in Altum*, essas palavras, em latim, significam “Para as águas mais profundas”. Foi ordenado bispo em Olinda, a 07 de

setembro de 1919, por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e no dia 19 de outubro do mesmo ano fez a sua entrada solene em Nazareth. “Logo no início de seu episcopado, D. Ricardo Vilela procurou detectar os diversos problemas pelos quais passava a Igreja de Nazareth, pois não havia padres suficientes e muitos dos que existiam não prestavam um serviço de acordo com as regras da Santa Sé” (CALAZANS, 2020, p. 10).

A partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), emergiu uma imagem de Igreja acentuadamente clericalizada, junto com o “culto da uniformidade”. A frequência regular aos sacramentos e a obediência às autoridades são particularmente valorizadas. O catolicismo popular é visto como não condizente com os novos tempos e é submetido a uma purificação. No início do século XX, para uma profunda reorganização católica do Brasil, numerosas congregações religiosas chegaram às dioceses brasileiras. Esses religiosos estrangeiros colaboraram ativamente na implantação do chamado modelo romanizador, trazendo suas devoções e santos preferidos.

Durante seu episcopado (1919-1946), na Diocese de Nazareth, Dom Ricardo Vilela contou com aproximadamente 25 padres. Alguns padres estrangeiros, passaram alguns anos pela diocese, sem incardinação e cujos nomes caíram no esquecimento popular. “O clero desta nova Igreja Particular de Nazareth, com suas 18 paróquias, desdobrou-se no desenvolvimento das atividades pastorais para despertar a consciência cristã da comunidade e beneficiar o crescimento da fé” (DANTAS, 2020, p. 35).

FIGURA 04 – Clero 1918-1919



Fonte: Revista Comemorativa Diocese de Nazaré 1918-2018

Segundo a Encíclica *Litteras a Vobis* (1894), era necessário que os bispos empregassem todo o cuidado e vigilância na promoção da disciplina e do aproveitamento dos seminaristas, para que fossem instruídos à luz do que

recomendava o Concílio de Trento, destacava ainda, que cabia aos bispos o julgamento sobre a possibilidade ou não de admissão dos candidatos ao sacerdócio, de acordo com as necessidades e utilidades de cada diocese. Dessa forma, os bispos tinham toda autonomia para nomear e demitir se necessário, professores e reitores para os seminários, cuidando para que os futuros sacerdotes fossem formados como sinal de esperança para a Igreja e instruídos na doutrina sagrada (CALAZANS, 2020, p. 11).

Para favorecer a segregação do mundo profano, os vocacionados entravam logo cedo no Seminário, e assim eram introduzidos no mundo sagrado. Naquela época, os alunos chegavam para o internato ainda meninos. Abandonando o lar paterno, sacrificavam sua liberdade, deixavam os anseios naturais da idade, o apelo do que há de amável e sedutor na vida; abandonavam estas e muitas outras coisas para, no fim, na grande maioria dos casos, vir ser um simples vigário de uma pequena localidade, vivendo entre gente simples e ignorante, passando horas no confessionário, madrugando durante todo o ano. Entre os alunos do seminário poucos chegaram ao sacerdócio. Aqueles que trabalhavam no território da nova diocese estavam espalhados em paróquias com uma extensão quase desumana. Trabalhar com tão poucos padres e oferecer-lhes uma orientação para que exercessem bem seu ministério foi um dos maiores desafios durante o episcopado de Dom Ricardo Vilela.

Considerações finais

Ao terminar esta pesquisa sobre as origens da Diocese de Nazareth, torna-se necessário apresentar “os fatos, os personagens e a história cultural, social e religiosa do povo da Zona da Mata Norte, Litoral e parte do Agreste pernambucano” (DANTAS, 2020, p. 03), para ajudar a esclarecer o processo de criação dessa circunscrição eclesiástica que contou com a iniciativa de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), com a participação dos padres Virgílio Lapenda e Virgínio Stanislau Affonso e com a atuação pastoral de Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, seu primeiro bispo diocesano (1919-1946).

“Grandes esforços uniram-se para resgatar o passado fecundo nesta Diocese, testemunhando hoje e vislumbrando um belo horizonte desta Igreja particular” (DANTAS, 2020, p. 03), para esclarecer que a Diocese de Nazareth foi criada numa difícil situação para levantar um patrimônio que permitisse o funcionamento de um bispado no extremo Norte do Estado de Pernambuco. Coube ao Arcebispo de Olinda uma atuação constante e insistente em prol da criação dessa diocese. A historiografia nazarena atribui ao Padre Virgínio Stanislau Affonso, a maior parte do esforço para a criação da Diocese de Nazareth, os documentos, porém, desabonam essa afirmação historiográfica.

“Para a Igreja Católica, uma diocese é a unidade geográfica mais importante da sua

organização territorial portanto, a criação dela significava ressaltar a importância religiosa e política de uma determinada região” (CALAZANS, 2020, p. 04). A cidade de Nazareth foi escolhida porque, desde o século XIX, já era apreciada pela sua posição geográfica e pelo seu progresso na sociedade. Ao decidir-se por ela como sede da diocese, o Arcebispo de Olinda desejou transformá-la também numa capital religiosa, a fim de que a vitalidade religiosa pudesse abranger toda a região norte pernambucana.

O Padre Ricardo Vilela ocupava a função de vigário de Gravatá, porém aceitou governar uma diocese ainda nos seus inícios e com tão poucos recursos. Cabe-nos uma pergunta, o que estaria levando a Santa Sé a deslocar o Padre Ricardo Vilela para uma função de bispo diocesano? A sua nomeação possibilita levantar vários questionamentos. Contudo, um motivo que pode ter confirmado a vontade de Dom Ricardo Vilela a ser nomeado bispo de Nazareth foi porque Dom Sebastião Leme conseguiu da Santa Sé a divisão eclesiástica da Arquidiocese de Olinda.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Assis, 2012.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: 1992.

BARBOSA, Manoel. **A Igreja no Brasil**: Notas para a sua história. Rio de Janeiro: 1945.

CALAZANS SILVA, Vágner Hugo. **A REORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA EM PERNAMBUCO**: A INSTAURAÇÃO DA DIOCESE DE NAZARETH E O EPISCOPADO DE DOM RICARDO RAMOS DE CASTRO VILELA (1919-1946), Recife, p. 01-14, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601503690_ARQUIVO_2172fd2c77493b0f99b9000686107749.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

DANTAS DE LUCENA, Dom Francisco de. **Revista Comemorativa**: Diocese de Nazaré 1918-2018. [S.I.]: [s. n.], 2020. 141 p.

LEÃO XIII. *Litteras a Vobis* (02 jul. 1894). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-

xiii_enc_02071894_litteras-a-vobis.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

PEDROSA, Mons. Petronilo. **Nazaré, Terra e Gente**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1983.

PLANO Diocesano de Pastoral 2020-2023: Igreja, somos todos a caminho!. **Um olhar sobre a realidade**, Carpina, p. 09-12, 2020. Disponível em: <<https://diocesedenazare.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PLANO-DIOCESANO-DE-PASTORAL-2020-2023.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

T, Bruneau. **O Catolicismo em época de transição**. São Paulo: 1974.